

Uni-FACEF - Centro Universitário Municipal de Franca

**Palestras / Apresentações de Pesquisas
Oficinas / Minicursos / Mesas de Discussão**

e-Book ANAIS

ISBN

978-65-88771-24-2

Realização

Uni-FACEF - Centro Universitário Municipal de Franca
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional
GEDE – Grupo de Estudos em Desenvolvimento

XXII ENCONTRO DE PESQUISADORES
Interdisciplinaridade para o Desenvolvimento Regional

ANAIS

Silvio Carvalho Neto
Marinês Santana Justo Smith
(Orgs.)

ISBN
978-65-88771-24-2

FRANCA-SP
2021

© 2021 dos autores

Direitos de Publicação

Uni-FACEF Centro Universitário Municipal de Franca

www.unifacef.com.br

Os textos submetidos são de responsabilidade dos autores.

C328a	Carvalho Neto, Silvio (org) Anais do XXI Encontro de Pesquisadores: Interdisciplinaridade para o Desenvolvimento Regional. / Silvio Carvalho Neto; Marínes Santana Justo Smith. – Franca: Uni-Facef, 2021. 850p.; il. ISBN 978-65-88771-24-2 1. Interdisciplinar – Encontro. 2. Desenvolvimento econômico. 3. Desenvolvimento humano. 4. Desenvolvimento social. 5. Políticas públicas. 5. Educação. 6. Tecnologia. 7. Pesquisa. . 3. Inovação. 4. Competitividade. I.T. CDD 050
-------	---

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – É proibida a reprodução total ou parcial de qualquer forma ou por qualquer meio. A violação dos direitos do autor (lei 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal. Todo o conteúdo apresentado neste livro é de responsabilidade exclusiva de seus autores.

Editora Uni-FACEF Centro Universitário de Franca

XXII ENCONTRO de PESQUISADORES

INTERDISCIPLINARIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Promoção:

Centro Universitário Municipal de Franca - Uni-FACEF

Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional

GEDE - Grupo de Estudos de Pesquisa em Desenvolvimento

Comissão Organizadora:

Prof. Dr. Silvio Carvalho Neto (Uni-FACEF)

Profa Dra. Marínes S. J. Smith (Uni-FACEF)

Comissão Científica:

Profa Dra. Melissa F. Cavalcanti Bandos (Uni-FACEF)

Profa Dra. Barbara Fadel (Uni-FACEF/ UNESP)

Prof. Dr. José Alfredo de Pádua Guerra (Uni-FACEF)

Profa Dra. Sheila F. Pimenta e Oliveira (Uni-FACEF)

Prof. Dr. Alfredo José Machado Neto (Uni-FACEF)

Prof. Dr. Daniel F. Pires (Uni-FACEF)

Profa Dra. Daniela de Figueiredo Ribeiro (Uni-FACEF)

Prof. Dr. Hélio Braga Filho (Uni-FACEF)

Profa Dra. Naiá Sadi Câmara (Uni-FACEF)

Profa Dra. Raquel Cristina Rangel de Jesus Cesario de Mello Paiva Ferreira (Uni-FACEF)

Prof. Dr. Paulo de Tarso Oliveira (Uni-FACEF)

Organização Executiva:

Daniela Cristina Raiz Raymundo

Layla Beatriz Costa Capel de Figueiredo

Apoio:



SUMÁRIO

(Ordem Alfabética de Títulos dos Artigos)

A Contribuição do Ensino Remoto e Desenvolvimento Regional	7
A Educação Profissional no Município de Franca: Caminhos para Integração dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.....	14
A experiência do usuário nos mecanismos de busca search engine optimization	26
A Influência do Saneamento no Desenvolvimento Regional.....	36
A Inteligência Financeira e Competitiva como ferramenta estratégica no contexto da Gestão Hospitalar	43
A LEITURA E A TECNOLOGIA NA FORMAÇÃO DO LEITOR: Possíveis diálogos	55
Alimentação Escolar Na Pandemia: Estudo Documental Das Estratégias Adotadas No Município De Franca-Sp	65
A plataformização do ensino superior em tempos de pandemia.....	74
A previdência social no Brasil e na França: uma análise das distintas realidades da proteção social e dos argumentos para a reforma	82
Arbitragem no Direito Individual do Trabalho	94
Áreas de Preservação Permanente e Áreas Consolidadas - Proteção, Conservação e Biodiversidade.....	110
A relação do marketing na era digital com big data	120
Arquitetura da informação e o sistema de rotulagem: proposta de um modelo de avaliação para websites de turismo LGBTQ	128
Arquitetura da informação e usabilidade: um olhar para os websites de turismo lgbtq	138
As bibliotecas verdes e sustentáveis como uma estratégia na discussão da sustentabilidade.....	149
As Diretrizes do Sistema Único de Saúde e as dificuldades de sua implementação	160
As Diversidades Corporais e Estéticas nas Organizações do “Mundo Fitness”	169
Aspectos da formação médica na atenção primária em saúde e a interface com a infraestrutura do local	176
As políticas sociais como instrumento para efetivação dos direitos de cidadania.....	180
A TUTELA JURÍDICA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: a importância do Ministério Público e das mobilizações sociais para a aquisição e manutenção de Direitos.....	188
Benefícios da Realidade Virtual em Pacientes Após Ocorrência de Acidente Vascular Encefálico: Revisão de Literatura	203
BUSINESS INTELLIGENCE NA GESTÃO MUNICIPAL: uma proposta para a cidade de Franca/SP	213
Capacidade testamentária ativa da pessoa com deficiência no Brasil à luz dos Direitos Humanos	223
Comportamento dos Investimentos de Renda Fixa compostos por Títulos Federais em Época de Pandemia	234
Comportamento dos Investimentos de Renda fixa pós-fixados atrelados a Taxa Selic entre 01/01/2019 a 30/09/2021	246
Consumidores e o comércio eletrônico: O impacto no desenvolvimento, quais as vantagens e desvantagens para a economia local	259
Desenvolvimento e Ensino Superior: os desafios impostos ao docente universitário durante a pandemia do Covid-19	267

Desenvolvimento humano e os itinerários formativos para o estudante do ensino médio	274
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: políticas públicas que asseguram o objetivo 12 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável	288
DINÂMICA DO DESENVOLVIMENTO NO MUNICÍPIO DE FRANCA/SP: Ruptura estrutural, Demografia e Emprego	298
DIREITO E ARTE: importância, relevância e desafios	314
Direito e games: notas preliminares sobre um novo campo jurídico	321
Discussões epistemológicas e metodológicas em educação: tecnologias digitais no fazer científico	332
Diversidade Organizacional é Inclusão ou Estratégia? Estudo Dessas Práticas de Gestão em uma Organização Da Região Noroeste Paulista	338
Documentos digitais: contribuições do projeto InterPares	351
Economia Solidária: Estratégia alternativa para o desenvolvimento local.....	361
Educação Especial para o Trabalho: um olhar para a inclusão	370
Educação No Brasil: Políticas Públicas Para Desenvolvimento Dos Direitos Humanos	378
Educação profissionalizante e as novas tendências de economia criativa: cenários prospectivos para uma instituição de ensino na cidade Franca SP.....	388
EPISTEMOLOGIA SOCIAL E SOCIOLOGIA DO CONHECIMENTO: relações dialógicas no campo da Ciência da Informação	401
Estratégia de Restauração Ecológica, Proteção e Conservação das Nascentes da Bacia Hidrográfica do Rio Canoas, Franca – SP	410
Estratégia de saúde da família Discussão das estruturas elementares	424
Estratégia Inovadora Para o Acompanhamento De Criança Pré-Termo: APLICATIVO UNIVERSO PREMATURO®	436
Estudo das terminologias de tags e suas semelhanças com gêneros de mangás	445
Fundos de Investimento Imobiliário: Uma análise à luz da Governança Corporativa.....	458
Gestão de Conhecimento como suporte na construção de diretrizes no contexto das Organizações Hospitalares: Uma análise preliminar.....	473
Gestão do conhecimento na economia circular e a geração de inovação inclusiva.....	488
Gestão participativa, participação popular e autonomia pessoal	498
HOME OFFICE: pesquisa de campo sobre os benefícios e os desafios	510
Impactos da COVID-19 no desempenho do franchising brasileiro nos três primeiros trimestres do ano de 2020	524
MANDATOS E CANDIDATURAS COLETIVAS: Ilusão ou instrumento de representação?	537
Movimentos conceituais e a pluralidades de concepções: perfil, mudança e evolução conceitual	549
NAMORO QUALIFICADO E UNIÃO ESTÁVEL: uma diferenciação necessária	563
O AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE NO EXERCÍCIO DE SUAS ATRIBUIÇÕES: complexidade e potencialidade do trabalho.....	569
O caso Brumadinho: análise crítica dos aspectos previdenciários, trabalhistas e ambientais.....	575
O Desenvolvimento Regional e a importância do comércio eletrônico na cidade de Franca-SP durante o período da pandemia COVID 19	587

O EVA REFLETE A MESMA TENDENCIA DO EBITDA? Um estudo sobre as duas metodologias aplicadas em 5 das maiores companhias do varejo brasileiro com ações na B3.....	595
O processo de tomada de decisão no ambiente rural e seus fatores de influência.....	610
O RACISMO ESTRUTURAL COMO OBSTÁCULO AO DESENVOLVIMENTO BRASILEIRO: Reflexos na educação, na pesquisa e na sociedade democrática	622
OS SISTEMAS DE ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: uma análise a partir da abordagem sociocultural	631
Percepções de Educadores e Profissionais da Contabilidade sobre os Conteúdos do Ensino em Contabilidade Forense	642
POLÍTICAS DE GESTÃO DE PESSOAS: Um estudo de caso em uma empresa familiar da região noroeste paulista	658
Políticas Públicas e a Qualidade de Vida do Idoso	670
POLÍTICAS PÚBLICAS SOCIAIS E A COPARTICIPAÇÃO DO TERCEIRO SETOR: para além da filantropia	679
Projetos sociais esportivos: discussão dos impactos sociais provocados em seus participantes	690
Public libraries practices: a cross cultural study	695
Qual é o Momento Certo para Realização da Abertura do Capital da Empresa?.....	707
Recusa vacinal, uma discussão importante em tempos de pandemia: causas e consequências da hesitação vacinal.....	718
Reflexões sobre sociologia digital: perspectivas para analisar o teletrabalho	726
RELAÇÃO PANDEMIA, ENSINO SUPERIOR, DESENVOLVIMENTO E QUALIDADE DE VIDA: revisão da literatura.....	734
Relacionamento Homoafetivo, cidadania, igualdade, desenvolvimento humano e social	748
Relato de experiência: adequação do desenvolvimento dos projetos do grupo PET Biblioteconomia durante a pandemia	758
Saneamento rural na proteção e conservação dos recursos hídricos no Brasil	770
Saúde Pública - O Problema: a morte materna; o Ator: o Comitê de Mortalidade Materna; o Documento: a Declaração de Óbito.....	782
Segurança no Trabalho: Os entraves na implantação e manutenção em uma empresa da região Noroeste Paulista-SP	791
Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos: espaço interdisciplinar e de socialização	800
Telemedicina e Desenvolvimento Regional: Proposta de pesquisa sobre os impactos da Telemedicina no atendimento de pacientes	810
Teste de frequência de micronúcleos em recém-nascidos prematuros: revisão bibliográfica	815
Uma análise das percepções sobre a dependência química em uma amostra de profissionais da educação superior da cidade de Franca/SP	823
UMA ANÁLISE DO ARTIGO “CANÇÃO DO EXÍLIO”, DE ANTÔNIO PRATA: os estudos do discurso para a compreensão da identidade brasileira e do desenvolvimento social	831
Visibilidade dos arquivos e do arquivista: algumas reflexões necessárias	838

A CONTRIBUIÇÃO DO ENSINO REMOTO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

THE CONTRIBUTION OF REMOTE LEARNING AND REGIONAL DEVELOPMENT

Área temática: Dinâmicas Territoriais e Desenvolvimento Regional

PAULA, Rafael Afonso de
Uni-FACEF - Centro Universitário Municipal de Franca
Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (Uni-FACEF)
rafaelfonsao@gmail.com

SILVA, Juliano Aparecido da
SENAC / Uni-FACEF - Centro Universitário Municipal de Franca
Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (Uni-FACEF)
juliano.asilva@sp.senac.br

CARVALHO NETO, Silvio
Uni-FACEF - Centro Universitário Municipal de Franca
Doutor em Administração (USP)
silvio@facef.br

Resumo

Com a pandemia da covid 19 muitas rotinas foram alteradas entre elas as educacionais, visando não prejudicar e não parar o processo de ensino aprendizagem tomou-se a iniciativa de ensino remoto. O presente artigo tem como objetivo discutir a respeito do ensino remoto nos tempos de pandemia e seus impactos na educação. Questiona-se se tal metodologia contribuiu com o desenvolvimento regional. Em busca da resposta utiliza-se como metodologia de pesquisa uma revisão bibliográfica onde conceitua-se ensino remoto, atividades síncronas e assíncronas, TICs e apresenta ferramentas utilizadas no período pandêmico. Após referida pesquisa conclui-se e propõe uma pesquisa exploratória em uma cidade do interior paulista a verificar se o ensino remoto contribuiu ou não com o desenvolvimento regional.

Palavras-chave: Ensino remoto, Tecnologia da Informação, Desenvolvimento Regional.

Abstract

With the covid 19 pandemic, many routines were altered, including educational ones, not harming and not stopping the teaching-learning process, took the initiative of remote teaching. This article aims to discuss remote teaching in the time of the Pandemic and its actions in education. It is questioned whether this methodology contributed to regional development. In search of an answer, a literature review is used as a research methodology, where remote learning, synchronous and asynchronous activities, ICTs and tools used in the pandemic period are conceptualized. After research, an exploratory research in a city in the interior of São Paulo is concluded and researched to verify whether remote education contributed or not to regional development.

Keywords: Remote Learning, Information Technology, Regional Development.

1 INTRODUÇÃO

Atualmente nota-se de como o mundo foi afetado devido a pandemia do vírus Covid-19, sendo necessário mudar toda a rotina inclusive no sistema educacional. O presente texto tem como objetivo apresentar uma proposta de pesquisa, que ressalta-se ainda está em fase inicial, em torno destas mudanças educacionais durante o período de pandemia. A pesquisa tem como objetivo verificar como ensino remoto foi uma modalidade de ensino que permitiu o acesso ao conhecimento, sem quebrar o isolamento social garantindo saúde dos docentes, discentes e de seus familiares.

O ensino-remoto foi essencial nesse momento de crise mundial, permitindo a conectividade através das plataformas online entre os envolvidos, facilitando o processo ensino-aprendizagem inclusive à atualização dos novos métodos digitais de ensino com o objetivo de traçar novas estratégias para a construção de conhecimento.

O presente estudo tem como objetivo geral de discorrer a respeito do ensino remoto nos tempos de pandemia e seus impactos na educação.

Os objetivos específicos desta proposta consistem em realizar uma discussão sobre os impactos do ensino remoto na educação; recursos didáticos digitais; quais seriam os impactos se não houvesse o ensino-remoto.

O presente texto apresenta as idéias embrionárias desta proposta de pesquisa, em torno dos conceitos iniciais de ensino remoto, e uma possível abordagem metodológica para esta proposta.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Para Brasil (et al, 2019) a tecnologia de informação faz parte da vida diária a sociedade e que ela é futuro da humanidade, principalmente na área de educação. Para os autores os dispositivos móveis (ex: tablets e smartphones) podem contribuir para o aprendizado, podendo ser uma área educacional conhecida como “mobile learning” que tem como objetivo garantir o acesso rápido e facilidade a informação, permitindo maior mobilidade (BRASIL, et al, 2019, p. 15)

Brasil (et al, 2019) discorrem que o processo de ensino-aprendizagem pode passar por várias mudanças ao longo tempo, necessitando aperfeiçoar e se adaptar aos novos métodos. Com isso nota-se que o ensino pode mudar e pode-se notar que com pandemia houve mudança dentro do sistema ensino e na administração das aulas.

Para Paulo (et al, 2020, p. 195) “o termo remoto [...] conforme o Dicionário Online de Português está relacionado a algo que se encontra longe no tempo ou no espaço”, os autores fazem essa reflexão acerca do ensino remoto, para relacionar sobre o uso das tecnologias digitais na educação, onde fazem pontuam que com a pandemia os modelos de ensino tiveram que passar por mudanças, onde então o ensino remoto entra como caráter “emergencial”.

O ensino remoto segundo a portaria do MEC nº 343, de 17 de março de 2020:

“Art. 1º Autorizar, em caráter excepcional, a substituição das disciplinas presenciais, em andamento, por aulas que utilizem meios e tecnologias de informação e comunicação, nos limites estabelecidos pela legislação em vigor, por instituição de educação superior integrante do sistema federal de ensino” (BRASIL, 2020).

Devido a pandemia nota-se a substituição das aulas presenciais por aulas remotos, fazendo uso das TIC'S para continuidade do ensino-aprendizagem, mas então o que é o ensino remoto?

Para Dias e Ramalho (2021, p. 68) referem que o ensino remoto foi um recurso essencial nos tempos de pandemia, sendo “um arranjo para reduzir os prejuízos gerados pela pandemia”, significa que é uma ferramenta a qual pode-se utilizar ferramentas digitais, para que se de a continuidade ao ensino em tempos de crise.

Segundo Camacho (2020, p.2):

“No cenário mundial, inclusive no Brasil, foram tomadas medidas de isolamento social como forma de prevenir e atenuar a propagação da COVID-19, onde a Organização Mundial da Saúde a declarou como uma pandemia em março de 2020” (CAMACHO, 2020, p.2).

Essas medidas segundo a autora seriam a implantação de recursos digitais de modo que desacelerasse a disseminação da Covid-19, através das suspensões das aulas e atividades presenciais por aulas remotas. A autora também sobre alguns softwares que foram utilizados pela Universidade Federal Fluminense seriam esses: “Meet, Classroom, Docs, Planilhas, Apresentações, Agenda, Jamboard entre outros visando a interatividade e a criatividade” (CAMACHO, 2020, p.2).

Então o ensino remoto pode-se dizer que é uma modalidade de ensino que permite o acesso à educação em momentos de crise. A utilização de softwares educacionais para a promoção de aprendizagem e novas formas de ensinar e aprender.

Com a pandemia, professores e alunos tiveram que se adaptar diante a esse cenário, seja adotando novos métodos para que se desse continuidade ao ensino. O ensino remoto entra como recurso emergencial para garantir o acesso ao ensino e aprendizagem.

Camacho (2020, p. 2) aponta sobre a importância da capacitação dos professores e alunos e sobre a disponibilidade de recursos para facilitar o acesso ao conteúdo das aulas, assim como também “planejamento das atividades que pudessem oportunizar momentos de aprendizagem ativa”, seja na adoção de novos métodos de ensinar e de construir o conhecimento.

Segundo os autores Moreira (et al, 2020, p. 252) com a pandemia, houve a suspensão das atividades letivas presenciais, exigindo que os professores e alunos migrassem para essa “realidade online”, ou seja, ao ensino remoto. Apontam que essa fase transição foi um desafio, pois muitos tiveram que recorrer a recursos didáticos digitais, os autores discorrem que:

“[...]os professores se transformaram em youtubers gravando vídeoaulas e aprenderam a utilizar sistemas de videoconferência, como o Skype, o Google Hangout ou o Zoom e plataformas de aprendizagem, como o Moodle, o Microsoft Teams ou o Google Classroom” (MOREIRA, et al, 2020, p. 252).

Então pode-se observar pelas falas dos autores que as tecnologias digitais tiveram um papel importante quanto se trata das plataformas digitais de aprendizagem, pois elas são veículos que transmitem/transferem o conhecimento, permitindo a adoção de novas metodologias de ensino. Os autores apontam a importância em criar modelos de aprendizagem virtuais, no que se trata em inovação e incorporação de novas práticas que promovam ambientes de aprendizagem para a construção de conhecimento (MOREIRA, et al, 2020).

Para administrar esses recursos didáticos digitais é necessário que o docente e discente conheçam essas ferramentas, os autores Moreira, (et al, 2020, p. 253) apontam a

importância do “Guia Pedagógico Semanal (GPS)” que é um guia o qual o discente possa consultar as informações e orientações relacionadas as aulas online. Assim como utiliza-se o GPS como um guia para se chegar a um local, pode-se se refletir que ele é um guia para se chegar ao aprendizado.

Os autores orientam de como utilizar esse guia, sendo preciso desenvolver um cronograma das atividades, colocando em tópicos ou em semanas, quando se trata as atividades a serem desenvolvidas dentro do ambiente virtual.

Camacho (2020, p. 3) destaca a necessidade de “flexibilização de horários, gravação de aulas online para que os alunos pudessem ter acesso aos conteúdos em outros momentos”, com isso a autora nos mostra que é preciso ter uma organização, assim como um controle de frequência dos alunos, de modo que eles e o docente acompanhem esse processo. A autora discute sobre a importância da gravação, se no caso o aluno perdesse aula, poderia ter acesso a ela e conteúdo passado, mostrando que o ensino remoto pode ser facilitador para o processo de ensino-aprendizagem.

Percebe-se que existiam várias ferramentas digitais a serem empregadas no processo de ensino aprendizagem, sendo as mesmas possíveis de se utilizar inclusive no ensino presencial, sendo de uso opcional de docentes e ou instituições, por muitas vezes sendo conceituadas de ferramentas para uso em metodologias ativas de aprendizagem.

Metodologia ativa é um processo de ensinagem dialógico, aberto, ativo e participativo que, por meio da curiosidade, da problematização, da relação teoria/prática, da significação, da co-reflexão, da utilização das TICs e da elaboração da síntese do conhecimento, objetiva resoluções de problemas e situações, construção do conhecimento e da autonomia e formação da cidadania, na qual o estudante autogerencia seu aprendizado, tendo o docente como instigador e mediador. (Ferreira, Morosini, 2019).

Com a exigência do isolamento social e a obrigação legal se fez necessário o uso imediato de ferramentas digitais na aprendizagem forçando as instituições de ensino a utilizarem de forma indispensável aquelas que eram opcionais. Muitas adaptações foram feitas como:

- Aplicativos de bate papo foram utilizados para fórum;
- Redes sociais como youtube utilizadas para webinários
- Aplicativos de reuniões como, zoom, google meet usados como aulas online
- Criação e aperfeiçoamento de centros de medias educacionais.
- E muitas outras ações para de uma forma ou de outra atingir aos educandos.

A tabela abaixo apresenta algumas ferramentas utilizadas para o período de ensino remoto:

XXII ENCONTRO de PESQUISADORES

INTERDISCIPLINARIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

FERRAMENTAS	AÇÃO DE APRENDIZAGEM	LINKS
Microsoft Teams, Google for Education, Facebook, Instagram	Ação colaborativa com a produção interativa na nuvem de textos para organizar e sistematizar as produções	
Kahoot, Mentimeter, Quizizz	alunos possam interativamente debater e refletir temas e conceitos, e apresentar suas respostas e conclusões para verificação em tempo real	www.kahoot.com www.mentimeter.com www.quizizz.com
Audacity, Wavepad, Oceanaudio	Produção e/ou captura e edição de áudios com suas reflexões, ampliando as possibilidades de participação	www.audacity.org www.nch.com.au/index.html www.oceanaudio.com
Windows Movie Maker, Movavi, Camtasia	produção e/ou captura e edição de vídeos com suas reflexões, ampliando as possibilidades de participação	www.movavi.com www.techsmith.com/video.editor.html
Coogole, GoConqr, MindMapMaker	possibilitam reflexão e sistematização de conceitos com a produção de mapas mentais	www.coggle.it www.goconqr.com www.mindmapmaker.org
Google, Bing, Yahoo, Google Acadêmico	pesquisa, preferencialmente em grupo, para aprofundamento de temáticas e conceitos	www.google.com www.bing.com www.br.yahoo.com www.scholar.google.com.br
Google Forms, Wufoo (SurveyMonkey), JotForm, SurveyMonkey	Desenvolva formulários para organizar seus dados e informações	https://www.wufoo.com/ https://www.jotform.com/ https://pt.surveymonkey.com/
Wordpress, Prezi, Sway	possibilidades de apresentação de suas produções criando blogs e usando recursos multimidiáticos (áudio, vídeos, animações)	https://br.wordpress.com/ https://prezi.com/pt/ https://sway.office.com/

Apesar de todas as adaptações e esforços para atingir a todos os alunos muitos desafios foram encontrados como locais onde sinal de internet não chegava, alunos e professores com dificuldade de acesso aos softwares e hardwares, segundo o Comitê Gestor de Internet no Brasil, 58% dos municípios brasileiros não possuem computadores e 33% não possuem internet, 62% das escolas rurais não possuem computadores para uso dos alunos. No aspecto geral 79% dos jovens brasileiros têm acesso a internet, porém apenas por smartphones. (COMITE GESTOR DA INTERNET NO BRASIL, 2019).

Sem computadores e acessando por smartphone esse jovem/aprendiz vivencia apenas redes sociais nem sempre com informações precisas e fundamentadas levando inclusive a uma desigualdade social.

Dessa forma, adotar um ensino cujas práticas levam em conta apenas aspectos técnicos e superficiais, pode colaborar para que sejam reforçadas inúmeras formas de exclusão social, tendo em vista que cada situação particular imprime um modo próprio de vida. Neste sentido, ao pensar estratégias para o ensino remoto é imperativo que haja adequações às condições de cada aluno, sobretudo pelo fato de que não estamos nas escolas, onde ainda é possível igualar algumas condições de acesso aos instrumentos e métodos de ensino. (ARRUDA; NASCIMENTO, 2021).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

De acordo com os pressupostos teóricos de Mazaron (et al, 2020, p. 685):

Através dos conceitos e das diversas relações existentes entre a ludicidade e sua contribuição para a educação, consegue-se compreender a importância dessa ferramenta que visa o desenvolvimento de estudantes em âmbito social e educacional, contribuindo inclusive em prol do desenvolvimento sustentável. (MAZARON, et al, 2020, pág. 685)

Em primeiro momento realizou-se como metodologia uma pesquisa bibliográfica com relação ao tema com vista a conceituar e apresentar proposta de pesquisa. Pretende-se realizar uma pesquisa exploratória em escolas de um município do interior do estado para uma análise qualitativa e quantitativa do desenvolvimento do aluno nas plataformas de ensino digital e se a referida adesão impactaria ou não no desenvolvimento da escola, município e ou região.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Verifica-se que o ensino-remoto foi um grande aliado nesse momento de crise mundial, sendo um recurso que permitiu o acesso à educação de modo que o docente ou discente pudesse interagir com os recursos digitais para a construção de conhecimento.

Nota-se ainda esforço por parte de instituições de ensino, professores, alunos e familiares para que o processo de ensino aprendizagem não pare durante o período de isolamento.

Diante de tantos esforços as barreiras que surgem são quanto ao acesso de todos as referidas tecnologias digitais, pois quando se tem internet não é possível que todos se

conectem de forma plena, quanto se tem computador a internet não é suficiente onde por vezes se tem internet e equipamento existe o analfabetismo digital.

Assim necessita-se de mais estudos e pesquisas para então se concluir se o ensino remoto contribuiu ou não com o desenvolvimento regional e ou local.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, Robson Lima; NASCIMENTO, Robéria Nádia Araújo. **Estratégias de ensino remoto durante a pandemia de COVID-19: um estudo de caso no 5º ano do ensino fundamental.** *Revista Thema*, João Pessoa PB v. 1, n. 20, p. 37-54, 15 jun. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ifsul.edu.br/index.php/thema/article/view/1851>. Acesso em: 19 out. 2021.

BRASIL. DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO. **Resolução do MEC nº 343, de 17 de março de 2020.** Disponível em < <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-343-de-17-de-marco-de-2020-248564376> > Acesso Out. 2021.

BRASIL, S. B; FERENHOF, H. A; SANTOS, B. P. MOBILE LEARNING: **UM ESTUDO EXPLORATÓRIO SOBRE APRENDIZAGEM COM MOBILIDADE NO BRASIL.** Disponível em < https://www.researchgate.net/publication/331791192_MOBILE_LEARNING_UM_ESTUDO_EXPLORATORIO SOBRE APRENDIZAGEM COM MOBILIDADE NO BRASIL > Acesso Out.2021.

CAMACHO, A.C. L. F. **Ensino remoto em tempos de pandemia da covid-19: novas experiências e desafios.** OBJN, 2020, Niterói – RJ.

COMITE GESTOR DA INTERNET NO BRASIL (Brasil) (org.). **Resumo Executivo:** pesquisa tic domicílios. Pesquisa TIC Domicílios. 2019. Disponível em: https://www.cetic.br/media/docs/publicacoes/2/20201123115919/resumo_executivo_tic_dom_2019.pdf. Acesso em: 19 out. 2021.

DIAS, D. S. F; RAMALHO, B. L. **Mobile Learning no Ensino de Didática: caminhos na pandemia.** *INFORMÁTICA NA EDUCAÇÃO teoria & prática*, vol. 24, nº 2, Porto Alegre, 2021.

FADEL, Barbara; MAZARON, André Eduardo Silveira; SILVA, Juliano Aparecido da. O LÚDICO COMO FERRAMENTA EDUCACIONAL E OS DESAFIOS PERANTE A PANDEMIA. In: CARVALHO NETO, Silvio; SMITH, Marinês Santana Justo; OLIVEIRA, Paulo de Tarso. **XXI ENCONTRO DE PESQUISADORES: Desafios em desenvolvimento regional.** Franca SP: Centro Universitário de Franca, 2020. p. 679-687. Disponível em: http://eventos.unifacef.com.br/encpesq/2020/files/XXIENCPEQS_E-BOOK_ANAIS.pdf. Acesso em: 30 jan. 2021.

FERREIRA, Robinalva; MOROSINI, Marília. **Metodologias ativas: as evidências da formação continuada de docentes no ensino superior.** *Revista Docência do Ensino Superior*, Belo Horizonte, v. 9, e002543, 2019. DOI: <https://doi.org/10.35699/2237-5864.2019.2543>.

MOREIRA, J. A. M; HENRIQUES, S; BARROS, D. **Transitando de um ensino remoto emergencial para uma educação digital em rede, em tempos de pandemia.** *Dialogia*, São Paulo, n. 34, p. 351-364, jan./abr. 2020.

PAULO, J. R.; ARAÚJO, S. M. M. S; OLIVEIRA, P. D. **Ensino remoto emergencial em tempos de pandemia: tecendo algumas considerações.** *Dialogia*, São Paulo, n. 36, p. 193-204, set./dez. 2020

***A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO MUNICÍPIO DE FRANCA: CAMINHOS PARA INTEGRAÇÃO
DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL***

***PROFESSIONAL EDUCATION IN THE MUNICIPALITY OF FRANCA: WAYS TO INTEGRATE THE
SUSTAINABLE DEVELOPMENT GOALS***

Área temática: Desenvolvimento Social e Políticas Públicas

VIANNA, Felipe Soave Viegas
Uni-FACEF
vianna100@hotmail.com

CAVALCANTI-BANDOS, Melissa Franchini
Uni-FACEF
melissa@facef.br

FADEL, Bárbara
Uni-FACEF
ba.fadel@terra.com.br

Smith, Marinês Santana Justo
Uni-FACEF
marjustosmith@gmail.com

Resumo

O setor de Serviços no ano de 2019 apresentou o maior saldo positivo de vagas, 382.525, e o setor do Comércio apresentou o segundo maior saldo positivo de vagas com 145.475. O setor de Serviços cresceu 2,22%, (+ 10.620 postos de trabalho) e o Comércio 1,61 % (+ 7.787 postos de trabalho), no mesmo ano comparado com 2018, dados do CAGED 2019. Sendo assim, considerando a retração do mercado devido a pandemia de COVID-19, há uma necessidade latente de unir os atores do segmento para criar oportunidades de emprego. O objetivo geral deste artigo é discutir as políticas públicas municipais para a educação profissional e sua relação com o ODS11, destacando o Comércio de Bens, Serviços e Turismo. Para atender o objetivo geral adotou-se como proposta metodológica a pesquisa exploratória com dados secundários levando em consideração o estudo bibliográfico. Este artigo propõe a participação de todos os atores envolvidos na educação profissional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo no ciclo das políticas públicas e ações de governança para o Município de Franca e responde à questão de pesquisa, como a educação profissional no Comércio de Bens, Serviços e Turismo é tratada em Franca e qual a relação com a ODS 11?

Palavras-chave: ODS, Educação Profissional, Franca/SP.

Abstract

The Services sector in 2019 had the largest positive balance of vacancies, 382,525, and the Commerce sector had the second largest positive balance of vacancies, with 145,475. The Services sector grew 2.22% (+ 10,620 jobs) and Commerce 1.61% (+ 7,787 jobs), in the same year compared to 2018, according to CAGED 2019. Therefore, considering the retraction of the market due to the COVID-19 pandemic, there is a latent need to unite the players in the sector to create employment opportunities. The general objective of this article is to discuss municipal public policies for professional education and its relationship with the SDG11, highlighting the Trade of Goods, Services and Tourism. To meet the general objective, exploratory research with secondary data was adopted as a methodological proposal, taking into account the bibliographical study. This article proposes the

participation of all actors involved in professional education in the Commerce of Goods, Services and Tourism in the cycle of public policies and governance actions for the Municipality of Franca and answers the research question, such as professional education in the Commerce of Goods, Services and Tourism is dealt with in Franca and what is the relationship with ODS 11?

Keywords: ODS, Professional Education, Franca/SP.

1 Introdução

As preocupações contemporâneas, distantes no espaço e no tempo de comunidades primitivas, mas com semelhanças na formação econômica original na relação do ser humano com a natureza e sua integração, nas relações do ser humano com seu trabalho, na existência quanto espécie, na evolução da forma de trabalhar e no fazer coletivo (KÜLLER, 1996), são evoluções constantes na vida das pessoas que geram impactos positivos e negativos. Fatos positivos como a Agenda 2030 no Brasil, o livro “Educação para os ODS” (UNESCO, 2017), com orientações diretas à educação, o ODS 11 – “Cidades e comunidades sustentáveis”, são exemplos de ações conjuntas de nível mundial com a participação e envolvimento da sociedade com objetivos comuns.

Portanto se torna necessário avaliar as políticas públicas do município de Franca para a educação profissional verificando se há integração com o ODS 11 a partir do conceito de política públicas que são diretrizes desenvolvidas pelos *policy makers*, com determinações a partir do conceito multicêntrico (SECHHI, 2013) considerando múltiplos olhares, positivos ou negativos que influenciam, regulam e podem determinar um específico comportamento da sociedade no âmbito geral e individual (SOUZA, 2017).

O chefe da tribo Tiavea em Samoa teceu comentários sobre o fazer, “Se tivéssemos o direito de fazer apenas uma coisa e não pudéssemos participar de todos os trabalhos que precisam de força humana, teríamos só metade da alegria, ou talvez nenhuma” (KÜLLER, 1996, p. 20), assim como acontece nos tempos atuais a participação é direito e dever de todos. Neste âmbito, sempre será necessário o pensar coletivo no desenvolvimento de políticas públicas para a educação profissional do comércio de bens, serviços e turismo, considerando a disponibilidade de vagas de emprego que é crescente segundo dados do CAGED 2019 comparado com o ano de 2018. O setor de serviços cresceu 2,22% com a criação de 10.620 novos postos de trabalho e o setor do comércio apresentou crescimento de 1,61% com a criação de 7.787 novos postos de trabalho.

A proposta metodológica para este artigo é a pesquisa exploratória de dados secundários levando em consideração o estudo bibliográfico como os marcos legais para a educação profissional no país com a Lei nº 1.606, de 20 de dezembro de 1906, a Constituição dos Estados Unidos do Brasil em 1937, o Decreto-Lei nº 2.381, de 9 de julho de 1940, que aprovou o quadro das atividades e profissões, o registro das associações e enquadramento social, os autores especialistas em políticas públicas, Secchi (2013), Souza (2017), o Plano Municipal de Educação de Franca, o livro “Educação para os ODS” (UNESCO, 2017) e importância da competência em informação, com o artigo “O Conhecimento, as Redes e a Competência em Informação (Coinfo) na Sociedade Contemporânea: Uma Proposta de Articulação Conceitual” (BELLUZZO, 2014).

Assim, é objetivo geral deste artigo é discutir as políticas públicas municipais para a educação profissional e sua relação com o ODS11, destacando o Comércio de Bens, Serviços e Turismo. Todavia, é necessário refletir sobre a participação das escolas de educação profissional, dos comerciantes, dos sindicatos, das associações, do poder executivo, do poder legislativo e da comunidade no ciclo de políticas públicas municipais em questão considerando a integração com o ODS 11.

Após esta introdução, será possível na seção 2, “Referencial teórico”, identificar as literaturas estudadas e relacionadas à cada subseção como: 2.1 – “Aspectos gerais das Políticas Públicas” que apresenta o conceito de política pública e contextualiza o problema público e seus atores no ciclo da política pública; 2.2 – “As PP da Educação Profissional – Marcos Legais”, trata do conceito de subvenção pelas leis ao longo da história das políticas públicas para a educação profissional; 2.3 – “A Educação Profissional no Município de Franca – Plano Municipal” traça as políticas municipais relacionadas a educação profissional; 2.4 – “Plano Municipal de Educação de Franca, Educação Profissional e o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 11 - Cidades e comunidades sustentáveis” analisa a integração da ODS 11 com o PMEF com duração de dez anos. Na seção 3, são apresentados os “Procedimentos Metodológicos”, que representam os métodos de pesquisa

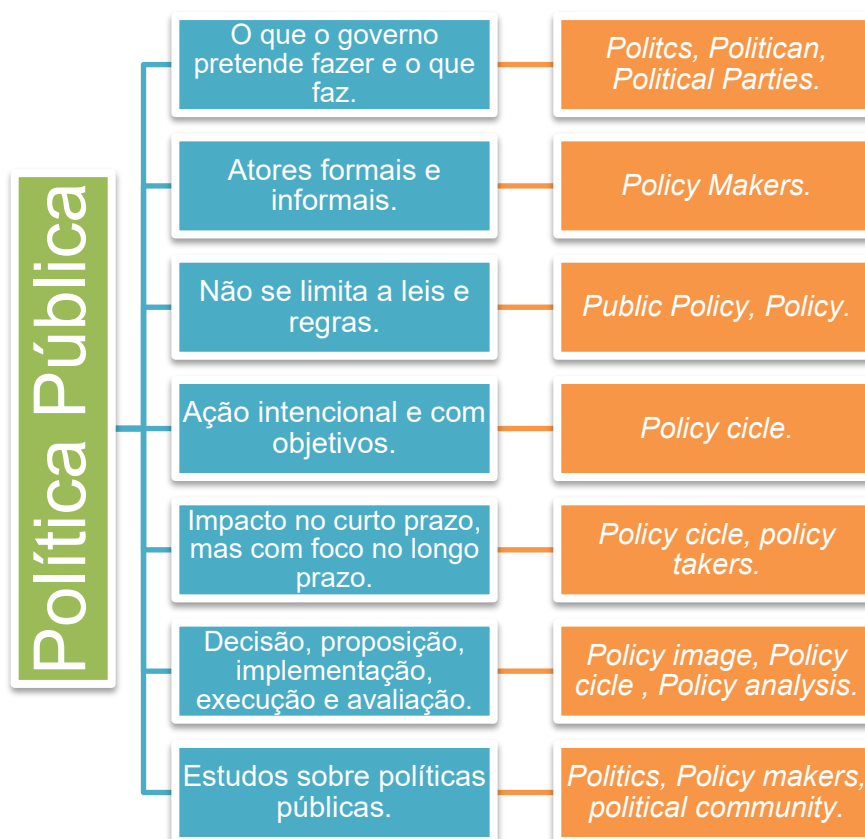
adotados no artigo, já na seção 4 são apresentados os “Resultados e Discussão” e na seção 5 as considerações finais.

2 Referencial Teórico

2.1 Aspectos gerais das Políticas Públicas

Nesta seção, são apresentados os aspectos gerais acerca das políticas públicas, como podem ser observados na Imagem 1 na qual são apresentados a definição e os modelos de Política Pública, as intersecções relacionadas as políticas públicas, o que o governo faz e o que pretende, os atores envolvidos, a relação com as leis e regras, a ação com intencionalidade e objetivos claros, os impactos de curto e longo prazo, a decisão, a proposição, a implementação, a execução, a avaliação e os estudos sobre a arte.

Imagem 1 – Definição e modelos de Política Pública



Fonte: Criado pelo próprio autor com base em Souza (2017).

A Política Pública necessita de um problema público, da intencionalidade para uma resposta à necessidade, com diretrizes, o que fazer, como fazer, como avaliar e como recircular a formação de políticas públicas. Assim, uma possível definição para políticas públicas é a regra formulada pelos *policy makers*, com determinações a partir do conceito holístico considerando múltiplos olhares, positivos ou negativos que influenciam, regulam e podem determinar um específico comportamento da sociedade no âmbito geral e individual (SOUZA, 2017).

Uma relação com a Matriz 1 – Definição de Política Pública são os conceitos de *policy ou public policy*, a política pública, leis, regras, campanhas, prêmios, obras, multas, taxas, impostos e a própria agenda pública. Os atores informais ou formais são formadores das políticas públicas, governo, sociedade e mercado, *policy makers*. Os políticos representam o que o governo deve fazer e o que faz, *politics ou politician e no caso dos partidos, political parties*. A ação intencional e com

objetivos; o impacto no curto prazo, mas com foco no longo prazo; a decisão, proposição, implementação, execução e avaliação, estão relacionados com o ciclo da política pública, *policy cycle* e a *policy image*. Finalmente os estudos sobre políticas públicas por toda a comunidade política, *political community* e a *polity*, a política (SECHHI, 2013 e SOUZA 2017). Levando em consideração que os estudos sobre políticas públicas surgiram na área acadêmica nos Estados Unidos da América na década de 1930 (SOUZA, 2017) e atualmente duas vertentes foram adotadas, a abordagem estatista e a abordagem multicêntrica.

Como exemplo, o Projeto ERT – Ensinar Respeito entre o Brasil, os Estados Unidos da América e a UNESCO visa combater a discriminação na educação e por ela promover transformações e uma das frentes deste projeto é a formulação de políticas públicas que está inserida do conceito à prática do Ensinar Respeito (UNESCO, 2018). Algumas questões foram levantadas sobre este assunto, perguntas para serem trabalhadas em comunidade, na Parte 1 do “ Programa, Diretrizes para integrar o ERT nas escolas: conjunto de princípios fundamentais para formuladores de políticas públicas, com as seguintes reflexões” (UNESCO, p.14 ,2018): “Como a legislação nacional pode combater a discriminação?; Que políticas nacionais e locais precisam ser iniciadas para permitir a consolidação do Projeto ERT?; Como o ERT pode ser integrado ao currículo?; Como os professores podem ser motivados a participar da mudança e a integrar o ERT nas salas de aula?; Que liderança é necessária para apoiar a mudança de incluir o ERT na estrutura escolar? ” (UNESCO, p.15 ,2018). No seu guia de implementação, o conceito de formuladores de políticas é relacionado com todos os cidadãos nas esferas, nacional, estadual e municipal, com a obrigação de apoiar a educação livre de discriminação e estabelecer um planejamento para os recursos destinados a este projeto (UNESCO, 2018).

Outro exemplo é o Mapeamento do Empreendedorismo Criativo e Social no Brasil do British Council, em conjunto com o Social Enterprise UK (SEUK) e a Catavento Pesquisas que vislumbram compreender a governança, a atuação e dificuldades no Brasil relacionados ao empreendedorismo. Na economia criativa é possível reconhecer os impactos criativos e sociais, mas também apresentar os impactos positivos no desenvolvimento econômico e no emprego são partes da estratégia de fomento de novas políticas públicas do governo federal, considerando o longo prazo e o poder positivo das políticas culturais no Brasil (BRITISH COUNCIL, 2020).

Sendo assim, quando as políticas públicas estão centradas no estado a abordagem é estatista, mas a abordagem multicêntrica considera atores fora do estado, as redes de políticas públicas, a comunidade política participa ativamente. Portanto, neste estudo a abordagem será a multicêntrica para apoiar o processo de governança, a relação com a informação e a interação das políticas públicas municipais para a educação profissional com o ODS 11.

2.2. As PP da Educação Profissional – Marcos Legais

No ano de 1906, passou a vigorar a lei nº 1.606, de 20 de dezembro de 1906, que no seu art. 1º define que pela gestão do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio criam-se escolas de educação profissional nas capitais da federação com o objetivo não somente da inclusão social, mas formar tecnicamente e intelectualmente os filhos dos menos afortunados e prover maneiras de “adquirir hábitos de trabalho profícuo, que os afastará da ociosidade ignorante, escola do vício e do crime;” (BRASIL, p. 6975, 1906).

Sendo que no seu art. 2º, fica explícito que somente a indústria brasileira seria atendida nesta agenda devido a formação de operários e contramestres pelo ensino prático e por conhecimentos técnicos aos menores que galgam uma carreira, com trabalho mecânico que os estados definiriam, mas com indicação de foco na indústria. Além das escolas serem operadas nos imóveis da federação, esta política pública estabeleceu orientações para o ingresso, remuneração, verba e principalmente a possibilidade de subvenção para escolas que atendessem os requisitos da lei e poderiam ser públicas ou particulares. (BRASIL, 1906).

A ação de subvenção federal na educação profissional na lei supracitada abriu caminhos para que após trinta e um anos na Constituição dos Estados Unidos do Brasil em 1937, a imposição ao Estado que “Cumpra-lhe dar execução a esse dever, fundando institutos de ensino profissional e subsidiando os de iniciativa dos Estados, dos Municípios e dos indivíduos ou associações particulares e profissionais” (BRASIL, p. 22359, 1937). A convergência com as organizações da sociedade civil e conselhos destacou-se no dever da indústria e sindicatos criarem as escolas de aprendizes para os operários e associados com subsídios, auxílios e facilidades disponibilizadas pelo poder público (BRASIL, 1937).

XXII ENCONTRO de PESQUISADORES

INTERDISCIPLINARIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

No Decreto-Lei nº 2.381, de 9 de julho de 1940, “aprova o quadro das atividades e profissões, para o Registro das Associações Profissionais e o enquadramento sindical, e dispõe sobre a constituição dos sindicatos e das associações sindicais de grau superior” (BRASIL, p. 13.345, 1940), sendo assim, estabeleceu-se a Confederação Nacional do Comércio com três grupos, Comércio Atacadista, Comércio Varejista e Agentes Autônomos do Comércio com suas atividades ou categorias econômicas conforme o quadro 1 - Atividades ou categorias econômicas da Confederação Nacional do Comércio.

Quadro 1 - Atividades ou categorias econômicas da Confederação Nacional do Comércio.

COMÉRCIO ATACADISTA	COMÉRCIO VAREJISTA	AGENTES AUTÔNOMOS DO COMÉRCIO
• Comércio atacadista de algodão e outras fibras vegetais • Comércio atacadista de café • Comércio atacadista de carnes frescas e congeladas • Comércio atacadista de carvão vegetal e lenha • Comércio atacadista de gêneros alimentícios • Comércio atacadista de tecidos, vestuários e armarinho • Comércio atacadista de louças, tintas e ferragens • Comércio atacadista de maquinismos em geral • Comércio atacadista de materiais de construção • Comércio atacadista de material elétrico • Comércio atacadista de minérios e combustíveis minerais • Comércio atacadista de produtos químicos para a indústria e lavoura • Comércio atacadista de drogas e medicamentos	• Lojistas do comércio (estabelecimentos de tecidos, de vestuário, adorno e acessórios, de objetos de arte, de louças finas, de ótica, de cirurgia, de papelaria e material de escritório, de livraria, de material fotográfico e congêneres) • Comércio varejista de carnes frescas • Comércio varejista de gêneros alimentícios • Comércio varejista de produtos farmacêuticos • Comércio varejista de maquinismos, ferragens e tintas (utensílios e ferramentas) • Comércio varejista de material elétrico • Comércio varejista de automóveis e acessórios • Comércio de vendedores ambulantes (trabalhadores autônomos)	• Corretores de mercadorias • Corretores de navios • Corretores de imóveis • Despachantes aduaneiros • Despachantes de estradas de ferro • Leiloeiros • Representantes comerciais • Comissários e consignatários • Trabalhadores na indústria do material elétrico

Fonte: Produção do próprio autor com base no Decreto-Lei nº 2.381, de 9 de julho de 1940.

Após a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) no ano de 1943, abriu-se espaço para o reconhecimento da Confederação Nacional do Comércio, pelo Decreto nº 20.068, de 30 de novembro de 1945, artigo único, “Fica reconhecida a Confederação Nacional do Comércio, com sede na Capital da República, como entidade sindical de grau superior coordenadora dos interesses econômicos do comércio em todo o território nacional, na conformidade do regime instituído pela Consolidação da Leis do Trabalho”.

Portanto, os estados da federação criaram suas federações e no estado de São Paulo, em 1938, com a comunidade de comerciantes visando representar os interesses das empresas do setor e contribuir para o crescimento da nação, foi fundada a Federação do Comércio do Estado de São Paulo, a Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo. Composta por conselhos e comitês: Comitê ESG, sigla em inglês para *Environmental, Social and Governance*, no tripé “responsabilidades social, ambiental e de governança” (Szajman, 2021); Comitê de Entretenimento, Conselho de Assuntos Tributários; Conselho de Economia Digital e Inovação; Conselho de Turismo; Conselho de Emprego e Relações do Trabalho; Conselho de Relações Internacionais; Conselho de Sustentabilidade; Conselho Superior de Direito; Conselho de Economia Empresarial e Política; Conselho do Comércio Atacadista; Codecon - Conselho Estadual de Defesa do Contribuinte e o Conselho de Serviços (FecomercioSP, 2021).

No Município de Franca o Sindicato do Comércio Varejista de Franca - SINCOMERCIO responsável pela Convenção Coletiva de Trabalho 2020/2021, em conjunto com o Sindicato dos Empregados do Comércio de Franca, orientam e efetivam as políticas públicas de forma democrática

(ANDI, CONANDA, UNICEF, 2005) e em conjunto a ACIF – Associação do Comércio e Indústria de Franca, fundada no dia 18 de setembro de 1944 (Franca, 1944), que representa e incorpora empresários do comércio e da indústria, prestadores de serviço com destreza nos serviços prestados aos associados e desenvolvimento regional. No seu estatuto social da ACIF (2021), como finalidade:

- a) representar os empresários e sociedades empresárias do comércio, da indústria, da agricultura, de serviços, de transportes, de instituições financeiras, de seguros, de difusão e divulgação, bem, como atividades não empresárias que operem na forma da lei.
- b) defender, amparar, orientar, coligar e instruir seus associados.
- c) impetrar, se necessário, mandado de segurança coletivo em defesa dos interesses dos Associados, na forma da lei.

Na educação profissional, pelo Decreto-Lei nº 8.621 de 10 de janeiro de 1946, apresenta-se o SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, atribuindo à Confederação Nacional do Comércio - CNC, “organizar e administrar, no território nacional, escolas de aprendizagem comercial” (BRASIL, 1946) e como parágrafo único definiu a adesão aos cursos de continuação ou práticos e de especialização, a governança do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC.

O art. 3º objetiva e garante a colaboração no aperfeiçoamento do ensino comercial de formação, entende-se modalidades relacionadas a educação profissional, cursos de curta duração e preocupação com o aparelhamento escolar, matrículas gratuitas para comerciários, servidor de um estabelecimento, seus filhos e estudantes que atendam aos requisitos do programa de gratuidade estabelecido. Neste sentido é garantido que as políticas públicas supracitadas são políticas públicas multicêntricas, atendendo a intencionalidade pública e respondendo a um problema público, bem como a participação da comunidade política, misto de política regulatória, redistributiva e distributiva (SECCHI, 2013).

2.3. A Educação Profissional no Município de Franca

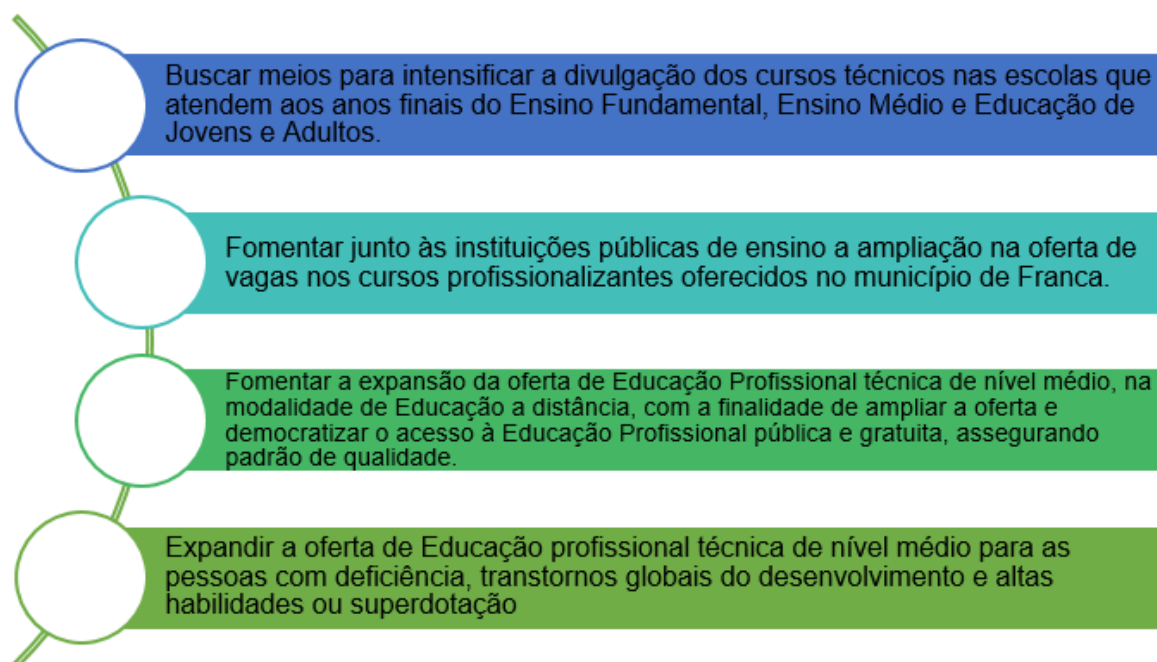
No art. 1º da lei nº 13.005 no ano 2014, instaurou o Plano Nacional de Educação – PNE, com duração de dez anos, de 2015 até 2025, indicado para desenvolvimento em toda a união com as seguintes diretrizes:

- a) Erradicação do analfabetismo;
- b) Universalização do atendimento escolar;
- c) Superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;
- d) Melhoria da qualidade da educação;
- e) Formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;
- f) Promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;
- g) Promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País;
- h) Estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto - PIB, que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;
- i) Valorização dos (as) profissionais da educação;
- j) Promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

Destaque para o item exposto no tópico anterior na diretriz e) “ formação para o trabalho e para a cidadania com ênfase nos valores morais” e neste sentido o Poder Executivo do Município de Franca pela lei nº 8.300, de 31 de agosto de 2015, PL 108/2015, institui o Plano Municipal de Educação de Franca, com duração de dez anos, alicerçado em metas e estratégias que neste caso serão relacionadas as que estão ligadas a educação profissional, Meta 11.

A meta 11 busca, “expandir as matrículas da Educação Profissional técnica de nível médio, em regime de colaboração com União e Estado, assegurando a qualidade da oferta e expansão no segmento público” (Franca, 2015), com as seguintes estratégias conforme o quadro 2 – Estratégias para a Educação Profissional do Município de Franca – Plano Municipal de Educação de Franca.

Quadro 2 – Estratégias para a Educação Profissional do Município de Franca – Plano Municipal de Educação de Franca



Fonte: Produção do próprio autor com base na lei nº 8.300, de 31 de agosto de 2015,

A participação da sociedade civil na indicação, criação e avaliação das políticas públicas são essenciais sendo que no caso da Meta 11, verifica-se a falta de colaboração com a União, Estado e Sociedade Civil. Nesta perspectiva que o todo sempre é mais importante do que a soma de partes e que pessoas, ideologias, instituições e interesses (SOUZA,2007), há explícita necessidade de acrescentar a sociedade civil nas estratégias como “Fomentar junto às instituições públicas e privadas de ensino a ampliação na oferta de vagas nos cursos profissionalizantes oferecidos no município de Franca”, ou seja, abarcar todos os atores no município com objetivos comuns para o desenvolvimento social e econômico.

2.4 Plano Municipal de Educação de Franca, Educação Profissional e o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 11 – “Cidades e comunidades sustentáveis”

Para conectar partes distintas dos âmbitos da sociedade há a necessidade de uma infraestrutura de redes de informação, “surtem novas formas de organização e de racionalização econômica dos processos de produção e das relações de trabalho” (BELLUZZO, 2014, p.49), e sem margens para a negativa identifica-se que ao longo dos anos o desenvolvimento sustentável é tratado de uma forma organizada e racional. Com novos paradigmas relacionados a sustentabilidade a Organização das Nações Unidas (ONU) desenvolveu um novo marco legal em 2015 os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), são no total 17 ODS com 169 metas que devem influenciar positivamente na identificação de problemas públicos municipais relacionados a educação profissional, no desenvolvimento de políticas públicas e no ciclo das políticas públicas no caso deste estudo. Como os ODS abarcam desafios para a sobrevivência humana considerando aspectos econômicos, sociais e naturais, a análise será entre a meta 11 e do Plano Municipal de Educação de Franca - PMEF em relação com o ODS 11, “Cidades e comunidades sustentáveis”, com referências ao Livro Educação para os ODS (UNESCO, 2017).

A meta 11 do PMEF busca aumentar as matrículas na educação profissional a partir da colaboração entre a União e Estado, qualidade de oferta e expansão no segmento público, ação que promove exclusão de todas escolas de educação profissional privadas por dez anos. Nesta política pública que vive seu ciclo em plenitude é possível acrescentar a necessidade do tópico indicado no livro, Educação para os ODS (UNESCO, 2017), “comunidades e suas dinâmicas” - tomada de

decisões, governança, planejamento, resolução de conflitos, comunidades alternativas, comunidades saudáveis, comunidades inclusivas, ecovilas e cidades de transição”, como sugestão de estreitamento no desenvolvimento de políticas públicas e o envolvimento da sociedade com foco no desenvolvimento social e econômico. É possível identificar a relação de integração dos Objetivos de Aprendizagem para o ODS 11 com as comunidades e suas dinâmicas, na aprendizagem cognitiva, socioemocional e comportamental (UNESCO, 2017):

Objetivos de aprendizagem cognitiva:

- O educando conhece os princípios básicos de planejamento e construção sustentável, e é capaz de identificar oportunidades para tornar sua própria área mais sustentável e inclusiva.
- O educando entende o papel dos tomadores de decisão locais e da governança participativa e a importância de representar uma voz sustentável no planejamento e nas políticas para sua área.

Objetivos de aprendizagem socioemocional:

- O educando é capaz de utilizar sua voz para identificar e utilizar os mecanismos de participação pública nos sistemas de planejamento local, para exigir investimentos em infraestruturas sustentáveis, edifícios e parques em sua área e para debater os méritos de planejamento de longo prazo.
- O educando é capaz de conectar-se e ajudar grupos comunitários locais e online no desenvolvimento de uma visão de futuro sustentável para sua comunidade.
- O educando é capaz de refletir sobre sua região no desenvolvimento de sua própria identidade, compreendendo os papéis que os ambientes naturais, sociais e técnicos tiveram na construção de sua identidade e cultura.
- O educando é capaz de contextualizar suas necessidades, dentro das necessidades dos ecossistemas mais amplos que o cercam, por assentamentos humanos sustentáveis, tanto local como globalmente.

Objetivos de aprendizagem comportamental:

- O educando é capaz de planejar, implementar e avaliar projetos de sustentabilidade baseados na comunidade.
- O educando é capaz de participar e influenciar os processos de decisão sobre sua comunidade.
- O educando é capaz de falar contra/a favor e organizar sua voz contra/a favor de decisões tomadas para a sua comunidade.
- O educando é capaz de cocriar uma comunidade inclusiva, segura, resiliente e sustentável.

O paradigma da comunicação fica claro nos objetivos de aprendizagem destacados acima com relação as competências dos educandos e a governança participativa no planejamento, na integração, na participação do ciclo das políticas públicas, nos sistemas de planejamento local, nos grupos comunitários considerando a cultura, as necessidades dos ecossistemas com o objetivo de influenciar e estar presente nos processos de decisão. Este olhar integrativo é essencial para o acompanhamento deste objetivo e competência com relação a ação cidadã e participação ativa na identificação do problema público e no início do ciclo da política pública com a presença de toda comunidade em questão.

3 Procedimentos Metodológicos

Como constructo e procedimentos metodológicos deste artigo realizou-se uma abordagem qualitativa com pesquisa descritiva a partir da análise documental que integram o corpus de análise e as contribuições. Assim, modificar, deixar nítido, alterar conceitos e ideias, sempre buscando a solução de um problema público ou a possibilidade de novas visões e hipóteses para o futuro formam e promovem um fato (GIL, 1994, p.44) no sentido da pesquisa.

A pesquisa científica com base em livros, textos, revistas, resenhas, artigos científicos, leis, decretos e outras fontes foram a leitura de referência e leitura corrente (MARCONI e LAKATOS, 2019), assim o procedimento de pesquisa bibliográfico forma a sustentação deste estudo com base nos marcos legais para a educação profissional no país com a lei nº 1.606, de 20 de dezembro de 1906, a Constituição dos Estados Unidos do Brasil em 1937, o Decreto-Lei nº 2.381, de 9 de julho de 1940, que aprovou o quadro das atividades e profissões, o registro das associações e enquadramento social, os autores especialistas em políticas públicas, Secchi (2013), Souza (2017), o Plano Municipal de educação de Franca, Educação para os ODS (UNESCO, 2017) e importância da competência em informação, com o artigo “O Conhecimento, as Redes e a Competência em Informação (Coinfo) na Sociedade Contemporânea: Uma Proposta de Articulação Conceitual” (BELLUZZO, 2014).

4 Resultados e Discussão

O valor dos modelos de rede, além de sua combinação de organismos e pessoas, são meio para promover ações nos setores privado e público com os objetivos de desenvolvimento sustentável e desenvolvimento de valor conjunto, compartilhamento de informações, criação de novos conhecimentos permitindo diagnosticar e instaurar estratégias de envolvimento dos tomadores de decisões e da comunidade na criação de políticas públicas (BELLUZZO, 2014).

No Brasil, a Agenda 2030 conta com os “Indicadores Brasileiros para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável” que são classificados em “Produzido”, “Em análise/construção”, “Sem dados” e “Não se aplica ao Brasil”, e no caso do ODS 11, especificamente os indicadores 11.a: “Apoiar relações econômicas, sociais e ambientais positivas entre áreas urbanas, peri-urbanas e rurais, reforçando o planejamento nacional e regional de desenvolvimento” e o 11.a.1: “Número de países que possuem políticas urbanas nacionais ou planos de desenvolvimento regional” que (a) “respondem à dinâmica populacional”; (b) “garantem um desenvolvimento territorial equilibrado”; e (c) “possuem responsabilidade fiscal” (BRASIL, 2021), vale ressaltar que nestes casos somente o indicador 11.a.1 foi produzido e o 11.a está sem classificação considerando que são importantes para a participação ativa dos cidadãos nas políticas públicas e no caso do Município de Franca identifica-se uma restrição na participação de escolas de educação profissional privadas no Plano Municipal de Educação de Franca.

Portanto, ao analisar a Meta 11 “expandir as matrículas da Educação Profissional técnica de nível médio, em regime de colaboração com União e Estado, assegurando a qualidade da oferta e expansão no segmento público” (Franca, 2015), duas estratégias devem ser consideradas para esta análise. A 11.2: “Fomentar junto às instituições públicas de ensino a ampliação na oferta de vagas nos cursos profissionalizantes oferecidos no município de Franca” e a 11.3: “Fomentar a expansão da oferta de Educação Profissional técnica de nível médio, na modalidade de Educação a distância, com a finalidade de ampliar a oferta e democratizar o acesso à Educação Profissional pública e gratuita, assegurando padrão de qualidade”; assim, findado que ambas as estratégias seguem a orientação de focar somente na promoção da oferta da educação profissional nas instituições de ensino públicas orientadas pelo texto, política pública, da Meta 11.

Considerando a expansão de vagas no Comércio de Bens, Serviços e Turismo conforme dados do CAGED, o setor de serviços no ano de 2019 apresentou o maior saldo positivo de vagas, 382.525, e o setor do comércio apresentou o segundo maior saldo positivo de vagas com 145.475. O setor de serviços cresceu 2,22%, (+ 10.620 postos de trabalho) e o comércio 1,61 % (+ 7.787 postos de trabalho), no mesmo ano comparado com 2018. O reflexo percebido é na necessidade de mão-de-obra competente para atender o crescimento de oferta de emprego nestes setores da economia. A interação do poder público com os representantes do Comércio de Bens, Serviços e Turismo - o SINCOMERCIO de Franca, a ACIF e as instituições de educação profissional é necessária para o estabelecimento de políticas públicas que atendam a demanda de mão-de-obra, mas acima disto a formação de mão-de-obra qualificada e integrada com o mundo de trabalho.

Assim como resultado da pesquisa considera-se a necessidade de ajuste na política pública desenvolvida no Plano Municipal de Educação de Franca referente a educação profissional, pois há possibilidade de inserir as instituições privadas de educação profissional para garantir sua premissa que é expandir as matrículas da Educação Profissional técnica de nível médio no Município gerando impactos positivos no Comércio de Bens, Serviços e Turismo com disponibilidade mão-de-obra de qualidade.

Em relação à questão, como a educação profissional no Comércio de Bens, Serviços e Turismo é tratada em Franca e qual a relação com a ODS 11?. Foi observado que não há participação de toda a comunidade nos objetivos da política pública em questão considerando que o ODS 11 não é atendido bem como os objetivos de aprendizagem propostos pela Agenda 2030 no Brasil.

5 Considerações Finais

A política pública deriva de um problema público que emerge de uma necessidade comum da sociedade e há uma intencionalidade no seu desenvolvimento considerando um ciclo, o ciclo da política pública, e pautada na agenda do Governo Municipal. Quando se trata de agenda pública, midiática ou governamental, a educação profissional é pauta desde o ano de 1906 no país definitivamente por um problema público da época, a necessidade de formação, o fazer, uma profissão, o desenvolvimento de competências a partir da mobilização de conhecimento, habilidades, atitudes, valores e a conexão com o entorno. Vale ressaltar a visão de futuro no enfrentamento deste problema público pois seus impactos são de longo prazo e sentidos atualmente.

No ano de 1937, outra política pública foi instaurada com o objetivo de subvenção federal na educação profissional como saída para aprimorar e ampliar a formação profissional no país devido a falta capilaridade das ações federais neste âmbito e indicou que a convergência com as organizações da sociedade civil e conselhos, sindicatos, poder público nas iniciativas dos Estados, dos Municípios e dos indivíduos ou associações particulares e profissionais, promovesse a criação de escolas de aprendizes chamadas na época. Na década de 40 a CNC, Confederação Nacional do Comércio, recebeu a atribuição da gestão do SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, concretizando a intenção de subvenção e participação direta da sociedade civil na educação profissional. O SENAC é uma empresa privada que recebe receita compulsória do Comércio de Bens, Serviços e Turismo conforme sua criação pelo Decreto-Lei nº 8.621 de 10 de janeiro de 1946, no caso do município de Franca há uma unidade escolar, o Senac Franca, desde 9 de janeiro de 1988.

Parte importante deste relato é a conexão com as partes desta rede de informação que produzem novas formas de conhecimento ampliando os processos e relações políticas e sociais, e as relações laborais. A Colinfo, competência da informação, é observada no contexto social, a partir do domínio de saberes e de habilidades para interação prática com a realidade e visão crítica na concretização de ações com foco nas necessidades da sociedade. O acesso à informação, a avaliação da informação e o uso da informação são essenciais para todos os cidadãos pois assim é possível compreender, localizar, avaliar criticamente, organizar e utilizar de forma efetiva a informação (BELUZZO, 2014), para o exercício da cidadania da comunidade da educação profissional do município de Franca.

A função social da informação e do conhecimento são considerados poder, pois constituem uma sociedade multicêntrica com oportunidades de aprendizagem como elemento para entender as estruturas sociais, políticas e econômicas (BELUZZO, 2014), sendo que a participação no desenvolvimento de políticas públicas é proporcionar uma ação intencional, disseminar a informação, ter o poder de estar presente e participar. A possibilidade de desenvolver a competência política nos cidadãos e a relação com o ODS11 é intencional para que a sociedade absorva os fantásticos objetivos de aprendizagem da Agenda 2030 como forma de projetos que vislumbrem o presente e o futuro, por meio da governança participativa e do planejamento coletivo.

Outro ponto importante é o planejamento de cenários futuros para a educação profissional no município, desenvolver um fórum técnico setorial com parceria da ACIF, dos sindicatos, dos comerciantes, das instituições de ensino e de conselhos, é uma saída para manter o crescimento econômico e social de Franca.

6 Referências

ACIF. Associação Comercial e Industrial de Franca. (2021). Estatuto Social. Disponível em: <http://www.acifranca.com.br/SITE/conteudo/estatuto-social.html>. Acesso: 14 set. 2021.

Andi, Conanda e UNICEF. Ouvindo Conselhos: democracia participativa e direitos da infância na pauta das redações Brasileiras – São Paulo: Cortez, 2005.

Belluzzo, R. C. B. O CONHECIMENTO, AS REDES E A COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO (COINFO) NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA: UMA PROPOSTA DE ARTICULAÇÃO

CONCEITUAL. Perspectivas em Gestão & Conhecimento, [S. l.], v. 4, p. 48–63, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/pgc/article/view/21276>. Acesso em: 11 out. 2021.

Brasil. (1906). Lei nº 1.606, de 20 de dezembro de 1906. Cria nas capitais dos Estados da República Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primário e gratuito. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, p. 6975, 26 set. 1909. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-7566-23-setembro-1909-525411-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 12 set. 2021.

Brasil. (1937). Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, p. 22359, 10 nov. 1937. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1930-1939/constituicao-35093-10-novembro-1937-532849-publicacaooriginal-15246-pl.html>. Acesso em: 12 set. 2021.

BRASIL. (2021). Indicadores Brasileiros para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Disponível em: <https://odsbrasil.gov.br/objetivo/objetivo?n=11>. Acesso em: 10 out. 2021.

CAGED. Cadastro Geral de Empregados e Desempregados. Disponível em: <http://pdet.mte.gov.br/images/ftp/dezembro2019/nacionais/1-sumarioexecutivo.pdf>. Acesso: 21 set. 2021.

Council, British.(2020). Empreendedorismo Criativo e Social no Brasil. Disponível em: https://www.britishcouncil.org.br/sites/default/files/_relatorio_dice_brasil_pt_web.pdf. Acesso em: 20 set. 2021.

Decreto-Lei Nº 2.381, DE 9 DE JULHO DE 1940. Aprova o quadro das atividades e profissões, para o Registro das Associações Profissionais e o enquadramento sindical, e dispõe sobre a constituição dos sindicatos e das associações sindicais de grau superior. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-2381-9-julho-1940-412322-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 12 set. 2021.

Decreto-Lei Nº 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Diário Oficial da União - Seção 1 - 9/8/1943, Página 11937. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-5452-1-maio-1943-415500-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 12 set. 2021.

Decreto nº 20.068, de 30 de novembro de 1945. Reconhece a Confederação Nacional do Comércio. Diário Oficial da União - Seção 1 - 4/12/1945, Página 18201. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-20068-30-novembro-1945-480483-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 12 set. 2021.

Decreto-Lei nº 8.621, DE 10 DE JANEIRO DE 1946. Dispõe sobre a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/del8621.htm. Acesso em: 12 set. 2021.

FRANCA. (1944). ACIF – Estatuto Social. Fundada no dia 18 de setembro de 1944. Disponível em: <http://www.acifranca.com.br/SITE/conteudo/novo-estatuto-social-acif.html>. Acesso em: 11/10.

FRANCA. (2015). Lei nº 8.300, de 31 de agosto de 2015, PL 108/2015, Institui o Plano Municipal de Educação, na conformidade do artigo 8º da Lei Federal n.º 13.005, de 25 de junho de 2014. Disponível em: <https://franca.sp.leg.br/pt-br/legislacao/lei-no-8300-de-31-de-agosto-de-2015>. Acesso em: 12 set. 2021.

FEMOERCIO. (2021). Há mais de 80 anos, uma entidade moderna. Disponível em: <https://www.fecomercio.com.br/institucional/sobre>. Acesso em: 12 set. 2021.

FEMOERCIO. (2021). Comitê ESG é inaugurado com grandes “players” do mercado. 19/08/2021. Disponível em: <https://www.fecomercio.com.br/noticia/comite-esg-e-inaugurado-com-grandes-players-do-mercado>. Acesso em: 12 set. 2021.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social – São Paulo: Atlas, 1994.

Küller, José Antonio. Ritos de Passagem: gerenciando pessoas para a qualidade – São Paulo: Editora Senac São Paulo, 1996.

Lakatos, Eva Maria. Marconi, Maria de Andrade. Fundamentos de metodologia científica - São Paulo: Atlas, 2003.

Secchi, Leonardo. Políticas Públicas. Conceitos, Esquema de análise, Casos Práticos - São Paulo: Cengage. 2013.

Secchi, Leonardo. Análise de Políticas públicas. Diagnóstico de Problemas, Recomendação de Soluções – São Paulo/SP: Cengage Learning, 2016.

Oliveira, Sheila Fernandes Pimenta e. Estrutura e formatação de trabalhos acadêmicos: compilação e discussão das normas da ABNT e atalhos facilitadores para digitação – Franca: Uni-FACEF, 2019.

Souza, C. Estado da Arte da Pesquisa em Políticas Públicas. In: HOCHMAN, Gilberto; ARRETCHE, Marta; MARQUES, Eduardo. Políticas Públicas no Brasil. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007.

Unesco, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. *Education for Sustainable Development Goals: learning objectives* – Brasília: UNESCO, 2017.

UNESCO. (2018). Ensinar respeito por todos: guia de implementação. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000261591>. Acesso em: 18 set. 2021.

**A EXPERIÊNCIA DO USUÁRIO NOS MECANISMOS DE BUSCA SEARCH ENGINE
OPTIMIZATION**

THE USER'S EXPERIENCE IN SEARCH ENGINE OPTIMIZATION SEARCH MECHANISMS

Área temática: Tecnologia, Sistemas e Inovação.

CAMOSSI, Gustavo
Universidade Estadual Paulista (UNESP), Marília, São Paulo, Brasil
Mestrando em Ciência da Informação
gustavo.camossi@unesp.br

ROCHA, Cinéia
Universidade Estadual Paulista (UNESP), Marília, São Paulo, Brasil
Mestrando em Ciência da Informação
cineia.rocha@unesp.br

RODAS, Cecílio Merlotti
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP), Votuporanga, São Paulo,
Brasil.
Doutor em Ciência da Informação
cecilio.rodas@ifsp.edu.br

Resumo

Os mecanismos de busca são responsáveis por recuperar as informações de diferentes formatos na *Web* de maneira eficaz e eficiente. Nesta conjuntura, o estudo da Experiência do Usuário junto com a Recuperação da Informação se tornou vital para o desenvolvimento de mecanismos que satisfaçam e contribuam com a utilização de um sistema. O **objetivo** desse artigo é investigar como as atuais tecnologias de informação e comunicação podem influenciar na Experiência do Usuário, tendo enfoque nas técnicas de *Search Engine Optimization*, sob um olhar da Ciência da Informação, mediante a construção de um quadro, associando as facetas da Experiência do Usuário com as técnicas de *Search Engine Optimization*. A **metodologia**, trata-se de uma pesquisa bibliográfica, caracterizada como um estudo de revisão narrativa de literatura que buscou obter uma visão abrangente das publicações sobre os estudos da Experiência do Usuário, Arquitetura da Informação e *Search Engine Optimization*. Os **Resultados** elaboraram-se esquemas e representações visuais que se apresentam uma síntese da Experiência do Usuário com as técnicas de *Search Engine Optimization*, utilizando as facetas da Experiência do Usuário, por intermédio destes esquemas visuais, identificaram-se que as técnicas de *Search Engine Optimization* colaboram na apresentação das respostas de buscas, que diferenciam a experiência do usuário quando comparado com a busca tradicional. **Conclusão**, por meio deste trabalho, apurou-se como os mecanismos estão avançando segundo a visão da Experiência do Usuário, onde inovações referentes às buscas se mostram aderentes às necessidades apontadas pelos principais autores que discutem sobre a Experiência do Usuário.

Palavras-chave: Experiência do Usuário, *Search Engine Optimization*, *Web*.

Abstract

Search engines are responsible for retrieving information from different formats on the Web in an effective and efficient manner. At this juncture, the study of User Experience together with Information Retrieval has become vital for the development of mechanisms that satisfy and contribute to the use of a system. The objective of this article is to investigate how current information and communication technologies can influence the User Experience, focusing on Search Engine Optimization techniques, from an Information Science perspective, by building a framework associating the facets of User Experience with Search Engine Optimization techniques. The methodology, is bibliographic research, characterized as a study of narrative literature review that sought to obtain a comprehensive view of publications on the studies of User Experience, Information Architecture and Search Engine

Optimization. The Results were elaborated schemas and visual representations that present a synthesis of User Experience with Search Engine Optimization techniques, using the facets of User Experience, through these visual schemas, it was identified that Search Engine Optimization techniques collaborate in the presentation of search responses, which differentiate the user experience when compared to traditional search. Conclusion, through this work, it was ascertained how the mechanisms are advancing according to the vision of User Experience, where innovations related to searches are adherent to the needs pointed out by the main authors who discuss User Experience.

Keywords: User Experience, Search Engine Optimization, Web.

1 INTRODUÇÃO

É comum que se realizem buscas na Web, como procurar o endereço de um museu, um número de telefone ou uma receita de um prato típico. Essas são tarefas rotineiras que qualquer pessoa pode realizar. Segundo Kemp (2021), os números de usuários que usavam a Internet em janeiro de 2021, correspondem a 4,66 bilhões, representando um aumento de 316 milhões (7,3%) desde o ano anterior.

É evidente que a popularização das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), principalmente em ambientes digitais, tem permitido aos usuários certo grau de autonomia na utilização e escolha das tarefas a serem realizadas. Os ambientes digitais estão sempre melhorando e, como resultado, há preocupações sobre como as informações são disponibilizadas nesses ambientes. Com isso, as informações disponibilizadas no ambiente digital cresceram exponencialmente e a preocupação em encontrá-las no momento certo manteve-se constante.

Le Coadic (2005, p. 11) no editorial da Revista Ciência da Informação aponta que:

Não podemos deixar de constatar que estamos diante de uma ciência e de uma tecnologia desenfreadas, turbulentas. Em consequência, devemos dominar um conjunto explosivo, em número e em variedade, de conhecimentos científicos e técnicos, que se caracteriza por: -um surgimento ininterrupto de conceitos, métodos, modelos, leis etc.; -um crescimento exponencial da largura de banda, da capacidade de memória, dos fluxos de tratamento automático de dados etc.

Dada a quantidade de informações disponíveis na Web e a preocupação com a forma como esses dados serão disponibilizados aos usuários, faz-se necessário o surgimento de soluções para a recuperação dessas informações. Isso implica que as disciplinas de Arquitetura da Informação (AI), Experiência do Usuário (UX) utilizem seu *corpus* e contribuam para o desenvolvimento de estudos em mecanismos de busca. A Arquitetura da Informação visa planejar ambientes digitais que atendam aos requisitos em termos de contexto, conteúdo e usuários (MORVILLE; ROSENFELD, 2006). Essa estruturação visa tornar as informações disponíveis e acessíveis de forma adequada, pertinentes e utilizáveis pelos usuários, inserindo a Experiência do Usuário nos mecanismos de busca, devido a questões relacionadas à organização, recuperação e disponibilização das informações.

Nesse contexto, percebe-se que o desenvolvimento de ambientes de informação digital que incluem AI e UX possui semelhanças. Ambas as disciplinas indicam a importância de um projeto que começa com a identificação do contexto, conteúdo e usuário. O objetivo da arquitetura da informação é promover a usabilidade, acessibilidade e localização da informação, e a experiência do usuário agrega outra perspectiva que é estimular sentimentos que melhorem o acesso e o uso da informação por meio de um ambiente digital estruturado (FERREIRA, 2018).

Nesse cenário, enfatiza-se que os mecanismos de busca estão em constante evolução, com o objetivo de entender as intenções de busca dos usuários e recuperar as informações relevantes. Além disso, os mecanismos de busca tornaram uma parte importante da UX, pois permitem uma recuperação de informações assertivas. Supõe-se, portanto, que a arquitetura de informação digital pode ser enriquecida com princípios de UX, como por exemplo, aprofundamento no conhecimento da cultura, tipo de tecnologia envolvida, valores, estratégia de conteúdo, formas de interação do usuário com o ambiente informacional digital (FERREIRA, 2018).

No entendimento de que as técnicas de *Search Engine Optimization* (SEO) estão colaborando com a UX no processo de recuperação de informação e que estão alterando a maneira como os usuários realizam buscas na Web, propõe-se a questão: Como o uso das técnicas de SEO podem contribuir com a Experiência do Usuário nos mecanismos de busca?

Com o crescente volume de informações nos ambientes informacionais, se traz neste trabalho reflexões sobre como seria possível disponibilizar conteúdos informacionais otimizados para

os mecanismos de busca com o aporte das disciplinas de AI e UX. Desse modo, mostra-se ao longo deste texto que os estudos UX e SEO podem contribuir para a Ciência da Informação no processo de recuperação da informação em ambientes informacionais digitais.

Este artigo, portanto, tem como objetivo investigar e discutir como as tecnologias de informação e comunicação atuais podem afetar a Experiência do Usuário, com ênfase nos mecanismos de busca, com enfoque nas técnicas *Search Engine Optimization*, em uma perspectiva da Ciência da Informação.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico analisado para a realização deste artigo centrou-se nos seguintes temas: experiência do usuário, mecanismos de busca e *Search Engine Optimization*. Estes tópicos serão detalhados a seguir.

2.1 EXPERIÊNCIA DO USUÁRIO

Os estudos sobre o comportamento do usuário começaram no final do século XIX e no início do século XX com a revolução industrial, durante esse tempo, o desenvolvimento de produtos em série cresceu e, como resultado, o número de especialistas diminuiu. Junto com os avanços tecnológicos, as indústrias foram incentivadas a aumentar sua produção e novos limites foram impostos ao trabalho humano. A competição de produtos no mercado aumentou, o que tornou necessário conhecer as necessidades e preferências das pessoas para então direcionar a produção (BULEY, 2013).

Buley (2013), afirma que a disciplina de Experiência do Usuário foi e é moldada por diferentes áreas do conhecimento. Suas origens estão nos estudos de Frederick Winslow Taylor e Henri Ford, dois dos pioneiros na pesquisa da relação homem-máquina e nas interações de eficiência para a produção em série.

No início do século XX, apareceram os estudos da ligação homem-máquina com ponto central na eficiência e produtividade, e em particular os estudos realizados por Taylor. Na década de 1940, o Sistema de Produção Toyota registrava o processo de produção contínuo e melhorado “[...] respeito pelas pessoas e a participação dos trabalhadores na solução de problemas e na otimização dos processos” (BULEY, 2013, p. 11).

Com o advento da *web* e a fácil aquisição de computadores pessoais, as interfaces gráficas, as ciências cognitivas e o design tornaram-se novos desafios. Os conceitos de interação humano-computador (IHC), design de usabilidade e interação conduziram os estudos de experiência do usuário (FERREIRA, 2018).

No ambiente digital, Gerdink (2012), aponta que as pesquisas de Experiência do Usuário contribuíram para a evolução dos ambientes digitais e estão diretamente relacionadas com: arquitetura da informação, funcionalidade do produto, desenvolvimento de plataforma, interface do usuário, usabilidade, acessibilidade e estratégia de conteúdo. Os estudos de UX e IA podem contribuir para experiências positivas para o usuário na utilização de ambientes de informação digital, uma vez que a busca por uma estrutura ideal para esses ambientes naturalmente também inclui mudanças na tecnologia e, portanto, no comportamento do usuário. (FERREIRA, 2018). Sendo assim, examinar a Experiência do Usuário de um produto ou serviço possibilita a promoção de experiências de alta qualidade e influência concretamente como será a aceitação de um produto ou serviço.

Desta forma, os estudos sobre UX podem ajudar a desenvolver modelos e estruturas para a seleção e organização da informação no momento do desenvolvimento de um produto ou serviço digital. Existem diferentes modelos quando as pessoas procuram informações. A modelagem de necessidades e comportamentos nos força a fazer perguntas recorrentes, como: que tipo de informação os usuários desejam, quanta informação é suficiente e como eles realmente interagem com a arquitetura (ROSENFELD; MORVILLE; ARANGO, 2015).

Nesse sentido, a experiência de um usuário pode ser positiva ou negativa e essas percepções ocorrem no momento da interação com o sistema. Portanto, o planejamento de um site relaciona-se a aspectos como estética, *design*, conteúdo da informação e recursos para seu uso, bem como atributos agregados à personalidade dos indivíduos, como cultura, talento, sensibilidade, desejos, motivações e comportamento. Ressalta-se que a usabilidade de um ambiente pode ser

percebida através das formas de navegação, busca e acessibilidade que correspondem às necessidades de informação (FERREIRA; VIDOTTI, 2016).

No contexto da Arquitetura da Informação, a experiência do usuário pode estar relacionada à acessibilidade em termos de funcionalidade, confiabilidade orientada ao conteúdo e usabilidade. Morville (2004) aponta que para que um site entregue experiências positivas, ele deve atender a alguns requisitos básicos, identificados em sete facetas que podem afetar a experiência do usuário, descritas na **Figura 1**.

Figura 1 - Facetas da UX



Fonte: MORVILLE (2004, p. 2, tradução nossa)

As facetas, apresentadas na **Figura 1**, foram descritas por Morville (2004) como:

- **Útil:** constitui o desenvolvimento de produtos ou sistemas prezando a utilidade, cultivando o conhecimento dos profissionais que desenvolvem o produto ou sistema para soluções inovadoras cada vez mais úteis;
- **Utilizável:** não se refere apenas às simplicidades de uso; a usabilidade tem o intuito de promover uma boa relação entre o humano e o computador;
- **Desejável:** busca pela eficiência; o design deve ser moderado pelo julgamento, poder, valor da imagem, identidade, marca e outros componentes de design emocional;
- **Encontrável:** diz respeito à encontrabilidade da informação; elaborar sites de simples navegação, com objetos nitidamente detectáveis, para que usuários sejam capazes de localizar o que precisam;
- **Acessível:** refere-se à acessibilidade; os sites precisam possuir fácil acesso e serem navegáveis por pessoas com e sem deficiência;
- **Confiável:** os usuários devem acreditar no ambiente informacional e no conteúdo nele presente;
- **Valioso:** devem fornecer valor aos patrocinadores, em que, para organizações sem fins lucrativos, a UX deve colaborar com a ampliação da missão e, para as organizações com fins lucrativos, deve proporcionar satisfação ao cliente.

Essas facetas podem servir a vários propósitos ao mesmo tempo. O modelo não é apenas uma boa ferramenta para pensar além da facilidade de uso. Ele também oferece uma abordagem modular para *web design* que nos permite ir além dos limites convencionais e perceber que mudanças simples de *layout* podem não ser suficientes para corrigir problemas em um *site* ou aplicativo. Nessas circunstâncias, a Arquitetura da Informação baseia-se no desenvolvimento da

estrutura de sites visando facilidade de uso, acessibilidade e descoberta, e ajuda a construir ambientes que atendam às necessidades dos usuários com ênfase na UX.

Os mecanismos de busca podem ser vistos como um dos elementos importantes para a satisfação do usuário, visto que é através deles que se realiza o primeiro contato com o meio digital. Portanto, sua resposta à ação de pesquisa deve mostrar resultados que garantam uma boa UX (CONEGLIAN et al., 2017). Para entender como os princípios de usabilidade e acessibilidade promovem o desenvolvimento dos mecanismos de busca é necessário aprofundar a compreensão desses elementos.

Os conceitos de usabilidade e SEO estão intimamente relacionados. Um site com uma usabilidade adequada e que esteja otimizada aos mecanismos de busca, ganhará acessos orgânicos, pois os algoritmos utilizados pelos mecanismos de busca avaliam certos critérios para decidir se o site é relevante para os usuários tais como: facilidade de uso, navegação e compreensão, fornecimento de informações diretas e acionáveis relevantes à consulta, ambiente projetado para ser acessível a navegadores modernos e oferta de conteúdo de alta qualidade, legítimo e confiável.

2.2 MECANISMOS DE BUSCA

As buscas no ambiente digital *on-line* são feitas por meio de *search engines*, expressão traduzida para o português como "mecanismo de busca" ou "buscador". *Search engine* é um sistema de recuperação da informação que tem como finalidade específica ajudar na busca de informações mantidas em ambientes computacionais, ou seja, são sistemas encarregados em buscar a informação almejada e, portanto, quanto mais adequado for o resultado proporcionado pelo mecanismo e quanto mais rápido ele apresentar esse resultado, mais útil se tornará para quem faz a busca (GABRIEL; KISO, 2020).

Podemos ressaltar que com a evolução dos mecanismos de busca passaram-se a considerar algumas características e comportamentos dos usuários no momento em que a busca por informações é realizada, assim recuperando informações que realmente são importantes para os usuários, proporcionando a melhor experiência possível. Segundo Rosenfeld, Morville e Arango (2015), embora a literatura forneça muitas pesquisas relacionadas aos mecanismos de busca, muitas são as variáveis envolvidas (nível de conhecimento e motivação do usuário, tipos e quantidade de informação pesquisada etc.). No entanto é possível dizer que um mecanismo de busca deve ser eficiente tanto em nível de granularidade (áreas de pesquisa, tipo de conteúdo, público, assunto, cronologia etc.), quanto em nível mais refinado de pesquisa (componentes do conteúdo dentro do próprio documento como, por exemplo, título do artigo, autor, afiliação, palavras-chave etc.) (KALBACH, 2009; ROSENFELD; MORVILLE; ARANGO, 2015).

Os usuários nem sempre sabem expressar o que procuram, mas uma boa interface de pesquisa pode ajudá-los a encontrar o que procuram. A apresentação dos resultados da pesquisa também é uma possibilidade de refinar a pesquisa (ROSENFELD; MORVILLE; ARANGO, 2015). Pensando nisso, e ainda com o objetivo de qualificar as consultas de pesquisa de usuários inexperientes, os autores recomendam o uso de construtores de consultas, ferramentas que podem melhorar o desempenho de uma pesquisa.

Portanto, ao empregar as técnicas de SEO possibilita-se um melhor posicionamento nos resultados de busca dos conteúdos informacionais. Diante disso, apresentaremos as técnicas de *Search Engine Optimization* que têm contribuído significativamente para posicionamento nos mecanismos de busca.

2.3 SEARCH ENGINE OPTIMIZATION

A busca por informação não é algo recente, visto que os usuários precisam deste bem, de valor estratégico, para a tomada de decisões. Contudo, com o passar dos anos, a maneira como procuramos informações avançou e, em razão desses avanços tecnológicos e da massificação das TICs, expandiram-se os canais de acesso. Sendo assim, a informação tornou-se mais presente no cotidiano dos usuários, influenciando o consumo, os hábitos e o estilo de vida das pessoas.

O *Search Engine Optimization* é um conjunto de técnicas que, uma vez aplicadas apropriadamente, pretende tornar um site mais visível e melhor posicionado na lista de resultados de um mecanismo de busca. O principal objetivo do SEO é otimizar os sites para que os mecanismos de busca os possam encontrar, ler, avaliar e indexar (LEDFORD, 2007). Adicionalmente, o autor considera que o SEO é um método a ser seguido para aperfeiçoar a visibilidade de um site nos

mecanismos de busca. A otimização de sites para mecanismos de busca está, geralmente, ligada a pequenas modificações em zonas chave desses sites.

Essas técnicas podem ser aplicadas através de diferentes estratégias, abrangendo ambos os conteúdos, como *HyperText Markup Language* (HTML) e outras técnicas que abrangem a escrita de textos em um formato desejável, mídia e outros elementos envolventes ao seu conteúdo e, ganhando *links* para seu domínio a partir de outros elementos de alta qualidade. O SEO pode ser classificado por categorias diferentes: SEO *on-page* e SEO *off-page*. O SEO *on-page* refere-se à otimização do conteúdo do *website* para tentar combinar a busca de algoritmos dos mecanismos de busca. Já o SEO *off-page* está relacionado ao ganho de *links* e tráfego para um site a partir de outros domínios. Estes diferentes mecanismos combinados determinam a classificação e o valor do *site* quando se trata de visibilidade nos mecanismos de busca. Enquanto ambos são essenciais para um *website* de boa qualidade e bem classificados, SEO *off-page* possui uma influência no *ranking* do mecanismo de busca, mas deve sempre ser construído sobre uma constante otimização na página (ZLATIN, 2017).

O SEO consiste em entender como os usuários procuram tópicos de interesse e quais resultados são considerados relevantes no momento da busca. O objetivo é reunir uma série de elementos para buscar oportunidades e gerar resultados naturais para atender às solicitações de navegação, informações e transações dos usuários.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, caracterizada como um estudo de revisão narrativa de literatura que buscou obter uma visão abrangente das publicações sobre os estudos da Experiência do Usuário, Arquitetura da Informação e *Search Engine Optimization*.

Os artigos de revisão narrativa são publicações amplas, apropriadas para descrever e discutir o desenvolvimento ou o "estado da arte" de um determinado assunto, sob ponto de vista teórico ou contextual (ROTHER, 2007). Constituem, basicamente, de análise da literatura publicada em livros, artigos de revista impressas e/ou eletrônicas na interpretação e análise crítica pessoal do autor.

Essa revisão possui caráter qualitativa, já que tem papel importante na educação continuada ao permitir que o leitor adquira conhecimento e atualize seu conhecimento sobre determinada temática em curto espaço de tempo, e por não possuir uma metodologia que permita a reprodução de dados e nem respostas quantitativas específicas ao contrário de uma revisão sistemática que é planejada para responder uma pergunta específica, que utiliza protocolos específicos e que busca entender e dar alguma logicidade a um grande *corpus* documental (ROTHER, 2007; GALVÃO; RICARTE, 2019).

Sendo assim, para a concretização deste trabalho, realizou-se uma busca nas bases de dados *Web of Science* (WoS) e BRAPCI (Base de Dados em Ciência da Informação), bem como no Repositório de Institucional da Universidade Estadual Paulista (UNESP), utilizando como palavras chaves de busca: "*search engine optimization*", "arquitetura de informação" e "experiência do usuário", nos idiomas português e inglês.

A fim de obter um *corpus* teórico mais vasto e significativo, optou-se em não determinar um tempo específico, após a recuperação desses materiais encontrados, realizou-se a leitura integral dos resumos e dos estudos recuperados para a localização de termos e conceitos relacionados a Experiência do Usuário, Arquitetura da Informação e *Search Engine Optimization*, nomeando por sua vez, os textos considerados relevantes para essa pesquisa.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com o passar dos anos, a *Web* passou a concentrar um volume de páginas com uma gama grande de informações. À medida que a quantidade de informações na *Web* aumentava, crescia também a necessidade de organizar as páginas nesse ambiente.

Embora os mecanismos de busca tenham apresentado uma constante evolução com o passar dos anos, destaca-se que as ferramentas que obtiveram popularidade foram aquelas que possibilitaram as melhores experiências para os usuários (Google). Essa evolução iniciou-se com a criação de algoritmos mais eficientes, que permitiam uma indexação e recuperação mais adequada, apesar da quantidade de documentos disponíveis continuar a crescer exponencialmente.

Entretanto, ao utilizar os mecanismos de busca, os usuários podem sentir certa insegurança nos resultados obtidos devido a quantidade de informações recuperadas a partir de uma busca. Uma

maneira de proporcionar melhores resultados e facilitar o processo de busca é a utilização das técnicas de SEO.

No contexto dos mecanismos de busca, a utilização das técnicas de SEO, poderiam agregar funcionalidades, que permitam que os algoritmos dos mecanismos de busca compreendam os conteúdos inseridos na *Web*, recuperando informações organizadas em um ranking que ofereça respostas relevantes para os usuários nas primeiras posições.

Portanto, o estudo da disciplina de experiência do usuário tornou-se relevante no intuito de aperfeiçoar os processos dos mecanismos de busca, e em eficiência quanto às necessidades de informação dos usuários. Sendo assim, os conceitos de SEO e de Experiência do Usuário, tornaram-se essenciais no desenvolvimento dos mecanismos de busca.

Nesse ambiente de estudo, o SEO surgiu com a necessidade de organizar as páginas. Embora o número de links fosse pequeno, era fácil para um site aparecer nos resultados da busca, mas com o fácil acesso à *Web*, o conjunto de sites se popularizou, tornando as técnicas de SEO mais complexas. Sendo assim, esta forma de proporcionar uma melhor experiência, obtendo e apresentando informações com respostas rápidas e precisas, é o principal objetivo dos mecanismos de busca. Portanto, a evolução do SEO visa melhorar continuamente essa experiência.

Para entender o uso dessas técnicas de SEO para o usuário, desenvolveu-se um quadro (**Quadro 1**), apresentando os aspectos de UX descritos por Morville (2004). O quadro é composto por duas colunas: a primeira demonstra as facetas de experiência do usuário; a segunda descreve a interpretação das características de UX e descreve as funcionalidades associadas por intermédio do SEO.

Quadro 1 – Sete facetas da UX e associadas por intermédio do SEO

Faceta	<i>Search Engine Optimization</i>
Útil	O conteúdo de uma página da <i>Web</i> deve ter utilidade para o usuário.
Utilizável	A página deve ter facilidade de uso e fornecer o que o usuário espera.
Desejável	O <i>site</i> deve apresentar elementos (imagens, identidade, marca, sons, animações) visualmente atraentes e que incentivem a interação, fator bastante relacionado à interface do usuário.
Encontrável	De uma maneira simples, é o objetivo do SEO fazer com que os usuários encontrem o <i>site</i> de maneira simples e prática.
Acessível	O <i>site</i> deve estar acessível a todos os usuários, independentemente das condições em que eles se encontrem.
Credível	O conteúdo desenvolvido em um <i>site</i> deve oferecer valor aos usuários.
Valioso	A página da <i>Web</i> deve transmitir autoridade sobre o assunto para que os usuários confiem no conteúdo desenvolvido.

Fonte: Elaborado pelos autores

Por meio da análise do **Quadro 1** é possível observar que os mecanismos de busca estão analisando o comportamento dos usuários para compreender o que realmente é importante para eles no momento da busca, a fim de oferecer a melhor experiência possível. O uso dessas técnicas de SEO na elaboração e concepção de um site pode contribuir na apresentação e na recuperação da informação dos resultados de pesquisa dos usuários, passando a oferecer conteúdos relevantes e proporcionando uma experiência de busca que supere as expectativas do usuário.

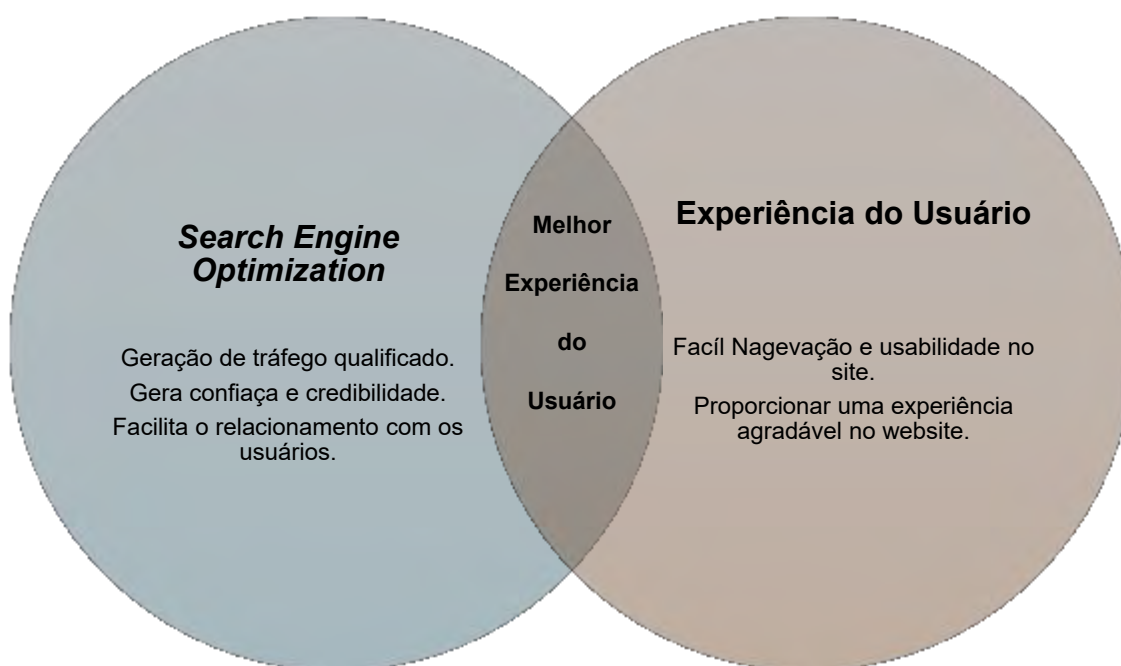
Uma característica demonstrada pelo **Quadro 1** é que o uso das técnicas de SEO podem conduzir o processo de busca, agilizando o processo de localização da resposta pelo usuário, e melhorando a visualização dela.

O SEO objetiva melhorar o posicionamento orgânico nos mecanismos de busca. Entretanto, se as técnicas do SEO forem aplicadas sem o escopo do usuário, até podem funcionar, porém não trarão a precisão na performance do site em mecanismos de busca. Se as técnicas de SEO forem utilizadas em conjunto com a UX, observa-se aprimoramento das respostas obtidas, com maior relevância nas respostas obtidas, além da possibilidade de refinamento na recuperação. Outro

benefício é a melhor colocação do site no mecanismo de busca, com o site ocupando as primeiras posições. Neste caso, além de contexto, as informações no site representam conteúdo que pode ser consumido de forma agradável, mais orgânica.

Para melhor compreensão da relação entre UX e SEO, apresenta-se a **Figura 2**, onde demonstra-se que o SEO é responsável por trazer visitantes ao site, enquanto a UX colabora para tornar o ambiente mais fácil de usar, proporcionando aos usuários fácil navegação, acessibilidade de conteúdo, velocidade de carregamento da página e qualidade de conteúdo. Essas e outras funcionalidades da UC colaboram para que os usuários permaneçam no site.

Figura 2 – Relação da SEO e UX.



Fonte: Elaborado pelos autores.

Portanto, ao combinar as técnicas de SEO e com os elementos de UX, afirma-se que quanto mais esforços forem dedicados a usabilidade em geral, os mecanismos de busca favoreceram o site nos resultados de busca, pois esses mecanismos vêm observando o comportamento dos usuários, para garantir resultados precisos nas respostas de busca. Como os algoritmos do mecanismo de busca evoluíram para manter a experiência do usuário, afirma-se que ao utilizar o SEO e a experiência do usuário juntos pode-se gerar tráfego qualificados e aumentar a permanência dos usuários no site.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O volume de informações e mudanças nos mecanismos de busca podem colaborar para uma mudança no comportamento do usuário. Os usuários estão cada vez mais utilizando a Web para pesquisar informações, consumir conteúdo de texto, foto e vídeo e para se conectar com outras pessoas. Diante deste contexto, é fundamental analisar que a recuperação das informações de forma rápida e precisa auxiliará a melhora da UX. Estudos pertinentes à recuperação de informação nos mecanismos de busca vêm cooperando de forma expressiva para a evolução da Web e para experiências cada vez mais satisfatórias para o usuário. No campo da Ciência da Informação, estes estudos tornam-se cada vez mais importantes em direção de debater quais as melhores maneiras e práticas de se recuperar as informações e demonstrá-las aos usuários de maneira simples e organizada.

Este trabalho discute como as técnicas de SEO vem contribuindo com a UX dentro dos mecanismos de busca. O SEO está alterando a forma de representar, organizar e recuperar informação na *Web*, mostrando como é importante o seu uso juntamente com a UX, apresentando uma nova maneira de representar e organizar estes resultados. Ambos os conceitos trabalham de formas diferentes, porém se complementam ao proporcionar uma melhor experiência do usuário. Ao considerar o ranqueamento que as técnicas de SEO proporcionam, a UX colabora indiretamente, já que os mecanismos de busca também proporcionam uma melhor experiência, como critério de classificação.

O trabalho aqui apresentado discorre sobre tais questões, e apresenta as técnicas de SEO e como elas estão alterando a forma como os mecanismos de buscas estão apresentando seus resultados, o que pode influenciar na experiência do usuário. O SEO tem demonstrado uma certa evolução na forma de representar e organizar as informações nos mecanismos de buscas, alterando a organização visual das respostas de busca.

Destaca-se também, a análise feita que explora as facetas da Experiência do Usuário no contexto dos mecanismos de buscas, em especial demonstrando a importância das técnicas de SEO e como essas técnicas estão envolvidas e relacionadas na criação de um ambiente digital e com a disciplina de Experiência do Usuário.

Através do quadro apresentado, demonstra-se que as técnicas de SEO não se trata somente de tecnologia e sim de usuários, ao demonstrar o quanto essas técnicas contribuem com a Experiência do Usuário nos mecanismos de busca. Como dito anteriormente, o SEO refere-se à otimização de um ambiente digital, para que as buscas direcionadas às questões que esse site se propõe a resolver sejam acessadas de forma rápida e eficiente, ao aplicar as técnicas de SEO, entende-se que a contribuição do SEO para a Experiência do Usuário, consiste em apresentar resultados mais precisos nos mecanismos de busca, já que ao recuperar documentos precisos, proporciona-se uma melhor experiência dentro dos mecanismos de busca.

Portanto, neste trabalho examinamos como os mecanismos de busca estão evoluindo a partir de uma perspectiva da Experiência do Usuário, mostrando que as principais inovações em termos de processos e pesquisa atendem às necessidades identificadas pelos principais teóricos da Experiência do Usuário. A reflexão futura na perspectiva da Ciência da Informação deve ser estimulada para que a perspectiva desta área contribua com produtos e serviços que melhor atendam às necessidades de informação dos usuários.

REFERÊNCIAS

BERNARDO, W. M.; NOBRE, M. R. C.; JATENE, F. B. A prática clínica baseada em evidências: parte II - buscando as evidências em fontes de informação. **Revista da Associação Médica Brasileira**, v. 50, p. 104–108, 2004.

BULEY, L. **The User Experience Team of One: A Research and Design Survival Guide**. 1ª edição ed. [s.l.] Rosenfeld Media, 2013.

CONEGLIAN, C. S. et al. A Experiência do Usuário nos mecanismos de busca Knowledge Graph e o Knowledge Vault. **Informação@Profissões**, v. 6, n. 2, p. 35–59, 2017.

FERREIRA, A. M. J. F. DA C. [UNESP. Contribuições da experiência do usuário para a arquitetura da informação. 27 mar. 2018.

FERREIRA, A. M. J. F.; VIDOTTI, S. A. D. Experiência de usuário: uma análise do ambiente Wikipedia. **VI Seminário em ciência da Informação. Londrina**, 2016.

GABRIEL, M.; KISO, R. **Marketing na Era Digital - Conceitos, Plataformas e Estratégias**. 2ª edição ed. [s.l.] Atlas, 2020.

KALBACH, J. **Design de navegação web: otimizando a experiência do usuário**. [s.l.] Bookman Editora, 2009.

LEDFOORD, J. L. **SEO: Search Engine Optimization Bible**. [s.l.] John Wiley & Sons, 2007.

MORVILLE, P.; ROSENFELD, L. **Information Architecture for the World Wide Web**. 3ª edição ed. Sebastopol, CA: O'Reilly Media, 2006.

ROSENFELD, L.; MORVILLE, P.; ARANGO, J. **Information Architecture: For the Web and Beyond**. 4th ed. edição ed. Sebastopol, CA: O'Reilly Media, 2015.

ROTHER, E. T. Revisão sistemática X revisão narrativa. **Acta Paulista de Enfermagem**, v. 20, p. v–vi, jun. 2007.

ZLATIN, G. On-page vs. off-page SEO: what's the difference? Digital third coast. 2017. Disponível em: <http://www.digitalthirdcoast.net/blog/on-page-off-page-seo-difference>. Acesso em: 01.out. 2021.

A INFLUENCIA DO SANEAMENTO NO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

THE INFLUENCE OF SANITATION ON REGIONAL DEVELOPMENT

Área temática: Desenvolvimento Regional

CINTRA JÚNIOR, Welton A.

Uni-facef

Administrador Público, Especialista em Gestão Pública Municipal

weltonacj@sabesp.com.br

COMPARINI, João B.

Uni-Facef

Doutor em Engenharia Civil – Vice-Reitor do Uni-Facef

jcomparini@facef.br

MACHADO NETO, Alfredo José

Uni-Facef

Doutor em Administração – Reitor do Uni-Facef

alfredo@facef.br

Resumo

O setor de saneamento no Brasil tem um importante desafio a vencer: atender o que preconiza a Lei nº 11.445/07, alterada recentemente pela Lei nº 14.026/20, que estabelece um prazo, até dezembro de 2033, para a universalização dos serviços de água e coleta de esgoto (99% e 90% respectivamente). Este desafio apresenta-se agora como uma excelente oportunidade de alavancar o desenvolvimento, em comunidades cujos serviços de distribuição de água, coleta, afastamento e tratamento de esgotos são precários. O trabalho tenta demonstrar como os investimentos na melhoria destes serviços podem auxiliar e alavancar a economia de uma comunidade ou região, permitindo ganhos salariais da ordem de até 52%, onde existe saneamento de qualidade, e ainda ganhos em termos de escolaridade (25%) e valorização imobiliária (52%). Sem mencionar a melhor qualidade de vida, com consequente avanço do IDH, em cidades com serviços prestados com qualidade e em quantidades adequadas.

Palavras-chave: Saneamento, desenvolvimento, lei 11.445/07

Abstract

The sanitation sector in Brazil has an important challenge to overcome: comply with Law 11.445/07, recently amended by Law 14.026/20, which establishes a deadline, until December 2033, for the universalization of water services and sewage collection (99% and 90% respectively). This challenge now presents itself as an excellent opportunity to leverage development in communities whose water distribution, collection, removal and sewage treatment services are precarious. The work tries to demonstrate how investments in improving these services can help and leverage the economy of a community or region, allowing wage gains of up to 52%, where there is quality sanitation, and gains in terms of education (25%) and real estate appreciation (52%). Not to mention the best quality of life, with the consequent advance of the HDI, in cities with services provided with quality and in adequate quantities. **Keywords:** Sanitation, development, law 11.445/07

1 INTRODUÇÃO

Que os serviços de saneamento interferem na qualidade de vida dos cidadãos já é matéria consolidada. Quando prestados adequadamente, os serviços de saneamento são os mais democráticos dentre os serviços públicos, pois atingem indistintamente toda a população, sejam os bairros mais humildes ou os grandes condomínios de luxo. Este trabalho tem a intenção de demonstrar como estes mesmos serviços interferem diretamente na capacidade de desenvolvimento de uma cidade ou região. Diversos estudos, apontam que regiões com saneamento de qualidade, além de apresentarem IDH com melhores índices, tendem a crescer em ritmo e qualidade maiores que aquelas onde estes serviços são de baixa qualidade ou inexistentes.

Localidades onde serviços de saneamento já são prestados com qualidade e quantidade suficientes, ou mesmo aquelas onde estes serviços estão em fase de implantação, oferecem empregos em maior quantidade e qualidade que as demais. O Instituto Trata Brasil em seu Benefícios Econômicos e Sociais da Expansão do Saneamento no Brasil (2019) aponta que pode chegar à ordem de 52,4%, as diferenças salariais em comunidades com e sem o fornecimento de serviços de abastecimento de água e coleta/tratamento de esgotos. Existe, ainda, uma influência considerável no desenvolvimento escolar nas localidades onde serviços de saneamento são prestados com qualidade, além de uma significativa redução nos gastos públicos com o sistema de saúde. Estudos da OMS apontam que para cada real gasto com saneamento, são economizados quatro em serviços de saúde. (TRATA BRASIL 2017)

Desta forma, a qualidade dos serviços de saneamento prestados aos cidadãos de uma determinada localidade, interfere diretamente no desenvolvimento regional, afetando a oferta de empregos, pois, a existência destes serviços, atraem considerável quantidade de investimentos. Consequentemente, indústrias, comércios e empresas de prestação de serviços procuram se instalar em regiões onde estes serviços já estão consolidados, ocasionando um aumento na demanda pelos mais diversos profissionais, com a elevação salarial que o aumento da demanda proporciona. A qualidade dos serviços públicos melhora, proporcionada pelo crescimento econômico decorrente do aumento dos salários e o consequente aumento da circulação de recursos, ampliando, também, a arrecadação de impostos.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

No Brasil as empresas de saneamento ainda não conseguiram cumprir sua principal função social, que é atender a todos os cidadãos indistintamente com serviços de qualidade e em quantidade adequada. O Ministério do Desenvolvimento Regional, responsável pelo SNIS – Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento, aponta que quase 40 milhões de brasileiros ainda não têm acesso a serviços de água (18,93% da população) e mais de 100 milhões (48,47%) não possuem serviços de esgotamento sanitário. Quando colocamos uma lupa no assunto e olhamos estes números regionalmente, verificamos que estados ou regiões onde os investimentos em saneamento acontecem, são justamente aqueles cujo desenvolvimento é maior. Basta verificar que no Estado de São Paulo, apenas 3,8% da população não possui acesso a serviços de água e somente 9,7% a serviços de esgotos (quadro 1). Em contrapartida, no Estado do Amapá, os serviços de água chegam a somente 34,4% da população e os de esgoto a 7,0% (quadro 2). Estes números demonstram que existe uma íntima relação entre desenvolvimento e saneamento básico.

XXII ENCONTRO de PESQUISADORES

INTERDISCIPLINARIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL



Quadro 1 - Fonte: SNIS - 2019
<http://www.snis.gov.br/painel-informacoes-saneamento-brasil/web/painel-abastecimento-agua>
 Acesso em set/2021



Quadro 2 - Fonte: SNIS - 2019
<http://www.snis.gov.br/painel-informacoes-saneamento-brasil/web/painel-abastecimento-agua>
 Acesso em set/2021

O Instituto Trata Brasil (2019) divulga, anualmente, estudos sobre o saneamento básico em todo o Brasil. O Relatório de Benefícios Econômicos e Sociais da Expansão do Saneamento no Brasil, de novembro de 2018, aponta que, entre os anos de 2004 e 2016, foram investidos anualmente no Brasil, cerca de R\$ 11,226 bilhões de reais em saneamento (quadro 3). Estes investimentos resultaram na criação de mais de 141 mil empregos anuais durante o período, direta ou indiretamente (quadro 4), gerando uma renda de R\$ 13,692 bilhões de reais, alavancando, consequentemente, as economias das localidades onde foram criados.

XXII ENCONTRO de PESQUISADORES

INTERDISCIPLINARIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Investimentos em saneamento, renda e emprego diretos, Brasil, média anual de 2004 a 2016, R\$ milhões* e pessoas

	R\$ milhões*
Investimentos em saneamento	11.226,228
Pessoal ocupado (pessoas)	68.640
Renda (PIB)	5.032,242
Salários e remunerações	1.930,950
Benefícios e contribuições	463,851
Despesas com fornecedores	6.193,987

Fontes: IBGE e SNIS, Ministério das Cidades

Nota: (*) a preços constantes de 2017

Elaboração: E-Ántes Consultoria Econômica

Quadro 3 - Benefícios Econômicos e Sociais do saneamento
<https://www.tratabrasil.org.br/estudos/beneficios-economicos-e-sociais/beneficios-economicos-e-sociais-da-expansao-do-saneamento-brasileiro>
 Acesso em set/2021

Renda e emprego diretos, indiretos e induzidos Brasil, média anual de 2004 a 2016, R\$ milhões* e pessoas

	Emprego (pessoas)	Renda (R\$ milhões*)
Direto	68.640	5.032,242
Indireto	33.327	3.560,885
Induzido	39.621	5.098,976
Total	141.588	13.692,103

Fontes: IBGE e SNIS, Ministério das Cidades. Nota: (*) a preços constantes de 2017. Elaboração: E-Ántes Consultoria Econômica

Quadro 4 - Benefícios Econômicos e Sociais do saneamento

<https://www.tratabrasil.org.br/estudos/beneficios-economicos-e-sociais/beneficios-economicos-e-sociais-da-expansao-do-saneamento-brasileiro>
 Acesso em set/2021

A publicação da Lei nº 14.026/20, que altera o marco legal do saneamento, estabelecido pela Lei nº 11.445/07, trouxe as novas diretrizes para o setor. Castro e Heller (2007), sobre a publicação da lei hora alterada, afirmam que:

A área de saneamento no Brasil atravessa momento de ricas possibilidades de novas formulações teórico conceituais e metodológicas, após a promulgação da Lei 11.445/2007 (Brasil, 2007) e considerando os debates e disputas que antecederam sua aprovação. Tal instrumento legal implica a construção de um novo quadro institucional para a área, o qual, por sua vez, tanto mais efetivo no atendimento dos interesses da população será, quanto mais clareza teórica obtiver dos efeitos das várias opções político-institucionais disponíveis. (CASTRO E HELLER, 2007 P.284)

Apesar do lapso temporal, a publicação acima, em face das alterações proporcionadas pela nova lei, torna-se atual, demonstrando que o setor de saneamento, tem um imenso desafio a vencer, principalmente quando o novo texto legal, em seu artigo 11-b, determina que, até o ano de 2033, 99% dos serviços de água e 90% dos serviços de esgoto devem estar universalizados. A lei ainda altera o modelo de concessão de serviços de saneamento, passando a exigir em todos os casos um processo licitatório, não mais permitindo a celebração de contratos de programa (art. 10).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para este trabalho a metodologia adotada é a de uma pesquisa qualitativa, baseando-se em dados secundários, disponibilizados por órgãos oficiais como IBGE, Ministério do Desenvolvimento Regional, Fundação SEADE, dentre outros. Foi realizada, ainda, uma ampla pesquisa na bibliografia existente sobre o assunto, e em estudos como os disponibilizados pela FIRJAN – Federação das Indústrias do Rio de Janeiro, pela ABES – Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental e pelo Instituto Trata Brasil.

A análise destes dados, demonstra o atual momento do saneamento brasileiro, quais os desafios para o cumprimento das metas do Marco Legal, estabelecido pela Lei nº 11.445/07, alterado pela Lei nº 14.026/20, e, a partir de estudos existentes, quais os benefícios proporcionados por um saneamento de qualidade.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Saneamento no Brasil tem sido matéria de muitas discussões e planos, desde meados do século passado. Planos nacionais como o PLANASA (1968-1986), surgiram na tentativa de resolver e universalizar os serviços de saneamento, principalmente no tocante a abastecimento de água e coleta de esgotos. Desde a sua extinção, outros planos surgiram sem muito sucesso. Porém, a partir de 2007, com a instituição do Marco Legal do setor com Lei nº 11.445/07, as atenções das três esferas de governo (Federal, Estadual e Municipal), voltaram-se novamente para a implantação de novas políticas públicas que pudessem atender e resolver os anseios da população, chamando também a atenção do setor privado, que, deste então, vem aumentando sua participação. Com a revisão e alteração deste Marco Legal, a partir da aprovação de Lei nº 14.026/20, a iniciativa privada viu grandes oportunidades de aumentar ainda mais esta participação. Isto aponta para um possível e considerável aumento de investimento, já que a nova meta para a universalização, tem como prazo final o mês de dezembro de 2033, ou seja, restam apenas 12 anos e um caminho longo a se percorrer.

Vários estudos apontam que o saneamento adequado proporciona avanços nos mais diversos setores, principalmente no bem estar da população. Como já apontado anteriormente, investimentos em saneamento permitem, no curto prazo, o aumento da oferta de empregos (quadro 4), sejam eles direta ou indiretamente relacionados as obras necessárias para adequação destes serviços. A médio prazo é possível identificar ganhos salariais em todos os setores, conforme apontado pelo Instituto Trata Brasil, cujo estudo demonstrou que os trabalhadores de localidades sem saneamento adequado chegam a ter remunerações 52,4% menores que aqueles que possuem acesso integral a estes serviços (gráfico 1). O mesmo estudo aponta que, na educação, moradores de localidades onde os serviços de saneamento são inadequados, possuem escolaridade até 25,1% menor que aqueles que residem onde há acesso a saneamento (gráfico 2). A qualidade dos serviços de saneamento interfere também na valorização imobiliária, pois o valor médio dos aluguéis, em localidades com acesso integral aos serviços de água e esgoto, são quase 52% maiores que os das localidades onde não há ou estes serviços são prestados de forma inadequada (gráfico 3).



XXII ENCONTRO de PESQUISADORES

INTERDISCIPLINARIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Escolaridade média, em anos de estudo, por grupo de acesso ao saneamento, 2016



Fonte: IBGE (2017). (*) Sem acesso às redes gerais de distribuição de água e de coleta de esgoto. Elaboração: Ex Anís Consultoria Econômica.

Gráfico 2 – Escolaridade média

<https://www.tratabrasil.org.br/estudos/beneficios-economicos-e-sociais/itb/beneficios-economicos-e-sociais-da-expansao-do-saneamento-brasileiro>

Acesso em set/2021

Valor médio do aluguel residencial, em R\$ por mês, por grupo de acesso ao saneamento, 2016



Fonte: IBGE (2017). (*) Sem acesso às redes gerais de distribuição de água e de coleta de esgoto. Elaboração: Ex Anís Consultoria Econômica.

Gráfico 3 – Valor aluguel

<https://www.tratabrasil.org.br/estudos/beneficios-economicos-e-sociais/itb/beneficios-economicos-e-sociais-da-expansao-do-saneamento-brasileiro>

Acesso em set/2021

Fica claro, portanto, que a implantação de serviços de saneamento básico é um fator importante para o desenvolvimento de uma localidade ou região, uma vez que os investimentos no setor, tem retorno a curto, médio e longo prazo, em decorrência de fatores como: a contratação de projetos; a elevação dos salários dos trabalhadores; o aquecimento do comércio local; a aquisição de materiais para a construção civil; as melhorias na educação; o aquecimento do mercado imobiliário; a maior atratividade para as mais diversas empresas; dentre outros fatores.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desafio dos agentes públicos no Brasil, de atender as metas estabelecidas com a alteração do Marco legal do saneamento pode, em um primeiro momento, apresentar-se como problema. Porém, se os investimentos forem efetuados na quantidade necessária e aplicados de maneira correta, principalmente na localidades mais carentes ou mais distantes da universalização dos serviços de saneamento, ou, mais especificamente, no acesso a água de qualidade, serviços de coleta, afastamento e tratamento de esgotos, pode ser uma excelente oportunidade de desenvolvimento. Isto porque, como os serviços de saneamento são prestados indiferentemente da classe social, cultural ou localização, sendo oferecidos de maneira democrática a qualquer cidadão, o resultado final será a melhoria, de forma igualitária, na qualidade de vida da população em geral.

Embora a capacidade de melhorar o bem-estar da população já fosse um resultado suficiente para justificar os investimentos, é importante destacar, ainda, que os benefícios de um saneamento adequado vão muito além, proporcionando ganhos em quase todos os setores da economia.

REFERÊNCIAS

ABES – Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – Ranking ABES da Universalização do Saneamento – 2021

Disponível em: https://abes-dn.org.br/?page_id=41939

Acesso em out./2021

BRASIL Lei 11.445, de 05 de janeiro de 2007. Diretrizes Nacionais para o Saneamento Básico. Legislação Federal. Brasília (2007)

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11445.htm

Acesso em out./2021

BRASIL, Lei nº 14.026 de 15 de julho de 2020. Atualiza o marco legal do saneamento. Legislação Federal (2020)

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/l14026.htm

Acesso em out./2021

BRASIL – Ministério do Desenvolvimento Regional, SNIS – Sistema Nacional de Informações Sobre Saneamento, Diagnóstico dos Serviços de Água e Esgoto – 2019, disponível em:

<http://www.snis.gov.br/diagnostico-anual-agua-e-esgotos/diagnostico-dos-servicos-de-agua-e-esgotos-2019>

Acesso em 09/2021

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Regional, Secretaria Nacional de Saneamento, Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento – 2018.

www.mdr.gov.br/serieHistorica/

Acesso em set/2020

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Regional, Secretaria Nacional de Saneamento, Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento.

Painel informações saneamento Brasil

<http://www.snis.gov.br/painel-informacoes-saneamento-brasil/web/painel-abastecimento-agua>

Acesso em set/2021

Heller, L. & Castro, J. E., POLÍTICA PÚBLICA DE SANEAMENTO: APONTAMENTOS TEÓRICOCONCEITUAIS – **Revista ESA- Engenharia Sanitária e Ambiental**, V.12 nº3, p. 284-295, jul/set-2007

INSTITUTO TRATA BRASIL – Benefícios Econômicos e Sociais da Expansão do Saneamento no Brasil

<https://www.tratabrasil.org.br/estudos/beneficios-economicos-e-sociais/itb/beneficios-economicos-e-sociais-da-expansao-do-saneamento-brasileiro>

Acesso em set/2021

***A INTELIGÊNCIA FINANCEIRA E COMPETITIVA COMO FERRAMENTA ESTRATÉGICA NO
CONTEXTO DA GESTÃO HOSPITALAR***

*THE FINANCIAL AND COMPETITIVE INTELLIGENCE AS A STRATEGIC TOOL IN THE CONTEXT
OF HOSPITAL MANAGEMENT*

Área temática: Gestão Organizacional e Empreendedorismo

PIRES, Amanda Ramos
Universidade de Marília (Unimar)
Graduanda em Ciências Contábeis
Bolsista do Programa Institucional de Iniciação Científica (PIIC) da Universidade de Marília
am.arp@hotmail.com

JORGE, Carlos Francisco Bitencourt
Universidade de Marília (Unimar)
Universidade Estadual Paulista (Unesp)
Doutor em Ciência da Informação
bitencourt@gmail.com

CARDOSO, Francisca Miquelle Siqueira
Universidade Estadual Paulista (Unesp)
Mestranda em Ciência da Informação
miquellescardoso@gmail.com

CAZANE, Ana Livia
Universidade de Marília (Unimar)
Universidade Estadual Paulista (Unesp)
Doutoranda em Ciência da Informação
al.cazane@unesp.br

Resumo

Compreender organizações hospitalares como ambientes complexos que estão envoltos de um número de componentes passa a ser ponto de partida para compreender a importância do processo de inteligência. Jorge et al (2021a) afirma que as organizações complexas possuem um grande número de componentes inseridos em ambientes heterogêneos e dinâmicos, gerando desafios para o monitoramento desses cenários. Nesse sentido, observa-se a importância do uso de ferramentas que auxiliem o monitoramento desses cenários e serviços prestados, em especial no contexto competitivo e financeiro, uma vez que os hospitais carecem de informações capazes de auxiliar na construção de estratégias de mercado. Dessa maneira, este artigo possui como objetivo explorar a utilização das inteligências competitivas e financeiras em conjunto com a gestão hospitalar para que sejam ampliadas as estratégias da organização e para isso foi realizado o levantamento de informações sobre os temas inteligência financeira e competitiva e Gestão Hospitalar por meio de pesquisa bibliográfica. Com isso, a pesquisa é classificada como exploratória. Após compreender a importância da inteligência financeira e da inteligência competitiva para as organizações hospitalares, evidencia-se que essas ferramentas podem ser fundamentais no processo de um melhor uso das informações visando novas perspectivas e o suprimento de necessidades dessas organizações. Com isso, a organização pode gerar estratégias baseadas nas informações financeiras, alinhadas a informações do ambiente externo que podem gerar a diminuição de gastos relacionados a insumos e recursos, gerando assim, indicadores para tomadas de decisões estratégicas que por sua vez, podem gerar uma maior competitividade no mercado em que atua.

Palavras-chave: Gestão Hospitalar, Inteligência Competitiva, Inteligência Financeira.

Abstract

Understanding hospital organizations as complex environments that are involved in a number of components becomes a starting point for understanding the importance of the intelligence process. Jorge et al (2021a) states that complex organizations have a large number of components inserted in heterogeneous and dynamic environments, creating challenges for monitoring these scenarios. In this sense, it is important to use tools that help monitor these scenarios and services provided, especially in the competitive and financial context, since hospitals lack information capable of helping to build market strategies. Thus, this article aims to explore the use of competitive and financial intelligence in conjunction with hospital management so that the organization's strategies are expanded and, for this, a survey of information on the topics of financial and competitive intelligence and Hospital Management was carried out. means of bibliographic research. Thus, the research is classified as exploratory. After understanding the importance of financial intelligence and competitive intelligence for hospital organizations, it is evident that these tools can be fundamental in the process of making better use of information, seeking new perspectives and meeting the needs of these organizations. With this, the organization can generate strategies based on financial information, aligned with information from the external environment that can generate a reduction in expenses related to inputs and resources, thus generating indicators for strategic decision-making that, in turn, can generate greater competitiveness in the market in which it operates.

Keywords: Hospital Management, Competitive Intelligence, Financial Intelligence

1 INTRODUÇÃO

Cada vez mais as organizações utilizam ferramentas e métodos para o aprimoramento de sua gestão, repensando estratégias, melhorando a tomada de decisões para estar alinhada às expectativas do mercado e assim alcançar seus objetivos organizacionais. Neste cenário, destaca-se a importância dos dados, informações e conhecimentos para a organização, bem como a inteligência em suas variadas vertentes.

A tríade formada pelos dados, informação e conhecimento está presente nas mais variadas atividades da organização, fazendo parte da rotina das pessoas e subsidiando-as. A gestão da informação trata os fluxos formais de informação, ou seja, basicamente aqueles que estão registrados e são conhecidos, enquanto a gestão do conhecimento aborda os fluxos informais da organização e seu capital intelectual, já a inteligência utiliza e conecta estes dois fluxos para as estratégias da organização, agregando valor às mesmas (VALENTIM, 2002).

A inteligência financeira trabalha com os fluxos informacionais relacionados às finanças da empresa, com um olhar estratégico para seus indicadores, relatórios financeiros, o conhecimento técnico produzido, bem como políticas e procedimentos estabelecidos para, em conjunto com as informações externas, fornecer subsídios para tomada de decisões, avaliação de resultados e mudanças de estratégias quando for o caso (TARAPANOFF, 2004; LEMES JÚNIOR, RIGO, CHEROBIM, 2016; MARÓSTICA, 2020).

Já a inteligência competitiva se dedica à análise dos recursos informacionais relacionados aos pontos fracos e pontos fortes da organização, em conjunto com os insumos do ambiente externo, utilizando-os para seu posicionamento e atuação no mercado, ganhando assim maior competitividade (VALENTIM, 2002; GELINSK, VALENTIM, 2005).

Dentro do ambiente complexo constituído pela rede da saúde, atuação e articulação do SUS e os diversos atores envolvidos, uma gestão eficaz e com enfoque nas necessidades da população torna-se essencial. Os gestores da rede hospitalar devem estar atentos às mudanças e desafios trazidos pela atualidade, afim de acompanhá-las e garantir o melhor serviço aos seus usuários (SANTOS, ET.AL., 2020; AGUIAR e MENDES, 2016; VECINA, MALIK, 2007).

A natureza complexa dos hospitais em conjunto com as mudanças sinalizadas em todo o mundo sinaliza a importância não só de adequações, mas de transformação em sua atuação, o que é demonstrado pelos diversos estudos que se realizam sobre a temática (MACHADO e KUCHENBECKER, 2007).

Assim, esse artigo visa demonstrar como a inteligência financeira e a inteligência competitiva podem colaborar com a gestão hospitalar, por meio da implantação das atividades básicas de inteligência no contexto do setor, levando em consideração suas particularidades e desafios.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Sobre a Inteligência Financeira em conjunto com a Inteligência Competitiva

Em um ambiente altamente competitivo e inovador, cada vez se faz necessário a utilização de ferramentas e técnicas para colaborar e potencializar a gestão das organizações.

Camaliente e Fontes (2011) destacam que o excesso de recursos informacionais disponíveis pode atrasar e dificultar o processo de tomada de decisão, sendo a agilidade no atual contexto importante premissa para se alcançar a diferenciação no mercado de forma sustentável. Para a inteligência, além da criação de conhecimento é imprescindível sua disseminação e armazenamento adequados, atendendo da forma mais conveniente às demandas das áreas internas da organização, para assim desenvolverem estratégias e ações. Dentro deste contexto, a inteligência se destaca como diferencial para que as empresas possam alcançar melhores resultados.

As primeiras aparições do termo inteligência (*intelligence*) decorrem da literatura militar, a partir da busca de informações e investigações sobre o terreno e ambiente desconhecido dos adversários. No período pós-guerra as organizações começam a se apropriar dos métodos militares, criando departamentos de inteligência voltados ao planejamento e desenvolvimento de estratégias, por meio de um processo que parte da coleta, passando pelo processamento, integração, análise, avaliação, e interpretação das informações disponíveis. A inteligência apresenta-se então como produto obtido pelo processamento da informação e do conhecimento. (TARAPANOFF, 2004)

O processo de inteligência no ambiente corporativo decorre da gestão de recursos informacionais, que estão presentes nos processos de gestão, alimentam o planejamento estratégico e a tomada de decisões. Para o desenvolvimento das atividades rotineiras até a definição de estratégias de atuação, as pessoas nas organizações precisam de dados, informações e conhecimentos. No entanto, além da obtenção desses recursos, se faz necessário seu gerenciamento, por meio de ações que objetivam sua prospecção, seleção, filtro, tratamento e disseminação de todos os recursos informacionais, integrando os produzidos internamente com os obtidos do ambiente externo. (VALENTIM, 2002; TARAPANOFF, 2006). Nesse processo a organização:

[...] interpreta a informação sobre o ambiente de modo a dar significado ao que está acontecendo à organização e ao que ela está fazendo (gestão da informação e inteligência competitiva). Em segundo lugar, cria novos conhecimentos, combinando a experiência de seus membros, de modo a aprender e inovar (gestão do conhecimento). Finalmente, processa e analisa a informação de modo a escolher e empreender cursos de ação apropriados (inteligência estratégica). (TARAPANOFF, 2006, p.30).

Os processos de inteligência assumem diferentes vertentes e áreas dentro das organizações e ambiente no qual estão inseridas, tendo destaque a Inteligência financeira é uma forma de estudo sobre as informações e conhecimentos são produzidos e utilizados relativos à situação monetária, tanto das organizações (sejam estas desde microempresas até grande porte), como de pessoas físicas, para que as mesmas sejam auxiliadas nos processos financeiros que são feitos no decorrer de sua existência. (TARAPANOFF, 2004)

As finanças ocupam posição central na gestão das organizações, pois tratam dos recursos financeiros da empresa e se debruça em questões como realização de investimentos, busca de financiamento, concessão de crédito, cobranças, tributação, remuneração, retorno aos proprietários/acionistas, custos, política de preços, alocação de recursos, entre outras. Estas decisões ocorrem em empresas dos mais diversos segmentos, tendo ou não fins lucrativos, de natureza pública ou privada. A gestão das finanças está também relacionada ao ambiente no qual a empresa está inserida, pois trata da criação de valor e mitigação de riscos, por isso, se envolve em todas as áreas do negócio. Além disso, as organizações estão inseridas em ambientes que interferem nas decisões financeiras. Um alto número de concorrentes reduz as possibilidades de aumento de preços, assim como uma grande disponibilidade de fornecedores melhoram as condições de negociação para aquisição de insumos e matérias-primas. As condições e características dos clientes, fornecedores e negócio da empresa definem a dinâmica do mercado. Fatores como política econômica, leis e fiscalização, tributação e conjuntura internacional também devem ser levados em conta nesta equação. (LEMES JÚNIOR, RIGO, CHEROBIM, 2016).

Olhando para este cenário, pode-se dizer que a inteligência financeira abrange um conjunto de conceitos e conhecimentos, mas não limitado à aplicação de fórmulas financeiras. Seu objetivo é a

compreensão do significado dos índices, bem como a relação e impacto destes conceitos e resultados produzidos na gestão e avanço das finanças das organizações. Além do conhecimento técnico, é de suma importância no processo de inteligência financeira a observância das relações de negócios, ou seja, os produtos, serviços e processos da empresa, e como estas variáveis trazem os resultados esperados (MARÓSTICA, 2020). A inteligência financeira pode atuar em diferentes frentes, relacionadas no quadro 1:

Quadro 1: Instrumentos para construção da inteligência financeira

Instrumento	Abrangência
Análise financeira	Corresponde às decisões tomadas com as informações advindas das demonstrações financeiras para a definição de estratégias para o negócio. As análises financeiras permitem a definição de indicadores financeiros que serão monitorados, bem como a estimativa dos resultados da empresa por meio de dados projetados.
Demonstrações financeiras	Elaboradas pela contabilidade, além de servirem para divulgação externa, geralmente vem acompanhada de relatórios que trazem informações gerenciais importantes em detalhes, permitindo a análise da situação econômico-financeira da empresa, olhando para os resultados das ações anteriores, novas tomadas de decisões, corrigindo resultados indesejados quando for o caso e o desenvolvimento de planos financeiros, objetivando melhores resultados para a organização.
Análise de fluxo de caixa	Focada nas entradas e saídas de recursos, o fluxo de caixa traz importantes indicadores da saúde financeira da empresa, como rentabilidade, lucratividade, ponto de equilíbrio e retorno sobre o investimento. É possível dessa forma enxergar a atual situação da empresa, necessidades de captação de recursos, períodos de excedentes ou escassez de recursos.
Índices financeiros	Obtidos de instrumentos como balanço patrimonial e demonstração de resultados, os índices financeiros compõem a análise financeira e subsidiam a tomada de decisão. Dessa forma, é importante a seleção dos índices que estão alinhados com os direcionamentos e objetivos da empresa.
Análise de investimentos	Trata da aplicação dos recursos financeiros da organização e seus retornos, principalmente no longo prazo e para os acionistas. Envolve decisões como quais projetos receberão investimentos bem como a quantidade de recursos que receberão e seus retornos esperados. São utilizados conceitos como <i>payback</i> , <i>payback</i> descontado, valor presente líquido (VPL), taxa interna de retorno (TIR)
EBITDA	Sigla em inglês que corresponde ao lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização, analisa os recursos que a organização gera em suas atividades, desconsiderando tributos e efeitos financeiros. Tem relevância pois mostra além do lucro operacional da empresa, avaliando seu desempenho no período estabelecido.

Fonte: Elaborado pelos autores baseados em Maróstica (2020).

As diferentes ferramentas demonstradas no quadro 1 servem de norteador para o processo de inteligência financeira, uma vez que trazem diferentes perspectivas e cenários que, quando combinados com o conhecimento da empresa, seus gestores e os movimentos do ambiente externo, constituem importante mecanismo para alavancar os resultados da organização.

A inteligência financeira pode ser combinada com outros formatos de inteligência, entre elas a inteligência competitiva.

A inteligência competitiva é definida pela Sociedade dos Profissionais de Inteligência Competitiva (SCIP – *Society of Competitive Intelligence Professionals*, 2021, tradução nossa) como a “disciplina que permite às organizações reduzirem o risco estratégico e elevar as oportunidades de receita por meio de um profundo entendimento do que aconteceu, o que está acontecendo e o que pode acontecer em seu ambiente operacional”.

Ao usar a inteligência competitiva, as organizações possuem a capacidade de identificar seus pontos fracos e procurar formas de melhorias. Permite também a percepção de seus pontos fortes, fazendo com que possam ser potencializados e utilizados para combater as adversidades. Neste processo, a gestão do conhecimento é responsável pelo gerenciamento do conhecimento produzido na organização. Atua junto aos fluxos informais, e tem como foco o capital intelectual ou capital humano da organização. (GELINSK, VALENTIM, 2005).

Valentim (2002) explica que os dados, informações e conhecimentos são insumos para a geração de inteligência competitiva nas organizações. Além do processo de inteligência, para as pessoas essa necessidade é comum para o desenvolvimento das atividades e tarefas, tornando-se assim subsídios para sua execução. Portanto, a gestão da informação, do conhecimento e a

inteligência competitiva são atividades que estão intimamente conectadas e se complementam, conforme demonstrado no quadro 2:

Quadro 2: Definição de Gestão da Informação, Gestão do Conhecimento e Inteligência Competitiva

Gestão da Informação	Gestão do Conhecimento	Inteligência Competitiva
Foco: Negócio da Organização	Foco: Capital Intelectual da Organização	Foco: Estratégias da Organização
- Prospecção, seleção e obtenção da informação; - Mapeamento e reconhecimento dos fluxos formais de informação; - Tratamento, análise e armazenamento da informação utilizando tecnologias de informação; - Disseminação e mediação da informação ao público interessado; - Criação e disponibilização de produtos e serviços de informação.	- Desenvolvimento da cultura organizacional voltada ao conhecimento; - Mapeamento e reconhecimento dos fluxos informais de informação; - Tratamento, análise e agregação de valor às informações utilizando tecnologias de informação; - Transferência do conhecimento ou socialização do conhecimento no ambiente organizacional; - Criação e disponibilização de sistemas de informação empresariais de diferentes naturezas.	- Desenvolvimento da capacidade criativa do capital intelectual da organização; - Prospecção, seleção e filtragem de informações estratégicas nos dois fluxos informacionais: formais e informais; - Agregação de valor às informações prospectadas, selecionadas e filtradas; - Utilização de sistema de informação estratégico voltado à tomada de decisão; - Criação e disponibilização de produtos e serviços específicos à tomada de decisão.
Trabalha essencialmente com os fluxos formais de informação	Trabalha essencialmente com os fluxos informais de informação	Trabalha com os dois fluxos de informação: formais e informais

Fonte: Valentim (2002, p.4).

Assim, percebe-se que o processo de inteligência competitiva interage e necessita das informações e conhecimentos oriundos da organização para orientar sua estruturação e garantir que seu produto auxiliará no desenvolvimento das atividades e tomada de decisões.

Para que a inteligência competitiva funcione e traga resultados, os recursos informacionais da organização devem estar disponíveis e mapeados, abarcar a captação desses recursos, tanto os produzidos internamente como os encontrados no ambiente externo e dando assim maior segurança aos caminhos que a organização trilhará. É imprescindível também o conhecimento das pessoas que influenciam a organização e suas necessidades, dentro e fora dela, a identificação de instituições e setores que interagem com a organização. Os produtos da inteligência também devem estar alinhados com as necessidades e perfil dos usuários, os objetivos da organização e os pontos críticos que busca investigar, garantindo assim que terá relevância e de fato colabora para o processo de tomada de decisão (VALENTIM, 2002).

2.2 Gestão Hospitalar

No Brasil, a partir da Constituição Federal de 1988, foi constituído o Sistema Único de Saúde (SUS) (BRASIL. Ministério da Educação, 1989). A criação do SUS possibilitou profundas mudanças em relação aos princípios, diretrizes, orientação política e financiamento dos sistemas e serviços de saúde. Na reorganização do modelo de atenção à saúde, o lugar do hospital se destaca pela importância técnico-assistencial, elevado comprometimento do orçamento público alocado no setor, representação social enquanto instrumento terapêutico e redefinição enquanto ponto da rede assistencial (SANTOS, et.al., 2020).

Segundo o Ministério da Saúde (2021), a assistência hospitalar no SUS é organizada pelas necessidades da população com objetivo de garantir atendimento com apoio de equipe multiprofissional que atua no cuidado e na regulação do acesso, na qualidade da assistência e na segurança do paciente. Assim, a Política Nacional de Atenção Hospitalar (PNHOSP), instituída em 30 de dezembro 2013 pela Portaria nº 3.39012, busca reorganizar e qualificar a atenção hospitalar, estabelece diretrizes para a organização do componente hospitalar na Rede de Atenção à Saúde

(RAS) e aplica-se a todos os hospitais, públicos ou privados, que prestem ações e serviços de saúde no SUS. De acordo com Mendes (2011, p. 81) as RAS podem ser definidas como:

[...] organizações poliárquicas de conjuntos de serviços de saúde, vinculados entre si por uma missão única, por objetivos comuns e por uma ação cooperativa interdependente, que permitem ofertar uma atenção contínua e integral a determinada população, coordenada pela atenção primária à saúde – prestada no tempo certo, no lugar certo, com o custo certo, com a qualidade certa, de forma humanizada e com equidade – e com responsabilidades sanitária e econômica e gerando valor para a população.

Na área de saúde, observa-se a coexistência das redes virtuais e das RAS, sendo ambas presentes em estudos teóricos, nas políticas governamentais e nas estratégias privadas de articulação e integração das unidades de serviço. Suas aplicações são diversas: redes de atenção primária, redes de serviços especializados, redes de informação, redes de hospitais, etc (AGUIAR; MENDES, 2016).

De acordo com Aguiar e Mendes (2016), esta constituição de redes nos serviços de saúde demanda uma complexa trama de interações entre os responsáveis pela organização do sistema (gestores e financiadores); os responsáveis pela organização e produção dos serviços (gerentes e profissionais) e os cidadãos.

Apesar de nesse processo envolverem-se instituições e projetos, são sempre pessoas que se articulam, conectam e constroem os vínculos necessários ao funcionamento de uma rede, tornando-se a informação e a gestão elos fundamentais.

Nesse sentido, vale destacar que importantes desafios para gestão da atenção hospitalar se destacam nestas duas primeiras décadas do Século XXI. Completando trinta anos do SUS, a literatura aponta que a complexificação sistêmica é problemática central (Santos, et.al., 2020).

Corroborando com este pensamento, Vecina e Malik (2007), afirmam que a atualidade contempla muitos desafios para este segmento, desafios demográficos e mudanças nos perfis epidemiológico e social exigem mais competências gerenciais, articulações e produção de informação da gestão em saúde, seja do processo de trabalho, da qualidade da assistência, do financiamento, da segurança clínica ou do trabalho em equipe).

Dessa forma é evidente o aumento da complexidade do setor:

Os hospitais estão entre os organismos mais complexos de serem administrados. Neles estão reunidos vários serviços e situações simultâneas: hospital é hotel, lavanderia, serviços médicos, limpeza, vigilância, restaurante, recursos humanos, relacionamento com o consumidor. De certa forma, é natural que todos esses organismos fossem, cada vez mais, regidos por leis, normas, regulamentações e portarias, vindas de diversos órgãos e instituições – um arcabouço legal cada vez mais dinâmico e variado (CELESTINO, 2002, p. 1).

Nesse contexto, os hospitais são caracterizados como organizações sociais complexas (GLOUBERMAN, 2001), em função da necessária articulação entre a dimensão assistencial e a dimensão da gestão, cada uma com demandas bem definidas e convergentes quanto aos fins, embora nem sempre alinhadas quanto à aplicação dos meios para cumprir os objetivos, com lacunas que acabam por fragilizar ambas. Somem-se a isso a tecnologia e todos os insumos presentes na rotina de um hospital, o extenso aparato jurídico e normativo que delimita tanto a atuação dos profissionais da saúde (através, por exemplo, dos conselhos de classe e outras instâncias de representação) e a natureza dos procedimentos realizados, bem como a forma de organização e distribuição dos diferentes serviços de saúde que influenciam diretamente na performance das instituições hospitalares (RODRIGUES e BARBOSA, 2021).

Corroborando com este pensamento, Mendes (1993) destaca ainda que a organização interna dos hospitais segue um modelo organizacional composto por dois processos produtivos simultâneos e complementares: um assistencial e outro administrativo, uma vez que, paralelo à gestão administrativa da organização, observa-se todo um conjunto de tomada de decisões descentralizado e geralmente conduzido por médicos. Reserva-se a estes profissionais a tarefa de seleção e acompanhamento da terapia prestada a cada usuário. Nesse processo, o objetivo dos hospitais é:

Recuperar, manter e incrementar os padrões de saúde de seres humanos. Essas funções demandam um conjunto altamente divergente e complexo de atividades, tais como a realização de atendimentos, exames, diagnósticos e tratamentos, o planejamento e execução de internações, intervenções cirúrgicas e outros procedimentos (SENHORAS, 2007, p. 45).

Em razão dessas especificidades organizacionais, a prática cotidiana dos hospitais apresenta elevado dinamismo operacional, ritmo de produção complexo e acelerado e o desenvolvimento de atividades simultâneas e caracteristicamente distintas. Paralelo a estes fatores, observa-se que a fragmentação e a dispersão das informações são fortes limitações à integração dos processos, com sérias implicações na qualidade da assistência prestada (AGUIAR e MENDES, 2016).

A estrutura do hospital moderno necessita extrapolar o entendimento de que sua influência sobre a saúde da comunidade depende muito do desempenho de seus leitos, observando que a excelência da gestão administrativa destas organizações é parte essencial do processo assistencial (AGUIAR e MENDES, 2016). Neste sentido, a inteligência financeira e competitiva ganha cada vez mais importância.

Compreende-se que, para além de um modelo hospitalocêntrico do SUS, é preciso avaliar aspectos da assistência, da qualidade e da gestão dos hospitais, visando garantir resolutividade, continuidade do cuidado, equidade e transparência.

Neste contexto, é essencial o uso de uma inteligência financeira ativa, para que se possa aprimorar todos os processos organizacionais, a fim de trazer o melhor atendimento aos seus usuários.

Dessa maneira, a inteligência competitiva e a inteligência financeira, podem ser usadas dentro das organizações hospitalares e com excelentes resultados principalmente quando combinadas, à exemplo de organizações de outros setores. Como consequência, de forma holística, são esperadas melhorias nos processos desde ao atendimento ao paciente em pronto socorro, e até no momento de uma possível internação.

Machado e Kuchenbecker (2007) identificam que há uma vasta gama de estudos que sinalizam o processo de transformação dos hospitais com o intuito de adaptá-los às mudanças e desafios vivenciados pelos sistemas de saúde nos últimos anos. Após os dados e informações tanto sobre o mercado, como sobre os concorrentes, serem analisadas, o grupo de gestão da organização consegue passar as informações corretas para os gestores da companhia, e facilitar o processo de decisão para que se tenha a otimização de diversos processos. Em locais hospitalares, isso pode gerar, a melhoria dos atendimentos, as melhorias no controle de estoque e em aumentar a produtividade e eficiência hospitalar, e até mesmo aumentando o espaço físico e de especialidades dentro da organização, trazendo um ambiente adequado para todos os pacientes que estão ali alocados.

Seguindo os passos relacionados à inteligência financeira, em conjunto com a inteligência competitiva, é possível encontrar formas seguras de relacionar os objetivos da organização hospitalar, com a prioridade da entrega de uma boa assistência para todos os stakeholders do segmento, principalmente para os pacientes.

Dessa maneira, a relação entre performance organizacional e inteligência financeira e competitiva é atingida quando os resultados assistenciais são alcançados pela competência dos profissionais aplicando conhecimento e pela existência de tecnologia e recursos, podendo ser usados de forma eficiente para minimizar riscos aos pacientes e sempre que possível aumentar sua satisfação.

2.1 O uso do processo de inteligência Financeira e Competitiva como ferramenta estratégica na Gestão Hospitalar

Compreender as organizações hospitalares como ambientes complexos que estão envolvidos de um número componentes passa ser ponto de partida para compreender a importância do processo de inteligência. Jorge et al (2021a) afirma que as organizações complexas possuem um grande número de componentes inseridos em ambientes heterogêneos e dinâmicos, gerando desafios para o monitoramento desses cenários.

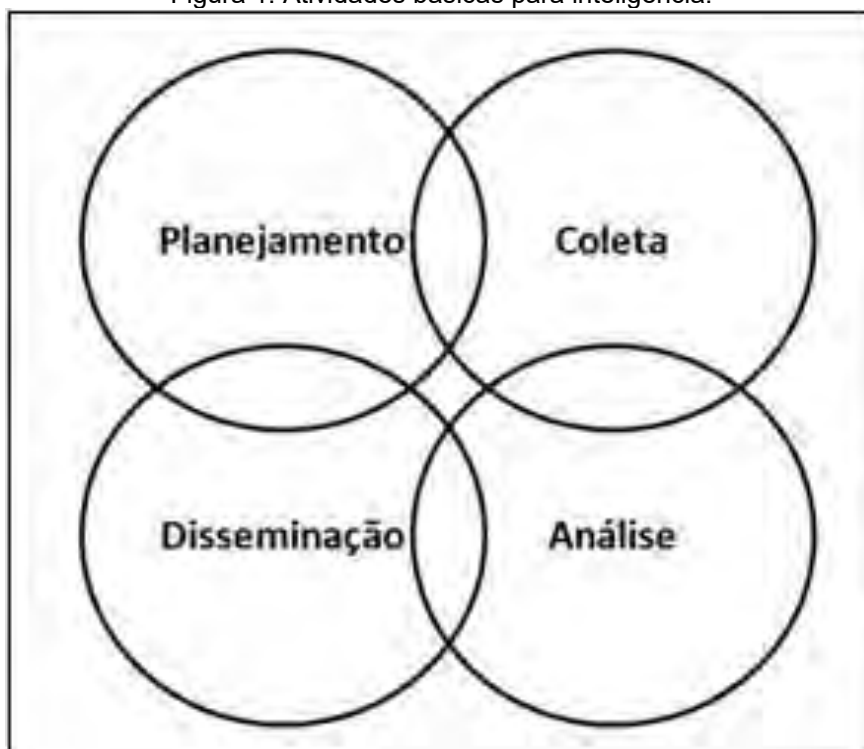
Podemos compreender as organizações hospitalares como um universo complexo que precisa ser sincronizado e gerenciado para o seu sucesso, afinal, ao considerarmos um hospital vemos várias atividades e serviços internos que precisam ser monitorados para que o atendimento ao usuário (consumidor e/ou paciente) tenha sucesso.

Observa-se que, os gestores dessas organizações além de lidar com o seu próprio universo, uma vez que as organizações hospitalares prestam serviços que muito se assemelham a estadia de hotéis, limpeza, lavanderia, restaurante, recursos humanos, relacionamento com o consumidor, sendo estes serviços prestados responsáveis por proporcionar suporte para a prestação de serviço no contexto médico.

Nesse sentido, observa-se a importância do uso de ferramentas que auxiliem o monitoramento desses cenários e serviços prestados, em especial no contexto competitivo e financeiro, uma vez que os hospitais carecem de informações capazes de auxiliar na construção de estratégias de mercado.

Ao passarmos a considerar a inteligência enquanto processo na organização hospitalar, devemos compreender a sua dupla atuação, afinal, ora ela é vista como processo, ora ela ganha o formato de resultado (JORGE et al, 2021b). A inteligência é o processo que possui as etapas de planejamento, coleta, análise e disseminação de informações (Figura 1). É importante destacar que as suas últimas atividades, análise e disseminação são os resultados do processo como um todo (JORGE, 2017).

Figura 1: Atividades básicas para inteligência.



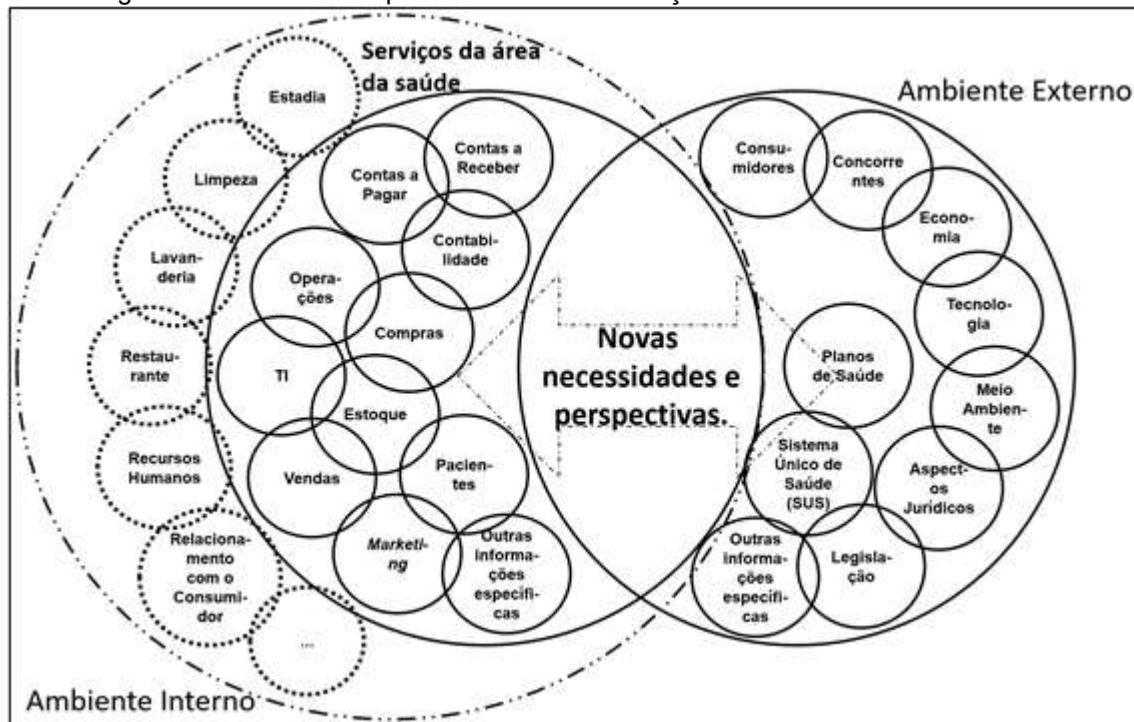
Fonte: Jorge (2017, p. 103).

Com isso, observa-se que o uso e aplicação das inteligências estão relacionadas às suas aplicações e contextos e como consequência, os seus produtos/serviços de inteligência vão ser direcionados para o seu universo. A organização faz uso de várias inteligências de maneira simultânea, afinal, os seus produtos/serviços podem ser complementares na construção de novas estratégias, como é o caso da presente pesquisa.

O contexto das organizações hospitalares apresenta ambientes com um grande número de cenários e componentes, o que consequentemente proporciona um grande número de dados e informações. Essas informações quando estruturadas conseguem gerar importantes indicadores para os gestores tomarem decisões estratégicas.

É importante destacar que o cenário das organizações hospitalares é extremamente dinâmico, uma vez que o ambiente externo possui inúmeros atores responsáveis por intervir no ambiente interno, conforme pode ser observado na figura 2. Nesse sentido, a figura busca demonstrar e alinhar as informações internas e externas, bem como estas quando alinhadas passam a atender novas necessidades e perspectivas, e como consequência, constroem estratégias internas e de mercado mais assertivas.

Figura 2: Atividades Hospitalares e suas informações frente ao ambiente externo.



Fonte: Desenvolvido pelos autores.

As informações apresentadas no ambiente interno (Figura 2) são informações relacionadas aos serviços de estadia, limpeza, lavanderia, restaurante, recursos humanos, relacionamento com o consumidor, entre outras atividades que proporcionam suporte aos serviços prestados no contexto médico. Observa-se que essas atividades proporcionam novas necessidades e perspectivas e se relacionam diretamente com o ambiente externo. É importante destacar que o inverso ocorre, uma vez que demandas do ambiente externo podem alterar de maneira significativa o ambiente interno das organizações hospitalares, como por exemplo, a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) que afetou de maneira significativa inúmeros processos dessas organizações, em especial suas operações, a área de Tecnologia da Informação entre outras atividades que envolvem os dados dos pacientes.

Observa-se que as atividades do ambiente interno são importantes insumos para construir novas perspectivas e necessidades, em especial no contexto financeiro, sendo assim, o processo de inteligência financeira deve ser realizado em todas as etapas para gerar importantes indicadores para construção de novas estratégias organizacionais. Em paralelo as informações do ambiente externo devem ser levadas em consideração, uma vez que estas podem alinhar as perspectivas ou suprimir necessidades para as tomadas de decisões dessas organizações.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Foi realizado o levantamento de informações sobre os temas inteligência financeira e competitiva e Gestão Hospitalar por meio de pesquisa bibliográfica. Com isso, a pesquisa é classificada como exploratória. Gil (2002, p. 44), aponta que, a pesquisa bibliográfica é:

[...] desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho dessa natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas.

Após a pesquisa e levantamento das informações mencionadas sobre os temas, estes foram analisados e conectados com o intuito de construir novas perspectivas. Essa conexão permitiu construir novas reflexões quanto à importância da inteligência competitiva e financeira enquanto ferramenta estratégica para as organizações hospitalares.

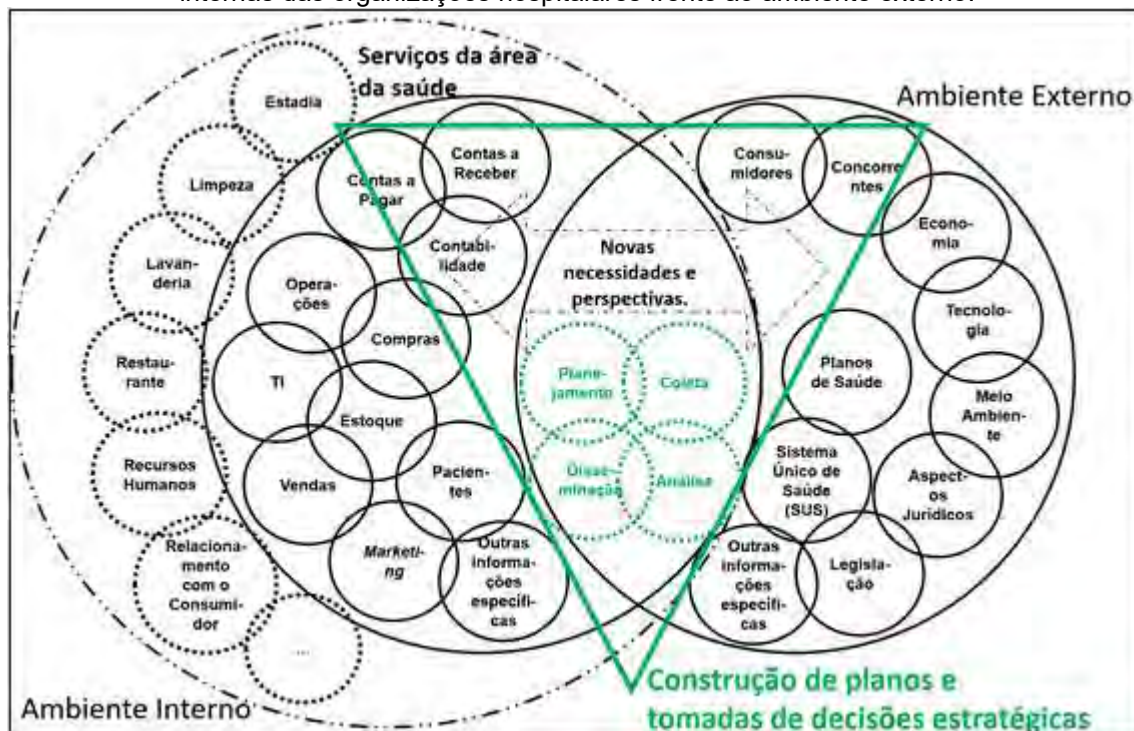
4 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Após compreender a importância da inteligência financeira e da inteligência competitiva para as organizações hospitalares, evidencia-se que essas ferramentas podem ser fundamentais no processo de um melhor uso das informações visando novas perspectivas e o suprimento de necessidades dessas organizações. Com isso, a organização pode gerar estratégias baseadas nas informações financeiras, alinhadas a informações do ambiente externo que podem gerar a diminuição de gastos relacionados a insumos e recursos, gerando assim, indicadores para tomadas de decisões estratégicas que por sua vez, podem gerar uma maior competitividade no mercado em que atua.

Nesse sentido, a presente pesquisa recomenda a implantação das atividades básicas de inteligência, planejamento, coleta, análise e disseminação da inteligência em formato de produto ou serviço de inteligência para auxiliar a construção de planos estratégicos e tomadas de decisões. A figura 3 apresenta essa sistematização, onde a mesma apresenta no ambiente interno as atividades que dão suporte aos serviços prestados da área da saúde, bem como no ambiente externo os atores capazes de gerar importantes informações nesse contexto.

Observa-se que o processo de inteligência competitiva e financeira quando realiza a adoção das etapas básicas passa a gerar importantes inteligências que podem auxiliar a construção de planos e tomadas de decisões estratégicas, que por sua vez são capazes de alterar a competitividade dessas organizações no mercado em que atuam. A presente pesquisa chama a atenção que para um melhor uso da informação essas organizações precisam dotar-se de uma cultura organizacional que valorizem o uso da informação.

Figura 3: O uso da inteligência como ferramenta para melhor aproveitamento das informações internas das organizações hospitalares frente ao ambiente externo.



Fonte: Desenvolvido pelos autores.

Outro ponto que a presente pesquisa recomenda consiste na integração das atividades básicas do processo de inteligência nos processos existentes. Com isso, essas organizações passam

a ser capazes de se apropriar de métodos, ferramentas e estratégias estruturadas que possibilitam um melhor uso da informação e inteligência em todas as suas atividades que visam dar suporte para os serviços da área da saúde.

Recomenda-se o aprofundamento das pesquisas que atuem com a informação, inteligência e conhecimento nessas organizações, em especial a realização de pesquisas aplicadas. Dessa maneira, passa a ser possível a construção de parâmetros voltados para um melhor aproveitamento da inteligência enquanto recurso no universo abordado na presente pesquisa, em especial na construção de planos e tomadas de decisões.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, F. C. e MENDES, V. L. P. S.. Comunicação organizacional e Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) na gestão hospitalar. **Perspectivas em Ciência da Informação** [online]. v. 21, n. 04, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pci/a/h8qQDpmWKmD4LCtxbfTGVDt/?lang=pt&format=pdf> . Acesso em 20 out. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. 2. ed. Rio de Janeiro: FAE, 1989.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Atenção Especializada e Hospitalar** 2021. Disponível em: <http://www.saude.gov.br/atencoespecializada-e-hospitalar/assistencia-hospitalar/politica-nacional-de-atencao-hospitalar-pnhosp> . Acesso em 19 out. 2021.

CAMALIONTE, E.; FONTES, A. **Inteligência de Mercado**: Conceitos, Ferramentas e Aplicações. Saint Paul, 2011.

CELESTINO, P. Nó de Normas. Notícias Hospitalares. **Gestão de Saúde em Debate**, v.4, n.39, out./nov. 2002. Disponível em: <http://www.noticiashospitalares.com.br/out2002/pgs/capa.htm> . Acesso em 15 set. 2021.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GLOUBERMAN S, et al. Managing the care of health and curing the Disease, Part I: Differentiation. **Healthcare Management Review**, p. 56-69, 2001. Disponível em: https://flora.insead.edu/fichiersti_wp/inseadwp1998/98-49.pdf . Acesso em 15 out. 2021.

JORGE, C. F. B. et al. Complexity and Knowledge in Organisational Context: Concepts, Approaches, Boundaries and Relations. **Journal of Information & Knowledge Management**, n.4, v.20, 2021a. Disponível em: <https://www.worldscientific.com/doi/pdf/10.1142/S0219649221500416> . Acesso em 05 nov. 2021.

JORGE, C. F. B. et al. Inteligência financeira organizacional: estratégia competitiva no contexto gerencial da ACIM. **Encontros Bibli**: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, [S. l.], v. 26, p. 01-37, 2021b.. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/77513> . Acesso em: 18 out. 2021.

JORGE, C. F. B. **Análise de fatores críticos na gestão do conhecimento e no processo de inteligência em organizações complexas**. 2017. 511f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2017. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/152376> . Acesso em: 15 de jun. 2021.

LEMES JÚNIOR, A. B.; RIGO, C. M.; CHEROBIM, A. P. M. S. **Administração financeira**: princípios, fundamentos e práticas brasileiras. 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016. 656 p.

MACHADO, S. P.; KUCHENBECKER, R. Desafios e perspectivas futuras dos hospitais universitários no Brasil. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 4, jul./ago., 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/T8gMQj4YQFsBrHFfGGppf4S/?format=html> . Acesso em: 5 de jun. 2021.

MARÓSTICA, E. (Org.) **Inteligência de mercado**. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning Brasil, 2020. 244 p.

MENDES, V. L. P. S. Gerenciando qualidade em serviços de saúde. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 46, n. 3-4, p. 211-225, 1993. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reben/a/n5GVzbnHVMHJd9CDJCtXsB/?format=pdf&lang=pt> . Acesso 13 out. 2021.

RODRIGUES, J.M.I e BARBOSA, A.C.Q. Recursos humanos e eficiência: um estudo em hospitais brasileiros de pequeno porte. **Nova Economia**. 2021, v. 31, n. 01 pp. 217-245. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-6351/6080> . Acesso em: 10 set. 2021.

SANTOS, T. B. S. et al. Gestão hospitalar no Sistema Único de Saúde: problemáticas de estudos em política, planejamento e gestão em saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**. v. 25, n. 9, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/csc/2020.v25n9/3597-3609/> . Acesso 13 set. 2021.

SCIP - Strategic & Competitive Intelligence Professionals. **What is Competitive Intelligence?** Disponível em: <https://www.scip.org/page/CI-MI-Basics-Topic-Hub> . Acesso em: 12 out. 2021.

SENHORAS, E.M. A cultura na organização hospitalar e as políticas culturais de coordenação de comunicação e aprendizagem. **Revista Eletrônica de Comunicação Informação & Inovação**, v.1, n.1, p.45-55, jan.-jun., 2007. Disponível em: <https://homologacao-reciis.iciict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/879>. Acesso em 19 out. 2021.

TARAPANOFF, K. Inteligência social e inteligência competitiva. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, n. especial, p. 11-26, jan./jun. 2004. Disponível em: <http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/289> . Acesso em: 12 out. 2021.

TARAPANOFF, K. (Org.). **Inteligência, informação e conhecimento**. Brasília: Ibict, UNESCO, 2006.

VALENTIM, M. L. P. Inteligência competitiva em organizações: dado, informação e conhecimento. **DataGramaZero**, Rio de Janeiro, v.3, n.4, ago. 2002. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/43613> . Acesso em: 13 out. 2021.

VALENTIM, M. L. P.; GELINSKI, J. V. V. Gestão do conhecimento como parte do processo de inteligência competitiva organizacional. **Informação & Sociedade: Estudos**, v. 15, n. 2, 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/31> . Acesso em: 18 out. 2021.

VECINA, N. G., MALIK A.M. Tendências na assistência Hospitalar. **Ciênc. Saúde Coletiva** 2007; 12(4): 825-39. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232007000400002> . Acesso em 21 set. 2021.

A LEITURA E A TECNOLOGIA NA FORMAÇÃO DO LEITOR: POSSÍVEIS DIALOGOS

READING AND TECHNOLOGY IN READER FORMATION: POSSIBLE DIALOGUES

Área temática: Educação e Desenvolvimento.

GALVÃO, Julia Caçorla
Uni-FACEF – Centro Universitário Municipal de Franca
Graduanda em Letras – Português/Literatura
.Jugalvao71@gmail.com

IVAN, Maria Eloísa de Souza
Uni-FACEF – Centro Universitário Municipal de Franca
Doutora em Estudos Literários
meloisaivan@gmail.com

Resumo

O propósito deste trabalho é o de explanar as investigações preliminares realizadas em nosso projeto de Iniciação Científica aprovado em setembro pp acerca da formação de leitores, fato que se tornou um desafio para os docentes ao longo dos anos, tendo se agravado, ainda mais, diante do contexto pandêmico no qual nos encontramos desde março de 2020. A relevância da pesquisa está em mostrar novos métodos e plataformas que ajudem na formação dos discentes como leitores, de forma criativa e que possam criar o interesse deles pela leitura e pelas obras clássicas literárias. Nesse contexto, o objetivo primeiro desta pesquisa é apresentar um percurso histórico acerca da leitura e da formação do leitor, destacando-se, principalmente, a formação do leitor do EFII e Ensino Médio, no contexto da cibercultura e das tecnologias digitais, investigando se essas ferramentas oferecem métodos e estratégias que proporcionem, de algum modo, a melhoria para a crise da escassa prática de leitura de textos clássicos. O embasamento teórico desta pesquisa se fundamenta na leitura de textos teóricos e ensaísticos de autores como Lajolo e Zilberman (2009), Soares (2002), Oliveira e Ribeiro (2019), Azevedo (2004), Chartier (1999), para o percurso histórico da leitura e da formação do leitor. Vargas (2015), Fernandes Ribeiro (2015), Diniz (2005), Porto e Santos (2019), dentre outras, subsidiam nossas fontes para a exploração dos conceitos de cibercultura e ciberleitores. Outras fontes serão utilizadas na medida que iluminarem a condução da pesquisa. Por se tratar de pesquisa em andamento, ainda não há resultados conclusivos.

Palavras-chave: Cibercultura, Formação de leitores, Letramento digital.

Abstract

The purpose of this work is to explain the preliminary investigations carried out in our Scientific Initiation project approved in September pp about the formation of readers, a fact that has become a challenge for teachers over the years, having become even more aggravated by of the pandemic context in which we find ourselves since March 2020. The relevance of the research is to show new methods and platforms that help in the formation of students as readers, in a creative way and that can create their interest in reading and in classical literary works. In this context, the primary objective of this research is to present a historical path about reading and reader education, highlighting, mainly, the education of the EFII and High School reader, in the context of cyberculture and digital technologies, investigating whether these tools offer methods and strategies that provide, in some way, the improvement for the crisis of the scarce practice of reading classical texts. The theoretical basis of this research is based on the reading of theoretical and essay texts by authors such as Lajolo and Zilberman (2009), Soares (2002), Oliveira and Ribeiro (2019), Azevedo (2004), Chartier (1999), for the historical path reading and training the reader. Vargas (2015), Fernandes Ribeiro (2015), Diniz (2005), Porto and Santos (2019), among others, support our sources for exploring the concepts of cyberculture and cyberreaders. Other sources will be used as they illuminate the conduct of the research. As this is an ongoing research, there are still no conclusive results.

Keywords: Cyberculture, Reader formation, Digital literacy.

1 INTRODUÇÃO

Ano após ano, observando-se as transformações sociais e sua consequente conduta, fazer com que os alunos do EFII e EM sintam-se motivados pela leitura, pela literatura e pelos livros clássicos tem sido um grande desafio para os docentes que trabalham com a formação desses leitores e seu desenvolvimento e conhecimento literário e de mundo.

O contexto pandêmico, pelo qual estamos passando desde março de 2020, não apenas ratificou, como explicitou essa dificuldade de criar laços entre os discentes e os livros, enfatizando-se o desinteresse e distanciamento desses leitores, principalmente quando nos referimos aos clássicos da literatura. Assim, a problematização desta pesquisa surgiu a partir do nosso interesse em fazer parte da mudança desse cenário, sem, obviamente, a pretensão de resolver a questão, mas acreditando poder lançar um fecho de luz nesse caminho, encurtando este distanciamento entre o aluno e a leitura, entre o aluno e a literatura, que cresce à medida que os métodos tradicionalistas, ainda usados pela maioria dos docentes, tornam esse discente apenas objeto da situação, sem, muitas vezes, haver, inclusive, uma contextualização adequada; o discente da contemporaneidade não aceita ser objeto do processo; ele deseja ser sujeito, promover a troca desse processo de ensino-aprendizagem.

Nos tempos atuais, somos rodeados pela tecnologia digital e suas ferramentas que são facilitadoras e coadjuvantes de nosso cotidiano, seja para o entretenimento ou trabalho. Neste contexto, destacam-se, também, as redes sociais e aplicativos que se fazem presentes em nosso dia a dia, e claro, também na rotina de nossos alunos. Posto isso, perguntamos, então, por que não utilizar a tecnologia a nosso favor? Com essa proposta, esta pesquisa busca mostrar novos métodos e plataformas que ajudem na formação dos alunos como leitores críticos, de forma criativa e que criem o interesse dos discentes pela leitura e pelas obras literárias.

Para Lajolo e Zilberman (2009), se considerarmos a “leitura de mundo”, podemos dizer que a leitura precedeu a escrita, pela forma que o homem lê o mundo a sua volta e o compreende de forma íntegra sem o apoio de qualquer registro físico.

Azevedo (2004) comenta que leitores são aqueles que são capazes de distinguir diferentes tipos e gêneros de livros de diferentes literaturas e que são aptos a utilizar esses textos em benefício próprio, seja para a ampliação de visão de mundo, informações ou por simples entretenimento.

Lajolo e Zilberman (2009) destacam que a escrita surgiu no quarto milênio antes de Cristo, quando foi utilizada para a memorização e contabilização do movimento dos bens pelos sumérios. Ao longo dos anos, a escrita tomou forma por meio de manuscritos, antes que adotasse a forma impressa responsável pela expansão de acesso ao texto e a leitura, que teve seu início na Ásia por meio da xilografia no século XVII, se estendendo para outros países no decorrer dos anos.

De acordo com as autoras, além do acesso a textos escritos, a leitura em voz alta, típica da antiguidade, era realizada por fatores culturais vinculados à associação do texto com a voz, a leitura, a declamação e a escuta; passou a ser feita de forma silenciosa, sendo que, no início, era feita apenas por monges entre os séculos VII e IX. A popularização de tal modalidade ocorreu no século XII, por meio de escolas e universidades. A leitura silenciosa passou, então, a ser considerada uma leitura voltada somente para leitores considerados letrados.

Com a revolução da impressão de livros, os textos passaram a ser mais acessíveis, mesmo que no início, para as crianças em anos escolares, os livros fossem utilizados principalmente para interesse pedagógico e não para o lazer, criando, assim, uma das primeiras barreiras para o interesse pela leitura.

Podemos dizer que esse desinteresse pela leitura que hoje se explicita, é reflexo de uma sociedade que menosprezou o hábito da leitura e teve um enorme descuido na formação de seus leitores, conforme destacam Oliveira e Ribeiro (2019):

Essa realidade é reflexo de uma sociedade com poucos hábitos de leitura, como mostra o resultado da pesquisa Retratos da Leitura no Brasil, que revela que 44% da população brasileira não lê e 30% nunca comprou um livro. O brasileiro lê apenas 4,96 livros por ano, desses, 0,94% são indicados pela escola e 2,88% lidos por vontade própria. Para a pesquisa, é leitor quem leu, inteiro ou em partes, pelo menos 1 livro nos últimos 3 meses. Dados esses que nos fazem refletir sobre a importância da leitura na formação dos sujeitos (OLIVEIRA & RIBEIRO, 2019, p. 354-383).

XXII ENCONTRO de PESQUISADORES

INTERDISCIPLINARIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Conforme as autoras acima citadas, a leitura como capacidade de decodificação da escrita, na jornada de compreendê-la e ressignificá-la, vem se modificando ao longo da história. O surgimento da cibercultura, juntamente a novas práticas, linguagens, métodos, técnicas e letramentos fazem com que a leitura sofra uma expansão e reconstrução em novos formatos, tornando possível a abertura de novos horizontes para o ensino da literatura.

Com essas novas tecnologias, a prática da leitura e da escrita sofreu uma transformação que gerou uma nova forma de ler. Podemos citar como exemplos os suportes de leitura, bibliotecas virtuais e digitais, blogs e principalmente os e-books, que, de acordo com Chartier (2010), construíram grande influência desta nova leitura.

Além desses, ainda há uma variação de plataformas e jogos que fazem parte e ajudam na expansão desta nova cultura literária, criando o que Soares (2002) chama de letramento digital, se referindo a uma condição de pessoas que se apropriam de tecnologias digitais, por meio da leitura e escrita através de telas (computador, smartphone, e etc.) exercendo essas práticas longe do papel (livros, revistas, cadernos e etc.).

Quando tratamos de jogos no processo de formação do leitor, levamos em conta a narrativa do jogo para que os jogadores/leitores exerçam a interpretação do jogo enquanto cibertexto, como afirma Dymek (2007), e não só a leitura, como a interação com o jogo, quando é permitido ao leitor intervir na história dele, tornando-o um intervencionista textual.

Aqui no Brasil, em 2017, A Fundação Telefônica em conjunto com Celso Santiago, gestor cultural, criaram um projeto no qual os grandes clássicos da literatura brasileira foram convertidos em jogos dinâmicos e didáticos de forma gratuita. Dentre as obras adaptadas, encontramos títulos como: *O cortiço*, de Aluísio Azevedo, *Memórias de um Sargento de Milícias*, de Manuel Antônio de Almeida e *Dom Casmurro*, de Machado de Assis. As histórias possuíam diferentes etapas que iam desde jogo da memória até labirintos. Infelizmente, o site do projeto e os jogos elaborados não estão mais disponíveis na rede.

Algumas Fotos dos jogos:



XXII ENCONTRO de PESQUISADORES

INTERDISCIPLINARIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL



Outra fonte riquíssima para trabalhar a literatura são as HQs, que, de início, foram inseridas nas bibliotecas escolares como um incentivo à leitura. Segundo Ramos (2010), a ideia inicial era propor a leitura de quadrinhos mais infantis como a *Turma da Mônica* e aos poucos introduzir os clássicos literários por meio desse gênero multimodal, para que o aluno tivesse contato com esta literatura.

A leitura de textos literários clássicos através de outros gêneros amplia as possibilidades do debate estético, artístico e cultural que concerne a essas obras, permitindo, por meio da adaptação, dar um novo sentido aos signos encontrados no mundo moderno. O gênero história em quadrinhos amplia as possibilidades de interpretação dos personagens graças ao diálogo que se estabelece entre a imagem e o texto escrito.

Com isso, as HQs tornaram-se parte da política educacional do Brasil, sendo reconhecidos pela LDB (Lei de Diretrizes e Bases) e pelos PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais) devido aos seguintes argumentos:

Os estudantes querem ler quadrinhos; palavras e imagens, juntos, ensinam de forma mais eficiente; existe um alto nível de informação nos quadrinhos;

as possibilidades de comunicação são enriquecidas pela familiaridade com as histórias em quadrinhos; os quadrinhos auxiliam no desenvolvimento do hábito de leitura; os quadrinhos enriquecem o vocabulário dos estudantes; o caráter elíptico da linguagem quadrinhística obriga o leitor a pensar e imaginar; os quadrinhos tem um caráter globalizador; os quadrinhos podem ser utilizados em qualquer nível escolar com qualquer tema (VERGUEIRO, 2014).

Os quadrinhos, mesmo sendo utilizados em diversas escolas, ainda são subestimados em seu valor literário, o que leva a maioria dos professores a sentirem um pouco de dificuldade em utilizá-lo, pois ainda o tratam apenas como uma narrativa ilustrada, sem lhe atribuir o real valor, o de um texto no qual a linguagem verbal e não verbal trabalham juntas.

O ensino de literatura por meio dos quadrinhos pode e deve ser abrangente, aprofundado, analisando cuidadosamente cada detalhe, cada componente do trabalho. Histórias, como os romances clássicos já ganharam suas adaptações para os quadrinhos, o que nos dá a oportunidade de o aluno descobrir e redescobrir este universo dos clássicos.

Já com os textos digitais, além de as bibliotecas virtuais e e-books, também possuímos novos gêneros a serem explorados nessa ciberliteratura, como as *fanfictions*.

A *fanfiction* é (...) uma história escrita por um fã, envolvendo os cenários, personagens e tramas previamente desenvolvidos no original, sem que exista nenhum intuito de quebra de direitos autorais e de lucro envolvidos nessa prática. Os autores de *fanfiction* dedicam seu tempo a escrevê-las em virtude de terem desenvolvido laços afetivos fortes com o original (...) (VARGAS, 2005, p.21).

A contemporaneidade exerceu influência sobre esses textos, já que, atualmente, não há mais limites no que se refere à inspiração para a criação das *fanfictions*. Não há somente textos baseados em livros ou filmes, mas sim uma diversidade de motivos para a criação das histórias. Grupos musicais, atores, animações ou seriados de TV são exemplos desta motivação para a escrita e leitura de uma obra desse gênero.

De acordo com Vargas (2005, p.23), as *fanfics* tiveram seu início ainda longe das plataformas digitais, em meados dos anos de 1970, por meio das fanzines que se tratavam de revistas com conteúdo vinculado a algum produto cultural que estava em alta na época, e eram escritas por fãs e distribuídas em bancas de jornal e até mesmo enviadas por correspondências.

Ao longo dos anos e com o desenvolvimento de novas tecnologias, contribuiu para que a internet se tornasse um espaço que incita o surgimento de novos gêneros. Sendo assim, as *fanfictions* encontraram nela o seu espaço, ampliando os horizontes para novos autores e leitores.

Além dela, a internet possui ainda diversos espaços para textos de diferentes gêneros e estruturas, proporcionando um jeito novo de contar histórias, como no caso das *Au's*, sigla para *Auternative Universe*, que são narrativas contadas a partir de prints de conversas de *Whatsapp*, *Tweets*, *posts* do Instagram e etc. Esse cibertexto foi popularizado por volta de 2017 na rede social do Twitter, expandindo-se para o Instagram, e muitas vezes é considerada uma extensão das *fanfictions*.

Todas as modalidades citadas possuem em seu histórico de criação e leitura textos clássicos de nossa literatura de grandes nomes como Machado de Assis, Camilo Castelo Branco, Álvares de Azevedo, dentre outros, que já tiveram suas obras adaptadas e usadas como inspiração na produção desses cibertextos. Sendo assim, ao longo desta pesquisa, pretende-se apresentar uma leitura interpretativa de parte deste material, destacando-se sua possível contribuição, ou não para a formação de leitores nesta nova proposta contemporânea digital.

Para além desse propósito, pretendemos, ainda, se possível, levando-se em conta a situação pandêmica atual, realizar, uma pesquisa de campo, aplicando a prática da leitura utilizando-se dessas tecnologias no conto "A igreja do diabo", 1884, de Machado de Assis. Sendo assim, neste artigo, apresentamos uma contextualização do autor, destacando-se a sua produção de contos.

Posto isso, acreditamos que a relevância desta pesquisa não está apenas em apresentar uma análise do contexto da cibercultura e das tecnologias digitais em função da formação do leitor, mas está também em destacar e propor novos métodos, estratégias e práticas de leitura que

contribuam para que este discente, que enfrenta grandes dificuldades na interação com as obras, sinta-se motivado em fazer parte do processo ensino-aprendizagem, desenvolvendo-se como sujeito que interage com seu contexto e se torna um leitor crítico em meio ao letramento digital. Destaca-se sua relevância ainda, em também ampliar nossos conhecimentos em relação a este contexto da cibercultura e das tecnologias digitais, uma vez que, como formadora de leitores sentimos que o tema é ainda muito pouco estudado, merecendo um olhar mais cuidadoso, que possibilite uma contribuição científica para o conhecimento dessas tecnologias em favor da formação do leitor e que só mais recentemente tem recebido maior atenção por parte dos estudiosos.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 O autor e a obra: um perfil machadiano

O século XIX marca um período de mudanças significativas no cenário brasileiro. Influenciado por outras culturas, ideias e novos interesses políticos e econômicos, antes não admitidos, o Brasil, assim como a Europa, vivia um momento bastante conturbado. O cientificismo, o positivismo e as teorias sociais vindas da Europa, juntamente com o abolicionismo, a Guerra do Paraguai, a assinatura da Lei Áurea, a substituição da mão de obra escrava pela assalariada (principalmente dos imigrantes que chegavam ao Brasil), o ideal republicano e a crise da monarquia caracterizavam a segunda metade do século XIX, promovendo o declínio do Romantismo no Brasil.

Assim, na arte, as concepções estéticas que norteavam o ideário romântico começam a perder espaço, a linguagem romântica se esgota e não dá conta dessas novas condições, era preciso renovar e uma nova tendência, baseada na trama psicológica e em personagens inspirados na realidade, toma conta da literatura brasileira, inaugurando o Realismo, escola estética de grande influência nas artes ocidentais no final do século XIX. Ciência, progresso e razão passam a ser as palavras de ordem da classe dominante. A paixão e o impulso pessoal cedem lugar à reflexão, à observação, à análise e à disciplina.

Didática e cronologicamente, o Realismo tem início na literatura brasileira com a publicação de *Memórias póstumas de Brás Cubas* (1881), de Machado de Assis, prevalecendo, nesta estética, a prosa, principalmente o romance e o conto. A linguagem culta, objetiva, com o mínimo de interferências pessoais, descritiva, busca retratar os fatos de maneira precisa, pormenorizada. Os acontecimentos da ordem da interioridade do sujeito também são descritos, tendo a abordagem psicológica como característica elementar, detalhando valores e pensamentos das personagens, sendo recorrente também o uso da ironia como recurso retórico, principalmente expondo as hipocrisias morais vigentes. A partir da publicação de *Memórias póstumas*, Machado de Assis alcançou o posto de maior nome da Literatura Brasileira, lugar que até hoje é ocupado por ele.

Nascido no Morro do Livramento, Rio de Janeiro, em 21 de junho de 1839, Joaquim Maria Machado de Assis, ou Machado de Assis como ficou popularmente conhecido, era o primogênito de Francisco José de Assis – mulato, filho de escravos que ganharam a liberdade –, e da açoriana Maria Leopoldina Machado. Conforme Fischer (2008), tratava-se de gente pobre, que dependeu de algum tipo de proteção de gente mais favorecida, pelo menos em alguns momentos da vida.

Contudo, nem todos os estudiosos da obra de Machado de Assis acreditam que a vida do escritor tenha sido tão árdua ou difícil assim. Candido (1977), por exemplo, aduz que a tranquilidade exterior, a relativa facilidade de sua vida pública e o sucesso de sua carreira refuta a ideia de que sua cor escura e sua origem humilde tenham sido motivo de desprestígio. Ao contrário, o ensaísta aponta que Machado de Assis foi sempre íntimo de pessoas importantes da cidade e que foi reconhecido e glorificado, ainda em vida, como o grande romancista brasileiro.

Começou a trabalhar por volta dos quinze anos de idade, tendo deixado precocemente de frequentar escolas formais. Porém, jamais abandonou os estudos, tendo aperfeiçoado seu conhecimento em língua portuguesa, francês e até mesmo latim. Aos vinte e oito anos, tornou-se funcionário público, o que lhe dava certo prestígio social. Fundou, junto com outros escritores, a Academia Brasileira de Letras, em 1897, da qual foi o primeiro presidente, ocupando a Cadeira de número vinte e três, e aos trinta anos, casou-se com Carolina Augusta Novaes, senhora portuguesa com quem viveu até o final da vida dela.

De acordo com Teixeira (1988), Machado de Assis escreveu, ininterruptamente, dos quinze aos sessenta e nove anos de idade. Os primeiros textos datam de 1850 e são poemas sem valor artístico, publicados principalmente na revista carioca *Marmota fluminense*. Os últimos são do ano de sua morte, 1908, e pertencem ao *Memorial de Aires*, um dos cinco grandes romances que compôs

em sua fase madura. Machado é apontado por muitos críticos, como sendo não só um grande romancista, mas também um excelente contista, chegando a compor aproximadamente duas centenas de contos, entre eles, alguns dos melhores já escritos em língua portuguesa.

Os contos e romances produzidos pelo artista elevaram a literatura brasileira a um nível nunca antes visto. E, conforme sua obra foi sendo traduzida para as línguas cultas, sua fama cresceu e hoje o autor figura entre os maiores artistas do século XIX ao lado de contemporâneos como Zola, Maupassant, Eça de Queirós e outros.

Machado de Assis teve publicadas diversas coletâneas de seus contos, a saber: *Contos fluminenses* (1870), *Histórias da meia-noite* (1873), *Papéis avulsos* (1882), *Histórias sem data* (1884), *Várias histórias* (1896), *Páginas recolhidas* (1899) e *Relíquias da Casa Velha* (1906). Dentre os vários contos de Machado de Assis, escolhemos, como corpus dessa pesquisa, o conto “A igreja do diabo” pertencente à obra *Histórias sem data*, publicada pela primeira vez no ano de 1884.

Composto por uma riqueza metafórica e simbólica, o conto revela o humor irônico e o pessimismo típicos do estilo machadiano ao analisar a condição humana. Nesse conto, Machado de Assis exercita a análise dos atos, buscando uma verdade que se mostra cruel na máscara do riso.

O traço humano que o escritor analisa é o do homem facilmente corruptível e sujeito às influências do poder. Nomeado pela crítica¹ como “conto-teoria” “A igreja do diabo” tece uma nova teoria sobre o comportamento humano. O autor materializa uma imagem humana refletida num espelho invertido. O que o diabo propõe é uma doutrina muito semelhante a de Deus, com a única diferença de que aquela acaba sendo a mais profunda negação desta. O diabo se propõe a negar o que reflete, mostrar o contrário. Fundar sua própria igreja, cujo cerne seria negar tudo o que a escritura divina propunha até então. Disfarçado por um discurso aparentemente simples, o conto revela a complexa contradição que move a alma humana.

Desse modo, o conto machadiano aqui destacado foi escolhido como corpus desta pesquisa, porque acreditamos ser esse não apenas um texto clássico de grande importância, como também aquele que pode provocar o leitor já a partir do antagonismo do título. Pretende-se desenvolver, em sala de aula, um trabalho amplo, que por meio das novas propostas tecnológicas nos diferentes gêneros citados anteriormente, possamos despertar o interesse pela leitura no aluno, que se sentirá sujeito ativo desse processo de construção do conhecimento de mundo e da palavra.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa se encontra na área da Literatura Brasileira e em relação aos meios, sua abordagem se apresenta, primeiramente, como teórica e bibliográfica; já num segundo momento, expõe uma pesquisa de campo, em que se estudará o texto machadiano, mais especificamente o conto “A igreja do diabo”, de 1884. O suporte teórico provém de pesquisa bibliográfica e documental, tanto para o percurso histórico acerca da leitura e formação do leitor, quanto para a contextualização da cibercultura e tecnologias digitais. No que se refere à pesquisa de campo, objetiva-se desenvolver uma prática de leitura utilizando-se das tecnologias digitais com alunos da 2ª série do EM, para o conto machadiano acima referenciado.

Acreditando-se, então, na possibilidade de se diminuir o distanciamento do leitor contemporâneo da leitura dos textos clássicos por meio das tecnologias digitais, busca-se, nesta pesquisa, responder os seguintes questionamentos:

1. Como se configura o percurso da leitura e do leitor dentro de um contexto de tradição e renovação, que materializa a relação autor-obra-leitor?
2. É possível afirmar que as tecnologias digitais e de comunicação utilizadas como recursos para a prática de leitura auxiliam na formação de leitores críticos?
3. Quais são os mecanismos de construção da poética machadiana, mais especificamente no conto “A igreja do diabo”, escolhido para compor o corpus desta pesquisa e mais, é possível manter as qualidades do discurso machadiano utilizando-se das ferramentas, estratégias e métodos empregados pela cibercultura?

¹ BOSI, Alfredo. A máscara e a fenda. In _____: BOSI, A. et al. *Machado de Assis: antologia e estudos*. São Paulo: Ática, 1982, p. 437-457.

4. Os discentes sentem-se mais motivados à leitura dos textos clássicos, quando são utilizadas as ferramentas tecnológicas, em comparação com os métodos tradicionais?

O embasamento teórico desta pesquisa se fundamenta na leitura de textos teóricos e ensaísticos de autores como Lajolo e Zilberman (2009), Soares (2002), Oliveira e Ribeiro (2019), Azevedo (2004), Chartier (1999), para o percurso histórico da leitura e da formação do leitor. Vargas (2015), Fernandes Ribeiro (2015), Diniz (2005), Porto e Santos (2019), dentre outras, subsidiam nossas fontes para a exploração dos conceitos de cibercultura e ciberleitores. Concernente à pesquisa acerca de Machado de Assis complementam essa fundamentação teórica as reflexões propostas por Bosi (2004), Candido & Castello (2005), Candido (1977) e Teixeira (1987), que nos auxiliarão tanto na contextualização do autor dentro da Literatura Brasileira, quanto ao entendimento do seu fazer literário.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir dos conceitos apresentados já na introdução desta pesquisa, que envolvem as novas tecnologias dentro do contexto da cibercultura, bem como dos ciberleitores, percebe-se a riqueza dessa discussão e os resultados instigantes que hão de vir. O incômodo produtivo, necessário a toda pesquisa, se completa quando se escolhe como corpus da pesquisa um conto machadiano que ratifica sua importância não apenas no contexto da Literatura Brasileira, mas mundial.

A breve apresentação feita aqui tanto do autor como do conto evidenciam a palavra plurissignificativa e simbólica do discurso machadiano, que faz da leitura um instrumento de autoconhecimento, sendo provocativa, cativante e incômoda, proporcionando um alargamento de horizontes necessário ao bom texto literário.

Assim, por se tratar de pesquisa incipiente, não há, ainda, amplos resultados a serem expostos, contudo, acredita-se que durante o seu desenvolvimento serão apresentadas respostas satisfatórias à problematização proposta, ser possível pensar nas tecnologias digitais e de comunicação como um recurso de incentivo à prática da leitura.

A fim de melhor se compreender o tema proposto, bem como os conceitos de cibercultura, multiletramento, ciberespaço, tecnologias de letramento e tecnologias digitais, bem como game educativo será apresentado, de modo sucinto, um panorama histórico da leitura e da formação do leitor, enfatizando-se o leitor da contemporaneidade.

Parte-se da hipótese de que o tema aqui proposto é ainda bem pouco explorado, carecendo de um olhar mais atento dos pesquisadores.

Assim, por meio de uma pesquisa bibliográfica, busca-se oferecer uma leitura analítica e interpretativa acerca das contribuições ou não da cibercultura e das tecnologias de informação na formação de leitores da contemporaneidade, dentro do contexto do EFII e do EM. Para tanto, será utilizado o método dedutivo, posto que se parte de noções gerais para se chegar a resultados específicos.

5 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

As considerações deste artigo preliminar são parciais, posto que não há ainda resultados efetivos a serem demonstrados na leitura analítica, bem como no uso das tecnologias digitais e de comunicação como um recurso de incentivo à prática da leitura na obra escolhida como corpus desta pesquisa; até este momento, houve um caminho percorrido o qual procurou responder parte dos questionamentos aqui propostos.

O resultado final será apresentado oportunamente.

6 REFERÊNCIAS:

AZEVEDO, Ricardo. Formação de leitores e razão para a literatura. 2004. Disponível em:<<http://www.ricardoazevedo.com.br/artigos/>>. Acesso em: 05 jul. 2021.

BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. 44. ed. São Paulo: Cultrix, 2004.

CANDIDO, A.; CASTELLO, J. *Presença da literatura brasileira: das origens ao realismo*. 12. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CANDIDO, A. Esquema de Machado de Assis. In: _____. *Vários escritos*. São Paulo: Duas Cidades, 1977.

CHARTIER, R. Escutar os mortos com os olhos. *Estudos avançados*, v. 24, n. 69, p. 6–30, 2010. _____. *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. Tradução de Mary Del Priori. Brasília: Editora da UNB, 1999.

DINIZ, L. A. G. Cibercultura e literatura: hipertexto e as novas arquiteturas textuais. *Alea: Estudos Neolatinos*, [s. l.], v. 7, n. 2, p. 209–222, 2005. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/alea/a/r3vVyyVD8k3Q4nhMrvf8Mrg/?lang=pt>>. Acesso em: 15 jul. 2021.

DYMEK, M. *Exporting wars: Literature theory and how it explains the video game industry*. 3rd Digital Games Research Association International Conference: “Situated Play”, DiGRA 2007. **Anais** 2007. Disponível em: <<https://www.scopus.com/inward/record.uri?eid=2-s2.0-84873375019&partnerID=40&md5=44ed130d2d866f737172531d7a135bd2>>. Acesso em: 20 jul. 2021

LAJOLO, Marisa. *A formação do leitor no Brasil*. São Paulo: Ática, 1996.

LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. *Das tábuas da lei à tela do computador: a leitura em seus discursos*. São Paulo: Ática, 2009.

MELO, Amanda Roberta Silva. O uso das hqs no contexto escolar. *Anais VII ENALIC...* Campina Grande: Realize Editora, 2018. Disponível em: <<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/52441>>. Acesso em: 04/10/2021 11:54

MONIQUE, L.; KAJIANA NUERNBERG SARTOR VIDOTTO; ELIANE POZZEBON; LUCIANA BOLAN FRIGO. *Jogos digitais como recurso de incentivo à Leitura: uma revisão sistemática*. 2018. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/332387782_JOGOS_DIGITAIS_COMO_RECURSO_DE_INCENTIVO_A_LEITURA_UMA_REVISAO_SISTEMATICA>. Acesso em: 17 jul. 2021.

OLIVEIRA, Cristina de. Quadrinhos, literatura e o jogo intertextual. In: RAMOS, Paulo; VERGUEIRO, Waldomiro; FIGUEIRA, Diego (Orgs.). *Quadrinhos e literatura: diálogos possíveis*. São Paulo: Criativo, 2014.

OLIVEIRA, B. R. E.; RIBEIRO, M. R. F. *Ciberleitura na educação básica: realidade possível?* Periferia, [s. l.], v. 11, n. 2, p. 354–383, 2019. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/periferia/article/view/39384>>. Acesso em: 20 jul. 2021.

PINA, Patrícia Kátia da Costa. A literatura em quadrinhos e a formação do leitor hoje. In: RAMOS, Paulo; VERGUEIRO, Waldomiro; FIGUEIRA, Diego (orgs.). *Quadrinhos e literatura: diálogos possíveis*. São Paulo. Criativo, 2014.

PULLIN, Elsa M. M.P.; MOREIRA, Lucinéia de S. G. *Prescrição de leitura na escola e formação de leitores*. Revista Ciências & Cognição, 2008.

RAMOS, Paulo. *A leitura dos quadrinhos*. 1 reimpr. São Paulo: Contexto, 2010.

RODRIGUES, M. *A sala de aula no contexto da cibercultura: formação docente e discente em atos de currículo*. Uerj.br, [s. l.], 2015. Disponível em: <<https://www.bdt.d.uerj.br:8443/handle/1/10403>>. Acesso em: 16 jul. 2021.

SOARES, Magda Becker. *A escolarização da Literatura Infantil e Juvenil*. In: de EVANGELISTA, Aracy, et al. (Orgs.). *A Escolarização da Literatura: O Jogo do Livro Infantil e Juvenil*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

XXII ENCONTRO de PESQUISADORES

INTERDISCIPLINARIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

SOARES, Magda Becker. *Letramento e escolarização*. In: RIBEIRO, Vera Masagão (Org.). *Letramento no Brasil: reflexões a partir do INAF 2001*. 2. ed. São Paulo: Global, 2004a.

SOARES, M. *Novas práticas de leitura e escrita: letramento na cibercultura*. Educação & Sociedade, [s. l.], v. 23, n. 81, p. 143–160, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/es/v23n81/13935.pdf>.

TEIXEIRA, Ivan. *Apresentação de Machado de Assis*. 2. ed. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora Ltda, 1988.

VARGAS, Maria Lúcia Bandeira. *O fenômeno fanfiction: novas leituras e escrituras em meio eletrônico*. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 2005.

VERGUEIRO, Waldomiro. O uso dos HQs no ensino. In: RAMA, Angela; VERGUEIRO, Waldomiro (orgs.). *Como usar as histórias em quadrinhos no ensino*. 4 ed., 2 reimpr. São Paulo: Contexto, 2014.

ZILBERMAN, Regina. *Leitura: Perspectivas Interdisciplinares*. São Paulo: Ática, 1995.

**ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NA PANDEMIA: ESTUDO DOCUMENTAL DAS ESTRATÉGIAS
ADOTADAS NO MUNICÍPIO DE FRANCA-SP**

*SCHOOL FEEDING IN THE PANDEMIC: DOCUMENTAL STUDY OF THE STRATEGIES ADOPTED
IN FRANCA-SP*

Área temática: Desenvolvimento Social e Políticas Públicas

VIANNA, Camila V.
Uni-FACEF

Mestranda em Desenvolvimento Regional, Graduada em Gastronomia com Especialização em
Gestão Escolar pela ESALQ/USP, Gestão de Pessoas e Administração de Eventos pelo Centro
Universitário Senac-SP
camilaviegas@hotmail.com

OLIVEIRA, Sheila Fernandes Pimenta e
Uni-FACEF

Doutora em Linguística e Língua Portuguesa Unesp – Araraquara-SP
sheilafacef@gmail.com

Resumo

É indiscutível a relevância da merenda escolar no desenvolvimento biopsicossocial de crianças atendidas pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Durante o isolamento causado pela COVID-19, o programa precisou mudar e os municípios tiveram que se adaptar, a encontrar soluções para atender a todos. O objetivo deste estudo é relatar como foi feita a gestão da entrega dos alimentos aos alunos da rede municipal da cidade de Franca-SP e verificar as estratégias de atendimento legal aos estudantes da educação municipal. Inicialmente, foi feita uma pesquisa bibliográfica, para tratar os decretos emitidos pelo PNAE no momento de pandemia e logo após foi feito um estudo descritivo, com base nos ofícios e atas do Conselho de Alimentação Escolar (CAE) do ano de 2021. Todos os documentos são de acesso público e estão disponíveis nos canais oficiais da Prefeitura e do Conselho. A operacionalização da ação ocorreu através de entrega de kits contendo alimentos e foram entregues aproximadamente 38.146 no primeiro semestre do ano, primeiramente aos cadastrados no bolsa família e depois aberto a todos os matriculados. Os entraves identificados foram a má comunicação por parte da Prefeitura, tanto com os gestores escolares quanto com os pais, o que fez com que sobrassem kits e famílias ficassem desassistidas. Outro ponto a ser destacado foi o impedimento da assessoria e fiscalização do CAE na gestão anterior, que não obteve acesso às decisões, obrigatório para recebimento dos recursos do PNAE. A mesma, denuncia processos adiafanos e supervalorização de preços na aquisição dos gêneros alimentícios.

Palavras-chave: Merenda escolar; políticas e programas de nutrição e alimentação; política nutricional.

Abstract

The relevance of school meals in the biopsychosocial development of millions of children served by the National School Feeding Program (PNAE) is indisputable. During the isolation caused by COVID-19, the program had to change and the municipalities had to adapt, quickly finding solutions and extra funds to serve everyone. The aim of this study is to report how the management of food delivery to students in the municipal network of the city of Franca-SP was carried out and to verify the strategies for legal assistance to students in municipal education. Initially, a bibliographic research was carried out to deal with the decrees issued by the PNAE at the time of the pandemic and soon after, a descriptive study was carried out, based on the official letters and minutes of the School Feeding Council (CAE) for the year 2021. All documents they are publicly accessible and are available on the official channels of the City Hall and the Council. The action was implemented through the delivery of kits, containing perishable and non-perishable food, and approximately 38,146 kits were delivered in the first half of the year, first to those registered in the Bolsa Família and then open to all those enrolled. The obstacles identified were poor communication on the part of the City Hall, both with school administrators and with those responsible for the students, which meant that kits were left over and families were left unattended. Another point to be highlighted was the impediment of the CAE's advice and inspection in the previous administration, which did not gain access or participation in the

food decisions, which were mandatory for receiving PNAE resources. The previous administration denounces thin processes and overvaluation of prices in the purchase of foodstuffs.

Keywords: School meals, nutrition and food policies and programs, nutrition policy

1 INTRODUÇÃO

Já é senso comum que se alimentar, de forma saudável é requisito para a aprendizagem e o desenvolvimento biopsicossocial integral do ser humano. O Brasil alcançou mudanças importantes no consumo alimentar se tornando mais saudável devido às ações de políticas sociais nas áreas de saúde, educação e assistência social ampliadas nas últimas décadas. Porém, levou cerca de 25 anos (1990 a 2014), para sair do mapa da fome da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (Aranha, 2010) e em 2018 contava com 6,5% da população (cerca de 13 milhões de pessoas), em pobreza extrema, ficando em 63,3% o nível de prevalência de segurança alimentar, alcançando seu mais baixo patamar desde que começaram as medições (IBGE, 2019).

O acesso aos alimentos e a qualidade destes já era um assunto com atenção urgente, porém com o contexto de isolamento social da pandemia causada pela COVID-19, trouxe uma ameaça ainda maior à segurança alimentar dos indivíduos, principalmente aos grupos considerados mais vulneráveis como os moradores de comunidades carentes, trabalhadores economicamente ativos desempregados, famílias em situação de rua, povos indígenas entre outros (MALUF, 2020).

A Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) é definida na nossa legislação como:

[...] o direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambientais, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (BRASIL, 2006, p. 1).

Num país, onde a insegurança alimentar e a desnutrição são problemas sociais comuns, a merenda escolar se torna agente fundamental, para combater este problema. Em 2019, aproximadamente 39 milhões de alunos da rede pública dependiam da merenda escolar, para garantir ou complementar caloricamente e nutricionalmente a refeição do dia (BRASIL, 2020).

A administração das refeições ofertadas nas escolas é feita pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que é responsável por fornecer os meios para obtenção dos alimentos e ações de educação alimentar e nutricional a todos os anos da educação básica de escolas públicas e filantrópicas, além de contribuir, consequentemente, com a diminuição da repetência e evasão escolar. O PNAE é um programa conhecido por ser um dos maiores e mais abrangentes do mundo no quesito de atendimento universal e da garantia do direito humano à alimentação adequada e saudável (Brasil, 2014). Esta política pública é gerenciada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), autarquia do Ministério da Educação (MEC).

O PNAE atua no estabelecimento de critérios operacionais e trouxe importantes avanços para a gestão local, como a obrigatoriedade de um nutricionista responsável técnico, a compra de 30% dos insumos da agricultura familiar local, o que estimula a economia ao entorno e torna a refeição mais saudável e a ampliação da participação social através dos conselhos, porém devido à interrupção das aulas presenciais, a execução do programa se tornou um desafio ainda maior, sendo este reorganizado apresentando inclusive, mudanças em sua legislação.

As estruturas e os processos tiveram que ser readaptados e para assessorar e fiscalizar esta gestão, contamos com a participação social através do Conselho de Alimentação Escolar (CAE). Os CAEs têm como principal função zelar pela concretização da alimentação escolar de qualidade, por meio da fiscalização dos alimentos servidos e utilização dos recursos públicos (BRASIL, 2014).

O CAE tem papel decisivo na execução do PNAE e um conselho atuante é pré-requisito para o município receber a verba da alimentação escolar. É um órgão colegiado de gestão compartilhada. É fiscalizador, tendo entre suas atribuições a avaliação do destino dos recursos e a qualidade do serviço executado, tanto pelos fornecedores, quanto os próprios funcionários da escola. É deliberativo, pois todas as decisões devem passar pelo colegiado do conselho antes de serem aprovadas pelo poder público e por fim, é um órgão de assessoramento, pois presta assessoria quanto às informações sobre a execução do PNAE, tendo assim a obrigatoriedade de formação continuada de seus membros.

Este estudo tem o objetivo de relatar a experiência de execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar no município de Franca-SP durante o período de isolamento social quando as escolas estavam fechadas e no início do retorno às aulas presenciais, através da análise de todos os ofícios e atas das reuniões do CAE da gestão atual (2021-2025) entre fevereiro e outubro de 2021, para analisar como foi feita a distribuição da alimentação escolar além de analisar dados oriundos de outros artigos científicos que tratam do mesmo tema observando outros processos utilizados em municípios brasileiros.

2 A GESTÃO DO PNAE

O governo federal repassa a verba para a alimentação escolar aos estados e municípios para uma estimativa de 200 dias letivos e o valor é de acordo ao número de matriculados em cada rede de ensino. Este número é definido, de acordo ao censo escolar que todas as escolas devem responder anualmente. As escolas possuem certa autonomia para gerir a alimentação oferecida, podendo inclusive, complementar o cardápio se julgar necessário. O PNAE se propõe a ofertar 20% das calorias diárias necessárias a cada faixa etária, cerca de 350 quilocalorias, contendo no mínimo 9 gramas de proteína por refeição.

As aquisições dos gêneros alimentícios são de responsabilidade dos governos estaduais e municipais e devem obedecer aos critérios estabelecidos na Lei nº 8.666, de 21/06/93, quanto às responsabilidades fiscais e licitatórias de contratos, além de regras para a operacionalização do serviço de alimentação. Uma regra que se destaca é a proporção de 30% de toda compra de alimentos deverá advir da agricultura familiar local, favorecendo a nutrição das crianças que terão produtos frescos e locais e favorecendo o entorno movimentando a economia rural e ajudando mais famílias (BRASIL, 2014).

O valor repassado é obtido através da seguinte fórmula: $TR = \text{Número de dias letivos} \times \text{Número de alunos} \times \text{Valor per capita}$. TR seria o total de recursos e o valor per capita é calculado, de acordo a modalidade de ensino conforme a tabela abaixo:

Tabela 1 – valor per capita de refeição repassado pelo PNAE

Creches	R\$ 1,07
Pré-escola	R\$ 0,53
Escolas indígenas e quilombolas	R\$ 0,64
Ensino fundamental e médio	R\$ 0,36
Educação de jovens e adultos	R\$ 0,32
Ensino integral	R\$ 1,07
Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral	R\$ 2,00
Alunos que frequentam o Atendimento Educacional Especializado no contraturno	R\$ 0,53

Fonte: elaborada pelas pesquisadoras.

A responsabilidade da operacionalização para a entrega das refeições também fica a cargo do poder executivo dos estados e municípios, que escolhe a forma de administrar a distribuição e cocção destas refeições, porém atendendo às formas de gestão que pode ser centralizada, descentralizada, semi-descentralizada ou terceirizada (BRASIL, 2009).

A gestão centralizada é a forma mais adotada no Brasil. Caracteriza-se, principalmente por uma estrutura central com uma cozinha-piloto, que recebe os ingredientes e prepara as refeições que são entregues já prontas para o consumo nas escolas. As principais vantagens deste método é a diminuição do desperdício, já que não há estoques nas unidades escolares, o poder de negociação dos ingredientes, já que o volume a ser comprado será grande e a não-responsabilidade da escola sobre a alimentação, diminuindo o custo de tempo e de pessoal para realizar a tarefa.

Na gestão descentralizada os valores são repassados diretamente às escolas, que são responsáveis pela aquisição e cocção dos alimentos, obrigando a escola a ter estrutura de cozinha e pessoal especializado. Esta opção traz a obrigatoriedade da participação popular, através por exemplo dos conselhos escolares e associações de pais e mestres, representantes da comunidade escolar que terão a atribuição de controle e execução dos recursos financeiros repassados. Estes, por sua vez, serão fiscalizados pela secretaria de educação.

Na administração semi-descentralizada, uma parte dos gêneros é adquirida pela escola, os produtos perecíveis e outra parte não-perecível pela secretaria de educação. Já o formato de terceirização, uma empresa, através de licitação, é contratada para fornecer as refeições. As compras

são realizadas pelo poder público, assim como a definição do cardápio. As refeições podem ser feitas na própria escola ou em uma cozinha-piloto. Um município pode optar por mais de uma opção de gestão a depender de sua estrutura e número de alunos atendidos.

Com o advento da pandemia e o fechamento das escolas, ocorreu uma mudança importante na legislação que rege o PNAE, acrescentando o art. 21-A na Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, que contém em sua redação:

Durante o período de suspensão das aulas nas escolas públicas de educação básica em razão de situação de emergência ou calamidade pública, fica autorizada, em todo o território nacional, em caráter excepcional, a distribuição imediata aos pais ou responsáveis dos estudantes nelas matriculados, com acompanhamento pelo CAE, dos gêneros alimentícios adquiridos com recursos financeiros recebidos, nos termos desta Lei, à conta do Pnae (BRASIL, 2020, p. 1).

Este novo artigo autorizou, durante o período de suspensão das aulas, a entrega de alimentos aos responsáveis pelos alunos. Esta ação facilitaria a entrega dos alimentos aos alunos, porém suscitou uma sensação de insegurança em relação ao destino dos recursos com estes alimentos sendo entregues fora do ambiente escolar.

Esta Lei nº 13.987/2020 traz também outro ponto que diz que os recursos devem ser utilizados na oferta de kits de alimentos, ficando vedada a transferência de dinheiro às famílias e também é vedada a compra de materiais de limpeza e higiene. Porém, como havia uma necessidade de limitar a circulação de pessoas e uma operação logística diferenciada, alguns gestores públicos optaram por repassar a verba num momento emergencial, através um voucher ou cartão alimentação (RIBEIRÃO DAS NEVES, 2020, online).

O outro lado desta normativa trouxe agravamento da insegurança alimentar, pois o texto deixa a cargo de decisão local se as entidades irão ou não realizar a distribuição dos alimentos e como a farão, não sendo obrigatório o uso dos recursos repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), não fazendo referência à universalidade no atendimento durante a suspensão das aulas, fazendo com que algumas prefeituras suspendessem o serviço e outras que focassem apenas em grupos julgados com maior vulnerabilidade. Ações judiciais movidas pelas defensorias públicas de todo país foram necessárias para a garantia deste direito (CARTA CAPITAL, 2020).

Ainda que o valor recebido do FNDE seja de caráter suplementar, ou seja, deva ser complementado pelo poder público local, na prática, em municípios de baixo desenvolvimento econômico, há uma dependência dos recursos federais para a execução do serviço (MACHADO, 2013). Fazendo um cálculo baseado nos valores repassados a um aluno do ensino fundamental e médio por exemplo, se considerarmos 20 dias letivos por mês, este repasse será de R\$ 7,2016 por aluno. Valor insuficiente, ainda mais agravado pela pandemia pois, para compor os kits de alimentos distribuídos, é necessária uma quantidade maior de gêneros que não podem ser fracionados, em virtude de suas embalagens e somado ao custo dos produtos de limpeza, manuseio e distribuição. Aliados a estes problemas, ainda podemos citar as altas dos preços em todo território nacional. Para efeito de comparação, a prefeitura da cidade de Mesquita, Rio de Janeiro divulgou o valor gasto de R\$ 79,2718 por kit por aluno em 2020 (MESQUITA, 2020, online)

Apesar da insegurança, todas as formas de gestão de alimentação escolar estão sujeitas a fiscalização pelo FNDE, pela Controladoria Geral da União (CGU) e pelo Ministério Público, pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e diretamente pela sociedade através do Conselho de Alimentação Escolar (CAE).

3 SOBRE O CONSELHO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - CAE

O CAE foi uma conquista civil que se deu através da MP nº 1.784/98, em 2 de junho de 2000. Tem a função de deliberar, fiscalizar e assessorar o poder executivo no cumprimento das funções do PNAE. É organizado no âmbito estadual e municipal cujos membros são nomeados através de eleição em mandato com duração de quatro anos e seus membros contam com, no mínimo, representantes do poder executivo (1 titular e 1 suplente que podem ser indicados), trabalhadores da educação (2 titulares e 2 suplentes), pais de alunos (2 titulares e 2 suplentes) e sociedade civil (2 titulares e 2 suplentes) (BRASIL, 2014).

São feitas reuniões ordinárias mensais e extraordinárias quando há necessidade. Estas assembleias são divulgadas pelas redes sociais e são abertas à comunidade. Suas atas e ofícios

expedidos são registrados no site oficial do Conselho e no site da Prefeitura na seção “alimentação escolar”. Nestas reuniões, são discutidas as questões financeiras, nutricionais, de cardápio e sua aceitabilidade por parte dos comensais e apontamentos ocorridos nas visitas feitas pelos membros às unidades executoras das merendas. Nestas visitas, os principais apontamentos são a respeito da estrutura e higiene local.

Quando, nestas assembleias, forem apontadas irregularidades, o Conselho deve reportar a todos os órgãos de controle como a Controladoria Geral da União (CGU), o Ministério Público (MP) e aos Tribunais de Contas da União (TCU), sob a pena de responsabilidade solidária, podendo os membros do conselho serem acusados pela irregularidade, caso não denunciem, o que demonstra significância e a responsabilidade do cargo.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O estudo aqui apresentado é uma pesquisa documental, que tem o objetivo de relatar a gestão da alimentação escolar no município de Franca – SP, durante o isolamento social e o fechamento das escolas. Dessa forma, aponta uma pesquisa bibliográfica e uma análise descritiva de documentos (MINAYO, 2006).

Foram utilizadas fontes primárias e secundárias para a pesquisa, sendo considerada primária, leis, decretos, comunicações oficiais e sites do poder público, documentos relativos ao CAE, assim como as atas das reuniões realizadas neste período. Como fontes secundárias, são considerados os artigos, periódicos e teses. Busca de decretos publicados durante o período, pesquisa nas homepages oficiais da prefeitura e do CAE, busca em fontes com os termos “alimentação escolar” e “pandemia”.

A gestão do programa em Franca é do tipo descentralizada, ou seja, a verba do PNAE é diretamente repassada às escolas que são responsáveis por comprar, armazenar, cozinhar e servir suas refeições, porém o cardápio é padrão em todo o município e é escrito pela nutricionista funcionária da Prefeitura. No ano de 2021, o município conta com 16.987 matrículas de alunos na educação básica distribuídos em 131 escolas, sendo 16 escolas municipais de ensino infantil (EMEI), 35 de escolas de Ensino Fundamental (EMEB), 78 creches conveniadas e 3 escolas destinadas à educação de jovens e adultos (EJA).

A cidade de Franca possui aproximadamente 355.901 habitantes (IBGE, 2020). Apesar de ser em número populacional a 21ª colocada no Estado de São Paulo, aparece em 333º lugar em renda e em 270º lugar em PIB per capita, ficando o índice francano com 61% do PIB do Estado (FRANCA, 2021). Em 2018, a população economicamente ativa era de 28,7% e o salário médio mensal era de 2.2 salários mínimos. Ainda segundo o perfil do município de Franca, disponível no site da prefeitura: “Nessa análise, tanto na Fundação Seade como no IBGE apresentam Franca - SP com indicadores de renda abaixo da média das cidades de mesmo porte populacional”.

No quesito escolaridade, Franca apresenta bons números, com taxa de escolarização de 98,2% e IDEB 7,2 no ensino fundamental, se posicionando em 56ª no Estado (645 municípios). Quanto à saúde, têm 65% da sua população dependentes do sistema público de saúde (cerca de 230 mil pessoas). E por fim, o último censo realizado em 2010, para medir o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), Franca atingiu o número de 0,78, demonstrando o um bom indicador de Desenvolvimento Humano.

O colegiado atual do CAE de Franca foi eleito em fevereiro de 2021 e seus ofícios e atas estão disponíveis para consulta pública. O presente estudo atende aos aspectos éticos, respeitando dados estritamente oficiais publicados com autorização dos envolvidos, porém sem a utilização dos nomes dos integrantes para evitar sua identificação.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Secretaria de Educação, através do site da Prefeitura (FRANCA, 2021), divulgou que no primeiro semestre de 2021 foram entregues 38.146 kits de alimentação escolar. Os kits foram adquiridos através dos recursos do PNAE e “visam fornecer alimentos, que compõem a merenda escolar, como arroz, feijão, óleo, macarrão, bebida láctea ou leite em pó, com o acréscimo de uma fruta, banana ou maçã, iogurte e ovos, promovendo e garantindo a segurança alimentar nutricional” (FRANCA, 2021, online). Para serem contempladas, as famílias precisam fazer um cadastro nas escolas.

Ao fazer a leitura das atas, a primeira fala que chama a atenção é da Ex-presidente do CAE que protestou sobre a comunicação da antiga gestão com a prefeitura, quanto à participação do conselho nas decisões durante a pandemia:

[...] não houve diálogo e interação entre o CAE do colegiado 2016 a 2021 e a administração daquele período e que as entregas dos kits de alimentos ocorreram sem participação do CAE. A Sra. Ex-presidente ainda observa a quão sofrida foi a gestão anterior do CAE, era uma luta incansável obter algum diálogo, ainda ressalta que compras emergenciais foram feitas e que são pagos valores altíssimos ela afirma (ATA 3ª REUNIÃO CAE, 2021, p. 1).

O que se nota, de acordo com a ata, é uma falta de transparência nas ações da prefeitura que não cumpriu seu papel de trabalhar com o assessoramento do CAE. Uma das saídas cabíveis, para se fazer cumprir a lei, é o encaminhamento da denúncia contendo as ações do executivo, ao Ministério Público, ao FNDE e ao TCU que poderão abrir ações para averiguar o ocorrido.

Quanto ao orçamento, neste trecho, destaca-se a sobra de aproximadamente R\$ 3.800.000,00 (três milhões e oitocentos mil reais) do recurso do PNAE:

Sr. (...) que traz ao colegiado algumas planilhas, (...) apresentando em seguida ao colegiado os extratos do PNAE das contas bancários do Estado e Município. O Sr. solicita o registro da seguinte informação que houve sobra de recursos do ano anterior no valor de três milhões e oitocentos mil reais que foi mandado o projeto para câmara dos vereadores se aprovado esse recurso poderá ser utilizado até dezembro de 2021. A Presidente ressalva os valores orçamentários para cumprimento do PNAE dois mil e vinte um, da seguinte forma: dezoito milhões de reais mais a sobra no valor de três milhões e oitocentos mil reais que totaliza vinte e dois milhões de Reais no orçamento do PNAE 2021 (ATA 4ª REUNIÃO CAE, 2021, p. 2).

Quando há sobra de recursos do PNAE, o mesmo não retorna para a alimentação escolar, podendo ser usado em outros projetos, dentro do poder executivo. Esta sobra demonstra má incorreta administração do dinheiro público, pois se bem administrado garantiria maior qualidade e quantidade nos alimentos oferecidos.

Quanto aos protocolos de segurança de saúde e a operacionalização sob a pandemia, os membros chamam a atenção para a necessidade de capacitação das merendeiras com a criação de protocolos de segurança:

Sra. Nutricionista esclarece que devido ao período de pandemia não foi possível a capacitação presencial de todas merendeiras e ressalva ainda que houve uma reunião com a Secretária Municipal de Educação onde foi discutido os riscos versus atendimento nutricional PNAE e chegou a um protocolo onde foram realizadas algumas alterações, tais como: uso de máscara nasobucal, as merendeiras iram servir com luvas atóxicas, o aluno não deve tocar nos talheres e pratos, tudo deve ser entregue em mãos de cada aluno (ATA 4ª REUNIÃO CAE, 2021, p. 2).

Quanto à distribuição dos kits, a prerrogativa de atender ou não o programa deu tempo para as prefeituras se organizarem. No início da pandemia, apenas crianças cadastradas no Bolsa Família receberam os kits, no segundo mês o cadastramento foi aberto à população.

O Sr. diretor da sessão de alimentos da prefeitura municipal de Franca, informa que as primeiras crianças atendidas com os kits de alimentos foram as que estavam cadastradas no programa bolsa família. No primeiro mês foram entregues quatro mil e quinhentos kits de alimentos, já no segundo mês foi instruído as famílias das crianças que todos que vissem a necessidade poderiam requerer esse kit, não somente em situação de vulnerabilidade e/ou cadastro no bolsa família, mas todos (ATA 4ª REUNIÃO CAE, 2021, online).

Apesar de ter aberto o cadastramento a informação demorou a chegar nas famílias por falta de comunicação. Outro apontamento foi a de que algumas famílias possuem vários filhos cadastrados e por isso saíram com muitos kits, faltando para outras. Porém, o direito ao kit é individual, portanto é direito destas famílias saírem com vários kits.

A presidente ressalva que alimentação escolar não é benefício e sim direito e deve ser ofertado a todas as crianças. Completa sua fala dizendo que a lista de quem recebeu o kit de alimentos provavelmente exista e que também se faz necessário a existência da lista de quem recusou receber o kit de alimentos, pois deve ser ofertado a todos alunos matriculados. A Presidente diz que é importante identificar a origem do recurso do kit de alimentos, que nesse caso é oriundo do PNAE através da resolução onde é identificado o cumprimento dos trinta por cento dos valores nutricionais (ATA 4ª REUNIÃO CAE, 2021, p. 02).

Outra questão apontada nos relatos é em relação à comunicação sobre a distribuição dos kits. Surgiram dúvidas em relação aos critérios utilizados na distribuição, a orientação passada aos gestores escolares sobre as entregas de forma igualitária, questionamentos sobre a sobras dos kits e sobre como foi feita a comunicação com as famílias

Os conselheiros confirmaram como representantes dos alunos da rede municipal que receberam um link de uma pesquisa da SME para identificar o interesse pelos kits. O meio de comunicação foi realizado pelo WhatsApp nos grupos escolares, a partir do dia vinte e um de maio de dois mil e vinte e um. O conselheiro Hernandez ressalta que as aulas iniciaram no dia dez de fevereiro do ano vigente e a demora dessa comunicação até o dia vinte e um de maio do ano vigente (ATA 7ª REUNIÃO CAE, 2021, p. 03).

As dificuldades de acesso à internet e a falta de domínio das tecnologias empregadas para pesquisa sobre os kits culminaram em sobras por falta de informação das famílias. Apenas uma escola específica da região da zona oeste da cidade foi denunciada, pois a direção da escola não efetuou nenhum tipo de comunicação sobre a entrega dos alimentos, mesmo com a orientação da SME, sendo enviado um ofício para registro e parecer devolutivo.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao retomar o objetivo geral do estudo que é relatar como foi feita a gestão da entrega dos alimentos aos alunos da rede municipal da cidade de Franca-SP e verificar as estratégias de atendimento legal aos estudantes da educação municipal, pode-se considerar o seguinte.

Inicialmente, vale destacar que houve uma mobilização municipal para o atendimento da distribuição dos alimentos aos estudantes. Desde a fragmentação de alimentos até a composição de kits. Foram capacitadas merendeiras e providenciados itens de higienização e outros, que tornaram possíveis os trabalhos de fragmentação. Afirma-se que as questões legais foram adaptadas, para cumprir os protocolos do contexto pandêmico.

Destaca-se também somente, pela análise dos documentos, que pode ter havido a falta de transparência do poder público no início da pandemia que negou o acesso e assessoria do CAE, impedindo a avaliação nutricional e financeira da aquisição dos alimentos que foram posteriormente distribuídos.

A maior dificuldade encontrada neste período por fim, teve a ver com a comunicação ou a falta dela. A dificuldade em avisar as famílias sobre a distribuição dos kits e a dificuldade das famílias em entender o cadastramento através de certas tecnologias, foi apontado como um dos maiores problemas da operação. Nesse sentido, para situações, análogas, pode-se pensar em uma possível terceirização dos serviços de alimentação escolar.

A terceirização surgiu como uma alternativa para a solução dos problemas do governo. Há várias vantagens em repassar atividades específicas que exigem elevado grau de especialização a outros entes administrativos (Bresser-Pereira, 2007). O poder executivo delega a provisão de serviços a terceiros o que leva a uma redução de seus esforços produtivos tendo assim um papel inovador: "Ocorre, é verdade, a substituição da concepção puramente administrativa da gestão da coisa pública por modelo que valoriza a satisfação dos administrados, atribuindo a devida atenção à relação entre o Poder Público e os particulares." (Fortini, 2006, p.2)

A terceirização da merenda escolar surge como uma tendência seguida por diversos municípios brasileiros, inclusive São Paulo que tem a maior operação de alimentação escolar do país (Correia, 2014). Esta estratégia tem como principal vantagem a redução de custos e aumento da qualidade dos serviços. Elimina-se problemas de abastecimento e armazenamento, burocracia nas

compras dos gêneros alimentícios, equipamentos e utensílios, além de evitar contratação de servidores públicos e seu treinamento, fazendo com que os esforços sejam focados apenas na administração e fiscalização dos prestadores de serviço.

A experiência de outros municípios nos mostram que para controle deste serviço e sua plena realização é importante que haja uma importante ferramenta intitulada gestão compartilhada (Correia, 2014). Trata-se de uma gestão estratégica de acompanhamento onde diversos profissionais em diversas áreas de atuação formam um grupo que será responsável pelas atividades de controle de eficiência e eficácia no programa de alimentação escolar. Os envolvidos são servidores do município com atuação nas áreas jurídicas, administrativas, contábeis e nutrição. Neste contexto são auditados os contratos e o serviço entregue pelas prestadoras. Ocorrências que não estão de acordo com o contratado, serão passíveis a ajustes, aplicação de penalidades ou troca da empresa contratada.

REFERÊNCIAS

Brasil. (2006). Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional – LOSAN. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Diário Oficial da União; 2006. Disponível em https://www.epsvj.fiocruz.br/sites/default/files/documentos/pagina/lei_11346-06.pdf. Acessado em out.2021.

Brasil. (2009). Lei nº 11.947 de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. Diário Oficial da União. 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11947.htm#:~:text=VI%20%2D%20o%20direito%20%C3%A0%20alimenta%C3%A7%C3%A3o,se%20encontram%20em%20vulnerabilidade%20social . Acessado em out. 2021.

Brasil. (2014) Cartilha nacional da Alimentação escolar. Ministério da Educação Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/pnae/pnae-area-gestores/pnae-manuais-cartilhas>. Acessado em out. 2021.

Brasil. (2020). Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Lei 13.987 de 07 de abril de 2020. Altera a Lei nº 11.947, para autorizar, em caráter excepcional, durante o período de suspensão das aulas em razão de situação de emergência ou calamidade pública, a distribuição de gêneros alimentícios adquiridos com recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) aos pais ou responsáveis dos estudantes das escolas públicas de educação básica. Diário Oficial da União 2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-13.987-de-7-de-abril-de-2020-251562793>. Acessado em set. 2021.

Brasil. (2020) Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Resolução 02 de 09 de abril de 2020. Dispõe sobre a execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar –PNAE durante o período de estado de calamidade pública, reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo Corona vírus –Covid-19. Diário Oficial da União. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/acesso-a-informacao/institucional/legislacao/item/13453-resolu%C3%A7%C3%A3o-n%C2%B0-02,-de-09-de-abril-de-2020> . Acessado em set.2021.

Bresser-Pereira, Luis Carlos.(2007).O Modelo Estrutural de Governança Pública. Revista Eletrônica sobre a Reforma do Estado, Salvador, nº. 10. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/yGxNGHd7GvFptzTPbD4fzDD/?lang=pt&format=pdf>. Acessado em set. 2021.

Correia, M. S., & Sarti, F. M. (2014). Avaliação do Processo de Terceirização da Merenda Escolar no Município de São Paulo. Revista Gestão & Políticas Públicas, 4(2), 303-323. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2237-1095.v4i2p303-323>. Acessado em set. 2021.

Fortini, Cristiana. (2006). O perfil do direito administrativo atual eo emprego da terceirização pela administração pública. Revista Eletrônica sobre a Reforma do Estado, Salvador, nº. 8. Disponível em: <http://www.direitodoestado.com.br/codrevista.asp?cod=160>. Acessado em set. 2021.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (2019). Pesquisa de orçamentos familiares 2017-2018: primeiros resultados /IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento. - Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/24786-pesquisa-de-orcamentos-familiares-2.html> .Acessado em set. 2021.

Machado PMO, Machado MS, Schmitz BAS,CorsoACT, González-Chica DA, Vasconcelos FAG. (2013). Caracterização do Programa Nacional de Alimentação Escolar no Estado de Santa Catarina. RevNutr2013; 26(6):715-725. Prefeitura Municipal de Ribeirão das Neves. Prefeitura vai distribuir Merenda Voucher para 25 mil estudantes da rede municipal de ensino. Disponível em: <http://ribeiraodasneves.net/39-noticias/educacao/8533-prefeitura-vai-distribuir-merenda-voucher-para-25-mil-estudantes-da-rede-municipal-de-ensino>. Acessado em set. 2021.

Maluf RS. (2020). Tempos sombrios de pandemia e fome. Secur. Aliment. Nutr. 2020;27,1-5. Disponível em: <https://doi.org/10.20396/san.v27i0.8659993>. Acessado em set. 2021.

Minayo MC. (2006). O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 9ª ed. São Paulo: Hucitec; 2006

Prefeitura Municipal de Mesquita. Kit de Alimentação Escolar para os alunos da rede municipal de Mesquita. Disponível em: <http://www.mesquita.rj.gov.br/pmm/semmed/2020/05/28/kits-alimentares-para-os-alunos-da-rede-municipal-de-mesquita/> . Acessado em set. 2021.

Queiroz, CAR. (1999). Como implantar a terceirização. São Paulo: Editora STS.

Santos LMP, Santos SMC, Santana LAA, Henrique FCS, Mazza RPD, Santos LAS, Santos LS. (2007). Avaliação de políticas públicas de segurança alimentar e combate à fome no período 1995-2002. 4 – Programa Nacional de Alimentação Escolar. Cad Saude Publica. 2007; 23 (Supl.11): 2681-2693. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/JwqHw6Cv4Pn7wCfxMf9kxF/abstract/?lang=pt> . Acessado em set. 2021.

Stefanini, MLR.(1998).Merenda Escolar: história, evolução e contribuição no atendimento das necessidades nutricionais da criança. Tese de Doutorado em Saúde Pública –Universidade de São Paulo. São Paulo. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/6/6133/tde-06042020-132509/en.php> . Acessado em set. 2021.

A PLATAFORMIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR EM TEMPOS DE PANDEMIA

***REGIONAL DEVELOPMENT AND THE PLATADORMIZATION OF HIGHER EDUCATION IN TIMES
OF PANDEMIC***

Linha de Pesquisa: "Dinâmicas Territoriais e Desenvolvimento Regional"

Área de Concentração: "Desenvolvimento Regional"

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional

BETTARELLO, Luciana Fadul Domingues
Uni-FACEF Centro Universitário Municipal de Franca
lucianafadul@gmail.com

CÂMARA, Naiá Sadi
Uni-FACEF Centro Universitário Municipal de Franca
naia@facef.br / naiasadi@gmail.com

Resumo

O presente artigo trata de uma revisão de literatura sobre as estratégias de ensino remoto emergencial adotadas pelas Instituições de Ensino Superior como meio de ensino e aprendizagem em meio a Pandemia de Coronavírus e apresenta resultados parciais do projeto de pesquisa intitulado "Plataformização da educação: ensino de Arquitetura em meio a pandemia", do programa interdisciplinar de mestrado em Desenvolvimento Regional do Centro Universitário de Franca.

Palavras-chave: Plataformização da educação, Ensino superior, Pandemia coronavírus

Abstract

This study aims to present partial results of the research project entitled "Platforming education: Teaching architecture in the midst of a pandemic", from the interdisciplinary Master's program in Regional Development at the University Center of Franca. methodological we will reflect on the role of universities in regional development and the impact of the platform of higher education in times of pandemic.

Keywords: Education Platform, Higher Education, Coronavirus Pandemic.

1 INTRODUÇÃO

O objetivo deste estudo é apresentar resultados parciais do projeto de pesquisa intitulado "Plataformização da educação: Ensino de arquitetura em meio a pandemia", do programa interdisciplinar de mestrado em Desenvolvimento Regional do Centro Universitário de Franca. O objetivo geral da dissertação é identificar quais plataformas digitais e quais os recursos possíveis foram utilizados como estratégias de ensino emergencial não presencial em tempos de pandemia e isolamento social pelas Instituições Particulares de Ensino Superior de Arquitetura e Urbanismo de Franca e Ribeirão Preto, estado de São Paulo nas aulas de práticas e laboratórios de projeto arquitetônico.

Para alcançarmos o objetivo do projeto, neste artigo, apresentamos o papel das universidades como agentes de mudanças e melhorias regionais, capazes de formar indivíduos críticos e profissionais com capacidades técnicas e habilidades específicas que serão absorvidos pelo mercado de trabalho local contribuindo com inovação e tecnologia para o desenvolvimento da região. As universidades que diante da pandemia de Coronavírus e a necessidade de isolamento social precisaram alterar suas aulas presenciais para um novo formato, o Ensino Remoto Emergencial (ERE).

2 MÉTODO

Temos uma pesquisa qualitativa, de natureza descritiva, de procedimentos bibliográficos e documentais que contribuíram para a realização de uma breve análise acerca do ensino superior plataformizado em tempos de pandemia.

3 EDUCAÇÃO E ENSINO SUPERIOR

A importância da educação para o desenvolvimento sustentável mundial foi apresentada como um dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODSs) na reunião organizada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em setembro de 2015. Nesta reunião, 193 países membros das Nações Unidas montaram a chamada Agenda 2030 com objetivo de elevar o Desenvolvimento Sustentável mundial, melhorando a qualidade de vida de todas as pessoas. Os temas dos objetivos estão divididos em quatro dimensões: Social, Ambiental, Econômico e Institucional. A educação está inserida nas dimensões sociais das propostas e é o objetivo número 04: “Educação de qualidade: assegurar a educação inclusiva, e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos”. Para alcançar esse objetivo, ele foi subdividido em sete outras metas para alcançar o objetivo 4. Entre elas destacamos os itens 4.3 e 4.4 que são direcionadas para a educação superior e formação profissional:

4.3 Até 2030, assegurar a igualdade de acesso para todos os homens e mulheres à educação técnica, profissional e superior de qualidade, a preços acessíveis, incluindo universidade.

4.4 Até 2030, aumentar substancialmente o número de jovens e adultos que tenham habilidades relevantes, inclusive competências técnicas e profissionais, para emprego, trabalho decente e empreendedorismo.

Identificamos nas metas desse Objetivo de Desenvolvimento Sustentável que a função das universidades também deve perpassar as contribuições de ensino e aprendizagem e atingir um status de bem social. De acordo com Serra e Rolim, no artigo intitulado “Universidade e Desenvolvimento”, “a educação superior vem sendo identificada como o principal motor para o desenvolvimento econômico, cultural e social dos países e, principalmente, das regiões” (Lisboa, 2010). Seguindo a mesma linha de raciocínio, no artigo “Universidades e a “mão visível” do desenvolvimento regional”, no livro Universidades e desenvolvimento, os autores descrevem que o “engajamento regional das IES, percebido como um elemento crucial para o desenvolvimento regional numa economia mundial baseada no conhecimento e regida cada vez mais pela inovação e competição” (Serra, Rolim e Bastos, 2018, p.44).

O papel das Universidades no desenvolvimento regional é indiscutível. Na apresentação do livro “Universidades e Desenvolvimento Regional – as Bases para a inovação competitiva” (2018), Paulo Haddad, apresenta uma terceira função às universidades, considerando, então, além do ensino e aprendizagem as possibilidades de articulação e engajamento social necessários para a mobilidade de uma região ou localidade. De acordo com o autor, as universidades contribuem com a formação crítica e com o inconformismo social, essenciais para a promoção de equipes e lideranças políticas e comunitárias capazes de promover mudanças estruturais de desenvolvimento humano e de competitividade econômica. Neste modo a educação superior contribui para o crescimento endógeno da região, para a formação profissional qualificada, a formação crítica de capital humano e para a captação de investimentos públicos em tecnologia e ciência que desenvolvem e promovem o crescimento regional.

4 PANDEMIA E A PLATAFORMIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR

No início do ano de 2020, tivemos instaurada a pandemia de coronavírus (COVID-19) no Brasil por meio da divulgação oficial no site do governo federal¹, o que implicou na imediata suspensão das aulas e atividades presenciais. Questões de segurança e saúde pública trouxeram a obrigatoriedade do isolamento social. A campanha publicitária “Fique em Casa” do governo estadual de São Paulo, lançada em abril de 2020, é um exemplo de tentativa de conscientização popular a

¹ <https://www.gov.br/pt-br/noticias/saude-e-vigilancia-sanitaria/2020/03/oms-classifica-coronavirus-como-pandemia>

respeito da necessidade de não sair de casa devido ao alto risco de propagação e contaminação dessa doença. No artigo “Ensino superior em tempos de pandemia: Diretrizes à gestão universitária” os autores colocam que:

Universidades, departamentos acadêmicos e cursos universitários precisarão se adequar para reduzir danos pedagógicos e riscos à saúde pública, garantindo a manutenção de uma educação em nível superior de qualidade e segura. Compete às instâncias deliberativas das IES decisões fundamentais que subsidiarão as decisões de professores quanto à forma de conduzir suas disciplinas. Ajustes precisarão ser feitos nos planos de desenvolvimento institucional, nos projetos pedagógicos de cursos e no gerenciamento departamental, a fim de lidar com a situação de emergência superior de qualidade e segura se reinventar para conseguirem (Gusso et al, 2020, p.03).

Sem nenhuma previsão de término desta situação de isolamento social, Instituições particulares de Ensino Superior, a fim de continuarem cumprindo seu contrato de atendimento à comunidade discente e conseguirem manter o cronograma de aulas esperado, migraram suas aulas para o Ensino Remoto Emergencial (ERE). No início de 2020, os autores do artigo intitulado “Transitando de um ensino remoto emergencial para uma educação digital em rede, em tempos de pandemia” trazem a questão da evolução tecnológica que vivíamos e as mudanças emergenciais que a pandemia e a necessidade da educação trouxeram. Os autores colocam que os novos cenários educacionais têm provocado mudanças abruptas de formato de ensino digital e em rede, que “nem mesmo os professores que já adotavam ambientes online nas suas práticas, imaginava que seria necessária uma mudança tão rápida e emergencial, de forma quase obrigatória, devido à expansão do coronavírus (Moreira, Henriques e Barros, 2020, p.351).

O ensino remoto de emergência (ERE) se difere e não pode ser confundido ou comparado com o Ensino a Distância (EAD). No artigo “Ensino superior em tempos de pandemia: Diretrizes à gestão universitária” (2020) os autores descrevem que para se desenvolver o Ensino a Distância (EAD) é necessário o uso de estratégias de planejamento e gerenciamento específicas, além de suporte técnico e apoio pedagógico a alunos e professores (Gusso et al, 2020). Os dois tipos de ensino (ERE e EAD) são on-line e dependerem de plataformas e tecnologias para acontecerem, mas eles se diferem em formato de elaboração e de entrega de conteúdo, além das formas de participação docente e discente nestas plataformas. Em março de 2020, no artigo “A diferença entre ensino remoto de emergência e aprendizagem online” os autores defendem que a “ação online pode permitir a flexibilidade de ensinar e aprender em qualquer lugar, a qualquer hora, mas a velocidade com que essa mudança para a instrução on-line é esperada para acontecer é sem precedentes e surpreendente” considerando o início da pandemia no mundo e a emergência das decisões que deverão ser tomadas pelas IESs. Nesse artigo os autores conceitualizam o Ensino Remoto de Emergência assim:

Em contraste com experiências que são planejadas desde o início e projetadas para serem online, o ensino remoto de emergência (ERE) é uma mudança temporária da entrega instrucional para um modo de entrega alternativo devido às circunstâncias de crise. Envolve o uso de soluções de ensino totalmente remotas para instrução ou educação que de outra forma seriam entregues presencialmente ou como cursos mistos ou híbridos e que retornarão a esse formato assim que a crise ou a emergência diminuírem. O objetivo principal nestas circunstâncias não é recriar um ecossistema educacional robusto, mas sim fornecer acesso temporário a suportes de instrução e instrução de forma rápida de configurar e disponível de forma confiável durante uma emergência ou crise. (Hodges et al, 2020).

Compreendemos, então, que o Ensino Remoto de Emergência é um ensino que colabora com o distanciamento social vivido em meio a uma pandemia, que ele é temporário e que se utiliza de plataformas e tecnologias para acontecer. Para compreendermos melhor a migração do formato das aulas presenciais para o ERE, devemos compreender também o conceito de plataformas educacionais. No livro “The Platform Society” os autores trazem um conceito de plataformas de ensino superior e passam a chamá-la de “Massive Open Online Courses (MOOCs)”. Os autores colocam que desde 2012 as plataformas MOOCs se disponibilizam no mercado educacional e que estas plataformas foram inicialmente promovidas como alternativa para futuras substituições da educação universitária (Poel, Van Dijck e Waal, 2018, p.137).

No artigo “Social media platforms and education” Van Dijck e Poell refletem que as plataformas educacionais fazem parte de um ecossistema de mídia conectiva onde elas se desenvolvem e nos apresentam que as grandes empresas de mídia on-line estão elaborando as principais plataformas educacionais da internet. Elas têm interesses maiores nesta oferta e colaboram com instituições sem fins lucrativos além de oferecerem cursos on-line a preços mais baixos ou mesmo gratuitos que atingem um público que aparentemente se beneficia deste conteúdo.

Mesmo se as plataformas online nunca substituírem escolas ou universidades, elas provavelmente terão um impacto substancial sobre como a educação sendo redefinidas como um bem público. Ao considerar as redes sociais como plataformas, em vez de do que apenas ferramentas, queríamos chamar a atenção para o poder de sua dinâmica subjacente. As plataformas online não afetam apenas os processos básicos de aprendizagem e ensino, mas também impactam as formas como a educação é organizada em uma sociedade cada vez mais orientada a dados e baseado em plataforma. (Poell e Van Dijck, 2018, p.09)

Mais recentemente os mesmos autores Poel e Van Dijck, juntamente com Nieborg nos apresentam em um artigo chamado “Plataformização” um conceito bastante contemporâneo de Plataformização e dizem que ela pode ser definida “como a penetração de infraestruturas, processos econômicos e estruturas governamentais das plataformas digitais em diferentes setores econômicos e esferas da vida(2020,p.02). Para os autores a plataformização envolve uma reorganização cultural e prática em torno das plataformas.

5 CONCLUSÕES

Conforme apresentamos, as Universidades favorecem a formação de capital humano crítico; promovem capacitação de lideranças locais importantes para a comoção da sociedade em prol de ações de crescimento econômico e valorização de vocações regionais; contribuem com a formação técnica e qualificada de profissionais que deverão atender o mercado de trabalho da região além de promoverem engajamento político suficiente para assegurar investimentos externos em tecnologias e inovações.

Estas mesmas universidades, quando tivemos instaurada a pandemia de coronavírus, precisaram se reinventar e desde o início do ano de 2020, precisaram alterar seu formato de entrega migrando seus conteúdos para um modelo novo chamado de Ensino Remoto Emergencial. Todos os sujeitos envolvidos na educação superior precisaram se adaptar. Universidades, professores e alunos tiveram que investir em tecnologias para que a interação das aulas pudesse continuar acontecendo, tiveram que se adaptar a horários e programar tempos diferentes para as ofertas de aulas além da alteração de todo material didático pedagógico.

A partir da leitura da bibliografia proposta, vemos o quão contemporâneo é esse assunto, mas que as alterações de plataformização da educação já vem sendo discutidas, analisadas e esperadas por boa parte da comunidade acadêmica envolvida com o tema. Não conseguimos mensurar em quantos anos antecipamos estas ações, mas acreditamos que com esta experiência, mesmo tendo uma conotação emergencial e temporária, possamos abreviar o futuro da educação superior cada vez mais democrática e inclusiva nos aproximando dos Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável

REFERÊNCIAS

ACM Associação Catarinense de Medicina do Trabalho. Home office aumenta o rendimento e reduz o estresse. Disponível em: <http://acm.org.br/acm/acamt/index.php/em-foco-novo/583-home-office-aumenta-o-rendimento-e-reduz-o-estresse>. Fonte: Canal Executivo, 13.02.15. Acesso em: 10/06/20.

AGÊNCIA CBIC. CBIC divulga alterações das Normas Técnicas ABNT de maio/junho. 15 de junho de 2020. Disponível em: <https://cbic.org.br/cbic-divulga-alteracoes-das-normas-tecnicas-abnt-construcao-5/> Acesso em: 10 de julho de 2020.

AGUIAR, Hegel V. As plataformas de mídias sociais como fontes de inteligência: Informações para gerar insights inovadores em ações de comunicação, marketing e posicionamento de marcas em ambientes digitais. São Paulo: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO Escola de Comunicações e Artes

XXII ENCONTRO de PESQUISADORES

INTERDISCIPLINARIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Departamento de Relações Públicas, Propaganda e Turismo Especialização em Pesquisa de Mercado Aplicada em Comunicações". Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

ASHTON, Mary Sandra Guerra. E-book – Cidades criativas. Vocação e desenvolvimento. Novo Hamburgo 2018.

AZEVEDO, Pedro Manoel de; GIBERTONI, Daniela. A importância do design centrado no usuário em metodologias ágeis como requisito de usabilidade. Revista Interface Tecnológica -v. 17 n. 2, p. 293-305 (2020). DOI: 10.31510/inf. v17i2.986 Data de publicação: 18/12/2020.

BALDWIN, Eric. "RIBA lança guia de recuperação ao COVID-19" [RIBA Releases COVID-19 Recovery Guidance] 01 de Julho de 2020. Ar-chDaily Brasil. (Trad. B. Romullo) Acesso em: 06/07/20.

BELLUZZO, R.C.B. O conhecimento, as redes e a competência em informação (coinfo) na Sociedade contemporânea: Uma proposta de articulação conceitual. Revista Perspectivas em Gestão & Conhecimento, ISSN: 2236-417X, v. 4, Número Especial, p. 48-63, João Pessoa. out. 2014.

BELLUZZO, Regina C.B. a competência em informação no brasil: Cenários e espectros. EBOOK. Coleção Estudos ABECIN; 05. ISBN: 978-85-98291-14-7. ABECIN. São Paulo. 2018.

CÂMARA, Naiá Sadi. Redes criativas e os impactos no desenvolvimento regional: resultados de pesquisas. Trabalho apresentado no XX Encontro de Pesquisadores: Ciência e Desenvolvimento Regional. Uni-FACEF: Centro Universitário Municipal de Franca. Franca-SP, 13 e 14 de novembro de 2019.

CAU/BR. Carta à sociedade, às autoridades e aos arquitetos e urbanistas do brasil. Pandemia do coronavírus: o papel da arquitetura e urbanismo na produção de espaços em benefício da saúde pública. Brasília, 07 de abril de 2020.

CAU/BR. Código de Ética e Disciplina para Arquitetos e Urbanistas. Brasília, 2015.

CAU/BR. Dia Mundial da Saúde: CAU propõe ações para tornar nossas cidades saudáveis. 07 de abril de 2020. Disponível em: <https://www.cau.br.gov.br/dia-mundial-da-saude-cau-propoe-acoes-para-tornar-nossas-cidades-saudaveis/>. Acesso em: 10 de julho de 2020.

CAU/BR. Lives e webinars: especial o futuro das cidades e habitações pós-pandemia. Disponível em: <https://www.cau.br.gov.br/lives-e-webinars-especial-o-futuro-das-cidades-e-habitacoes-pos-pandemia/>. Acesso em: 22 de julho de 2020.

CAU/BR. Arquitetos e urbanistas são fundamentais para a promoção da saúde pública. 15 de junho de 2020. Disponível em: <https://www.cau.br.gov.br/arquiteto-e-urbanista-e-fundamental-na-promocao-da-saude/>. Acesso em: 10 de julho de 2020.

CAU/BR. Anuário de Arquitetura e Urbanismo. Brasília/DF, maio de 2019. CAU/BR. Pesquisa CAU/BR Datafolha. O maior diagnóstico sobre arquitetura e urbanismo já feito no brasil. 2015. Disponível em: <https://www.cau.br.gov.br/pesquisa2015/>. Acesso em: 10 de junho de 2020.

CAU/BR. Webinar discute impactos da pandemia na Arquitetura residencial e comercial. 26 de junho de 2020. Disponível em: <https://www.cau.br.gov.br/webinar-discute-impactos-da-pandemia-na-arquitetura-residencial-e-comercial/>. Acesso em: 10 de julho de 2020.

CAU/BR. Mudanças nas cidades passam pela humanização e democratização dos espaços. 15 de julho de 2020. Disponível em: <https://www.cau.br.gov.br/mudancas-nas-cidades-passam-pela-humanizacao-e-democratizacao-dos-espacos/>. Acesso em: 16 de julho de 2020.

CAU/PB Conselho de Arquitetura e Urbanismo da Paraíba. A importância da Arquitetura diante da Pandemia. Disponível em: <https://www.caupb.gov.br/?p=13250>. CAU/PB, 11 de junho de 2020.

CAU/RJ Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio de Janeiro. Carta destaca papel dos arquitetos e urbanistas frente à atual pandemia. Disponível em: <https://www.caurj.gov.br/carta-destaca-papel-dos-arquitetos-e-urbanistas-frente-a-atual-pandemia/>. CAU/RJ, 13 de abril de 2020.

CAU/SP. CÓDIGO DE ÉTICA E DISCIPLINA para arquitetos e urbanistas / Conselho de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo. São Paulo, 2013.

Código de Ética Profissional do Engenheiro, do Arquiteto e do Engenheiro Agrônomo / Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia. Rio de Janeiro: CONFEA, 1971.

DUNEL, Maria Paula e De Jesus, Ingrid Joyce Almeida. E-book: Manual de repaginação dos ambientes de trabalho – Pós-Pandemia. 2020.

Dunder, Karla. Trabalho pós-pandemia: como ficam as relações profissionais agora. 01 de maio de 2020. Disponível em: <https://noticias.r7.com/economia/trabalho-pos-pandemia-como-ficam-as-relacoes-profissionais-agora-01052020>. Acesso em: 17 de julho de 2020.

EQUIPE ARCHDAILY BRASIL. "Arquiteto brasileiro propõe equipamento urbano para higienização e informação sobre o coronavírus" 16 Jun 2020. ArchDaily Brasil. Acessado 17 Jul 2020. <<https://www.archdaily.com.br/br/941751/arquiteto-brasileiro-propoe-equipamento-urbano-para-higienizacao-e-informacao-sobre-o-coronavirus>> ISSN 0719-8906.

HODGES et al. A diferença entre ensino remoto de emergência e aprendizagem online.

GUSSO; Et Al. Ensino superior em tempos de pandemia: Diretrizes à gestão universitária. Educação & Sociedade: Revista de Ciências de Educação. v. 41, e238957, Campinas, 2020.

LEI Nº 5.194, DE 24 DEZ 1966. Regula o exercício das profissões de Engenheiro, Arquiteto e Engenheiro Agrônomo, e dá outras providências.

LEI Nº 12.378, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2010. Regulamenta o exercício da Arquitetura e Urbanismo; cria o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil - CAU/BR e os Conselhos de Arquitetura e Urbanismo dos Estados e do Distrito Federal.

Manual do Arquiteto e Urbanista / Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil. 2ª ed. – Brasília: CAU/BR, 2015.

MINTZ, A.G. Midiatização e plataformização: Aproximações. Revista Novos Olhares - Vol.8 N.2 DOI: 10.11606/issn.2238-7714.no.2019.150347. P.98 – 109. Universidade de São Paulo. Escola de Comunicações e Artes. São Paulo. 2019.

MONTEIRO, A.M.R. de G. Ensino de arquitetura e urbanismo à distância, remoto, híbrido. Para onde queremos ir? Revista Projetar. Projeto e Percepção do Ambiente v.6, n.1, P. 157 – 162. Roda de Conversa: Ensino Remoto de Projeto de AU, Natal, janeiro de 2021.

MOREIRA, J. A., HENRIQUES, S., BARROS, D. (2020). Transitando de um ensino remoto emergencial para uma educação digital em rede, em tempos de pandemia. Dialogia, 34, 351-364.

PARECER CNE/CES Nº 8/2007. PROCESSO Nº: 23001.000207/2004-10. Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial. Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Superior. DF.

PARECER CNE/CES Nº: 948/2019. PROCES-SOS Nº: 23001.000112/2013-89 e 00732.000537/2017-61. Alteração da Resolução CNE/CES nº 2, de 17 de junho de 2010, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo, bacharelado, e alteração da Resolução CNE/CES nº 2, de 24 de abril de 2019, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Engenharia, em virtude de decisão judicial transitada em julgado. Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Superior. UF.

PEDROTTI; JUNIOR. Pandemia: Transformações na arquitetura e urbanismo. I Seminário Nacional – Urbanismo, Espaço e Tempo Temática: Cidade, Pandemia e Cotidiano. Revista Políticas Públicas e Cidades – ISSN: 2359-1552. Volume 1, Número 1, Belo Horizonte, 2020.

POELL, NIEBORG. The platformization of cultural production: Theorizing the contingent cultural Commodity. new media & Society 2018, Vol. 20(11) 4275–4292.

POELL, NIEBORG e VAN DIJCK. Plataformização. Revista Fronteiras e estudos midiáticos. 2020. Military Trail, Toronto, ON M1C 1A4, Canada.

Portaria MEC 1770. 1994. PERFIS DA ÁREA & PADRÕES DE QUALIDADE Expansão, Reconhecimento e Verificação Periódica dos Cursos de Arquitetura e Urbanismo. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR, Comissão de Especialistas de Ensino de Arquitetura e Urbanismo.

REQUENA, Guto. *Habitar Híbrido: Subjetividades e arquitetura do lar na era digital*. São Paulo, SP: Editora Senac São Paulo, 2019.

RESOLUÇÃO Nº 2, DE 18 DE JUNHO DE 2007. Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR.

RESOLUÇÃO Nº 2, DE 17 DE JUNHO DE 2010. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo, alterando dispositivos da Resolução CNE/CES nº 6/2006. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR.

RESOLUÇÃO Nº 6, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2006. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo e dá outras providências. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR.

RESOLUÇÃO Nº 21, DE 5 DE ABRIL DE 2012. Dispõe sobre as atividades e atribuições profissionais do arquiteto e urbanista e dá outras providências. CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO BRASIL (CAU/BR).

RESOLUÇÃO Nº 22, DE 4 DE MAIO DE 2012. Dispõe sobre a fiscalização do exercício profissional da Arquitetura e Urbanismo, os procedimentos para formalização, instrução e julgamento de processos por infração à legislação e a aplicação de penalidades, e dá outras providências. Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR).

RESOLUÇÃO Nº 51 de 12 de julho de 2013. Dispõe sobre as áreas de atuação privativas dos arquitetos e urbanistas e as áreas de atuação compartilhadas com outras profissões regulamentadas, e dá outras providências. Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR).

REVISTA PROJETO. MCB e FAUUSP promovem o Desafio Internacional Design for Emergency – Semeando Ideias. 16 de junho de 2020. Disponível em: <https://revistaprojeto.com.br/noticias/mcb-e-fauusp-promovem-o-desafio-internacional-design-for-emergency-semeando-ideias/> e <https://www.designforemergency.com/ptbr> Acesso em: 20 de junho de 2020.

RODRIGUES, Alan. O mundo do trabalho na pós-pandemia. 21 de maio de 2020. Isto é edição nº 2636 17/07. Disponível em: <<https://istoe.com.br/o-mundo-do-trabalho-na-pos-pandemia/>> Acesso em: 17 de julho de 2020.

SANTOS, B. de S. *A Cruel Pedagogia do Vírus*. Grupo Almedina. Coimbra. Abril, 2020.

SCOLARI, Carlos A. Estrategias de aprendizaje informal y competencias mediáticas en la nueva ecología de la comunicación. Revista TELOS (Cuadernos de Comunicación e Innovación) | ISSN: 0213-084X pp. 1/9 |Febrero - Mayo 2016 | www.telos.es Editada por Fundación Telefónica - Gran Vía, 28 - 28013 Madrid.

SERRA; ROLIN e BASTOS. *Universidades e Desenvolvimento Regional as Bases para a Inovação Competitiva*. Rio de Janeiro: Ideia D, 2018. 412 p.: il ; 23 cm. ISBN 978-85-5731-002-5. Rio de Janeiro. IdeiaD. 2018.

SERRA; ROLIM. *Universidade e desenvolvimento: Ser da região X estar na região*. CIEA7 #27:

Impacto da formação e cooperação ao nível do ensino superior nas dinâmicas africanas contemporâneas. 7.º Congresso ibérico de estudos. Lisboa, 2010.

SILVA, Elbênia M.R. Estudo analítico sobre plataformas digitais: possibilidades para a educação. Atas CIAIQ2016. *Investigação Qualitativa em Educação/Investigación Cualitativa em Educación/Volume 1*. P. 906 - 911. 5º Congresso Ibero Americano em Educação Qualitativa. Instituto de Educação da Universidade Minho. Lisboa. 2016.

SILVA, Rafael de F.e.; Et Al. Letramento transmídia ou digital? A autoria docente em tempos de pandemia. EM TEIA – Revista de Educação Matemática e Tecnológica Ibero-americana – vol. 11 - número 2 – Pernambuco. 2020.

XXII ENCONTRO de PESQUISADORES

INTERDISCIPLINARIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

SOUZA, André. “Qual a Importância do Arquiteto?” Disponível em:

<http://www.forumdaconstrucao.com.br/conteudo.php?a=0&Cod=1794>. IBDA Instituto Brasileiro de Desenvolvimento da Arquitetura – Fórum da Construção. 05 de julho de 2020.

SHIMITT; MARCOM. Letramento digital em tempos de pandemia. III SENPE Seminário Nacional de Pesquisa em Educação (ISSN 2675-8970). Chapecó. 2020.

TRAMONTANO, Marcelo Cláudio; TASCHNER, Suzana Pasternak. Novos modos de vida, novos espaços de morar, Paris, São Paulo, Tokyo: uma reflexão sobre a habitação contemporânea. 1998. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

VAN DIJCK, J. & T. POELL (2018). Social media platforms and education. In The SAGE Handbook of Social Media, 579-591, edited by Jean Burgess, Alice Marwick & Thomas Poell. London: Sage.

VELOSO, Maísa. Arquitetura e enfrentamento de Pandemias no século XXI: por um Higienismo mais humanista. Revista Projetar. Projeto e Percepção do Ambiente. v.5, n.3. P.203 – 205. Roda de Conversa: Arquitetura em Contexto de Pandemia. Natal, setembro de 2020.

***A PREVIDÊNCIA SOCIAL NO BRASIL E NA FRANÇA: UMA ANÁLISE DAS DISTINTAS
REALIDADES DA PROTEÇÃO SOCIAL E DOS ARGUMENTOS PARA A REFORMA***

***SOCIAL PROTECTION IN BRAZIL AND FRANCE: AN ANALYSIS OF THE DIFFERENT REALITIES
OF SOCIAL PROTECTION AND ARGUMENTS FOR REFORM***

Área temática: Direito, Trabalho e Serviço Social

PAULA, Ana Cristina Alves de
Unesp (campus de Franca/SP)
Doutoranda em Direito
E-mail: ana.c.paula@unesp.br

BORGES, Daniel Damásio
Unesp (campus de Franca/SP)
Prof. Dr. Associado de Direito Internacional Público
E-mail: daniel.damasio@unesp.br

Resumo

A questão previdenciária no Brasil e na França sempre foi alvo de intensos e frequentes debates. Mas a deterioração do sistema de proteção social se agravou nos últimos anos, produzindo reações negativas entre as pessoas que se encontram em gozo de benefícios e apreensão entre aquelas que esperam contar com esses benefícios no futuro. No contexto do enfraquecimento dos sindicatos dos trabalhadores, frente às empresas e aos governos nacionais, ocorre a implementação de reformas nos regimes de previdência social desses dois países. Tanto na França quanto no Brasil, as razões invocadas para reformar o sistema previdenciário costumam ser a diferença entre a elevação da população idosa em relação ao número de trabalhadores assalariados ativos e que contribuem para a previdência social. Este artigo tem por objetivo fazer uma exposição sistemática da Previdência Social no Brasil e na França, aprofundando-se no Regime Geral de cada um destes países, sem perder o rigor técnico da exposição e a atenção quanto a detalhes da redação dos dispositivos legais, para, depois, analisar os principais aspectos relativos às mais recentes Reformas Previdenciárias, que empreenderam mudanças paramétricas na disciplina, em todos os seus segmentos, as semelhanças e diferenças entre as experiências destes países na dinâmica complexa do capitalismo contemporâneo. Para a realização da pesquisa, foi adotado o método dedutivo como método de abordagem e a técnica de pesquisa bibliográfica como método de procedimento, com base na doutrina e na legislação pertinentes à matéria.

Palavras-chave: Previdência Social Brasileira. Sécurité Sociale Française. Reforma da Previdência.

Abstract

The social security issue in Brazil and France has always been the target of intense and frequent debates. But the deterioration of the social protection system has worsened in recent years, producing negative reactions among those enjoying benefits and apprehension among those who hope to have these benefits in the future. In the context of the weakening of workers unions, vis-à-vis companies and national governments, reforms are being implemented in the social security systems of these two countries. Both in France and in Brazil, the reasons invoked to reform the social security system are usually the difference between the increase in the elderly population in relation to the number of active salaried workers and those who contribute to social security. This article aims to make a systematic exposition of Social Security in Brazil and France, deepening the General Regime of each of these countries, without losing the technical rigor of the exposition and the attention to details of the drafting of legal provisions, to then analyze the main aspects related to the most recent Social Security Reforms, which undertook parametric changes in the discipline, in all its segments, the similarities and differences between the experiences of these countries in the complex dynamics of contemporary capitalism. To carry out the research, the deductive method was adopted as the approach method and the bibliographic research technique as the procedure method, based on doctrine and legislation relevant to the matter.

Keywords: Brazilian Social Security. Sécurité Sociale Française. Social Security Reform.

1 INTRODUÇÃO

A fim de explicitar o que é a proteção social, Barbier e Theret (2009, p. 19) propõem a noção de “systèmes de protection sociale”, que designa um conjunto largo de mecanismos e de estruturas, uma “articulation complexe de relations sociales” que combinam diferentes níveis de solidariedade, assim dentro do sistema de proteção social incluem-se todas as políticas de Estado que visam criar dispositivos que possibilitem melhoras na condição de vida da população.

Vê-se que, em geral, as ações da proteção social são direcionadas àqueles que estão impossibilitados de se sustentarem por meio de seu trabalho por razões de doença, invalidez, velhice, desemprego, etc., ou seja, os chamados riscos sociais da sociedade moderna. Assim, evidencia-se que a proteção social toma reconhecimento a partir de sua relação intrínseca com o trabalho, onde sua forma, suas relações e seu modo determinam os parâmetros de ação dos sistemas de proteção social.

Tanto a França quanto o Brasil vivenciaram a desestruturação das bases institucionais da previdência pública, que tem provocado grandes mudanças em suas regras de acesso e em seu padrão de financiamento. Simultaneamente, o fenômeno da previdência complementar, especialmente em sua modalidade aberta, tem se expandido de maneira acentuada.

A análise da proteção social presente neste projeto se concentrará sobre a problemática específica da previdência no Brasil e na França, seus arranjos e desarranjos dentro de um processo dialético de intersecção com as outras políticas, situando a discussão de acordo com o contexto social, histórico, econômico e, evidentemente, político de cada país.

Olvida-se o fenômeno da precarização o trabalho e redução da empregabilidade e aumento contundente da pobreza, colaborando, para a redução da arrecadação previdenciária, somado às fraudes e sonegações fiscais frequentes no Brasil e as isenções de imposto atribuídas pelo governo francês com vistas à geração de (sub)empregos, que unificam o novo e o velho continente. Em ambos os casos, as reformas adotadas e o discurso utilizado para justificá-las merecem ser analisados a partir de uma perspectiva do direito comparado, aqui considerado um método privilegiado para o conhecimento crítico do direito. Afinal, ao se identificarem as diferenças e semelhanças entre o ordenamento jurídico brasileiro e o ordenamento francês no tratamento da previdência pública no regime geral, busca-se questionar, com maior apuro técnico, a perda de direitos dos trabalhadores que já se encontram na ativa.

Diferentes saídas foram encontradas para a questão previdenciária mundo afora. A maior parte tem apostado em dificultar o acesso aos benefícios e atingiram, sobretudo, as regras de acesso à aposentadoria, com o aumento da idade mínima e do tempo de contribuição exigido e diminuição do valor dos benefícios, entre outras ações.

A França é um país interessante a ser observado pela semelhança com o sistema previdenciário brasileiro, tendo uma população acima de 65 anos maior que a do Brasil. Enquanto as reformas eram lá executadas, a sociedade francesa impôs algumas resistências ao desmonte da previdência pública. A luta em torno deste tema ficou predominantemente concentrada na atuação de alguns parlamentares, no movimento sindical e na agenda de algumas associações de classe, e foi suficiente para desmembrar o projeto inicial de reforma em blocos menores e retardar, mas não impedir, sua execução.

As condições do Brasil enfrentar seus dilemas estruturais estão diretamente relacionadas às pressões dos trabalhadores por medidas de expansão dos direitos e dos gastos sociais, sem o que eles permanecerão parcos, administrando ou gerindo a pobreza, contentando-se com resultados pífios e de largo prazo quanto à desigualdade profunda que marca este país. Parece que as condições na França têm sido maiores e melhores para defender suas conquistas, mesmo com anos de um governo de direita. Os direitos estão enraizados na cultura política e no cotidiano francês como exigíveis do Estado. Isso faz e fará toda a diferença, especialmente se a classe trabalhadora francesa encontrar formas de unificar as lutas ainda mais fortes que as disponíveis hoje e para além dos organismos tradicionais e institucionais da luta política francesa.

Cabe ao Brasil observar e cotejar as experiências internacionais e decidir como manejar a questão previdenciária, levando em conta sua própria estrutura constitucional e populacional. Assim, é preciso ter um cuidado redobrado ao elaborar uma reforma previdenciária em meio a uma crise financeira, sob pena de ser solapar os direitos sociais que minimamente devem ser prestados pelo Estado.

Em consonância com o exposto ao longo deste artigo, objetiva-se investigar os aspectos institucionais do sistema previdenciário brasileiro em comparação aos do sistema francês, já que

esses países construíram experiências híbridas de proteção social, desdobradas das experiências bismarkiana (1883) e beveridgeana (1942), o que unifica os dois países.

Desta feita, para que os objetivos centrais desta investigação sejam atingidos e que haja a confirmação das hipóteses inicialmente formuladas neste projeto, serão realizadas as seguintes etapas que consistem em objetivos específicos:

- Levantar os fundamentos, objetivos e dimensão atual do Direito Internacional do Trabalho, visando esclarecer as Convenções nº 102 e 157 da Organização Internacional do Trabalho;

- Analisar a estrutura do Regime Geral de Previdência Social no Brasil e o *Régime Général* na França, especialmente as prestações previdenciárias, formadas pelos benefícios (obrigações de pagar quantia certa) e pelos serviços (obrigações de fazer) devidos aos segurados e aos seus dependentes, observando o que os difere estruturalmente;

- Perscrutar o texto da EC 103/2019, aqui considerado um texto bastante árido, por fazer referência a diversos outros textos, misturando um emaranhado de normas que dificultam a compreensão do intérprete, deixando uma série de dúvidas a serem debatidas, bem como o texto dos Projetos de Lei Franceses nº 2622/20 e 2623/20.

- Investigar o deslocamento do conceito de reformulação do custeio da Previdência Social para solucionar eventuais desequilíbrios financeiros e atuariais para a ideia de déficit, demonstrando que o direito à Previdência Social foi responsabilizado pelas dificuldades das finanças públicas nacionais.

Este artigo será resultado de uma aproximação que está longe de ser esgotada. No entanto, a incursão realizada permite analisar as possibilidades de expansão da proteção social, mesmo diante do discurso reformista.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este artigo trabalhará diante de uma ampla hipótese, que envolve uma das maiores questões jurídicas que se apresentam no estágio atual do Direito Previdenciário: o enorme impacto na legislação previdenciária causado pela aprovação das reformas mais recentes no Brasil e na França.

A escolha da França se justifica por várias razões, vez que precursora na seara previdenciária, tendo exercido um papel decisivo na história da OIT, ao inspirar muitas das convenções adotadas por essa organização internacional. E tanto o Brasil quanto a França estão submetidos às Convenções nº 102 e 157 da OIT. Ademais, a influência francesa na formação do Direito Previdenciário brasileiro é inegável. Embora sua fundamentação se origine dos princípios do Relatório Beveridge, a razão de sua uniformidade e universalidade dos direitos para a seguridade social francesa e brasileira é consequência de um longo processo de articulação entre seguro social e assistência social (modelos bismarckiano e beveridgiano).

A comparação é tanto mais relevante quanto esses dois ordenamentos jurídicos apresentam diferenças significativas no concernente à sua legislação previdenciária e à articulação entre ordem jurídica interna e ordem jurídica internacional.

Assim, serão utilizados elementos de Direito estrangeiro, investigando a experiência de certos ordenamentos jurídicos na regulamentação da Previdência Social e seus reflexos jurídicos, de forma a aferir os resultados obtidos na França e a possível contribuição para a elaboração de legislação especial no ordenamento jurídico brasileiro.

Essa opção de perscrutar a proteção social francesa e pontuar correlações com a brasileira deve-se ao movimento intelectual brasileiro, que buscou apreender a dinâmica francesa de forma mais sistemática, considerando o conhecimento mais bem consolidado que dispomos sobre a proteção social brasileira e seu financiamento. Ao longo da tese, estabelecer-se-ão inferências e relações entre essas duas experiências históricas tão diferentes, mas que se articulam na dinâmica complexa do capitalismo contemporâneo, a partir de seus lugares diferenciados na hierarquia dos países na economia política mundial.

No entanto, cabe aqui uma advertência. Para estabelecer aproximações comparativas, é necessário delimitar o campo efetivamente comparável. O estudo de Elbaum (2011) chama a atenção para a prudência que as comparações internacionais requisitam, pois sob os números podem não estar os mesmos conceitos e critérios — e em geral não estão. Portanto, faz-se necessário harmonizar os conceitos para delimitar o campo mais comum possível, a partir do qual será desdobrada a análise.

A referida autora está discutindo a comparação entre países da União Europeia, mas o cuidado deve ser redobrado quando estão em foco experiências históricas tão díspares quanto a francesa e a brasileira. A complexidade do sistema francês de proteção social faz o pesadelo dos

pesquisadores estrangeiros (Barbier e Th  ret, 2009, p. 16), tornando árduos os estudos comparados e colocando em questão os “modelos” que vêm orientando boa parte desses estudos. Há diferenças significativas entre o padrão de proteção social francês e brasileiro, especialmente no quesito financiamento, mas não só. Estas dificultam sobremaneira a comparação de seus traços gerais quanto   concepção, cobertura efetiva, relação entre direitos e políticas, e estrutura institucional; bem como quanto às incidências das orientações neoliberais para a política social no período e impactos da crise. No entanto, em que pese essas dificuldades, o estudo comparativo permite identificar tendências gerais, estabelecer correlações, apanhar mediações que se produzem na totalidade concreta, e identificar novos elementos a partir de um patamar de observação reposicionado.

O presente trabalho resultará de uma pesquisa sobre o eixo das mais recentes reformas previdenciárias, mas para avançar, far-se-  necessário mapear o desenho específico da proteção social   francesa (Barbier e Th  ret, 2009, p. 7), buscando eventualmente traçar linhas de encontro e desencontro entre esta e o Brasil.

No entanto, Barbier (1990, p. 3) explica que: “la comparaison doit enfin s’attacher   mesurer les effets des politiques et   les mesurer relativement. Les effets attendus (ou non attendus) par les protagonistes des politiques sont objectivables”. Desta maneira, a comparação deve ter como eixo a abordagem dos impactos das políticas sociais na vida dos atendidos/não atendidos e não, tão somente, sua estrutura enquanto política pública.

Ao se deparar com realidades tão distintas Brasil x França, parece que uma barreira conjuntural impossibilita a comparação. Os fatores políticos, históricos e culturais enredam a cena da política de proteção social, exigindo da comparação a apreensão das realidades que se pretende comparar. Assim como sublinha Barbier (1990, p. 3) “on devra plus précisément s’int resser aux objets qui d’un pays   l’autre, peuvent être compar s au moyen d’investigation historique, sociologie, culturels, politique, juridique”.

Todavia, verifica-se que determinadas lógicas percorrem a experiência francesa contemporânea e a brasileira, já que esses países constr  ram experiências híbridas de proteção social, desdobradas daqueles dois momentos originários (bismarckiano e beveridgeano), o que têm também os aproxima, a despeito das diferenças. Portanto, comparar o sistema de proteção social no Brasil e na França faz reportar ao conjunto de ações pactuadas e compactuadas no decorrer da história de cada país.

Não se nega que existem diferenças significativas entre o padrão de proteção social francês e brasileiro quanto   concepção, cobertura efetiva e estrutura institucional, bem como quanto aos impactos das reformas previdenciárias mais recentes. Evidentemente, não se tentar  aqui transpor a experiência histórica francesa para o Brasil, dado que as diferenças culturais, econômicas e sociais entre os mencionados países não devem ser negligenciadas, e justamente por isso serão ponderadas neste estudo.

De fato, a abertura de perspectiva trazida pelo direito comparado se revelou um excelente instrumento para a identificação das diferenças e semelhanças entre o ordenamento jurídico brasileiro e o ordenamento francês no tratamento da Previdência Social.

Com ênfase na investigação exploratória e dogmática, será levantada extensa bibliografia sobre o tema, bem como realizar-se-à pesquisa nas fontes primárias de investigação jurídico-dogmática.

Têm também serão utilizados elementos de Direito estrangeiro, investigando a experiência de certos ordenamentos jurídicos na regulament  o dos procedimentos de reprodução humana assistida e seus reflexos jurídicos, de forma a aferir os resultados l  obtidos e a possível contribuição para a elaboração de legislação especial no ordenamento jurídico brasileiro.

A confecção da pesquisa contará com bibliografia especializada, com obras da doutrina nacional e estrangeira, artigos científicos, legislações, bem como jurisprudência nacional e alienígena, e o que mais surgir, se útil e pertinente ao tema deste artigo.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Direito Internacional do Trabalho, ao contrário do que possa parecer, não integra o ramo jurídico do Direito do Trabalho, constituindo – segundo Barthélemy Raynaud (1977, p. 22) – um braço próprio do Direito Internacional Público, fundando-se, basicamente, em três motivos bem definidos, consoante Arnaldo S ssekind (1986, p. 1468) – os de ordem econômica, os de índole social e os de caráter técnico.

Tanto o Tratado de Versailles, que instituiu a Organização Internacional do Trabalho (OIT) no ano de 1919, em sua Parte XIII, quanto os demais instrumentos internacionais de proteção ao

trabalhador, assim como a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, estabelecem princípios jurídico-sociais de promoção e proteção dos direitos trabalhistas e previdenciários de dignificação do trabalhador. Nesse sentido está a redação do art. 22 da mencionada Declaração, que dispõe que “toda pessoa, como membro da sociedade, tem direito à segurança social e à realização, pelo esforço nacional, pela cooperação internacional e de acordo com a organização e recursos de cada Estado, dos direitos econômicos, sociais e culturais indispensáveis à sua dignidade e ao livre desenvolvimento de sua personalidade”.

Esse propósito se faz sentir no preâmbulo da Constituição da OIT (1948), segundo o qual “existem condições de trabalho que implicam, para grande número de indivíduos, miséria e privações, e que o descontentamento que daí decorre põe em perigo a paz e a harmonia universais, e considerando que é urgente melhorar essas condições no que se refere, por exemplo, [...] à proteção dos trabalhadores contra as moléstias graves ou profissionais e os acidentes do trabalho, à proteção das crianças, dos adolescentes e das mulheres, às pensões de velhice e de invalidez [...]”.

A OIT se mantém firme em seus propósitos, podendo ser considerada a organização mais promissora e bem sucedida dentro do cenário atual do direito das gentes. A organização pode ser considerada um centro de referência mundial em matéria de emprego, trabalho e previdência social. Nessa perspectiva, destacam-se as Convenções nº 102 (aprovada na 35ª reunião da Conferência Internacional do Trabalho, em Genebra (1952), contendo diversas proposições relativas às normas mínimas para a Seguridade Social) e nº 157 (adotada na 68ª sessão da Conferência, em Genebra (1982), sobre a preservação dos direitos em matéria de Seguridade Social) da OIT.

Na sociedade contemporânea, as Constituições dos Estados consagram inúmeros direitos fundamentais.¹ Os direitos fundamentais são o resultado do embate de forças entre a classe dominada e a classe dominante, em um determinado período histórico, em que a classe dominada, embora subjugada pela classe dominante (pois a classe dominante se utiliza dos instrumentos de coerção do Estado), consegue garantir um mínimo existencial em face dessa classe, no caso, representada pelo Estado. A doutrina, por sua vez, classifica os direitos fundamentais em gerações.²

A diferença existente entre as gerações dos direitos fundamentais reside no fato que os direitos fundamentais de primeira geração foram estatuidos para proteger o indivíduo contra o Estado; em contrapartida, os direitos fundamentais de segunda e terceira gerações necessitam, para serem concretizados, de uma prestação por parte do Estado. Nesse caso, o Estado deve atuar de forma a garantir ao indivíduo a possibilidade de fruição dos direitos que elenca na Constituição Federal, promulgada em 05 de outubro de 1988.

Os direitos sociais de segunda geração visam assegurar o bem e a igualdade em favor da população, e relacionam-se ao trabalho, à seguridade social, à subsistência digna do homem e ao amparo à doença, à invalidez e à velhice. Sua finalidade é beneficiar e proteger os hipossuficientes e trabalhadores que necessitam, para que o princípio da igualdade ou isonomia seja realmente respeitado.

Para que esses direitos sejam efetivados é necessária a realização de políticas e serviços públicos. Ou seja, é necessário que o Estado seja ativo no atendimento à população. Quando não o for, há a possibilidade de se requerer a tutela judicial, para que os direitos sociais sejam cumpridos.

¹ Segundo José Afonso da Silva (2006, p. 178), “Direitos fundamentais do homem constitui expressão mais adequada a este estudo, porque, além de referir-se a princípios que resumem a concepção do mundo e informam a ideologia política de cada ordenamento jurídico, é reservada para designar, *no nível do direito positivo*, aquelas prerrogativas e instituições que ele concretiza em garantias de uma convivência digna, livre e igual de todas as pessoas. No qualificativo *fundamentais* acha-se a indicação de que se trata de situações jurídicas sem as quais a pessoa humana não se realiza, não convive e, às vezes, nem mesmo sobrevive; fundamentais *do homem* no sentido de que a todos, por igual, devem ser, não apenas formalmente reconhecidos, mas concreta e materialmente efetivados. Do *homem*, não como o macho da espécie, mas no sentido de *pessoa humana*.”

² Consoante Paulo Bonavides (1999, p. 517), “[...] os direitos fundamentais passaram na ordem institucional a manifestar-se em três gerações sucessivas, que traduzem sem dúvida um processo cumulativo e qualitativo, o qual, segundo tudo faz prever, tem por bússola uma nova universalidade: universalidade material e concreta, em substituição da universalidade abstrata e, de certo modo, metafísica daqueles direitos, contida no jusnaturalismo do século XVIII. Enfim, se nos deparamos direitos de primeira, da segunda e da terceira geração, a saber, direitos da liberdade, da igualdade e da fraternidade, conforme tem sido largamente assinalado, com inteira propriedade, por abalizados juristas.”

Nesse sentir, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 se apresenta como uma Constituição social, materializada no Título VIII, que trata da Ordem Social. O art. 193 tem como base a preeminência do trabalho e, como diretriz, o bem-estar e a justiça sociais, em harmonia com a ordem econômica, que se funda, também, nos termos do art. 170, *caput*, na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, visando a dignidade do cidadão.

Nos termos do art. 6º da Constituição Federal, o cidadão se apresenta como destinatário dos direitos sociais, compondo a ordem social, juntamente com o título de direitos fundamentais, “núcleo substancial do regime democrático”, na lição de José Afonso da Silva (2006, p. 828). A partir daí emerge a Seguridade Social, que, nos termos do art. 194, *caput*, da Constituição Federal, compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, visando assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social (BRASIL, 1988).

Nesse contexto da ordem social, destaca-se a Seguridade Social, que, no dizer de Wagner Balera (2006, p. 38), “[...] em nosso sistema jurídico, a justiça é o fim da ordem social, e a Seguridade Social é o modelo protetivo que se destina a institucionalizar seus preceitos.” Nesse ponto, foi desenvolvida para fortalecer e estruturar o amparo ao cidadão, em virtude do surgimento das mais variadas contingências ou riscos sociais.

O texto constitucional deu contornos mais precisos à Previdência Social (ramo da seguridade social, de cunho eminentemente contributivo, tem por finalidade proteger os segurados e seus dependentes contra as contingências sociais que impeçam ou diminuam a capacidade de prover a própria subsistência e de sua família) em seus arts. 201 e 202 (BRASIL, 1988), de sorte que os benefícios e serviços se destinam à cobertura dos eventos de incapacidade temporária ou permanente para o trabalho e idade avançada; proteção à maternidade, especialmente à gestante; proteção ao trabalhador em situação de desemprego involuntário; e concessão de salário-família e auxílio-reclusão para os dependentes dos segurados de baixa renda e pensão por morte do segurado, homem ou mulher, ao cônjuge ou companheiro e dependentes.

A Previdência Social brasileira é formada por dois regimes básicos, de filiação obrigatória, que são o Regime Geral de Previdência Social (RGPS) e os Regimes Próprios de Previdência Social dos servidores públicos e militares, sendo o primeiro compulsório para as pessoas que exerçam atividade laboral remunerada, razão pela qual ostenta a natureza jurídica de seguro obrigatório legal, ao contrário do segundo, que visa apenas ofertar prestações complementares para a manutenção do padrão de vida do segurado e de seus dependentes.

Além desses dois regimes obrigatórios, há ainda o Regime de Previdência Complementar, de natureza privada, cuja adesão é facultativa.³

No Regime Geral de Previdência Social (RGPS), de competência da União e administrado pelo Ministério da Economia, disciplinado pela Constituição Federal (BRASIL, 1988), no art. 201,⁴ e também pelo Decreto nº 3.048/99, encontram-se todos os trabalhadores não filiados a regimes próprios e quem não exerce atividade remunerada, mas inscreveu-se no sistema previdenciário.

A Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, versa sobre os Planos de Benefícios do Regime Geral de Previdência Social e dá outras providências. Já em seu art. 1º, elucida o objetivo da Previdência Social, o qual é “[...] assegurar a seus beneficiários meios indispensáveis de manutenção, por motivo de incapacidade, desemprego involuntário, idade avançada, tempo de serviço, encargos familiares e prisão ou morte daqueles de quem dependiam economicamente” (situações denominadas de “riscos ou contingências sociais”).

Portanto, os riscos ou contingências sociais são eventos que impossibilitam (de forma real ou presumida) o segurado e seus dependentes de exercerem atividades que lhes garantam o sustento próprio e de sua família. A previdência social atua, nesse caso, de forma a amparar o segurado e seus dependentes face às contingências sociais.

A atuação da previdência se dá de duas maneiras: prestações previdenciárias (de natureza pecuniária) e serviços (reabilitação profissional e serviço social). Os serviços prestados pela previdência social são disciplinados nos arts. 88 a 93 da Lei 8.213/91 e têm por finalidade orientar o beneficiário à solução de problemas pessoais e familiares e a adaptação do beneficiário para o

³ CF/88. Art. 202. O regime de previdência privada, de caráter complementar e organizado de forma autônoma em relação ao regime geral de previdência social, será facultativo, baseado na constituição de reservas que garantam o benefício contratado, e regulado por lei complementar.

⁴ CF/88. Art. 201. A Previdência Social será organizada sob a forma de regime geral, de caráter contributivo e de filiação obrigatória.

reingresso no mercado de trabalho. Por outro lado, as prestações previdenciárias, de caráter pecuniário, são devidas aos segurados e seus dependentes no caso de deflagração do risco ou contingência social. Nesse caso, a previdência social é obrigada, após a comprovação da ocorrência do risco ou contingência social, a conceder um benefício pecuniário, dentre os arrolados na lei, ao segurado.

Competirá ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) a administração do plano de benefícios e serviços, abrangendo os trabalhadores do setor privado, servidores exclusivamente comissionados, servidores efetivos de municípios que não criaram RPPS, segurados facultativos e respectivos dependentes.

Duas são as características marcantes da previdência social no ordenamento jurídico brasileiro, a saber:

- a) O caráter contributivo do sistema previdenciário brasileiro;
- b) A compulsoriedade das contribuições.

Nesse diapasão, a previdência social abarca número limitado de pessoas, pois depende, para a concessão de benefícios e a prestação dos serviços catalogados, de contribuições vertidas pelos segurados ao regime, assemelhando-se a um seguro de direito privado. Por seu turno, a assistência social é uma ação financiada pelo próprio Estado, por intermédio do pagamento de tributos feitos pela sociedade, com o objetivo de suprir situações não atendidas pela Previdência. Ademais, a previdência social exige o recolhimento de contribuições ao sistema dos seus segurados, enquanto que na saúde não se exige qualquer contribuição por parte de seus beneficiários para a prestação de serviços médicos ou assistenciais.

Coaduna-se com o pensamento de Borges (2019, p. 31), para quem uma das principais características do texto constitucional de 1988 é a especial atenção dada à proteção dos direitos fundamentais sociais. Tal atenção não se reflete apenas no extenso rol de direitos fundamentais sociais previstos, senão também no grau de detalhamento do próprio conteúdo desses direitos.

A *Sécurité Sociale* (ou *Sécu*, como a tratam com intimidade os franceses), regida por legislação própria (*Loi de Financement de la Sécurité Sociale (LFSS)*), foi criada em 1945 e institucionalizada na Constituição de 1946, acompanhando a onda de criação dos Estados de Bem-Estar em diversos países da Europa no pós-Segunda Guerra. O sistema de proteção social francês engloba saúde, assistência social e previdência social.

De acordo com Piere Moreau (2005, p.155-166), a *Sécurité* tem a incumbência de gerenciar os recursos derivados das contribuições repassados às Caixas de Seguro Social, estruturadas em níveis nacional, regional, departamental e local. As caixas estão divididas em três grupos: a) saúde (*Caisse Nationale d'Assurance Maladie des Travailleurs Salariés*); b) família (*Caisse Nationale des Allocations Familiales*); e c) aposentadoria (*Caisse National de d'Assurance Vieillesse des Travailleurs Salaries*).

Convivem, na França, três sistemas previdenciários: o regime geral (regido pelo governo em regime de repartição, dividindo-se em quatro ramos (*branches* – família, envolvendo as prestações familiares; seguro-doença (saúde); acidentes de trabalho; e seguro-velhice, relacionado às aposentadorias e pensões), com participação obrigatória de todos os trabalhadores, e destina-se a assegurar um benefício básico a todos eles) e o regime complementar (gerido por caixas de previdência independentes, coordenadas pela Arrco (*Association des Régimes des Retraites Complementaires*), também em regime de repartição, com participação obrigatória, e provê benefícios de caráter complementar ao regime básico), que são obrigatórios, além do regime facultativo (administrado por companhias de seguro ou diretamente por firmas patrocinadoras, em regime de capitalização, e se dividem em dois tipos (coletivos e individuais), destinando-se aos trabalhadores de alta renda, para os quais os benefícios pagos pelos dois regimes anteriores são muito baixos quando comparados à remuneração pré-aposentadoria). Trata-se de um conjunto institucional complexo e fragmentado, porém unificado. A maior parte da população francesa está vinculada ao *Régime Général*, que engloba o conjunto dos trabalhadores do setor privado, os assalariados agrícolas, os funcionários públicos civis e militares e de empresas estatais, e os trabalhadores não-assalariados, tais como industriais, comerciantes e profissionais liberais.

O modelo francês possui uma característica muito peculiar que o difere dos adotados em outros países do Primeiro Mundo: a esmagadora preponderância do regime de repartição sobre o de capitalização, mesmo nos planos administrados pelo setor privado. O rápido aumento da idade média da população tem gerado muita discussão sobre a conveniência de se manter o modelo atual, que requer para sua viabilização contribuições elevadas dos trabalhadores ativos e, possivelmente, elevação da idade mínima de aposentadoria.

Muito se fala sobre reforma previdenciária. Foi assim que, desde os anos 1990, os gestores públicos franceses e brasileiros, iniciaram a adoção de uma série de medidas que culminaram em regras de aposentadorias e pensões mais restritivas, com o aumento do tempo de contribuição e da idade dos trabalhadores dos setores público e privado.

Na França, essas medidas se situam nas reformas de 1993 (como reforma Veil-Balladur), 2003 (*Loi Fillon*) e 2020 (*Projet de Loi Organique n° 2622/2020, relatif au système universel de retraite / Projet de Loi Ordinaire n° 2623/2020, instituant un système universel de retraite*).

Após o ex primeiro-ministro francês Édouard Philippe aprovar a mais recente reforma previdenciária sem votação na Assembleia Nacional, em março de 2020, com base em um polêmico artigo da Constituição Francesa, o 49-3, constatou-se que as polêmicas e discussões envolvendo a temática não são exclusivas do sistema previdenciário brasileiro.

No Brasil, as medidas se situam nas reformas empreendidas em 1998 (EC n° 20/98), 2003 (EC n° 40/03) e 2019 (EC n° 103/19), a qual alterou o sistema de Previdência Social e estabeleceu regras de transição e disposições transitórias, tendo sido publicada no Diário Oficial da União de 13 de novembro de 2019.

A mais recente reforma da previdência – ou a PEC n° 06/2019 – valeu-se de duas linhas de argumentação para justificar mudanças de caráter abrangente e estrutural, modificando um modelo previdenciário que se consolidou na fase recente de crescimento (2004-2014). De um lado, levanta a ameaça de que o célere envelhecimento da população brasileira leve ao colapso do sistema público de aposentadorias nas próximas décadas. Estimativas elaboradas pelo governo sinalizam que a participação da população com mais de 60 anos no Brasil passaria de 12,59% do total da população em 2015, para 35,15% em 2060.

De outro, retoma o argumento de que há que se elevar a taxa de poupança das famílias, sabidamente baixa no país, e, assim, contribuir para o aumento da taxa de investimento, igualmente insuficiente. Para incentivar esse movimento, não apenas se altera o sistema público, mas ao fazê-lo se estimula o fortalecimento dos regimes de capitalização que têm registrado um desenvolvimento bastante significativo na última década.

A EC n° 103/2019 alterou o sistema de Previdência Social e estabeleceu regras de transição e disposições transitórias, tendo sido publicada no Diário Oficial da União de 13 de novembro de 2019.

Mudanças no desenho de qualquer regime previdenciário público redefinem o escopo dos benefícios e seus impactos em termos de redistribuição do presente para o futuro, redução das desigualdades e da pobreza entre idosos, bem como da proteção contra determinados riscos ainda na atividade. Este entendimento está consagrado e a reação de apoio ou crítica a cada nova reforma do seguro social reflete uma disputa sobre qual dessas dimensões deve prevalecer, se todas, combinadas, ou apenas uma delas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo, observou-se que, na França, o argumento demográfico foi o mais utilizado para justificar as reformas, enquanto que o discurso em prol da justiça social, no Brasil, obteve um eco mais forte. Em ambos os países, o discurso recorrentemente reivindicado pelos governos (e sustentado inclusive pela mídia nacional e articulado à cultura política) para sinalizar a possível falência futura do sistema é bastante questionável.

Ao sugerir mudanças no sistema de aposentadoria, caso das reformas destacadas, devem os formuladores de política considerar questões fundamentais tais como impactos positivos nos mecanismos de financiamento do sistema de bem-estar, sem prejuízos para este ou aquele grupo. Aumentos na produção, reforços ao mercado de capitais e melhorias na eficiência com a qual a poupança é canalizada para o investimento produtivo são fatores que deveriam ser contemplados quando da decisão de alterar os parâmetros da previdência pública. Na prática, claro está que há outros interesses em jogo, que não a real sustentabilidade do regime público.

Para fins deste estudo, interessa-nos, sobretudo, uma interlocução profícua sobre o direito internacional e o direito comparado, especialmente sobre o estudo do direito previdenciário brasileiro comparado ao francês. O método comparado nos traz importantes subsídios para se questionar a adequação e a pertinência do modo pelo qual as legislações brasileira e francesa têm aplicado e interpretado as convenções da OIT em matéria de seguridade e previdência social.

Em consulta preliminar ao Eurostat e ao Portal Brasileiro de Dados Abertos, verificou-se que o gasto previdenciário brasileiro federal é maior que o francês. No entanto, a cobertura previdenciária brasileira é menor que a francesa, considerando a PEA e os dados de emprego sinalizados na base

de dados do IBGE. Ambos os sistemas previdenciários, por seu turno, são organizados sob a lógica do seguro, contributiva, ainda que contem com aportes fiscais.

Ambos os sistemas previdenciários, por seu turno, são organizados sob a lógica do seguro, contributiva, ainda que contem com aportes fiscais. Como explicar, então, essa diferença? Uma incidência neste dado é a de que o Regime Geral brasileiro tem uma cobertura de cerca de 20 milhões de aposentados, enquanto na França são cerca de 10 milhões, aproximadamente, vinculados ao Regime Geral, o que tem relação com o tamanho da população economicamente ativa dos dois países e muito claramente com o grau de assalariamento da população, muito maior na França que no Brasil, mesmo no contexto da crise. Por outro lado, como hipótese, podem incidir também questões relacionadas à estrutura de renda e de contribuição que não teremos condições de explorar aqui.

Em contrapartida, considerando a população, os indicadores sociais historicamente mais frágeis, e a dimensão continental do território, é evidente o subinvestimento brasileiro em saúde, quase cinco vezes menor que na França, considerando o orçamento, e quatro vezes menor, com base no PIB.

No entanto, as contas do Eurostat consideram o conjunto do gasto social, o que inclui o Estado nacional, os entes subnacionais, e o conjunto das *assurances*. Nosso cuidado, então, deve ser o de não subestimar as despesas de Previdência na França, explicitando que estamos nos aproximando, no âmbito deste estudo, de um universo semelhante entre os dois países em foco, o que nos levou a delimitar a despesa federal e, no caso da França, o *Regime General de Sécurité*, que reúne a maior parte das despesas, cobrindo 75% da população aposentada (Barbier e Théret, 2009, p. 50).

Esses elementos demonstram que os projetos de reforma da previdência encaminhados na França e no Brasil são bastante parecidos. Ambos se justificam em nome do equilíbrio financeiro da previdência, propondo medidas que estigmatizam os funcionários públicos, os aposentados e a classe dos trabalhadores e se apoiam na tese do Estado mínimo.

Para Borges (2013), «la notion d'État social est utilisée pour synthétiser les normes sociales internationales à vocation universelle. Ces normes obligent les États à intervenir dans l'activité économique dans le but de faire face à la question sociale»⁵. O anunciado fim do Estado Social, ou crise do Estado providência, não ocorreu, todavia, como previsto, embora certo nível de desmonte pareça ter sido inevitável, vez que a proteção social tem sido tratada, notadamente, sob o ângulo da viabilidade econômica e não social.

Uma reforma na atual previdência no Brasil, englobando suas peculiaridades econômicas e sociais, deveria levar em consideração as experiências brasileiras prévias e as experiências francesas na área previdenciária. Com efeito, o direito à proteção social deve estar na base de um sistema previdenciário amplo e inclusivo. Por essa razão, a previdência, se reformada, deve ser capaz de garantir a solidariedade, promover justiça social, ampliar e incluir direitos, eliminar eventuais privilégios e contribuir para a redução das desigualdades de classe e de gênero, incorporando uma lógica igualitária e redistributiva.

O ideal é que não haja desequilíbrio nas contas previdenciárias para que uma reforma previdenciária seja aprovada, pois se deve buscar a prevenção do déficit, e não a sua repressão, razão pela qual quanto mais desequilibrado é um regime público de previdência, mais duro será o conteúdo de uma reforma previdenciária. As reformas brasileira e francesa, todavia, estabeleceram diversas e profundas restrições a certos benefícios previdenciários, distanciando-se do mandamento de progressividade quanto aos direitos sociais.

É dever do Estado Democrático de Direito assegurar a cada um o seu espaço vital na imensa seara democrática das diferenças, dos contrastes e dos paradoxos profundos em que consiste a própria natureza humana e o existir do homem em seu mundo, por meio da garantia dos direitos sociais constitucionalmente previstos e da inovação em políticas públicas previdenciárias e assistenciais.

⁵ Em tradução livre: A noção de Estado Social é usada para sintetizar padrões sociais internacionais com vocação universal. Essas normas obrigam os Estados a intervir na atividade econômica para tratar da questão social.

REFERÊNCIAS

- ALENCAR, Hermes Arrais. *Reforma da previdência* – Emenda Constitucional n. 103/2019 e o regime geral de Previdência Social. São Paulo: Saraiva, 2020.
- AUBIN, Emmanuel. *L'essentiel du droit des politiques sociales 2017-2018*. Paris: Gualino Lextenso Éditions, 2018.
- BARBIER, Jean Claude; THÉRET, Bruno. *Le Système Français de Protection Sociale*. Paris: La Découverte, nouvelle édition, 2009.
- BARBIER J.C. Comment comparer les politiques familiales en Europe: quelques problèmes de méthode. In: *Revue Internationale de Sécurité Sociale*, 3/90, 1990.
- BASLÉ, Maurice. *Le budget de l'État*. Paris: La Decouverte, 2004.
- BEHRING, Elaine Rossetti. França e Brasil: realidades distintas da proteção social, entrelaçadas no fluxo da história. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 113, p. 7-52, jan./mar. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282013000100002>. Acesso em: 30 set. 2020.
- BEVERIDGE, Sir W. *O Plano Beveridge: relatório sobre o Seguro Social e serviços afins*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1943.
- BORGES, Daniel Damásio. *L'Etat social face au commerce international*. L'Harmattan, 2013.
- _____. *O alcance dos tratados sobre os direitos sociais no direito brasileiro*. Curitiba: Editora Appris, 2019.
- BOSCHETTI, Ivanete. A insidiosa corrosão dos sistemas de proteção social europeus. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 112, out./dez. 2012.
- CASTIONI, Remi. *O sistema de proteção ao trabalho no Brasil*. Campinas: Ed. Autores Associados de Campinas, 2005.
- CASTRO, Carlos Alberto Pereira de; LAZZARI, João Batista. *Manual de direito previdenciário*. 23. ed. rev., atual e ampl. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2020.
- CCIP. *Brésil: un géant accessible*. Paris: La Documentation Française, juin 2010.
- CLERGEAU, Cécile; DUSSUET, Annie. La professionalisation dans les services à domicile aux personnes âgées: l'enjeu du diplôme. *Revue Française de Sciences Sociales*, Paris, Formation et Emploi, n. 90, abr./jun., 2005.
- COR. Conseil d'Orientation des Retraites. *Retraites: droits individuels et droits familiaux, la recherche de l'égalité entre hommes et femmes*. Paris: 2005.
- CORNILLEAU, Gérard; MATHIEU et al. Les reformes des retraites dans la crise.
- COUR DES COMPTES. *Résultats et Gestion Budgétaire de L'État: Exercice 2018*. Paris: de Travail de l'OFCE. Paris: Sciences Po, 2018.
- DELOFFRE, Alexandre. Les retraites en 2017. *Études et Résultats*, Paris, DREES, dez. 2018.
- DIDIER, Raphael. *Comprendre la dette*. Paris: Ellipses, 2019.
- Disponível em: <www.performance-publique.gouv.fr>. Acesso em: 16 jun. 2020.
- DOURILLE-FEER, Évelyne et al. *La piège de la dette publique: comment s'en sortir*. Paris: Les Liens qui Libèrent et Attac, 2011.
- DUSSUET, Annie. Emplois familiaux, une forme 'féminine' de précarité. In: DEL SOL, Marion et al (Direção). *Nouvelles dimensions de la précarité*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2001.
- DUVAL, Julien. *Le mythe du "trou de la Sécu"*. Paris: Éditions Raisons d'Agir, 2008.
- ELBAUM, Mireille. *Économie politique de la protection sociale*. 2. ed. Paris: Quadrige-PUF,

- FLEURY, S. A Seguridade Social inconclusa. In: FLEURY, S. *A era FHC e o governo Lula: transição?* Brasília: Inesc, 2004.
- FMI. *Perspectives de L'Économie Mondiale: Reprise, Risques et Rééquilibrage*. FMI: Études Économiques et Financières, 2010.
- FRANCHET, Pascal. Dette publique de la France: des vérités qui dérangent. In: TOUSSAINT, Éric; MILLET, Damien. *La dette ou la vie*. Bruxelles: Éditions Aden et CADTM, 2011.
- GALVÃO, Andréia. *Ecos da França: repercussões da greve de 1995 no Brasil*. Disponível em: <http://www4.pucsp.br/neils/downloads/v8_andreia_galvao.pdf>. Acesso em: 30 set. 2020.
- GARCIA, Gustavo Filipe Barbosa. *Reforma previdenciária*. São Paulo: Juspodvm, 2020.
- GOES, Hugo. *Manual de direito previdenciário – teoria e questões*. 15. ed. São Paulo: Ferreira, 2019.
- HARTMANN, Michael. Internationalisation et spécificités nationales des élites économiques. In: *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, Paris: CNRS, n. 190, déc. 2011.
- HERVE, Alexandre et al. *Les retraites au péril du libéralisme*. Paris: Fondation Copernic; Sylepse, 2002.
- HUSSON, Michel. *Les chasseurs de l'Etat social: des retraites à la Sécurité, la grande démolition*. Paris: La Découverte, 2003.
- KERTZMAN, Ivan. *Curso prático de direito previdenciário*. 18. ed. revista, atualizada e ampliada. São Paulo: Juspodivm, 2020.
- KERTZMAN, Ivan. *Entendendo a reforma da previdência*. São Paulo: Juspodvm, 2020.
- La Documentation Française, mai 2011.
- LOPES DA SILVA, Maria Lucia. *Previdência Social no Brasil: (des)estruturação do trabalho e condições para sua universalização*. São Paulo: Cortez, 2012.
- LORDON, Frédéric. Jusqu'à quand? Pour en finir les crises financières. Paris: Raisons D'Agir, 2008.
- MARTY, Christiane; JEFFERS, Esther. Retraites: parler de la retraite des femmes amène à explorer des solutions originales. *Journal L'Humanité*, Paris, 21 mai. 2003.
- MAZZUOLI, Valerio de Oliveira. *Curso de direito internacional público*. 13. ed. rev., atual e ampl. São Paulo: Rio de Janeiro, 2020.
- MOREAU, Pierre. *O financiamento da seguridade social na União Europeia e no Brasil*. São Paulo: Quartier Latin, 2005.
- MOTA, A. E. *Cultura da crise e Seguridade Social: um estudo sobre as tendências da Previdência e da assistência Social brasileira nos anos 80 e 90*. São Paulo: Cortez, 1995.
- NASCIMENTO, Silmara Ferreira do. *Reforma previdenciária França x Brasil*. Disponível em: <https://www.fclar.unesp.br/Home/Departamentos/Economia/NECEE_75_REFORMAPREVIDENCIARIAfrancabrazil.pdf>. Acesso em: 30 set. 2020.
- OCDE. *Statistiques de base de la zone euro, 2019*. OCDE: Ed. de l'OCDE, Études Économiques de l'OCDE, 2019.
- OLIVEIRA, Luiz Guilherme Schymura de; CASTRO, Hélio Portocarrero de; CARDOSO, Renato Fragelli; MAGALHÃES, Uriel de. *O sistema previdenciário: aspectos institucionais e argumentos para a reforma*. 1994.
- PALIER, Bruno. *Gouverner la Sécurité Sociale*. Paris: PUF, 2005.
- PORTELA, Paulo Henrique Gonçalves. *Curso de direito internacional público e privado*. 12. ed. Salvador: Juspodivm, 2020.
- RAYNAUD, Barthélemy. *Droit international ouvrier*. Paris: Arthur Rousseau, 1906.
- RÉPUBLIQUE FRANÇAISE. *Compte Général de L'État 2018*. Annexe au Project de Loi de Règlement. Paris. Disponível em: <www.performance-publique.gouv.fr>. Acesso em: 16 jun. 2020.

_____. *Donnés Budgétaires 2018*. Paris. Disponível em: <www.performance-publique.gouv.fr>. Acesso em: 16 jun. 2020.

_____. *Le Comptes de L'État 2018*. Paris. Disponível em: <www.performance-publique.gouv.fr>. Acesso em: 16 jun. 2020.

ROL, Sandrine. Un grand marché de consommateurs en revenir. In: CCIP. *Brésil: un géant accessible*. Paris: La Documentation Française, juin 2010.

ROSANVALLON, P. *La crise de l'État-providence*. Paris: Éditions du Seuil, 1981.

SABOIA, Vivian Aranha. *As desigualdades de gênero na previdência social na França e no Brasil*. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/crh/article/view/18551>>. Acesso em: 30 set. 2020.

SILVA, José Afonso da. *Curso de direito constitucional positivo*. 43. ed. Salvador: Juspodivm, 2020.

SÜSSEKIND, Arnaldo. *Direito internacional do trabalho*. 2. ed. ampl. e atual. São Paulo: LTr, 1986.

TEIXEIRA, A. *Do seguro à seguridade: a metamorfose inconclusa do sistema previdenciário brasileiro*. Rio de Janeiro: UFRJ/IEI, 1990.

ARBITRAGEM NO DIREITO INDIVIDUAL DO TRABALHO

ARBITRATION IN INDIVIDUAL LABOR LAW

Área temática: Direito, Trabalho e Serviço Social.

HERINGER, Helimara M. Lamounier
Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG
Doutoranda em Direito - Bolsista CAPES
helimarah@hotmail.com

FOLLONE, Renata A.
Universidade de Ribeirão Preto – Unaerp
Doutoranda em Direito - Bolsista CAPES
renata.follone@sou.unaerp.edu.br

PAIVA, Felipe M. G.
Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG
Graduado em Direito
fmgp11@hotmail.com

HERINGER, Flavio E.
Universidade Anhanguera – Uniderp
Especialista em Direito Administrativo
flavio.heringer@hotmail.com

Resumo

O presente trabalho aborda a arbitragem, como método alternativo de resolução de conflitos no âmbito do Direito Individual do Trabalho, sedimentado através da Reforma Trabalhista de 2017. Demonstra que a inclusão do artigo 507-A na Consolidação das Leis do Trabalho possibilitou o uso da arbitragem nos contratos individuais de trabalho. Avaliou as críticas contundentes sobre a qualidade da alteração normativa realizada, frente às peculiaridades que o Direito do Trabalho Individual possui e que afetam diretamente as interações da matéria trabalhista com outros temas jurídicos. Conclui, evidenciando que a arbitragem está definitivamente presente no Direito Individual do Trabalho, inclusive nos contratos individuais de trabalho, destaca os efeitos provenientes dessa inserção, já evidentes na sociedade. O método utilizado foi o hipotético-dedutivo, sendo que a pesquisa se fundamentou em livros, artigos científicos, legislação e jurisprudência.

Palavras-chave: Arbitragem, Direitos Trabalhistas, Contrato Individual de Trabalho.

Abstract

This paper addresses arbitration, as an alternative method of conflict resolution within the scope of Individual Labor Law, based on the 2017 Labor Reform. It demonstrates that the inclusion of article 507-A in the Consolidation of Labor Laws enabled its use arbitration in individual employment contracts. It assesses the scathing criticisms about the quality of the normative change carried out, given the peculiarities that the Individual Labor Law has and that directly affect the interactions of the labor issue with other legal issues. It concludes, showing that arbitration is definitely present in Individual Labor Law, including individual employment contracts, highlighting the effects arising from this insertion, which are already evident in society. The method used was hypothetical-deductive, and the research was based on books, scientific articles, legislation and jurisprudence.

Keywords: Arbitration, Labor Rights, Individual Employment Contract.

1 INTRODUÇÃO

A utilização da arbitragem como método de resolução de conflitos nas relações individuais de trabalho, sempre se apresentou historicamente no Direito brasileiro, como um tema de debates pela doutrina e como um ponto controverso na jurisprudência. No cerne da questão estão as consequências do uso do instituto no âmbito das relações de trabalho. Pois, a arbitragem pode ser considerada uma ferramenta garantidora da efetividade dos direitos dos trabalhadores, ou, em contrapartida, contribuir para afastar os direitos trabalhistas da tutela da Justiça do Trabalho.

Evidencia-se assim a importância de análise desse assunto para toda a sociedade brasileira, sobretudo aos trabalhadores e aos operadores do direito, visto que, trata-se do uso da arbitragem em uma forma de relação jurídica notoriamente melindrosa, que se compõe através de diversos fundamentos históricos, normativos e sociológicos, e que é capaz de produzir reflexos na economia e até mesmo na política, como claramente se percebe nas revoluções históricas dos trabalhadores em busca de se alcançar dignidade no exercício do trabalho e equilíbrio de forças nas relações individuais de trabalho.

Com o advento da Lei 13.467, em 13 de julho de 2017, conhecida como Reforma Trabalhista de 2017, as diversas alterações carreadas pela nova norma ao texto legal da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), Decreto-Lei nº 5.452 de 1943, tornaram-se naturalmente objeto de discussões, entre as inovações, destacou-se a possibilidade, pela primeira vez autorizada de forma contundente nesta legislação, de se realizar, sob certos critérios, a arbitragem nas relações individuais de trabalho, conforme previsto na redação do novo art. 507-A da CLT, o que reacendeu a discussão acerca do tema, uma vez que, a partir daquele momento, passou a existir definitivamente uma previsão legal relativamente genérica, e suas consequências se tornariam mais uma forma de modificação na sociedade, o que reforça a relevância de uma correta percepção sobre como essa questão vem se desenvolvendo nesse contexto.

O presente trabalho objetiva elucidar as principais questões acerca da aplicabilidade da arbitragem no direito do individual do trabalho, com ênfase no contrato individual de trabalho, à luz do conteúdo das recentes alterações normativas, definindo a forma como ocorre a referida utilização do instituto, e suas possíveis consequências. Diante da complexidade da temática, não há a intenção, neste trabalho, de abarcar todas as bases e implicações acerca do assunto, nem de exaurir as linhas de argumentação relativas aos diversos posicionamentos existentes, ou tampouco aprofundar-se demasiadamente em algum tópico, procurando realizar uma abordagem de forma concisa ao conteúdo essencial.

O método utilizado foi o hipotético-dedutivo, sendo que a pesquisa se fundamentou em livros, artigos científicos, legislação e jurisprudência.

2. O DIREITO COLETIVO DE TRABALHO E A ARBITRAGEM

O uso da arbitragem no Direito Coletivo do Trabalho encontra amparo na previsão legal, segundo o já citado, art. 114, §1º da Constituição Federal de 1988, que possibilitou o uso do instituto após frustrada a negociação coletiva, não obstante, conforme o § 2º do referido artigo, caso houver a recusa de qualquer uma das partes à negociação coletiva ou à arbitragem, poderão de comum acordo, ajuizar dissídio coletivo, atribuindo a decisão à Justiça do Trabalho.

Nota-se que não há a exclusão prematura do acesso ao poder judiciário como ocorre através de cláusula compromissória de arbitragem, e sim a criação de uma opção às partes envolvidas na negociação coletiva.

No Direito Coletivo do Trabalho cabe, como visto, a arbitragem, desde que escolhido o árbitro no processo negocial coletivo, pelo ajuste entre o sindicato obreiro e o(s) empregador(es) ou o sindicato da respectiva categoria econômica. Embora a compatibilidade seja, aqui, inquestionável (art. 114, § 1º, CF/88), o caminho arbitral não floresceu no Brasil mesmo no período subsequente à Constituição de 1988 (DELGADO, 2019, p. 199).

Destaca-se que a previsão constitucional, favoreceu a formação de um consenso por parte da doutrina, quanto à aplicação da arbitragem no Direito Coletivo do Trabalho, considerando a relação no direito coletivo como consideravelmente diferente das relações individuais de trabalho, uma vez que pontos sensíveis como a hipossuficiência e vulnerabilidade do trabalhador estão minoradas em razão da reunião dos trabalhadores e a representação sindical.

Na esfera trabalhista, o campo de atuação da arbitragem restringe-se aos conflitos coletivos de trabalho, não podendo ser utilizada nos conflitos

individuais laborais, em função da indisponibilidade dos direitos trabalhistas. (SARAIVA; SOUTO, 2018, p. 28).

Seguindo o posicionamento favorável do texto constitucional, posteriormente outras normas de teor trabalhista incluíram a arbitragem como recurso para negociações em conflitos coletivos.

Como exemplo, a Lei 7.783 de 1989, a Lei de Greve, que prevê em seu art. 3º “Frustrada a negociação ou verificada a impossibilidade de recursos via arbitral, é facultada a cessação coletiva do trabalho” (BRASIL, 1989), fato que atribui valor considerável ao instituto arbitral no contexto grevista, visto que na legitimação do movimento grevista, equipara-se a negativa para o procedimento arbitral com o requisito alternativo da negociação coletiva frustrada. Nesse sentido, esclarece o autor Carlos Henrique Bezerra Leite, “isto quer dizer que são válidas tanto as duas proposições “frustrada a negociação” e “verificada a impossibilidade de recurso via arbitral”, isoladamente consideradas, como também ambas consideradas concomitantemente” (LEITE, 2019, p. 1305).

No entanto, ainda que acolhida a possibilidade do uso da arbitragem no âmbito do Direito Coletivo do Trabalho, pela legislação e pela doutrina, essa opção não se apresenta com frequência no meio jurídico trabalhista, uma vez que o próprio uso da arbitragem em geral, ainda não é muito recorrente no país.

3 A ARBITRAGEM NO DIREITO INDIVIDUAL DO TRABALHO

Nesse momento, passa-se a análise do uso da arbitragem nas relações individuais de trabalho, considerando o posicionamento da doutrina, as decisões da jurisprudência e as alterações provocadas pela Lei 13.467 de 2017 que se apresentou como sendo o primeiro dispositivo a autorizar abertamente na CLT a possibilidade do trabalhador em decidir pela arbitragem no âmbito das relações dos contratos individuais de trabalho, em detrimento da via processual judiciária, ao realizar a inclusão do art. 507-A CLT.

3.1 Lei portuária e o Ministério Público como árbitro

A arbitragem, no contexto individual do direito do trabalho, apresenta poucos pontos de apoio na legislação, principalmente no que se refere a sua utilização de modo amplo a fim de abranger vários trabalhadores, entretanto existem no ordenamento jurídico nacional, certas menções ao instituto na seara do direito individual do trabalho, em casos específicos.

Alvo de diversas reformas, a Lei do Trabalho Portuário, vigente como Lei 12.815 de 2013, em relação ao trabalhador avulso portuário, acabou por manter a previsão do uso da arbitragem de ofertas finais, em seu art. 37.

Pelo conteúdo da norma, a instituição da arbitragem nos casos previstos, deverá ser em tese obrigatória, o que é evidentemente um ponto controverso, tendo em vista a própria natureza jurídica contratual do instituto, e questões como a garantia do acesso à justiça, consagradas constitucionalmente. Nesse sentido, argumenta Maurício Godinho Delgado:

No Brasil, contudo, não têm sido comuns exemplos de arbitragem imperativa, por força de lei, uma vez que a convenção de arbitragem tende a ser, naturalmente, uma escolha das partes (art. 301, IX e § 4º, CPC/1973; art. 337, X e § 5º, CPC/2015) (DELGADO, 2019, p. 1738).

Outro dispositivo que merece ser aqui mencionado é o Estatuto do Ministério Público da União, estabelecido pela Lei Complementar 75 de 1993, que atribuiu como competência do Ministério Público do Trabalho, art. 83, XI, “atuar como árbitro, se assim for solicitado pelas partes, nos dissídios de competência da Justiça do Trabalho” (BRASIL, 1993).

Nesse caso, obteve-se como resultado apenas a expressão clara na lei a fim de permitir que fosse possível a referida atuação se solicitado pelas partes, não objetivando, nem mesmo sendo suficiente para determinar o uso da arbitragem nas relações individuais em geral; posteriormente o assunto foi regulamentado pela Resolução nº 44, do Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho (CSMPT) no ano de 1999, conforme se demonstra no trecho da resolução destacado a seguir:

O CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, no exercício de sua competência prevista no art. 98, inciso I, alínea c, da Lei Complementar nº 75/93, e considerando a necessidade de regulamentar a atividade de arbitragem prevista no art. 83, inciso XI, da Lei Complementar nº 75/93, no âmbito do Ministério Público do Trabalho, resolve: Art. 1º As

atividades de arbitragem no âmbito do Ministério Público do Trabalho serão exercidas por Membros do Ministério Público do Trabalho, conforme previsão do art. 83, inciso XI, da Lei Complementar n 75/93, escolhidos pelas partes. Art. 2º Poderão ser objeto de arbitragem os dissídios de competência da Justiça do Trabalho. Art. 3º A arbitragem poderá ser iniciada pela vontade conjunta de todos os conflitantes ou por um deles, mediante a convenção de arbitragem. § 1º Havendo iniciativa conjunta de todos os conflitantes, o pedido de arbitragem será autuado e distribuído ao Membro escolhido que tomará as providências necessárias. § 2º No caso de iniciativa de apenas parte dos envolvidos no conflito, deverá o Membro escolhido dar conhecimento aos conflitantes que ainda não se manifestaram para que informem se aceitam a atuação do Ministério Público do Trabalho e a sua indicação. § 3º Não havendo a aceitação de todos os conflitantes será arquivado o processo de arbitragem. Art. 4º A arbitragem se regerá pelas regras previstas na legislação em vigor (BRASIL, CSMPT, 1999).

Entretanto esse dispositivo também se apresenta como alvo de críticas que questionam até mesmo a constitucionalidade da matéria uma vez que, segundo os críticos existem incompatibilidades com a finalidade constitucional do Ministério Público, uma vez que segundo art. 127 da Constituição Federal de 1988:

O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (BRASIL, 1988).

Desse modo, haveria suposta contradição com a figura imparcial do árbitro, que se aproxima da figura do magistrado em sua atuação, além de outros fatores como a independência funcional do órgão.

Em nosso entendimento, a arbitragem (como também a mediação) não se compatibiliza com a destinação constitucional do Ministério Público. Primeiro porque o instituto não se coaduna com suas finalidades, conforme são definidas no art. 127 da Constituição da República. Segundo, porque o conceito jurídico de arbitragem (e a própria lei que a regulamenta no Brasil) choca-se frontalmente com alguns princípios institucionais do Ministério Público (notadamente a independência funcional) (CASAGRANDE, 2003, p. 15).

Demonstra-se assim, que mesmo nos raros casos de previsão legal, em pontos específicos, o uso da arbitragem no direito individual do trabalho até a Reforma Trabalhista de 2017, não encontrava um forte amparo jurídico para que se manifestasse, sempre encontrando oposição até mesmo mais sólida do que a própria permissão, ou sendo de caráter tão específico que não produz efeitos claros.

4 A INSERÇÃO DO ART. 507-A DA CLT

A inclusão do art. 507-A trouxe a possibilidade clara da atuação arbitral em um nicho que até então vinha sendo protegido e declarado como vinculado diretamente à jurisdição, o que levou evidentemente a tornar-se alvo de discussões na sociedade como também no meio jurídico, incluindo questionamentos sobre a sua constitucionalidade, seus efeitos no contrato individual e ainda sobre os reflexos gerais no Direito do Trabalho.

Faz-se necessária a análise do texto legal para que se compreendam as dimensões do alcance do instituto e como se formaliza a sua adesão. Desse modo apresenta-se o conteúdo do artigo:

Art. 507-A: Nos contratos individuais de trabalho cuja remuneração seja superior a duas vezes o limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social, poderá ser pactuada cláusula compromissória de arbitragem, desde que por iniciativa do empregado ou mediante a sua concordância expressa, nos termos previstos na Lei no 9.307, de 23 de setembro de 1996. (BRASIL, 2017)

Evidencia-se a intenção do legislador em efetivar a inclusão da arbitragem no contexto das relações de trabalho individuais de forma aberta, sem a inserção de impedimentos ou atrelada a uma lista de requisitos, legislando em um ponto que era considerado como omissão normativa, uma vez que não constava autorização ou vedação por parte da CLT, Lei de Arbitragem ou no diploma mais recente entre esses, o Código de Processo Civil de 2015.

Passa-se a uma breve análise da redação do artigo, dividindo e destacando os principais aspectos, a fim de se levar a uma compreensão efetiva sobre o conteúdo que passou então a fazer parte da norma trabalhista.

4.1 Contrato Individual de Trabalho

É no contrato individual de trabalho que prepondera a maior autonomia das partes na relação trabalhista, sendo possível negociar os fatores de composição do contrato, bastando que se observem os limites previstos dentro do conteúdo vedado para deliberação pelo direito do trabalho, visto que a violação resultará em nulidade das cláusulas que não estiverem de acordo com o preceituado pelas normas trabalhistas.

Segundo Carlos Henrique Bezerra Leite conceitua-se “o contrato individual de trabalho como o negócio jurídico regulado pelo direito do trabalho que estabelece um conjunto de direitos e deveres para o empregado e para o empregador” (LEITE, 2020, p. 601).

A definição de contrato individual de trabalho está prevista legalmente no art. 442 da CLT, que dispõe: “Contrato individual de trabalho é o acordo tácito ou expresso, correspondente à relação de emprego”, nitidamente atrelando-se a relação de emprego com o contrato de trabalho, no entanto existem diferenças uma vez que o contrato de trabalho está ligado de fato a uma relação de trabalho.

A fim de se obter uma melhor compreensão acerca do assunto, dentro da análise do artigo 507-A da CLT, é interessante observar que, para se configurar uma relação de emprego é necessário que alguns elementos estejam presentes, sendo a relação de emprego uma das várias formas de relação de trabalho.

Podemos afirmar, portanto, que a relação de trabalho é gênero do qual a relação de emprego é uma espécie. Em outras palavras, toda relação de emprego corresponde a uma relação de trabalho, mas nem toda relação de trabalho corresponde a uma relação de emprego. Quando se fala, portanto, em relação de trabalho, incluem-se a relação de emprego, a relação de trabalho autônomo, eventual, avulso, voluntário, estágio e a relação de trabalho institucional (SARAIVA; SOUTO, 2018, p. 48).

De modo sucinto, na relação de emprego, estão presentes: a subordinação, a onerosidade, a não eventualidade, a pessoalidade e o trabalhador como pessoa física.

A CLT aponta esses elementos em dois preceitos combinados. No caput de seu art. 3º: “Considera-se empregado toda pessoa física que prestar serviço de natureza não eventual a empregador, sob a dependência deste e mediante salário”. Por fim, no caput do art. 2º da mesma Consolidação: “Considera-se empregador a empresa, individual ou coletiva, que, assumindo os riscos da atividade econômica, admite, assalaria e dirige a prestação pessoal de serviços” (DELGADO, 2019, p. 338).

Claramente, essas características implicam em vários outros fatores e devido a sua importância são largamente abordadas pela doutrina, uma vez que determinam a relação de trabalho que, em tese, tipifica o trabalho em seu sentido mais comum, abrangendo grande parte dos trabalhadores formais e gozando da maior proteção normativa, figurando no seio da Consolidação das Leis do Trabalho.

Ainda que com características bem definidas, é recorrente o uso impreciso da expressão “contrato de trabalho” como indicativo de uma relação de emprego.

Existem aspectos relevantes que são pontuados por parte da doutrina em relação ao uso da expressão contrato de trabalho como equivalente a contrato empregatício:

O contrato de trabalho é correspondente, indiferentemente, a uma relação de emprego ou a uma relação de trabalho em sentido lato. A expressão “contrato de trabalho” pode dizer respeito tanto a trabalhadores subordinados não eventuais (empregados) quanto a trabalhadores

autônomos ou a trabalhadores subordinados eventuais. Apesar das vantagens da delimitação da espécie contratual, deve-se reconhecer que a imensa maioria dos textos legais tem preferido utilizar a expressão genérica “contrato de trabalho”, mesmo quando se referem à relação de emprego (MARTINEZ, 2020, p. 269).

Percebe-se que o artigo 507-A acabou por utilizar a expressão “contratos individuais de trabalho”, dessa forma, sem maior detalhamento, o que poderá provocar uma linha de interpretação abrangente, no que se referem às diversas formas de relação de trabalho.

4.2 Remuneração compatível com o previsto na norma.

Como única exigência relativa à qualidade das partes, foi estabelecida que remuneração fosse superior a duas vezes o limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social, valor que conforme definido pelo Ministério da Economia para o ano de 2021 equivale uma remuneração superior à R\$ 12.867,14 (doze mil oitocentos e sessenta e sete reais e quatorze centavos).

De nossa parte, a lei não é adequada, pois fixa a possibilidade de cláusula de arbitragem na contratação do empregado, ou durante a vigência do vínculo de emprego, quando presente o estado de subordinação. Além disso, a remuneração de R\$ 11.062,62 é relativamente baixa para se afastar o trabalhador da Justiça do Trabalho (SCHIAVI, 2017, p. 71).

Aponta-se a definição imprecisa da categoria de trabalhadores tidos como hipersuficientes, inseridos no conteúdo do art. 507-A da CLT, que considerou apenas um valor econômico, sem demonstrar maior cuidado na tutela do trabalhador e não se dedicou a determinar outros fatores, para que se constatasse a real existência de uma situação diferente em relação aos demais trabalhadores, além da previsão da remuneração superior a duas vezes o limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social.

O legislador partiu da premissa de que os empregados que percebem mais que duas vezes o teto da Previdência são hipersuficientes, pois tanto o empregado precisa do emprego como o patrão de seu serviço. Em pesquisa, o Legislativo aponta que apenas 2% dos empregados recebem este ou valor maior que o teto apontado no artigo (CASSAR; BORGES, 2017, p. 64).

A esse respeito, Luciano Martinez destaca que ao tratar sobre a figura do empregado hipersuficiente, estabeleceu-se a exigência de se possuir diploma de curso superior como necessária para a validação do que está negociado e estipulado contratualmente em detrimento do previsto na legislação e esta que não se faz presente como requisito para a possibilidade de se pactuar a cláusula compromissória de arbitragem no contrato individual de trabalho, havendo apenas o requisito relativo ao valor da remuneração recebida pelo trabalhador (2020), conforme § único do art. 444 da CLT, incluído pela Reforma Trabalhista de 2017.

Cumprir destacar que em virtude do caráter protetivo do direito do trabalho, as consequências da produção de uma norma sem a correta adequação aos preceitos trabalhistas podem provocar uma fragilização em todo o sistema, uma vez que traz a possibilidade de acarretar uma relativização de conteúdos tidos como sedimentados, tal qual se percebe claramente nos efeitos da Reforma Trabalhista.

A crítica sobre a ausência de outros critérios para a aplicação da arbitragem no contrato de trabalho, como forma de categorizar uma relação de emprego com trabalhadores em níveis diferentes de recursos e conhecimento em relação aos demais, também é partilhada por Mauricio Godinho Delgado, que aduz:

Observe-se que a Lei da Reforma Trabalhista sequer teve a prudência e o senso de proporcionalidade de estender a arbitragem estritamente para os altos executivos, dotados, pelas empresas empregadoras, de exponenciais poderes de gestão e de enormes salários e vantagens contratuais trabalhistas — combinação de fatores que poderia, em determinada medida, atenuar ou elidir a situação de hipossuficiência e vulnerabilidade que

caracteriza a posição do empregado no interior da relação de emprego. (DELGADO, 2019, p. 1743).

Um dispositivo semelhantemente impreciso foi objeto de veto em 2015, na Lei 13.129, pois foi entendido como inadequado e logo em 2017 houve nova alteração que permitiu a aplicação do instituto da arbitragem nos contratos individuais de trabalho, de uma forma ao que parece ainda imprópria, afastando-se do posicionamento que foi trazido pelas razões do veto, e indicando que provavelmente havia um esforço recorrente em realizar a inserção definitiva da arbitragem no âmbito do direito individual do trabalho.

4.3. Cláusula compromissória de arbitragem.

A respeito do mencionado no artigo sobre a cláusula compromissória de arbitragem, espécie do gênero convenção arbitral, apresenta-se como a escolha pela arbitragem no momento da celebração do contrato de trabalho, anteriormente ao litígio, quando em tese, existe harmonia no interesse das partes. Nesse momento o desequilíbrio de forças entre as partes pode determinar o futuro da relação de trabalho a ser desenvolvida, e com a pactuação da cláusula de arbitragem, determinar também, como se dará a resolução de possíveis conflitos que venham a surgir.

A cláusula compromissória, prevista no art. 4º da Lei n. 9.307/96, é o negócio jurídico por meio do qual as partes se comprometem a submeter à arbitragem futuros litígios que possam surgir relativamente a um contrato. O compromisso arbitral, previsto no art. 9º da Lei n. 9.307/96, é o negócio jurídico de natureza contratual por meio do qual as partes submetem à arbitragem um litígio já existente. (SCHIAVI, 2017, p. 67).

A cláusula compromissória firma o momento de decisão pela arbitragem, devendo acontecer logicamente de acordo com o interesse de ambos os contratantes, prevalecendo a autonomia de vontade das partes.

A grande crítica deste dispositivo está contida na tendência do legislador em mais uma vez afastar o Poder Judiciário dos conflitos trabalhistas, transferindo a responsabilidade estatal às decisões tomadas por juízes leigos (árbitros) que muitas vezes sequer possuem formação técnico-jurídica, haja vista o art. 13 da referida Lei que apenas dispõe que o árbitro deva ser pessoa capaz e de confiança das partes; e ainda, possuem autonomia para realizarem um julgamento de direito ou equidade (art. 2º da Lei 9.307/96) (MIGLIORANZI; HABERMANN, 2017 p. 158).

Indica-se que a cláusula compromissória é o mecanismo responsável por validar a decisão a fim de demover a atuação da Justiça do Trabalho, uma vez que da arbitragem não caberá recurso, tendo a sentença arbitral caráter de coisa julgada material, pondo fim definitivo à demanda, conforme art. 18 da lei 9.307, anteriormente mencionado.

Se não bastasse, mesmo configurada a presença de cláusula compromissória de arbitragem no contrato de trabalho ou em termo aditivo adicionado a esse contrato, tal presença não ostentará o condão de inviabilizar o amplo acesso do trabalhador ao Poder Judiciário. É que tal garantia e princípio constitucionais são expressamente assegurados no art. 52, XXXV, da Constituição da República: "a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito" (DELGADO; DELGADO, 2019, p. 194).

Demonstra-se a crítica contundente por parte da doutrina que entende pela não aceitação da cláusula como previsto no artigo, uma vez que representa a pactuação em afastar o conflito da análise do Poder Judiciário, antes da existência do conflito e com efeitos no decorrer da relação de trabalho, diferente do que ocorre pela via do compromisso arbitral, que é estipulado após a existência do conflito ou inclusive com a possibilidade de ocorrer após o término do contrato de trabalho.

4.4 Iniciativa do empregado ou concordância expressa.

Contém o texto do artigo 507-A a obrigatoriedade da iniciativa por parte do empregado ao estabelecer a cláusula de arbitragem ou apresentando-se a devida manifestação da sua

concordância expressa. E o art. 4º da Lei de Arbitragem traz a normatização sobre a cláusula compromissória de arbitragem, com requisitos específicos para os contratos de adesão.

Na redação do art. 507-A da CLT a utilização da regra imposta no § 2º do art. 4º da Lei 9.307/1996, para os contratos de adesão, desse modo, para que seja válida, a cláusula compromissória deverá partir da iniciativa do empregado ou com manifestação expressa da sua aceitação.

Ora, a liberdade na autonomia da vontade do contratante é o fio condutor de todo o ajuste, inclusive o de arbitragem. Entretanto, essa liberdade é duvidosa na relação de emprego, em face da constante vulnerabilidade do trabalhador, mesmo que este perceba mais que o teto fixado no artigo. Permitir que o empregado que percebe mais que o teto possa ajustar com o empregador a cláusula compromissória, na admissão ou durante o contrato, é fechar os olhos para o medo do desemprego que qualquer trabalhador tem, inclusive os altos empregados, que facilmente se submetem às cláusulas impostas pelo patrão como mero contrato de adesão (CASSAR, BORGES, 2017, p. 63)

Novamente volta-se ao tema da hipossuficiência e vulnerabilidade do trabalhador, avaliando o desequilíbrio de forças no momento da celebração do contrato, aqui se deve considerar que o trabalhador deseja conseguir a contratação, por motivos óbvios em relação ao caráter da atividade do trabalho, e que a sua manifestação de vontade poderá estar diminuída em função de outras prioridades, o que acaba por produzir um conflito de interesses do lado da parte trabalhadora. Diante das necessidades do trabalhador, normalmente forma-se um contrato de adesão, tal como acontece nas relações de consumo, cabendo à parte trabalhadora a mera aceitação às cláusulas estipuladas pelo empregador.

De toda maneira, se manejado o instituto no âmbito do Direito Individual do Trabalho, pode se tornar necessário o exame dos elementos formais do negócio jurídico, especialmente os que se reportam à livre manifestação de vontade (arts. 104 e seguintes, CCB-2002) e, por consequência, aos defeitos do negócio jurídico (arts. 138 e seguintes, além de arts. 166 e seguintes, todos do CCB-2002) (DELGADO; DELGADO, 2019, p. 194).

É evidente que se comprovado que houve coação ou outra forma de vício no consentimento do trabalhador ao decidir pela arbitragem haverá a nulidade da cláusula compromissória, entretanto a própria compreensão da situação fática como irregular, bem como a necessidade de produção de provas e outros procedimentos relativos, retoma o habitual distanciamento da realidade da parte trabalhadora com uma profundidade de conhecimento técnico e jurídico, que não está necessariamente vinculada com o valor da remuneração percebida pelo trabalhador, ao contrário do que do que está previsto no artigo 507-A da CLT.

Nesse sentido, surge a necessidade de se analisar os limites da autonomia da vontade no interior da relação trabalhista, a esse respeito posiciona-se Mauricio Godinho Delgado que:

Exacerbar os poderes do polo empresarial na relação empregatícia, negligenciando o fato decisivo da hipossuficiência e da vulnerabilidade do trabalhador, a par da pletora de princípios constitucionais e legais em direção firmemente humanística e social, é conduta que fere a matriz estrutural da Constituição da República Federativa do Brasil (DELGADO, 2019, p. 1744).

Ressalta-se que faz parte da esfera de proteção do Direito do Trabalho, alinhado com os propósitos constitucionais estabelecidos para a matéria, realizar a tutela dos direitos do trabalhador, inclusive quando a sua manifestação de vontade possa vir a ser minorada frente à realidade da relação de trabalho.

4.5 Vinculação à lei de arbitragem.

Ao final o artigo 507-A tratou de vincular o uso do instituto nos contratos individuais de trabalho com a Lei de Arbitragem, com certa naturalidade, tendo em vista o caráter específico da lei 9.307/1996, no entanto isso também representa a ausência de outras medidas complementares para a aplicação da arbitragem nos contratos individuais de trabalho.

Por certo, a regulamentação prevista na Lei de Arbitragem deve ser suficiente para o uso do instituto em relação ao aspecto procedimental, contudo aponta-se que, ao não dispensar um tratamento especial à aplicação de todo o conteúdo previsto no diploma legal, realizou-se uma aproximação, da relação trabalhista prevista no artigo, com as relações civis diversas que são abrangidas pela norma regulamentadora da arbitragem.

Embora a arbitragem ostente algum sucesso em segmentos jurídicos nos quais prepondere o princípio da autonomia e simetria de poderes e vontades entre as partes contratuais, ela se mostra flagrantemente incompatível com os campos do Direito em que vigoram princípios jurídicos diferentes e/ou, até mesmo, antitéticos àquela diretriz civilista tradicional. Ademais, evidencia-se lancinante diferenciação de poder entre os sujeitos das relações jurídicas centrais desses campos normativos específicos. É o que acontece — conforme exaustivamente exposto — com o Direito do Trabalho e o Direito do Consumidor (DELGADO, 2019, p. 1743).

Desse modo, parece inapropriado permitir que o procedimento arbitral se realize segundo as disposições comuns, sem outras recomendações ou requisitos para a aplicação do conteúdo da Lei de Arbitragem, cabendo destacar que ao elaborar a norma o legislador não tentou em determinar diretrizes, ou nem mesmo menções em relação à abrangência do que fora disposto na lei para aplicação da arbitragem no âmbito do direito individual do trabalho.

5 ENTENDIMENTO DOUTRINÁRIO E JURISPRUDENCIAL

A doutrina do direito do trabalho, ao lidar sistematicamente com a matéria trabalhista, é capaz de produzir os resultados próprios de um exame devidamente organizado e elucidar as questões que são recorrentes ao tema, concentrando-se em avaliar também, os pontos controversos, as situações que apontam para novas discussões, principalmente os assuntos que vem sofrendo modificações no campo social, bem como os seus reflexos jurídicos. Demonstra-se assim, o valor inegável da doutrina, tornando evidente que os doutrinadores abordam com propriedade a temática do uso da arbitragem no âmbito das relações trabalhistas individuais.

5.1 Aspectos relevantes da Doutrina

Um importante aspecto considerado é a questão da disponibilidade dos direitos trabalhistas, uma vez que, conforme a própria Lei de Arbitragem, apenas direitos patrimoniais disponíveis podem ser objeto de arbitragem.

Os direitos trabalhistas previstos em lei são irrenunciáveis e intransacionáveis pela sua característica pública, logo, são direitos INDISPONÍVEIS. Portanto, o valor do salário recebido pelo empregado não altera a natureza jurídica do direito. Entender que os empregados que recebem mais que duas vezes o valor máximo dos benefícios previdenciários podem pactuar cláusula compromissória de arbitragem é desconhecer ou modificar o § 1º do art. 1º da Lei 9.307/1996, que só permite a arbitragem em direitos patrimoniais DISPONÍVEIS (CASSAR, 2017, p. 63).

Para Luciano Martinez, via de regra, não cabe o uso da arbitragem nesse contexto, uma vez que o conteúdo jurídico presente nas relações individuais de emprego constitui-se em um direito mínimo, considerado indisponível, fora do alcance previsto na Lei de Arbitragem, ao que defende:

De qualquer sorte, o laudo arbitral não pode produzir efeitos próprios de coisa julgada nas relações individuais de emprego simplesmente porque tal fórmula de solução de conflitos é inadmissível nesse âmbito, salvo na situação excepcional prevista no art. 507-A da CLT, que será posteriormente analisada. Isso ocorre porque estas relações são caracterizadas pela situação de desigualdade material entre as partes (MARTINEZ, 2020, p. 184).

Aponta-se o entendimento de que, no uso da arbitragem como método de resolução de conflitos, pode-se não se efetivar a devida tutela essencial do direito trabalhista, necessária pelo notório desequilíbrio de forças entre as partes, tal como supostamente ocorre na jurisdição, em seu

sistema técnico e formal, através da figura do juiz que atua como representante estatal na solução do litígio.

Em relação ao mencionado art. 507-A da CLT, Carlos Henrique Bezerra Leite afirma que os direitos dos trabalhadores, constituem-se em direitos indisponíveis, não sendo possível relativizar a questão em função do valor de sua remuneração, considerando o disposto como contrário ao texto da Carta Magna.

Esse dispositivo, a nosso sentir, é manifestamente inconstitucional porque atenta contra os princípios da dignidade da pessoa humana do cidadão trabalhador, do valor social do trabalho (CF, art. 1º, III e IV), da progressividade e da vedação do retrocesso social (CF, art. 7º, caput) e, em especial, o princípio da proibição de distinção entre trabalho manual, técnico e intelectual ou entre os profissionais respectivos (CF, art. 7º, XXXII) (LEITE, 2020, p. 616).

Destaca-se o posicionamento em defesa de uma unidade protetiva do trabalhador, abrangendo a todos, sem admitir que se realize distinção entre os tipos de trabalhadores ou em relação a diferenças salariais, entendendo-se ser inaceitável a discriminação realizada no plano geral ao se lidar com a categoria de modo abstrato e ainda na efetividade da aplicação dos preceitos constitucionais aos casos concretos.

Conforme leciona Mauricio Godinho Delgado, há ainda outro aspecto a ser analisado, acerca da dificuldade em se compatibilizar o disposto na Lei de Arbitragem, no que se refere à autonomia da sentença arbitral conforme art. 18 e o seu caráter definitivo conforme art. 31, com o Princípio da Inafastabilidade da Jurisdição, contido no art. 5º, XXXV, da Constituição Federal ao dispor que “a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito” (BRASIL, 1988), uma vez que à sentença arbitral foi atribuída status de coisa julgada material (2019).

De modo contrário posicionam-se Pamplona Filho e Souza, ao entenderem como viáveis e sob certos aspectos interessantes ao trabalhador, a aplicação da arbitragem no contrato individual de trabalho, defendendo o uso do instituto, conforme previsto na legislação, por pessoas capazes, acerca de direitos patrimoniais e disponíveis, nas relações de emprego individuais e coletivas, uma vez que ainda que o direito seja indisponível, persiste sobre o viés econômico atrelado ao direito, a possibilidade de se transigir em relação a este, como acontece até mesmo no processo judiciário através da conciliação que pode acarretar transação para sua realização (2020).

Deve-se observar que, mesmo para aqueles que considerem como resolvida a questão da indisponibilidade frente ao caráter patrimonial dos direitos, poderá restar, como reflexo da subordinação do trabalhador, a controvérsia sobre uma manifestação de fato legítima ao se escolher pela adesão da cláusula compromissória de arbitragem, uma vez que não foram vencidas as situações de hipossuficiência e vulnerabilidade.

Todavia, conforme argumenta Mauro Schiavi, em determinados casos poderá figurar como parte um trabalhador em situação de menor desequilíbrio econômico, e uma vez findo o contrato tende-se ao fim da subordinação, ao que propõe:

Para algumas espécies de contratos de trabalho ou de emprego em que o trabalhador apresente hipossuficiência mais rarefeita, como os altos empregados, a arbitragem poderá ser utilizada, desde que seja espontânea a adesão do trabalhador, e após cessado o contrato de trabalho (SCHIAVI, 2017, p. 68).

Existem outros aspectos que são abordados pela doutrina trabalhista no que tange a real aplicabilidade da arbitragem no contexto individual do trabalho, como a questão do custo comumente ainda elevado da prática da arbitragem, quando comparado ao valor do socorro estatal via processo, conforme acrescenta Mauro Schiavi, “De outro lado, no Brasil, a via arbitral ainda é um procedimento caro e, praticamente, inacessível ao trabalhador desempregado, que é o litigante mais frequente na Justiça do Trabalho” (SCHIAVI, 2017, p. 71).

Em suma, majoritariamente a doutrina defende que a aplicação da arbitragem nas relações individuais de trabalho encontra seus maiores obstáculos na indisponibilidade dos direitos trabalhistas e na prevalência da situação de hipossuficiência e vulnerabilidade do empregado, o que consequentemente leva a necessidade de proteção do trabalhador, entendimento doutrinário recorrente ao longo do histórico da arbitragem no país e no seu desenvolvimento como método de solução de litígios frente a sua inserção no sistema jurídico nacional. Em relação às alterações a CLT

trazidas pela reforma trabalhista de 2017, prevalece o entendimento que a possibilidade incluída com o art. 507-A constitui-se em exceção à regra, tendo se tornado alvo de críticas pela redação imprecisa do dispositivo, além disso, alguns autores consideram que a arbitragem poderá ser utilizada somente após o término do contrato de trabalho.

5.2 Decisões jurisprudenciais

Há uma quantidade considerável de decisões no poder judiciário acerca da arbitragem, reflexo do fato que o tema vem sendo cada vez mais recorrente nas variadas formas das relações jurídicas, inclusive sobre a sua aplicação no contexto dos contratos individuais de trabalho. Seguindo o entendimento doutrinário, existe relativo consenso sobre impossibilidade da aplicação da arbitragem nos contratos individuais em decisões anteriores a Lei 13.457 de 2017. Pontualmente, algumas decisões autorizam ao seu uso em determinadas situações, com destaque novamente para as consequências das alterações da Reforma Trabalhista.

A posição majoritária das decisões, incluindo o Tribunal Superior do Trabalho, é sobre a inaplicabilidade, esse entendimento estava consolidando-se cada vez mais, entretanto houve o surgimento da possibilidade de um desvio nas condutas decisórias com a inclusão do art. 507-A na CLT em 2017.

Agravo de instrumento. Recurso de revista. Arbitragem. Inaplicabilidade da Lei n. 9.307/96 nos conflitos individuais de trabalho. Embora o art. 31 da Lei n. 9.307/96 disponha que — a sentença arbitral produz, entre as partes e seus sucessores, os mesmos efeitos da sentença proferida pelos órgãos do Poder Judiciário e, sendo condenatória, constitui título executivo —, entendo-a inaplicável ao contrato individual de trabalho. Com efeito, o instituto da arbitragem, em princípio, não se coaduna com as normas imperativas do Direito Individual do Trabalho, pois parte da premissa, quase nunca identificada nas relações laborais, de que empregado e empregador negociam livremente as cláusulas que regem o contrato individual de trabalho. Nesse sentido, a posição de desigualdade (jurídica e econômica) existente entre empregado e empregador no contrato de trabalho dificulta sobremaneira que o princípio da livre manifestação da vontade das partes se faça observado. Como reforço de tese, vale destacar que o art. 114 da Constituição Federal, em seus §§ 1º e 2º, alude à possibilidade da arbitragem na esfera do Direito Coletivo do Trabalho, nada mencionando acerca do Direito Individual do Trabalho. Agravo de instrumento a que se nega provimento. (BRASIL, TST, 2009)

Quanto ao cumprimento dos critérios, ainda que escassos como previsto na redação do art. 507-A da CLT, é importante destacar que pode haver a tentativa de se estabelecer a arbitragem sem o devido cumprimento dos requisitos legais, fato que aponta para os efeitos colaterais da Reforma Trabalhista, cabendo ao poder judiciário realizar a devida tutela do trabalhador, como decidiu o acórdão:

"Reforma Trabalhista". Lei 13.467/2017. Art. 507-A da CLT. Pactuação da arbitragem. Procedimento Arbitral. Sentença arbitral. Não atendimento das exigências legais. Nulidade. O pacto de arbitragem é reservado a trabalhadores que percebam salário superior ao dobro do teto do Regime Geral da Previdência. A validade do procedimento arbitral está sujeita, além da pactuação regular com os requisitos acima, que tal procedimento seja iniciado por iniciativa de tal empregado ou, se a iniciativa for do empregador, com ele o empregado concorde expressamente. Ausentes tais requisitos, inválida a cláusula compromissória para arbitragem, o procedimento arbitral e, por consequência, a sentença arbitral daí decorrente (BRASIL, TRT-2, 2020).

Está presente na jurisprudência o entendimento que o uso da arbitragem previsto no art. 507-A da CLT é aplicável somente no caso específico tratado no artigo, mediante o cumprimento de todos os requisitos legais e que não representa a inserção da arbitragem fora dessa relação de trabalho.

AGRAVO INTERNO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. III. ARBITRAGEM. DISSÍDIO

INDIVIDUAL DO TRABALHO. VALIDADE. 1. É firme a jurisprudência do TST no sentido de que há incompatibilidade na aplicação da arbitragem aos dissídios individuais do trabalho, porquanto os direitos que daí decorrem estão sob o manto do princípio da proteção, notadamente se discute relação jurídica anterior à vigência da Lei nº 13.457/2017, como na hipótese. Precedentes. 2. Ressalte-se que, mesmo à luz do novel art. 507-A da CLT, não se afastou por completo a incompatibilidade da arbitragem nos dissídios individuais, que somente será válida por iniciativa ou com a anuência expressa do empregado, mediante cláusula compromissória, e para os contratos de emprego cuja remuneração supere o dobro do valor máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social. (BRASIL, TST, 2018).

Dessa forma fica claro que existem decisões que atendem os princípios de proteção típicos do direito do trabalho, cumprindo o Poder Judiciário o seu papel na defesa do trabalhador, que deverá estar atento às novas tentativas de relativização dos conceitos já estabelecidos ao longo da evolução do direito trabalhista nacional.

Por outro lado, existem também decisões que acolheram a possibilidade da aplicação da arbitragem aos contratos individuais de trabalho, nesses casos normalmente houve o entendimento que havia uma configuração atípica da relação de trabalho, considerando menor a hipossuficiência do trabalhador e a disponibilidade dos direitos após o término do contrato de trabalho.

RECURSO DE REVISTA - DISSÍDIO INDIVIDUAL - SENTENÇA ARBITRAL - EFEITOS - EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO - ART. 267, VII, DO CPC. I - É certo que o art. 1º da Lei nº 9.307/96 estabelece ser a arbitragem meio adequado para dirimir litígios relativos a direitos patrimoniais disponíveis. Sucede que a irrenunciabilidade dos direitos trabalhistas não é absoluta. Possui relevo no ato da contratação do trabalhador e durante vigência do pacto laboral, momentos em que o empregado ostenta nítida posição de desvantagem, valendo salientar que o são normalmente os direitos relacionados à higiene, segurança e medicina do trabalho, não o sendo, em regra, os demais, por conta da sua expressão meramente patrimonial. Após a extinção do contrato de trabalho, a vulnerabilidade e hipossuficiência justificadora da proteção que a lei em princípio outorga ao trabalhador na vigência do contrato, implica, doravante, a sua disponibilidade, na medida em que a dependência e subordinação que singularizam a relação empregatícia deixam de existir. II - O artigo 114, § 1º, da Constituição não proíbe o Juízo de arbitragem fora do âmbito dos dissídios coletivos. Apenas incentiva a aplicação do instituto nesta modalidade de litígio, o que não significa que sua utilização seja infensa à composição das contendas individuais. III - Para que seja consentida no âmbito das relações trabalhistas, a opção pela via arbitral deve ocorrer em clima de absoluta e ampla liberdade, ou seja, após a extinção do contrato de trabalho e à míngua de vício de consentimento. IV - Caso em que a opção pelo Juízo arbitral ocorreu de forma espontânea e após a dissolução do vínculo, à míngua de vício de consentimento ou irregularidade quanto à observância do rito da Lei nº 9.307/96. Irradiação dos efeitos da sentença arbitral. Extinção do processo sem resolução do mérito (artigo 267, VII, do CPC), em relação aos pleitos contemplados na sentença arbitral (BRASIL, TST, 2009).

Nesse acórdão, o TST posicionou-se a favor da aplicabilidade da arbitragem em relação à omissão da lei 9.307 de 1996, entendendo que a irrenunciabilidade dos direitos trabalhistas é relativa, e que após o término do contrato de trabalho extingue-se a hipossuficiência e vulnerabilidade do trabalhador.

1. Recurso ordinário. Arbitragem de dissídios individuais trabalhistas. Possibilidade. A atual redação dos §§ 1º e 2º do art. 114 da CF com a alteração promovida pela Emenda Constitucional n. 45/2004 prevê expressamente a possibilidade de submissão dos conflitos coletivos entre

sindicatos dos empregadores e de empregados, ou entre sindicatos de empregados e empresas, à arbitragem, nada dispondo acerca dos conflitos individuais. No entanto, o silêncio do legislador leva a crer que é possível submeter os dissídios individuais trabalhistas à arbitragem em relação aos direitos patrimoniais disponíveis. Mesmo porque a mediação que se faz através das Comissões de Conciliação Prévia, muito embora não tenha previsão constitucional, é aceita. Idêntico raciocínio deve ser empregado em relação à arbitragem. Ademais, o escopo da Lei n. 9.307/1996 de pacificação social harmoniza-se à finalidade do Direito do Trabalho. (BRASIL, TRT-2, 2008).

Considerando a legislação vigente na época, essa decisão destacou a aceitação da mediação realizada nas Comissões de Conciliação Prévia, apesar da falta da previsão constitucional, como um critério para a aplicação da arbitragem que também apresentava omissão legislativa em relação aos litígios do direito individual do trabalho.

Dessa forma destaca-se que a inclusão do art. 507-A em 2017, que pode ser considerada recente, naturalmente não apresenta uma vasta jurisprudência acerca da aplicação específica do referido artigo, no entanto, ao que parece, majoritariamente foi preservado o entendimento que vinha se consolidando sobre a inaplicabilidade da arbitragem nos dissídios individuais, existindo exceções embasadas por argumentos próprios de cada corte, que entendem por uma diminuição da hipossuficiência em determinados casos ou consideram válida a arbitragem apenas após o término do contrato de trabalho, além é claro, da possibilidade prevista do estabelecimento de cláusula compromissória que foi incluída pela Reforma Trabalhista de 2017, e até então, conforme ratificado pela jurisprudência, fica adstrita a essa situação específica e as regras previstas.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Evidenciou-se, ao final, que a arbitragem é um instituto distinto, de natureza jurisdicional que se vincula a um caráter contratual inegável, está devidamente amparada na legislação nacional, figura como importante método heterocompositivo para a resolução de conflitos. Seu mérito encontra-se devidamente reconhecido, demonstra-se como um instituto consolidado, previsto em diversas normas, inclusive na Constituição Federal, e bem definido conforme se percebe através da própria Lei de Arbitragem.

Nos termos da lei, afastando-se da jurisdição, as partes, manifestamente pessoas capazes de contratar, estabelecem o árbitro, que atuará com juiz de fato e direito a fim de dirimir um litígio acerca de direitos patrimoniais disponíveis, através de regras que podem ser determinadas pelos próprios envolvidos no conflito produzindo ao final do procedimento, uma sentença arbitral, com efeitos legalmente válidos entre as partes, com valor também de título executivo judicial.

Em se tratando de uma alternativa ao Poder Judiciário, na arbitragem, as partes exercem maior autonomia de vontades, em relação à sua participação no procedimento formal e rigorosamente estabelecido para o processo judicial. Em função disso, apresentam-se concorrentemente, vantagens e desvantagens do uso do instituto, cabendo uma necessária ponderação acerca do assunto, uma vez que, se por um lado, se mostram os benefícios de um procedimento flexível, sigiloso e comumente mais rápido, por outro lado, há um aumento na responsabilidade das partes pelo destino da disputa, não havendo recurso para a decisão de uma sentença arbitral adequada, além dos custos envolvidos que podem ser elevados.

Por esses motivos, a sua aplicação no contexto do Direito Individual do Trabalho, se mostra dificultada, em função das condições próprias desse ramo jurídico, que atende a critérios específicos da seara trabalhista, na observância do devido cuidado com o trabalhador, em múltiplas formas de proteção de seus direitos.

Os princípios do Direito do Trabalho apontam para certa incompatibilidade com o uso amplo da arbitragem nas relações individuais de trabalho, considerando-se a necessidade de se observar a natureza protetiva da matéria trabalhista. De modo semelhante, desponta a inevitável contradição do princípio da indisponibilidade dos direitos trabalhistas com a limitação legal imposta ao uso da arbitragem para direitos patrimoniais disponíveis, o que naturalmente contribui para a dificuldade de se utilizar livremente a arbitragem no Direito Individual do Trabalho.

Outro ponto sensível é a questão patente da relação de hipossuficiência que elucida a vulnerabilidade do trabalhador em relação ao empregador, que comumente resulta na incapacidade

de negociação equilibrada entre as partes, o que resvala no caráter contratual da arbitragem e no dilema do distanciamento da jurisdição no uso do instituto.

Abordou-se no presente trabalho a flexibilização e desregulamentação das normas trabalhistas, que vem ocorrendo na atualidade, indicando o provável caráter da inserção da arbitragem no direito individual do trabalho, como atrelada à Reforma Trabalhista, para a qual se alegou um empoderamento das partes, valorando o que for acordado entre as partes em detrimento do que está previsto na legislação.

Como foi demonstrado, a arbitragem no âmbito do Direito Coletivo do Trabalho, esquia-se de várias dessas complicações, uma vez que na coletividade o trabalhador reúne forças, não havendo a necessidade desse protecionismo, o que justifica a previsão constitucional, além das menções em outras leis que valorizam a arbitragem como um instrumento válido para essas relações, de modo que não encontra objeção relevante na doutrina majoritária ou na jurisprudência.

Não havia, até a inclusão do art. 507-A na CLT pela Reforma Trabalhista de 2017, um posicionamento no ordenamento jurídico que aprovasse categoricamente o uso da arbitragem na relação individual de trabalho, principalmente considerando-se um nível amplo de trabalhadores. Ao analisar a redação do referido artigo, percebe-se que foi realizada sem o devido cuidado que é típico do Direito do Trabalho, em relação à proteção dos trabalhadores, uma vez que se apresenta de forma desimpedida, com poucos critérios, e os requisitos incluídos que não são devidamente adequados.

Esse trabalho destaca os aspectos imprecisos presentes nesse dispositivo, como a utilização da expressão genérica “contratos individuais de trabalho”, onde deveria constar, contrato de emprego, diante da seriedade da alteração que se propunha na norma e o estabelecimento de um valor remuneratório como equivalente a uma situação de menor hipossuficiência e vulnerabilidade, não se utilizando nem mesmo do critério da posse de diploma de nível superior, requisito estabelecido pela própria Reforma Trabalhista para o § único do art. 444 da CLT, o que possivelmente ainda fosse insuficiente para uma diferenciação do trabalhador em uma relação de emprego uma vez que possivelmente o empregador apresentar-se-ia também mais qualificado.

Evidencia-se que a cláusula compromissória de arbitragem, ainda que por iniciativa do empregado ou com sua concordância expressa, sem maiores observações, apenas sujeita aos termos da lei de arbitragem, de caráter civilista que lida com as partes em situação de igualdade, acaba por trazer complicações à parte trabalhadora, uma vez que, estando desejosa de conseguir o contrato de emprego, poderá ser levada a aceitar a arbitragem a fim de se obter o trabalho, ou ainda, não compreender os reais fatores envolvidos na decisão pelo uso da arbitragem, as implicações e os pontos controversos.

Diante da análise dessas informações é possível compreender a postura adotada pela maior parte da doutrina e jurisprudência, ao entender a arbitragem trabalhista como nitidamente aproveitável no Direito Coletivo, como um recurso válido para a resolução dos litígios diante de uma coletividade, ao passo que, no Direito Individual, sobretudo pela necessidade de proteção ao trabalhador, diante de situações fáticas da realidade dos trabalhadores como a vulnerabilidade, a hipossuficiência, a indisponibilidade dos direitos dos trabalhadores, como também o princípio da Inafastabilidade da Jurisdição consagrado constitucionalmente; entendendo-se a possibilidades legais como meras exceções, ainda que exista uma parte minoritária que defenda o uso mais amplo da arbitragem nesse contexto.

Por fim, destaca-se a aplicabilidade da arbitragem no Direito Individual do Trabalho, como se apresenta na realidade fática atual, e que mediante modificações dessa realidade, principalmente se estabelecidas de forma apropriada e efetiva, serão capazes de produzir resultados promissores, incluindo a possibilidade de um uso adequado do instituto nesse âmbito.

REFERÊNCIAS

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil**, de 5 de outubro de 1988. Diário Oficial da União, Poder Legislativo, Brasília, DF, 5 out. 1988.

BRASIL, **Decreto-Lei nº 5.452**, de 1º de maio de 1943. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Lex: coletânea de legislação: edição federal, São Paulo, Diário Oficial da União, 09 ago. 1943.

BRASIL, **Lei Complementar nº 75**, de 20 de maio de 1993. Dispõe sobre a organização, as atribuições e o estatuto do Ministério Público da União. Diário Oficial da União, Poder Legislativo, Brasília, DF, 21 maio 1993.

BRASIL, **Lei nº 12.815**, de 5 de junho de 2013. Dispõe sobre a exploração direta e indireta pela União de portos e instalações portuárias e sobre as atividades desempenhadas pelos operadores portuários [...]. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 5 jun. 2013.

BRASIL, **Lei nº 13.467**, de 13 de julho de 2017. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. Diário Oficial da União, Poder Legislativo, Brasília, DF, 14 set. 2017.

BRASIL, **Lei nº 7.783**, de 28 de junho de 1989. Dispõe sobre o exercício do direito de greve, define as atividades essenciais, regula o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 29 jun. 1989.

BRASIL, **Lei nº 9.307**, de 23 de setembro de 1996. Dispõe sobre a arbitragem. Diário Oficial da União, Poder Legislativo, Brasília, DF, 24 set. 1996.

BRASIL, Ministério Público do Trabalho, Conselho Superior, **Resolução nº 44**, de 1999, Dispõe sobre a atividade de arbitragem no âmbito do Ministério Público do Trabalho. Diário da Justiça, Seção I, 11 jun. 1999.

BRASIL, Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região. Recurso Ordinário - RO 1014391220195020057 SP. Relator: Antero Arantes Martins, Data de Julgamento: 14/06/2020, 6ª Turma, Data de Publicação: DEJT 22/07/2020.

BRASIL, Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região. **Recurso Ordinário - RO 417200604802005 SP**. Relator: Marcelo Freire Gonçalves, Data de Julgamento: 13/03/2008, 12ª Turma, Data de Publicação: DEJT 28/03/2008.

BRASIL, Tribunal Superior do Trabalho. **Agravo de Instrumento em Recurso de Revista - AIRR: 28103220125030029**. Relator: Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira, Data de Julgamento: 07/02/2018, 3ª Turma, Data de Publicação: DEJT 09/02/2018.

BRASIL, Tribunal Superior do Trabalho. **Agravo de Instrumento em Recurso de Revista - AIRR: 415/2005-039-02-40.9**. Relator: Horácio Raymundo de Senna Pires, Data de Julgamento: 17/06/2019, 6ª Turma, Data de Publicação: DEJT 26/06/2009.

BRASIL, Tribunal Superior do Trabalho. **Agravo de Instrumento em Recurso de Revista - AIRR: 5049720105020317**. Relator: Ubirajara Carlos Mendes, Data de Julgamento: 21/11/2018, 7ª Turma, Data de Publicação: DEJT 23/11/2018.

BRASIL, Tribunal Superior do Trabalho. **Embargos em Embargos Declaratórios em Recurso de Revista - E-ED-RR: 259006720085030075**. Relator: João Oreste Dalazen, Data de Julgamento: 16/04/2015, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Data de Publicação: DEJT 22/05/2015.

BRASIL, Tribunal Superior do Trabalho. **Recurso de Revista - RR: 1799006620045050024**. Relator: Barros Levenhagen, Data de Julgamento: 03/06/2009, 4ª Turma, Data de Publicação: DEJT 19/06/2009.

CASAGRANDE, Cássio. Arbitragem e Mediação – Incompatibilidade com a destinação institucional do Ministério Público. **B. Cient. ESMPU**, Brasília, a. 2, n. 8, p. 15-25, jul./set. 2003.

CASSAR, Vólia Bonfim; BORGES, Leonardo Dias. **Comentários à reforma trabalhista**. São Paulo: Método, 2017.

DELGADO, Mauricio Godinho. **Curso de direito do trabalho**: obra revista e atualizada conforme a lei da reforma trabalhista e inovações normativas e jurisprudenciais posteriores. 18. ed. São Paulo: LTr, 2019.

DELGADO, Mauricio Godinho; DELGADO, Gabriela Neves. **A reforma trabalhista no Brasil**: com os comentários à Lei n. 13.467/2017. São Paulo: LTr, 2017.

LEITE, Carlos Henrique Bezerra. **Curso de direito do trabalho**. 12. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020.

MARTINEZ, Luciano. **Curso de direito do trabalho**. 11 ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020.

XXII ENCONTRO de PESQUISADORES

INTERDISCIPLINARIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

MIGLIORANZI, Juliana Migot; HABERMANN, Raíra Tuckmantel. Comentários à reforma trabalhista. Leme: Habermann Editora, 2017.

PAMPLONA FILHO, Rodolfo; SOUZA, Tercio Roberto Peixoto. **Curso de direito processual do trabalho**. 2. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020.

SARAIVA, Renato; SOUTO, Rafael Tonassi. **Direito do Trabalho**: Concursos Públicos. 20. ed., Salvador: JusPODIVM, 2018.

SCHIAVI, Mauro. **A reforma trabalhista e o processo do trabalho**: aspectos processuais da Lei n. 13.467/17. 1. ed. São Paulo: LTr Editora, 2017.

**ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE E ÁREAS CONSOLIDADAS – PROTEÇÃO,
CONSERVAÇÃO E BIODIVERSIDADE**

*PERMANENT PRESERVATION AREAS AND CONSOLIDATED AREAS – PROTECTION,
CONSERVATION AND BIODIVERSITY*

Área 2: Desenvolvimento Ambiental/Sustentável

SILVA, Carlos Eduardo de Menezes Borges
UNIFRAN Franca
Graduado em Direito
carlosborges@adv.oabsp.org.br

BERTELLI, Márcia Garcia
FACULDADE DE DIREITO DE FRANCA - FDF Franca
Pós-graduada em Direito Processual Civil
marciabertelli@adv.oabsp.org.br

FALEIROS, Tâmer de Oliveira
UNESP Botucatu
Mestre em Zoologia
tamerfaleiros@gmail.com

BARBOSA, Caroline Carvalho
UNIFRAN Franca
Graduanda em Ciências Biológicas
carolcarvalhobarbosa@yahoo.com.br

Resumo

O presente artigo aborda o tema das mudanças após a alteração do Código Florestal (Lei Federal nº. 12.651/2012) no que concerne às Áreas de Preservação Permanentes – APPs – em áreas consolidadas, observando-se a conservação da biodiversidade local. Nesses termos, busca-se apresentar a importância e as dificuldades práticas do instituto, objetivando um alinhamento entre preservação ao meio ambiente e as novas regras do Código Florestal. Assim, foi utilizada bibliografia referenciada e exposição da legislação sobre o tema para demonstrar a situação real das APPs degradadas para fins conservacionistas e qualidade ambiental. Diante disso, pretende-se alertar que o Novo Código Florestal permite a consolidação de intervenções ilícitas para minimizar a recuperação de APPs, havendo, portando, a necessidade de novas medidas pela Gestão Pública Ambiental, aliando-se o planejamento às políticas públicas.

Palavras-chave: Área de Preservação Permanente, Áreas Consolidadas, biodiversidade.

Abstract

This article addresses the issue of changes after the amendment to the Forest Code (Federal Law Nº. 12.651/2012) with regard to Permanent Preservation Areas – APPs – in consolidated areas, observing the conservation of local biodiversity. In these terms, we seek to present the importance and practical difficulties of the institute, aiming at an alignment between environmental preservation and urban planning. Thus, referenced bibliography and exposition of legislation on the subject were used to demonstrate the real situation of degraded APPs for conservation purposes and environmental quality. Therefore, it is intended to alert that the New Forest Code allows the consolidation of illicit interventions to minimize the recovery of APPs, there being, therefore, the need for new measures by Public Environmental Management, combining planning with public policies.

Keywords: Permanent Preservation Area, Consolidated Areas, biodiversity.

1. INTRODUÇÃO

As mudanças no Código Florestal, a partir da aprovação da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012 levantaram a discussão sobre as bases científicas de seus dispositivos, principalmente em relação à extensão das áreas permanentes em áreas consolidadas, a serem mantidas ou recuperadas com cobertura vegetal natural. Ou seja, as faixas de ripárias (matas ciliares), protegidas como áreas de preservação permanentes (APP), devem ser mais largas do que a legislação atual prevê; e as reservas legais são muito importantes como parte de uma estratégia mais ampla de conservação da biodiversidade e de restauração florestal em paisagens fragmentadas, críticas ou prioritárias?

A promulgação do mais recente Código Florestal brasileiro (Lei nº 12.651, art. 3º, IV) inaugurou no ordenamento jurídico o conceito de área rural consolidada, caracterizada como sendo a “área de imóvel rural com ocupação antrópica preexistente a 22 de julho de 2008, com edificações, benfeitorias ou atividades agrossilvipastoris, admitida, neste último caso, a adoção do regime de pousio (*Pousio* é a prática de interrupção temporária, limitada a cinco anos, de atividades ou usos agrícolas, pecuários ou silviculturais para possibilitar a recuperação da capacidade de uso ou da estrutura física do solo)” (BRASIL, 2012).

Assim, num contexto de fomentado debate político em torno da aprovação da lei pelo Congresso Nacional, optou o legislador por considerar como consolidadas as áreas do imóvel rural que já haviam sido convertidas, grosso modo, para uso humano da terra na data de 22 de julho de 2008.

É importante notar, porém, que as motivações para as mudanças na lei florestal brasileira não foram embasadas na falta de argumentos técnicos ou científicos para a manutenção dos dispositivos do Código anterior. As razões foram políticas e econômicas e revelam um descaso com a própria ciência feita no Brasil.

O foco deste estudo é analisar o conceito de área rural consolidada, bem como seu marco temporal, sobretudo no que tange a sua constitucionalidade, verificando os posicionamentos doutrinário e jurisprudencial atuais, em contraposição a conservação da biodiversidade, considerada em sua amplitude – como composição, função e estrutura dos diferentes níveis de organização biológica –, da qual dependem os serviços ecossistêmicos, tais como a manutenção da qualidade e da disponibilidade de água e a conservação dos solos, entre outros.

Para a realização deste trabalho, foi realizado um levantamento bibliográfico em diversos portais de artigos e sites legislativos e instituições de pesquisa. O documento resultante, aqui apresentado, não tem a pretensão de ser exaustivo, mas de fornecer um panorama do estado da arte no tema e apontar algumas lacunas relevantes, como contribuição para pensar a pesquisa de uma forma mais integrada e, se possível, mais próxima e acessível à sociedade brasileira.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A pesquisa qualitativa baseou-se em análise por tópicos temáticos, destacando as principais alterações no atual cenário florestal brasileiro após a promulgação da Lei Federal nº. 12.651/2012 em um quadro comparativo com o antigo Código Florestal Lei 4.771/65.

As Áreas de Preservação Permanente - APP, tiveram sua primeira definição no Código Florestal de 1965 (Lei nº. 4.771/65) em seu artigo 1º, § 2º, inciso II, onde diz que “[...] são áreas cobertas ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas” (BRASIL, 1965).

Manteve-se esse conceito no Novo Código Florestal (Lei Federal nº. 12.651/12, art. 3º, inciso II), ou seja, as áreas de preservação permanente continuaram a ser aquelas “[...] protegidas, cobertas ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas” (BRASIL, 2012).

Attanasio (2006) entende por vegetação nativa o conjunto de plantas nativa de certo local que se encontram em qualquer área terrestre, desde que nesta localidade haja condições para o seu

XXII ENCONTRO de PESQUISADORES

INTERDISCIPLINARIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

desenvolvimento. Tais condições são: luz, calor, umidade e solos favoráveis, nos quais é indispensável a água.

Em Quero Bolsa (2018) o termo recursos hídricos é o nome dado ao recurso natural da água. Dentre os recursos naturais disponíveis ao homem, a água é o mais importante, uma vez que é insubstituível à vida na Terra. Por muito tempo acreditou-se que este era um recurso inesgotável, pelo fato de que aproximadamente 75% da superfície terrestre ser água. Entretanto, não era levado em conta que, desse total, a parcela própria para consumo humano é bem menor.

O professor Rodolfo F. Alves Pena (2014), mestre em Geografia pela Universidade Federal do Paraná, define paisagem, como os aspectos perceptíveis do espaço geográfico. Essa determinada área pode ser formada apenas pelos elementos da natureza, aí falamos de uma paisagem natural, mas quando ela apresenta alguma intervenção humana, então falamos de paisagem cultural, também chamada de “paisagem humanizada” ou de “paisagem geográfica” (MUNDO EDUCAÇÃO, 2014).

Marcos Leite (2011), doutor em Geologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, explica que a estabilidade geológica ocorre quando um país ou área de território geográfico está situada distante de zonas de choques entre placas tectônicas. Quando as placas tectônicas se movimentam entram em atrito umas com as outras e isso causa os terremotos e tsunamis e em alguns casos até a erupção de vulcões (BRAINLY, 2011).

Segundo o WWF-Brasil - “World Wildlife Fund” (organização da sociedade civil brasileira - criada em 1996), que atua em todo Brasil e integra a Rede WWF (Fundo Mundial para a Natureza - presente em mais de 100 países), o termo Biodiversidade - ou diversidade biológica - descreve a riqueza e a variedade do mundo natural. As plantas, os animais e os microrganismos que fornecem alimentos, remédios e boa parte da matéria-prima industrial consumida pelo ser humano (WWF BR, 2021).

De acordo com o art. 2º, inciso XIX da Lei 9.985, de 18 de julho de 2000, que definiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC, o Corredor Ecológico é um instrumento de gestão e ordenamento territorial, com o objetivo de garantir a manutenção dos processos ecológicos nas áreas de conexão entre Unidades de Conservação, permitindo a dispersão de espécies, a recolonização de áreas degradadas, o fluxo gênico e a viabilidade de populações que demandam mais do que o território de uma unidade de conservação para sobreviver (BRASIL, 2000).

No artigo elaborado por Rafaela Couto de Rezende (2010) é chamado de fluxo gênico todos aqueles mecanismos que resultam da troca de informações genética ou dos movimentos dos genes entre indivíduos, populações ou espécies. O fluxo gênico está relacionado à mudança evolutiva na frequência dos alelos, a qual é causada pelo movimento de gametas entre populações de uma mesma espécie. Esta troca é mais comum e conhecida entre as populações de uma mesma espécie, no entanto, são conhecidos alguns casos de troca genética interespecífica. Portanto, quando um indivíduo migra de uma população para outra, ele irá carregar os genes que são característicos da sua população original para a população que ele está migrando, e, se esta característica for bem sucedida para esta população e caso ocorra cruzamento, tal característica poderá ser transmitida para a população através dos genes. O fluxo gênico tem como objetivo homogeneizar as populações separadas que compartilharão mais variações, o que irá retardar o processo de diferenciação das populações e criação de novas espécies (INFOESCOLA, 2010).

De acordo com o art. 2º do código da Lei nº. 4.771/65 – anterior Código Florestal, também se consideram áreas de preservação permanente, as florestas e demais formas de vegetação natural que estejam situadas ao longo dos rios ou de qualquer curso d'água desde o seu nível mais alto, em faixa marginal cuja largura mínima que deverá ser: a) de 30 metros para os cursos d'água de menos de dez metros de largura; b) de 50 metros para os cursos d'água que tenham de dez a 50 metros de largura; c) de cem metros para os cursos d'água que tenham de 50 a 200 metros de largura; d) de 200 metros para os cursos d'água que tenham de 200 a 600 metros de largura; e) de 500 metros para os cursos d'água que tenham largura superior a 600 metros. Também eram consideradas de preservação permanente as florestas e demais formas de vegetação natural que estejam situadas: a) ao redor das lagoas, lagos ou reservatórios d'água naturais ou artificiais; b) nas nascentes, ainda que intermitentes, e nos chamados “olhos d'água”, qualquer que seja a sua situação topográfica, num raio mínimo de 50 metros de largura; c) no topo de morros, montes, montanhas e serras; d) nas encostas ou partes destas, com declividade superior a 45°, equivalente a 100% na linha de maior declive; e) nas restingas, como fixadoras de dunas ou estabilizadoras de mangues; f) nas bordas dos tabuleiros ou chapadas, a partir da linha de ruptura do relevo, em faixa nunca inferior a cem metros em

projeções horizontais; g) em altitude superior a 1.800 metros, qualquer que seja a vegetação. (Fonte: Agência Senado, 2021).

A definição de área rural consolidada, pelo Novo Código Florestal (Lei Federal nº. 12.651/12), é “[...] aquela com ocupação anterior a 22 de julho de 2008, com edificações, benfeitorias ou atividades agrossilvipastoris, considerado ainda eventual regime de pousio (*Pousio* é a prática de interrupção temporária, limitada a cinco anos, de atividades ou usos agrícolas, pecuários ou silviculturais para possibilitar a recuperação da capacidade de uso ou da estrutura física do solo)”. (BRASIL, 2012)

O Novo Código Florestal (Lei Federal nº. 12.651/12) em seu artigo 61-A estabelece que:

[...] Nas Áreas de Preservação Permanente, é autorizada, exclusivamente, a continuidade das atividades agrossilvipastoris, de ecoturismo e de turismo rural em áreas rurais consolidadas até 22 de julho de 2008:

§ 1º Para imóveis rurais com área de até 1 (um) módulo fiscal que possuam áreas consolidadas em Áreas de Preservação Permanente ao longo de cursos d’água naturais, será obrigatória a recomposição das respectivas faixas marginais em 5 (cinco) metros, contados da borda da calha do leito regular, independentemente da largura do curso d’água. (Incluído pela Lei nº 12.727, de 2012);

§ 2º Para os imóveis rurais com área superior a 1 (um) módulo fiscal e de até 2 (dois) módulos fiscais que possuam áreas consolidadas em Áreas de Preservação Permanente ao longo de cursos d’água naturais, será obrigatória a recomposição das respectivas faixas marginais em 8 (oito) metros, contados da borda da calha do leito regular, independentemente da largura do curso d’água;

§ 3º Para os imóveis rurais com área superior a 2 (dois) módulos fiscais e de até 4 (quatro) módulos fiscais que possuam áreas consolidadas em Áreas de Preservação Permanente ao longo de cursos d’água naturais, será obrigatória a recomposição das respectivas faixas marginais em 15 (quinze) metros, contados da borda da calha do leito regular, independentemente da largura do curso d’água;

§ 4º Para os imóveis rurais com área superior a 4 (quatro) módulos fiscais que possuam áreas consolidadas em Áreas de Preservação Permanente ao longo de cursos d’água naturais, será obrigatória a recomposição das respectivas faixas marginais: (Incluído pela Lei nº 12.727, de 2012);

[...]

II - Nos demais casos, conforme determinação do PRA, observado o mínimo de 20 (vinte) e o máximo de 100 (cem) metros, contados da borda da calha do leito regular;

§ 5º Nos casos de áreas rurais consolidadas em Áreas de Preservação Permanente no entorno de nascentes e olhos d’água perenes, será admitida a manutenção de atividades agrossilvipastoris, de ecoturismo ou de turismo rural, sendo obrigatória a recomposição do raio mínimo de 15 (quinze) metros. (Incluído pela Lei nº 12.727, de 2012);

§ 6º Para os imóveis rurais que possuam áreas consolidadas em Áreas de Preservação Permanente no entorno de lagos e lagoas naturais, será admitida a manutenção de atividades agrossilvipastoris, de ecoturismo ou de turismo rural, sendo obrigatória a recomposição de faixa marginal com largura mínima de:

I - 5 (cinco) metros, para imóveis rurais com área de até 1 (um) módulo fiscal;

II - 8 (oito) metros, para imóveis rurais com área superior a 1 (um) módulo fiscal e de até 2 (dois) módulos fiscais;

III - 15 (quinze) metros, para imóveis rurais com área superior a 2 (dois) módulos fiscais e de até 4 (quatro) módulos fiscais;

IV - 30 (trinta) metros, para imóveis rurais com área superior a 4 (quatro) módulos fiscais;

§ 7º Nos casos de áreas rurais consolidadas em veredas, será obrigatória a recomposição das faixas marginais, em projeção horizontal, delimitadas a partir do espaço brejoso e encharcado, de largura mínima de:

I - 30 (trinta) metros, para imóveis rurais com área de até 4 (quatro) módulos fiscais; e

II - 50 (cinquenta) metros, para imóveis rurais com área superior a 4 (quatro) módulos fiscais. (Incluído pela Lei nº 12.727, de 2012).

[...]

§ 9º A existência das situações previstas no caput deverá ser informada no CAR para fins de monitoramento, sendo exigida, nesses casos, a adoção de técnicas de conservação do solo e da água que visem à mitigação dos eventuais impactos.

XXII ENCONTRO de PESQUISADORES

INTERDISCIPLINARIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

O artigo 29 da Lei nº 12.651/2012, estabelece a definição do CAR, assim como suas instruções:

Art. 29. É criado o Cadastro Ambiental Rural – CAR, no âmbito do Sistema Nacional de Informação sobre Meio Ambiente – SINIMA, registro público eletrônico de âmbito nacional, obrigatório para todos os imóveis rurais, com a finalidade de integrar as informações ambientais das propriedades e posses rurais, compondo base de dados para controle, monitoramento, planejamento ambiental e econômico e combate ao desmatamento [...].(BRASIL, 2012)

A Cartilha “Código Florestal – Entenda o que está em jogo com a reforma da nossa legislação ambiental”, elaborada pela ONG “SOS Florestas” com apoio da WWF, se refere à questão da definição pelo texto da lei das áreas rurais consolidadas com implicação, de fato, em anistia aos crimes ambientais, ante o fim da obrigação de se recuperar áreas desmatadas ilegalmente até 22/07/2008, no que se incluem topos de morros, margens de rios, restingas, manguezais, nascentes, montanhas e terrenos íngremes. (SOS FLORESTAS, 2011)

Segundo Leonardo Papp (2012), pode-se entender por “ocupação antrópica” a conversão para uso alternativo do solo, ou seja, como o próprio Código conceitua, como “a substituição de vegetação nativa e formações sucessoras para outras coberturas do solo”. Para a caracterização da área rural consolidada, assim, é suficiente a existência efetiva ou potencial de atividades agrossilvipastoris, sendo este o gênero nas quais se enquadram as espécies agricultura, pecuária e silvicultura. Por decorrência lógica, as áreas rurais consolidadas abarcam também as edificações e benfeitorias relacionadas, como estradas internas, galpões, estufas, residências e sistemas de irrigação. (PAPP, 2012).

De acordo com Fleury e Galetti (2006), a redução dos corredores ripários, derivada do novo Código Florestal com o instituto das áreas consolidadas, provoca efeitos de borda mais acentuados, que levam a uma maior taxa de predação de sementes, a um maior recrutamento de espécies ruderais, a um aumento da mortalidade de árvores de grande porte, especialmente importantes na produção de frutos para os mamíferos, aves e peixes, e, conseqüentemente, a menor diversidade de espécies de aves e mamíferos florestais (FLEURY e GALETTI, 2006).

Como explica Paulo Affonso Leme Machado (2010, p. 59): “O direito ao meio ambiente equilibrado, do ponto de vista ecológico, consubstancia-se na conservação das propriedades e das funções naturais desse meio, de forma a permitir a existência, a evolução e o desenvolvimento dos seres vivos”.

O advogado, professor de pós-graduação de direito agrário e ambiental, consultor jurídico e sócio-diretor da P&M Consultoria Jurídica, Pedro Puttini Mendes (2020) falou a respeito de uma recente decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre casos envolvendo danos ambientais e que podem, a partir de agora, trazer insegurança jurídica aos proprietários rurais. O STF, quando questionado sobre a área rural consolidada através de ações diretas de inconstitucionalidade – já definiu que esta questão é constitucional. O ministro relator, Luiz Fux, na época, disse que “a ideia da área rural consolidada tão somente estabelece critérios para uma transição razoável de regimes de legislação e que não cabe ao judiciário ficar discutindo quais eram as escolhas do legislador na época que fez o Código Florestal” (CANAL RURAL, 2020).

Segundo Revista do Ministério Público do Estado de Minas Gerais (Jurídico MPMG, 2013, p. 7/9) – as principais alterações trazidas pela Lei nº 12.651/2012 em relação às áreas de preservação permanente são: As áreas de preservação permanente às margens dos cursos d’água passaram a ser medidas a partir da borda da calha do leito regular e não do seu nível mais alto; APP no entorno dos reservatórios d’água artificiais será definida na licença ambiental e será dispensada se o reservatório, natural ou artificial, tiver menos de 1 (um) hectare; A proteção dos topos de morro e montes só existirá se tiver altura mínima de 100 (cem) metros e inclinação média maior que vinte e cinco graus; Retira a proteção de olhos d’água intermitentes; Permite depósitos de resíduos (aterros, depósitos de lixo, centrais de tratamento e reciclagem) e áreas para atividades esportivas (estádios de futebol, pistas de motocross, etc) em Áreas de Preservação; Permite a consolidação de intervenções ilícitas em APPs, com redução substancial das áreas a serem recuperadas.

3. METODOLOGIA

A metodologia aplicada se orienta na construção de uma pesquisa qualitativa, por meio de levantamento bibliográfico e análise exploratória de documentos e referências. Segundo Gil (2002) tal opção estimula a abertura de outros projetos que possam incentivar e aprofundar as discussões acerca das áreas de preservação permanente, áreas consolidadas e conservação da biodiversidade. Desse modo, também permite ecoar a experiência exitosa de gestão destas áreas de preservação permanente em áreas consolidadas, aliando planejamento e prática.

4. ANÁLISES E DISCUSSÕES

A Lei n. 12.651/2002, que traz o Código Florestal brasileiro, aprovada pelo Congresso Nacional em 25 de maio de 2012, é, desde seu projeto, uma celeuma jurídica quanto à interpretação e aplicabilidade, mas, mais ainda, quanto a sua constitucionalidade. A revogação a todo custo do Código Florestal de 1965 (Lei n. 4.771/65) é de tamanha inconstância legislativa que já nasceu modificado pela Lei n. 12.727/2012, em um curto tempo de seis meses, ensejando, ainda, a regulamentação pelo Decreto n. 7.830/12 que trata do Cadastro Ambiental Rural (CAR) e dos Programas de Regularização Ambiental (PRA). Não obstante, o Texto Legal comentado é ruim como técnica jurídica, inseguro e falho em seus conceitos, excessivamente abrangente e, portanto, contraditório. Produzido para ser uma lei geral, é lei detalhista, minuciosa, excessiva, pecando *ab initio*, por ultrapassar a competência federal estabelecida pelo artigo 24 de nossa Constituição, que é a de produzir leis gerais. [...] Enfim, a Lei nº 12.651, de 2012, é um anticlímax (ANTUNES, 2014, p. 2). As discussões ao longo do trâmite legislativo da Lei n. 12.651 no Congresso Nacional, que instituiu o Código Florestal atual, despertou forte atuação dos grupos de interesse na reforma da legislação ambiental. Principalmente pelo controverso conceito de área rural consolidada, sendo assim caracterizado pelo texto da lei: “Art. 3º, [...] IV - área rural consolidada: área de imóvel rural com ocupação antrópica preexistente a 22 de julho de 2008, com edificações, benfeitorias ou atividades agrossilvipastoris, admitida, neste último caso, a adoção do regime de pousio” (BRASIL, 2012).

Ou seja, é aquela que, ocupada pelo homem, tenha benfeitorias por ele realizadas, nas quais, mesmo que haja supressão de vegetação, modificação de solo ou quaisquer tipos de impacto ou danos ambientais, todo o prejuízo ambiental ocorrido até a data de 22 de julho de 2008 é considerado pela lei materializado e, por isso mesmo, não será sequer estimado. Exemplos: várzeas ocupadas com arroz, encostas ocupadas com café, uva, aviários, entre outros.

Apenas para acrescentar, a data de 22/07/2008, foi quando surgiu o Decreto nº 6.514/08, que trata das infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, e estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações.

Além da mesma impertinência do marco temporal, o Código Florestal, em seu artigo 7º, estabelece proteção às vegetações situadas em Áreas de Preservação Permanentes (APPs), que são uma “área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas” (BRASIL, 2012). Nesse sentido, é imposta ao proprietário, possuidor ou ocupante a qualquer título a obrigação de manter intacta e protegida referida área (BRASIL, 2012).

Para ser considerado Área de Preservação Permanente consolidada o produtor tem que inscrever-se no Cadastro Ambiental Rural (CAR) e cumprir as obrigações estabelecidas no Programa de Regularização Ambiental (PRA) para recuperação das áreas ocupadas irregularmente

Antes mesmo da inscrição no Cadastro Ambiental Rural (CAR) e da participação no Programa de Regularização Ambiental (PRA) o produtor já deve ir recompondo as Áreas de Preservação Permanentes consolidadas, o que poderá ser feito isolada ou conjuntamente, pelos seguintes métodos: Condução de regeneração natural de espécies nativa; Plantio de espécies nativas; Plantio de espécies nativas conjugadas à regeneração natural de espécies nativas.

No caso de produtores de agricultura familiar, é permitido o plantio intercalado de espécies nativas de ocorrência regional com espécies exóticas lenhosas perenes ou de ciclo longo, em até 50% da área total a ser recomposta.

Os serviços ambientais decorrentes das Áreas de Preservação Permanente são diversos, tais como: a) seu papel de barreira ou filtro, evitando que sedimentos, matéria orgânica, nutrientes dos

solos, fertilizantes e pesticidas utilizados em áreas agrícolas alcancem o meio aquático; b) favorecimento da infiltração da água no solo e a recarga dos aquíferos; c) proteção do solo nas margens dos cursos d'água, evitando erosão e assoreamentos; d) criação de condições para o fluxo gênico de flora e fauna; e) fornecimento de alimentos para manutenção de peixes e demais organismos aquáticos; (f) refúgio de polinizadores e de inimigos naturais de pragas de culturas. Além disso, há um grande número de espécies de mamíferos semiaquáticos que dependem das matas ciliares, além de diversas espécies de aves, anfíbios, répteis, borboletas, mamíferos e peixes ameaçados de extinção, que vivem exclusivamente nessas áreas.

A permissão para novos desmatamentos, sem recuperação prévia daqueles já realizados de maneira irregular, isenta agentes causadores de danos ambientais, elidindo a obrigação de reparação do dano, sem fundamentação juridicamente concebível. Além de vir na contramão do que se espera de uma legislação protetiva, pois, o inciso IV do art. 3º da Lei aqui questionada, permite amplamente concessões de novas autorizações para supressão de vegetação àqueles que procederam *contra legem* até 22 de julho de 2008, mesmo que tenham degradado a vegetação local e desprotegido a APP. Permissividade escancarada mediante a própria interpretação do artigo, que, em seu caput, é expresso ao declarar que “A vegetação situada em Área de Preservação Permanente deverá ser mantida pelo proprietário da área, possuidor ou ocupante a qualquer título, pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado” (BRASIL, 2012).

O interesse dos grandes proprietários de terra sempre pregou pela aplicação de uma orientação liberal na agricultura, ou seja, da ausência ou mínima intervenção estatal no setor e defendia a plena utilização da terra pelo proprietário. A bancada ruralista e a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA podem ser enquadradas nesse grupo. A legislação abarca inclusive as áreas que possam ter sido convertidas para realização futura das atividades agrossilvipastoris, não necessitando, portanto, que já tenham sido efetivadas à data de 22/07/2008.

Por outro lado, existem aqueles que prezam pela proteção da função socioambiental da propriedade rural, assegurando a preservação da vegetação nativa como bem jurídico ambiental. Nesse grupo destaca-se a presença das Organizações Não-Governamentais (ONGs) Ambientalistas, do Ministério Público, o qual tem a função de fazer observar o cumprimento da lei e a defesa dos direitos coletivos difusos; e do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA.

A intenção do legislador em dar tratamento jurídico diferenciado para as áreas rurais em que já havia ocorrido, à data mencionada, conversão das florestas e outras formas de vegetação para uso alternativo do solo considerando-se tais áreas como aquelas as quais o ser humano já tenha ocupado com a finalidade de praticar atividade do meio rural, revela por outro lado, através de dados científicos, que as funções ecológicas, como qualidade da água (recursos hídricos), integridade do solo (paisagem e estabilidade geológica) e os corredores de imigração de fauna (corredor ecológico e fluxo gênico), dependem da preservação das APPs.

Nessa perspectiva, o princípio do desenvolvimento sustentável é o basilar para a proteção ambiental brasileira, matriz de outros princípios nos quais se encontra implicitamente contido, sendo reconhecido pela CRFB/88 mesmo sem menção expressa, no artigo 225, que resume em sua redação o projeto sustentável de uso da natureza.

Um exame do Código Florestal de 1965, por exemplo, mostra um propósito maior de proteger outros elementos que não apenas “as florestas e as demais formas de vegetação”, ou seja, estas eram apenas um meio para atingir outros fins. Já o Código de 2012, apesar de condizer com esse espírito, dá menos importância – ou talvez explicita menos – as conexões entre água, solos, biodiversidade e a conservação e o uso racional das áreas de preservação permanente.

O Código Florestal é uma lei geral aplicável em todos os biomas terrestres brasileiros, mas não dispensa a elaboração de leis específicas por bioma e, principalmente, para regiões críticas em termos de conservação de recursos hídricos, biodiversidade e outros serviços ambientais.

Por fim, as lacunas e limitações científicas identificadas neste levantamento, demonstram que existem fundamentos científicos que justifiquem ampliar, os parâmetros de conservação e recuperação de paisagens, reforçando sobremaneira a responsabilidade dos governos (federal e estaduais) na adoção da transparência e da precaução na regulamentação, implementação e na atualização das normas e padrões ambientais relativos à proteção das áreas de preservação permanente e demais formas de vegetação nativa.

5. CONCLUSÕES

Mediante tais constatações qualitativas, o presente artigo visou, através de bibliografia referenciada, exposição da legislação e decisões jurisprudenciais, verificar a necessidade do Poder Público identificar, através de estudos técnicos, de medidas mais efetivas para a recuperação das Áreas de Preservação Permanentes para que assim desempenhem suas funções ecológicas e possam contribuir no avanço do tema.

Existe, portanto, a necessidade de planejar o uso contínuo das áreas de preservação permanente, levando em consideração o conhecimento acumulado sobre a quantidade de vegetação natural que deve ser mantida numa paisagem, a importância do formato dos fragmentos, a forma como estão dispostos na paisagem e em que tipo de matriz estão inseridos, ou seja, qual é o uso humano da paisagem alterada, aquela não coberta pela vegetação natural (zonas urbanas, agricultura, pecuária etc.). A legislação que temos hoje, o novo Código Florestal, por si só não desempenha esse papel, embora sinalize para instrumentos que infelizmente não vêm sendo utilizados de forma séria e responsável, como o zoneamento ecológico-econômico e os planos de bacia hidrográfica. Seria, pois, necessária uma reflexão sobre os instrumentos existentes e as alterações necessárias que possibilitem esse manejo da paisagem nas diferentes escalas.

Outro ponto de destaque da Lei 12.651/2012, é a previsão da instituição do "Programa de apoio e incentivo à preservação e recuperação do meio ambiente", incluindo o incentivo para a adoção de tecnologias e boas práticas que conciliem a produtividade agropecuária e florestal, com redução dos impactos ambientais, como forma de promoção do desenvolvimento ecologicamente sustentável. Entre os incentivos destaca-se a Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais (PNPSA) previsto na Lei Nº 14119 de 13 de janeiro de 2021, que institui o pagamento ou incentivo a serviços ambientais como retribuição, monetária ou não, às atividades de conservação e melhoria dos ecossistemas e que gerem serviços ambientais, e compensação pelas medidas de conservação ambiental necessárias, incluindo benefícios creditícios, fiscais e comerciais.

Do ponto de vista estritamente jurídico, com esteio na Constituição de 1988, especialmente pelos princípios ambientais consagrados pelo artigo 225, em específico no parágrafo 1º, incisos I e III e parágrafo 3º - o da restauração dos processos ecológicos essenciais, a proteção dos espaços territoriais especialmente protegidos, o princípio da reparação dos danos ambientais; na exigência de que toda propriedade cumpra sua função social (art. 186); e na teoria da responsabilidade pelo dano ambiental, de fato, a constitucionalidade de diversos dispositivos do Código Florestal mais recente deve ser questionada.

A continuidade de atividades agrossilvipastoris em uma Área de Preservação Permanente, como de uso consolidado, é dependente da adoção de boas práticas de conservação de solo e água, uma vez que além de trazer considerável perda no território e a baixa nas áreas totais, ainda ocasiona diversas fragilidades ambientais, demandando manejos diferenciados aos reservados às áreas produtivas fora das Áreas de Preservação Permanentes (APP).

Para efeito de recomposição de algumas categorias de Áreas de Preservação Permanente em áreas consideradas consolidadas, a Lei 12.651/2012 estabelece regras transitórias, indicando as dimensões mínimas a serem recompostas com vistas a garantir a oferta de serviços ecossistêmicos a elas associados. A aplicação de tais regras leva em consideração o tamanho da propriedade em módulos fiscais e às características associadas às Áreas de Preservação Permanentes (ex: largura do curso d'água; área da superfície do espelho d'água).

Não se pode esquecer que a maioria esmagadora das propriedades rurais se encontraria em desacordo com a legislação ambiental anterior, sendo que a escolha política adotada no Novo Código Florestal de 2012 decidiu por tratar como consolidadas as áreas rurais com intervenção antrópica anterior à 22 de julho de 2008.

Conforme apontado ao longo do trabalho, a justificativa apresentada para a criação do conceito de área rural consolidada, bem como para muitos outros dispositivos da lei que adotaram o marco temporal de 2008 para isentar proprietários de responsabilizações por dano ambiental, seria a de que "áreas que foram ocupadas historicamente", às vezes com "ajuda do governo", ou quando "era permitido", não precisam ser recuperadas, pois significaria perda para a agricultura nacional e injustiça para muitos agricultores". (SOS FLORESTAS, 2011, p. 13).

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA CÂMARA DE NOTÍCIAS. **Proposta aumenta prazos para definição de área rural consolidada.** [s/n], 2021. < <https://www.camara.leg.br/noticias/723273-proposta-aumenta-prazos-para-definicao-de-area-rural-consolidada/>>.

AGÊNCIA SENADO. **O que são as áreas de preservação permanente.** [s.n.], 2009. Fonte: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2009/04/29/o-que-sao-as-areas-de-preservacao-permanente>>. Acesso em: 14 de out. 2021.

ANTUNES, Paulo de Bessa. **Comentários ao novo Código Florestal.** 2. ed. atual. São Paulo: Atlas, 2014.

ATTANASIO, C.M.; RODRIGUES, R.R.; GANDOLFI, S.; NAVE, A.G. Adequação ambiental de propriedades rurais recuperação de áreas degradadas restauração de matas ciliares: apostila de recuperação. Piracicaba: ESALQ, 2006. 65 p

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, de 05 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 14 out. 2021.

BRASIL. **Lei nº 4.771**, de 15 de setembro de 1965. Institui o Novo Código Florestal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4771.htm>. Acesso em: 14 out. 2021.

BRASIL. **Lei nº 12.651**, de 25 de maio de 2012. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nos 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nos 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória no 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm>. Acesso em: 15 out. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 3.179**, de 21 de setembro de 1999. Dispõe sobre a especificação das sanções aplicáveis às condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3179.htm> Acesso em: 15 out. 2021.

BRASIL. **Lei nº 9.895**, de 18 de julho de 2000. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9985.htm>. Acesso em: 14 out. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 6.514**, de 22 de julho de 2008. Dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/d6514.htm>. Acesso em: 15 out. 2021.

BRASIL. **Supremo Tribunal Federal. ADI's 4901, 4902, 4903 e 4937: acompanhamento processual.** 2012c. Disponível em: <<http://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=4355097>>. Acesso em: 16 out. 2021.

BRASIL. **Supremo Tribunal Federal. Notícias STF: Decano do STF profere o último voto em ações que discutem o novo Código Florestal**, de 28 de fev. de 2018. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=370922>>. Acesso em: 16 out. 2021.

BRAINLY. **O que é zona de estabilidade geológica.** [s/n], 2011. <<https://brainly.com.br/tarefa/16625169>>

CANAL RURAL. **STF classifica como imprescritíveis os casos de danos ambientais.** [s/n], 2020. <<https://www.girodobo.com.br/videos/para-que-serve-e-como-definir-area-rural-consolidada-segundo-o-codigo-florestal/>>.

D'AGOSTINO, Rosanne. **STF decide manter anistia a desmatadores concedida pelo Código Florestal.** G1: Política, TV Globo. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/stf-decidemanter-anistia-do-codigo-florestal.ghtml>> . Acesso em: 16 out. 2021.

XXII ENCONTRO de PESQUISADORES

INTERDISCIPLINARIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

- DICIONÁRIO INFORMAL. **Vegetação nativa.** [s.n.], 2014. <<https://www.dicionarioinformal.com.br/vegeta%C3%A7%C3%A3o%20nativa/>>.
- FIORILLO, Celso Antonio Pacheco. Curso de Direito Ambiental Brasileiro. 11ª ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2010.
- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4 ed. – São Paulo: Atlas, 2002.
- LEHFELD, Lucas de Souza. **Código Florestal Comentado e Anotado** (artigo por artigo). Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2013.
- LEUZINGER, Márcia Dieguez; CUREAU, Sandra. **Direito Ambiental.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.
- POLÍZIO JÚNIOR, Vladimir. **Novo Código Florestal – comentado, anotado e comparado.** São Paulo: Rideel, 2012.
- MACHADO, Paulo Affonso Leme. Direito Ambiental Brasileiro. 18ª ed., revista, atualizada e ampliada. São Paulo: Malheiros, 2010.
- METZGER, J.P. **O Código Florestal tem base científica? Natureza & Conservação** 8(1):92-99, 2010.
- MUNDO EDUCAÇÃO. **Conceito de paisagem.** [s/n], 2014. <<https://mundoeducacao.uol.com.br/geografia/conceito-paisagem.htm>>.
- NOBRE, Thiago Lacerda. **Novo Código Florestal comentado.** Curitiba: Juruá, 2014.
- PAPP, Leonardo. **A revisão do Código Florestal brasileiro (Lei Federal nº 12.651/12): reflexões iniciais acerca das APPs nas margens de cursos d'água naturais em áreas rurais consolidadas.** Interesse Público – IP, Belo Horizonte, ano 14, n. 73, p. 121-142, maio/jun. 2012.
- QUERO BOLSAS. **Recursos hídricos.** [s.n.], 2018. <<https://querobolsa.com.br/enem/geografia/recursos-hidricos>>.
- REZENDE, Rafaela Couto de. **Fluxo gênico.** INFOESCOLA. [s/n]. 2010. <<https://www.infoescola.com/biologia/fluxo-genico/>>
- SOS FLORESTAS (ONG). **Código Florestal: Entenda o que está em jogo com a reforma da nossa legislação ambiental.** [s.n.], 2011, 19 pgs. Disponível em: <<https://www.wwf.org.br/?27443/Codigo-Florestal-Entenda-o-que-esta-em-jogo-com-a-reforma-e-nossa-legislacao-ambiental>>. Acesso em: 17 out. 2021.
- WWF BR. **O que é biodiversidade?** [s.n.], 2006. <https://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/questoes_ambientais/biodiversidade/>.

A RELAÇÃO DO MARKETING NA ERA DIGITAL COM BIG DATA

THE RELATIONSHIP OF MARKETING IN THE DIGITAL AGE AND BIG DATA

Área temática: 2.7 Outras áreas temáticas

LUCCAS, Taciana Maria Lemes de
UNESP - Marília

DAMIAN, Ieda Pelógia Martins
UNESP - Marília

Resumo: Introdução: A ascensão do 'Big Data' teve um grande impacto na prática de marketing. O volume e a riqueza de informações advindas do mercado consumidor abriram portas para novas formas de relacionamento, novos formatos e canais de comunicação entre organizações e clientes. Os estudos de marketing estão concatenados com os temas do Big Data, afinal os dados contribuem para percepções comportamentais sobre os consumidores e os profissionais de marketing devem os mesmos para obter vantagem em suas estratégias de posicionamento e comunicação. Considerando essa reflexão, a presente pesquisa teve como **objetivo geral** analisar a influência do Big Data no marketing na era digital. Os **procedimentos metodológicos** foram embasados na pesquisa bibliográfica, de caráter exploratório. Os **resultados** mostram que o Big Data possui muita influência nas estratégias mercadológicas e no entendimento do comportamento do consumidor. Como **considerações finais**, destaca-se a importância de obter conhecimento do Big Data e, então, usufruir de suas vantagens, afinal, por meio da análise dos dados é possível criar oportunidades e proporcionar mais inovação para as organizações, sejam elas pequenas, médias ou grandes, públicas ou privadas. Compreender o comportamento do consumidor é extremamente importante, por isso destaca-se a importância desse estudo sobre a relação entre Big Data e marketing na era digital, de modo que entenda o impacto que o grande volume de dados pode ocasionar nas relações com o público-alvo e as organizações.

Palavras-chave: Marketing, Análise de Dados, Big Data, Marketing Digital.

Abstract: Introduction: The rise of 'Big Data' has had a major impact on marketing practice. The volume and wealth of information coming from the consumer market opened doors to new forms of relationship, new formats and communication channels between organizations and customers. Marketing studies are concatenated with Big Data themes, after all, data contributes to behavioral perceptions about consumers and marketers must do the same to take advantage of their positioning and communication strategies. Considering this reflection, this research aimed to analyze the influence of Big Data on marketing in the digital age. The methodological procedures were based on bibliographical research, of an exploratory nature. The results show that Big Data has a great influence on marketing strategies and understanding of consumer behavior. As final considerations, the importance of gaining knowledge of Big Data and then taking advantage of its advantages is highlighted, after all, through data analysis it is possible to create opportunities and provide more innovation for organizations, whether small, medium or large, public or private. Understanding consumer behavior is extremely important, which is why we highlight the importance of this study on the relationship between Big Data and marketing in the digital age, in order to understand the impact that big data can have on public relations. target and organizations.

Keywords: Data Analysis, Big Data, Digital Marketing.

1 INTRODUÇÃO

A complexidade que envolve a natureza dinâmica da era digital torna preciso o entendimento pelas organizações da melhor forma de atender as necessidades dos clientes em mercado de muitas mudanças. A ascensão do 'Big Data' teve um grande impacto na prática de marketing. O volume e a riqueza de informações advindas do mercado consumidor abriram portas para novas formas de relacionamento, novos formatos e canais de comunicação entre organizações e clientes. Os estudos de marketing estão concatenados com os temas do Big Data, afinal os dados contribuem para percepções comportamentais sobre os consumidores e os profissionais de marketing devem usar os mesmos para obter vantagem em suas estratégias de posicionamento e comunicação.

A evolução e a velocidade que o mundo se torna digital é assustadora. A comunicação e a interação das pessoas por meio de celulares e computadores pessoais tornou-se uma realidade no mundo e que despertou, e ainda desperta, atenção por parte dos profissionais e organizações em busca de inovações e maior compreensão do mercado consumidor onde atuam. Os conceitos de Big Data e marketing na era digital estão presentes nessa busca e, para isso, o presente trabalho foi desenvolvido para analisar a importância do Big Data com o marketing na era digital, de modo que se faça uma relação e possibilite o entendimento da importância para profissionais de marketing que existem muitos desafios a se enfrentar com a abundância de dados gerados pelo mercado consumidor.

Os procedimentos metodológicos utilizados nessa pesquisa foram embasados em uma pesquisa exploratória bibliográfica. Para a realização deste trabalho, a pesquisa foi executada nos Portais de Periódicos da SCIELO, CAPES, SCOPUS com o objetivo de buscar, coletar e selecionar artigos, teses, dissertações, cujas palavras-chave para a busca foram as seguintes: marketing digital, big data e marketing na era digital

Destaca-se a importância de obter conhecimento do Big Data e suas vantagens, afinal o armazenamento de dados permite tomadas de decisão baseadas no que acontece no mercado consumidor, torna-se necessário analisar tais dados, para criar oportunidades e com isso, proporcionar mais inovação para as organizações, sejam elas pequenas, médias ou grandes. Compreender o comportamento do consumidor é extremamente importante e por isso destaca-se a importância de estudos mais aprofundados da relação entre Big Data e marketing na era digital, de modo que entenda o impacto que o grande volume de dados pode ocasionar nas relações com o público-alvo e as organizações.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Big Data

Big Data são conjuntos amplos de dados que necessitam de ferramentas preparadas para lidar com grandes volumes de dados, de forma que possam ser encontrados, analisados e aproveitados em tempo hábil, sendo o principal objetivo deste manter um tratamento constante pelo crescimento e complexidade dos dados. Para Amado *et al.* (2018, p.1)

O Big Data está em toda parte hoje em dia, seja na forma de dados estruturados, como bancos de dados tradicionais de organizações (por exemplo, gerenciamento de relacionamento com o cliente) ou dados não estruturados, impulsionados por novas tecnologias de comunicação e plataformas de edição de usuário (por exemplo, texto, imagens e vídeos) (tradução nossa).

São várias as concepções sobre o conceito Big Data, encontradas em grande dimensão de estudos relacionados ao tema, mas há pouco conhecimento sobre como as organizações constroem recursos para isso, e, é necessário dar ênfase no que o Big Data pode fazer para elevar o

desempenho de uma organização, de forma que possa sobressair-se em ambiente competitivos (GUPTA; GEORGE, 2016).

Barbosa, Falcão e Lopes (2019), em um estudo exploratório sobre o tema Big Data no contexto organizacional, apresentam que o termo Big Data ainda está em construção e que as definições não são consensuais entre autores, pesquisadores e profissionais relacionados ao tema.

Para Taurion (2013), a captação de dados pode ocorrer através de milhões de *web sites*, bilhões de comentários diários nas redes sociais, como também ocorrem por meio de sensores e câmeras espalhados por todos os cantos, monitorando as vias públicas e privadas e, por último e não menos importante, os bilhões de *smartphones* que tornam possível obter dados dos usuários. Para o autor, Big Data não é tecnologia e sim uma mudança de foco e forma de pensar (mentalidade) pelos impactos e transformações que podem provocar nas organizações e seus negócios.

Big Data pode ser definido como o processo de avaliação de conjuntos de dados enormes e substanciais, compostos por muitos tipos diferentes de dados. Este processo é usado para descobrir e analisar padrões ocultos, correlações desconhecidas, preferências do cliente, tendências de mercado e outras informações produtivas. O principal objetivo deste processo é ajudar as empresas a tomarem decisões mais informadas e estratégicas relacionadas com os seus negócios. (KUMAR; SHANKAR, ALJOHANI, 2020, 499 – tradução nossa)

Big Data, de forma isolada, não pode ser considerado fonte de vantagem competitiva, é necessária uma combinação de recursos tangíveis e intangíveis. Os tangíveis envolvem recursos financeiros, tecnológicos e humanos e os intangíveis, a cultura organizacional e o aprendizado organizacional (GUPTA; GEORGE, 2016).

Para Everelles, Fukawa e Swayne (2016), existem três dimensões que ajudam a definir Big Data: volume, velocidade e variedade. Volume é atualmente medido em *petabytes*, *exabytes* ou *zetabytes* e se refere a enorme quantidade de dados que está sendo gerada. Velocidade é a dimensão relacionada ao fluxo de dados que não cessa, uma rapidez imensa na criação de dados. A variedade diz respeito a riqueza atribuída aos dados, sejam eles estruturados ou não.

Dados estruturados (dados de *scanner* ou sensor, registros, arquivos e bancos de dados) foram coletados por profissionais de marketing há algum tempo. Os dados não estruturados incluem dados textuais (por exemplo, de blogs e mensagens de texto) e dados não textuais (por exemplo, de vídeos, imagens e gravações de áudio). Muitos dados não estruturados são capturados por meio da mídia social, onde os indivíduos compartilham informações pessoais e comportamentais com amigos e familiares (EVERELLES; FUKAWA; SWAYNE, 2016, p.898).

Reconhecendo essas dimensões e as formas que os dados são advindos, torna-se necessário destacar as infraestruturas de Tecnologias de Informação (TI), que possibilitam o armazenamento de quantidades de dados cada vez maiores, como também auxiliam nas análises mais aprofundadas destes. Para Amado *et al.* (2018, p.2) “um sistema de Big Data só é eficaz para os negócios quando é configurado para a extração de conhecimento útil para apoiar as decisões de negócios”.

Importante ressaltar que “[...] Big Data só faz sentido se o valor da análise dos dados compensar o custo de sua coleta, armazenamento e processamento” (TAURION, 2013, p.32).

É preciso entender que Big Data é um conjunto de tecnologias, processos e práticas que possibilitam às organizações analisarem dados (do qual, muitas vezes não tinham acesso) e tomarem decisões de forma mais eficaz, além de desenvolverem melhor suas estratégias. Para Amado *et al.* (2018, p.2), “Big Data está em toda parte hoje em dia, seja na forma de dados estruturados (como

banco de dados tradicionais de organizações) [...] ou por dados não estruturados (texto, imagem e vídeos avindos das tecnologias de comunicação)”, os autores contribuem ainda afirmando “que o sistema de Big Data só é eficaz para os negócios quando é configurado para extração de conhecimento útil para apoiar as decisões de negócios” (AMADO et al., 2018, p.2).

Para Chen, Chiang e Storey (2011), Big Data é descrita como uma tecnologia de ponta para lidar com dados e, dessa forma, criar e constatar o valor de negócios através de recursos analíticos e de análise preditiva. A análise preditiva com base em Big Data desenhada especificamente para fins de marketing também é chamada de soluções de análise de marketing, com o objetivo de fornecer conhecimentos e técnicas de marketing de base sólida para que os profissionais de marketing resolvam problemas de marketing do mundo real (CHEN; CHIANG; STOREY, 2011)

Haiji *et al.* (2020) complementam que em ambientes de negócios dinâmicos é necessário que as organizações tenham capacidade de perceber e responder ao mercado com inovações e ações competitivas. Para os autores, a literatura tem proporcionado comprovações de oportunidades na análise de dados como fonte de aquisição de conhecimento sobre as tendências de mercado, proporcionando mais compreensão das relações com clientes e os diversos elementos de marketing.

2.2 Marketing na Era Digital

Com o surgimento das mídias sociais e o aumento significativo da quantidade de dados, torna-se necessário gerenciar e armazenar os mesmos de forma organizada. Dados podem ser classificados e organizados para que possam gerar informação nas organizações sobre seus clientes e comportamentos nas redes sociais. Informação é poder, portanto ter acesso a dados que gerem informações sobre o mercado consumidor é essencial, nesse sentido, a velocidade dos dados gerados pelo Big Data permite que profissionais de marketing possam usar as informações para desenvolver melhores serviços e produtos para seus clientes.

os executivos de marketing com acesso a dados valiosos, perspicazes e atuais são capazes de tomar melhores decisões com base em evidências em um determinado momento, ao invés de intuição ou pesquisa de consumidor baseada em laboratório (EVERELLES; FUKAWA; SWAYNE, 2016, p.898- tradução nossa).

Gabriel e Kiso (2020) corroboram com afirmação acima, destacando que a abundância de dados disponíveis pelo Big Data permite uma automação de processo de informação cada vez mais precisa para um melhor conhecimento do comportamento do consumidor.

Profissionais de marketing atualmente conseguem obter informações de seus clientes, tais como sua localização, o que mais consomem, quais *sites* visitam, quanto tempo ficam nas redes sociais e quais as redes sociais de maior impacto para um segmento específico.

O marketing na era digital está revolucionando o mercado e a forma que se faz negócios e qualquer organização que queira sobreviver, tem que recorrer as ferramentas para facilitar e ter sucesso em suas estratégias mercadológicas (MELENDEZ, 2018). A autora, em seu estudo, apresenta algumas ferramentas mais comuns, tais como: *e-Surveys*, Blogs Corporativos, Marketing Viral, Salas de *e-Press*, Minisites Promocionais, *Podcasting*, E-mail marketing, Publicidade Contextual, Infomediários, Portal de comércio eletrônico, jogos eletrônicos, leilões eletrônicos, cronômetro digital de preços, sites de partes interessadas, redes de contato eletrônico, comunidades virtuais de negócios, gerenciamento de ponto de venda eletrônico, cupons eletrônicos, *Bluecasting*, Avatar Marketing, Marketplace, e-CRM, entre outros (MELENDEZ, 2018).

“Os departamentos de marketing das empresas podem aproveitar os serviços oferecidos pela Web 2.0, utilizando-os como pontos de encontro para diferentes grupos-alvo (alvos) que podem atingir em menos tempo a um custo mínimo” (MORALES; AGUILAR; MARIN, 2016, p. 11)

Salienta-se que é momento para criar maior interatividade entre organizações e público consumidor, proporcionando a estes, mais experiências e, para isso, as organizações precisam de dados mais precisos e ferramentas que permitam interações que resultem em captação e fidelização de consumidores. “As organizações precisam aprender e desenvolver estratégias para atrair clientes em potencial, cultivar relacionamentos e fazer ofertas que o público apreciará e responderá” (GABRIEL; KISO, 2020, p.83).

De acordo com os autores citados, “quase” tudo na *web* é mensurável, para tanto, é necessário localizar os dados certos, filtrando o que realmente é importante, fazer as perguntas certas, transformando dados em *insights*. Para os autores supracitados, “o marketing orientado a dados vem do ajuste fino de dados relevantes e da adoção de pilares para uma abordagem criativa em termos de contato com os clientes” (GABRIEL; KISO, 2020 p. 520).

O marketing na era digital apresenta vantagens, tais como: é mais lucrativo e mais rápido que um canal tradicional, facilita a interação com a audiência, oferece uma experiência personalizada, permite que pequenas organizações possam realizar campanhas como as grandes, pode alcançar mais usuários no mundo e o por fim, pode iniciar com pequenos investimentos (MELENDÉZ, 2018).

Para Dimitriu e Popescu (2020, p.631), “automatizar o marketing é um passo para melhores resultados de negócios” e afirmam que “o marketing digital está ligado às últimas tendências tecnológicas” (DIMITRIU; POPESCU, 2020, P.636). Corroborando com os autores supracitados, King, Kang e Lee (2021, p. 551) afirmam que “o marketing digital oferece novas maneiras de alcançar, informar e engajar clientes e de oferecer e vender produtos e serviços a eles. Ele faz isso com muito sucesso e, portanto, espera-se que o marketing digital permaneça na vanguarda da revolução tecnológica.”

O marketing na era digital já é uma realidade e para tanto deve ser amplamente estudado e acompanhado pelas organizações para que elas tenham maior aproximação com o público-alvo e sucesso com seus produtos e/ou serviços.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este artigo foi desenvolvido utilizando uma pesquisa bibliográfica e exploratória. A pesquisa bibliográfica tem como principal vantagem “[...] permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente” (GIL; 2010, p. 30). O objetivo da metodologia de pesquisa bibliográfica é permitir que o autor se aproxime do tema escolhido, colhendo informações de diversas fontes e criando sua discussão e base teórica a partir delas. O papel do autor é selecionar os artigos que se relacionam com o tema, verificar as informações apresentadas e evidenciar semelhanças e diferenças, construindo material para sua elaboração (PRODANOV; FREITAS, 2013). Deste modo, para a realização deste trabalho, a pesquisa foi executada nos Portais de Periódicos da SCIELO, CAPES, SCOPUS com o objetivo de buscar, coletar e selecionar artigos, cujas palavras-chave para a busca em termos em português, foram as seguintes: marketing digital, big data e marketing na era digital, utilizado os operadores booleanos. O período de busca foi de 2010 a 2020, com filtros: avaliação por pares na área de ciências sociais aplicadas, no total foram encontrados 222 artigos. A seleção dos artigos utilizados baseou-se na análise de seus resumos e palavras-chave, após essa fase, foi possível construir a base teórica e discussão a partir das informações apresentadas pelos autores citados. A pesquisa bibliográfica precisa ser realizada em uma linguagem que permita que o trabalho seja acessível tanto para a comunidade científica quanto para o público (PRODANOV; FREITAS, 2013).

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa bibliográfica realizada permitiu o levantamento teórico nas seções anteriores. Assim, é possível apresentar a análise enfatizando a relação do marketing digital com Big Data.

O estudo Haiji *et al.* (2020) apresenta um estudo que desvende a interconexão do uso eficaz de ferramentas de agregação de dados, a eficácia das ferramentas de análise de dados e a agilidade do cliente. Para os autores a compreensão e sucesso de novos produtos no mercado com análise de Big Data é amplamente reconhecida como algo essencial para enfrentar os desafios associados as turbulências de marketing no mercado de produtos e serviços. Também é possível calcular melhor os retornos e a eficácia de investimentos em marketing. Os autores supracitados afirmam que o Big Data também permite que as empresas identifiquem as necessidades dos clientes até então não reconhecidas. O estudo dos autores supracitados testa empiricamente o papel positivo das fontes de big data no sucesso de novos produtos, explicando como o uso eficaz de agregação de dados e ferramentas de análise de dados estão diretamente ligados ao sucesso não somente de novos produtos, mas também da interação e entendimento nas relações com os clientes.

Kumar, Shankar, Aljohani (2020) apontam uma relação à proposta entre o mix de marketing e utilização de Big Data no sentido de melhorar a precisão das previsões de demanda com eficácia publicitária. A proposta envolve a previsão através do big data para otimizar o estoque, melhorar a lucratividade e desenvolver plano de vendas orientados a dados, com base em clientes, a proposta também inclui previsão de demanda para novos produtos e desenvolvimento de planos de marketing mais efetivos.

Para Everelles, Fukawa e Swayne (2016), Big Data é apenas o reconhecimento de que os consumidores agora são geradores de dados comportamentais tradicionais e não estruturados e que aproveitando os dados gerados pelo Big Data, as empresas podem tomar decisões mais eficazes, tornando as estratégias de marketing na era digital mais assertivas.

Para King, Kang e Lee (2021), as tecnologias digitais permitem mais adaptação na comunicação mercadológica. Os processos de marketing digital permitem criar recursos básicos de interatividade com os clientes, concebendo a criação e valor nos produtos e/ou serviços através de novas experiências e interações nos ambientes digitais.

Os argumentos de Morales, Aguilar e Marin (2016) apresentam que a implementação do Big Data e toda análise de dados torna-se uma oportunidade para as organizações e profissionais de marketing, afirmam que a utilização dos dados permite obter informações relevantes sobre o gosto, critérios de compra dos clientes e outras questões importantes para planejar melhor as ações mercadológicas.

Gabriel e Kiso (2020) enfatizam a importância da relação entre Big Data e marketing na era digital, pois ressaltam que todas as táticas de marketing trabalham juntas para criar uma base para o negócio e que envolve acima de tudo: atrair clientes em potencial, cultivar relacionamentos e praticar ofertas que o público-alvo irá admirar e responderá de forma positiva.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou realizar uma análise da relação entre marketing na era digital e Big Data. Foi possível identificar que essa relação é significativa, pois é através dessa relação que pode ser definido um processo interno visando a exploração dos dados, resultado em informações que auxiliem e facilitem o processamento e compreensão de desejos, necessidades e expectativas do público consumidor.

Existem muitas mudanças no comportamento dos consumidores e, com a tecnologia, são muito maiores suas interações na *web*, vivem em rede, interagindo a todo momento. São muitos compartilhamentos em redes sociais, possibilidades de interação e busca de experiências, o que exige das organizações um foco da melhor maneira de como formular suas estratégias de marketing.

O planejamento estratégico digital proporciona às organizações se aproximar do dinamismo digital que o mundo se encontra. Descobrir o que é necessário e relevante ajuda na identificação das fontes e dos tipos de dados que precisam de análise, por este motivo, a importância de um entendimento mais completo dos clientes e dos ativos de informações advindos do Big Data.

Diante do levantamento bibliográfico, encontra-se evidências que a atividades mercadológicas necessitam de transformação com foco na evolução da tecnologia. É preciso conhecimento do Big Data e suas vantagens, afinal é preciso entendimento e análise advinda do mercado consumidor, de forma que seja possível proporcionar mais inovação para as organizações, sejam elas pequenas, médias ou grandes. As estratégias de marketing precisam da compreensão do comportamento do consumidor e, por isso, destaca-se a importância de estudos mais aprofundados da relação entre Big Data e Marketing na era digital, de modo que entenda o impacto que o grande volume de dados pode ocasionar nas relações com o público-alvo e as organizações.

REFERÊNCIAS

- AMADO, A. *et al.* **A text mining and topic modeling-based literature analysis**, European Research on Management and Business Economics, volume 24, p. 1-7, 2018. Disponível em https://www.researchgate.net/publication/318249231_Research_trends_on_Big_Data_in_Marketing_A_text_mining_and_topic_modeling_based_literature_analysis. Acesso em 10 de setembro de 2021.
- BARBOSA, R.B.; FALCÃO, L.C. DE J.; LOPENS, B. Ensaio exploratório sobre as condicionantes do big data no contexto organizacional. *In*: Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB), 2019, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: ANCIB, 2019. Disponível em: <https://conferencias.ufsc.br/index.php/enancib/2019/paper/view/965>. Acesso em: 12 de agosto de 2021
- CHEN, W.H.; CHANG, A.H. Network agility as a trigger for enhancing firm performance: A case study of a high-tech firm implementing the mixed channel strategy. **Industrial Marketing Management**, v.40, n.4, p.643-651, 2011. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0019850111000022>. Acesso em: 15 de setembro de 2021
- CHEN, H.; CHIANG, R.H.L.; STOREY, V.C. Business intelligence and analytics: from big data to big impact, MIS Quarterly: **Management Information Systems**, vol. 36, no. 4, p. 1165-1188, 2012. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/41703503?seq=1#metadata_info_tab_contents. Acesso em 25 de setembro de 2021
- DIMITRIU, D.; POPESCU, A.M. Artificial Intelligence Solutions for Digital Marketing. **Procedia Manufacturing**, V.46, P.630-636, 2020. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S2351978920309689>. Acesso em: 16 de Agosto de 2021
- EVERELLES, S.; FUKAWA, N.; SWAYNE, L. Big Data consumer analytics the transformation of marketing. **Journal of Business Research**, volume 69, p. 897-904, 2016. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0148296315002842>. Acesso em 19 de agosto de 2021.
- GABRIEL, M.; KISO, R. **Marketing na Era Digital**: conceitos, plataformas e estratégias. São Paulo: Atlas, 2020.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2010.
- GUPTA, M.; GEORGE, J.F. Toward the development of a Big Data analytics capability. **Information & Management**, v.53, n.8, p. 1049-1064, 2016. Disponível em: <https://dl.acm.org/doi/abs/10.1016/j.im.2016.07.004>. Acesso em: 10 de agosto de 2021
- HAJLI, N. *et al.* Understanding market agility for new product success with big data analytics.

Industrial Marketing Management, v.86, p135-143, 2020. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0019850118304735>. Acesso em: 15 de setembro de 2021

KIM, J., KANG, S.; LEE, K.H. Evolution of digital marketing communication: Bibliometric analysis and network visualization from key articles. **Journal of Business Research**, v. 130, p. 552-563, 2021. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0148296319305727> . Acesso em: 20 de setembro de 2021

KUMAR, A.; SHANKAR, R.; ALJOHANI, N.R. A big data driven framework for demand-driven forecasting with effects of marketing-mix variables. **Industrial Marketing Management**, v. 90, p.493-507, 2020. Disponível em: (<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0019850118306606>) . Acesso em: 15 de setembro de 2021

PRODANOV, C.C.; FREITAS, E.C de. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. Novo Hamburgo: Feevale, 2013

MELÉNDEZ, M. P. S. El Marketing digital transforma la gestión de Pymes en Colombia. **Cuadernos Latinoamericanos de Administración**, [S. l.], v. 14, n. 27, 2018. DOI: 10.18270/cuaderlam.v14i27.2652. Disponível em: <https://revistas.unbosque.edu.co/index.php/cuaderlam/article/view/2652>. Acesso em: 20 de setembro de 2021.

MORALES, M. D. O.; AGUILAR, L. J.; MARIN, L. M. G. Os desafios do marketing na era do big data. **E-Ciencias de la Información**, San Pedro de Montes de Oca, v. 6, n. 1, pág. 16-45, junho de 2016. Disponível em http://www.scielo.sa.cr/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1659-41422016000100016&lng=en&nrm=iso Acesso em 11 out. 2021.

TAURION, C. **Big Data**. Rio de Janeiro: Brasport, 2013.

**ARQUITETURA DA INFORMAÇÃO E O SISTEMA DE ROTULAGEM: PROPOSTA DE UM
MODELO DE AVALIAÇÃO PARA WEBSITES DE TURISMO LGBTQ**

**INFORMATION OF ARCHITECTURE IN THE CONTEXT OF THE LABELING SYSTEM: A
PROPOSAL FOR AN EVALUATION MODEL FOR LGBTQ TOURISM WEBSITES**

Área temática: Tecnologia, Sistema e Inovação

BRITO, Jean Fernandes
Universidade Estadual Paulista (UNESP), Marília, São Paulo, Brasil
Doutorando em Ciência da Informação
j.brito@unesp.br

AFONSO, Raffaella Dayane
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
Mestra em Ciência da Informação

MATIAS, Márcio,
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
Doutor em Ciência da Computação
Matias97@gmail.com

Resumo

Essa pesquisa aborda a Arquitetura da Informação com enfoque no sistema de rotulagem, propondo um modelo que avalie os rótulos textuais em websites de turismo LGBTQ. Desse modo o problema da pesquisa concentra-se na seguinte questão de pesquisa: no contexto da Arquitetura da Informação, como avaliar o sistema de rotulagem em websites de turismo LGBTQ? Diante do exposto, o objetivo desse trabalho é propor e apresentar um modelo para a avaliação do sistema de rotulagem em websites de turismo LGBTQ com base nos estudos de Arquitetura da Informação e turismo LGBTQ. Essa pesquisa se justifica pela ausência de estudos que enfoquem especialmente o sistema de rotulagem e, além disso, apresenta visibilidade às pesquisas à luz de gênero e sexualidade no contexto das Tecnologias de Informação e Comunicação na Ciência da Informação. Metodologicamente, a pesquisa se sustenta em um viés aplicado, possuindo uma abordagem qualitativa e exploratória e permite a construção e aplicação do modelo avaliação no âmbito do sistema de rotulagem. Por fim, apresenta um modelo para avaliar o sistema de rotulagem em websites de turismo LGBTQ, considerando aspectos da linguagem e do dialeto Pajubá. Acredita-se que modelo contribuirá para a avaliação do sistema de rotulagem em websites de turismo LGBTQ, pois permite considerar os estudos de Arquitetura da Informação, Sistemas de Rotulagem e Turismo LGBTQ de modo a proporcionar o atendimento às necessidades informacionais dos sujeitos LGBTQ nos referidos websites.

Palavras-chave: Arquitetura da Informação, Sistema de rotulagem, Turismo LGBTQ.

Abstract

This paper addresses the Information Architecture with a focus on the labeling system in order to propose a model that assesses textual labels on LGBTQ tourism websites. Thus, the research problem focuses on the following research question: in the context of Information Architecture, how to evaluate the labeling system on LGBTQ tourism websites? Given the above, the objective of this research is to present a model for evaluating the labeling system on LGBTQ tourism websites based on studies of Information Architecture and LGBTQ tourism. This research is justified by the absence of studies that focus especially on the labeling system and, in addition, it presents research visibility in the light of gender and sexuality in the context of Information and Communication Technologies in

Information Science. Methodologically, the research is based on an applied bias, having a qualitative and exploratory approach and allows the construction and application of the evaluation model within the scope of the labeling system. Finally, it presents a model to assess the labeling system on LGBTQ tourism websites, considering aspects of Pajubá language and dialect. It is believed that the model will contribute to the assessment of the labeling system on LGBTQ tourism websites, as it allows considering the studies of Information Architecture, Labeling Systems and LGBTQ Tourism in order to provide the informational needs of LGBTQ subjects on these websites.

Keywords: Information Architecture, Labeling system, LGBTQ tourism.

1 INTRODUÇÃO

Os websites de turismo brasileiros voltados a comunidades das Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e *Queer* (LGBTQ¹) disponibilizam informações turísticas por meio das regiões, cidades e estados do país. Esses ambientes informacionais digitais apresentam uma Arquitetura da Informação com rótulos e termos específicos da comunidade LGBTQ (BRITO; MATIAS, 2019).

No contexto da Arquitetura da Informação “o rótulo tem como finalidade comunicar um conceito sem ocupar muito espaço na página e sem demandar muito esforço cognitivo do usuário para compreendê-lo” (REIS, 2007, p. 99).

Os rótulos estão estritamente ligados a linguagem e forma de expressar de uma comunidade específica. Martines (2020, p.15) explica que [...] “através da linguagem, o ser humano é capaz de representar o mundo ao seu redor, consequentemente, é capaz de organizar o conhecimento produzido pela humanidade ao longo dos séculos”.

A linguagem constrói o conhecimento, suas relações e subjetividades por parte dos sujeitos que estão inseridos em um determinado contexto. Se apropriando da linguagem no contexto da web, esses relacionamentos se dão por meio dos ambientes informacionais digitais e dispositivos móveis (MARTINES, 2020).

Brito (2019) destaca a importância da linguagem no processo discursivo da comunidade LGBTQ, denominado Pajubá, um dialeto de origem africana que foi ressignificado inicialmente pelas travestis e posteriormente por toda a comunidade LGBTQ. Esse dialeto expressa necessidades informacionais das pessoas LGBTQ.

Nesse sentido, esta pesquisa tem como enfoque o sistema de rotulagem em websites de turismo LGBTQ. Trata-se de uma atualização dos resultados de Brito e Matias (2019); Brito (2019) de modo a destacar, agora sob a ótica do sistema de rotulagem, um modelo para a avaliação da Arquitetura da Informação, em especial o sistema de rotulagem em websites de turismo LGBTQ.

Sendo assim o problema se concentra na seguinte questão de pesquisa: No contexto da Arquitetura da Informação, como avaliar o sistema de rotulagem em websites de turismo LGBTQ?

Diante do exposto, o objetivo da pesquisa é propor e apresentar um modelo que avalie o sistema de rotulagem em websites de turismo LGBTQ, com base nos estudos da Arquitetura da Informação.

Este estudo se justifica pela ausência de um modelo que avalie, especificamente, o sistema de rotulagem em ambientes digitais, especificamente websites de turismo LGBTQ. Além disso, apresenta visibilidade as pesquisas sobre temáticas de gênero e sexualidade no contexto das Tecnologias de Informação e Comunicação e que ainda são incipientes. No âmbito da Ciência da Informação, além das pesquisas² apresentadas anteriormente por esse pesquisador com enfoque na Arquitetura da Informação e LGBTQ, o estudo de Oliveira e Silva (2019) discute essas tecnologias com enfoque à Arquitetura da Informação Pervasiva no contexto do Centro Estadual de Direitos LGBTQ de João Pessoa – PB.

Metodologicamente, a pesquisa se sustenta em um viés aplicado, possuindo uma abordagem qualitativa, permitindo a construção e aplicação de um instrumento de avaliação no âmbito do sistema de rotulagem.

O modelo proposto se constitui em dois quadros que facilitará a avaliação dos websites de turismo LGBTQ e apresenta uma contribuição aplicada para área de Ciência da Informação. Por fim,

¹ Não há um consenso na literatura sobre a utilização do acrônimo. No entanto no contexto dessa pesquisa vamos utilizar “LGBTQ” (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Queer).

² Dado apresentado de acordo com uma pesquisa bibliográfica realizada na BRAPCI no dia 28 de maio com os termos “Arquitetura da Informação”AND LGBTQ / “Arquitetura da Informação”AND LGBT

para melhor entendimento, a pesquisa está estruturada em cinco seções, sendo a primeira a introdução com o problema e o objetivo da pesquisa, a seção 2 o referencial teórico sobre Arquitetura da Informação e o sistema de rotulagem, e o turismo LGBTQ, a seção 3 apresenta os aspectos metodológicos, a seção 4 a proposta do modelo de avaliação para os websites de turismo LGBTQ e por fim na seção 5 as considerações finais do estudo.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 ARQUITETURA DA INFORMAÇÃO E O SISTEMA DE ROTULAGEM

A Arquitetura da Informação em sua perspectiva clássica apresenta cinco elementos em sua estrutura, quais sejam: Organização, Navegação, Rotulagem, Busca e Representação. O sistema de rotulagem, que é o foco principal da pesquisa, pode ser do tipo, rótulos textuais; Rótulos dentro do sistema de navegação ou Termos de indexação que descrevem qualquer tipo de conteúdo como (palavras-chave, tags, taxonomias, vocabulários controlados e tesouros) ou ícones (ícones podem representar o conteúdo de uma informação). Além disso, o sistema de rotulagem pode ser totalmente textual ou imagético ou associado aos rótulos iconográficos e imagéticos (ROSENFELD, MORVILLE, ARANGO, 2015).

Morville e Rosenfeld (2006) e Afonso (2017) explicam que os rótulos textuais são os mais utilizados nos ambientes informacionais digitais pela sua representatividade visual, possibilitando uma abrangência maior nos conteúdos.

Reis (2007, p. 105, grifo nosso) apresenta os rótulos textuais mais utilizados em websites e apresenta a tradução desses rótulos:

Main, Main Page, Home, Home-Page, **Página Inicial**, Search, Find, **Busca**, Buscar, Sitemap, Contents, Table of Contents, Index, **Mapa do Site**, Contact, Contact Us, Contact Webmaster, Feedback, **Contate-nos**, **Fale Conosco**, Entre em contato, Help, FAQ, Frequently Asked Questions, **Ajuda**, Dúvidas, Tire suas Dúvidas, News, What's New, **Notícias**, Últimas **Notícias**, About, About us, About < company name >, Who We Are, Quem Somos, **Sobre** a empresa .

Com base nos estudos de Reis (2007), a página inicial é explicitada na primeira página os dados gerais do website. A Busca é o campo onde o usuário pode recuperar as informações presentes no ambiente. O Mapa do site é o guia para encontrar as informações, o Fale Conosco é o atendimento para que o usuário consiga entrar em contato com os responsáveis pela instituição do website, Notícias são os acontecimentos e fatos importantes para aquele ambiente em si e o sobre, são as informações da empresa presentes no ambiente digital.

Os rótulos textuais contribuem para o entendimento e o processo sistêmico de todo o website. Além disso, podem apresentar variações e aparecer no primeiro nível (página principal) ou no segundo nível (páginas secundárias) de acordo com as especificadas no website. No enfoque dessa pesquisa, a gíria ou dialeto Pajubá, é fundamental para entender as demandas específicas da comunidade LGBTQ, por meio dos conteúdos, seja em rótulos textuais ou imagéticos.

Na figura 1 apresenta-se um exemplo de um website de turismo LGBTQ utilizando o dialeto Pajubá.

A título de exemplo, na página principal do website *friendlytur*, ilustrado na figura 1, apresenta um rótulo específico Pajubá (Viagens para **ursos**) representando aos homens gays que possuem um volume grande de barba. Essa linguagem representada possibilita uma integração social e as demandas informacionais da comunidade LGBTQ, podendo ser individual, coletiva e pluralizada.

Figura 1: Página Principal do website FriendlyTur



Fonte: Disponível em: <http://www.friendlytur.com.br/>

Martines (2020, p. 15, grifo nosso), salienta que a linguagem:

[...] é revolucionária, já que se caracteriza por ser a mola propulsora na construção do conhecimento, seja **individual**, seja **coletivo**. A linguagem permanece em uma sociedade através das marcas da língua, concomitante às marcas da cultura, por conseguinte se estabelece através das marcas sociais. Uma sociedade configura a potencialidade linguística de seus falantes, assim como estes são responsáveis pela revitalização constante dos traços semânticos de uma língua.

Os autores Brito e Matias (2019), Ferreira (2018) e Reis (2007) comentam a potencialidade linguística devido à riqueza da língua caracterizada pelas diferentes interpretações que cada palavra tem e pelas diversas características que podem traduzir o mesmo conceito, sendo um dos maiores desafios de um projeto de Arquitetura de Informação. “Associar rótulos a conceitos é um ato natural dos seres humanos e que nos permitir criar as línguas e nos comunicarmos” (REIS, 2007, p.100).

Sendo assim, a linguagem tem sua representação em diversas abordagens e:

[...] é constituída por signos. Signos substituem coisas, gerando significação para alguém. Signos são ideológicos, portanto, a significação é recheada de pressupostos, implicaturas, acarretamentos, isotópicos, dêixis frames e índices, porque dialoga com outros textos e com outras ideologias (MARTINES, 2020, p.16).

Por essa constituição de signos e os significados a representação da linguagem seja ela textual ou imagética, a sua padronização apresenta algumas dificuldades e na estrutura na apresentação do sistema de rotulagem.

Reis (2007) sintetiza algumas dificuldades no processo de rotulagem, especificamente sobre a ambiguidade e subjetividade de cada rótulo apresentado em um website, principalmente onde os sujeitos apresentam demandas específicas. Diante disso, na próxima seção serão apresentadas as abordagens teóricas e conceituais sobre o turismo e a comunidade LGBTQ.

2.2 TURISMO LGBTQ

Entender o turismo LGBTQ é repensar de uma forma propedêutica as relações entre gênero e sexualidade que são expostas nessas vivências em viagens, lazer e entretenimento, o que fomenta uma rede de sociabilidade LGBTQ.

O Ministério do Turismo lançou em 2016 uma cartilha³ com dicas e informações sobre o turismo e explica como as pessoas LGBTQ devem ocupar de fato esses espaços como forma de resistência. Na cartilha (2016) eles apresentam o que significa cada letra do acrônimo LGBT:

- a) L- Lésbicas: são mulheres que sentem atração afetiva sexual ou não por outras mulheres;
- b) G – Gays: são homens que sentem atração afetivo sexual ou não por homens;

³ Disponível em: <https://central3.to.gov.br/arquivo/321407/>. Acesso em: 18 maio.2020

- c) B - Bissexuais: são pessoas que sentem atração afetivo sexual ou não por homens ou mulheres
- d) T – Transexuais – pessoas que não se identificam com o sexo biológico o que é atribuído ao nascimento, aqui destaca-se a identidade de gênero.

O conceito de Queer integrado ao acrônimo LGBTQ repensa as discussões sobre os pensamentos de Butler (2003) e defende que a “idéia de rótulos deve ser desconstruída e repensada sob os aspectos dos estudos de gênero e sexualidade” (BRITO; MATIAS, 2019, p.7)

Essas discussões acerca de gênero e sexualidade, reflete aspectos sobre o turismo LGBTQ e nos apoiando em autores como Azevedo et al (2012); Trigo (2009); Guerra (2015), representa um papel social e ativista para os turistas e toda a sociedade.

Além disso, o turismo LGBTQ:

[...] trabalha com o segmento em, desde a divulgação e comercialização de produtos, serviços, destinos e atividades específicas até com a implantação, gestão, operação e marketing de novos ou antigos destinos que recebem essa segmentação de maneira exclusiva ou inserida no contexto maior de inclusão social e cidadania (TRIGO, 2009, p.153).

A segmentação do turismo LGBTQ na visão de Azevedo et al (2012) é necessária como forma de entender as relações que são apresentadas nesses espaços, como uma forma de amenizar o preconceito que ainda é expressivo no Brasil.

Guerra (2015) ainda destaca que o turismo LGBTQ não é apenas um processo ligado ao prazer dos turistas, é também mais um espaço de conquistas e ativismo que é socializado nos lugares por onde passam. Afinal, o turismo LGBTQ, envolve pessoas e necessitam de espaços efetivos e que permitem a pluralidade, o respeito e a diversidade sexual.

O turismo LGBTQ é apontado na literatura como uma grande forma de economia e dinheiro por parte dos grandes empresários. Os pesquisadores Guerra (2015); Guerra; Wiesniewski; Brasileiro (2018); Oliveira (2014); Reinaudo e Bacellar (2008) destacam que os turistas LGBTQ consomem e investem todo o seu dinheiro e economia com viagens e hospedagens. Além disso, conforme os autores supracitados, muitos turistas LGBTQ possui alto índice de escolaridades e não possui filhos. Por meio dos serviços oferecidos os empresários investem no chamado *Pink Money*, termo em inglês utilizado para desfrutar das atividades econômicas envoltos a comunidade LGBTQ.

Autores como Guzzo e Kovaleski (2013) e Trevisan (2006) sinalizam que os eventos voltados ao turismo LGBTQ, a título de exemplo a Parada do Orgulho LGBTQ, tem a capacidade de dar voz as pessoas LGBTQ que até então eram vistas apenas como uma aglomeração e ou simples entretenimento. Ainda na visão desses autores esses eventos dentro da ótica do Turismo LGBTQ gera um certo desconhecimento por parte das pessoas, esses espaços contribuem ainda mais na luta contra a LGBTQfobia, ou seja, o ódio contra as pessoas LGBTQ.

“As conquistas do movimento LGBT na primeira década do século XXI tornaram possível uma maior visibilidade social e política dessas pessoas” (GUERRA, 2015, p.40). Dentre os serviços oferecidos, destacamos websites de turismo LGBTQ (BRITO; AFONSO; MATIAS, 2019)

Entretanto, os conteúdos informacionais dispostos nesses ambientes atendem em sua grande maioria aos gays masculinos conforme apontou pesquisas de Brito e Matias (2019) e Magalhães (2018), ou seja, há uma invisibilidade das Lésbicas, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Queer (LGBTQ) na estruturação desses ambientes informacionais.

Os gays sendo tratados como seres humanos biologicamente machos, encontram nesse cenário um espaço de aceitação maior em relação às demais categorias da comunidade LBT, exceto aos gays afeminados, que acabam sofrendo preconceito em relação a outros gays. (BRITO; MATIAS, 2019, p.13)

Nesse sentido, Magalhães (2018) explica que a militância LGBTQ é na grande maioria um espaço formado por gays e para gays, o que pode ser constada e identificada nos websites de turismo LGBTQ.

Os websites de turismo LGBTQ apresentam como missão, informações sobre a comunidade LGBTQ, no entanto atende em sua grande maioria conteúdos informacionais para os gays, o engajamento e a militância devem ser repensados e considerados em todo o contexto LGBTQ.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa se caracteriza como aplicada e descritiva, pois, objetiva apresentar um modelo de avaliação focado no sistema de rotulagem em websites de turismo LGBTQ. Na visão de Vechiato, Oliveira e Vidotti (2016, p.59) a pesquisa científica: se fundamenta no diálogo com os materiais científicos que já foram publicados sobre determinado tema e, por meio da revisão de literatura, pode encontrar questões novas e insolvidas sobre objetos/fenômenos também novos ou já existentes.

Para as abordagens teóricas, bem como a construção do modelo avaliativo, pautaram-se nos estudos da Arquitetura da Informação com enfoque ao sistema de rotulagem, tessituras teóricas da comunidade LGBTQ e o Turismo LGBTQ.

Para a construção da primeira etapa do modelo, foram selecionados os rótulos mais comuns de acordo com a literatura, apresentado por Reis (2007): Página principal, Busca ou Pesquisa, Mapa do Site, Contato, Fale conosco, Ajuda, Notícias e Sobre.

Por se tratar de websites específicos de turismo, foram incorporados rótulos como: o rotulo de Serviços oferecidos e Destinos, representando o entretenimento e viagens LGBTQ.

A segunda etapa do modelo é intitulada “Avaliação dos rótulos textuais” e foram considerados os seguintes aspectos:

- a) Apresentação dos rótulos textuais
- b) Rótulos imagéticos associados
- c) Apresentação do rótulo
- d) Rótulo na representação LGBTQ
- e) Dialeto Pajubá
- f) Conteúdo acessado

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir dos estudos teóricos em Arquitetura da Informação, em especial ao sistema de rotulagem, comunidade e turismo LGBTQ foi elaborado um modelo de avaliação para os websites de turismo LGBTQ.

Na visão de Sayão (2001, p.83) “um modelo serve para muitos propósitos, mas serve fundamentalmente para comunicar alguma coisa sobre o objeto da modelagem de forma a gerar um entendimento mais completo sobre a realidade”. Geralmente no âmbito da Ciência da Informação os modelos são representações gráficas, representada por quadros, tabelas ou *checklists*.

Desse modo, o modelo se divide em dois quadros:

- a) Avaliação dos rótulos textuais mais utilizados;
- b) Avaliação dos rótulos textuais;

O quadro 1, intitulado “Avaliação dos rótulos textuais” contempla as categorias apresentadas por Reis (2007) como os rótulos textuais mais utilizadas e como aparece as variações dos rótulos em primeiro e segundo nível.

Quadro 1: Avaliação dos rótulos textuais mais utilizados

Categorias	Variações encontradas no primeiro e no segundo nível	
	Primeiro Nível	Segundo Nível
Rótulos		
Início ou Página Principal		
Busca ou Pesquisa		
Mapa do site		
Fale Conosco		
Ajuda		

Notícias		
Sobre		
Destinos		
Serviços Oferecidos		

FONTE: Extraído de Brito, 2019

Ao avaliar o sistema de rotulagem, o avaliador deve preencher o quadro e descrever como os rótulos aparecem nas páginas principais e secundárias de acordo com as categorias. No quadro 2 apresenta-se um exemplo do preenchimento:

Quadro 2: Exemplo de avaliação com rótulo notícias

Categorias	Variações encontradas no primeiro e no segundo nível	
<i>Rótulos</i>	<i>Primeiro Nível</i>	<i>Segundo Nível</i>
Início ou Página Principal		
Busca ou Pesquisa		
Mapa do site		
Fale Conosco		
Ajuda		
Notícias	Notícias Brasil	Gerais
Sobre		
Destinos		
Serviços Oferecidos		

FONTE: Elaborado pelos autores.

No quadro 2 tem-se um exemplo na categoria **notícias**, extraído do website ⁴Guia Gay São Paulo, onde no primeiro nível é encontrado como **Notícias** e no segundo nível aparece como **Gerais**. Podem surgir outras variações e devem ser constadas pelo avaliador do website.

No quadro 3, intitulado “Avaliação dos rótulos textuais” foram considerados a seguinte estrutura:

- ✓ **Rótulos textuais:** Inserir o termo (rótulo textual)

⁴ Disponível em: <https://www.guiagaysaopaulo.com.br>

- ✓ **Rótulos imagéticos associados:** Se o rótulo está ligado a recursos imagéticos (S: SIM / N: Não)
- ✓ **Apresentação do rótulo:** Se apresenta no primeiro ou no segundo nível
- ✓ **Rótulo na representação LGBTQ:** Se o rótulo corresponde apenas uma letra do acrônimo LGBTQ
- ✓ **Pajubá:** Se o rótulo é um dialeto LGBTQ (S: SIM / N: Não)
- ✓ **Conteúdo acessado:** Se o conteúdo informacional está de acordo com a representatividade no acrônimo LGBTQ.

Os avaliadores devem considerar todos os rótulos textuais presentes no website e atribuir aspectos que são elencados no quadro 3:

Quadro 3: Avaliação dos rótulos textuais

Rótulos textuais	Rótulos Imagéticos associados? (S/N)	Apresentação do Rótulo	Rótulo na Representação na sigla LGBTQ	Pajubá? (S/N)	Conteúdo acessado Sigla LGBTQ

Fonte: Brito (2019, p.)

No quadro 4 apresenta-se um exemplo de preenchimento utilizando o rótulo “viagens para ursos”

Quadro 4: Exemplo de avaliação com o rótulo “viagens para ursos”

Rótulos textuais	Rótulos Imagéticos associados? (S/N)	Apresentação do Rótulo	Rótulo na Representação na sigla LGBTQ	Pajubá? (S/N)	Conteúdo acessado Sigla LGBTQ
Viagens para ursos	N	Primeiro nível	G	S	G

Fonte: Elaborado pelos autores

No quadro 4 é apresentado um exemplo, o rótulo **Viagens para Ursos**, extraído do website ⁵Friendly Tur que não apresenta o rótulo imagético associado, apresenta-se no primeiro nível, é um rótulo que representa os Gays, é um dialeto Pajubá e o conteúdo também é voltado aos gays.

Acredita-se que estes modelos contribuirão para a avaliação do sistema de rotulagem em websites de turismo LGBTQ, pois permite considerar os estudos de Arquitetura da Informação, Sistemas de Rotulagem e Turismo LGBTQ de modo a proporcionar o atendimento às necessidades informacionais dos sujeitos. Vale destacar que esses modelos são elásticos podendo ser adaptados para outros ambientes LGBTQ.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta de apresentar um modelo avaliativo para a Arquitetura da Informação com enfoque ao sistema de rotulagem em websites de turismo LGBTQ destaca-se primeiramente na ausência de modelo específico para tal na área da Ciência da Informação e a incipiência nos estudos que envolvem a Arquitetura da Informação no contexto dos rótulos. Os websites de turismo LGBTQ demandam uma Arquitetura da Informação com rótulos específicos com termos do dialeto Pajubá, visando a atender as necessidades informacionais da comunidade LGBTQ.

O modelo avaliativo contempla dois quadros de aplicação, sendo o primeiro elencando as categorias dos rótulos textuais e o segundo contemplando apresentação dos rótulos, associações e conteúdos LGBTQ. Além disso, infere-se que o instrumento pode ser adaptado e ser aplicado para

⁵ Disponível em: <http://friendlytur.com.br>

avaliar os rótulos de outros ambientes digitais.

A comunidade LGBTQ precisa estar inserida de forma mais intensa em estudos na área, principalmente no que diz respeito à aplicação das Tecnologias de Informação e Comunicação e no âmbito do turismo.

REFERÊNCIAS

AFONSO, R.D. **Arquitetura da informação e webometria em websites de arquivos nacionais de países da América do Sul e do Norte**. 2017. 272 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

AZEVEDO, M.S et al. Segmentação no setor turístico: o turista LGBT de São Paulo. **Revista de Administração da universidade Federal de Santa Maria**, v. 5, n. 3, p. 493-506, 2012.

BRITO, J. F. **Arquitetura da Informação em websites de turismo LGBTQ**. 2019. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.

BRITO, J.; AFONSO, R.; MATIAS, M. Arquitetura da Informação com enfoque Semiótico No Guia Gay São Paulo. **Brazilian Journal of Information Science: research trends**, v. 13, n. 1, p. 68-76, 29 mar. 2019.

BRITO, J. F.; MATIAS, M. Arquitetura da informação em websites de turismo LGBTQI+: um enfoque no sistema de rotulagem no website viajabi. **Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação**, n. XX ENANCIB, 2019.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. 236p.

FERREIRA, A. M.J.F.C. **As contribuições da Experiência do Usuário para Arquitetura da Informação**. 2018. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista.

GUERRA, Á. R.D.T. **O Turismo LGBT em Brasília: desafios do lazer e da hospitalidade**. Dissertação (Mestrado em Turismo). 2015. 83 f. - Centro de Excelência em Turismo. Universidade de Brasília, Brasília-DF.

GUERRA, Agatha Rita Doroteia Tavares; WIESINIESKI, Livia Cristina Barros; BRASILEIRO, Iara G. Lazer e turismo LGBT em Brasília/DF sob a perspectiva da hospitalidade. **Cenário: Revista Interdisciplinar em Turismo e Território**, v. 6, n. 11, p. 85-91, 2018.

GUZZO, Eduardo Afonso, KOVALESKI, Anais. **Crescimento do Turismo LGBT no Brasil**. In: VII Festival de Turismo das Cataratas, Foz do Iguaçu, **Anais...** 2013.

MAGALHÃES, M.C. **A invisibilidade lésbica em blogs de turismo brasileiros**. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso. UNICEUB: Brasília, 2018. Disponível em: <https://repositorio.uniceub.br/jspui/handle/235/12302>. Acesso em: 08. ago. 2019.

MARTINES, A.R. **Linguística e Semiótica documentária contribuições da teoria da linguagem**. 2020. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista.

MORVILLE, P; ROSENFELD, L. **Information Architecture for the World Wide Web**. Sebastopol, CA: O'Reilly, 2006. 504p.

OLIVEIRA, Maria. A influência dos eventos na taxa de ocupação hoteleira. **Study Case-Montebelo Viseu Hotel & Spa elaborado**, 2014.

XXII ENCONTRO de PESQUISADORES

INTERDISCIPLINARIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

OLIVEIRA, H. P. C.; SILVA, M. B. Arquitetura da informação pervasiva no contexto do centro estadual de referência dos direitos de lgbt. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 20., Florianópolis, 2019. **Anais** [...]. Florianópolis: UFSC, 2019.

REINAUDO, F.; BACELLAR, L. **O mercado gls**: como obter sucesso com o segmento de maior potencial da atualidade. São Paulo: Ideia&Ação, 2008.

REIS, G.A.dos **Centrando a Arquitetura de Informação no usuário**. 2007. 250f. Dissertação (Mestrado em Ciência e Artes) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

ROSENFELD, Louis; MORVILLE, Peter; ARANGO, Jorge. Information architecture: for the web and beyond. Sebastopol: O'Reilly, 2015.

TRIGO, L. G.D. Ascensão do prazer na sociedade atual: turismo GLS. In: NETTO, Alexandre Panosso; ANSARAH, Marília Gomes dos Reis (Org.). **Segmentação do mercado turístico**: estudos, produtos e perspectivas. Barueri: Manole, 2009. p. 141-163.

TREVISAN, João Silvério. Turismo e Orientação Sexual. In: BRASIL, Ministério do Turismo. **Turismo Social**: Uma viagem de inclusão. Rio de Janeiro: IBAM, 2006. P.139-171.

VECHIATO, F.L; OLIVEIRA, H. P. C. de; VIDOTTI, S.A.B.G Arquitetura da informação pervasiva e encontrabilidade da informação: instrumento para a avaliação de ambientes informacionais híbridos. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 17., 2016, Salvador. **Anais** [...]. Salvador: PPGCI, UFBA, 2016. p. 3755-3773.

**ARQUITETURA DA INFORMAÇÃO E USABILIDADE: UM OLHAR PARA OS WEBSITES DE
TURISMO LGBTQ**

INFORMATION ARCHITECTURE AND USABILITY: A LOOK AT LGBTQ TOURISM WEBSITES

Área temática: Tecnologia, Sistemas e Inovação.

BRITO, Jean Fernandes
Universidade Estadual Paulista (UNESP), Marília, São Paulo, Brasil
Doutorando em Ciência da Informação
j.brito@unesp.br

CAMOSSI, Gustavo
Universidade Estadual Paulista (UNESP), Marília, São Paulo, Brasil
Mestrando em Ciência da Informação
gustavo.camossi@unesp.br

Resumo

Arquitetura da Informação e Usabilidade são áreas do conhecimento que contribuem para a estruturação de ambientes informacionais digitais. Nessa pesquisa essas áreas são abordadas em websites de turismo LGBTQ. Assim, o objetivo dessa pesquisa é analisar três websites de turismo LGBTQ brasileiros sob a ótica da Arquitetura da Informação, visando apresentar características que contribuem para a otimização do acesso e usabilidade adequada nesses websites. Por meio de um caminho metodológico, essa pesquisa se sustenta em um viés aplicado considerando os elementos da Arquitetura da Informação e princípios de usabilidade nos websites de turismo LGBTQ escolhidos para análise. Enfim, podemos inferir que os websites apresentam usabilidade adequada para a busca das informações, no entanto, o contato nas mídias sociais, e rótulos específicos poderia ser ampliado, além disso a ausência de acessibilidade faz com que os websites não sejam acessados por pessoas com deficiência

Palavras-chave: Arquitetura da Informação, Usabilidade, Websites de turismo LGBTQ.

Abstract

Information Architecture and Usability are areas of knowledge that contribute to the structuring of digital information environments. In this research these areas are addressed in LGBTQ tourism websites. Thus, the goal of this research is to analyze three Brazilian LGBTQ tourism websites from the perspective of Information Architecture, aiming to present characteristics that contribute to the optimization of access and adequate usability in these websites. Through a methodological approach, this research is based on an applied bias, considering the elements of Information Architecture and usability principles in the LGBTQ tourism websites chosen for analysis. Finally, we can infer that the websites present adequate usability for the search of information, however, the contact in social media, and specific labels could be expanded, besides that the lack of accessibility makes the websites not accessible to people with disabilities.

Keywords: Information Architecture, Usability, LGBTQ tourism websites.

1 INTRODUÇÃO

Com o avanço das Tecnologias de Informação e Comunicação, os ambientes digitais apresentam diversas características, complexidades e são desenvolvidas muitas vezes sem nenhuma usabilidade adequada, fazendo com o que os usuários tenham uma insatisfação ao acessar e recuperar as informações. Nesse sentido os estudos em Arquitetura da Informação e Usabilidade são necessários para otimização desses processos.

O processo de construção de um ambiente informacional digital é antes de tudo um conjunto de escolhas: escolha de tipos de conteúdo e funcionalidades, escolha de diferentes páginas e sua organização, seleção de localizações de elementos de interface, menus, textos, escolha de cores, fontes, entre outros elementos. Todas essas escolhas, tomadas em conjunto, condicionam o resultado do processo de design e, portanto, os sentimentos do usuário que navegará nesses

ambientes informacionais digitais. Essas escolhas, portanto, não devem ser tomadas imprudentemente, nem deixadas ao acaso, ao contrário, antes de tudo estar de acordo e contribuir para a criação de um site em que todos os elementos sejam coerentes (COLLECTIF; SALAÜN; HABERT, 2015).

A Arquitetura da Informação e Usabilidade são áreas do conhecimento que contribuem para o desenvolvimento de ambientes informacionais digitais quanto a sua estruturação, facilidade e uso (FERREIRA, 2018).

Em uma tipologia de ambientes informacionais digitais, os websites de turismo que disponibilizam informações turísticas para a sociedade, apresentamos especificamente os ambientes voltamos a comunidade das Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Queer (LGBTQ), que disponibilizam dados e informações para esse segmento específico (BRITO; MATIAS; BISSET, 2021). O Turismo LGBTQ envolve além dessas necessidades que visam apenas um lucro e mercado, antes de tudo ele é composto por pessoas que vivem a sua realidade, seus medos, seus preconceitos. As tecnologias de informação e comunicação contribuem efetivamente para isso, como uma forma ativista, criando assim redes de sociabilidade (BRITO e MATIAS, 2019).

Essas necessidades informacionais são materializadas em websites aplicativos, blogs e necessitam apresentar uma estruturação para que os turistas LGBTQ consigam recuperar informação de forma significativa.

Diante disso, o objetivo dessa pesquisa é analisar a página principal de três websites de turismo LGBTQ brasileiros sob a ótica da Arquitetura da Informação, visando apresentar características que contribuem para a otimização do acesso e usabilidade adequada nesses websites.

Destaca-se que essa pesquisa é uma atualização dos estudos apresentados anteriormente por Brito (2019); Brito Matias (2019). Por meio de um caminhar metodológico, essa pesquisa se sustenta em um viés aplicado considerando os elementos da Arquitetura da Informação e princípios de Usabilidade nos websites de turismo LGBTQ escolhidos para a análise.

A pesquisa está estruturada em quatro seções a saber, a seção um, na qual apresentado o problema e os objetivos da investigação, a seção dois a fundamentação teórica sobre Arquitetura da Informação, Usabilidade e o Turismo LGBTQ; na seção três a metodologia da pesquisa, na seção quatro a apresentação dos resultados e por fim na seção cinco as considerações finais da investigação da pesquisa.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Para entender o que é arquitetura de informação, primeiramente é necessária uma comparação com a vida rotineira. Tudo em nossa vida possui determinada organização, por exemplo quando vamos a uma loja de departamentos. A loja de departamentos está sinalizada, organizada, dividida em seções, e mesmo sem conhecer a loja, facilmente encontramos os produtos que se deseja mesmo sem conhecer esta área. No ambiente digital também funciona assim: A informação deve ser sinalizada e organizada de forma que o usuário encontre a informação que procura, ou seja, facilitando a recuperação da informação no ambiente.

discussões

2017, p.36).

Apesar da Arquitetura da Informação estar consolidada na área da Ciência da Informação com estudos aplicados em ambientes como Bibliotecas Digitais, Repositórios, Websites, ainda necessitam de estudos em ambientes que consideram as especificidades dos usuários como exemplo, a comunidade LGBTQ (BRITO, 2019).

Em uma abordagem conceitual a Arquitetura da Informação na visão de Vidotti, Cusin e Corradi (2008) enfoca a organização, navegação, rotulagem, busca, usabilidade e acessibilidade em ambientes informacionais digitais. A combinação desses componentes contribui para um ambiente digital planejado e organizado que facilita as atividades de navegação e pesquisa, e leva o usuário a uma boa busca de informações que o levam à sua satisfação.

No quadro 1 apresenta-se as definições dos sistemas que serão consideradas no processo da pesquisa:

Quadro 1: Elementos da Arquitetura da Informação:

Apresentação do Sistema da Arquitetura da Informação	Definição
Sistema de Organização	Maneira como o conteúdo de um site pode ser agrupado, definindo o agrupamento e a categorização de todo o conteúdo informático, envolvendo elementos para a organização das informações da interface e de um banco de dados;
Sistema de Navegação	Ferramentas auxiliares que permitam ao usuário folhear ou navegar por meio dessas unidades de informação, especificando as maneiras de navegar pelo espaço informacional e hipertextual, considerando a estruturação de caminhos a serem percorridos pelo usuário em menus e barras de navegação;
Sistema de Rotulagem	informação do site, estabelecendo as maneiras de apresentação da informação, definindo signos para cada elemento informativo, com o fim de representar corretamente o conteúdo da informação, como links e ícones;
Sistema de Busca	Permite ao usuário realizar consultas no todo informacional dentro do site, determinando as perguntas que o usuário um determinado conteúdo.

Fonte: Ribeiro e Drummond, 2012, p.136

Existem diversos conceitos, considerações e abordagens sobre arquitetura da informação na literatura, mas essa proposta foi escolhida por ser uma forma mais abrangente e coerente do ponto de vista teórico e buscar melhor compreender os reais objetivos da informação arquitetônica, além de sua natureza interdisciplinar.

Esses elementos compõe a Arquitetura da Informação e que contribuem para a usabilidade dos ambientes informacionais digitais. Vale destacar que esses ambientes contribuem para esses processos de recuperação de forma efetiva e que podem ser considerados para qualquer ambiente de natureza digital ROSENFELD; MORVILLE, ARANGO, 2015.

A usabilidade por sua vez contribui para a facilidade de uso em toda essa teia digital que é apresentada nos websites. Sendo assim, nesse trabalho a usabilidade está relacionada:

a diferentes abordagens. Pode ter como foco o produto, o usuário, o desempenho ou o contexto de uso. No produto, consideram-se suas características ergonômicas. Para o foco no usuário, serão levadas em conta as avaliações de usabilidade, analisando a atitude do usuário frente ao produto, o esforço

aceitação (FERREIRA, 2018, p.116).

A Arquitetura da Informação e Usabilidade se complementam, mesmo em estudos onde apresentam apenas discussões sobre a Arquitetura da Informação a facilidade de uso está atrelado a recuperação das informações em diversos ambientes e olhares nesse contexto digital. Ferreira (2018, p.118) reafirma isso e sinaliza que:

A Usabilidade como complemento da Arquitetura da Informação vem contribuir para com a experiência no uso, que se manifesta no momento da interação do usuário com o ambiente informacional. A exp

e

implementação do projeto, devem ser apontadas as melhores práticas que contemplam a Usabilidade.

Nesse contexto digital os websites de turismo LGBTQ apresentam características específicas principalmente no contexto do sistema de rotulagem, na qual representam o vocabulário Pajubá, que é um dialeto da comunidade LGBTQ (BRITO; MATIAS, BISSET, 2021).

O Turismo é plural para a nossa sociedade, ele preenche lacunas significativas e proporciona uma responsabilidade social em todos os locais. O Turismo LGBTQ é composto por segmentos e que necessitam ter uma estruturação de mercado, tendo uma visão de pesquisadores da área da administração, Marketing (AZEVEDO et al, 2012).

Azevedo et (2012) apresenta autores como Horner e Swarbrooke (2002), Kuzaqui (2001), Ignarra (2003) e Montejano (2001) explicam que, para estabelecer um segmento no contexto do turismo são necessárias estratégias e tentar entender a realidade daquela comunidade e daqueles clientes envolvidos.

A segmentação na visão de Guzzo e Kovalski (2013) é necessária pois contribui por uma discussão nos espaços e ambientes, seja o turismo LGBTQ, turismo religioso, turismo local, esses processos contribuem para uma efetivação social.

A comunidade LGBTQ utiliza do espaço do turismo como forma de at

;

D 498
Mo 7 85

Turismo atribui ao sujeito a motivação para viajar, um comportamento e perfil de consumo, nega ao

A questão financeira e mercadológica é apresentada fortemente na literatura de turismo LGBTQ e como esses turistas investem seu dinheiro com entretenimento e espaços de lazer, e a grande maioria não possui filhos. Uma hipótese pensada e que poder ser articulada é a forma como o preconceito ainda é enraizada e pode contribuir para isso. (GUERRA, 2015); REINAUDO e BACELAR (2008); (OLIVEIRA, 2002); (SERAFIM, 2017).

Guzzo e Kolaveski (2013) destaca o certo desconhecimento da sociedade e comenta sobre o preconceito que ainda cerca a comunidade LGBTQ, antes denominada homofobia, e mais recente a discussão apresentando o conceito de LGBTQfobia¹.

Uma das principais atividades que impulsiona o turismo LGBTQ, é a Parada do Orgulho LGBTQ que movimenta milhões todos os anos, principalmente da cidade de São Paulo (GUZZO e KOVALESKI, 2013). Destaca-se que infelizmente desde o ano de 2020 não acontece a Parada do Orgulho LGBTQ devido a pandemia do COVID-19.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa apresenta uma perspectiva aplicada, ao realizar uma análise da página principal de websites de turismo LGBTQ brasileiros. As análises foram realizadas a partir da observação direta não participativa, na página principal dos websites em que foi observada a disposição das informações nos ambiente busca.

A observação direta não participativa é uma análise sem a presença de usuários, na qual o próprio pesquisador sinaliza as características e abordagens (INAFUKO e VIDOTTI, 2012).

Os websites analisados foram:

- a) Website Friendly Tur: <http://friendlytur.com.br>
- b) Website Viaje Entre iguais: <https://www.viajeentreiguais.com.br>
- c) Website Turismo LGBT: <https://www.turismolgbt.com.br>

Para isto, verificou-se a disposição de elementos de Arquitetura da Informação com base em Rosenfeld, Morville e Arango (2015). As análises foram realizadas por esse pesquisador entre os dias 18 e 24 de maio de 2021.

¹ Práticas de ódio, violência física, verbal com as pessoas LGBTQ (CORTEZ, P.A. et al, 2019).

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

De modo a analisar os websites de turismo LGBTQ com base nos elementos da Arquitetura da Informação apresentados no referencial teórico, apresenta-se a página principal do website e posteriormente a análise e discussões.

4.1 Website Friendly Tur

icas a comunidade LGBTQ. Apresenta roteiros de festas, cruzeiros e dicas de viagens no Brasil e no exterior (FRIENDLY TUR, 2021). Na figura 1 apresenta a página do principal do website.

Figura 1: Página inicial do website Friendly Tur



Fonte: <http://friendlytur.com.br>

Quadro 2: Análise do website FriendlyTur

Apresentação do Sistema da Arquitetura da Informação	Descrição dos resultados
Sistema de Organização	O Website apresenta uma organização em tópicos e Menus com informações específicas para a comunidade LGBTQ, quais sejam, Cruzeiros, Resorts, Viagens para Ursos, Viagens de Semana e fetiche, Semanas LGBTQ+, Circuitos, Viagens Nacionais e Internacionais. Além disso o website sinaliza informações sobre a cidade de São Paulo, Seguro viagens e possibilidades de parcerias.
Sistema de Navegação	No contexto do sistema de navegação o website apresenta elementos hipertextuais, com links interativos, com pacotes de

	viagens. Além disso possibilidade tópico de mídias sociais e um fale conosco.
Sistema de Rotulagem	O website apresenta um sistema de rotulagem com apresentação de rótulos imagéticos, iconográficos e textuais, com termos do vocabulário Pajubá, a título de U
Sistema de Busca	O website apresenta um sistema de busca Simples, na qual o usuário consegue fazer buscar dentro do website, com informações atualizadas sobre festas, entretenimento e viagens

Fonte: Descrição dos dados da pesquisa, 2021

4.2 Website Viaje entre iguais

focos nos destinos LGBTQ em toda parte do Brasil e do mundo. (VIAJE ENTRE IGUAIS, 2021). Na figura 2 apresenta-se a página principal do referido website.

Figura 2: Website Viaje entre iguais.



Fonte: <https://www.viajeentreiguais.com.br>

Quadro 3: Análise do website Viaje entre iguais

Apresentação do Sistema da Arquitetura da Informação	Definição
Sistema de Organização	O website é organizado por menus principais, quais sejam: Destinos, Lua de Mel, Saídas Regulares, Eventos, Blog e Contato. Além disso apresenta categorias específicas com os continentes do mundo inteiro.
Sistema de Navegação	O website apresenta teias hiperxtuais (<i>links</i>) direcionando as informações relevantes aos usuários. Além disso, sinaliza um contato e também a participação nas mídias sociais, como <i>facebook</i> e <i>instagram</i> . Sinaliza ainda a participação e o envolvimento do website com a Câmara de Turismo LGBTQ e a Associação Internacional de turismo LGBTQ.
Sistema de Rotulagem	O Website apresenta um sistema de rotulagem em sua grande maioria, rótulos de texto, e imagens com a descrição dos lugares em todo o website. Sinaliza os rótulos das mídias sociais e o contato.
Sistema de Busca	Apresenta um sistema de busca simples, representado por uma lupa. O usuário consegue consultar termos simples.

Fonte: Descrição dos dados da pesquisa, 2021

4.3 Website “Turismo LGBT”

disponibiliza informações turísticas sobre os destinos brasileiros e destinos internacionais com foco principalmente em eventos (TURISMO LGBT, 2021). Na figura 3 apresenta-se a página principal do website.

XXII ENCONTRO de PESQUISADORES

INTERDISCIPLINARIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Figura 3: Website Turismo LGBT.



Fonte: <https://www.turismolgbt.com.br>

Quadro 4:

Apresentação do Sistema da Arquitetura da Informação	Definição
Sistema de Organização	O ambiente digital é organizado por menus principais, sendo eles: Tour Vips (RJ), Expedições 2021, Destinos, Experiências, Life Style, Eventos e Serviços de viagem. Apresenta notícias e informações em todo o website.
Sistema de Navegação	O website apresenta diversas formas de navegação, como <i>tags</i> (folksonomia) que são termos criados pelos usuários; posts mais vistos, trilhas e aventuras. Além disso o usuário pode acessar pelas diversas mídias sociais que é apresentado pelo website, a saber: <i>facebook</i> , <i>twitter</i> , <i>whatsapp</i> , <i>google+</i> .
Sistema de Rotulagem	Apresenta rótulos de textos e imagens dentro das notícias. Sinaliza também rótulos imagéticos e textuais pelas mídias sociais como <i>instagram</i> e <i>youtube</i> .
Sistema de Busca	Disponibiliza um sistema de busca representado imagneticamente por uma lupa. O usuário consegue realizar buscar simples e recuperar a informação desejada.

Fonte: Descrição dos dados da pesquisa, 2021.

Os websites analisados apresentam elementos importantes para que os turistas consigam recuperar e encontrar as informações de acordo com suas viagens, roteiros, festas e eventos.

Sob a ótica do **Sistema de Organização** os ambientes digitais apresentam em sua página principal menus que indicam as categorias principais que o website disponibiliza sobre as informações turísticas. Um ponto negativo dentro desse sistema é ausência de detalhamento maior dos menus, fazendo com que o usuário não se perca.

No âmbito do **Sistema de Navegação** a interação nas mídias sociais é um ponto positivo, no entanto, poderiam incluir a possibilidade de o usuário colocar *tags* e chats interativos. Todos os websites disponibilizam links hipertextuais linkando as outras informações.

No **Sistema de Rotulagem** todos os websites disponibilizam rótulos textuais e imagens por meio das notícias. Para a recuperação da informação efetiva os rótulos devem vir associados de recursos imagéticos e ícones como é apresentado nas mídias sociais.

Por fim, no contexto do **Sistema de Busca** todos disponibilizam um sistema de busca simples, no entanto, carecem de uma busca avançada com filtros e características regionais dos lugares apresentados.

Enfim, podemos inferir que os websites apresentam uma usabilidade adequada para a busca das informações, no entanto, o contato nas mídias sociais, e rótulos específicos poderia ser ampliado, além disso a ausência de acessibilidade faz com que os websites não sejam acessados por pessoas com deficiência.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos referidos websites foi apresentada por meio de quadros e tabelas sinalizando o diagnóstico, as características e realidade dos websites de turismo LGBTQ brasileiros que estão disponíveis na web.

Nota-se quem os websites necessitam de uma estruturação efetiva para que sejam contemplados de fato com uma usabilidade expansiva que atenda as reais necessidades informacionais dos usuários.

Como sugestão de novas pesquisas pauta-se em estudos envolvendo usuários, propostas de modelo e tópicos específicos que envolvam a Arquitetura da Informação, Usabilidade, Experiência do Usuário e Encontrabilidade da Informação.

REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, M. S.; MARTINS, C. B.; NÁDIA, P. K.; FARAH, O. E. Segmentação no setor turístico: o turista LGBT de São Paulo. **Revista de Administração da Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria**, v. 5, n. 3, p. 493-506, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/index.php/reaufsm/article/view/3852/pdf>. Acesso em: 23 maio 2021.
- BRITO, Jean Fernandes; MATIAS, Márcio; BISSET, Edgar. Diretrizes para websites de turismo LGBTQ com base nos elementos da Arquitetura da Informação. **Informação & Informação**, [S.l.], v. 26, n. 1, p. 660-681, mar. 2021. ISSN 1981-8920. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/39923>>. Acesso em: 24 maio 2021. doi:<http://dx.doi.org/10.5433/1981-8920.2021v26n1p660>.
- BRITO, J. F. **Arquitetura da Informação em websites de turismo LGBTQ**. 2019. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/198986>. Acesso em 23 maio. 2021.

BRITO, J. F.; MATIAS, M. Arquitetura da Informação em websites de turismo LGBTQI+: um enfoque no sistema de rotulagem no website ViajaBi. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ENANCIB), 20, 2019, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2019. p. 1-20. Disponível em: <https://conferencias.ufsc.br/index.php/enancib/2019/paper/view/1188/632>. Acesso em 19 maio. 2021.

COLLECTIF; SALAÜN, J.-M.; HABERT, B. **Architecture de l'information: Méthodes, outils, enjeux**. 1er édition ed. Louvain-la-Neuve Paris: DE BOECK SUP, 2015

CORTEZ, P. A et al. Sexismo, misoginia e LGBTQfobia: desafios para promover o trabalho inclusivo no Brasil. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 29, p. e290414, 2019.

FERREIRA, A. M. J. F. C. **As contribuições da Experiência do Usuário para Arquitetura da Informação**. 2018. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, 2018. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/157487>. Acesso em: 12 maio 2021.

GUERRA, Á. R. D. T. **O Turismo LGBT em Brasília: desafios do lazer e da hospitalidade**. 2015. Dissertação (Mestrado em Turismo) – Centro de Excelência em Turismo, Universidade de Brasília, 2015. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/18346>. Acesso em: 12 maio 2021

GUZZO, Eduardo. Afonso; KOVALESKI, A. **Crescimento do Turismo LGBT no Brasil**
U D U U 7

HORNER, S.; SWARBROOKE, J. **O comportamento do consumidor no turismo**
Paulo: Aleph, 2002.

IGNARRA, L. R. **Fundamentos do Turismo** :

KUAZAQUI, E. **Marketing Turístico e de Hospitalidade** :

INAFUKO, L. A. S.; VIDOTTI, S. A. B. G. **Diretrizes para o desenvolvimento e a avaliação de blogs de biblioteca** :

7 5 45 - 66 D :
<https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2012v17n35p145> . Acesso em: 15 maio. 2021.

MONTEJANO, J. **Estrutura do Mercado Turístico** :

MOREIRA, Maicon Gularte. **Transexualidade: a (sex) usualidade no turismo LGBT**. 2017. Dissertação (Mestrado em Turismo e Hospitalidade). Universidade de Caxias do Sul, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ucs.br/handle/11338/2659>. Acesso em: 15. Maio.2021

OLIVEIRA, Luciano Amaral. **Turismo para gays e lésbicas**:
Paulo: Roca, 2002.

REINAUDO, Franco; BACELLAR, Laura. **O mercado gays: como obter sucesso com o segmento de maior potencial da atualidade** : : 8

RIBEIRO, Fabiano Ferrari; MONTEIRO, Silvana Drumond. Arquitetura da Informação em sites de Pró-Reitorias de Graduação: um enfoque nas Instituições Estaduais de Ensino

Superior do Paraná. **Informação & Informação**, [S.l.], v. 17, n. 3, p. 125-164, dez. 2012. ISSN 1981-8920. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/13104>>. Acesso em: 24 maio 2021. doi:<http://dx.doi.org/10.5433/1981-8920.2012v17n3p125>.

ROSENFELD, L.; MORVILLE, P.; ARANGO, J. **Information architecture**: for the web and beyond. : ' 5

SERAFIM, R.L. **Turismo LGBT: por outros olhares que vão além de uma visão econômica/ mercadológica**. 2017. 75f. Trabalho de Conclusão de Curso, UNB, Brasília.

VIDOTTI, S. A. B. G.; CUSIN, C. A.; CORRADI, J. A. Mesa: Acessibilidade digital sob o prisma da Arquitetura da Informação. In: GUIMARÃES, J. A. C.; FUJITA, M. S. L. (orgs) **Ensino e pesquisa em Biblioteconomia no Brasil**: a emergência de um novo olhar. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2008.

**AS BIBLIOTECAS VERDES E SUSTENTÁVEIS COMO UMA ESTRATÉGIA NA DISCUSSÃO DA
SUSTENTABILIDADE**

GREEN AND SUSTAINABLE LIBRARIES AS A STRATEGY IN THE SUSTAINABILITY DISCUSSION

Desenvolvimento Social e Políticas Públicas: Desenvolvimento Ambiental/Sustentável

DIAS, Samira Pessoa
Universidade Estadual Paulista (UNESP) - Faculdade de Filosofia e Ciências
Discente do Departamento de Ciência da Informação. Curso de Biblioteconomia
samira.p.dias@unesp.br

MARTINS, Rúbia
Universidade Estadual Paulista (UNESP) - Faculdade de Filosofia e Ciências
Docente do Departamento de Ciência da Informação (DCI)
rubia.martins@unesp.br

VIGNOLI, Richele Greng
Universidade Estadual Paulista (UNESP) - Faculdade de Filosofia e Ciências
Doutoranda pelo Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação (PPGCI) da UNESP
r.vignoli@unesp.br

Resumo

A exploração dos recursos naturais tem causado severos danos ao planeta e aos direitos humanos. Na tentativa de frear os impactos ambientais surgem conceitos como “desenvolvimento sustentável” e “sustentabilidade”, que são cercados pela necessidade da implementação de políticas e ações que visem a conscientização social. Objetiva-se apresentar a importância e contribuição das bibliotecas para a discussão e promoção da sustentabilidade, identificando os conceitos, as percepções e as formas de atuação do movimento bibliotecas verdes e sustentáveis. O estudo é de natureza qualitativa e utiliza como método para a coleta de dados a pesquisa bibliográfica. Justifica-se na necessidade de introduzir na sociedade a discussão sobre o desenvolvimento sustentável, de forma a contribuir para a construção de uma comunidade mais consciente quanto ao uso dos recursos naturais, e para tanto considera-se as bibliotecas verdes e sustentáveis como uma importante estratégia para a promoção da sustentabilidade. Observa-se que as bibliotecas atuam como suporte ao processo educativo e de formação individual, e desta forma são capazes de ampliar os conhecimentos da sociedade a respeito do meio ambiente e também influenciar no desenvolvimento de hábitos considerados sustentáveis. Conclui-se nesse sentido que as bibliotecas verdes e sustentáveis fortalecem o debate sobre a sustentabilidade.

Palavras-chave: Bibliotecas verdes e sustentáveis, bibliotecas, sustentabilidade.

Abstract

The natural resources exploration has caused severe damages to the world and to human rights. In the attempt to stop environmental impacts, there comes some concepts such as "sustainable development" and "sustainability", which are surrounded by the implementation necessity of politics and actions that look for social awareness. This study objective is to present the importance and contribution of libraries in order to sustainability discussion and promotion, identifying the concepts, the perceptions and ways of actions of green and sustainable libraries. This study has a qualitative approach and uses bibliographic research as a method to data collection. It justifies the necessity to introduce the discussion about sustainable development into the society, in order to contribute to the construction of a more aware community regarding the natural resources use, and hence green and sustainable libraries are considered as an important strategy for promoting sustainability. It can be observed that libraries act as support to the education process and individual formation, therefore they are capable of expanding the society knowledge about the local environment and also influence

the development of habits that are considered to be sustainable. In this sense, it concludes that green and sustainable libraries fortify the debates about sustainability.

Keywords: Green and sustainable libraries, libraries, sustainability.

1 INTRODUÇÃO

Devido a má gestão e exploração dos recursos naturais, o planeta vem sofrendo com crises ambientais que afetam até mesmo o exercício dos direitos humanos. Michelle Bachelet, alta comissária da Organização das Nações Unidas (ONU) para os Direitos Humanos, na abertura da 48ª sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU, em Genebra, afirmou que o aquecimento global, a poluição e a perda da biodiversidade, amplificam os conflitos, as tensões e as desigualdades estruturais, além de afetarem “[...] os direitos a uma alimentação adequada, à água, educação, moradia, saúde, ao desenvolvimento e inclusive à vida.” (AFP, 2021, Não paginado).

A relação entre produção e consumo, tem como consequência a degradação dos recursos naturais, a poluição ambiental e o crescimento dos níveis de desigualdade social. Com a decorrência dessas situações, surgem conceitos como sustentabilidade e desenvolvimento sustentável, os quais procuram reduzir tais impactos no meio ambiente. “A sustentabilidade significa a possibilidade de se obterem continuamente condições iguais ou superiores de vida em dado ecossistema, visando a manutenção do sistema de suporte da vida.” (MARTINS; CANDIDO, 2012, p. 5). Dessa forma, a sustentabilidade se relaciona intimamente com a qualidade de vida à medida em que o ecossistema é um dos principais suportes da vida.

Visto tamanha urgência, faz-se necessário a implantação de políticas e o desenvolvimento de movimentos capazes de mobilizar toda a população a contribuir para a preservação e recuperação do meio ambiente. Nesse sentido, destaca-se neste trabalho o movimento *Green Library*, em português, Bibliotecas verdes, que são abordados como bibliotecas verdes e sustentáveis. Raulino e Meira (2020, p. 5) afirmam que bibliotecas que empregam esse conceito desenvolvem propostas como: “[...] construções verdes, estratégias ecológicas e/ou boas práticas voltadas à conscientização ambiental que implicam em uma mudança importante na busca de um equilíbrio ambiental, social e econômico.”

Assim, o presente estudo busca identificar a importância das bibliotecas para a discussão e promoção do desenvolvimento sustentável, analisando a contribuição das bibliotecas verdes e sustentáveis. Deste modo apresenta-se como objetivos específicos, discutir sobre o desenvolvimento sustentável e seus obstáculos de implementação, para então, verificar os conceitos e as percepções das bibliotecas verdes e sustentáveis, bem como as diretrizes que perfazem essas concepções, além de analisar a sua importância e atuação no contexto social. Essa abordagem resgata a necessidade da incorporação de projetos e serviços que visem compreender e contribuir para a construção de uma comunidade mais consciente quanto ao uso dos recursos naturais. Para tanto, considera-se o papel inovador das bibliotecas verdes e sustentáveis no contexto da sustentabilidade, visto ser um movimento recente.

Os procedimentos metodológicos utilizados para alcançar os objetivos propostos baseiam-se em uma pesquisa de natureza qualitativa, a partir de pesquisa bibliográfica. Godoy (1995, p. 21) afirma que a “[...] abordagem qualitativa, enquanto exercício de pesquisa, não se apresenta como uma proposta rigidamente estruturada, ela permite que a imaginação e a criatividade levem os investigadores a propor trabalhos que explorem novos enfoques.” Além disso, a abordagem qualitativa analisa dados não mensuráveis como, por exemplo, as motivações, significados, adaptações, entre outros, em que seus dados podem ser obtidos por meio da descrição, possibilitando um alto nível de complexidade da situação.

Marconi e Lakatos (2003, p. 200) afirmam que a pesquisa bibliográfica, apoia-se em fontes secundárias, ou seja, “[...] abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, [...] até meios de comunicação orais: rádio, gravações em fita magnética e audiovisuais.” Esse método de pesquisa coloca o pesquisador em contato direto com todos os materiais já publicados, possibilitando assim uma adequada apresentação e análise das bibliotecas verdes e sustentáveis no contexto da sustentabilidade.

2 A PROBLEMÁTICA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

As constantes transformações políticas, econômicas, sociais e tecnológicas têm desequilibrado as relações do homem com a natureza. A resolução nº 1, de 23 de janeiro de 1986, do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), define impacto ambiental como a alteração física, química e biológica do meio ambiente, provocada por atividades humanas, de forma direta ou indireta, as quais afetam: “[...] I - a saúde, a segurança e o bem-estar da população; II - as atividades sociais e econômicas; III - a biota; IV - as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente; V - a qualidade dos recursos ambientais.” (BRASIL, 1986, p. 636). Ou seja, o quadro socioambiental enfrentado na sociedade contemporânea tem sido consequência de atividades humanas descontroladas, que promovem mudanças físicas na natureza e, por sua vez, alterações na qualidade de vida da população. A melhoria desse cenário está condicionada à implementação de normas e políticas públicas voltadas à promoção de cidadãos mais conscientes e ao desenvolvimento sustentável.

A sustentabilidade ambiental tem sido discutida como alternativa para diminuir os danos causados pelo homem à biodiversidade de modo geral. Segundo Jacob (2003), os conceitos “desenvolvimento sustentável” e “sustentabilidade” emergem de tentativas para enfrentar a crise ecológica, sendo a primeira delas discutida na obra *Limites do crescimento* em 1972, produzida pelo Clube de Roma, que afirma que:

[...] a sociedade industrial estava excedendo a maioria dos limites ecológicos e que, se mantidas as tendências de crescimento da população mundial, a industrialização, a poluição, a produção de comida e a intensidade de uso dos recursos naturais, o limite para o crescimento do planeta seria atingido em até 200 ou 300 anos. (MOTA, *et al.*, 2008, p. 12).

Ressaltando a necessidade imediata da adoção de medidas para diminuir o uso inconsciente dos recursos naturais. No mesmo ano, 1972, ocorreu em Estocolmo, na Suécia, a primeira Conferência da ONU sobre o Meio Ambiente (*United Nations Conference on the Human Environment*). Segundo Mota, *et al.* (2008), o debate proposto na Conferência foi perpetuado em um exame das questões ambientais no âmbito global, de forma a encontrar soluções e estabelecer princípios que pudessem orientar as nações na manutenção do meio ambiente.

Em 1987, o Relatório *Brundtland*, também conhecido como “Nosso futuro comum”, apresentou ao mundo o conceito de desenvolvimento sustentável (BRUNDTLAND, 1987). Destacam-se do mesmo modo, importantes marcos para a promoção do desenvolvimento sustentável, como a Conferência Mundial sobre Gestão Ambiental e Desenvolvimento Sustentável, conhecida como Rio-92, Eco-92 ou Cúpula da Terra; a criação e assinatura do Protocolo de Quioto em 1997; a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, conhecida como Rio +10, ocorrida no continente Africano em Joanesburgo em 2002; a realização da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20 em 2012, no Brasil. Não cabe ao presente artigo detalhar tais conferências, entretanto foram citados, uma vez que são importantes eventos que indicam as constantes tentativas para conter a curva crescente e desenfreada do uso de recursos ambientais.

Diante dessa contextualização, entende-se como desenvolvimento sustentável a habilidade de atender as necessidades do presente sem prejudicar a capacidade de gerações futuras suprirem suas próprias necessidades, conforme verificado no Relatório *Brundtland* de 1987 (BRUNDTLAND, 1987). Sachs (2004, p. 214) explica que “[...] a sustentabilidade no tempo das civilizações humanas vai depender da sua capacidade de se submeter aos preceitos de prudência ecológica e de fazer um bom uso da natureza.” Correia e Dias (2016), relatam no mesmo raciocínio que o desenvolvimento sustentável é um equilíbrio entre a economia e o meio ambiente que é pautada na participação social e no planejamento territorial.

Dessa forma, percebe-se que mudanças duradouras e contínuas na gestão dos cursos naturais e nos hábitos sociais são pressupostos da solução para os problemas ambientais. Nessas concepções, o desenvolvimento sustentável é um conjunto de ideias, estratégias e ações ecologicamente assertivas a serem adotadas por toda uma comunidade a fim de preservar os recursos naturais, de forma a atender as necessidades atuais e futuras, tanto econômicas quanto ecológicas.

Segundo Jacob (2003, p. 194) o desenvolvimento sustentável “[...] não se refere especificamente a um problema limitado de adequações ecológicas de um processo social, mas a uma estratégia ou um modelo múltiplo para a sociedade, que deve levar em conta tanto a viabilidade

econômica como a ecológica.” Ou seja, apresenta-se aqui o descaso econômico com o meio ambiente, que se viabiliza a partir da exploração ambiental. O crescimento econômico, conforme Correia e Dias (2016) destacam, é baseado na estratificação social (concentração de renda) e na degradação ambiental em função da busca por matéria prima para produção. Dito de outra forma, a busca por crescimento econômico gera impactos agressivos ao meio ambiente.

A conceituação de desenvolvimento sustentável foge da prática, a medida em que sua teoria não é aplicada. Baker (2006, *apud* SIMÃO, 2017, p. 7) afirma que o desenvolvimento sustentável, como foi abordado pelo Relatório *Brundtland* é antropocêntrico visto que se atribui a natureza um valor instrumental, além disso é otimista, pois deposita esperança na capacidade coletiva de se comprometer com o propósito da sustentabilidade e por fim, a percepção de desenvolvimento sustentável exposto pelo relatório *Brundtland* apresenta perspectivas para o futuro, entretanto não detalha procedimentos, políticas e implementações a serem executadas.

A sustentabilidade, contudo, é considerada muitas vezes, como a solução instantânea para os problemas ambientais. Vilela e Santos (2017) contextualizam que o uso do discurso “sustentabilidade” seduz, mas não é colocado em prática de fato. As contribuições sustentadas no discurso sustentável apenas serão efetivas com a adequada alfabetização ecológica e a valorização das práticas consideradas sustentáveis. Conforme Vilela e Santos (2017), a alfabetização ecológica é um processo de aprendizagem que torna o aluno capaz de compreender os princípios básicos da ecologia, o capacitando a entender a importância de se viver conforme os princípios básicos da sustentabilidade, de forma a tornar constantes os hábitos considerados sustentáveis. Jacob (2003), também afirma que a educação ambiental é um ato político voltado às transformações sociais, sua efetivação se dá por meio de práticas pedagógicas direcionadas à conscientização do indivíduo com o meio ambiente, que se aplica a indivíduos de qualquer faixa etária e nível educacional.

A Política Nacional do Meio Ambiente, Lei n. 9.795, de 27 de abril de 1999, destaca a educação ambiental como “[...] os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade [...]” (BRASIL, 1999, Não paginado). Com isso, a Lei busca despertar a preocupação individual e coletiva da sociedade para as questões ambientais.

Segundo Jacob (2003) o obstáculo de uma sociedade sustentável está na negligência social a respeito dos modelos de desenvolvimento em curso. “Pode-se afirmar que as causas básicas que provocam atividades ecologicamente predatórias são atribuídas às instituições sociais, aos sistemas de informação e comunicação e aos valores adotados pela sociedade.” (JACOB, 2003, p. 195). Aponta-se como solução o estímulo à participação ativa da sociedade em debates como forma de identificar problemas, objetivos e soluções, além de mudanças no acesso à informação e transformações institucionais (JACOB, 2003).

Na lei n. 6.938, de 31 de agosto de 1981, a educação ambiental é uma ferramenta que deve ser implementada “[...] a todos os níveis de ensino, inclusive a educação da comunidade, objetivando capacitá-la para participação ativa na defesa do meio ambiente.” (BRASIL, 1981, Não paginado). Dessa forma, a educação ambiental é um princípio que deve ser oferecido a todas as camadas de ensino, a fim de incentivar a atuação cidadã na preservação e recuperação ambiental.

O Instituto Estadual do Ambiente exemplifica práticas como o desenvolvimento de oficinas, debates, palestras, eventos, entre outras atividades focadas na alfabetização ecológica para tornar cidadãos mais críticos em relação à sustentabilidade e meio ambiente (PIRES *et al.*, 2014). Nesse sentido, as bibliotecas se destacam como um lugar adequado para a implementação da educação ambiental. Segundo Cardoso (2010), a biblioteca escolar muitas vezes é o primeiro local de contato com a informação sistematizada que crianças e adolescentes têm, tornando propício à implementação de novas atitudes e práticas. Além disso, as bibliotecas se destacam como o lugar de acesso à informação a todas as classes e comunidades, assim se tornando uma estratégia essencial no que tange a conscientização social e as problemáticas ambientais, bem como o desenvolvimento sustentável.

3 BIBLIOTECAS VERDES E SUSTENTÁVEIS: PERCEPÇÕES CONCEITUAIS

As bibliotecas enquanto instituições sociais, culturais e educacionais devem atuar como protagonistas em suas respectivas comunidades a fim de promover o desenvolvimento sustentável e contribuir para a formação de indivíduos mais conscientes. De acordo com Raulino e Meira (2020) o debate sobre a participação das bibliotecas no movimento ecológico, vem ganhando destaque a partir da conscientização de órgãos nacionais e internacionais, que têm aplicado os conceitos de

bibliotecas verdes e sustentáveis em sua narrativa. A *American Library Association* (ALA) na Conferência de 2015, realizada em San Francisco, Estados Unidos, aprovou a resolução sobre a importância das bibliotecas sustentáveis, em que o documento reconhece as bibliotecas “[...] como atores-chave no desenvolvimento econômico, em construir comunidades fortes e vibrantes e sustentar uma democracia forte.” (AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION, 2015, p. 1, tradução nossa)¹ Assim, bibliotecas atuam no auxílio à tomada de decisões em diversas esferas da sociedade.

Machado e Cardoso (2017, p. 142) evidenciam que o movimento biblioteca verde surgiu da concepção *Green Building*², que propõe “[...] construções sustentáveis, design, arquitetura e gestão sustentável de recursos naturais e materiais [...]”. Posteriormente, o movimento *Green Library*, acrescido às concepções *Green Building*, passaram a se preocupar com a educação ambiental, práticas, serviços em bibliotecas e atividades voltadas à conscientização da comunidade.

Os primeiros artigos envolvendo o tema *Green Library*, Bibliotecas verdes, surgiram na década de 1990, entretanto, só angariaram popularidade por volta de 2003, conforme destacado por Antonelli (2008, p. 1, tradução nossa), uma das precursoras na discussão do tema e do movimento da *Green Library*, que é conceituado pela autora como:

É composto por um número crescente de bibliotecários, bibliotecas, cidades, faculdades e campi universitários comprometidos com as bibliotecas verdes, reduzindo seu impacto ambiental no planeta. Esta inovação está acontecendo com a construção de prédios de bibliotecas e a adaptação de instalações de biblioteca existentes, oferecendo serviços de biblioteca verdes e, abraçando práticas ambientalmente favoráveis e sustentáveis dentro da biblioteca.³

Bibliotecas que acolhem essa percepção se tornam mais cientes de suas responsabilidades no desenvolvimento de ações sustentáveis e na atuação da conscientização social dos valores ecológicos. As medidas a serem tomadas envolvem construções ecológicas, promoção de atitudes, práticas e estratégias voltadas a mudanças que compreendam a redução dos impactos ambientais.

Cabe esclarecer, segundo Cardoso e Machado (2017), que os termos “bibliotecas sustentáveis” e “bibliotecas verdes” normalmente são aplicadas como sinônimos na área da arquitetura e construção de bibliotecas, entretanto, ser verde, ou seja, atender aos critérios da sustentabilidade, é apenas uma etapa para ser sustentável. Aulisio (2013) concorda, afirmando que a exclusividade do termo “bibliotecas verdes” relacionadas a estruturas arquitetônicas ecológicas é prejudicial para bibliotecas que incorporam a seriedade da sustentabilidade em sua missão, por esse motivo o autor propõe que “[...] mudemos a tendência e usemos o termo „biblioteca verde” para nos referirmos a qualquer biblioteca que promova a sustentabilidade por meio da educação, operações e divulgação.” (AULISIO, 2013, p. 1, tradução nossa).⁴

As bibliotecas verdes e sustentáveis, de acordo com o *Online Dictionary for Library and Informations Science*, escrito por Reitz (2019, Não paginado) são projetadas para,

[...] minimizarem os impactos negativos no ambiente natural e maximizarem a qualidade ambiental interna por meio de cuidadosa seleção do local, uso de materiais de construção naturais e produtos biodegradáveis, recursos

¹“Libraries are widely recognized as key players in economic development, in building strong and vibrant communities, and in sustaining a strong democracy.”

² *Green Building* são edificações planejadas para causar menos impactos ambientais, considerando os critérios da sustentabilidade.

³ “It is comprised of a growing number of librarians, libraries, cities, towns, college and university campuses committed to greening libraries by reducing their environmental impact on the planet. This innovation is happening by building green library buildings, by greening existing library facilities, providing green library services, and embracing environmentally supportive and sustainable practices within the library.”

⁴ “The author proposes that we shift the trend and use the term “green library” to refer to any library that promotes sustainability through education, operations, and outreach”

(água, energia, papel) e eliminação responsável de resíduos (reciclagem, etc).⁵

Aulísio (2013, p. 1, tradução nossa) afirma que a “[...] verdadeira biblioteca verde é aquela que promove a sustentabilidade, liderando pelo exemplo e que tenta incorporar a sustentabilidade em todos os aspectos da biblioteconomia acadêmica.”⁶ Logo, uma biblioteca sustentável é aquela que promove a disseminação da informação ambiental, “[...] pois colabora para ampliar o conhecimento da sociedade a respeito do meio ambiente e para a adoção de práticas sustentáveis e consequente melhoria da qualidade de vida de uma determinada população.” (CARDOSO; MACHADO, 2017, p.1 43).

Dessa forma, entende-se por bibliotecas verdes e sustentáveis aquelas que adotam medidas que contribuem para as práticas sustentáveis, proporcionando a preservação ecológica do planeta. Tais práticas envolvem não apenas construções sustentáveis, mas também a promoção de serviços e operação cotidianas, bem como estimular a participação social em questões ecológicas e fomentar a educação ambiental na comunidade a fim de efetivar novos hábitos e comportamentos, além de construir pensamentos críticos e conscientes.

4 DIRETRIZES PARA UMA BIBLIOTECA VERDE E SUSTENTÁVEL

Segundo Miller (2010), para uma biblioteca ser verde é necessário que atenda a alguns requisitos, tais como: plano de ação, projeto arquitetônico, serviços e educação ambiental. O primeiro passo para a efetivação de uma biblioteca verde, segundo o autor, é a elaboração de um plano de ação, que deve servir como roteiro para que as bibliotecas atinjam seus objetivos. Nessa etapa é imprescindível a criação de um Comitê Verde, com a participação da comunidade e dos funcionários da biblioteca a fim de definir ações e projetos a serem desenvolvidos, além da criação de uma proposta de comunicação à sociedade sobre o propósito dessas unidades informacionais. O plano de ação também deve incluir e considerar os recursos e financiamentos.

O segundo passo, conforme Miller (2010), envolve o projeto arquitetônico. Ressalta-se nessa etapa a preocupação com a construção do prédio e com os fatores ambientais do local em que a biblioteca se encontra ou se encontrará, com foco na obtenção de uma certificação ambiental. Os certificados ou selos ambientais validam formalmente as construções e empreendimentos sustentáveis concedidos mediante avaliações de desempenho. Segundo Patrício (2005), a certificação é uma metodologia de avaliação das condutas ambientais de construções civis, que avaliam a partir de critérios pré-estabelecidos, requisitos sustentáveis.

As certificações são consideradas como uma forma de mensurar a sustentabilidade em construções e projetos. Segundo Martins e Cândido (2012, p. 6) “[...] a mensuração da sustentabilidade de um processo de desenvolvimento é fundamental para operacionalizar o conceito de desenvolvimento sustentável. O apoio oferecido pela mensuração possibilita que a decisão política acerca do desenvolvimento seja exequível com os objetivos da sustentabilidade[...]”. Alguns certificados de grande importância para a certificação predial de construções sustentáveis são o *Building Research Establishment Environmental Assessment* (BREEAM), o norte-americano *Leadership in Energy and Environmental Design* (LEED) e o francês *Haute Qualité Environnementale* (HQE). Cardoso e Machado (2017), destacam que as certificações ambientais mais utilizadas no Brasil são o LEED, emitido pela *Green Building Council Brasil* (GBC Brasil), e o certificado Alta Qualidade Ambiental (AQUA) uma adaptação nacional da certificação francesa HQE, emitido pela Fundação Vanzolini.

Vale destacar que de acordo com Salgado, Chatelet e Fernandez (2012), o primeiro empreendimento brasileiro que ganhou o certificado LEED foi uma agência bancária, localizada na Granja Viana em São Paulo, em 2007, e o primeiro a receber o certificado AQUA foi uma loja em Niterói, no Rio de Janeiro, no ano de 2009. No que se refere às bibliotecas, Cardoso e Machado (2017) esclarecem que a Biblioteca Parque do Estado do Rio de Janeiro (BPERJ) é a única instituição referência a adotar em seu projeto de reforma os critérios de sustentabilidade estabelecidos pela LEED, e devido a esse fato, em 2014 ela recebeu o certificado ambiental LEED Ouro.

⁵ “minimize negative impact on the natural environment and maximize indoor environmental quality by means of careful site selection, use of natural construction materials and biodegradable products, conservation of resources (water, energy, paper), and responsible waste disposal (recycling, etc.)”.

⁶ “I posit that a true green library is one that promotes sustainability by leading by example and attempts to incorporate sustainability into all aspects of academic librarianship”

Segundo o GBC Brasil a certificação LEED “[...] tem a função de identificar e informar a eficiência e o desempenho ambiental do edifício. O sistema de avaliação é baseado em créditos que são ponderados para gerar uma classificação de desempenho ambiental do empreendimento em níveis.” (GREEN BUILDING COUNCIL BRASIL, 2021). Segundo o *blog Green Library*, criado por Monika Antonelli (2009), algumas Bibliotecas que estão buscando a certificação LEED com o objetivo de se tornarem verdes são: *Fountaindale Public Library*, IL-EUA; *Ritter Public Library*, OH-EUA; *Roeliff Jansen Community Library*, NY-EUA; *Sunshine Coast Regional Council*, QLD-Austrália. Além disso, a Biblioteca *Lake View Terrace Branch* em Slymar, Califórnia, é uma das poucas bibliotecas LEED Platinum nos EUA. Segundo Antonelli (2008, p. 1, nossa tradução) “A construção de um prédio de biblioteca verde usando um padrão de desempenho como o LEED é uma forma que algumas bibliotecas estão escolhendo para se tornarem verdes e sustentáveis.”⁷ A certificação LEED avalia: processo integrados; localização e transportes, terrenos sustentáveis, eficiência hídrica, eficiência energética, materiais e recursos, qualidade do ambiente interno, estratégias inovadoras e questões de prioridade regional. Vale destacar que a obtenção da certificação não é gratuita devendo ser efetuado o pagamento das taxas de registros ao CGB dos EUA- (GREEN BUILDING COUNCIL BRASIL, 2021). Cabe esclarecer que essa ação é importante mas não é o bastante para a biblioteca ser considerada como verde e sustentável.

O terceiro passo para uma biblioteca ser considerada verde, de acordo com Miller (2008), está relacionado à prestação de serviços. Essa etapa inclui a adoção de hábitos sustentáveis como evitar o desperdício de materiais utilizados na biblioteca, reduzir a produção de lixo, incentivar o uso de materiais digitais, apagar as luzes, desligar ventiladores e ar-condicionados, adotar os 5Rs (reduza, reuse, recicle, respeite e responsabilize), entre outras ações. Também inclui nessa etapa, a aplicação da gestão ambiental, ou seja, alterações administrativas voltadas à preocupação ambiental, como mudanças nos investimentos, contratação de serviços, compras sustentáveis, entre outras.

O quarto passo é considerar a biblioteca como um espaço para a educação ambiental como a criação de programas, atividades e projetos voltados para a conscientização dos usuários e da comunidade. Nesse aspecto sugere-se o incentivo à leitura, a mediação da informação, desenvolvimentos de atividades como palestras, oficinas, cursos, além de manter a coleção de materiais, voltada a essa temática, sempre atualizada.

Vale ressaltar que conforme Cardoso e Machado (2017, p. 144) informam, no Brasil a Educação Ambiental passou a ser um componente essencial para a conscientização ecológica da sociedade apenas em 1999, “[...] devendo estar presente, em todos os níveis e modalidades do processo educativo.” Algumas políticas nacionais nessa vertente vêm sendo implementadas, como o Projeto Sala Verde, que foi inicialmente pensado como biblioteca verde. O projeto é uma iniciativa do Ministério do Meio Ambiente (MMA) e possui como objetivo incentivar a implantação de espaços educativos, com o intuito de atuarem como potenciais centros de informação e formação ambiental. Essa iniciativa teve como apoio as concepções de “biblioteca verde” e na evolução do projeto “[...] passou-se a visualizar as Salas Verdes como espaços com múltiplas potencialidades, que além da disponibilização de informações socioambientais, podem desenvolver diversas atividades de Educação Ambiental como: cursos, palestras, oficinas, eventos, encontros, reuniões e campanhas.” (BRASIL, 2021). O programa conta com a participação de 640 instituições⁸.

Antonelli (2008) estabelece alguns princípios que caracterizam uma biblioteca verde e sustentável, como: evitar produtos tóxicos; praticar reciclagem; divulgar o pensamento verde; promover educação, comunicação e desenvolvimento profissional; reduzir lixo (copos, garrafas, sacolas); usar transporte coletivo, além de ênfase em *design* conforme especificações do sistema LEED; ênfase em edificações sustentáveis, pensamento verde e envolvimento comunitário.

Visando às discussões que cercam as diretrizes sobre bibliotecas verdes e sustentáveis, Cardoso e Machado (2017, p. 147) estabelecem medidas para uma biblioteca se tornar verde, tais como:

Estabelecer um Comitê Verde envolvendo funcionários da biblioteca e comunidade; Elaborar um plano de ação com os objetivos, metas, metodologias para implantação das ações e mudanças previstas ao longo

⁷ “Constructing a green library building using a performance standard like LEED is a way some libraries are choosing to become green and sustainable”

⁸ Dado verificado em 18 set. 2020. Disponível em: <http://salasverdes.mma.gov.br/apresentacao/>.

de um determinado tempo. Esse plano deve levar em conta os recursos necessários; Conscientizar a comunidade local a respeito dos benefícios que a biblioteca verde pode trazer; Implantar no projeto arquitetônico de construção do edifício de uma nova biblioteca, de acordo com a ISO/TR 11219:2012, visando, se possível, a certificação ambiental LEED, ou AQUA; Trabalhar hábitos e atitudes, procedimentos projetos e ações nas bibliotecas existentes que não possuem recursos ou condições para reformas; Aplicar gestão ambiental no meio ambiente de trabalho preocupando-se com as aquisições ecológicas, quer sejam materiais de escritórios, móveis equipamentos ou produtos e ferramentas de limpeza; Adotar a Agenda Ambiental de Administração Pública (A3P) levando-se em consideração o Manual de Compras Sustentáveis e a norma ISO 14001, para tomada de decisão na seleção de fornecedores; Economizar recursos naturais, utilizar bem os recursos financeiros e preocupar-se com os demais materiais utilizados nos serviços da biblioteca para reduzir a produção de lixo, mitigando o impacto que esses resíduos sólidos causam no meio ambiente; Adotar a educação ambiental como princípio no processo de formação dos funcionários e usuários da biblioteca; Manter uma coleção atualizada sobre as questões ambientais a fim de desenvolver ações de difusão da informação ambiental na comunidade; Contribuir com a disseminação e o acesso à informação ambiental visando a qualidade de vida da população; Incentivar pesquisas na área; Criar programas e projetos pautados na educação ambiental que, além de incentivar a leitura, visem a conscientização dos usuários sobre ações ecologicamente corretas; Levar em consideração as datas comemorativas do meio ambiente para realização de palestras, debates, oficinas, trabalhos de campo, exposições, concursos, entre outras ações culturais; Incentivar a utilização de publicações digitais, audiobooks, periódicos eletrônicos, CDs e DVDs, evitando a impressão; Descartar publicações do acervo da biblioteca preocupando-se com a reutilização das mesmas, doando-as ou reciclando-as; Colocar em prática a regra dos cinco “R”: reduza, reuse, recicle, respeite e responsabilize.

Observa-se que as recomendações elencadas são medidas possíveis de serem adotadas por quaisquer bibliotecas. Assim, além de construções que objetivam a sustentabilidade, que muitas vezes é de difícil implantação, as bibliotecas podem realizar mudanças administrativas e introduzir e incentivar práticas cotidianas que buscam diminuir os impactos humanos na natureza, promovendo assim o conceito de sustentabilidade.

5 A IMPORTÂNCIA DAS BIBLIOTECAS PARA O CONTEXTO DA SUSTENTABILIDADE

As bibliotecas são um importante instrumento de formação e alfabetização. A principal missão dessa instituição é disponibilizar acesso à informação, fornecendo “[...] as condições básicas para uma aprendizagem contínua, para uma tomada de decisão independente e para o desenvolvimento cultural dos indivíduos e dos grupos sociais.” (INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS, 1994, p. 1). Diante dessa afirmação é possível notar que a unidade informacional atua como suporte ao processo educativo e de formação individual, auxiliando no desenvolvimento de competências informacionais e na construção de uma sociedade mais igualitária.

A liberdade, a prosperidade e o desenvolvimento da sociedade e dos indivíduos são valores humanos fundamentais. Só serão atingidos quando os cidadãos estiverem na posse da informação que lhes permita exercer os seus direitos democráticos e ter um papel ativo na sociedade. A participação construtiva e o desenvolvimento da democracia dependem tanto de uma educação satisfatória, como de um acesso livre e sem limites ao conhecimento, ao pensamento, à cultura e à informação. (INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS, 1997, p. 1).

Percebe-se que as bibliotecas têm um dever social, cultural e político que necessita ir além dos muros da instituição. Segundo Vilela e Santos (2017, p. 422) as bibliotecas “Ao promover acesso a informações acerca dos problemas ambientais e levar tais discussões para o seio dela, estará contribuindo para que os sujeitos por ela atendidos tenham uma maior conscientização acerca dos problemas que envolvem o nosso meio ambiente.”

Para Vilela e Santos (2017, p. 419-420) a biblioteca enquanto *lôcus* de acesso à informação deve trabalhar a sustentabilidade “[...] não só nos sentidos de indicar fontes de informação necessárias aos usuários como ela mesma se mostrar enquanto instituição sustentável.” Ou seja, além de servir como apoio a população, as unidades de informações também devem internacionalizar as percepções da sustentabilidade. Segundo Raulino e Meira (2020, p. 5) “O leque de medidas inclui uma variada gama de propostas, como: construções verdes, estratégias ecológicas e/ou boas práticas voltadas à conscientização ambiental que implicam em uma mudança importante na busca de um equilíbrio ambiental, social e econômico”.

Assim, as unidades informacionais devem contribuir com ações educativas, voltadas às concepções da sustentabilidade, como o desenvolvimento de projetos de incentivo à leitura, oficinas, debates, cursos, *workshops*, eventos científicos, exposições entre outros a fim de sensibilizar o usuário acerca da importância dessa temática para a atualidade e promover mudanças de hábitos. Além de garantir em seu espaço físico, exemplos nas ações como na prioridade pelo uso da luz e ventilação natural e em sua organização administrativa, critérios da sustentabilidade no uso de caixas coletoras de materiais recicláveis, de modo que o seu dia-a-dia seja um exemplo para a sociedade. A biblioteca verde e sustentável deve ser também, um local de amplo debate, posicionamento crítico e fomento à sustentabilidade e consciência ecológica de sua comunidade e país.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A intensificação da crise ambiental com a qual o planeta vem sofrendo está intimamente ligada ao descaso político, econômico, social e tecnológico com o meio ambiente, sem o dimensionamento das consequências que o uso exploratório da natureza causa. Observa-se que esse cenário não pode ser solucionado apenas com os conceitos de desenvolvimento sustentável, uma vez que sua prática nos dias atuais é um desafio para uma sociedade caracterizada pelo consumismo e pelo desenvolvimento econômico sustentado pela exploração dos recursos naturais. Portanto, faz-se necessário o desenvolvimento de ações que busquem a conscientização da população. Assim, a atuação das bibliotecas para a discussão da sustentabilidade é indispensável, uma vez que são capazes de influenciar positivamente a comunidade por meio do desenvolvimento de projetos.

A partir dos anos de 1990 o debate sobre a responsabilidade das bibliotecas para a discussão da sustentabilidade ganha força com o desenvolvimento do *Green Library*, que busca auxiliar no despertar de uma conscientização ecológica em nível global e em mudanças de atitudes que possam corroborar para a reeducação ambiental e redução da crise.

Desta forma, verifica-se que as bibliotecas podem contribuir no próprio fazer biblioteconômico, enquanto disseminador, mediador da informação ambiental, garantindo e promovendo uma adequada alfabetização ecológica, além de adotar hábitos administrativos que sirvam de exemplo a outras instituições e organizações, bem como incorporar em sua estrutura física detalhes que contribuem para a preservação do patrimônio natural. Conclui-se nesse sentido que as Bibliotecas verdes e sustentáveis fortalecem o debate sobre desenvolvimento sustentável e sustentabilidade, garantindo a conscientização social dos indivíduos.

REFERÊNCIAS

AFP. ONU faz alerta sobre a tripla ameaça ambiental para os direitos humanos. **Isto É.** [S.l], set. 2021. Disponível em: <https://www.istoedinheiro.com.br/onu-faz-alerta-sobre-a-tripla-ameaca-ambiental-para-os-direitos-humanos/>. Acesso em: 09 out. 2021

AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION (ALA). **Resolution on the importance of sustainable libraries.** Califórnia, 28 jun. 2015. Disponível em: <https://libguides.ala.org/SustainableLibraries>. Acesso em: 18 set. 2021.

ANTONELLI, Monika. **Green libraries under construction**. 2009. Website Green Library. Disponível em: http://www.greenlibraries.org/green_libraries_under_construction Acesso em: 18 set. 2021.

ANTONELLI, Monika. The Green library movement: an overview of green library literature and actions from 1979 to the future of green libraries. **Electronic Green Journal**, [S.l.] v. 27, n. 1, p 1-12. Disponível em: <https://escholarship.org/uc/item/39d3v236>. Acesso em: 17 set. 2021.

AULISIO, George. Green libraries are more than just buildings. **Electronic Green Journal**, [S.l.] v. 35, n. 1, 2013, p 1-11. Disponível em: <https://escholarship.org/uc/item/3x11862z>. Acesso em: 17 set. 2021.

BRASIL. **Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981**. A Política Nacional do Meio Ambiente tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana, atendidos os seguintes princípios. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm. Acesso em: 07 nov. 2021.

BRASIL. **Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999**. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1999. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm . Acesso em: 07 out. 2021.

BRASIL. **Projeto salas verdes**. Disponível em: <http://salasverdes.mma.gov.br/sobre-o-projeto/> Acesso em: 17 set. 2021

BRASIL. **Resolução CONAMA nº 1 de 1986**. Art. 1º Para efeito desta Resolução, considera-se impacto ambiental qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetam: I - a saúde, a segurança e o bem-estar da população; II - as atividades sociais e econômicas; III - a biota; IV - as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente; V - a qualidade dos recursos ambientais. Disponível em: http://www.sua.pe.gov.br/images/publicacoes/legislacao/3._CONAMA_01_1986.pdf. Acesso em: 16 set. 2021

BRUNDTLAND, Gro Harlem. **Report of the world commission on environment and development: our common future**. Oslo: Atlas, 1987. Disponível em: <https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/5987our-common-future.pdf>. Acesso em: 06 out. 2021.

CARDOSO, Nathalice Bezerra. A contribuição do bibliotecário para a educação ambiental. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 15, n. 2, p.140-162, maio/ago. 2010. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/34438>. Acesso em: 11 out. 2021.

CARDOSO, Nathalice Bezerra; MACHADO, Elisa Campos. Bibliotecas verdes e sustentáveis no Brasil. **TransInformação**, Campinas, SP, v. 29, n. 2, p. 141-149, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tinf/v29n2/0103-3786-tinf-29-02-00141.pdf>. Acesso em: 17 set. 2021.

CORREIA, Mary Lúcia Andrade; DIAS, Eduardo Rocha. Desenvolvimento sustentável, crescimento econômico e o princípio da solidariedade intergeracional na perspectiva da justiça ambiental. **Planeta Amazônia: Revista Internacional de Direito Ambiental e Políticas Públicas**, Macapá, n. 8, p. 63-80, 2016. Disponível em: <https://periodicos.unifap.br/index.php/planeta/article/view/2412>. Acesso em: 08 nov. 2021.

GREEN BUILDING COUNCIL BRASIL. GBC Brasil. 2021. Disponível em: <https://www.gbcbrasil.org.br/certificacao/certificacao-leed/>. Acesso em: 11 out. 2021.

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n.3, p, 20-29, maio/jun. 1995.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. **Manifesto da IFLA/UNESCO sobre Bibliotecas Públicas 1994**. Disponível em: <https://www.ifla.org/wp->

content/uploads/2019/05/assets/public-libraries/publications/PL-manifesto/pl-manifesto-pt.pdf. Acesso em: 13 out 2021.

JACOB, Pedro. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. **Cadernos de Pesquisa**, [S.l.] n. 118, p. 189-205, mar. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/kJbkFbyJtmCrTmfHxktgnt/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 16 set. 2021.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2003.

MARTINS, Maria de Fátima; CÂNDIDO, Gesinaldo Ataíde. Índice de desenvolvimento sustentável para localidades: uma proposta metodológica de construção e análise. **Revista de Gestão Social e Ambiental**, [S.l.], v. 6, n. 1, p. 3-19, 13 ago. 2012. DOI: <http://dx.doi.org/10.5773/rgsa.v6i1.229>. Disponível em: <https://rgsa.emnuvens.com.br/rgsa/article/view/229>. Acesso em: 11 out. 2021.

MOTA, José Aroudo; et al. Trajetórias da governança ambiental. In: IPEA. **Boletim Regional, Urbano e Ambiental nº 1**, [S.l.]: Ipea, 2008. p. 11-20. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=1572. Acesso em: 07 out. 2021.

MILLER, Kathryn. **Public libraries going green**. Chicago: ALA Editions, 2010.

PATRÍCIO, Rafaela Maria Ribeiro. **Desenvolvimento de metodologia para avaliação de desempenho ambiental em edifícios adaptada à realidade do nordeste brasileiro**. 2005. 159 f. Tese (Mestrado em Engenharia de Produção) – Centro de Tecnologia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2005. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/15056>. Acesso em: 12 out. 2021.

PIRES, Bianca Salles; et al. **Educação Ambiental**: conceitos e práticas na gestão ambiental pública. Rio de Janeiro: INEA. Instituto Estadual do Ambiente, 2014. Disponível em: <http://www.inea.rj.gov.br/wp-content/uploads/2019/01/Guia-de-Educa%C3%A7%C3%A3o-Ambiental.pdf>. Acesso em: 07 out. 2021.

RAULINO, Cleide Elis da Cruz; MEIRA, Roberta Barros. O conhecimento que tem origem do verde: o movimento Green Library e a Agenda 2030. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 16, p. 1-21, 2020. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1352>. Acesso em: 17 set. 2021.

REITZ, Joan. **Online Dictionary for Library and Information Science**. 2019. Disponível em: https://products.abc-clio.com/ODLIS/odlis_s.aspx#sustainablelib. Acesso em: 17 set. 2021.

SACHS, Ignacy. Desenvolvimento sustentável: desafio do século xxi. **Ambiente & Sociedade**, [S.L.], v. 7, n. 2, p. 214-216, dez. 2004. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/s1414-753x2004000200016>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/asoc/a/qMFkZKMK3QrKBVGkyLwtMmQ/?lang=pt>. Acesso em: 08 out. 2021

SALGADO, Mônica Santos; CHATELET, Alain; FERNANDEZ, Pierre. Produção de edificações sustentáveis: desafios e alternativas. **Ambiente Construído**, Porto Alegre, v. 12, n. 4, p. 81-99, out./dez. 2012. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/ambienteconstruido/article/view/22603>. Acesso em: 17 set. 2021.

SIMÃO, João. **Desenvolvimento sustentável**: conceitos. [S.l.], 2017. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.2/7149>. Acesso em: 08 out. 2021.

VILELA, Benjamim Pereira; SANTOS, Andréa Pereira dos. Ações da biblioteca para promoção do conceito de desenvolvimento sustentável. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 13, n. esp., 2017. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/977>. Acesso em: 16 set. 2021.

**AS DIRETRIZES DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE E AS DIFICULDADES DE SUA
IMPLEMENTAÇÃO**

THE GUIDELINES OF THE SUS AND THE DIFFICULTIES OF ITS IMPLEMENTATION

Área temática: Desenvolvimento Regional e Local

SILVEIRA, Rafael de Melo
Centro Universitário Municipal de Franca (Uni-FACEF)
Mestrando em Desenvolvimento Regional
rmsilveira.rafael@gmail.com

MACHADO NETO, Alfredo José
Centro Universitário Municipal de Franca (Uni-FACEF)
Doutor em Administração (USP)
alfredo@facef.br

Resumo

O Sistema Único de Saúde (SUS) foi implementado no Brasil em 1990 com a intenção de fornecer acesso à saúde a todos os brasileiros de forma integrada e igualitária, abrangendo todas as esferas do cuidado nos mais diversos municípios. Entretanto a implementação das Políticas Públicas pode enfrentar ajustes ou adequações das diretrizes iniciais em virtude de particularidades específicas de cada região. O foco deste trabalho foi analisar a evolução do SUS desde sua idealização e suas diretrizes nacionais, tentando entender seus pilares de formação e suas principais dificuldades de implementação de forma a discutir quais medidas podem ser adotadas para impulsionar seu desenvolvimento. Muito se discute sobre a dificuldade de seu financiamento e a participação do setor privado, além da falta de integração política para alcançar a regionalização. Serão discutidas alternativas apresentadas por secretários da saúde e pelo Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (CEBES) para melhorarem o bem-estar nacional. E por fim, será proposto alternativas específicas regionais que possam melhorar o acesso à saúde de forma linear, vertical e integral a toda a população.

Palavras-chave: Políticas Públicas, Diretrizes do SUS, Implementação.

Abstract

The Unified Health System (SUS) was implemented in Brazil in 1990 with the intention to provide health access to all brazilians in na integrated ande qual way, covering all spheres of care in the most diverse municipalities. However, the implementation of Public Policys may face adjustments ou adaption to the initial guidelines due to specific characteristics of each region. The focus of this work was to analyze the evolution of SUS since its conception and its national guidelines, trying to understand its national guidelines and its main implementation difficulties in order to discuss what measures can be adopted to boost its development. Much is discussed about the difficulty of its financincing and the participation of the private sector, in addition to the lack of political integration to achieve regionalization. Alternatives presented by health secretaries and the Brazilian Center for Health Studies (CEBES) to improve national welll-being will be discussed. And finally, specific regional alternatives will be proposed that can improve access to health in a linear, vertical and integral way to the entire population.

Keywords: Public Policy, SUS Guidelines, Implementation.

1 INTRODUÇÃO

O Sistema Único de Saúde (SUS) foi implementado no Brasil em 1990 como uma forma de universalizar a saúde pública para os brasileiros, e seu modelo é referência mundial pela sua amplitude nacional, longitude assistencial e integralidade do cuidado. Isso significa que a saúde pública está disponível em todos os estados brasileiros e nos mais diversos municípios, além do que a atenção básica à saúde acompanha o paciente desde sua entrada em uma Unidade de Pronto Atendimento (UPA) até sua internação e procedimento cirúrgico, caso esses se façam necessários, ou seja, é um sistema linear e completo. Para alcançar os mais diversos municípios e comunidades, é necessário que ocorra a descentralização político-administrativa da saúde para que ela alcance a regionalização necessária de forma igual a todos os brasileiros, e a participação ativa da comunidade nesse processo é primordial para o sucesso do SUS.

Entretanto, apesar de possuir inúmeros pontos fortes e positivos nesses 30 anos desde a regulamentação do SUS, a implementação de suas Diretrizes Nacionais encontra certas peculiaridades em cada município brasileiro, uma vez que ele utiliza forças conjuntas da federação, do estado e também do município. Dessa forma, o intuito inicial deste artigo é analisar as motivações históricas dessas Diretrizes e identificar suas falhas na implementação e trazer alternativas para impulsionar o seu desenvolvimento.

Foi realizada uma ampla revisão bibliográfica para entender o SUS desde as propostas da Reforma Sanitária, a promulgação da Lei 8080/90 até o Decreto 7508/2011, passando pelas Normas Operacionais Básicas (NOB) e pelos diversos programas assistenciais desenvolvidos. Foram analisados também artigos que abordam detalhadamente as diretrizes do SUS: universalidade, equidade, integralidade, descentralização político-administrativo e regionalização, exaltando as principais críticas a sua implementação em outras regiões.

Será dada atenção especial aos pontos com maiores menções em diferentes bibliografias, como o financiamento do SUS e a participação do setor privado como serviço suplementar às políticas públicas da saúde, que foi deixado para ser definido posteriormente à promulgação da lei orgânica do SUS em 1990, mas que até hoje apresenta preocupações aos Secretários da Saúde e divergência de opiniões quanto ao papel do setor privado. E também à falta de articulação política entre as esferas federal, estadual e municipal e seu impacto negativo na regionalização da saúde em todas as esferas do cuidado, uma vez que a participação política dos secretários municipais foi essencial para o direcionamento das Políticas Públicas da Saúde, mas que perderam sua relevância com o passar dos anos.

Por fim, serão analisadas alternativas de resolução parcial e crescente das Políticas Públicas da saúde, reconhecendo a dificuldade de otimizar um programa com a extensão, complexidade e abrangência do SUS, além de reconhecer que toda sua construção histórica apresenta programas constantes e evolutivos, que caminham para alcançar a otimização máxima do bem-estar da população.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 HISTÓRICO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS)

Para melhor entendermos o SUS e suas diretrizes, devemos entender suas motivações históricas e suas transformações até o cenário atual que remontam um período anterior à aprovação da Lei Orgânica do SUS em 1990.

Desde o final dos anos 70 os reformadores sociais propunham uma legislação sanitária e ações para o enfrentamento de pandemias, e travaram uma batalha social defendendo a saúde como um direito de todos e um dever do Estado, levantando algumas bandeiras, das quais algumas foram mais tarde definidas como os princípios e diretrizes do SUS. Essas bandeiras são: a universalidade, a equidade, a integralidade, a descentralização, a participação da população e a organização da rede de serviços de modo regionalizado e hierarquizado (MATTOS, 2009).

Após muita negociação foi aprovada a Reforma Constituinte em 1988, que, apesar de ser considerado um marco vitorioso dos reformistas, ficou muito aquém das questões defendidas, sendo que outros pontos de relevância foram deixados para serem detalhados em um momento posterior, como é o caso do financiamento do SUS (MATTOS, 2009).

Mattos (2009) cita ainda que a humanização e a qualidade não são princípios centrais que aparecem na constituição do SUS, mas que devem ser tratados como princípios centrais para as políticas públicas da saúde.

Dowbar (2009) julga o Ministério da Saúde e os secretários municipais como fundamentais na elaboração das normas que operacionalizam o SUS, tendo o primeiro papel de executor editor das normas e, os segundos, atuação como agentes de pressão na organização nacional do seu desenho.

Vale ressaltar que o Conselho Nacional dos Secretários Municipais de Saúde (Conasems) foi institucionalizado em 1988, e que, graças à sua pressão como agente político, que o Ministro da Saúde declarou publicamente, no encontro do Conasems em Fortaleza, seu compromisso com a aprovação da Lei 8.142, no final de 1990, formando a Lei Orgânica da Saúde (DOWBAR, 2009).

Mas nem sempre esse relacionamento foi fácil. Quando o governo Collor tentou elaborar a primeira Norma Operacional Básica (NOB), em 1991, ele não convidou os demais atores do setor para o diálogo, o que resultou no fracasso da adesão dos municípios (DOWBAR, 2009).

Paim et al. (2011) criticam o processo de tomada de decisão da forma em que era realizado, sem a participação social e centralizado em grandes burocracias.

Já no ano seguinte foram convidados para a discussão o Conasems e o Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Saúde (Conass) para o debate da segunda NOB, o que resultou na adesão de 1.074 municípios nessa norma, permanecendo muitos deles receosos quanto à questão do repasse no financiamento (DOWBAR, 2009).

Foi apenas em 1993 que a descentralização ganhou força através da formatação da terceira NOB, que envolveu o Ministro da Saúde Jamil Haddad, vinculado ao movimento sanitário, e ofereceu três níveis de habilitação aos municípios, cada qual para um tipo de capacidade administrativa. Foi também nessa NOB que foi ativada a Comissão Intergestores Bipartites (CIB), que dava voz aos municípios em uma escala estadual, e a Comissão Intergestores Tripartites (CIT), que abria um espaço de negociação entre município, estado e federação em um nível federal (DOWBAR, 2009).

A NOB seguinte seguiu o mesmo caráter das negociações e implementou o Piso de Atenção Básica (PAB), dividido em uma parte fixa, de acordo com o número de habitantes, e em um incentivo variável condicionado ao percentual da população coberta pelo programa. Essa iniciativa incentivava os princípios de universalidade do SUS e superou as expectativas do Ministério da Saúde em número de adesões, contanto, em maio de 2002, com a habilitação de 5.537 dos 5.560 municípios do Brasil (DOWBAR, 2009). Desde 2006 algumas dessas normas foram substituídas pelo Pacto pela Saúde, um acordo no qual os gestores de cada nível de governo assumem compromissos mútuos sobre as metas e responsabilidades em saúde (PAIM et al., 2011).

Impulsionado o processo de descentralização através das estratégias de regionalização do SUS, e apoiando o princípio da sua universalização, através da NOB que estimula o alcance do programa a uma totalidade da população desses municípios, restava coordenar e expandir a cobertura do programa para níveis mais complexos de cuidado na saúde, além de estimular a prevenção a doenças como forma de alcançar o princípio da integralidade do SUS. Para consolidar esse princípio o Governo utiliza algumas estratégias de repasse de recursos, como o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS) e o Programa de Saúde da Família (PSF) (PAIM et al., 2011).

O PSF, por exemplo, é utilizado desde 1998 como forma de integrar os cuidados básicos das famílias em comunidades carentes como forma de promover a saúde e oferecer ações preventivas. Sua estrutura é composta por um médico, um enfermeiro, um auxiliar de enfermagem, uma equipe de saúde bucal e de quatro a seis agentes comunitários de saúde que ficam responsáveis por uma região com aproximadamente 1.000 famílias (PAIM et al., 2011).

Paim et al. (2011) citam algumas grandes vantagens desses programas, sendo elas: 1) encaminhamento mais efetivo a serviços secundários e menor tempo de espera; 2) redução na taxa de mortalidade infantil pós-neonatal; e 3) melhorias na notificação de estatísticas vitais e reduções em internações hospitalares potencialmente evitáveis.

Em 2008 foram apresentadas as Unidades de Pronto-atendimento (UPA) que funcionam 24 horas como forma de aliviar a demanda nas emergências hospitalares (PAIM et al., 2011).

2.2 AS DIRETRIZES DO SUS

Como foi mencionado nesse breve histórico do SUS, os reformistas propuseram algumas diretrizes centrais para a construção das Políticas Públicas da Saúde. É notório, no entanto, que desde o início dos debates sobre a reforma sanitária, no final da década de 70, muita coisa foi

excluída, acrescentada, alterada ou melhorada, pois esse era o intuito dos debates dos agentes sociais.

Em um dos primeiros documentos do movimento, datado de 1979, por exemplo, a questão da integralidade do sistema de saúde não aparece, sendo acrescentado como questão de transformação nas práticas da saúde posteriormente (MATTOS, 2009). Segundo Carvalho et al. (2017), a própria regionalização não estava efetivamente na agenda prioritária, uma vez que haviam inúmeras barreiras a serem quebradas dadas as proporções continentais do Brasil.

Houve muitas influências do regime político e econômico daquela época na pauta de discussões dos reformistas e, outro ponto de grande insatisfação, era a mercantilização da saúde, exacerbada pela política governamental privatizante, concentradora e antipopular. É por isso que o processo de formação do SUS é considerado constante, pois toda sua complexidade demanda ajustes contínuos, mas podemos elencar as diretrizes centrais que são reconhecidas como princípios do SUS (MATTOS, 2009).

2.2.1 Universalidade

Mattos (2009) cita o princípio constitucional de todo brasileiro em ter acesso aos serviços da saúde, independente de sua classe social ou sua renda, recaindo ao Estado a responsabilidade de garantir esse direito básico.

Ao Universalizar o SUS, entendemos que um de seus princípios básicos é fornecer atenção básica em cada município, vilarejo ou comunidade em todo o Brasil, ou pelo menos fornecer acesso àqueles que se encontram em localidades mais afastadas, para receberem os serviços da saúde. Paim e Silva (2010) afirmam que ao universalizar o SUS, o governo assegura uma qualidade mínima ao atendimento às classes mais baixas, pois elas receberão o mesmo atendimento que a classe média, que possui maior influência política e, portanto, é capaz de agir como ator de influência para pressionar benefícios mínimos dentro do atendimento do SUS.

2.2.2 Equidade

O conceito de Equidade é que todas as pessoas devem ter acesso ao mesmo nível de serviço, evitando segmentações por classes econômicas, portanto, por mais que vivamos em uma sociedade desigual e que lutemos para reduzir essas desigualdades, Mattos (2009) afirma que dentro do SUS não é aceitável a diferenciação no acesso à saúde.

Paim e Silva (2010) abordam a diferença entre equidade horizontal e equidade vertical citando a ideia aristotélica de justiça, onde a primeira trata iguais de maneira igual, enquanto a segunda supõe tratamento desigual a pessoas desiguais, uma vez que o mesmo tratamento a pessoas que pertencessem a classes sociais distintas faria apenas a manutenção da desigualdade social. Dessa forma, eles julgam como um fator de correção social oferecer um tratamento desigual àqueles que se encontram em situações de vulnerabilidade.

2.2.3 Integralidade

Além dos princípios básicos reconhecidos do SUS, Mattos (2009) defende também a humanização do atendimento como direito a qualquer cidadão, afirmando que não é suficiente a garantia ao acesso universal e igualitário aos brasileiros, mas que as práticas de cuidado devem estar comprometidas em sanar o sofrimento das pessoas ou evitar esse sofrimento.

Paim e Silva (2010) complementam essa ideia trazendo o conceito da Medicina Integral, cujo objetivo é articular as ações de promoção da saúde, proteção, diagnóstico precoce, limitação do dano e reabilitação.

Já a Lei 8.080/90 refere-se à integralidade da assistência, entendida como um conjunto articulado e contínuo das ações e serviços preventivos e curativos, individuais e coletivos, exigidos para cada caso em todos os níveis de complexidade do sistema.

Para entendermos melhor a integralidade, devemos entender os três níveis de atenção à saúde. Segundo Silva et al. (2007, p.96, apud CARVALHO E IGNATI, 1987), os níveis de atendimento na atenção à saúde estão interligados, na perspectiva da prevenção e promoção da saúde:

“- Primário ou básico: objetivo a promoção da saúde, por meio do atendimento das necessidades básicas do ser humano e a proteção contra doenças, por meio das

imunizações, condições seguras de trabalho, prevenção de acidentes e de agressões ambientais;

- Secundário ou especialidades: recuperação da saúde, através identificação a mais precoce possível, da enfermidade, a promoção da cura e a limitação do dano pelo tratamento adequado;

- Terciário ou hospitalar: visa à reabilitação das pessoas que tenham passado pelo processo da doença, reintegrando-as no seu projeto de vida e na sociedade" (SILVA et al., 2007, p. 96 apud CARVALHO E IGNATI, 1987)

Dessa forma, precisamos entender que os esforços para universalizar a saúde em todo o Brasil demandam extremo esforço e iniciativas conjuntas da federação, dos estados e dos municípios, e que o passo inicial é universalizar a saúde básica, ou primária, levando seu acesso até as comunidades mais carentes e longínquas.

A partir do Decreto nº 7.508 de 2011 ficou definido que os serviços prestados serão organizados em níveis crescentes de complexidade, ou seja, procedimentos considerados como de alto custo estarão disponíveis dentro do SUS, mas em hospitais maiores e localidades geográficas específicas, onde muitas vezes é necessária uma intervenção estadual para obter esse acesso. Portanto, para alcançar a integralidade é necessária a articulação de políticas, programas e projetos, exigindo ação intersetorial e gestão compartilhada e pactuada, a exemplo da Comissão Intergestores Tripartite (CIT) e da Comissão Intergestores Bipartite (CIB) do SUS, bem como de iniciativas recentes de sistemas únicos de assistência social (SUAS) e de segurança pública (SUSP).

2.2.4 Descentralização

A descentralização da gestão e das políticas públicas no país visa emancipar o poder exclusivo das mãos da União para repartir sua responsabilidade entre União, estados e municípios, incentivando a participação popular para alcançar maior eficiência, qualidade e fiscalização.

Segundo Paim et al. (2011, p. 19) "a saúde foi o único setor dentro das políticas públicas que implementou uma descentralização radical, com importante financiamento e ações regulatórias do governo federal". A regionalização dá grande suporte ao princípio da descentralização, uma vez que é necessário fortalecer o acesso à saúde em todas as regiões de forma a distribuir essas responsabilidades.

2.2.5 Regionalização

Carvalho et al. (2017, p. 1156) definem a regionalização como uma rede hierarquizada que deve organizar-se para ofertar "ações de atenção primária, urgência e emergência, atenção psicossocial, atenção ambulatorial especializada e hospitalar, e vigilância em saúde, explicitando a complementariedade entre essas ações para garantir, minimamente, um cuidado integral em tempo oportuno".

Dessa forma fica explícito que muitos dos princípios do SUS estão correlacionados, sendo que para que a saúde seja regionalizada, ela precisa ser integral. Para que haja descentralização, é necessário impulsionar a regionalização. Alcançando-se a regionalização em todos os municípios e comunidades, é alcançada a universalidade da saúde.

Entretanto, apesar de sua complementariedade, existem muitas barreiras a essas implementações, a própria regionalização é influenciada pelos ciclos de implementação política municipal ou estadual que se alteram a cada dois anos, mudando os atores políticos e desconstruindo cenários que estavam sendo elaborados.

2.3 A IMPLEMENTAÇÃO DO SUS

2.3.1 Problemas para a implementação

Carvalho et al. (2017) afirmam que só é possível avançar no processo de regionalização rediscutindo o modelo de financiamento do SUS.

Como foi dito anteriormente, esse processo de descentralização federal é recente dentro das demais políticas públicas, estando presente também na educação e assistência social, mas ainda possui pequena base de comparação ou de análise.

Mas, de fato se faz necessária a criação de novos arranjos normativos que respaldem o desenvolvimento do SUS e a profissionalização da gestão regionalizada, definindo responsabilidades e limites para cada ente federativo de forma clara. As políticas econômicas, que são responsáveis por definir a agenda de atividades e medidas que sustentarão o bem-estar nacional, ainda são centralizadoras, portanto fica difícil realizar um planejamento a nível estadual ou municipal sem a interação entre as três esferas federativas. Esse foi um dos resultados encontrados na pesquisa realizada por Moreira et al. (2017) com os secretários municipais, sendo que a maioria deles não sabia o posicionamento das lideranças de seu Estado ou do governo no Legislativo.

Outro ponto relevante na pesquisa realizada com os Secretários Municipais de Saúde é que 54,9% deles acreditam que há obstáculos para a Implementação de algumas medidas do SUS devido à falta de recursos financeiros da União, do Estado, ou dos Municípios. Isso exalta a falta de articulação do federalismo brasileiro em produzir efeitos cooperativos no sistema de saúde, uma vez que essa insegurança referente ao financiamento dos projetos e a falta de clareza quanto às diretrizes econômicas do Governo Federal distanciam os agentes regionalizados de agirem de forma integrada às perspectivas nacionais ou estaduais, gerando um vácuo nas ações que poderiam impulsionar o pleno desenvolvimento da Saúde Pública Universal (MOREIRA et al., 2017).

2.3.2 Financiamento do SUS e o setor privado

Desde a promulgação da Lei Orgânica da saúde, a questão do financiamento foi deixada para ser detalhada posteriormente, justamente por esbarrar em questões polêmicas e conflituosas com os ideais reformistas. Graças à descentralização do SUS, seu financiamento é repartido entre a União, os estados e os municípios.

De acordo com Dowbar (2009, p. 208) “até 1990, os recursos de origem federal representavam 77,7% do total do gasto público com saúde, [...] ao longo da década: 60,7% em 1994; 53,7% em 1996 e 58,3% em 2000”. Esses números demonstram que a União tem reduzido seus gastos com saúde, como forma de repassar parte dessa responsabilidade aos estados e aos municípios.

De acordo com dados fornecidos pelo Secretário da Saúde de Franca, em 2019, o percentual da receita de cada ente federativo gastos em saúde na cidade de Franca foi 13,13% vindos da União, 17,17% vindos do Estado e 22% vindos do município (Imagem 1). Entretanto esse financiamento não é suficiente para sustentar toda a complexidade do SUS, demandando também fontes de financiamento privado.

Figura 1



Fonte: <https://infogram.com/responsabilidades-na-saude-1hxr4zqwdkmq4yo>

Esse é um dos motivos de desagrado de muitos reformistas com o texto da Carta Magna, que define o SUS como o conjunto de ações e serviços públicos da saúde, mas que também abre espaço

para que alguns serviços privados possam vir dele participar em caráter complementar. Isso não só deixa de constituir o SUS como o único sistema de saúde, mas também apresenta uma opção de saúde suplementar que irá competir com ele. Eles partem do pressuposto de que ambos os sistemas competirão pelos profissionais da saúde, e tendo um deles financiamento predominantemente privado terá, invariavelmente, qualidade das práticas bem superior ao apresentado no SUS. Esse pensamento questiona todo o princípio de equidade no atendimento à saúde (MATTOS, 2009).

Parte do que financia o setor privado no Brasil é o SUS, e a outra são os planos de saúde. Paim et al. (2011, p. 17) mostram que no início da década de 70 houveram massivos incentivos públicos na construção ou reforma de hospitais privados, além disso “Os subsídios diretos a empresas privadas para a oferta de assistência médica a seus empregados foram substituídos por descontos no imposto de renda, o que levou à expansão da oferta por cuidados médicos e à proliferação de planos de saúde privados”. Essa demanda por seguros de saúde vem, em grande parte, dos trabalhadores de empresas públicas e privadas que oferecem tais benefícios aos seus colaboradores.

Em 2008, 26% da população brasileira possuía um seguro de saúde, e, em 2009, esse setor gerou rendimentos de 63 bilhões de reais. Uma dificuldade apresentada ao SUS é essa concorrência desleal, pois devido a esse elevado financiamento do setor privado a prestação de serviços de especialidade, que já possui baixa oferta, acaba sendo priorizada para a prestação de serviços ao ente privado, gerando filas enormes e uma grande espera para o atendimento do SUS.

Paim et al. (2011, p. 21) mostram que “o gasto por desembolso direto como proporção da despesa total varia pouco entre a parcela mais pobre (5,83%) e a mais rica (8,31%) da população”. Ressaltam, no entanto, que enquanto a população mais pobre gasta com medicamentos, a população mais rica investe em planos ou seguros de saúde.

Entretanto o SUS possui políticas específicas para procedimentos de alto custo (cirurgia cardíaca, oncologia, hemodiálise e transplante de órgãos) para garantir de fato o acesso universal à saúde. Essas políticas são realizadas através de parcerias com prestadores privados ou hospitais públicos de ensino, a preços de mercado. Portanto, mesmo que ainda exista discrepância no acesso à atenção básica e secundária de saúde, de acordo com o nível socioeconômico do indivíduo, aquela parcela da população que classifica seu estado de saúde como ruim ou grave ainda consegue receber o tratamento buscado, independentemente de sua classe socioeconômica. Isso evidencia que o SUS é de fato acessível a todos, mas seu processo pode ser moroso, e aqueles que possuem acesso a um plano de saúde saem na frente (PAIM et al., 2011).

O setor privado permaneceu centrado na atenção hospitalar, sendo responsável, em 2002, por 63% dos leitos oferecidos no SUS. Isso evidencia a importância que o agente privado possui dentro do SUS (DOWBAR, 2009). O Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (CEBES) critica arduamente a persistência no modelo hospitalocêntrico e a dificuldade de compreender o sentido real da atenção primária, além de sugerir a eliminação dos subsídios ao setor privado, e também julga como necessária a garantia da capacidade de intervenção da Agência Nacional da Saúde (ANS) sobre o setor privado como meio de garantir os interesses públicos (SANTOS & TEIXEIRA, 2017).

Após analisar todo o setor, o CEBES apresenta algumas alternativas para o financiamento do SUS, são elas: 1) criação de uma fonte de financiamento exclusiva para a saúde que deve ser destinada diretamente aos Fundos Nacional, Estaduais e Municipais; 2) redução dos incentivos fiscais aos planos de saúde privados; 3) incremento de recursos advindos dos royalties do pré-sal e da taxação de grandes fortunas; e 4) aumento das despesas da saúde da União para um mínimo de 10% do orçamento federal (SANTOS & TEIXEIRA, 2017).

2.3.3 Regionalização e a baixa integração política

Na pesquisa de Carvalho et al. (2017, p. 1160) os gestores entrevistados destacam que “as debilidades municipais e/ou estaduais, no que tange às ferramentas e instrumentos de planejamento, bem como a indefinição do papel do estado em muitas ocasiões, traduzem-se em dificuldades vinculadas à determinação por parte da União, por exemplo, de onde os recursos devem ser aplicados e gerenciados em âmbito regional, prejudicando o planejamento regional integrado e de base ascendente”. Isso evidencia que mesmo que a descentralização esteja na pauta dos princípios básicos do SUS, ainda encontram muitas dificuldades em implementá-las. A própria troca de cadeiras nas esferas federais, estaduais e municipais dificultam esse planejamento para o longo prazo, o que denota um problema político para viabilizar o SUS, pois não pode ser resolvido na esfera técnica. O CEBES considera que uma parcela da responsabilidade decai sobre os atores sociais devido a mediocridade do debate sobre as políticas de saúde na atualidade, trata-se de uma questão

politizada e que demanda movimentos e pressões constantes para surtirem alguns efeitos (SANTOS & TEIXEIRA, 2017).

Paim et al. (2011) citam também a baixa integração da atenção básica com os outros níveis assistenciais, responsabilizando a baixa integração entre os prestadores de serviços municipais e estaduais, sendo estes últimos os detentores de serviços de maiores complexidades. Levando em consideração a crescente importância e relevância dos secretários municipais para o cenário de discussões das políticas públicas nacionais, o CEBES julga como imprescindível a qualificação no nível municipal para que eles possam melhor se articular em um nível interfederativo, evitando sempre que a saúde seja utilizada como moeda de negociação através desses cargos (SANTOS & TEIXEIRA, 2017). Pois, de acordo com Carvalho et al. (2017), as questões políticas/partidárias interferem diretamente nas relações federativas, com impactos negativos no setor da saúde.

Apesar desta revisão de ajustes necessários, o SUS deve ser considerado como uma vitória, pois ele mudou a saúde no Brasil de forma radical, tornando-se uma das políticas públicas mais abrangentes e distributivas da história nacional, tornando o acesso à saúde universal e impactando milhões de brasileiros.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Analisar as Políticas Públicas de Saúde no Brasil demanda uma ampla pesquisa que passe em seguida por uma análise mais minuciosa dos recortes regionais. Por mais que os princípios do SUS prezem pela universalidade e equidade, sabemos que um país de proporções continentais abriga peculiaridades muito distintas em cada um dos seus municípios.

Como foi mencionado, o financiamento do SUS é uma preocupação constante dos gestores municipais. Essa sustentação financeira da triarquia federal, estadual e municipal demanda dos agentes uma luta constante para obter aprovação de orçamentos e concessão de novas verbas para a saúde, uma vez que a urgência nessa área é constante. A espera incansável em filas, a sequência de triagens, e a morosidade de alguns procedimentos da saúde é de conhecimento comum, e muitas vezes aceitável pela população dada sua gratuidade e necessidade extrema.

O ponto é como podemos melhorar esse processo?

O fortalecimento político é um aspecto mencionado na maioria das bibliografias como forma de melhorar a representatividade regional no contexto geral. Esse fortalecimento se inicia em uma melhor capacitação do Secretário da Saúde Municipal, que precisa ser um agente de articulação dentro do próprio município, mas também nas esferas estaduais e federais. No passado os representantes do Conasems conseguiram obter grandes avanços, mas esse movimento perdeu força e representatividade nos últimos anos.

Outro ponto de grande debate nos artigos pesquisados é a questão do setor privado e de sua participação na área da saúde. Alguns autores são bem críticos quanto à perda da equidade que é direito constitucional de todo brasileiro, mas devemos levar em consideração que algumas limitações do SUS não serão solucionadas de imediato, e talvez levem ainda muitos anos para alcançar seu patamar ideal.

Possuir alternativas, como planos de saúde privados, ou mesmo a introdução de clínicas populares, que oferecem o acesso a consultas particulares a valores acessíveis à população, são uma forma de desafogar o sistema público de saúde e oferecer agilidade a uma parcela da população que talvez não pudesse aguardar pelo atendimento ao SUS. É óbvio que esse direito deveria ser estendido a toda a população, o foco, no entanto, não é entrar no debate moral, mas apenas apresentar alternativas que viabilizem parte da solução do problema, uma vez que é amplamente reconhecida a construção constante do modelo do SUS. Solucionar o problema de uma parcela da população já é um ganho maior do que não solucionar questão nenhuma por enfrentar dilemas éticos de salvar o todo ou não salvar ninguém.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A revisão bibliográfica do SUS é de fato muito extensa, e se faz necessário buscar um recorte mais específico de análise científica, além disso, não houveram muitas possibilidades de realizar algumas pesquisas de campo por restrições de tempo e da própria pandemia em que vivemos. Uma vez entendida parte dessa complexidade da saúde, fica como alternativa à continuidade deste trabalho uma análise sob uma ótica mais próxima dessas clínicas populares, seus serviços ofertados, os

custos como forma comparativa a outros serviços e os impactos que elas possuem na população que não tem acesso aos planos de saúde.

REFERÊNCIAS

- CARVALHO, A.; JESUS, W.; SENRA, I. Regionalização no SUS: processo de implementação, desafios e perspectivas na visão crítica de gestores do sistema. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 22, n.4, abr de 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232017002401155&lng=pt&tlng=pt
- DOWBAR, M. Da inflexão pré-constitucional ao SUS municipalizado. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, São Paulo, n. 78, 2009. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452009000300010&lang=pt
- MOREIRA, M.; RIBEIRO, J.; OUVENERY, A. Obstáculos políticos à regionalização do SUS: percepções dos secretários municipais de Saúde com assento nas Comissões Intergestores Bipartites. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 4, 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232017002401097&lang=pt
- MATTOS, R. Princípios do Sistema Único de Saúde (SUS) e a humanização das práticas de saúde. *Interface – Comunicação, Saúde, Educação*, Botucatu, v. 13, supl. 1, 2009. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832009000500028
- PAIM, J.; TRAVASSOS, C.; ALMEIDA, C.; BAHIA, L.; MACINKO, J. O sistema de saúde brasileiro: história, avanços e desafios. *The Lancet*, v. 377, n. 9779, p. 11-31, 2011. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/39643>
- PAIM, J.; SILVA, L. Universalidade, integralidade, equidade e SUS. *Boletim do Instituto da Saúde*, São Paulo, v. 12, n. 2, ago. 2010. Disponível em: http://periodicos.ses.sp.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=s1518-18122010000200002&lng=pt&nrm=iso
- SANTOS, J.; TEIXEIRA, C. Posicionamento do Cebes no processo de implementação do SUS na conjuntura 2003-2014. *Saúde em Debate*, Rio de Janeiro, v. 41, n.spe. 3, set. 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-11042017000700020&lng=pt&tlng=pt
- SILVA, E.; SARRETA, F.; BERTANI, I.; As Políticas Públicas de Saúde no Brasil: O Sistema Único de Saúde (SUS) e a Rede de Saúde em Franca. *Serviço Social e Realidade*, Franca, v. 16, n. 1, 2007. Disponível em: <https://ojs.franca.unesp.br/index.php/SSR/article/view/90>
- <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm>. Acessado em 15 set. 2020.
- <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8142.htm>. Acessado em 15 set. 2020
- <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7508.htm>. Acessado em 15 de set. 2020
- <https://www.agazeta.com.br/es/politica/saude-publica-as-responsabilidades-do-governo-federal-estado-e-municipios-0520?utm_medium=share-site&utm_source=whatsapp>. Acessado em: 16 de set. 2020
- <<https://infogram.com/responsabilidades-na-saude-1hxr4zqwdkmq4yo>>. Acessado em: 16 set. 2020

AS DIVERSIDADES CORPORAIS E ESTÉTICAS NAS ORGANIZAÇÕES DO “MUNDO FITNESS”

BODY AND AESTHETIC DIVERSITIES IN ORGANIZATIONS OF THE “FITNESS WORLD”

Área temática: Educação e Saúde

DOS SANTOS, Iani Fassa
Universidade de São Paulo (USP)
ianifs@gmail.com

SERAFIM, Patrícia Amanda
Universidade Estadual Paulista (UNESP)
prof.patriciaserafim@gmail.com

Resumo

As academias são espaços destinados a prática de exercícios físicos de forma sistematizada, com eficácia e segurança por meio dos programas de treinamento e orientação dos seus profissionais. Assim como outros segmentos organizacionais estas necessitam de divulgação. Portanto, se utilizam muitas vezes da imagem para atingir determinado público. Desta forma, esse trabalho buscou analisar e discorrer sobre a diversidade das características corporais e estéticas que predominam nos corpos tomados como referência no ambiente fitness. E o que se pode concluir diante do presente trabalho é que ainda é possível observar a falta de diversidade nas imagens utilizadas em blogs informativos dessas organizações, descortinando a ausência de uma gestão voltada à diversidade.

Palavras-chave: Diversidade, Corpo, Mídia.

Abstract

The gyms are spaces destined to the practice of physical exercises in a systematic way, with efficiency and safety through training and orientation programs for their professionals. As well as other organizational segments, these need disclosure, marketing and advertising. Therefore, they often use photography to reach a certain audience. Thus, this work sought to analyze and discuss the diversity of body and aesthetic characteristics that predominate in bodies taken as a reference in the fitness world. And what can be concluded from this work is that we can still observe the lack of diversity in the images used in informative blogs of these organizations, revealing the absence of a management focused on diversity.

Keywords: Diversity, Body, Media.

1 INTRODUÇÃO

De acordo com o Conselho Federal de Educação Física (CONFEF) a conceituação de exercício físico é

[...] sequência sistematizada de movimentos de diferentes seguimentos corporais, executados de forma planejada, segundo um determinado objetivo a atingir. Uma das formas de atividade física planejada, estruturada, repetitiva, que objetiva o desenvolvimento da aptidão física, do condicionamento físico, de habilidades motoras ou reabilitação orgânico-funcional, definido de acordo com o diagnóstico de necessidade ou carências específicas de seus praticantes, em contextos sociais diferenciados.

Sendo assim este pode ser aplicado a qualquer pessoa sem distinção desde que avaliado e adequado às necessidades e objetivos de cada um. As academias desta forma proporcionam espaços para que as pessoas possam realizar os exercícios físicos de forma sistematizada, com eficácia e segurança por meio dos programas de treinamento e orientação dos seus profissionais.

Assim como outros segmentos corporativos que necessita de divulgação, as academias utilizam muito da fotografia como primeira forma de comunicar. Segundo Lisboa (2016, p.64) “[...] a fotografia é uma forma de comunicação [...] que pode ilustrar diversos fatos históricos como informação.”. O autor destaca também que de acordo com a manipulação, seja do fotógrafo ou da mídia, pode-se criar uma ilusão ou um interesse especial em seus receptores. Desta forma, nota-se que a fotografia pode ser utilizada para atingir determinado público ainda que a mensagem transmitida corresponda a uma versão ou percepção da realidade.

Assim, é possível observar que predominam certa homogeneidade nas características corporais das pessoas que protagonizam as imagens das propagandas vinculadas de muitas academias. Mesmo com uma mudança de abordagem do marketing ao longo do tempo ainda pode-se observar a falta de diversidade nos protagonistas apresentados nos canais de divulgações como sites, redes sociais e blogs dessas organizações. Sendo o corpo magro apresentado como símbolo do corpo saudável e belo e outros corpos aparecem sempre de forma secundária ou associados a informações negativas. Vale então destacar como essas organizações utilizam das fotografias nas postagens, tendo em vista que muitas vezes essa é primeira forma de se atrair o cliente, emitindo assim mensagens de como o cliente que realiza exercícios naquele lugar é.

Portanto, considerando as fotografias de artigos informativos publicados pelos blogs de três grandes redes de academias de ginástica do Brasil, esse trabalho pretende analisar e discorrer sobre a diversidade das características corporais e estéticas que predominam nos corpos tomados como referência no mundo fitness.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

É possível observar nos dias atuais a pressão gerada pelas mídias e seus produtos sobre os padrões relacionados à beleza, saúde e felicidade. E é através dos personagens e símbolos que os meios de comunicação apresentam informações (produtos, serviços e comportamentos) que prometem o alcance da perfeição em especial sobre seus corpos. Em contrapartida ficam implícitas (ou explícitas), nesses mesmos meios, quais os comportamentos e formas de ser e estar no mundo que não são compatíveis ao ideal.

Segundo a Associação Brasileira de Academias – ACAD (2018), o Brasil estaria em segundo no ranking dos líderes em número de academias e quarto em número de clientes no mundo. Desta forma, vale destacar a forte associação e influência que essas organizações com suas atitudes e valores estabelecem sobre as questões estéticas, práticas e modos de vida. Contudo, ao considerar que estas organizações também se delimitam sobre o leque de possibilidades oferecido pelos contextos em que se inserem na sociedade, estas não se desvinculam do caráter normativo estipulado. No qual, conforme destaca Tomaz *et al.* (2020, p.127)

[...] o tratamento dado a Educação Física a partir desse caráter técnico e estético reflete as características de uma sociedade inserida na lógica capitalista, a qual estabelece um culto ao corpo, priorizando a beleza física como definidora da identidade pessoal.

Nesta perspectiva Tomaz *et al.* (2020, p.121) também ressaltam que no mundo todo o culto ao corpo está diretamente vinculado a fatores sociais. Desta forma, comportamentos obsessivos e fanáticos pelo corpo perfeito geram constantes e crescentes buscas por academias, clínicas de estética, dietas sem prescrição nutricional e práticas de exercícios sem orientações, como forma de atender a um padrão estético reproduzido massivamente e principalmente pelas mídias. Esse desejo por se alcançar um padrão estético está atrelado ao que Adams (1977 *apud* TOMAZ, 2020, p.121) compreende como uma espécie de aceitação para que se possa ser tratado bem. E que Costa *et al.* (2018, p.6) ao falar sobre o corpo ideal entendem que juntamente a isso “[...] são agregados fatores a serem conquistados através de uma aparência estética impecável, tais como felicidade, sucesso e realização pessoal”.

Desta forma, as circunstâncias geradas pela não conquista deste corpo perfeito também estariam pré-estabelecidas como destaca Fischler (1995), ao dizer que é possível observar as situações de menosprezo e desprestígio as quais são vivenciadas por pessoas obesas e as não consideradas bonitas em nossa sociedade. E que para Adams (1977 *apud* TOMAZ, 2020, p.121), esses indivíduos estão mais vulneráveis a se deparar com ambientes sociais rejeitadores e que os desencorajam a um convívio igualitário.

Desta forma vale destacar o papel das mídias e seus recursos para se alcançar seus espectadores. Para Adorno e Horkheimer (1985), todo o meio de comunicação proposto pela mídia impõe o padrão de corpo perfeito, e uma das ideias difundidas para que as pessoas possam seguir os padrões estipulados é utilizar estereótipos. A mídia tem uma grande parcela de responsabilidade nessa distorção dos conceitos de “corpo belo” e “corpo não belo”, afinal, está aí para quem quiser ver e ouvir, programas de televisão, concursos de beleza e desfiles de moda, que mostram mulheres com seus “corpos perfeitos” e tonificados à mostra.

Neste contexto, vale destacar a importância do audiovisual dentro das campanhas publicitária e meio de divulgação da marca. Com isso, destaca-se a importância da fotografia como instrumento de comunicação. Segundo Lisboa (2016, p.64) “Grandes imagens veiculadas pela mídia, reconhecidas mundialmente, já fazem parte do imaginário coletivo. Fragmentos de uma realidade ou não, induzem o receptor a criar uma história, real ou fictícia, criada ou manipulada pelo fotógrafo, criador da imagem”.

Desde a produção hegemônica de imagens pelos grandes meios de comunicação e informação, as imagens são uma importante ferramenta para manutenção de relações de poder e (re) produção de estereótipos, mitos, tradições e representações (NORONHA, 2019, p.256). Sendo assim, a sociedade consome essas imagens carregadas de preconceitos e pensamentos hegemônicos e as reproduzem em seus discursos e atitudes coloniais, patriarcais e capitalistas.

Essa manutenção pode ser vista em diversos tipos de organizações, como por exemplo, academias de ginástica, que se comprometem a promover bem estar do indivíduo.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Inicialmente, a pesquisa foi desenvolvida através de revisão de literatura, tendo como base artigos científicos encontrados nas plataformas de dados relacionadas à área de Ciências da Educação e Ciências da Saúde: Biblioteca Eletrônica Científica Online (SciELO), Education Resource Information Center (ERIC) e Biblioteca Virtual da Saúde (BVS). Nestas plataformas de busca, foram usadas as palavras-chave “diversidade”, “corpo”, “mídia”, “diversidade nas organizações” e seus sinônimos. Para melhorar os resultados da pesquisa, foram aplicados filtros de conteúdo: artigos, livros, jornais e revistas; de todos os idiomas, sendo esses traduzidos para português; texto completo disponível; ordenados em maior relevância. Também foram utilizados dados da Associação Brasileira de Academias e do Conselho Federal de Educação Física. Posteriormente, foi realizada uma busca por academias que ofereciam blogs informativos em seus sites. Foram selecionados blogs de três redes de academias e postagens do ano de 2020.

Após a análise das notícias e imagens divulgadas por esses blogs, foi possível compará-las e confrontá-las com a literatura.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Assim, pode-se notar que grandes academias além dos espaços para a realização de exercícios, também oferecem alguns serviços adicionais como consultorias, aplicativos para interação, site e blogs que oferecem informações para uma melhor experiência com a marca. Contudo, é através destes canais que clientes e não clientes irão receber informações sobre como é utilizar esses serviços. As fotografias expostas nas Figuras Blog 1, Blog 2 e Blog 3 foram retiradas de blogs com conteúdos informativos de três redes de academias no ano de 2020.

Figuras Blog 1: Representam conteúdos informativos sobre exercícios físicos, tipos de treinamentos, padrões estéticos e doenças.



XXII ENCONTRO de PESQUISADORES

INTERDISCIPLINARIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Tais imagens foram retiradas do blog informativo da academia 1. As imagens que ilustram as publicações do blog predominam protagonistas magras, brancas e que demonstram disposição para prática de exercícios físicos. Entretanto, algumas postagens como a imagem 3 aparecem personagens que apresentam corpos diferentes ao predominante no blog, porém de forma geral associado a informações negativas, como maus hábitos e doenças.

Figuras blog 2: Representam conteúdos informativos sobre tipos de treinamentos físicos e padrões estéticos.



Como acabar com a celulite: 3 dicas fitness

Nas imagens acima retiradas do blog da academia 2, novamente, na maior parte das postagens são expostas protagonistas magras e imagens que evocam a necessidade de almejar o corpo magro. Outra vez o uso de imagens de corpos que diferem do padrão associado a informações negativas, como no caso da imagem 3, em que apresenta uma perna a qual deve eliminar a celulite para se tornar algo belo.

Figuras blog 3: Representam conteúdos informativos sobre exercícios físicos, tipos de treinamentos e padrões estéticos.





As imagens predominantes no blog 3 são de corpos magros, femininos e de forma geral enfatizando partes do corpo que devem ser modificadas para alcançar o padrão adequado, como abdômen e glúteos. E algumas imagens apresentam corpos que não se apresentam dentro do padrão (mulheres não magras e homens não musculosos) demonstrando que são esses corpos que devem iniciar a prática, deixando a preguiça de lado como sugere a reportagem.

O que se vê nos blogs são valores, atitudes, crenças diretamente ligadas à sociedade e que se apresentam como práticas saudáveis para a manutenção de um estereótipo que impactam em suas relações sociais. De Bom (2016, p.6), destaca que a “[...] aceitação no trabalho, na família, na relação conjugal, justamente porque a sociedade consome esses signos, que se tornam valorosa como uma moeda de troca para a inserção e a aprovação no meio social”. Desta forma, o corpo que se encaixa tem diminuídas as possibilidades de exclusão.

Contudo, ao relembrar os objetivos do exercício físico pode-se destacar que seus propósitos não determinam a que tipo de corpo se destina e também destacar as suas amplas possibilidades de objetivos.

Se o exercício é para todos porque os vários corpos não estão representados por essas organizações?

Pensando neste contexto, pode-se destacar as possíveis falhas acerca da gestão da diversidade nestes ambientes tanto em relação aos clientes a quem ela se destina como nos quadros de funcionários.

De acordo com Fleury (2000), “[...] há diversos aspectos a serem considerados ao se pensar no que significa diversidade: sexo, idade, grau de instrução, grupo étnico, religião, origem, raça e língua”. A diversidade é um mix de pessoas com identidades diferentes interagindo no mesmo sistema social (FLEURY, 2000).

Sendo assim se os recursos fotográficos são uma forma de atrair o público para uma publicação então, não se trata de incluir ou tornar representativo para determinado grupo, mas sim de tornar atrativo para esses grupos também.

Entretanto, o uso da gestão da diversidade ainda assim pode se apresentar como uma cortina de fumaça que encobre suas reais políticas ou mesmo sua incapacidade de promover gestão com relação aos diversos grupos. De acordo com Santos, Santana e Arruda (2018, p.9),

Ao se falar em diversidade na organização, acaba-se por passar uma impressão de que a empresa está “abrindo espaço” para um grupo que se enquadra no conceito de “minorias”. Sendo assim, é possível observar que em uma organização, muitas vezes o discurso da diversidade acaba sendo apenas para passar uma boa impressão aos *stakeholders*. Os extensos manuais, cartas publicadas em sites oficiais, tópicos sobre a diversidade em seus valores organizacionais, não passam, em sua grande maioria, de apenas um discurso, divergindo do cotidiano da organização.

Desta forma, ao analisar as organizações do “mundo fitness” vemos que o uso de imagens de corpos que não refletem o padrão em seus blogs não demonstra realmente a sua atuação na diversidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base no exposto pode-se verificar a importância em relacionar gestão da diversidade nos ambientes organizacionais com os blogs informativos sobre corpos tomados como referência no mundo fitness e a também a necessidade de novos estudos que abordem essas temáticas. Ao considerar que o planejamento de um programa de exercícios físicos parte da avaliação das necessidades e potencialidades de cada indivíduo, o público das academias não estaria determinado pelo seu biótipo. Entretanto, pode-se observar a partir dos blogs de grandes academias que por meio de fotografias expressam como referência um corpo idealizado, a qual não expressa a realidade da maioria da população e muitas vezes dos frequentadores desses espaços. Além disso, é possível observar escassez de corpos de cor preta, de pessoas com deficiência e idosos protagonizando informações positivas. Pode-se assim, atribuir à essas organizações falhas em seu comprometimento real na gestão da diversidade e de condutas que expressem evolução neste sentido.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, Theodor W.; Horkheimer, Max. *A Dialética do Esclarecimento*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1985.
- Associação Brasileira de Academias. **Mercado mundial do fitness**: principais players e mudanças no top ten. Disponível em: <<https://acadbrasil.com.br/wp-content/uploads/2019/03/edicao-82.pdf>>. Acesso em: 19 jun. 2021.
- ADAMS, G. R. Physical attractiveness, personality, and social reaction to peer pressure. **The Journal of psychology**, v. 96, n. 2, p. 287-296, 1977. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/00223980.1977.9915911>>. Acesso em: 20 jun 2021.
- CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA. **RESOLUÇÃO CONFEF nº 046/2002**. Disponível em: <https://www.confef.org.br/confef/resolucoes/82>. Acesso em: 19 jun. 2021.
- COSTA, Ana Paula *et al.* Publicidade x Padrões de beleza: uma reflexão sobre o uso da imagem da mulher na campanha “um olhar aberto te define”, da marca Avon. **SEPesq**, Semana de Extensão, Pesquisa e Pós-graduação. Centro Universitário Ritter dos Reis, Rio Grande do Sul, 2018. Disponível em: <<https://www.uniritter.edu.br/files/sepesq/arquivos-trabalhos-2019-2/7-mariane-mauss-dos-santos-publicidade-x-padroes-de-beleza.pdf>>. Acesso em: 18 jun. 2021.
- DE BOM, Francine Costa. A ESTÉTICA CORPORAL NO ESPAÇO ACADEMIA: DISCUSSÃO E REFLEXÃO. IV Colóquio de História da Educação da UNESCO: Arte, cultura e educação: identidade e memória, 2016. Disponível em: <<http://www.unesc.net/portal/capa/index/595/10601/>>. Acesso em: 18 jun. 2021.
- FISCHLER, C. Obeso benigno, obeso maligno. In: SANT’ANNA, D. B. (org). *Políticas do corpo: Elementos para uma história das práticas corporais*. São Paulo: Estação Liberdade, p.60 80, 1995.
- Fleury, M. T. L. Gerenciando a Diversidade Cultural: Experiência de Empresas Brasileiras. **RAE- revista de administração de empresas**, v. 40, n. 3, p. 18-25, 2000.
- Lisboa, Aline Graziela *et al.* A fotografia como comunicação. **Revista Educação**, vol. 11, nº. Extra 2, págs. 46-66. 2016. Disponível em: <<http://revistas.ung.br/index.php/educacao/article/viewFile/2333/1709>>. Acesso em: 19 jun. 2021.
- NORONHA, D. P. Reflexões sobre diferença, representação e poder em diálogo com um pensamento decolonial. **Revista Iluminuras**, Porto Alegre, v. 20, n. 50, p. 255-278, julho, 2019.
- SANTOS, Jean Victor de Melo; SANTANA, Aline Cavalcante; ARRUDA, Geyza D’Ávila. Diversidade nas organizações: inclusão social ou estratégia competitiva? **Psicologia.pt - O Portal dos**

XXII ENCONTRO de PESQUISADORES

INTERDISCIPLINARIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Psicólogos. 2018. ISSN 1646-6977. Edição eletrônica em:

<https://www.psicologia.pt/artigos/textos/A1170.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2021.

Tomaz, Rafael Cândido *et al.* Corpo Padrão: Um Estudo sobre as Concepções do Corpo Feminino Exposto pela Mídia. **Revista Latino-Americana de Psicologia Corporal**. n. 9, p.120-145, Junho/2020. ISSN 2357-9692. Edição eletrônica em <<http://psicorporal.emnuvens.com.br/rbpc>>. Acesso em: 19 jun. 2021.

IMAGENS:

Figuras Blog 1: Disponível em: <https://blog.bodytech.com.br/treino/> Acesso em: 13 out 2021.

Figuras Blog 2: Disponível em: <https://ciaathletica.com.br/blog/> Acesso em: 13 out 2021.

Figuras Blog 3: Disponível em: <https://www.smartfit.com.br/news/> Acesso em: 13 out 2021.

**ASPECTOS DA FORMAÇÃO MÉDICA NA ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE E A INTERFACE
COM A INFRAESTRUTURA DO LOCAL**

ASPECTS OF MEDICAL TRAINING IN PRIMARY HEALTH CARE AND THE INTERFACE WITH THE
LOCAL INFRASTRUCTURE

Área temática: Educação e Saúde

CINTRA, Núbia de Souza
Centro Universitário Municipal de Franca Uni-FACEF
Mestranda em Desenvolvimento Regional
nubiamed@gmail.com

GAZAFFI, Livia Maria Lopes
Centro Universitário Municipal de Franca Uni-FACEF
Professora Doutora e Orientadora do Mestrado em Desenvolvimento Regional
liviamalopes@gmail.com

Resumo

O presente artigo é parte da pesquisa de mestrado, ainda em desenvolvimento, da autora, que irá abordar sobre a formação médica e a percepção dos profissionais de saúde quanto à presença de estudantes na Atenção Primária em Saúde (APS). Os novos modelos de formação médica proporcionam maior interação dos alunos com a APS, no entanto, os locais onde funcionam a atenção básica não foram inicialmente preparados para esse intuito. Objetivo: O objetivo do artigo é apresentar a deficiência de infraestrutura e a possível interferência no processo de educação médica e atendimentos médicos. Metodologia: Foi adotada uma revisão de literatura sobre o assunto formação médica e infraestrutura, para que houvesse uma adequada fundamentação teórica do tema exposto. Conclusão: A infraestrutura inadequada pode limitar a formação médica nos novos modelos propostos e almejados para formar médicos generalistas mais engajados na situação da população brasileira.

Palavras-chave: Educação médica, Atenção Primária à Saúde, infraestrutura

Abstract

This article is part of the author's master research, still under development, which will address medical training and the perception of health professionals regarding the presence of students in Primary Health Care (PHC). The new models of medical training provide greater interaction between students and PHC, however, the places where primary care works were not at first prepared for this purpose. Objective: The objective of the article is to present the lack of infrastructure and the possible interference in the process of medical education and medical care. Methodology: A literature review on the subject of medical training and infrastructure was followed, so that there was an adequate theoretical foundation for the topic exposed. Conclusion: Inadequate infrastructure can limit medical training in the new proposed and desired models to train general practitioners more engaged in the situation of the Brazilian population.

Keywords: medical education, primary health care, infrastructure

1 INTRODUÇÃO

A formação de profissionais da área da saúde tem sofrido uma série de reestruturações e com o objetivo de suprir as carências relacionadas principalmente à capacidade efetiva de resolução dos problemas de saúde da população brasileira. Em 2001, o Ministério da Educação aprovou as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação na área da saúde (DCN) e estabeleceu as

competências e habilidades gerais a serem desenvolvidas no processo de formação médica buscando romper com o modelo tradicional vigente (SANTANA & PEREIRA, 2016).

As DCN incentivam novas formas de organização curricular, articulação entre ensino e serviços, e indicam a necessidade de repensar o processo educativo e práticas de saúde até então vivenciadas pelos profissionais. Essa legislação recomenda a formação de um médico generalista, humanista, crítico e reflexivo, pautado em princípios éticos, capaz de atuar no processo de saúde-doença em seus diferentes níveis de atenção, com responsabilidade social e compromisso com a cidadania. Recomenda também a realização do treinamento em diferentes cenários e níveis hierárquicos de atenção para superar o modelo científico moderno da medicina: formação especializada, fragmentada, centralizada no órgão doente e não no doente, dependente de tecnologia e elegendo o hospital como espaço principal de formação (BRASIL, 2014).

2 REFERENCIAL TEÓRICO

No Brasil, a implantação dos primeiros hospitais-escola ocorreu nas décadas de 1930 e 1940, porém se mantém viva até atualmente. Constitui-se modelo hospitalocêntrico, individualista e uma valorização da superespecialização médica. A fragmentação do conhecimento predispõe à mesma ocorrência também na prática, o que cria obstáculos para a construção de uma assistência médica integral. Considerando o contexto citado, os hospitais universitários ainda têm papel fundamental na formação e capacitação de todos os profissionais na área da saúde, e sua concepção se caracteriza, tradicionalmente, por ser a instituição que faz um prolongamento de um estabelecimento de ensino em saúde (ALMEIDA-FILHO, 2010).

Por outro lado, a Atenção Primária em Saúde (APS) é considerada como reorganizadora das práticas individuais e coletivas, e reorientadora do Sistema Único de Saúde (SUS), compreendendo a garantia da integralidade em suas duas dimensões básicas de abrangência e coordenação. Estas reformulações mais recentes organizacionais trouxeram para as instituições de ensino médico e das demais áreas da saúde novos desafios para o ensino de graduação. A formação de profissionais de saúde com as competências para prestação de cuidados básicos deve se iniciar na graduação, considerando a APS não apenas um campo de práticas, mas também um corpo de conhecimentos que exige abordagens disciplinar e pedagógica inteiramente novas. Ao assumir as múltiplas tarefas relacionadas aos seus princípios, caberá ao egresso a assistência de forma personalizada e continuada a indivíduos e famílias em seu contexto comunitário e territorial. É nestes cenários que terão a oportunidade de participar das atividades de promoção de saúde e resolver 80% dos problemas de saúde da população, justificando-se, pois, a ênfase na APS, para o que é necessária a convergência de todos os esforços. Na mesma linha recomenda-se a inserção precoce do estudante em atividades práticas. Além disso, se na rede básica se espera sejam resolvidos parte importante dos problemas de saúde da população, se aceitamos que as intervenções no território são de grande complexidade, e se ainda acrescentamos a isso que grande parte da população brasileira vive na pobreza, teremos claras evidências técnicas e éticas de que nossas escolas médicas devem formar um profissional competente para intervir nessa realidade. Nesse sentido, a rede básica é um campo de práticas potencial e necessário, no qual os vários cursos de formação de profissionais de saúde deverão inserir seus estudantes (SANTANA & PEREIRA, 2016).

Em vista da necessidade de reformular a orientação profissional nas instituições formadoras na área da saúde, o treinamento dos estudantes e residentes tornou-se um desafio. Ainda que tenha havido a manutenção do internato – parte final da graduação, com atividades exclusivamente práticas - com duração de dois anos, este deverá ter no mínimo 30% de sua carga horária total dedicada à APS e à urgência e emergência, com predomínio da APS (VIEIRA *et al*, 2018).

Deve-se considerar que apesar da APS constituir esse contexto de ensino-aprendizagem privilegiado para a compreensão das necessidades de saúde da população e para o aluno vivenciar um conjunto de ações vinculadas ao cuidado, ou seja, que há muitas vantagens potenciais, depende-se de alguns requisitos básicos. São eles relacionados à estruturação e ao funcionamento da rede de serviços, às características do pessoal disponível, notadamente o pessoal médico, bem como à articulação entre os serviços de saúde na comunidade e a escola médica (NEUMANN, 2012).

A capacidade física da rede de serviços deve ser suficientemente ampla para acomodar o número, em geral elevado, de estudantes de Medicina de cada região geográfica. É desejável que os estudantes se distribuam pelas unidades de modo que cada uma delas abrigue um número muito reduzido (TRONCON, 1999). No entanto, sabe-se que a estrutura física das unidades básicas de

saúde é limitada, com salas geralmente em número insuficiente para os profissionais já atuantes nos locais. O profissional médico em formação necessita de um local adequado aos seus atendimentos, que comumente apresentam duração maior que a dos profissionais já formados. É preciso ainda destacar a importância de prover espaço físico não apenas para a assistência aos pacientes, mas também para realizar discussões de casos e dar feedbacks aos estudantes com maior privacidade (SILVA et al, 2020).

A infraestrutura inadequada pode estar relacionada ao fato que as Instituições de Ensino Médico Privadas não possuem serviço próprio de saúde, utilizando-se da rede instalada do SUS, que já se mostrou ineficiente mesmo antes da chegada dos estudantes de medicina nos locais de trabalho. A precariedade de infraestrutura, pode tornar o espaço desorganizado e impróprio para atendimentos eficazes e um sistema de saúde com base na atenção primária funcionando sem os recursos físicos apropriados pode frustrar as expectativas da população, que deseja atendimento em local adequado (MARQUES, 2019).

Além de organizadas e eficientes, as unidades devem oferecer um espectro amplo e diversificado de ações abrangentes de saúde, que transcendam com clareza, a prestação de serviços de diagnóstico e tratamento de doenças com menor densidade tecnológica e que incidam sobre o ambiente físico e os fatores sociais relacionados à saúde, o que as tornam complexas (SILVA et al, 2020).

O bom desenvolvimento do ensino clínico na comunidade requer, por fim, a existência de vínculos estáveis e duradouro entre as Universidades e a Comunidade, que incluam a manutenção de canais constantemente abertos entre as instâncias competentes da escola médica e dos serviços de saúde (TRONCON, 1999) com o intuito de qualificar o ensino e o cuidado que é prestado entre as instituições.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Trata-se de um estudo do tipo revisão de literatura narrativa exploratório.

Optou-se por neste momento realizar o primeiro contato com a temática e neste sentido foi realizado a busca de artigos publicados na íntegra que se utilizou dos seguintes descritores: educação médica, infraestrutura e Atenção Primária à Saúde.

Foi realizada pesquisa na plataforma Google Acadêmico de artigos com a temática proposta durante o ano de 2020. Os artigos pré-selecionados por meio da leitura dos títulos e resumos, após a realização da seleção, os mesmos foram submetidos à leitura na íntegra e serviram como fundamentação para a elaboração do artigo atual.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As DCN atuais ampliaram a demanda por estágios nas redes de serviços básicos com a atenção acoplada à população, e o desenvolvimento de estratégias de aprendizagem no território, na rede de serviços e no trabalho em equipe multiprofissional. Esse duplo vínculo, universidade e Atenção à Saúde deve inspirar futuramente projetos de locais de que permitam maior efetividade das ações no âmbito da APS, em acordo com os princípios gerais que orientam o Sistema Único de Saúde (SUS).

Assim, como ocorre em outros locais tradicionais em formação médica (Ribeirão Preto, Campinas, Botucatu, São Paulo), acredita-se que o ideal seja a concretização de Centros de Saúde-Escola (CSE) aos moldes já existentes. Os CSE são campos de ensino para as Universidades, formação e treinamento de pessoal da rede de serviços de saúde municipal e regional. Desenvolve e avalia novos métodos de assistência médico-sanitária à comunidade, além de sua função principal de prestar assistência à sua área de abrangência. Participa da proposição dos cuidados integrais à saúde da criança, saúde da mulher, saúde do adolescente, saúde do homem, saúde mental; da Atenção Primária domiciliar; e da atenção à demanda espontânea, contribuindo com a formulação de diretrizes e com o estabelecimento de estratégias nesses campos (NASSER *et al*, 2017).

Enfim, verifica-se inclinação para uma formação médica generalista, assentada nas disposições das DCN, de outro, apreende-se que as dificuldades relacionadas com a infraestrutura e consequentemente, os cenários práticos ilimitados e inapropriados podem limitar as mudanças que

se desejam alcançar. Espera-se que em breve, a infraestrutura não seja um limitante, mas sim um dos facilitadores do processo de formação médica.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA-FILHO, N. Reconhecer Flexner: inquérito sobre produção de mitos na educação médica no Brasil contemporâneo. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 26(12):2234-2249, dez, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. **RESOLUÇÃO Nº 3, DE 20 DE JUNHO DE 2014**. Institui as diretrizes curriculares nacionais do curso de graduação em medicina e dá outras providências, 2014.

MARQUES, A.C.; Do saber ao ser: reflexões sobre a formação do médico de família e comunidade em serviço territorial de base comunitária. **Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade**, v. 14, p.41-52, 2019.

NASSER, M. A. et al. O Centro de Saúde-Escola Samuel B. Pessoa (Butantã, São Paulo, Brasil) completa 40 anos. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação** [online]. 2017, v. 21, n. 63 [Acessado 20 Outubro 2021] , pp. 1053-1056. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1807-57622017.0427>>. ISSN 1807-5762. <https://doi.org/10.1590/1807-57622017.0427>.

NEUMANN, C. R. M.; ZAMBAM, C.; Ensino de atenção primária à saúde na graduação: fatores que influenciam a satisfação do aluno. **Revista Brasileira de Educação Médica**. v. 36, n. 1 suppl 2, 2012.

SANT'ANA, E. R. R. B. & PEREIRA, E. R. S.; Preceptoría Médica em Serviço de Emergência e Urgência Hospitalar na Perspectiva de Médicos. **Revista Brasileira de Educação Médica** [online]. 2016, v. 40, n. 2 [Acessado 20 Outubro 2021] , pp. 204-215. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1981-52712015v40n2e00542014>>. ISSN 1981-5271. <https://doi.org/10.1590/1981-52712015v40n2e00542014>.

SILVA, M. B da et al. Barriers and Facilitators of the Teaching-Learning Process of Medical Students in Primary Care in the City of São Paulo. **Revista Brasileira de Educação Médica** [online]. 2020, v. 44, n. 02 [Acessado 20 Outubro 2021] , e065. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1981-5271v44.2-20190175>>. Epub 08 Maio 2020. ISSN 1981-5271. <https://doi.org/10.1590/1981-5271v44.2-20190175>.ING

TRONCON L. E. A. Ensino clínico na comunidade. **Medicina (Ribeirão Preto)** [Internet]. 30 de setembro de 1999 [citado 20 de outubro de 2021];32(3):335-44. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rmrp/article/view/12714>

VIEIRA, S. P. et al. A graduação em medicina no Brasil ante os desafios da formação para a Atenção Primária à Saúde. **Saúde em Debate** [online]. 2018, v. 42, n. spe1 [Acessado 20 Outubro 2021] , pp. 189-207. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0103-11042018S113>>. ISSN 2358-2898. <https://doi.org/10.1590/0103-11042018S113>.

As políticas sociais como instrumento para efetivação dos direitos de cidadania
Social policies as an instrument for the realization of citizenship rights

Área temática: Área 1: Desenvolvimento Social e Políticas Públicas
1.4 Direito, Trabalho e Serviço Social

VIEIRA, Fabrício Barcelos
Uni-FACEF - Centro Universitário Municipal de Franca
Mestrando em Desenvolvimento Regional pelo Uni-FACEF - Centro Universitário Municipal de Franca. Pós-graduado em Direito Previdenciário pela UNISAL.
Pós-graduado em Direito Civil e Processual Civil pela UNIFRAN.
MBA em Direito Empresarial pela FGV. Advogado.
fabricio.b.vieira@outlook.com

BORGES, Donaldo de Assis
Doutor em História pela UNESP/Franca. Professor Titular do Departamento do Comunicação;
Professor do Programa de Pós-Graduação, Stricto Sensu, Mestrado em Desenvolvimento Regional, do Centro Universitário Municipal de Franca – Uni-FACEF.
donaldo@facef.br

BANDOS, Melissa Franchini Cavalcanti
Doutora em Administração pela FEA-USP, Mestre em Administração pela FEA-USP, Graduada em Administração pela FEARP-USP e em Direito pela Universidade de Ribeirão Preto
melissafcb@gmail.com

Resumo

A Constituição Federal dispõe em seu artigo 6º (Brasil, 1988) que “são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados”. Em que pese as mais de três décadas que estes direitos foram positivados, grande parte deles ainda carecem de efetiva aplicação prática. O texto busca demonstrar a utilização de políticas públicas, conhecidas como políticas sociais (SOUZA, 2007), como caminho para a concretização dos direitos sociais. O objetivo geral é apresentar e discutir exemplos de políticas sociais brasileiras. Dessa forma, foi realizado um levantamento bibliográfico baseado exclusivamente em dados secundários. Em conclusão, observa-se que, embora ainda longe de alcançarem a efetiva universalidade, por intermédio de políticas sociais é que os direitos sociais se tornam a via para o desenvolvimento, a devida inclusão social e garantia de uma cidadania plena.

Palavras-chave: políticas públicas, políticas sociais, direito social, efetivação.

Abstract

The Federal Constitution provides in its article 6 (Brazil, 1988) that "are social rights to education, health, food, work, housing, transport, leisure, security, social security, maternity protection and to children, assistance to the helpless". Despite the more than three decades that these rights were affirmed, most of them still lack effective practical application. The text seeks to demonstrate the use of public policies, known as social policies (SOUZA, 2007), as a way to realize social rights. The general objective is to present and discuss examples of Brazilian social policies. Thus, a bibliographic survey was carried out based exclusively on secondary data. In conclusion, it is observed that, although still far from reaching effective universality, it is through social policies that social rights become the path to development, proper social inclusion and a guarantee of full citizenship.

Keywords: public policies, social policies, social rights, effectiveness.

1 INTRODUÇÃO

A Constituição Federal dispõe em seu artigo 6º (Brasil, 1988) que “são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados”. São garantias voltadas à dignidade da pessoa humana (um dos fundamentos da República Federativa do Brasil – Constituição Federal, art. 1º) que permitem a inclusão social dos indivíduos.

No entanto, a simples disposição normativa no texto constitucional não resultou em “melhoria nas condições de vida dos setores sociais mais vulneráveis, uma vez que a sua efetivação depende de políticas públicas que transformem tais direitos em condições que interferem no cotidiano da vida das pessoas” (ZAMBAM, KUJAWA, 2017).

Ou seja, em que pese a posituação dos aludidos direitos ter ocorrido em 1988, durante essas mais de três décadas ficou evidenciado que grande parte deles ainda carece de efetiva aplicação prática.

Neste sentido, a atuação do Estado como, nas palavras de Zambam e Kujawa (2017) “um agente central na construção de uma sociedade solidária e com justiça social” é fundamental.

Assim, o presente artigo tem como objetivo apresentar e discutir exemplos de políticas sociais brasileiras, por meio de um levantamento bibliográfico baseado exclusivamente em dados secundários. Pretende, portanto, a partir de algumas experiências de políticas públicas realizadas no Brasil, demonstrar-se uma diminuição no distanciamento entre o formal e o real, trazendo o Estado no papel de protagonista na efetivação dos direitos sociais constitucionalmente previstos.

O artigo encontra-se escrito a partir dessa introdução, na sequência um referencial teórico que aborda a evolução histórica dos direitos sociais no Brasil e os conceitos de políticas públicas e políticas sociais. Após são contextualizados exemplos de políticas sociais e ao final são apresentadas as considerações finais e referências.

2 A EVOLUÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS NO BRASIL

A origem dos direitos sociais remonta à época da Revolução Industrial (séc. XIX), em um momento em que trabalhadores estavam sendo vítimas de situações degradantes e desumanas em detrimento da produção e os excessos capitalistas. A omissão do Estado liberal também foi um fator fundamental para a gênese desses direitos.

Mas foi apenas no início do Século XX é que de fato os direitos sociais passaram a ser positivados. A concepção moderna e a formação do Estado Social de Direito, o também chamado Estado de Bem-Estar Social (*Welfare State*), foi evidenciada na Constituição Mexicana de 1917 e na Constituição da Alemanha em 1919 (a chamada Constituição de Weimar), dispositivos legais que passaram então a tratar dos direitos sociais.

Por sua vez, somente após as duas grandes guerras e a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 é que os demais países passaram a incluir em seus textos constitucionais os direitos sociais.

Na realidade brasileira, embora as constituições anteriores já tivessem mencionado algo a respeito (mas sem a devida eficácia social), foi na década de 1930, com a subida de Getúlio Vargas ao poder, é que as questões ligadas ao direito social passaram a se despontar. A Constituição de 1934 teve uma forte influência das outrora mencionadas Constituição Mexicana (1917) e Constituição de Weimar (1919).

Avançando no tempo, após um período de duas décadas de regime ditatorial, em um processo de redemocratização, foi promulgada a Constituição Federal de 1988, a chamada “Constituição Cidadã”.

A Carta Magna de 88 foi, sem dúvida alguma, a primeira, e até então única, a tratar os direitos sociais com a devida e merecida relevância (SARLET, 2007).

Importante destacar-se que o cardápio de direitos sociais não está restrito ao disposto no artigo 6º da Constituição Federal. Também são encontrados nos artigos 7º, 8º, 9º, 10 e 11, assim como naqueles incluídos no Título VIII, Da Ordem Social (BRASIL, 1988).

Assim, feita essa breve imersão nas razões históricas que levaram o legislador constituinte a eleger os direitos sociais como um dos pontos basilares da Constituição Federal de 1988, passa-se a elencar algumas experiências de políticas públicas que resultaram na efetiva aplicação dos aludidos direitos.

Antes, porém, necessário se faz trazer o conceito de políticas públicas e, também, o de políticas sociais.

3 DO CONCEITO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Não há entre os autores especializados um conceito unânime do que seja política pública.

Para Secchi (2017) “uma política pública é uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público”. Logo, “a razão para o estabelecimento de uma política pública é o tratamento ou a resolução de um problema entendido como coletivamente relevante”.

Di Giovani (2008) aponta que as políticas públicas “são intervenções planejadas do poder público com a finalidade de resolver situações problemáticas, que sejam socialmente relevantes”.

Secchi (2017) afirma ainda que política pública é um conceito abstrato que se materializa com instrumentos concretos, como por exemplo, leis, programas, campanhas, obras, prestação de serviços, subsídios, impostos e taxas, decisões judiciais, dentre muitos outros.

Antes, porém, importante diferenciar a conotação do termo política.

Nos países de língua inglesa há uma diferenciação de termos. Quando se trata de atividade humana ligada à obtenção e manutenção dos recursos necessários para o exercício do poder sobre o homem utiliza-se o termo *politics* (BOBBIO, 2002).

Por sua vez, se a dimensão do termo política é sobre algo mais concreto e se relaciona com orientações para a decisão e ação fala-se em *policy*. O termo política pública “está vinculado a esse segundo sentido da palavra „política” (SECCHI, 2017).

Indivíduos, grupos e organizações são relevantes no processo de política pública, seja na formulação ou na sua aplicação. Por essa razão, ou seja, por exercerem um papel daqueles que “têm capacidade de influenciar, direta ou indiretamente, o conteúdo e os resultados da política pública”, são então denominados pelo termo “atores” (SECCHI, 2017).

Com efeito, sem excluir a participação dos demais atores, “a promoção das políticas públicas é de responsabilidade primordial do Estado cuja missão básica nas sociedades democráticas é a realização do bem comum, ou seja, o bem de todos”. Sendo assim, “o combate às distorções, desigualdades e outras mazelas é prerrogativa do Estado, sem descuidar das demais áreas, por exemplo, a regulação dos setores de produção”. Logo, “a ausência do Estado na organização da sociedade, sedimenta e amplia o fosso das desigualdades e outras disparidades”. (ZAMBAM, KUJAWA, 2017).

Desta forma, a missão do Estado é de ser “o protagonista da construção de propostas de desenvolvimento capazes de minimizar os problemas vividos e prevenir novas ameaças à organização segura e equitativa da sociedade”. E mais, deve atuar “como um agente central na construção de uma sociedade solidária e com justiça social” (ZAMBAM, KUJAWA, 2017).

Fundamental destacar que, conforme lecionam Zambam e Kujawa (2017), em trabalho que traz a visão de Amartya Sen¹, a compreensão de políticas públicas é que elas devem destacar e “promover a condição de agente dos cidadãos, assim como, de ampliar a liberdade social”.

Em continuidade, os festejados autores indicam que “as políticas públicas têm como objetivo contribuir com o processo de desenvolvimento social”. Por sua vez, elas devem “integrar a economia, a tecnologia, o progresso econômico, os mercados e outros atores com uma arquitetura que vise possibilitar as condições para a expansão da liberdade de escolha das pessoas, elegendo o desenvolvimento das capacidades humanas e a condição de agente, como a justificativa para a existência e a atuação do Estado, com seu aparato institucional, jurídico e financeiro” (ZAMBAM, KUJAWA, 2017).

Ademais, a atuação estatal por intermédio de políticas públicas não deve se resumir ao mero assistencialismo, com atuações de curto prazo.

É fundamental consolidar a condição de agente do cidadão, criando “as condições necessárias para que as pessoas possam exercer a sua liberdade de escolher o tipo de vida que lhes dão razão para viver”. O caminho para o desenvolvimento de uma cidadania absoluta importa em

¹ Nascido na Índia em 1933, Amartya Kumar Sen ficou conhecido por ter sido o primeiro – e até o momento, único – acadêmico de um dos países não desenvolvidos a ganhar o Prêmio Nobel de Economia. O indiano deu enormes contribuições acadêmicas, sendo ainda reitor e professor na Universidade de Cambridge, professor em Oxford e Harvard. Além disso, foi um dos fundadores do Instituto Mundial de Pesquisa em Economia do Desenvolvimento. Desempenhou um papel importantíssimo na análise do desenvolvimento dos países, ao criar em 1990, em parceria com o paquistanês Mahbub ul Haq, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH): uma nova maneira de medir o desenvolvimento dos países, considerando não apenas os fatores econômicos, mas também os sociais. (DANA, 2017).

desenvolver essas liberdades de escolha “em vista de poder influenciar a formatação da arquitetura social por meio de efetivos instrumentos de participação e decisão” (ZAMBAM, KUJAWA, 2017).

3.1 DAS POLÍTICAS SOCIAIS

Importante destacar-se que as políticas públicas que tratam de direitos sociais são conhecidas como políticas sociais.

As políticas sociais podem ser conceituadas como “o conjunto das políticas públicas, voltadas para o campo da proteção social” e se alinha às formas “desenvolvidas a partir da segunda metade do século XIX”. Ou seja, busca-se através desse mecanismo amparar os cidadãos através de um complexo sistema de proteção social (saúde, educação, assistência social, previdência social, entre outros). O que diferencia as políticas sociais das demais expressões de políticas públicas é que aquelas se definem por seu objetivo, e não por seu campo de decisões (DI GIOVANI, 2008).

Corroborando com o acima exposto, por sua vez, Souza (2007) ensina que a distinção entre pesquisas em políticas públicas e pesquisas em políticas sociais está no foco e objetivos. Enquanto aquelas “concentram-se no processo e em responder questões como „por quê” e „como”, os estudos em políticas sociais tomam o processo apenas como „pano de fundo” e se concentram nas consequências da política, ou seja, o que a política faz ou fez”. Desta forma, para a autora, os estudos sobre política social focalizam-se nas “questões que a política busca „resolver”, nos problemas da área e em seus resultados. No Brasil, temas como educação, saúde, serviços sociais, segurança pública e estudos relacionados com grupos minoritários e excluídos são pauta de diversas políticas sociais. Nosso país tem dado ampla atenção acadêmica para o tema políticas sociais, estando entre um dos assuntos e estudos mais disseminados.

Um dos pontos de convergência entre políticas públicas e políticas sociais é que ambas atuam em campos multidisciplinares. Ou seja, sintetizam teorias da sociologia, da ciência política, da economia, entre outros. Comportando, assim, diversos “olhares” (SOUZA, 2007).

Assim, a “existência de um estado com capacidade de resposta a demandas sociais”, ou seja, um “estado verdadeiramente democrático”, que traz em sua agenda a implantação de políticas sociais, fortalece a formalização e a institucionalização dos direitos de cidadania (DI GIOVANI, 2008).

Com efeito, este artigo utilizará o termo “políticas sociais” para mencionar políticas públicas no campo dos direitos sociais.

Pois bem, feitas as considerações acima, é o momento de apontar alguns exemplos de políticas sociais brasileiras, que tiveram atuação de destaque do Estado, com intuito de promoção da condição de agente do cidadão, e foram capazes de tornar efetivos alguns dos direitos sociais elencados constitucionalmente.

4 EXEMPLOS DE POLÍTICAS SOCIAIS NO BRASIL

Falando especificamente do Brasil, no que diz respeito às políticas públicas e a ampliação da condição de agente e da liberdade, apontam Zambam e Kujawa (2017) que o país “registra um histórico de concentração de renda e de um grande contingente de pessoas vivendo abaixo da linha de pobreza, isto é, sem acesso às condições básicas de alimentação, moradia, saúde e alimentação”.

Com base nas considerações acima, as linhas abaixo vão trazer algumas experiências positivas de políticas públicas, conhecidas como políticas sociais, realizadas em nosso país (entre os anos de 1990 a 2016), em algumas áreas que tiveram sucesso na efetivação de direitos sociais.

4.1 A INSTITUIÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS) E DA LEI ORGÂNICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL (LOAS)

Após o processo de redemocratização do país, durante o mandato presidencial de Fernando Collor de Mello, o Brasil consolidou uma das políticas públicas de saúde mais exitosas em todo mundo. Por intermédio da Constituição Federal de 1988 e sua lei regulamentadora (Lei 8.142/1990) institui-se o Sistema Único de Saúde (SUS) inaugurando um modelo de proteção abrangente, justa, equânime e democrática. O Estado assumiu, assim, o papel de protagonista adotando a saúde como seu dever e um direito de todo o cidadão.

Com efeito, o modelo propõe um sistema de saúde com intuito de atender a todos conforme suas necessidades, em detrimento do formato anterior, que beneficiava apenas alguns grupos sociais. O Brasil adotou o sistema universal (em contraste à cobertura universal, que privilegia a forma de adesão por intermédio da titularidade de seguros de saúde privados) que promove a

garantia a todo cidadão do acesso aos serviços de saúde de forma integral, sem qualquer desembolso monetário, equitativo, promovendo a cidadania plena (GIOVANELLA, 2018).

Neste mesmo período, merece destaque a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), instituída pela Lei 8.742/93. Por intermédio deste instrumento normativo a assistência social erigiu-se como direito social de alcance universal (BRASIL, 1993).

Aliás, a título de exemplo, a LOAS, em seu artigo 4º, traz os cinco princípios da assistência social:

Art. 4º A assistência social rege-se pelos seguintes princípios:

I - supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica;

II - universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas;

III - respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade;

IV - igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais;

V - divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão.

Com efeito, o período entre os anos de 1990 a 1994 foi marcado por instrumentalizar algumas propostas e programas inseridos na Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988). Questões ligadas à saúde e assistência social (pilares do Sistema de Seguridade Social – juntamente com a previdência social) foram os destaques.

4.2 OS PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA E A REGULAMENTAÇÃO DOS DIREITOS À ASSISTÊNCIA SOCIAL E À EDUCAÇÃO

Nesta linha de raciocínio, os dois governos do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995 a 2002), em que pese, terem sido marcados “pela baixa geração de empregos qualificados” e “constrangimentos financeiros” em algumas políticas sociais, foram responsáveis pela expansão de programas de combate à pobreza, através de iniciativas de transferência de renda, que ocorreram partir do ano de 1998. Também se promoveu, na área da educação, a descentralização e expansão do ensino fundamental (MACHADO, LIMA e BATISTA, 2017).

Com efeito, dadas as contradições, Cardoso, durante seus mandatos presidenciais, trouxe algumas ações que buscaram “garantir direitos sociais e transferência de renda para contemplar os grupos sociais mais vulneráveis”. Podem ser mencionados o Benefício de Prestação Continuada (BPC), o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) e o Bolsa Escola. A esses pontos também foram somados “à construção e à regulamentação de direitos básicos como a saúde, educação e assistência social” (ZAMBAM, KUJAWA, 2017).

4.3 OS GOVERNOS LULA E A MELHORIA DOS ÍNDICES SOCIAIS

Já a gestão do presidente Luís Inácio Lula da Silva, através de dois mandatos presidenciais (2003 a 2010) foi caracterizado por variações no contexto econômico e político. Por outro lado, destacou-se “por uma articulação entre políticas econômicas e sociais de orientação redistributiva, tais como: estratégias para a geração de empregos, formalização do trabalho, aumentos reais do salário-mínimo e aumento das transferências diretas de renda” (MACHADO, LIMA e BATISTA, 2017).

Para Zambam e Kujawa (2017) os efeitos das políticas públicas deste período resultaram em diminuição da pobreza e o aumento de renda, assim como a ampliação do emprego e da escolarização. Neste mesmo sentido, houve o “fortalecimento da concepção de Estado compreendendo a sua responsabilidade social na garantia de direitos e na distribuição de renda o que contribuiu para a significativa melhoria dos índices sociais”. Para os autores, os fatores que contribuíram para a melhoria dos índices de redução da pobreza foram vários. Apontam dois exemplos: (1) “aumento dos benefícios previdenciários e assistenciais” e (2) o “programa Bolsa Família”.

O aumento do salário-mínimo no período do governo Lula também influenciou na diminuição da pobreza. Dados indicam que o salário-mínimo teve um aumento real de cerca de 53% (cinquenta e três por cento) entre os anos de 2003 a 2010 (MONTALI, LESSA, 2016).

Segundo Zambam e Kujawa (2017), esse resultado foi em razão da “atuação do Estado por meio de políticas públicas diretas ou de regulamentação do mercado”. Ressaltam que “a ampliação do mercado de trabalho, analisado de outra perspectiva, é fundamental para mudança das condições de vida do sujeito, na medida que para além de garantir renda, proporciona um conjunto de realizações individuais e coletivos”. Continuam discorrendo que “o emprego é um fator mais amplo de desenvolvimento se comparado aos programas assistenciais como é o caso do Bolsa Família. Essa afirmação não significa que uma iniciativa exclua o outro”.

Quanto ao crescimento do número de empregados, Zambam e Kujawa (2017) ponderam que esse fator é associado às “políticas de geração de novos postos de trabalho por meio de medidas que regulamentam e interferem na dinâmica econômica (subsídios, investimentos, investimento, isenções, etc), mas também, em políticas de capacitação profissional”. Neste ponto, destacam os autores o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego (Pronatec), que “impactou de maneira peculiar no acesso ao emprego e na renda média dos trabalhadores”.

Já o aumento da escolarização “está relacionado prioritariamente ao acesso à educação básica e ao ensino superior”. Neste ponto destacam-se três programas:

a) o REUNI (Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais) que tem como meta ampliar o número de vagas nas Universidades Federais;

b) o PROUNI (Programa Universidade para Todos) que visa criar vagas nas universidades privadas mediante a isenção de tributos; e

c) o FIES (Fundo de Financiamento Estudantil), cujo objetivo é o financiamento de estudantes da rede privada de ensino.

O REUNI, ao ampliar “o número de vagas nas instituições e de alunos matriculados no ensino superior”, foi uma política que contribuiu “significativamente para o desenvolvimento social porque amplia a condição de sujeito ativo (...)”. Relevante também o PROUNI, uma vez que favoreceu “o acesso a grupos sociais que estudam em escolas públicas e com menor renda, ampliando ainda mais o seu impacto sobre a capacidade de inclusão social dos grupos sociais historicamente de renda inferior” (ZAMBAM, KUJAWA, 2017).

4.4 O GOVERNO DILMA ROUSSEF E A DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR

Por meio da Lei 12.711/2012 (Brasil, 2012) institui-se o chamado sistema de cotas, objetivando o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio de estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas, com prioridade para aqueles oriundos de famílias de baixa renda (até 1,5 salário-mínimo per capita). Referido dispositivo legal também promoveu o acesso a negros, pardos e indígenas, assim como pessoas com deficiência (por meio de autodeclaração).

Alias, importante destacar que em 2016, por intermédio da Lei nº 13.409, é que se incluiu a reserva de vagas para pessoas com deficiência (Brasil, 2016). Tal questão também considera aspectos relacionados à autodeclaração racial e à renda.

Dando continuidade às políticas públicas direcionadas à educação que foram realizadas no governo anterior, a presidenta Dilma Roussef, por intermédio da chamada Lei de Cotas, instituiu o programa de acesso ao ensino superior público.

Foi uma medida que, por intermédio de uma ação afirmativa, direcionou vagas para determinados segmentos sociais excluídos do ensino superior no Brasil. Representou uma conquista no que diz respeito à construção de uma Universidade mais inclusiva e mais democrática.

Em que pese ser alvo de muitas críticas, principalmente no que diz respeito às cotas raciais, referidas políticas públicas se demonstram necessárias. Especialistas fundamentam que em um país marcado por desigualdades sociais e raciais como o Brasil, essas ações afirmativas proporcionam “formas diferenciadas de incluir estudantes de grupos sub-representados no ensino superior, o qual historicamente é frequentado, em sua maioria, por membros da elite brasileira que tiveram mais oportunidades, frequentando boas escolas e se preparando melhor para os exames de seleção”(LOPES, SILVA e FERREIRA, 2021).

A Lei de Cotas deverá ser revista em 2022 (dez anos após sua publicação). E este assunto já está rendendo muitos debates. Há projetos de lei no Congresso Nacional que propõem a continuidade da medida e até alterações. Por sua vez, “movimentos sociais se articulam para tornar a ação afirmativa permanente” (SESTREM, 2021).

Sabe-se que o ingresso no ensino público superior por intermédio de cotas não resolve o problema da educação no país (haja vista que a educação básica ainda sofre com a má qualidade);

entretanto, a Lei de Cotas foi uma conquista para aqueles em condições de maior pobreza, principalmente a população negra. Sua continuidade, com os ajustes necessários, se faz importante.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sem qualquer pretensão de esgotar o assunto, o presente artigo trouxe alguns exemplos de políticas públicas, conhecidas como políticas sociais que, na realidade brasileira, foram responsáveis (ou tiveram a intenção) de efetivar direitos sociais que, até então, estavam apenas positivados na Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988) e careciam de “sair do papel” e passar a fazer parte daquilo que de fato pode ser exigido pelo cidadão, buscando também promover sua condição de agente.

No que diz respeito à evolução histórica dos direitos sociais verificou-se que as questões ligadas aos referidos direitos passaram a se despontar a partir da década de 1930, por intermédio do governo de Getúlio Vargas. Contudo, Sarlet (2007) mostrou que a Constituição de 1988 (Brasil, 1988) foi, de fato, a primeira, e até então única, a tratar os direitos sociais com a devida e merecida relevância.

A conceituação do que significa políticas públicas, na visão de Secchi (2017), ou seja, um instrumento para enfrentar problemas públicos, também se fez necessária para que fosse traçado um paralelo entre a sua importância e a efetivação de direitos sociais.

Também foi apresentado o termo “políticas sociais”, com o sentido de traduzir políticas públicas voltadas ao campo dos direitos sociais.

Por fim, traçou-se uma linha do tempo (entre os anos de 1990 a 2016) com exemplos de políticas públicas, conhecidas como políticas sociais, realizadas em nosso país, e algumas experiências de sucesso na efetivação de direitos sociais.

Em conclusão, buscou-se demonstrar, através dos exemplos trabalhados “que as políticas públicas têm o potencial de influenciar sobremaneira para o desenvolvimento das condições de justiça social, ampliando as capacidades das pessoas, especialmente aquelas em situação de vulnerabilidade” (ZAMBAM, KUJAWA, 2017).

REFERÊNCIAS

BOBBIO, N. Política. In: BOBBIO, N.; MATEUCCI, N. PASQUINO, G. Dicionário de política. 12 ed., v.2, Brasília: Editora UnB, 2002.

BRASIL. Constituição Federal 1988. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 07 out. 2021.

BRASIL. Lei nº 8742 de 1993. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742.htm>. Acesso em: 07 out. 2021.

BRASIL. Lei nº 12711 de 2012. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm>. Acesso em: 13 out. 2021.

DANA, Samy. “Pai do IDH”, Amartya Sen defendeu desenvolvimento além do PIB. *G1*, 03 set. 2017. Disponível em: < <http://g1.globo.com/economia/blog/samy-dana/post/pai-do-idh-amartya-sen-defendeu-desenvolvimento-alem-do-pib.html>>. Acesso em: 07 out. 2021.

DI GIOVANI, Geraldo. Políticas públicas e política social. *Blog do Gera Di Diovani*, 22 ago. 2008. Disponível em: < geradigiovanni.blogspot.com/2008/08/politicas-pblicas-e-politica-social.html >. Acesso em: 17 out. 2021.

GIOVANELLA, Lígia *et al.* Revista Ciência & Saúde Coletiva, 23 (6): 1763-1776, 2018.

LOPES, Ronaldo André; SILVA, Guilherme Henrique Gomes da; FERREIRA, Eric Batista. A Lei de Cotas e o acesso à Universidade Federal de Alenas por estudantes pertencentes a grupos sub-representados. *Rev. bras. Estud. pedagog.*, Brasília, v. 102, n. 260, p. 148-176, jan./abr. 2021.

MACHADO, C.V.; LIMA, L.D.; BAPTISTA, T.W.F. Políticas de saúde no Brasil em tempos contraditórios: caminhos e tropeços na construção de um sistema universal. Cadernos de Saúde Pública, v. 33, supl 2:e00129616,2017.

MONTALI, Lília; LESSA, Luiz Henrique. Pobreza e mobilidade de renda nas regiões metropo-litanas brasileiras. Cad. Metrop., São Paulo, v. 18, n. 36, jul. 2016, p. 503-533.

SARLET, Ingo Wolfgang. A eficácia dos direitos fundamentais. 8. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007.

SECCHI, Leonardo. Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. 2. Ed. – São Paulo, SP: Cengage Learning, 2017.

_____. Políticas Públicas: casos práticos, questões de concursos. 3. Ed. – São Paulo, SP: Cengage Learning, 2019.

SESTREM, Gabriel. Lei de cotas em universidades será revista em 2022. Medida deve ser renovada? *Gazeta do povo*, 14 mar. 2021. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/lei-de-cotas-universidades-revisao-em-2022/>. Acesso em: 13 out. 2021.

SOUZA, C. Estado da Arte da Pesquisa em Políticas Públicas. In: HOCHMAN, Gilberto; ARRETCHE, Marta; MARQUES, Eduardo. Políticas Públicas no Brasil. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007. Pp. 65-85.

ZAMBAM, Neuro José; KUJAWA, Henrique Aniceto. As políticas públicas em Amartya Sen: condição de agente e liberdade social. Revista Brasileira de Direito, Passo Fundo, v. 13, n. 1, p. 60-85, mar. 2017. Disponível em: <<https://seer.imed.edu.br/index.php/revistadedireito/article/view/148>>. Acesso em 04 out. 2021.

A TUTELA JURÍDICA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: A IMPORTÂNCIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO E DAS MOBILIZAÇÕES SOCIAIS PARA A AQUISIÇÃO E MANUTENÇÃO DE DIREITOS

THE LEGAL GUARDIANSHIP OF PEOPLE WITH DISABILITIES: THE IMPORTANCE OF THE PUBLIC PROSECUTOR'S OFFICE AND SOCIAL MOBILIZATIONS FOR THE ACQUISITION AND MAINTENANCE OF RIGHTS

Área temática: 1.4 Direito, Trabalho e Serviço Social

BARBOSA, Guilherme Dalbon
UNESP

Bacharel e Mestrando em Direito pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" – UNESP; Especialista em Direito Penal e Processual Penal pela UniDomBosco
guilherme.d.barbosa@unesp.br

LEITE, Flávia Piva Almeida
UNESP

Professora da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação - no Departamento de Ciências Humanas da FAAC/UNESP. Professora do Programa de Doutorado e Mestrado em Direito da UNESP/Franca. Doutora em Direito pela PUC/SP; Mestra e Bacharela em Direito pela Instituição Toledo de Ensino - ITE/Bauru
flavia.leite@unesp.br

BORGES, Paulo César Corrêa
UNESP

Professor assistente Doutor do Departamento de Direito Público e do PPG DIREITO/FCHS/UNESP. Doutor, Mestre e Bacharel em Direito pela Universidade Estadual Paulista - Unesp.
paulo.cc.borges@unesp.br

Resumo

A presente pesquisa tem por objetivo analisar a importância da atuação do Ministério Público na defesa e concretização dos direitos das pessoas com deficiência após o advento da Constituição Federal de 1988 e os movimentos sociais que culminaram nas conquistas fundamentadas na Carta Magna. Sendo o Ministério Público, segundo a Constituição e a sua Lei Orgânica Nacional, o guardião da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais, sua atuação em relação aos direitos e interesses da pessoa com deficiência está em linha com sua missão institucional. Indo ao encontro dessas determinações, foi promulgada a Lei Brasileira de Inclusão que reafirma as atribuições do Ministério Público na defesa e garantia de direitos dessas pessoas. Para tanto, será utilizada como metodologia de pesquisa a análise bibliográfica, com leitura de artigos, doutrinas e legislação sobre o tema, de forma dedutiva. Isso, para ao final concluir-se que o Ministério Público é fundamental para a defesa e efetivação dos direitos positivados da pessoa com deficiência, inclusive na tutela penal de tais direitos e, também, que o histórico de mobilizações das pessoas com deficiência e de suas entidades de apoio foi fundamental para a estruturação do ordenamento jurídico que há atualmente. E, ainda, que tal microssistema jurídico fornece ferramentas à disposição do Ministério Público para sua atuação e garantia dos direitos, cuja manutenção e avanço depende não apenas da atuação do *parquet*, mas, também, da constante e permanente mobilização social e pressão política.

Palavras-chave: Ministério Público, direitos, pessoa com deficiência.

Abstract

This research seeks to analyze the importance of the role of the Public Ministry in defending and implementing the rights of people with disabilities after the advent of the Federal Constitution of 1988 and the social movements that culminated in the achievements based on that *bill of rights*. As the Public Ministry, according to the Constitution and its National Organic Law, is the guardian of the legal order, the democratic regime and social and individual interests, its actions in relation to the Rights and interests of people with disabilities is in line with its institutional mission. In line with these

determinations, the Brazilian Inclusion Law was enacted, which reaffirms the attributions of the Public Ministry in defending and guaranteeing the rights of these people. Therefore, bibliographic analysis will be used as a research methodology, with a deductive reading of articles, doctrines and legislation on the subject. This, in order to finally conclude that the Public Ministry is fundamental for the defense and enforcement of the positive Rights of people with disabilities, including the Criminal Guardianship of such Rights and, also, that the history of mobilization of people with disabilities and their support entities was fundamental for the structuring of the current legal system. And, also, that such a legal micro-system provides tools available to the Public Ministry for its performance and guarantee of Rights, whose maintenance and advancement depends not only on the performance of parquet, but also on constant and permanent social mobilization and political pressure.

Keywords: Public Prosecutor's office. Rights. People with disabilities.

1 INTRODUÇÃO

O desenvolvimento de uma sociedade, a nível global, nacional, regional ou local, depende de uma série de fatores que não necessariamente podem ser previstos, impostos ou enfrentados de maneira satisfatória por todos os Estados ou por todas as organizações sociais presentes, em especial se utilizada uma solução única e simples para problemas complexos e dinâmicos de distintas naturezas e diferentes áreas.

Isso explica, entre outras coisas, porque nações com características demográficas e geográficas parecidas e poderio econômico similar lidam e enfrentam de maneira tão diversa com assuntos comuns, como a assistência social básica, o Direito à saúde, a educação gratuita e as obras públicas.

Basta, para tanto, observar a gritante diferença entre os Estados Unidos da América e o Canadá, nações vizinhas, com território e recursos proporcionais e semelhantes, em termos de assistência social e sistema público de saúde, quanto à sua universalidade, gratuidade e abrangência, por exemplo.

Não há uma regra universal para a resolução de problemas sociais complexos, uma vez que diferenças locais, regionais e nacionais, que ocorrem no seio da sociedade, influenciam na forma que os países e os governos atuam e que as próprias sociedades se comportam. A pandemia de COVID-19, inclusive, escancarou tal fato.

E, quando se trata de grupos vulneráveis, como minorias étnicas, raciais e religiosas, mulheres, comunidade LGBTQIA+ e também as pessoas com deficiência, a situação é ainda mais delicada e distinta, sendo que os direitos destes grupos, e a tutela jurídica sobre eles, é de natureza vital para uma concretização do princípio constitucional da igualdade, em sua face material, conforme disposto na Carta Magna.

O desenvolvimento de um país tão desigual e diferente em termos sociais, políticos e econômicos como é o Brasil, passa, sem dúvidas, pela tutela dos direitos humanos, em suas diferentes faces e em relação aos distintos grupos vulneráveis que compõem a realidade social brasileira.

Para a presente pesquisa, apresentada neste artigo, será abordada a questão da tutela jurídica das pessoas com deficiência, com enfoque na atuação do Ministério Público conferida pela Constituição Federal de 1988 e, mais recentemente, pela Lei nº 13.146/15, a Lei Brasileira de Inclusão ou também chamada de Estatuto da pessoa com deficiência.

A contextualização acima exposta demonstra que, no caso das pessoas com deficiência, cada nação possui uma realidade, e, no caso do Brasil, que será abordado no presente artigo, houve um longo período de inércia estatal na tutela e na proteção destas pessoas, com diferentes fases que culminaram, recentemente, no arcabouço jurídico e político fundamentado na Constituição de 1988.

De igual maneira, também serão abordadas a importância e a relevância atual das questões de mobilização e organização das pessoas com deficiência em termos políticos e sociais, como a criação de instituições de apoio da sociedade civil, organizações sociais de defesa de determinados grupos e, por fim a mobilização política advinda de tal movimentação, com resultados notáveis na Carta Magna de 1988 e, portanto, nas legislações sobre as pessoas com deficiência subsequentes, tais como a Lei Brasileira de Inclusão.

Tal recorte se faz necessário para que se entenda como, atualmente, o Ministério Público dispõe de ferramentas e de recursos jurídicos e não jurídicos para o atendimento, o amparo e o

suporte, além da atuação jurídica, em defesa dos direitos das pessoas com deficiência e de outros de caráter difuso e coletivo.

Isso, pois, o contexto atual, em que há, em primeira vista, uma grande quantidade e variedade de artifícios jurídicos e redes de apoio, além de direitos fundamentados e positivados, é uma realidade que foi conquistada a partir de uma série de mobilizações e lutas da sociedade civil, organizada em instituições de apoio a determinados grupos de pessoas com deficiência que remontam ao início do século passado.

Com os avanços de tais instituições e organizações de apoio e amparo, além da proliferação de entidades de ensino, desporto e desenvolvimento profissionais, surgiram, de forma até mesmo natural, comunhão de interesses entre as pessoas com deficiência, seus familiares, amigos e profissionais de apoio, que, conseqüentemente, partilhavam aspirações a melhores condições de atuação, mais apoio e amparo governamental e uma legislação mais abrangente, efetiva e presente no ordenamento jurídico interno.

Essas movimentações, coincidindo com um momento histórico e político de mudanças, ao final da ditadura militar, e com um início de processo de redemocratização, se construiu, com base em lutas e mobilizações, em um espaço para as pessoas com deficiência exporem suas ambições e participarem na construção política do novo diploma legal máximo do país.

As reuniões temáticas da assembleia nacional constituinte e a posterior construção da Constituição Federal de 1988 sob uma orientação plural, democrática e abrangente, rica em princípios e com uma busca de uma igualdade entre o povo foram o palco de tais participações.

Foi justamente no contexto desta realidade política e social que os direitos das pessoas com deficiência, o microssistema legislativo de sua tutela e a missão institucional do Ministério Público foram semeados e começaram a surgir, na figura de direitos fundamentais inscritos no corpo mais rígido da Constituição, em cláusulas pétreas, e em missões constitucionais direcionadas às instituições de Estado.

Contudo, a mera positivação ou fundamentação de direitos das pessoas com deficiência na Constituição não era, e, de fato, não foi, garantia de que tais direitos seriam efetivados na prática, mas, sim, um sinal de que toda a mobilização de entidades e associações como as APAEs, os institutos Pestalozzi e demais organizações de apoio, que foram a base para o movimento político-social do grupo, teve, finalmente, um resultado concreto no cenário legislativo nacional.

Mas, tanto era, à época, como é, atualmente, muito necessário materializá-los nas mais diversas formas, seja por meio de programas de Estado, com a formulação e manutenção de políticas públicas de atendimento, apoio e integração na sociedade, seja por meio da atuação jurídica das instituições, tais como o Ministério Público, a Defensoria Pública e a Ordem dos Advogados do Brasil, para além de entidades da sociedade civil.

Por isso, é tão importante e justificável a escolha da abordagem das atribuições do Ministério Público em relação às pessoas com deficiência, em relação às disposições constitucionais e legais, fazendo a indicação dos artigos e conteúdo material da Constituição de 1988 e da Lei Brasileira de Inclusão pertinentes a sua atuação.

Ainda, é válido apontar que a tutela jurídica das pessoas com deficiência não se encerra, conforme será demonstrado ao longo do presente artigo, em apenas uma área do Direito, sendo a interdisciplinaridade e o diálogo entre as diferentes abordagens jurídicas vital para uma satisfatória resposta aos problemas e as violações enfrentadas.

Como será demonstrado quando da apresentação do referencial teórico do Ministério Público, a LBI e o próprio Código Penal estabelecem diversas formas de proteção à pessoa com deficiência, sendo que a sua tutela jurídica, embora muitas vezes pensada ou isolada em torno da atuação em relação à matéria civil ou mesmo administrativa das instituições do Estado e da sociedade, é acompanhada de uma importantíssima tutela penal dos direitos das pessoas com deficiência, autêntica forma de tutela penal de direitos humanos, em última instância.

Isso será demonstrado conjugando o encartado no referencial teórico e discussões com a parte de resultados, encerrando-se na conclusão, para construção de uma linha de pensamento e apresentação ao longo do trabalho.

Também se justifica a contextualização histórica dos movimentos, das organizações e das associações de pessoas com deficiência, familiares e amigos, que, tanto foram importantes na construção dos direitos positivados na Constituição e nas legislações posteriores, quanto são, até os dias atuais, vitais para a manutenção de tais diplomas e de conquistas de novas alterações legislativas.

Isso, para buscar, ao final, demonstrar que há uma estreita ligação entre a pressão de um movimento de determinado grupo vulnerável, no caso, as pessoas com deficiência e as pessoas do seu círculo, a conquista de direitos por vias tanto políticas como jurídicas, a manutenção e a efetivação de tais normas e, também, a fundamentação da atuação tão importante e necessária do Ministério Público, que, com base nas conquistas inscritas na Constituição de 1988 e nas legislações subsequentes, atua na defesa e no amparo do grupo vulnerável em questão, como forma de tutela jurídica dos direitos humanos deste grupo.

2 REFERENCIAL TEÓRICO E DISCUSSÃO

Para fins de referenciais teóricos e discussão, serão exploradas as definições, conceitos e argumentos em relação ao Ministério Público e à pessoa com deficiência, para fins de embasar de maneira correta a construção do artigo em relação aos resultados das discussões propostas.

2.1 pessoa com deficiência

Inicialmente, é necessário analisar e observar o conceito de pessoa com deficiência e apresentar aspectos importantes de sua luta histórica no âmbito político que levaram ao microsistema jurídico de tutela do referido grupo que há nos dias atuais, aqui ilustrado, de maneira exemplificativa, pela modificação de nomenclatura destinada ao grupo pelas constituições brasileiras.

Apresenta-se de início, a definição jurídica utilizada atualmente, que está insculpida no artigo 2º da Lei Brasileira de Inclusão:

Art. 2º Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. (BRASIL, 2015)

Interessante apresentar a presente definição de pessoa com deficiência para demonstrar que, ao menos nos dias de hoje, se considera e analisa a situação de tais pessoas com vistas não a meros diagnósticos médicos, deficiências físicas ou limitações, mas, sim, em relação à sociedade e a participação na vida em sociedade, com foco nas *barreiras* e na interação das pessoas com estas.

Explica-se que, ao longo do tempo, de início, se atribuiu não a sociedade um papel integrador em relação à pessoa com deficiência, mas, sim, a pessoa com deficiência uma marca, um estigma, uma condição que a limitava, fosse ela de qualquer ordem, física, mental, sensorial ou intelectual.

Isso acabava excluindo tal grupo vulnerável de uma convivência com os demais em sociedade, segregando-os, aumentando a distância entre a realidade social deles e dos demais e contribuindo com uma visão não integrativa, seja por um sentimento de pena, seja por repulsa, seja por uma mera falta de informações e legislações suficientes para buscar mudar o quadro.

A própria nomenclatura e conceituação foi motivo de muita discussão ao longo do tempo, sendo que, no recorte brasileiro aqui abordado, temos que nem mesmo a Constituição de 1988 adotou o termo pessoas com deficiência em sua realidade histórica, se optando, na época, por "*Pessoas portadoras de deficiência*" termo que, embora hoje seja ultrapassado, pois, não se *porta* uma deficiência como se *porta* um celular, ou uma arma, ou qualquer objeto, na época da elaboração da Carta Magna, já foi de grande avanço.

Isso, pois, conforme indica Maria Aparecida Gugel, as legislações máximas brasileiras em datas passadas foram palco de termos como "aleijado, inválido, incapacitado, defeituoso, desvalido", como na Carta de 1934, que considerada avançada para a época; depois sendo utilizado o termo "Excepcional" tanto na Polaca de 1937 quanto pela Emenda Constitucional 01/69; e, como última instância pré ordem constitucional vigente, temos que a Emenda Constitucional 12/78 trazia o termo "Pessoa deficiente". (GURGEL, 2006, p.25)

Observa-se que todas estas nomenclaturas colocavam a pessoa com deficiência, de alguma forma, em inferioridade em relação aos demais por uma "condição", com termos que, atualmente, felizmente, são considerados discriminatórios e podem mesmo provocar responsabilidade judicial em determinados contextos, tais como defeituoso e aleijado, que denotam discriminação.

Nota-se, também, pela linha do tempo exposta nas definições, que houve uma modificação dos conceitos ao longo do tempo que, não por mera coincidência, é concomitante com as crescentes mobilizações das pessoas com deficiência no campo social e político, culminando com os direitos

insculpidos na Carta de 1988, ainda que com uma nomenclatura ainda deixando a desejar (Pessoas portadoras de deficiência).

O primeiro passo nessa direção foi a expressão “pessoas deficientes”, que o movimento usou quando da sua organização no final da década de 1970 e início da década de 1980, por influência do Ano Internacional das Pessoas Deficientes (AIPD). A inclusão do substantivo “pessoa” era uma forma de evitar a coisificação, se contrapondo à inferiorização e desvalorização associada aos termos pejorativos usados até então. (LANNA JÚNIOR, 2010, p. 15)

Tal modificação na expressão ao longo do tempo foi, na própria visão de Lanna Júnior, fruto das conquistas e das pressões dos movimentos sociais das pessoas com deficiência e de sua destacada participação quando da elaboração da Constituição Federal de 1988, inclusive com a adição do termo “pessoa”, para buscar marcar a participação do grupo na vida em sociedade e se afastar de uma inferiorização ou segregação, conforme descrito.

Os dispositivos que abordam a “pessoa portadora de deficiência” na Carta Magna de 1988, fruto da mobilização social, traduzida em movimento político, que se iniciou em instituições de apoio e ensino no início do Século XX e se estruturou ao longo dos anos, são os seguintes:

Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios: II - cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência;

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre: XIV - proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência;

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: VIII - a lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão;

Art. 203. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos: IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. II - criação de programas de prevenção e atendimento especializado para as pessoas portadoras de deficiência física, sensorial ou mental, bem como de integração social do adolescente e do jovem portador de deficiência, mediante o treinamento para o trabalho e a convivência, e a facilitação do acesso aos bens e serviços coletivos, com a eliminação de obstáculos arquitetônicos e de todas as formas de discriminação. (Redação dada Pela Emenda Constitucional nº 65, de 2010) § 2º A lei disporá sobre normas de construção dos logradouros e dos edifícios de uso público e de fabricação de veículos de transporte coletivo, a fim de garantir acesso adequado às pessoas portadoras de deficiência.

Art. 244. A lei disporá sobre a adaptação dos logradouros, dos edifícios de uso público e dos veículos de transporte coletivo atualmente existentes a fim de garantir acesso adequado às pessoas portadoras de deficiência, conforme o disposto no art. 227, § 2º. (BRASIL, 1988)

Nota-se que há referências, na Constituição: a competência material e formal dos entes da Federação (artigos 23 e 24); a participação da pessoa com deficiência nos quadros da administração pública (artigo 37); a assistência social (artigo 203); a educação e outros direitos sociais da criança e do adolescente pessoa com deficiência (artigo 227) e ao acesso a edifícios e transporte coletivo (artigo 244). Sempre, porém, ainda com a expressão “Pessoa portadora de deficiência”.

A expressão atual, “pessoa com deficiência”, não surgiu, contudo, senão até o ano de 2006, fruto da Convenção Internacional sobre os direitos das pessoas com deficiência, da ONU, internalizada no ordenamento jurídico com o Decreto 6.949/2009, com *status* de Emenda Constitucional.

E, muito importante, a participação das pessoas com deficiência, tanto na formulação de políticas públicas, nos eventos como a Convenção Internacional e nas pressões sociais que impactaram na Constituição de 1988 em relação aos seus direitos foi fundamental para que, atualmente, se tenha um conceito e uma base constitucional robustas e com adequação entre as aspirações dos componentes do grupo e a realidade sociojurídica.

Embora se tenha utilizado da terminologia para destacar a mudança de tratamento, é importante afirmar que participação efetiva das pessoas com deficiência em discussões sobre leis, políticas públicas e programas em relação a elas foi aumentando à medida em que aumentava a rede de associações e instituições de apoio, incentivo e integração delas em relação a sociedade, dentro do contexto do “Nada sobre nós, sem nós”, que pregava a importância de seu ouvir, de integrar e de fazer pertencer a sociedade e aos seus aspectos mais diversos, inclusive quanto a legislação.

Após a internalização da Convenção Internacional com *status* de Emenda Constitucional, o Brasil ainda teve, recentemente, alterações de muita importância, tais como o Código Civil de 2002, o Código de Processo Civil de 2015, alterações pontuais no Código de Processo Penal e, destacadamente, a Lei Brasileira de Inclusão, ou Estatuto da pessoa com deficiência, que será a base para o referencial teórico da atuação do Ministério Público a seguir.

Porém, importante destacar que, embora louvável e motivo de comemoração justa, a positivação destes direitos e as previsões constitucionais não bastam de maneira isolada, em especial em condições, como as brasileiras, onde muitas vezes se desrespeitam esses direitos, seja por parte da sociedade, seja por parte do próprio poder público.

Neste ponto, a pressão social, a mobilização política das pessoas com deficiência e seus entes de apoio é importante, mas, há um ator, uma instituição, com missão constitucional e legal destinada a proteção, a tutela e ao amparo jurídico e, também, ao apoio e a integração social e atendimento multidisciplinar de tais pessoas, o Ministério Público.

2.2 Ministério Público

Na sequência do trabalho, após a indicação dos conceitos e referenciais teóricos importantes quanto a pessoa com deficiência, a mudança na terminologia e as conquistas do grupo em relação a tal ponto ao longo da história, com foco no caso do Brasil, passamos a outro grande tópico da pesquisa que também deve ser analisado como referencial teórico para a discussão, o Ministério Público.

Embora seja instituição praticamente tão antiga quanto o próprio Brasil, uma vez que desde as ordenações manuais e filipinas dos séculos XVI e XVII havia a previsão de promotores de justiça, passando por previsões legais durante o Império (Código de Processo Penal de 1832) e também desde o surgimento da República (com o decreto nº 848 de 1890), o enfoque do presente artigo são as garantias, atribuições e competências do *Parquet* insculpidas na Constituição Federal de 1988 e na Lei Brasileira de Inclusão de 2015.

A Constituição Federal é escolhida como marco para a apresentação das atribuições e garantias do Ministério Público por ser a base de toda a ordem jurídica vigente nos dias de hoje, sendo que legislações anteriores deveriam, quando de seu advento, respeitar o conteúdo constitucional para serem recebidas e manterem sua validade e legislações posteriores deveriam, obrigatoriamente, seguir seus mandamentos e limites para não incorrerem em inconstitucionalidade.

Pois bem, o Ministério Público tem lugar normativo nos artigos 127 a 130 da Carta Magna, sendo considerado uma instituição permanente, independente, essencial à função jurisdicional do Estado, mas não limitada a mera face jurídica deste, também devendo observar a realidade social e política do país em sua atuação.

A missão constitucional primeira, insculpida no artigo 127 da Constituição Federal de 1988, é a “defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis”.

Tal missão foi, contudo, muito expandida nos anos seguintes à promulgação da Carta de 1988 em razão do surgimento e da positivação dos direitos difusos e coletivos, inscritos nas legislações ordinárias e complementares, tais como o Código de Defesa do Consumidor, o Estatuto da Criança e do Adolescente, o Estatuto do Idoso e a Lei Brasileira de Inclusão, para além das questões referentes ao Meio Ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, incluídos na própria Lei da ação civil pública (Lei nº 9.347/1985).

Assim, também tais direitos foram incluídos no rol de atuação preventiva e repressiva do Ministério Público, com ferramentas jurídicas tais como a ação civil pública, o inquérito civil, consultas

e comunicações, para além das atribuições mais tradicionais do *Parquet*, como as denúncias criminais e ações civis, com várias possibilidades e caminhos jurídicos a sua disposição.

De qualquer forma, o artigo 127 da Constituição Federal dispõe:

Art. 127. O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis. (BRASIL, 1988)

O texto Constitucional deixa claro que o Ministério Público está em uma posição bastante distinta dos três poderes e de outras instituições, uma vez que está no seio de sua atuação a defesa das próprias bases do país e do Estado brasileiro, como a defesa da ordem jurídica, da democracia e dos interesses sociais e individuais, em conjunto com os difusos e coletivos. E, o Direito das pessoas com deficiência está incluso no microsistema jurídico dos direitos difusos e coletivos.

Embasado no trecho de Nathália Masson:

A Constituição da República de 1988 dispensou ao Ministério Público tratamento especial, colocando-o a salvo dos demais Poderes e assegurando à instituição e aos seus membros autonomia e independência na busca da realização de interesses da sociedade. Fortaleceu-o institucionalmente para oportunizar a efetivação dos elevados fins que caracterizam a destinação constitucional dessa importantíssima instituição da República, a quem compete defender a ordem jurídica, proteger o regime democrático e zelar pelos interesses individuais indisponíveis. Em suma, o Ministério Público foi, pela Constituição de 1988, "arquitetado para atuar desinteressadamente na persecução dos valores mais encarecidos da ordem constitucional" (MASSON, 2019, p. 1244)

Não sem razão, os seus princípios institucionais são a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional, de forma que o *Parquet* é uno, mesmo com suas organizações internas e competências distintas entre o Ministério Público da União e dos Estados, é indivisível, ou seja, não pode ser cindida sua atuação ou seus membros, de forma a separar um do outro, respeitada, mais uma vez, a própria organização constitucional e legal.

Porém a face mais destacada neste momento é a sua independência funcional, que impõe ao Ministério Público, conforme suas funções institucionais no artigo 129 da Constituição, entre outras coisas, zelar pelo respeito dos Poderes aos direitos assegurados constitucionalmente e legalmente, promovendo medidas necessárias e promover o inquérito civil e a ação civil pública na defesa dos direitos difusos e coletivos, campo no qual o direito da pessoa com deficiência está inserido.

Isso quer dizer que, não raro, o *Parquet* não estará alinhado ou em situação de passividade perante o Poder Público, seja lá qual for seu âmbito. Se há a disposição legal, há a previsão de função institucional, há ferramentas como a ação civil pública e o inquérito civil, e está havendo uma violação, é dever, constitucionalmente estabelecido, que o Ministério Público atue no caso, se opondo e cobrando ações e mesmo condenações do Poder Público se necessário.

Com isso, a União, um Estado, um Município ou um agente público pode ocupar, e muitas vezes, acaba de fato ocupando, o polo passivo de uma ação civil pública, sendo averiguado em um inquérito civil, sendo réu em uma ação penal ou compondo, de alguma maneira, um termo de ajustamento de conduta.

Neste momento, se retorna um pouco ao tópico anterior para um destaque: os movimentos sociais e políticos da pessoa com deficiência, que foram destacados na forma da alteração de nomenclatura ao longo do tempo, por certo não ficaram apenas em uma denominação, mas fizeram inserir, de forma distinta e integrada, na Constituição de 1988, todos os direitos vistos e todos os deveres da sociedade e do Estado acima encartados.

Por isso, em afirmação que será retomada quando das conclusões e discussões do artigo, é importante dizer que a atuação do Ministério Público hoje, com base na Constituição e nas legislações afins, que fundamentam suas ações e são a base jurídica para seus pedidos, é fruto do histórico de mobilização e organização política e social das pessoas com deficiência, não raro, amparadas e ao lado do próprio órgão ministério em busca de mudanças e efetivação de direitos.

E, embora a Constituição seja uma fonte e uma fundamentação vital para a atuação do *Parquet* em relação aos direitos das pessoas com deficiência, em conjunto com legislações outras como a Lei da ação civil pública, é importante destacar a alteração legislativa recente que, de fato,

deu novos fundamentos e especificou diversas ações a serem encaminhadas, tomadas ou integradas pelo órgão ministerial, a Lei Brasileira de Inclusão.

Os artigos do Estatuto da pessoa com deficiência que preveem, de uma forma ou de outra, a atuação do Ministério Público, são os seguintes:

Art. 7º É dever de todos comunicar à autoridade competente qualquer forma de ameaça ou de violação aos direitos da pessoa com deficiência.

Parágrafo único. Se, no exercício de suas funções, os juízes e os tribunais tiverem conhecimento de fatos que caracterizem as violações previstas nesta Lei, devem remeter peças ao Ministério Público para as providências cabíveis.

Art. 26. Os casos de suspeita ou de confirmação de violência praticada contra a pessoa com deficiência serão objeto de notificação compulsória pelos serviços de saúde públicos e privados à autoridade policial e ao Ministério Público, além dos Conselhos dos direitos da pessoa com deficiência.

Art. 79. O poder público deve assegurar o acesso da pessoa com deficiência à justiça, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, garantindo, sempre que requeridos, adaptações e recursos de tecnologia assistiva.

§ 1º A fim de garantir a atuação da pessoa com deficiência em todo o processo judicial, o poder público deve capacitar os membros e os servidores que atuam no Poder Judiciário, no Ministério Público, na Defensoria Pública, nos órgãos de segurança pública e no sistema penitenciário quanto aos direitos da pessoa com deficiência. § 2º Devem ser assegurados à pessoa com deficiência submetida a medida restritiva de liberdade todos os direitos e garantias a que fazem jus os apenados sem deficiência, garantida a acessibilidade. § 3º A Defensoria Pública e o Ministério Público tomarão as medidas necessárias à garantia dos direitos previstos nesta Lei.

Art. 80. Devem ser oferecidos todos os recursos de tecnologia assistiva disponíveis para que a pessoa com deficiência tenha garantido o acesso à justiça, sempre que figure em um dos polos da ação ou atue como testemunha, participe da lide posta em juízo, advogado, defensor público, magistrado ou membro do Ministério Público.

Parágrafo único. A pessoa com deficiência tem garantido o acesso ao conteúdo de todos os atos processuais de seu interesse, inclusive no exercício da advocacia

Art. 87. Em casos de relevância e urgência e a fim de proteger os interesses da pessoa com deficiência em situação de curatela, será lícito ao juiz, ouvido o Ministério Público, de ofício ou a requerimento do interessado, nomear, desde logo, curador provisório, o qual estará sujeito, no que couber, às disposições do Código de Processo Civil.

Art. 120. Cabe aos órgãos competentes, em cada esfera de governo, a elaboração de relatórios circunstanciados sobre o cumprimento dos prazos estabelecidos por força das Leis nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, e nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, bem como o seu encaminhamento ao Ministério Público e aos órgãos de regulação para adoção das providências cabíveis. Parágrafo único. Os relatórios a que se refere o **caput** deste artigo deverão ser apresentados no prazo de 1 (um) ano a contar da entrada em vigor desta Lei. (BRASIL, 2015)

Observa-se que foi reservado, na Lei Brasileira de Inclusão, um papel de destaque e uma função primordial ao Ministério Público, em complemento e consequência das disposições constitucionais, uma vez que a instituição é chamada a atuar e fiscalizar, além de agir nas suas funções constitucionais de guardião da ordem jurídica, em diversos momentos e em relação a diferentes assuntos e competências da Lei.

Inicialmente, observa-se que a LBI, no artigo 7º, dispõe que em casos onde houver uma ameaça, uma violação, uma limitação ou qualquer forma de restrição ao efetivo exercício dos direitos das pessoas com deficiência, devem ser comunicadas às “autoridades competentes”. Tal disposição é destacada pela Lei como um dever de todos da sociedade e, por consequência, se aplica às instituições.

No parágrafo único do referido artigo, informa que qualquer juízo ou tribunal que tomar conhecimento de fatos ou eventos ou quaisquer outras ações que possam ser traduzidas em violações aos direitos das pessoas com deficiências, devem informar o Ministério Público por meio do envio de peças e documentos, que tomará, se for o caso, as providências cabíveis. Isso envolve tanto providências cíveis, como administrativas e mesmo penais.

Esta primeira disposição evidencia o caráter de guardião dos direitos das pessoas com deficiência atribuído ao Ministério Público pela Lei, em linha com a previsão constitucional, devendo

ser ele informado, como autoridade competente, de qualquer possibilidade de violação ou ofensa aos referidos direitos e, no caso de notícia ou suspeita por parte do Poder Judiciário, também ser devidamente municiado com as peças necessárias a sua análise e tomada de providências.

Já no artigo 26, em uma consequência do disposto no artigo 7º, há a previsão da necessidade notificação compulsória de serviços de saúde as autoridades no caso de suspeita ou confirmação de violência contra pessoas com deficiência, entre elas, claro, o Ministério Público, em conjunto com Conselhos de direitos e autoridades policiais.

O artigo 79, por sua vez, dispõe sobre o acesso à Justiça com as adaptações necessárias quando for o caso, sobre acessibilidade e também cita a Defensoria Pública como instituição de apoio, amparo e defesa dos direitos das pessoas com deficiência, nos termos da legislação. O curador provisório pode ser nomeado, em casos de relevância e urgência, para proteger os interesses da pessoa com deficiência, conforme o artigo 87, desde que com manifestação do representante ministerial.

Observa-se que, diante do exposto, o Ministério Público sempre estará presente nas ações, sejam elas preventivas ou fases pré-processuais, sejam repressivas ou pós-processuais, que tratam dos direitos e interesses das pessoas com deficiência, seja como o autor da ação, seja instaurando um inquérito civil, seja promovendo uma denúncia, ou, lado outro, atuando como fiscal da ordem jurídica em casos em que não seja parte, de forma a resguardar e fazer valer, de fato, os direitos e as disposições previstas em Lei.

E, conforme já destacado anteriormente, um aspecto que muitas vezes passa despercebido em relação a toda a tutela jurídica da pessoa com deficiência é a sua face Penal, uma vez que muitas medidas jurídicas são tomadas no âmbito da ação civil pública ou dos Inquéritos Cíveis.

Contudo, não se olvida, de acordo com o a seguir exposto, da importante face da tutela penal dos direitos das pessoas com deficiência, com previsão expressa na própria Lei Brasileira de Inclusão e mesmo em artigos do Código Penal e o Código de Processo Penal.

Isso, é necessário, pois, a realidade acaba por, muitas vezes, colocar o referido grupo vulnerável como vítima de crimes de toda e qualquer natureza, e, em relação a essas pessoas, as consequências dos crimes necessitam de uma resposta penal mais forte ou uma resposta das instituições mais ágil ou efetiva, diante das vulnerabilidades, da hipossuficiência e da própria busca pela igualdade material prevista na Constituição.

As consequências de um crime são diferentes a depender da vítima e, no caso de uma vítima pertencente a um determinado grupo vulnerável, a resposta jurídica, a previsão legal, deve ser distinta na medida que se fizer necessária.

Isso resulta, muitas vezes, na estipulação de causas de aumento de pena em relação a determinados delitos escolhidos pelo legislador no diploma penal geral, como nos crimes de lesão corporal (artigo 129, § 11º, Código Penal); estelionato (artigo 171, §5º, III) e nos crimes contra a dignidade sexual (artigo 234-A, IV).

Também, em relação aos procedimentos pós crimes, recente alteração promovida no Código de Processo Penal pela Lei 13.721/2018 inclui as pessoas com deficiência no rol de prioridades na realização do exame de corpo de delito, conforme artigo 158, II daquele *codex*. Da mesma forma, quando há vítima pertencente ao grupo vulnerável e o crime envolver violência doméstica ou familiar, o artigo 313, III, admite a prisão preventiva, respeitado o disposto no artigo 312 do mesmo CPP.

Além disso, para além das disposições gerais previstas no Código Penal e no Código de Processo Penal, a tutela penal dos direitos humanos da pessoa com deficiência conta, em relação aos crimes contra a pessoa com deficiência e as infrações administrativas pertinentes a temática, com a seguinte disposição, fruto da previsão de tais condutas entre os artigos 88 e 91 da LBI:

Art. 88. Praticar, induzir ou incitar discriminação de pessoa em razão de sua deficiência: Pena - reclusão, de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa. § 1º Aumenta-se a pena em 1/3 (um terço) se a vítima encontrar-se sob cuidado e responsabilidade do agente. § 2º Se qualquer dos crimes previstos no **caput** deste artigo é cometido por intermédio de meios de comunicação social ou de publicação de qualquer natureza: Pena - reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, e multa. § 3º Na hipótese do § 2º deste artigo, o juiz poderá determinar, ouvido o Ministério Público ou a pedido deste, ainda antes do inquérito policial, sob pena de desobediência:
I - recolhimento ou busca e apreensão dos exemplares do material discriminatório;
II - interdição das respectivas mensagens ou páginas de informação na internet.
§ 4º Na hipótese do § 2º deste artigo, constitui efeito da condenação, após o trânsito em julgado da decisão, a destruição do material apreendido.

Art. 89. Apropriar-se de ou desviar bens, proventos, pensão, benefícios, remuneração ou qualquer outro rendimento de pessoa com deficiência: Pena - reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa. Parágrafo único. Aumenta-se a pena em 1/3 (um terço) se o crime é cometido:

I - por tutor, curador, síndico, liquidatário, inventariante, testamenteiro ou depositário judicial; ou II - por aquele que se apropriou em razão de ofício ou de profissão.

Art. 90. Abandonar pessoa com deficiência em hospitais, casas de saúde, entidades de abrigo ou congêneres: Pena - reclusão, de 6 (seis) meses a 3 (três) anos, e multa. Parágrafo único. Na mesma pena incorre quem não prover as necessidades básicas de pessoa com deficiência quando obrigado por lei ou mandado.

Art. 91. Reter ou utilizar cartão magnético, qualquer meio eletrônico ou documento de pessoa com deficiência destinados ao recebimento de benefícios, proventos, pensões ou remuneração ou à realização de operações financeiras, com o fim de obter vantagem indevida para si ou para outrem: Pena - detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e multa. Parágrafo único. Aumenta-se a pena em 1/3 (um terço) se o crime é cometido por tutor ou curador. (BRASIL, 2015)

A legislação específica quanto a tutela penal inclusa na LBI, conforme se observa, trata de crimes relacionados a discriminação da pessoa com deficiência, seja como sujeito ativo do crime diretamente (praticar) seja induzindo ou discriminando, conforme seu artigo 88.

Também trata de apropriação de bens ou quaisquer outros proveitos ou posses da pessoa com deficiência, conforme artigo 89, do abandono em instituições de saúde ou tratamento, no artigo 90 e da retenção ou utilização de cartão magnético ou documento destinado a saques ou recebimentos de qualquer espécie, para fins de obter vantagem indevida.

Nota-se, portanto, que tais dispositivos vieram para suprir, de alguma forma, lacunas que antes eram preenchidas pela atuação do Ministério Público e do Poder Judiciário com base nas disposições e nas reprimendas previstas em artigos do Código Penal, sem, no entanto, a especificidade ou as particularidades de que necessitavam as pessoas com deficiência.

Mas, diante da Convenção sobre direitos das pessoas com deficiência e do protocolo facultativo correspondente, além das realidades e necessidades sociais e da pressão dos movimentos de tal grupo vulnerável, a face da tutela penal dos direitos de tais pessoas foi reforçada e a LBI tratou de, em seus artigos, incluir diversas disposições específicas em relação a determinadas condutas consideradas de maior gravidade, importância e incidência sobre tais pessoas.

Não se quer dizer, com isso, que outros crimes, fora da previsão legal da LBI, também não ocorram contra as pessoas com deficiência ou passem sem a tipificação necessária e a consequente punição. Nestes casos, incide diretamente o Código Penal ou outra legislação mais específica.

Os artigos 88 a 91 da LBI são uma especificação legal dirigida, especificamente, a determinadas condutas de maior incidência e maior gravidade que, conforme o resultado da Convenção e do Protocolo adicional, com a participação das pessoas com deficiência, demandam uma legislação mais particular e detalhada.

Portanto, com isso se demonstra que também há uma muito presente e importante face de Direito Penal na tutela jurídica da pessoa com deficiência, em conjunto com as demais atuações na área cível e também no âmbito pré-processual, como os inquéritos civis.

Importante dizer, ainda, que a tutela penal dos direitos das pessoas com deficiência não se encerra em situações previstas como crimes ou garantias processuais, mas, conforme encartado nos artigos 79 e 80 da LBI, também no acesso à Justiça, que engloba a participação efetiva do grupo no processo, garantida a acessibilidade, às adaptações e tecnologias assistivas necessárias, a capacitação dos integrantes das instituições de Estado e mesmo a abordagem diferenciada, garantida a acessibilidade, da pessoa com deficiência que seja autora de crimes e esteja condenada a pena restritiva de liberdade.

Isso, para além das alterações feitas nas Leis 7.853/1989, em seu artigo 3º, no Código Civil de 2002, artigos 1.769, 1.783-A (tomada de decisão apoiada). Esta última, com muitos elogios da comunidade jurídica em razão de seu caráter que preserva autonomia da pessoa com deficiência, com oitiva obrigatória do Ministério Público, que também participará em casos de negócios jurídicos arriscados ou com potencial prejuízo e em casos em que o apoiador se desviar ou não performar suas funções adequadamente, mediante denúncia.

As ferramentas processuais, para além do Direito material civil, penal e administrativo, são as já conhecidas denúncias criminais, as ações civis públicas, os inquéritos civis e demais formas de atuação pré-processual, como o termo de ajustamento de conduta em determinadas situações muito específicas, as consultas, as prestações de informações nos prazos fixados por lei, entre outros.

Dessa maneira, se apresentam as disposições constitucionais e legais do Ministério Público em termos de direito material, processual e ferramentas pré-processuais, para além das funções delimitadas em relação a atuação sobre direitos das pessoas com deficiência, muitas vezes extensível a outros direitos difusos e coletivos.

Buscou-se, com tal referencial teórico, demonstrar o arcabouço legislativo à disposição do *Parquet* e fazer a ligação, que será explorada mais adiante, entre a sua atuação e os direitos conquistados pelos movimentos sociais e políticos das pessoas com deficiência.

Em seguida, será apresentada a metodologia utilizada para o presente artigo.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente artigo, para fins de metodologia, se utilizará de pesquisa que terá cunho predominantemente bibliográfico, com análise de outros artigos pertinentes ao tema, de doutrinas, dados históricos em relação aos movimentos e estudo de legislação que ampara os direitos das pessoas com deficiência e a atuação do Ministério Público na área.

Para a seleção das obras a serem utilizadas, toma-se como base o direito das pessoas com deficiência, com destaque para o livro “direitos das pessoas com deficiência: Estudos em homenagem ao Professor Daniel Augusto Reis”, de autoria de André Vicente Leite de Freitas; Fernanda Paula Diniz; Thiago Helton Miranda Ribeiro, com dados históricos e informações importantes quanto a tutela jurídica de tais pessoas.

Também, se utiliza a obra de Nathália Masson, em seu *Curso de Direito Constitucional*, para fins de esclarecimento e fundamentação da atuação do Ministério Público, de suas atribuições, garantias e missões constitucionais.

As obras doutrinárias serão utilizadas para a pesquisa em conjunto com a legislação positivada e os tratados, tais como a Constituição Federal e a Lei Brasileira de Inclusão, com enfoque nas disposições relativas a direitos e a atuação do Ministério Público.

Especificamente nos aspectos guiados pela norma sobre as referidas decisões, o método indutivo norteará a observação e a elaboração dos resultados. Já o método para análise da doutrina será o dedutivo, buscando-se através da referida análise a construção de um estudo embasado, argumentativo e demonstrativo da importância da mobilização social e da atuação do Ministério Público.

Ressalta-se que é também importante compreender o contexto jurídico, econômico e social dos movimentos e também em que surgiram as positavações dos direitos, bem como o impacto destas normas, da atuação do Ministério Público e da pressão dos setores da sociedade para que a pesquisa não reste vazia na análise de conceitos puramente teóricos.

4 RESULTADOS E CONCLUSÕES

Como resultado dos referenciais teóricos e da discussão acima expostos, com uso da metodologia indicada, chega-se a algumas conclusões, já abordadas de uma forma mais direta ou mais reflexa ao longo do artigo e aqui evidenciadas e desenvolvidas.

A primeira delas é que o ordenamento jurídico de hoje no Brasil em relação a tutela jurídica das pessoas com deficiência, fruto, principalmente, das disposições da Constituição Federal de 1988, não foi uma alteração e determinação legislativa indolor, natural e pacífica, com os atores dominantes e instituídos do direito entendendo, reconhecendo de ofício e admitindo que havia a necessidade de se prever, positivar e efetivar direitos das pessoas com deficiência.

Pelo contrário, a situação destes direitos, assim como muitos outros voltados a tutela penal de grupos vulneráveis, foi fruto de uma intensa e longa caminhada de suor, sangue, mobilizações e pressões sociais e políticas que, acompanhando o momento histórico da queda do regime totalitário no Brasil em meados dos anos de 1980, se fez ouvir, discursou, ocupou espaços na constituinte e conquistou, com luta, previsões em locais normativos justos na Constituição Federal de 1988.

Não se pode analisar tal contexto por uma única ótica, sendo ela normativa ou política, pois, de tal vista, se arrisca uma interpretação rasa de que o Ministério Público sempre teve a sua disposição as ferramentas, as prerrogativas, as funções e as legislações aptas a defesa dos direitos das pessoas com deficiência (e de outros grupos vulneráveis) ou, ainda, que tal legislação surgiu de maneira natural com a passagem para o regime democrático.

Seguir esta linha acabaria incorrendo no que David Sánchez Rubio chama de “*defectos de los que adolecen las reflexiones y el tratamiento de la “intervención o injerencia humanitaria” o “de*

humanidad”, reside en la reducción, la unidimensionalidad, el perfil sesgado y la estrechez de las perspectivas.” (RUBIO, 2010), ou seja, em uma “unidimensionalidade” de análise, reduzindo a atual realidade dos direitos das pessoas com deficiência e da atuação do Ministério Público a um momento apenas legislativo, com uma nova ordem jurídica fundamental.

Na realidade, conforme exemplificado, quando da abordagem do referencial teórico e discussão referente à pessoa com deficiência, as alterações na legislação e as previsões positivadas de direitos foram de fato vistas na Carta de 1988 mas, bem como as alterações de nomenclatura expostas, foram conquistadas e construídas ao longo de quase um século de lutas, mobilizações e pressões, que, inicialmente, surgiram em associações e instituições de ensino privadas, vez que tal grupo vulnerável era tratado de maneira omissa ou mesmo excludente pelo Estado.

O exemplo das mudanças de tratamento em relação a nomenclatura faz parte de um dos escopos das mobilizações das pessoas com deficiência, no âmbito do “nada sobre nós, sem nós” que demanda a participação dos grupos vulneráveis em relação a assuntos referentes a eles, para que, de fato, possa se formular políticas públicas, alterações e aperfeiçoamentos legislativos e ações sociais de maneira, minimamente, integrativa e satisfatória.

E, para afastar a *unidimensionalidade* que seria um defeito cabal conforme Rubio, é importante, em conclusão, deixar claro que a atuação do Ministério Público não seria nos termos que temos hoje, com as disposições constitucionais, as atuais previsões da Lei Brasileira de Inclusão e as ainda mais recentes alterações no Código de Processo Penal, por exemplo, se não ocorresse, desde o início do século XX, uma organização, mobilização e atuação das pessoas com deficiência no sentido de alterar sua situação perante o direito e para com os direitos, não como objeto deles, mas, como sujeito de direitos.

A realidade da pessoa com deficiência no Brasil, no século XVIII, por exemplo, era de exclusão, confinamento e recolhimento em instituições de saúde ou mesmo de cárcere, reflexo das características da sociedade da época, elitista, rural, escravocrata e com participação política limitadíssima, que afastava e repulsava qualquer diferença ou pluralidade que não lhe convinha.

A vinda da família real portuguesa para o Brasil, a Independência e o período do Império motivaram as primeiras atuações estatais em termos de apoio ou tratamento, em uma visão ainda clínica e médica das deficiências, sem qualquer intenção de inclusão imediata ou próxima.

A sociedade civil também não acolhia, muito menos incluía, tais pessoas em sua realidade, sendo que a primeira instituição não governamental de sociedade civil que surgiu para tais fins foi o Instituto Pestalozzi, em Canoas/RS, apenas em 1926.

Porém, o início de tais instituições, com a Pestalozzi, foi seguido de APAEs, outras associações de pessoas com deficiência, parentes e amigos, voltadas aos mais diversos fins mas, sempre, ao interesse do grupo vulnerável, em um de seus muitos escopos.

E, se este primeiro momento era voltado para um modelo médico, ainda, de deficiência e de assistência, a sociedade civil, ao contrário dos entes governamentais, passaram, logo em seguida, a buscar uma autêntica inclusão e participação na sociedade, de início, por interesses de grupos específicos, como os cegos, os surdos e os deficientes físicos em geral, em pequenos grupos regionalizados que, com o tempo, se integraram em uma grande rede nacional.

Tais mobilizações “constituíram o embrião das iniciativas de cunho político que surgiram no Brasil, sobretudo durante a década de 1970” (LANNA JUNIOR, 2010, p.28). E, pela data insculpida, nota-se que a ascensão de tais movimentos encontrou uma sociedade civil sedenta por mudanças, insatisfeita com a Ditadura militar e em busca de uma nova realidade social, política jurídica que acolhesse a todos, ouvisse a todos.

Com isso, a chamada “inclusão sem discriminação” permitiu que as pessoas com deficiência participassem, pela primeira vez, em discussões, em pautas, em alterações e criações legislativas que impactariam, diretamente, a sua própria vida, e seriam os seus próprios direitos. O tratamento anterior, em termos constitucionais, estava previsto apenas na Emenda Constitucional 12/1978, que ainda trazia o termo “deficiente” e um rol de direitos.

Com a Constituição Federal de 1988 e o microssistema jurídico de direitos e tutela da pessoa com deficiência posterior, como a LBI, tais direitos estavam agora previstos no corpo legislativo, e possuíam ferramentas e mecanismos de efetivação, além do apoio e da participação de instituições permanentes de Estado, como o Ministério Público, na sua concretização.

O campo jurídico, conforme se observa, não é uma realidade isolada ou apartada do campo social, sofre influências e é influenciado o tempo todo por este, do contrário, seria um mero conto de fadas ou uma mera lista de desejos ou necessidades.

Por isso, também, conclui-se que a atuação do Ministério Público em relação a tutela dos direitos das pessoas com deficiência, inclusive em sua face Penal, é importantíssima para a efetiva concretização de tais direitos, afinal, apenas fazer leis não resolve os problemas da sociedade, conforme colocado por Fernanda Paula Diniz.

Justamente para evitar que o rol de direitos previstos na Carta Magna se transformasse em uma simples lista de necessidades ou tarefas opcionais do poder público, o próprio constituinte originário destinou, ao Ministério Público, a tarefa de zelar, entre outras coisas, pela ordem jurídica.

Amparado pela Lei da ação civil pública e, posteriormente, por outras leis integrantes do microsistema de proteção e tutela jurídica da pessoa com deficiência, inclusive por disposições dos Códigos Penal, de Processo Penal, Civil, Processo Civil e LBI, o Ministério Público pode, e deve, atuar para a defesa dos direitos da pessoa com deficiência, seja de maneira preventiva, em uma atuação antes da violação de tais direitos, seja repressiva, para reparar danos, cessar violências e aplicar programas e políticas públicas necessárias.

Diga-se que a atuação do Ministério Público não exclui a autonomia das pessoas com deficiência na defesa e efetivação de seus próprios direitos, nem tampouco a participação de outras instituições como a Defensoria Pública e a Ordem dos Advogados do Brasil, uma vez que suas atuações são complementares e suplementares umas às outras.

A tutela penal dos direitos das pessoas com deficiência se destaca no âmbito da atuação do *Parquet* por conta de suas previsões legais e do fato de ser o Ministério Público o titular da ação penal, com as disposições existentes visando proteger, de maneira diferenciada e necessária, os integrantes de tal grupo vulnerável, com medidas como prioridade de realização de exames de corpo de delito, permissão de decretação prisão preventiva e causas de aumento de pena em determinadas crimes.

Contudo, sua atuação é interdisciplinar, abarcando a área civil, a penal e a administrativa, além de uma atuação prévia e função fiscalizadora, com base nas positivamente conquistadas pelos movimentos sociais e políticos e também por sua própria experiência na defesa dos direitos.

Finalmente, importante concluir que, como resultado, nota-se que não basta uma admiração ou exposição estática de tais direitos conquistados e previstos, eles devem ser efetivados e defendidos, e isso tem sido feito, e deve ser feito, tanto pelas instituições, como o Ministério Público, tanto pela própria sociedade, e isso inclui a mobilização dos grupos de pessoa com deficiência.

Tão vital quanto a existência e efetivação de direitos já previstos, é sua manutenção. E, em tempos de crise econômica, como a agora existente decorrente da pandemia da COVID-19 e outras situações globais, todos os avanços e conquistas em termos de igualdade material conquistado por grupos vulneráveis passa a ser visto, por alguns, como privilégios que devem ser cortados.

E, para manter tais direitos, todos os envolvidos, da sociedade civil até o Ministério Público, tem o Direito, e o dever constitucional e legal, de se opor a qualquer tentativa de retrocesso e retirada de direitos, inclusive, e principalmente, face a condutas omissivas ou violadoras advindas de instituições, instâncias ou órgãos governamentais e também de propostas legislativas inconstitucionais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O propósito do presente artigo era demonstrar a importância de uma atuação do Ministério Público em relação aos direitos das pessoas com deficiência e fazer uma vital ligação entre a fundamentação jurídica e a base legislativa da tutela e de tal atuação com as lutas e as mobilizações do referido grupo vulnerável ao longo do tempo, utilizando como recorte a realidade e a legislação do Brasil e, como marco referencial mais destacado, a Constituição Federal de 1988.

Espera-se ter esclarecido que a tutela jurídica dos direitos das pessoas com deficiência não se encerra em uma das áreas do Direito, nem é isolada das interferências sociais e políticas ou mesmo que uma legislação sempre será soberana ou suficiente face de outra, vez que, muitas vezes, se utiliza, em um primeiro momento, do que está disponível e, posteriormente, por influência ou imposição de uma norma constitucional ou de um tratado, se aperfeiçoa, moderniza e especializa a legislação.

O caso exposto no presente artigo, destaca a importância do Ministério Público e bem ilustra tal situação, vez que, desde a Constituição de 1988, tem tal instituição se utilizado das legislações e das ferramentas jurídicas postas à sua disposição para a defesa e o amparo das pessoas com deficiência e a efetivação dos seus direitos, ao lado de outras instituições como a Defensoria Pública e a Ordem dos Advogados do Brasil.

Contudo, conforme apontado nas conclusões e resultados do presente artigo, a pesquisa demonstrou que tais ferramentas e arcabouço legislativo que dão amparo e fundamentam a atuação do Ministério Público e dos demais entes na proteção e tutela dos direitos humanos das pessoas com deficiência não foi fruto da bondade de alguns ou do bom senso de Estados e governos mas, sim, das movimentações sociais e organizações políticas dos grupos vulneráveis ao longo do Século XX, começando com associações de amigos, pais e instituições de ensino, passando por instituições de incentivo ao esporte e a capacitação, até se chegar em autênticos grupos políticos da pessoa com deficiência.

E, estes grupos, por participação direta nas reuniões da assembleia nacional constituinte, influenciaram e pressionaram os grupos hegemônicos e privilegiados no pós-ditadura militar para, quando da promulgação da Carta de 1988, se ter, ao menos, previsões específicas, em diversos pontos e temas, em relação à pessoa com deficiência.

Isso, para evitar que, isolando o grupo em um capítulo ou título da referida Constituição, se segregassem seus direitos como segregavam seus integrantes, facilitando alterações ou supressões dos mesmos de forma a retroceder nos tão difíceis avanços, frutos de praticamente um século de lutas e movimentos face uma inércia e omissão estatal.

Dessa maneira, destaca-se que, conforme demonstrado, sem a crescente pressão e participação dos movimentos sociais dos grupos vulneráveis ao longo do Século XX, não se teria o que há hoje em termos de legislação específica de tutela das pessoas com deficiência e, por consequência, o Ministério Público não teria as ferramentas e as bases que possui para atuar na defesa dos referidos direitos.

Da mesma forma, não se deve ignorar que a manutenção das pressões sociais advindas dos movimentos e associações é fundamental para que os direitos e garantias já adquiridos não sejam revogados ou suprimidos e que a legislação existente seja, de fato, efetivada e as previsões de direitos, de fato, sejam materializadas, seja pela atuação direta do poder público, seja pela imposição jurídica advinda da atuação de instituições como o Ministério Público, amparado pelas ferramentas à sua disposição e fazendo jus a suas missões legais e constitucionais.

Em especial levando-se em consideração a atual situação política do país e os efeitos da pandemia da COVID-19, deve se destacar a importância da atuação em conjunto de atores de Estado e da sociedade em conjunto na defesa e manutenção de direitos para que eventuais tentativas de retrocessos ou supressões de tais disposições sejam fadadas ao escárnio e ao fracasso, com atuação nas instâncias jurídicas, se necessário.

Além disso, manter a mobilização social e a pressão política é vital para que, diante de novos desafios e de novas limitações e barreiras, se possa alterar de maneira satisfatória a legislação, aperfeiçoando-a e adequando-a à nova realidade para que, uma vez violados os direitos, se possa buscar, juridicamente, a sua reparação e a satisfação, para, enfim, se cumprir o disposto na Constituição de 1988 e honrar a luta do grupo vulnerável das pessoas com deficiência na construção de tal norma fundamental.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL, 1988. **Constituição Federal**. Disponível em: [Constituição \(planalto.gov.br\)](http://planalto.gov.br); acesso em: 30.09.2021.

BRASIL, 2015. **Lei Brasileira de Inclusão da pessoa com deficiência**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_AtoLei/L13146.htm; acesso em: 30.09.2021.

FREITAS, André Vicente Leite de; **DINIZ**, Fernanda Paula; **RIBEIRO**, Thiago Helton Miranda. **direitos das pessoas com deficiência**: Estudos em Homenagem ao Professor Daniel Augusto Reis [recurso eletrônico]/ André Vicente Leite de Freitas; Fernanda Paula Diniz; Thiago Helton Miranda Ribeiro - Pará de Minas, MG: VirtualBooks Editora, Publicação 2018.14x20 cm. 347p. ISBN 978-85-434-1477-5. Disponível em: <http://biblioteca.cofen.gov.br/wp-content/uploads/2019/06/direitos-das-pessoas-com-Defici%C3%Aancia-Estudos-em-Homenagem-ao-Professor-Daniel-Augusto-Reis.pdf>

GUGEL, Maria Aparecida. **pessoa com deficiência e o direito ao concurso público: reserva de cargos e empregos públicos, administração pública direta e indireta**. Ed. Goiânia: UCG, 2006.

HESSE, Konrad. A força normativa da Constituição. Tradução de Gilmar Ferreira Mendes. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1991.

HISTÓRICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO NO BRASIL. Ministério Público da União. Disponível em: **Histórico do Ministério Público no Brasil — MPU - Ministério Público da União** - Acesso em 01/10/2021

LANNA JUNIOR, Mário Cleber Martins (Comp.). História do Movimento Político Das Pessoas com Deficiência no Brasil. Brasília: Secretaria de direitos humanos. Secretaria Nacional de Promoção dos direitos da pessoa com deficiência, 2010

LEITE, Flávia Piva Almeida. RIBEIRO, Lauro Luiz Gomes. COSTA FILHO, Waldir Macieira da. Comentários ao Estatuto da pessoa com deficiência - Lei n. 13.146/2015 / coordenação de Flávia Piva Almeida Leite, Lauro Luiz Gomes Ribeiro e Waldir Macieira da Costa Filho. – 2. ed. – São Paulo : Saraiva Educação, 2019

MASSON, Nathalia. Manual de Direito Constitucional / Nathalia Masson – 7ª Edição rev. Ampl. Atual. Salvador: Jus PODIVM, 2019.

PIOVESAN, Flávia. Constituição e transformação social: a eficácia das normas constitucionais programáticas e a concretização dos direitos e garantias fundamentais. Revista da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo, São Paulo, n. 37, 1992.

RÚBIO, David Sánchez. FLORES, Joaquin Herrera. CARVALHO, Salo de. direitos humanos e globalização [recurso eletrônico] : fundamentos e possibilidades desde a teoria crítica /org. David Sánchez Rúbio, Joaquín Herrera Flores, Salo de Carvalho. – 2. ed. – Dados eletrônicos. – Porto Alegre : EDIPUCRS, 2010

SARLET, Ingo Wolfgang. A eficácia dos direitos fundamentais. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1998.

TERMINOLOGIA SOBRE DEFICIÊNCIA NA ERA DA INCLUSÃO. Romeu Kazumi Sassaki. Disponível em: [https://files.cercomp.ufg.br/webby/up/211/o/TERMINOLOGIA SOBRE DEFICIENCIA NA ERA DA.pd f?1473203540](https://files.cercomp.ufg.br/webby/up/211/o/TERMINOLOGIA%20SOBRE%20DEFICIENCIA%20NA%20ERA%20DA%20pd%20f?1473203540)

***BENEFÍCIOS DA REALIDADE VIRTUAL EM PACIENTES APÓS OCORRÊNCIA DE ACIDENTE
VASCULAR ENCEFÁLICO: REVISÃO DE LITERATURA***

***BENEFITS OF VIRTUAL REALITY IN PATIENTS AFTER THE OCCURRENCE OF A
CEREBROVASCULAR ACCIDENT: LITERATURE REVIEW***

Área temática: Psicologia e Saúde

SILVA, Lilian Guimarães

Graduanda em Fisioterapia – Universidade de Franca/UNIFRAN
lilianguimaraess19@outlook.com

SANTOS, Kate Caroline Rocha dos

Graduanda em Fisioterapia – Universidade de Franca/UNIFRAN
E-mail:katesantos21@gmail.com

NERI, Lorena Aparecida Teixeira

Graduanda em Fisioterapia – Universidade de Franca/UNIFRAN
lorenatneri@outlook.com

SILVA, Beatriz Guimarães

Graduanda em Fisioterapia – Universidade de Franca/UNIFRAN
guimaraesbiaa@gmail.com

RODRIGUES, Amanda

Graduanda em Fisioterapia – Universidade de Franca/UNIFRAN
amandaxrodrigues@gmail.com

DAMANDO, Vanessa Andrade

Graduanda em Fisioterapia – Universidade de Franca/UNIFRAN
vanessa.damando15@gmail.com

BORGES, Ana Paula Oliveira

Doutora em Ciências Médicas pelo departamento de Neurologia da Universidade de São Paulo
ana.oliveira@unifran.edu.br

BULGO, Danilo Cândido

Doutorando e Mestre pelo Programa de pós-graduação em Promoção de Saúde da Universidade de Franca.
danilobulgo@gmail.com

Resumo

Objetivo: Analisar na literatura a utilização da Realidade Virtual (RV) na reabilitação fisioterapêutica em pacientes pós Acidente Vascular Encefálico. **Fundamentação teórica:** o AVC é considerado a doença mais incapacitante do mundo e se dá pela falha vascular e consequente diminuição da demanda de oxigênio nos tecidos cerebrais ou extravasamento de sangue dentro ou em volta das estruturas cerebrais, ocasionando danos nas células e funções neurológicas, tais como: comprometimentos da linguagem, cognitivos, sensoriais e motores. Após acometidos por tal doença, a fisioterapia possui um papel fundamental no processo de reabilitação. Dentre as inúmeras técnicas contemporânea, a RV surge como uma ferramenta que possui diversos recursos benéficos para pacientes pós AVC em processo de reabilitação. Tal técnica pode aumentar por meio de estímulos diversos, a participação do paciente de modo mais ativo no processo reabilitacional, aumentando assim sua qualidade de vida. **Metodologia:** Foi realizada uma revisão de literatura com artigos disponibilizados nas bases de dados BVS, *Lilacs*, Medline, PubMed e o *SciELO*. As buscas foram realizadas nos idiomas: inglês e português, em um recorte temporal dos últimos dez anos (2010 – 2021). **Resultados:** Identificou-se inicialmente 547 artigos, e após a inserção dos critérios de inclusão e exclusão, 6 artigos foram selecionados para compor esta revisão. **Conclusão:** A literatura evidencia que a RV surge como uma estratégia relevante no processo reabilitação fisioterapêutica em pacientes pós AVC, por ser lúdica, interativa e abarcar diversos sistemas corporais, porém faz-se necessário mais pesquisas que evidencie tal prática em pacientes acometidos por essa patologia.

Palavras-chave: Realidade Virtual; Neurologia; Acidente Vascular Cerebral; Reabilitação.

Abstract

Objective: Analyze in the literature the use of Virtual Reality (VR) in physical therapy rehabilitation in patients after a cerebrovascular accident. **Theoretical foundation:** stroke is considered the most disabling disease in the world and is caused by vascular failure and consequent decrease in oxygen demand in brain tissues or extravasation of blood in or around brain structures, causing damage to cells and neurological functions, such as: language, cognitive, sensory and motor impairments. After suffering from this disease, physiotherapy has a fundamental role in the rehabilitation process. Among the numerous contemporary techniques, VR emerges as a tool that has several beneficial resources for post-stroke patients undergoing rehabilitation. This technique can increase, through different stimuli, the patient's participation in a more active way in the rehabilitation process, thus increasing their quality of life. **Methodology:** A literature review was conducted with articles available in the BVS, *Lilacs*, Medline, PubMed e o *SciELO* databases. The searches were carried out in the following languages: English and Portuguese, in a time frame of the last ten years (2010 - 2021). **Results:** Initially, 547 articles were identified, and after the inclusion and exclusion criteria were included, 6 articles were selected to write this review. **Conclusion:** The literature shows that VR emerges as a relevant strategy in the physiotherapeutic rehabilitation process in post-stroke patients, as it is playful, interactive and encompasses several body systems, but more research is needed to show such practice in patients affected by stroke.

Keywords: Virtual Reality; Neurology; Cerebrovascular Accident; Rehabilitation.

1. INTRODUÇÃO

O acidente vascular cerebral (AVC) pode ser definido como uma isquemia ou hemorragia, devido a falha vascular e consequente diminuição da demanda de oxigênio nos tecidos cerebrais ou extravasamento de sangue dentro ou em volta das estruturas cerebrais, ocasionando danos nas células e funções neurológicas, tais como: comprometimentos da linguagem, cognitivos, sensoriais e motores (PAES, 2020).

A literatura aponta que o AVC se destaca por ser a doença mais incapacitante do mundo, o que pode impactar de maneira negativa a qualidade de vida dos indivíduos acometidos pela doença. É comum os pacientes após ocorrência do AVC enfrentar incapacidades residuais como paralisia

muscular, rigidez das partes do corpo afetadas, redução ou perda da mobilidade das articulações, dores difusas, alterações na memória, dificuldades na comunicação oral e escrita, incapacidades sensoriais

hemiparesia, fraqueza, espasticidade, assimetria postural, dentre outras alterações.

O termo AVC é utilizado para delinear sinais e sintomas neurológicos, comumente focais e agudos que derivam de doença envolvendo vasos sanguíneos. O cérebro é muito susceptível a distúrbios do seu suprimento sanguíneo. Uma anoxia ou isquemia por apenas alguns segundos podem acarretar sinais neurológicos e, em minutos dano neural irreversível. Embora a vascularização do cérebro possua características anatômicas e fisiológicas destinadas a proteção desse órgão de comprometimentos circulatórios, quando esses mecanismos protetores falham o resultado é um AVC (CARR; SHEPHERD, 2008).

O AVC atualmente ganha destaque por ser um problema de saúde pública a nível mundial, sendo considerado a segunda maior causa de morte e a principal causa de incapacidade nos indivíduos, enfatizando que aproximadamente 15 milhões de pessoas no mundo sofrem AVC anualmente, e 5,7% morrem em decorrência da gravidade da lesão (CAMARGO; ALINE, 2019).

É importante destacar que o AVC apresenta fatores de risco que devem ser considerados como principais para a sua ocorrência, englobando a alteração da hipertensão arterial sistêmica, tabagismo, diabetes *mellitus*, não prática de atividade física (sedentarismo), índice alto de estresse, consumo em grandes taxas de bebidas alcoólicas e tabaco, assim aos maus hábitos de vida são possíveis agentes que elevam a incidência do AVC (BARCALA *et al.*, 2011).

As lesões ocorridas em nível de sistema nervoso, a exemplo dos indivíduos com sequelas do AVC, podem resultar em alterações nas habilidades motoras e no equilíbrio corporal destes pacientes, respectivamente resultantes, dos distúrbios que atingem a atividade cortical e promovem o desuso dos membros afetados pela lesão, e em virtude da minimização da demanda de informações sensoriais que deveriam ser enviadas ao controle neural (MONTEIRO JÚNIOR; SILVA, 2012).

As consequências deletérias dessa patologia para a saúde do indivíduo podem ser diversas e, geralmente permanecem por longos períodos do ciclo vital, demandando tratamento multiprofissional intensivo de acordo com a necessidade de cada paciente. No que tange ao processo natural da doença e suas sequelas, existem diversos aspectos que são afetados no indivíduo e precisam ser analisados com atenção, dentre eles está a qualidade de vida (QV). De acordo com a OMS, a QV é caracterizada como a percepção subjetiva física, mental e emocional que o indivíduo tem em relação a sua situação atual de vida, incluindo suas limitações, objetivos, expectativas e preocupações. Diante disso, é importante estudar e avaliar a QV nesse perfil de pacientes onde as limitações apresentam-se frequentes e intensa. No cenário contemporâneo, essa patologia tem relação próxima a Classificação Internacional de Funcionalidade (CIF), podendo atingir os dois níveis (Estrutura e Função do corpo, Atividade e Participação), o que gera impactos que devem ser considerados na saúde global dos indivíduos.

Sabendo das sequelas que podem ocasionar pós AVC é importante pensar no paciente como sujeito biopsicossocial, pois esse modelo de tratamento identifica de modo multidimensional o perfil funcional dos pacientes, elucidando parâmetros que permitem uma visão ampliada para a o indivíduo. A CIF pode auxiliar na elaboração e execução de estratégias e tratamentos para o paciente de modo individual, dando ênfase nas potencialidades e atividades cotidianas que esse sujeito demanda, como forma de minimizar o enfrentamento pós ocorrência do AVC.

Desse modo, a fisioterapia surge nesse contexto e é definida pelo Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional (2010) como sendo:

“Uma ciência da Saúde que estuda, previne e trata os distúrbios cinéticos funcionais intercorrentes em órgãos e sistemas do corpo humano, gerados por alterações genéticas, por traumas e por doenças adquiridas. Fundamenta suas ações em mecanismos terapêuticos próprios, sistematizados pelos estudos da Biologia, das ciências morfológicas, das ciências fisiológicas, das patologias, da bioquímica, da biofísica, da biomecânica, da cinesia, da sinergia funcional, e da cinesia patologia de órgãos e sistemas do corpo humano e as disciplinas comportamentais e sociais. E o fisioterapeuta é um profissional de saúde, com formação acadêmica superior, habilitado à construção do diagnóstico dos distúrbios cinéticos funcionais (Diagnóstico Cinesiológico Funcional), a prescrição das condutas fisioterapêuticas, a sua ordenação e indução no paciente bem como, o acompanhamento da evolução do quadro clínico funcional e as condições para alta do serviço”.

Pensando no profissional de fisioterapia, diversas são as técnicas e recursos que se pode utilizar com os pacientes, e viabilizando a demanda neurofuncional de indivíduos pós AVC, a tecnologia tem um papel fundamental nesse tipo de reabilitação ganhando destaque à RV.

Essa técnica de modo inicial, foi originada para retratar universos virtuais e tecnologias que proporcionem interação com diversos usuários como meio para o lazer, entretenimento e diversão, trazendo os jogadores para o ambiente realístico e tecnológico, porém além do aspecto recreacional, a RV no campo da saúde vem sendo explorada de modo amplo e significativo, pois trata-se de uma simulação que pode corroborar com situações da vida cotidiana, onde o indivíduo pode ser inserido em cenários múltiplos e interativos, vivenciando assim, experiências condicionadas às tarefas funcionais diárias, inclusive em pacientes pós AVC.

Atualmente, a RV viabiliza como um recurso que vem sendo aplicado de modo crescente na reabilitação, pois permite ser utilizada em uma pluralidade de domínios tais como na reabilitação neurocognitiva, em vítimas de doenças cardiovasculares, incapacidades físicas e na reabilitação motora do equilíbrio postural e/ou da marcha, além disso, apresenta-se como uma alternativa que tem a possibilidade de superar limitações das intervenções tradicionais (DORES *et al.*, 2012).

A reabilitação fisioterapêutica associada as práticas tecnológicas, podem trazer vantagens significativas aos pacientes, pois quando bem utilizadas desencadeiam positivamente uma gama de efeitos benéficos, por meio de estímulos diversos, elevando a participação do paciente de modo mais ativo e pautado na demanda individual que esse sujeito necessita aprimorar, treinando as habilidades sensitivas, motoras, cognitivas, perceptivas e espaciais que podem aumentar a qualidade de vida (QV) desses pacientes (SOUSA, *et al.*, 2018).

Pensando na RV, essa estratégia faz interação entre homem/máquina, tendo como características basais a imersão, interação e não imersão. Imersão é o modo em que o indivíduo tem seu campo de visão totalmente fechado e se sente pertencente ao ambiente digital, já a Interação se destaca por ser à capacidade do aparelho a se modificar de acordo com as ações que o sujeito realizar, seja por meio de um movimento ou por algum som e aspectos interativos. E por fim, a não imersa que representa a utilização da RV em um campo de visão aberto, podendo ser explorado de modo menos invasivo (SOUSA, 2011).

Frente a grande incidência de casos de AVC no Brasil e no mundo e suas implicações na saúde humana, é imprescindível a utilização de novas maneiras de tratamentos, e se tratando de procedimentos fisioterapêuticos para a reabilitação de pacientes acometidos por essa patologia, a RV aliada a outras técnicas, ferramentas e recursos, pode proporcionar benefícios consideráveis no processo de reabilitação e QV de pacientes pós evento do AVC.

A inserção da RV como estratégia lúdica e terapêutica pode promover maior interação e envolvimento do paciente com o processo de reabilitação, principalmente pensando na neuroplasticidade e na capacidade de auxiliar as células não afetadas a executar a transmissão de novas informações neurais aos membros que apresentam alguma sequela decorrente da lesão (SOUSA, 2011).

Consoante ao exposto, o objetivo deste trabalho é verificar na literatura científica os benefícios da RV no processo de reabilitação de pacientes pós AVC.

2. METODOLOGIA

Para a elaboração deste trabalho utilizou-se o método de revisão sistemática da literatura, metodologia cada vez mais utilizada pelos profissionais de saúde para identificar no meio científico os resultados dos mais diversos estudos no âmbito dos cuidados de saúde humana, sendo definida como um método sistemático, explícito e reproduzível que permite identificar, avaliar e sintetizar os estudos realizados por investigadores, acadêmicos e profissionais nas bases de dados científicos (SOUSA, 2018).

A busca bibliográfica científica foi realizada nos meses maio e julho do ano de 2021, onde os autores do trabalho avaliaram de modo abrangente a qualidade dos estudos, bem como os critérios de inclusão e exclusão, a fim de explorarem de modo significativo o que existe nas bases de dados sobre a temática da presente obra.

As buscas se concentraram nas bases de dados: *Lilacs* (Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde), BVS (Biblioteca Virtual em Saúde) -Medline, PubMed e o

SciElo(*Scientific Eletronic Library Online*), onde foram utilizados os idiomas: inglês e português, pois ambos são de domínios dos autores do artigo. O recorte de busca literária se deu nos últimos dez anos (2011-2021). A estratégia de busca foi dada pela combinação das seguintes palavras-chaves: “*virtual reality*”, “*cerebrovascular accident*” associada ao operador *booleano* AND. Para tal hipótese, foi embasada pela pergunta norteadora “A utilização da RV associada à fisioterapia pode contribuir positivamente na reabilitação de pacientes pós AVC?”

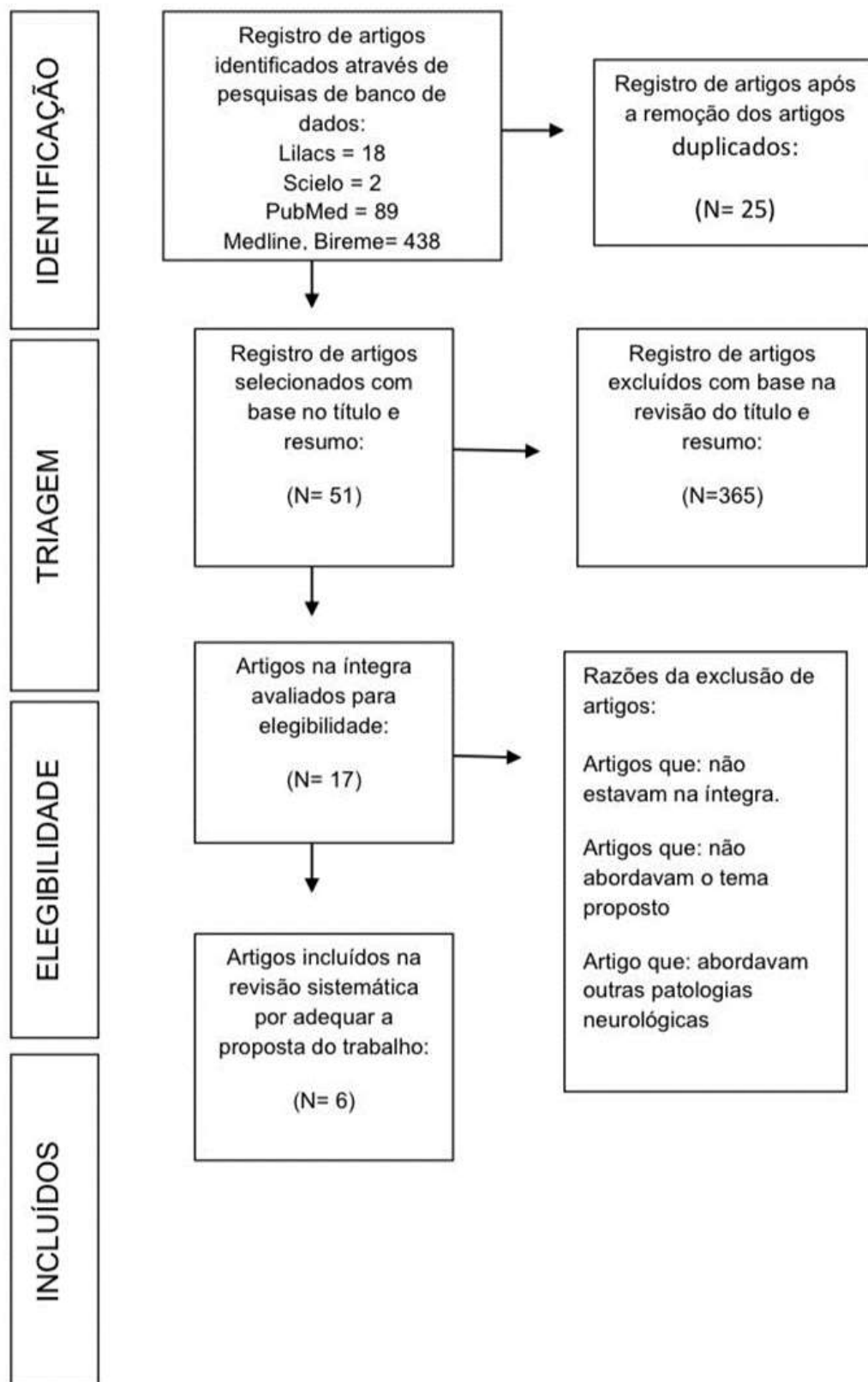
Para serem incluídos nesta obra, foi estabelecido que os artigos estivessem gratuitamente disponíveis, publicados de modo integral e nos idiomas estabelecidos previamente, abordando exclusivamente à RV no tratamento fisioterapêutico em pacientes acometidos pelo AVC. Os principais trabalhos selecionados foram incluídos em um documento em formato de planilhas, a fim de facilitar a categorização e seleção dos artigos, onde foram inseridos: nome dos autores e ano de publicação, título e objetivo central da obra.

Optou-se por incluir na revisão apenas os estudos divulgados no formato de artigos, incluindo obras de revisão, pois a literatura ainda é escassa para tal temática. Foram excluídos os trabalhos que abordavam a temática em outras patologias, publicados em alguma língua diferente das incluídas, capítulos de livros, resumos científicos, teses, dissertações, editoriais, cartas ao editor e anais de congressos. Os autores em conjunto realizaram a busca inicial, sendo adequado posteriormente cada etapa da metodologia estabelecida por meios da inserção dos critérios de inclusão e exclusão.

3. RESULTADOS

Inicialmente, foram encontradas 547 obras científicas nas bases de dados selecionadas para a presente revisão, sendo que 25 foram excluídas por possuírem duplicidade. Após este procedimento, 365 trabalhos foram excluídos com base na leitura inicial dos títulos e resumos, desse modo, posteriormente a essa leitura prévia, 17 estudos foram selecionados para análise criteriosa da íntegra do conteúdo, sendo este processo realizado por todos autores da revisão. Após adequação dos critérios de inclusão e exclusão previamente definidos, foram selecionados 06 artigos para estruturar a revisão de literatura.

Figura 1: Fluxograma PRISMA do processo de busca e seleção dos artigos.



Fonte: Autoria própria (2021)

Quadro 1. Caracterização dos artigos selecionados para análise em ordem cronológica decrescente, segundo autores (ano), nome do artigo e objetivo.

AUTORES - ANO	NOME DO ARTIGO	OBJETIVO
LIMA, D. F. <i>et al.</i> , (2021)	A inserção da realidade virtual aplicada na recuperação físico funcional de membros superiores após acidente vascular encefálico: uma revisão sistemática	Verificar a eficácia do uso da realidade virtual na recuperação funcional dos membros superiores em pacientes com sequelas de AVE, por meio de uma revisão sistemática.
ROCHA, G. C <i>et al.</i> , (2021)	Efeitos da utilização da realidade virtual não imersiva na reabilitação de membro superior de pacientes acometidos por AVC em um hospital público de Porto Alegre	Relatar os efeitos do uso da realidade virtual não imersiva através de um jogo criado para a reabilitação de membro superior pós AVC.
MARCIANO, I. A <i>et al.</i> , (2021)	Efeitos da intervenção fisioterapêutica associada à realidade virtual na reabilitação de pacientes pós-AVE.	Levantar os benefícios da Gameterapia na reabilitação de pacientes pós AVC em comparação com a fisioterapia convencional.
NETO, A. F. D. C. <i>et al.</i> , (2019)	Efeitos da terapia por realidade virtual na funcionalidade e qualidade de vida em pacientes pós-AVE: um estudo piloto.	Verificar os efeitos de um protocolo de reabilitação contendo terapia por realidade virtual associado a cinesioterapia na funcionalidade de membros superiores, destreza manual e qualidade de vida em pacientes hemiparéticos crônicos.
MENEZES, E. E; TADDEO, P. D. (2019)	A estimulação da neuroplasticidade por meio da realidade virtual no acidente vascular encefálico.	Levantar dados científicos que comprovem os benefícios da RV como meio de reabilitação do AVE, dando prioridade à estimulação da neuroplasticidade.
ARAMAKI, A. L, (2017)	Otimizando envolvimento em atividades e participação: um estudo utilizando a realidade virtual para adultos pós-Acidente Vascular Encefálico	Descrever as mudanças nos componentes de funcionalidade (atividade e participação) em pacientes com AVE após o uso da realidade virtual como recurso terapêutico.

4 DISCUSSÃO

A literatura científica e os órgãos de saúde mundial, apontam que o AVC pode desencadear limitações funcionais significativas na vida dos indivíduos acometidos por tal patologia, o que pode reduzir a execução das AVDs de modo a gerar impacto negativo na QV e na dependência dos sujeitos acometidos pela doença, abarcando em muitos casos, auxílio de familiares, cuidadores e/ou profissionais de saúde (PEDREIRA; LOPES, 2010). Viabilizando tal necessidade, a fisioterapia surge

como uma grande área assistencial que por meio de práticas, ferramentas e estratégias pode auxiliar na recuperação desses pacientes.

Dentre as inúmeras práticas que podem ser inseridas na rotina de tratamento dos indivíduos, a tecnologia ganha um importante destaque, pois os fomentos advindos desses recursos podem aumentar significativamente a saúde funcional, o que eleva a QV e bem-estar dos pacientes pós ocorrência do AVC, assim, uma técnica contemporânea que vem crescendo no campo da saúde é a RV, que pode gerar impactos positivos e favoráveis durante o processo de reabilitação.

Para Aramaki (2017) analisou os efeitos da RV na funcionalidade no pós AVC utilizando um programa de intervenção composto por três sessões semanais com duração de 40 minutos cada, durante 12 semanas. O dispositivo utilizado foi o Xbox 360 que possui sensores de movimentos *KINECT*. A abordagem foi qualitativa, fenomenológica, voltada para o universo de significados e experiência de pacientes sobre o uso da RV durante as sessões de reabilitação. O autor do estudo obteve resultados que evidenciam que a RV quando utilizado como um recurso terapêutico mostrou-se eficaz para se objetivar transformações significativas nos componentes de funcionalidade (atividade e participação) em pacientes com AVC.

Já Menezes e Taddeo (2019) buscaram em seu estudo, identificar dados científicos que comprovem os benefícios da RV na neuroplasticidade pós AVC, enfatizando a tecnologia e a interface entre o cérebro do paciente, gerando com a aplicabilidade do recurso como um potente estímulo de neuroplasticidade. As imagens cerebrais segundo os autores ocorrem por meio de estímulos visuais e motores para o paciente acometido pelo AVC, sendo a RV um recurso benéfico para aplicações em indivíduos com graus de incapacidades. A reabilitação com RV pode ativar as zonas cerebrais sensitivas e motoras, contribuindo ainda mais para a neuroplasticidade nesses indivíduos.

Corroborando com os autores supracitados, Neto e colaboradores (2019) analisaram um protocolo de tratamento fisioterapêutico com inserção da RV em conjunto com tratamento clássico cinesioterapêutico. Foram incluídos oito pacientes de ambos os sexos na fase crônica pós AVC, inseridos nos grupos experimental (3 homens e 1 mulher) e controle (2 homens e 2 mulheres) e posteriormente avaliados com a utilização da Escala *Fugl-Meyer*, Escala de Qualidade De Vida específica para AVC, pela Medida de independência funcional e pelo *Box andBlock Test*. O grupo experimental foi submetido em 10 sessões de cinesioterapia associada a jogos do dispositivo *Nintendo® Wii*, o grupo controle foi submetido a sessões contendo cinesioterapia em igual período. Após tais inserções, a intervenção proposta foi capaz de melhorar a função motora do membro superior parético, no entanto, não foi verificada diferença na destreza manual e funcionalidade geral entre os grupos estudados.

Visto a relevância da inserção da RV no cenário fisioterapêutico, Marciano *et al.*, (2021) fizeram uso do recurso na reabilitação fisioterapêutica, comparando com a fisioterapia convencional. Foram analisados sete sistemas de RV com efeitos positivos na reabilitação de cinco funções corporais diferentes, sendo elas: marcha, equilíbrio, controle do membro superior afetado, cognição e percepção, enfatizando o *Nintendo Fit e Sports*, além de melhoras motoras, foi observado que a RV pode aumentar de modo significativo melhora da cognição de pacientes após AVC.

Nesse sentido Rocha e colaboradores (2021) identificaram os efeitos da utilização da RV não imersiva por meio de um jogo criado para a reabilitação de membro superior pós AVC. Quatro pacientes foram inseridos no programa de reabilitação atendidos na Unidade de Cuidados Especiais do Hospital de Clínicas de Porto Alegre, sendo realizado duas vezes ao dia durante a semana e uma vez ao dia nos finais de semana, desde a avaliação ao momento da alta hospitalar. Foi realizado a avaliação inicial e final da Escala de *Rankin* modificada e selecionou-se as jogadas inicial e final para a verificação dos resultados, que demonstraram uma redução do tempo de execução do jogo com aumento da pontuação alcançada durante os desafios na maioria dos pacientes. Desse modo, os autores relatam por meio dos resultados que jogos e a RV não imersiva podem ser utilizados como complemento na reabilitação pós-AVC, trazendo benefícios para a saúde físico e funcional dos pacientes.

Em consonância, Lima *et al.*, (2021) verificaram a relação e eficácia da utilização da RV na recuperação funcional dos membros superiores em pacientes com sequelas de AVC. Os resultados obtidos elucidaram que o recurso em conjunto com a fisioterapia tradicional tende a aumentar e proporcionar resultados significativos para a melhora da capacidade funcional do membro superior afetado pós ocorrência da doença, o que acarreta de modo contínuo, melhora na QV e bem-estar geral do paciente.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente revisão da literatura, identificou obras que evidenciam a utilização da RV em consonância com estratégias fisioterapêuticas pautadas na recuperação de pacientes pós AVC. A tecnologia associada com a fisioterapia tradicional mostrou que a RV pode elevar os ganhos funcionais globais dos pacientes, incluindo aumento da neuroplasticidade, respostas motoras, sensoriais e cognitivas. Tal estratégia, possui em sua essência a capacidade de melhora na QV e bem-estar geral do indivíduo. Neste sentido, o papel da RV pode ser capaz de proporcionar o envolvimento do paciente com seu processo de reabilitação, corroborando de maneira lúdica e tecnológica a motivação em elevar os ganhos que favoreçam a funcionalidade no que tange às AVD's desses indivíduos nas mais diversas atividades que envolve sua rotina. Cabe destacar que ainda se faz necessário mais pesquisas e dados científicos que evidencie os benefícios da RV em pacientes acometidos pelo AVC, pois a literatura ainda se mostra escassa nessa temática.

REFERÊNCIAS

- ARAMAKI, A. L. *et al.* Otimizando envolvimento em atividades e participação: um estudo utilizando a realidade virtual para adultos pós-Acidente Vascular Encefálico. 2017.
- BARCALA, L. *et al.* Análise do equilíbrio em pacientes hemiparéticos após o treino com o programa Wii Fit. *Fisioter. Mov.*, Curitiba, v. 24, n. 2, p. 337-343, abr./jun. 2011.
- CAMARGO, A. F. D. B. Efeito adjuvante de reabilitação utilizando realidade virtual em pacientes pós acidente vascular cerebral isquêmico. 2019. 1 recurso online (98 p.). Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Ciências Médicas, Campinas, SP.
- CARR, H.J; SHEPHERD, B.R. Acidente Vascular Cerebral. In: *Reabilitação Neurológica: Otimizando o Desempenho Motor*. São Paulo: Manole; 2008, p.253-73.
- CREFITO-10: Fisioterapia | Definição. Crefito10.org.br. Disponível em: <http://www.crefito10.org.br/conteudo.jsp?ids=55> Acesso em: 8 ago. 2021.
- DE LIMA, D. F et al. A inserção da realidade virtual aplicada na recuperação físico-funcional de membros superiores após acidente vascular encefálico: uma revisão sistemática. *Fisioterapia Brasil*, v. 22, n. 3, p. 486-499, 2021.
- DE MENEZES, E. E; TADDEO, P. D. S. A estimulação da neuroplasticidade por meio da realidade virtual no acidente vascular encefálico, 2019.
- DORES, A.R *et al.* Realidade Virtual na Reabilitação: Por Que Sim e Porquê Não? Uma Revisão Sistemática. *Acta Médica Portuguesa* 2012.
- MARCIANO, I. A.*et al.* Efeitos da intervenção fisioterapêutica associada à realidade virtual na reabilitação de pacientes pós-AVE. *Animaeducação, Contagem Mg*, p. 0-32, 14 jun. 2021.
- MONTERO, E.F.; ZANCHET, D.J. Realidade virtual e a medicina. *Acta Cirúrgica Brasileira*, São Paulo, v. 18, p. 489-490, SOUSA, L. M. M. et al. Revisões da literatura científica: tipos, métodos e aplicações em enfermagem. *Revista Portuguesa de Enfermagem de Reabilitação*, v. 1, n. 1, p. 45-54, 2018.
- NETO, A. F. D. C. et al. Efeitos da terapia por realidade virtual na funcionalidade e qualidade de vida em pacientes pós-AVE: um estudo piloto. *Revista Inspirar Movimento &Saude*, v. 19, n. 4, 2019.

PAES, J. P. et al. Relação entre o controle postural na postura ereta e a realidade virtual em indivíduos pós-AVC. *Fisioterapia em Movimento* [online]. 2020, v. 33 [Acessado em 3 de junho de 2021], e003333. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-5918.033.AO33> Epub 24 de julho de 2020. ISSN 1980-5918. <https://doi.org/10.1590/1980-5918.033.AO33>.

ROCHA, G. C. *et al.* Efeitos da utilização da realidade virtual não imersiva na reabilitação de membro superior de pacientes acometidos por AVC em um hospital público de Porto Alegre. **Comunicação Breve**, São Leopoldo, Rs, v. 1, n. 41, p. 1-4, 2021.

SOUSA, F.H. Uma revisão bibliográfica sobre a utilização do Nintendo® Wii como instrumento terapêutico e seus fatores de risco. *Revista Espaço Acadêmico*, n. 123, Agosto 2011.

SOUSA, L. M. M. et al. Revisões da literatura científica: tipos, métodos e aplicações em enfermagem. *Revista Portuguesa de Enfermagem de Reabilitação*, v. 1, n. 1, p. 45-54, 2018.

BUSINESS INTELLIGENCE NA GESTÃO MUNICIPAL: UMA PROPOSTA PARA A CIDADE DE FRANCA/SP

BUSINESS INTELLIGENCE IN MUNICIPAL MANAGEMENT: A PROPOSAL FOR THE CITY OF FRANCA/SP

Dinâmicas Territoriais e o Desenvolvimento Regional: Tecnologia, Sistemas e Inovação

PACHECO, Kill Anderson
Centro Universitário Municipal de Franca – Uni-FACEF
Mestrando em Desenvolvimento Regional no Centro Universitário Municipal de Franca (Uni-FACEF) e
Engenheiro Eletricista pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)
eng.killpacheco@gmail.com

PIRES, Daniel Facciolo
Centro Universitário Municipal de Franca – Uni-FACEF
Mestre em Ciência da Computação pela Universidade de São Paulo (USP) e Doutor em Física
Aplicada a Medicina e Biologia pela Universidade de São Paulo (USP)
daniel@facef.br

Resumo

A era informacional exige que os gestores utilizem a tecnologia para tomadas de decisões ágeis e assertivas, neste sentido uma fração significativa das empresas privadas já perceberam a importância e os ganhos do uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) no cotidiano analítico de seus negócios. A quantidade de dados gerados no mundo cresceu, segundo prognósticos, de 988 para 40.000 exabytes entre os anos de 2010 e 2020 (dados de ÁVILA, 2017), um salto colossal no volume e uma inimaginável demanda de processamento e análise. Poucas prefeituras, a contar nos dedos, utilizam de ferramentas tecnológicas modernas para tomadas de decisão e análises de cenários cotidianos em sua gestão. Assim, é objetivo geral deste artigo é iniciar a proposta de um modelo de visualização de informações na forma de telas resumidas de dados concentrados e selecionados, segundo as necessidades personalizadas do gestor municipal e seus agentes públicos, a fim de auxiliar na visualização informacional de seu requerido departamento ou disciplina. Para atingir este objetivo geral, foi realizado um estudo bibliográfico admitindo relação direta entre desenvolvimento local, tomadas de decisão, business intelligence (B.I), gestão municipal e tecnologias da informação. A metodologia do presente trabalho é uma pesquisa qualitativa e exploratória através de levantamento e estudo bibliográfico de referencial teórico na área.

Palavras-chave: Dashboard, Tecnologias da Informação e Comunicação, Gestão Municipal.

Abstract

The information age requires that managers use technology for agile and assertive decision-making, in this sense a significant fraction of private companies have already realized the importance and gains of using Information and Communication Technologies (ICTs) in the analytical routine of their businesses. The amount of data generated in the world grew, according to forecasts, from 988 to 40,000 exabytes between the years 2010 and 2020 (data from ÁVILA, 2017), a colossal leap in volume and an unimaginable demand for processing and analysis. Few city halls, counting on their fingers, use modern technological tools for decision-making and analysis of daily scenarios in their management. Thus, the general objective of this article is to propose an information visualization model in the form of summarized screens of concentrated and selected data, called dashboards, according to the personalized needs of the municipal manager and its public agents, in order to assist in the informational visualization of its required department or discipline. To achieve this general objective, a bibliographic study was carried out, admitting a direct relationship between local development, decision-making, business intelligence (B.I), municipal management and information technologies. A synthetic and illustrative dashboard model is proposed, as well as its basic premises for its structuring, structure and functioning.

Keywords: Dashboard, Information and Communication Technologies, Municipal Management.

1 INTRODUÇÃO

Os problemas sociais e as principais mazelas humanas têm como palco principal as cidades. E se houver uma solução para o real desenvolvimento social, serão por elas. É nas cidades que estão a fome, a insegurança, a violência, as injustiças, as exclusões, o trânsito caótico e as desigualdades de renda e oportunidades. Segundo a ONU, atualmente 55% da população mundial vive em áreas urbanas e a expectativa é de que esta proporção aumente para 70% até 2050 (PORTO, Antônio Fernando Doria. IBCIHS, 2020). O fracasso das políticas mundiais para o desenvolvimento social, não só econômico, aliado ao grande movimento de urbanização demanda prioridade na implementação de políticas descentralizadas e maior responsabilidade dos governos locais. O Papa Francisco, após o Fórum Econômico de Davos do ano de 2016, deu esse recado quando reuniu 400 prefeitos de várias partes do mundo e, naquela oportunidade, disse: “a solução está nas cidades” (IBCIHS, 2020).

As antigas, e algumas atuais, políticas de desenvolvimento pautavam especificadamente em políticas centrais ou nacionais que acontecem em dependência do governo federal, estadual, das grandes empresas e nas grandes metrópoles. Quase nada é pensado no plano local, aliás, o local participa do desenvolvimento nacional, enviando recursos e suportando de alguma forma coadjuvante e, muitas das vezes, numa via de mão única. O desenvolvimento de uma cidade é um desenvolvimento local, ou endógeno, e tem por característica principal produzir e modificar suas estruturas, partindo de si e para si, mas em sintonia com os acontecimentos e movimentos desenvolvimentistas nacionais e mundiais. Existem diversos conceitos de desenvolvimento de acordo com o avanço da linha do tempo e dos entendimentos acadêmicos, políticos e populares. Uma definição e um conceito não excluem o outro, há uma superposição deles de modo a existirem simultaneamente. Mas para o objetivo deste trabalho é suficientemente importante distinguir os conceitos desenvolvimento e crescimento, dispensando o rigor em adotar um ou outro específico teorema desenvolvimentista.

Crescimento e desenvolvimento econômico foram considerados sinônimos até a II Guerra Mundial. A reconstrução dos países atingidos pela guerra, juntamente com a política do Welfare State (estado do bem-estar) propiciaram a distinção desses termos: crescimento econômico passou a ser entendido como aumento na renda per capita do país, enquanto o desenvolvimento econômico passou a ser visto como uma melhoria da qualidade de vida da população em geral. (MADUREIRA, 2015, p. 1)

Desenvolver uma cidade é, antes de crescimento econômico, atender as básicas expectativas daquela sociedade, pois é nas cidades que as pessoas moram, trabalham, se divertem, enfim, nascem-vivem-morrem. As pessoas não moram nos estados ou países, elas moram nas cidades; então é ali que as demandas devem ser minimamente atendidas. E partindo dali as soluções devem ser propostas, pois as características daquele povo geram suas demandas específicas pautadas na origem cultural, formação econômica, especificidades urbanas e principalmente grau de desenvolvimento endógeno projetado. Diante de tantos problemas sociais, das múltiplas variáveis para o desenvolvimento e da inevitável urbanização quase que absoluta, os gestores municipais carregam sobre si o pesado fardo de encontrar soluções específicas, acertadas e ágeis às demandas da população. Segundo Pfeiffer (2000) e Rezende (2005) alguns dos grandes desafios apresentados para a administração pública são: a gestão de sua estrutura, a busca pelas melhores informações em tempo ágil e a utilização dessas informações de forma efetiva e consone à estratégia do gestor público, alinhando-as, por fim, aos anseios dos cidadãos e a processos controlados e efetivos.

Quando se trata de governança pública, é necessário refletir sobre as ferramentas e recursos disponíveis aos gestores e agentes públicos. Hoje, para uma boa governança e gestão, sob velocidade do mundo atual, não basta apenas poder econômico, há de se saber o que fazer, quando fazer e para quem fazer; e estas informações somente são possíveis com a utilização aplicada das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), pois o volume de informação gerado diariamente é colossal, desestruturado e heterogêneo. Nitidamente é inviável, por métodos comuns, qualquer gestor analisar com qualidade, pois a quantidade de dados e informações geradas nos tempos atuais são enormes, de magnitude assombrosa. Um estudo intitulado A Universe of Opportunities and Challenges realizado pela consultoria norte-americana EMC Corporation afirma através de prognósticos que o volume de dados gerados no mundo cresceu de 988 Exabytes em 2010, para 40.000 Exabytes (ou 40 trilhões de Gigabytes) no ano de 2020 (ÁVILA, Thiago. 2017). A

administração pública municipal necessita dispor de informações atuais, precisas, personalizadas e de fácil acesso, e isso só é possível com o uso das TICs. Grande parte das prefeituras ainda utilizam sistemas com dados e informações heterogêneas, de difícil interpretação e as vezes poluídos por outros dados que, naquele momento, são dispensáveis para a análise. E ainda mais complicado é o acesso instantâneo a estes dados, que geralmente são baseados em diferentes ambientes virtuais recheados de logins para diferentes agentes e apresentados numa forma antiquada, nada confortável ao cérebro e aos olhos. As empresas privadas, ou grande parte delas, já perceberam essa necessidade de sobrevivência, pois senão se adequarem a esta nova realidade, serão menos lucrativas ou estarão fadadas ao fracasso. Neste cenário, é razoável frisar que as máquinas não vieram para substituir o homem nas tomadas de decisões, mas sim integrados para que possam fazer de maneira mais eficaz e eficiente. A sociedade moderna nada mais faz, de forma eficiente, sem o uso dos dados e das informações. Foi-se o tempo em que para tomadas de decisões bastavam-se as estatísticas, séries históricas ou ideologias, é preciso mais, de fácil acesso e em tempo real.

É fato que vivemos uma nova era: a era informacional, onde as ferramentas geradoras de poder e riqueza são dados e informações, diferentemente precedida das eras da agricultura, indústria e tecnologia, onde a riqueza estava somente pautada no capital (dinheiro). Hoje, para uma boa governança e gestão, sob velocidade do mundo atual, não basta apenas poder econômico, há de saber o que fazer, quando fazer e pra quem fazer; e estas informações somente são possíveis com a utilização aplicada das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), conceito que será abordado posteriormente em capítulo exclusivo.

A quantidade de dados gerados em uma cidade, também por seus cidadãos, aumenta diariamente de forma exponencial, em virtude das diversas tecnologias utilizadas. Isso vem dificultando ainda mais a visualização e gestão das centenas de variáveis ao mesmo tempo. Neste contexto, o problema de pesquisa de trabalho é responder se é possível criar um modelo de dados que permita que gestores municipais melhorem quantitativamente e qualitativamente suas decisões. A proposta deste trabalho é devolver ao gestor e a seus agentes públicos, a capacidade humana, limitada, de tomar decisões e traçar planejamentos, porém olhando para informações reunidas, recentes, estrategicamente escolhidas e livres destes tantos trilhões de bytes, que naquele momento, são inúteis ou até estorvantes. Segundo Cappra, cientista de dados e pesquisador de cultura analítica, que usa o termo “infoxicação” (junção das palavras intoxicação e informação em inglês) o excesso de dados e informações tem um impacto negativo na sociedade e nos negócios.

“Estamos com uma situação crítica e caótica de tomada de decisão. Hoje tudo é mensurado e precisamos começar a observar e a usar de forma melhor essas capturas. O controle e a medição podem ser um excelente instrumento para ajudar, mas precisamos aprimorar o processo de decisão” (Cappra, 2020).

As organizações, públicas e privadas, traçam seus caminhos a cada tomada de decisão. Tomam decisões com base nas informações, e resgata-las, assim como seleciona-las em tempo hábil para que sirvam ao contexto não é uma tarefa fácil, pois dados e informações são heterogêneos, dispersos e estão alocados em grandes volumes nas diversas plataformas.

“O grande desafio de todo indivíduo que gerencia qualquer processo é a análise dos fatos relacionados ao seu dever. Ela deve ser feita de modo que, com as ferramentas e dados disponíveis, o gerente possa detectar tendências e tomar decisões eficientes e no tempo correto”. (ROSSATO, 2002, p.11).

Como auxílio ao ser humano na análise de cenários e tomadas de decisão, e ao decorrer da evolução tecnológica, diversas ferramentas vêm sendo criadas desde o final da década de 80. A inteligência de negócios, ou no inglês “Business Intelligence (BI)”, ganhou fortes aliados no processamento e tratamento das informações.

O termo BI foi usado pela primeira vez pelo Gartner Group e está relacionado ao processo de obtenção, organização, análise, compartilhamento e monitoramento de informações e possui com o objetivo de suporte a gestão de negócios. BI é um termo genérico que inclui as aplicações, infraestrutura e as ferramentas e melhores práticas que permitem o acesso e a análise de informações para melhorar e otimizar decisões e desempenho (GARTNER GROUP, 2011 apud SILVA et al, 2016, p. 4).

A tecnologia de BI tem como objetivo melhorar a qualidade da informação entregue aos gestores (AFFELDT; JUNIOR, 2013).

O BI é constituído por um conjunto de técnicas e ferramentas, com o objetivo de fornecer às empresas o apoio necessário para a tomada de decisão (MIKROYANNIDIS; THEODOULIDIS, 2010).

Dentre as ferramentas que fazem parte do rol Business Intelligence (BI), estão os Dashboards, que são formas de apresentação dos dados e informações coletados, processados e reunidos em tela única a dispor do gestor em uma visualização adequada e contextualizada.

Moraes (2018) ressalta o uso de dashboards como uma iniciativa frequente entre as cidades inteligentes, justamente por conta da enorme quantidade de indicadores e informações que o sistema deve exibir. Ainda segundo o autor estes também possuem importante papel para auxiliar na tomada de decisão de gestores e outros stakeholders, que precisam, de forma rápida e efetiva, verificar incidentes, analisar impactos, compreender tendências e traçar estratégias para a melhoria das cidades.

O uso de Dashboards tem se tornado cada vez mais frequente na iniciativa privada, justamente por conta da seleção estratégica de dados e informações a serem exibidos. Da mesma forma a ferramenta é totalmente aplicável à gestão pública, pois é possível, em exemplo: verificar o trânsito, analisar ocorrências ambientais, verificar leitos em hospitais, acompanhar metas de vacinação, monitorar arrecadações fiscais, enfim, de uma forma geral é possível possuir índices e informações para tomar decisões, afim de traçar estratégias para a melhoria das cidades. Os Dashboards são ferramentas básicas e fundamentais para a digitalização de uma cidade, não o começo e muito menos o prioritário, porém é instrumento tecnológico obrigatório para uma cidade tradicional prosperar rumo a inteligência. Neste tocante o conceito de Cidades Inteligentes tem sido amplamente fomentado na Europa e Ásia, engatinha no Brasil, e está se tornando cada vez mais objeto de estudo e investimentos dos gestores rumo ao desenvolvimento nesta nova era informacional.

A tomada de decisão estratégica de um gestor municipal não deve ser baseada em ideologias, achismos, crenças pessoais ou pressentimentos. Ela deve ser analítica, sistemática, real e baseada em informações e dados. Porém, numa dimensão da capacidade humana de análise real cotidiana. O objetivo principal deste trabalho é iniciar a proposta de um modelo de dados na forma de telas resumidas de dados concentrados e selecionados, segundo as necessidades personalizadas do gestor municipal e seus agentes públicos, a fim de auxiliar na visualização informacional de seu requerido departamento. Pretende-se em uma grande tela, apenas uma, mostrar o que foi previamente selecionado por aquela disciplina ou secretaria por exemplo. Mas em tempo real, com verificações robustas e em um ambiente tecnológico agradável.

Bandeira e Porto (2011) observam que a percepção da realidade organizacional é essencial para que o administrador possa realizar a escolha de uma ou mais alternativas que melhor se adequem a esta realidade e levem ao encontro dos objetivos organizacionais. Ou seja, uma decisão de qualidade está pautada no uso adequado da informação no processo decisório, de modo a traçar as alternativas e escolher a opção que leve a resultados positivos para a organização. Nesse contexto, Ribeiro (2003) destaca que todos os tomadores de decisão possuem o desafio de pensar globalmente e usar, em larga escala, os instrumentos e informação e comunicação que venham a colaborar com o processo de tomada de decisão. “Em outros termos, a pessoa decide em função de sua percepção das situações. Em resumo, as pessoas são processadores de informação, criadoras de opinião e tomadores de decisão”. (Chiavenato, 2003, p.348).

Para Beal (2012), a informação é um dos recursos organizacionais menos administrados, poucas empresas (organizações) já adquiriram consciência do valor da informação e da necessidade de administrá-la como um ativo com potencial de geração de valor para o negócio. Ou no contexto deste trabalho, para produzir impactos positivos em uma gestão municipal.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Segundo Buarque (2002), o desenvolvimento local pode ser conceituado como um processo endógeno, capaz de favorecer o dinamismo econômico e o progresso da qualidade de vida da população, apontado em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos.

O desenvolvimento local está associado, normalmente, a iniciativas inovadoras e mobilizadoras da coletividade, articulando as potencialidades locais nas condições dadas pelo contexto” (Buarque, 2002, p10).

O desenvolvimento regional e local possui característica endógena (que se origina por fatores internos) quando comparado ao desenvolvimento de forma geral e abrangente, que comumente é entendido com vertente exógena. Ambos se opõem quanto ao agente precursor, ou melhor, se complementam.

A partir da década de 1980, surgiu o paradigma do desenvolvimento endógeno, segundo o qual o desenvolvimento não seria determinado pelo funcionamento das livres forças do mercado ou pelas políticas de planejamento territorial oriundas do poder central, mas, sim, por aspectos intrínsecos ao local, ao território, e pela sua capacidade de usar suas potencialidades de forma a conectar-se ao sistema econômico global.” (BELLINGIERI, 2017, p.15).

A diferenciação feita em desenvolvimento e crescimento econômico mais uma vez vem à tona, quando nos deparamos com o conceito de desenvolvimento de uma cidade. O crescimento econômico, por si só, e o foco na renda per capita é incapaz de refletir o desenvolvimento de uma sociedade, pois não consegue revelar como a renda verdadeiramente é distribuída entre as pessoas e como o crescimento impacta no bem estar de uma população. Desenvolvimento é o equilíbrio entre os diversos fatores humanos demandados em uma sociedade: crescimento econômico e distribuição de renda, oportunidades, melhoria no padrão de qualidade de vida das pessoas, acesso aos direitos civis e aos serviços públicos para os cidadãos, garantia efetiva da reprodução dos recursos naturais. E ainda, segundo Amartya Sen (2010), o crescimento econômico não poder ser considerado um fim em si mesmo, de modo que o desenvolvimento tem que estar relacionado sobretudo com a melhoria de vida dos indivíduos e com o fortalecimento de suas liberdades. Desta forma Sen demonstra como o desenvolvimento depende também de outras e múltiplas variáveis.

O que as pessoas conseguem realizar é influenciado por oportunidades econômicas, liberdades políticas, poderes sociais e por condições habilitadoras, como boa saúde, educação básica e incentivo e aperfeiçoamento de iniciativas”. (SEN, 2010, pág. 18).

Neste sentido, em que o desenvolvimento regional ou local deve estar alinhado aos movimentos mundiais de desenvolvimento, ressalta-se que em 2015 os 193 países membros das Nações Unidas adotaram uma nova política global: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, que tem por objetivo elevar o desenvolvimento do mundo e melhorar a qualidade de vida das pessoas, e o lema é: não deixar ninguém pra trás. Para cumprir este grande objetivo, foram estabelecidos 17 outros Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS's) a serem alcançados por uma ação conjunta entre países, estados e municípios, inclusive com participação das empresas públicas e privadas. Segundo a Confederação Nacional dos Municípios (CNM), por estarem mais próximos das populações, os governos locais são atores-chave para o alcance das metas e dos objetivos, e consequentemente desta agenda. A gestão pública municipal deve adotar postura de desenvolvimento endógena, pois apesar de grande parte dos problemas e demandas sociais serem mundiais, o modus operandi é facilitado quando o olhar das especificidades e soluções partem de si, levando em consideração as características da população e as limitações de governança. O que é feito em cidades europeias ou em cidades brasileiras com perfil, qualitativo e quantitativo, diferentes não se replica com sucesso. As cidades, tradicionalmente, já possuem suas próprias dinâmicas, sua cultura, acomodando as pessoas de formas diferentes, em rotinas que movimentam a economia local nas características próprias de trabalho, lazer e estudo. As soluções dos problemas de uma sociedade local devem ser por seus gestores observados de perto e a tempo,

pois a não solução implicará em consequências imediatamente locais, mesmo que afetem negativamente índices estaduais.

Cientistas, inovadores e entusiastas em todo mundo, começaram a utilizar de tecnologias da informação e comunicação para solucionar problemas, ou melhor, auxiliar resoluções de demandas sociais com as mais diversas ferramentas de tecnologia para isso, entre elas o uso de telas arranjadas e personalizadas para visualização de dados e informações: os Dashboards. Segundo Victoria Hetherington (MORAES, 2017) um bom dashboard deve possuir alguns elementos básicos para que cumpra seu papel: a) ser e comunicar-se de maneira simples e fácil; b) possuir o mínimo de efeitos e distrações para não causar confusão; c) prover informações úteis e com significado para os stakeholders; d) adequar a apresentação visual dos dados com a percepção visual humana.

Já Few (2006), é claro ao categorizar os diversos tipos de Dashboards, a maneira como seus elementos visuais se comportam os diferem. Segundo ele, os três grandes tipos são:

- 1) **Estratégicos:** concentram-se em exibir indicadores de desempenho que auxiliem os gerentes a tomar decisões que podem impactar diretamente no futuro da organização. As coletas de dados têm uma periodicidade mensal.
- 2) **Análíticos:** para que seja possível estabelecer uma relação de causa e efeito nos dados é necessário o uso de meios de exibição mais sofisticados para que o analista possa entender não só o resultado final, mas também as transformações que os dados sofreram até chegar ao conteúdo apresentado na tela. A coleta de dados tem uma periodicidade semanal.
- 3) **Operacionais:** devem ser projetados de forma diferente dos dashboards estratégicos e analíticos, pois sua natureza dinâmica e sua alta frequência de uso (diário) torna necessário a atualização de dados em tempo real.

Briggs (2013) elenca as 9 vantagens do uso do dashboards, e são elas:

- 1) Apresentação visual de medidas de desempenho;
- 2) Capacidade de identificar e corrigir tendências negativas;
- 3) Economia de tempo em comparação à elaboração de vários relatórios;
- 4) Metrificação de eficiências / ineficiências;
- 5) Capacidade de tomar decisões mais informadas com base em Inteligência de Negócio (Business Intelligence);
- 6) Alinhar estratégias e objetivos organizacionais;
- 7) Ganho de visibilidade total de todos os sistemas instantaneamente;
- 8) Capacidade de gerar relatórios detalhados mostrando novas tendências;
- 9) Identificação rápida de desvios de ponto em curvas (outliers) e correlações destes dados.

Desenvolver um Dashboard é mais do que apresentar uma bela tela ao usuário, ou seja, deixa-la visualmente agradável é apenas uma forma importante da apresentação de um ecrã. Mas um verdadeiro Dashboard deve, como seu objetivo principal, representar informações necessárias para a tomada de decisão, principalmente ancorado numa coleta de dados confiáveis e estrategicamente selecionados. Desta forma, é razoável afirmar que um Dashboard cumprirá seu papel quando sua capacidade de exibir dados, índices e informações seja ferramenta de gestão relevante em determinado contexto de gestão. Nos moldes deste trabalho, espera-se que um Dashboard seja um importante apoio para a cidade com impacto positivo no desenvolvimento local da sociedade. Em se tratando da elaboração de um Dashboard, Barros (2013) elenca diversas questões que devem ser observadas, dentre elas o “Propósito”, ou seja, a aplicação daquele dashboard naquele contexto específico sugere parâmetros a serem considerados em sua elaboração, entre eles:

- 1) Nível de detalhe da informação;
- 2) Finalidade: Estratégico, Operacional ou Analítico;
- 3) Intervalo temporal das informações: Histórico ou Atual (real time);
- 4) Nível de abrangência da informação.

Este artigo se limitará em propor à cidade de Franca/SP o uso desta tecnologia, por isso os estudos não se aprofundaram em referências que tratam o desenvolvimento em si, computacional,

XXII ENCONTRO de PESQUISADORES

INTERDISCIPLINARIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

de um Dashboard. Abaixo segue modelo ilustrativo do que é uma tela ecrã Dashboard e o ambiente do usuário.



Figura 1 – Imagem de um ambiente de trabalho com acesso a um Dashboard por computador de mesa.

Fonte: AIX SISTEMAS

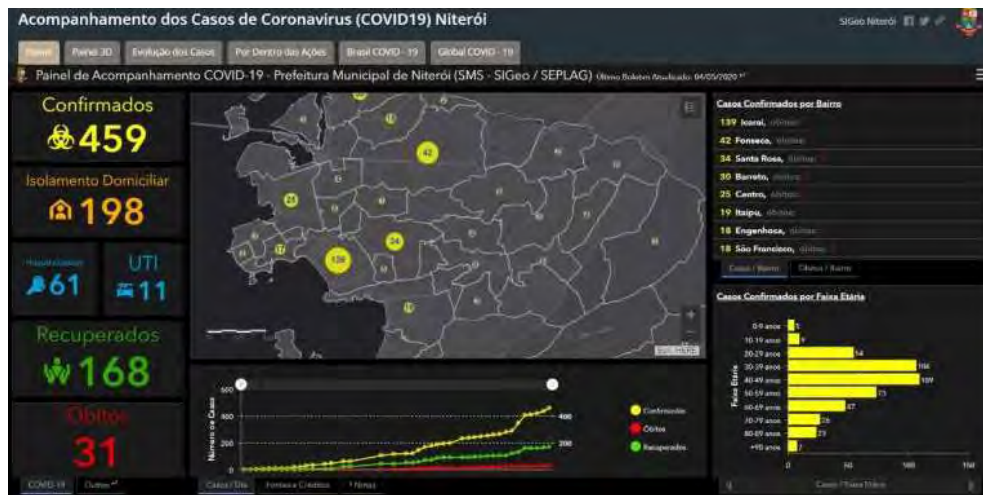


Figura 2 – Imagem de um Dashboard utilizado pela Prefeitura de Niterói/RJ.

Fonte: SIGEO / NITERÓI

Os dashboards estão intimamente ligados ao conceito de BI (Business Intelligence) o qual foca na tomada de decisão mais informada com base na inteligência de negócio. A tradução literal de dashboards para o inglês é “painel de controle”, onde o usuário tem a visualização de informações de forma arranjada, através de dados consolidados, de uma só vez. Analogamente como um painel de um veículo onde o motorista tem uma leitura unificada dos dados que lhe interessam para a

condução correta e segura. É importante salientar que o propósito de um dashboard é reunir em uma única tela informações específicas e selecionadas que interessam ao usuário, deixando de lado ou para um segundo momento as informações menos relevantes. Na construção dos dashboards são utilizados diversos tipos de softwares, desde os específicos aos mais populares como por exemplo o Microsoft Excel. A escolha do software construtor do dashboard dependerá da forma de captação primária ou secundária dos dados que serão exibidos. Não é objetivo específico deste trabalho discutir o método de criação, captação de informações ou formas visuais de apresentação de um dashboard.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia do presente trabalho é uma pesquisa qualitativa e exploratória através de levantamento e estudo bibliográfico de referencial teórico na área para coleta das definições sobre desenvolvimento, e trabalhos relacionados, visando dados secundários.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como resultado parcial deste trabalho, consegue-se identificar através dos conceitos de tecnologias da informação e comunicação, dashboard e tomada de decisão, que a implementação de tecnologias a serviço cotidiano da gestão municipal é viável para auxiliar os agentes envolvidos na agilidade e visualização dos dados da cidade, no que tange ao desenvolvimento local e melhoria da qualidade de vida das pessoas. Uma vez que a cidade de Franca/SP não possui este tipo de tecnologia implementada em sua gestão.

É indispensável que entrevistas sejam feitas, com os gestores e possíveis usuários, no âmbito da governança municipal, a fim de colher demandas relevantes dos próprios tomadores de decisão. O Dashboard exibirá o que for selecionado por estes atores. A ferramenta será utilizada por eles. O departamento de tecnologia da informação do município de Franca/SP também deverá participar das entrevistas, pois os dados e informações que as telas exibirão virão do banco de dados, softwares e relatórios estruturados e mantidos por este.

Será imprescindível o treinamento dos usuários, mesmo que básico com enxuta carga horária, pois há diversos perfis de gestores e usuários, com diferentes níveis de conhecimento tecnológico.

Por fim, outra aprendizagem importante que pode ser retirada deste trabalho, é a necessidade de alterar a cultura organizacional dos servidores e agentes nesta relação com a tecnologia da informação. O Dashboard é uma ferramenta que muito permeia a gestão por resultados e metas. O que significa é que não adianta o esforço dos pesquisadores, servidores e profissionais da área de tecnologia da informação em compilar dados, gerenciar bancos de informações, criar modelos cada vez mais eficiente, ter domínio sobre todas as informações que estão sendo criadas, se não houver um real interesse dos usuários em aproveitar a facilidade e agilidade desta ferramenta. São os usuários gestores que interpretarão as informações da tela e assim poderão tomar decisões, de fato, em prol do desenvolvimento local de Franca/SP. O Dashboard é apenas uma nova forma de mostrar os dados que já existem na organização pública, porém mostrará mais rápido, de forma mais adequada e nitidamente o que se deseja ver. Investimento em mudança cultural organizacional é necessário para que esta nova ferramenta atinja seu objetivo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base aos conceitos apresentados no decorrer do trabalho, propõe-se a implementação de ferramentas tecnológicas na gestão Municipal, de modo a apoiar o processo de tomada de decisão e atendimento as demandas da sociedade, pois através deste implemento tecnológico os agentes públicos conseguem melhor visualizar, em menor tempo e de forma personalizada os gargalos a curto prazo e as tendências para médio/longo prazo da gestão de uma cidade.

Como sequência deste trabalho deseja-se estudar e sugerir quais os melhores métodos de captação de informação de uma cidade, quais softwares, bancos de dados e aplicativos estão disponíveis na cidade de Franca/SP, a fim de alimentar os dashboards implementados.

Em consequência deste trabalho, é possível futuramente, caso a ferramenta seja aplicada e durante os estudos para sua aplicação, identificar os problemas mais frequentes na tomada de decisão dos gestores municipais e identificar os problemas sociais e econômicos decorrentes da ausência de tomada de decisões mais efetivas por parte dos gestores.

A aplicação de uma ferramenta tecnológica como auxílio na gestão pública, abre discussões para outras relações com o foco na gestão. Por exemplo, é possível em certo momento que os dashboards e sua estrutura informacional também sejam usados para abordagens na avaliação de desempenho. Existem diversas formas de tratar e mensurar indicadores, um deles refere-se ao Key Performance Indicator (KPI): que são indicadores-chave de desempenho utilizados para medir qualificando diferentes áreas da gestão de negócios, por exemplo no caso de prefeituras: produtividade, qualidade, abrangência, eficácia, entre outros.

REFERÊNCIAS

AFFELDT, F. S., JUNIOR, S. D. S. Information architecture analysis using business intelligence tools based on the information needs of executives. JISTEM - Journal of Information Systems and Technology Management . vol.10 no.2. Versão on-line. São Paulo maio/ago. 2013.

AIX Sistemas – Disponível em: < <https://aix.com.br/dashboards-na-gestao-escolar/attachment/graph-growth-success-strategy-marketing-computer-concept/> > Acesso em: 17 set. 2021.

ÁVILA, Thiago. O que faremos com os 40 trilhões de gigabytes de dados disponíveis em 2020? [S. l]. Post, 2017. Disponível em: <<http://governosabertos.com.br/sitev2/o-que-fa-remos-com-os-40-trilhoes-de-gigabytes-de-dados-disponiveis-em-2020/>> Acesso em: 26 set. 2021.

BEAL, Adriana. (2012). Gestão estratégica da informação: como transformar a informação e a tecnologia da informação em fatores de crescimento e de alto desempenho nas organizações. São Paulo: Atlas.

BELLINGIERI, Julio Cesar. Teorias do Desenvolvimento Regional e Local: Uma revisão bibliográfica. Revista de Desenvolvimento Econômico. v. 2, n. 37, ago. 2017.

BUARQUE, Sergio C. Construindo o desenvolvimento local sustentável: metodologia de planejamento. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

BRIGGS, J. (2013). Management Reports & Dashboard Best Practice. Target Dashboard. Retrieved 18 February.

CAPPA, Ricardo et al. Data Thinking 2019: Reflexão sobre o impacto dos dados na sociedade e nos negócios em 2019. 1ª ed. São Paulo: Cappra Institute, 2019. Disponível em: <<https://www.cappra.institute/2019>> Acesso em: 21 set. 2021.

CHIAVENATO, Idalberto. (2004). Administração nos novos tempos. (2 ed) Rio de Janeiro: Elsevier.

CNM – Confederação Nacional dos Municípios. Estudos Técnicos. Disponível em: <https://www.cnm.org.br/biblioteca/registros/to-dos/todos/todos/date_desc/todos/todos/1> Acesso em: 17 set. 2021.

DUARTE, J. C. A. (2012). Dashboard Visual, Uma ferramenta de Business Intelligence. 2012. 54 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Engenharia Mecânica, Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, Porto.

FEW, S. (2006). Information Dashboard Design The Effective Visual Communication of Data.

LEITE, L. O.; REZENDE, D. A. Modelo de gestão municipal baseado na utilização estratégica de recursos da tecnologia da informação para a gestão governamental: formatação do modelo e avaliação em um município. Revista de Administração Pública. v. 44, n. 2, p. 459-93, mar/abr.2010.

MADUREIRA, Eduardo Miguel Prata. Desenvolvimento Regional: principais teorias. *Thema et Scientia*, Paraná, v. 5, n. 2, p. 1, jul/dez. 2015. Disponível em: <<http://www.themaetscientia.fag.edu.br/index.php/RTES/index>> Acesso em: 26 set. 2021.

MORAES, Taciano Messias. O uso de dashboards de Big Data Analytics no contexto das Cidades Inteligentes.[S. l]. Post, 2017. Disponível em: <https://itsrio.org/pt/publicacoes/artigos-de-conclusao-do-2o-grupo-de-pesquisa-do-its-rio/> Acesso em: 26 set. 2021.

MORAIS, Taciano Messias (2018). O uso de dashboards de Big Data Analytics no contexto das Cidades Inteligentes.

MIKROYANNIDIS, A.; THEODOULIDIS, B. Ontology management and evolution for business intelligence. *International Journal of Information Management*. Volume 30, Issue 6, December, p. 559–566. 2010.

PORTO, André Gomyde et al. O Futuro é das chics: como construir agora as cidades humanas, inteligentes, criativas e sustentáveis. 1ª ed. Brasília: IBCIHS, 2020.

PORTO, Maria Alice Guedes & Bandeira., Anselmo Alves. (2006). O processo decisório nas organizações. XIII SIMPEP - Bauru, SP, Brasil.

RIBEIRO, Antonio de Lima. (2003). Teorias da Administração. São Paulo: Saraiva.

ROSSATTO, L. R. XCUBe: Solução de Business Intelligence para um sistema de comércio eletrônico e ERP. 2002. 110f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. 2002.

SEN, A. Desenvolvimento como liberdade. Tradução: Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das letras, 2010.

SIGEO, NITEROI, EGP. Acompanhamento dos dados de covid em Niteroi. Disponível em: <http://sigeo.niteroi.rj.gov.br/2020/06/05/acompanhamento-dos-dados-de-covid-19-em-niteroi/> Acesso em: 17 set. 2021.

SILVA, Rafaela Alexandre Da et al. O uso do Business Intelligence (BI) em sistema de apoio à tomada de decisão estratégica. *Revista GEINTEC* – ISSN: 2237-0722. São Cristóvão/SE – 2016. Vol. 6/n. 1/ p.2780-2798.

***CAPACIDADE TESTAMENTÁRIA ATIVA DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO BRASIL À LUZ
DOS DIREITOS HUMANOS***

***ACTIVE TESTAMENTARY CAPACITY OF PERSONS WITH DISABILITIES IN BRAZIL IN THE
LIGHT OF HUMANS RIGHTS***

Área 1: Desenvolvimento Social e Políticas Públicas: 1.6 Outras áreas temáticas.

CANELA, Kelly Cristina.
Professora Doutora do Departamento de Direito Privado da Universidade Estadual Paulista –
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – UNESP/Franca.
kelly.canela@unesp.br

CANAVEZ, Luciana Lopes.
Professora Assistente Doutora de Direito Civil e Propriedade Intelectual nos programas de Graduação
e Pós-Graduação Stricto Sensu em Direito da Universidade Estadual Paulista – Faculdade de
Ciências Humanas e Sociais – UNESP/Franca.
luciana.canavez@unesp.br

SANTOS, Isadora Beatriz Magalhães.
Doutoranda em Direito pela Universidade Estadual Paulista – Faculdade de Ciências Humanas e
Sociais – UNESP/Franca
isadora.magalhaes@unesp.br

MENDES, Daniella Salvador Trigueiro.
Mestranda em Direito pela Universidade Estadual Paulista – Faculdade de Ciências Humanas e
Sociais – UNESP/Franca
daniella.salvador@unesp.br

Resumo

Trata o presente artigo sobre o impacto da promulgação da Convenção Internacional sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência e Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) no ordenamento jurídico brasileiro. As referidas legislações modificaram significativamente o entendimento sobre a capacidade no Código Civil mediante sua dissociação ao modelo médico e à deficiência, atribuindo plena autonomia privada às pessoas com deficiência e refletindo sobre diversos institutos, dentre eles, a capacidade ativa no âmbito da sucessão testamentária. Desse modo, diante da atribuição de capacidade à pessoa com deficiência intelectual e psíquica, será abordado por meio do método de procedimento bibliográfico e método de abordagem dedutivo a aplicação de tais modificações jurídicas na capacidade testamentária ativa daqueles indivíduos sujeitos ao instituto da tomada de decisão apoiada e curatela, sob a luz do Estatuto da Pessoa com Deficiência e como forma de efetivação dos Direitos Humanos.

Palavras-chave: Direitos Humanos, Capacidade testamentária, Estatuto da Pessoa com Deficiência.

Abstract

This article deals with the impact of the promulgation of the International Convention on the Rights of Persons with Disabilities and the Statute of Persons with Disabilities (Law No. 13.146/2015) in the Brazilian legal system. These laws significantly changed the understanding of capacity in the Civil Code by disassociating itself from the medical model and disability, attributing full private autonomy to people with disabilities and reflecting on several institutes, including the capacity in the scope of testamentary succession. Thus, given the attribution of capacity to people with intellectual and mental disabilities, the application of such legal changes in the active testamentary capacity of

those individuals subject to the institute of supported decision-making will be addressed through the bibliographic procedure method and the deductive approach method and trusteeship, in the light of the Statute of Persons with Disabilities and as a way of enforcing Human Rights.

Keywords: Human Rights, Testamentary ability, Statute of People with Disabilities.

1 INTRODUÇÃO

A positivação dos Direitos Humanos é resultado de uma luta social e histórica que gradativamente encontrou espaço e respeito para suas reivindicações. No entanto, a busca pela sua efetividade é ainda um desafio global.

Durante toda a jornada internacional para o reconhecimento desses direitos, alguns restaram subdesenvolvidos ou pouco estudados, promovendo uma desigualdade que se expressava no campo do corpo do ser humano, fazendo com que os estudos sobre a pessoa com deficiência fossem os mais tardios no campo das ciências sociais e humanas, ou seja, o impedimento corporal, psíquico e sensorial por muito tempo foi alvo de opressão e discriminação, ainda que em matéria de Direitos Humanos.

Deste modo, na primeira parte do trabalho demonstraremos a ambiguidade de tratamento dentro dos Direitos Humanos, que são historicamente direitos reivindicados pelas minorias, mas que deixaram por muito tempo as pessoas com deficiência à margem de suas demandas pelo motivo de não haver compreensão do papel da pessoa com deficiência e seu verdadeiro significado em relação à sociedade.

Com maior desenvolvimento da temática na esfera internacional e principalmente na seara dos Direitos Humanos, o conceito de pessoa com deficiência foi modificado, sobretudo pela Convenção Internacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência no ano de 2007, ratificada com força de Emenda Constitucional no Brasil em 2009.

Dentre elas, recentemente houve a revisão terminológica da expressão “pessoas portadoras de deficiência” para trazer um caráter mais humanizado para a denominação, por meio de um conceito social, a fim de romper com o estigma que lhes era atribuído.

Nesse sentido, em respeito às declarações e convenções internacionais de Direitos Humanos, tendo em vista a necessidade de garantir a liberdade e igualdade a todos os cidadãos, o Estatuto da Pessoa com Deficiência acarretou impactos na teoria das incapacidades, sobretudo em relação à pessoa com deficiência para lhe atribuir capacidade jurídica plena para a prática dos atos da vida civil.

Em face desse panorama, o estudo em questão tem por objetivo a análise dos impactos da promulgação da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), especialmente acerca das modificações no ordenamento jurídico brasileiro para efetivação dos Direitos Humanos relativos à pessoa com deficiência no âmbito do Direito das Sucessões.

Destaca-se as alterações acerca da teoria das incapacidades, inclusive da pessoa com deficiência, diante da substituição do modelo médico pelo modelo social para verificação da incapacidade do indivíduo, de acordo com as suas peculiaridades e o meio em que se relaciona.

Feitas as considerações acerca de tais legislações, serão abordadas as questões relacionadas aos reflexos no âmbito da sucessão testamentária, no que se refere à capacidade testamentária ativa, denominada legitimação para testar.

Por também guardar relação com o tema, o estudo será voltado para os institutos da tomada de decisão apoiada e da curatela, temas esses que ganham importância pela sua inovação legislativa, e a forma como se relacionam com a capacidade testamentária ativa.

Para tanto, se propõe uma análise por meio da metodologia dedutivo-bibliográfica através do estudo de conceitos e teorias que visam explicar a relação e a influência da atribuição de capacidade plena pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência, os institutos da tomada de decisão apoiada e da curatela e os seus efeitos no âmbito da sucessão testamentária.

Por fim, as conclusões apresentam o estudo da temática sob a ótica da efetivação dos Direitos Humanos de forma a entender a capacidade testamentária ativa da pessoa com deficiência intelectual e psíquica dentro do ordenamento jurídico nacional como forma de exercício também da autonomia privada.

2 DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA COMO DIREITOS HUMANOS

Ao longo da história foram observadas sucessivas alterações conceituais e legislativas em relação aos direitos da pessoa com deficiência que foram promovidas por diversas lutas sociais para reconhecimento de sua dignidade e validação da tão importante inclusão social. Por este motivo, durante todo esse caminho percorrido o tratamento dado à pessoa com deficiência passou por diversas fases de interpretação e suposições.

Inicialmente, o significado de deficiência já foi relacionado à intolerância e carregou um significado de impureza, pecado e até mesmo castigo divino. Também já foi marcado pela invisibilidade e orientado por uma ótica trágica ou de vitimização, que é denominado de modelo caritativo (DINIZ; SANTOS 2009, p. 65-77).

A pessoa com deficiência que antes era interpretada por meio de drama familiar ou pessoal, com motivos religiosos como maldições ou castigos divinos e com uma narrativa mística ou espiritual, só teve uma mudança de paradigma com conceito biomédico, que imprimiu a dualidade entre o normal e o patológico (DINIZ, 2007, p. 10).

O avanço médico de identificação e catalogação sobre a deficiência fez com que o modelo médico ou biomédico fosse pautado como uma “doença a ser curada”, estando o foco no indivíduo identificado como portador de uma enfermidade e como pessoas a serem curadas, limitando a deficiência a um problema individual, o que afastava qualquer iniciativa de mudança na sociedade ou no ambiente em que faziam parte (DINIZ, 2007, p. 16).

Durante muito tempo o modelo biomédico da pessoa com deficiência dominou a visão internacional e por anos foi adotado pela Organização Mundial da Saúde (OMS), o que implicava na dominação nessa temática de uma linguagem sobre reabilitação e curas. Contudo, essa linguagem começou a receber diversas críticas pela comunidade acadêmica e por teóricos sobre a pessoa com deficiência, com uma tendência para modificação para outro tipo de linguagem, de forma mais sensível e justa, dentro dos Direitos Humanos e não apenas na linguagem biomédica (SILVA, 1987).

A partir da positivação dos Direitos Humanos houve um desenvolvimento na interpretação da deficiência que foi denominado como modelo social, modelo que encara a deficiência uma derivação de como a sociedade é organizada e das barreiras e segregações que são impostas à essas pessoas. Portanto, para o modelo social uma sociedade não é bem organizada se agrava impedimentos intelectuais, sensoriais e físicos da pessoa com deficiência limitando seu exercício autônomo por meio de falta de acessibilidade ou por barreiras atitudinais, institucionais ou sociais.

No entanto, apesar do grande avanço do modelo social, o modelo mais moderno e atual é baseado em uma conjunção desse último e os Direitos Humanos com enfoque para o direito norteador da dignidade da pessoa humana. Este novo modelo tem destaque para a participação efetiva na sociedade em condições iguais de oportunidade, ensejando a inclusão social da pessoa com deficiência e onde esta se insere, bem como na necessidade de eliminar obstáculos e barreiras que podem ser superados na busca da plena efetivação dos Direitos Humanos (PIOVESAN, 2013, p. 33-51).

A legislação internacional da pessoa com deficiência viveu com o Pós Segunda Guerra Mundial um grande avanço, principalmente pelo fato de que a Guerra aumentou e muito a classe de mutilados civis e militares, se tratando impedimentos físicos. A partir de então as legislações e pesquisas nessa área tiveram importante crescimento e desenvolvimento (SOUSA, 2016, p. 34).

Após 1945, como resposta às atrocidades causadas pela 2ª Guerra Mundial, a legislação dos Direitos Humanos ganhou força e mais efetividade, o que ensejou um sistema global mais protetivo com a positivação do princípio da dignidade da pessoa humana como um valor a ser protegido (PIOVESAN, 2013).

Em 1948 a Assembleia Geral da ONU aprovou a Declaração Universal dos Direitos Humanos, e desde então a legislação internacional busca a proteção global desses direitos, que protegem as minorias, sendo também incluídos os direitos da pessoa com deficiência que durante muito tempo foi tratado como um problema individual e não coletivo.

Entretanto, foi a partir dos anos 1970, mais especificamente em 1971 com a Declaração dos Direitos do Deficiente Mental e com a Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes em 1975 que ocorreram as primeiras tentativas de aproximação e interpretação dos direitos da pessoa com deficiência sob a ótica dos Direitos Humanos, pois mesmo que os direitos da pessoa com deficiência sempre estiveram dentro dessa temática, este era marginalizado e pouco reivindicado, e por este motivo foi e uma das últimas demandas a sofrer uma evolução significativa em seu desenvolvimento, em relação a estudos, positivação e efetividade (DINIZ, 2009, p. 68-69).

Em seguida, o ano de 1981 foi considerado por muitos como o Ano Internacional da pessoa com deficiência, vez que, havia um objetivo claro de implementar e concretizar os direitos conquistados nas resoluções de anos anteriores por meio da conscientização do mundo sobre a temática (BRASIL, 1981).

Os Anos Internacionais são considerados anos em que a comunidade internacional toma conhecimento de uma determinada problemática que atinge uma parte da população mundial e busca soluções por meio de ações conjuntas com consultas internacionais. No entanto, é comum que assuntos abordados em anos internacionais caiam no esquecimento e que quase nada seja concretizado.

Sabe-se ainda que a parte importante dos Direitos Humanos é a sua efetivação, pois não há solução em somente saber que existem esses direitos e sim qual é o melhor e mais seguro meio para garanti-los, impedindo que mesmo com as solenes declarações continuem sendo violados (BOBBIO, 2004).

Por este motivo, há grande importância no tratado de Direitos Humanos ocorrido em Nova York em 1967, denominado de Convenção Internacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, vez que, a partir dessa legislação internacional houve um avanço significativo na conceituação de deficiência com um modelo mais moderno baseando sua interpretação conjuntamente aos Direitos Humanos e que teve sua maior efetividade nos países que adotaram seu protocolo facultativo.

A legislação internacional trouxe uma importante diferenciação dentro do conceito de deficiência, destacando que pode resultar em impedimentos de natureza física, sensorial ou intelectual e ainda, que a restrição da participação plena e efetiva da pessoa com deficiência com o meio está diretamente relacionada com a interação do corpo com impedimentos e as barreiras sociais.

Portanto, atualmente interpreta-se a pessoa com deficiência juntamente com o ambiente, fazendo referência a qualquer pessoa incapaz de assegurar sozinha, parcialmente ou totalmente, necessidades de uma vida individual ou social normal, resultante de uma deficiência congênita ou não em suas capacidades físicas ou mentais (SILVA, 1987, p. 203-231).

Nesse sentido, o conceito de deficiência trazido pela Convenção Internacional juntou seu caráter social e caráter biomédico que descreve os impedimentos corporais com os Direitos Humanos, direitos que historicamente denunciam a opressão. Essa junção foi essencial, pois, há anos a academia internacional entendia que os conceitos isolados (biomédico e social) de deficiência eram insuficientes para a promoção da igualdade (DINIZ, 2009, p. 65).

Destaca-se a palavra deficiência como a opressão ao corpo com impedimentos, a opressão aqui mencionada pode ser caracterizada como resultado de sociedades não inclusivas, ou seja, o significado de pessoa com deficiência deve ser entendido como termo político, como conceito que acusa a relação de desigualdade que é imposta por ambientes com barreiras a um corpo com impedimentos (DINIZ, 2007, p. 16).

Portanto, a utilização do termo “pessoas com deficiência” foi incorporada a partir de 2007, pela ONU na Convenção Internacional, momento em que o termo “pessoa” passou a ser o núcleo do conceito para que houvesse a participação plena das pessoas com deficiência na temática (RIBEIRO, 2018).

Pode-se dizer que juntamente com a alteração terminológica a Convenção Internacional promoveu a remoção do modo de aferição da incapacidade até então em vigência, que historicamente utilizava o modelo médico e que baseava a incapacidade apenas à deficiência do indivíduo, para então ser interpretado com a incidência do modelo social. A Convenção Internacional, de acordo com a autora Flávia Piovesan:

Apresenta uma definição inovadora de deficiência, compreendida como toda e qualquer restrição física, mental, intelectual ou sensorial, causada ou agravada por diversas barreiras, que limite a plena e efetiva participação na sociedade. A inovação está no reconhecimento explícito de que o meio ambiente econômico e social pode ser causa ou fator de agravamento da deficiência. A própria Convenção reconhece ser a deficiência um conceito em construção, que resulta da interação de pessoas com restrições e barreiras que impedem a plena e efetiva participação na sociedade em igualdade com os demais. A deficiência deve ser vista como o resultado da interação entre indivíduo e seu meio ambiente e não como algo que reside intrinsecamente no indivíduo (PIOVESAN, 2007, p. 297).

Nesse sentido, com a efetivação e positivação dos Direitos Humanos e do princípio da dignidade da pessoa humana desenvolve-se a ideia sobre os direitos de inclusão e a visão sobre a

relação da pessoa com deficiência e o meio social em que se insere e que preza pelo resultado da eliminação de barreiras físicas, sociais e culturais para o pleno exercício dos direitos da pessoa com deficiência.

O Brasil, por meio do parágrafo 3º artigo 5º da Constituição Federal de 1988, deu início à efetivação da Convenção Internacional da Pessoa com Deficiência de Nova York, que foi o primeiro tratado internacional de Direitos Humanos aprovado pelo Congresso com força de Emenda Constitucional por meio do Decreto nº 6.949 de 2009.

Alguns anos depois surgiu o Estatuto da Pessoa com Deficiência ou EPD, que entrou em vigor no ano de 2015 e trouxe desafios para sua efetivação no país. Esse estatuto objetivou a inclusão social e cidadã da pessoa com deficiência por meio da efetivação de Direitos Humanos.

Iniciou-se, portanto a ideia de dignidade, inclusão e igualdade resguardando a liberdade da pessoa com deficiência e trouxe mudanças no ordenamento jurídico nacional quanto a capacidade da pessoa com deficiência no Brasil.

3 O ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA – LEI N. 13.146/2015 COMO EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS E SEUS IMPACTOS NA TEORIA DAS INCAPACIDADES

Conforme já explicitado, após a promulgação da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo através do Decreto nº 6.949 de 2009, foi instituída em 2015 a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei n. 13.146/2015), denominada Estatuto da Pessoa com Deficiência – EPD, que está destinado a promover e assegurar, de acordo com seu artigo 1º, as condições de igualdade no exercício dos direitos e das liberdades fundamentais da pessoa com deficiência, objetivando sua inclusão social e efetivação na sua cidadania.

Nesse sentido, o Estatuto da Pessoa com Deficiência foi promulgado como forma de efetivação dos direitos humanos, em consonância com a Convenção Internacional de Nova York, através de diversas alterações na legislação infraconstitucional, dentre elas, a que causou maior impacto referente à capacidade civil da pessoa com deficiência.

A convenção Internacional de Nova York trouxe um ineditismo em relação a autonomia individual, liberdade de escolha, inclusão da pessoa com deficiência e sua efetiva participação conforme destacam-se os princípios contidos em seu artigo 3º:

- a) o respeito pela dignidade inerente, a autonomia individual, inclusive a liberdade de fazer as próprias escolhas, e a independência das pessoas; b) a não discriminação; c) a plena e efetiva participação e inclusão na sociedade; d) o respeito pela diferença e pela aceitação das pessoas com deficiência como parte da diversidade humana e da humanidade; e) a igualdade de oportunidades; f) a acessibilidade; g) a igualdade entre o homem e a mulher; h) o respeito pelo desenvolvimento das capacidades das crianças com deficiência e pelo direito das crianças com deficiência de preservar sua identidade.

Referidos direitos eram contrários ao regime estabelecido pelo Código Civil brasileiro de 2002, que abordava uma ampla intervenção estatal e tinha como foco a proteção-substituição. No entanto, após a promulgação do Estatuto o foco da legislação em consonância com os direitos da pessoa com deficiência passou a ser a inclusão-participação, e nesse sentido, houve a eliminação da possibilidade de decretação de incapacidade absoluta da pessoa com deficiência no ordenamento jurídico pátrio (DINIZ; SANTOS, 2009).

Em complemento, entre as diversas mudanças trazidas pelo EPD, de grande avanço para a proteção da dignidade da pessoa com deficiência, a nova legislação em seus artigos 114 e 116 revogou alguns artigos do Código Civil, incidindo em grandes mudanças estruturais e funcionais na antiga teoria das incapacidades, o que repercutiu em institutos do Direito de Família, como na interdição, curatela, casamento e também no Direito das Sucessões, como no caso da legitimação testamentária.

A proposta do Estatuto é, portanto, apostar na autonomia da pessoa com deficiência em igualdade com os demais e, por este motivo, o artigo 3º do Código Civil de 2002 foi revogado e o 4º complementado, pois previa expressamente três figuras como absolutamente incapazes: os menores de 16 anos (menores impúberes), quem por deficiência mental ou por enfermidade não tivesse o necessário discernimento para a prática dos atos da vida civil e também àqueles que mesmo por causa transitória não puderem exprimir a sua vontade (MACHADO, 2019).

Os absolutamente incapazes, que figuravam no antigo artigo 3º do Código Civil, portanto, tinham a capacidade de direito, mas não possuíam a capacidade de fato, ou de exercício. Como já visto, esse artigo foi revogado sendo ainda alterado seu *caput*, que estabelece ser absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil somente os menores de 16 anos.

Pode-se dizer que esse fato foi uma revolução na teoria das incapacidades, não existindo mais no Direito brasileiro pessoa absolutamente incapaz maior de 18 anos, conseqüentemente não há mais o que falar em relação à interdição absoluta, pois toda pessoa com deficiência, desde que maior de idade, passou a ser plenamente capaz, no intuito de uma verdadeira inclusão social.

Nesse sentido, a nova teoria das incapacidades pode ser considerada um instrumento de afirmação que protege a não retirada da capacidade legal da pessoa com deficiência para gerir atos da vida civil, propiciando a busca pelo reconhecimento do direito à singularidade.

Como solução para a celebração de atos mais complexos, o estatuto também trouxe o instituto da tomada de decisão apoiada, para auxiliar a pessoa com deficiência na celebração de contratos, por exemplo. Há uma escolha de duas pessoas idôneas, por meio de um processo judicial, escolhidos pela pessoa com deficiência e que inspirem confiança a ela, e que mesmo com a sua adoção não retira sua capacidade plena, somente fornece-lhe informações necessárias para o auxílio da decisão.

A curatela (artigo 84 da EPD), portanto, passa a ser uma medida protetiva extraordinária, com menor duração possível e que seja proporcional às necessidades e peculiaridades de cada caso.

Contudo, diante de tais modificações na teoria das incapacidades e dos novos instrumentos ofertados pelo ordenamento jurídico, é necessário ainda analisar se tais institutos estão compatíveis com o exercício da autonomia da vontade no âmbito sucessório para efetivação dos direitos humanos da pessoa com deficiência.

4 A CAPACIDADE TESTAMENTÁRIA ATIVA DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL E/OU PSÍQUICA

Diante do contexto cultural e jurídico apresentado anteriormente, com a conseqüente modificação das capacidades jurídicas previstas nos artigos 3º e 4º do Código Civil, mormente à pessoa com deficiência intelectual e psíquica, é salutar tecer comentários acerca da imprescindibilidade do reconhecimento de tal direito e prerrogativa à efetivação dos preceitos estabelecidos nos ordenamentos jurídicos internacionais e nacionais para proteção desses indivíduos.

Através da substituição do modelo médico pelo modelo social, bem como pela dissociação entre a incapacidade e a deficiência, houve a atribuição da capacidade jurídica plena às pessoas com deficiência para lhes conferir dignidade, independência e igualdade em relação aos demais sujeitos, reverberando para outras áreas do ordenamento, tais como o exercício da autonomia privada e a realização de negócios jurídicos.

Dentre tais negócios jurídicos, há o testamento, de natureza unilateral e personalíssima, cujo teor apresenta expressamente a última vontade patrimonial ou extrapatrimonial de seu autor.

Trata-se de instrumento jurídico essencial ao exercício da autonomia privada, visto que se apresenta como meio hábil para externalizar as vontades do testador para o período posterior à sua morte, prolongando os seus efeitos e conferindo direitos àqueles que estejam conectados legalmente (vocação hereditária), ou pelo afeto, quando o testador atribui a parte disponível de sua herança de modo divergente   previsão legal.

Ademais, o testamento possui função promocional (FARIAS; ROSENVALD, 2017, p. 386) ao permitir a emissão de manifestações volitivas desprovidas de conteúdo patrimonial, ou seja, envolvendo questões existenciais, tais como o reconhecimento de filiação, a instituição de bem de f milia, a nomeação de tutor para filhos incapazes, dentre outras possibilidades.

Nesse diapasão, por tratar-se de negócio jurídico, a validade do testamento requer que a exteriorização da vontade tenha sido emitida por pessoa que detenha legitimação testamentária no momento de sua elaboração, conforme previsto nos artigos 1.860 e 1.861 do Código Civil. Em outras palavras, a referida legitimação abarca a capacidade jurídica específica para elaboração de testamento, qual seja, o pleno discernimento sobre os seus atos, dentre outros critérios objetivos.

Assim, o discernimento é uma importante ferramenta para averiguação da capacidade testamentária ativa, na medida em que comporta o entendimento (momento intelectual) e a determinação (momento volitivo). Assim,   necessário que haja o entendimento do ato e da vontade consciente de praticá-lo.

Diante disso, em virtude da histórica discriminação em relação às pessoas com deficiência, sobretudo às com deficiência intelectual e/ou psíquica, há uma presunção social proveniente do senso comum de que tais pessoas não teriam legitimação testamentária para manifestação de sua vontade com eficácia diferida.

As práticas discriminatórias em relação às pessoas com deficiência apresentam-se de modo mais acentuado às questões psíquicas, visto que ao longo dos anos foram alvo da exclusão de direitos humanos mínimos, tais como sua privacidade, liberdade e autonomia sobre seus corpos, além da marginalização social e o não reconhecimento como sujeito de direitos (RODRIGUES; CRISPINO, 2019, p. 29).

Por tal razão, à luz do Estatuto da Pessoa com Deficiência e em oposição a tais questões, é fundamental depreender da norma que a mera diminuição mental é insuficiente para impedir a inclusão da pessoa com deficiência ao exercício de sua vontade, na medida em que apenas a ausência de discernimento seria “causa impeditiva da elaboração de um testamento quando comprometer efetivamente a compreensão do ato a ser praticado” (FARIAS; ROSENVALD, 2017, p. 401- 402). Nesse sentido, os civilistas Cristiano Chaves de Farias e Nelson Rosenvald explicitam que:

Assim, o simples fato de se ter uma deficiência (física, psíquica ou intelectual) não é fator impeditivo ao exercício do direito de elaborar testamento. Porém, faltando discernimento (requisito específico), mesmo não se caracterizando uma incapacidade jurídica, falta o requisito específico (legitimação) exigido para o ato (FARIAS; ROSENVALD, 2017, p. 402).

Destarte, conforme trazido nos tópicos anteriores, a Convenção e o EPD visam trazer a materialização da autonomia privada para as pessoas com deficiência, com a finalidade de proporcionar uma sociedade inclusiva abarcando a deficiência intelectual e/ou psíquica, que não obsta na elaboração de testamento pelo indivíduo, na medida em que a existência de discernimento acerca de seus atos possibilita um modo de autoafirmação de questões patrimoniais e existenciais.

Todavia, discute-se a possibilidade de utilização dos institutos da tomada de decisão apoiada e da curatela coadunados à legitimação testamentária da pessoa com deficiência, objetivando a sua autonomia, e em contrapartida, a proteção de suas vulnerabilidades individuais identificadas através de elementos relacionados aos componentes sócio-psíquico-ambientais em casos concretos (FEITOSA; OLIVEIRA, 2013, p.11).

É evidente que o ordenamento não deixou de considerar a pessoa com deficiência como um sujeito vulnerável, tanto o é que os instrumentos protetivos foram repensados em prol dessa dita vulnerabilidade, não cabendo afirmar, de pronto, que o Estatuto surge como um regramento essencialmente prejudicial aos sujeitos por ele tutelados (RODRIGUES; CRISPINO, 2019, p. 85).

Para tanto, conforme mencionado, a tomada de decisão apoiada prevista no artigo 1.783-A e seguintes do Código Civil, estabelece que os apoiadores escolhidos pela pessoa com deficiência lhe fornecerão elementos e informações necessárias para compreensão e exercício pleno de sua capacidade legal, de modo compatível ao resultado almejado pelo indivíduo. Outrossim, as referidas pessoas não compõem o negócio jurídico celebrado.

Desse modo, o testamento, enquanto negócio jurídico de natureza personalíssima, não restará prejudicado pela manifestação volitiva do testador através tomada de decisão apoiada.

Os eventuais vícios de consentimento em razão de interferência ou pressão dos apoiadores sobre o testador podem acarretar no ajuizamento de ações de nulidade testamentária. Ainda, o exercício do apoio impõe o reconhecimento da ilegitimidade passiva para suceder, conforme prevê o artigo 1.801, inciso V do Código Civil, nos casos em que há participação do tabelião ou do advogado no auxílio da elaboração do documento (MENEZES; LOPES, 2019, p. 201).

Nesse ponto, observa-se que o acesso às informações e esclarecimentos sobre as questões testamentárias, principalmente pela sua complexidade jurídica, são concedidas aos testadores sem macular a personalidade do ato, independentemente de deficiências físicas, psíquicas ou sensoriais.

Sob tal aspecto, as autoras Joyceane Bezerra de Menezes e Ana Beatriz Lima Pimentel explicitam que a utilização do instituto da tomada de decisão apoiada, no âmbito da sucessão testamentária, caracteriza uma “autonomia na interdependência” compatível com os Direitos Humanos, que ressalta a importância da liberdade das pessoas com deficiência associada ao auxílio da coletividade para sua autonomia privada (MENEZES; LOPES, 2019, p. 196).

O Estatuto trouxe também novos contornos à curatela, dando-lhe caráter excepcional, nos termos do art. 84, §3º, cuja atuação deve limitar-se às peculiaridades do curatelado, com poderes limitados e por período determinado. Assim, “esse modelo passa a considerar gradativamente a exteriorização dos anseios da pessoa com deficiência mental, promovendo-lhe dignidade enquanto pessoa humana” (RODRIGUES; CRISPINO, 2019, p. 82).

Diferentes são os casos em que há uma deficiência intelectual grave, da qual o indivíduo não consegue exprimir a sua vontade, sujeitando-se ao instituto da curatela através de sua assistência ou representação, de acordo com a verificação da incapacidade.

Para tanto, o laudo pericial emitido por equipe multidisciplinar para averiguar as peculiaridades de cada indivíduo deverá dispor sobre quais atos há a restrição de autonomia privada, sobretudo de natureza patrimonial e negocial (TARTUCE, 2016, p. 70), dos quais poderá haver a restrição quanto à capacidade testamentária ativa. Nesses casos, imperioso observar não ser possível a elaboração de testamento, na medida em que haveria a interferência de terceiro (curador) na exteriorização de vontade.

Todavia, nos casos em que não há limitações quanto à capacidade testamentária pelo laudo pericial, bem como nos casos de disposições existenciais, não há óbice para elaboração do testamento, pois a instituição de curatela tem o escopo de estabelecer restrições mínimas e proporcionais às potencialidades do curatelado.

A curatela perde o fôlego enquanto medida de substituição de vontade e, no seu estabelecimento, passa-se a atribuir maior relevo às circunstâncias pessoais do próprio curatelado, notadamente às suas preferências, aos seus vínculos de afetividade e aos seus interesses fundamentais. Consolida-se aquele perfil funcional que determina o respeito às “escolhas de vida que o deficiente psíquico for capaz, concretamente, de exprimir, ou em relação às quais manifesta notável propensão”. Pois em razão do status personae, todo ser humano é titular de situações existenciais como o direito à vida, à saúde, à integridade corporal, ao nome, à manifestação do pensamento, cujo exercício prescinde das suas capacidades intelectuais e é fundamental para o desenvolvimento de sua personalidade (MENEZES, 2015, p. 18).

Dessa maneira, a deficiência intelectual e/ou psíquica não autoriza a presunção de incapacidade ou ausência de discernimento para testar, visto que, se o indivíduo possuir condições de exteriorização de sua vontade desprovida de captações ou pressões de terceiros, ainda que sob eventual apoio através da tomada de decisão apoiada ou sob curatela, é salutar o reconhecimento da validade do negócio jurídico, principalmente quando revestido de interesses existenciais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo teve como objetivo analisar a dificuldade na constatação da pessoa com deficiência como sujeito de direitos e como meio de expressão da diversidade humana, e do desafio para a sociedade atual para tal reconhecimento, inclusive pelo fato das demandas dessas pessoas somente terem sido reconhecidas recentemente sob a ótica dos Direitos Humanos.

Nesse sentido, assegurar uma vida digna não significa apenas uma oferta de serviços e bens medicinais, mas também, oferecer conjuntamente um ambiente acessível às pessoas com deficiência física, intelectual ou sensorial. Portanto, para assegurar a efetividade do princípio da dignidade da pessoa humana, faz-se necessário garantir o direito de acessibilidade na forma mais ampla, inclusive no que se refere à capacidade ativa testamentária abordada no presente artigo.

O Código Civil de 2002, apesar de ser uma legislação recente, ainda não estava avançada na questão da capacidade testamentária relativa às pessoas com deficiência. Nesse sentido, houve uma grande transformação na teoria das incapacidades no ordenamento jurídico pátrio com a Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência e o Estatuto da Pessoa com Deficiência, proporcionando um caminho para efetivação dos direitos humanos em razão da identificação da questão como uma temática correlacionada e indissociável aos Direitos Humanos e à promoção de igualdade.

Portanto, buscou-se compreender de que modo a ratificação dessa Convenção Internacional com força de Emenda Constitucional no ano de 2009, e ainda, a posterior promulgação do Estatuto da Pessoa com Deficiência Lei nº 13.146/2015 promoveu modificações na legislação infraconstitucional nacional com a consequente efetivação dos Direitos Humanos.

Desse modo, demonstrou-se a importância de relacionar, sempre que possível, a matéria dos Direitos Humanos com direitos da pessoa com deficiência, pois essas garantias também estão incluídas nesse rol de direitos e tem responsabilidade direta para sua evolução e aperfeiçoamento.

Importante salientar, ainda, que é fundamental o conhecimento de todos sobre essa temática, para a eliminação de desvantagens e barreiras sofridas pela pessoa com deficiência e um envolvimento de cada um individualmente, não apenas de entidades e governos.

Foi exatamente o respeito à dignidade da pessoa humana na interpretação da deficiência por meio dos Direitos Humanos que demonstrou um modelo de definição emancipatório liberando a pessoa com deficiência do culturalismo social que remetia a deficiência como algo incapacitante.

Assim, a análise no presente artigo acerca das modificações na teoria das incapacidades e o seu reflexo no âmbito da capacidade ativa na sucessão testamentária como instrumento de exercício da autonomia privada e efetivação da inclusão social em virtude da acessibilidade dos instrumentos jurídicos disponibilizados no ordenamento jurídico, demonstra a necessidade de verificação do discernimento no momento da elaboração do testamento como elemento de validade do negócio jurídico, dissociado de eventual deficiência intelectual e/ou psíquica.

Sob tal aspecto, demonstrou-se a utilização dos institutos da tomada de decisão apoiada e da curatela para possibilitar a exteriorização de vontade, respeitadas as peculiaridades de cada indivíduo, a ser delimitado através de laudo pericial multidisciplinar e pelo histórico pessoal da pessoa com deficiência.

Nesse seguimento, os referidos institutos apresentam aspectos que favorecem o auxílio do testador nas questões técnicas e jurídicas concernentes à complexidade do ato sem comprometimento de sua vontade, fato este que mantém a mácula da natureza personalíssima do testamento e resguardam a pessoa com deficiência em suas vulnerabilidades por meio da denominada “autonomia na interdependência”.

Portanto, garantir a participação social e a cidadania da pessoa com deficiência por meio da ampliação da acessibilidade aos instrumentos jurídicos pátrios, sobretudo na espera sucessória testamentária, é imprescindível para efetivação de seus Direitos Humanos em razão da expressão de autonomia privada do sujeito para fomentar seu tratamento com dignidade, afastando posturas sociais discriminatórias.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 11 jan 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406compilada.htm. Acesso em: 04 jan. 2021.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 7 jul 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso em 23 jan. 2021.

BRASIL. Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 26 ago. 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm. Acesso em 23 jan. 2021.

BRASIL. **Ministério de Estado da Educação e Cultura**. Comissão Nacional do Ano Internacional das Pessoas Deficientes. Relatório de Atividades Brasil. Brasília, 1981.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

DINIZ, Debora; BARBOSA, Lívia; SANTOS, Wederson Rufino dos. Deficiência, direitos humanos e justiça. *Sur, Rev. int. direitos humanos*. v. 6, n. 11, p. 65-77, 2009.

DINIZ, Debora. **O que é deficiência**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2007.

FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. **Curso de direito civil: sucessões**. 3. ed. Salvador: Ed. JusPodivm, 2017.

FEITOSA, Ana Vlândia Martins; OLIVEIRA, Olívia Marcelo Pinto de. Análise do regime das incapacidades no Código Civil Brasileiro aplicado às pessoas com deficiência intelectual sob a ótica civil-constitucional: insuficiência às situações jurídicas existenciais. XXII Encontro Nacional do CONPEDI/UNICURITIBA. **25 anos da Constituição Cidadã: Os Atores Sociais e a Concretização Sustentável dos Objetivos da República**. Curitiba/ PR. 2013. Disponível em <http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=bfc89c3ee67d8812>. Acesso em 11 nov. 2020.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito civil brasileiro** – vol. 7 direitos das sucessões. 11. ed. São Paulo. Saraiva, 2017.

LIMA, Taisa Maria Macena; GODINHO, Jéssica Rodrigues. O esvaziamento da teoria das incapacidades pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência: (Re)Interpretação através do discernimento. **Revista da AJURIS**, Porto Alegre, v. 46, n. 146, jun. 2019. Disponível em: http://ajuris.kinghost.net/OJS2/index.php/REVAJURIS/article/view/1037/Ajuris_146%20-%20DT16. Acesso em: 04 jan 2021.

MACHADO, Antônio Cláudio da Costa (Coord.). **Estatuto da pessoa com deficiência**: comentado artigo por artigo. São Paulo: Novo Século, 2019.

MENEZES, J. B. DE. O direito protetivo no Brasil após a convenção sobre a proteção da pessoa com deficiência: impactos do novo CPC e do Estatuto da Pessoa com Deficiência. **civilistica.com**, v. 4, n. 1, p. 1-34, 8 ago. 2015. Disponível em: https://civel.mppr.mp.br/arquivos/File/Artigo_Joyceane_Bezerra_de_Menezes.pdf . Acesso em: 13 jan. 2021.

MENEZES, Joyceane Bezerra de; LOPES, Ana Beatriz Lima Pimentel. A sucessão testamentária da pessoa com deficiência intelectual e/ou psíquica. In: TEIXEIRA, Daniele Chaves (Coord.). **Arquitetura do planejamento sucessório**. 2ª ed. Belo Horizonte. Fórum, 2019. p. 193-207. ISBN 978-85.450-0712-8.

MENEZES, Joyceane Bezerra de; TEIXEIRA, Ana Carolina Brochado. Desvendando o conteúdo da capacidade civil a partir do Estatuto da Pessoa com Deficiência. **Pensar-Revista de Ciências Jurídicas**, v. 21, n. 2, p. 568-599, 2016.

NEVARES, Ana Luiza Maia; SCHREIBER, Anderson. Do sujeito à pessoa: uma análise da incapacidade civil. **Quaestio Iuris**, vol. 9, n. 3, Rio de Janeiro, 2016, pp. 1545-1558. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/quaestioiuris/article/view/24705/17950>. Acesso em 16 Jan. 2021.

PIOVESAN, Flávia. Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: inovações, alcance e impacto. In: FERRAZ, Carolina Valença et al. **Manual dos direitos das pessoas com deficiência**. São Paulo: Saraiva, 2013. p. 33-51.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos humanos e o direito constitucional internacional**. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

PAES, Nadinne Sales Callou Esmeraldo. A nova teoria da capacidade civil no Brasil em face das pessoas em coma ou impossibilitadas de expressão da vontade por deficiência grave. **Revista Húmus**, v. 9, n. 26, 2019. Disponível: <http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/revistahumus/article/view/11569/6815>. Acesso em 12 jan 2021.

RODRIGUES, Carina Baia; CRISPINO, Nicolau Eládio Bassalo. A capacidade civil e a curatela para a pessoa com deficiência mental após a Lei nº 13.146/2015. **Revista Jurídica da UFERSA**, Mossoró,

v. 3, n. 5, jan./jul. 2019, p. 68-88.

<https://periodicos.ufersa.edu.br/index.php/rejur/article/view/8259/10081>. Acesso em 13 nov. 2020.

SCHENK, Leonardo Faria. Notas sobre a interdição no Código de Processo Civil (parte 1), **Revista Eletrônica de Direito Processual - REDP**, v. 15, jan.-jun. 2015. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/redp/article/view/16875/1252>. Acesso em 13 nov. 2020.

SILVA, Otto Marques da. **A Epopeia ignorada: a Pessoa deficiente na História do mundo de ontem**. São Paulo: Cedas, 1987.

SOUSA, Cristiano Manguiera de. **A Nova Concepção de Deficiência e os Reflexos nos Direitos e na Invisibilidade Social das Pessoas com Deficiência**, um Devir Humano. Monografia (bacharelado em Direito). Faculdade de Ciências Jurídicas e de Ciências Sociais – FAJS, p.87. 2016
TARTUCE, Flávio. O estatuto da pessoa com deficiência e a capacidade testamentária ativa. **Revista Pensamento Jurídico**. São Paulo. vol. 10, n. 2, jul/dez 2016. Disponível em: <https://fadisp.com.br/revista/ojs/index.php/pensamentojuridico/article/view/63/6>. Acesso em 17 nov. 2020.

TERRA, Aline de Miranda Valverde; TEIXEIRA, Ana Carolina Brochado. É possível mitigar a capacidade e a autonomia da pessoa com deficiência para a prática de atos patrimoniais e existenciais?. **Civilistica**, a. 8, n. 1, 2019. Disponível em: <http://civilistica.emnuvens.com.br/redc/article/view/401/335>. Acesso em 12 jan. 2021.

**COMPORTAMENTO DOS INVESTIMENTOS DE RENDA FIXA COMPOSTOS POR
TÍTULOS FEDERAIS EM ÉPOCA DE PANDEMIA**

Behavior of Fixed Income Investments made up of Federal Bonds in the Period of Pandemic.

Área Temática: 2.7. Outras Áreas Temáticas

CARLOS, Samuel de Jesus
Bacharelado em Ciências Contábeis pela Faculdade Barretos
samuelcarlos81@gmail.com

CARVALHO, Francisco José Pereira de
Professor da Faculdade Barretos e Mestre em Contabilidade e Finanças pela
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
francisco.carvalho@unibarretos.com.br

LOPES, Juliano de Jesus
Professor da Faculdade Barretos
Mestre em Administração pela Faculdade de Administração de São Paulo
jujlopes06@gmail.com

CARVALHO, Nadia de Castro
Professora do Uni-Facef
Mestre em Administração pela FUMEC de Belo Horizonte

SATURI, Evandro Morales
Professor UEMG – Passos
Mestre em Administração pela Uni-Facef

Resumo

O presente trabalho procurou analisar o desempenho dos investimentos de Renda Fixa, compostos por títulos federais atrelados a inflação no ano de 2020 e no primeiro semestre de 2021, dentro cenário pandêmico da COVID-19. Por suas características de oferecimento de baixo risco, os títulos públicos federais podem ser considerados como uma opção de investimento, em especial para o investidor conservador e avesso ao risco. A pesquisa mostrou que os rendimentos desses títulos tiveram comportamentos distintos, sendo que os com remuneração atrelada à inflação e medidos pelo índice ANBIMA IMA-Geral obtiveram rendimentos superiores aos 13 papéis compostos por LFTs—Letras Financeiras do Tesouro avaliados conjuntamente pelo subíndice ANBIMA-S e com remuneração vinculada à Taxa SELIC. Todavia, mesmo com rendimentos superiores, os investimentos medidos pelo índice IMA-Geral apresentaram uma rentabilidade muito próxima à inflação. No caso dos investimentos atrelados à Taxa SELIC e avaliados pelo subíndice IMA-S mostraram um rendimento abaixo da inflação, representando uma perda para quem investiu nesse tipo de papel. A realidade apresentada no presente trabalho não deverá mudar, pois, mesmo com as perspectivas projetadas de aumento de elevação da Taxa SELIC para 6,63% até o final de 2021 e 7% para 2022, as perspectivas indicam que o IPCA que mede a inflação, tem um índice projetado de 6,67% até o final de 2021 e que deverá superar os 7% em 2022. Portanto, os investimentos remunerados com base na Taxa SELIC ainda não são recomendados, enquanto os atrelados à inflação devem ser vistos apenas como reserva de valor.

Palavras-Chave: Investimentos, Renda Fixa, Títulos Públicos.

Abstract

The present work sought to analyze the performance of Fixed Income investments, composed of federal bonds linked to inflation in 2020 and in the first half of 2021, within the COVID-19 pandemic scenario. Due to their characteristics of offering low risk, federal government bonds can be considered an investment option, especially for the conservative and risk-averse investor. The research showed that the yields of these bonds had different behaviors, and those with remuneration linked to inflation and measured by the ANBIMA IMA-Geral index obtained yields higher than the 13 securities composed of LFTs - Treasury Financial Bills evaluated jointly by the ANBIMA-S sub-index and with remuneration linked to the SELIC Rate. However, even with higher yields, investments measured by the IMA-Geral index showed a return very close to inflation. In the case of investments linked to the SELIC rate and evaluated by the IMA-S sub-index, they showed an income below inflation, representing a loss for those who invested in this type of paper. The reality presented in this paper should not change because, even with the projected perspectives of increasing the SELIC Rate to 6.63% by the end of 2021 and 7% for 2022, the perspectives indicate that the IPCA, which measures inflation, it has a projected rate of 6.67% by the end of 2021 and which should exceed 7% in 2022. Therefore, investments remunerated based on the SELIC rate are not yet recommended, while those linked to inflation should be seen only as a reserve of value.

Keywords: Investments, Fixed Income, Government Bonds.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho objetivou identificar o comportamento dos investimentos de Renda Fixa compostos por títulos públicos federais considerados de baixo risco e que representam para os investidores, além de uma aplicação financeira, um empréstimo de dinheiro ao emissor do papel que é o Governo Federal que em troca, o remunera por um determinado prazo de tempo, na forma de juros e atualização monetária.

A pesquisa identificou os rendimentos dos títulos federais atrelados à inflação e à Taxa SELIC comparando-os entre si, com as variações do CDI – Certificado de Depósito Interbancário, com os índices de inflação medidos pelo IPCA – Índices de Preço ao Consumidor Amplo e da Taxa SELIC que representa a taxa básica de juros.

Os títulos públicos federais são emitidos pelo Governo Federal, por intermédio do Tesouro Nacional para captar recursos financeiros para financiar as atividades públicas e são caracterizados pelo baixo risco em função da garantia governamental. São classificados como de renda fixa proporcionando ao investidor conhecer as suas características e condições de remuneração no momento de sua aquisição, proporcionando no momento da compra do papel, e caso fiquem com o título até o vencimento, a remuneração.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta seção será discutido os conceitos que permitem a análise da pesquisa realizada no presente estudo.

2.1 Renda Fixa

A terminologia Renda Fixa se dá ao investimento em que já se calcula o retorno financeiro no momento da aplicação. Dois fatores principais definem esse retorno, os juros e o tempo em que o capital permanecerá investido. Pelo histórico de economia turbulenta e altas taxas de juros, a Renda Fixa é sem dúvida um dos melhores investimentos no Brasil, aliando menor risco a um considerável retorno.

A classificação dos títulos de Renda Fixa se divide de maneira simplista entre público e privado e entre prefixado, pós-fixado e indexados à inflação.

Os títulos prefixados, como o próprio nome indica, apresentam o índice de retorno do capital já no momento da aplicação, ou seja, o investidor já conhece de início quanto obterá de retorno após os períodos de aplicação.

Os títulos pós-fixados, apresentam uma rentabilidade definida apenas no momento do vencimento, mas eles geralmente estão vinculados em algum indexador que definirá o valor do retorno. Portanto, oscilam de acordo com a variação do seu indexador base.

Os títulos Indexados à Inflação possuem componentes pré e pós-fixados que definem sua remuneração. O componente pós-fixado, como por exemplo, os índices de inflação (IGP-M ou IPCA) somado a uma remuneração prefixada.

Em se tratando de impostos, os títulos sofrem tributações de acordo com o período em que permanecem aplicados, conforme demonstrado na Tabela 1.

PRAZO DE APLICAÇÃO	ALÍQUOTA DE IR
Menor que 6 meses	22,50%
Entre 6 e 12 meses	20,00%
Entre 12 e 24 meses	17,50%
Acima de 24 meses	15,00%

Tabela 1 – Incidência do Imposto de Renda

Fonte: Elaborado pelos Autores

2.2 A Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA

A ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais surgiu em 2009, após a união da Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro (ANDIMA) e da Associação Nacional dos Bancos de Investimento (ANBID), sendo a responsável pela definição de um rol de boas práticas para as organizações desses setores, oferecendo a qualificação aos profissionais, bem como as respectivas certificações.

A ANBIMA é sediada no Rio de Janeiro e mantém um escritório em São Paulo e se constitui em uma sociedade civil sem finalidade econômica, que tem um modelo de atuação baseado em quatro compromissos, a saber: representar, autorregular, informar e educar.

Integram a ANBIMA as entidades como bancos comerciais, bancos de investimento, corretoras de títulos e valores mobiliários, administradoras e gestoras de recursos de terceiros entre outros.

2.3 Índices ANBIMA

O Índice de Mercado ANBIMA, conhecido como IMA-Geral, é referência para os investimentos em renda fixa. É uma das formas de os investidores acompanharem o desempenho das aplicações e avaliarem, de forma comparativa, as opções de produtos disponíveis no mercado.

O IMA-GERAL é composto por uma carteira de títulos públicos similar à que compõe a dívida pública interna brasileira. Desta forma, significa que o indicador apresenta os mesmos papéis, na mesma proporção, da dívida e representa um conjunto de índices de rentabilidade de carteiras de títulos públicos, portanto, são tidos como referências para todo o mercado financeiro pois acompanham as oscilações de preços dos títulos públicos mais expressivos, conforme Tabela 2 – Carteira Teórica IMA-Geral.

O IMA-Geral utiliza-se de todos os títulos indexados à inflação.

Título	Vencimento	Peso Índice (%)		Título	Vencimento	Peso Índice (%)
					01/03/2025	2,19
LFT	01/09/2021	4,59		LFT	01/03/2025	2,17
LFT	01/09/2021	4,55		LFT	01/09/2025	3,08
LTN	01/10/2021	5,23		LFT	01/09/2025	3,06
LTN	01/10/2021	5,18		LFT	01/03/2026	3,07
LTN	01/01/2022	2,22		LFT	01/03/2026	3,04
LTN	01/01/2022	2,2		LFT	01/09/2026	0,85
LFT	01/03/2022	5,08		LFT	01/09/2026	0,84
LFT	01/03/2022	5,03		NTN-F	01/01/2027	2,02
LTN	01/04/2022	2,12		NTN-F	01/01/2027	2,08
LTN	01/04/2022	2,11		LFT	01/03/2027	3,57
LTN	01/07/2022	2,04		LFT	01/03/2027	3,55
LTN	01/07/2022	2,03		LFT	01/09/2027	0,56
LFT	01/09/2022	3,23		LFT	01/09/2027	0,55
LFT	01/09/2022	3,21		NTN-F	01/01/2029	1,17
LTN	01/10/2022	1,49		NTN-F	01/01/2029	1,22
LTN	01/10/2022	1,48		NTN-C	01/01/2031	2,05
LTN	01/01/2023	2,59		NTN-F	01/01/2031	0,62
NTN-F	01/01/2023	2,51		NTN-C	01/01/2031	2,11
LTN	01/01/2023	2,58		NTN-F	01/01/2031	0,65
NTN-F	01/01/2023	2,5		NTN-B	15/08/2022	3,11
LFT	01/03/2023	3,12		NTN-B	15/05/2023	3,43
LFT	01/03/2023	3,09		NTN-B	15/08/2024	3,6
LTN	01/07/2023	2,52		NTN-B	15/05/2025	1,55

Tabela 2 – Carteira Teórica IMA-Geral

Fonte: Adaptado de ANBIMA. Disponível em:

https://www.anbima.com.br/pt_br/informar/precos-e-indices/indices/ima.htm

Acesso em: 20 ago. 2021.

De acordo com a ANBIMA o IMA-Geral que é formado por todos os títulos que compõem a dívida pública e possui subíndices como abaixo expostos:

- **IMA-Geral ex-C:** segue a lógica do IMA-Geral, ou seja, formado por todos os títulos que compõem a dívida pública, excluindo os papéis indexados ao **IGP-M** (as antigas NTN-C - Notas do Tesouro Nacional – Série C ou Tesouro IGPM+ com Juros Semestrais).
- **IRF-M:** formado por títulos públicos prefixados, que são as LTNs (Letras do Tesouro Nacional ou Tesouro Prefixado) e NTN-Fs (Notas do Tesouro Nacional – Série F ou Tesouro Prefixado com Juros Semestrais).

- **IRF-M 1:** formado por títulos públicos prefixados, que são as LTNs (Letras do Tesouro Nacional ou Tesouro Prefixado) e NTN-Fs (Notas do Tesouro Nacional – Série F ou Tesouro Prefixado com Juros Semestrais) com vencimentos abaixo de um ano.
- **IRF-M 1+:** formado por títulos públicos prefixados, que são as LTNs (Letras do Tesouro Nacional ou Tesouro Prefixado) e NTN-Fs (Notas do Tesouro Nacional – Série F ou Tesouro Prefixado com Juros Semestrais) com vencimentos acima de um ano.
- **IRF-M P2:** índice igual ao IRF-M, ou seja, reflete os papéis prefixados, mas com um mecanismo de controle de prazo (PMR – Prazo Médio de Repactuação). Esse indicador foi criado para atender aos ETFs (Exchange Traded Funds), fundos que possuem gestão passiva e têm as carteiras atreladas a um índice de referência.
- Isso porque o imposto de renda dos ETFs é calculado com base no prazo médio da carteira, diferentemente dos demais fundos em que o imposto de renda é cobrado de acordo com a permanência do investidor no produto. Nesse caso, a carteira do índice mantém sempre prazo médio (acima de 720 dias). Assim, se o fundo replicar integralmente a carteira, garantirá a menor alíquota de imposto de renda. .
- **IMA-B:** formado por títulos públicos indexados à inflação medida pelo IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), que são as NTN-Bs (Notas do Tesouro Nacional – Série B ou Tesouro IPCA+ com Juros Semestrais).
- **IMA-B 5:** formado por títulos públicos indexados à inflação medida pelo IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), que são as NTN-Bs (Notas do Tesouro Nacional – Série B ou Tesouro IPCA+ com Juros Semestrais) com vencimento de até cinco anos.
- **IMA-B 5+:** formado por títulos públicos indexados à inflação medida pelo IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), que são as NTN-Bs (Notas do Tesouro Nacional – Série B ou Tesouro IPCA+ com Juros Semestrais) com vencimento igual ou acima de cinco anos. .
- **IMA-B 5 P2:** índice igual ao IMA-B 5, ou seja, reflete os papéis indexados ao **IPCA** com vencimento de até cinco anos, mas conta com o mesmo mecanismo de controle de prazo (PMR - Prazo Médio de Repactuação) citado no IRF-M P2. Assim como o IRF-M P2, também foi criado para atender aos ETFs (Exchange Traded Funds). .
- **IMA-S:** formado por títulos pós-fixados atrelados à taxa básica de juros (SELIC), que são as LFTs (Letras Financeira do Tesouro ou Tesouro SELIC) e que foi utilizado na presente pesquisa para avaliar os investimentos atrelados à inflação.

Portanto, como demonstrado, o Índice IMA-Geral juntamente com os respectivos subíndices se tornaram referências confiáveis e permitem aos investidores o acompanhamento e a avaliação do desempenho seus investimentos em renda fixa compostos por títulos federais.

3 PROCEDIMENTOS METODOLOGICOS

O presente trabalho teve como ponto de partida pesquisa bibliográfica existente sobre o tema, incluindo livros, artigos e demais publicações acadêmicas, teses de doutorado, dissertações de mestrados e sítios da internet que tratam do mercado financeiro, especialmente do mercado de capitais, com destaque para os levantamentos junto à ANBIMA, B3 e Banco Central do Brasil. Posteriormente, com base nos levantamentos efetuados, foram realizadas comparações entre as variações ocorridas durante o ano de 2020 e no primeiro semestre de 2021 para identificar a viabilidade ou não de investimentos em títulos de renda fixa compostos por títulos públicos federais.

4 ANÁLISE COMPARATIVA DOS RENDIMENTOS EM TÍTULOS DE RENDA FIXA

A pesquisa foi desenvolvida através da busca e dos levantamentos sobre o comportamento de investimentos nos principais títulos de renda e fixa no decorrer do ano de 2020 e no primeiro semestre de 2021, analisando a rentabilidade e comparando-os com a taxas de inflação ocorridas nos mesmos períodos e inclusive, com os rendimento da caderneta de poupança.

XXII ENCONTRO de PESQUISADORES

INTERDISCIPLINARIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

4.1 Comportamento dos títulos de renda fixa durante o ano de 2020 e nos primeiros seis meses 2021

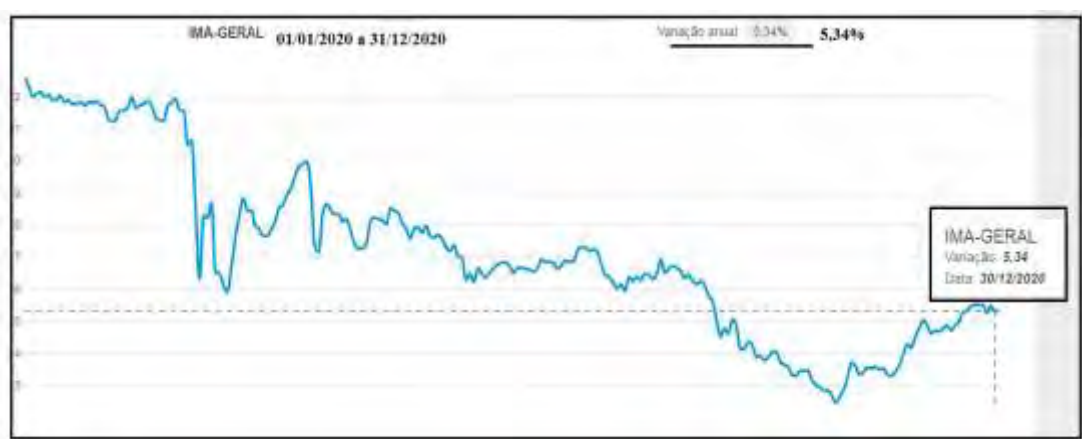
Foram analisados os desempenhos dos títulos de renda fixa durante todo o ano de 2020 e no período de janeiro a junho de 2021, notadamente os títulos públicos federais conforme destacado a seguir.

4.1.1 Desempenho dos títulos federais no ano de 2020 atrelados a inflação

Nas análises para avaliação de desempenho dos títulos federais de renda fixa, foi empregado o Índice de Mercado ANBIMA, conhecido como IMA-Geral.

De acordo com levantamentos da ANBIMA –Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais através do Índice IMA-Geral que representa a evolução, a preços de mercado, da carteira de títulos públicos federais, a variação entre o período compreendido de 01/01/2020 e 31/12/2020 foi de 5,34%, conforme demonstra o Gráfico 1 –Variação do índice IMA-Geral a seguir.

Gráfico 1 – Variação do índice IMA-Geral de 01/01/2020 A 31/12/2020



Fonte: Adaptado de ANBIMA. Disponível em:
https://www.anbima.com.br/pt_br/informar/precos-e-indices/indices/ima.htm
Acesso em: 20 ago. 2021.

A inflação acumulada no ano de 2020, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) foi de 4,52%.

Por outro lado, através da Calculadora da B3 (Brasil Bolsa-Balcão) que permite o cálculo do fator de DI, também conhecido por CDI – Certificado de Depósito Interbancário no período de 01/01/2020 a 31/12/2020, a variação dessa modalidade de taxa foi de 2,75%, conforme mostra a Tabela 3 – Variação do CDI entre 01/01/2020 e 31/12/2020 a seguir.

DADOS	Indicador:	Data Inicial:	Data Final:	Porcentagem:	Fator:	Taxa:	Valor Base:	Valor Calculado:
	DI	01/01/2020	31/12/2020	100,00%	1,02750141	2,75%	1,000,00	1,027,50

Tabela 3 – Variação do CDI entre 01/01/2020 e 31/12/2020

Fonte: Adaptado de B3 – Brasil Bolsa Balcão. Disponível em
<https://calculadorarendafixa.com.br/#>. Acesso em: 21 ago. 2021.

Por sua vez, também no ano de 2020, a SELIC – taxa básica de juros esteve a 2%. Portanto, os rendimentos médios de 5,34% auferidos pelos investimentos em Renda Fixa compostos por títulos

XXII ENCONTRO de PESQUISADORES

INTERDISCIPLINARIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

federais e atrelados inflação, tiverem rendimento superior a própria inflação, à Taxa SELIC e ao CDI, conforme a Tabela 2 – Desempenho dos Títulos Públicos – Índice IMA-Geral.

Índice	Desempenho
IMA- Geral (ANBIMA)	5,34%
IPCA (inflação)	4,52%
CDI	2,75
Taxa SELIC (fechamento em 12/2020).	2,00%

Tabela 2 – Desempenho dos Títulos Públicos – Índice IMA-Geral.

Período de 01/01/2020 a 31/12/2020

Fonte: Elaborado pelos Autores

Resta esclarecer que conforme apresentado na Tabela 1 – Carteira Teórica IMA-Geral O IMA-Geral utiliza-se em quase sua totalidade de títulos indexados à inflação, com exceção ao subíndice IMA-S que é formado por títulos pós-fixados atrelados à taxa básica de juros (SELIC), que são as LFTs (Letras Financeira do Tesouro ou Tesouro SELIC).

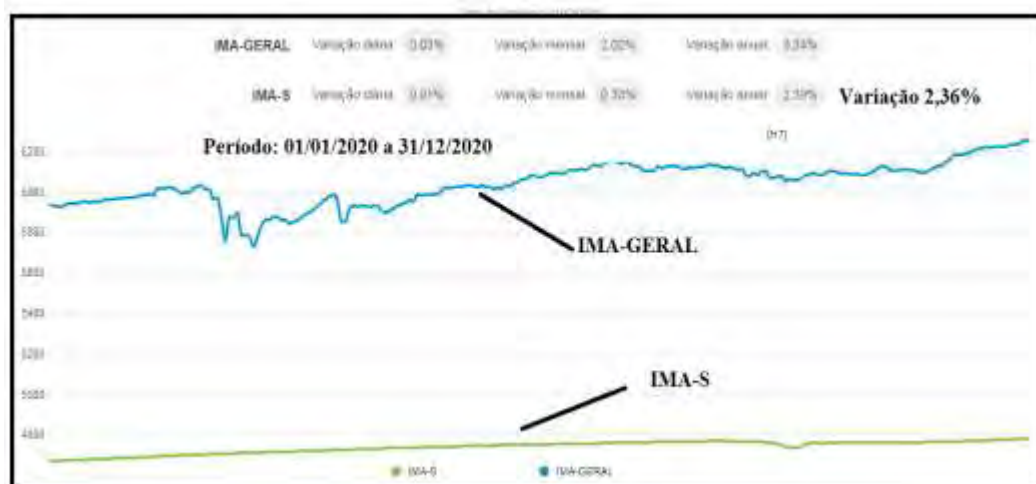
Assim, os títulos de renda fixa atrelados à Taxa SELIC tiveram rendimento pouco superior a 2% pois além de renderem 100% da mencionada taxa ainda recebem um pequeno “spread” que oscila em torno 0,3%.

4.1.2 Desempenho dos títulos federais no ano de 2020 não atrelados à inflação

Como subíndice IMA-S é formado por títulos pós-fixados atrelados à taxa básica de juros (SELIC) compostos por LFTs (Letras Financeira do Tesouro ou Tesouro SELIC) e, portanto, não atrelado à inflação, foi o selecionado para a realização das análises.

No período de 01/01/2020 a 31/12/2020, a variação do mencionado subíndice foi de 2,36%, rendendo abaixo da inflação medida pelo IPCA de 4,52% e do CDI que apresentou uma variação positiva de 2,75%, apresentada no Gráfico 2 – Desempenho dos Títulos Públicos – Índice IMA-Geral.

Gráfico 2 – Variação do subíndice IMA-S de 01/01/2020 A 31/12/2020



Fonte: Adaptado de ANBIMA. Disponível em:

https://www.anbima.com.br/pt_br/informar/precos-e-indices/indices/ima.htm

Acesso em: 21 ago. 2021.

O Gráfico 2 – Variação do subíndice IMA-S de 01/01/2020 A 31/12/2020, apresenta de forma detalhada as evoluções do índice IMA-Geral e o do IMA-S, com as diferenças de rendimento.

Através da Tabela 4 – Desempenho do subíndice IMA-S com as LFTs (Letras Financeira do Tesouro ou Tesouro SELIC) é possível notar o desempenho negativo do mencionado subíndice em

XXII ENCONTRO de PESQUISADORES

INTERDISCIPLINARIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

razão da Taxa SELIC ter permanecido abaixo das expectativas inflacionárias no decorrer do ano de 2020.

Índice	Desempenho
✓ IMA-S – LFTs	2,36%
✓ Taxa SELIC(fechamento em 12/2020).	2,00%
✓ IMA- Geral (ANBIMA)	5,34%
✓ IPCA (inflação)	4,52%
✓ CDI	2,75

Tabela 4 – Desempenho do subíndice IMA-S com as LFTs (Letras Financeira do Tesouro ou Tesouro SELIC). Período de 01/01/2020 a 31/12/2020

Fonte: Elaborado pelo Autores

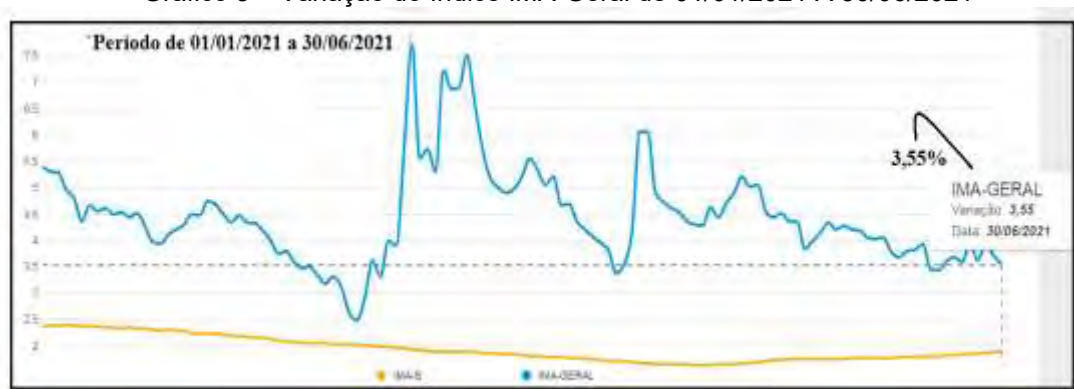
Portanto, os investimentos em LFTs – Letras Financeiras do Tesouro demonstrou não ser uma opção de investimento no ano de 2020.

4.1.3 Desempenho dos títulos públicos federais atrelados à inflação no primeiro semestre de 2021

No período de 01/01/2021 a 30/06/2021 o índice IMA-Geral variou em 3,55%, lembrando que tal percentual representa uma média ponderada dos subíndices que compõem o conjunto de títulos federais de renda fixa, conforme apresentado anteriormente no Capítulo 2.

O Gráfico 3 – Variação do índice IMA-Geral de 01/01/2021 A 30/06/2021 apresenta a seguir a evolução do mencionado índice.

Gráfico 3 – Variação do índice IMA-Geral de 01/01/2021 A 30/06/2021



Fonte: Adaptado de ANBIMA. Disponível em:

https://www.anbima.com.br/pt_br/informar/precos-e-indices/indices/ima.htm

Acesso em: 21 ago. 2021.

No mesmo período do CDI sofreu uma variação de 1,26% e em agosto de 2021, a Taxa SELIC foi para 4,15%, tendo uma oscilação de 118,42% em razão de estar a 2% em janeiro de 2021. A Tabela 5 – Evolução do CDI entre 01/01/2021 e 30/06/2021 e a Tabela 6 – Evolução da Taxa SELIC indicam os percentuais apresentados.

DADOS							
Indicador:	Data Inicial:	Data Final:	Percentual:	Fator:	Taxa:	Valor Base:	Valor Calculado:
DI	01/01/2021	30/06/2021	100,00%	1,01261279	1,26%	1.000,00	1.012,61

Tabela 5 – Evolução do CDI entre 01/01/2021 e 30/06/2021

Fonte: Adaptado de B3 – Brasil Bolsa Balcão. Disponível em:

<https://calculadorarendafixa.com.br/#>. Acesso em: 21 ago. 2021.



Tabela 6 – Evolução da Taxa SELIC

Fonte: Adaptado de Banco Central do Brasil. Disponível em:

<https://www.bcb.gov.br/controleinflacao/historicotaxasjuros>

Acesso em 21 ago. 2021

A inflação compreendida no período de janeiro a junho de 2021, medida pelo IPCA de 3,77% e a performance média de 3,55% apontada pelo índice IMA-GERAL foi, portanto, inferior a inflação e a justificativa está na composição de um de seus subíndices o IMA-S que não é atrelado a inflação.

4.1.4 Desempenho dos títulos públicos federais não atrelados à inflação no primeiro semestre de 2021

Novamente foi empregado o subíndice IMA-S que é atrelado a Taxa SELIC, composto por 13 títulos, conforme mostra a Tabela 7 – Composição do Índice IMA-S.

Título	Vencimento	(%)	Peso índice
LFT	01/09/2021		12,24
LFT	01/03/2022		13,54
LFT	01/09/2022		8,63
LFT	01/03/2023		8,32
LFT	01/09/2023		6,12
LFT	01/03/2024		6,67
LFT	01/09/2024		8,95
LFT	01/03/2025		5,84
LFT	01/09/2025		8,22
LFT	01/03/2026		8,18
LFT	01/09/2026		2,26
LFT	01/03/2027		9,54
LFT	01/09/2027		1,49
Total			100

Tabela 7 – Composição do Índice IMA-S

Fonte: ANBIMA. Disponível em:

https://www.anbima.com.br/data/files/FE/A5/01/63/375FE610DC784BE6192BA2A8/IMA_S_Lamina.pdf. Acesso em: 21 ago. 2021.

Em relação ao comportamento da Taxa SELIC, as taxas mensais de janeiro/2021 a abril de/2021 foram inferiores ao igual período de 2020, em seguida vê-se uma tendência de crescimento, conforme mostra a Tabela 8 – Comportamento da Taxa SELIC no primeiro semestre de 2021. A Taxa SELIC acumulou 1,27% no período de janeiro a junho de 2021,

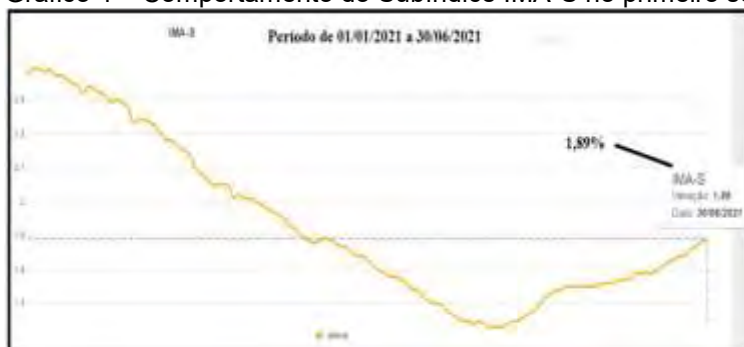
Mês/Ano	2021	2020
Janeiro	0,15%	0,38%
Fevereiro	0,13%	0,29%
Março	0,20%	0,34%
Abril	0,21%	0,28%
Maio	0,27%	0,24%
Junho	0,31%	0,21%

Tabela 8 – Comportamento da Taxa SELIC no primeiro semestre de 2021

Fonte: Nubank. Disponível em: <https://blog.nubank.com.br/taxa-SELIC-2021/>. Acesso em: 22 ago.2021.

O subíndice IMA-S evoluiu 1,89% entre o dia 01/01/2021 a 30/06/2021, , superando a variação da Taxa SELIC e a variação do CDI, porém, abaixo da inflação medida pelo IPCA de 3,77%, conforme demonstrado no Gráfico 4 - Comportamento do Subíndice IMA-S no primeiro semestre de 2021 e Tabela 8 -Desempenho do subíndice IMA-S com as LFTs (Letras Financeira do Tesouro ou Tesouro SELIC). Período de 01/01/2021 a 30/06/2021

Gráfico 4 – Comportamento do Subíndice IMA-S no primeiro semestre de 2021



Fonte: Adaptado de ANBIMA. Disponível em

https://www.anbima.com.br/pt_br/informar/precos-e-indices/indices/ima.htm

Acesso em: 21 ago. 2021.

Índice	Desempenho
IMA-S – LFTs	1,89%
Taxa SELIC (variação entre 01/01/2021 e 30/06/2021)	1,27%
IMA- Geral (ANBIMA)	3,55%
IPCA (inflação)	3,77%
CDI	1,26%

Tabela 9-Desempenho do subíndice IMA-S com as LFTs (Letras Financeiras do Tesouro ou Tesouro SELIC). Período de 01/01/2021 a 30/06/2021

Fonte: Elaborado pelos Autores

A Tabela 10 – Comportamento dos Títulos Federais frente a inflação a seguir, resume o desempenho dos investimentos de Renda Fixa compostos por títulos federais.

Indicador	Desempenho/Variação	
	Ano de 2020	1o Semestre de 2021
IMA-Geral	5,34%	3,55%
IMA-S	2,36%	1,89%
SELIC	2,00%	1,27%
CDI	2,75%	1,26%
IPCA	4,52%	3,77%
POUPANÇA	2,11%	0,88%

Tabela 10 – Comportamento dos Títulos Federais frente a inflação

Fonte: Elaborado pelos Autores

A Tabela 10 – Comportamento dos Títulos Federais frente a inflação evidencia que os títulos federais indexados à inflação, apesar de não apresentarem um desempenho exuberante, no mínimo, serviram para manter o poder aquisitivo da moeda. Por outro lado, o subíndice IMA-S representado pelos investimentos nas LFTs – Letras Financeiras do Tesouro que são remuneradas pela Taxa SELIC tiveram um rendimento inferior a inflação em face da Taxa SELIC ter se mantido em baixos patamares em 2020 e no primeiro semestre de 2021.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo mostrou que os investimentos em Renda Fixa compostos por títulos públicos federais indexados a inflação apresentaram resultados superiores à Poupança que mostrou um rendimento acumulado de 2,11% no ano de 2020 e de 0,88 no período de 01/01/2021 a 30/06/2021; bem como também a outros investimentos de renda fixa atrelados a Taxa SELIC ou ainda em investimentos em fundos DI que são vinculados ao CD.

A inflação que é medida oficialmente pelo IPCA – Índices de Preço ao Consumidor Amplo continua com tendência de elevação e em percentual superior a evolução da Taxa SELIC, portanto, a se o investidor optar pela segurança de investir em títulos de renda fixa, deverá fazê-lo através de papéis vinculados aos títulos públicos federais atrelados à inflação. Nesse caso, o investidor, pelo menos, manterá o poder aquisitivo dos seus recursos aplicados.

Também ficou evidente as significativas perdas para os investidores que aplicam seus recursos em Poupança, pois os rendimentos permanecem abaixo da inflação e além de tudo, os investimentos de Renda Fixa compostos por títulos federais são igualmente de baixo risco.

XXII ENCONTRO de PESQUISADORES

INTERDISCIPLINARIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

A Taxa SELIC deverá continuar em ritmo de crescimento, todavia, os índices de inflação tendem também a subir, inclusive com o risco de se elevarem em patamares superiores à mencionada taxa.

Portanto, os títulos federais indexados a inflação continuam sendo uma boa opção para o investidor preservar o poder aquisitivo de seus recursos com baixo risco.

REFERÊNCIAS

ANBIMA. Disponível em:

https://www.anbima.com.br/pt_br/informar/precos-e-indices/indices/ima.htm

Acesso em: 21 ago. 2021.

_____. Disponível em:

https://www.anbima.com.br/data/files/FE/A5/01/63/375FE610DC784BE6192BA2A8/IMA_S_Lamina.pdf. Acesso em: 21 ago. 2021.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Disponível em:

<https://www.bcb.gov.br/controleinflacao/historicotaxasjuros>

Acesso em: 21 ago. 2021.

CAVALCANTE, F.; MISUMI, J. Y.; RUDGE, L. F.. Mercado de Capitais. 7 ed. Rio de Janeiro, Elsevier 2009.

BRASIL BOLSA BALCÃO - B3 – Brasil Bolsa Balcão. Disponível em:

<https://calculadorarendafixa.com.br/#>. Acesso em: 21 ago. 2021.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

NUBANK. Disponível em: <https://blog.nubank.com.br/taxa-SELIC-2021/>. Acesso em: 22 ago. 2021.

**COMPORTAMENTO DOS INVESTIMENTOS DE RENDA FIXA PÓS-FIXADOS
ATRELADOS A TAXA SELIC ENTRE 01/01/2019 A 30/09/2021**

Behavior of Selic-linked fixed income investments between 01/01/2019 a 09/30/2021.

Área temática: 2.7. Outras Áreas Temáticas

RIBEIRO, Caique Augusto Ferreira
Bacharelado em Ciências Contábeis pela Faculdade Barretos
carepresentacaocomercial@gmail.com

CARVALHO, Francisco José Pereira de
Professor da Faculdade Barretos e Mestre em Contabilidade e Finanças pela
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
francisco.carvalho@unibarretos.com.br

LOPES, Juliano de Jesus
Professor da Faculdade Barretos
Mestre em Administração pela Faculdade de Administração de São Paulo
jujlopes06@gmail.com

Resumo

O presente trabalho analisou o desempenho dos investimentos em títulos de Renda Fixa atrelados à Taxa Selic no período de 01/01/2019 a 30/09/2021, comparando-os no mesmo intervalo de tempo com as variações da inflação, Poupança, Dólar norte-americano, e o CDI-Certificado de Depósito Interbancário. O período selecionado para as análises foi marcado por diversos acontecimentos atípicos que afetaram a economia, como por exemplo, a pandemia da COVID-19. Para abaixar o custo da dívida e facilitar o acesso ao crédito, o COPOM – Comitê de Política Monetária do BACEN – Banco Central do Brasil, empregou como Política Monetária a redução Taxa SELIC. Todavia, a mencionada taxa básica de juros, também é utilizada para remunerar diversos tipos de investimentos, entre eles alguns títulos públicos federais de renda fixa. A Taxa SELIC sofreu uma grande variação durante esses 33 meses, levando investimentos atrelados a ela a também ter uma grande variação. No período de agosto de 2020 a março de 2021, a Taxa atingiu sua mínima histórica, chegando a 2% ao ano, e ficou um longo período abaixo da inflação, o que tornou esses investimentos com rendimentos reais negativos. No período de 01/01/2019 a 30/09/2021, o efeito cambial do Real frente ao Dólar também foi negativo, onde a moeda brasileira passou a perder 42,52% de seu valor, mostrando assim, uma fragilidade da moeda em momentos de crise. Portanto, investir no Brasil, especificamente em investimentos de Renda Fixa atrelados a Taxa SELIC não foi uma boa opção no período, tanto para investidores brasileiros, quanto para estrangeiros.

Palavras-Chave: Investimentos, Renda Fixa, Taxa SELIC.

Abstract

This study analyzed the performance of investments in Fixed Income securities linked to the Selic Rate in the period from 01/01/2019 to 09/30/2021, comparing them in the same time interval with variations in inflation, Savings, North Dollar American, and the CDI-Certificate of Interbank Deposit. The period selected for the analyzes was marked by several atypical events that affected the economy, such as the COVID-19 pandemic. To lower the cost of debt and facilitate access to credit, the COPOM – Monetary Policy Committee of BACEN – Central Bank of Brazil, used the SELIC rate

reduction as a Monetary Policy. However, the aforementioned basic interest rate is also used to remunerate various types of investments, including some federal government bonds with fixed income. The SELIC Rate underwent a great variation during these 33 months, leading investments linked to it to also have a great variation. In the period from August 2020 to March 2021, the Rate reached its historic low, reaching 2% per year, and was below inflation for a long period, which made these investments with negative real returns. In the period from 01/01/2019 to 09/30/2021, the exchange effect of the Real against the Dollar was also negative, where the Brazilian currency started to lose 42.52% of its value, thus showing a fragility of the currency in moments of crisis. Therefore, investing in Brazil, specifically in Fixed Income investments linked to the SELIC Rate was not a good option in the period, both for brazilian and foreign investors.

Keywords: Investments, Fixed Income, SELIC rate.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho objetivou identificar no período de 01/01/2019 a 30/09/2021 o comportamento dos Investimentos de Renda fixa atrelados à Taxa Selic, conhecida também, como a Taxa Básica de juros da Economia. Criada em 1979 com o objetivo de tornar a negociação de títulos públicos mais confiável, a Taxa obteve diversas funcionalidades, usada atualmente pelo governo como uma Política Monetária importante para controlar o aumento dos preços (Inflação).

A Taxa Básica de Juros reflete diretamente em outras taxas praticadas na Economia, tanto para cobrança de juros, como no caso de empréstimos e financiamentos, como na remuneração de Investimentos de Renda Fixa, como Títulos Públicos e Privados pós-fixados, e a Caderneta de Poupança.

O Brasil é um País emergente conhecido por ter uma alta Taxa Básica de Juros, e com isso, altas remunerações em investimentos de Renda Fixa considerados de baixo risco. Porém, no período de janeiro de 2019 a setembro de 2021 houve uma extrema mudança no cenário econômico, tendo como base o agravamento da Pandemia da COVID-19, influenciando diretamente a Economia, obrigando o Governo a diminuir a Taxa Selic e consequentemente atingindo a remuneração dos Investimentos influenciados diretamente pela mesma.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta seção será discutido os conceitos que permitem a análise da pesquisa realizada no presente estudo.

2.1 Renda Fixa

De acordo com a ANBIMA (2021), Renda Fixa é uma modalidade de investimento no qual é possível saber a remuneração desde o momento da aplicação, ou seja, o rendimento é fixo desde que o título seja carregado até o vencimento. De um modo geral, quem compra um título de Renda Fixa, seja público ou privado, está emprestando dinheiro a alguém ou a alguma entidade e recebe uma remuneração por isso. As condições das transações, como Índice de Referência, prazos, taxas e outros detalhes são definidos desde o início.

Tratando-se de remuneração, há três tipos nesta modalidade, sendo eles Pré-fixado, Pós-fixado e híbrido. Os títulos pré-fixados, são aqueles em que é possível saber qual será o retorno exato no fim da aplicação, como por exemplo, a Letra do Tesouro Nacional (LTN). Já os pós-fixados tem seu rendimento atrelado a um indexador, normalmente, ao índice DI ou Selic, como a LFT, conhecida como Tesouro Selic, sendo que seu rendimento é baseado na variação da Taxa. Portanto, como esses índices sofrem variações ao longo do tempo, não é possível saber exatamente qual será o rendimento no final. Os títulos com característica híbrida são aqueles que tem uma parte pré e uma pós, como a NTN-B-PRINCIPAL, conhecida como Tesouro IPCA+, que tem seu rendimento atrelado a uma taxa fixa definida no momento da aplicação e ao IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo).

XXII ENCONTRO de PESQUISADORES

INTERDISCIPLINARIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Os impostos desta modalidade seguem a Tabela regressiva do IR, conforme exemplificado na Tabela 1.

TABELA REGRESSIVA - IR	
PRAZO	ALÍQUOTA
ATÉ 180 DIAS	22,5%
181 Á 360 DIAS	20,0%
361 Á 720 DIAS	17,5%
ACIMA DE 720 DIAS	15,0%

Tabela 1 – Tabela Regressiva do IR

Fonte: Elaborada pelos Autores.

2.2 Taxa Selic

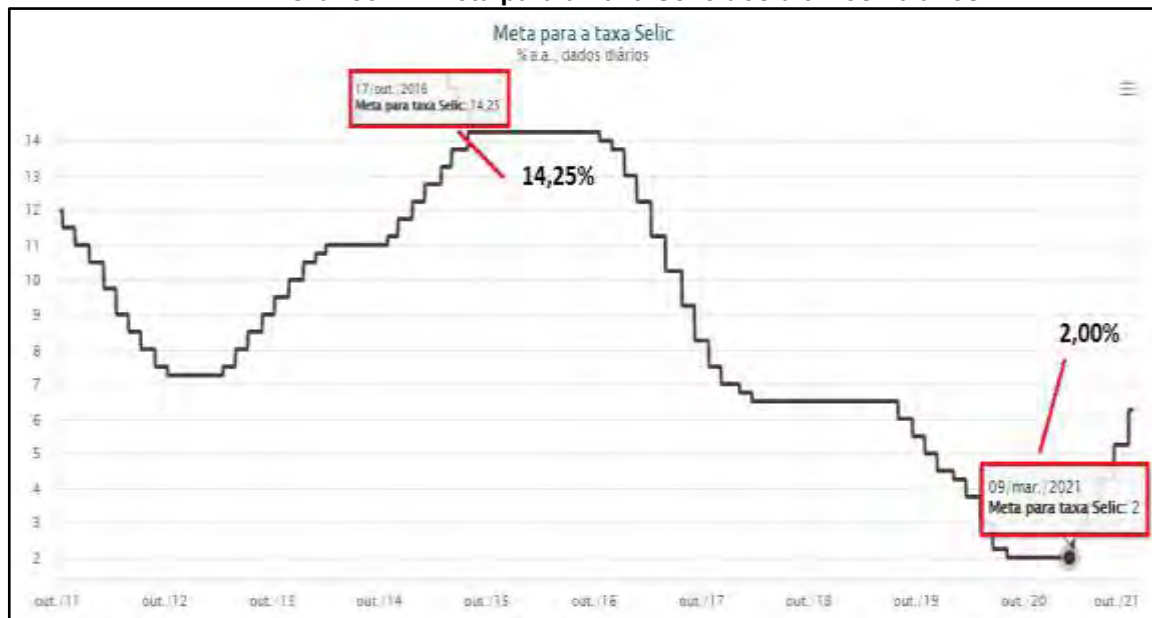
Em linha com o Banco Central do Brasil, a Taxa Selic surgiu em meados de 1979 e se caracteriza como a taxa básica de juros da economia. É um dos principais meios de Política Monetária utilizado com o viés de controlar o aumento generalizado de todos os preços (Inflação).

O nome SELIC corresponde ao Sistema Especial de Liquidação e Custódia, conhecido por ser um sistema financeiro administrado pelo BACEN. Nele são transacionados títulos públicos federais e a taxa média dos financiamentos diários introduzidos neste sistema corresponde a taxa Selic Over. Diante disso, temos a taxa Selic Meta, que é um objetivo para a taxa em determinado período definido pelo COPOM (Comitê de Política Monetária), com o intuito de manter o equilíbrio diante da inflação. O BACEN opera no mercado de títulos públicos federais para que a taxa praticada (Selic Over) esteja em linha com a definida pelo COPOM, ou seja, a Selic Meta.

Basicamente a taxa básica de juros tem o poder de influenciar diversas outras taxas praticadas no mercado, como de empréstimos, financiamentos e aplicações financeiras. Se tratando de aplicações, no caso de Renda Fixa, há investimentos atrelados diretamente a Taxa Selic, como por exemplo, o Tesouro Selic, que tem o seu rendimento auferido através de sua variação. Quando há um declínio da taxa, claramente, investimentos como este se tornam menos atrativos, e quando sobe, se tornam mais, isso dependerá do cenário econômico.

O Brasil é conhecido por ser um País emergente com uma alta taxa básica de juros, mas vem perdendo esse reconhecimento ao longo do tempo. Nos últimos 10 anos, teve a sua maior alta entre agosto de 2015 a outubro de 2016, chegando a 14,25% ao ano e a sua maior baixa no período de agosto de 2020 a março de 2021, atingindo sua mínima histórica, chegando a 2% ao ano, um declínio de aproximadamente 86% conforme demonstrado no gráfico 1.

Gráfico 1 – Meta para a Taxa Selic dos últimos 10 anos



Fonte: Adaptado de Banco Central do Brasil.

Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estatisticas/grafico/graficoestatistica/metaselic>

Acesso em: 10 out. 2021.

2.3 Inflação

A noção da Inflação se deu em meados de 1838 e significa o aumento de preços de bens e serviços, acarretando na diminuição do poder aquisitivo de uma moeda.

As suas causas podem vir de diversas coisas que podem ser agrupadas em pressões na demanda de bens ou serviços, pressões de custos, inércia inflacionária e expectativas da própria inflação.

O aumento dos preços gera incertezas na economia e podem prejudicar o crescimento econômico de um País. Os preços podem ficar distorcidos, as pessoas e as empresas tendem a perder a noção dos relativos preços, dificultando a avaliação se determinado produto ou serviço está barato ou caro. O descontrole inflacionário também afeta as classes sociais mais baixas, pois normalmente, essa parte da população tem menos acesso a instrumentos financeiros para se defender.

Para a medição da inflação é utilizado o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), produzido pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) desde 1979 que também é utilizado pelo governo como índice oficial do País desde 1985, servindo de referência do regime de metas para a inflação Brasileira.

A Variação do IPCA nos últimos 10 anos obteve uma média de 5,72%, oscilando em altos e baixos entre os anos, conforme a tabela 2.

INFLAÇÃO ULTIMOS 10 ANOS

ANO	% IPCA
2011	6,50%
2012	5,84%
2013	5,91%
2014	6,41%
2015	10,67%
2016	6,29%
2017	2,95%
2018	3,75%
2019	4,31%
2020	4,52%
MÉDIA	5,72%

**Tabela 2 – Inflação dos últimos 10 anos
Período de 2011 a 2020**

Fonte: Elaborada pelos Autores.

2.4 Taxa DI

A Taxa de depósito interbancário, mais conhecida como Taxa DI foi criada com o intuito de demonstrar os juros pagos por bancos quando fazem empréstimos entre si. De acordo com a norma afirmada pelo BACEN, todos os bancos brasileiros precisam fechar o dia com um saldo positivo em caixa para não correr risco de falência, e é por isso que as instituições bancárias realizam determinados empréstimos. Esses empréstimos são chamados de negociações interbancárias e para operacionalizar as transações é utilizado o Certificado de Depósito Bancário (CDI).

A Taxa DI não possui apenas a função de demonstrar os juros pagos por bancos, como também é usada como indexador para remuneração de Títulos Privados de Renda fixa pós-fixados, sendo eles, CDB (Certificado de Depósito Bancário), LCI (Letra de Crédito Imobiliário) e LCA (Letra de crédito do agronegócio). Os investimentos pós-fixados são atrelados a taxa DI, como no caso de CDB, LCI e LCA que tem em sua característica a remuneração de 100% do CDI, podendo ser um percentual maior ou menor.

Além das Instituições Bancárias, uma instituição fundamental para a Taxa DI é a Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos Privados, conhecida como CETIP. Fundada em 1984, se juntou com a BM&F Bovespa em 2017, dando origem então a atual Bolsa de Valores Brasileira, B3. A CETIP é uma empresa de capital aberto que tem a finalidade de oferecer serviços de integralização do mercado financeiro, é ela quem faz a intermediação das negociações interbancárias, sendo assim, todos os CDIs realizados são registrados automaticamente por esse órgão.

A Taxa DI é calculada através de alguns critérios estipulado pela CETIP, através da B3, que são utilizados pelos Bancos diariamente. São consideradas as operações de depósitos interfinanceiros pré fixados, com o prazo de um dia útil. Só são consideradas as negociações realizadas em dois conglomerados diferentes. Dito isso, são adotadas duas condições para o cálculo:

- O número de negociações elegíveis para o cálculo da Taxa DI deve ser igual ou maior que 100.
- A soma dos volumes das operações elegíveis para o cálculo da Taxa DI deve ser igual ou maior que R\$30 bilhões.

Se por acaso algum dos dois requisitos não for cumprido, a Taxa DI será igual a Selic Over divulgada no dia.

Porém, se tudo estiver em linha com os critérios estabelecidos pela CETIP, será aplicada a seguinte fórmula matemática:

XXII ENCONTRO de PESQUISADORES

INTERDISCIPLINARIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

$$Dli = [(VRI/VEi)252 - 1] \times 100$$

Cada termo corresponde as seguintes variáveis:

- Dli: taxa DI da i-ésima negociação, calculada com arredondamento de 2 casas decimais;
- VRI: valor de resgate da i-ésima negociação, informado com 2 casas decimais.
- VEi: valor de emissão da i-ésima negociação, informado com 2 casas decimais.

A Taxa DI atual pode ser encontrada no site da B3, no cabeçalho da página principal, como mostrado na tabela 3, Taxa DI em 08/10/2021.

IBOVESPA		Taxa DI		Índice DI	
+2,03%	112.833pts	6,15%	08/10	33.141,35	11/10

Tabela 3 – Taxa DI em 08/10/2021

Fonte: Adaptado de B3 – Brasil Bolsa Balcão.

Disponível em: https://www.b3.com.br/pt_br/

Acesso em: 10 out. 2021.

2.5 Poupança

Em sua definição original, poupança é o ato de guardar dinheiro para usa-lo a um determinado objetivo futuramente, mas, o nome também é usado como um tipo de investimento conhecido como caderneta de poupança.

Criada em 1861 por Dom Pedro II, a caderneta de poupança surgiu com o viés de acessibilidade as classes mais baixas a investir dinheiro e obter rendimentos de em média 6% ao ano, de forma segura, sob a garantia do Governo Imperial, e o dinheiro seria devolvido quando seu dono o solicitasse.

De acordo com a ANBIMA, 40% dos brasileiros são investidores, 29% investem na caderneta de poupança, 5% em fundos de investimentos, 5% em títulos privados, 3% em títulos públicos via tesouro direto e 3% em ações na bolsa de valores, conforme mostra o Quadro 1 – Em que o Brasileiro investe.

Destacando o populismo da poupança, que obteve uma captação recorde de 166,31 bilhões no ano de 2020.

Até o período de 3 de maio de 2012, a rentabilidade da poupança se mantinha em 0,5% ao mês + variação da TR (Taxa Referencial). Após a data, houve uma mudança na forma de rentabilizar o investimento, portanto, atualmente é seguido os seguintes fatores:

- Selic menor ou igual a 8,5% ao ano: receberão 70% da Selic + TR
- Selic maior que 8,5%: receberão 0,5% ao mês + TR
- E para depósitos antes do dia 4 de maio de 2012: os rendimentos da poupança antiga serão mantidos em 0,5% ao mês mais + TR.

A Caderneta de poupança é um investimento bastante popular e acessível, portanto, diversos bancos oferecem esse modelo em suas plataformas.

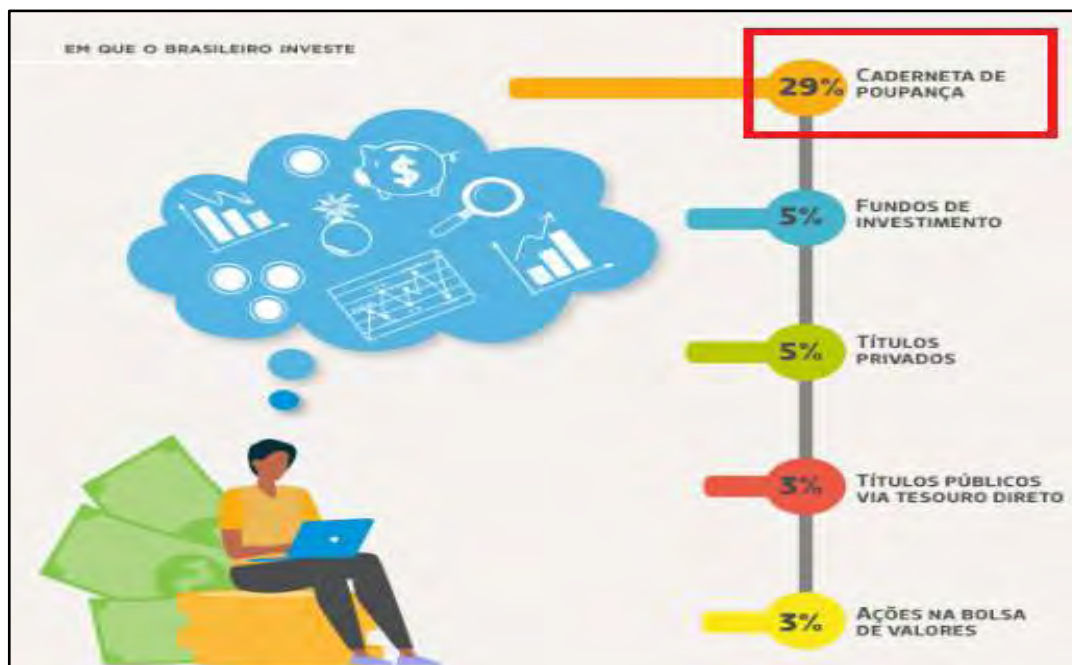
Conforme citado, a remuneração desse tipo de investimento é atrelada a Taxa Selic e muda conforme sua variação.

XXII ENCONTRO de PESQUISADORES

INTERDISCIPLINARIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Quadro 1 – Em que o brasileiro investe

Período: 31/12/2020



Fonte: Adaptado de ANBIMA

Disponível em: https://www.anbima.com.br/pt_br/especial/raio-x-do-investidor-2021.htm

Acesso em: 12 out. 2021.

2.6 Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - (ANBIMA)

A ANBIMA foi criada em 2009, com a junção da ANDIB (Associação Nacional dos Bancos de Investimento) e a ANDIMA (Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro), ambas já estavam a mais de 40 anos no mercado.

A Associação representa diversas instituições, como Bancos, Corretoras, Distribuidoras e Administradoras, com o objetivo de garantir uma estabilidade e igualdade a todos os parceiros, auto regulando, informando, educando e contribuindo com a evolução do Mercado Financeiro e de Capitais.

É sediada no estado do Rio de Janeiro, na cidade de Botafogo, no Centro Empresarial Mourisco, um lugar adequado e próximo a seus associados.

2.7 Índice de Mercado ANBIMA (IMA)

O índice de Mercado ANBIMA (IMA) é formado por uma carteira de títulos públicos semelhante a composição da dívida pública interna Brasileira. É uma forma confiável para investidores acompanharem o desempenho das aplicações e avaliarem a comparação entre diferentes produtos de Renda Fixa disponíveis no mercado. Como estamos tratando apenas de Títulos com rendimento atrelado diretamente a Taxa Selic, utilizaremos somente o IMA-S.

- **IMA-S:** formado por títulos pós-fixados atrelados à taxa básica de juros (SELIC), que são as LFTs (Letras Financeira do Tesouro ou Tesouro SELIC) e que foi utilizado na presente pesquisa para comparação da performance dos Títulos Públicos Federais frente a outras variáveis.

3 PROCEDIMENTOS METODOLOGICOS

O presente trabalho teve como ponto de partida pesquisa bibliográfica existente sobre o tema, incluindo livros, artigos e demais publicações acadêmicas, teses de doutorado, dissertações de mestrados e sites da internet que tratam do mercado financeiro, especialmente do mercado de capitais, com destaque para os levantamentos junto à ANBIMA, B3 e Banco Central do Brasil. Posteriormente, com base nos levantamentos efetuados, foram realizadas comparações entre as variações ocorridas durante o período de 01/01/2019, marcado pelo início do Governo Bolsonaro até 31/12/2020 para identificar a influência dos movimentos da Taxa Selic no período junto a Títulos Públicos Federais, Títulos privados, ambos pós-fixados e a Caderneta de Poupança.

4 ANÁLISE COMPARATIVA DOS INVESTIMENTOS DE RENDA FIXA ATRELADOS À TAXA SELIC ENTRE 01/01/2019 A 30/09/2021.

A pesquisa foi desenvolvida por meio da identificação dos percentuais da Taxa Selic no período de 01/01/2019 a 30/09/2021 e compara-los durante o mesmo intervalo de tempo com a inflação medida pelo IPCA-Índices de Preços ao Consumidor Amplo, o CDI-Certificado de Depósito Interbancário a Poupança, o Dólar norte-americano, o CDI-Certificado de Depósito Interbancário e o IMA-S divulgado pela ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais.

4.1.1 Variação da Taxa Selic entre 01/01/2019 e 30/09/2021

Por intermédio da Calculadora do Cidadão do Banco Central do Brasil, conforme demonstra a Tabela 4 – Variação da Taxa Selic entre 01/01/2019 e 30/09/2021, é possível identificar que a taxa básica de juros, isto é, a Taxa Selic apresentou uma variação de 11,6%.

Resultado da Correção pela Selic	
Dados básicos da correção pela Selic	
Dados informados	
Data inicial	02/01/2019
Data final	30/09/2021
Valor nominal	R\$ 1,00 (REAL)
Dados calculados	
Índice de correção no período	1,11603679
Valor percentual correspondente	11,603679 %
Valor corrigido na data final	R\$ 1,12 (REAL)

Tabela 4 – Variação da Taxa Selic entre 01/01/2019 e 30/09/2021.

Fonte: Banco Central do Brasil. Disponível em
<https://www3.bcb.gov.br/CALCIDADAO/publico/corrigirPelaSelic.do?method=corrigirPelaSelic>.
 Acesso em: 13 out. 2021.

4.1.2 Variação da taxa de inflação no período de 01/01/2019 a 30/09/2021

O IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo é o índice oficial que vem sendo utilizado para medir a inflação no Brasil, tendo sido criado pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística em dezembro de 1979. O comportamento do mencionado índice pode ser demonstrado através da Tabela 5 – Variação do IPCA entre 01/01/2019 a 30/09/2021 a seguir.

Resultado da Correção pelo IPCA (IBGE)	
Dados básicos da correção pelo IPCA (IBGE)	
Dados informados	
Data inicial	01/2019
Data final	09/2021
Valor nominal	R\$ 1,00 (REAL)
Dados calculados	
Índice de correção no período	1,16539000
Valor percentual correspondente	16,539000 %
Valor corrigido na data final	R\$ 1,17 (REAL)

Tabela 5 – Variação do IPCA entre 01/01/2019 a 30/09/2021

Fonte: Banco Central do Brasil.

Disponível em:

<https://www3.bcb.gov.br/CALCIDADAO/publico/corrigirPorIndice.do?method=corrigirPorIndice>. Acesso em: 13 out. 2021.

Novamente o emprego da Calculadora do Cidadão disponibilizada pelo Banco Central, foi possível identificar que a inflação no Brasil, medida pelo IPCA foi de 16,5% no período de 01/01/2019 a 30/09/2021.

4.1.3 Variação do CDI entre 01/01/2019 e 30/09/2021

Através do emprego da calculadora da B3-Brasil, Bolsa e Balcão, foi possível identificar que a variação do CDI foi de 11,6% no período de 01/01/2019 a 30/09/2021, conforme mostra a Tabela 6 – Variação do CDI entre 01/01/2019 e 30/09/2021 a seguir.

DADOS		Indicador:	Data Inicial:	Data Final:	Percentual:	Fator:	Taxa:	Valor Base:	Valor Calculado:
CDI		CDI	01/01/2019	30/09/2021	100,00%	1,11603679	11,60%	1,00	1,11

Tabela 6 – Variação do CDI entre 01/01/2019 e 30/09/2021

Fonte: B3-Brasil, Bolsa e Balcão. Disponível em <https://calculadorarendafixa.com.br/#>.

XXII ENCONTRO de PESQUISADORES

INTERDISCIPLINARIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Acesso em: 13 out. 2021.

Tendo em vista que o percentual identificado através da calculadora da B3 coincidiu com o índice apurado para a variação da Taxa Selic no mesmo período, foi realizado levantamento adicional através de consulta ao Banco Central, conforme a Tabela 7 – Variação do CDI entre 01/01/2019 e 30/09/2021 pela Calculadora do BACEN a seguir.

Resultado da Correção pelo CDI	
Dados básicos da correção pelo CDI	
Dados informados	
Data inicial	02/01/2019*
Data final	30/09/2021
Valor nominal	R\$ 1,00 (REAL)
% do CDI	100,00 %
Dados calculados	
Índice de correção no período	1,11603679
Valor percentual correspondente	11,603679 %
Valor corrigido na data final	R\$ 1,12 (REAL)

Tabela 7 – Variação do CDI entre 01/01/2019 e 30/09/2021 pela Calculadora do BACEN

Fonte: Banco Central do Brasil. Disponível em <https://www3.bcb.gov.br/CALCIDADAOPublico/corrigirPeloCDI.do?method=corrigirPeloCDI>. Acesso em: 13 out. 2021.

4.1.4 Desempenho da Caderneta de Poupança durante o período de 01/01/2019 a 30/09/2021

Por meio da Calculadora do Cidadão disponibilizada no sítio do Banco Central do Brasil, foi possível mensurar a variação de uma aplicação na Poupança entre os dias 01/01/2019 e 30/09/2021 conforme demonstrado na Tabela 8 – Variação da Poupança entre 01/01/2019 a 30/09/2021 a seguir.

Resultado da Correção pela Poupança	
Dados básicos da correção pela Poupança	
Dados informados	
Data inicial	01/01/2019
Data final	30/09/2021
Valor nominal	R\$ 1,00 (REAL)
Regra de correção	Nova
Dados calculados	
Índice de correção no período	1,07912560
Valor percentual correspondente	7,912560%
Valor corrigido na data final	R\$ 1,08 (REAL)

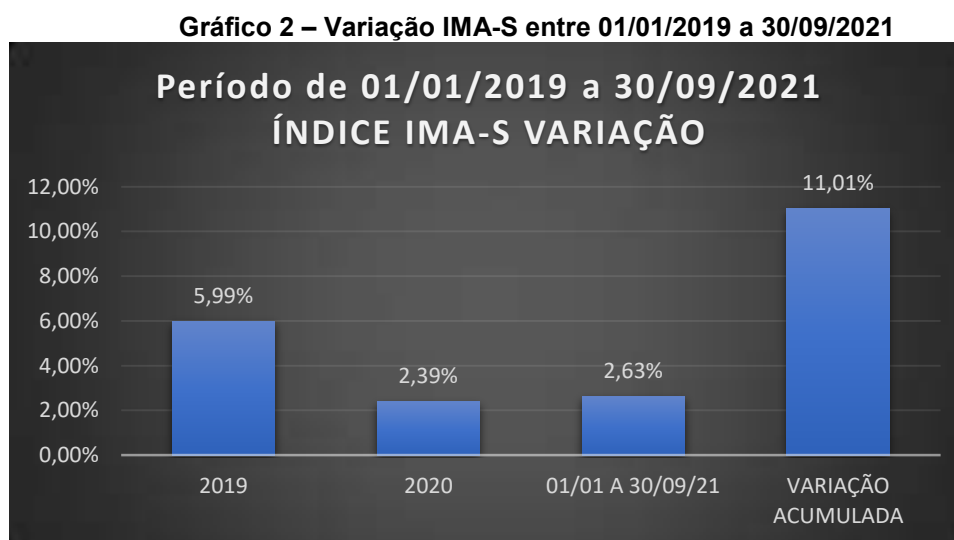
Tabela 8 – Variação da Poupança entre 01/01/2019 a 30/09/2021

Fonte: Banco Central do Brasil. Disponível em <https://www3.bcb.gov.br/CALCIDADAOPublico/corrigirPelaPoupanca.do?method=corrigirPelaPoupanca>. Acesso em: 13 out. 2021

De acordo com o cálculo demonstrado na Tabela 8 – Variação da Poupança entre 01/01/2019 a 30/09/2021, o rendimento proporcionado pela Poupança foi de 7,91%.

4.1.5 Variação do IMA-S entre 01/01/2019 e 30/09/2021

O IMA-S, índice composto por Títulos Públicos pós fixados, especificamente Letras Financeira do Tesouro, é medido pela ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos mercados financeiro e de capitais, de acordo com o Gráfico 2–Variação IMA-S em 01/01/2019 a 30/09/2021.



Fonte: Elaborado pelos Autores.

De acordo com o Gráfico 2 – Variação IMA-S em 01/01/2019 a 30/09/2021, a variação acumulada no período foi de 11,01%.

4.1.6 Comparativo dos Investimentos em Títulos Públicos Federais atrelados a Taxa Selic, Títulos Privados indexados a Taxa DI, Caderneta de poupança e IMA-S

Simulação de um investimento de R\$100,00 feito em 01/01/2019 e resgatado em 30/09/2021, sem considerar os aspectos tributários, demonstrado na tabela 9 – Comparação de rendimentos em investimentos de Renda fixa pós-fixados.

OPÇÃO	VARIAÇÃO	VALOR FINAL
CORREÇÃO PELA INFLAÇÃO (IPCA)	16,54%	R\$ 116,54
RENDIMENTO EM 100% DA TAXA SELIC	11,60%	R\$ 111,60
RENDIMENTO EM 100% PELO CDI	11,60%	R\$ 111,60
RENDIMENTO PELA POUPANÇA	7,91%	R\$ 107,91
IMA-S	11,01%	R\$ 111,01
VARIAÇÃO USD/BRL	42,52%	R\$ 142,52

Tabela 9 – Comparação de rendimentos em investimentos de Renda fixa pós-fixados.

Período: 01/01/2019 a 30/09/2021

Fonte: Elaborada pelos Autores.

Conforme demonstrado na Tabela 9 – Comparação de rendimentos em investimentos de Renda fixa pós-fixados, os investimentos em Títulos Públicos e Privados atrelados a Taxa Selic, a

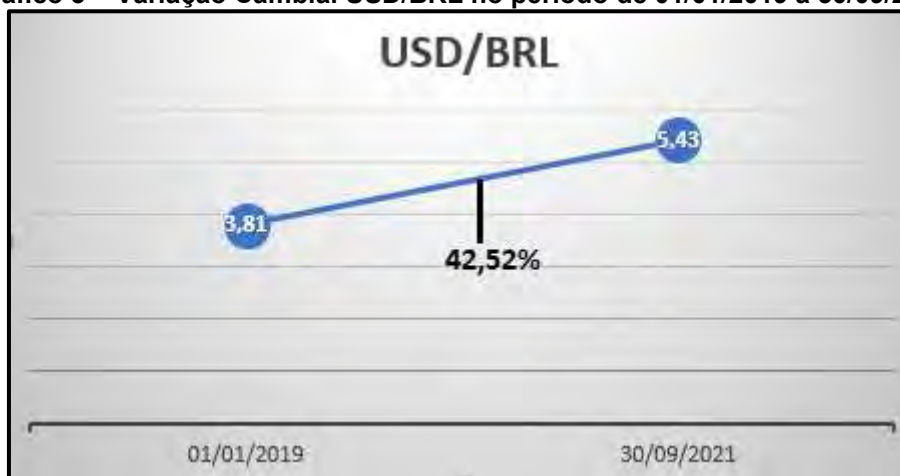
XXII ENCONTRO de PESQUISADORES

INTERDISCIPLINARIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Caderneta de poupança e também o IMA-S se performaram, respectivamente em, 11,6%, 7,91%, 11,01% enquanto a inflação ficou em 16,54%. Dito isso, mesmo obtendo rendimentos ao aplicar em alguma das modalidades de investimentos citadas, o rendimento real foi negativo, concretizando assim, uma perda no poder de compra durante o período.

A variação do dólar entre 01/01/2019 a 30/09/2021 foi de 42,52%, ou seja, o real sofreu uma alta desvalorização frente ao dólar americano, conforme mostra o Gráfico 3 – Variação Cambial USD/BRL no período de 01/01/2019 a 30/09/2021.

Gráfico 3 – Variação Cambial USD/BRL no período de 01/01/2019 a 30/09/2021



Fonte: Elaborado pelos Autores.

Portanto, investimentos de Renda fixa pós-fixados atrelados a Taxa Selic não foi uma boa opção durante o período. Além de perder para a inflação por a Taxa estar abaixo do IPCA, o real perdeu cerca de 42,52% frente ao dólar Norte-americano, mostrando também uma fragilidade da moeda.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa mostrou que investidores que aplicaram seus recursos no Brasil, especificamente em papéis com rendimentos atrelados a Taxa Selic no período de 01/01/2019 a 30/09/2021 não obtiveram um bom retorno.

Durante esse período marcado por um momento atípico na economia, o Governo Federal, através do COPOM – Comitê de Política Monetária do Banco Central precisou abaixar a Taxa Selic para satisfazer a necessidade dos mercados, porém, em contrapartida a inflação atingiu patamares não esperados.

Dito isso, a Taxa não conseguiu fazer frente a inflação neste período, ficando atrás em 4,94 pontos percentuais. Consequentemente não houve uma boa combinação com investimentos atrelados a mesma, pois a remuneração caiu e a inflação subiu, levando o investidor nestes papéis a não conseguir manter o seu valor real investido.

Mesmo com a tendência de elevação da Taxa Selic, apesar de encarecer os custos de captação no mercado financeiro, se continuar a não acompanhar a inflação, certamente investimentos atrelados a ela ficarão cada vez menos atrativos.

O estudo também mostrou que a variação cambial do Dólar norte-americano junto ao real brasileiro também sofreu no período, a perda foi de 42,52%, o que nos mostra uma dificuldade da moeda brasileira em momentos de crise. Com isso, investidores estrangeiros que aplicavam seus

XXII ENCONTRO de PESQUISADORES

INTERDISCIPLINARIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

recursos no Brasil com o viés de ser um País conhecido por longa data a ter uma Taxa Básica de Juros alta e uma boa remuneração em investimentos de Renda fixa de baixo risco não obteve sucesso no período mencionado.

REFERÊNCIAS

ANBIMA. Disponível em:

https://www.anbima.com.br/pt_br/informar/precos-e-indices/indices/ima.htm

Acesso em: 08 out. 2021.

BANCO BTG PACTUAL. Disponível em: [https://www.btgpactualdigital.com/como-](https://www.btgpactualdigital.com/como-investir/artigos/conceitos-basicos/taxa-di-o-que-e-como-calculador-como-funciona-e-importancia)

[investir/artigos/conceitos-basicos/taxa-di-o-que-e-como-calculador-como-funciona-e-importancia](https://www.btgpactualdigital.com/como-investir/artigos/conceitos-basicos/taxa-di-o-que-e-como-calculador-como-funciona-e-importancia)

Acesso em: 12 out. 2021.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Disponível em:

<https://www.bcb.gov.br/controleinflacao/historicotaxasjuros>

Acesso em: 10 out. 2021.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Disponível em:

<https://www.bcb.gov.br/controleinflacao/oqueinflacao>

Acesso em: 08 out. 2021.

BRASIL BOLSA BALCÃO - B3 – Brasil Bolsa Balcão. Disponível em:

<https://calculadorarendafixa.com.br/#>. Acesso em: 16 out.2021.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

IBGE. Disponível em:

<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/snipc/ipca/quadros/brasil/setembro-2021>

Acesso em: 12 out. 2021

IBGE. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/inflacao.php>

Acesso em: 16 out. 2021.

SUNO RESEARSH. Disponível em: <https://www.suno.com.br/artigos/poupanca-antiga/>

Acesso em: 12. out. 2021.

**CONSUMIDORES E O COMÉRCIO ELETRÔNICO: O IMPACTO NO DESENVOLVIMENTO, QUAIS
AS VANTAGENS E DESVANTAGENS PARA A ECONOMIA LOCAL**

*CONSUMERS AND ELECTRONIC COMMERCE: THE IMPACT ON DEVELOPMENT, WHAT ARE
THE ADVANTAGES AND DISADVANTAGES FOR THE LOCAL ECONOMY* **ÍTULO DO TRABALHO**

Área temática: Dinâmicas Territoriais e Desenvolvimento Regional.

MARTINS LIMA, Márcio Antonio
Uni-Facef Centro Universitário
Mestrando em Desenvolvimento Regional
marcio_mlcon@hotmail.com

SMITH, Marinês Santana Justo
Uni-FACEF Centro Universitário de Franca
Doutora em Ciência da Informação UNESP/Marília
marjustosmith@gmail.com

Resumo

A relação consumidores e e-commerce ou comércio eletrônico cresceu de forma exponencial nos últimos anos, todo esse crescimento fez com que o perfil dos consumidores fossem se alterando, criando um novo mercado consumidor, onde não basta apenas fornecer bons produtos, a disseminação da internet e a conectividade das pessoas transformaram a relação de consumo, o consumidor passou a se identificar mais com as marcas e produtos de acordo com o seu posicionamento na mídia digital. O uso de ferramentas digitais (redes sociais) mudou a maneira como clientes descobrem, avaliam, compram e usam seus produtos, assim como, a maneira que se relacionam com a marca também mudou.

Nessa perspectiva esse estudo visa discutir como a mudança do perfil do consumidor trouxe impactos na atividade comercial local e apresentar as vantagens e desvantagens desse novo canal de vendas no desenvolvimento e na economia local.

Trata-se de uma discussão bibliográfica, parte de um estudo em andamento, de cunho exploratório. Espera-se que o artigo possa contribuir com as discussões dos novos formatos de consumo online e o impacto na economia local.

Palavras-chave: Consumidor, comércio eletrônico, transformação digital.

Abstract

The relationship between consumers and e-commerce or electronic commerce has grown exponentially in recent years, all this growth has caused the profile of consumers to change, creating a new consumer market, where it is not enough just to provide good products, the spread of the internet and the connectivity of people transformed the consumer relationship, consumers began to identify more with brands and products according to their positioning in digital media. The use of digital tools (social media) has changed the way customers discover, evaluate, buy and use your products, as well as the way they relate to the brand has also changed.

From this perspective, this study aims to discuss how the change in the consumer profile has impacted local commercial activity and presents the advantages and disadvantages of this new sales channel in the development and in the local economy.

This is a bibliographical discussion, part of an ongoing, exploratory study. It is hoped that the article can contribute to discussions of new online consumption formats and their impact on the local economy.

Keywords: Consumer, e-commerce, digital transformation.

1 INTRODUÇÃO

No final do século XX surgia a internet como uma rede de computadores, onde era possível compartilhar publicações fossem por pesquisadores ou por empresas e posteriormente serem acessadas, com o seu nascimento ela trouxe para o mundo dos negócios uma grande novidade: o acesso instantâneo as informações sobre produtos e serviços. (TORRES 2009).

No início o acesso era complexo e poucos tinham acesso à tecnologia, era restrita e empresas e pesquisadores, porém, com o surgimento dos smartphones no início do século XXI em conjunto com a disseminação da internet através do surgimento de novas tecnologias, que fizeram com que a mesma se tornasse mais acessível aos consumidores.

A tempos esse mercado passa por grandes transformações, desde a inserção de novas tecnologias, ao uso das redes sociais, dos mecanismos de buscas, ferramentas essas que fizeram com que o consumidor, trouxesse para si o poder nesse novo mercado, através das redes sociais, os consumidores passaram a ser influenciadores e não mais apenas influenciados. Todo esse poder do consumidor fez com que as empresas tivessem que mudar a forma de se conectar a eles, assim ouve uma mudança de poder dos consumidores conectados, de vertical, exclusivo e individual a horizontal, inclusivo e social (KOTLER, 2016), assim o poder deixou de ser individual e passou a ser dos grupos sociais.

Toda essa transformação do consumidor reflete na forma como as empresas hoje se conectam a eles, ou seja, virtualmente, as redes sociais os ligam, não somente por valores como a qualidade de seus produtos, mas, também, por valores, como sustentabilidade, inclusão social e experiência de compra, que é a percepção que o cliente recebe durante todo o processo de compra inclusive a pós a conclusão da mesma.

Nos últimos 20 anos o mercado brasileiro se transformou, com os avanços tecnológicos, e a disponibilidade de aparelhos portáteis, smartphones e notebooks, as empresas visualizaram um grande mercado, o comércio eletrônico, as lojas virtuais vem ganhando um mercado significativo e rentável (ALMEIDA JUNIOR, 2007).

O e-commerce fez com que várias empresas acelerassem o seu processo de transformação digital, um processo que envolve vários aspectos não sendo somente o tecnológico, não podemos nos esquecer da cultura organizacional e informacional que dá suporte para uma melhor aderência a uma nova metodologia de venda, uma metodologia moderna que envolve vários cenários, como por exemplo a multicanalidade, ou seja o uso de vários canais de relacionamento para que o consumidor possa contatar o a empresa por aquele que melhor atenda suas necessidades, como por exemplo uma compra realizada pelo site e retirado na loja física.

No início da pandemia de Covid-19 a avaliação era de uma queda da atividade comercial, devido a fatores como isolamento social, limitação na circulação de pessoas, lockdown no comércio e a implementação do home office por parte das empresas, no entanto o efeito foi contrário, segundo relatório da Mastercard SpendingPulse a atividade do e-commerce cresceu 75% no ano de 2020, Com a pandemia ocorreram grandes transformações em um pequeno espaço de tempo, essas mudanças impactaram consideravelmente as atividades online, seja no comércio ou na prestação de serviços.

Nos primeiros 6 meses de 2021 as vendas no comercio eletrônico teve um crescimento de 31% em comparação ao semestre anterior, representando um faturamento no caso dos R\$ 53,4 BI, o ticket médio (valor gasto por pedido) teve um aumento de 22%, a região sudeste se destaca com o maior volume de faturamento sendo responsável por 51% do total de pedidos, conforme dados extraídos do relatório Webshoppers edição 44^a.

Esses números demostram toda a força do comércio eletrônico como um dos principais canais de venda, que é utilizado por empresas de todos os portes e de vários seguimentos, analisando todo o contexto que envolve essa atividade, apresenta-se o seguinte problema a responder, como o comércio eletrônico pode impactar no desenvolvimento e na economia local? Para tanto, o objetivo principal é discutir como a mudança do perfil do consumidor trouxe impactos na atividade comercial local e apresentar as vantagens e desvantagens desse novo canal de vendas no desenvolvimento e na economia local. Trata-se de uma discussão bibliográfica, parte de um estudo em andamento, de cunho exploratório.

A estrutura do artigo contempla discussões sobre o perfil do consumidor e transformação digital; A expansão do e-commerce;

2 O Novo perfil do Consumidor e a transformação digital.

O perfil do consumidor se alterou ao longo dos anos, se no final do século XX os consumidores se influenciavam através das campanhas de marketing exibidas em canais de TV que era a forma com que as empresas buscavam se conectar aos consumidores, com o passar dos anos essa forma de conexão entre empresas e consumidores, foi alterada consideravelmente. O desenvolvimento acelerado das tecnologias da informação e comunicação - Tic's no início do século XXI, as novas tecnologias e aplicações, como os blogs, as ferramentas de buscas, os fóruns, as redes sociais como facebook, Instagram, twitter e tantas outras aplicações online, foram utilizadas pelo internauta (consumidor) para, literalmente assumir o controle, a produção e o consumo da informação, atividades antes restritas aos grandes portais e empresas (TORRES 2009).

A geração de consumidores nascidos após o ano 2000, também conhecidos como millennials, é uma geração que pode ser considerada como aquela que revolucionou o mercado com o desenvolvimento e a utilização da tecnologia, porém é importante mencionar que não é apenas essa geração que são consumidores, ela representa apenas uma parte do universo, a questão é que os demais consumidores também começaram a partilhar do uso das novas tecnologias.

O consumidor é a principal engrenagem no processo de consumo, ele é peça fundamental para o desenvolvimento, nesse novo cenário com o crescimento da internet, as empresas tiveram de aprimorar seus canais de integração com o consumidor, seus sites ficaram mais responsivos, suas redes sociais ganharam profissionais responsáveis em geri-las para que possam cada vez mais entender todo o processo quem envolve o consumidor.

O campo de comportamento do consumo abrange uma extensa área, é o estudo dos processos envolvidos quando indivíduos ou grupos selecionam, compram, usam ou descartam produtos, serviços, ideias ou experiências para satisfazerem necessidades e desejos (Solomon 2016). Os consumidores podem ser desde crianças a idosos, As necessidades e os desejos a serem satisfeitos variam de fome e sede a amor, status ou realização espiritual (Solomon 2016).

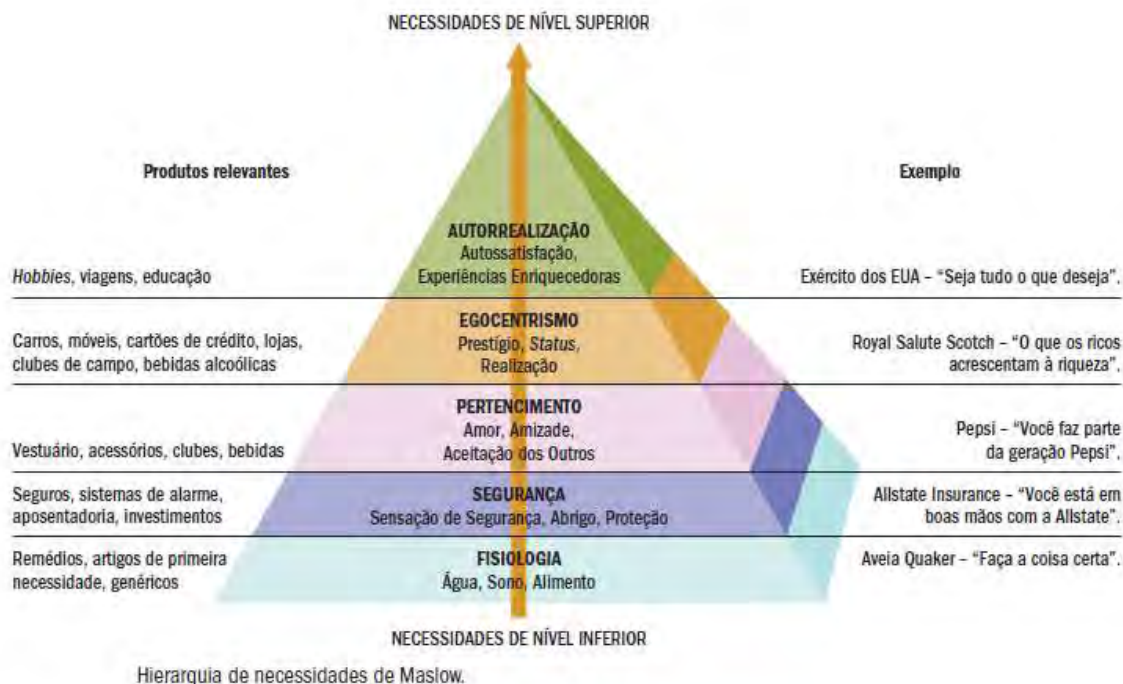
Como podemos observar o controle atual está nas mãos do consumidor é ele quem estabelece o que se comercializa ou não, o consumo não é mais direcionado pelas grandes empresas, a mudança de poder para os consumidores conectados está em andamento, ele está deixando de ser vertical: Exclusivo e Individual e se transformando em horizontal: Inclusivo e Social.

Vertical é o fluxo de informação era gerado das companhias para o mercado, no modelo horizontal o mercado fornece as ideias e a companhia comercializam, com isso o mercado está se tornando mais inclusivo e social, A mídia social elimina barreiras geográficas e demográficas, permitindo às pessoas se conectarem e se comunicarem, e, às empresas, inovar por meio da colaboração. Os consumidores estão adotando uma orientação mais (Kotler 2016).

O consumo é baseado em necessidade e desejos dos consumidores como dito por (Solomon 2016), assim as companhias tiveram que mudar a sua forma de avaliar analisar o mercado, assim os profissionais de marketing fizeram uma adaptação da hierarquia das necessidades desenvolvida pelo psicólogo Abraham Maslow, desenvolvida para compreender o crescimento das pessoas e como elas alcançam experiências culminantes, porém, no marketing a função é compreender melhor as motivações dos consumidores.

XXII ENCONTRO de PESQUISADORES

INTERDISCIPLINARIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL



Fonte: Solomom (2016)

Os profissionais de marketing adotaram essa perspectiva porque ela especifica (indiretamente) determinados tipos de benefício que as pessoas podem procurar nos produtos, dependendo de seus diferentes estágios de desenvolvimento mental ou espiritual ou de sua situação econômica (Solomon 2016), assim podemos definir que todo o contexto que envolve o novo perfil dos consumidores passou por um processo de reavaliação do marketing.

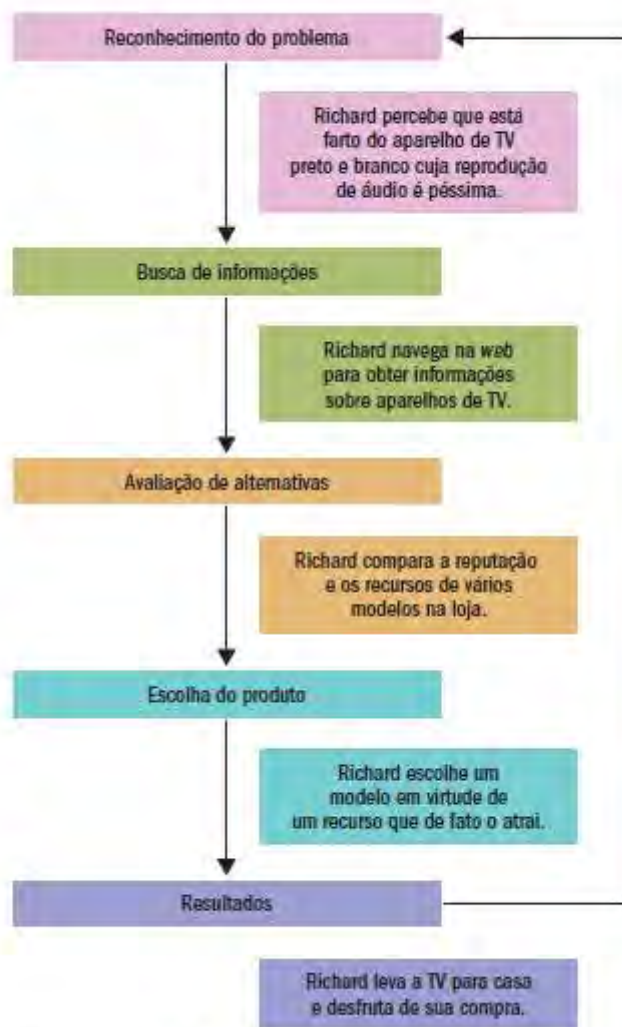
É inegável que o processo de transformação digital fez com que os consumidores mudassem consideravelmente a sua forma de comprar e principalmente de interagir com o mercado, fazendo com que as companhias repensassem toda a sua estratégia de captação e retenção de consumidores, a transformação digital não tem a ver com tecnologia – tem a ver com estratégia e novas maneiras de pensar. Transformar-se para a era digital exige que o negócio atualize sua mentalidade estratégica, muito mais que sua infraestrutura de TI (Rogers 2016)

O comércio eletrônico mudou consideravelmente o comportamento dos consumidores, hoje são vários fatores que influenciam o processo de decisão de compra, influências externas, ambiente sociocultural, fatores psicológicos e a experiência de compra (Fregni 2016).

A expansão do e-commerce ou comércio eletrônico está ligado diretamente a essa transformação do perfil do consumidor, um perfil mais ligado às invocações tecnológicas, que busca mais informações na hora de adquirir um produto, analisa o posicionamento da empresa em assuntos como sustentabilidade, e questões social, hoje as empresas necessitam primeiramente saber o que o seu cliente quer para depois lhe oferecer o produto que atenda às suas necessidades.

Enfim a tomada de decisão do consumidor segue algumas etapas pré-definidas, o reconhecimento do problema, a busca de informações, a avaliação de alternativas, a escolha do produto e o resultado final, ou seja, a compra ou não (Solomon 2016).

Fundamentos do comportamento do consumidor



Etapas da tomada de decisão do consumidor.

Fonte: Solomom (2016)

3 A expansão do e-commerce

Nos últimos anos o e-commerce termo utilizado na língua inglesa ou o comércio eletrônico na língua portuguesa, cresceu de forma exponencial, o avanço tecnológico e o crescimento no número de usuários que acessam a internet diariamente através de notebook e principalmente de smartphones, fizeram com que se transformasse no maior canal de vendas dos últimos tempos, com a globalização as empresas menores passaram a competir com as grandes companhias, oferecendo seus produtos na rede.

As empresas se tornaram virtuais para atenderem a necessidade do consumidor que hoje busca mais informações no seu processo de tomada de decisão, a compra se tornou uma junção de fatores (Solomon 2016).

O e-commerce atualmente não é exclusividade apenas das grandes companhias ele pode ser utilizado como ferramenta de aumento de receitas dos pequenos negócios, se utilizando das plataformas de terceiros chamados de marketplaces, que disponibilizam sua tecnologia as pequenas empresas através da cobrança de comissões em cima das vendas realizadas (Morinishi 2011).

Podemos conceituar e-commerce em várias modalidades, B2B (Business to Business), para os negócios realizados entre companhias, B2C (Business to Consumer) para as operações de varejo

entre companhias e consumidores, C2C (Consumer to Consumer) vendas entre consumidores intermediados por companhias, C2B (Consumer to Business) operações entre consumidores e companhias, ou seja, o e-commerce atende a toda a demanda do mercado, inclusive entre governos no chamado G2G (government to government).

O crescimento do e-commerce no Brasil e no mundo nos últimos anos algo inimaginável no começo do século XXI, os consumidores encontraram na internet um conjunto de fatores que fizeram com que as vendas explodissem, um conjunto de preço, comodidade e praticidade, principalmente se compararmos com as lojas físicas, com o surgimento de outras possibilidades como o omnichannel, que nada mais é que integrar a loja física com as lojas virtuais, de modo que o consumidor não veja a diferença entre os dois canais de venda, o consumidor acabou por ter uma experiência de compra única.

No ano de 2020 com o surgimento da pandemia do Covid19, as avaliações eram de uma retração do mercado em geral, e o e-commerce estava inserido nesse contexto, porém, as projeções catastróficas, ficaram apenas no papel, no 44º relatório Webshoppers considerado o de maior credibilidade sobre comércio eletrônico, sendo a principal referência para profissionais do segmento, traço um comparativo entre o primeiro semestre de 2020 e o primeiro semestre de 2021.

No relatório webshoppers são avaliados 12 segmentos de lojas, Alimentos, automotivo, autosserviços, lojas de departamento, perfumaria, roupas e calçados entre outros.

Um segmento é composto por uma seleção fechada de varejos online, classificados de acordo com o protocolo global da Nielsen*. São consideradas as vendas totais de cada varejista/e-commerce.

Alimentos

Lojas online com predominância de venda de alimentos, hortifrúti e bebidas - inclui lojas especializadas em suplementos alimentares.

Automotivo

Lojas online com predominância na venda de acessórios automotivos, como rodas, pneus, faróis, alarmes de segurança, etc.

Autosserviço

Lojas online com predominância na venda de alimentos, bebidas e produtos de limpeza para casa, exemplos: hipermercados e supermercados.

Bebidas

Lojas online especializada na venda de bebidas, incluindo bebidas alcoólicas e não alcoólicas, como suco pronto e em pó, água de coco, vodka, cerveja, rum, conhaque, etc.

Casa e decoração

Lojas online com predominância na venda de artigos para casa e decoração, como móveis, luminárias, acessórios para decoração, entre outros.

Departamento

Lojas online com variedades de sortimento, caracterizada pela diversidade de categorias distintas anunciadas.

Um segmento é composto por uma seleção fechada de varejos online, classificados de acordo com o protocolo global da Nielsen*. São consideradas as vendas totais de cada varejista/e-commerce.

Esportivo

Lojas online com predominância na venda de artigos esportivos, que também oferece a venda de vestuário e equipamentos para musculação.

Farma

Lojas online com predominância na venda de medicamentos, que também oferece cosméticos e perfumaria.

Informática

Lojas online com predominância na venda de produtos de informática, como eletrônicos, smartphones, computadores, jogos, etc.

Perfumaria

Lojas online com predominância de venda de cosméticos, perfumes, especializadas em cuidados para o corpo e cabelo. Não inclui lojas especializadas em suplementos alimentares.

Petshop

Lojas online com predominância na venda de rações, medicamentos, itens de higiene, acessórios e brinquedos para animais, especializadas em cuidados para os animais.

Roupas e calçados

Lojas online com predominância na venda de vestuário e calçados, que também oferece cosméticos, perfumaria e acessórios, como relógio, pulseira, óculos, etc.

Fonte: 44º Webshoppers

XXII ENCONTRO de PESQUISADORES

INTERDISCIPLINARIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Esses segmentos são avaliados ainda em outras 12 subcategorias:

Quais são as subcategorias que estão presentes em cada uma das categorias abaixo?

Alimentos e bebidas Subcategorias: vinho, cerveja, café, complemento alimentar, alimentos e bebidas, produtos em barra, chá, whey, sucos doces, leite.	Construção e Ferramentas Subcategorias: Furadeira, Torçora, Parafusadeira, Caixa de Ferramentas, Serra Elétrica (Motosserra), Construção e Ferramentas, Outros Ferramentas, Manuais, Outros, Utensílios para Sardinagem.	Esporte e lazer Subcategorias: Equipamento, Lançadeira, mochila, outros artigos de esporte / lazer, calça esportiva, piscina, cup, esportes, outros artigos para musculação esporte e lazer shorts, esportivo.	Perfumaria e cosméticos Subcategorias: Perfume, shampoos, pasta de dente, outros produtos para cabelo, máscara para cabelo, desodorante, outros produtos para rosto, decador de cabelo, desodorante, protetor solar hidratante para o corpo.
Bebês e cia Subcategorias: fralda para bebê, conjunto para bebê, outros artigos de moda para bebê, brinquedos para bebê, macacão para bebê, calcinha para bebê, caminha para bebê, bebê, e cota, cama, mesa, banho para bebê, berço.	Eletrodomésticos Subcategorias: Máquina de lavar, roupas, fogão, geladeira / refrigerador, máquina aspirador de pó / água, liquidificador, ventilador / circulador, ar condicionado, microondas, geladeira.	Informática Subcategorias: Notebook, Informática, Impressora, Tablet, Calculadora, impressora, PC, Monitor, Mouse, HD, Teclado para PC.	Saúde Subcategorias: Remédio, fitoterápicos, outros equipamentos e acessórios, hospitais, saúde, álcool, em gel, sabonete, lençóis de contato, outros artigos para cuidados e limpeza, papel higiênico, sabonete líquido.
Casa e decoração Subcategorias: Cisma, armário / guarda-roupa, outros utilitários, divã, sofá, jogo de cama, jogo de cama, casa e decoração, sofá, estofado, mesa de jantar, escrivaninha / mesa para PC, cadeira.	Eletrônicos Subcategorias: TV, fone de ouvido / headset, eletrônicos, outros portáteis, controle remoto, suporte para TV / monitor, set de som / alto-falante para automotivo, celular / bateria com automotivo, outros acessórios para áudio / vídeo.	Moda e acessórios Subcategorias: Blusa feminina, moda e acessórios, calça feminina, roupas conjuntas, infantil, tênis, vestido, camiseta, masculina, sandálias, femininas, bolsa.	Telefonia Subcategorias: Celular e smartphone, aparelho de telefone, cabo para celular e smartphone, brachadeira para celular e smartphone, carregador para celular e smartphone, outros acessórios para celular e smartphone, bateria para celular e smartphone, película para celular e smartphone, carregador para celular e telefone, cabo de dados para celular e smartphone.

Como podemos analisar essas categorias e subcategorias contemplam todos os segmentos de varejo, indo desde construção, saúde, alimentação, moda e acessórios, lazer entre outros.

O crescimento em volume de faturamento atingiu o maior patamar histórico, dos últimos anos, chegando a casa dos R\$ 53BI, representando um crescimento percentual na saca dos 31% se comparado ao mesmo período do ano anterior (44º Webshoppers).

O ticket médio teve um crescimento de 22%, saltando de R\$ 438,00 para R\$ 534,00, o número de novos consumidores teve uma ligeira queda de 7,3 mi para 6,2mi, esses números mostram a consistência de um mercado que cresceu em plena mesmo com toda a diversidade de um período de restrições e perdas (44º Webshoppers).

Considerações

Pode-se a partir das discussões conceituais apontar as Vantagens e desvantagens do e-commerce para o desenvolvimento e a economia local, tendo em vista que, o e-commerce é visto como a principal ferramenta de venda do mercado atual, são inúmeras as possibilidades de operacionaliza-lo, seja através de plataformas próprias ou de plataformas dos grandes marketplaces do mercado.

Mesmo em um ambiente de crescimento econômico modesto, o varejo online continua em um ritmo sólido de expansão, gerando empregos e aumentando sua produtividade, afirmou Eduardo Terra, presidente da SBVC. Das 50 empresas listadas no Ranking, somente quatro tiveram declínio nas vendas, o que reflete um ambiente de negócios bastante saudável, completou (TIINSIDE, 2018, p. 1)

Devemos analisar o e-commerce como essa ferramenta que incrementa o varejo local, as vendas realizadas pelas empresas localizadas no município são realizadas de forma online, porém, a circulação econômica acaba ficando no município, através da produção, da compra de matéria prima e da utilização de mão de obra, sem contar o aspecto tributário, uma vez que a receita é contabilizada pelo varejista local.

Além do aspecto da comercialização ele também envolve a utilização de mão de obra qualificada para a execução de atividades como programador, cientista de dados, gerente de logística, profissões necessárias a implantação de processos de gestão do e-commerce, grandes empresas do setor investem milhares de reais em desenvolvimento de tecnologia, tecnologia está que fica à disposição das pequenas empresas que se utilizam dos marketplaces dessas companhias.

Todavia, no e-commerce, existem algumas questões a serem melhor analisadas, como por exemplo a concorrência, se antes as companhias concorriam apenas com as empresas locais agora essa concorrência é nacional e até internacional, grandes sites de venda de outros países, por exemplo Alibaba.com, comercializam diretamente da China para o mercado nacional, essa

concorrência pode impactar diretamente na receita de um pequeno e-commerce, a grande oferta na rede reduz o preço de venda, consequentemente reduzindo as margens de lucro.

Outro aspecto delicado é a operação de logística reversa, a formação do custo deve ser realizada com propriedade sobre pena de se ter prejuízos relevantes na operação.

Devido à complexidade do tema e a falta de estudos sobre a abordagem dos efeitos do comércio eletrônico na economia local, se faz necessário um estudo mais aprofundado sobre o tema.

REFERÊNCIAS

ROGERS, David L. Transformação digital: repensando o seu negócio para a era digital, - São Paulo: Autêntica Business, 2017.

KOTLER, Philip, Marketing 4.0 [recurso eletrônico], tradução de Ivo Korytowski. Rio de Janeiro: Sextante, 2017.

TORRES, Cláudio. A bíblia do marketing digital: tudo o que você queria saber sobre marketing e publicidade na internet e não tinha a quem perguntar. São Paulo: Novatec Editora, 2009.

BARBOSA, Evelin Cristina Santos, MATEUS, Patrick Andrade, SACRAMENTO, Rafael Borges do, CANDIDO, Marcelo da Silva Reis. A Utilização do e-commerce por pequenas e médias empresas brasileiras como estratégia de sobrevivência em tempos de covid-19. Disponível em <https://www.http://www.repositorio.unincor.br/book/1503>. Acesso em: 25/09/2021.

MORINISHI, Marcio Toyoki, GUERRINI, Fábio Muller, Formação de Redes de Cooperação para o Desenvolvimento de Marketplaces verticais. Disponível em: <https://www.prod.org.br/article/doi/10.1590/S0103-65132011005000021>. Acesso em: 25/09/2021.

RODRIGUES, Thiago Moreira, Os avanços e Desafios do e-commerce na economia brasileira. Disponível em: <https://periodicos.unifacef.com.br/index.php/rede/article/view/1854>. Acesso em: 16/10/2021.

Lopes, Carla Lie Abe; Guagliarde, José Augusto; Corrêa, Nayá Gomes, E-commerce e o Consumidor: Como ele está reagindo a expansão do canal digital? Disponível em: <https://www.tecsi.org/contecsi/index.php/contecsi/12CONTECSI/paper/viewFile/3143/2379>. Acesso em: 14/10/2021

SANTOS, Anna Celia Affonso dos; BORTOLOTO, Gabriela Troyano; SOUZA, César Alexandre de; VIANA, Adriana Backx Noronha. Como o coronavírus acelera a transformação digital. Anais. São Paulo: FGV/EAESP, 2020. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/result.php?search%5B%5D=COMO+O+CORONAV%3%8DRUS+ACELER+A+A+TRANSFORMA%3%87%3%83O+DIGITAL>. Acessado em: 15/10/2021.

LEAL, Dalila Vieira; KARAM JUNIOR, Dib. A implantação do comércio eletrônico no varejo de moda. 2019. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. Disponível em: < <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/100/100133/tde-08112019-153034/> >. Acesso em: 12/10/2021

Relatório 44º Webshoppers, disponível em: <https://company.ebit.com.br/webshoppers/webshoppersfree>, Acesso em: 15/10/2021

***DESENVOLVIMENTO E ENSINO SUPERIOR: OS DESAFIOS IMPOSTOS AO DOCENTE
UNIVERSITÁRIO DURANTE A PANDEMIA DO COVID-19.***

***DEVELOPMENT AND HIGHER EDUCATION: THE CHALLENGES IMPOSED TO THE
UNIVERSITY TEACHER DURING THE COVID-19 PANDEMIC.***

Área temática 1. Desenvolvimento Social e Políticas Públicas
Subárea 1.5. Educação e Desenvolvimento

Cremonini, Adriana
Mestranda no Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional
Centro Universitário Municipal de Franca – Uni - FACEF
dricremonini@gmail.com

Squilante, Débora Luz
Mestranda no Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional
Centro Universitário Municipal de Franca – Uni - FACEF
deb.squilante@gmail.com

Ribeiro, Daniela de Figueiredo
Docente no Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional
Centro Universitário Municipal de Franca – Uni - FACEF
danifiribeiro@yahoo.com.br

Resumo

A pandemia de 2020 causada pelo vírus Covid-19 revelou diversos desafios nas áreas da saúde, economia e educação. Frente a isso, através de uma revisão de literatura realizada por meio do Google Acadêmico, esse trabalho teve como objetivo identificar se os docentes universitários brasileiros estão preparados para ministrar suas aulas no cenário atual. Discute-se três artigos empíricos sobre a atuação docente durante a pandemia, considerando o período de 2020 a 2021. Os resultados apontaram a necessidade de uma formação inicial e continuada dos professores, tendo em vista a formação de indivíduos críticos, reflexivos e argumentativos, pois com o desenvolvimento dessas habilidades poderíamos alcançar o ensino superior desejado que visa promover o Desenvolvimento Humano, Social, Político e Econômico do país. Conclui-se que os professores não se encontram preparados para tal situação, sendo um aspecto importante a ser considerado no que tange aos prejuízos na saúde mental dessa categoria profissional.

Palavras-chave: Docência Universitária, Desenvolvimento, Pandemia Mundial.

Abstract

The 2020 pandemic caused by the Covid-19 virus revealed several challenges in the areas of health, economics and education. Faced with this, through a literature review carried out through academic google, this work aimed to identify whether Brazilian university professors are prepared to teach their classes in the current scenario. Three empirical articles are discussed on teaching performance during the pandemic, considering the period from 2020 to 2021. The results pointed to the need for initial and continuing teacher education, with a view to training critical, reflective and argumentative individuals, as with the development of these skills we could achieve the desired higher education that aims to promote the Human, Social, Political and Economic Development of the country. It is concluded that teachers are not prepared for such a situation, which is an important aspect to be considered regarding the damage to mental health of this professional category.

Keywords: University Teaching, Development, World Pandemic,

1 INTRODUÇÃO

No relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI, do ano de 2012, declara-se que as universidades são locais de cultura e estudos, mas com certas particularidades que a tornam um lugar privilegiado, já que são capazes de preparar pessoas para a pesquisa ou para o mercado de trabalho. Além disso, são geradoras de contatos internacionais e de conteúdos multidisciplinares, permitindo aos alunos e professores terem acesso ao patrimônio da humanidade, ultrapassando os limites de seu meio cultural inicial. A educação é essencial para o desenvolvimento das pessoas e, conseqüentemente, para o desenvolvimento de projetos nacionais que objetivam cuidar de pessoas. As Universidades, no momento presente, estão contribuindo para o desenvolvimento de futuros profissionais, principalmente jovens que concluíram a educação básica, no entanto, também assume responsabilidades em relação a reinserção e recuperação de jovens que necessitam entrar no mercado de trabalho, mas que não tiveram oportunidades reais de se qualificarem e adquirirem competências básicas para a sua vida profissional. Assim, afirma-se que o desenvolvimento da educação e da aprendizagem ao longo de toda a vida, constitui recurso necessário para aquisição de novas qualificações, contextualizadas com as demandas sociais e adaptadas à evolução de cada sociedade.

Sobre a educação à distância, o documento reconhece que essa experiência é capaz de ampliar as possibilidades de estudos oferecidas a um custo relativamente baixo, favorecendo a orientação central da educação do século XXI, que seria “Educação para toda a vida”. No entanto, com a pandemia do Covid-19, o ensino à distância foi posto como único recurso para a continuidade das atividades do ensino superior, como ensino, pesquisa e extensão. De acordo com Abad e Abad (2020), essa pandemia mundial representa um complexo desafio sanitário, social, econômico, educacional e psicológico sem precedentes na humanidade, o que afetou o público em geral. Os autores justificam que a maioria da população tem enfrentado medo, angústia, depressão, insônia e potenciais sintomas de estresse pós-traumático, e essas questões, ainda não consideram os efeitos colaterais após a pandemia, como perspectivas econômicas e de saúde. Faro, et al (2020), concluiu em seus estudos na área de Psicologia da Saúde que o cenário atual é de potencial catástrofe em saúde mental, o que exige maior atenção do poder público frente aos fatores de risco e proteção diante o aumento de transtornos mentais na população geral. Considerando a importância das universidades e das atividades de pesquisa oferecidas no Ensino Superior, esse trabalho buscou identificar o quanto os docentes brasileiros estão preparados para lidar e manejar a situação atual, pois enquanto seres humanos, também estão vulneráveis emocionalmente e com novos desafios, e estes últimos foram impostos abruptamente. No Brasil, a pandemia se iniciou em abril de 2020 (FARO ETL AL, 2020) e até a data de hoje, há casos confirmados de Covid-19 e mortes pela infecção ou por conseqüências do adoecimento.

Na primeira parte dessa investigação, apresenta-se o referencial teórico referente ao papel do docente universitário e os desafios de sua atuação, observando as frequentes solicitações da sociedade do século XXI. Na segunda parte, apresenta-se os resultados da literatura científica sobre a atuação do docente universitário no decorrer da pandemia por Covid-19, elencando, portanto, os anos de 2020 e 2021. A discussão dos artigos selecionados se direcionou para a literatura sobre desenvolvimento e educação.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Para Delors (2012), as universidades tiveram que ampliar espaços de formação científica e tecnológica para corresponder à procura por pessoas preparadas para as demandas do século XXI. Com a globalização, o aprimoramento tecnológico e novas formas de comunicações imediatas, fizeram com que estreitassem as fronteiras entre o “local” e o “global”, e com isso, além da aquisição de novas habilidades técnicas e comunicacionais, exige-se o nascimento de um novo humanismo, pois há de se fomentar recursos que contrabalanceiem aspectos econômicos e tecnicistas. Isso significa que a educação tem como desafio, a edificação de um mundo mais solidário, com a formação de cidadãos ativos, conscientes e com maior sentido de responsabilidade e respeito diante os diferentes grupos humanos que circundam o mundo, com suas crenças, culturas e compreensões próprias. Nesse cenário, afirmar-se a íntima relação entre desenvolvimento e educação, sendo necessário ressaltar que a educação pode se tornar um fator de exclusão social; o mesmo ocorre com sociedades que ainda não agregaram integralmente valores democráticos, apesar de se autodenominarem como democráticas, como é o caso do Brasil. Para aprofundar essa questão, recorre-se a Ribeiro (2018), que pontua que no contexto educacional, impõe-se uma linearidade dos processos de aprendizagem, a qual exige uma padronização de ritmos e estágios que devem ser

alcançados por todos. Essa imposição, predetermina a uniformidade no desenvolvimento e a priorização do viés cognitivo, e com isso, há a presença do tédio e da impotência de criar, condição oposta a uma educação para a liberdade, que teria como foco a potência criativa e transformadora de indivíduos, superando processos de ensino meramente mantenedores ou reprodutores de status quo.

No ensino superior, há de se ressaltar as competências básicas para a atuação do docente universitário, já que a mesma influencia no desenvolvimento de projetos nacionais. De acordo com Masseto (2013), há quatro aspectos relevantes para o exercício da docência universitária, sendo eles, as reflexões inerentes ao próprio processo de ensino e aprendizagem, o incentivo à pesquisa, a parceria e a co-participação entre professor e aluno e o perfil do professor.

Com relação ao processo de ensino e aprendizagem, Masetto (2013) faz ressalvas sobre a busca do desenvolvimento da aprendizagem dos alunos, que vem acompanhado do aperfeiçoamento na capacidade de pensar, de uma aprendizagem significativa, da percepção da relação com aquilo que é estudado e aquilo que será executado após sua formação. Já o desenvolvimento de um pesquisador envolve a construção de seu conhecimento através da coleta de informações e pesquisa, desde que ela esteja relacionada as demandas e necessidades da sociedade. Sendo assim, torna-se possível fazer uma relação desses aspectos com os pensamentos de Delors (2012) que afirma a importância de uma educação que perpassa, simultaneamente, por quatro pilares, sendo eles aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver juntos e aprender a ser. Esses quatro pilares, para o autor, têm por objetivo promover nos indivíduos sua criatividade e desenvolver suas subjetividades, alcançando, além de habilidades técnica-científicas, consciência crítica e respeito pela comunidade em que está inserido, desejando contribuir com a mesma.

E no que tange ao incentivo à pesquisa, Masetto (2013), relata a sua importância e necessidade no espaço universitário, principalmente nos cursos de graduação. O autor cita a Universidade de São Paulo (USP), que desde a década de 30 tem por objetivo formar indivíduos que sejam pesquisadores, cidadãos e profissionais. Para complementar essa afirmação, Luckesi et. al (1998), afirma que todo o processo histórico das universidades no mundo e no Brasil buscou trilhar o caminho da liberdade de expressão e de pesquisa. Entretanto esse processo, no nosso país foi - e está sendo - muito lento, devido a um conjunto de fatores sócio-históricos e culturais, como o fato de termos sido colonizados e explorados no período colonial e também a repressão no período da ditadura. Frente a esse cenário Rivero (2004) afirma que os maiores desafios da escola estão em, principalmente, conseguir acompanhar as mudanças que ocorrem no mundo e poder desenvolver no aluno a sua autonomia, tornando-o um ser crítico e reflexivo, ou seja, com maiores condições de enfrentar paradigmas de uma sociedade reprodutora.

E ainda, sobre a parceria e a co-participação, Masseto (2013) esclarece que ela é necessária no relacionamento entre professor e aluno. Para o autor, a estrutura organizativa do Ensino Superior no Brasil sempre privilegiou o *domínio de conhecimentos e experiências profissionais* como únicos requisitos para docência. A crença geral e internalizada nos meios acadêmicos era "*Quem sabe, sabe ensinar*". Percebe-se então, por esse enraizamento, que não era discutido, muito menos refletido, sobre metodologia de ensino ou sobre a diversidade dos estilos de aprendizagem. No entanto, antes mesmo de interrompermos com as crenças que perpassam as práticas docentes, devemos olhar para a formação dos professores. Gallo (2004) discute que as formações docentes são, ainda hoje, essencialmente disciplinares, ou seja, o professor interage apenas com uma linha de conhecimento, sendo a maior consequência, o baixo estímulo para a comunicação de conhecimentos. Com isso, os professores têm apresentado dificuldade de interação com a geração atual de alunos, a qual está cada vez menos motivada para prosseguir seus estudos. Isso acontece, pois os alunos estão em uma sociedade altamente tecnológica e com acesso a uma multiplicidade de informações, muitas vezes gratuitas e contraditórias. Para lidar com essa nova demanda de alunos, há de se preocupar com o conceito de transversalidade e apresentá-la como proposta de ensino. Para Gallo (2004), transversalidade seria uma nova atitude diante os saberes, tanto na sua produção, como na sua expressão (comunicação e aprendizado). Esse conceito, que tem sua fonte em Guatarri, é bastante complexo, mas é válida a compreensão de que os campos dos saberes precisam ser vistos como "abertos", com horizontes e sem fronteiras, e assim, permite-se encontros inusitados. Essa sugestão de metodologia de ensino vai de encontro com Masseto (2013) que denuncia que o papel do professor apenas como repassador de informações atualizadas está "no limite". Os alunos possuem um acervo maior de informações, as quais não são obtidas exclusivamente pelos contextos educacionais. Logo, a parceria e co-participação entre professor e aluno no processo de aprendizagem se tornam essenciais nesse processo. Nesse ponto, evidencia-se a importância de se repensar a formação inicial e continuada dos docentes universitários, principalmente por estarem

atuando em um locus privilegiado, a Universidade, assim como afirma-se a urgência em revisar os currículos universitários brasileiros e questionar se estão coerentes com os objetivos de um desenvolvimento nacional democrático, equitativo e com oportunidades reais para diversos grupos sociais. Masseto (2013) apresentou três pontos iniciais para essa discussão sobre a formação docente. Em primeiro lugar, exige-se a comunicação com outras áreas do conhecimento e também com outros profissionais. Em segundo lugar, afirma-se o dever de alinhar os discursos acadêmicos com as necessidades sociais. Em terceiro lugar, já é tempo de maior aproximação da vida acadêmica com a vida profissional. Para uma transformação efetiva, também se recorre as reflexões de Rivero (2004), que declara que os professores e os alunos não podem mais permitir papéis passivos, em que cada um tem um lugar pré determinado em sala de aula. Os participantes do processo de aprendizagem precisam se esforçar para construir uma visão ecológica e planetária, mas especialmente os alunos terão que se perceber como sujeitos históricos e responsáveis pelas crises educacionais e culturais de seu país, além de relaciona-las com movimentos internacionais, buscando soluções criativas e inovadoras (GRIFO NOSSO). A autora adiciona a necessidade de os sistemas de ensino perceberem seus alunos com múltiplas inteligências e não como receptáculos de informações. E por outro lado, diante os novos processos de ensino e aprendizagem, o docente deverá estar consciente em relação àquilo que sempre esteve presente, mas menosprezado em sala de aula: sua história de vida, suas convicções pessoais e os limites e alcances de seu conhecimento técnico. Esses elementos que perpassam o ser humano enquanto docente e o docente enquanto ser humano, nos levam a perceber a importância de investigar como os docentes estão no período de adoecimento coletivo (COVID-19). E mais, diante essa exposição teórica e reflexiva, ressaltamos que antes mesmo de propor qualquer mudança nas Universidades e nos currículos dos cursos de formação, devemos refletir sobre: Que sociedade temos hoje? Qual sociedade desejamos para o amanhã? Qual nossa visão de homem, de mundo e de sociedade? Qual a formação necessária para o homem “do amanhã”?

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Serão discutidos três artigos empíricos acerca da atuação do docente do ensino superior no período de pandemia, considerando os anos de 2020 e 2021. A revisão de literatura foi realizada por meio do google acadêmico com as palavras chaves: “docência no ensino superior” and “Pandemia”. Foram selecionados 3 artigos, sendo 2 deles publicados em 2020 e 1 deles publicado em 2021. As discussões subsequentes destacaram os estudos na área do desenvolvimento e da educação.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Albuquerque (2021), docente universitária da Universidade Federal da Paraíba, realizou uma pesquisa com o objetivo de investigar a percepção de fadiga diante o trabalho remoto e ainda, compreender o fazer docente em tempos de pandemia. Como resultado, a pesquisa apontou que a fadiga do trabalho durante o período de aulas remotas superou a experiência docente do trabalho presencial, mesmo que as quantidades de horas trabalhadas entre as duas modalidades fossem iguais ou mesmo quando, as horas trabalhadas online fossem inferiores ao que se esperaria no presencial. Um dos fatores explicativos é o foco atencional exigido por vídeos conferências, já que o olhar e a audição dependem de canais limitados de comunicação. Outro fator é a própria evolução humana, que culminou em comunicações verbais e não verbais, sendo estas últimas limitadas na relação virtual, principalmente porque os encontros não são síncronos, já que há atrasos de milissegundos entre o gesto ou a fala de um participante emissor e o participante receptor. Destaca-se que o professor universitário está envolvido em atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão, geralmente na graduação e pós-graduação e com isso, uma variedade de tarefas, anteriormente diferenciadas entre si, passaram a exigir o mesmo formato online, favorecendo a percepção de se trabalhar mais. A autora concluiu que as videoconferências contribuíram para a percepção de maior fadiga do trabalho presencial em relação ao online, devido ao custo atencional e ao esforço cognitivo de manter uma comunicação eficiente. Delors (2012), no documento da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI, afirma que as universidades devem ser exemplos nas inovações de métodos, na formação de professores e em novas perspectivas de aprendizagem, combinando equidade à excelência, mas sem desconsiderar o espaço e o tempo em que os processos educacionais ocorrem. No período de isolamento social e obrigatoriedade de ensino online, as universidades comprometeram-se com a continuidade dos estudos através da inovação tecnológica, mas não se atentaram ao fato de que o sucesso escolar depende, em grande parte, dos relacionamentos humanos, e um dos participantes principais desse relacionamento - docente

universitário – se encontrou fatigado. Nesse sentido, concorda-se com Masseto (2013), que o professor preparado para a docência do século XXI tem sido estimulado a aprender a utilizar o contexto de sala de aula como um ponto de encontro para compartilhar conhecimentos, e nessa partilha, o saber do aluno é tão importante como o saber do professor, mesmo que o saber do aluno não seja especificamente acadêmico, mas embasado em experiências de vida. O professor, que apresenta essa facilidade em trocar saberes sem classifica-los em inferior ou superior, apresenta maior facilidade em tornar a aprendizagem significativa, e assim, instaura-se um processo de ensino e aprendizagem em que nada é imposto, mas desenvolvido a partir da escuta e da troca. Com a imposição de aulas remotas, o professor do século XXI, apesar de conhecimentos tecnológicos, não soube – e nem era esperado que soubesse – transmitir saberes e estimular atividades acadêmicas no percurso da pandemia, acarretando prejuízos em seu bem-estar geral, como averiguamos em Albuquerque (2021).

Campani, Nascimento e Silva (2020) refletiram sobre a narrativa de uma docente universitária no contexto de ensino remoto emergencial, procurando evidenciar o saber através da experiência. No relato da docente, do curso de graduação de Engenharia Civil de uma instituição de Ensino Superior, ficou evidente alguns impeditivos para o processo de ensino aprendizagem nesse contexto pandêmico, tais como: comunicação precária com os alunos, urgência de inclusão digital nas universidades e insegurança nesse novo processo de ensino aprendizagem. Entretanto, observou-se também algumas mudanças positivas nesse processo, tais como: rompimento com um formalismo e tradicionalismo no ensino que muitas vezes não considera as condições de aprendizagem do aluno, como ambiente familiar não favorável, ausência de computador e/ou internet em casa e situação sócio emocional abalada; observou-se também uma relação colaborativa entre professor e aluno, onde os mesmos procuraram construir juntos as aulas mediadas pelas tecnologias, já que muitas vezes os professores apresentaram mais dificuldades com essas tecnologias do que os alunos; momentos que possibilitaram comunicação, interação e pesquisa, assim como o fortalecimento de valores e atitudes. Diante de todos esses pontos, os autores concluem que a tecnologia digital de informação e comunicação se impôs como uma ferramenta pedagógica, possibilitando a reconstrução de um novo processo educativo e novas formas de aprendizagens que puderam fazer a diferença na vida do aluno em um contexto pandêmico. Em suma, mesmo em condições adversas de trabalho que evidenciaram as desigualdades sociais na educação, é nesse contexto emergencial de ensino remoto que a docência universitária se desconstruiu e reconstruiu a inovação pedagógica no ensino superior, pois segundo Pourtois e Desmet (1999), o mundo moderno não pode existir sem a racionalidade e a produção de saberes, pois é através deles que se desenvolve a percepção e necessidade de que os conhecimentos precisam ser experienciados, tendo como objetivo libertar os homens das desigualdades e da ignorância.

O terceiro estudo foi realizado por Fior e Martins (2020) que procuraram analisar as características da docência universitária na pandemia da Covid-19 que favoreceram a transição dos estudantes no ensino superior. A coleta de dados foi realizada a partir de entrevistas com oito estudantes universitários, sendo seis homens e duas mulheres. Os eixos analisados nas entrevistas foram as adaptações pedagógicas realizadas na migração para o ensino remoto, as interações entre professor aluno nesse novo modelo de aula, o compromisso com a formação do aluno e a qualidade da docência universitária. Como resultados, as autoras concluem que esses eixos influenciaram na motivação dos estudantes, na manutenção do compromisso com o curso e contribuíram para uma percepção positiva do currículo e da experiência da formação. Nesse ponto, torna-se possível observar as ideias propostas pela autora Castanho (2001) que pontua a importância de estimular nos estudantes a autonomia intelectual, a paixão pelo processo de buscar o conhecimento e o compromisso com posturas éticas sendo então colocados em prática. Entretanto, também é importante refletirmos sobre a formação dos professores e as adversidades enfrentadas pelos mesmos, sugerindo assim uma urgência no acompanhamento desse profissional, de sua saúde mental e de sua profissionalidade. Sendo assim Masseto (2013) afirma que uma alternativa seria a formação inicial e continuada dos docentes tendo em vista o desenvolvimento de autonomia, criatividade, comunicação e cooperação como habilidades necessárias para se formar os futuros profissionais.

Logo, ao observarmos os três estudos, nota-se a necessidade de uma formação inicial e continuada dos professores, tendo em vista a formação de indivíduos críticos, reflexivos e argumentativos. Castanho (2001), sinaliza que a sociedade atual demanda por soluções mais criativas e por alternativas inovadoras na resolução de problemas, e por isso, os docentes deverão incorporar a criatividade no seu processo de ensino e aprendizagem, mesmo que isso signifique

romper com metodologias tradicionais. Com o desenvolvimento destas habilidades, poderíamos alcançar o ensino superior desejado e assim, a longo prazo, teríamos profissionais que, independente da escolha profissional, terão como compromisso ético em promover o Desenvolvimento Humano, Social, Político e econômico do país (MASSETO, 2013). De maneira geral, podemos afirmar que os profissionais passarão a ser valorizados a partir de suas aquisições na área de competências socioemocionais e competências cognitivas / técnicas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo se assemelhou com os resultados da literatura científica atual em relação a necessidade de repensar a formação profissional, especialmente a docência universitária. Afirma-se que as habilidades técnicas não estão sendo postas como superiores ou nem inferiores as competências socioemocionais, oposto a isso, ambas fazem parte de um repertório comportamental altamente valorizado na sociedade do século XXI, seja pela globalização, pela tecnologia ou pelo resgate de valores humanistas, desde que, no novo percurso histórico e social que pretendemos, os valores outrora centralizados no homem, inclua a natureza e a diversidade dos grupos humanos. Sabe-se que o reconhecimento do ser humano não ocorreu igualmente entre as etnias, assim como, durante muito tempo no Brasil, a cidadania era um título concedido a partir de certos critérios, os quais de antemão excluía grande massa populacional. O novo docente universitário deverá estar atento tanto aos avanços científicos associados as técnicas profissionais a que se comprometeu ensinar, como as posturas éticas envolvidas, engajando seus alunos a se responsabilizarem na construção de uma sociedade tecnológica, inclusiva, equitativa e democrática, considerando os seres vivos como igualmente essenciais para a vida na terra, seja pessoas, animais e a própria natureza.

A proposta da UNESCO de 2012 em relação aos preparativos da educação do século XXI já apontava a necessidade de maior domínio tecnológico e virtual por parte das Universidades, além de aperfeiçoamento profissional para lidar com situações problemas, anteriormente não imaginadas. Porém, esse percurso apenas se iniciou com seriedade a partir da abrupta imposição pelo ensino remoto e o obrigatório distanciamento social, como estratégia de prevenção da contaminação por Covid-19. Como as Universidades e por extensão, seus professores, não estavam devidamente preparados e amparados para tal situação, há de se observar, a longo prazo e por meio de pesquisas empíricas, os prejuízos relacionados a saúde mental do corpo docente, assim como os benefícios trazidos para o campo da formação docente universitária. Sugere-se maior atenção a qualidade do ensino superior durante o período pandêmico e pós pandêmico, já que as Universidades continuam como responsáveis técnicas pelos cursos de graduação e pós-graduação, os quais contribuem, a partir do investimento humano, com o desenvolvimento nacional. Também, ressalta-se a necessidade de abordar a prevenção e a promoção de saúde mental dos docentes, já que este grupo é essencial para a recuperação do país após o período de adoecimento coletivo, pois são pesquisadores e formadores de futuros pesquisadores e profissionais, posteriormente inseridos no mercado de trabalho.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, F.S. Trabalho remoto e fadiga: Uma experiência no ensino superior durante a pandemia da COVID-19. **Dossiê - Caminhos de Enfrentamento da Pandemia da COVID-19**, UNIFIMES – Centro Universitário de Mineiros, p.53-68, 2021.
- ABAD, A. ABAD, T.M. COVID-19: O FATOR PSICOLÓGICO. **Revista Integración Académica en Psicología**, volº 8, n 23, 2020. Disponível em: <<https://integracion-academica.org/36-volumen-8-numero-23-mayo-agosto-2020/271-covid-19-o-fator-psicologico>>. Acesso: set.2021.
- CAMPANI, A.; NASCIMENTO, N. V.; SILVA, R. M. G. (2020). **Inovação pedagógica, docência universitária e o ensino remoto emergencial na universidade: o saber de experiência na docência**. *RevistAleph* (35). <https://doi.org/10.22409/revistaleph.vi35.46219>.
- CASTANHO, S. e CASTANHO, M.E.(orgs). **Temas e textos em metodologia do ensino superior**. Campinas: Papirus, 2001.
- DELORS, J. et al. **Educação: um tesouro a descobrir: relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI**. Coord. Jacques Delors. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2012.

FARO, A. ET. AL. **Covid-19 e saúde mental: a emergência do cuidado.** *Revista Estudos de Psicologia*, volº 37, 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/estpsi/a/dkxZ6QwHRPhZLsR3z8m7hvF/>>. Acesso: set.2021.

FIOR, C. A.; MARTINS, M. J. **Docência universitária no contexto de pandemia e o ingresso no ensino superior.** *Revista Docência do Ensino Superior*, Belo Horizonte, v. 10 e024742, p. 1-20, 2020. DOI: <https://doi.org/10.35699/22375864.2020.24742>.

GALLO, S. **Transversalidade e formação de professores.** Bauru, SP: Edusc, 2004.

LUCKESI, ET AL. **Fazer universidade: uma proposta metodológica.** São Paulo: Cortez, 1998.

MASSETO, M.T. **Competências pedagógicas do professor universitário.** São Paulo: Summus, 2013.

POURTOIS, Jean P. e DESMET, Huguette. **A educação pós-moderna.** São Paulo: Loyola, 1999.

RIBEIRO, F. D. **Desenvolvimento como Liberdade e Educação: a pesquisa intervenção sociodramática e a promoção da condição de agente.** Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – Centro Universitário Municipal de Franca, 2018.

RIVERO, C.M.L.; GALLO, S.(orgs) **A formação de professores na sociedade do conhecimento.** Bauru: Edusc, 2004.

**DESENVOLVIMENTO HUMANO E OS ITINERÁRIOS FORMATIVOS PARA O ESTUDANTE DO
ENSINO MÉDIO**

HUMAN DEVELOPMENT AND TRAINING ITINERARIES FOR HIGH SCHOOL STUDENTS

Área temática: Educação e desenvolvimento.

COSTA, Machado Thais

Uni-FACEF

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional pelo Uni-FACEF

thaisgestaoeducacional@gmail.com

OLIVEIRA, Sheila Fernandes Pimenta

Uni-FACEF

Doutora em Linguística e Língua Portuguesa pela Unesp – Araraquara

sheilafacef@gmail.com

Resumo

Atualmente, surgem indagações sobre a formação escolar que vise ao desenvolvimento humano, e não apenas à preparação para o mercado de trabalho. Isso faz repensar as práticas pedagógicas no ensino formal e principalmente no Ensino Médio. Sabe-se que o acesso e permanência do estudante a uma educação de qualidade é um direito e para isso, é fundamental que o processo educacional reflita quais as competências que devem ser desenvolvidas pelos docentes do Ensino Médio no Brasil, para formação que vise ao desenvolvimento humano, face à BNCC e ao Currículo Paulista. Assim, diante da problematização, o objetivo do estudo é analisar o que a BNCC e o Currículo Paulista, no que se refere aos itinerários formativos do Ensino Médio, apresentam em relação as competências para formação do desenvolvimento humano, a fim de refletir como as práticas docentes devem ser constituídas para formação integral do estudante. Para alcançar tal objetivo, foi realizada uma pesquisa bibliográfica e uma revisão da literatura, que buscam oferecer um conjunto de disposições pedagógicas, aos profissionais envolvidos com o Ensino Médio, no que se refere à formação para o desenvolvimento humano. A fundamentação teórica está subsidiada em Sen (2010), Nussbaum (2009), dentre outros, para respaldar as discussões acadêmicas e teóricas. E são investigados trechos da BNCC e do Currículo Paulista, sobre os itinerários formativos, no estado de São Paulo, que tratam do desenvolvimento humano. Assim, apresenta-se uma pesquisa documental e verificadas as possíveis ações e atividades docentes que podem promover o desenvolvimento humano.

Palavras-chave: Desenvolvimento Humano, Ensino Médio, Itinerários Formativos.

Abstract

Currently, there are questions about school training aimed at human development, and not just preparation for the job market. With this, we rethink the pedagogical practices in formal education and especially in high school. It is known that student access and permanence to quality education is a right and for this, it is essential that the educational process reflects the skills that should be developed by high school teachers in Brazil, for training aimed at human development, given the BNCC (common curriculum base) and the Currículo Paulista. Thus, from this problem, the objective of this research is to analyze what the BNCC and the Paulista Curriculum, with regard to the training itineraries of High School, present in relation to the competences for the formation of human development, in order to reflect on how the practices professors must be constituted for the integral formation of the student. To achieve this objective, a bibliographical research and a literature review were carried out, which seeks to offer a set of pedagogical dispositions to professionals involved in High School, with regard to training for human development. The theoretical foundation is supported by Sen (2010), Nussbaum (2009), and others, to support academic and theoretical discussions. And excerpts from BNCC and the Currículo Paulista were investigated, on the training itineraries, in São Paulo state, that deal with human development. Thus we presented a documentary analysis, and possible teaching actions and activities that can promote human development were verified.

Keywords: Human Development, High School, Formative Itineraries.

1 INTRODUÇÃO

Discussões que envolvem educação, formação e desenvolvimento humano são muito discutidas na atualidade, principalmente, em razão das competências exigidas na atual sociedade contemporânea. Dessa forma, é relevante refletir sobre as questões relacionadas à educação que visam preparar os indivíduos desde cedo, através de propagação de conhecimentos, aprimoramento de habilidades, atitudes e comportamentos de que necessitam, para formação do desenvolvimento humano, no qual as aprendizagens precisam ser múltiplas.

O presente estudo traz algumas reflexões sobre a formação para o desenvolvimento humano, no que tange aos itinerários formativos do Ensino Médio. Vale destacar também a finalidade do Ensino Médio, que visa ao aprimoramento do estudante como pessoa humana, considerando aspectos relacionados à sua formação ética e ao desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico, com o propósito de constituir uma sociedade mais justa, inclusiva, sustentável e cidadã.

Assim, o contexto permite construir o seguinte problema de pesquisa: quais as competências que devem ser desenvolvidas pelos docentes do Ensino Médio no Brasil, em questões de itinerários formativos, para formação que vise ao desenvolvimento humano, face a Base Nacional Comum Curricular – BNCC - e ao Currículo Paulista?

Diante de tal questão, o estudo apresenta o seguinte objetivo geral: analisar o que a BNCC e o Currículo Paulista, no que se refere aos itinerários formativos do Ensino Médio, apresentam em relação as competências para formação do desenvolvimento humano, a fim de refletir como as práticas docentes devem ser constituídas para a formação integral do aluno.

O cumprimento do objetivo geral é facilitado pelos objetivos específicos que seguem: 1. apresentar aspectos relacionados à educação, ensino e desenvolvimento humano, necessários à realização da pesquisa, em termos conceituais, procedimentais e atitudinais; 2. apresentar a proposta do novo Ensino Médio no Brasil e seus itinerários formativos; 3. apresentar o que a BNCC e o Currículo Paulista destacam sobre práticas que impactam na formação para desenvolvimento humano; e 4. refletir as práticas pedagógicas de professores para esta modalidade de ensino.

Para realização da pesquisa, como estratégias metodológicas, foi feito um levantamento bibliográfico e uma revisão da literatura. Citam-se Sen (2010), Nussbaum (2009), dentre outros, para subsidiar as discussões acadêmicas e teóricas. E são retirados trechos da BNCC e do Currículo Paulista, sobre os itinerários formativos, para tratar do desenvolvimento humano.

Neste sentido a investigação contribui para a formação inicial e continuada de professores da Educação Básica, no que tange o Ensino Médio, pois conceitua a relevância de introduzir os alunos em práticas educativas, que visem ao desenvolvimento humano, sendo uma ação cada vez mais necessária na formação integral do aluno, que o prepare com mais flexibilidade e resiliência para as mudanças na sociedade contemporânea.

2 CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E CORRELAÇÕES COM A EDUCAÇÃO

A presente seção aborda questões relacionadas à educação e ao ensino, e as correlações com o desenvolvimento humano, conceitos relevantes para os professores e profissionais da educação, pois estão estritamente relacionadas à formação pessoal do aluno e sua atuação em sociedade. Assim, de acordo com o Relatório de Desenvolvimento Humano (2020), a abordagem centrada no desenvolvimento humano apresenta o crescimento econômico como um fator importante, porém é mais um meio do que um fim, ou seja, proporciona uma série de capacidades básicas que ampliam as oportunidades das pessoas, sendo que, para atingir este desenvolvimento, há um percurso contínuo, ou seja, está relacionado à capacidade das pessoas de identificar e percorrer um caminho ao qual a vida tem um sentido. Dessa forma:

o conceito de desenvolvimento humano surgiu há 30 anos, precisamente como um contraponto de definições míopes de desenvolvimento. O crescimento econômico é importante, sobretudo para os países em vias de desenvolvimento; o aumento dos níveis de rendimento é crucial para quem vive em condições de pobreza, em todos os países. No entanto, conforme se enfatizou no Relatório do Desenvolvimento Humano de 2019, as questões que cada vez mais importam, para muitos países, não têm a ver com o tamanho, no geral, do bolo, mas antes com a dimensão relativa das

respetivas fatias (RELATÓRIO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO, 2020, p. 6).

Nesse contexto, Sen (2010) destaca que a finalidade do desenvolvimento deve ser vista como um processo de expansão das liberdades substantivas das pessoas, e para o autor, a educação pode propiciar melhores condições de modificação social. Dessa forma, é possível verificar que a educação é relevante no desenvolvimento das capacidades do indivíduo, e o desenvolvimento de práticas que contribuam para esta formação voltada para o desenvolvimento humano é algo relevante no atual contexto que vivemos.

Para Mattos (2017), através da educação, é possível formar cidadãos com condições de atuar na sociedade, de forma mais consciente e melhorar sua condição de vida, o que também influencia na dimensão de condição de agente, contribuindo para fortalecimento das potencialidades humanas. Trata-se de formar cidadãos conscientes de suas ações, que compreendem a realidade de mundo e conseguem resolver melhor os problemas, pois o desenvolvimento humano envolve aspectos cognitivos e emocionais.

O desenvolvimento humano está relacionado também à qualidade de vida dos indivíduos e em viver bem a partir de suas escolhas. É o que o Relatório de Desenvolvimento Humano (2020) destaca ao ressaltar que abordagem sustentada no desenvolvimento humano tem um olhar a expansão das capacidades, ampliando assim, as liberdades no tocante ao bem-estar, que constituem um acervo de escolhas entre diversas oportunidades consideradas valiosas. Sen (2010) aponta que vivemos atualmente em um mundo de privações e desigualdades, no qual existem problemas novos convivendo com problemas antigos, resalta inclusive a questão da pobreza das necessidades essenciais, e algo que persiste e muitas dessas privações podem ser encontradas em países ricos e pobres, e que, dessa forma, superar estes problemas é uma parte relevante no processo de desenvolvimento. E neste entorno, a educação é um dos principais fatores para se alcançar o desenvolvimento humano e garantir uma melhor qualidade de vida, pois trabalhar esta questão envolve também o desenvolvimento das capacidades do indivíduo, seu desenvolvimento intelectual, e principalmente, para a formação de sujeitos críticos e reflexivos que atuam de forma efetiva na sociedade.

Destaca-se aqui também a correlação de educação e desenvolvimento humano abordado por Nussbaum (2009). Para a autora, uma educação para o desenvolvimento humano de uma cidadania global responsável deve, em primeiro lugar, promover o desenvolvimento humano de seus alunos, e em segundo lugar, é preciso também promover a compreensão dos alunos de que os objetivos do desenvolvimento humano são para todos, enquanto metas essenciais ao ideal de uma sociedade justa e minimamente decente. „Portanto, a educação irá promover o enriquecimento dos sentidos do aluno, da imaginação, do pensamento e da razão prática, por exemplo, e irá, igualmente, promover uma visão da humanidade, segundo a qual todos os seres humanos têm direito“ (NUSSBAUM, 2009, p. 12).

E neste sentido, Sen (2010) destaca que a finalidade do desenvolvimento deve ser vista como um processo de expansão das liberdades substantivas das pessoas, e para o autor, a educação é um dos fatores que pode propiciar melhores condições de modificação social, a partir do desenvolvimento pessoal de cada um.

Portanto, através da educação, é possível formar cidadãos com condições de atuar em uma sociedade minimamente mais justa, ética e comprometida, com ações mais colaborativas, para melhorar as condições de vida e o bem-estar de todos, pois uma educação voltada para o desenvolvimento humano influencia na dimensão de condição de agente, contribuindo para fortalecimento das potencialidades humanas. Ao elencar esta questão relacionada à formação de alunos, é relevante uma discussão para compreensão, principalmente em relação aos jovens do Ensino Médio, que estão cursando a última etapa da educação básica e se preparando para atuação efetiva em sociedade, alunos com ideias e idealizações em relação ao seu projeto de vida futuro.

Neste sentido, o presente estudo aborda uma reflexão sobre quais competências precisam ser desenvolvidas pelos docentes no que tange os documentos e legislações como a BNCC e o Currículo Paulista, e visem a uma formação para o desenvolvimento humano do indivíduo.

3 A PROPOSTA DO NOVO ENSINO MÉDIO

Nos últimos anos, é possível observar o avanço nas questões que envolvem a formação do indivíduo, que passa pelos últimos anos da educação básica, além de um olhar quanto à preparação para cidadania, o aprimoramento de questões éticas e seu desenvolvimento como pessoa humana, e para isso, a proposta para o currículo nesta modalidade de ensino também passou por transformações, que podem ser vislumbradas em documentos como a BNCC e o Currículo Paulista, visando a uma formação para atual sociedade e atuação efetiva, principalmente no que diz respeito ao exercício da cidadania.

Dessa forma, debates sobre a educação fomentaram mudanças no que diz respeito ao currículo e algumas alterações nas legislações, o que contribuiu para a criação do „novo ensino médio“, de acordo com o MEC, A Lei nº 13.415/2017 alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e estabeleceu uma mudança em relação a estrutura desta modalidade de ensino, um exemplo dessa mudança é a ampliação do tempo mínimo do estudante na escola, ou seja, a carga horária anual, além de definir também uma nova organização curricular, que contemple uma Base Nacional Comum Curricular (BNCC), essas mudanças possibilitam que os estudantes tenham diferentes ofertas e possibilidades de escolhas em sua formação; essas mudanças elencadas na BNCC, serão descritas a seguir, e tem como objetivo garantir a oferta de educação de qualidade aos jovens brasileiros e principalmente aproximar as escolas à realidade dos estudantes de hoje, considerando as novas demandas da sociedade contemporânea.

De acordo com o MEC, essa nova organização do currículo no Ensino Médio possibilita benefícios aos estudantes, pois pretende atender às necessidades e às expectativas dos jovens, fortalecendo assim o protagonismo juvenil na medida em que possibilita aos estudantes escolher o itinerário formativo, ou seja identifica suas áreas de interesse e opta por aquelas a qual deseja aprofundar seus conhecimentos, além da possibilidade de escolher cursos ou habilitações de formação técnica e profissional, o que proporciona maior interesse dos estudantes em acessar a escola e, conseqüentemente, para sua permanência e melhoria dos resultados da aprendizagem.

Dessa forma, documentos como a BNCC e o Currículo Paulista, elencam em relação ao Ensino Médio um compromisso com a educação integral, e no desenvolvimento de competências e habilidades nas diferentes áreas do conhecimento, a questão da formação geral e básica, os itinerários formativos, o projeto de vida e a competência no uso das tecnologias digitais cada vez mais presentes.

3.1 A Base Nacional Comum Curricular e o Ensino Médio

A presente seção aborda aspectos relacionados ao Ensino Médio, uma etapa voltada para formação do indivíduo, e que merece uma atenção direcionada por se tratar do último ciclo da educação básica. Vale destacar, que houve reformas na legislação, e hoje denomina-se um novo Ensino Médio no Brasil, dessa forma alguns pontos da BNCC conceituam uma mudança de paradigmas em relação ao formato de ensino a ser desenvolvido nas três séries finais da educação básica, isso inclui também os itinerários formativos, que agora fazem parte do currículo e visam uma formação integral.

Para tratar de questões específicas para o Ensino Médio é importante compreender o que rege um dos principais documentos direcionados a educação no Brasil, a Base Nacional Comum Curricular – BNCC, que estabelece competências e habilidades a serem desenvolvidas com os alunos da educação básica, por meio de aprendizagens essenciais. Trata-se do resultado de uma política pública educacional que tem como um de seus fundamentos garantir o direito à educação de qualidade para todos os alunos ao longo da sua escolaridade, nortear a formulação dos currículos escolares de todo país, indica caminhos e objetivos para formação integral do aluno.

Secchi (2014) define que a política pública é uma diretriz elaborada para solucionar um problema público relativamente importante, que deve ter uma diretriz intencional, como no caso da BNCC, que se fundamenta na forma de lei, a fim de resolver as desigualdades na qualidade de ensino e contribuir para melhoria de qualidade na formação dos alunos.

A BNCC é um documento balizador da qualidade no ensino, que visa desenvolver conhecimentos necessários para atuação do aluno na atual sociedade, e garantir, aos estudantes, o direito de aprender um conjunto essencial e fundamental de conhecimentos, competências e habilidades. Ou seja, é conceituada em seu próprio texto como “um documento de caráter normativo

que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica” (BNCC, 2019, p. 7).

É essencial refletir a formação dos jovens discentes do Ensino médio, garantindo uma educação que vise a formação integral, que proporcione o desenvolvimento humano. Para Mello (2020), é fundamental refletir sobre a garantia do direito à educação, a partir das políticas públicas que são direcionadas aos sistemas de ensino, pois mesmo com todos os avanços, nas últimas décadas, ainda persistem situações de desigualdades educacionais e sociais, fracassos e obstáculos, principalmente a parcela mais carente da população. A autora ainda aponta que vencer a desigualdade social, ou minimizá-la, depende da luta pelos direitos sociais e a busca de um desenvolvimento que seja articulado aos anseios e necessidades do povo. Nesse cenário, verifica-se que há um caminho a ser percorrido e, conseqüentemente, é necessária a existência de políticas públicas, que contribuam para que o país caminhe rumo do desenvolvimento social e econômico com inclusão social e da educação.

Assim, as políticas públicas em educação devem ter esse compromisso com a dimensão ampla e fundamental do humano, de estabelecer diretrizes para que a contribuição social da escola pública seja efetivada, sem excluir ninguém. Significa garantir o direito à educação como possibilidade de construção da condição humana, da inteligência, de uma existência humanizada e da justiça social (MELLO, 2020, p. 11).

Neste contexto, a BNCC é conceituada como uma relevante política pública em nosso país. Macedo (2019) destaca que as políticas públicas se definem como um conjunto de decisões inter-relacionadas, que envolvem a tomadas por um ator ou grupo de atores políticos, essas decisões e ações que permeiam uma política pública podem ser voltadas para as mais diversas áreas da sociedade. O autor destaca também que as políticas públicas educacionais, visam a um ensino de qualidade, que demonstre certa preocupação com o futuro, com ideais que proporcionem uma educação mais inclusiva e cidadã, o que conseqüentemente contribui, de forma efetiva para formação voltada ao desenvolvimento humano.

A BNCC (2019) destaca uma preocupação na formação dos alunos do ensino médio e a sua preparação para o mercado de trabalho, além da sua formação pessoal, pois a dinâmica social contemporânea nacional e internacional é marcada pelas rápidas transformações decorrentes do desenvolvimento tecnológico, mudanças estas que impõem desafios ao Ensino Médio, a fim de garantir a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos até o momento de sua trajetória escolar.

É preciso garantir aos jovens, aprendizagens para atuar em uma sociedade em constante mudança, prepará-los para profissões que ainda não existem, para usar tecnologias que ainda não foram inventadas e para resolver problemas que ainda não conhecemos. Certamente, grande parte das futuras profissões envolverá, direta ou indiretamente, computação e tecnologias digitais (BNCC, 2019, p. 473).

Destaca-se, assim, que o documento define competência como a mobilização de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores para resolver as demandas da vida cotidiana, e do pleno exercício à cidadania, o mundo do trabalho, e reflexões sobre o projeto de vida do aluno, ou seja, questões relacionadas a formação para o desenvolvimento humano. São competências gerais que envolvem a etapa do Ensino Médio, e merecem uma atenção dos docentes, no que trata as práticas pedagógicas para essa formação.

3.1.1 Itinerários formativos do Ensino Médio presentes na BNCC

Os itinerários formativos foram inseridos no Ensino Médio, como parte das mudanças relacionadas à organização e ao currículo desta modalidade de ensino. Como mencionado no presente estudo, houve reformas na legislação, denominando assim um novo Ensino Médio. Nesse contexto, alguns pontos da BNCC conceituam uma mudança de paradigmas em relação ao formato de ensino a ser desenvolvido nesta etapa, o que inclui os itinerários formativos, parte integrante do currículo.

Os itinerários formativos fazem parte da formação geral do aluno, pois se trata de um conjunto de disciplinas, projetos, oficinas, núcleos de estudo, em que os estudantes poderão escolher o formato do que querem cursar no Ensino Médio. Além disso, os itinerários formativos são como uma forma de aprofundamento aos conhecimentos de uma área do conhecimento (Matemáticas e suas Tecnologias, Linguagens e suas Tecnologias, Ciências da Natureza e suas Tecnologias e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas) e da formação técnica e profissional (MEC, 2021, online). É válido destacar, também, a necessidade de compreender que a reforma curricular significa entender os processos de seleção e produção de saberes; ou seja, os processos de formação para leitura de mundo; de desenvolvimento de habilidades, valores e símbolos; e, de escolarização que estabelece como respondemos ao mundo (SOUZA; LEMGRUBER, 2020).

De acordo com a BNCC (2019), o currículo do Ensino Médio será composto pela Base Nacional Comum Curricular e por itinerários formativos, que deverão ser organizados, através da oferta de diferentes arranjos curriculares, considerando, para isso, o contexto local e a possibilidade dos sistemas de ensino de cada região. Dessa forma, o documento destaca ainda que os itinerários devem garantir a apropriação de procedimentos cognitivos e o uso de metodologias que favoreçam o protagonismo juvenil, o que contribui para formação de cidadãos globais. Além disso:

a oferta de diferentes itinerários formativos pelas escolas deve considerar a realidade local, os anseios da comunidade escolar e os recursos físicos, materiais e humanos das redes e instituições escolares de forma a propiciar aos estudantes possibilidades efetivas para construir e desenvolver seus projetos de vida e se integrar de forma consciente e autônoma na vida cidadã e no mundo do trabalho (BNCC, 2019, p. 478).

Assim, a proposta do novo Ensino Médio visa a um conjunto de aprendizagens relacionadas à formação geral básica e itinerário formativo, buscando atender às demandas de qualidade de formação na contemporaneidade, além dos anseios e expectativas dos jovens para o futuro.

Essas aprendizagens relacionadas às competências e às habilidades mencionadas no documento da BNCC, contribuem integralmente na formação do aluno, além de assegurar aos jovens a capacidade de acompanhar e participar dos debates que a cidadania exige, uma habilidade tão requerida na atual sociedade. Outra habilidade necessária na formação do aluno e muito mencionada no documento diz respeito às tecnologias digitais da informação e comunicação, que assumem a missão de contribuir na resolução dos problemas, inclusive os educacionais, da sociedade atual. De acordo com Souza e Lemgruber (2020), o uso das tecnologias educacionais torna-se a cada dia mais comum, e desenvolver competência no uso da informação é algo cada vez mais valorizado. Dessa forma, os estudantes precisam estar conscientes de sua condição e necessidade de eterno aprendiz, para realizarem as melhores escolhas com relação à sua formação, seja ela profissional ou pessoal, atendendo seus anseios e também a uma lógica que mercado que se impõe.

Como destaca a BNCC (2019), as propostas e as decisões pedagógicas devem estar orientadas para o desenvolvimento de competências exigidas para formação integral do aluno, e que o conhecimento seja colocado em prática; de modo que os alunos devem “saber”, a partir de um espiral que elenca os conhecimentos, habilidades, atitudes, valores e mobilização dos conhecimentos adquiridos, a fim de resolver demandas complexas da vida cotidiana, relacionadas ao pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho. Essa proposta está estritamente relacionada à formação integral do aluno, que busca uma visão holística do todo, ou seja, aluno parte do processo de transformação social, ou seja, visa a uma formação para desenvolvimento humano como um todo.

Trata-se de uma formação desafiadora, com mudanças em sua estrutura de ensino, para melhor qualidade na educação, é para a formação do desenvolvimento humano, para isso, como mencionado por Ferreti (2018), tais mudanças e proposições relacionadas ao novo Ensino Médio visam, aparentemente, o desenvolvimento de projetos por meio da atuação de mais de um professor, o que implica diretamente na sua formação continuada, pois é necessário um trabalho docente realizado por meio da interdisciplinaridade pedagógica. Ou seja, é necessária uma reflexão sobre as práticas docentes para atender tal demanda.

3.2 Currículo Paulista Etapa do Ensino Médio: correlações com a formação integral

A presente seção ressalta pontos do Currículo Paulista Etapa Ensino Médio – CPEM- no que tange ao Ensino Médio, e aspectos que merecem destaque como a contribuição dos itinerários

XXII ENCONTRO de PESQUISADORES

INTERDISCIPLINARIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

formativos para formação do desenvolvimento humano. Assim, o „Currículo Paulista representa um marco importante para a redução das desigualdades educacionais no Estado, uma vez que explicita as aprendizagens essenciais que todos os estudantes devem desenvolver” (CPEM, 2020, p.19).

Trata-se de um documento no processo de melhoria da qualidade da Educação Básica no Estado de São Paulo, no que se refere às aprendizagens dos estudantes, como a produção de materiais de apoio, à formação inicial e continuada dos educadores e às matrizes de avaliação. Além disso, define e explicita, aos profissionais da educação, as competências e as habilidades essenciais para o desenvolvimento cognitivo, social e emocional dos estudantes paulistas e considera sempre sua formação integral na perspectiva do desenvolvimento humano (SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2021, online).

São vários os documentos e as legislações que tratam do Ensino Médio, porém aqui será ressaltado o Currículo Paulista que visa a melhorias na qualidade de ensino, atender às necessidades dos estudantes em suas diferentes especificidades, além de buscar resolver problemas educacionais, assim „por meio de ações efetivas é possível promover o tripé “acesso, permanência e qualidade social da educação” (CPEM, 2020, p.17). Nesse sentido, o Currículo Paulista, etapa Ensino Médio, demanda novas formas de organização na gestão do currículo, nas metodologias e na formação dos professores. Como destaca o documento, nesse processo, a flexibilização, materializada nos itinerários formativos, apresenta formas de propiciar novas experiências de organização e estrutura do Ensino Médio nas escolas, que deverão ser incorporadas nas suas propostas pedagógicas. Pode-se verificar a síntese, na Figura seguinte e, especialmente a parte que compõe os itinerários formativos:

Figura 1 – Etapas do Ensino Médio



Fonte: SÃO PAULO, 2021, online.

Devido à preocupação relacionada com a qualidade no ensino, o Currículo Paulista tem um compromisso com a Educação Integral do aluno do Ensino Médio, ou seja:

O Currículo Paulista considera a Educação Integral como a base da formação do estudante no Estado, independentemente da rede de ensino que frequenta e da jornada que cumpre. Dessa maneira, afirma o compromisso com o desenvolvimento do estudante em suas dimensões intelectual, física, socioemocional e cultural, elencando as competências e as habilidades essenciais para sua atuação na sociedade contemporânea e seus cenários complexos, multifacetados e incertos. Viver, aprender e se relacionar nesse novo contexto tem exigido, cada vez mais, maior autonomia e mobilização de competências dos sujeitos para acessar, selecionar e construir pontos de vista frente ao volume substancial de informações e conhecimentos disponíveis, para buscar soluções criativas e fazer escolhas coerentes com seus projetos de vida e com o impacto dessas escolhas (CPEM, 2020, p. 24).

Diante deste compromisso, é possível constatar uma preocupação que visa à formação para desenvolvimento humano, em suas diversas dimensões, sejam elas intelectual, física, socioemocional e cultural. De acordo com o CPEM, é necessária uma mudança de paradigma em relação ao estudante, ou seja, enxergar de uma nova forma, reconhecendo todo seu potencial de desenvolvimento, acreditando que todos podem aprender, e acreditar no protagonismo, e autonomia do estudante. Assim, nesta perspectiva, o Currículo Paulista alinhado à BNCC, preconiza a adoção de práticas pedagógicas e de gestão que levem em consideração aspectos como “o compromisso com a formação e o desenvolvimento humano em toda sua complexidade, integrando as dimensões intelectual (cognitiva), física e afetiva” (CPEM, 2020, p. 26).

Para isso, as modificações na estrutura de ensino contribuem para preparação do jovem e sua atuação na atual sociedade contemporânea. Assim, o CPEM destaca um modelo de ensino mais diversificado e flexível, pois, “esta etapa será composta pela formação geral básica (comum a todos os estudantes), com carga horária máxima de 1.800 horas, e por itinerários formativos (parte diversificada e flexível), com carga mínima de 1.200 horas” (CPEM, 2020, p. 47).

São destacadas, no estudo, as questões relacionadas aos itinerários formativos, e tal formação contribui para a inserção do jovem cidadão na sociedade. Assim:

Os itinerários formativos são compostos por diferentes arranjos curriculares, um conjunto de unidades curriculares que possibilita ao estudante aprofundar e ampliar as aprendizagens desenvolvidas na formação geral básica, em uma ou mais áreas do conhecimento, permitindo que vivencie experiências educativas associadas à realidade contemporânea e que promova a sua formação pessoal, profissional e cidadã (CPEM, 2020, p. 196).

Os itinerários formativos propiciam uma maior flexibilização do Ensino Médio, e visam proporcionar ao estudante o fortalecimento da sua autonomia e projeto de vida. Neste contexto, os itinerários das diferentes áreas de conhecimento são organizados em quatro eixos estruturantes, sendo: I. investigação científica; II. processos criativos; III. mediação e intervenção sociocultural; IV. empreendedorismo.

Sobre o eixo I. *investigação científica* – visa despertar para pesquisa, para ciência e assim a interpretação de ideias e fatos, voltados à investigação de soluções de problemas, visando ao bem-estar comum. Além disso, tem como ênfase ampliar a capacidade do estudante de investigar a realidade e aplicar o conhecimento, de forma sistematizada.

Sobre o eixo II. *processos criativos* – voltado ao despertar para a arte, e ao aprofundamento do conhecimento artístico, para seu uso e também criação de novos processos e produtos. Tendo como ênfase expandir a capacidade do estudante de idealizar e realizar projetos criativos.

Sobre o eixo III. *mediação e intervenção sociocultural* – supõem despertar para as questões sociopolíticas, visa à mobilização de conhecimentos, a fim de mediar conflitos da comunidade. Visa que o estudante se aproprie dos conhecimentos e assim desenvolva habilidades que o capacite, para atuar como agente de mudanças e transformação para uma sociedade mais ética, justa e sustentável.

Sobre o eixo IV. *empreendedorismo* – voltado ao despertar para a inovação, e utiliza a tecnologia como uma ferramenta de suporte para solução de problemas, estimula também a autonomia, foco e determinação, para que o estudante atue como protagonista de sua própria trajetória e consequentemente seu projeto de vida.

Os eixos garantem a apropriação de procedimentos cognitivos e o uso de metodologias que favorecem o protagonismo juvenil, ou seja, a formação do jovem para busca de soluções, agentes de transformação em uma cidadania ativa, aspectos que têm correlação com o desenvolvimento humano.

Visam a uma formação mais qualitativa, ou seja, que objetiva a formação integral do aluno no que se refere ao desenvolvimento de competências e habilidades que os capacite para sociedade atual, além de atender a seus anseios de aprendizagem. Toda a questão dos itinerários visam assim a garantir ao estudante a apropriação de procedimentos cognitivos e o uso de metodologias que favorecem o protagonismo juvenil.

Os itinerários formativos têm como objetivo consolidar e aprofundar conhecimentos, preparar o estudante para os desafios do mundo do trabalho e da cidadania na contemporaneidade e aprimorar a formação ética, além de promover uma postura ativa frente ao conhecimento científico, filosófico e a produção artística e literária (CPEM, 2020, p. 229).

Corroborando com o exposto, Nussbaum (2009) destaca que há certas habilidades fundamentais a serem desenvolvidas nos indivíduos, o que nos remete a refletir sobre a formação dos jovens que estão cursando os últimos anos da educação básica. Tais habilidades, para a autora, estão associadas com a capacidade de pensar criticamente, a capacidade de refletir sobre problemas mundiais, assumindo a posição de um "cidadão do mundo" e, finalmente, a capacidade de imaginar simpaticamente a situação de outra pessoa. Trata-se, dessa forma, de uma educação para o desenvolvimento humano, um conceito amplo, que inclui muitos tipos de cultivo pertinentes para o autodesenvolvimento pessoal do aluno; está relacionado à formação de cidadãos do mundo, que possam compreender os problemas globais, ou seja, uma educação para o desenvolvimento humano de uma cidadania global em uma sociedade justa, minimamente decente.

4 DESENVOLVIMENTO HUMANO E ABORDAGENS DE ENSINO PARA A FORMAÇÃO DO ESTUDANTE DO ENSINO MÉDIO

O presente estudo aborda reflexões relacionadas ao desenvolvimento humano, ressaltando a questão da educação de qualidade, como um dos fatores essenciais para se atingir ao proposto. Vale destacar que, para Sen (2010), a questão do desenvolvimento não está associada apenas a indicadores de renda e econômicos, mas menciona o capital social, que tem relação direta com o capital humano e a educação.

Corroborando com o exposto, Mattos (2017) ressalta que o sentido da educação está também diretamente relacionado à capacidade humana, ou seja, a educação fundamental é essencial não somente para formação, como também no aproveitamento das capacidades individuais.

Assim, o desenvolvimento humano, está relacionado a abordagem de ensino que contempla uma formação que pensa o estudante na sua individualidade, como exposto por Mizukami (1986). A partir de uma abordagem de formação mais humanística, a educação é centrada na pessoa, ou seja, o ensino centrado no aluno. De modo que a educação tem como intuito oferecer possibilidades de aprendizagem do aluno no aspecto do desenvolvimento intelectual e também emocional, possibilitando a criação de condições nas quais os alunos pudessem tornar-se pessoas de iniciativas, de responsabilidade, com autodeterminação e que saibam aplicar a aprendizagem adquirida na solução para seus problemas. Uma educação que incentive o estudante no seu processo formação

pessoal, atendendo aos seus anseios, no qual os motivos em meios para que o aluno aprenda tenham como pressupostos seu interesse e expectativas.

Esta formação para o desenvolvimento humano também está atrelada aos 4 pilares da educação, que visam promover uma educação de qualidade e que capacite o indivíduo para o mundo, o que é essencial na formação dos alunos do Ensino Médio. Para Delors (1999), a educação deve organizar-se em torno de quatro aprendizagens fundamentais para formação do indivíduo, que ao longo da sua trajetória irão auxiliar como os pilares do conhecimento, sendo estes: aprender a conhecer, isto é adquirir os instrumentos da compreensão, entender os conceitos; aprender a fazer, para poder agir sobre o meio envolvente, atuar e desenvolver uma ação; aprender a viver juntos, a fim de participar e cooperar com os outros em todas as atividades humanas, respeitando as diferenças e contribuindo para coletividade; finalmente, aprender a ser, via essencial que integra as três precedentes. Vale ressaltar que o último conceito, o aprender a ser, tem relação direta com o desenvolvimento completo do homem, ou seja, sua construção social, contribuindo para formação do indivíduo como membro de um grupo, da coletividade e de cidadã de responsabilidade social, ou seja está diretamente relacionada a formação para o desenvolvimento humano.

Para alcançar esta formação, um dos fatores de impacto é trabalhar para o desenvolvimento de competências e habilidades no aluno, voltadas a mobilização dos conhecimentos adquiridos, além de atitudes e valores que possibilitem resolver as diferentes demandas da vida cotidiana.

Diante do exposto, documentos que regem a educação no Ensino Médio contemplam esta formação. Assim, após as reflexões sobre desenvolvimento humano, as questões sobre educação para esta formação e a proposta do novo Ensino Médio e itinerários formativos, a presente seção visa apresentar a análise de trechos da BNCC e do Currículo Paulista, que trata sobre desenvolvimento humano nos Itinerários Formativos, refletindo sobre o que os documentos abordam e as influências nas práticas docentes.

5 PESQUISA DOCUMENTAL: DIZERES DA BNCC E DO CURRÍCULO PAULISTA SOBRE O DESENVOLVIMENTO HUMANO

Na presente seção, apresenta-se uma pesquisa documental, realizada a partir de um corpus retirado da BNCC (Ensino Médio) e do Currículo Paulista (CPEM), a fim de verificar como o desenvolvimento é proposto no contexto legal.

Selecionou-se a BNCC e o Currículo Paulista como documentos, porque se trata da documentação legal que subsidia as ações escolares atuais, no estado de São Paulo, no nível ensino médio. E, dessa forma, é referencial para as práticas docentes.

A abordagem metodológica do estudo é qualitativa que, para Minayo (2012), tem como objeto de investigação concretizar as possibilidades de construção de conhecimento, além de possuir todos os requisitos e os instrumentos, para que seja considerada como um construto científico. Neste contexto, a pesquisa qualitativa permite análises e considera uma gama de significados que não podem ser quantificados, pois é necessário considerar a singularidade dos indivíduos e dos fenômenos.

Assim, para organizar o corpus, considerou-se uma gama de significados associados ao desenvolvimento humano (SEN, 2010; NUSBAUM, 2009), tal qual estudantes que formam como:

- indivíduos atuantes;
- indivíduos responsáveis por suas escolhas;
- indivíduos que buscam qualidade de vida e viver bem;
- pessoas que realizam ações e atividades que transformam a sociedade;
- pessoas que promovem ações colaborativas; e
- indivíduos que contemplam a responsabilidade social.

Se observadas as temáticas investigadas, remetem ao desenvolvimento pessoal que resulta em bem-estar coletivo e, ainda, são temáticas generalistas que podem gerar inúmeras propostas de ações e atividades para os professores desenvolverem com os estudantes do ensino médio.

Neste sentido, a BNCC (2019) destaca que as escolas que atendem, ao Ensino Médio, devem favorecer no ensino a atribuição de sentido às aprendizagens adquiridos, ou seja, um paralelo entre o conteúdo e a prática vivenciada pelos alunos, valorizando também o meio ao qual o aluno está inserido, além disso, promover a aprendizagem colaborativa, aprimorando no aluno a competência de trabalhar em equipe e aprender de forma coletiva, com trocas de conhecimento e tolerância e respeito as diferenças; outro ponto de destaque no trabalho com os discente está relacionado a „„estimular **atitudes cooperativas e propositivas** para o enfrentamento dos desafios

da comunidade, do mundo do trabalho e da sociedade em geral, alicerçadas no conhecimento e na inovação” (BNCC, 2019, p. 465 – grifos nossos).

Isso está também estritamente relacionado a competências voltadas para formação integral e desenvolvimento humano, pois são experiências que favorecem a preparação básica do aluno para o trabalho e a cidadania como um todo, que permite aos estudantes inserir-se na sociedade de forma mais ativa, crítica e responsável.

Nessa mesma direção, é também finalidade do Ensino Médio o aprimoramento do educando como **pessoa humana**, considerando sua formação ética e o desenvolvimento da **autonomia intelectual e do pensamento crítico**. Tendo em vista a construção de uma sociedade mais justa, ética, democrática, inclusiva, sustentável e solidária (BNCC, 2019, p. 466 – grifos nossos).

Assim, a competência, no documento referência, a questão da mobilização de conhecimentos, ou seja, os conceitos e procedimentos; e as habilidades voltadas as práticas, sejam elas cognitivas e/ou socioemocionais, além atitudes e valores voltados para resolução de demandas cotidianas e formação para o exercício da cidadania. É necessário um novo olhar relacionado a formação desses jovens, ou seja:

Para formar esses jovens como **sujeitos críticos, criativos, autônomos e responsáveis**, cabe às escolas de Ensino Médio proporcionar experiências e processos que lhes garantam as aprendizagens necessárias para a leitura da realidade, o enfrentamento dos novos desafios da contemporaneidade (sociais, econômicos e ambientais) e a tomada de decisões éticas e fundamentadas (BNCC, 2019, p. 463 – grifos nossos).

Neste contexto, cabe aos professores e profissionais envolvidos com a educação, uma mudança de paradigmas referente a sua proposta de ensino, com a intencionalidade de garantir uma aprendizagem voltada para a leitura da realidade, ou seja, compreendendo o meio, o entorno onde vive, ter domínio de conhecimentos e saber como atuar diante dos novos desafios. Assim:

O mundo deve lhes ser apresentado como campo aberto para **investigação e intervenção quanto a seus aspectos políticos, sociais, produtivos, ambientais e culturais**, de modo que se sintam estimulados a equacionar e resolver questões legadas pelas gerações anteriores – e que se refletem nos contextos atuais –, abrindo-se criativamente para o novo (BNCC, 2019, p. 463 – grifos nossos).

É necessário envolver os alunos em seu processo de ensino, para que se sintam protagonistas em sua própria formação escolar, e atendendo aos seus anseios de aprendizagem, e o que inclusive visa o Currículo Paulista em sua proposta, de modo que “a organização curricular dos itinerários formativos deve garantir ainda mais a flexibilização do Ensino Médio, propiciando ao estudante desenvolver e fortalecer sua **autonomia, considerando seu projeto de vida**” (CPEM, 2020, p. 196 – grifos nossos).

É destacado no documento da BNCC:

Para atender às necessidades de formação geral, indispensáveis ao exercício da cidadania e à inserção no mundo do trabalho, e responder à diversidade de expectativas dos jovens quanto à sua formação, a escola que acolhe as juventudes tem de estar comprometida com a educação integral dos estudantes e com a construção de **seu projeto de vida** (BNCC, 2019, p. 464 – grifos nossos).

E ainda:

Ensino Médio deve atender às necessidades de **formação geral indispensáveis ao exercício da cidadania** e construir aprendizagens

sintonizadas com as necessidades, as possibilidades e os interesses dos estudantes e, também, com os desafios da sociedade contemporânea (BNCC, 2019, p. 465 – grifos nossos).

A formação para o desenvolvimento humano, deve visar a preparação do indivíduo tanto nas cognitivas como nas socioemocionais, para que o jovem seja proativo em suas ações, trata-se inclusive de uma formação para a busca de soluções de problemas locais ou globais. Sendo o indivíduo proativo e ter iniciativa nas questões pessoais e que envolvem seu projeto de futuro. Neste contexto:

O Ensino Médio deve atender às demandas da contemporaneidade e aos anseios do estudante, fortalecendo seu interesse, **engajamento e protagonismo**, para assegurar as aprendizagens na formação geral básica e nos itinerários formativos, cujos objetivos são: aprofundar as aprendizagens relacionadas às competências gerais, como; consolidar a **formação integral do estudante, desenvolvendo a sua autonomia para a realização do seu projeto de vida; desenvolver habilidades que permitam ao estudante ter uma visão ampla do mundo para saber agir em diversas situações e tomar decisões em sua vida escolar, profissional e pessoal** (CPEM, 2020, p. 196 – grifos nossos).

Desenvolver no aluno competências e habilidades para uma atuação efetiva em sociedade contribui para seu desenvolvimento pessoal, pois o prepara para enfrentar possíveis circunstâncias que irá enfrentar. Além disso é essencial incentivar a participação como cidadãos responsáveis e críticos. A juventude é uma fase de muitas descobertas e inseguranças, no qual novos caminhos vão ser trilhados, seja na iniciação da vida profissional ou para ingressar em uma nova etapa de ensino. Como apontando no documento da BNCC:

No Ensino Médio, os jovens intensificam **o conhecimento sobre seus sentimentos, interesses, capacidades intelectuais e expressivas; ampliam e aprofundam vínculos sociais e afetivos**; e refletem sobre a vida e o trabalho que gostariam de ter. Encontram-se diante de questionamentos sobre **si próprios e seus projetos de vida**, vivendo juventudes marcadas por contextos socioculturais diversos. Por ser um período de vida caracterizado por mais autonomia e maior capacidade de abstração e reflexão sobre o mundo, os jovens, gradativamente, ampliam também suas possibilidades de participação na vida pública e na produção cultural (BNCC, 2019, p. 483 – grifos nossos).

Diante de todos estes apontamentos, é essencial refletir as práticas docentes voltadas para formação no que tange ao desenvolvimento humano para os alunos do Ensino Médio, que cursam a última etapa da educação básica, e devem ser preparados para uma atuação efetiva em sociedade, ou seja, com uma formação integral, que vise inclusive à competência informacional, pois para participar da sociedade da informação tão incorporada à atualidade, o estudante precisa se apropriar cada vez mais de conhecimentos e habilidades que lhe permitam acessar, selecionar, analisar e utilizar a informação para intervir na realidade, de forma crítica e reflexiva, um aspecto tão relevante na atual sociedade contemporânea.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo, o objetivo geral visa analisar o que a Base Nacional Comum Curricular e o Currículo Paulista, no que se refere aos itinerários formativos do Ensino Médio, apresentam em relação as competências para formação do desenvolvimento humano, a fim de refletir como as práticas docentes devem ser constituídas para a formação integral do aluno.

Nessa perspectiva, o documento da BNCC visa como proposta do Novo Ensino Médio um conjunto de aprendizagens, voltadas à formação integral do aluno, o que inclui a formação para desenvolvimento humano, um aspecto relevante para qualidade na educação e para a atualidade,

que visa indivíduos com competências e habilidades para atuar, de forma eficaz na sociedade, além de atender aos anseios e expectativas dos estudantes para o futuro.

Para conceituar as questões de formação para o desenvolvimento humano, tratada na BNCC e no Currículo Paulista, no que se refere aos itinerários formativos, o estudo partiu da análise de trechos destes documentos, e identificou citações que permitiram identificar aspectos que contribuem para formação do estudante nesta modalidade de ensino e, principalmente, abre espaço para reflexões aos docentes do Ensino Médio em relação as suas práticas para esta formação, que visam ao desenvolvimento humano.

Pode-se constatar que existe uma discussão generalizada para se chegar às questões relacionadas ao desenvolvimento humano e, posteriormente, ao desenvolvimento social. O que se pode sintetizar é que o docente do ensino médio deve encaminhar sua prática para:

- a) **correlacionar teoria e prática**, o que pode resultar na aquisição de competências para mobilizar conteúdos conceituais, procedimentais e atitudinais, na solução de problemas;
- b) inicialmente, promover ações para o desenvolvimento pessoal do estudante, a começar pela orientação para o **projeto de vida**;
- c) executar atividades que desencadeiem em **aprendizagens colaborativas**, prósperas em questões cognitivas e atitudinais;
- d) tarefas que demandam abertura para o mundo – **cidadania global**, para um olhar mais alardeado para o ser humano, em âmbito global; e
- e) possibilidades de construção de **capacidades substantivas**, na perspectiva de Sen (2010).

Verifica-se, após realização do estudo, que a educação tem uma relação direta com a formação para o desenvolvimento humano, e ao tratar especificamente do novo Ensino Médio no que se refere aos itinerários formativos o desenvolvimento humano é mencionado nos documentos da BNCC e no Currículo Paulista, visando a uma formação para reflexão crítica, desenvolvimento das capacidades intelectuais e da autonomia para a realização do seu projeto de vida, estar aberto a resolver e equacionar problemas sociais, formação ética, estar aberto a trabalhos coletivos, desenvolver um olhar empático ao próximo com respeito a diversidade, ter domínio do uso das tecnologias no que se refere ao uso da informação, além de compreender que suas ações influenciam diretamente em questões futuras. Neste contexto, a formação para o desenvolvimento humano está relacionada a qualidade de vida dos indivíduos e em viver bem a partir de suas escolhas.

REFERÊNCIAS

BRASIL (2019). **Base nacional comum curricular (BNCC): educação é a base**. Brasília, MEC. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/bncc-20dez-site.pdf>. Acesso em: 1 outubro 2021.

DELORS, Jacques et al. Os quatro pilares da educação. **Educação: um tesouro a descobrir**. Local: São Paulo. Editora Cortez, 1999. v. 2.

FERRETTI, Celso João. A reforma do Ensino Médio e sua questionável concepção de qualidade da educação. **Estudos Avançados**, v. 32, p. 25-42, 2018. Disponível em < <https://www.scielo.br/j/ea/a/RKF694QXnBFGgJ78s8Pmp5x/?lang=pt#> > Acesso em: 3 out 2021.

MACEDO, Edilene Nunes. A BNCC como política pública. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFPE. Espaço Público**, v. 3, p. 64-76, mar. 2019. Disponível em: [file:///C:/Users/thais/Downloads/239062-129025-2-PB%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/thais/Downloads/239062-129025-2-PB%20(1).pdf). Acesso em: 1º out 2021.

MATTOS, I. B. A educação como condição para o desenvolvimento das capacidades e para o fortalecimento da democracia. In: ZAMBAM, N.; KUJAWA, H. A. (Orgs.). **Estudos sobre Amartya Sen**. Políticas Públicas, Capabilities e Desenvolvimento. Porto Alegre: Fi, 2017.

MEC. **Novo Ensino Médio** - perguntas e respostas. Online. Disponível em < <http://portal.mec.gov.br/component/content/article#content> > Acesso em 6 outubro 2021.

MELLO, Rachel Costa de Azevedo; MOLL, Jaqueline. Políticas públicas em educação e a garantia do direito à educação no contexto de desigualdade social no Brasil. **Revista Perspectiva – Centro de Ciências da Educação**. v. 38, n. 2, p. 1-21, 2020. Disponível em <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/2175-795X.2020.e65196>> Acesso em 1 outubro 2021.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. **Ciência & saúde coletiva**, v. 17, p. 621-626, 2012.

MIZUKAMI, Maria da Graça Nicoletti. **Ensino**: as abordagens do processo. 1986. Disponível em <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1285594/mod_resource/content/0/ensino_as%20abordagens%20do%20processo.pdf> Acesso em 6 outubro 2021.

NUSSBAUM, Martha. Educação para o lucro, educação para a liberdade. **Revista Online do GT de Pragmatismo e Filosofia Norte-americana**. ano 1, número 1, 2009. Disponível em <[file:///C:/Users/thais/Downloads/14390-31044-1-SM%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/thais/Downloads/14390-31044-1-SM%20(2).pdf)> Acesso em 4 de outubro 2021.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO - PNUD. **Relatório de Desenvolvimento Humano 2020**. Disponível em <http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr2020_pt.pdf> Acesso em 6 outubro de 2021.

SAO PAULO (Estado), Currículo Paulista, **Secretaria de Educação do Estado de São Paulo**, 2020 disponível em <<https://efape.educacao.sp.gov.br/curriculopaulista/wp-content/uploads/2020/08/CURR%C3%8DCULO%20PAULISTA%20etapa%20Ensino%20M%C3%A9dio.pdf>> Acesso em 2 outubro de 2021.

SÃO PAULO. **Currículo paulista**. Disponível em: Ensino Médio | EFAPÉ | Programa Currículo Paulista (educacao.sp.gov.br). Acesso em: 13 out. 2021.

SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas**: conceitos, esquema de análise, casos práticos. São Paulo: Cengage, 2014.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO – **online** – Disponível em <<https://efape.educacao.sp.gov.br/curriculopaulista/ensino-medio/>> Acesso em 4 de outubro 2021.

SEN, Amartya; KLIKSBURG, Bernardo. **As pessoas em primeiro lugar**: a ética do desenvolvimento e os problemas do mundo globalizado. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SOUZA, Dayse Pereira Barbosa; LEMGRUBER, Márcio Silveira. O papel das tecnologias na BNCC e nos itinerários formativos. In: **Anais do CIET: EnPED: 2020-(Congresso Internacional de Educação e Tecnologias| Encontro de Pesquisadores em Educação a Distância)**. 2020. Disponível em <<https://cietenped.ufscar.br/submissao/index.php/2020/article/view/1226/901>> Acesso em 5 de outubro de 2021.

**DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: POLÍTICAS PÚBLICAS QUE ASSEGURAM O OBJETIVO
12 DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

*SUSTAINABLE DEVELOPMENT: PUBLIC POLICIES THAT ENSURE OBJECTIVE 12 OF THE
SUSTAINABLE DEVELOPMENT GOALS*

Área temática: “Desenvolvimento Social e Políticas Públicas”

VIEIRA, Mariana Oliveira Sarreta
Uni-FACEF
Mestranda em Desenvolvimento Regional
mariana.sarreta@hotmail.com

CAVALCANTI-BANDOS, Melissa Franchini
Uni-FACEF
Doutora em Administração de Empresas
melissafcb@gmail.com

OLIVEIRA, Sheila Fernandes Pimenta e Oliveira
Uni-FACEF
Doutora em Linguística e Língua Portuguesa
sheilafacef@gmail.com

Resumo

O presente artigo está contextualizado no desenvolvimento social e sustentável, a partir do estudo dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) propostos pela Organização das Nações Unidas (ONU), de maneira específica focado no estudo do 12º. ODS que trata do “consumo e produção responsáveis”. Nesse sentido, indaga-se como problema de pesquisa: quem são os atores no processo de políticas públicas ligadas ao ODS 12? Destacam-se como hipóteses: o governo não é o único interessado em políticas públicas ligadas ao consumo e produção responsáveis; os consumidores estão mais exigentes em relação aos produtos que usam e se estes agredem o meio ambiente; as indústrias deverão ter maneiras sustentáveis na cadeia produtiva; como as empresas vão enfrentar esse novo olhar dos seres humanos; e, atualmente o desenvolvimento sustentável está ligado ao ambiental, a economia e ao social. Assim, o objetivo geral desse artigo é analisar como atores não governamentais atuam influenciando políticas públicas ligadas ao ODS 12. Como estratégia metodológica são feitas pesquisas bibliográficas e históricas com fundamento em Secchi (2017), Sen (2010), dentre outros. Também será estudado Keller e Machado (2006), Kotler (2007) buscando entender o comportamento do consumidor contemporâneo. Este artigo tem como foco principal as políticas públicas de desenvolvimento sustentável ambiental.

Palavras-chave: Desenvolvimento sustentável, desenvolvimento social, consumo e produção consciente.

Abstract

This article is contextualized in social and sustainable development, from the study of 17 Sustainable Development Goals (SDG) proposed by the United Nations (UN), specifically focused on the study of the 12th. SDG dealing with “responsible consumption and production”. In this sense, the research question is:

Keywords: Sustainable development, social development, conscious consumption and production.

1 INTRODUÇÃO

Devido ao atual *boom* informacional que vem crescendo com o desenvolvimento das mídias *online*, os seres humanos têm uma rápida e constante quantidade de informações que facilmente se espalham pelo Planeta.

Dentre estas informações têm-se uma visão mais ampla também dos problemas mundiais causados pelo próprio homem.

Quando se fala sobre produtos sustentáveis, não engloba apenas a matéria-prima dos produtos, mas, ele em sua totalidade. Para tanto, algumas perguntas que são elaboradas para se ter a certeza de que um produto é ou não sustentável: a fabricação do produto agride o meio ambiente?; são feitos testes em animais?; como é a embalagem deste produto?; como este produto pode ser descartado após o consumo? e, entre outras.

Verifica-se, que o século XXI chegou para marcar uma nova evolução de pensamentos e atitudes dos seres humanos, os indivíduos estão preocupados com os efeitos causados no meio ambiente e no que pode vir a acontecer no futuro, com a Terra.

Partindo dessa perspectiva, existem algumas marcas que já usufruem da contemporaneidade, por já estarem enquadradas, dentro deste novo padrão de consumo, nesse contexto pode-se citar a *Empresa Natura*.

Para que o mundo consiga alcançar esse novo objetivo e atrair aqueles que ainda não se enquadraram nesta nova perspectiva, a Organização das Nações Unidas (ONU) implementou os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) acompanhados de 169 metas. Os ODS foram criados no ano de 2012 e instituídos em 2015, a partir da Agenda 2030. A Agenda 2030 é um plano de ação para as pessoas, o planeta e a prosperidade, que busca fortalecer a paz universal (NU, 2021).

Em uma pesquisa mais aprofundada no site da *Nações Unidas Brasil* (2021), é possível encontrar detalhes dos 17 Objetivos e as 169 metas criadas e, a partir delas, entender que o curso global de ação objetiva, acabar com a pobreza, promover a prosperidade e o bem-estar, proteger o meio ambiente e enfrentar as mudanças climáticas.

Dessa forma, indaga-se enquanto **problema** de pesquisa: quem são os atores no processo de políticas públicas ligadas ao ODS 12?

Destacam-se como **hipóteses**: o governo não é o único interessado em políticas públicas ligados ao consumo e produção responsáveis; os consumidores estão mais exigentes em relação aos produtos que usam e se estes agridem o meio ambiente; as indústrias deverão ter maneiras sustentáveis na cadeia produtiva; como as empresas vão enfrentar esse novo olhar dos seres humanos; e, atualmente o desenvolvimento sustentável está ligado ao ambiental, a economia e ao social.

Assim, o **objetivo geral** desse artigo é analisar como atores não governamentais atuam influenciando políticas públicas ligadas ao ODS 12.

O cumprimento do objetivo geral é facilitado pelos **objetivos específicos** que seguem:

- Entender o que é uma política pública;
- Identificar o que é a Agenda 2030 e os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU;
- Descrever os 17 ODS e,
- Ilustrar exemplos de autores sociais que desenvolvem ações para atingir o Objetivo 12 da ODS.

A **fundamentação teórica do trabalho** tem como base Secchi (2017), o autor ajudará compreender o significado e aplicação do termo políticas públicas, no qual, as ações da ODS fazem parte. Com um olhar bibliográfico e histórico será estudado Sen (2010), dentre outros, para a compreensão das diferentes vertentes do crescimento e desenvolvimento, optando, para o desenvolvimento sustentável.

Para compreender o comportamento do consumidor contemporâneo, as estratégias de marcas e o posicionamento das mesmas, no mercado, serão estudados Keller e Machado (2006), Kotler (2007).

O presente artigo apresenta os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS – com foco no Objetivo 12 – Consumo e Produção Responsáveis, a fim de observar os supostos preceitos para a garantia do desenvolvimento sustentável, nos próximos 15 anos, desde a sua data de criação, articulada com o Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional do Uni-FACEF, na linha de pesquisa Desenvolvimento Social e Políticas Públicas.

Entre algumas das metas propostas para atingir o Objetivo 12 até o ano de 2030, podemos citar: alcançar a gestão sustentável e o uso eficiente dos recursos naturais; reduzir substancialmente a geração de resíduos por meio da prevenção, redução, reciclagem e reuso; incentivar as empresas, especialmente as empresas grandes e transnacionais, a adotar práticas sustentáveis e a integrar informações de sustentabilidade em seu ciclo de relatórios; promover práticas de compras públicas sustentáveis, de acordo com as políticas e prioridades nacionais, entre outras.

Assim, o artigo encontra-se dividido por esta introdução, na sequência o referencial teórico que aborda os temas: políticas públicas, atores em políticas públicas, Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e Consumo e produção responsável - ODS 12. Após, são apresentados os processos metodológicos, resultados, considerações finais e referências.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Como referencial teórico para compreender o estudo realizado neste trabalho busca-se conceituar a terminologia políticas públicas na visão de Secchi (2017), sendo esta a área da temática desenvolvida neste trabalho. Ainda, busca-se estudar quem são os autores que desenvolvem políticas públicas, sabendo que o governo não é o único interessado no assunto.

O histórico dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável será apresentado juntamente com as suas finalidades, adentrando para o Objetivo 12 – Consumo e Produção Responsáveis – que é o foco principal desta pesquisa.

2.1 Políticas públicas

Para iniciar este item, é necessário compreender que, na língua portuguesa, o termo *política* tem duas conotações diferentes e, na língua inglesa, consegue-se diferenciar, por existir duas palavras, *politics* e *policy*. Por isso, quando estes termos são usados, na língua portuguesa, para evitar confusão deve-se entender que as políticas públicas são diretrizes para solucionar problemas públicos. Seguem as traduções das respectivas palavras de acordo com Secchi (2017):

- *Politics* – atividade humana para a consecução e manutenção do poder sobre o homem. É o fazer política. Como exemplo, podem-se citar as políticas partidárias.
- *Policy* – orientação para decisão e ação. Como exemplo, a política de empréstimo do banco, política salarial da empresa entre outros.

Para entender o que é uma política pública, é fundamental saber que a visão de autores se diferem, ao descrever este conceito e que não existe uma única definição sobre o que seja política pública. Na visão de Secchi (2017, p. 1):

O termo política pública (public policy) está vinculado a esse segundo sentido da palavra “política”. Políticas públicas tratam do conteúdo concreto e do conteúdo simbólico de decisões políticas, e do processo de construção e atuação dessas decisões.

Souza (2007, p. 68) diz que a definição mais clássica é atribuída a Lowi (apud REZENDE, 2004; p. 13) que afirma que política pública é “uma regra formulada por alguma autoridade governamental que expressa uma intenção de influenciar, alterar, regular, o comportamento individual ou coletivo através do uso de sanções positivas ou negativas”.

A definição de políticas públicas para Secchi (2017, p. 2) é “uma política pública possui dois elementos fundamentais: intencionalidade pública e resposta a um problema público; em outras palavras, a razão para o estabelecimento de uma política pública é o tratamento ou a resolução de um problema entendido como coletivamente relevante”.

Para que um problema seja considerado público e a partir de então criar políticas públicas de resolução do mesmo, é necessário entender a diferença entre a situação atual e a situação ideal possível. Assim, é preciso considerar que este “problema” esteja afetando uma quantidade considerável de pessoas.

Existe ainda, um ciclo de elaboração de políticas públicas – Figura 1 - que para Secchi (2017, p. 43) é um esquema que ajuda a entender em qual fase o problema se encontra. O ciclo de políticas públicas (policy cycle) consiste em: identificação do problema; formação da agenda; formulação de alternativas; tomada de decisão; implementação; avaliação; e, extinção.

Figura 1: Ciclo de políticas públicas.



Fonte: SECCHI, 2017, p. 43.

A **identificação do problema** consiste em: “um problema público é a diferença entre o que é e aquilo que se gostaria que fosse a realidade pública” (SECCHI, 2017, p. 44).

A **formação da agenda** é uma lista de problemas - criada pelos atores governamentais ou não governamentais - que se entende como importantes e que precisam de soluções.

A **formulação de alternativas** “[...] passa pelo estabelecimento de objetivos e estratégias e o estudo das potenciais consequências de cada alternativa de solução” (SECCHI, 2017, p. 48).

“A **tomada de decisão** representa o momento em que os interesses dos atores são equacionados e as intenções (objetivos e métodos) de enfrentamento de um problema público são explicitados” (SECCHI, 2017, p. 51).

“A fase de **implementação** é aquela em que regras, rotinas e processos sociais são convertidos de intenções em ações” (SECCHI, 2017, p. 55).

A **avaliação da política pública** consiste na análise dos projetos que foram colocados em práticas. É nesta fase que descobre-se se o resultado foi de sucesso ou de falha.

Pode-se considerar que uma política pública entrou na fase de **extinção**, quando ela for solucionada ou substituída por outra.

Secchi (2017) traz uma visão multicêntrica de políticas públicas, pois, para o autor, não é apenas o governo que aplica política pública, mas organizações públicas, privadas e também o terceiro setor podem aplicar. Já a visão de Souza (2007) é estatista, pois a autora emprega o conceito como função exclusiva do Estado.

O termo *política pública* vem ganhando cada vez mais forças nos dias atuais, pois, com frequência, aparece nos discursos políticos, em trabalhos acadêmicos e em trabalhos técnicos. Mas, é importante lembrar que o termo surgiu nos Estados Unidos, como área de conhecimento e disciplina acadêmica diferente de quando se iniciou na Europa, que aparece em trabalhos baseados em teorias explicativas sobre o papel do Estado e do governo.

Para este artigo, trazemos então o conceito de *políticas públicas* em relação ao Objetivo 12 – Consumo e Produção Responsáveis – dos ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

2.2 Atores em políticas públicas

Devido a conotação “políticas públicas”, muitas vezes é entendida que seja apenas de responsabilidade estatal. A política pública pode ser estabelecida ou liderada por diferentes atores e ainda, pode receber influências de diferentes atores ao longo do ciclo de políticas públicas.

Os atores considerados por Secchi (2017, p. 99) “[...] são aqueles indivíduos, grupos, ou organizações que desempenham um papel na arena política. Os atores relevantes em um processo de política pública são aqueles que têm capacidade de influenciar direta ou indiretamente, o conteúdo e os resultados da política pública”.

Os interesses na resolução de um problema público na visão dos atores, não são estáticos, mas sim dinâmicos de acordo com suas funções.

Os atores de políticas públicas podem ser categorizados de acordo com suas características em comum, mas isso não quer dizer que por estarem em uma mesma categoria, tenham comportamento ou interesses em comum.

Secchi (2017, p. 101) apresenta uma forma de categorizar os atores políticos em dois grupos: atores governamentais e atores não governamentais. O primeiro grupo é composto por:

- Políticos;
- Designados politicamente;
- Burocratas; e,
- Juízes.

O segundo grupo é composto por:

- Grupos de interesse;
- Partidos políticos;
- Meios de comunicação; e,
- *Think tanks* – organizações de pesquisa e aconselhamento em políticas públicas, destinatários das políticas públicas, organização do terceiro setor e outros *stakeholders*.

No item seguinte, será apresentado um exemplo de influência para que o ODS 12 possa ser cumprido.

3. EXEMPLO DE INFLUÊNCIA PARA A EFETIVIDADE DO ODS 12

Visando apresentar a influência de um dos atores de políticas públicas escolheu-se neste artigo em trabalhar com o grupo *Greenpeace*, a fim de ilustrar a implementação de políticas públicas que garantam a efetividade do cumprimento do Objetivo 12 dos ODS.

Buscando conceituar a instituição *Greenpeace*, foi encontrada a seguinte definição. *Greenpeace* (2021, online): “somos uma organização ativista, comprometida apenas com os indivíduos e a sociedade civil, que usa confrontos pacíficos e criativos para expor problemas ambientais e desenvolve soluções para um futuro verde e pacífico”.

A primeira luta ativista do grupo *Greenpeace* aconteceu em 1971, quando 12 ecologistas se reuniram, para lutar contra os testes nucleares dos Estados Unidos, na costa do Alasca. Após este acontecimento, o *Greenpeace* nunca mais parou.

Para esse artigo, como exemplo da implementação de possíveis soluções para uma política pública optou-se em analisar a campanha *Todos pela Amazônia*, seguindo o ciclo de políticas públicas proposto por Secchi, contemplando 7 fases.

1. Identificação do problema: as queimadas.

2. Formação da agenda: as queimadas que se espelharam pela Amazônia, Pantanal e Cerrado.

3. Formulação de alternativas: compartilhe em suas redes informações e denúncias sobre o desmatamento, as queimadas e crimes ambientais; Participe de ações junto com a *Brigada Digital* contra projetos de lei e decisões políticas que agravam o risco ambiental; Contribua com o que puder com organizações que atuam na linha de frente desse combate; Repense e mude hábitos pessoais, como reduzir o consumo de carne ou evitar produtos de empresas que financiam o crime ambiental; Exija, junto com a *Brigada Digital*, um posicionamento mais forte de empresas e governos quanto à proteção das florestas e da biodiversidade e ao combate à crise do clima.

4. Tomada de decisão: criação da *Brigada Digital* – baixa-assinado para receber todas as informações e atualizações sobre o debate ambiental.

5. Implementação: a *Brigada Digital* foi feita com o intuito de reunir pessoas de todo o mundo para ajudar a combater as queimadas e chamar a atenção dos governantes, para que tenham atenção e solução a este problema.

6. Avaliação: a ação ainda não foi finalizada.

7. Extinção: A ação ainda não foi finalizada.

Embora a ação criada pelo grupo *Greenpeace* esteja em andamento e por isso não tem um resultado se a mesma foi ou não extinta, é importante ressaltar que além da ajuda de emergências às florestas que estavam em chamas, o objetivo também é chamar a atenção dos governantes de modo que levem à sério a emergência climática e a preservação da biodiversidade.

Para exemplificar uma empresa que tem uma produção responsável, escolheu-se a marca *Natura*, a qual inicia todo o seu processo com um manejo de práticas agrícolas sustentáveis, combatendo o desmatamento e garantindo a conservação das florestas, gerando assim oportunidade de renda e desenvolvimento social dos pequenos produtores (NATURA, 2021). Ainda, a *Natura* criou um documento intitulado como *Visão de Sustentabilidade 2050*, em que reuniu metas a serem alcançadas com base nos três pilares que norteiam as atividades da marca: Marcas e Produtos, Nossa Rede (todos os públicos com os quais nos relacionamos) e Gestão e Organização.

Para saber sobre estas ações e outras criadas tanto pela empresa privada *Natura* quanto pelo *Greenpeace*, pode-se acessar o site ou as redes sociais das mesmas.

4 OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS)

A Assembleia da Organização das Nações Unidas criou, em 2012, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, que foram alterados no ano de 2015. São 17 objetivos e 169 metas, criadas com base nos 8 Objetivos do Milênio, os quais já haviam sido criados, mas não foram alcançados (NU, 2021).

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável são um apelo global à ação para acabar com a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima e garantir que as pessoas, em todos os lugares, possam desfrutar de paz e de prosperidade (NU, 2021).

Os Objetivos são: erradicação da pobreza; fome zero e agricultura sustentável; saúde e bem-estar; educação de qualidade; igualdade de gênero; água potável e saneamento; energia limpa e acessível; trabalho decente e crescimento econômico; indústria, inovação e infraestrutura, redução das desigualdades; cidades e comunidades sustentáveis; consumo e produção responsáveis; ação contra a mudança global do clima; vida na água; vida terrestre; paz, justiça e instituições eficazes e, parcerias e meios de implementação (NU, 2021).

Para este artigo, escolheu-se em trabalhar com o Objetivo 12 – Consumo e Produção Responsáveis, pois visa estudar as políticas públicas que os assegurem, de forma a orientar os atores sociais.

Por meio do Objetivo 12, busca-se alcançar, até o ano de 2030, uma gestão sustentável e o uso eficiente dos recursos naturais, tendo os países mais desenvolvidos na liderança; reduzir substancialmente a geração de resíduos, por meio da prevenção, redução, reciclagem e reuso; incentivar as empresas, especialmente as empresas grandes e transnacionais, a adotar práticas sustentáveis e a integrar informações de sustentabilidade em seu ciclo de relatórios; promover práticas de compras públicas sustentáveis, de acordo com as políticas e prioridades nacionais; garantir que as pessoas, em todos os lugares, tenham informação relevante e conscientização para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida em harmonia com a natureza, entre outros (NU, 2021).

A ONU reflete que o desenvolvimento sustentável é a base para que todas as pessoas possam viver bem.

O conceito de *desenvolvimento sustentável* surge no ano de 1987, quando a *Comissão Mundial sobre Meio Ambiente* publica o *Relatório Brundtland* que levou o nome de *Nosso Futuro Comum*. No documento o termo é denominado como “O desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento que encontra as necessidades atuais sem comprometer a habilidade das futuras gerações de atender suas próprias necessidades [...] (NU, 2021).”

Com a necessidade de aliar o crescimento econômico e sustentabilidade ambiental, a *Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento* criou a *Agenda 21* “considerada um diagrama para a proteção do nosso planeta e seu desenvolvimento sustentável (NU, 2021).”

Devido as consequências ambientais causadas pelo modo de produção capitalista foi necessário buscar soluções dentro do próprio sistema para a contenção de problemas ambientais.

No item seguinte, é discorrido o levantamento das políticas públicas que proporcionam o melhor desenvolvimento para atingir o Objetivo 12.

4.1 Políticas Públicas que asseguram o ODS 12

Para Carvalho Neto (2019), os ODS foram criados em torno de ações que focam no ser humano, de modo a garantir que todas as pessoas vivam em ambientes saudáveis, com igualdade e dignidade. A partir de então, cada país, estado e cidade deve criar suas próprias metas, para serem atingidas dentro de sua condição e necessidade.

Se neste trabalho seguirmos os estudos de Souza (2007), poderia ficar entendido que todas essas metas a serem desenvolvidas ficariam, a priori, a cargo do governo ou estado, mas para este trabalho a base de estudo é o autor Secchi (2017). Assim, pode-se pesquisar e entender que, para atingir o Objetivo 12 dos ODS, é preciso a compreensão das pessoas e organizações, tanto no nível nacional quanto no local.

Não é só responsabilidade do estado desenvolver ações e estratégias de políticas públicas para a solução dos problemas que o Planeta vem enfrentando.

De acordo com o Instituto Ethos (2021, online):

Um exemplo de medida eficiente é transformar em regras as boas práticas empresariais, nas suas diversas searas – seja no modo de produção, seja na substituição de recursos naturais –, consolidando-as como padrão geral. E os meios que podem ser utilizados para transformar boas práticas em normas são a regulamentação pública e a autorregulação setorial, muitas vezes utilizadas conjuntamente.

Para este artigo, busca-se encontrar as ações criadas para a implementação do Objetivo 12 da ODS – Produção e Consumo Responsáveis.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das hipóteses criadas para este artigo, tem a seguinte conclusão: o governo não é o único interessado em políticas públicas ligados ao consumo e produção responsáveis, pois partir da visão de Secchi (2017) em relação a temática sobre políticas públicas, é multicêntrica. O autor conceitua a importância de todos estarem criando ou ajudando a solucionar os problemas através de ações/políticas públicas. Sendo que, para um problema ser considerado público, ele precisa ser coletivamente relevante.

Ainda, os consumidores estão mais exigentes em relação aos produtos que usam e se estes agredem o meio ambiente, de modo que não esperam ações do governo para agirem. A tendência é que as marcas se adaptam ao novo cenário em prol de um ambiente sustentável, produzindo menos resíduos e adaptando a sua cadeia produtiva a maneiras sustentáveis.

As empresas entenderam a preocupação da sociedade, assim, é preciso atender as necessidades atuais sem comprometer a necessidade das futuras gerações.

É importante que ao final deste artigo, os leitores possam compreender que crescimento é diferente de desenvolvimento. O crescimento está ligado a economia de um país e o desenvolvimento engloba o ambiental, a economia e ao social.

O problema inicial deste artigo: quem são os atores no processo de políticas públicas ligadas ao ODS 12? Entende-se de acordo com Carvalho Neto (2019) o papel da sociedade civil é relevante

se junto a ela, o governo, às instituições e à comunidade acadêmica tiverem a capacidade de atuar juntos para levar à frente uma agenda de desenvolvimento em prol das pessoas e do Planeta.

Ao retomar o objetivo geral do estudo que foi analisar como atores não governamentais atuam influenciando políticas públicas ligadas ao ODS 12. Pode-se concluir que os atores não governamentais são responsáveis por identificar um problema, analisar se este é um problema para uma política pública e criar soluções, ações e estratégias que estão ao seu alcance para que o problema seja solucionado, sem a necessidade de esperar ações governamentais. Os atores não governamentais também são responsáveis por mostrar ao governo que existe um problema e que este precisa de atenção, assim como é o caso do grupo *Greenpeace*.

O *Greenpeace* identificou os problemas e criou ações para junto da população irem solucionando e também de modo que consigam dar visibilidade a estes problemas ao governo. As ações criadas por este grupo, são ações que dependem do maior número de pessoas envolvidas e não apenas daqueles que fazem parte do grupo. Como o exemplo, analisado neste artigo, foi o caso das queimadas causadas na Amazônia, Pantanal e no Cerrado brasileiro.

A partir deste trabalho, a autora tem o objetivo de contribuir para os estudos de Desenvolvimento Social e Políticas Públicas, assim como expandir este conhecimento para o maior número de leigos sobre o assunto, para que todos possam ter uma visão mais crítica, ao escolher os produtos que usam e assim, politizarem-se sobre o desenvolvimento sustentável do planeta.

REFERÊNCIAS

ARMSTRONG, Gary; KOTLER, Philip. **Princípios de marketing**. 12. ed. São Paulo: Person Prentice Hall, 2007.

GREENPEACE. **Quem somos**. Disponível em: <https://www.greenpeace.org/brasil/quem-somos/>. Acesso em: 19 ago. 2021.

_____. **Todos pela Amazônia**. Disponível em: <https://www.greenpeace.org.br/todos-pela-amazonia>. Acesso em 13 out. 2021.

INSTITUTO ETHOS. **Políticas públicas**. Disponível em <https://www.ethos.org.br/conteudo/mobilizando-as-empresas-por-uma-sociedade-justa-e-sustentavel/politicas-publicas/>. Acesso em 04 ago. 2021.

KELLER, Kevin Lave; MACHADO, Marcos. **Gestão estratégica de marcas**. Tradução de Arlete Simille Marques. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006.

MARIA, Ana. Natura é a 15ª empresa mais sustentável do mundo. **Carta Capital**, São Paulo, 23 jan. 2019. Agência Envolverde Jornalismo. Disponível em: <https://envolverde.cartacapital.com.br/natura-e-a-15a-empresa-maissustentavel-do-mundo/>. Acesso em: 10 set. 2021.

NATURA. **Relatório anual Natura 2018**. Disponível em: https://static.rede.natura.net/html/home/2019/agosto/relatorio_anual_natura_2018.pdf. Acesso em: 15 set 2021.

NAÇÕES UNIDAS. **Conheça os novos 17 objetivos de desenvolvimento sustentável da ONU**. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/conheca-os-novos-17-objetivos-de-desenvolvimentosustentavel-da-onu/>. Acesso em: 10 set 2021.

_____. **A ONU e o meio ambiente**. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/91223-onu-e-o-meio-ambiente>. Acesso em: 13 out. 2021.

OLIVEIRA, Paulo de Tarso (Org.). Desenvolvimento sustentável: implicações regionais das demandas dos ODS/ONU. / Paulo de Tarso Oliveira; Marinês Santana Justo Smith (org.). – Franca (SP): Uni-FAFEC, 2019.

REZENDE, F. C. **Por que falham as reformas administrativas?** Rio de Janeiro: FGV, 2004.

SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas:** conceitos, esquema de análise, casos práticos. 2 ed. São Paulo: Cengage, 2017.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade.** Tradução de Laura Teixeira Motta. 8. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SIMÃO et.al. Indicadores, Políticas Públicas e a In: SILVA, CL.; SOUZA-LIMA, JE.. **Políticas públicas e indicadores para o desenvolvimento sustentável.** São Paulo: Saraiva, 2010. p. 35-54.

SOUZA, C. Estado da arte da pesquisa em políticas públicas. In: HOCHMAN, Gilberto; ARRETCHE, Marta; MARQUES, Eduardo. **Políticas Públicas no Brasil.** Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007. p. 65-85.

UNITED NATIONS. **Report of the World Commission on Environment and Development: our common future.** New York: United Nations. 1987. Disponível em http://mom.gov.af/Content/files/Bruntland_Report.pdf. Acesso em: 12 set. 2021.

***DINÂMICA DO DESENVOLVIMENTO NO MUNICÍPIO DE FRANCA/SP: RUPTURA ESTRUTURAL,
DEMOGRAFIA E EMPREGO.***

*DYNAMICS OF DEVELOPMENT IN THE MUNICIPALITY OF FRANCA / SP: STRUCTURAL
RUPTURE, DEMOGRAPHY AND EMPLOYMENT.*

Área temática: *Desenvolvimento regional e local*

BRAGA FILHO, Hélio
Doutor em Serviço Social-Unesp
hgp@com4.com.br

ANDRADE, Leonardo H.
Doutorando em Serviço Social
prof_leoandrade@yahoo.com

ENGLER., Helen Barbosa Raiz
Doutora em Serviço Social
helenraiz@hotmail.com

POUSA, JONATAN
Mestre em Desenvolvimento Social – Uni-Facef
pousa.jonatan@gmail.com

Resumo: No Brasil, a partir da década de 1990, importantes mudanças ocorreram na economia do país, principalmente na sua estrutura produtiva. Ocorre que, após a indústria de transformação ter atingido a seu ápice nos anos 1980, a partir da década de 1990, este importante setor de atividade econômica iniciou contínuo movimento de queda, cedendo desta forma, espaço para crescente participação dos serviços no PIB do país. Concomitante a esta mudança, acrescentam-se aquelas que ocorreram na demografia, na distribuição setorial, na remuneração e no grau de instrução dos empregos. Assim, o objetivo do artigo foi verificar as mudanças que ocorreram na estrutura produtiva, na demografia e nos empregos no município paulista de Franca. Considerando o fato do tema ser atual e pertinente ao estudo do Desenvolvimento Regional, este artigo por este motivo se justifica. A elaboração do artigo apoiou-se no método dedutivo, além do que, realizou-se uma pesquisa bibliográfica acrescida por outra baseada em dados estatísticos obtidos através da consulta a órgãos oficiais nacionais e internacionais que produzem estatísticas. Os resultados obtidos, apontaram que tanto no Brasil como no município de Franca, as mudanças que ocorreram na estrutura produtiva, na demografia e na composição setorial dos empregos foram muito semelhantes. Como conclusão, os resultados alcançados atingiram o objetivo proposto, contudo suscitam novas pesquisas capazes de contribuir para o estudo do Desenvolvimento Regional.

Palavras-chave: ruptura estrutural, demografia, empregos, município, desenvolvimento regional.

Abstract: In Brazil, from the 1990s onwards, important changes took place in the country's economy, mainly in its productive structure. It so happens that, after the manufacturing industry reached its peak in the 1980s, from the 1990s onwards, this important sector of economic activity began a continuous downward movement, thus giving way to a growing share of services in the country's GDP. Concomitant to this change, there are those that occurred in demography, sectorial distribution, remuneration and educational level of jobs. Thus, the objective of the article was to verify the changes that occurred in the productive structure, in demography and in jobs in the city of Franca, São Paulo. Considering the fact that the theme is current and relevant to the study of Regional Development, this article is for this reason justified. The elaboration of the article was based on the deductive method, in addition to which, there was a bibliographical research added by another one based on statistical data obtained by consulting national and international official bodies that produce statistics. The results obtained showed that both in Brazil and in the municipality of Franca, the changes that occurred in the productive structure, in demography and in the sectoral composition of jobs were very similar. In

conclusion, the results achieved reached the proposed objective, however, they raise new researches capable of contributing to the study of Regional Development.

Keywords: structural disruption, demography, jobs, municipality, regional development.

1 INTRODUÇÃO

A teoria econômica que analisa o fenômeno do desenvolvimento enfatiza que um dos seus mais importantes determinantes reside no processo de mudança/ruptura estrutural. Assim, para as economias retardatárias, romper com o seu atraso/subdesenvolvimento, significa promover mudanças estruturais de modo que, a atividade secundária calcada no setor de transformação industrial supere a atividade primária.

Diante disto, para superar o seu atraso, as economias retardatárias devem/deveriam implementar para a sua modernização um processo de industrialização.

Entretanto, no caso das economias industrializadas e desenvolvidas, a teoria econômica argumenta que no curso do seu desenvolvimento, em dado momento, em virtude de mudança no coeficiente de elasticidade-renda da demanda por produtos industriais, este diminui e, por conseguinte, aumenta o dos serviços.

No Brasil, a indústria de transformação atingiu o seu ápice nos anos 1980, contudo, a partir de 1990, este importante setor iniciou movimento contínuo de queda, cedendo desta forma, espaço para crescente participação dos serviços no PIB do país.

Concomitante a esta mudança, acrescenta-se as alterações que ocorreram na demografia e na distribuição setorial dos empregos.

Isto posto, o objetivo do artigo foi verificar as mudanças que ocorreram na estrutura produtiva, na demografia e nos empregos no município paulista de Franca.

Para tanto, realizou-se uma pesquisa qualitativa (bibliográfica) acompanhada por outra baseada em dados estatísticos obtidos através da consulta a órgãos oficiais nacionais e internacionais que produzem estatísticas.

O artigo foi estruturado em cinco seções a contar da sua introdução. A segunda seção tratou de abordar a questão do desenvolvimento no Brasil relacionados à estrutura produtiva, ruptura estrutural, demografia e emprego. Em seguida, explicamos os procedimentos metodológicos empregados na pesquisa. A quarta seção foi dedicada à apresentação e análise dos dados pertinentes ao município de Franca. Finalmente, a quinta seção foi destinada às considerações finais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Desenvolvimento Econômico, estrutura produtiva, ruptura estrutural, demografia e emprego: fatos recentes no Brasil.

Em virtude da profunda desigualdade existente entre os países industrializados e desenvolvidos do Primeiro Mundo e, os países atrasados e subdesenvolvidos do Terceiro Mundo, a partir da Segunda Guerra Mundial.

[...] fortaleceu-se a idéia de “desenvolvimento”, um processo de transformação estrutural com o objetivo de superar o atraso histórico em que se encontravam esses países e alcançar, no prazo mais curto possível, o nível de bem-estar dos países considerados “desenvolvidos”.

[...], as mudanças que caracterizam o desenvolvimento econômico consistem no aumento da atividade industrial em comparação com a atividade agrícola, migração da mão-de-obra do campo para as cidades, [...] (SANDRONI, 2006, p. 242).

Sendo assim, a transição de uma economia subdesenvolvida para uma economia desenvolvida implicaria na imperiosa necessidade de se promover mudança na estrutura econômica através da expansão e preponderância da atividade industrial sobre as atividades primárias - agricultura, pecuária, pesca e extrativas.

Entretanto, no caso dos países desenvolvidos, a literatura econômica assevera que no decorrer da sua trajetória de desenvolvimento, há uma tendência natural de redução da participação da manufatura industrial e de expansão dos serviços no produto total da economia.

A supremacia do setor secundário, correspondente a uma estrutura industrial, foi característica dos países altamente desenvolvidos a partir da Revolução Industrial. Mais recentemente, a ênfase tem-se deslocado, nesses países, para o setor de serviços (SANDRONI, 2006, p. 317).

A redução da participação da indústria no PIB nas economias avançadas e, a consequente expansão do setor de serviços teria como fator causador, mudanças nos níveis de elasticidade-renda da demanda.

[...], na formulação pioneira de Clark (1957), países de renda muito baixa contam com maior participação relativa dos setores primários no PIB, mas, à medida que alcançam níveis médios de renda per capita, essa participação majoritária é transferida para o setor industrial. Quando alcançam finalmente níveis elevados (e sustentáveis) de renda per capita, a perda de participação do setor industrial no produto agregado e, principalmente, no emprego total é transferida para o setor de serviços (NASSIF, 2006, p. 9).

No caso do Brasil, no período compreendido entre os anos de 1950 até 1990, enquanto a atividade primária da agropecuária descrevia contínua trajetória descendente, em sentido oposto, a indústria de transformação registrava movimento nitidamente ascendente.

Entretanto, a conjuntura de instabilidade e de estagnação econômica que se instalou no país na década de 1980, além de comprometer o desempenho, prejudicou seriamente a atualização tecnológica do parque fabril nacional, enfraquecendo, por sua vez, a competitividade da indústria manufatureira.

Além do mais, no início da década de 1990, a abertura econômica patrocinada pelo governo Collor e, aprofundada pelo governo FHC-1, não só retirou toda a proteção concedida à indústria na década anterior, como acabou expondo à concorrência internacional uma indústria com deficiências competitivas e considerável atraso tecnológico.

Assim, a combinação de uma nova conjuntura marcada pelo fim da era inflacionária e início da estabilidade de preços duradoura com abertura comercial, acabou resultando num profundo ajuste estrutural das empresas e dos setores industriais - atingindo também outros segmentos da atividade econômica - que ficou conhecido como processo de reestruturação produtiva.

Daí em diante, a participação da indústria de transformação no produto total da economia do país seguiu em contínua queda, conquanto o setor de serviços experimentava expansão.

Tabela 1: Brasil, segundo a participação no Valor Adicionado Total de setores de atividade econômica - anos diversos.

Setores de Atividade Econômica	Participação no Valor Adicionado Total (em%)					
	1950	1970	1980	1990	2000	2018
Agropecuária	25,1	12,3	10,9	8,1	5,5	5,2
IT ¹	19,3	29,3	33,7	36,9	15,3	12,3
Const. Civil	4,2	5,8	7,3	7,8	7,0	4,0
SIUP ²	1,0	2,4	1,9	2,6	3,1	2,9
Serviços	53,3	56,2	52,7	70,3	67,7	73,0
Inst. Financ.	3,7	6,4	8,3	17,6	6,8	7,0
Ativ. Imobil.	11,9	9,9	7,7	6,4	12,2	9,8
Adm. Pública	6,8	9,9	6,9	18,6	15,7	17,4

FONTE: IBGE - Estatísticas do Século XX e Sistema de Contas Nacionais (SCN), Elaboração dos autores.

1. IT: Indústria de Transformação

2. SIUP: Serviços Industriais de Utilidade Pública.

A exceção das diferentes opiniões que procuram explicar o fenômeno da redução precoce da participação da IT no produto total da economia brasileira, admitimos como válida a seguinte proposição, na qual:

[...], o desenvolvimento só se concretiza quando a oferta de produtos manufaturados aumenta mais rapidamente que a renda global da coletividade. É natural, portanto, que todo desenvolvimento assuma uma das duas formas seguintes:

- a) aumento relativo do setor externo, isto é, elevação do coeficiente de comércio exterior, ou
- b) crescimento mais que proporcional da produção industrial destinada ao mercado interno (FURTADO, 2000, p. 243-244).

As estatísticas industriais da UNIDO mostram que a participação da manufatura brasileira no Valor Adicionado da manufatura mundial reduziu-se de 2,19% em 2005 para apenas 1,31% em 2020.

Além disto, ainda que tenha ocorrido alguma recuperação em 2021, comparativamente ao ano de 2020, a IT ainda opera com capacidade ociosa. Entre os anos de 1970 a 2020, a taxa média de crescimento por quinquênio do PIB foi de 3,63%, da IT 2,73%, dos serviços 3,54% e da agropecuária 4,31%.

Por sua vez, o Coeficiente de Exportação - é o percentual do valor total da produção destinado as exportações - total e da IT é relativamente baixo, comparativamente ao das indústrias extrativas. Segundo a CNI - Confederação Nacional da Indústria.

O coeficiente de exportação mostra a importância do mercado externo para a produção da indústria.

Quando maior o coeficiente de exportação, maior é a importância do mercado externo para o setor (CNI, 2016).

Ainda que os coeficientes de exportação da IT variem de setor para setor, no geral, este indicador mostra que seu baixo percentual reflete o fato do mercado externo não representar a mesma importância que o mercado doméstico como destino da produção do setor, tanto que, a participação das exportações do país, embora tenham dobrado entre os anos de 1970 e 2019, ainda respondiam por apenas 14,3% do PIB naquele último ano.

Outra questão importante relacionada ao desenvolvimento econômico regional diz respeito à ideia de ruptura estrutural.

A transformação estrutural ou ruptura estrutural de uma economia é a essência do processo de desenvolvimento econômico regional. Não é somente a mudança do tamanho relativo do produto de cada setor na economia, mas a mudança das relações entre estes setores, as quais são derivadas da divisão social do trabalho. (SINGER, 1970) Apud (DA SILVA; DE LIMA, 2014, p. 134).

De fato, mudanças da divisão social do trabalho ocorrem à medida que se desenvolvem alterações na estrutura produtiva, contudo a mudança das relações intra e interestorsetores dependerá sobretudo da capacidade de se estabelecer encadeamentos, além do que, o surgimento de novos e diferentes setores proporcionam alterações na divisão técnica do trabalho, visto que, novas e diferentes ocupações/qualificações são requeridas.

Ao longo do processo de formação e consolidação das economias regionais, o setor primário é o mais significativo no momento da ocupação inicial dos territórios. Na sequência, formam-se atividades urbanas de suporte a atividades agropecuárias e à população regional. [...].

Nessa evolução, o setor secundário e o terciário tornam-se cada vez mais hegemônicos na composição da riqueza.

Dessa forma, a economia regional vislumbra uma mudança estrutural na divisão social do trabalho e na distribuição do emprego na sua economia. O setor que ganha é o terciário, que se aproxima em importância econômica do setor secundário e, em alguns casos, consegue superá-lo. (DE LIMA et al., 2011) Apud (DA SILVA; DE LIMA, 2014, p.134-135).

Ademais, convém assinalar que, no caso do Brasil, após mais de quatro séculos em que sua economia fora predominantemente primária, iniciou-se por volta de 1930 um movimento de ruptura estrutural que culminou com o processo de industrialização via substituição de importações (PSI), tanto que, de acordo com a tabela (1), entre os anos de 1970 a 1990, enquanto a participação da agropecuária diminui, a da IT aumenta. Porém, de 1990 em diante, registrou-se uma nova fase de ruptura estrutural decorrente da redução contínua da participação da IT no PIB seguida da expansão dos serviços, caracterizando a terciarização da economia brasileira.

Concomitante às mudanças que ocorreram na estrutura produtiva do país, isto é, na divisão social do trabalho, também foram registradas mudanças na demografia e no emprego.

As estatísticas e as projeções populacionais do IBGE mostram-nos que a taxa de crescimento demográfico no Brasil tem decrescido continuamente, haja visto que de 3,2% (1950-1960), atingiu 1,9% (1991-2000), caiu para 0,77% (2020) e, segundo as projeções do citado órgão governamental, em 2050 alcançará -0,07%.

Outra mudança também importante relaciona-se à contínua regressão da população jovem em contraste com o aumento da população idosa, pois, a proporção da população jovem de até 14 anos de idade cairia de atuais 20,8%(2020) para 15,4% em 2050, respectivamente, a população idosa de 65 ou mais anos de idade aumentaria de 7,32% para 21,8% segundo o IBGE.

Assume-se que se vive, no Brasil e em vários países do mundo, um novo paradigma demográfico. Já se notaram duas consequências: diminuição do ritmo de crescimento da população e mudanças na estrutura etária, no sentido do seu envelhecimento. São estas as perspectivas para o futuro da população: uma diminuição no seu contingente a partir de 2035, inclusive da força de trabalho, e uma estrutura etária superenvelhecida [...] (CAMARANO, 2014, p.16).

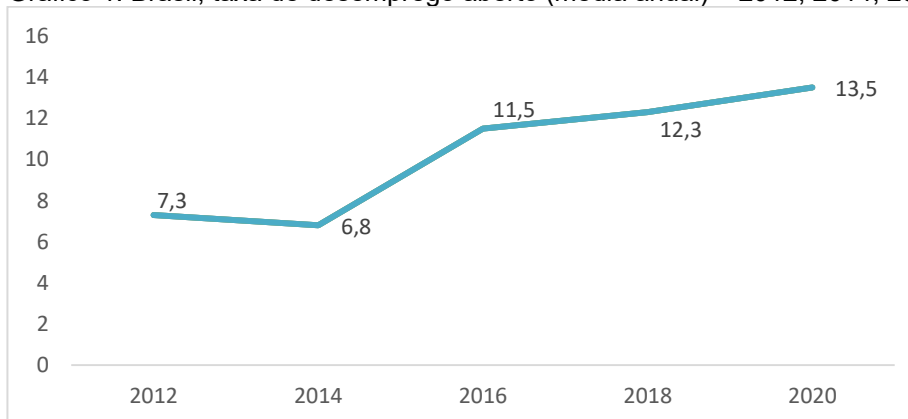
Entre os anos de 2021 a 2050, a população jovem de 0 a 29 anos de idade sofreria redução de 93,6 milhões para 76,5 milhões de habitantes, enquanto a população idosa de 65 anos ou mais de idade aumentaria de 23,8 milhões para 59,1 milhões de habitantes.¹

Outro problema deveras preocupante diz respeito ao baixo crescimento da economia e ao também baixo nível de investimento (FBCF), tanto que, entre os anos de 2010 a 2019, enquanto no Brasil, a taxa média de crescimento da economia foi de 1,4% e o investimento (FBCF) de 18,1%, na China, o PIB cresceu em média 7,6% e o investimento alcançou 43,2% - segundo as estatísticas de Contas Nacionais da UNSTATS.

Convém assinalar que a economia brasileira enfrentou dois anos consecutivos (2015-2016) de uma grave recessão econômica, cuja recuperação ainda é lenta.

Por estes, entre outros motivos, é sem dúvida inquietante, o fato de uma economia ter alcançado o pleno emprego e, em seguida experimentar um contínuo e acedente aumento do desemprego.

Gráfico 1: Brasil, taxa de desemprego aberto (média anual) – 2012, 2014, 2016, 2018, 2020.



FONTE, IBGE/ PNDA Contínua, Elaboração dos autores.

Em se tratando da distribuição dos vínculos ativos formais e seus respectivos rendimentos, em 2019, comparativamente ao ano de 1995, o setor de atividade econômica que foi mais afetado foi a indústria de transformação, conquanto, na direção oposta, os setores que mais se beneficiaram, ou seja, aumentaram sua participação em relação ao total de vínculos e rendimentos foram o comércio e os serviços.

¹ Segundo as projeções populacionais do IBGE.

Tabela 2: Brasil, distribuição dos vínculos ativos e dos rendimentos por setores de atividade econômica (em %) – 1995 e 2019.

IBGE SETOR	VINCULOS ATIVOS		RENDIMENTOS	
	1995	2019	1995	2019
Extr. Mineral	0,46	0,48	0,47	1,04
IT*	20,62	15,18	21,99	14,28
SIUP*	1,59	0,96	3,55	1,47
Construção	4,54	4,23	3,35	3,14
Comércio	14,06	19,88	8,95	13,60
Serviços	30,44	37,52	34,11	36,53
Adm. Públ.	22,98	18,64	25,17	28,00
Agropec. ¹	4,24	3,11	1,93	1,94

FONTE: RAIS/ MTE, Elaboração dos autores.

*IT: Indústria de Transformação.

** SIUP: Serviços Industriais de Utilidade Pública

¹: inclusive extrativa vegetal, caça e pesca.

Diante do recuo da IT, comércio e serviços avançaram, tanto em porcentagem do total de vínculos, como também em relação ao total de rendimentos.

Além da redução da participação da IT no total de vínculos ativos formais e dos rendimentos, comparativamente a outros países, o valor do salário do trabalhador brasileiro alocado naquele setor é baixo.

Tabela 3: Países selecionados, salários por empregado na indústria (US\$ a preços correntes) – 2019

PAISES SELECIONADOS	Salário/ Empregado (US\$) 2019
Brasil	10.990
EUA	60.461
China	9.766
Japão	31.284
Índia	4.145
Alemanha	54.715
França	47.341
Israel	55.477
Itália	35.815
Canadá	45.169
Rep. Coreia	39.512
Suíça	85.607
Reino Unido	39.269
México	7.661

FONTE: UNIDO – Statistical Country Briefs, Elaboração dos autores.

No caso do Brasil, um dos principais determinantes do baixo salário na indústria, reside no fato de que considerável porcentagem dos empregos estão alocados em atividades de média-baixa e de baixa intensidade tecnológica, os quais, requerem mão-de-obra menos qualificada cuja remuneração é mais baixa.

Não bastasse a grave recessão da economia brasileira (2015-2016), com a implementação da Reforma Trabalhista e a lenta recuperação da economia, entre outros fatores, a taxa de desemprego quase que dobrou entre 2014 a 2020, a informalidade cresceu significativamente, além do que, constatou-se um paradoxo entre a oferta e a demanda de trabalhadores segundo sua respectiva escolaridade.

O que se pode notar, é que a remuneração do trabalhador brasileiro de baixíssima escolaridade tem crescido de forma expressiva, enquanto a dos trabalhadores com qualificação alta tem crescido muito pouco. E tal fato ocorre visto que a oferta de trabalhadores qualificados está aumentando substancialmente nos últimos anos. Por sua vez, a demanda dos trabalhadores menos qualificados aumentou de forma significativa, especialmente nos últimos anos. (DE HOLANDA, 2014, p. 303-304).

Caso nossa interpretação não esteja equivocada, muito provavelmente, este descompasso entre a oferta de trabalhadores qualificados versus a demanda por trabalhadores menos qualificados, resulte, de um lado do aumento da escolaridade da força de trabalho, de outro lado, da ampliação mais robusta dos empregos em atividades mais tradicionais, isto é, aquelas que por serem de média – baixa e de baixa tecnologia, empregam mão-de-obra menos qualificada. Em síntese destacamos certos aspectos relevantes pertinentes às estatísticas do Trabalho no Brasil, quais sejam:

- entre os anos de 2010 e 2019, o total de vínculos ativos formais por faixa etária registrou na faixa de 10 a 29 anos de idade uma redução de 15,5 milhões para 13,0 milhões de vínculos, enquanto na faixa etária de 30 anos a 65 anos ou mais de idade, ocorreu aumento de 28,5 milhões, para 34,5 milhões de vínculos;
- as pessoas de 14 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência entre 14 a 39 anos de idade; reduziu de 50,7 milhões (2º trim. 2012) para 41,8 milhões de pessoas (2º trim. 2021), já nas faixas etárias de 40 a 60 anos ou mais de idade, aumentou de 38,5 milhões para 45,9 milhões de pessoas, respectivamente;
- o rendimento médio nominal do trabalho principal efetivamente recebido no mês de referência aumentou de R\$1.461 (1º trim. 2012) para R\$2.550 (1º trim. 2020) sendo que, valores próximos ao de R\$2.550 e acima foram registrados para os grupos de 25 a 60 anos ou mais de idade;
- as pessoas de 14 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência sem instrução e menos de um ano de estudo até o ensino médio incompleto diminuíram de 45,3 milhões (2º trim. 2012), para 31,4 milhões de pessoas (2º trim. 2021), entretanto, com ensino médio completo até o ensino superior completo registrou-se aumento de 43,7 milhões (2º trim. 2012) para 56,3 milhões de pessoas (2º trim. 2021);
- a diferença entre o rendimento médio nominal do trabalho principal, efetivamente recebido no mês de referência no 1º trim. 2012 (R\$1.461) e no 1º trim. 2020 (R\$2.550), só foi superada por aqueles ocupados com nível de instrução superior completo; cujo rendimento passou de R\$3.701 (1º trim. 2012) para R\$5.534 (1º trim. 2020); e
- o rendimento médio nominal, efetivamente recebido por mês do trabalho principal aumentou para os homens de R\$1.636 (1º trim. 2012) para R\$2.810 (1º trim. 2020), conquanto para as mulheres, de R\$1.214 alcançou R\$2.210, respectivamente.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A literatura econômica que analisa o fenômeno do desenvolvimento econômico enfatiza que, um dos seus mais importantes determinantes reside no processo de mudança/ ruptura estrutural.

Assim, para as economias retardatárias romper com o seu atraso/ subdesenvolvimento, significa promover mudanças estruturais, de modo que, a atividade secundária calçada no setor de transformação industrial supere a atividade primária. Contudo, em se tratando de economias desenvolvidas, a teoria explica que ao longo do seu processo de desenvolvimento, em dado momento, quando o PIB per capita alcança valor equivalente a US\$12.000, mudança no coeficiente de elasticidade-renda da demanda por produtos industriais diminui, conquanto a demanda por serviços aumenta, motivo pelo qual, a participação da indústria no produto total da economia se reduz e, por conseguinte, aumenta a participação dos serviços.

No Brasil, este mesmo fenômeno ocorreu de forma prematura, isto é, antes do país alcançar o mencionado valor do PIB per capita. Diante disto, a alteração que aconteceu na estrutura produtiva do país, concomitante à mudança demográfica, engendrou, por consequência, importantes modificações na divisão técnica e na distribuição setorial dos empregos.

Assim, o presente artigo procurou examinar estes movimentos destacando através de dados estatísticos as mudanças que se manifestaram na estrutura produtiva, na demografia e, no mercado de trabalho, primeiramente no Brasil e, em seguida no município paulista de Franca.

Convém acrescentar que, tais mudanças, com diferentes gradientes de intensidade, tenham sido motivadas por fatores externos (globalização) como principalmente de reações dos agentes econômicos em decorrência das diferentes conjunturas produzidas pela própria política econômica. Basta lembrar da profunda recessão sofrida pela economia do país (2015-2016) como resultado do profundo ajuste fiscal adotado pelo governo federal.

Isto posto, trata-se de um trabalho acadêmico, elaborado por meio de pesquisa bibliográfica baseada na consulta realizada em diferentes fontes como livros, artigos acadêmicos e boletins técnicos. Além da pesquisa bibliográfica (qualitativa) foram incorporados ao trabalho vários dados estatísticos pertinentes à estrutura produtiva, demografia e ao mercado de trabalho, os quais, foram extraídos de fontes oficiais nacionais e internacionais.

Considerando o fato de termos primeiramente examinados aspectos gerais do Brasil, para, em seguida analisar o município de Franca (particularidade), o presente artigo se apoiou no método dedutivo.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS: O MUNICÍPIO DE FRANCA EM PERSPECTIVA

A cidade de Franca, localizada no interior do estado de São Paulo, um dos principais polos produtores de calçados masculinos do país, também passou por uma mudança significativa em sua estrutura produtiva a partir da década de 1990, tanto que, do status de polo industrial, a cidade passou, desde então, a configurar do ponto de vista da tipologia do PIB a denominação de economia multissetorial, segundo a Fundação SEADE.

Este fato nos fez questionar se as mudanças que ocorreram a partir da década de 1990 em diante na composição setorial do PIB do município de Franca estariam mais diretamente relacionadas a uma mudança estrutural ou, a mudanças conjunturais?

A conjuntura está relacionada com os ciclos de curto prazo da economia e da política, enquanto a estrutura está relacionada aos ciclos de longo prazo. Uma mudança estrutural geralmente requer várias mudanças conjunturais, enquanto estas últimas podem ocorrer sobre a mesma base estrutural (WHITACKER; VERDELHO, 2015, p.49; Apud ALVES, 2008).

Na década de 1980, a instabilidade da economia provocada pela crise de endividamento externo gestou vários e mal-sucedidos planos visando a estabilização da economia, os quais, por sua vez, acabaram provocando proteção exagerada da indústria, bem como da sua obsolescência, atraso tecnológico e perda de competitividade.

A década seguinte fora marcada pela abertura comercial e financeira da economia brasileira decorrente da globalização, retirada da proteção concedida à indústria nacional, redução das alíquotas de importação, pelo fim da era da inflação e início da estabilidade duradoura, pela sobrevalorização cambial e, pela redução do tamanho do Estado mediante a intensificação das privatizações. Assim, se a conjuntura econômica da década de 1980 foi prejudicial à economia, principalmente à indústria nacional, sobretudo em virtude das inúmeras e fracassadas tentativas de estabilizar a economia, a década de 1990, contribuiu para agravar ainda mais a sua situação, tanto que, a conjuntura econômica resultante, deu impulso ao processo de desindustrialização precoce da economia brasileira.

Enquanto alguns ramos da manufatura industrial foram menos afetados, outros, porém, como é o caso da atividade de fabricação de calçados, sentiram profundamente os efeitos advindos da globalização, consequentemente, da abertura comercial.

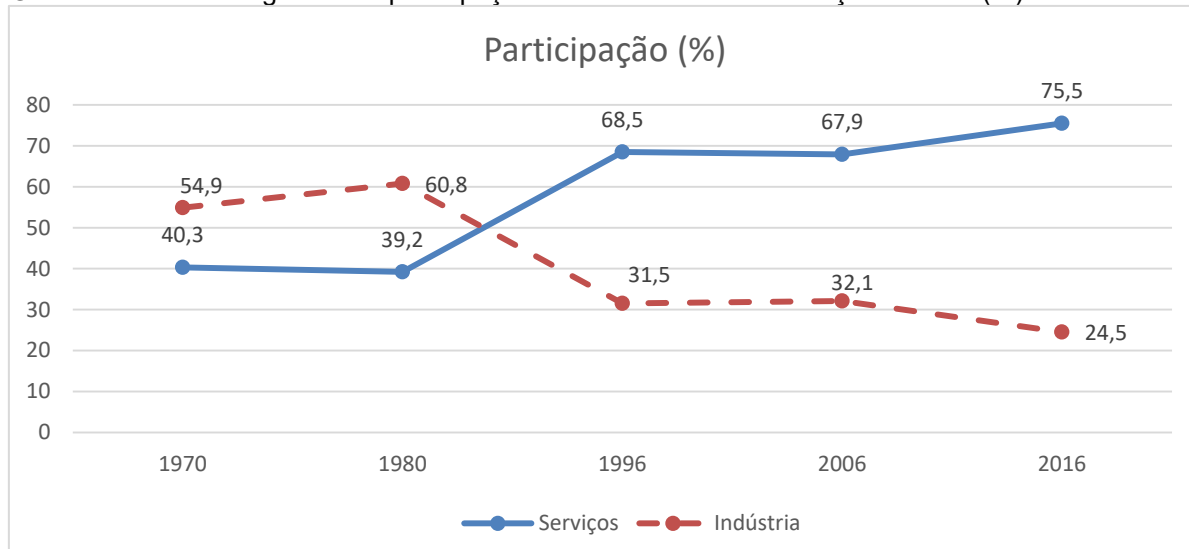
O Brasil sentiu mais fortemente os efeitos dessa nova realidade no início da década de 1990 quando, em função de mudanças no contexto político e econômico, grande parte dos setores da economia brasileira entrou em descompasso com a reestruturação produtiva internacional, sobretudo no que tange às estratégias gerenciais de controle e do trabalho e à obsolescência das máquinas. [...]. Esse processo atingiu em cheio a indústria de calçados no país, que foi uma das que mais sofreu com a forte pressão dos concorrentes externos em função da maior liberdade dada aos produtos importados (PEREIRA JUNIOR, 2015, p. 154).

No caso da economia do município de Franca, por mais que instabilidade econômica tenha em virtude dos inúmeros planos de estabilização da década de 1980 prejudicado a indústria nacional, o ramo de fabricação de calçados, assim como, a indústria francana em geral, conseguiram preservar significativa participação na composição do PIB local.

Contudo, ao longo do período compreendido entre os anos de 1970 até 2016, em que pese o contínuo movimento descensional da indústria no PIB de Franca, em contraste com a trajetória ascendente da participação dos serviços, constata-se que a estrutura da indústria sofreu poucas alterações, uma vez que, em conjunto, os gêneros industriais de preparação e curtimento de couros e

fabr. de calçados, fabr. de artigos de borracha e de plásticos, prod. químicos e fabr. de máquinas e equipamentos – todos pertencentes à cadeia produtiva de calçados –, ainda respondiam por mais de 88% do Valor Adicionado Fiscal da indústria no ano de 2012 segundo as estatísticas da Fundação SEADE.

Gráfico 2: Franca segundo da participação da indústria e dos serviços no PIB (%): anos diversos.



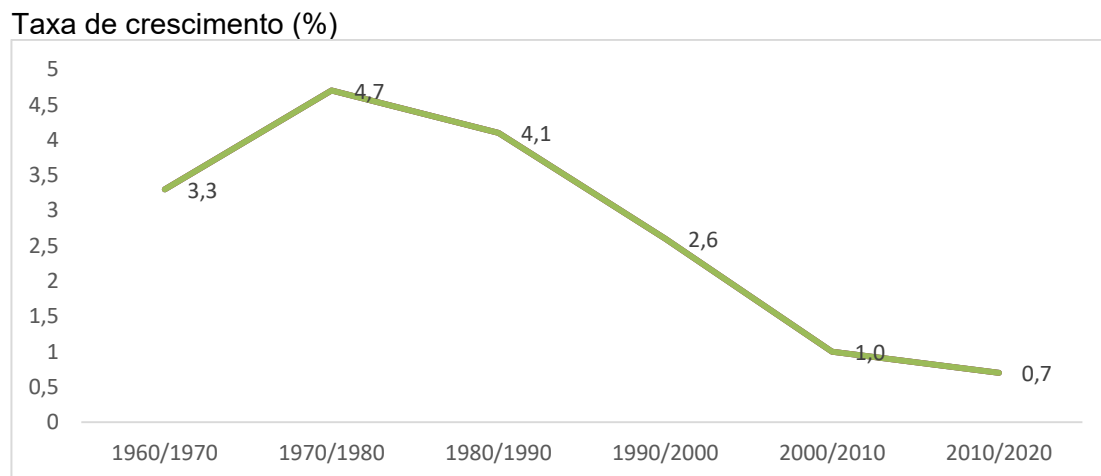
FONTE: IPEADATA, Elaboração dos autores.

N.F. – Para dados anteriores a 1999 estimativas do PIB das atividades em nível municipal não são consistentes com aquelas em nível estadual e nacional. O problema se deve à utilização de metodológicas distintas.

Ainda que os ciclos de curto prazo tenham exercido efeito deletério sobre a indústria francana, sobretudo a indústria calçadista local, outras questões de natureza estrutural, também contribuíram para inviabilizar maior diversificação da estrutura industrial, entre as quais, podemos destacar: os fatores locacionais, localização geográfica, proximidade de eixos rodoviários estratégicos, disponibilidade de recursos naturais e de capital social, ausência de políticas públicas destinadas à promoção do desenvolvimento econômico, principalmente de diversificação industrial etc.

Outro fato também interessante que ocorreu concomitante à redução a participação da indústria no PIB, diz respeito à trajetória cadente da taxa de crescimento da população de Franca.

Gráfico 3: Franca, taxa de crescimento populacional (%)



FONTE: SEADE, Elaboração dos autores.

É oportuno assinalar que durante a fase áurea da indústria calçadista, a taxa de crescimento demográfico e o fluxo migratório do município de Franca eram mais expressivos, contudo em sintonia com a diminuição da participação da indústria no PIB ocorreu redução da taxa de crescimento populacional e fluxo migratório nulo. Além disso, ao mesmo tempo que a população jovem – como porcentagem da população total – iniciou movimento descendente, em sentido oposto, a população idosa iniciou trajetória ascendente.

As mudanças que ocorreram na composição do PIB de Franca alteraram, por conseguinte, a distribuição setorial dos empregos – isto é, dos vínculos ativos formais – e do rendimento.

Tabela 4: Franca, distribuição dos vínculos ativos e dos rendimentos por setores de atividade econômica (em %): 1990 e 2019.

IBGE SETOR	VÍNCULOS ATIVOS		RENDIMENTOS	
	1990	2019	1990	2019
IT*	61	28	58	23
SIUP**	01	01	02	02
Construção	02	04	02	04
Comércio	12	29	08	26
Serviços	17	32	21	34
Adm. Públ.	06	05	09	10
Agropecuária	01	01	00	01
TOTAL	100	100	100	100

FONTE: RAIS/ MTE, Elaboração dos autores.

*Indústria de Transformação

**Serviços Industriais de Utilidade Pública

No ano de 1990, a IT respondia por 61% do total de vínculos ativos formais e, por 58% do total de rendimentos em relação aos demais seis grandes setores, denotando, por conseguinte acentuada concentração e dependência da economia daquele município em apenas um setor da atividade econômica. Entretanto, já no ano de 2019, verifica-se uma mudança significativa na distribuição setorial dos vínculos ativos e do rendimento formal, pois juntos, os setores de comércio e de serviços passaram a responder por mais da metade do total daquelas duas variáveis.

Embora tenha ocorrido da década de 1990 em diante um movimento de desconcentração do emprego e do rendimento na IT e, reconcentração no comércio e nos serviços, ainda se constata expressiva concentração do emprego – como porcentagem do total da IT – em alguns poucos gêneros do setor. De acordo com as estatísticas do IBGE, notadamente do CEMPRE (Cadastro Central de Empresas) referentes ao ano de 2019, do total de pessoas ocupadas (29.383) na IT, 91,6% estavam localizadas nos seguintes subsetores: Fabr. de prod. alimentícios (4,8%); Confecção de Artigos Vest. Acessórios (3,1%); Prepar. De couros e Fabr. artigos de viagem e calçados (70,9%); Fabr. prod. químicos (4,6%); Fabr. prod. borracha e mater. Plásticos (3,7%); Fabr. de Prod. de Metal (2,2%); Fabr. de máquinas e Equipamentos (1,6%) e, Fabr. de Móveis (0,7%). Do total de 91,6% de pessoas ocupadas na IT, 85,4% estavam ocupadas em setores de média baixa e de baixa intensidade tecnológica; 4,6% em setor de alta e, somente 1,6% em setor de média alta intensidade tecnológica.

Além disso, daquele mesmo percentual de 91,6%, 83% das pessoas ocupadas na IT estavam localizadas em apenas 5 subsetores, os quais, estão intimamente ligados à atividade de fabricação de calçados, demonstrado desta maneira, que ao longo dos últimos cinquenta anos a estrutura industrial do município de Franca pouco se modificou.

Por sua vez, o grande setor de serviços – que agrega os subsetores de comércio e serviços – expandiu-se e diversificou-se, tanto que, entre os anos de 2002 a 2018, o Valor Adicionado do Serviços cresceu acima da taxa média do Valor Adicionado total do município.

Tabela 5: Franca, taxa de crescimento do VA por setores de atividade econômica (em%): 2002, 2010, 2018.

VA/ Setores	2002/ 2010	2010/ 2018	2002/ 2018
VA total	11,5	9,1	21,7
VA Indústr.	10,2	6,2	16,9
VA Agropec.	12,8	4,0	17,4
VA Serviços	11,9	10,1	23,2

FONTE: SEADE, Elaboração dos Autores.

Além disto, tanto no comércio, como nos serviços, a cidade de Franca conta com ramos de atividades tradicionais e modernos.

Nesse setor terciário, observam-se avanços tecnológicos e mudanças estruturais muito importantes. Seu ramo moderno, como o de cadeias de restaurantes, farmácias, supermercados etc. requer mão-de-obra mais qualificada para o trabalho, o que dificulta seu desenvolvimento muito rápido nas regiões mais pobres, carentes desse tipo de mão-de-obra (AZZONI, 2005, p. 552).

No caso do município de Franca, a quantidade de vínculos ativos formais com grau de instrução superior incompleto e completo, aumentou de 9.894 em 2010, para 15.767 vínculos em 2019, ou seja, um incremento de quase 60%.

Além dos serviços tradicionais como Alojamento e Alimentação, Transportes e Serviços Auxiliares e Imobiliárias, o município oferece também serviços modernos ou, mais sofisticados tais como:

[...] atividades jurídicas, de contabilidade e auditoria, [...], gestão de participação societária (holdings), assessoria em gestão empresarial, serviços de arquitetura, engenharia [...] e serviços de publicidade (AZZONI, 2005, p.563).

Ademais, a cidade de Franca conta com várias lojas de departamento, com um shopping center, redes de farmácias, lojas de fast food, supermercados, além de sediar uma das maiores empresas varejistas do país.

Entre os anos de 2006 e 2019, enquanto na IT diminuía a quantidade de pessoas empregadas, na direção oposta aumentava nos setores de comércio e serviços.

Tabela 6: Franca, atividades econômicas, pessoal ocupado e participação relativa dos salários: 2006 e 2019.

Atividades Econômicas	Pessoal Ocupado		Salários (%)	
	2006	2019	2006	2019
I.T.	37.6 54	29.3 83	46,1 2	21,2 3
Construção	1.59 3	3.01 1	1,37	1,66
Comércio	28.5 89	58.2 55	29,1 3	49,4 8
Transporte	1.30 6	2.01 1	1,04	1,20
Aloj. Alimentação	2.48 0	3.51 7	1,21	1,54
Comunicação	925	1.36 8	0,92	1,23
Ativ. Financeiras	569	2.09 9	0,74	1,55
Ativ. Imobiliárias	220	1.07 7	0,23	0,36
Ativ. Profiss.	605	2.76 8	0,55	1,13
Ativ. Administrativas	2.41 8	5.58 5	1,98	3,17
Adm. Pública	3.27	4.38	7,93	7,13

XXII ENCONTRO de PESQUISADORES

INTERDISCIPLINARIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

	7	0		
Educação	2.488	4.793	3,04	4,92
Saúde	3.237	5.983	3,76	3,87
TOTAL	85.361	124.232	98,02	98,47

FONTE: IBGE – CEMPRE, Elaboração dos autores.

Em 2006 a IT respondia por 44,1% do total de pessoas ocupadas nas principais atividades econômicas do município em tela, o comércio representava 33,5%, a construção civil 1,9% e, os serviços 20,5%. Já em 2019, a IT diminuirá sua participação para 23,6%, o comércio aumentou para 46,9%, a construção civil para 2,4% e os serviços somaram 27%. Juntos, a IT e o Comércio reduziram sua participação de 77,6% em 2006, para 70,5% em 2019.

Tabela 7: Franca, atividades econômicas e salário médio nominal mensal (em Reais) – 2019.

Atividades Econômicas	Salário Médio Mensal (R\$)
I.T.	1.849,65
Construção	2.035,01
Comércio	1.938,90
Transporte	2.154,84
Aloj. Alimentação	1.517,85
Comunicação	3.033,35
Ativ. Financeiras	2.713,32
Ativ. Imobiliárias	2.829,74
Ativ. Profiss.	1.949,73
Ativ. Administrativas	1.813,94
Adm. Pública	4.271,77
Educação	3.092,42
Saúde	2.025,24
TOTAL	2.161,00

FONTE: IBGE – CEMPRE, Elaboração dos autores.

Além disto, com salários médios mensais abaixo da média (R\$2.161,00) as atividades econômicas como a IT, construção, comércio, transporte, alojamento e alimentação, atividades profissionais e administrativas e saúde, juntas respondiam por 88,9% do total de pessoas ocupadas em 2019.

Concomitante às mudanças que ocorreram na estrutura produtiva, verificou-se também alterações na estrutura do emprego por faixa etária no mencionado município.

Tabela 8: Franca, vínculos ativos por faixa etária: 2010 e 2019.

Faixa Etária	Vínculos Ativos	
	2010	2019
10 a 14 anos	28	11
15 a 17 anos	2.427	1.115
18 a 24 anos	17.975	15.231
25 a 29 anos	13.730	12.715
30 a 39 anos	21.242	24.601
40 a 49 anos	15.569	17.862
50 a 64 anos	9.398	13.861
65 anos ou +	447	1.258
TOTAL	80.816	86.654

FONTE: RAIS/ MTE, Elaboração dos autores.

Entre os anos de 2010 e 2019, observa-se que a quantidade de vínculos ativos formais de 10 a 29 anos de idade diminuiu, enquanto nas faixas etárias de 30 a 65 anos ou mais anos de idade aumentou.

Este comportamento não é localizado e/ou isolado, pois o mesmo foi constatado entre as grandes regiões da federação brasileira, além do mais, em alguma medida, o mesmo deva estar diretamente relacionado com a elevada taxa de desemprego entre os jovens, ainda prevalecente no país.

Em 2019, comparativamente ao ano de 2010, do mesmo modo que ocorreu no Brasil, verifica-se uma expansão ligeiramente superior do total de vínculos ativos formais das mulheres em relação aos homens, contudo, em termos da remuneração média nominal, ainda prevalece certa desigualdade entre os gêneros.

Tabela 9: Franca, vínculos ativos formais e remuneração média nominal segundo o gênero: 2010 e 2019.

Gênero	VINCULOS ATIVOS		REMUNERAÇÃO (R\$)	
	2010	2019	2010	2019
Masculino	22	45.5	95	46.1
Feminino	94	35.2	59	40.4
TOTAL	16	80.8	54	86.6

FONTE: RAIS/ MTE. Elaboração dos autores.

A exceção da IT e da agropecuária, nos setores de Serv. Industriais de Utilidade Pública, construção civil, comércio, serviços e administração pública, verificou-se que ocorreu aumento da quantidade de vínculos ativos formais para ambos os gêneros.

Os percentuais contabilizados entre os grandes setores de atividade econômica camuflam uma visão mais detalhada que poderia ser formatada caso fossem consideradas as várias categorias de atividades econômicas pertencentes a cada um daqueles grandes setores. Assim, segundo os valores agregados, a IT, comércio, serviços e administração pública, juntos respondiam por 97,9% do total de vínculos do gênero feminino em 2019 naquele município, percentual praticamente igual ao registrado para o Brasil.

Em relação ao grau de instrução, comparando o ano de 2010 com o ano de 2019, constatou-se uma redução da quantidade de vínculos ativos formais de menor escolaridade e, em sentido oposto, um aumento dos vínculos ativos portadores de maior escolaridade.

Apesar da escolaridade dos vínculos ativos formais ter aumentado, é admissível supor estar ocorrendo, também no município em tela, o mesmo descompasso entre oferta de trabalhadores qualificados e demanda por trabalhadores menos qualificados conforme afirmara Holanda (2014). Sem o devido aprofundamento, constatou-se que no mesmo município a maior porcentagem das pessoas empregadas estavam lotadas em atividades mais tradicionais – de média – baixa e de baixa intensidade tecnológica -, isto é, atividades menos complexas.

Por sua vez, examinando a distribuição dos vínculos ativos formais por faixa de salários (salários mínimos), em 2019, comparativamente ao ano de 2010, verificou-se que 66,5% dos vínculos recebiam entre 0,5 até 2,0 salários mínimos e, que nas faixas de 0,5 até 4,0 salários mínimos o total de vínculos ativos respondia por mais de 91% - de acordo com os dados do RAIS/MTE.

Tabela 10: Franca, vínculos ativos segundo setores de atividade econômica e gênero (em%): 2010 e 2019

Setores de Atividade Econômica	Vínculos Ativos Formais (%)			
	2010		2019	
	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
Extr. Mineral	0,04	0,01	0,03	0,00
IT	44,21	37,05	32,03	22,36
S.I.U.P	0,85	0,18	1,60	0,52
Construção	5,05	0,32	5,98	1,02
Comércio	25,99	25,10	29,77	28,03
Serviços	19,73	29,37	25,60	39,54
Adm.Pública	2,32	7,23	3,04	8,04
Agropecuária	1,81	0,74	1,91	0,49
TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00

FONTE: RAIS/ MTE, Elaboração dos autores.

Tabela 11: Franca, vínculos ativos segundo a escolaridade: 2010 e 2019.

ESCOLARIDADE	VÍNCULO ATIVO	
	2010	2019
Analfabeto	114	131
Até 5º Incompleto	1.427	961
5º Completo Fund.	2.335	1.698
6º a 9º Fundam.	6.707	3.398
Fundam. Completo	13.616	7.433
Médio Incompleto	9.375	6.181
Médio Completo	35.435	48.689
Super. Incompleto	2.788	3.643
Super. Completo	8.571	13.832
Mestrado	289	474
Doutorado	159	214
TOTAL	80.816	86.654

FONTE: RAIS/ MTE, Elaboração dos autores.

Por outro lado, conforme os dados do Ministério do Trabalho e Emprego “Perfil do Município”, entre janeiro de 2015 a dezembro de 2019, das 10 ocupações que mais admitiram 06 estavam ligadas à atividade de fabricação de calçados; 01 referia-se à função de vendedor de comércio varejista; 01 de auxiliar de escritório; 01 de faxineiro e 01 de servente de obras, cujo salário médio de admissão oscilou entre o mínimo de R\$1.082,40 e o máximo de R\$1.557,73.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Até por volta da década de 1970, o Brasil podia ser considerado um país jovem e possuidor de um dos mais complexos e diversificado parque industrial da América Latina. Entretanto, crises externas, bem como, e, principalmente aquelas gestadas no próprio país acabaram desencadeando efeitos deletérios sobre diferentes setores da sociedade, exercendo, por conseguinte, impacto negativo sobre o próprio desenvolvimento do país.

Após alcançar o seu apogeu na década de 1980, a indústria de transformação iniciou daí em diante, continua trajetória descendente, tanto que, após atingir participação no PIB superior aos 30% naquela década, atualmente, o setor deve responder por pífios 12% do PIB. Em sentido oposto, o setor de serviços alcançou patamar tão elevado na composição do PIB que assumiu a posição de setor dominante da economia brasileira.

Outra mudança também importante ocorreu na demografia, visto que, a taxa de crescimento populacional declinou significativamente, a expectativa de vida aumentou, conquanto a população jovem vem progressivamente diminuindo e a população idosa aumentando.

Quanto à qualificação da força de trabalho constatou-se que a mesma vista sob a ótica do grau de instrução/escolaridade aumentou, além do que, verificou-se inclusive que diminuiu a quantidade de vínculos ativos formais com escolaridade mais baixa, enquanto aumentou a quantidade de vínculos de maior escolaridade e, principalmente para as faixas etárias acima de 40 anos ou mais de idade.

Também registrou-se no país um paradoxo deveras preocupante, visto que, a oferta de trabalhadores mais qualificados conflitava com a expansão da demanda por trabalhadores menos qualificados.

Analogamente ao que ocorreu no Brasil, no município paulista de Franca estas mesmas ocorrências foram também captadas.

Apesar de ainda continuar sendo um dos mais importantes polos de fabricação de calçados masculinos do país, a economia francana teve a tipologia do seu PIB – segundo a Fundação SEADE – classificada como sendo multissetorial, resultante de uma composição híbrida entre a indústria e os serviços. É oportuno assinalar que em respeito ao setor da indústria de transformação, a composição do mesmo, ainda continua altamente especializada e concentrada em atividades correlacionadas à fabricação de calçados. Por sua vez, a atividade industrial, além de especializada está em elevada porcentagem composta por gêneros industriais de média-baixa e baixa intensidade tecnológica.

Em relação ao setor terciário (comércio e serviços) a cidade de Franca conta com um comércio diversificado constituída por lojas de departamento, rede de lojas, redes de farmácias, supermercados, lojas fast-food, incluindo a sede de uma das cem maiores empresas do varejo (Magazine Luiza). No setor de serviços constatou-se uma composição híbrida entre os serviços tradicionais e os modernos como serviços técnicos profissionais, de engenharia e arquitetura, assessoria jurídica, contábil e empresarial, serviços de publicidade entre outros.

Em respeito à demografia, do mesmo modo que no Brasil, a cidade de Franca também vivencia o problema de redução da população jovem em contraste com o aumento da população idosa.

Quanto aos vínculos ativos formais, as estatísticas oficiais do MTE/RAIS apontaram para uma redução dos vínculos portadores de escolaridade baixa contra uma ampliação daqueles de maior escolaridade, além do que, constatou-se uma diminuição dos vínculos mais jovens e um aumento dos de idade acima de 40 anos ou mais de idade.

No que diz respeito à composição dos vínculos ativos por faixas de salários, apurou-se que nos anos observados praticamente não houve alteração.

Pelo fato da maior porcentagem dos vínculos ativos estar lotada em atividades menos complexas que requer mão-de-obra pouco qualificada, enquanto a escolaridade dos mesmos aumentou, muito provavelmente, o mesmo problema de oferta e demanda da força de trabalho segundo a escolaridade esteja se manifestando em Franca.

Como conclusão, o artigo atingiu seu objetivo, ao mesmo tempo, contribui para o debate acadêmico na área do Desenvolvimento Regional e suscita a necessidade de outras e mais aprofundadas pesquisas.

REFERÊNCIAS

SANDRONI, Paulo. Dicionário de Economia do Século XXI. – 2. Ed. – Rio de Janeiro: Record, 2006.

NASSIF, André. Há evidências de desindustrialização no Brasil? – Rio de Janeiro: BNDES, Textos para Discussão n. 108, julho 2006.

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Estatísticas do Século XX e Sistema de Contas Nacionais (SCN).

FURTADO, Celso. Teoria e política do desenvolvimento econômico. – 10. Ed. – São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CNI: Confederação Nacional da Indústria – Reformulação da metodologia dos Coeficientes de abertura comercial www.cni.org.br/cac

DA SILVA, Ariana Cericatto. DE LIMA, Jandir Ferrera. O conceito de ruptura estrutural no desenvolvimento econômico regional. – Pelotas/RS: Pensamento Plural, (15), julho – dezembro 2014.

CAMARANO, Ana Amélia. Novo Regime Demográfico: uma nova relação entre população e desenvolvimento. – Rio de Janeiro: IPEA, 2014.

UNSTATS: United Nations Statical Division.

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – PNAD Contínua e Projeções Populacionais.

MTE: Ministério do Trabalho e Emprego – RAIS Relatório Anual de Informações Sociais.

UNIDO: United Nations Industrial Development Organization – Statistical Country Briefs www.unido.org/statistics

DE HOLANDA, Ana Luiza Neves Barbosa: Um retrato de duas décadas do mercado de trabalho brasileiro. In: Novo Regime Demográfico: uma nova relação entre população e desenvolvimento. Ana Amélia Camarano (org.). – Rio de Janeiro: IPEA, 2014.

WHITACKER, Arthur Magon; VERDELHO, Rafael de Oliveira Rodrigues. Reestruturação econômica e espacial no estado de São Paulo e o Valor Adicionado Fiscal (VAF) gerado pelas indústrias de alta e baixa inovação tecnológica. In: O Novo Mapa da Indústria no Início do Século XXI. Eliseu Savério Sposito (org.). – São Paulo: Editora UNESP, 2015.

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – CEMPRE: Cadastro Central de Empresas.

IPEADATA: Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas – Banco de Dados Regional.

PEREIRA JUNIOR, Edilson Alves. A indústria de calçados no Brasil diante da reestruturação territorial e produtiva. In: O Novo Mapa da Indústria no Início do Século XXI. Eliseu Savério Sposito (org.). – São Paulo: Editora da UNESP, 2015.

SEADE: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados.

AZZONI, Carlos Roberto. Setor terciário e concentração regional no Brasil. In: Economia e Território. Clélio Campolina Diniz, Mauro Borges Lemos (orgs.). – Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

DIREITO E ARTE: IMPORTÂNCIA, RELEVÂNCIA E DESAFIOS

LAW AND ART: IMPORTANCE, RELEVANCE AND CHALLENGES

Área temática: Direito, Trabalho e Serviço Social.

MOTTA, Maiara

Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca
Doutoranda, Mestre e Bacharel em Direito pela UNESP, Bolsista CAPES
maiara.motta@live.com
(repetir conforme a quantidade de autores)

CANELA, Kelly Cristina

Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca
Doutora pela USP, Mestra pela Università degli Studi di Roma Tor Vergata,
Professora da Graduação e da Pós-Graduação da UNESP
kelly.canela@unesp.br

Resumo

O Direito e a Arte podem ser conectados de diversos modos: enquanto direito constitucional, direito de propriedade intelectual, dentre reflexos em outros ramos jurídicos. O presente trabalho visa analisar como essas duas matérias podem ser utilizadas de modo interdisciplinar, tanto como proposta metodológica do ensino jurídico, como ferramenta de aproximação do conteúdo à população como um todo. Como se trata de uma pesquisa exploratória, os principais objetivos são contribuir para o ramo epistemológico do Direito e da Arte, bem como propiciar um contato inicial com os leitores que se interessam por essa interdisciplinaridade. Utilizam-se como instrumentos metodológicos o raciocínio dedutivo para realização de uma pesquisa jurídico-compreensiva. Os materiais empregados são do tipo qualitativos bibliográficos. Dentre os resultados, pode-se perceber a relevância desse ramo interseccional, bem como compreender suas origens, sua relevância e os principais desafios encontrados.

Palavras-chave: Direito, Arte, interdisciplinaridade.

Abstract

Law and Art. can be connected in many different ways: as a constitutional right, as intellectual property rights, as well as reflected in other legal branches. This paper aims to analyze how these two subjects can be used in an interdisciplinary way, whether as methodological proposal in legal education, or as a toll to approximate this content to the population as a whole. Considering this is exploratory research, the main objectives are to contribute to Law and Art epistemological branch, as well as provide the initial contact with readers that might be interested by this interdisciplinarity. It is chosen as methodological instrument deductive reasoning in order to perform a comprehensive-juridical research. The materials used are bibliographic and qualitative. Among the results, it can be noticed the relevance in this intersectional field, while also comprehending its origins, its relevancy and the main challenge it faces.

Keywords: Law, Art., interdisciplinarity.

1 INTRODUÇÃO

O direito à arte remete a um direito previsto na Constituição Federal, seja por meio da liberdade de expressão artística (art. 5º, IX), pelo estudo (art. 210, *caput*) e garantia ao seu acesso (art. 208, V) e pela proteção de bens com valores artísticos (art. 23, III e IV, art. 24, VII e VIII). Assim, constitui a arte compõe o patrimônio da cultura brasileira (art. 216, *caput*, III, IV e V).

Por outro lado, o direito da arte se refere, principalmente, ao Direito Civil no ramo destinado à proteção da propriedade intelectual. Especificamente, no âmbito do direito autoral e seus reflexos

jurídicos, como a faculdade de registro, o modo de proteção jurídica e as consequências em caso de descumprimento desses direitos.

Todavia, o direito da arte possui ainda reflexos em outras searas além da cível, como Administrativa, Tributária e Direito Internacional (MAMEDE; FRANCA FILHO; RODRIGUES JUNIOR, 2015). Outra ressalva que deve ser feita é que

apesar de „arte” *latu sensu* incluir „as artes” (música, filme, teatro, literatura, etc.), o direito da arte, como definição tradicional, diz respeito apenas a trabalhos de fina arte e/ou artes visuais. Adicionalmente, o direito da arte tem relação próxima com, e muitas vezes coincide com, a área conhecida como propriedade cultural da arte (GEORGETOWN LAW, 2021, *on-line*, tradução nossa).

Há ainda a possibilidade de se compreender o Direito como objeto da Arte, [...] sendo a *arte a forma de representação* das formas históricas do Direito, especialmente através da estatutária da justiça, dos símbolos da justiça, da pintura da justiça, da liturgia da justiça, da arquitetura dos palácios de justiça, constituindo-se a chamada Simbólica Jurídica” (BITTAR, 2020, p. 22-23, grifos do autor).

Já a relação entre Direito e Arte é interdisciplinar. Afinal, esse movimento também chamado de *Law and Art*, resulta da interconexão entre dois ramos de estudos que, num primeiro momento, podem ser vistos como não relacionados.

Contudo, segundo MASCARO, “ocorre que, além dessa relação de anterioridade, há uma íntima e recôndita conexão entre direito e arte: das mesmas estruturas sociais advêm a forma jurídica e a forma pela qual a arte é tomada historicamente” (2015, p. 17).

Assim, é nesse último sentido que o presente trabalho visa analisar como a Arte pode ser utilizada como um instrumento que pode facilitar o estudo e a compreensão do Direito. Para isso, será analisada a importância e a relevância dessa área de estudo, buscando também compreender os principais desafios para fazer essa união.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Como referencial, adota-se o trabalho de Marcílio Franca Filho, especialmente a obra *Antimanual de Direito & Arte*, a qual organiza em conjunto com Geilson Salomão Leite e Rodolfo Pamplona Filho. Essa escolha se justifica por ser uma obra de referência na área, buscando fortalecer o campo de epistemologia sobre Direito e Arte.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Com relação às metodologias utilizadas, emprega-se o raciocínio dedutivo (partindo do pressuposto de que das premissas verdadeiras deve resultar uma conclusão igualmente verdadeira). A pesquisa é do tipo jurídico-compreensivo, no qual “[...] utiliza-se do procedimento analítico de decomposição de um problema jurídico em seus diversos aspectos, relações e níveis. [...] São pesquisas que investigam objetos de maior complexidade e com maior aprofundamento” (GUSTIN; DIAS, 2010, p. 28-29).

Quanto aos materiais, trata-se de pesquisa qualitativa bibliográfica, a qual “[...] visa conhecer e analisar as contribuições teóricas fundamentais sobre um tema ou problema, o que faz dela um instrumento indispensável para qualquer tipo de pesquisa” (HENRIQUES; MEDEIROS, 2017, p.).

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O estudo das diferentes disciplinas pode ser feito por meio de quatro diferentes categorias: disciplinaridade, multidisciplinaridade, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade. Por isso, inicialmente, “ preciso identificar, conceitualmente, as diferenças entre eles. A idéia de integração e de totalidade que aparentemente perpassa estes conceitos tem referenciais teórico-filosóficos diferentes e inconciliáveis” (PIRES, 1998, p. 176). O estudo exclusivo de uma única disciplina, com seus métodos e objetos próprios, constitui a disciplinaridade.

A multidisciplinaridade parece esgotar-se nas tentativas de trabalho conjunto, pelos professores, entre disciplinas em que cada uma trata de temas comuns sob sua própria ótica, articulando, algumas vezes bibliografia, técnicas de ensino e procedimentos de avaliação. Poder-se-ia dizer que na multidisciplinaridade as pessoas, no caso as disciplinas do currículo escolar, estudam *perto* mas não *juntas*. A idéia aqui é de *justaposição* de disciplinas (PIRES, 1998, p. 176, grifos da autora).

Num próximo passo, o estudo interdisciplinar tem por base a proposta de realizar uma intersecção de duas (ou mais disciplinas), utilizando diferentes métodos a partir de um objeto de pesquisa, que acaba sendo o elo das diferentes disciplinas, de modo a compreender um fenômeno de modo mais amplo.

Por isso, atualmente, é muito importante que os profissionais da educação busquem propiciar esse contato ao aluno, permitindo relacionar um tema com as suas diversas aplicações em diferentes disciplinas, permitindo a compreensão de que os assuntos não são isolados, mas sim, interconectados. Nesse sentido,

A integração teoria e prática de que trata a interdisciplinaridade refere-se à formação integral na perspectiva da totalidade. O pensamento crítico que inspira esta discussão leva ao aprofundamento da compreensão sobre esta relação, colocando como de fundamental importância a definição da prática que se pretende relacionar à teoria [...] a interdisciplinaridade pode ser tomada como uma possibilidade de quebrar a rigidez dos compartimentos em que se encontram isoladas as disciplinas dos currículos escolares (PIRES, 1998, p. 177).

Um próximo passo a ser almejado é a transdisciplinaridade, que não se opõe à interdisciplinaridade. Pelo contrário, esta forma a base daquela. Busca-se ir além, sendo um princípio teórico que visa retirar as barreiras entre as disciplinas. Desse modo, compreende-se que essa teoria uma “[...] sugestão de uma nova visão do conhecimento, menos compartimentalizada e disciplinar. Mais holística, com sistemas abertos e capazes de produzir uma nova ciência, novas tecnologias” (DOMINGUES, 2003, *on-line*).

Contudo, DOMINGUES faz uma importante ressalva sobre esse ponto: “Temos que entender que a transdisciplinaridade é ainda uma espécie de utopia e valorizar positivamente o termo utopia, no sentido do não-lugar. Ou seja, não foi realizado em nenhum lugar, mas é uma busca, uma procura” (DOMINGUES, 2003, *on-line*).

Por isso, sem muitas pretensões, pode-se classificar o estudo atualmente feito sobre Direito e Arte pelo viés interdisciplinar. Não houve essa superação definitiva das barreiras das disciplinas, porém, elas se complementam e interconectam.

Um pensamento que pode surgir é: qual o objeto da Arte que pode ser explorado nesse contexto jurídico? Um rol exemplificativo com os meios mais comuns inclui música, arquitetura, escultura, pintura, teatro, cinema, cultura pop, literatura (FRANCA FILHO, LEITE; PAMPLONA FILHO, 2016, p. 5-7).

Não seria compatível estabelecer um rol taxativo. Afinal, a Arte pode ser compreendida como qualquer expressão artística. Essa linguagem artística pode ser verbal (seja escrita ou oral) e/ou não-verbal, ou seja, por meio de símbolos como imagens, gestos, cores, etc. Ou seja, pode-se concluir que o limite da Arte está no próprio limite da imaginação humana, não cabendo sua redução a algumas categorias específicas (o que, se ocorresse, esbarraria justamente no conceito interdisciplinar proposto).

Com relação a intersecção entre Direito e Arte, explica MASCARO que

Deve-se tomar a relação entre direito e arte em três instâncias. Na primeira delas, ambas advêm de uma raiz histórico-social comum. Direito e arte são configurados, nas sociedades capitalistas contemporâneas, como formas atravessadas pela mesma lógica da mercadoria. Além disso, na segunda das instâncias de relação, a arte é atravessada pela forma jurídica. E, ainda mais, num terceiro nível de relação, há que se perguntar a respeito da possibilidade da forma artística atravessar o direito e, mais especificamente, a justiça (2015, p. 18).

Por isso, um dos grandes papéis da Arte, fomentando sua importância, é justamente permitir ser uma expressão de reflexo das práticas sociais – sejam pretéritas, presentes ou imaginadas como possam ser futuramente. Como consequência, “se a arte é uma manifestação haurida das estruturas do mundo, ela de algum modo espelha as contradições e injustiças da sociedade, da economia, da cultura e do poder” (MASCARO, 2015, p. 21). Isso ocorre porque a própria expressão artística é um meio de interpretação:

O artista não consegue criar nada sem interpretar enquanto ele cria; como ele tem a intenção de produzir arte, ele deve ter, pelo menos, uma teoria tácita sobre o porquê de o que ele produz ser arte e por que é um trabalho melhor de arte por meio dos rabiscos da caneta ou do pincel ou cinzel ao invés de outros meios (DWORKING, 1982, p. 158, tradução nossa).

Do mesmo modo em que não há como limitar os tipos de expressões artísticas, as conexões jurídicas também são inúmeras. Com maior frequência essa interdisciplinaridade é explorada no âmbito criminal (o que permite, inclusive, a comparação do modelo judiciário brasileiro com o de outros países), cível, familiar, ambiental, constitucional, etc. Neste último ponto, inclusive, surgem grandes temas que são objetos constantes de debate: justiça, direitos fundamentais e cidadania. Especialmente sobre esta última, BITTAR esclarece em sua obra que

Aqui se pretende trabalhar a ideia de que a potência da cidadania pode ser explorada por diversas vias, e que „as esferas e as práticas das artes”, enquanto arsenal de conceitos, categorias e experiências, podem representar um importante caminho (métodos) a favor da criação, da expressão, da interpretação e da avaliação de conceitos, sensibilidades e sensações fundamentais para exprimir questões ligadas à luta e conquista dos direitos, às formas de injustiça, ao exercício da cidadania, e ao protesto ante à violação de direitos humanos (BITTAR, 2020, p. 27).

A Arte permite a visualização de diferentes realidades. Além de refletir situações com as quais o público se identifica, essa ferramenta pode até mesmo introduzir situações desconhecidas ou não vivenciadas. “Cada sociedade cria as suas manifestações ficcionais, políticas e dramáticas de acordo com os seus impulsos, as suas crenças, os seus sentimentos, as suas normas, a fim de fortalecer em cada um a presença e atuação deles” (CÂNDIDO, 2011, p. 177).

A partir do momento desse contato, principalmente com o diferente, algumas indagações podem surgir em decorrência da sensibilização trazida pela Arte. E nisso, há um desenvolvimento do raciocínio e do pensamento crítico, repensando o Direito aplicado e aplicável a esses casos. Segundo STRECK,

A literatura ajuda a existencializar o direito. Por isso, o que está sempre mais próximo da literatura é a hermenêutica. A angústia, para ser “tratada”, exige intermediação. Exige o outro. [...]

Pois o direito trata dessa nossa relação com o mundo, com as coisas. Democracia, direitos sociais, cidadania: isso ocorre como uma conquista intermediada. Literatura faz intermediação existencial. Hermenêutica, no sentido que a trabalho na Crítica Hermenêutica do Direito, também. [...] Não é por nada que a tese central de Dworkin é o romance em cadeia para descrever a resposta-sentença no direito. O papel do intérprete-juiz é o de fazer ajustes (fit). Esse é o ponto em que se encontram direito e literatura: no tratamento da angústia epistemológica. O jurista, inserido no senso comum teórico, não sabe que não sabe. A literatura metaforiza essa relação inconclusa. Nomina coisas. Faz coisas com palavras, como diria Austin.

[...] A filosofia tem de ser no Direito. E não o “do”. E a literatura está no cerne existencial do Direito. E não apenas para fazer erudição ou retórica (STRECK, 2018, p. 617-618).

Ou seja, ao se estudar essa interconexão, a Arte não é vista como um objeto do Direito, mas, efetivamente, como uma nova metodologia que pode ser empregada para o seu estudo e compreensão. Em analogia feita por CÂNDIDO à Literatura, pode-se compreender a Arte como um “instrumento poderoso de instrução e educação, entrando nos currículos, sendo proposta a cada um como equipamento intelectual e afetivo” (CÂNDIDO, 2011, p. 177). Disso, então, decorrem alguns problemas para sua efetiva aplicação.

Em primeiro lugar, a interdisciplinaridade entre Direito e Arte exige acesso à cultura por parte de quem se utilizará dessa metodologia. Afinal, é preciso conhecer a Arte (em sentido lato) que será relacionada a algum instituto do ordenamento jurídico. Como consequência, isso demanda uma constante atualização profissional, tanto das normas (e suas alterações), quanto ao acesso das obras que serão referenciadas como exemplo.

Em segundo lugar, apesar de ser um ramo cada vez mais estudado, ainda falta sua sistematização, seja para definir estratégias metodológicas que tragam maiores benefícios a essa intersecção, ou mesmo para conseguir se chegar, talvez, à conclusão de que não há como pré-definir métodos. Como a Arte é uma livre expressão, com o aumento da prática, levanta-se a hipótese se sua relação com o Direito também pode não ser submetida a metodologias pré-estabelecidas, devendo ser adequada a cada caso. Por outro lado, isso demanda uma maior habilidade do profissional que se utilizar dessa metodologia.

Em terceiro lugar, não basta o acesso do profissional a esse acervo cultural se seus pares ou público não tiver o mesmo acesso a esse conteúdo. Nesse sentido, foi visto que o direito à Arte é constitucionalmente previsto. Porém, na prática, como se efetiva em relação aos demais direitos humanos fundamentais? Para CÂNDIDO,

Nesse ponto as pessoas são frequentemente vítimas de uma curiosa obnubilação. Elas afirmam que o próximo tem direito, sem dúvida, a certos bens fundamentais, como casa, comida, instrução, saúde, coisas que ninguém bem informado admite hoje em dia que sejam privilégio de minorias, como são no Brasil. Mas será que pensam que o seu semelhante pobre teria direito a ler Dostoiévski ou ouvir os quartetos de Beethoven?

Apesar das boas intenções no outro setor, talvez isto não lhes passe pela cabeça. E não por mal, mas somente porque quando arrolam os seus direitos não estendem todos eles ao semelhante. Ora, o esforço para incluir o semelhante no mesmo elenco de bens que reivindicamos está na base da reflexão sobre os direitos humanos (CÂNDIDO, 2011, p. 174-175).

Um quarto ponto essencial sobre a aplicação do Direito e da Literatura como ferramenta educacional e cultural incide em alguns problemas relacionados aos próprios autores, desde os cuidados para não haver violação de direitos autores, mas também com relação à implicação decorrente da intersecção escolhida.

Afinal, e se o exemplo se contrapuser à obra analisada, ou se for aplicado com uma finalidade diferente da proposta original do autor por diferenças de interpretação, ou se for utilizada para defender algo que o autor original se sentiria ofendido? Isso poderia se refletir no âmbito do direito de personalidade com reflexos patrimoniais, como a exemplo de danos morais sofridos pelo autor ou pelos legitimados no parágrafo único do art. 12 do Código Civil (“cônjuge sobrevivente, ou qualquer parente em linha reta, ou colateral até o quarto grau”). Ainda com relação ao autor, aquele que for mencionar sua obra deve se atentar sobre sua biografia, além do conteúdo em si.

A partir dessas considerações, busca-se trazer contribuições ao ramo Direito e Literatura, pois “esta área epistemológica encontra-se, na verdade, numa fase de maturidade, em que a sua aceitação acadêmica universal começa a verificar-se” (CUNHA, 2016, p. 10).

A origem dessa vertente decorre, principalmente, da união entre Direito e Arte com o *Law and Literature Movement* na década de 1970 nos Estados Unidos, com repercussão na Europa. Segundo LYRA,

Desse modo, renomados autores tais como Sófocles, Ésquilo, Shakespeare, Kafka, Dostoiévski, Proust, Molière, Jane Austen, Tolstói, Mark Twain, dentre outros, tiveram reconhecida a sua imensa contribuição ao universo jurídico com a publicação do livro — *The Legal Imagination*. Nesse esteio, a literatura passa a atuar enquanto intercessora, promovendo o debate e o pensamento crítico do Direito tendo como pano de fundo as questões trazidas pelos respectivos escritos literários. Por outro lado, os atos jurídicos, sobretudo no Direito Processual, assumem uma dimensão estética através da qual passam a ser vistos como uma representação. Enquanto narrativa jurídica, o discurso retórico assume contornos semelhantes a uma peça literária (2016, p. 141-142).

No Brasil, não houve essa influência dos Estados Unidos. Alguns dos primeiros estudos interdisciplinares foram feitos por Lemos Britto (1946) Aloísio de Carvalho Filho (1959), Raymundo Faoro (1974) e Eliane Botelho Junqueira (1998). Contudo, MONTEIRO ressalva que “[...] há uma resistência em se filiar tais autores ao *Law and Literature Movement*, pois ambos teriam propósitos menos jurídicos que políticos ou sociológicos” (2020, p. 73). Por isso, então, justifica-se o motivo de

alguns pesquisadores atribuírem a Arnaldo Sampaio de Moraes Godoy o pioneirismo no Brasil, haja vista a sua dissertação de mestrado defendida em 2000 e publicada em 2002 sob o título *Direito e literatura: anatomia de um desencanto: desilusão jurídica em Monteiro Lobato* (PRADO, 2007). Em 2005, Luis Carlos Cancellier de Olivo analisou William Shakespeare juridicamente, comentando em passant as contribuições de Junqueira e Godoy no “O estudo do direito através da literatura (2005) (MONTEIRO, 2020, p. 73).

Contudo, desde a década de 1980 estudos nessa área são feitos na Universidade Federal de Santa Catarina, mesmo que não se denominasse como parte de tal movimento (MONTEIRO, 2020, p. 73). Nesse contexto, alguns expoentes que iniciaram essa corrente de estudos no país são Luis Alberto Warat, Luiz Carlos Cancellier de Olivo, Dino del Pino e Lênio Streck (STRECK, 2018, p. 616).

Porém, essa abordagem metodológica, embora muito útil ao ensino do Direito, não precisa (nem deve) se restringir ao campo do ensino. Isso porque assim como a Arte é um direito constitucional a todos, o Direito é um elemento presente a todo momento na vida dos cidadãos.

Desse modo, essa intersecção pode ser uma importante ferramenta no auxílio da difusão e compreensão de diversos institutos jurídicos por meio da linguagem artística, sua abordagem diferenciada e a sensibilização que incute ao público.

Assim, pode-se indagar: por quais meios é possível iniciar os estudos sobre Direito e Arte? Como é possível ter acesso a esse conteúdo? Além de livros como *Semiótica, Direito & Arte: entre*

teoria da justiça e teoria do direito, *Antimanual de direito & arte* e *Antimanual de direito & arte*, há algumas outras iniciativas no país que trabalham com essa interdisciplinaridade.

Com relação a periódicos, há a *Revista de Direito, Arte e Literatura*, editada pelo CONPEDI (Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Direito), e *ANAMORPHOSIS - Revista Internacional de Direito e Literatura*, editada pela RDL (Rede Brasileira Direito e Literatura, fundada por Lênio Streck). No canal do YouTube da “TV e R dio Unisinos” e pela TV Justiça, o professor Streck publica vídeos em seu programa *Direito & Literatura*. Esses. Em um âmbito mais restrito, pode-se elencar o trabalho do IBDFAM (Instituto Brasileiro de Direito de Família) que publica podcasts nas plataformas Spotify e SoundCloud com o título *Direito de Família & Arte*.

Percebe-se, então, que esse movimento Direito e Arte tende a se expandir cada vez mais, seja como metodologia de ensino, como ferramenta epistemológica e como elo com a população.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O movimento Direito e Arte é uma metodologia de ensino interdisciplinar, realizando verdadeira intersecção entre as disciplinas de modo que um mesmo objeto de estudo é analisado por diferentes perspectivas e com seus variados reflexos.

O acesso à cultura é um direito constitucional e, como o Direito é um elemento presente cotidianamente, essa ferramenta permite não apenas aprimorar o ensino no Direito, mas também garantir uma aproximação com um público maior que tende a se beneficiar desses conhecimentos. A arte, seja pelo modo que é exteriorizada, reflete a sociedade em que se insere, traz questionamentos e fomenta discussões.

Por isso, buscou-se nesse trabalho compreender no que consiste esse movimento, quais as suas origens, os principais expoentes, bem como os benefícios que podem ser conseguidos e as dificuldades que devem ser enfrentadas no que diz respeito à sua realização na prática.

REFERÊNCIAS

ARRABAL, A. K.; NASCIMENTO, C. E. do. A relação entre o direito e as artes: contribuições para o pensamento crítico contemporâneo. In: **Revista Direito em Debate**, [S. l.], v. 29, n. 53, p. 18–27, 2020. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/revistadireitoemdebate/article/view/9243>. Acesso em: 07 out. 2021. DOI: 10.21527/2176-6622.2020.53.18-27

BITTAR, Eduardo C. B. **Semiótica, Direito & Arte: entre teoria da justiça e teoria do direito**. São Paulo: Almedina, 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. [2021]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 5 out. 2021.

BRASIL. **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Institui o Código Civil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406compilada.htm. Acesso em: 09 out. 2021.

CÂNDIDO, Antônio. **Vários escritos**. 5ª ed. corrigida pelo autor. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2011.

CUNHA, Paulo Ferreira da. Prefácio. In: FRANCA FILHO, Marcílio; LEITE, Geilson Salomão; PAMPLONA FILHO, Rodolfo (coord.). **Antimanual de direito & arte**. São Paulo: Saraiva, 2016.

DOMINGUES, Ivan. Entrevista – humanidade inquieta. In: **DIVERSA – Revista da Universidade Federal de Minas Gerais**, ano 1, n. 2, 2003, n. p., *on-line*. Disponível em: <https://www.ufmg.br/diversa/2/entrevista.htm>. Acesso em: 08 out. 2021.

DWORKING, Ronald. **Law as interpretation**. In: **Texas Law Review**, vol. 60, 1982, p. 527-550. Disponível em: <https://helda.helsinki.fi/bitstream/handle/10224/3739/dworkin.pdf?sequence=1>. Acesso em: 09 out. 2021.

FRANCA FILHO, Marcílio; LEITE, Geilson Salomão; PAMPLONA FILHO, Rodolfo (coord.). **Antimanual de direito & arte**. São Paulo: Saraiva, 2016.

GEORGETOWN LAW. Georgetown Law Library. **Art Law research guide**. Disponível em: <https://guides.ll.georgetown.edu/artlaw>. Acesso em: 08 out. 2021.

GUSTIN, Miracy Barbosa de Sousa; DIAS, Maria Tereza Fonseca. 3ª ed. rev. e atual. Belo Horizonte: Del Rey, 2010.

HENRIQUES, Antonio; MEDEIROS, João Bosco. **Metodologia científica na pesquisa jurídica**. 9ª ed., rev. e reform. São Paulo: Atlas, 2017.

LYRA, Ursula Miranda Bahiense de. Direito, literatura e sociedade. In: **Revista de Direito, Arte e Literatura**, v. 2, n. 1, 2016, p. 140-160. Disponível em: indexlaw.org/index.php/revistadireitoarteliteratura/article/view/639. Acesso em: 10 out. 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.26668/IndexLawJournals/2525-9911/2016.v2i1.639>

MASCARO, Alysson Leandro. Sobre direito e arte. In: MAMEDE, Gladston; FRANCA FILHO, Marcílio Toscano; RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz (org.). **Direito da arte**. São Paulo: Atlas, 2015.

MONTEIRO, Eduardo Aleixo. DIREITO E LITERATURA NO BRASIL. In: **Revista de Direito, Arte e Literatura**, v. 6, n. 1, Jan./Jun. 2020, p. 60-82. Disponível em: <https://indexlaw.org/index.php/revistadireitoarteliteratura/article/view/6591>. Acesso em: 10 out. 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.26668/IndexLawJournals/2525-9911/2020.v6i1.6591>

PIRES, Marília Freitas de Campos. Multidisciplinaridade, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade no ensino. In: **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, 1998, v. 2, n. 2, p. 173-182. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/DC3DXHvJpTYfKzNdrRgX9Nj/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 08 out. 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1414-32831998000100010>.

PORTO, Renan Nery; FALEIROS, Thaísa Haber. A arte como forma de (re)produção de subjetividades no sistema jurídico. In: FRANCA FILHO, Marcílio Toscano; TRINDADE, André Karam; BENTES, Hilda Helena Soares (coord.). **Direito, arte e literatura I**. CONPEDI/UFPB (org.). Florianópolis: CONPEDI, 2014.

STRECK, Lênio. A literatura ajuda a existencializar o direito. [Entrevista concedida a] Henriete Karam. In: **ANAMORPHOSIS - Revista Internacional de Direito e Literatura**, v. 4, n. 2, 2018, p. 615-626. Disponível em: <http://rdl.org.br/seer/index.php/anamps/article/view/525>. Acesso em: 09 out. 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.21119/anamps.42.615-626>

DIREITO E GAMES: NOTAS PRELIMINARES SOBRE UM NOVO CAMPO JURÍDICO

LAW AND GAMES: PRELIMINARY NOTES ON A NEW LEGAL FIELD

Dinâmicas Territoriais e Desenvolvimento Regional: Tecnologia, Sistemas e Inovação.

ANDRADE, Victor Luiz Pereira de
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP)
Bacharel, especialista e mestrando em Direito
victor.andrade@unesp.br

SPINIELI, André Luiz Pereira
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP)
Bacharel e mestre em Direito
andre.spineli@unesp.br

TOLINI, Bárbara
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP)
Bacharelada em Direito
barbara.tolini@unesp.br

MAIA, Izadora Barboza
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP)
Bacharelada em Direito
izadora.maia@unesp.br

LAURENTI, Maria Clara Silva
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP)
Bacharelada em Direito
maria.laurenti@unesp.br

JESUS, Vinicius Araujo Brito de
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP)
Bacharelado em Direito
vinicius-araujo.jesus@unesp.br

TEIXEIRA, Vanessa Corsetti Gonçalves
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP)
Bacharela, mestra, doutora e pós-doutoranda em Direito
vanessa.cg.teixeira@unesp.br

CANAVEZ, Luciana Lopes
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP)
Bacharela, mestra e doutora em Direito
luciana.canavez@unesp.br

Resumo

Neste artigo, com o objetivo de contribuir para a discussão da complexidade dos games como objeto de estudo do Direito, identificamos quais campos do direito devem ser considerados para uma caracterização inicial do Direito dos Games. Considerando o crescimento da indústria global de games e sua importância entre os consumidores brasileiros, é relevante discutir quais instrumentos jurídicos se nos apresentam para proteger os diversos atores envolvidos na criação, produção, distribuição e utilização de games. Parte da mais ampla indústria do entretenimento, os games vêm ganhando importância econômica e social no país, impulsionado pelas novas tecnologias e facilidade de acesso em diferentes plataformas com relação à chamada era dos consoles. Com esse crescimento é necessário voltar nossos olhos, no direito, para os possíveis problemas que podem advir de tamanho desenvolvimento. No presente trabalho, propomos uma abordagem preliminar dos

direitos envolvidos no campo dos games, a partir da estratégia metodológica de análise integradora da tensão entre atores, sujeitos e bens jurídicos tutelados.

Palavras-chave: games, direito, indústria.

Abstract

In this article, seeking contribution to the discussion of the complexity of games as an object of study in Law, we identify which fields of law science should be considered for an initial characterization of Game Law in Brazil. Considering the growth of the global games industry and its importance among Brazilian consumers, it becomes relevant to discuss which legal instruments are available for the protection the various players involved in the creation, production, distribution and use of electronic games. Part of a broader entertainment industry, games have been gaining economic and social importance in the country, driven by new technologies and the easier access on different platforms in contrast to the previous so-called console era. With its immense growth, it's necessary to turn our eyes, within the context of the law, to the real and hypothetical problems that may arise from this massive development. In this manuscript, we propose a preliminary approach to the rights involved in the games field, making use of the methodological strategy of an integrative analysis about the tension between actors, subjects and protected legal assets.

Keywords: games, law, industry.

1 INTRODUÇÃO: UM NOVO CAMPO DE PREOCUPAÇÕES JURÍDICAS

A crescente indústria dos games vem oferecendo ao mundo jurídico um novo contexto para os debates das relações de consumo no capitalismo global. Neste contexto, reconhece-se que os games são objetos complexos que exigem tutela específica, envolvendo considerações aos diversos relacionados à sua autoria - programação, arte e distribuição - que se desenvolvem a partir de impactos em diversas matérias jurídicas nacionais e internacionais, que os consideram enquanto objetos comercializados por uma indústria global altamente popular.

Ademais, é praticamente de conhecimento geral que em alguns campos do direito, os ordenamentos nacionais concretizam escolhas históricas, culturais e ideológicas a respeito de condutas que se querem incentivar ou proibir, mais do que meras escolhas técnicas. Como consequência, em alguns temas, a diferença de tratamento de um objeto de acordo com o direito poderá colocar em uma ou outra área do conhecimento jurídico as questões a ele relacionadas.

Essa constatação tem especial relevância para o estudo de campos em que as questões jurídicas transbordam as fronteiras nacionais, como é o caso dos games. Um exemplo pode esclarecer o problema a que nos estamos endereçando: não é segredo que cada ordenamento trata as questões de Direito do Consumidor de diversas formas, protegendo com maior ou menor cuidado o consumidor - parte mais frágil da relação - de acordo com suas características culturais, regras jurídicas contratuais e seu costume.

Ora, nesse campo do direito, os contratos que incorporam as garantias de um ordenamento podem não endereçar as preocupações de outro, como é auto evidente. Se o contrato é padrão e pode ser utilizado em diversos países a partir da experiência da empresa com seu mercado e consumidores, o mais provável é que seu conteúdo seja mais dinâmico ou fixo com base no tempo em que se exerce a atividade relacionada com o contrato e o período e campo em que a atividade pretende ser reproduzida no mercado, pelas partes.

Quer isso dizer que as relações contratuais, modelos e direitos endereçados nos instrumentos que levam a cabo a relação entre consumidor e empresa no contexto internacional são realidades cambiantes, dinâmicas e que se resolvem em um animus de continuidade da empresa no mercado e do consumidor-empresa na relação recíproca.

Fatores que pesariam para a continuidade ou ruptura dessas relações são: a capacidade de seguir a atividade de acordo com os interesses dos consumidores, a capacidade de solucionar conflitos e adaptar seus modelos contratuais de acordo com as necessidades jurídico-econômicas, etc. Contudo, em outros campos é difícil identificar se o bem jurídico que deve ser tutelado pelo direito é realmente alcançado pela legislação de cada Estado, ou mesmo se os mínimos estabelecidos de acordo com o direito internacional são suficientes para chegar a uma proteção efetiva dos sujeitos e valores que se quer tutelar.

Para definir quais os limites de um campo complexo como o dos games, bem como o alcance de cada legislação nacional na proteção dos atores envolvidos nas relações recíprocas de produção, consumo, divulgação e projeção pública desses produtos é necessário, portanto, encontrar esses “bens jurídicos tutelados” dos games, em uma projeção quase hipotética, experimental, vez que nem sempre esses bens jurídicos estarão definidos, reconhecidos e positivados de forma suficiente para que os olhos do direito possam identificá-los claramente. O consumidor, o gamer profissional, a empresa criadora (como parte de uma indústria economicamente crescente), entre outros atores sociais econômicos ou políticos podem ganhar relevância em determinados contextos, como perdê-la em outros.

Neste artigo, primeira entrada da linha de pesquisa “Direito dos Games” do Grupo de Estudos e Pesquisa em Propriedade Intelectual e Desenvolvimento Econômico-social (GEPPIDES) da UNESP Franca - atualmente engajado no projeto de pesquisa “CYBERPUNK: um estudo sobre Games e Direitos” -, identificamos quais campos do direito têm ou podem adquirir importância para a proteção de atores dos Games, entendido como um novo campo de preocupações para o direito aplicado aos games.

O ponto de partida da análise é a delimitação do método inicial do grupo, que se encontra em momento exploratório da pesquisa, cujo objetivo principal é rascunhar, a partir do cenário mais complexo do Direito dos Games, quais campos podem adquirir prioridade de análise para que os conflitos relacionados à indústria dos Games sejam resolvidos de modo a causar menor perturbação social, contribuindo com a ainda escassa literatura sobre o tema.

Neste sentido, no que respeita à complexidade dos direitos relacionados à indústria e comercialização de games, constata-se que a fragmentação dos campos jurídicos nos quais se encontram os instrumentos de proteção dos diversos atores envolvidos tanto na criação, distribuição, comercialização e utilização gera especial preocupação para com os seus direitos. Dessa maneira, é importante lembrar que, apesar de referenciarmos a indústria dos “games” como se nos referíssemos a uma coisa só, ligada ao entretenimento, há diversos tipos de jogos, e um sem-número de conflitos que podem ocorrer ao nos debruçarmos sobre o assunto. Alguns desses conflitos envolvem *players* que não são visíveis inicialmente, tais como o Estado como censor, ou os responsáveis do usuário menor de idade como responsáveis, corresponsáveis ou vítimas.

Outro ator que por vezes não é totalmente identificável é o trabalhador contratado para a criação do game. Quando analisamos o game como produto, o problema da sua classificação tampouco é simples de realizar: ao mesmo tempo em que pode ser entendido como um ou diversos códigos programados, pode ser visto também como arte, como mercadoria, etc. Ademais, alguns tipos de game permitem, dentro de um universo criado pelos desenvolvedores e outros envolvidos em sua produção, subprodutos como histórias e personagens que, em si, também são bens sobre os quais incidem direitos.

Parte das dificuldades do campo trabalhado, portanto, corresponde à identificação dos atores relevantes e sua posição nas relações do mercado de games para definir quais sistemas de proteção e instrumentos disponíveis o Direito nos oferece para a solução dos conflitos. Outra parte das dificuldades se relaciona com a identificação dos tipos de games e sua classificação com relação aos problemas que podem vir a surgir e como o direito pode vir a resolvê-los, identificando outros bens jurídicos a serem tutelados.

2 A PROPRIEDADE INTELECTUAL SOBRE O ENTRETENIMENTO INTERATIVO

Quando reproduzido por um *hardware* apto a atender aos seus específicos requisitos técnicos, um *software* é capaz de produzir uma experiência audiovisual que permite interação com o usuário. A experiência audiovisual somada à interação é o que denominamos “videogame” ou apenas *game*.

Quando um jogador se propõe a “adquirir um jogo eletrônico”, na realidade, ele assina, na qualidade de cessionário, um complexo contrato de uso sobre software no qual figura enquanto cedente o desenvolvedor. Ademais, o usuário também figura em diversos outros possíveis contratos intermediários celebrados junto a plataformas *online* de vendas e manutenção de tais bens digitais, forma pela qual o jogo é distribuído ao jogador.

Assim, a indústria do entretenimento interativo possui como *modus operandi* a organização de um processo produtivo que se inicia pela idealização e desenvolvimento de distintos bens intelectuais e alcança seu objetivo principal - o lucro -, através da exploração de tais criações por

meio de uma complexa relação contratual cujo objeto central é a cessão de direito sobre o uso de sua propriedade intelectual.

Assim como as demais indústrias do entretenimento (música, cinema, televisão etc.), a indústria de *games* produz bens intangíveis capazes de atender a um mercado de consumo massificado. Ocorre, entretanto, que o *game* é, na realidade, um composto de todos os produtos dos demais segmentos do mercado de entretenimento.

Por se tratar de uma experiência audiovisual complexa, o jogador encontra em um *game*, simultaneamente, conteúdo que em oportunidade diversa poderia ser comercializado na forma de filmes, músicas, narrativas literárias, artes gráficas, artes plásticas etc. O jogo é, necessariamente, um produto da somatória organizada de todos estes distintos elementos e, como tal, envolve todas as relações autorais e conexas intrínsecas a cada uma das indústrias que exploram isoladamente tais elementos.

Para produzir a trilha sonora de um *game*, o desenvolvedor congrega, como ocorre na indústria musical, compositores, intérpretes e difusores, além de artistas especializados nos mais distintos e delicados efeitos sonoros.

Para produzir as animações que integrarão o produto final, incluindo *cutscenes* (pequenos vídeos nos quais o jogador é mero expectador) e todas as mais infinitas possibilidades de *gameplay* (momentos em que o jogador assume o controle da experiência), um desenvolvedor organiza o trabalho de roteiristas, *designers* gráficos, programadores, animadores, atores, dubladores e uma infinidade de outros profissionais, atuantes sob a regência de um ou mais diretores, como se daria em uma indústria televisiva ou cinematográfica.

Além disso, a interação realizada pelo jogador introduz no *game* variações únicas, o que fez com que se tornasse possível a criação de conteúdo pelo próprio usuário. Este é, por exemplo, o ofício dos chamados *streamers*. Jogadores “profissionais”, não necessariamente atuantes em competições esportivas, que recebem para jogar *online* enquanto espectadores os assistem. O produto audiovisual que oferecem os *streamers* é resultado da junção de sua imagem pessoal (vídeo e voz) e da imagem e áudio dos jogos que se propõem a jogar.

Neste sentido, considerando-se o processo de produção, distribuição, consumo e também a possibilidade de utilização enquanto insumo, o *game* é, talvez, o mais complexo objeto de proteção da propriedade intelectual já idealizado, produzido e introduzido no mercado mundial contemporâneo.

Analisando-se a infinidade de profissionais titulares de direitos sobre a obra final (em seus diversos estágios e potenciais modificações), atenta-se para a complexidade da rede contratual que indubitavelmente resulta de tais esforços, visto que tais relações tendem a se tornar problemáticas sob diversos aspectos mesmo quando consideradas em ambientes de menor complexidade.

Desta forma, a conclusão preliminar a que se chega é de que o estudo do *game* enquanto objeto jurídico passível de tutela específica passa, indubitavelmente, pela construção de um ou mais sistemas de tutela coletiva de direitos de propriedade intelectual para seus distintos atores.

Considerada a atual ausência de regulação, notória pela geração de severas problemáticas concentradas sobretudo nas esferas civil e trabalhista, levando-se em conta todas as interações para com os diversos setores interessados em seu objeto final, o Direito deve buscar estratégias capazes de oferecer hipótese de pleno equilíbrio material dos interesses envolvidos, sem que se olvide de direitos individuais envolvidos em seu desenvolvimento.

3 ENTRE ATORES, SUJEITOS DE DIREITOS E BENS JURÍDICOS TUTELADOS

Tradicionalmente, quando um novo campo de preocupações jurídicas se coloca, seus estudiosos, na ânsia de delimitar seu objeto e métodos, terminavam por recorrer aos limites da disciplina e argumentar por sua autonomia e caráter próprios. Não obstante essa tendência tenha (gratamente) caído em desuso, ela explica por que muitas vezes o direito tem dificuldade de identificar objetos de estudo que não caibam em apenas uma definição técnico-dogmática. Não raras vezes - ainda - o estudante de direito terá que se confrontar com a “acusação” de que seu objeto é interdisciplinar, ou mesmo que sua abordagem é complexa demais porque aborda dois ou mais campos de preocupação das ciências jurídicas.

Nossa perspectiva, que recusa a tradição acima descrita, é a de que todos os aspectos do direito devem ser, em cada objeto que o direito estude, ao menos considerados como parte da sua delimitação e caracterização: nenhum objeto é tão simples que caiba somente nas fronteiras de uma disciplina, nem tão complexo que não se possa encontrar as relações mais relevantes que o descrevam. Neste sentido, nenhum objeto jurídico de estudo é interdisciplinar simplesmente por

dever considerar dois ou mais campos ou disciplinas jurídicas. Outra consequência direta dessa premissa é que, ao mesmo tempo, o recurso a outros campos do conhecimento, em especial a seus métodos e conceitos, é, por outro lado, necessariamente interdisciplinar.

O Direito dos Games, por ser um objeto que, mesmo no direito, demanda o recurso a preocupações não dogmáticas e métodos e conceitos de outros campos do conhecimento humano, é seguramente um objeto interdisciplinar. Outro ponto especialmente relevante é que não estamos, aqui, tratando de argumentar um Direito dos Games como uma disciplina autônoma, no sentido do Direito Civil, Processual, ou Constitucional.

Ao contrário, o Direito dos Games, como os Direitos de Gênero, Ambientais, Culturais, Intergeracionais, demanda que a preocupação de seus estudiosos esteja consciente da necessidade de recorrer aos diferentes âmbitos em que se desenvolveram os direitos (como resultado da dialética entre textos normativos, luta dos movimentos sociais e jurisprudência) e as técnicas dogmático-normativas (entre as quais as técnicas, interpretações, classificações e princípios desenvolvidos pelos especialistas jurídicos) que transportam as lutas e experiência social a eles relacionados ao Direito.

Neste sentido, nossa estratégia e aposta se concentra em uma melhor abordagem exploratória aos campos a que teremos que recorrer neste novo objeto de preocupações jurídicas - o Direito dos Games. Portanto, para esmiuçar os direitos, deveres, bens jurídicos tutelados e sujeitos relacionados a ele, deve-se definir, no cenário que se desenha pela indústria dos jogos eletrônicos, quais atores dele participam, ganham (ou perdem) relevância tendo em conta a dimensão analisada.

Quer isso dizer que não tratamos aqui, apenas, de delinear os atores que já se encontram identificados em querelas existentes no campo, mas os que, considerando o crescimento da indústria, podem vir a ganhar importância, e quais seriam seus direitos, deveres e possíveis conflitos.

Apesar de um ator social poder ser reduzido, no direito, a um sujeito de direitos e deveres, não corresponde, seu papel, exclusivamente a isso. Na teoria dos direitos subjetivos, o sujeito de direito é definido pela propriedade, faculdade ou capacidade de exercer um poder na sociedade a partir de uma conduta que pode tomar (ou exigir) e que cria consequências jurídicas. O ator social, econômico ou político, apesar de poder ser definido a partir de seus direitos e deveres, pode também ser simplesmente descrito a partir de seu papel nos eventos, processos e fenômenos estudados.

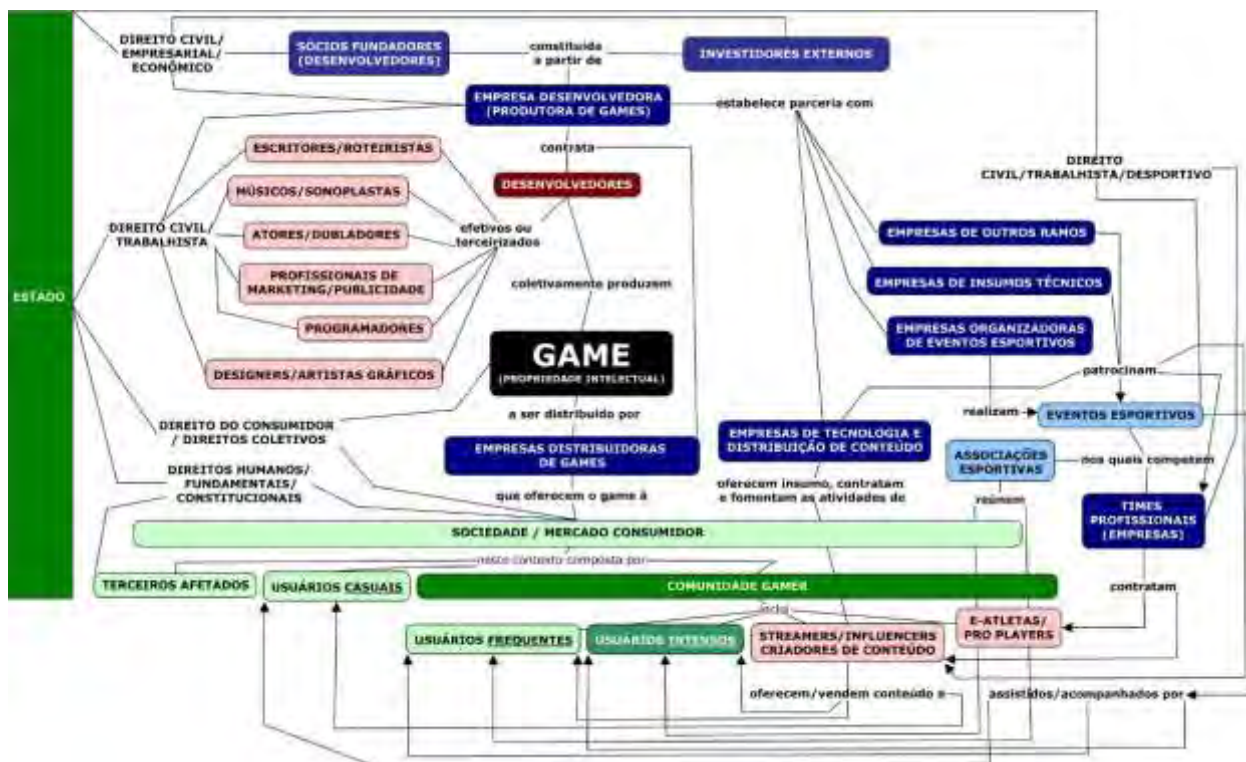
Uma vez que nossa preocupação central para este momento da pesquisa foi identificar quais atores estão relacionados à indústria dos games e quais seriam os campos do direito que poderiam ser frutíferos para realizar estudos sobre esse objeto, identificamos, na indústria, as seguintes relações e atores, inicialmente:



Se estabelecemos relações entre esses atores, a partir de sua participação no fenômeno da indústria dos games, podemos expressar no seguinte mapa as conexões mais imediatas, das quais podemos, posteriormente, extrair os interesses e direitos que com eles se relacionam:

XXII ENCONTRO de PESQUISADORES

INTERDISCIPLINARIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL



Neste sentido, é possível notar que no canto superior esquerdo do mapa, relacionado ao papel do Estado na indústria, temos que os campos principais relacionados dizem respeito à regulação Estatal do mercado e da economia e que, do ponto de vista dos atores econômicos (empresas) e sociais (comunidade gamer e terceiros), esses correspondem justamente aos direitos civil, trabalhista e do consumidor, cujas bases são contratos e em que a igualdade/desigualdade entre as partes oferecem maior ou menor nível de liberdade.

Já no campo interno do mapa, podemos ver que os principais direitos relacionados são aqueles que dizem respeito aos próprios jogos eletrônicos e seus criadores, no campo da propriedade intelectual.

Por fim, no campo inferior do mapa, relacionado aos atores sociais, temos as questões relativas a direitos humanos, fundamentais e constitucionais, cuja principal expressão se dará a partir de movimentos ou lutas por direitos e poderão dizer respeito às muitas formas da cidadania.

4 DIREITO DO CONSUMIDOR, CONTRATOS E CONTRATOS INTERNACIONAIS

O contrato no mundo dos games é, reiteradamente, de massa, adesão e consumo concomitantemente. Tal fato ocorre pois o comércio de games estabeleceu-se a nível global, tornando-se necessário a existência de contratos gerais e genéricos a fim de vincular os fornecedores a uma infinidade de consumidores das mais diversas idades e nacionalidades e, portanto, com múltiplas legislações aplicáveis.

No Brasil, um conflito comum originado da relação entre o consumidor brasileiro e uma empresa fornecedora de games internacionais é a validade ou não da cláusula de foro que estabelece juízo e legislação aplicável estrangeira. O que à primeira vista pode parecer possível devido ao artigo 9º da LINDB, não se sustenta com uma análise mais aprofundada acerca da Teoria dos Contratos, sobretudo no âmbito do Direito do Consumidor.

O contrato de comercialização de games em sua imensa maioria é de adesão, isto é, contrato em que o proponente estabelece cláusulas predispostas e apresentadas a um público geral, cabendo ao consumidor apenas a aceitação ou rejeição do total das cláusulas (VENOSA, 2021, p.46). A adesão, portanto, resume-se a um assentimento, aprovação ou concordância anômala (LÔBO, 2021, p. 54). Portanto, por sua natureza de adesão, não pode ser interpretado como contrato comum (GOMES, 2019, p.120), o que faz surgir conflito entre o que é estabelecido no contrato e a legislação brasileira, especialmente pelo contrato estabelecer relação de consumo.

A relação é de consumo tendo em vista que os jogos são, simplificada e ao mundo jurídico, produtos ou serviços oferecidos a um mercado internacional. Desta forma, o contrato em questão é de consumo por conter manifestação negocial do fornecedor para consumidores potenciais (LÔBO, 2021, p.15). Desta forma, uma vez que há onerosidade e desproporcionalidade de poderes entre os polos no contrato, a matéria contratual e a “vontade negocial”, já limitada por ser de adesão, tornam-se supletivas (LÔBO, 2021, p.14) e é imperativo a aplicação do direito do consumidor por ser questão de ordem econômica e pública.

Ademais, na indústria de games é prática comum contrato que gere verdadeira barreira de proteção ao fornecedor ao estabelecer limitação da responsabilidade civil contratual em relação à perda, dano ou lesão decorrente de uso do produto, potencializando a desproporcionalidade entre os polos contratuais e tornando o consumidor ainda mais vulnerável.

A cláusula que limita ou exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vício do produto é inadmissível pela perspectiva da proteção do consumidor, que estabelece no artigo 25 do Código de Defesa do Consumidor não ser possível cláusula contratual que mitigue a obrigação de indenizar do fornecedor - responsabilidade prevista no artigo 18 do CDC - por vício em produto ou serviço, havendo, inclusive, responsabilidade solidária conforme o parágrafo primeiro e segundo do referido artigo.

À vista disso, pode-se dizer que, frequentemente, a configuração de contratos na indústria de games acontece com abusividade quando confrontado com a legislação brasileira contratual e de proteção do consumidor, abusividade esta que pode ensejar nulidade decretada de ofício por juiz, pois a proteção do consumidor é matéria de ordem pública e interesse social (NUNES, 2015, p. 716).

5 DIREITO DO TRABALHO: A PROFISSIONALIZAÇÃO DOS GAMES

Apesar da indústria dos games não ser recente, é possível dizer que no campo do direito do trabalho e das relações laborais muitas questões sensíveis ainda se encontram em discussão. O próprio funcionamento e as formas de tomada de trabalho do campo se colocam muitas vezes fora dos vínculos empregatícios e sem representação de classe, o que acaba por perpetuar práticas nocivas aos direitos dos trabalhadores.

5.1 Direito dos esportes (eSports)

O direito desportivo é responsável por tratar das normas e regras que envolvem a temática desportiva, internacional e nacional, instalada sua suma importância na regulamentação de um ramo deveras lucrativo, que engloba não somente o entretenimento, mas também a cultura de uma nação.

Desde a elaboração da Constituição Federal de 1988, já era percebida a importância da regulamentação da área, sendo previsto, em seu artigo 217, o dever do Estado em fomentar práticas desportivas formais e não-formais, e ainda, no artigo 29 inciso IX, a competência concorrente da União, aos Estados e ao Distrito Federal em legislar sobre a temática.

Posteriormente a chamada “Lei Pelé”, Lei nº 9615/98, surge com o condão de regulamentar através de previsões gerais a exploração dos esportes em âmbito nacional, gerando maior estabilidade ao profissional atleta.

Atualmente, diante da era eletrônica, quando aplicamos o entendimento desportivo à atividade praticada em ambiente virtual, há o surgimento dos chamados E-sports. A Federação Internacional de Esportes eletrônicos define a modalidade esportiva como “um esporte competitivo em que os jogadores usam suas habilidades físicas e mentais para competir em vários jogos em um ambiente virtual eletrônico” (ESPORTS, 2019). Ainda declaram que, apesar de não se tratar de uma atividade física, por óbvio, o esporte se enquadra em todos os critérios esportivos estabelecidos por padrões internacionais.

Muito embora os grandes destaques do esporte sejam os cyber-atletas competidores da modalidade, há uma grande equipe responsável pelo surgimento, regulamentação, divulgação e transmissão de tais esportes, sendo todos os profissionais submetidos a um regime de trabalho ainda não estável e precário¹, passível de profundas reformas e evolução.

¹ Considera-se aqui trabalho precário todo aquele que não se integra na definição de trabalho decente realizada pela Organização Internacional do Trabalho, sendo essa caracterizada pela objetivação do respeito aos direitos do trabalho, (especialmente aos fundamentais), da promoção do

5.2 Profissionais dos games (desenvolvedores)

Promove-se o mercado de trabalho na indústria de videogames como a ocupação dos sonhos de qualquer apaixonado pelo setor. Mantido, principalmente, pela paixão dos artistas e dos desenvolvedores, as condições de trabalho envolvem práticas precárias como o “crunch” e a “pejotização”. Embora o trabalho seja fascinante e glamourizado por meio de tecnologia de ponta e ambientes divertidos, a indústria de games evidencia que o único produto do capitalismo é a desigualdade, seja pelo, iminente ou temido, desemprego ou pela exploração em torno do “trabalho por amor”.

Ergin Bulut é pesquisador nas áreas de política, comunicação, produção cultural e games e no artigo “*Glamor Above, Precarity Below: Immaterial Labor in the Video Game Industry*” desenvolveu pesquisa de campo nos Estados Unidos da América, em um estúdio de desenvolvimento de vídeo games de médio porte. Além de observar as atividades por dois anos e meio, até meados de 2013, Bulut entrevistou mais de 56 pessoas: administradores, programadores, artistas, designers, produtores, testadores, cônjuges de desenvolvedores, um funcionário público municipal e um corretor de imóveis (BULUT, 2015, p. 194). Posteriormente, em 2020, o autor publicou o livro “*A Precarious Game: The Illusion of Dream Jobs in the Video Game Industry*”, no qual dissecou ainda mais profundamente a precariedade e a romantização do trabalho na indústria de vídeo games.

A partir das longas horas no estúdio e extenso estudo bibliográfico, Bulut conclui que o trabalho nesta indústria é, muitas vezes, confundido com brincadeira ou com tempo para divagações criativas ou intelectuais, por isso, extrapolam sua jornada habitual, raramente são recompensados e podem, até mesmo, não enxergar essa prática como cruel ou exploratória. Dessa maneira, a prática do “crunch”, constantemente extrapolar a jornada habitual de trabalho, se tornou comum neste setor, por ser um “bom negócio” para as empresas.

Destaca, ainda, a constante possibilidade de desqualificação a cargos inferiores, de diminuição salarial, de terceirização e, sobretudo, de demissão, ainda que o setor se promova como seguro e imune a crises, principalmente, para artistas e testadores (BULUT, 2015, p. 196-197).

A “pejotização”, neologismo referente à abreviação “PJ”, de “pessoa jurídica”, consiste em forma legal de ocultar a verdadeira subordinação da relação de emprego existente, fraudando-se o contrato de trabalho para descaracterizar a relação de emprego por meio da criação de uma pessoa jurídica (FRANCO FILHO, 2013, p. 317). A prática é autorizada pela Lei nº 13.467/2017, referente a prestação de serviços a terceiros (terceirização).

É muito comum na área de tecnologia da informação e da saúde e comumente elimina o vínculo empregatício nestes segmentos. Dessa maneira, pela contratação de uma empresa prestadora de serviços, e não de uma pessoa física, a tomadora de serviços se desobriga dos encargos trabalhistas e sociais imprescindíveis à relação de emprego (RESENDE, 2020, p. 261).

Importante salientar que a “pejotização” não impede que seja reconhecida a relação de emprego existente, à luz do princípio trabalhista da realidade sobre a forma, configurando fraude no contrato de trabalho.

6 DIREITOS HUMANOS E FORMAS DE CIDADANIA DIGITAL

Historicamente, a ideia de cidadania esteve prioritariamente vinculada às dimensões da política e do direito. Sob o ponto de vista político, a cidadania designava a existência de um vínculo entre o indivíduo e as instituições estatais, por meio do qual se tornava possível não apenas a integração do sujeito em sociedade, mas também uma abertura à participação ativa nos projetos coletivos. A cidadania representava juridicamente uma condição específica atribuída a determinadas pessoas em razão da posição social que ocupavam. Em outros termos, significa dizer que a cidadania foi estruturalmente subtraída de sujeitos que não faziam jus ao reconhecimento enquanto cidadãos e que, em virtude de aspectos associados à classe social que pertenciam, não gozavam da possibilidade de atuar de forma competente na comunidade política a que estavam vinculados.

A teoria institucional da cidadania afirma que uma abordagem correta sobre essa categoria depende de sua leitura a partir dos problemas de classe social (MARSHALL, 1967, p. 63-65). No

emprego produtivo e de qualidade, da ampliação da proteção social e do fortalecimento do diálogo social (OIT, 1999).

contexto de surgimento dessa tese, as principais preocupações em relação à cidadania estavam voltadas à afirmação dos direitos humanos, uma vez que os vínculos entre a cidadania e esses direitos podem ser traduzidos na afirmação de uma discussão central no âmbito da filosofia política e nas reflexões sobre a construção histórica dos direitos humanos. Em sua concepção original, a cidadania foi lida como parcela dos direitos conquistados a partir das revoluções liberais e da mobilização da classe trabalhadora.

Nesse sentido, as primeiras formas de cidadania no contexto moderno diziam respeito à materialização dos direitos civis, políticos e sociais, consistentes, respectivamente, nas liberdades fundamentais, na capacidade de atuação política e no usufruto de um mínimo de bem-estar social. Porém, o problema que identificamos na contemporaneidade, especialmente após as transformações trazidas à tona pela globalização, é justamente a insuficiência dessas concepções para lidar com os problemas atuais – inclusive em relação ao surgimento de novos direitos e novas relações sociais que compõem o núcleo do *direito dos games*.

O desenvolvimento das tecnologias da informação e de novos direitos que acompanharam a estruturação desses elementos trouxe ao indivíduo contemporâneo a necessidade de fornecer significados alternativos à ideia de cidadania. O surgimento da internet e sua rápida propagação enquanto principal mecanismo de comunicação das sociedades pós-industriais resultou na formação de uma nova categoria: a cidadania digital. Esse conceito tem sido objeto de debate em meio aos campos do conhecimento que trabalham diretamente com as tecnologias da informação e comunicação, assim como junto às diferentes áreas que buscam regulamentar os limites do uso de tais mecanismos.

A cidadania digital diz respeito à capacidade que o indivíduo possui de participar, além de uma sociedade material, de uma comunidade cibernética. A construção dessa categoria está associada ao fato de que tanto a internet quanto os *games* assumiram uma posição fundamental nos padrões de uma vida considerada civilizada. A difusão da internet e a possibilidade de pessoas estabelecerem laços não mais por meio de aplicativos específicos para essa finalidade, mas também através dos *games* demonstra a existência de um processo de democratização da informação. Significa dizer que a cidadania digital constitui um incentivo à inclusão social (MOSSBERGER; TOLBERT; MCNEAL, 2008, p. 2-5).

A afirmação da indústria de jogos eletrônicos como uma das potências advindas das transformações realizadas pela globalização foi suficiente para produzir números ampliados de cidadãos digitais. Esta noção faz referência aos sujeitos que utilizam a internet e outros instrumentos dessa natureza de forma eficaz e regular para desenvolver suas potencialidades individuais e coletivas.

Pensar a cidadania digital tem como propósito buscar a formulação de uma sociedade pautada na informação e na inclusão de diferentes atores sociais não apenas no âmbito do conceito de cidadania, mas também nas práticas que decorrem dessa ideia: alguns atores sociais podem ser vítimas de processos de exclusão na vida material e encontrarem nos meios digitais formas seguras para apresentar suas reivindicações. A efetivação de níveis ampliados de participação foi capaz de produzir uma ciberdemocracia (LÉVY, 1999, p. 102; CASTELLS, 2007, p. 698), que pressupõe não apenas o surgimento de novas demandas por direitos humanos no ciberespaço, mas também o reforço a essa nova categoria de cidadania.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim, considerando-se este um novo campo de interesse do direito, a ser denominado Direito dos Games, ou Direito dos Jogos Eletrônicos, é relevante ressaltar que, seja em função da complexidade que apresentam seus próprios objetos centrais ou mesmo as práticas adotadas por sua indústria, propulsionada pela natureza digital dos produtos que fornece, é forçoso reconhecer que sobre ele incidem uma trama de campos ou disciplinas jurídicas especiais, cujas disciplinas não necessariamente se comunicam umas às outras.

Neste escopo, mostra-se mister a propositura de novas perspectivas de análise, buscando a adequação da tutela oferecida ao efetivo bem jurídico tutelado em cada situação, este que pode se mostrar distinto ao originalmente proposto pela técnica jurídica estrita. Trata-se, ao fim, de ramo da atividade econômica cujos atores empresariais são detentores de imenso poder de mando e controle sobre as próprias modalidades de tutela jurisdicional.

Para melhor reconhecer tais bens jurídicos tutelados, será necessário identificar com profundidade e especificidade os atores que exercem influência na indústria, de modo a permitir

clarificar as relações, interesses e direitos estabelecidos entre tais atores em função de produtos eletrônicos.

Admitindo-se que Estado, Sociedade e Empresas serão as três distintas categorias primárias nas quais estes atores se dividirão, são notavelmente relevantes as relações contratuais, trabalhistas e de consumo que se estabelecem entre empresas e gamers, desenvolvedores e jogadores profissionais, sendo que estas últimas vêm ganhando destaque na produção jurídica atual.

Outro campo que pode vir a ganhar importância nos próximos anos é aquele referente à produção de conteúdo, e seus respectivos atores, além do campo das cidadanias digitais relacionadas e propulsão por direitos atrelados aos usuários, *gamers* em especial.

Neste sentido, é possível notar que o estudo dos direitos relacionados aos jogos eletrônicos, para além de um óbvio e imediato interesse comercial, oferece também uma riqueza de temas e conceitos em campos de especial relevância no direito das redes, campo em que muitas transformações e regulamentações ainda estão a se consolidar.

Desta forma, o Grupo de Estudos e Pesquisa em Propriedade Intelectual e Desenvolvimento Econômico-Social (GEPPIDES) propõe o estudo destas relações e sua complexa rede de direitos decorrentes, levando-se em conta os interesses e os distintos atores envolvidos, especialmente nos campos do direito contratual, do consumidor, trabalhista, e da propriedade intelectual. Em todos os casos, considera-se, ainda, os impactos que exercem tais tratativas sobre os Direitos Humanos e Fundamentais em sua dimensão crítica e emancipatória, expressa a partir da luta por direitos e cidadania.

REFERÊNCIAS

BULUT, E. **Glamor Above, Precarity Below: Immaterial Labor in the Video Game Industry**. Critical Studies in Media Communication, Vol. 32, N° 3, p. 193 a 201, agosto de 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/15295036.2015.1047880>. Acesso em: 30 set. 2021.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. 10. ed. São Paulo: Paz & Terra, 2007.

ESPORTS. True Sports? **International Esports Federation**, 2019. Disponível em: <https://iesf.org/esports>. Acesso em: 30 set. 2021.

FRANCISCO, I. B. **E-Sports: Os aspectos jurídicos e a regulamentação dos esportes eletrônicos**. Revista Âmbito Jurídico - nº 192. 1 de janeiro de 2020. Disponível em: <https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-civil/e-sports-os-aspectos-juridicos-e-a-regulamentacao-dos-esportes-eletronicos/#ftn4>. Acesso em: 30 set. 2021.

FRANCO FILHO, G. S. Pejotização. In: PINTO, José Augusto Rodrigues; MARTINEZ, Luciano; MANNRICH, Nelson (coord.). **Dicionário brasileiro de direito do trabalho**. São Paulo: LTr, 2013.

GOMES, O. **Contratos**. Atualização de Edvaldo Brito e Reginalda Paranhos de Brito. 27. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530986735/>. Acesso em: 31 ago. 2021.

LÉVY, P. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.

LÔBO, P. **Contratos**. 7. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2021. [Direito Civil, v. 3]. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555593495/>. Acesso em: 31 ago. 2021.

MARSHALL, T. H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MOSSBERGER, K.; TOLBERT, C. J.; MCNEAL, R. S. **Digital citizenship: the internet, society, and participation**. Massachusetts: Massachusetts Institute of Technology, 2008.

NUNES, R. 8. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2015. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788502616288/>. Acesso em: 31 ago. 2021.

OIT (Organização Internacional do Trabalho). **Trabalho Decente**, 1999. Disponível em: <https://www.ilo.org/brasilia/temas/trabalho-decente/lang--pt/index.htm> Acesso em: 30 set 2021.

RESENDE, R. **Direito do Trabalho**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2020. 9788530989552. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530989552/>. Acesso em: 01 out. 2021.

ROSIGNOLI, M.; RODRIGUES, S. S. **Manual de direito desportivo**. 2. ed. São Paulo : LTr, 2017.

SAKUDA, L. O.; FORTIM, I. (Coords.). **2º Censo da Indústria Brasileira de Jogos Digitais**. Brasília, DF: Ministério da Cultura, 2018.

SIOUX GROUP. **Pesquisa Game Brasil 2020 (versão resumida)**. São Paulo: Sioux Group 2020.

VENOSA, S. S. **Contratos**. 21. ed. São Paulo: Atlas, 2021. [Coleção Direito Civil, v. 3]. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597027129/>. Acesso em: 31 ago. 2021.

**DISCUSSÕES EPISTEMOLÓGICAS E METODOLÓGICAS EM EDUCAÇÃO: TECNOLOGIAS
DIGITAIS NO FAZER CIENTÍFICO**

**EPISTEMOLOGICAL AND METHODOLOGICAL DISCUSSIONS IN EDUCATION: DIGITAL
TECHNOLOGIES IN SCIENTIFIC WORK**

Área 1: 1.5 Educação e Desenvolvimento.

VELOSO, Braian Garrito
Universidade Federal de São Carlos - UFSCar

Resumo

O objetivo deste texto é analisar as implicações das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) para as perspectivas epistemológicas e metodológicas nas pesquisas que versam sobre a educação a partir da experiência do pesquisador na realização de sua tese de doutorado. Discute-se, dentre outras coisas, as possibilidades e limitações dos seguintes procedimentos: grupo focal online, entrevista semiestrutura e questionário virtual. O artigo conclui que as TDIC trazem benefícios para o fazer científico em âmbito educacional. Mas é preciso analisá-las de modo crítico, identificando, inclusive, os problemas que elas podem gerar. Além disso, parece-nos que a combinação de múltiplos métodos, fontes e instrumentos de coleta e análise – presenciais e virtuais – é um caminho adequado para muitas pesquisas na educação.

Palavras-chave: Pesquisa em educação, epistemologia, metodologia.

Abstract

The objective of this text is to analyze the implications of Digital Technologies of Information and Communication (DTIC) for epistemological and methodological perspectives in researches that deal with education from the experience of the researcher in carrying out his doctoral thesis. Among other things, the possibilities and limitations of the following procedures are discussed: online focus group, semi-structured interview and virtual questionnaire. The article concludes that DTIC bring benefits to scientific work in the educational field. But it is necessary to analyze them critically, even identifying the problems they can generate. Furthermore, it seems to us that the combination of multiple methods, sources and instruments of collection and analysis – face-to-face and virtual – is an adequate path for much research in education.

Keywords: Research in Education. Epistemology. Methodology.

1 INTRODUÇÃO

A educação mediada por tecnologias digitais está no cerne das preocupações hodiernas, sobretudo em decorrência das mudanças mais recentes ocasionadas pela pandemia de COVID-19. Processos que já estavam em curso há algumas décadas foram acelerados, de maneira que profissionais e pesquisadores que atuam em âmbito educacional são impelidos a repensarem suas práticas. Se é certo que as Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) têm modificado a sociedade, precisa-se considerar as transformações que incidem sobre a educação em seus múltiplos sentidos. O que inclui se debruçar sobre discussões epistemológicas, problematizando o papel e as formas de fazer ciência na contemporaneidade.

Em se tratando especificamente de pesquisa, muitos cientistas, devido às mudanças decorrentes do cenário pandêmico, tiveram que ressignificar os procedimentos metodológicos. Tiveram, ainda, que reformular hipóteses e objetivos, ajustando projetos às necessidades que se perfizeram devido às medidas de distanciamento e isolamento social. Mais do que nunca, a ciência evidencia o seu papel central na sociedade. Conquanto as atenções tenham se direcionado especialmente às áreas experimentais, na busca de alternativas e possibilidades para o enfrentamento de um vírus até então desconhecido pela humanidade, os cientistas, de modo geral, tiveram que se adequar e, em muitos sentidos, repensar o seu próprio fazer científico.

Na educação as implicações também foram significativas, haja vista as mudanças que foram empreendidas em muitos projetos de pesquisa no intuito de viabilizar as investigações sem, contudo, desconsiderar os prazos de agências reguladoras e de fomento. Procedimentos metodológicos ora concebidos para serem realizados presencialmente tiveram que se ajustar a outros formatos. Entrevistas, grupos focais, questionários, análise documental, dentre outros tantos instrumentos de coleta e análise foram alinhados às possibilidades das TDIC. Podemos afirmar, ante essa realidade, que o fazer científico em âmbito educacional teve, em muitos contextos, que se reinventar. Mas quais foram as implicações disso para a epistemologia da educação? Que tendências foram aceleradas e quais foram engendradas no período da pandemia? É possível fazer ciência de qualidade por meio de processos parcial ou totalmente mediatizados por tecnologias digitais? Propomo-nos a discutir estas e outras questões neste artigo.

Assim sendo, o objetivo deste texto é analisar as implicações das TDIC para as perspectivas epistemológicas e metodológicas nas pesquisas que versam sobre a educação a partir da experiência do pesquisador na realização de sua tese de doutorado. Tese esta que versa sobre o processo de institucionalização da Educação a Distância (EaD). Assim, foram realizados, de forma totalmente digital, os seguintes procedimentos metodológicos: grupos focais online, entrevistas semiestruturadas e questionário virtual. Todavia, não queremos cingir nossos argumentos tão somente às nossas vivências. Em verdade, pretendemos demonstrar como a pandemia desvelou – mas, em grande medida, não inaugurou – a necessidade de repensar a ciência na área da educação, demandando novos métodos, reflexões epistemológicas, instrumentos de coleta e análise, etc.

Sobre a estrutura do artigo, começamos com um percurso teórico a respeito da pesquisa em educação na contemporaneidade. Logo em seguida, discutimos perspectivas metodológicas concernentes às possibilidades e limitações de ferramentas de coleta de dados mediadas por tecnologias. Nessa parte do artigo, apresentamos uma visão propositiva acerca de nossa experiência com três instrumentos específicos, a saber: grupos focais online, entrevistas semiestruturadas e questionários virtuais. Por fim, encontram-se as considerações finais com vistas a arrematar a discussão e convidar outros pesquisadores e pesquisadores para o debate.

2 A PESQUISA EM EDUCAÇÃO NA CONTEMPORANEIDADE: DISCUSSÕES EPISTEMOLÓGICAS

De acordo com Nascimento (2016), os computadores, hodiernamente, fazem parte da vida em sociedade, nos mais diferentes contextos, indo desde a grande indústria até os consultórios médicos, os carros modernos, o bolso dos adolescentes, etc. Isso significa que grande parte dos processos sociais passam a depender e, de certa forma, a se relacionar ao funcionamento desses dispositivos tecnológicos. Para Lévy (1999), a assim chamada cibercultura indica o surgimento de um novo universal que se difere de outras formas culturais anteriores. Os espaços virtuais, gerados pelas possibilidades tecnológicas e, mais precisamente, pelos computadores, trazem implicações substanciais para a vida em sociedade. Eles não apenas potencializam práticas de outrora, mas produzem novas formas de relacionamento, comunicação, apreensão do mundo material, aquisição do conhecimento, etc. Essas transformações sociais impactaram o modo como fazemos ciência, trazendo implicações para a sociologia (NASCIMENTO, 2016), mas também para a educação.

Nesse sentido, o processo de trabalho do cientista se depara com uma profusão de possibilidades e recursos que se diferem, em muitos aspectos, daqueles disponíveis há algumas décadas. Como afirmam Abreu, Baldanza e Gondim (2009), a internet se difunde cada vez mais como ferramenta que altera a relação do mundo com os meios de comunicação. Nas Ciências Humanas, não apenas os objetos de estudo se mostram enredados em relações dependentes e pautadas nas tecnologias digitais, como as fontes de coleta, os instrumentos de análise, as possibilidades metodológicas etc. se transformam ao passo que essas mesmas tecnologias ressignificam a sociedade. De acordo com Lévy (2010), quando os indivíduos compartilham durante muito tempo determinadas formas de ver e agir, isso se deve à estabilidade de instituições, dispositivos de comunicação, relações com o meio ambiente natural, técnicas e uma miríade de circunstâncias. Mas esses equilíbrios são frágeis, pois uma revolução tecnológica é capaz de redimensionar a forma como perscrutamos o presente, vislumbramos o futuro e, inclusive, repensamos o passado.

Basta que, em uma situação histórica dada, Cristóvão Colombo descubra a América, e a visão europeia do homem encontra-se transtornada, o mundo

pré-colombiano da América está ameaçado de arruinar-se (não somente o império dos Incas, mas seus deuses, seus cantos, a beleza de suas mulheres, sua forma de *habitar* a terra). O transcendental histórico está à mercê de uma viagem de barco. Basta que alguns grupos sociais disseminem um novo dispositivo de comunicação, e todo o equilíbrio das representações e das imagens será transformado, como vimos no caso da escrita, do alfabeto, da impressão, ou dos meios de comunicação e transporte modernos (LÉVY, 2010, p. 16, grifos do autor).

Os exemplos desse argumento são vultosos, porque recorrentemente, quando a ciência consegue aprimorar seus instrumentos e, assim, faz novas descobertas ou retifica paradigmas consolidados, tem-se, por vezes, um considerável abalo em suas estruturas. Tal como asseveram Lakatos e Marconi (2019), o conhecimento científico é falível, porquanto não é definitivo, absoluto ou final.

A própria racionalidade da ciência permite que, além da acumulação gradual de resultados, o progresso científico também se efetue por revoluções. As revoluções científicas não são decorrentes do descobrimento de novos fatos isolados, nem do aperfeiçoamento dos instrumentos, métodos e técnicas, que ampliam a exatidão das observações, mas da substituição de hipóteses de grande alcance (princípios) por novos axiomas, ou de teorias inteiras por outros sistemas teóricos (MARCONI; LAKATOS, 2019, p. 25).

Mesmo que as mudanças na técnica e na tecnologia não representem, isoladamente, revoluções científicas, elas certamente prestam papel fundamental nas mudanças da ciência. Quanto à educação, vemo-nos em face de dois aspectos que consideramos centrais: em primeiro lugar, as TDIC têm trazido implicações no próprio labor pedagógico, bem como nos processos de ensinar e aprender, uma vez que os estudantes, engolfados em relações sociais cada vez mais dependentes das tecnologias, transmutam as formas como adquirem e transmitem conhecimento; ademais, a pesquisa em educação deve lidar com as novas características que perfilam a sociedade ao passo que se depara com novas fontes, métodos e instrumentos de coleta e análise de dados. Um cientista, atualmente, não pode mais ignorar o aparato técnico, como também as especificidades do objeto, que matizam o fazer científico e, de diferentes modos, distanciam-no de práticas consolidadas e empreendidas outrora.

Enquanto sujeitos que pensam e fazem a educação, de que modo nós, pesquisadores, podemos lançar mão das tecnologias sem nos olvidarmos do rigor e da qualidade do processo investigativo? Como novos aparatos técnicos e possibilidades tecnológicas se ajustam às necessidades do objeto na contemporaneidade que, certamente, apresenta características *sui generis*? Quais tendências foram intensificadas e/ou criadas pela pandemia e, mesmo após o período pandêmico, têm potencial para ditar as regras do fazer científico? São questões complexas que, decerto, não possuem respostas unívocas. Até porque as Ciências Humanas trabalham, historicamente, com o dissenso. De qualquer forma, na seção subsequente almejamos contribuir para esse debate, inserindo algumas sugestões e possibilidades de usar tecnologias digitais na pesquisa em educação à medida que tentamos ajustar o fazer científico às características do objeto na sociedade coetânea. As nossas proposições partem, basicamente, das experiências oriundas do processo de investigação da tese de doutorado do autor deste texto.

3 O PROCESSO DE INVESTIGAÇÃO MEDIADO POR TECNOLOGIAS DIGITAIS: DISCUSSÕES METODOLÓGICAS

O pesquisador, atento às demandas e especificidades da pesquisa na contemporaneidade, seja na EaD, seja na educação mediada por tecnologias, precisa considerar a internet como fonte de produção de dados. Além do mais, deve observar as mais recentes opções de tecnologias e *softwares* que facilitam, amplificam ou mesmo modificam as análises quantitativa ou qualitativa. De acordo com Abreu, Baldanza e Gondim (2009, p. 6):

A coleta de dados via internet é rápida, e o custo da elaboração de um *software* de pesquisa *online* é compensado pelo fato de os dados serem

incluídos automaticamente no banco, à medida que o participante responde às questões de pesquisa (dados capturados em tempo real), o que elimina etapas de digitação e lançamento de dados, quer em pesquisas qualitativas, quer em quantitativas [...]. Não se pode deixar de mencionar, no entanto, que o uso da internet para pesquisa tem redobrado os cuidados com aspectos éticos, em que estão em jogo a privacidade, a segurança e a confiabilidade das informações obtidas.

As considerações dos autores permitem-nos depreender que a internet traz facilidades para a pesquisa online, todavia, cria também problemas, como a necessidade de atenção a aspectos éticos e de fidedignidade dos dados coletados. Seja como for, para nós o fazer científico, atualmente, depara-se com uma grande quantidade de recursos tecnológicos. Muitos deles trazem novas formas de analisar e expor os dados. Outros, porém, transportam formas de coleta já amplamente difundidas para espaços digitais, originando, obviamente, possibilidades e limitações. É o caso, por exemplo, das entrevistas semiestruturadas e dos grupos focais. Ambos, haja vista os atuais avanços tecnológicos, podem ser realizados virtualmente, mediante *softwares* de comunicação síncrona ou assíncrona. Tem-se, por meio disso, potencialidades interessantes, porque, com as tecnologias, pode-se reunir sujeitos de diferentes regiões geográficas. O caráter assíncrono e multimídia das interações virtuais em determinados *softwares* também pode ser explorado, uma vez que permite, aos participantes do estudo, responder em momentos considerados mais adequados, refletindo de maneira mais aprofundada sobre as questões colocadas pelo pesquisador, além da disponibilidade de distintos formatos de apresentação do conteúdo, como texto, áudio, imagens, *links*, dentre outros.

Não obstante, os recursos tecnológicos engendram problemas. No caso de entrevistas ou grupos focais realizados virtualmente, de maneira assíncrona e por texto, por exemplo, gera-se barreiras na apreensão de expressões faciais ou entonação nas respostas. Sabe-se que esses elementos podem ser imprescindíveis a depender do objeto de estudo. Além do mais, como já se constata (VELOSO, 2020), técnicas de coleta, como grupos focais online, podem gerar dificuldades no tocante à manutenção da efervescência das discussões e da dinâmica dos grupos. Quando a participação é assíncrona, um participante, ao se deparar com muitas mensagens enviadas pelos outros membros enquanto esteve ausente, pode não se sentir motivado a reler as contribuições dos colegas e, assim, não se sentir estimulado a retomar o debate.

Mas experiências recentes do pesquisador e autor deste texto demonstram que a entrevista assíncrona, à guisa de exemplo, traz possibilidades que, presencialmente, não seriam possíveis. O participante tem a oportunidade de refletir de maneira aprofundada sobre as questões colocadas pelo cientista. Pode, inclusive, recorrer a outros recursos para exemplificar suas colocações, ou mesmo ampliar os dados fornecidos. Em pesquisa nossa empreendida recentemente, um participante de entrevista semiestruturada assíncrona, por meio do WhatsApp, respondia, por áudio, às questões do roteiro ao passo que complementava suas afirmações com imagens, *links* de documentos normativos referenciados em sua fala, etc.

Ademais, há de se destacar as ferramentas que permitem a coleta de dados num formato síncrono. Se a disparidade no tempo se torna um empecilho ao cientista, a webconferência, por exemplo, podem ser uma opção. É claro que, quer síncrono, quer assíncrono, o procedimento metodológico, se realizado virtualmente, pode não atender a contento, até porque as tecnologias, como dissemos, trazem novos problemas. Mas é certo que existem possibilidades, e advogamos que o cientista deve ter olhar crítico para selecionar os instrumentos e recursos que sejam mais adequados às necessidades de sua pesquisa. Além disso, a combinação é, por vezes, um caminho mais adequado para apreender o objeto em sua complexidade, aprofundando as análises. Existem pesquisas que demandam, por exemplo, o uso das abordagens qualitativa e quantitativa (FLICK, 2009 *apud* ARAÚJO; NOGUEIRA, 2016). Para além disso, pode-se combinar técnicas de coleta presenciais com outras empreendidas mediante recursos digitais, a fim de explorar o melhor de cada universo e, ao mesmo tempo, mitigar as vicissitudes decorrentes de cada um.

Objetivando consubstanciar nosso argumento, apresentamos algumas opções calcadas, especialmente, em experiências nossas. Assim como tratado anteriormente, a pandemia compeliu muitas pesquisas em âmbito educacional para técnicas de coleta virtuais e que pudessem ser realizadas a despeito do distanciamento e isolamento social. No nosso caso, o objeto de estudo, isto é, a institucionalização da EaD, já era propício ao uso do virtual. Contudo, as implicações da pandemia trouxeram novas reflexões. Logo, no Quadro 1, inserimos uma visão propositiva referente às nossas vivências no uso de três técnicas de coleta empreendidas totalmente por meios virtuais.

Não apresentamos *softwares* específicos, nem tampouco detalhamos procedimentos metodológicos. Nosso objetivo é tão somente compartilhar experiências recentes no sentido de levantar e, preponderantemente, estimular o debate na área.

Quadro 1 – Possibilidades e limitações dos instrumentos utilizados pelo pesquisador em sua tese de doutorado

	Possibilidades	Limitações
Grupo focal online	Reunir participantes geograficamente dispersos. Obter facilmente os registros da conversa (quando de discussão por texto). Possibilidade de uso de recursos multimídia. Possibilidade de maior reflexão nas respostas (sobretudo quando de discussão assíncrona).	Impossibilidade de apreender e analisar expressões faciais, gestos e entonação de voz (sobretudo quando de discussão por texto e assíncrona). Dificuldade em manter efervescência e dinâmica da discussão. Dificuldade em manter uma discussão mais heterogênea sem predominância de alguns poucos participantes.
Entrevista semiestruturada	Entrevistar participantes geograficamente dispersos. Facilidade na gravação da conversa (seja assíncrona por texto, seja síncrona por videochamada). Possibilidade de uso de recursos multimídia. Possibilidade de maior reflexão nas respostas (quando de discussão assíncrona).	Impossibilidade de apreender e analisar expressões faciais, gestos e entonação de voz (sobretudo quando de discussão por texto e assíncrona). Problemas técnicos que podem ocorrer devido à instabilidade de conexão. Certo distanciamento entre pesquisador e participante que pode ser gerado pela mediação da tecnologia.
Questionário virtual	Facilidade na elaboração e envio do questionário. Facilidade de extração e organização dos dados (por meio de <i>softwares</i> que permitem a análise). Agilidade no cômputo das respostas e no acesso aos dados.	Dificuldade de acessar sujeitos que não possuem acesso à internet. Outros problemas que podem decorrer devido às especificidades do objeto de estudo.

Fonte: Autoria própria.

É preciso fazer algumas considerações a respeito do Quadro supradito. As possibilidades e limitações apresentadas se baseiam em nossas experiências. Mais especificamente, trata-se do processo de realização da pesquisa de doutorado do autor deste texto, que versa sobre a institucionalização da EaD. A partir de nossas vivências, identificamos percalços, mas também potencialidades. Consideramos que é urgente (re)pensar as práticas científicas em âmbito educacional, tanto no que concerne ao objeto quanto no que diz respeito aos recursos tecnológicos mais atuais. Em todo caso, é imprescindível que o pesquisador mantenha seu olhar crítico.

A internet não traz a solução de todos os problemas na ciência, mas, ao revés, produz outros. A escolha metodológica deve partir de ampla reflexão teórica por parte do cientista. Deve-se considerar as possibilidades e limitações dos métodos de coleta e análise, selecionando-se aqueles mais adequados às hipóteses e, conseqüentemente, aos objetivos do estudo. Porque essa adequação é essencial para atingir possíveis respostas aos questionamentos levantados pelo pesquisador (VALERIO; PANIAGO, 2020). Inclusive, a combinação parece-nos uma perspectiva bastante adequada. Ao fim e ao cabo, salientamos que as proposições do Quadro 1 são discussões incipientes e cimentadas nas nossas experiências. Não se trata de afirmação cabal acerca da temática. Portanto, convidamos outros pesquisadores e pesquisadoras para que, juntos, possamos pensar em caminhos epistemológicos e metodológicos capazes de abranger a pesquisa na educação conciliando potencialidades tecnológicas com as características do objeto em meio à sociedade contemporânea.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste texto não foi esgotar as possibilidades no que tange às discussões epistemológicas e metodológicas na educação. A bem da verdade, procuramos expor reflexões que se coadunam com as tendências mais atuais da ciência. Em âmbito educacional, não só o objeto como o próprio método se modificam concomitantemente à expansão e ao desenvolvimento das

tecnologias digitais. A pandemia de COVID-19, além das vidas ceifadas, escancarou problemas sociais históricos. Aliás, intensificou processos que já estavam em curso. Pensando-se especificamente na educação, muitos pesquisadores tiveram que (re)adaptar seus projetos a fim de tornar as pesquisas exequíveis malgrado as medidas de distanciamento e isolamento social.

Evidentemente, por se tratar de uma discussão complexa e ampla, muitas lacunas não podem ser preenchidas no exíguo espaço destas páginas. Mesmo que tenhamos introduzido uma reflexão teórica, a parte propositiva do artigo é indissociável das vivências do pesquisador. Dada a multiplicidade de elementos, objetos, temáticas, áreas, etc. que circunscrevem a educação, é inviável pretender que proposições baseadas na experiência individual se ajustem a quaisquer contextos. Em todo caso, esperamos que nossa discussão possa, especialmente, estimular os debates na área. E que as adaptações feitas em meio ao período pandêmico sirvam às reflexões necessárias que compreendem o fazer científico e, de forma geral, a educação como objeto de estudo que também se modifica em decorrência das transformações geradas pelas TDIC na contemporaneidade.

REFERÊNCIAS

ABREU, N. R. de; BALDANZA, R. F.; GONDIM, S. M. G. Os grupos focais on-line: das reflexões conceituais à aplicação em ambiente virtual. **JISTEM – Journal of Information Systems and Technology Management**, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 5-24, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1807-17752009000100002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 02 maio 2020.

W.; CASTRO, Carmem L. F. de (Org.). **EaD: diálogos, compartilhamentos, práticas e saberes**. Barbacena: Eduemg, 2016, p. 33-46.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

LÉVY, P. **As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática**. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2010. 208 p.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.

NASCIMENTO, Leonardo Fernandes. A Sociologia Digital: um desafio para o século XXI. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 18, n. 41, p. 216-241, jan./abr. 2016.

VALERIO, C. L. L.; PANIAGO, M. C. L. Os desafios de implementação das licenciaturas oferecidas pela Universidade Aberta do Brasil no Instituto Federal de Mato Grosso em Cuiabá. **Research, Society and Development**, Itajubá, v. 9, n. 3, p. 1-12, 2020. Disponível em: <<https://rsd.unifei.edu.br/index.php/rsd/article/view/2251/2049>>. Acesso em: 1 maio 2020.

VELOSO, B. WhatsApp como ferramenta para a organização de grupos focais online na pesquisa em educação: um relato de experiência. In: Congresso Internacional de Educação e Tecnologias Digitais e Encontro de Pesquisadores em Educação a Distância, 2020, São Carlos. **Anais do CIET:EnPED**. São Carlos: [s. n.], 2020. Disponível em: <<https://cietenped.ufscar.br/submissao/index.php/2020/article/view/964/708>>. Acesso em: 14 jul. 2021.

**DIVERSIDADE ORGANIZACIONAL É INCLUSÃO OU ESTRATÉGIA? ESTUDO DESSAS
PRÁTICAS DE GESTÃO EM UMA ORGANIZAÇÃO DA REGIÃO NOROESTE PAULISTA**

**DIVERSIDADE ORGANIZACIONAL É INCLUSÃO OU ESTRATÉGIA? ESTUDO DESSAS
PRÁTICAS DE GESTÃO EM UMA ORGANIZAÇÃO DA REGIÃO NOROESTE PAULISTA**

IS ORGANIZATIONAL DIVERSITY INCLUSION OR STRATEGY? STUDY OF THESE
MANAGEMENT PRACTICES IN AN ORGANIZATION IN THE NORTHWEST REGION OF PAULISTA

CHAGAS, Ander Diego Teodoro
Centro Universitário de Santa Fé do Sul-UNIFUNEC
Graduando em Administração – UNIFUNEC
anderdiego26@gmail.com

ANDRADE, Erica Fernanda Pereira de
Centro Universitário de Santa Fé do Sul-UNIFUNEC
Mestre em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente
ericafernanda.edu@hotmail.com

Resumo

A diversidade se faz presente no ambiente organizacional, entretanto, no Brasil, é ainda mais caracterizada graças à história da formação étnica do país. Nesse âmbito, o portador de necessidades especiais torna essa discussão ainda mais delicada, pois o foco da grande maioria é cumprimento da lei de cotas e não criação da oportunidade, desenvolvimento e valorização deles. Este estudo objetiva identificar se uma empresa da região Noroeste Paulista promove a gestão da diversidade humana por meio da contratação de portadores de necessidades especiais para proporcionar a inclusão ou como uma estratégia de gestão. Para tanto, foi realizada uma revisão bibliográfica e um estudo de caso cujo método foi exploratório e o instrumento de coleta de dados foi questionário aplicado a 100% dos colaboradores portadores de necessidades especiais. Verificou-se que as condições de trabalho, relações com chefia e pares e acessibilidade foram classificadas como adequadas por 83,33% dos respondentes, mesmo percentual que declaram que não fizeram cursos ou treinamentos, mas possuem avaliação satisfatória das funções que exercem por parte da empresa. Quando questionados sobre preconceito, exclusão do convívio social ou distinção entre membros da organização, 66,66% afirmam nunca terem passado por tal situação, por isso estão totalmente satisfeitos com as atividades desenvolvidas no trabalho. Assim, compreende-se que a diversidade carece de um planejamento para alcançar a inclusão. É importante ficar claro que, apesar deste número de colaboradores atender a cota exigida por lei, a empresa trabalha não apenas com diversidade, porém com um processo de inclusão, de respeito e de oportunidades que poderia ser ampliado.

Palavras-chave: Diversidade Organizacional. Portador de necessidades especiais. Inclusão.

Abstract

Diversity is present in the organizational environment, however, in Brazil, it is even more characterized thanks to the history of the country's ethnic formation. In this context, the person with special needs makes this discussion even more delicate, as the focus of the vast majority is compliance with the quota law and not the creation of opportunity, development and appreciation for them. This study aims to identify whether a company in the Northwest region of São Paulo promotes the management of human diversity by hiring people with special needs to provide inclusion or as a management strategy. Therefore, a literature review and a case study were carried out, whose method was exploratory and the data collection instrument was a questionnaire applied to 100% of employees with special needs. It was found that working conditions, relations with managers and peers and accessibility were classified as adequate by 83.33% of respondents, the same percentage who stated that they did not take courses or training, but have a satisfactory assessment of the functions they perform by the company. When asked about prejudice, exclusion from social life or distinction between members of

the organization, 66.66% say they have never gone through such a situation, so they are totally satisfied with the activities developed at work. Thus, it is understood that diversity lacks planning to achieve inclusion. It is important to be clear that, despite this number of employees meeting the quota required by law, the company works not only with diversity, but with a process of inclusion, respect and opportunities that could be expanded.

Keywords: Organizational Diversity. With special needs. Inclusion.

1 INTRODUÇÃO

O significado da diversidade de variedade nas empresas pode ser entendido primeiro a partir do contexto em que as organizações são inseridas. Globalização, internacionalização de mercados, aumento da concorrência e necessidades dos clientes, fornecedores e funcionários levaram as empresas a adotar novos modelos administrativos, bem como aplicações sociais e ecológicas.

A diversidade está relacionada às peculiaridades humanas que distinguem as pessoas umas das outras, o que atualmente é um desafio importante e complexo para as empresas (PEREIRA, HANASHIRO, 2010).

As organizações devem entender que a diversidade se relaciona com o respeitar e o reconhecer da particularidade de seus colaboradores; logo, gerenciar a diversidade traz implicações para que competências que são necessárias desenvolvam-se para o crescimento e sucesso do negócio. Assim as empresas podem fazer uso dessa diversidade como uma vantagem competitiva, reduzindo qualquer efeito negativo que possa surgir dessa diversidade.

Qualquer que seja a criação da empresa, as características individuais de cada componente definirão a cultura organizacional que forma a sentença, crenças e valores de cada organização (CHIAVENATO, 2014).

É importante que os profissionais responsáveis pelas contratações façam uma qualificação com o funcionário oferecendo programas de acompanhamento a fim de garantir uma estrutura física e social adequada no ambiente de trabalho. Consequentemente, ocorre a promoção de competências necessárias para que os indivíduos possam ingressar no mercado de trabalho, além de desenvolver suas capacidades físicas e sociais que irão propiciar diversos benefícios para as empresas.

A partir do exposto, objetiva-se, com este estudo, identificar se uma empresa da região Noroeste Paulista promove a gestão da diversidade humana por meio da contratação de portadores de necessidade especiais para proporcionar a inclusão ou como uma estratégia de gestão. E apresenta como objetivos específicos: identificar o nível de integração da diversidade na empresa estudada; exibir as dificuldades na conscientização dos colaboradores e apresentar a importância de um programa de inclusão nas empresas que trabalham com diversidade.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Diversidade nas organizações

A sociedade brasileira tem buscado justiça social e o fim das discriminações e preconceitos no Brasil, já que, mesmo sendo um país defensor da diversidade cultural, ainda se encontra preconceito enraizado nas entranhas da sociedade no que diz respeito às distintas características da sociedade. A inclusão de grupos minoritários, cuja classificação é de raça e gênero, é extremamente pequena em nosso país.

Várias mudanças vêm ocorrendo nos últimos tempos e tem havido debate sobre a questão da diversidade dos indivíduos nas empresas (CHIAVENATO, 2014). A sociedade brasileira é caracterizada ainda como diversa e isso acontece principalmente por toda sua história que foi construída.

Ao valorizar raça e dar preferência a quem tem poder econômico, a organização revela seu preconceito aos outros indivíduos que são componentes das sociedades, e isso dificulta ainda mais o ingresso desse grupo discriminado no mercado de trabalho.

No atual cenário, as organizações precisam se antecipar ou se adequar às mudanças. Torres e Pérez-Nebra (2004) citam que as organizações que fazem vista grossa ao conceito da diversidade perdem competitividade.

A diversidade está constantemente em discussão e chama a atenção nos estudos organizacionais. Nkomo e Cox Jr. (1999) entendem que, ao estudar a diversidade, é preciso usar

definições mais amplas como idade, história pessoal e corporativa, formação educacional, função e personalidade. “Diversidade pode ser entendida como um misto entre pessoas com identidades de grupos diferentes dentro de um mesmo sistema social” (NKOMO; COX JR. 1999, p.335).

Quando uma organização sugere melhorar a diversidade cultural no local de trabalho, deve ser preparada para as tensões que possam ocorrer entre indivíduos e apresentar disposição para resolvê-los. É importante notar que as organizações precisam ter consciência de que o aproveitamento da diversidade cultural não é somente elevar a quantidade de trabalhadores que estão no grupo da minoria, mas entender que a diversidade tem implicações quanto ao aproveitamento dos benefícios que essas pessoas têm de oferecer às empresas (FELLOWS, 2005).

Segundo Fleury (2000), a gestão da diversidade é uma proposta do aumento da diversificação do processo da mão de obra e busca maiores vantagens competitivas no mercado.

A gestão da diversidade diz que: “nos termos, entende-se de gestão da diversidade de medidas na administração que está garantindo os atributos pessoais, são considerados recursos para ter melhoria no desempenho das organizações” (THOMAS, 1990 apud AQUINO ALVES; GALEÃO-SILVA, 2004, p.20-29).

Para uma boa prática da gestão da diversidade, existem várias ações legais que os gestores devem adotar para minimizar as barreiras da discriminação e preconceitos no ambiente de trabalho. Destaca-se que existem diferentes tipos de diversidades em uma organização.

A diversidade de gerações é algo que está aumentando atualmente, visto que profissionais de até quatro gerações diferentes trabalham no mesmo espaço organizacional, e isso pode incorrer em diversos conflitos organizacionais.

A diversidade de gênero está associada à comparação ou discriminação que ocorre entre homens e mulheres não só no campo organizacional, como também no meio social.

A questão racial vem sendo debatida há mais de um século por causa de um dos maiores crimes de todos os tempos, a escravidão. Atualmente, a discriminação racial já diminuiu consideravelmente em relação aos velhos tempos.

Freitas *et al.* (2004) relatam que o processo de inclusão dos portadores de deficiência física começou após a II guerra mundial, por causa dos soldados que voltavam da guerra com limitações físicas resultantes dos confrontos nas linhas de batalha. Essa mudança começou nos serviços públicos que procurou criar formas para ajudar melhorar a mobilidade das pessoas com deficiência.

No que tange à homofobia, Rios (2007) a define como sendo “a modalidade de preconceito e de discriminação direcionada contra homossexuais”.

Hanashiro *et al.* (2011) reforçam ainda que, ao serem incluídas, as pessoas têm um sentimento de justiça não só individual como também em seu grupo de identidade.

A sociedade está cada vez mais diversificada e insistente quanto à responsabilidade para a inclusão social, já que o mercado de trabalho é extremamente competitivo e grande parte das empresas não tem estratégias para atender toda a política inclusiva conforme determina as leis sobre essa temática. Portanto as organizações terão problemas internos na área de trabalho se não souberem como lidar com a gestão da diversidade.

Nessa relação de inclusão social, a busca pelo diferencial competitivo e a realidade de uma sociedade de consumo ou de uma força de trabalho cada vez mais diversificada trará muitos desafios para as organizações.

O interesse pelo tema diversidade não é causado apenas por um problema ideológico e igualitário, como também por uma estratégia para as organizações.

Esse é um aspecto comum e um forte argumento no discurso organizacional. Cox (1993) assegura que as vantagens da gestão da diversidade são: atrair e reter os melhores talentos; desenvolver esforços de marketing para atender segmentos de mercado; estimular a criatividade e a inovação; facilitar a resolução de problemas.

Nesse sentido, defende Dessler (2003) “a gestão da diversidade significa maximizar os potenciais da diversidade e, ao mesmo tempo, minimizar suas barreiras como a discriminação que existe em todo lugar”. O autor destaca ainda que as práticas de gestão diversificada consideram as ações obrigatórias e que há uma série de ações judiciais que os gestores devem tomar para minimizar a discriminação no ambiente de trabalho.

Como um dos efeitos desejáveis da diversidade, aponta-se o clima organizacional favorável, o que influencia nos resultados organizacionais, pois, conforme Nkomo e Cox Jr (1999): “Os resultados individuais são divididos em variáveis de respostas afetivas (satisfação, identificação organizacional e envolvimento no trabalho) e em variáveis de desempenho (performance, mobilidade no cargo e compensação).

Para Nkomo e Cox Jr, (1999), o impacto da diversidade influencia o desempenho de indivíduos e organizações.

Nesse sentido, Santos *et al.* (2008) explicam que a diversidade apresenta potencial de influenciar os resultados de uma organização de duas maneiras: variáveis de resposta emocional, isto é, como os funcionários se sentem sobre seus empregos e empregadores, sobrenome e variáveis de desempenho, conforme medido pelos critérios de divulgação de desempenho relacionados à identidade do grupo. Os autores também apontam que fatores cognitivos e variáveis emocionais são importantes, uma vez que o comportamento do indivíduo é motivado pela percepção da realidade, por isso é importante utilizá-lo de forma ampla, divulgar informações e opiniões dos colaboradores no processo de desenvolvimento gerencial.

Com efeito, as “empresas precisam de pessoas competentes, onde quer que estejam, porque querem uma força de trabalho mais produtiva, mentalmente superior e idônea. É o melhor local para trabalhar” (HANASHIRO; CARVALHO, 2005, p.19).

Nkomo e Cox Jr (1999) argumentam que “a diversidade pode ser entendida como uma mistura de grupos com pessoas de grupos diferentes dentro do mesmo sistema social”, e Fleury (2000) acrescenta:

Nesses sistemas, grupos majoritários e minoritários coexistem. Grupos majoritários têm sido historicamente ocupados por homens que sempre tiveram condições financeiras e acesso às oportunidades, o que faz ter melhor qualidade de vida e cargos melhores dentro das empresas. Os grupos minoritários têm uma luta árdua para que possam ter sua inserção sem nenhum tipo de preconceito ou discriminação dentro das empresas.

Na opinião de Lourenço (2002), equipes e grupos são diferentes expressões, no entanto, com conteúdos iguais. Além da gestão, é essencial que o líder forneça um ambiente favorável para inovação e relações favoráveis entre os funcionários.

Fato é que a sociedade brasileira defende sua diversidade cultural com grande orgulho, entretanto ainda existe preconceito muito grande nas diferentes características da sociedade e, com isso, a inclusão de grupos minoritários é bem pequena e enfrenta diversos problemas.

Essa luta vem ocorrendo desde 1995 quando o governo brasileiro propôs formas de lutar contra a discriminação no mercado de trabalho. Para fazer isso, ele pediu a cooperação técnica da Organização Internacional do Trabalho (OIT) para realizar e implementar políticas que promovam iguais oportunidades e de tratamento no emprego e na ocupação. Como resultado, o Ministério do Trabalho instituiu o Grupo de trabalho para a eliminação da discriminação no emprego e ocupação (GTEDEO), em que trabalhadores e empresários assumiram a missão de desenvolver ações para eliminar a discriminação no mercado de trabalho (BRASIL, 2001).

Em relação às categorias de raça e etnia, encontram-se no inciso XLII do artigo 5 da Constituição Brasileira de 1988, que prevê que a prática do racismo representa crime sem fiança. O Brasil que está em um continente caracterizado por uma forte distorção econômica, tem a questão da diversidade com um componente social de alta qualidade, que é facilmente visualizado pelos aspectos qualitativos do desenvolvimento de emprego divulgados na RAIS (BRASIL, 2014).

Em média, o salário das mulheres empregadas no segmento formal é quase 20% menor que o dos homens. Pode-se argumentar, então, que esse diferencial não é discriminação na estação de trabalho desde a tese, pode ser um fator que justificou este salário baixo no caso da força feminina. Na verdade, os dados da RAIS fazem uma correlação próxima de educação e de nível de pagamento. Esta explicação não resiste a um cruzamento de educação e sexo. Seja qual for o nível de educação, a caça à feminilidade é menor do que a dos homens.

No caso da força de trabalho para indivíduos com diploma universitário, o salário dos homens é 74% maior que os revisados para as mulheres. Mesmo que haja qualquer negativa, ainda existe uma discriminação entre homens e mulheres no mercado de trabalho (BRASIL, 2014).

Dado o conteúdo exposto à diversidade cultural dentro das organizações, é importante enfatizar a relevância de incluir grupos minoritários no mercado de trabalho. A empresa especializada na adoção da cultura da inclusão desses grupos passará imagem consideravelmente inovadora, flexível, positiva e consciente. As empresas devem realizar a revolução positiva em face de uma consciência inclusiva na composição de sua estrutura de funcionários. “No entanto, não é suficiente notar que, porque cumpre uma lei, porque é o caso da grande maioria das empresas. Afinal, isso o torna rebocado em seus resultados reais (PERES, 2014).

Conforme Schwarz (2014), o serviço contribui para as questões fundamentais da pessoa em termos de valorização e autonomia.

Observa-se, dessa maneira, que as novas organizações são questionadas quanto à oportunidade de trazer características inovadoras, adotando a cultura de inclusão para o seu dia, vantagens aos funcionários, clientes, a si própria, consumidores e *stakeholders* em geral.

A cultura de inclusão não apenas usa a empresa, mas inicialmente o funcionário, que se sente apreciado e com grande desejo de contribuir de forma eficaz para ajudar a organizar e

agradecer com benefício para a empresa, alterando a cultura organizacional.

A cultura dentro das empresas surge de duas maneiras: a vontade dos proprietários e a interação diária dos funcionários que são integrados. Também pode ser uma cultura organizacional em decorrência da cultura formada na empresa em que é inserida, conforme determinado por um processo adicional de culturas da organização de treinamento, resultante das necessidades da sociedade (DIAS, 2003, p. 38).

Portanto, é importante entender os aspectos que incluem o gerenciamento de diversidade, porque não afeta um problema com soluções ou procedimentos problemáticos, porém está ansioso para organizar a diversificação cultural como crescimento do trabalho (FLEURY, 2000).

Segundo Cox Jr. (1993) (*apud* CARVALHO; HANASHIRO, 2005), a diversidade é a representação, em um sistema, com afiliação a grupos claramente diferentes em termos de importância cultural, como os deficientes.

Colaboradores com deficiência há alguns anos enfrentam vários problemas, como dificuldades e desafios para se adaptarem a uma carreira. Entre eles, uma grande falta de informação adequada, acessibilidade em espaço físico e problemas nos inter-relacionamentos.

Segundo a Associação de pais e amigos dos excepcionais (APAE, 2013), a inclusão de pessoas com deficiências intelectuais ou físicas deve ser feita no mercado de trabalho, já que elas têm os mesmos direitos que outros cidadãos garantidos pela constituição federal do nosso país: direito à vida, liberdade, igualdade, sem discriminação, segurança, propriedade, educação, saúde, trabalho, apartamentos, outros.

A legislação brasileira ratificou duas regras para a conceituação de deficiência: a convenção n. 159/83 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e da Convenção da Guatemala, ancoradas pelo Decreto nº 3. 956, de 8 de outubro de 2001. Em ambas as normas, o conceito de incapacidade pode ser descrito como "pluralidade física, mental, sensorial ou uma pluralidade de limitação", que desativa a pessoa para o exercício das atividades normais da vida e, por essa deficiência, apresenta dificuldade em ter integração social (BRASIL, 2008, p. 20).

A Lei nº 13.146/2015 garante que todas as pessoas com necessidades especiais têm o direito de trabalhar por sua livre escolha e aceitação, em ambientes sem barreiras e inclusivos, em igualdade de oportunidades com outras pessoas. A empresa, pública ou privada, deve favorecer acesso a ela e proporcionar as mesmas oportunidades que atendam à remuneração e não discriminam as circunstâncias, principalmente nos estágios de recrutamento, seleção, ajuste, aprovação, pesquisa periódica, resistência ao emprego, aumento profissional e reabilitação profissional, bem como um requisito completo de aptidão (BRASIL, 2015).

Para o setor privado, a Constituição prevê a obrigação da reserva para pessoas com deficiência, conforme escrito na Lei n. 8. 213/91, que descreve as tarefas de serem obedecidas pelas organizações de direito das quotas. Assim, as empresas com mais de 100 funcionários devem completar 2% a 5% de suas posições com beneficiários reabilitados ou pessoas com deficiências ativas. Organizações que não cumprem tais regulamentações estão sujeitas a multas.

Embora o Brasil seja avançado nesta área, ainda há muitas dificuldades, já que as empresas atendem ao mínimo do que é determinado pela legislação no que se refere à questão da deficiência física, e essa é a principal razão identificada nessa qualificação de indivíduos neste grupo de minorias.

3 MATERIAL E MÉTODOS

Inicialmente foi realizada uma pesquisa bibliográfica em livros e artigos de periódicos sobre o tema e, na sequência, uma empresa da região foi escolhida para a aplicação e desenvolvimento de um estudo de caso.

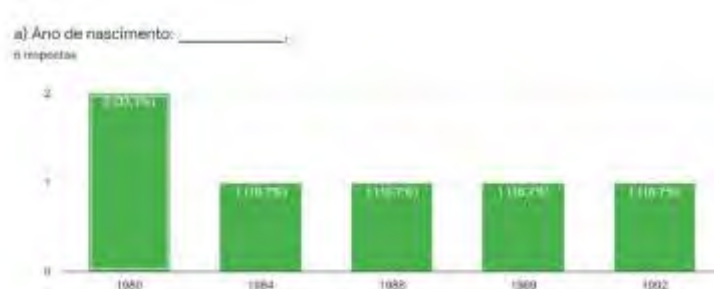
O método utilizado foi exploratório e o instrumento de coleta de dados um questionário qualitativo. Para realização da pesquisa, foi feito contato telefônico com o setor de ARH e encaminhado via aplicativo o questionário para apreciação do proprietário para obter a autorização. Ressalta-se que o empresário solicitou, para autorização, que o nome da empresa fosse mantido em anonimato.

O departamento pessoal efetuou a distribuição dos questionários por aplicativo de mensagens via celular a fim de obter amostragem de 100%. Após isso, o resultado do respondente foi encaminhado diretamente ao pesquisador.

Com o resultado em mãos, a amostragem foi calculada, os dados analisados e apresentados de forma gráfica. O critério de inclusão desse estudo é o respondente ter sido contratado como deficiente físico pelo sistema de cotas; logo, o critério de exclusão foi não fazer parte desse grupo de colaboradores.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O gráfico 1 demonstra a faixa etária dos respondentes que possuem variável entre 29 e 41 anos.



Fonte: Do próprio autor, 2021.

O gráfico 2 apresenta que 100% dos entrevistados são do sexo masculino.



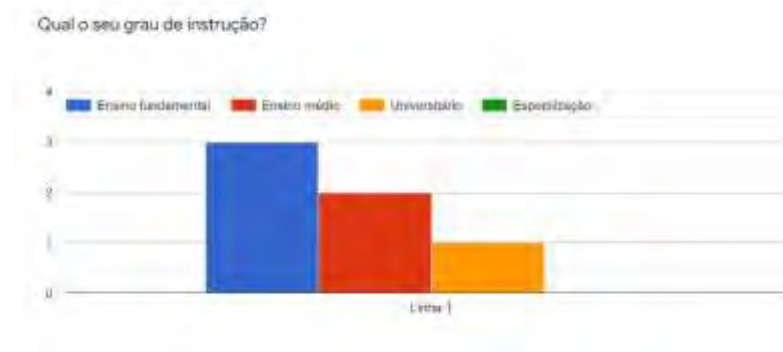
Fonte: Do próprio autor, 2021.

O gráfico 3 aponta a renda mensal dos entrevistados, sendo que 16,67% recebem um salário-mínimo; 33,33%, dois; 50 %, três.



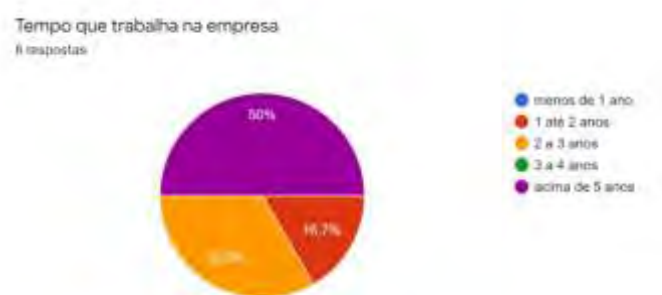
Fonte: Do próprio autor, 2021.

O gráfico 4 expõe o grau de instrução dos entrevistados: 50% concluíram o ensino fundamental; 33,33%, o ensino médio; e somente 16,67% possuem o ensino superior.



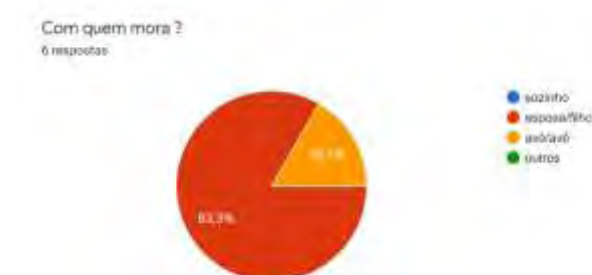
Fonte: Do próprio autor, 2021.

O gráfico 5 se reporta ao tempo que os colaboradores trabalham na empresa: 50% há mais de cinco anos; 33,33%, entre dois e três anos; 16,67%, de um a dois anos.



Fonte: Do próprio autor, 2021.

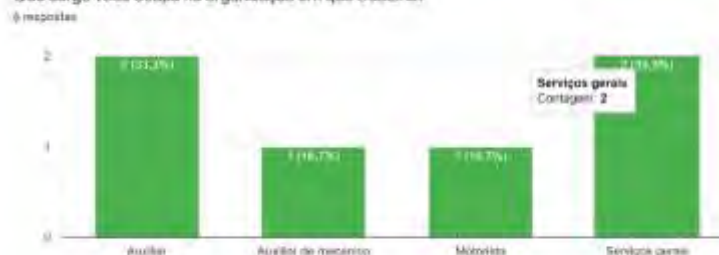
O gráfico 6 apresenta o perfil de moradia dos entrevistados: 83,3% moram com a família (esposa e filhos), enquanto 16,7% residem com os avós.



Fonte: Do próprio autor, 2021.

O gráfico 7 indica qual cargo é ocupado pelos colaboradores entrevistados na empresa: 33,33% ocupam cargos de auxiliar e serviços gerais e outros 16,67% estão lotados em cargos de auxiliar de mecânico e motorista.

Que cargo você ocupa na organização em que trabalha?



Fonte: Do próprio autor, 2021.

A tabela 1 demonstra as respostas sobre as questões conforme os sentimentos e a realidade cotidiana de cada entrevistado.

Tabela 1 - Resultados sobre os sentimentos e a realidade cotidiana dos entrevistados

CLASSIFIQUE DE ACORDO COM SEUS SENTIMENTOS E REALIDADE AS AFIRMAÇÕES ABAIXO:	0 NUNCA	1 RARAMENTE ALGUMAS VEZES POR ANO	2 ÀS VEZES ALGUMAS VEZES POR MÊS	3 FREQUENTEMENTE ALGUMAS VEZES POR SEMANA	4 MUITO FREQUENTEMENTE TODOS OS DIAS
Você gosta das atividades de trabalho que realiza?					100%
Como você avalia as condições de trabalho na empresa como adequadas?				16,67%	83,33%
São positivas as relações com chefes e colegas?				16,67%	83,33%
Sente alguma limitação na realização do seu trabalho?	83,33%	16,67%			
Já sofreu algum tipo de preconceito ou discriminação?	66,67%	33,33%			
Em algum momento você se exclui de seu convívio social por se sentir diferente?	66,67%	33,33%			
Você se capacitou antes de conseguir o seu primeiro emprego?	83,33%	16,67%			
Faz novos cursos para ampliar seu campo de conhecimento?	83,33%				16,67%

Você gosta da função que exerce em seu trabalho?		16,67%			83,33%
Você tem uma boa relação profissional com seus colegas de trabalho?		16,67%			83,33%
Avalia positivamente a acessibilidade nas empresas e comércios que frequenta?		16,67%			83,33%
Avalia o seu desempenho na empresa onde trabalha como satisfatório?				16,67%	83,33%
Quais são as dificuldades encontradas para inclusão no mercado de trabalho	83,33 %			16,67%	

Fonte: Do próprio autor, 2021.

Nas atividades desenvolvidas no trabalho, todos foram unânimes e declararam gostar, ou seja, a reposta foi de 100%.

Sobre as condições de trabalho fornecidas pela empresa como adequadas, foram avaliadas da seguinte maneira: 83,33% responderam que as condições são adequadas e 16,67% sustentam que tais condições ocorrem algumas vezes por semana.

No questionamento sobre a positividade entre chefia e demais colegas, 83,33% argumentaram que a relação é positiva sempre, enquanto 16,67% veem essa positividade ocorrer algumas vezes por semana.

Quanto a sentir limitação na execução do trabalho, 83,33% descreveram que nunca sentiram qualquer problema e 16,67%, que isso ocorre raramente.

Com relação a sofrer algum tipo de preconceito, 66,67% relataram nunca ter sofrido nenhum tipo de preconceito, no entanto 33,33% disseram que isso ocorre raramente. A exclusão do convívio social por parte do colaborador por sentir-se diferente: 66,67% manifestaram que nunca fez isso e 33,33%, que raramente isso acontece.

Sobre capacitar-se para conseguir o primeiro emprego, 83,33% falaram que não fizeram qualquer tipo de capacitação, já 16,67% responderam que é raro ter feito qualquer capacitação.

Acerca da realização de novos cursos para ampliação do campo de conhecimento, 83,33% nunca fizeram, mas 16,67% fazem com frequência.

Com referência a gostar da função exercida no trabalho, 83,33% argumentaram que sim, já 33,33% não gostam das funções raramente.

A boa relação profissional com os colegas é frequente para 83,33%, enquanto 16,67% mencionaram que essa boa relação ocorre algumas vezes por mês somente.

No quesito avaliação da acessibilidade nas empresas e comércio que frequenta, 83,33% disseram que é boa, enquanto 16,67% perceberam que a acessibilidade nesses locais só ocorre às vezes.

Sobre a avaliação do desempenho na empresa como satisfatório, 83,33% enunciaram que é satisfatório todos os dias, enquanto 16,67% disseram que ocorre somente algumas vezes por semana.

No que tange às dificuldades encontradas para a inclusão no mercado de trabalho, 83,33% relataram que nunca enfrentam nenhuma dificuldade, já 16,67% manifestaram que essas dificuldades são frequentes e ocorreram algumas vezes por semana.

4.1 Discussão dos resultados

Os entrevistados são todos do sexo masculino com idade entre 29 e 41 anos e possuem renda entre dois ou três salários-mínimos. Referente ao grau de instrução, metade dos respondentes concluíram o ensino fundamental e apenas 16,67% concluíram o ensino superior. O tempo de casa dos respondentes apresenta baixa rotatividade, pois 50% estão na empresa há mais de cinco anos.

Os colaboradores entrevistados, em sua maioria (33,33%), ocupam cargos de auxiliar e serviços gerais, já outros 16,67% estão lotados em cargos de auxiliar de mecânico e motorista. Eles estão satisfeitos com as atividades que realizam, porque asseguram que a empresa oferece boas condições de trabalho e que as relações com colegas e chefias são positivas.

A maioria sustenta que nunca teve problema na execução de seu trabalho (83,33%). Quanto a sofrer algum tipo de preconceito, 66,67% mencionaram nunca ter sofrido nenhum tipo de preconceito, entretanto 33,33% disseram que isso ocorre raramente e os mesmos percentuais se repetem quanto à exclusão do convívio.

Também deve ser destacado que a maioria não procurou capacitação para ter a primeira oportunidade, tampouco após a oportunidade concedida, mesmo gostando muito da função exercida. A boa relação profissional com os colegas é frequente para a maioria (83,33%).

Sobre a avaliação da acessibilidade, avaliação de desempenho e as dificuldades encontradas para a inclusão no mercado de trabalho, 83,33% acreditam nunca enfrentar nenhuma dificuldade.

Sendo assim, é perceptível que a organização tem trabalhado não apenas com a diversidade, mas sim colocado em prática a inclusão.

5 CONCLUSÃO

É perceptível que a diversidade cultural está presente nos grupos e locais de trabalho das organizações, todavia, no território brasileiro, ela tem força maior pelo histórico de formação étnica do país. Assim, faz-se necessário que as empresas exerçam a gestão da diversidade a fim de conseguir alcançar resultados positivos para o desenvolvimento de suas empresas.

A diversidade nas empresas tem a finalidade da promoção de um local de trabalho saudável, visto que propicia a troca de experiências entre os colaboradores que são detentores de diversos perfis profissionais. Também deixa o colaborador mais motivado, além de melhorar a capacidade de produção que são fatores que aumentam a competitividade da empresa no mercado atual que está cada vez mais concorrido.

Salienta-se, ainda, que uma empresa que apresenta diversidade cultural dispõe de uma nova visão na sociedade da qual faz parte, e isso irá agregar valor maior aos serviços e produtos que essa empresa oferece. Tal transformação não surge de forma rápida, já que essa diversidade nas empresas precisa ser incentivada e constituída aos poucos para que haja o engajamento de todos utilizando comunicação transparente.

Portanto, implantar a diversidade cultural na empresa não é sair contratando de maneira aleatória qualquer profissional apenas para que a legislação seja cumprida, vai muito além disso, porque questões como cor, raça, religião, deficiência, orientação sexual, entre outros não podem definir qualquer tipo de competência.

Contudo, verificou-se que a diversidade carece de planejamentos de inclusão para que os colaboradores tenham um desempenho que se baseie em inovação, produtividade, qualidade e sucesso. É importante ficar claro que, apesar deste número de colaboradores atender a cota exigida por lei para a empresa, existe algo além, pois não se trata apenas de um trabalho com diversidade, é um processo de inclusão, de respeito e de oportunidades que precisa ser ampliado.

REFERÊNCIAS

APAE. Associação de pais e amigos dos excepcionais. **Sobre a deficiência intelectual**: tipo de deficiência intelectual. 2013. Disponível em: <http://www.apaesp.org.br/SobreADeficienciaIntelectual/Paginas/O-que-e.aspx>. Acesso em: 16 mar. 2021.

AQUINO ALVES, M.; GALEÃO-SILVA, L. G. A crítica da gestão da diversidade nas organizações. **RAE - Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 44, n. 3, 2004 Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rae/a/pxZ7ftJN4cHCWhQKH5ZV7nn/?format=pdf&lang=pt> . Acesso em: 28 mar. 2021.

BENTO, M. A. S. (Org). **Ações afirmativas e diversidade no trabalho**: desafios e possibilidades. São Paulo: Casa do Psicólogo. 2000.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TRABALHO. Gotedeo. 2001. Disponível em: <http://www.mtb.gov.br/gm/getedeo/default.htm>. Acesso em: 26 mar. 2021

BRASIL. RAIS - Relação anual de informações sociais. **Microdados da relação anual de informações sociais – RAIS**. 2014. Disponível em http://www.rais.gov.br/RAIS_SITIO/oque.asp. Acesso em: 03 abr. de 2021.

BRASIL. **Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva**. Brasília, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>. Acesso em: 21 fev. 2021.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 05 jul. 2021

BRASIL. Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989. **Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7716.htm. Acesso em: 05 jul. 2021

BRASIL. Decreto nº 3.956, de 8 de outubro de 2001. **Promulga a convenção interamericana para a eliminação de todas as formas de discriminação contra as pessoas portadoras de deficiência**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/d3956.htm. Acesso em: 05 jul. 2021

CARVALHO, S. G. de; HANASHIRO, D. M. M. Diversidade cultural: panorama atual e reflexões para a realidade brasileira. **Revista eletrônica de administração**, v. 11, n.5, set./out., 2005. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/read/article/view/40623>. Acesso em: 29 mar. 2021

CASCIO, W. F. Changes in workers, work, and organizations. In: BORMAN, W.I. **Handbook of Psychology**, v.12. **Industrial and Organizational Psychology**. New Jersey: John Wiley & Sons, Inc. Cap.16, p. 401-422. 2003.

CHIAVENATO, I. **Administração nos novos tempos**: os novos horizontes em administração. 3.ed. Barueri, São Paulo: Manole, 2014.

COX, T. **Cultural diversity in organizations**: theory, research & practice. San Francisco: Berrett Koehler, 1993.

COX, T. Cultural diversity in organizations: theory, research and practice. San Francisco: Berrett Koehler Publishers, 1994 apud FLEURY, M. T. L. Gerenciando a diversidade cultural: experiência de empresas brasileiras. **RAE - Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 40, n. 3, 25, jul/set 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rae/a/YqBJ94QnWgPFBRcD7FJHnQj/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 28 mar. 2021.

DESSLER, G. **Administração de recursos humanos**. 2. ed. São Paulo: Pearson Education Brasil, 2003.

DIAS, R. **Cultura organizacional**. São Paulo: Alínea, 2003.

ETHOS (Instituto Ethos). **O que as empresas podem fazer pela inclusão das pessoas com deficiência**. Marta Gil (Coord.). São Paulo: Instituto Ethos, 2002. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/>. Acesso em: 23 mar. 2021.

FELLOWS, A. Z. Diversidade cultural: competências para gerenciá-la. In: **ENANPAD Encontro nacional dos programas de pós-graduação em administração**, XXIX, 2005. Disponível em: http://www.anpad.org.br/diversos/down_zips/9/enanpad2005-gpra-0135.pdf. Acesso em: 02 abr. 2021

FLEURY, M. T. **Gerenciando a diversidade cultural**: experiências de empresas brasileiras.

RAE – Revista de Administração de Empresas, v. 40, n.3. 2000. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rae/a/YqBJ94QnWgPFBRcD7FJHnQj/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 28 mar.2021.

FLEURY, M. T. L. FISCHER, R.M. **Cultura e poder nas organizações**. São Paulo: Atlas, 1996.

HANASHIRO, D. M. M.; CARVALHO, S. G. Diversidade cultural: panorama atual e reflexões para a realidade brasileira. **REA - Revista Eletrônica de Administração**, São Paulo, ed. 47, v. 11, n. 5, p.1-21. 2005. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/read/article/view/40623>. Acesso em: 28 mar.2021.

HANASHIRO, D. M. M; TEIXEIRA, M. L. M; ZACCARELLI, L. M. **Gestão do fator humano**: uma visão baseada em stakeholders. São Paulo: Saraiva, 2008.

HANASHIRO, D. M. M. *et al.* Medindo inclusão no ambiente organizacional: uma visão “emic” da escala de comportamento inclusivo. **XXXV Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração**, Rio de Janeiro, RJ. 2011. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/GPR2378.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2021

FARIA, J. H.; KREMER, A. Reestruturação produtiva e precarização do trabalho: o mundo do trabalho em transformação. **READ- Revista eletrônica de administração**, v.10, n.5, jul./set. 2004. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/read/article/view/41500/26279>. Acesso em: 30 maio 2021

FLEURY, M. T. L; FISHER, R. M. **Cultura e poder nas Organizações**. São Paulo: Atlas, 1996

LOURENÇO, P.R.M. R. S. **Concepções e dimensões da eficácia grupal**: desempenho e níveis de desenvolvimento. 2002. Dissertação (Doutorado em Psicologia) – Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10316/1017>. Acesso em: 29 abr. 2021

MENDES, R. H. **Diversidade humana nas organizações**: entre a teoria acadêmica e a prática empresarial. 2005. 106f. Dissertação (Mestrado em Administração de Empresas). Escola de administração de empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2005. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/2277/55331.pdf?sequence=2&isAllowed=y>. Acesso em: 14 abr. 2021

MOITA LOPES, L.P. **Identidades fragmentadas**: a construção discursiva de raça, gênero e sexualidade em sala de aula. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.18309/anp.v1i17.607>. Acesso em: 22 mar.2021.

NKOMO, S. M.; COX JUNIOR., T. **Diversidade e identidade nas organizações**. São Paulo: Atlas, 1999.

NKOMO, S.M.; COX, JUNIOR, T. Diversidade e identidade nas organizações. In: CLEGG, S.R. *et al.* **Handbook de estudos organizacionais**. São Paulo, Atlas, 1998.

PEREIRA, J.B.C.; HANASHIRO, D.M.M. Ser ou não ser favorável às práticas de diversidade? eis a questão. **Revista de Administração Contemporânea**, Disponível em: [https://www.redalyc.org/\[s.l.\]](https://www.redalyc.org/[s.l.]), v. 14, n. 4, ago. 2010. Acesso em: <https://www.scielo.br/j/rac/a/WZ679NwLgfFfL9k5yrfL33H/abstract/?lang=pt>. 23 mar.2021.

PEREIRA-SILVA, N.L.; FURTADO A.V. **Inclusão no trabalho**: a vivência de pessoas com deficiência intelectual. 2012. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/psicologia/article/view/23012/19719>. Acesso em: 23 mai 2021.

PRESOTTI, L. **Gerenciar a diversidade cultural nas organizações**: caminhos para a inclusão. 2011. 152 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações) - Universidade de Brasília, Brasília, 2011. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/10186?mode=full>. Acesso em: 10 maio 2021

RIOS, R. R. O conceito de homofobia na perspectiva dos direitos humanos e no contexto dos estudos sobre preconceito e discriminação. In: POCAHY, F. **Rompendo o silêncio**: homofobia e heterossexismo na sociedade contemporânea. Políticas, teoria e atuação. Porto Alegre: Nuances, 2007.

SANTOS, G. C. M. *et al.* Gestão da diversidade: um estudo entre as “melhores empresas para você trabalhar”. In: Seminários de Administração, 11, 2008, São Paulo. **Anais...** São Paulo: FEA/USP, 2008. Disponível em: <http://sistema.semead.com.br/11semead/resultado/trabalhosPDF/445.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2011

SCHAWRZ, A. Compliance: a construção de uma cultura de transparência a partir da comunicação. **Revista Comunicação Empresarial**, São Paulo, n. 93, Ano 24, Aberje, 2014.

THOMAS JUNIOR, R.R. **Além de raça e gênero**: liberando o poder de sua força de trabalho tal por meio da gestão da diversidade, 1991.

THOMAS JUNIOR, R.R. **Além de raça e gênero**: liberando o poder de sua força de trabalho tal por meio da gestão da diversidade, 1991 apud AQUINO ALVES, M.; GALEÃO-SILVA, L. G. A crítica da gestão da diversidade nas organizações. **RAE - Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 44, n. 3, 2004 Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rae/a/pxZ7ftJN4cHCWhQKH5ZV7nn/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 28 mar. 2021.

THOMAS JUNIOR, R.R. **Redefining diversity**. New York: Amacom, 1996.

TORQUATO, G. **Cultura, poder, comunicação e imagem**: fundamentos da nova empresa. São Paulo: Pioneira, 1991.

TORRES, C. V.; PÉREZ-NEBRA, A. R. Diversidade cultural no contexto organizacional. In: ZANELLI, J. C. BORGES-ANDRADE, J. E., BASTOS, A. V. B. (Org.). **Psicologia, organizações e trabalho no Brasil**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

WAGNER III, J. A.; HOLLENBECK, J. R. **Comportamento organizacional**: criando vantagem competitiva. 1.ed. São Paulo: Saraiva, 2002 .

DOCUMENTOS DIGITAIS: CONTRIBUIÇÕES DO PROJETO INTERPARES

DIGITAL DOCUMENTS: PROJECT INTERPARES CONTRIBUTIONS

Área temática: Gestão organizacional e empreendedorismo

COTAIT, Rodrigo Bottino
Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho”
rodrigo.cotait@unesp.br

SILVA, Elton Carlos Cardoso da
Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho”
carlos.cardoso@unesp.br

ALMEIDA, Maria Fabiana Izídio de Almeida
Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho”
maria.izidio@unesp.br

Resumo

O Século XX foi marcado por um avanço tecnológico, resultando em um impulso revolucionário na área da informação, principalmente com a concepção de novo paradigma para o registro dos dados em um formato binário e consequentemente novas alternativas de suporte, mudanças que refletem a facilidade de criação e disseminação da informação. Neste cenário, as ferramentas de tecnologias ganham uma nova perspectiva de destaque na sociedade, e são consideradas imperativas ao progresso científico, social e econômico. Não há como dissociar essa perspectiva da sociedade das tecnologias, em especial as de informação, pois, os fluxos informacionais binários, que se encontram em uma crescente, estão se inserindo nos mais diversos espaços ao substituir o papel, por consequência de suas facilidades. E isso traz desafios aos arquivistas, que precisam pautar-se em ferramentas capazes de auxiliá-los nesses novos fazeres. Frente a esses novos desafios, a comunidade científica se mobilizou dando início a uma nova etapa de pesquisas e um novo campo de reflexões de como gerir essa documentação expressa em novas mídias. Neste sentido, esta pesquisa tem como objetivo geral apresentar uma discussão teórica em torno da diplomática digital, tendo em vista o desafio do arquivista diante a gestão de documentos digitais. Para contribuir com esse desafio, surgem várias discussões e iniciativas com o intuito de pesquisar essas problemática, em destaque o Projeto InterPARES, coordenado pela Arquivista Luciana Duranti, ao qual o Conselho Nacional de Arquivos se insere.

Palavras-chave: Documento Digital, Projeto InterPares, Diplomática Digital.

Abstract

The 20th century was marked by a technological advance, resulting in a revolutionary impulse in the area of information, mainly with the conception of a new paradigm for recording data in a binary format and consequently new support alternatives, changes that reflect the ease of creation and dissemination of information. In this scenario, technology tools gain a new prominent perspective in society, and are considered imperative to scientific, social and economic progress. There is no way to dissociate this perspective of society from technologies, especially information technologies, since binary informational flows, which are in a growing state, are inserting themselves in the most diverse spaces by replacing paper, as a result of their facilities. And this brings challenges to archivists, who need to be guided by tools capable of helping them in these new ways. Faced with these new challenges, the scientific community mobilized, starting a new stage of research and a new field of reflection on how to manage this documentation expressed in new media. In this sense, this research has as general objective to present a theoretical discussion around digital diplomacy, in view of the

archivist's challenge facing the management of digital documents. To contribute to this challenge, several discussions and initiatives have arisen with the aim of researching these issues, in particular the InterPARES Project, coordinated by Archivist Luciana Duranti, to which the National Council of Archives is a part.

Keywords: Digital documents, Project InterPares, Digital Diplomatics

1 INTRODUÇÃO

O Século XX foi marcado por um avanço tecnológico sem precedentes, resultando em um impulso revolucionário na área da informação, principalmente com a concepção de novo paradigma para o registro dos dados em um formato binário e consequentemente novas alternativas de suporte, mudanças essas que refletem a facilidade de criação e disseminação da informação.

Neste cenário, as ferramentas de tecnologias ganham uma nova perspectiva de destaque na sociedade, e são consideradas imperativas ao progresso científico, social e econômico. Não há como dissociar essa perspectiva da sociedade das tecnologias, em especial as de informação, pois, os fluxos informacionais binários, que se encontram em uma crescente, estão se inserindo nos mais diversos espaços ao substituir o papel, por consequência de suas facilidades. E isso traz grandes desafios aos arquivistas, que precisam pautar-se em ferramentas capazes de auxiliá-los nesses novos fazeres.

O aumento expressivo dos fluxos informacionais acarreta uma significância histórica e probatória para os tempos contemporâneos, as

organizações públicas e privadas e os cidadãos vêm cada vez mais produzindo documentos arquivísticos exclusivamente em formato digital e que governos, organizações e cidadãos dependem do documento digital como fonte de prova e informação, e garantia de direitos. (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2004).

Ao se constituir um paradigma informacional com a criação da documentação eletrônica, acompanhado por significativos impactos sociais, se gera a necessidade de preservação e recuperação dessas informações, e

[...] que somente com a participação ativa das instituições e profissionais de arquivo no processo de gestão arquivística serão assegurados a preservação de longo prazo de documentos em formato digital e o acesso contínuo a esses documentos. (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2004).

Fronte a esses novos desafios, a comunidade científica se mobilizou dando início a uma nova etapa de pesquisas e um novo campo de reflexões de como gerir essa documentação expressa em novas mídias. Neste sentido esta pesquisa tem como objetivo geral apresentar uma discussão teórica em torno da diplomática digital, tendo em vista o desafio do arquivista diante a gestão de documentos digitais. Está pesquisa tem relevância, uma vez que é preciso levar a conhecimento dos arquivistas as ferramentas propostas pela Diplomática digital.

Para contribuir com esse desafio, surgem várias discussões e iniciativas com o intuito de pesquisar essas problemática, em destaque o Projeto InterPARES, coordenado pela Arquivista Luciana Duranti, ao qual o Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) se insere. A apresentação deste relevante Projeto InterPares, bem como os conceitos em torno desta temática seguem discutidos abaixo.

2 PROJETO INTERPARES

Com seu início no Ano de 1998, o Projeto InterPARES (*International Research on Permanent Authentic Records in Electronic Systems*) surge como reflexo do crescente interesse na temática de documentos digitais, após as conclusões do Projeto UBC (*Preservation of the Integrity of Electronic*) realizado em abril 1994 a março de 1997, na *University of British Columbia*. O Projeto UBC definiu os

requisitos para a criação, manuseio e preservação dos registros eletrônicos correntes de forma a manter sua confiabilidade e autenticidade. (DURANTI, 2005, p.1).

O Projeto InterPARES, desde seu início, teve como objetivo a produção de conhecimento teórico e metodológico para preservação da documentação eletrônica a longo prazo visando a preservação de sua confiabilidade. Com base nesse conhecimento, objetiva formular modelos, políticas, estratégias e padrões que visem a preservação em fase corrente e permanente dos documentos eletrônicos.

O Projeto se dividiu em quatro fases: O InterPARES 1 (1999-2001), InterPARES 2 (2002-2007), InterPARES 3 (2007-2012) e InterPARES *Trust* (2012-2018).

InterPARES 1: Em sua primeira fase contou com uma equipe de 60 pesquisadores de treze países e assumiu uma perspectiva de conservação, tendo como objeto de estudo os documentos arquivísticos de valor permanente, e contou com a metodologia diplomática ao analisar a documentação eletrônica de forma análoga a documentação física.

A partir desse comparativo, os pesquisadores buscaram elementos similares, objetivando a gestão dessa documentação em banco de dados, com a composição de pesquisadores, em sua maioria arquivistas, com alguns advogados e cientistas da computação. É nesse sentido que a “metodologia do InterPARES 1 teve como foco a análise diplomática e arquivística de estudos de casos selecionados com base na *grounded theory*.” (DURANTI, 2005, p.6).

O *InterPARES 2*, iniciado no Ano de 2002, se debruçou no tocante aos documentos arquivísticos eletrônicos em fase corrente, visando suas políticas de gestão, circulação, metadados e preservação. Ao confiar

[...] nos princípios da interdisciplinaridade, capacidade de transferência, pesquisa aberta e projeto de multi-método, adotando assim uma variedade de metodologias originárias de todas as disciplinas envolvidas, conforme a necessidade de cada atividade de pesquisa. (DURANTI, 2005, p.6).

Com o diferencial da composição de sua equipe mais eclética, com mais de 100 pesquisadores de 21 países, divididos igualmente entre três grupos, produtores de documentos arquivísticos, conservadores de documentos e especialistas em tecnologia, a interdisciplinaridade de sua equipe se mostrou uma facilitadora ao alcançar o comum acordo entre as comunidades profissionais.

O *InterPARES 3* ampliou sua área de atuação ao buscar parcerias em doze países/ regiões, dentre eles o Brasil, para que fosse aplicado o conhecimento teórico-metodológico desenvolvido a partir de suas duas primeiras fases com objetivo de capacitação dos programas e organizações, que atuam na produção e manutenção de documentos arquivísticos digitais.

A equipe brasileira coordenada pelo Arquivo Nacional, denominada de *TEAM Brasil*, teve o apoio da comunidade de pesquisadores acadêmicos e de profissionais que, através de seus colaboradores, realizaram experimentos práticos e estudos em nove casos, que tinham por objetos documentos arquivísticos ou sistemas de manutenção de documentos.

InterPARES Trust: é a expansão das fases anteriores do projeto, assumindo um caráter interdisciplinar, e permeado por uma riqueza referente às áreas de conhecimento, visando credibilidade e confiabilidade em dados eletrônicos inseridos em ambientes online.

ITrust formou-se em uma parceria de pesquisa que,

[...] compreende mais de cinquenta universidades e organizações, nacionais e multinacionais, públicas e privadas, na América do Norte, América Latina, Europa, África, Australásia e Ásia (a Aliança Internacional). Os pesquisadores são especialistas em arquivística, gestão de registros, diplomática, direito, tecnologia da informação, comunicação e mídia, jornalismo, comércio eletrônico, informática em saúde, cibersegurança, governança e garantia da informação, forense digital, engenharia da computação e política de informação. (INTERPARES TRUST, 2020).

A importância desse projeto é ímpar. E a relevância de trazê-lo a este trabalho se traduz pela maneira que influencia diretamente relacionada ao estudo de documentos

arquivísticos digitais no Brasil, ao ter o Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) como um de seus membros colaboradores.

Assim como ao redor do mundo pela numerosa participação de países envolvidos no programa, é indispensável entender como os pesquisadores se posicionam perante a temática de documentação digital e como os arquivistas irão desenvolver suas atividades e práticas frente a documentação digital, visando sua autenticidade e preservação a curto e longo prazo.

2.1 Documento digital e documento arquivístico digital

No intuito de estudar os meandros da documentação arquivística digital, *a priori* se faz necessário uma definição objetiva e clara a respeito de documentação arquivística para possibilitar a sua diferenciação quanto documento, informação e dados.

Duranti (2005) no seu artigo intitulado “*Rumo a uma Teoria Arquivística de Preservação Digital: as descobertas conceituais do Projeto InterPARES*” apresenta que “[...] antes de mergulharem no estudo do material digital, era necessário estabelecer a natureza do objeto deste estudo” (DURANTI, 2005, p. 6). Diante dessa questão sua equipe definiu

[...] documento como informação afixada a um suporte numa determinada forma, de Informação como uma mensagem que tem como objetivo a comunicação através do espaço ou do tempo, e de dado como a menor parte significativa da informação. (DURANTI, 2005, p. 6).

O Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística, em sua definição a respeito do documento, nos traz “unidade de registro de informações, qualquer que seja o suporte” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 65). Nota-se que ao definir o documento ele o faz de forma ampla a não o caracterizar como documento arquivístico.

Santos, ao tratar de documento nos apresenta uma definição na qual

O documento é uma criação que, ao fixar os signos (escrita, desenho, sons) em um suporte com perspectiva de perenidade, permitiu a preservação de parte da memória humana ao longo do tempo, sem distorções de registro e para muito além das limitações cerebrais. (SANTOS, 2014, p. 116).

Santos (2014) ainda acrescenta que apesar do conteúdo substancial de informações em um documento ser o mesmo, sua interpretação está submetida ao viés do leitor, um filtro formado por seus preconceitos, cultura e contexto de aplicação”. Esse fato pode influenciar o entendimento das informações registradas no documento acabando “por contribuir na definição da memória reconstruída.”. (SANTOS, 2014, p. 116).

Carucci (1983) traça suas considerações referentes aos documentos arquivísticos onde esses têm

[...] desde tempos remotos, a função de testemunhar ou de conferir valor jurídico às relações sociais, às relações entre Estado e sociedade, entre Estado e Estado, garantindo assim a segurança. Disso advém que a documentação de uma autoridade pública, de um ente eclesiástico, de um tabelião, apresenta, em relação à própria atividade de cada um deles, características particulares das quais resulta que entre os documentos que compõem o arquivo daquela autoridade, daquele ente, daquele tabelião, existe uma conexão lógica e formal que os liga entre si mediante um vínculo necessário que é chamado comumente de vínculo arquivístico. (CARUCCI, 1983, p. 19)

Para Santos a definição de documento arquivístico é

[...] é um conjunto de dados estruturados, apresentados em uma forma fixa, representando um conteúdo estável, produzido ou recebido por pessoa física ou jurídica (pública ou privada), no exercício de uma atividade, observando os requisitos normativos da atividade à qual está relacionado, e preservado como evidência da realização dessa atividade (SANTOS, 2011, p.136).

Em análise das definições, é possível diferenciá-los quanto a destinação e o contexto de produção do documento, ou seja, Rossato e Flores (2015, p. 40) enfatizam que “O documento arquivístico possui quatro características essenciais que o diferem dos demais tipos de documentos [...] São elas: autenticidade, naturalidade, unicidade e organicidade.”

A autenticidade “refere-se ao controle do processo de criação, manutenção e custódia do documento arquivístico”, pois “[...] os documentos são o que aparentam ser (perceptível pelos seus elementos identificadores) e não foram alterados”, livres de adulteração garantindo sua fidedignidade. (SANTOS, 2014, p. 117). Assim, o princípio da autenticidade tem um vínculo indispensável quanto ao seu processo de criação, manutenção e custódia, pois, “[...] um documento é autêntico quando criado e conservado de acordo com procedimentos que podem ser comprovados a partir de rotinas preestabelecidas.” (ROSSATO & FLORES, 2015, p.40).

Quanto a naturalidade, “os registros arquivísticos não são coletados artificialmente, mas acumulados de modo natural nas administrações”, seguindo os conformes das legislações vigentes. Dessa forma “os registros arquivísticos se acumulam de maneira contínua e progressiva, [...] e isto os dota de um elemento de coesão espontânea.”. (FONSECA, 1998, p.35 e 36).

Embora essa acumulação contínua seja espontânea e natural, não deixa de ser estruturada, em conformidade com o princípio da organicidade, pois ainda estão presentes as “[...] relações que um documento possui com os demais documentos vinculados a uma mesma atividade e, também, em nível macro, com o fundo ao qual faz parte. (SANTOS, 2012, p. 117).

Ou seja, a produção documental reflete a estrutura organizacional e hierárquica da instituição geradora da documentação, assim como seu fluxo documental.

E além dessas características o documento arquivístico tem de estar de acordo com o princípio da unicidade, pois, “[...] assume um lugar único na estrutura documental do grupo à qual pertence.” (DURANTI, 1994, p.52).

Santos (2014) acrescenta que

Mesmo que possua várias vias ou cópias, se cada uma exerce uma função única vinculada à sua produção e uso pela instituição e ao seu vínculo com outros documentos relativos a uma mesma atividade, está respeitada a unicidade. Não significa que não existem cópias, mas que se cada uma tem uma finalidade, elas são únicas. (SANTOS, 2014, p. 117).

Além desses quatro elementos, ao partir da premissa que o documento arquivístico é composto de informação fixada em um suporte, tanto a informação como o suporte interagem de maneira indissociáveis, razão pela qual torna seu conteúdo estável.

De acordo com Duranti (2005), a equipe da *InterPARES* decidiu

[...] adotar a definição arquivística tradicional, que estabelece que documento arquivístico é qualquer documento criado (produzido ou recebido e retido para ação ou referência) por uma pessoa física ou jurídica ao longo de uma atividade prática como instrumento e subproduto dessa atividade. (DURANTI, 2005, p. 6).

A partir da definição de Documento Arquivístico, como pensar o Documento Arquivístico Digital? Para essa discussão é imprescindível um entendimento do que é o documento digital. A Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos (2010) nos apresenta que documento digital é um documento codificado “de dígitos binários, acessível e interpretável por meio de sistema computacional.” (E-ARQ BRASIL, 2011, p.9).

Ante a definição de Documento digital, vale salientar que documento eletrônico, segundo a Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos (2010), é documento codificado em “forma analógica ou em dígitos binários acessíveis por meio de um equipamento digital eletrônico”.

Para Rondinelli (2011), “pode-se dizer que todo documento digital é eletrônico, mas nem todo documento eletrônico é digital”, pois os documentos eletrônicos possuem um espoco mais abrangente, a título de exemplo a “fita cassete cujo som, embora necessite de um equipamento eletrônico para ser ouvido, não se apresenta codificado em bits”. (RONDINELLI, 2011, p. 226).

O documento deixou de ser uma unidade indissolúvel entre a informação e seu suporte de registro. Assim, o foco do tratamento passou a ser a informação e não seu suporte de armazenamento.

Um documento digital é tido como detentor de forma fixa e conteúdo estável quando sua apresentação na tela do computador é sempre a mesma, ainda que essa cadeia mude quando, por exemplo, seu formato é alterado de Word para

PDF. Isto quer dizer que um mesmo documento digital pode ser apresentado a partir de diferentes codificações digitais. Por outro lado, há que considerar que no âmbito dos documentos digitais, as características de forma fixa e conteúdo estável não apresentam limites absolutos como no mundo do papel, devido, exatamente, à sua natureza dinâmica. Isto significa que, com relação a esses documentos, uma certa variabilidade, tanto da forma como do conteúdo, tem que ser considerada. (RONDINELLI, 2011 p. 245).

Porém, a documentação digital, é um tema mais complexo, pois a versatilidade da ferramenta computacional possibilita tanto a criação de documentações nato digitais, como também por meio de conversões de outras documentações para o formato digital. Em ambos os casos a documentação é digital, posto sua característica binária e a necessidade de utilização de hardware e software para a interpretação da informação.

É passível de entendimento que o documento nato digital elimina a necessidade de uso do documento convencional, visto que o documento já nasce digital. Já para documentos que migraram para o formato digital, essa temática tem sido palco de muitas reflexões visto a efervescência de debates no legislativo e interesses governamentais, que tem como intuito fazer com que documentos digitalizados supram a necessidade da guarda da documentação física.

Ante a diversidade de documentação digital é importante ressaltar que nem todos são documentos arquivísticos. A Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos (CTDE), estabelece que o documento arquivístico digital é “um documento digital que é tratado e gerenciado como um documento arquivístico, ou seja, incorporado ao sistema de arquivos”. (E-ARQ BRASIL, 2011, p.9).

Ao qualificar um Documento Arquivístico Digital, se utilizando de uma abordagem metodológica diplomática, onde se realiza um processo análogo entre a documentação arquivística e os documentos digitais, é possível constatar elementos congruentes entre ambos. As características encontradas são: forma fixa, conteúdo estável, relação orgânica, contexto identificável, ação e o envolvimento de cinco pessoas: autor, redator, destinatário, originador e produtor. Quanto a ação e ao envolvimento de cinco pessoas, pelo menos as do autor, redator e destinatário, tem obrigatoriamente que estarem presentes no documento arquivístico digital. (RONDINELLI, 2011. p, 227).

A respeito dessa temática, o documento intitulado Diretrizes do Produtor: a elaboração e a manutenção de materiais digitais (INTERPARES 2, 2011a, p. 5), apresenta o conceito de forma fixa como “qualidade de um documento arquivístico que assegura a mesma aparência ou apresentação documental cada vez que o documento é recuperado”, e define conteúdo estável como

“[...] a característica de um documento arquivístico que torna a informação e os dados nele contidos imutáveis e exige que eventuais mudanças sejam feitas por meio do acréscimo de atualizações ou da produção de uma nova versão”. (INTERPARES 2, 2011a, p. 5).

São necessárias algumas regras, procedimentos e cuidados para que os conceitos de forma fixa e conteúdo estável abarquem os documentos digitais.

Um documento digital é tido como detentor de forma fixa e conteúdo estável quando sua apresentação na tela do computador é sempre a mesma, ainda que essa cadeia mude quando, por exemplo, seu formato é alterado de Word para PDF. Isto quer dizer que um mesmo documento digital pode ser apresentado a partir de diferentes codificações digitais. Por outro lado, há que considerar que no âmbito dos documentos digitais, as características de forma fixa e conteúdo estável não apresentam limites absolutos como no mundo do papel, devido, exatamente, à sua natureza dinâmica. Isto significa que, com relação a esses documentos, uma certa variabilidade, tanto da forma como do conteúdo, tem que ser considerada. (RONDINELLI, 2011 p. 245).

Ante essa característica proveniente da documentação digital, nota-se que está se difere de como a documentação física é tratada, de maneira que se conota um paradigma a ser estudado. Logo, o foco de tratamento é a informação em si e não mais somente o suporte ao qual ela está armazenada.

É nesse sentido que surgem novos desafios à Arquivologia, principalmente quanto autenticidade, pois o requisito “dos documentos arquivísticos é muito estudada e debatida porque

essa é uma característica essencial desses documentos, qualquer que seja o suporte” (REIS, LOUSADA, LACOMBE, 2020, p.143).

É nesse sentido que

A informação orgânica e seu suporte, o documento institucional contemporâneo, não colocam para a diplomática problemas fundamentalmente diferentes daqueles que ela está vocacionada para estudar. (DELMAS, 2010 p.139)

Ao trabalhar a questão da diplomática frente à documentação digital Duranti (2005) disserta que “Ainda que possam se manifestar de maneiras diferentes, os mesmos elementos formais que estão presentes em documentos tradicionais também existem”, podendo ocorrer de forma “explícita ou implicitamente, em documentos eletrônicos.” (DURANTI, 2005, p. 7)

Com isso, abre-se um novo leque de atuação da diplomática ao encarar a fragilidade dos documentos digitais, pois

As novas tecnologias trouxeram à tona outra questão: a da falsificação, ou mais simplesmente, a da manipulação dos textos, dos dados, das imagens, o que facilitaria a banalização do uso das máquinas. (DELMAS, 2010 p.137).

A autenticidade tendo sua definição pela CONARQ, (2009b, p. 5) como a “[...] credibilidade de um documento enquanto documento, isto é, a qualidade de um documento ser o que diz ser e que está livre de adulteração ou qualquer outro tipo de corrupção”.

Para Duranti, a “autenticidade é a confiabilidade de um documento como tal, e se refere ao fato de que um documento é o que ele parece ser e não foi alterado ou corrompido” (DURANTI, 2005, p.11).

Ao empregar o termo de confiabilidade em sua definição, a autora se refere a “*reliability*”, que por uma questão de tradução é equivalente a fidedignidade, onde em parceria com MacNeil, Duranti define esse conceito como

[...] a autoridade e a confiança dos documentos como evidência, isto é, a capacidade de representar os fatos a que se refere. A fidedignidade depende de dois fatores: o nível da completude da forma do documento e o nível de controle praticado sobre o procedimento de criação. (DURANTI; MACNEIL, 2008, s/p)

O Glossário da CTDE entende confiabilidade como a

Credibilidade de um documento arquivístico enquanto uma afirmação do fato. Existe quando um documento arquivístico pode sustentar o fato ao qual se refere, e é estabelecida pelo exame da completeza, da forma do documento e do grau de controle exercido no processo de sua produção. (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2014, p. 15)

O CONARQ ressalta as diferenças entre confiabilidade e autenticidade ao elucidar que “enquanto a confiabilidade está relacionada ao momento da produção, a autenticidade está ligada à transmissão do documento e à sua preservação e custódia”. (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2011, p. 22).

Duranti afirma que os documentos convencionais carregam em seu cerne a presunção de autenticidade, uma característica que não é compartilhada pelos documentos digitais, pois esses têm a necessidade de demonstrar que a sua autenticidade se manteve ao longo do tempo. (DURANTI, 2005, p.11).

A pesquisadora salienta que para assegurar a autenticidade do documento digital este deve abarcar dois conceitos: identidade e integridade. (DURANTI, 2005, p.11).

O conceito de integridade, para a autora está relacionado a completude e o poder de prova de um documento, pois um documento somente é íntegro se estiver intacto e não corrompido, isso é, “se a mensagem, que deve comunicar para atingir seu objetivo, estiver inalterada” (DURANTI, 2005, p. 11).

A CTDE entende integridade como o “[...] estado dos documentos que se encontram completos e que não sofreram nenhum tipo de corrupção ou alteração não autorizada nem

documentada”. (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2016, p. 21). Em sua redação está compreendido a possibilidade de alteração no documento desde que feita de forma autorizada.

Já sobre a identidade a Duranti enfatiza que “identidade se refere aos atributos de um documento que o caracterizam como único e o distingue de outros documentos” DURANTI (2005, p. 11), a autora discorre afirmando que,

Tais atributos são representados pelo nome das pessoas que cooperaram para a sua formação, sua data de criação e tramitação, uma denotação sobre o assunto ou ação a qual espelha a representação de seu inter-relacionamento com os outros documentos de sua estrutura documental e descrição de todos os anexos. (DURANTI, 2005, p.11, nota 14).

Esses atributos presentes na documentação perfazem o diferencial e reafirmam a identidade documental, podendo “[...] estar expressos nos documentos ou em seus metadados, ou implicitamente em seus vários contextos” (DURANTI, 2005, p.11).

A relação de ambos conceitos é possível de ser verificada conforme seu contexto “(jurídico-administrativo, de proveniência, de procedimentos, documental e tecnológico)” (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2020, p. 11) atingindo desde sua produção até sua utilização ao longo do tempo.

Logo, a autenticidade referente a um documento digital está diretamente relacionada a transmissão do documento e sua preservação e custódia “[...] onde o sistema de gestão arquivística deve prever controles de acesso e procedimentos de segurança que garantam a integridade dos documentos”. Tais procedimentos podem ser caracterizados como “controles técnicos e programáticos, diferenciando tipos de documentos, perfis de usuários e características de acesso aos dados, e a manutenção de trilhas de auditoria e de rotinas de cópias de segurança.” (E-ARQ BRASIL, 2020 p.53).

A trilha de auditoria consiste num histórico de todas as intervenções, ou tentativas de intervenção, feitas no documento e no próprio SIGAD¹. Nesse sentido, é também um metadado sobre os documentos arquivísticos digitais e informa sobre sua autenticidade. (E-ARQ BRASIL, 2020 p.107)

A e-ARQ Brasil (CONARQ, 2011) define o Sistema Informatizado de Gestão Arquivística de Documentos (SIGAD) como “conjunto organizado de políticas, procedimentos, pessoas, equipamentos e programas computacionais que produzem, processam, armazenam e proveem acesso à informação proveniente de fontes internas e externas para apoiar o desempenho das atividades de um órgão ou entidade.” Com o objetivo de “fornecer informações sobre o cumprimento das políticas e regras da gestão arquivística de documentos” (E-ARQ BRASIL, 2011, p.33) de determinados órgãos e entidades, a trilha de auditoria é de suma importância para mapear de todo o percurso do documento e das modificações realizadas nele de forma autorizada que possibilitam auditorias no sentido de identificar alterações não autorizadas ou a corrupção desse documento, possibilitando, assim, uma garantia de autenticidade.

Para tanto,

A trilha de auditoria deve registrar o movimento e o uso dos documentos arquivísticos dentro de um SIGAD (captura, registro, classificação, indexação, arquivamento, armazenamento, recuperação da informação, acesso e uso, preservação e destinação), informando quem operou, a data e a hora, e as ações realizadas (E-ARQ BRASIL, 2020 p.107).

A trilha de auditoria somado a outros elementos que buscam analisar a autenticidade do documento fornecem ao arquivista parâmetros consistentes para realizar o trabalho de identificação de fraudes em documentos digitais e ainda proporcionam mecanismos para implantação de sistemas confiáveis, com vistas a manter a preservação dos documentos digitais.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Alinhado ao objetivo geral desta pesquisa, que visa uma discussão teórica em torno dos documentos digitais e eletrônicos, somado a Diplomática Digital foi realizada uma pesquisa bibliográfica, que contemplou um levantamento nas principais bases de dados da Ciência da Informação, com destaque para a Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (Brapci), uma vez que possui uma bibliografia desde 1972, sendo constantemente atualizada. Foi consultado também a Base de Dados de Teses e Dissertações, bem como livros e demais obras pertinentes à pesquisa.

Partindo de palavras-chaves como documento digital, documento eletrônico, diplomática e diplomática digital obteve-se material consistente que possibilitou a discussão e *corpus* teórico desta pesquisa.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Diplomática Digital cresce cada vez mais, hoje até nos pequenos hábitos do dia a dia produz-se uma quantidade exacerbada de documentos digitais, isso por meio de uma conversa por aplicativo de mensagens, operação bancária e até mesmo o simples fato de tirar uma foto, situações essas que podem compor informações relevantes para situação jurídica, por exemplo.

Esses documentos digitais aceitos pelo ordenamento jurídico e outros tidos como nato digitais, ou ainda transformados para o ambiente digital precisam de tratamento, de parâmetros e elementos que auxiliem na sua produção, manutenção, uso e preservação, tendo em visto um prazo curto ou longo de acesso e leitura.

Cabe ao arquivista inteirar-se da diplomática digital, trazê-la para sua realidade e buscar sua implantação, com vistas a garantir que um documento digital produzido hoje, possa ser acessado no futuro, com todas as características e informações da sua produção.

Nesse sentido, é salutar aprofundar-se na Diplomática digital e nos conceitos de documentos digitais e eletrônicos, a fim de abarcar e dar soluções as crescentes necessidades em torno dos documentos digitais.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Conselho Nacional de Arquivos. Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística. (DBTA). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

BRASIL. Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ). Câmara Técnica de documentos eletrônicos. Carta para a Preservação do Patrimônio Arquivístico Digital. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2004.

CARUCCI, Paola. Le Fonti Archivistiche: ordenamiento e conservazione. Roma: La Nuova Italia Scientifica, 1983. 238 p.

CONARQ. Gestão e preservação de documentos digitais. In: I Congresso Nacional de Arquivologia. Brasília, 2004. Disponível em: <<
http://www.conarq.gov.br/images/ctde/apresentacoes_gestao/congresso_abarq_ctde_final_2004.pdf

DELMAS, B. A diplomática diante da metamorfose das fontes. In: *Arquivos para quê? SP: Instituto Fernando Henrique Cardoso (iFHC), 2010.*

DURANTI, L. Diplomática: novos usos para uma antiga ciência (parte v). In: *Acervo - Revista do Arquivo Nacional*, v. 28, n. 1, p. 196-215, 2015. Disponível em:
<https://brapci.inf.br/index.php/res/v/43320>. Acesso em: 23 nov. 2020.

DURANTI, L. Rumo a uma teoria arquivística de preservação digital: as descobertas conceituais do Projeto InterPARES / Luciana Duranti; Tradução Jerusa Gonçalves de Araújo, In: *Arq. & Adm., Rio de Janeiro*, v. 4, n. 1, p. 5-18, jan - jun. 2005.

DURANTI, L. The InterPARES Project: The Long-term Preservation of Authentic Electronic Records: the Findings of the InterPARES Project, Archilab, Columbia, 2005

E-ARQ Brasil: Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos/Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos. 1.1. versão. - Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2011.

E-ARQ Brasil: Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos/Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos. 1.1. versão. - Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2011.

E-ARQ Brasil: Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos/Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos. versão 2 - Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2020.

FONSECA, M. O. Informação, Arquivos e Instituições Arquivísticas. In: Arq. & Adm., Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 33-44, jan./jun. 1998.

REIS, R., LOUSADA, M., LACOMBE, C. O documento arquivístico digital e sua preservação: alguns aspectos sobre presunção de autenticidade. In: Revista do Arquivo Geral da cidade do Rio de Janeiro, n.19, 2020, pp.137-156.

RONDINELLI, R. C. O Conceito de documento arquivístico frente à realidade digital: uma revisão necessária. 2011. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Instituto de Arte e Comunicação Social, Instituto Brasileiro em Ciência e Tecnologia, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro.

ROSSATO, F. H. C. & FLORES, D. O Documento Arquivístico: reflexões acerca do patrimônio cultural. In: *ScientiaTec: Revista de Educação, Ciência e Tecnologia do IFRS-Campus Porto Alegre, Porto Alegre*, v.2 n.3, p. 35-47, jul/dez. 2015.

SANTOS, V. B. A teoria arquivística a partir de 1898: em busca da consolidação, da reafirmação e da atualização de seus fundamentos. Tese (doutorado) - Universidade de Brasília, Faculdade de Ciência da Informação, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, 2011. 268 fl.

SANTOS, V. B. D. Preservação de documentos arquivísticos digitais. In: *Ciência da Informação*, v. 41, n. 1, 2012. DOI: 10.18225/ci.inf..v41i1.1357

SANTOS, V. B. Preservação de documentos arquivísticos digitais. In: *Ciência Da Informação*, vol. 41, n.1. 2014.

ECONOMIA SOLIDÁRIA: ESTRATÉGIA ALTERNATIVA PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL

SOLIDARITY ECONOMY: ALTERNATIVE STRATEGY FOR LOCAL DEVELOPMENT

Área temática: Área 1: Desenvolvimento Social e Políticas Públicas / 1.6 Outras áreas temáticas.

MENEZES, Daniel Francisco Nagao
Universidade Presbiteriana Mackenzie
Mestre e Doutor em Direito Político e Econômico pela UPM.
Nagao.menezes@gmail.com

SANTOS, Dayvid Souza
Faculdade Metropolitana de Camaçari
Mestre e Doutorando em Engenharia Industrial pela UFBA.
agrodayvid@gmail.com

Resumo

O desenvolvimento local é um processo multidimensional que visa melhorar o bem-estar da população. O território tem uma importância estratégica, que se configura como fator de desenvolvimento, pois fundamenta o desenho e a elaboração de políticas adaptadas às condições territoriais. No âmbito destes programas, desde há alguns anos a economia solidária tem sido promovida a nível internacional, no âmbito da qual estão inseridas algumas formas de organização social como cooperativas, mutualidades e empresas sociais, que favorecem o alcance dos objetivos propostos no âmbito local. Com base no exposto, este artigo analisa o papel da economia solidária no quadro das iniciativas de desenvolvimento local. A Economia Social e Solidária, como eixo principal de um sistema econômico justo, democrático, produtivo, solidário e sustentável, cria projetos e programas de melhoria das condições de vida das pessoas. Neste artigo, propõe-se que seja feito um quadro metodológico que permita conhecer cada um dos membros das associações e a tarefa que deve desempenhar em cada fase, com esta concretização os objetivos a atingir e a responsabilidade de cada um ficará claro. Dentre as conclusões da pesquisa, destaca-se a relevância da economia solidária na promoção do desenvolvimento local, uma vez que essas organizações promovem a introdução de alguns serviços de apoio à transformação dos sistemas produtivos locais; bem como a formação de lideranças com capacidade para participar da tomada de decisões relacionadas ao desenvolvimento local.

Palavras-chave: Desenvolvimento Local, Economia Solidária, Território.

Abstract

Local development is a multidimensional process that aims to improve the population's well-being. The territory has a strategic importance, which is configured as a factor of development, as it underlies the design and elaboration of policies adapted to territorial conditions. Within the scope of these programs, for some years the solidarity economy has been promoted at the international level, within which some forms of social organization are inserted, such as cooperatives, mutual societies and social enterprises, which favor the achievement of the proposed objectives at the local level. Based on the above, this article analyzes the role of the solidarity economy in the context of local development initiatives. The Social and Solidarity Economy, as the main axis of a fair, democratic, productive, solidary and sustainable economic system, creates projects and programs to improve people's living conditions. In this article, it is proposed that a methodological framework be created that allows knowing each member of the associations and the task they must perform in each phase, with this achievement the objectives to be achieved and the responsibility of each one will become clear. Among the research findings, the relevance of the solidarity economy in promoting local development is highlighted, as these organizations promote the introduction of some support services for the transformation of local productive systems; as well as the formation of leaders with the capacity to participate in decision-making related to local development.

Keywords: Local Development, Solidarity Economy, Territory.

1 INTRODUÇÃO

As estratégias de desenvolvimento local surgiram como uma proposta alternativa às políticas tradicionais de desenvolvimento voltadas para a promoção do crescimento econômico. Elas surgiram da melhora no comportamento de grandes agregados macroeconômicos como inflação, emprego, renda, entre outras variáveis.

Atualmente, outros fatores que representam benefício para as comunidades são considerados, como políticas de desenvolvimento local; que se baseiam na utilização dos recursos locais (potencial de desenvolvimento), partição local, inovação, desenvolvimento tecnológico e o território como fator estratégico para o desenvolvimento. Na opinião de Cassiolato e Szapiro (2003), o local compreende não apenas a localização da atividade econômica, mas às todas as especificidades que compõem a vida econômica, ou seja, é quando da existência do enraizamento das práticas e relações sociais por membros de determinadas comunidades. No marco desses processos, a economia solidária começa a despontar como instrumento para a consecução dos objetivos de desenvolvimento local; que, em linhas gerais, estão orientadas para a transformação da estrutura produtiva local.

2 FUNDAMENTOS TEÓRICOS DO DESENVOLVIMENTO LOCAL

Com o aprofundamento da globalização a partir da década de 1970, as empresas transnacionais adquirem grande destaque no sistema econômico mundial e o papel do Estado nos processos de crescimento e desenvolvimento é redefinido, portanto o termo desenvolvimento é repensado, já que em termos gerais, os países começam a enfrentar novos desafios de ordem econômica, social, tecnológica e ambiental; portanto, emergi a necessidade de inovar localmente, sobre tudo, nas várias dimensões do processo produtivo para promover a melhoria da qualidade de vida da população.

Alguns autores como Albuquerque (2004) e Vázquez Barquero (1996) argumentam que essas estratégias encontram suas bases nas seguintes políticas:

- A. Iniciativas Locais de Emprego (ILE): surgiram na década de 1980 como uma alternativa para dar uma resposta do território aos problemas de desemprego.
- B. Iniciativas de desenvolvimento de negócios locais (IDE): começaram a se formar a partir da década de oitenta, a partir da necessidade de valorizar o papel das PMEs no desenvolvimento, enfatizando sua contribuição para a geração de emprego e renda.
- C. Iniciativas de desenvolvimento local (IDL): abrangem a abordagem integral dos aspectos que incluem o ILE e o IDE, enfatizando a formação de recursos humanos locais para o emprego, a inovação como base para a transformação dos sistemas produtivos e o fortalecimento do local. tecido de negócios.

Especificamente em torno da definição de desenvolvimento local Vázquez Barquero (2007), afirma que esse processo é promovido a partir de um conjunto de estratégias orientadas basicamente para “influir en las fuerzas y mecanismos que determinan el proceso de acumulación de capital.” (p. 198). Um dos objetivos desta política assenta na melhoria do bem-estar da população local, a partir da criação e fortalecimento de empresas locais, bem como da criação de redes de negócios.

Com base nos argumentos apresentados anteriormente, Vázquez Barquero (2007) argumenta ainda, que o “el desarrollo de una localidad, territorio o país consiste en un proceso de transformaciones y cambios endógenos, impulsados por la creatividad y la capacidad empresarial existente en el territorio” (p. 203). Tais transformações abarcam as várias dimensões do território que se especificam a partir da posição de Cuervo (1998) nos seguintes aspectos:

A. Econômica: visa promover a capacidade dos empresários locais para organizar e utilizar os recursos territoriais como potencial de desenvolvimento, induzindo a geração de vantagens competitivas baseadas na cooperação e solidariedade dos agentes de formação e fortalecimento das PME; que são fundamentais para a criação de sistemas de produção locais especializados.

B. Sociocultural: visa o desenvolvimento de uma cultura econômica própria que, além das raízes territoriais da população local, revele um conjunto de metas e objetivos de desenvolvimento socialmente construídos e amplamente compartilhados por atores públicos e privados locais.

C. Político-administrativo: visa fortalecer os vínculos entre os atores públicos e privados para a tomada de decisões diretamente relacionadas ao desenvolvimento.

Os fatores acima mencionados permitem especificar em cada território os problemas existentes, as oportunidades de desenvolvimento, os recursos potenciais para uma estratégia de desenvolvimento baseada no território, sobre as quais os agentes locais devem intervir para promover a transformação estrutural, entre outros aspectos. Desta forma, os promotores do desenvolvimento têm um diagnóstico pertinente que favorece as intervenções territoriais para alcançar o desenvolvimento local.

Entre as principais diferenças apresentadas pelas políticas tradicionais de desenvolvimento bem como pela política de desenvolvimento local, Albuquerque, Costamagna e Pérez, (2015) destacam que:

A. Políticas com abordagem convencional ao desenvolvimento orientam ações para o crescimento quantitativo, expresso em termos de agregados macroeconômicos (PIB, inflação, emprego, etc.), evolução do nível de emprego em função do crescimento econômico, políticas de subsídios, o investimento do capital estrangeiro, a difusão do crescimento a partir das regiões centrais e as políticas assistenciais adotadas tanto para reduzir a pobreza como a exclusão social.

B. As políticas de desenvolvimento local visam a satisfação das necessidades básicas da população local em termos de emprego, renda, qualidade de vida, conservação dos recursos naturais, articulação e fortalecimento do tecido produtivo, adoção de inovações de base territorial, fortalecimento do local governos, participação direta das partes interessadas na formulação e implementação da política de desenvolvimento, fortalecimento do sistema produtivo; assim como o emprego local para garantir a renda da população e o desenvolvimento de suas capacidades.

Nestes termos, dentro da política de desenvolvimento local, o território socialmente construído é o fator estratégico para o desenho das ações de desenvolvimento local; desde as suas raízes históricas, bem como as suas características sociais, econômicas, culturais, institucionais, políticas e ambientais, os recursos locais, os sistemas produtivos, para citar alguns aspectos, configuram-se como referências fundamentais para identificar as potencialidades do território e definir a política de desenvolvimento de orientação.

Considerando o território como ator de desenvolvimento, Vázquez Barquero (2009) afirma que cada localidade possui um conjunto de recursos que se configuram como potencial de desenvolvimento. Em cada região, país, localidade ou território, existem diferenças em termos de estrutura produtiva, mercado de trabalho, fatores de produção disponíveis, tecido empresarial, capacidade territorial de adoção de inovações, formação de recursos humanos, funcionamento institucional, entre outros aspectos, que são parte das várias dimensões que sustentam a concepção e implementação de iniciativas de desenvolvimento local.

No entanto, autores a exemplo de Albuquerque (1997) e Vázquez Barquero (2007) coincidem em propor alguns aspectos referenciais tidos como diretrizes gerais para o desenho de políticas voltadas para o desenvolvimento local:

A. A articulação produtiva do tecido empresarial com as diferentes atividades rural-urbanas, agroindustriais e de serviços características do território.

B. A geração de empregos produtivos.

C. A promoção da inovação e do desenvolvimento tecnológico com base nos recursos e potencialidades do território; bem como as necessidades apresentadas pelo sistema produtivo e empresarial local.

- D. A participação dos atores locais na estratégia de desenvolvimento.
- E. A incorporação de reformas no sistema educacional, para atender às necessidades de formação profissional e dar respostas aos problemas produtivos e sociais do território.
- F. A formulação de políticas destinadas a promover e fortalecer o setor de pequenas e médias empresas.
- G. Acesso a serviços de apoio à produção, como informação, capacitação empresarial e tecnológica, financiamento de PMEs, entre outros

A estas orientações junta-se a criação no território de um contexto socioeconômico e institucional com tendência para o desenvolvimento, o que implica a adopção de estratégias de promoção do investimento, bem como o reforço dos laços e articulações entre os diversos setores econômicos considerados fundamentais na política de desenvolvimento.

Com base nos argumentos apresentados, destaca-se a importância estratégica das iniciativas de desenvolvimento local, pois promovem ações voltadas para um desenvolvimento a partir da construção social do território, concretizadas na formação de redes de negócios, introdução de inovações, fortalecimento das instituições e criação do capital social. Nesta orientação, cabe referir que no âmbito do desenvolvimento local é considerada fundamental a promoção das PME, bem como de algumas organizações sociais inseridas no que se denomina economia solidária, aspecto que será analisado de forma ampla na secção seguinte.

3 FUNDAMENTOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

Abad e Abad (2014), revela que o termo economia social se baseia nos postulados propostos no século XIX por alguns pensadores como Robert Owen ou Pierre-Joseph Proudhon, em cujos estudos se destaca a necessidade de repensar a estrutura social em vigor na época, que se caracterizava por uma desestruturação gerada a partir do liberalismo econômico. A partir desses alicerces se desenvolvem os alicerces do que se conhece hoje em termos de economia solidária.

Nesse sentido, Coraggio (2011) aborda a economia solidária como uma opção alternativa, por meio da qual se busca a superação da opção “entre el mercado capitalista (al que asocia con la Economía “a secas”) y un Estado central planificador y regulador de la economía (al que asocia con las variantes del socialismo y la Economía Política)” (p. 44).

Na argumentação levantada, o autor fundamenta a necessidade de tomar iniciativas que visem substituir as bases do mercado capitalista, caracterizado pelo poder dos grupos monopolistas, bem como as diretrizes do Estado centralizado, em decorrência da ausência de representante e sistema democrático substantivo, o modelo centralizado pode obedecer aos interesses de determinados grupos econômicos, gerando um sistema econômico injusto e ineficiente para atender às demandas sociais.

A esse respeito, Monzón e Chaves (2012) afirmam que a economia solidária é formada a partir de um conjunto de empresas privadas formalmente organizadas, sob os princípios da autonomia para a tomada de decisões e da liberdade de adesão, orientadas ao desenvolvimento de ações mercadológicas para o atendimento das necessidades de seus parceiros. Essas empresas garantem tanto a produção de bens e serviços, como a distribuição dos excedentes entre os associados. Da mesma forma, a tomada de decisões é realizada por meio de processos democráticos e participativos que não estão diretamente vinculados ao capital aportado por cada membro. Dentro desta categoria, também existem organizações privadas, formalmente constituídas sob os princípios acima mencionados, que são orientadas para a prestação de serviços para a melhoria do bem-estar das famílias, cujos excedentes não são distribuídos entre os agentes econômicos que participam da criação ou do financiamento do mesmo.

Desse modo, partindo da economia solidária, os aspectos econômicos são transcendidos para abarcar os fatores sociais implícitos na construção de uma sociedade, uma vez que as bases dessa economia são gestadas no território considerando suas várias dimensões. Portanto, o

fundamento social da economia solidária encontra-se na articulação da produção e da reprodução, como instrumentos fundamentais para a satisfação das necessidades pactuadas como legítimas pela mesma sociedade (Coraggio, 2011).

Nessa perspectiva, o conceito de economia solidária compreende o conjunto de organizações e empresas constituídas no quadro de uma lógica muito diferente daquela que caracteriza as organizações formadas em uma economia de mercado. Isso fica evidente nos principais aspectos característicos dos empreendimentos de economia solidária, resumidos para os fins deste artigo nos seguintes termos: natureza privada, uma vez que não fazem parte do setor público; personalidade jurídica; são autônomos para a tomada de decisões; plena capacidade para eleger os órgãos sociais, bem como para controlar e organizar todas as suas atividades; concessão de liberdade de filiação, ou seja, a distribuição das vantagens entre os sócios não é proporcional ao capital, mas sim às contribuições feitas pelos seus membros à organização a partir das atividades desenvolvidas; a atividade econômica desenvolvida visa a satisfação das necessidades das pessoas, famílias ou famílias, e são organizações democráticas de pessoas e não de capital.

Entre os tipos de organizações que se enquadram na economia social encontram-se as cooperativas, que têm um amplo campo de atuação desde a sua criação podendo responder à necessidade de produzir bens e serviços voltados para o mercado em geral, mercados solidários ou autoconsumo, bem como também podem prestar serviços específicos aos seus associados, como compra de suprimentos ou pesquisa e assistência técnica; entre outros. Situam-se também mutualidades (que não existem no Brasil), associações, fundações e outros empreendimentos sociais que, embora menos importantes na promoção da economia solidária, se caracterizam pela prossecução de objetivos econômicos e sociais definidos nos fundamentos da economia solidária.

Nesse sentido, Fonteneau et al (2011) definem as principais estruturas organizacionais que compreende a economia solidária, sendo estas:

- A. Cooperativas: associações autônomas e voluntárias de um grupo de pessoas formadas para satisfazer suas necessidades e alcançar aspirações econômicas, sociais e culturais comuns, por meio da criação de uma sociedade de propriedade comum caracterizada por uma gestão democrática.
- B. Mutualidades: organizações criadas basicamente com o objetivo de oferecer serviços sociais aos seus membros, bem como aos seus dependentes, onde os riscos são compartilhados pelos parceiros e os recursos estão em um benefício comum.
- C. Associações e organizações comunitárias: organizações sociais constituídas como um mecanismo para alcançar diferentes formas de liberdade individual de associação, uma vez que têm o objetivo fundamental de produzir bens e serviços para fins sociais que transcendam o aspecto econômico relacionado ao lucro
- D. Empresas Sociais: são organizações formadas para fornecer soluções empresariais para diversos problemas sociais, tais como: emprego, renda, entre outros
- E. Fundações: podem ser públicas ou privadas. Dependendo de sua finalidade, são classificados como integrantes da economia solidária

Da mesma forma, Coraggio (2011) estabelece a configuração da economia solidária no quadro de uma lógica composta por três subsistemas articulados em um sistema econômico de geração e apropriação de recursos, que, dependendo de suas características e estrutura, apresentam algumas tensões e contradições:

- A. Um setor da economia empresarial, caracterizado como heterogêneo e fragmentado, onde predominam o comportamento de curto prazo e o caráter especulativo. É composto pelo setor bancário-financeiro, pelo comércio de importação, pelos oligopólios do comércio varejista que apresentam baixo nível de investimento no campo produtivo e alta vinculação com o capital estrangeiro.
- B. Um setor da economia pública centralizado, caracterizado por altos níveis de regulamentação das atividades econômicas, bem como pelo grau de ineficiência no investimento e na direção econômica.
- C. Um setor da economia social, caracterizado por altos níveis de heterogeneidade, pouco vinculado à atividade produtiva e, em alguns casos, especificado no que se denominou economia de subsistência.

Com base no exposto, fica evidente que os objetivos, a estrutura e a lógica das organizações de economia solidária são altamente relevantes e consistentes para a promoção do desenvolvimento local, uma vez que contribuem para a transformação da dinâmica produtiva, bem como para a revalorização do território, a utilização dos recursos territoriais como potencial de desenvolvimento e a introdução de inovações como eixos fundamentais do desenvolvimento local.

4 ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL

Muitas vezes, as iniciativas de desenvolvimento local e a abordagem da economia solidária têm sido abordadas de forma independente, embora se reconheça que ambas fazem parte de um mesmo processo que, em última instância, leva ao desenvolvimento econômico e social das localidades, cristalizado na melhoria do bem-estar social.

Nesse sentido, interessa articular as bases das estratégias locais e da economia solidária como alicerce para o alcance do desenvolvimento, principalmente nos países latino-americanos que apresentam graves problemas de produtividade, competitividade, desemprego, renda, economia informal, insegurança e pobreza.

A este respeito, destaca-se que tanto o desenvolvimento local como a economia solidária convergem no objetivo de contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população, que se baseia no caso das iniciativas locais, através da transformação estrutural das várias dimensões da território como parte do desenvolvimento e, justamente nesse processo, as organizações de economia solidária têm um papel transcendental na medida em que contribuem para a transformação dos sistemas produtivos locais e a formação de redes de negócios, entre outros aspectos.

Com base no exposto, vale ressaltar que a economia solidária se configura como uma estratégia viável que favorece o alcance dos objetivos de desenvolvimento local. Assim, enquanto a economia solidária é enfatizada nas bases do cooperativismo e associativismo para a criação de organizações que desenvolvem atividades produtivas, visando atingir objetivos que transcendem os aspectos econômicos, a fim de incorporar uma dimensão social no que diz respeito ao trabalho, distribuição de excedentes, participação na tomada de decisões e satisfação das necessidades; o desenvolvimento local ocorre em um determinado território de forma a promover a transformação da estrutura produtiva, a partir da utilização dos recursos locais como potencial de desenvolvimento

Deste modo, as várias organizações baseadas nas linhas de orientação da economia solidária, como as cooperativas, mutualidades e empresas sociais, começam a vigorar à medida que vão surgindo como estratégias alternativas de desenvolvimento econômico e social promovidas desde a perspectiva local. No entanto, destaca que a transformação estrutural vinculada ao desenvolvimento local não pode ser materializada apenas por meio de estratégias de economia solidária, uma vez que, como afirma Altschuler e Casalis (2006), alguns projetos de desenvolvimento, mesmo quando baseados em recursos locais, requerem fortes investimentos de capital, ou inovações técnicas que não podem ser contribuídas por organizações de economia solidária

Portanto, as organizações de economia solidária se estruturam e funcionam com base em um conjunto de princípios compatíveis com o desenvolvimento local, que estão vinculados ao cooperativismo e ao associativismo, e se especificam na autonomia, democracia, solidariedade, participação social., Distribuição de benefícios com base nas atividades dos sócios e não sobre aportes de capital; que leva ao bem-estar dos membros e da sociedade em geral

As contribuições da economia solidária para o desenvolvimento local incluem:

A. Incentiva-se a repensar os mecanismos tradicionais de intervenção do Estado na economia, através das políticas de desenvolvimento, uma vez que estas começam a ser formuladas e implementadas através de projetos integrais que articulem as várias dimensões das iniciativas locais,

de acordo com os princípios que os sustentam. a economia solidária, como a solidariedade, a justiça social, a organização social do trabalho, entre outras.

B. O desenvolvimento é promovido por meio de políticas abrangentes, cuja implementação requer ação coordenada entre os diversos atores que participam das intervenções para promover o desenvolvimento (setor público, organizações não governamentais, comunidade organizada); para tanto, com critérios de eficiência e eficácia, os objetivos propostos com a política, que devem ser socialmente compartilhados pelos membros da sociedade.

C. A ênfase é colocada na renovação das instituições promotoras do desenvolvimento, através da inclusão de mecanismos que envolvam a participação do cidadão na tomada de decisões relacionadas com o processo, o que é promovido em diferentes áreas como educação, saúde, conselhos, vizinhos, etc.

D. Promove-se a adoção de uma visão sistêmica e multidimensional do desenvolvimento, a partir da qual os atores que participam na concepção e implementação da estratégia possam apreender a complexidade do processo, os problemas existentes, as articulações entre as diferentes dimensões do processo, as especificidades do território, bem como as oportunidades e potencialidades disponíveis para direcionar o desenvolvimento com critérios de participação social e solidária.

Dessa forma, conforme afirmam Lopera e Posada (2009), a economia solidária contribui para o alcance dos objetivos das estratégias de desenvolvimento local, por meio da criação de cadeias produtivas, da formação de lideranças, da formação de uma rede de serviços de apoio ao desenvolvimento de atividades econômicas, a formação de recursos humanos, entre outros aspectos. Nessa perspectiva, pode-se afirmar que a economia solidária é uma alternativa viável de estratégia para as localidades. “en la medida en que las comunidades se organicen de manera autogestionaria” (p. 131).

Nos argumentos apresentados, fica evidente o papel da economia solidária como estratégia de promoção do desenvolvimento local, uma vez que se reconhece que ambas as iniciativas são formuladas e promovidas considerando o território como ponto de partida, que como fator de desenvolvimento fornece as principais diretrizes para desenho de políticas. Portanto, a lógica da economia solidária e do desenvolvimento local se especifica no território socialmente construído, a partir de cuja revalorização se busca promover a transformação estrutural do sistema produtivo, como instrumento de melhoria da qualidade de vida da população.

5 CONCLUSÕES

Da posição dos principais expoentes do desenvolvimento local, entre os quais Alburquerque (2015, 2004, 1997); Boisier (2004); e Vázquez (2015, 2009, 2007, 1996), evidencia-se a importância das iniciativas locais como estratégia de promoção do desenvolvimento integral orientado para a transformação da estrutura produtiva territorial, como base para a melhoria da qualidade de vida da população.

Conforme argumentado no desenvolvimento do trabalho, as iniciativas locais diferem basicamente das estratégias tradicionais de desenvolvimento na medida em que o território socialmente construído se configura como fator de desenvolvimento, cujas potencialidades, problemas e características constituem a chave para orientar o desenho, assim como a implementação do desenvolvimento de políticas.

Nesse cenário, uma estratégia para promover a transformação estrutural vinculada às iniciativas de desenvolvimento local no nível da dimensão social encontra-se nas organizações sociais baseadas na economia solidária, tema amplamente abordado por Coraggio (2013, 2011).

Nesse sentido, com base na revisão da literatura na área de desenvolvimento local e economia solidária, pode-se afirmar que ambas as abordagens são complementares. O primeiro assenta nas especificidades de um determinado território, que inclui, para além da dimensão geográfica, dimensões de ordem econômica, social, cultural, institucional, política e ambiental; cujo

objetivo é melhorar a qualidade de vida da população. Já a segunda compreende o conjunto de organizações formadas sob os princípios da autonomia, equidade, democracia, participação e justiça social para o desenvolvimento de uma atividade produtiva que promova benefícios sociais aos sindicalizados, bem como à sociedade em geral.

REFERÊNCIAS

ABAD, J.; ABAD, M. La economía social y solidaria como alternativa económica. Bienes comunes y democracia. **Recerca - Revista de Pensament i Anàlisi**, vol. 15, pp. 55-75, 2014.

ALBURQUERQUE, F.; COSTAMAGNA, P.; PÉREZ, S. **Enfoque, estrategias e información para el desarrollo territorial desde Buenos Aires**, 2015. Disponível em http://www.otu.opp.gub.uy/sites/default/files/docsBiblioteca/C onectadel_web_150final.pdf

ALBURQUERQUE, F. Desarrollo económico local y distribución del progreso técnico (Una respuesta a las exigencias del ajuste estructural). **Cuadernos del ILPES**, n. 43, 1997.

ALBURQUERQUE, F. **El enfoque del desarrollo económico local. Cuaderno de capacitación N° 1. Serie: Desarrollo Económico Local y Empleabilidad**. Buenos Aires: Ediciones Sur, 2004.

ALTSCHULER, B.; CASALIS, A. Aportes del desarrollo local y la economía social a una estrategia nacional de desarrollo. in: García, D.; Nosetto, L. (orgs.). **El desarrollo en un contexto postneoliberal. Hacia una sociedad para todos**. Buenos Aires: CICCUS-FLACSO, 2006..

BOISIER, S. **Desarrollo endógeno: ¿para qué?, ¿para quién? El humanismo en una interpretación contemporánea del desarrollo**, 2004. Disponível em <http://uabcsloreto.com/3Boisier.pdf>

CASSIOLATO, J. E.; SZAPIRO, M. Uma caracterização dos arranjos produtivos locais de micro e pequenas empresas. In: LASTRES, H. M.; CASSIOLATO, J. E.; MACIEL, M. (Orgs.). **Pequena empresa: cooperação e desenvolvimento local**. Rio de Janeiro: Relume Dumará – IE-UFRJ. (2003).

CORAGGIO, J. L. **Economía social y solidaria. El trabajo antes que el capital**. Quito: Ediciones AbyaYala, 2011.

CORAGGIO, J. L. **La economía social y solidaria, y el papel de la economía popular en la estructura económica**. Quito: Instituto Nacional de Economía Popular y Solidaria, 2013.

CUERVO, L. Desarrollo económico local: leyendas y realidades. **Territorios**, vol. 1, pp. 09-24, 1999.

FONTENEAU, B.; NEAMTAN, N.; WANYAMA, F.; PEREIRA, L.; POORTER, M.; BORZAGA, C.; GALERA, G.; FOX, T.; OJONG, N. **Economía social y solidaria: nuestro camino común hacia el trabajo decente**. Montreal: Organización Internacional del Trabajo, 2011.

LOPERA, L.; POSADA, G. Contribuciones de la economía solidaria al desarrollo local: el caso del altiplano norte del departamento de Antioquia. **Semestre Económico**, vol. 23, n. 12, pp. 119- 132, 2009.

MONZÓN, J. L.; CHAVES, R. **La economía social en la Unión Europea**. Bruxelas: Comité Económico y Social Europeo, 2012.

VÁZQUEZ BARQUERO, A. La política de desarrollo local en Europa. **Revista Asturiana de Economía**, vol. 5, pp. 7-25, 1996.

VÁZQUEZ-BARQUERO, A. Desarrollo endógeno. Teorías y políticas de desarrollo territorial. **Investigaciones Regionales**, vol. 11, pp. 183-210, 2007.

VÁZQUEZ-BARQUERO, A. Desarrollo local, una estrategia para tiempos de crisis. **Universitas Forum**, vol. 1, n. 2, pp 01-11, 2009.

VÁZQUEZ-BARQUERO, A. Cambio de modelo de desarrollo en los territorios innovadores: La complejidad del proceso. **Revista Mexicana sobre Desarrollo Local**, vol. 1, pp. 15-26, 2015.

EDUCAÇÃO ESPECIAL PARA O TRABALHO: UM OLHAR PARA A INCLUSÃO
SPECIAL EDUCATION FOR WORK: A LOOK AT INCLUSION

Desenvolvimento Social e Políticas Públicas: Educação e Desenvolvimento

ALMEIDA, Amanda Figueiredo Santos
Terapeuta Ocupacional pela Universidade Federal de São Carlos - UFSCar – Mestranda em
Promoção da Saúde pela Universidade de Franca – UNIFRAN. Participante do Grupo de Estudos
Laboratório de Estratégias em Promoção da Saúde CNPq
amanda_fsalmeyda@hotmail.com

BRUGNEROTTO, Marisa Afonso de Andrade
Fisioterapeuta pelo Centro Universitário Claretiano. Doutora em Saúde da Criança e do Adolescente
pela Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto – USP. Coordenadora e docente do Programa de Pós-
Graduação Mestrado e Doutorado em Promoção da Saúde da Universidade de Franca - UNIFRAN,
Coordenadora do Grupo de Estudos do Laboratório de Estratégias em Promoção da Saúde CNPq
marisa.brunherotti@unifran.edu.br

Resumo

Os aspectos psicossociais do trabalho são discutidos neste estudo, visto que a atividade laboral tem importante repercussão na vida de todos os indivíduos e é considerada primordial para a realização pessoal, elevação da auto-estima, interação social, sentimento de pertencimento e capacidade de construção da identidade e autonomia. Ao se tratar da pessoa com deficiência intelectual, faz-se necessário adotar iniciativas que fomentem sua interação no mundo social e do trabalho, enfatizando as habilidades e atenuando as limitações deste público, proporcionando-lhes condições para se sentirem confiantes na exploração de novas experiências, apontando a emergência de estratégias efetivas para a capacitação de pessoas com deficiência intelectual que almejam a inclusão no mercado de trabalho. Para tanto, este estudo objetiva elaborar uma proposta de intervenção voltada para alunos com deficiência intelectual de uma instituição do interior de São Paulo, a fim de favorecer o empoderamento dos mesmos para sua inclusão social e no mercado de trabalho. Assim, espera-se que na conclusão das intervenções, metade dos participantes experimentem vivências relacionados ao trabalho, podendo ser envio de currículo, entrevistas de emprego, admissões ou início de outra capacitação (como cursos técnicos), contribuindo para um mercado de trabalho inclusivo e uma sociedade mais participativa.

Palavras-chave: Deficiência Intelectual, Inclusão Social, Terapia Ocupacional.

Abstract

The psychosocial aspects of work are discussed in this study, as the work activity has an important impact on the lives of all individuals and is considered essential for personal fulfillment, increased self-esteem, social interaction, a sense of belonging and the ability to build identity and autonomy. When dealing with people with intellectual disabilities, it is necessary to adopt initiatives that encourage their interaction in the social and work world, emphasizing the skills and mitigating the limitations of this audience, providing them with conditions to feel confident in exploring new experiences, pointing to the emergence of effective strategies for training people with intellectual disabilities who aim to be included in the labor market. Therefore, this study aims to develop an intervention proposal aimed at students with intellectual disabilities from an institution in the interior of São Paulo, in order to favor their empowerment for their social inclusion and in the labor market. Thus, it is expected that at the conclusion of the interventions, half of the participants will experience work-related experiences, which may be sending a résumé, job interviews, admissions or starting other training (such as technical courses), contributing to an inclusive labor market and a more participatory society.

Keywords: Intellectual Disability, Social Inclusion, Occupational Therapy.

1 INTRODUÇÃO

A inclusão das pessoas com deficiência no mercado de trabalho reflete mudanças sociais ocorridas nas últimas décadas, identificadas pela ampliação do debate acerca dos direitos desse público e pela criação de legislações específicas que garantem a inclusão dos mesmos no mercado de trabalho (TOLDRÁ, DE MARQUE e BRUNELLO, 2010)

Assim, considera-se que o aluno com deficiência intelectual deve ser visto como um ser ativo, capaz de ser responsável pelo cuidado de suas necessidades pessoais, colaborar com atividades domésticas, inclusive a administração financeira, bem como estar preparado para a inclusão no mercado de trabalho e apresentar autonomia para resolução de problemas e tarefas com as quais se defrontam no decorrer de seu cotidiano.

Tais transformações apontam a necessidade de se adotar iniciativas que fomentem sua interação no mundo social e do trabalho, enfatizando as habilidades de tais alunos e atenuando suas limitações, proporcionando-lhes condições para se sentirem confiantes na exploração de novas experiências.

Desta maneira, a presente pesquisa sugere que a capacitação deste público para a inclusão no mercado de trabalho é imprescindível para a ampliação do espaço de pessoas com deficiência no mundo laboral, no entanto apesar da literatura abordar sobre a importância das atividades laborais na vida da pessoa com deficiência, há uma lacuna de artigos que discorrem sobre estratégias efetivas.

Para tanto, este estudo objetiva elaborar uma proposta de intervenção voltada para alunos com deficiência de uma instituição do interior de São Paulo, buscando a capacitação deste público a fim de potencializar suas habilidades e competências visando garantir estratégias que favoreçam o empoderamento dos mesmos para sua inclusão social e no mercado de trabalho.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

Deficiência intelectual pode ser caracterizada por limitações significativas no funcionamento intelectual e no comportamento adaptativo, como expresso nas habilidades práticas, sociais e conceituais, originando-se antes dos dezoito anos de idade (LUCKASSON *et al.*, 2002).

Carvalho & Maciel (2003, p. 151) classificaram as habilidades citadas anteriormente:

(a) *Habilidades conceituais* – relacionadas aos aspectos acadêmicos, cognitivos e de comunicação. São exemplos dessas habilidades: a linguagem (receptiva e expressiva); a leitura e escrita; os conceitos relacionados ao exercício da autonomia.

(b) *Habilidades sociais* – relacionadas à competência social. São exemplos dessas habilidades: a responsabilidade; a auto-estima; as habilidades interpessoais; a credulidade e ingenuidade (probabilidade de ser enganado, manipulado e alvo de abuso ou violência etc.); a observância de regras, normas e leis; evitar vitimização.

(c) *Habilidades práticas* – relacionadas ao exercício da autonomia. São exemplos: as atividades de vida diária: alimentar-se e preparar alimentos; arrumar a casa; deslocar-se de maneira independente; utilizar meios de transporte; tomar medicação; manejar dinheiro; usar telefone; cuidar da higiene e do vestuário; as atividades ocupacionais – laborativas e relativas a emprego e trabalho; as atividades que promovem a segurança pessoal.

2.2 INFLUÊNCIA SOCIAL NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM

Segundo Piaget (1973) o homem não é social da mesma maneira aos seis meses ou aos vinte anos de idade, assim, sua individualidade não pode ser da mesma qualidade nesses dois diferentes níveis. Sendo assim, entende-se que o aspecto social apresenta uma evolução com o tempo que precisa ser acompanhada e desenvolvida.

Pain (1992) ainda afirma que educar consiste em ensinar, mostrar como se faz o que pode ser feito, ou seja, favorecer o indivíduo a reconhecer sinais, manter uma comunicação intencional, um

meio de expressão: escrever, obedecer às regras, ser pontual, manter sua higiene, entre outros fatores determinantes para obter um trabalho.

A mesma autora ainda afirma que a aprendizagem garante a continuidade do processo histórico e a conservação da sociedade como tal, através de suas transformações evolutivas e estruturais (PAÍN, 1992).

Desta maneira, cabe aos profissionais envolvidos encontrar novas possibilidades de renovação para a ação docente, caminhando num percurso que permita superar os estereótipos e agir, pensar e fazer de outro jeito, menos conservador e mais aberto às comunicações e aprendizagens de fato significativas (BEAUCLAIR, 2016).

Quando se trata de alunos com deficiência intelectual, a equipe interdisciplinar que atende este público deve ter uma visão holística do aluno, levantando as facilidades, enfatizando as potencialidades e amenizando as dificuldades, de forma criativa e consistente, descobrindo estratégias eficazes para o processo de produção do conhecimento.

2.3 A TERAPIA OCUPACIONAL

A discussão acerca do campo social na Terapia Ocupacional conheceu seus primeiros momentos durante a década de 1970, quando os terapeutas ocupacionais atentos aos movimentos sociais do Brasil compreenderam a dimensão político-social de sua prática e buscaram participar dos projetos de ações sociais e em instituições até então distantes de seus interesses (BARROS et al, 2002).

No entanto, foi na década de 80 que os terapeutas ocupacionais começaram a engajar gradativamente nos movimentos sociais (garantia de acesso aos serviços de saúde, luta pelos direitos das pessoas com deficiência, dos portadores de transtornos mentais, de crianças e adolescentes) que culminaram na Constituição de 88 (BARROS et al, 2007).

Por fim, em meados dos anos 90 as práticas no campo da Terapia Ocupacional Social se estenderam, buscando uma associação com a demanda por programas sociais aliados, tendo como ponto de partida a reestruturação das políticas setoriais, tais como a Lei Orgânica de Serviço Social - LOAS e o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA. (GALHEIGO, 2003).

Segundo Malfitano (2005), “a atuação [da Terapia Ocupacional] no campo social prevê projetos que se dediquem a criar e/ou fortalecer as redes sociais de suporte, no âmbito individual e coletivo, a partir do contexto microsocial que o sujeito está envolvido, realizando o trilhar sempre constante com a macroestrutura presente.”

Sendo assim, tal atuação se desenvolve de diversas formas: estabelecendo vínculo do sujeito, família e comunidade; criando e fortalecendo redes de suporte; auxiliando no enfrentamento das patologias sociais; proporcionando informações e garantia de direitos; criando grupos com atividades significativas para a comunidade, atuando preferencialmente no território com população em situação de vulnerabilidade social.

Vale ressaltar dois pontos importantes do campo social: a diferenciação entre ações de campo e núcleo; e o processo de “aceitação” e reconhecimento da Terapia Ocupacional Social.

Basicamente, sobre o primeiro ponto, é importante entender a diferença das ações a partir de seus conceitos. Segundo Malfitano (2005), o termo “campo” tem um caráter mais amplo, geral e envolve diversos atores; enquanto o “núcleo” se caracteriza pela especificidade da atuação de cada área norteadas pela profissão, sendo que a comunicação e ação conjunta dos vários núcleos têm-se denominado intersetorialidade.

Para entender a intervenção do núcleo de terapia ocupacional no campo social não se deve perder o foco da profissão, a qual busca promover a autonomia e cidadania ao indivíduo. Estreitando a atuação de tal profissional, a Terapia Ocupacional Social parte-se do princípio de que é necessário que haja o reconhecimento do outro como interlocutor do processo e que se promova a descentralização do saber do técnico; transferência das ações do sujeito para o coletivo; transferência do setting para os espaços de vida cotidiana; e descaracterização do conceito de atividade como processo individual (MALFITANO, 2005).

Esta diferenciação pode ser o início de reflexões acerca do próprio papel da terapia ocupacional no campo social que devido às questões desta área, tais como a criminalidade, a violência doméstica, o tráfico, demandam maiores ações de campo, quando comparadas com as de núcleo, buscando obter diferentes olhares profissionais. Entretanto, é importante destacar que as ações de campo também carregam os valores da Terapia Ocupacional, sendo que o seu modo de intervir terá características e olhar específicos, diferindo das atuações de outras profissões, ou seja, a

estratégia utilizada por um terapeuta ocupacional para a conscientização de direitos e deveres, por exemplo, será diferente daquela utilizada por um assistente social.

Além disso, outro aspecto que caracteriza a terapia ocupacional neste campo é a vinculação com os jovens, a troca de afetos, o acolhimento, enfim, retorna a questão de que cada profissão assumirá uma postura perante o campo social.

Quanto ao segundo ponto, Barros *et al* (2007) relatam que é comum realizarem afirmações sobre a terapia ocupacional ser socialmente construída, assim como os seus campos são sempre orientados pelos aspectos sociais.

Desta maneira, dificulta-se a reflexão, compreensão e consequentemente, o reconhecimento acerca da utilização do termo “social” como uma prática determinada e deste campo específico de atuação na terapia ocupacional. Assim, entende-se que um campo não pode ser apenas criado, ele precisa ser reconhecido. Para tanto, é preciso realizar o rompimento da terapia ocupacional como profissão exclusivamente da saúde, seu paradigma de fundação que a vinculava exclusivamente à mediação saúde-doença. Além disso, estes profissionais buscaram em outras áreas de conhecimento, como a sociologia e a filosofia, apoios teóricos (BARROS *et al*, 2002).

Além disso, Galheigo (1997) destaca que a construção da cidadania deve ser fruto de uma ação coletiva organizada, na qual a prática social terá de ser reinventada no cotidiano. Posteriormente, a mesma autora (2003) faz uma relação com a terapia ocupacional, profissão social e da saúde, afirmando que esta favorece, em termos gerais, a organização do coletivo e assim possibilita a construção da cidadania plena.

Desta forma, é necessário pontuar a dinâmica do campo social que a partir de atividades coletivas, as quais apresentam seus objetivos norteados pela finalidade de promover o fortalecimento das redes sociais de suporte e reduzir vulnerabilidades e rupturas, identifica demandas individuais a serem trabalhadas.

Enfim, segundo Barros *et al* (2002), a terapia ocupacional social:

“busca um maior compromisso com a população que assiste por meio do conhecimento da sua realidade, das suas necessidades e das maneiras pelas quais as pessoas compreendem o seu mundo e o seu cotidiano. Promove um espaço para reflexões das possibilidades e limites da atuação na atenção a grupos sociais em processos de rupturas das redes sociais de suporte, exigindo um perfil profissional aberto às necessidades do outro, esse outro, aliás, contextualizado e em permanente relação com um meio que o produz e é produzido por ele, no qual o terapeuta ocupacional também participa e intervém.”

A partir desta perspectiva, o presente trabalho levantou demandas a serem trabalhadas com jovens com deficiência intelectual, público frequentemente estigmatizado, buscando construir vínculos, fortalecer redes de apoio social e favorecer seu empoderamento para a participação social e laboral.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 DESENHO DA PESQUISA

Este estudo trata-se de uma descrição de uma proposta analítica, de abordagem longitudinal, que se utiliza da pesquisa quase-experimental para atingir seus objetivos. Os estudos quase-experimentais são assim chamados por não contemplarem a designação aleatória, a manipulação de variáveis ou grupos de comparação (SOUZA, DRIESSNACK & MENDES, 2007).

3.2 LOCAL DO ESTUDO

A proposta de intervenção consiste em atendimentos grupais em uma instituição que atende crianças, adolescentes e adultos com deficiência intelectual de uma cidade do interior de São Paulo.

3.3 PARTICIPANTES DA PESQUISA

Os participantes que serão incluídos devem apresentar: diagnóstico clínico de deficiência intelectual; faixa etária entre 18 e 25 anos de idade; estarem matriculados na instituição escolhida para o estudo e apresentarem o cartão de vacina da COVID 19.

Os participantes não serão incluídos se a família não consentir com a participação do aluno, se a matrícula não estiver atualizada e se não apresentar a carteira de vacinação.

3.4 COLETA DE DADOS

Intervenção

As atividades a serem aplicadas com os participantes, que serão distribuídos em grupos de no máximo 10 pessoas, a partir dos conhecimentos prévios dos alunos e agrupados por homogeneidade de características pessoais, tais como idade, potencialidades, dificuldades, interesses, entre outros, terão duração de um ano, em parceria com a equipe interdisciplinar que acompanha os mesmos.

O quadro 1 ilustra o planejamento das atividades dentro de cada área de desempenho e estima a carga horária necessária para cada tema.

Quadro 1: planejamento terapêutico ocupacional.

ÁREA DE DESEMPENHO	CARGA HORÁRIA	ATIVIDADES DAS SESSÕES DE TERAPIA OCUPACIONAL
Desenvolvimento humano	16 horas de terapia ocupacional	Realização de treino de higiene bucal, bem como o uso do fio dental; organização das mochilas; levantamento de tarefas domésticas a serem realizadas em casa, tendo reforço semanal sobre a execução efetiva no contexto domiciliar; mímica das atividades de vida diária (AVD's); realização de duas palestras com uma enfermeira convidada sobre os temas: "Hábitos de higiene saudáveis" e "Doenças relacionadas a falta de higiene", considerando a importância de figuras ilustrativas.
Desenvolvimento pessoal	16 horas de terapia ocupacional	Apresentação dos documentos pessoais; adaptação do jogo "Eu sou?" (com exploração dos documentos); atividade externa: retirada da Carteira de Trabalho.
Noções de ética e cidadania	8 horas de terapia ocupacional	Apresentação do ECA com reflexão sobre direitos e deveres do aluno e do professor; dinâmicas reflexivas (apêndice 2); vivência: passeio em parque esportivo, sendo que cada aluno experimentou uma deficiência, assim vivenciarão o uso de cadeiras de rodas, vendas nos olhos, protetor auricular, contenção de um membro superior e possibilidade de outro aluno para ser o cuidador, em seguida, os papéis serão invertidos.
Comunicação	8 horas de terapia ocupacional	Brincadeira do "correio elegante" na época de Festa Junina (os alunos ficarão responsáveis pela organização de tal brincadeira dentro da Instituição); atividade na cozinha didática: aprenderão uma receita de palha italiana e, em seguida, gravarão um vídeo ensinando a mesma para ser publicado no facebook da Instituição; atividades externas: visita à uma rádio local e aos correios, aonde os alunos escreverão cartas uns aos outros para postarem.
Noções cívicas	8 horas de terapia ocupacional	Apresentação dos cargos políticos; organização de uma eleição entre o grupo, sendo formados dois partidos com candidatos para prefeito, vice-prefeito e vereador, promovendo as campanhas eleitorais e votação; atividade externa: retirada de título de eleitor.
Recursos comunitários	6 horas de terapia ocupacional	Discussão reflexiva sobre recursos comunitários; atividades externas: visita aos bombeiros e visita à Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP).
Noções de trânsito	6 horas de terapia ocupacional	Jogo "pista certa"; caminhada no quarteirão da Instituição para observação dos sinais/placas de trânsito; atividade na cozinha didática: semáforo de BIS.
Sistema monetário	8 horas de terapia ocupacional	Dinâmica "bazar dos pontos" (será proposto aos alunos que a participação de cada um nas atividades organizadas pela professora e terapeutas, bem como a disciplina e o

		relacionamento interpessoal, valerá pontos que será anotados diariamente em uma tabela, sendo que no final do módulo, tais pontos serão somados e convertidos em dinheiro fictício para serem consumidos em um bazar real, ou seja, eles comprarão guloseimas e roupas e acessórios
Segurança do trabalho	8 horas de terapia ocupacional	Sessão cinema reflexivo: filme “O Operário”; elaboração de mapa de risco da Instituição; atividades externas: palestra e simulação sobre importância dos EPI’s no SENAI e capacitação de primeiros socorros com a equipe do SAMU.
Sistemas e processos organizacionais	8 horas de terapia ocupacional	Entrevista com profissional de fisioterapia da Instituição; atividade direcionada com classificados de jornais; atividades externas: visitas à 3 empresas, sendo uma de pequena, uma de médio e uma de grande porte, conhecendo a dinâmica e hierarquia das mesmas.
Competências básicas para o trabalho	6 horas de terapia ocupacional	Realização de palestra expositiva com profissional dos recursos humanos (RH) da Instituição abordando o tema: “Hábitos e atitudes inerentes ao trabalho”; dinâmica sobre entrevista de trabalho; atividade externa: confraternização de fim de ano em lanchonete próxima a Instituição.

Fonte: elaborado pela autora, 2021.

Todas as atividades foram elaboradas com base nas características do público-alvo, visando a promoção da autoria de pensamento que Fernández (2001) define como “o processo e o ato de produção de sentidos e de reconhecimento de si mesmo como protagonista ou participante de tal produção” (FERNÁNDEZ, 2001).

Visto isso, realizar o planejamento das intervenções citadas anteriormente demandou criatividade para promover experiências aos alunos, despertando o interesse dos mesmos e desenvolvendo a construção do eu, tornando-os autores de seu aprendizado.

3.5 ASPECTOS ÉTICOS

A pesquisa passará pela aprovação do Comitê de Ética da Universidade de Franca. Seguirá a Resolução CNS 466/12.

4 RESULTADOS ESPERADOS E DISCUSSÃO

É importante explorar diversos meios de intervenções como palestras, vivências, dinâmicas, filmes, jogos, brincadeiras e atividades externas, que segundo Beauclair (2016) promovem espaços de construção de movimentos mentais, que permitem abertura para aprofundamentos e reflexões, ampliando forças, despertando energias, desenvolvendo nossos campos vitais à ação. Assim, segue abaixo os resultados esperados para cada área de desempenho:

- Desenvolvimento humano: identificar hábitos adequados de asseio pessoal, ser independente nas AVD’s, ser capaz de organizar seus materiais/pertences, identificar doenças causadas pela falta de higiene, valorização da vida, desenvolver a auto-estima, cuidado com saúde, hábitos saudáveis e bem-estar.
- Desenvolvimento pessoal: reconhecimento, obtenção e utilização de documentos pessoais, destacando a importância dos mesmos.
- Noções de ética e cidadania: identificar a importância do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), respeito e valorização ao próximo, convívio social, comportamento adaptativo, honestidade, colaboração mútua, trabalho em equipe gerenciando conflitos, diferenças e interesses.
- Comunicação: conhecer, identificar e dar função a diferentes meios de comunicação, usar a comunicação alternativa como suporte para se comunicar e reconhecer vocabulário utilizado em diálogos formais e informais.

- Noções cívicas: Identificar as responsabilidades de diferentes cargos políticos e compreender a importância do papel de cidadão como eleitor.
- Recursos comunitários: Identificar locais de serviços públicos seja de saúde, lazer, transporte, bancos, correios e outros.
- Noções de trânsito: conhecer os direitos e deveres do pedestre, reconhecer e interpretar sinais de trânsito e desenvolver hábitos seguros para evitar acidentes.
- Sistema monetário: reconhecer cédulas e moedas, estimular o raciocínio lógico, estimular a autonomia em pequenas compras.
- Segurança no trabalho: identificar a importância dos equipamentos de proteção individual (EPIs), prevenção e cuidados com a saúde do trabalhador, noção básica de primeiros socorros.
- Sistemas e processos organizacionais: reconhecer o que é ensino técnico e superior, identificar ofertas de emprego local, entender carga horária diária, semanal e mensal, reconhecer empresas de pequeno, médio e grande porte, entender a hierarquia institucional.
- Competências básicas para o trabalho: realizar e reconhecer a importância dos hábitos e atitudes inerentes ao trabalho, estabelecer bom relacionamento interpessoal, respeitar regras e cumprir com suas obrigações; promover o comportamento adaptativo.

Vale dar destaque ao meio de intervenção para alcançar tais resultados, o qual é o principal instrumento da Terapia Ocupacional, ou seja, a atividade, tendo suas respectivas ênfases de acordo com a área de atuação. No campo social,

é um construto, uma mediação de relações múltiplas, mas situada no tempo e no espaço culturais; é um conceito inacabado e incorpora em si essa incompletude, constituindo-se pelo movimento, pelo processo de comunicação em linguagem (verbal, gestual, sonora, ou seja, icônica, indicial e simbólica). Trata-se de um conceito que se realiza na experiência e na situação vivida. (BARROS, et al, 2002)

Somado a isto, a mesma autora, afirma que a atividade é percebida, vivida e atuada por cada um de seus atores (a pessoa, o terapeuta ocupacional, o grupo mediato, a cultura e os valores buscados) e é modificada pela intenção de transformação presente nos objetivos do programa em que se inscreve. Desta forma, as atividades não são vistas com significados fixos, mas como uma formação constante de múltiplos significados que se sobrepõem, sendo tanto expressões das identidades, como participantes nos processos que formam estas. (BARROS, 2004).

Dentro da atuação da Terapia Ocupacional no campo social, destaca-se a adoção de alguns princípios de Paulo Freire como uma maneira de atuar baseada na noção de processo: "o processo do ato de aprender, é determinante em relação ao próprio conteúdo da aprendizagem. Não é possível, por exemplo, aprender a ser democrata com métodos autoritários" (FREIRE, 1979).

Desta maneira, com o uso de atividades significativas espera-se que na conclusão das intervenções, metade dos participantes experimentem vivências relacionados ao trabalho, podendo ser envio de currículo, entrevistas de emprego, admissões ou início de outra capacitação (como cursos técnicos).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para a Organização das Nações Unidas (ONU, 2007), a deficiência pode ser uma das causas da pobreza visto que dificulta a plena participação da pessoa com deficiência na vida econômica e social, o que pode ser revertido com o acesso à educação e formação de qualidade, fundamentadas em políticas inclusivas, acessibilidade nos locais de trabalho, legislação antidiscriminação, entre outros fatores que favorecem a igualdade de oportunidades no mercado de trabalho.

Vale ressaltar que as atividades laborais transcendem o acesso à renda e combate a pobreza, o desempenho em uma atividade produtiva, especialmente o trabalho formal contribui para a inclusão social, desenvolvendo o sentimento de pertencimento e da sua própria identidade, haja visto que o papel profissional de uma pessoa informa o seu lugar social, define o seu modo de vida, seus vínculos afetivos e contribui para a sua saúde física e mental.

Desta maneira, a capacitação de alunos com deficiência intelectual de uma instituição de uma cidade do interior de São Paulo pode favorecer inclusão deste público no mercado de trabalho, acarretando na ampliação da sua participação social, promoção de saúde e qualidade de vida, além do aumento da renda familiar e redução da pobreza.

REFERÊNCIAS

- BARROS, D. D.; GUIRARDI, M. I. G.; LOPES, R. E. Terapia ocupacional social. São Paulo: Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo, vol. 14; no. 2, 2002.
- BARROS, D. D. Terapia ocupacional social: o caminho se faz ao caminhar. São Paulo: Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo vol.15, no.3, 2004.
- BARROS, D. D.; LOPES, R. E.; GALHEIGO, S. M. Terapia Ocupacional Social: Concepções e Perspectivas. In: Terapia Ocupacional: Fundamentação e Prática. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007.
- BEAUCLAIR, J. **Teoria e Prática de Dinâmicas de Grupo**. [s/d]. Curso: Pós-Graduação em Psicopedagogia Clínica e Institucional (Unidade I, Módulo 1). FHO|UNIARARAS. Disponível em: <http://e-learning.uniaraaras.br/e-learning/v2/conteudo/2013/tpdg/unidade1/modulo1.html>.
- CARVALHO, E. N. S.; MACIEL, D. M. M. A. Nova concepção de deficiência mental segundo a American Association on Mental Retardation-AAMR: sistema 2002. **Temas psicol.** V.11, n.2. Ribeirão Preto, 2003.
- FREIRE, P. Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- GALHEIGO, S. M. Da adaptação social à construção do coletivo: A cidadania enquanto eixo. Campinas: Revista de Ciências Médicas Puccamp, 1997.
- GALHEIGO, S. M. O social: idas e vindas de um campo de ação em terapia ocupacional. In: Terapia Ocupacional: Teoria e Prática. Campinas: Papyrus, 2003.
- LUCKASSON, R.; BORTHWICK-DUFFY, S.; BUNTINX, W. H. H.; COULTER, D. L.; CRAIG, E. M.; REEVE, A.; SNELL, M. E. **Mental Retardation – definition, classification, and systems of support**. Washington, DC: American Association on Mental Retardation, 2002.
- MALFITANO, A. P. S. Campos e núcleos de intervenção na terapia ocupacional social. São Paulo: Rev. Ter. Ocup. São Paulo. Vol. 16, no. 1, 2005.
- Organização das Nações Unidas – ONU. Mainstreaming disability in the development agenda. 2007.
- PAÍN, S. **Diagnóstico e tratamento dos problemas de aprendizagem**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.
- PIAGET, J. **Estudos Sociológicos**. Rio de Janeiro: Forense, 1973.
- SAINT-JEAN, M. Organização do trabalho e saúde mental. **Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo**. V. 14, n. 03, p. 48-51, 2003.
- SOUSA, V. D.; DRIESSNACK, M.; MENDES, I. A. C. Revisão dos desenhos de pesquisa relevantes para enfermagem. Parte 1: desenhos de pesquisa quantitativa. **Rev Latino-am Enfermagem**, v. 15, n. 3, 2007.
- TOLDRÁ, R. C.; DE MARQUE, C. B.; BRUNELLO, M. I. B. Desafios para a inclusão no mercado de trabalho de pessoas com deficiência intelectual: experiências em construção. **Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo**, v. 21, n. 2, p. 158-165, 2010.

**EDUCAÇÃO NO BRASIL:
POLÍTICAS PÚBLICAS PARA DESENVOLVIMENTO DOS DIREITOS HUMANOS**

**EDUCATION IN BRAZIL:
PUBLIC POLICIES FOR THE DEVELOPMENT OF HUMAN RIGHTS**

Desenvolvimento Social e Políticas Públicas: Educação e Desenvolvimento

URSINI, Driely Turi
Uni-FACEF

Graduada em Licenciatura em Matemática. Professora da Rede Municipal na Educação Básica.
Aluna Especial do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, Mestrado em Desenvolvimento Regional, do Centro Universitário Municipal de Franca – Uni-FACEF.
dricaurisni@gmail.com

BORGES, Donaldo de Assis

Doutor em História UNESP/Franca. Professor do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, Mestrado em Desenvolvimento Regional, do Centro Universitário Municipal de Franca – Uni-FACEF.
donaldo.borges@gmail.com

Resumo

O presente trabalho busca apresentar, de maneira simples e objetiva, os direitos humanos em educação, como são aplicados no Brasil e quais as principais políticas públicas que os promovem dentro da Escola Básica ou Universidades. É relevante que se possa trazer o tema de maneira clara e prática, fazendo com que qualquer indivíduo, leigo ou especialista no assunto, possa entender o que é e o que está sendo feito para que seus direitos sejam colocados em vigência. A metodologia de pesquisa utilizada neste trabalho foi a revisão bibliográfica acerca do tema. A educação é uma arma poderosa para o desenvolvimento dos direitos humanos, ferramenta essencial para construção da democracia, da cidadania e da justiça social. Foi possível concluir sobre a necessidade de políticas públicas, que garantam educação para todos os cidadãos. A educação fornece conhecimento e esse por sua vez é libertador, muda a forma de pensar e agir das pessoas, ajudando a formar uma sociedade mais justa e igualitária.

Palavras-chave: Educação; Políticas Públicas; Direitos Humanos; Democracia; Cidadania.

Abstract

This paper seeks to present, in a simple and objective way, human rights in education, how they are applied in Brazil and what are the main public policies that promote them within Basic Schools or Universities. It is important that we can bring the subject up in a clear and practical way, so that any individual, lay person or expert on the subject, can understand what it is and what is being done so that their rights are put into effect. The research methodology used in this work was the literature review on the subject. Education is a powerful weapon for the development of human rights. It is an essential tool for building a democratic and just society. It was possible to conclude on the need for public policies that guarantee education for all citizens. Education provides knowledge and this in turn is liberating, it changes the way people think and act, helping to form a more just and egalitarian society.

Keywords: Education; Public policy; Human rights; Democracy; Citizenship.

1 INTRODUÇÃO

No decorrer de suas vidas, a maioria dos cidadãos, de qualquer lugar do mundo, ouvirá falar sobre Direitos Humanos. Pode ser que ouça dizer sobre serem leis criadas para resguardar malfetores, ou no dito popular: "defender bandido", pode ser que ouça dizer sobre a liberdade e a igualdade de dignidade e direitos ao nascer, o fato é que em algum ou alguns momentos, o indivíduo ouvirá dizer.

Em 1948, um documento redigido por representantes de diversas origens: culturais, jurídicas e de diferentes locais do mundo, foi publicado pela Organização das Nações Unidas (ONU), era a

Declaração Universal dos Direitos Humanos. O objetivo de tal declaração é que seja assegurado direitos humanos para qualquer cidadão, independente do lugar do mundo em que estiver.

Hoje, 193 países são signatários da ONU, isso significa que nesses locais, nos territórios destes países, deve ser garantido aos cidadãos que seus direitos básicos serão respeitados. A ONU não faz papel de fiscalização, porém, faz monitoramentos e emite recomendações para o cumprimento do que foi estabelecido na Declaração.

Nos países, por sua vez, as Constituições de cada um garantem que serão estabelecidos aos cidadãos seus direitos básicos, sob pena de ações jurídicas em caso de descumprimento. Em território brasileiro, a Constituição Federal de 1988, assegura a população de seus direitos básicos.

No que diz respeito a área da educação, desde 20 de dezembro de 1996, quando aprovada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei 9.394/96, ficou determinado para todos os cidadãos brasileiros, o direito a educação.

No ano de 1990, durante a Conferência de Jomtien realizada na Tailândia, foi apresentada ao mundo a Declaração Mundial sobre Educação Para Todos. Com o objetivo de tornar real o que houvera sido estabelecido na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, foi criado um documento para estabelecer tratados internacionais e recomendações visando promover a educação para todos os cidadãos.

O Brasil, como país signatário da ONU, está incluso nos países que se propuseram a levar educação para todo e qualquer cidadão de seu território. Desde então, a nação tem desenvolvido políticas públicas e monitoramento dos objetivos propostos nas conferências, medindo assim o avanço dos esforços promovidos.

Uma política pública amplamente conhecida pela área de educação é o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH), lançado em 2006, no Brasil. O PNEDH é uma ação feita com a colaboração da Secretaria Especial de Direitos Humanos e os Ministérios da Educação e Justiça, tem como objetivo orientar a formação do cidadão de direitos.

O documento norteador de ensino a nível nacional no Brasil é a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), esta se preocupa em trazer os direitos humanos no seu conteúdo. O objetivo da base é garantir que qualquer estudante, de qualquer região do país, aprenda um conjunto fundamental de conhecimentos e habilidades comuns. Serão abordados durante este texto, os Direitos Humanos na BNCC.

Foi possível concluir, através da pesquisa e estudo do tema que, através de políticas públicas em educação, é viável mudar muitos preconceitos estruturais da sociedade, com a mudança da mentalidade através de gerações mais conscientes e instruídas, poder-se-á construir uma sociedade melhor para se viver.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O presente trabalho buscou abordar os direitos humanos e sua aplicação na área da educação. Para isso, foi feito uso da revisão bibliográfica acerca do tema. Foram utilizados autores como Hunt e Rabenhorst para tratar sobre os direitos humanos, e no que se refere a educação, foram buscadas leis e documentos públicos, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH), Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e, Declaração Universal dos Direitos Humanos.

2.1 Breve história dos Direitos Humanos

Ao perguntar: —O que são Direitos Humanos?— é possível encontrar uma infinidade de respostas diferentes. Para introduzir essa resposta, Rabenhorst (2016, pg. 16) diz:

O que se convencionou chamar «direitos humanos» são exatamente os direitos correspondentes à dignidade dos seres humanos. São direitos que possuímos não porque o Estado assim decidiu através de suas leis ou porque nós mesmos assim o fizemos por intermédio dos nossos acordos. Direitos humanos, por mais pleonástico que isso possa parecer, são direitos que possuímos pelo simples fato de que somos humanos.

Para que os direitos humanos fossem garantidos a todos, houve a necessidade de a humanidade escrever orientações e cada país criar sua Constituição para garantir o cumprimento dos direitos.

Apesar de ser popularmente conhecidos após o ano de 1948, pela publicação da ONU da Declaração Universal dos Direitos Humanos, os conceitos de direitos humanos já vinham sendo abordados e moldado há muitos anos.

De acordo com Hunt (2009, pg. 13):

No seu primeiro rascunho da Declaração da Independência, preparado em meados de junho de 1776, Thomas Jefferson escreveu: "Consideramos que estas verdades são sagradas e inegáveis: que todos os homens são criados iguais e independentes [sic], que dessa criação igual derivam direitos inerentes e inalienáveis, entre os quais estão a preservação da vida, a liberdade e a busca da felicidade". Em grande parte, graças às suas próprias revisões, a frase de Jefferson logo se livrou dos soluços para falar em tons mais claros, mais vibrantes: "Consideramos estas verdades autoevidentes: que todos os homens são criados iguais, dotados pelo seu Criador de certos Direitos inalienáveis, que entre estes estão a Vida, a Liberdade e a busca da Felicidade". Com essa única frase, Jefferson transformou um típico documento do século XVIII sobre injustiças políticas numa proclamação duradoura dos direitos humanos.

Mas o que são de fato os direitos humanos? O que está intrínseco neste conceito? Hunt (2009, pg. 19) explica que:

Os direitos humanos requerem três qualidades encadeadas: devem ser *naturais* (inerentes nos seres humanos), *iguais* (os mesmos para todo mundo) e *universais* (aplicáveis por toda parte). Para que os direitos sejam direitos *humanos*, todos os humanos em todas as regiões do mundo devem possuí-los igualmente e apenas por causa de seu status como seres humanos. Acabou sendo mais fácil aceitar a qualidade natural dos direitos do que sua igualdade ou universalidade. De muitas maneiras, ainda estamos aprendendo a lidar com as implicações da demanda por igualdade e universalidade de direitos.

De acordo com o que se tem de registros, Hunt (2009, pg. 19) conta que, a igualdade, a universalidade e o caráter natural dos direitos humanos ganharam uma expressão política direta pela primeira vez na Declaração da Independência americana, de 1776, e na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, de 1789.

Mais de cem anos depois, em 1948, em um contexto pós-Segunda Guerra Mundial, a Organização das Nações Unidas (ONU), publica a Declaração Universal dos Direitos Humanos, o documento foi lançado após o mundo tomar conhecimento das atrocidades ocorridas no holocausto. A iniciativa da ONU, em enumerar direitos básicos para a humanidade, tinha como objetivo que não ocorressem mais genocídios como os vistos na recém findada Segunda Guerra. Conforme Sorto (2008, pg. 29):

Evidentemente, essa declaração de 1948 é incompatível com a bestialidade e a desumanidade dos atos que foram perpetradas durante a Segunda Guerra Mundial. A Declaração reafirma a racionalidade e consciência dos seres humanos, dando conta que somente o ser humano é capaz de perceber o que é moralmente certo ou errado quando age em relação aos outros.

Com o avanço do tempo e mudanças da sociedade, os direitos humanos vão sendo revistos, e incrementos podem acontecer, eles são uma construção da sociedade. Os direitos humanos são compostos por diferentes tipos de direitos, como, por exemplo: direitos civis, políticos, sociais, econômicos, culturais e ambientais; esse reconhecimento acontece de maneira internacional e eles podem ser tanto individuais quanto coletivos e vão se referir a primordialidade de igualdade e de que a dignidade humana seja garantida.

Os direitos civis são os que se ocupam em garantir as liberdades de cada ser humano, individualmente. No Brasil, os direitos civis estão assegurados pelo art. 5º, da Constituição Federal, de 1988, que diz (BRASIL, 1988):

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.

Por sua vez, os direitos políticos são responsáveis por sustentar, por exemplo, a democracia. São eles encarregados da questão da participação do povo no governo, da liberdade de eleger candidatos e também de qualquer cidadão poder ser eleito. Em nossa Constituição Federal de 1988, o art. 14, declara (BRASIL, 1988):

A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante:

- I - plebiscito;
- II - referendo;
- III - iniciativa popular.

Os direitos sociais são os direitos que tratam do coletivo, o que o Estado deve conferir a todo e qualquer cidadão, se utilizando de institutos e políticas públicas. Também garantido na Constituição Federal brasileira, o art. 6º (BRASIL, 1988) afirma:

São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

Apesar de hoje parecerem óbvios, para que o país funcione da forma que conhecemos, é imprescindível que esses direitos estejam garantidos pela Constituição Federal e tragam sanções de diversas naturezas a quem não os cumpra.

O direito a educação, direito social, tem olhares nacionais e internacionais voltados a ele, em nosso país ele é garantido pela Constituição Federal; essa área é ampla e será abordada com melhor especificidade no próximo tópico.

2.1.1 Direitos Humanos e Educação

A educação é tida como um direito humano e está prevista no art. 26, da Declaração Universal dos Direitos Humanos (pg. 102), onde é colocado:

Toda a pessoa tem direito à educação. A educação deve ser gratuita, pelo menos a correspondente ao ensino elementar fundamental. O ensino elementar é obrigatório. O ensino técnico e profissional deve ser generalizado; o acesso aos estudos superiores deve estar aberto a todos em plena igualdade, em função do seu mérito.

No Brasil, foi aprovada em 20 de dezembro de 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei 9.394/96, que garante educação pública e de qualidade a todos os cidadãos do país, assim como prevê o artigo citado acima.

De acordo com o art. 3º, da Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996:

O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas;
- IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância;
- V - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

- VI - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- VII - valorização do profissional da educação escolar;
- VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;
- IX - garantia de padrão de qualidade;
- X - valorização da experiência extra-escolar;
- XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.
- XII - consideração com a diversidade étnico-racial. (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013).
- XIII - garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida. (Incluído pela Lei nº 13.632, de 2018).
- XIV - respeito à diversidade humana, linguística, cultural e identitária das pessoas surdas, surdo-cegas e com deficiência auditiva. (Incluído pela Lei nº 14.191, de 2021).

Esta Lei garante não somente o direito ao estudo público, mas também a liberdade de aprender e ensinar, garante respeito a diversidade cultural e a pluralidade de ideias. O Brasil é um país de dimensões continentais e lida com diferentes culturas, raças, etnias, religiões etc.; cada região tem sua particularidade, por isso, a importância de se ter uma lei que garanta ao indivíduo manter sua cultura e levá-la para a escola.

O direito a educação está garantido por Lei, conforme visto acima, mas, destaca-se, também, no Brasil, o fato de se ter construído e avançado na questão da Educação em Direitos Humanos, que prevê dar condições do ser humano aprender através da cidadania ativa, levar para a escola questões que tratem da inclusão, cultura, igualdade, equidade, valorização do diferente, etc.

No que diz respeito a Educação em Direitos Humanos, foi publicada a Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012. Em seu art. 2º ela traz o seguinte:

A Educação em Direitos Humanos, um dos eixos fundamentais do direito à educação, refere-se ao uso de concepções e práticas educativas fundadas nos Direitos Humanos e em seus processos de promoção, proteção, defesa e aplicação na vida cotidiana e cidadã de sujeitos de direitos e de responsabilidades individuais e coletivas.

§ 1º Os Direitos Humanos, internacionalmente reconhecidos como um conjunto de direitos civis, políticos, sociais, econômicos, culturais e ambientais, sejam eles individuais, coletivos, transindividuais ou difusos, referem-se à necessidade de igualdade e de defesa da dignidade humana.

§ 2º Aos sistemas de ensino e suas instituições cabe a efetivação da Educação em Direitos Humanos, implicando a adoção sistemática dessas diretrizes por todos(as) os(as) envolvidos(as) nos processos educacionais.

A Resolução orienta o que seja feito, porém, deixa livre para que cada instituição ou sistema de ensino encontre a maneira mais adequada para fazê-lo, objetivando que, cada um adapte ao seu público e o atinja de maneira mais eficaz.

2.2 Direitos Humanos e Políticas Públicas na Educação do Brasil

Durante este tópico serão abordadas duas políticas públicas de grande conhecimento e impacto na educação do Brasil: a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH).

2.2.1 Base Nacional Curricular (BNCC)

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) regulamentou a criação de uma base nacional que fosse comum para toda a Educação Básica, e na data de 16 de setembro de 2015, foi disponibilizada a primeira versão da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), o documento já está em sua terceira versão mais recente, publicada no ano de 2018.

A BNCC tem definidas algumas aprendizagens essenciais, que precisam ser desenvolvidas ao longo da Educação Básica, essas precisam convergir de modo que proporcionem aos estudantes um total de dez competências gerais, essas competências unificam no campo educacional, os direitos de aprendizagem e desenvolvimento. Conforme indica o documento:

Ao longo da Educação Básica, as aprendizagens essenciais definidas na BNCC devem concorrer para assegurar aos estudantes o desenvolvimento de dez competências gerais, que consubstanciam, no âmbito pedagógico, os direitos de aprendizagem e desenvolvimento. (BRASIL, 2018, pg. 8)

De acordo com (BRASIL, 2018, pg. 7), a BNCC soma-se aos propósitos que direcionam a educação brasileira para a formação humana integral e para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.

Por ser um país muito grande, diverso e com diferentes políticas: municipais, estaduais e federais, a educação pode sofrer drásticas mudanças de acordo com o local do território em que o indivíduo está inserido, por isso, conforme (BRASIL, 2018, pg. 8) espera-se que a BNCC ajude a superar a fragmentação das políticas educacionais, enseje o fortalecimento do regime de colaboração entre as três esferas de governo e seja balizadora da qualidade da educação.

De acordo com o documento (BRASIL, 2018, pg. 5):

A BNCC expressa o compromisso do Estado Brasileiro com a promoção de uma educação integral voltada ao acolhimento, reconhecimento e desenvolvimento pleno de todos os estudantes, com respeito às diferenças e enfrentamento à discriminação e ao preconceito. Assim, para cada uma das redes de ensino e das instituições escolares, este será um documento valioso tanto para adequar ou construir seus currículos como para reafirmar o compromisso de todos com a redução das desigualdades educacionais no Brasil e a promoção da equidade e da qualidade das aprendizagens dos estudantes brasileiros.

O documento ressalta que é de entendimento público a desigualdade educacional ocorrida no Brasil e o quanto esse contraste, em relação ao acesso, permanência e aprendizado, foi naturalizado por anos da história. Segundo (BRASIL, 2018, pg. 15) são amplamente conhecidas as enormes desigualdades entre os grupos de estudantes definidos por raça, sexo e condição socioeconômica de suas famílias.

Uma vez que entendidas, reconhecidas e mensuradas essas diferenças, é importante que se tracem planos para mudar essa realidade. Para (BRASIL, 2018, pg. 15):

Diante desse quadro, as decisões curriculares e didático-pedagógicas das Secretarias de Educação, o planejamento do trabalho anual das instituições escolares e as rotinas e os eventos do cotidiano escolar devem levar em consideração a necessidade de superação dessas desigualdades. Para isso, os sistemas e redes de ensino e as instituições escolares devem se planejar com um claro foco na *equidade*, que pressupõe reconhecer que as necessidades dos estudantes são diferentes.

Ou seja, não basta ter igualdade no ensino, é necessário que se tenha equidade, é indispensável o desenvolvimento de projetos onde se priorize o que cada região, ou localidade, precise mais de atenção. O documento admitir essa necessidade e expressar o compromisso de se trabalhar pela equidade é um marco, onde os direitos humanos dos cidadãos historicamente afetados por desigualdades são lembrados e colocados em questão.

O documento traz orientações para nortear e normatizar as aprendizagens consideradas essenciais e que devem ser desenvolvidas durante as etapas da Educação Básica. De maneira geral, para a BNCC (BRASIL, 2018, pg. 8) a educação deve afirmar valores e estimular ações que contribuam para a transformação da sociedade, tornando-a mais humana, socialmente justa e, também, voltada para a preservação da natureza.

A professora Constantina Xavier Filha estudou a BNCC procurando o conceito de Direitos Humanos e como ele é abordado no documento, para ela:

O que se deve frisar é que o trabalho pedagógico deve ser fundamentado em pressupostos legais e oficiais também em aspectos teórico-científicos para que reflita sensível e cuidadosamente os interesses e curiosidades das

crianças, sem um propósito moralista, mas primando pelos preceitos básicos da dignidade humana e dos direitos humanos, com práticas dialógicas que provoquem múltiplos pensamentos sobre as questões em pauta, sobre respeito, fundamentados em princípios éticos, estéticos, democráticos, inclusivos e sem qualquer tipo de preconceito e desrespeito. (FILHA, 2020, pg. 154)

A educadora também ressalta sobre (FILHA, 2020, pg. 157) a necessidade de se conhecer e saber os conceitos legais e nossos direitos para não ficarmos reféns de opiniões sem fundamentação.

Por mais redundante que seja, a educação em direitos humanos é um direito do indivíduo justamente pelo fato de que não são óbvios, são direitos adquiridos de acordo com a necessidade dos seres humanos e, para que eles sejam colocados em vigor, é indispensável que sejam conhecidos.

A BNCC vem desempenhar o papel normatizador de ensino, buscando equidade para os grupos historicamente marginalizados, e igualdade para os estudantes de todos os locais do país, preservando suas identidades culturais e regionais.

2.2.2 Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH)

No ano de 1990, em Jomtien, na Tailândia, aconteceu a Conferência Mundial sobre Educação para Todos, onde foi elaborada a Declaração Mundial sobre Educação para Todos. No evento participaram organizações internacionais como a UNESCO e a UNICEF, podendo contribuir com a construção do documento.

De acordo com Menezes (2015, pg. 1):

A ideia de “educação para todos”, assumida como um compromisso mundial no documento, propõe o estabelecimento de garantias à todas as pessoas de que tenham acesso aos conhecimentos básicos necessários a uma vida digna, condição insubstituível para o advento de uma sociedade mais humana e mais justa.

A educação é um direito humano garantido aos cidadãos brasileiros pela Constituição e a vinda deste documento com orientações, ajuda o país a definir planos e estratégias para melhor ação de suas políticas.

Para acompanhar e analisar os procedimentos realizados em favor da educação, foi criado no Brasil o PNEDH, o documento afirma:

O Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH) é fruto do compromisso do Estado com a concretização dos direitos humanos e de uma construção histórica da sociedade civil organizada. Ao mesmo tempo em que aprofunda questões do Programa Nacional de Direitos Humanos, o PNEDH dos principais documentos internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil é signatário, agregando demandas antigas e contemporâneas de nossa sociedade pela efetivação da democracia, do desenvolvimento, da justiça social e pela construção de uma cultura de paz (BRASIL, 2007, pg. 11).

Democracia, cidadania e justiça social são os pilares do PNEDH, que buscou consolidar um projeto de sociedade nesses três princípios. E para fazer isso, o plano entende que é necessário viver e exercer a cidadania ativa, que é a participação na esfera pública.

Em 2018, foi publicada uma reimpressão atualizada do PNEDH, já revisto o programa e seus objetivos. Segundo o documento os objetivos gerais do Plano são:

A implementação do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos visa, sobretudo, difundir a cultura de direitos humanos no país. Essa ação prevê a disseminação de valores solidários, cooperativos e de justiça social, uma vez que o processo de democratização requer o fortalecimento da sociedade civil, a fim de que seja capaz de identificar anseios e demandas, transformando-as em conquistas que só serão efetivadas, de fato, na

medida em que forem incorporadas pelo Estado brasileiro como políticas públicas universais (BRASIL, 2018, pg. 12).

A educação em direitos humanos envolve políticas públicas que visam instruir a sociedade e, para isso, a escola pode se utilizar dos recursos que tem: educação formal, procedimentos pedagógicos, momentos e instrumentos que tornem possíveis as ações pedagógicas que sejam conscientizadoras, libertadoras e ensinem sobre o respeito e a valorização do diferente, do que é diverso, buscando-se formar um indivíduo que exerça ativamente sua cidadania na sociedade.

Para o PNEDH, a escola é um espaço valioso para desenvolver o indivíduo no que diz respeito aos direitos humanos (BRASIL, 2018, pg. 18):

Não é apenas na escola que se produz e reproduz o conhecimento, mas é nela que esse saber aparece sistematizado e codificado. Ela é um espaço social privilegiado onde se definem a ação institucional pedagógica e a prática e vivência dos direitos humanos. Nas sociedades contemporâneas, a escola é local de estruturação de concepções de mundo e de consciência social, de circulação e de consolidação de valores, de promoção da diversidade cultural, da formação para a cidadania, de constituição de sujeitos sociais e de desenvolvimento de práticas pedagógicas.

É possível citar como exemplo a educação especial, que é uma realidade no Brasil nos dias atuais, ela é prevista em Lei e prevê a inclusão de pessoas com necessidades especiais no ensino regular. De acordo com o art. 58, da Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996:

Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.

A Lei garante aos estudantes acessibilidade, currículo diferenciado de acordo com a necessidade do educando, métodos adequados, professores especializados, entre outros. Incentivar o convívio das crianças com e sem necessidades especiais é fundamental para que se pratique cotidianamente o que é ensinado sobre diferenças.

Este é só um exemplo de como a educação vem trabalhando dia a dia para formar cidadãos com mais consciência crítica, mais tolerante às diferenças, e que no futuro, irá construir uma sociedade melhor e com espaço para todos.

O PNEDH define diversas ações programáticas de incentivo a atitudes para desenvolver a educação em direitos humanos, dentre elas: incentivar agências de publicidade a construir propagandas que sejam adequadas a todos os meios de comunicação, e que disseminem valores e princípios referentes aos direitos humanos, premiar as campanhas com maior destaque e promover incentivos fiscais para a mídia que conseguirem implementar ações do PNEDH, dentre outras.

Esta é uma política pública que busca atingir a construção social do indivíduo, embora demorada pois, é desenvolvida ao longo da vida escolar, na prática do dia a dia, é possível dizer que ela pode ser senão a mais efetiva, uma das mais efetivas, pois atingirá a formação do ser humano, sua educação e caráter, um indivíduo que pratica os direitos humanos no dia a dia e aprende a lidar com a diferença, irá sair da escola e continuará praticando em sua vida fora dela.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de Thomas Jefferson, em 1776, e, de acordo com sua realidade, considerar os Direitos Humanos como verdades auto evidentes, é possível perceber ao longo dos anos que a humanidade não vê da mesma forma e, ainda hoje, é necessário que existam leis para que o cidadão tenha seu direito —~~vidente~~ garantido.

Se passaram 73 anos da data em que a ONU publicou a Declaração Universal de Direitos Humanos, pode parecer um tempo longo e que já está em vigência há anos, mas para as devidas mudanças tanto de lei, quanto de pensamento e atitudes, sejam de fato transformadas, ainda é necessário muito tempo.

A educação, como reflexo da sociedade, vem sofrendo alterações e vem se transformando com a evolução e necessidades da comunidade em que está inserida. A LDB foi aprovada em 1996,

e vem se ajustando conforme necessário, o mesmo vale para a BNCC que sofre alterações e atualizações em suas versões, buscando ser flexível para atender bem a todos.

É possível observar esforços de órgãos internacionais e nacionais voltados para área de educação, buscando formar cidadãos com qualidade, ensinando a respeitar diferenças (sejam elas de raça, religião, condição física ou mental, etc.), serem críticos e tendo capacidade para melhorar a sociedade em que estejam inseridos.

Os esforços citados são tratados internacionais, vistos e revistos com frequência, colocados em práticas e adaptados quando necessário. Nacionalmente, temos políticas públicas de inclusão social nas escolas, desde o ensino básico até a Universidade, levando cada vez mais pessoas para dentro da escola.

Apesar dos referidos empenhos, é nítido que ainda se está à muitos passos de atingir um alto nível de qualidade, igualdade e equidade nas escolas ou universidades. O importante é ressaltar que políticas públicas estão sendo desenvolvidas para atuar nos pontos mais fracos, onde é necessário maior cuidado. Os erros e fraquezas do sistema são vistos e analisados para que de maneira gradual sejam corrigidos, reparados e refeitos na busca de uma sociedade mais justa.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos**. Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos: 2007. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007. 76 p.

BRASIL. **Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos**. Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos: 3ª reimpressão, simplificada, 2018. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2018. 50 p.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. **Resolução CNE/CP nº 1, de 30 de maio de 2012**. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rcp001_12.pdf>. Acessado em: 28.set.2020.

BRASIL. **Constituição Federal**. Disponível em: <https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_15.12.2016/art_5_.asp> Acessado em: 30.set.2020.

BRASIL. **Constituição Federal**. Disponível em: <https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_15.03.2021/art_14_.asp> Acessado em: 30.set.2020.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LDB. 9394/1996. BRASIL. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm> Acesso em 20 set 2021.

BRASIL. **Terceira Versão da Base Nacional Comum Curricular**. Ministério da Educação. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_20dez_site.pdf> Acessado em: 25.set.2020.

Filha, C. X. **Direitos Humanos Na Base Nacional Comum Curricular**: Resistências Para O Trabalho Docente. Revista Diversidade e Educação, v. 8, n. 1, p. 144-161, Jan./Jun. 2020. Disponível em: <<https://periodicos.furg.br/divedu/article/view/11443/7821>> Acessado em: 05.out.2020.

HUNT, Lynn. **A invenção dos direitos humanos**; unia história / Lynn Hunt; tradução Rosaura Eichenberg.— São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

MENEZES, Ebenezzer Takuno de. Verbete educação para todos. **Dicionário Interativo da Educação Brasileira - EducaBrasil**. São Paulo: Midiamix Editora, 2015. Disponível em <<https://www.educabrasil.com.br/educacao-para-todos/>>. Acesso em 08 set 2021.

RABENHORST, Eduardo R. **O que são direitos humanos?** In: FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra; ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares; NÁDER, Alexandre Antonio Gili. **Educando em direitos humanos: fundamentos histórico-filosóficos e político-jurídicos.** - João Pessoa: Editora da UFPB, 2016. v.1. p. 14-23.

SORTO, F. O. **A Declaração Universal dos Direitos Humanos no seu sexagésimo aniversário.** Verba Juris ano 7, n. 7, jan./dez. 2008 – ISSN 1678-183X. Disponível em: <<http://www2.uesb.br/pedh/wp-content/uploads/2014/02/A-Declaração-Universal-dos-Direitos-Humanos-no-sexagesimo-aniversario.pdf>> Acessado em: 28.set.2020.

United Nations. **Declaração Universal Dos Direitos Humanos.** Aegitas. Edição do Kindle.

**EDUCAÇÃO PROFISSIONALIZANTE E AS NOVAS TENDÊNCIAS DE ECONOMIA
CRIATIVA: CENÁRIOS PROSPECTIVOS PARA UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO NA
CIDADE FRANCA/SP**

Área 2: Dinâmicas Territoriais e Desenvolvimento Regional

2.1 Desenvolvimento Regional e Local

Andréia Cristina de Britto Leal
Mestre em Desenvolvimento Regional pelo Uni-FACEF
sadeiabr@yahoo.com.br

Prof. Dr. Alfredo José Machado Neto
Professor e Reitor do Uni-FACEF
alfredomachado@netsite.com.br

Resumo

O objetivo deste trabalho é elucidar os desafios que o ensino profissionalizante está enfrentado diante de mudanças no comportamento das indústrias na cidade de Franca, interior do Estado de São Paulo, no horizonte temporal de 5 anos (2019 a 2023), bem como verificar as novas possibilidades que se apresentam como modelos de negócios *Slow business* aliado a cenários prospectivos, visando atender uma demanda de inovação tecnológica aliada a sustentabilidade. Os eventos que podem impactar a empresa objeto de estudo, no espaço considerado, foram definidos por profissionais de distintos departamentos, colaboradores da escola SENAI “Márcio Bagueira Leal”, consultados com a utilização da Metodologia Delphi. A construção dos cenários foi feita com base na metodologia proposta por Blanning e Reinig (1998). O método dos Impactos Cruzados, proposto por Marcial e Grumbach (2002), foi utilizado para levantar as forças motrizes do sistema. Em suma, a pesquisa resultou em três possíveis futuros cenários, são eles: otimista, pessimista e realista. Prospectando um futuro sustentável para a organização, espera-se que o presente trabalho possa contribuir para gerar reflexões propositivas diante da análise dos cenários e das forças motrizes do sistema, bem como auxiliar na tomada de decisões para enfrentar os desafios do século XXI para o ensino profissionalizante.

Palavras chave: Prospecção de cenários, Ensino profissionalizante, Inovação tecnológica.

Abstract

The aim of this paper is to elucidate the challenges that vocational education is facing in face of changes in the behavior of industries in the city of Franca, interior of the state of São Paulo, with no time horizon of 5 years (2019-2023), as well as new possibilities. that present themselves as business models *Slow businesses* combined with prospective scenarios may follow a demand for technological innovation combined with sustainability. Events that may impact a company object of study, without considering space, were judged by professionals from different areas, consulted using the Delphi Methodology. The construction of the scenarios was based on the methodology proposed by Blanning and Reinig (1998). The Cross Impacts method, proposed by Marcial and Grumbach (2002), was used as a driving force of the system. In short, one survey resulted in three possible future scenarios, namely: optimistic, pessimistic and realistic. Prospecting a sustainable future for an organization, it is expected that the present work can contribute to decision making and generate proposed reflexes in the scenario analysis and the driving forces of the system.

Keywords: Scenario Prospecting. Vocational education. Technologic innovation. Sustainability.

INTRODUÇÃO

O século XXI apresenta-se como um período de transição, de quebra de paradigmas tradicionais e propostas de novas formas de interpretação, seja do modo de vida das pessoas ou no modelo de negócio das empresas.

Peter Drucker (1970) previu, há quase 50 anos, o período de incertezas que se observa atualmente. Drucker alertou que as inovações tecnológicas e a consequente globalização gerariam outras circunstâncias disruptivas: um efeito em cadeia que modifica os padrões preestabelecidos e consolidados há décadas referentes ao comportamento dos consumidores e à dinâmica do mercado.

Segundo Fletcher (2010), os modelos de negócios se dividem no século XXI em dois tipos: rápido e lento. Sendo o rápido sinônimo de insustentabilidade para uns e de crescimento econômico para outros. O lento caracteriza-se por tendências também conhecidas como *slow business*, com foco em otimizar os recursos disponíveis, valorizar o humano na capacidade produtiva e visualizar o lucro como consequência de ações responsáveis e éticas. A dialética entre essas duas formas de tratar o mundo mercadológico propõe ideias inovadoras a fim de consolidar conceitos e possibilitar práticas direcionadas para a sustentabilidade.

A globalização está posta como realidade irreversível, agradando ou não, o necessário é moldar-se às demandas atuais e preparar-se para as mudanças iminentes. Sendo assim, o elevado grau de incertezas, aparentemente imprevisíveis, gera desconforto, informações desencontradas e que se proliferam de forma danosa dentro das organizações. Antever-se a prováveis problemas ou investir em oportunidades vindouras, podem ser alternativas salutares para garantir a sustentabilidade das empresas.

O setor de ensino profissionalizante tem papel relevante na formação da população economicamente ativa, seja no ensino público ou no privado, preparando jovens para o primeiro emprego e oferecendo formação continuada ao adulto que busca uma recolocação no mercado.

As instituições com foco na aprendizagem industrial têm percebido grandes mudanças no arranjo produtivo da cidade de Franca/SP, (PITANGUI, 2019), o que tem impacto direto na formação de turmas iniciantes nos diversos cursos ofertados além de necessários ajustes financeiros e rearranjos no quadro de colaboradores.

O objetivo deste trabalho é apresentar uma análise de dados e a prospecção de cenários futuros (de 2019 a 2023) para a escola SENAI “Márcio Bagueira Leal”, a fim de contribuir para a tomada de decisões.

Como ferramenta de coleta e análise de dados foi utilizada a Metodologia Delphi. A Metodologia proposta por Blainning e Reinig (1998) foi utilizada para na prospecção de cenários. Para complementar a análise dos dados, foi utilizado o Método de Impactos Cruzados, sugerido por Marcial e Grumbach (2002), suscitando as forças motrizes do sistema.

O estudo de cenários futuros prospectados possibilita articular estratégias, valoriza a criatividade, proporciona reflexões pertinentes e permite agir com previsibilidade reduzindo os pontos fracos e enaltecendo os pontos fortes da organização.

O trabalho está estruturado iniciando com este texto introdutório, seguido do item 1 com uma breve explanação acerca de prospecção de cenários, na visão de Peter Schwartz (2003) e Lala Deheinzelin (2012). No item 2, há uma contextualização da empresa objeto de estudo. A metodologia utilizada na construção deste trabalho é explanada no item 3. Para concluir, apresentam-se os resultados da pesquisa e as inferências dos autores.

1 Prospecção de Cenários

Apresentar prospecção de cenários futuros, em um primeiro momento, pode soar estranho, mas estudiosos do assunto demonstram como é técnica e racional a construção de estratégias mediante os fatos que podem ser observados no mercado financeiro internacional, nas relações de chefes de Estados, nas alterações climáticas, sociais e econômicas, influenciadas, ou não, por inovações tecnológicas etc. Todas essas variáveis compõem cenários que indicam os rumos para um provável futuro.

A exemplo disso, foi elaborado o Relatório Hart-Rudman, liderado por Peter Schwartz, que alertou em 2000 sobre possíveis atentados ao WTC com aviões sendo lançados

XXII ENCONTRO de PESQUISADORES

INTERDISCIPLINARIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

contra o prédio. Tais estudos proporcionaram reações ágeis diante do ocorrido em onze de setembro de 2011 (SCHWARTZ, 2012).

Peter Schwartz, é cofundador da Global Business Network GBN, empresa de pesquisa e consultoria sobre planejamento para o futuro desde 1987. É consultado também para compor roteiros de filmes futuristas.

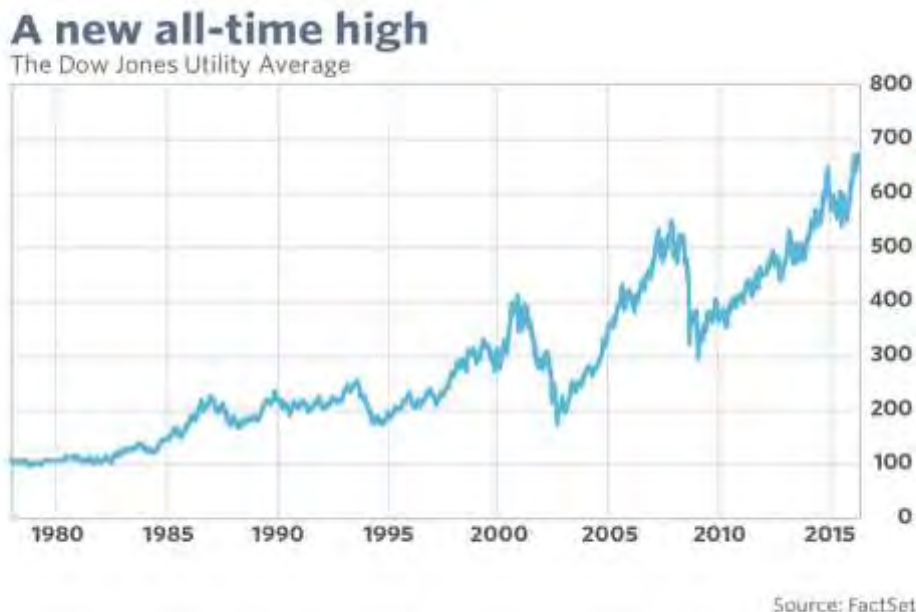
Outro exemplo de racionalidade na prospecção de cenários futuros é saber aproveitar o que Schwartz aborda em seu livro de 2012, os chamados ciclos de *long boom* e contrastando com períodos de *boom bubble*, prevenindo-se de modo estratégico. Por *long boom*, entende-se uma prosperidade prolongada e constante, com “progressão de crescimento linear em torno de 5% a.a. a partir de 1983 em um ciclo de 40 anos em desenvolvimento” (SCHWARTZ, 2003, p. 84).

Define ainda que as forças propulsoras do *long boom*, podem ser impulsionadas por produtividade econômica, globalização e reformulação da infraestrutura.

Em 2003, Peter conceituou Ciclo de Negócios como sendo períodos de 9 ou 10 anos precedentes de novas e notáveis altas do Mercado de ações. E as crises globais que se seguiram foram descritas na seguinte citação: “[...] permanecerá estável por algum tempo antes de acelerar até atingir novamente um período de intenso crescimento especulativo por volta de 2010.” (SCHWARTZ, 2003, p. 85)

Estes ciclos podem ser observados nos dois gráficos a seguir:

Gráfico 1 Índice de ações da Dow Jones (*long boom*)



Fonte: MarketWatch, 2016.

Gráfico 2 Índice ajustado de Inflação Standing & Poor (1947 - 2018)



Fonte: Forbes, 2018.

A citação abaixo é de um CEO da multinacional do setor de calçados e vestuários esportivos Adidas. Há poucos meses, a empresa anunciou a transferência da produção para Ásia, deixando as instalações de alta tecnologia dos EUA e da Alemanha. A intenção é transferir a tecnologia *speedfactories* para os fornecedores da China e do Vietnã a fim de aproveitar melhor as condições locais.

Martin Shankland, chefe de operações globais da Adidas, disse que as fábricas ajudaram a empresa a melhorar sua experiência em manufatura inovadora, mas aplicar o que aprendeu com seus fornecedores seria "mais flexível e econômico". (do original: *Martin Shankland, Adidas head of global operations, said the factories had helped the company improve its expertise in innovative manufacturing, but applying what it had learnt with its suppliers would be more flexible and economic*). (REUTERS – jornal online, 2019)

O anúncio de mudança comportamental da empresa Adidas pode ser interpretado, como Paul Ehrlich, nos anos 60, e parafraseado por Peter Schwartz (2003): "A pior decadência ambiental está ocorrendo nos países pobres, não nos mais ricos" como decorrência da exploração dos recursos naturais disponíveis e da mão de obra mais barata dos países incapazes de acompanhar o nível de consumo dos países tidos como desenvolvidos.

Outra perspectiva pode ser a percepção de mudança comportamental dos consumidores e a possibilidade de projeção da marca com ares de economia colaborativa, refletindo mudanças no modo de governança empresarial. Pois, dois anos antes (2017), após grande investimento em infraestrutura tecnológica, a Adidas resolveu recuar na materialidade e transferir seu *know how* para uma rede de fornecedores com instalações próprias e locais, além de enxutas. Evidenciando uma tendência de retração física e expansão do intangível em prol da valorização da marca e da sua sustentabilidade na dimensão temporal (DEHEINZELIN, 2012).

Além de expandir os conceitos macroeconômicos no século XXI, as organizações devem perceber e valorizar as ideias que surgem do seu meio, pois, em muitos casos, os melhores consultores para solucionar problemas são os próprios colaboradores, que vivenciam situações complexas diariamente e com criatividade contornam sabiamente grandes

obstáculos. Destes também surgem ideias que podem colaborar para promover inovação para o setor, desde que haja espaço e incentivo para diálogo.

Apenas a democracia participativa, impulsionada pela comunicação, via veículos ou manifestações individuais e coletivas, poderá ser o articulador de formas de pressão que baseada na transparência dos processos, seja capaz de incentivar processos decisórios não autoritários, mas legitimados pelos diálogos entre os *multistakeholders*.” (GOLOBOVANTE, 2010, p. 105)

Neste diapasão, a escola SENAI “Márcio Bagueira Leal” foi escolhida por sua relevância em ensino profissionalizante, com foco na aprendizagem industrial, na cidade de Franca/SP, além de contar com um quadro de colaboradores que prezam pela excelência na prestação de serviços e por se mostrarem disponíveis para pesquisa científica.

2 Ensino Profissionalizante e surgimento do SENAI

Há um consenso entre a relação, direta e proporcional, emprego versus mão de obra qualificada. O ensino profissionalizante discursa neste nível a respeito da oferta de cursos que possam agilizar o início ou o retorno ao mercado de trabalho.

A constante transformação dos processos produtivos e a dinâmica do mercado favorecem o ensino profissionalizante no sentido de manter a necessidade de uma formação continuada e eclética.

Desde 1909, a educação profissional no Brasil preocupa-se em formar cidadãos moralmente capazes para cumprir um ofício, como era chamado nesta época, já que o processo de industrialização ainda não existia ou em pouquíssimo número. O objetivo primordial era retirar pobres, órfãos e indigentes das ruas e dar-lhes condições dignas de prestar serviços para manter a si mesmo e sua família (ARANHA, 1996).

Mas só ao final da segunda guerra mundial que o ensino técnico recebe um incentivo para sua ampliação. Através de leis orgânicas, foram organizados o ensino industrial em 1942 com o Decreto-lei nº 4.073, o ensino comercial em 1943 com o Decreto-lei nº 6.141 e o ensino agrícola com o Decreto-lei nº 9.613 em 1946. A necessidade de qualificar a mão de obra para fins industriais visa atender a demanda do mercado interno, quando os produtos industrializados não podiam mais ser importados devido a situação de guerra.

O SENAI surge então, em 1942 e em 1946, o SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial sob administração da Confederação Nacional das Indústrias. Neste momento, há interesse e participação dos industriais em oferecer treinamento à mão de obra disponível.

Desde então, o SENAI é considerado sumidade ao contribuir para a formação moral e profissional de jovens e adultos que buscam condições mais dignas e justas de viver e trabalhar. Tem sido pioneiro em práticas pedagógicas com uso de metodologias ativas com base em competências elaboradas e aperfeiçoadas desde 1999, por meio do Projeto Estratégico Nacional, inicialmente intitulado como “Certificação Profissional Baseada em Competências” publicado em 2002. Nos anos seguintes, houve amadurecimento do Projeto com adaptações e complementado com o documento Norteador da Prática Pedagógica, em 2006. Em 2009, recebe atualização das metodologias e passaram a ser denominadas “Metodologias SENAI para Formação Profissional com Base em Competências”.

Este novo documento visa a formação de um trabalhador “[...]que domine não apenas o conteúdo específico da sua atividade, mas que igualmente, detenha capacidade crítica, autonomia para gerir seu próprio trabalho, habilidade para atuar em equipe e solucionar criativamente soluções desafiadoras em sua área profissional.” (SENAI, 2013)

Um estudo que corrobora para a relevância dada pelo SENAI às metodologias com base em competências é refletida na publicação da Associação Americana de Educação denominado os “4C”, ou também conhecida por *Softskills*: Critical thinking, Communication, Collaboration e Creativity (Pensamento Crítico, Comunicação, Colaboração e Criatividade). As salas de aula do século XXI não podem perceber a mesma educação realizada, apenas, de modo diferente, a tecnologia digital é importante aliada na aprendizagem de forma inovadora. Como bem elucidado por FAVA:

[...] o foco está migrando da simples transmissão de conteúdos para dimensões menos integradas, conspícuas, perceptíveis, como as competências e habilidades intelectuais, emocionais e éticas. Ruem as paredes das salas de aula, aglutinando novos espaços de ensino-aprendizagem presenciais e virtuais (FAVA, 2014, p. 69 *apud* WUNSCH et al).

A interdependência das artes e das técnicas devem ser vistas como complementares entre si, assunto que tem sido objeto de pesquisas. Outro exemplo disto: estudos sobre a metodologia STEAM, que é um acrônimo em inglês para as disciplinas *Science, Technology, Engineering, Arts e Mathematics* (Ciência, Tecnologia, Engenharia, Arte e Matemática), revelam que as ciências humanas auxiliam as ciências exatas, inclusive, que sem sociologia e filosofia, as ciências exatas não conseguiriam gerar renda.

Essa metodologia integra artes às quatro áreas das “Ciências Exatas”, incentivadas em cinco etapas básicas: Investigar, Descobrir, Conectar, Criar e Refletir, vivenciando o pensamento científico de maneira interpretativa e reflexiva. Esses aspectos são considerados na metodologia de ensino das escolas SENAI há cerca de 20 anos, o que demonstra o sucesso do ensino promovido pelo sistema “S” e comprova o quanto as “Artes são fundamentais na interação com as ciências e as tecnologias.” (TAS, 2019, online)

Marcelo Tas (2019) relembra que a ex-diretora do Google, há mais de 10 anos, Iveta Brigris, elaborou um relatório para auxiliar a tomada de decisões, principalmente, em empresas de inovação. Assim, elenca conselhos aos gestores, como exemplo: valorizar a confiança nas relações, não agir por emoção, valorizar o debate de diferentes perspectivas e não contratar pessoas como a si mesmo, pois valorizar a diversidade de ideias, idades, etnias e de gênero promove criatividade.

A sociedade pós-moderna está estruturada em redes (CASTELLS, 2003) e reconhece a diversidade como riqueza de conhecimento. O momento é do coletivo, é do conhecimento compartilhado, é, portanto, da interdisciplinaridade.

O docente, neste contexto, é um gestor em sala de aula, como tal deve refletir constantemente sobre suas atitudes e reflexos de seu comportamento. Um exímio gestor de sala de aula deve ser proativo, se antever aos problemas, e resolvê-los imediatamente. Deve também criar sintonia com os alunos a fim de estabelecer regras participativas, instruções combinadas com ações, evitando monotonia e desinteresses. O docente deve trabalhar a inteligência interpessoal, aproveitar as potencialidades de cada aluno e contribuir para o desenvolvimento do grupo. O comportamento ético e respeitoso deve ser construído de modo sólido na relação aluno-professor e professor-aluno, evitando comportamentos ou falas que possam influenciar negativamente o grupo. (HARTMAN, 2015)

A educação emergente e emancipatória, nas palavras de Boaventura Sousa Santos (2013), reflete o comportamento ideal de seres pensantes, empáticos, sensíveis e colaborativos, essenciais e fundamentais, para o novo milênio, quando é desejável que haja o compartilhamento de direitos, deveres e bem-estar social.

3 Metodologia

No estudo foi utilizado o modelo para construção de cenários futuros proposto por Blanning e Reining (1998). Assim, é possível não apenas elaborar uma lista de eventos prováveis de ocorrer, mas também uma análise de cenários favoráveis relacionados com a sua probabilidade de acordo com cada opinião dos especialistas participantes.

Como início da investigação, utilizou-se da metodologia Delphi para elucidar os eventos a serem incluídos na análise do ambiente futuro da empresa objeto de estudo. De acordo com Tavares (2000), utiliza-se de sucessivos questionários para que especialistas avaliem e opinem sobre determinado assunto em um contexto predeterminado. Sendo assim, foi entregue uma tabela a ser preenchida por oito especialistas de diferentes setores: administrativo, calçados, eletroeletrônica e vestuário, que contribuíram com a pesquisa de forma voluntária. Cada um elaborou, em média, 20 eventos que possam ocorrer no cenário macro e micro entre os anos 2019 a 2023 e que têm potencial impacto na escola SENAI de Franca/SP.

Esse método se diferencia dos demais, também por instigar a avaliação dos participantes de modo individual, para que não haja interação dos participantes, de modo que as informações sejam fidedignas. O anonimato é outra característica ímpar das demais análises coletivas (TAVARES, 2000).

Após compilação dos dados, obteve-se uma lista final de eventos possíveis e plausíveis, avaliados quanto a sua relevância e pertinência no contexto, por aparecerem repetidamente no discurso dos colaboradores voluntários com a pesquisa. Em seguida, os eventos receberam notas de 0 a 10 relativas a sua probabilidade de ocorrência, sendo que o mais próximo de 10 indica se são favoráveis e desfavoráveis próximos a 0, são desfavoráveis.

Em seguida, esses dados foram transportados para uma matriz de eventos para análise de probabilidade (P), no eixo horizontal, e de favorabilidade (F), no eixo vertical. Na matriz, cada célula representa um evento e corresponde à média obtida das notas resultantes da análise de cada evento.

Como resultado, obtém-se três cenários, conforme a combinação de eventos proposta por Blanning e Reinig (1998):

- **Cenário otimista:** Contém os eventos favoráveis (F) e com alta probabilidade de ocorrência para o setor em análise.
- **Cenário pessimista:** Contém os eventos desfavoráveis (D) e com alta probabilidade de ocorrência para o setor em análise.
- **Cenário realista:** Contém todos os eventos com alta probabilidade (P) de virem a ocorrer no setor em análise, sejam eles favoráveis ou desfavoráveis.

Por último, foi aplicado o Método dos Impactos Cruzados, como sugere Marcial e Grumbach (2002), que busca estimar a interação das variáveis de interesse, confrontando cada evento entre si para determinar o nível de influência sobre as probabilidades de ocorrência dos demais. Esse método permite identificar as forças motrizes do sistema, ou seja, os eventos que deverão ter uma maior atenção por parte dos analistas e dos gestores da organização, seja na formulação das estratégias e/ou nas tomadas de decisões.

4 Resultados da pesquisa

A princípio, a pesquisa visava reunir pequenos grupos de especialistas de áreas afins para construção e análise dos eventos que poderiam impactar a empresa objeto de estudo, SENAI Franca/SP, abrangendo cerca de 80 colaboradores, no horizonte temporal de 2019 a 2023. Porém, o estudo recebeu o apoio voluntário de 8 participantes.

O grupo de especialistas foi formado por: 1 coordenador e 7 docentes do ensino profissionalizante dos setores: calçadista, vestuário e eletroeletrônica. Após a elaboração dos eventos, foram indicados a probabilidade e a favorabilidade de cada evento ocorrer.

Tabela1 Lista de eventos

Eventos	Prob.	F/D
1. Crescimento de áreas envolvendo tecnologia	85%	96%
2. Aquisição de novas máquinas e equipamento	72%	90%
3. Sucateamento de máquinas e equipamentos	91%	52%
4. Aumento dos cursos EAD	52%	22%
5. Interferência política no SENAI: Eleições 2020 / 2022	97%	0,5%
6. Mudança no organograma da escola	52%	33%

XXII ENCONTRO de PESQUISADORES

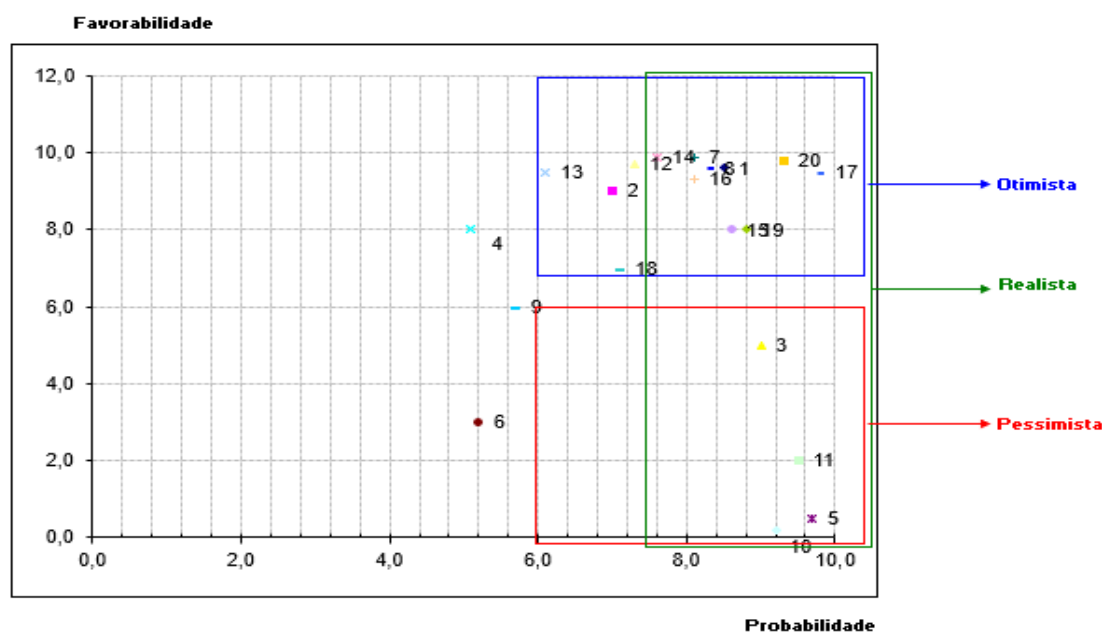
INTERDISCIPLINARIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

7. Alunos com amplo acesso à informação	81%	80%
8. Crescimento do número de fábricas de vestuário	83%	89%
9. Gratuidade para Formação Inicial Continuada (FIC)	57%	60%
10. Diminuição da arrecadação do sistema S	92%	0,2%
11. Reforma no ensino médio em 2020	95%	22%
12. Aumento da demanda por profissionais que possuam <i>softskills</i>	73%	97%
13. Nanotecnologia em couros	61%	95%
14. Valorização do trab. artesanal com uso de novas tecnologias	76%	99%
15. Valorização do design	86%	80%
16. Capacitação em Libras para promover Inclusão	81%	93%
17. Otimização dos recursos disponíveis	98%	95%
18. <i>Slow fashion</i> : prod. exclusivos e diversificação da economia	71%	70%
19. Economia familiar	88%	80%
20. Investimento em energias limpas (Solar e eólica)	93%	98%

Fonte: Elaborado pelos autores.

Em seguida, essas estimativas foram agrupadas e inseridas em um gráfico cartesiano (Figura 1), resultando em três cenários (otimista, pessimista e realista) para a empresa objeto de estudo no horizonte temporal de 2019 a 2023.

Figura 1 Cenários Otimista, Pessimista e Realista



Fonte: Elaborado pelos autores

O Cenário **Otimista** contém os eventos medianos ou muito favoráveis à instituição estudada, com média e elevada probabilidade de virem a ocorrer. Este cenário é formado pelos eventos (2), (7), (8), (12), (13), (14), (15), (16), (17), (18), (19), e (20).

Os eventos 2 - Aquisição de novas máquinas e equipamento (85% de probabilidade de ocorrer), 8 - Crescimento do número de fábricas de vestuário (83%), 13 - Nanotecnologia em couros (61%) e 20 - Investimento em energias limpas - Solar e eólica (93%) estão correlacionadas com o contexto em que a cidade de Franca está inserida e sua urgente demanda por inovação tecnológica, além da diversificação da economia, ainda que de modo lento, observada na cidade que outrora viveu o apogeu da indústria calçadista especializada em calçados masculino. Enquanto os eventos 14 - Valorização do trabalho artesanal com uso de novas tecnologias (76%), 15 - Valorização do design (86%), 17 - Otimização dos recursos disponíveis (98%), 18 - Slow fashion: produtos exclusivos e diversificação da economia (71%) indicam para modelos de negócios, possivelmente, pautados por discursos aclamados pela mídia e provenientes do tripé da sustentabilidade: socialmente justo, ambientalmente correto e economicamente viável. Ou pode ser apenas reflexo de recentes crises econômicas, como pode ser observado na crescente conjuntura de economias familiares como surge no evento 19 - Economia familiar (88%). Tecnologia e sustentabilidade ainda se relacionam com os últimos eventos a serem citados do cenário otimista, o que poderia soar como utopia, surge nesta pesquisa como um clamor por condições mais confortáveis nas dimensões econômica com inovação tecnológica, dimensões ambientais com conceitos de cultura permanente e finalmente, mas não menos importante, dimensões sociais surgem com os eventos 16 - Capacitação em Libras para promover Inclusão (81%), 12 - Aumento da demanda por profissionais que possuam *softskills* (73%), contrastando com o evento 7 - Alunos com amplo acesso à informação (81%), porém com grande dificuldade de concentração.

O Cenário **Pessimista** contém os eventos medianos ou desfavoráveis à empresa objeto de estudo, com média e elevada probabilidade de virem a ocorrer. Este cenário é composto pelos eventos (3), (5), (10) e (11).

Os eventos 3 - Sucateamento de máquinas e equipamentos (91%) deve ser visto como uma consequência da necessidade de investimento em novas tecnologias, mas não deixa de ser encarado como um problema, já que serão dispendidos tempo, espaço, mão de obra e custos para remoção e destinação corretas. O evento 11 - Reforma no ensino médio em 2020 (95%) tem impacto direto na estrutura dos cursos ofertados pelo SENAI, refletindo inclusive no quadro de colaboradores, algo a ser discutido e organizado pela instituição nos próximos meses. Os eventos 5 - Interferência política no SENAI: Eleições 2020 / 2022 (97%) e 10 - Diminuição da arrecadação do sistema S (92%), estão relacionados de certa forma. Com o período de eleições um cenário desconfortável se anuncia e pode provocar um distanciamento no direcionamento das ações da instituição, em função da interferência política, além de gerar um clima de instabilidade. Independentemente da ideologia partidária, os recursos direcionados ao sistema “S” são alvo de jogo de interesses, sua alteração pode impactar e ser impactado pela redução do número de indústrias, mudanças nas leis de captação de recursos para o sistema “S” (com redução da arrecadação, ocorre a diminuição dos recursos para a aprendizagem e consequente prejuízo ao ensino), além do bloqueio parcial do imposto compulsório por interesses políticos. Dentro das medidas atuais de desoneração econômica para as empresas brasileiras, há um estudo sobre os valores arrecadados para a manutenção das entidades que compõem o Sistema “S”, poderá haver cortes significativos nas verbas destinadas ao SENAI.

O Cenário **Realista** contém todos os eventos com alta probabilidade de virem a ocorrer, favoráveis ou não para a instituição objeto de estudo. Este cenário é composto pelos eventos (1), (3), (5), (7), (8), (10), (11), (15), (16), (17), (19), e (20). Recordados na sequência: 1 - Crescimento de áreas envolvendo tecnologia (85%), 3 - Sucateamento de máquinas e equipamentos (91%), 5 - Interferência política no SENAI: Eleições 2020 / 2022 (97%), 7 - Alunos com amplo acesso à informação (81%), 8 - Crescimento do número de fábricas de vestuário (83%), 10 - Diminuição da arrecadação do sistema “S” (92%), 11 - Reforma no ensino médio em 2020 (95%), 15 - Valorização do design (86%), 16 - Capacitação em Libras para promover Inclusão (81%), 17 - Otimização dos recursos disponíveis (98%), 19 - Economia familiar (88%) e 20 - Investimento em energias limpas - Solar e eólica (93%). É relevante o fato

agrupados os eventos conhecidos por “de resultado”, com baixa capacidade de influenciar e alta dependência.

Verifica-se, portanto, que as forças motrizes do sistema obtém como resultado apenas o evento 5 (Interferência política no SENAI: Eleições municipais em 2020 e eleições federais em 2022), que possui alto poder de influência e baixa dependência dos demais eventos, fragilizando a instituição diante de incertezas no cenário político, ou podendo ser beneficiada diante da simpatia política. Esse evento deverá receber maior atenção nos próximos meses a fim de evitar desgastes na cultura organizacional.

Conclusão

O presente estudo demonstrou, a partir de um estudo de caso, a utilização do método de cenários prospectivos, como ferramenta de apoio ao planejamento estratégico e à tomada de decisão, aplicado ao contexto do ensino profissionalizante do sistema S, especificamente, da escola SENAI “Márcio Bagueira Leal”, na cidade de Franca, interior do Estado de São Paulo.

A construção de cenários futuros possibilitou expandir conceitos a respeito das tendências mercadológicas que tem proposto rupturas de padrões consolidados há décadas, assim como surgem novas perspectivas acerca dos modelos de negócios e adaptações são necessárias para superar os desafios do século XXI.

As informações obtidas proporcionam aproximação da coordenação aos anseios e expectativas do corpo docente e elucida especialistas otimistas, ainda que diante de grandes desafios, demonstrando a força e a solidez da instituição.

No cenário otimista, pode-se destacar as informações sobre o ensino profissional tecnológico e que possam colaborar para o melhor aproveitamento das oportunidades ocultas dos eventos estudados. Como por exemplo, ressaltar a relevância das *softskills* para a sociedade tecnológica e digital / virtual que se apresenta e a solidez e preocupação deste ensino trabalhados nas escolas SENAI há duas décadas.

Os próximos elos observados no quadrante 2 indicam a possibilidade de minimizar os impactos de prováveis reduções na arrecadação do sistema “S”, resultado de acordos políticos, com investimentos em geração de excedente em energias limpas, solar e eólica, aproveitando o *know how* em tecnologia e otimizando espaços ociosos. Assim, reduziria consideravelmente os custos fixos com energia elétrica e passaria a ganhar com a venda do excedente de energia produzido.

O Cenário Pessimista revela fatores que estão fora do controle da empresa. Não obstante, podem ser adotadas medidas que venham minimizar as consequências de tais eventos, como constante renovação tecnológica e otimização dos equipamentos com iminente obsolescência.

Quanto aos fatores sobre os quais a empresa possui maior controle, pois estão ligados ao seu ambiente de negócios, sugere-se que a mesma aprimore cada vez mais o seu *know how* do mercado regional e que opte por flexibilizar sua estrutura organizacional, de modo a ampliar seus diferenciais competitivos.

O Cenário Realista desta investigação é composto por eventos que, em sua maioria, são considerados otimistas. Tal fato não deve levar a instituição ao ostracismo já que os eventos pessimistas que estão contidos nestes cenários são de ordem política e os próximos meses impactarão nesse sentido de maneira considerável.

O método de impactos cruzados complementa a prospecção de cenários, realizada de forma a destacar as forças motrizes do sistema, eventos que, no planejamento estratégico da empresa, deverão ser analisados com olhar especial pelo seu potencial de impactar a ocorrência dos demais.

Sugere-se que pesquisas futuras possam ser realizadas para a empresa objeto de estudo, a partir do mesmo problema, modificando o foco e o contexto em que a empresa está inserida para a atividade de ensino profissional. Tal mudança é totalmente cabível dada a característica híbrida do empreendimento que permitiria a análise e as considerações de questões que não foram abordadas neste estudo, além da mudança dos atores que compõem os cenários.

REFERÊNCIAS

- ARANHA, M. L. de A. **História da educação**. São Paulo: Moderna, 1996.
- BLANNING, R. W.; REINIG, B. A. Building scenarios for Hong Kong using SEM. **Long Rang Planing**, v. 31, iss. 6, p. 900-910, 1998.
- CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede**. 7ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 2003.
- COLOMBO, Jesse. **Disaster Is Inevitable When America's Stock Market Bubble Bursts**. FORBES. Sep 5, 2018, 03:43pm. Disponível em: <<https://www.forbes.com/sites/jessecolombo/2018/09/05/disaster-is-inevitable-when-americas-stock-market-bubble-bursts/#577239301b82>>. Acesso em: 24 nov. 2019.
- DEHEINZELIN, Lala. **Desejável mundo novo** [livro eletrônico]: vida sustentável, diversa e criativa em 2042 / Lala Deheinzelin. - 1. ed. - São Paulo: Ed. Do Autor, 2012.
- DRUCKER, F. Peter. **Uma era de descontinuidade**. Tradução de William Heinemann. 1 ed. São Paulo: Zahar, 1970.
- FLETCHER, Kate. **Slow Fashion: An Invitation for Systems Change**, Fashion Practice, (2010) 2:2, 259-265, DOI: 10.2752/175693810X12774625387594. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.2752/>>. Acesso em: 12/11/2019.
- GOLOBOVANTE, Maria da Conceição. **Sustentabilidade, Cultura e comunicação: triplo desafio para as organizações**. Revista FAMECOS: mídia, cultura e tecnologia, vol. 17, núm. 2, mayo-agosto, 2010, pp. 98-107 Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul Porto Alegre, Brasil.
- HARTMAN, H. J. **Como ser um professor reflexivo em todas as áreas do conhecimento**. Porto Alegre: AMGH, 2015. 328 p.
- MARCIAL, E. C.; GRUMBACH, R.J.S. **Cenários prospectivos: como construir um futuro melhor**. Rio de Janeiro: FGV, 2002.
- MarketWatch. **Opinion: This 87 year-old stock market indicator is bullish — for now**. Published: June 7, 2016 8:51 a.m. ET. Disponível em: <<https://www.marketwatch.com/story/this-87-year-old-stock-market-indicator-is-bullish-for-now-2016-06-07>>. Acesso em: 24 nov. 2019.
- PEREIRA DA SILVA, Luciano. **Formação profissional no Brasil: o papel do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI**. História (São Paulo), vol. 29, núm. 1, 2010, pp. 394-417. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, São Paulo, Brasil. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=221018489022>. Acesso em: 24 nov. 2019.
- PITANGUI, C.P., Truzzi, O. M. S., & Barbosa, A. S. (2019). **Arranjos produtivos locais: uma análise baseada na participação das organizações locais para o desenvolvimento**. Gestão & Produção, 26(2), e2579. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0104-530X-2579-19>>. Acesso em 20 dez. 2019.
- REUTERS – Edition United States (jornal online). **Adidas to close German, U.S. robot factories**. Business News, november 11, 2019. Disponível em: <<https://www.reuters.com/article/us-adidas-manufacturing/adidas-to-close-german-u-s-robot-factories-idUSKBN1XL16U>>. Acesso em 12/11/2019.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **Direitos Humanos, Democracia e Desenvolvimento** / Boaventura de Sousa Santos, Marilena Chauí. São Paulo: Cortez, 2013
- SENAI. Departamento Nacional. **Metodologia SENAI de educação profissional**. Brasília: SENAI/DN, 2013.
- SCHWARTZ, Peter. **Cenários: as surpresas inevitáveis**. Rio de Janeiro: Campus, 2003.
- TAVARES, M. C. **Gestão estratégica**. São Paulo: Atlas, 2000.

XXII ENCONTRO de PESQUISADORES

INTERDISCIPLINARIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

TAS, Marcelo. **A importância das ciências humanas e exatas conviverem**. Programa “Para onde vamos?” podcast da rádio CBN FM 90,5. Disponível em: <<https://m.cbn.globoradio.globo.com/media/audio/257966/importancia-das-ciencias-humanas-e-exatas-conviver.htm>>. Acesso em: 26 abril, 2019.

WUNSCH, Luana Priscila. et al. **Comunicação, Colaboração, Criatividade e Críticidade: os 4c e os Saberes do docente da educação básica**. EDUCERE - VII Congresso Nacional de Educação. IV Seminário Internacional de Representações Sociais, Subjetividade e Educação. VI Seminário Internacional sobre Profissionalização Docente (SPID / CATEDRA UNESCO).

EPISTEMOLOGIA SOCIAL E SOCIOLOGIA DO CONHECIMENTO: relações dialógicas no campo da Ciência da Informação

SOCIAL EPISTEMOLOGY AND SOCIOLOGY OF KNOWLEDGE: dialogical relationships in the field of Information Science

Área temática 1: Desenvolvimento Social e Políticas Públicas

VERONEZ JÚNIOR, Wilson Roberto
Universidade Estadual Paulista - UNESP/Marília
Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação - PPGCI
Doutorando em Ciência da Informação
wilson.veronez@unesp.br

SANTOS JÚNIOR, Edmilson Alves dos
Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ
Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação - PPGCI
Doutorando em Ciência da Informação
edmilson.junior@unesp.br

LAVRATTI, Iara Milreu
Universidade Estadual Paulista - UNESP/Marília
Programa de Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional - PROFSOCIO
Mestre em Sociologia
iara.lavratti@unesp.br

Resumo

A Epistemologia Social e a Sociologia do Conhecimento, apesar de estarem associadas, nesta pesquisa, são tratadas como teorias diferentes, visto que a primeira procura compreender o papel do bibliotecário e das bibliotecas na produção, representação e organização do conhecimento do ponto de vista social, a segunda, compreender e esclarecer como e quais são os fatores que condicionam a produção do conhecimento em comunidades e grupos sociais e quais são as práticas culturais desses grupos. Desse modo, o artigo apresenta uma análise dialógica de uma possível relação entre as áreas como elementos fundamentais nos estudos do paradigma social da Ciência da Informação. Como base teórica, buscou-se o aprofundamento nos conceitos: Epistemologia Social, Sociologia do Conhecimento, o Paradigma Social e a Epistemologia da Ciência da Informação. Como metodologia de pesquisa, foi utilizada a pesquisa bibliográfica, realizando um estado da arte dos principais trabalhos desenvolvidos pelos temas supracitados. Considera-se que a Epistemologia Social e a Sociologia do Conhecimento são teorias que contribuem no entendimento do paradigma social da Ciência da Informação, apresentando o sujeito informacional enquanto produtor do conhecimento e não apenas consumidor deste. Em tempos de avanços tecnológicos, necessidades informacionais e conflitos políticos, é preciso que além dos estudos em bibliotecas comunitárias e públicas, é necessário que a Ciência da Informação esteja preparada para lidar com os novos perfis de usuários da informação, bem como com as novas tecnologias informacionais e das novas formas de produção, organização, tratamento e disseminação da informação e do conhecimento, em ambiente físico, digital ou híbrido.

Palavras-chave: Epistemologia Social; Sociologia do Conhecimento; Ciência da Informação.

Abstract

Social Epistemology and Sociology of Knowledge, despite being associated in this research, are treated as different theories, as the first seeks to understand the role of the librarian and libraries in the production, representation and organization of knowledge from a social point of view, the second is to understand and clarify how and what factors influence the production of knowledge in communities

and social groups and what the cultural practices of these groups are. Thus, the article presents a dialogical analysis of a possible relationship between the areas as fundamental elements in the studies of the social paradigm of Information Science. As a theoretical basis, we sought to deepen the concepts: Social Epistemology, Sociology of Knowledge, Social Paradigm and Epistemology of Information Science. As a research methodology, bibliographic research was used, carrying out a state of the art of the main works developed by the aforementioned themes. It is considered that Social Epistemology and Sociology of Knowledge are theories that contribute to the understanding of the social paradigm of Information Science, presenting the informational subject as a producer of knowledge and not just a consumer of it. In times of technological advances, informational needs and political conflicts, it is necessary that, in addition to studies in community and public libraries, Information Science must be prepared to deal with the new profiles of information users, as well as with new technologies information and new forms of production, organization, treatment and dissemination of information and knowledge, in a physical, digital or hybrid environment.

Keywords: Social Epistemology; Knowledge of Sociology; Information Science.

1 INTRODUÇÃO

A natureza epistemológica do conhecimento é um tema debatido em inúmeras áreas do saber, seja no Direito, Ciências Sociais, Linguística, Engenharia, Matemática, Administração, Psicologia, Ciência da Informação, e até mesmo na Filosofia, ou na Psicanálise, na Antropologia, o conhecimento é entendido como toda forma de produção e disseminação do conhecimento e é determinada a partir de uma relação de poder, e que esse poder está localizado nas mãos do governo e é exercido por meio de determinadas instituições que se dizem livres e independentes, mas que na realidade não são, conforme a Administração Pública, a Defensoria Pública, o Exército, a Polícia e o sistema escolar, sobretudo, as universidades.

A presente pesquisa tem por finalidade estabelecer uma relação dialógica entre a Epistemologia Social e a Sociologia do Conhecimento, sendo base para os estudos do paradigma social no contexto da Ciência da Informação. E, como fundamento para este estudo, partiremos de argumentações sobre o conhecimento produzido nas unidades de informação (Arquivos, Bibliotecas, Museus, Centros de Informação e Documentação), e partindo das contribuições teóricas da Epistemologia Social elaborada pelos bibliotecários e pesquisadores norte-americanos Jesse Shera (1903-1982) e Margaret Egan (1905-1959), e da Sociologia do Conhecimento, tomando como base os estudos do sociólogo húngaro Karl Mannheim (1893-1947) e do paradigma social da Ciência da Informação aludido por autores como Rafael Capurro, Bernd Frohmann, Soren Brier, Jesse Shera e Birger Hjørland. Ainda, segundo Kuhn (1978) e corroborado por Capurro (2003), a ideia de paradigma está associada a uma coisa em referência a outra, entendido como um modelo que permite uma analogia a outra, mas que não exclui a anterior. Ou seja, a todo momento, os cientistas ou praticantes da ciência recorrem ao paradigma anterior para solucionar determinado problema de ordem científica, social ou histórica.

No campo da Ciência da Informação, existem três paradigmas que são bastante sedimentados, isto é, o físico, cognitivo e o social. O primeiro, está voltado para os problemas dos sistemas de informação, o segundo, com foco no indivíduo e nos aspectos cognitivos e psicológicos, e o terceiro, inclui elementos socioculturais, linguísticos e na análise e estudos de sujeitos informacionais de uma comunidade ou grupo específico (CAPURRO, 2003, ARAUJO, 2003, MORAES; DUARTE, 2016, 172).

Sustenta-se que a relação entre a Epistemologia Social e a Sociologia do Conhecimento pode estar consolidada a partir dos estudos e da preocupação da Ciência da Informação com a natureza e a dimensão do conhecimento no aspecto social. E também, em que medida essas duas teorias poderiam corroborar para o avanço desse campo científico, levando em consideração todo o conhecimento que é produzido nas unidades de informação, e fazendo com que a sociedade possa se desenvolver a partir da mediação e promoção da leitura, a partir das contribuições dos meios científicos e tecnológicos, a fim de reduzir a desigualdade social e informacional.

Na visão de Araújo (2010), Shera foi um dos pioneiros do paradigma social na Ciência da Informação, inclusive, isso teria influenciado Rafael Capurro a analisar e fomentar a discussão acerca dos três paradigmas (físico, cognitivo e social). Ainda nas décadas de 1960 e 1970, de acordo com Araújo (2003), Shera, juntamente com Egan, propunha a criação de uma nova disciplina para estudar a inserção social do conhecimento humano, isto é, as interações entre os processos intelectuais - conhecimento produzido - e as atividades humanas e sociais, ao qual podemos chamá-la de epistemologia social. Isso também se deve à aproximação da Ciência da Informação com as Ciências Sociais.

Como problema de pesquisa, temos as seguintes indagações: em que medida a Epistemologia Social e a Sociologia do Conhecimento poderão contribuir para o entendimento do paradigma social no campo da Ciência da Informação? Como o conhecimento produzido na Ciência da Informação pode ser compreendido no contexto da Sociologia do Conhecimento? A Epistemologia Social e a Sociologia do Conhecimento são teorias fundamentais para os estudos sociais no contexto da Ciência da Informação?

Em hipótese e com base em Shera e Egan (1952), sustentamos que essas duas teorias são elementos fundamentais e que podem ser consideradas bases teóricas para os estudos no aspecto social no contexto da Ciência da Informação, tendo em vista que, esse campo, traz em sua base teórica e prática, elementos que são primordiais para o avanço da sociedade, seja no acesso à informação e do conhecimento, no acesso aos sistemas de informação e nas bases de dados de uma biblioteca, nos instrumentos de pesquisa de um arquivo ou no acesso a objetos informacionais em um museu. Entendemos que essa relação entre usuário e profissional de informação, poderá fornecer uma aproximação dos próprios usuários com as unidades de informação. Nesse caso, as bibliotecas, fazendo com que elas cumpram o seu papel, isto é, a disseminação do conhecimento na sociedade.

A justificativa para a elaboração do presente trabalho está associada a necessidade e a relevância das análises, investigações e dos estudos sociais no campo da Ciência da Informação, sobretudo, a partir de temas de grande importância, como a Epistemologia Social, Sociologia do Conhecimento e os fundamentos do Paradigma Social, tópicos estes que contribuirão no estabelecimento e na solidificação da Ciência da Informação como um campo interdisciplinar e comprometido com os seus usuários, o conhecimento científico e tecnológico, e sobretudo, a realidade social.

2 EPISTEMOLOGIA SOCIAL E SOCIOLOGIA DO CONHECIMENTO

Nesta seção, temos por objetivo geral apresentar um panorama acerca do conceito de Epistemologia Social, bem como os seus pioneiros, e as suas principais características no contexto da Ciência da Informação.

Historicamente, a primeira aparição do conceito de epistemologia social foi em um artigo denominado *Foundations of a theory of bibliography* (1952), por dois bibliotecários norte-americanos: Jesse Hauk Shera e Margaret Elizabeth Egan. Nessa continuidade, essa versão também é corroborada por Lima e Gomes (2016), em que a epistemologia social é fruto do projeto disciplinar de Egan e Shera, ambos docentes e pesquisadores da *Graduate Library School* (GLS), da Escola Sociológica de Chicago, no início da década de 1950. Vieira (2019), defende que a teoria surgiu e foi desenvolvida por autores da Escola de Chicago, por sua vez, Zandonade (2003, 2004), explica que Shera já havia desenvolvido algumas discussões sobre o assunto entre os anos de 1949 e 1950.

Dentre as inúmeras preocupações que eles tinham na Ciência da Informação, a maior delas consistia na seguinte indagação: como o conhecimento era produzido nas bibliotecas e como ele deveria ser disseminado na sociedade? No artigo supracitado, Shera e Egan fizeram uma contextualização acerca da importância da comunicação gráfica (bibliografia) para a sociedade, no que diz os autores,

A comunicação é tão básica para o processo de desenvolvimento da sociedade que é impossível imaginar qualquer forma de ordem social sem algum mecanismo ou técnica para a transferência de pensamento de um indivíduo para outro (EGAN; SHERA, 1952, pp. 126-127).

Cabe salientar que o referido artigo na época em que foi apresentado, segundo Oddone (2007), o mesmo não teve o reconhecimento e o crédito que deveria ter recebido da comunidade acadêmica e científica. Sendo assim, em nosso entendimento, defendemos que ele deveria ter recebido mais atenção, considerando-se o seu valor inovativo no desenvolvimento social, bem como

a ideia que os autores tinham acerca de uma nova concepção de uma base teórica e metodológica para a Ciência da Informação, sobretudo, no que se refere a produção e a organização do conhecimento em seu aspecto social.

O nascimento da Epistemologia Social tem como grande fator a necessidade de se estudar os meios pelos quais a sociedade adquire e utiliza o conhecimento, e também, de forma específica, procura analisar como as bibliotecas e os bibliotecários deverão atuar, do mesmo modo que na orientação de seus usuários, no serviço de referência, na busca e no acesso a uma determinada obra, a busca por uma referência bibliográfica, assim também, como no manuseamento das bases de dados.

No decorrer dos estudos sobre o projeto disciplinar, diversos autores discordaram com relação a autoria de tal termo, sendo assim, muitos, acreditam que Shera foi o precursor da terminologia, no entanto, outros defendem que Egan é a pioneira da nomenclatura, nesse sentido, apesar da autoria do conceito ser atribuído a Margaret Egan,

A idéia original de epistemologia social nasceu da mente de Egan, mas quando ela morreu, a trajetória dessa idéia foi desenhada pela influência das obras subsequentes de Shera, que estavam gradualmente se afastando da proposta original do especialista em comportamento social (MORÁN REYES, 2014, p. 79).

Egan foi a pioneira em relação a idealização do projeto disciplinar, todavia, Jesse Shera acabou ficando com o crédito, como podemos analisar em Furner (2004, p. 797) ambos os termos e o conceito, foram dela, mas consideramos e damos maior amplitude a respeito das frequentes declarações, nesse sentido, atribuímos a ele. Dado o exposto, Margaret Egan foi uma das pioneiras no uso do termo epistemologia social, no entanto, por ter falecido precocemente, ou também, por alguma divergência terminológica ou pessoal, Jesse Shera deu maior popularidade ao termo e deu continuidade aos estudos que perduraram até meados da década de 1980.

Em termos gerais, a epistemologia social é baseada em quatro aspectos: produção, fluxo, integração e consumo de informação e comunicação (SHERA, 1973). Ainda, a partir do interesse de Jesse Shera na influência do conhecimento na sociedade, ele concebeu as idéias de geração, comunicação e a utilização dos produtos intelectuais em cenários concretos (MORÁN REYES, 2014, p. 76). Em outras palavras, Shera entendia a produção do conhecimento por meio de um processo desenvolvido pelas bibliotecas, isto é, de dentro pra fora, enquanto Egan defendia esse processo como algo inerente ao indivíduo.

Podemos entender que Egan tinha uma concepção um pouco diferente da teoria em relação à Shera, pois ela pensava a teoria como algo relacionado à produção, distribuição e a utilização de produtos intelectuais. Nesse sentido, Shera ao mencionar os aspectos fundamentais da Epistemologia Social, sustenta que

O foco de um estudo de comunicação socialmente relevante não é o indivíduo como uma personalidade única, mas em vez disso, a produção, fluxo e consumo de comunicação através de todas as partes do padrão social (EGAN; SHERA, 1952, p.131).

Assim, o foco social de estudos da comunicação não deve estar somente no indivíduo, mas também voltado para o todo, ou seja, para o social. Sendo o social, a comunidade, no entendimento de Egan e Shera, sendo o elemento fundamental da produção, organização e disseminação do conhecimento.

Nesta seção, procuramos apresentar os principais elementos que constituíram o surgimento, os principais estudiosos e a aplicabilidade da epistemologia social na área de Ciência da Informação, vimos que os estudos sociais nessa área precisam ser mais aprofundados, partindo do pressuposto que, na concepção de Shera e Egan (1952) o conhecimento só terá valor, a partir de resultados práticos, coletivos e sociais.

Em seguida, apresentaremos a Sociologia do Conhecimento, essa, uma teoria fundamentada e popularizada pelo sociólogo húngaro Karl Mannheim, o qual consideramos por manter uma relação de interdisciplinaridade com os fundamentos da Epistemologia Social no campo da Ciência da Informação.

Segundo Miguel (2017, p. 69), Mannheim foi um precursor a dedicar-se ao desenvolvimento de uma interpretação e análise sociológica de maneira sistematizada do processo de criação social do conhecimento. A partir disso, podemos entender que o conhecimento possui uma natureza social,

que ele é determinado a partir do seu uso na sociedade e nas comunidades, também podemos considerar que algumas questões estão presentes neste contexto, e em que medida o conhecimento pertence ao seu produtor? O conhecimento é oriundo de uma natureza social ou de relações de conflitos e poder? A quem pertence e a quem interessa o conhecimento? O conhecimento é produzido para manter uma determinada classe social no poder? Acreditamos que essas indagações poderão ser analisadas e estudadas pela Sociologia do Conhecimento de Karl Mannheim.

Na concepção de Costa (2016, p. 17), Mannheim compreende que o indivíduo faz parte do processo social e seu pensamento deve ser analisado na sua relação com a existência social. A partir desse ponto de vista, entendemos que o indivíduo está diretamente ligado ao processo de produção do conhecimento, isto é, ele é o personagem principal, na medida em que a sua existência é o mais importante.

Nas Ciências Sociais, que englobam as grandes áreas: Sociologia, Antropologia e Ciência Política, temos um campo denominado de Sociologia do Conhecimento, que segundo Mannheim, Merton e Mills (1967, p. 7) não surge como uma especialização da Sociologia “[...] surge isto sim, junto com a própria Sociologia e a partir de uma problemática estreitamente à desta última”.

Desse modo, a Sociologia do Conhecimento não pode ser tratada como uma especialização da Sociologia, sendo assim, compreendemos que a relação entre as duas pressupõe um nível maior. Ela também é entendida como uma teoria da ideologia. Para Mannheim (1956, p. 246) a sociologia do conhecimento possui íntima ligação à teoria da ideologia, que também surgiu e se desenvolveu nos tempos atuais, embora se distinga cada vez mais dessa teoria. Apesar de haver uma forte relação com a ideologia, no entendimento do autor, ao longo do tempo, a sociologia do conhecimento tem se distanciado da teoria da ideologia. Mannheim (1956), entendia a ideologia em dois aspectos: particular e total, porém, esses elementos não serão aprofundados neste trabalho.

Neste contexto, para corroborar com a ideia de distanciamento do termo ideologia, segundo Mannheim (1956, p. 247) “no domínio da sociologia do conhecimento evitaremos, pois, tanto quanto possível, o uso do termo “ideologia”, por conta de sua conotação moral, falando, ao invés, na “perspectiva” de um pensador”. O termo ideologia é muito “carregado” no sentido de moralidade, pois, todos agimos de forma prática e discursiva a partir de uma determinada ideologia, tendo em vista que somos educados para agirmos dessa maneira, independentemente de aspectos culturais, sociais, políticos, econômicos, entre outros (MANNHEIM, 1956). Além do mais, nesse ponto de vista,

Na sua discussão sobre o conceito de ideologia Mannheim enfatiza o seu desenvolvimento histórico e o relaciona com a discussão da falsa consciência presente na teoria marxista, principalmente em Lukács e tenta dissociar os dois termos conferindo uma perspectiva que não se baseie na tentativa de desmascarar o erro do sistema de pensamento do opositor enquanto pensamento interessado e influenciado por sua posição social (COSTA, 2016, 19).

Mannheim concebia a noção de ideologia a partir das teorias de Karl Marx e György Lukács, sendo esses, os seus maiores influenciadores, na medida em que há uma tentativa de desmascarar a questão do pensamento persuadido pela sua posição política e social (COSTA, 2016). Nessa lógica, o sujeito pensa conforme os pressupostos gerados pela sociedade.

Passando para a epistemologia social, após a morte de Margaret Egan, de acordo com Morán (2015, p. 6), “Shera se viu incitado a estabelecer uma distinção entre a sociologia do conhecimento e a epistemologia social, questão que se realizou de uma maneira simplista”. Entende-se que a sociologia do conhecimento de Karl Mannheim teve o seu surgimento a partir de 1920, assim, para Bortolin e Gallon (2015, p.168), o termo “foi utilizado, pela primeira vez, pelo filósofo Max Scheler, na década de 1920, na Alemanha e também é citado o nome de Karl Mannheim. No entanto, atualmente, quando o assunto é abordado, os estudiosos referenciam Karl Mannheim [...]”. Segundo as autoras, é preciso destacar as contribuições de Max Scheler, sendo que ele foi um dos pioneiros no estabelecimento de novos estudos sobre sociologia do conhecimento e que isso deu embasamento para os estudos de Mannheim.

A aproximação da Sociologia do Conhecimento com os estudos da Epistemologia Social está associada:

A presença da Sociologia na nova realidade epistemológica é um dos aspectos controversos desta opção teórica, uma vez que desde os anos 20 do século passado, uma vertente chamada Sociologia do Conhecimento foi colocada no universo intelectual da época, que tinha como finalidade estudar as condições sociais de produção do conhecimento. Portanto, os fundadores da ES enfatizaram que ela não

estuda a influência da sociedade no conhecimento, mas como o conhecimento influencia a sociedade; isto é, seu objetivo é focar em como a sociedade se apropria, internaliza e produz conhecimento (LINARES COLUMBIÉ, 2019, p. 8).

Ainda nesse contexto, nas palavras de Bortoli e Gallon (2015, p. 169) “a sociologia do conhecimento analisa que existem modos de pensamento que não devem ser compreendidos adequadamente enquanto se mantiverem obscuras suas origens sociais”. A partir dessa premissa, entendemos que Epistemologia Social e a Sociologia do Conhecimento possuem relações em comum, isto é, a primeira leva em consideração a preocupação com a produção e disseminação do conhecimento, e a segunda preocupa-se com a compreensão e baseia-se na origem do conhecimento no aspecto social.

Em relação ao conhecimento, conforme sugere Rocha (2012, p. 6), “a característica essencial de todo e qualquer conhecimento é que ele é efetivamente observado porque nossa estrutura mental é diferente e essa diferença é determinada pelos contextos da realidade”. Diante dessa ideia, conforme nos sugere o autor, todo o conhecimento gerado pela sociedade é determinado pelo contexto em que elas vivem, são levados em consideração os aspectos empíricos, antropológicos, culturais e cognitivos dos indivíduos.

De maneira geral, foram destacados os principais elementos da sociologia do conhecimento, bem como, a sua relação com a Sociologia, os seus aspectos relacionados a ideologia, mas que na concepção de Mannheim, a ideologia deve ser entendida como algo separado da sociologia do conhecimento. E também, foram apresentados aspectos teóricos acerca da Epistemologia Social, projeto desenvolvido por Jesse Shera e Margaret Egan.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Essa proposta de trabalho foi desenvolvida com base na pesquisa bibliográfica e abordagem qualitativa. Os materiais que deram sustentação teórica foram localizados, recuperados e analisados em bases de dados, revistas e periódicos especializados em Ciência da Informação, Epistemologia Social, Sociologia e Sociologia do Conhecimento. Tendo como os autores fundamentais da Epistemologia Social (LIMA; GOMES, 2016; MORÁN, 2015; FURNER, 2004; EGAN; SHERA, 1952; COLUMBIÉ, 2019), Sociologia do Conhecimento (MIGUEL, 2017; ROCHA, 2012, BORTOLI; GALLON, 2015; MANNHEIM, 1956, MANNHEIM; MERTON; MILLS, 1967), o Paradigma Social e a Epistemologia da Ciência da Informação (CAPURRO, 2003; ARAÚJO, 2010; MOREIRA; DUARTE, 2016). Além dessas fontes de informação, foram recuperados trabalhos em eventos científicos, como o Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação (ENANCIB), *International Society for Knowledge Organization* (ISKO) e de outros capítulos, como o brasileiro, Ibérico (Espanha e Portugal) e o da Nasko (Estados Unidos, Canadá e México), bem como o *Encuentros Internacionales sobre Sistemas de Información y Documentación* (IBERSID) e da *Asociación de Educación e Investigación en Ciencia de la Información de Iberoamérica y el Caribe* (EDICIC).

Na próxima seção, de maneira argumentativa, será realizado um esboço a respeito da relação entre Epistemologia Social e Sociologia do Conhecimento no paradigma social da Ciência da Informação.

4 EPISTEMOLOGIA SOCIAL E SOCIOLOGIA DO CONHECIMENTO: fundamentos do paradigma social

O objetivo é analisar, examinar, argumentar e defender as relações entre a Epistemologia Social e a Sociologia do Conhecimento e apontar as principais contribuições dessas teorias nos fundamentos do paradigma social, partindo de uma premissa de que essas duas teorias podem contribuir significativamente para os estudos sociais no campo da Ciência da Informação.

Conforme foi apresentado, a Epistemologia Social tem por preocupação a natureza do conhecimento, isto é, como o conhecimento é produzido, e o mais importante, com base no registro gráfico e na comunicação gráfica, como ele é utilizado na sociedade, e se consequentemente ele

será disseminado. Por esse ângulo, é importante destacar que, os produtos e serviços de informação gerados em unidades de informação (arquivos, bibliotecas, centros de documentação e museus), precisam ter utilidades práticas e sociais, isto é, de nada adianta o conhecimento ser produzido, se o mesmo não tiver utilidade social e prática (EGAN; SHERA, 1952). Por isso, é necessário que o bibliotecário tenha consciência de sua atuação dentro de uma biblioteca, é importante destacar que, nos dias atuais, sobretudo no que denominamos de paradigma social, todo conhecimento produzido, seja ele em arquivos, bibliotecas, centros de informação e documentação e museus não deve ser tomado como um pertencimento ao profissional da informação e nem da instituição, mas sim da sociedade, pois na concepção de Jesse Shera e Margaret Egan, o conhecimento deve possuir um caráter prático para ser compartilhado com a sociedade (CAPURRO, 2003).

A Sociologia do Conhecimento, por sua vez, tem a preocupação em analisar de maneira crítica a produção do conhecimento no aspecto social, levando em consideração os aspectos sociológicos, culturais, demográficos, linguísticos, políticos, ideológicos, quer dizer, o aspecto ideológico é tomado como uma forte influência em toda relação social, política, sobretudo em virtude das questões éticas e morais que norteiam a produção do conhecimento. Nesse sentido, esses fatores são elementos fundamentais para a produção do conhecimento em diversas comunidades, isto é, uma vez elaborado e disseminado, esse conhecimento poderá ser analisado de um ponto de vista na transformação social do indivíduo, e também para a sua coletividade, partindo de uma premissa de que o conhecimento não deve ser entendido como algo sem sentido e valor, mas sim, entendermos que ele é produzido a partir de conflitos, convenções, acordos, revoluções, paradigmas e relações paradigmáticas.

Para Mazucato (2015, p. 43), “ao refletir sobre os processos de pensamento e de produção social de conhecimento, Mannheim está também tentando compreender as fronteiras que separam o nós do eles/outros a partir do processo de constituição social das identidades”. Desse modo, sustentamos que a relação entre Epistemologia Social e Sociologia do Conhecimento tem o seu elo principal, a partir da natureza do conhecimento e também a sua finalidade, seja ela, política, científica e ideológica. Nesse sentido, também procuramos entender como as bibliotecas por meio dos seus bibliotecários poderão contribuir com a produção e o compartilhamento de novos conhecimentos para seus usuários, não somente aqueles que estão em busca de suprir uma necessidade de informação, mas para todos os usuários em geral, independentemente de seus aspectos sociais, origens, classes sociais, sociocultural, sociocognitivo, sociolinguístico ou socioeconômico.

No contexto do paradigma social, é necessário entendermos que o usuário dos sistemas de informação e os consumidores dos produtos informacionais, são aqueles que se dirigem às unidades de informação para suprir uma necessidade informacional, de certa forma são vistos como seres pertencentes a esse processo, pois o usuário se sente parte do processo que está associado à produção, organização, tratamento e disseminação da informação e do conhecimento, esses, considerados diferentes dos usuários dos outros paradigmas (físico e cognitivo), pois, nesses dois paradigmas, os usuários são selecionados e vistos como seres pertencentes a um universo e a uma comunidade de usuários que não podem se associar.

No paradigma social, o sujeito informacional adquire autonomia para produzir conhecimentos com base em seus valores éticos, morais, culturais e ideológicos, uma vez que no paradigma físico e cognitivo, o sujeito era mero espectador dos processos e dos sistemas que representam o conhecimento, ou seja, não tinha autonomia para contribuir na produção do conhecimento com base em sua realidade social. Para Araújo (2008), o sujeito é elemento integrador de um contexto social, agindo e recebendo interferências do espaço no qual ele está vinculado. Isto é, não está restrito apenas a investigadores, mas a uma gama de indivíduos que produzem e socializam conhecimento.

Em síntese, esta pesquisa teórica procurou analisar as contribuições da Epistemologia Social e da Sociologia do Conhecimento para a Ciência da Informação, no intuito de apresentar o paradigma social como um elemento que vincula os estudos de caráter social e cultural para a diminuição da desigualdade social e informacional presente na sociedade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da fundamentação teórica apresentada, o objetivo desta pesquisa foi destacar os principais conceitos sobre Epistemologia Social de Jesse Shera e Margaret Egan e também sobre a

Sociologia do Conhecimento, sendo essa última, uma teoria voltada para o estudo das origens do conhecimento, popularizada por Karl Mannheim.

Compreende-se que a Epistemologia Social e Sociologia do Conhecimento estão relacionadas, e que elas podem contribuir nos estudos do paradigma social na Ciência da Informação, fazendo com que esta se desenvolva como um campo científico comprometido com a realidade social. Sendo assim, concluímos, destacando que, a Epistemologia Social analisa e procura se aprofundar nos aspectos sociais no contexto da Biblioteconomia e da Ciência da Informação, no que poderíamos chamar de paradigma social, e a Sociologia do Conhecimento está voltada para os estudos do conhecimento levando em consideração as suas origens, ideologias, conflitos, paradigmas, convenções, disputas jurídicas, políticas, econômicas e sociais, entre outros aspectos.

De maneira analítica, foi possível esboçar uma breve relação entre a Epistemologia Social e a Sociologia do Conhecimento, partindo da premissa de que elas podem contribuir de maneira significativa e trazer subsídios para os estudos sociológicos em Ciência da Informação, sobretudo, no que se refere aos estudos de usuários e nos serviços de referência, ações culturais e educativas, entre outras atividades e serviços promovidos em diferentes espaços ou sobretudo, pelas bibliotecas, por bibliotecários e profissionais da informação, sejam esses, atuantes em lugares públicos ou privados e que tenham como foco a disseminação da informação e a produção do conhecimento.

O próximo passo é o aprofundamento, análise e demonstrando de que maneira essas duas teorias dialogam e em que medida, elas poderiam fornecer uma base teórica para os estudos no paradigma social na Ciência da Informação, tendo como base as bibliotecas comunitárias e públicas, explorando essas unidades de informação, e elaborar novas bases teóricas para o aprofundamento, levando em consideração o desenvolvimento da sociedade, no aspecto social, científico, econômico, tecnológico e cultural. Em nosso entendimento, o campo da Ciência da Informação tem uma vasta gama de estudos e propostas teóricas e práticas para a sociedade.

Em tempos de avanços tecnológicos, necessidades informacionais e conflitos políticos, é preciso que além dos estudos em bibliotecas comunitárias e públicas, é necessário que a Ciência da Informação esteja preparada para lidar com os novos perfis de usuários da informação (no contexto dos paradigmas vigentes), assim como as novas tecnologias informacionais e das novas formas de produção, organização, tratamento e disseminação da informação e do conhecimento, seja ele em ambiente físico, digital ou híbrido.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, C. A. A. Estudos de usuários: pluralidade teórica, diversidade de objetos. Comunicação oral apresentada ao GT03–Mediação, Circulação e Uso da Informação do IX ENANCIB. **Anais do IX ENANCIB**, 2008.

ARAÚJO, C. A. Á. Estudos de usuários conforme o paradigma social da ciência da informação: desafios teóricos e práticos de pesquisa. **Informação & Informação**, Londrina, v. 15, n. 2, p. 23-39, 2010.

BORTOLI, L. V; GALLON, S. A REPERCUSSÃO DA SOCIOLOGIA DO CONHECIMENTO DE KARL MANNHEIM NO BRASIL: uma análise da presença do autor no país e nos estudos de administração. IBEPES Curitiba - PR, Brasil. **RECADM** v. 14 n. 3 p. 166-181 Set-Dez/2015.

CAPURRO, R. Epistemologia e ciência da informação. 2003. **Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação**, v. 5, 2012.

COSTA, D. L. S da. A Sociologia do Conhecimento de Karl Mannheim: entre Ideologia e Ciência. **Cadernos de Pesquisa em Ciência Política**, v. 5, n. 3, 2016.

EGAN, M. E.; SHERA, J. H. Foundations of a theory of bibliography. **Library Quarterly**, v.22, p.125-137, Apr.1952.

FURNER, J. A Brilliant Mind: Margaret Egan and Social Epistemology." **Library Trends** 52(4): 792–809. 2004.

KUHN, Thomas. **Revoluções Científicas**. São Paulo: Perspectiva, 1978.

LIMA, D. A; GOMES, H. F. Epistemologia Social e Filosofia da Informação: Um possível diálogo entre Jesse Shera e Luciano Floridi. **Biblionline**, João Pessoa, v. 12, n. 4, p. 25-41, 2016.

LINARES COLUMBIÉ, R. Acercamiento a la Epistemología Social como proyecto teórico de la Bibliotecología. **Bibliotecas. Anales de Investigación**, v. 15, n. 1, p. 113-120, 2019.

MANNHEIM, K. **Ideologia e Utopia**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1956.

MANNHEIM, K; MERTON, R. K.; MILLS, C. W. **Sociologia do conhecimento**. Zahar Editores, 1967.

MAZUCATO, T. Aspectos teóricos da Sociologia do Conhecimento de Karl Mannheim. In: **Interfaces da Sociologia do Conhecimento de Mannheim**. / organizadores: Vera Alves Cepêda, Felipe Fontana, Thiago Mazucato. - São Carlos: ideias, intelectuais e instituições - UFSCar, 2015.

MIGUEL, J. H. Sociologia do conhecimento em Mannheim, Bloor e Bourdieu: alguns princípios teóricos e metodológicos. **Revista Sinais**-ISSN: 1981-3988, v. 21, n. 1, 2017.

MORÁN REYES, A. A. Margaret Elizabeth Egan y la genealogía de la filosofía de la bibliotecología. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, v. 5, n. 2, p. 71-91, 2014.

MOREIRA, F. M; DUARTE, A. B. S. O paradigma social da informação e as teorias sociais: relações e contribuições. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia**, v. 11, n. 1, 2016.

ODDONE, N. Revisitando a "epistemologia social": esboço de uma ecologia sociotécnica do trabalho intelectual. **Ciência da Informação**, v. 36, p. 108-123, 2007.

ROCHA, A. C. da. **Karl Mannheim e a fundação da sociologia do conhecimento: os primórdios das epistemologias não-especulativas**. In: Scientarium História V, 2012, Rio de Janeiro. Anais do Scientarium V, Rio de Janeiro: UFRJ, 2012, p. 1-9.

SHERA, J. H. Toward a theory of librarianship and information science. **Ciência da Informação**, v. 2, n. 2, 1973.

VIEIRA, K. R. **As contribuições da Escola de Chicago para a Ciência da Informação** / Keitty Vieira Rodrigues; orientador, Cezar Karpinski, 2019. 161 p. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Florianópolis, 2019.

ZANDONADE, T. **As implicações da Epistemologia Social para uma teoria da recuperação da informação**. 184 fls. Tese (Doutorado em Ciência da Informação). Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Ciência da Informação e Documentação Departamento de Ciência da Informação e Documentação Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação. Brasília: Universidade de Brasília, 2003.

ZANDONADE, T. Social Epistemology from Jesse Shera to Steve Fuller. **Library Trends** v. 52, n.4. 2004. p. 810-832.

**ESTRATÉGIA DE RESTAURAÇÃO ECOLÓGICA, PROTEÇÃO E CONSERVAÇÃO DAS
NASCENTES DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO CANOAS, FRANCA – SP**

*STRATEGY FOR ECOLOGICAL RESTORATION, PROTECTION AND CONSERVATION OF THE
SPRINGS OF THE CANOAS RIVER HYDROGRAPHIC BASIN, FRANCA – SP*

Área 2: Desenvolvimento Ambiental/Sustentável

BERTELLI, Célio
UNESP Franca
Prof.ºDr.º em Geociência e Meio Ambiente
celio.bertelli@unesp.br

FONSECA, Genaro Alvarenga
UNESP Franca
Prof.ºDr. em Educação Escolar
ga.fonseca@unesp.br

FALEIROS, Tâmer de Oliveira
UNESP Botucatu
Mestre em Zoologia
tamerfaleiros@gmail.com

BARBOSA, Caroline Carvalho
UNIFRAN
Graduanda em Ciências Biológicas
carolcarvalhobarbosa@yahoo.com.br

CINTRA, Rafaela Costa
UNIFRAN
Graduanda em Ciências Biológicas
rafaccintra1@gmail.com

MELO, Gabriela Teles
Uni-FACEF
Graduanda em Engenharia Civil
gah.melo@hotmail.com

Resumo

A Bacia Hidrográfica do Rio Canoas ocupa municípios dos estados São Paulo e Minas Gerais, sendo eles: Ibiraci e Claraval do lado mineiro, Cristais Paulista, Pedregulho e Franca, do lado paulista (BERTELLI, et al., 2014). Este estudo objetiva mensurar as nascentes da Bacia do Rio Canoas no município de Franca, e propor uma estratégia de restauração ecológica das nascentes degradadas. O Rio Canoas é a matriz que abastece a cidade de Franca. A metodologia aplicada é de natureza qualitativa, exploratória e quantitativa. Dessa forma, enfatizar a importância da vegetação nativa para a proteção e conservação dos recursos hídricos da Bacia, como corredor ecológico e o fluxo gênico. A pesquisa resultou em uma estratégia de recuperação para as áreas degradadas das nascentes, propondo incentivos aos proprietários rurais a partir da Lei Federal nº14.119/2021 e o Decreto Estadual nº 59.260/2013 que instituem o Pagamento por Serviços Ambientais PSA. Como também, indica a construção de políticas públicas mais restritivas quanto ao uso e ocupação do solo, urbano e rural, em volta das nascentes. Com as análises dos mapas e mensurações, foram encontradas 158 nascentes, sendo 99 (78,21 ha) com cobertura nativa e 59 (46,61 ha) nascentes degradadas, que necessitam de restauração ecológica, considerando uma área de 0,79 ha por

nascente. Com a restauração das áreas degradadas das nascentes, beneficiará biodiversidade e o balanço hídrico local, favorecendo o manancial de abastecimento público de Franca SP.

Palavras-chave: recursos hídricos, vegetação nativa, Área de Preservação Permanente.

Abstract

The Canoas River Hydrographic Basin occupies municipalities in the states of São Paulo and Minas Gerais, namely: Ibiraci and Claraval on the Minas Gerais side, Cristais Paulista, Pedregulho and Franca on the São Paulo side (BERTELLI, et al., 2014). This study aims to measure the springs of the Canoas River Basin in the municipality of Franca, and propose an ecological restoration strategy for degraded springs. The Canoas River is the matrix that supplies the city of Franca. The methodology applied is qualitative, exploratory and quantitative in nature. Therefore, to emphasize the importance of native vegetation for the protection and conservation of water resources in the Basin, as an ecological corridor and gene flow. The research resulted in a recovery strategy for the degraded areas of the springs, proposing incentives to rural landowners based on Federal Law N° 14.119/2021 and State Decree N° 59.260/2013, which establish the Payment for Environmental Services PES. It also indicates the construction of more restrictive public policies regarding the use and occupation of land, urban and rural, around the springs. With the analysis of maps and measurements, 158 springs were found, 99 (78.21 ha) with native coverage and 59 (46.61 ha) degraded springs, which need ecological restoration, considering an area of 0.79 ha per source. With the restoration of the degraded areas of the springs, it will benefit biodiversity and the local water balance, favoring the public water supply of Franca SP.

Keywords: water resources, native vegetation, Permanent Preservation Area.

1 INTRODUÇÃO

A Bacia Hidrográfica do Rio Canoas possui uma área de 66.295 hectares, distribuídos nos municípios de São Paulo e Minas Gerais, sendo eles: Ibiraci (4.381 hectares) e Claraval (16.916 hectares) do lado mineiro. Cristais Paulista (24.179 hectares), Pedregulho (1.936 hectares) e o objeto desse estudo, Franca (18.883 hectares) do lado paulista, (BERTELLI, et al., 2014). Este estudo tem como objetivo elaborar uma estratégia de restauração ecológica, proteção e conservação das nascentes da Bacia Hidrográfica do Rio Canoas, que é o manancial que abastece o município de Franca, demonstrando grande importância para a região. A metodologia aplicada é de natureza qualitativa exploratória, por meio de referencial bibliográfico, e quantitativa com a confecção de mapas e mensurações das nascentes protegidas e degradadas. A pesquisa pretende levantar a partir da análise dos mapas, que descrevem a atual situação das nascentes da Bacia do Rio Canoas em Franca, mostrando as áreas degradadas, estratégias de restauração ecológica das áreas nos entornos das nascentes com vegetação nativa, incentivando os proprietários rurais a partir da Lei Federal nº14.119/2021 e do Decreto Estadual nº 59.260/2013 que instituem o Pagamento por Serviços Ambientais PSA. Também, destacar a importância da criação de Políticas Públicas mais restritivas quanto ao Uso e Ocupação do solo, urbano e rural, da Bacia, já que atividades indevidas em locais que deveriam estar protegidos, acarretam em uma degradação da vegetação, provocando processos erosivos e sedimentações para os recursos hídricos. Dessa forma, enfatizar a importância da cobertura de vegetação nativa para a proteção e conservação dos recursos hídricos, como também, para a qualidade do meio biótico e abiótico do local, sabendo que esses remanescentes servem como corredor ecológico que propiciam o fluxo gênico. Este trabalho visa mensurar as nascentes e indicar quais serão os métodos de restauração, atendendo a Lei Federal 12.651/2012, como também a Resolução SMA 32/2014 que determina diretrizes de métodos de restauração ecológica, possibilitando assim uma melhoria ambiental e da qualidade de vida dentro do princípio do desenvolvimento sustentável.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A Bacia do Rio Canoas ocupa Franca (18.883 ha), Cristais Paulista (24.179 ha) e Pedregulho (1.936 ha) do lado paulista, e Claraval (16.916 ha) e Ibiraci (4.381 ha) do lado mineiro. Totalizando sua área em 66.295 hectares (Mapa de Uso e Ocupação da Bacia do Rio Canoas, BERTELLI, et al., 2014)

Localizado no nordeste do Estado de São Paulo, está o município de Franca, que se distancia a 401 km por rodovia da capital do Estado. O município ocupa uma área de 605,681 km², o qual 84 km² é área urbanizada (IBGE, 2002), conta com 318.640 habitantes de acordo com o último índice de 2010. Limita-se com os municípios de Cristais Paulista - SP, Batatais - SP, Restinga - SP, Patrocínio Paulista - SP, Claraval - MG, Ibiraci - MG, Ribeirão Corrente - SP e São José da Bela Vista - SP. O Município de Franca pertence a Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos - UGRHI 8, do Comitê da Bacia Hidrográfica dos rios Sapucaí Mirim / Grande. Dessa forma, o Rio Canoas expressa grande importância para o abastecimento público de água no município de Franca, em São Paulo. Além de servir para irrigação e outras atividades como a agropecuária e agricultura, para os outros municípios (BERTELLI e FADEL, 2015).

Segundo a Lei federal nº9.433/1997 que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, a bacia hidrográfica é a unidade territorial para implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e atuação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Sabendo a relevância da restauração, proteção e conservação da vegetação nativa e das nascentes encontradas na Bacia do Rio Canoas, destaca-se a Lei Federal nº12.651/2012, que estabelece normas gerais sobre a proteção da vegetação, áreas de Preservação Permanente e as áreas de Reserva Legal; a exploração florestal, o suprimento de matéria-prima florestal, o controle da origem dos produtos florestais e o controle e prevenção dos incêndios florestais, e prevê instrumentos econômicos e financeiros para o alcance de seus objetivos (ALVARENGA, et al., 2021). Ainda nesta mesma lei, em seu 3º artigo, determina que nascentes são o afloramento natural do lençol freático que apresenta perenidade e dá início a um curso d'água, e em seu artigo 4º, inciso IV determina que as áreas no entorno das nascentes e dos olhos d'água perenes, qualquer que seja sua situação topográfica, no raio mínimo de 50 (cinquenta) metros. Este estudo enfatiza também a Resolução SMA 32/2014 que, em seu 11º artigo estabelece os métodos de restauração ecológica. Esta pesquisa utiliza também da Lei Federal 14.119/2021, que institui a Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais, assim como o Decreto estadual nº59.260/2013, que institui o Programa Estadual de apoio financeiro e ações ambientais, denominado Crédito Ambiental Paulista.

Localizado no Município de Franca está a Bacia Hidrográfica do Rio Canoas, a qual a Lei municipal nº4.240/1992 considera de interesse especial, as áreas das bacias de drenagem do Rio Canoas e Córrego Pouso Alto, para efeito de proteção dos mananciais hídricos e, tendo em vista a importância da Bacia para o abastecimento de água dos francanos, a Lei municipal complementar nº09/1996 em seu artigo 55 cria a Área de Proteção Ambiental da Bacia do Rio Canoas no município de Franca.

De acordo com o Mapa de uso e ocupação da Bacia hidrográfica do Rio Canoas (BERTELLI et al., 2014), percebe-se que parte da cidade de Franca - SP pertencente à bacia hidrográfica é composta de: café (2.725,30 ha), sendo 4,11%; cana (1.010,68 ha) sendo 1,52%; eucalipto (212,17 ha) sendo 0,32%; laranja (1,65 ha) sendo 0,002%; milho (20,15 ha) sendo 0,03%; pasto (8.788,51 ha) sendo 13,25%; vegetação nativa (4.724,22 ha) sendo 7,12%; estradas (34,06 ha) sendo 0,051% e área urbanizada (1.366,15 ha), totalizando 18.883 ha.

Enfatizando o a vegetação nativa encontrada na Bacia do Rio Canoas, o bioma encontrado predominantemente é o Cerrado, ocorrendo remanescentes de Floresta Estacional Semidecidual. Campos limpos, campos sujos, campos cerrados, os campos cerrados "sensu stricto" e os cerradões classificam a fisionomia do bioma Cerrado "sensu lato" (COUTINHO, 2016).

O Cerrado é o segundo maior bioma do Brasil em extensão, ultrapassado apenas pela Floresta Amazônica. Enquanto esta floresta se concentra na Região Norte, o Cerrado abrange estados de todas as cinco regiões, o que torna sua ocorrência marcante para o Brasil. Apesar da sua importância, o cerrado é a vegetação mais intensamente degradada, isso ocorre principalmente por causa do avanço de áreas agrícolas (SOUZA, 2018).

Quanto a flora, o Cerrado apresenta grande riqueza, com mais de 7.000 espécies conhecidas até hoje, sendo a proporção entre herbáceas e lenhosas de 3:1, aproximadamente (COUTINHO,

2016). Várias dessas espécies são utilizadas em ações humanas como: alimentício tanífero, condimentar, corticeiro, têxtil, medicinal, produtor de látex, apícola e ornamental (MARONI, et al., 2006). As dez principais famílias botânicas, com maior número de gêneros e espécies zoocóricas deste bioma são: Rubiaceae, Fabaceae, Myrtaceae, Euphorbiaceae, Aracaceae, Lauraceae, Cucurbitaceae, Annonaceae, Melastomataceae e Moraceae (KUHLMANN, 2018).

A destruição de grande parte desse bioma teve como justificativa a sua importância econômica, em especial a agropecuária: cerca de 40% do rebanho bovino brasileiro é criado no Cerrado e 45% da safra de soja sai da região central desse bioma (FRANCO e UZUNIAN, 2010). Isso ameaça os recursos naturais que o bioma oferece, conhecidos também como serviços ecossistêmicos.

A conservação dos recursos naturais está relacionada com a qualidade de vida das populações urbana e rural, o qual há um aumento na degradação dos recursos naturais, sobretudo solo e água. Os efeitos da deterioração do meio ambiente, com destaque na vegetação nativa que protege as nascentes de água, são visíveis na saúde da população humana e animal, nas fontes de geração de energia e água para consumo humano e para irrigação, no declínio da produtividade agrícola e consequentemente no empobrecimento do homem do campo (EMBRAPA, 1998).

A Mata Ciliar é um ecossistema encontrado em todos os biomas brasileiros, tem como principal característica ser uma vegetação que cresce nas margens, de nascentes, rios, lagos, córregos e represas, dessa forma, limpa e protege as fontes de água. Por estar presente em todos os biomas do Brasil, possui uma vasta diversidade de plantas e animais. Cuidar das nascentes é fundamental para a preservação das Matas Ciliares, e o entorno das bacias-hidrográficas, além disso, as nascentes recebem a proteção desse ecossistema contra poluição e outros fatores degradantes (SMA, 2014). Dessa forma, pode-se dizer que as Matas Ciliares possuem um papel fundamental para a restauração, proteção e conservação dos cursos hídricos, tendo como objetivos primordiais: reduzir as perdas do solo ocorridas por processos erosivos e de solapamento das margens de rios, como consequência da ausência de vegetação; aumentar os refúgios e fontes de alimentação para a fauna silvestre e aquática; assegurar a perenidade das fontes e nascentes; proteger os cursos d'água dos impactos decorrentes do transporte de defensivos, corretivos e fertilizantes encontrados em culturas de propriedades rurais; melhorar a qualidade e aumentar o volume de água para consumo humano e uso agrícola e promover o repovoamento faunístico das matas artificiais e dos cursos d'água (CRESTANA, et. al., 1993).

Apesar de sua inegável importância ambiental, as matas ciliares vêm sendo erradicada em várias regiões brasileiras. Entre os inúmeros fatores que têm contribuído para isso, destacam-se, pela gravidade as derrubadas para ampliação de área cultivada produtiva (Gibbs, Leitão Filho e Abbot, 1980).

De acordo com Fetter (1994) e Strahler (1992), apud Felipe (2013), a perenização dos cursos d'água superficiais é garantida pela recarga das águas subterrâneas. Essa recarga ocorre através da infiltração da água no solo – que pode ser facilitada e incrementada, seja pela infiltração subsuperficial ao longo das raízes e canais formados direta ou indiretamente pelo sistema subterrâneo da vegetação, ou pelo aumento dos coeficientes de infiltração superficial decorrentes do recobrimento vegetativo e da matéria orgânica decaída (Coelho, 1999). Assim, os fluxos subterrâneos convergem para zonas de menor potencial hidrométrico, promovendo uma diferença de energia que resulta na exfiltração da água subterrânea para a superfície. Essa exfiltração é a principal responsável pela formação de nascentes que irão alimentar os diversos corpos d'água (Felipe, 2013), como rios e seus respectivos reservatórios. Segundo Felipe, 2013, as nascentes são ambientes singulares e heterogêneos dotados de uma notável importância geomorfológica, hidrológica, ecológica e social (INGA, 2021).

Diversos autores destacam da importância da vegetação e do manejo adequado do solo na conservação e recarga da água superficial. A EMBRAPA (2013) destaca que a falta de proteção de vegetação, de forma geral, causa as seguintes consequências nas nascentes: menor estoque de água nos lençóis – com menor disponibilidade para as propriedades e cursos d'água, maior período de escassez e redução da disponibilidade hídrica dos corpos d'água nas estiagens prolongadas, afetando a fauna, flora e comunidades humanas circunvizinhas, redução do nível das represas e o aumento das enxurradas (em frequência e força), carregando solos e sedimentos, causando destruição e assoreamento de rios e represas. Assim, o volume de água de cursos d'água pode ser aumentado com práticas como o reflorestamento de nascentes (INGA, 2021).

As formações ciliares, que vem sendo degradadas de forma acelerada, fazem a interação entre a degradação com a expansão das fronteiras agrícolas brasileiras que não delimitam as áreas que deveriam ser específicas para a ocupação da atividade agrícola (RODRIGUES; LEITÃO, 2000). A principal causa dessa degradação pode se dar ao desmatamento para expandir terras de cultivos de propriedade rurais, como também para a expansão de áreas urbanas e obtenção de madeira, além de incêndios criminais, empreendimentos turísticos sem gerenciamento correto, entre outros motivos (MARTINS, 2001).

Já é comprovado que a restauração da vegetação ciliar contribui para o aumento da capacidade de armazenamento da água da bacia, ao longo de sua zona, o que contribui para o aumento da vazão na estação seca do ano (Elmore & Beschta, 1987). Entretanto, o reverso também ocorre, quando a mata ciliar sofre algum dano, como a degradação de sua zona, pode ocorrer a diminuição da capacidade de armazenamento da microbacia, dessa forma, a vazão do rio na estação seca também diminui (RODRIGUES; LEITÃO, 2000). Além disso, de acordo com a Lei Federal 9.985/2000, os remanescentes de vegetação nativa proporcionam proteção, abrigo e desenvolvimento da fauna, servem como corredores ecológicos e consequentemente melhoram o fluxo gênico das espécies. Assim, é de suma importância a restauração da vegetação que cerca as nascentes da Bacia do Rio Canoas.

De acordo com a Resolução SMA 32/2014, restauração ecológica é a intervenção humana intencional em ecossistemas degradados ou alterados para desencadear, facilitar ou acelerar o processo natural de sucessão ecológica. Projeto de restauração ecológica é um instrumento de planejamento, execução e monitoramento da restauração ecológica, em áreas rurais ou urbanas, que deverá ser apresentado pelo restaurador, sendo a recomposição seu principal objetivo. Recomposição é a restituição de ecossistema ou comunidade biológica nativa degradada ou alterada a condição não degradada, que pode ser diferente de sua condição original. A condução de regeneração de espécies nativas utiliza técnicas que auxiliam na colonização e no desenvolvimento dos indivíduos vegetais nativos presentes na área, inclusive por meio de coroamento, controle de gramíneas exóticas, técnicas de nucleação, entre outros. Em seu 11º artigo considera como método de restauração ecológica: condução de regeneração natural de espécies nativas é feita somente quando constatar que há potencial efetivo de regeneração natural da área; plantio de espécies nativas; plantio de espécies nativas conjugado com a condução da regeneração natural de espécies nativas; o plantio intercalado de espécies lenhosas, perenes ou de ciclo longo exóticas com nativas de ocorrência regional.

Quanto as técnicas de recuperação do Cerrado e Mata Ciliar, destaca-se a diferenciação entre a recuperação da forma e/ou da função da área em questão sendo: função - somente restabelecer a proteção do solo, criação de um maciço vegetal e, dessa forma, o reflorestamento poderia utilizar espécies exóticas até iniciar o estabelecimento da forma; forma - recuperação de toda a biodiversidade da vegetação anteriormente existente naquela área. Assim, a Revegetação seria a recuperação da Forma e Função da área de vegetação, e o termo Recuperação seria somente restabelecer a Função (SMA/SP, 1995). Sabe-se que a recuperação das matas ciliares proporrá diversos benefícios, como os serviços ecossistêmicos, como também Pagamento por Serviços Ambientais PSA.

A Lei Federal de Pagamento por Serviços Ambientais revela que serviços ecossistêmicos são benefícios relevantes para a sociedade gerados pelos ecossistemas, em termos de manutenção, restauração ou ou melhoria das condições ambientais, nas seguintes modalidades: serviços de provisão, são os que fornecem bens ou produtos ambientais utilizados pelo ser humano para consumo ou comercialização, tais como água, alimentos, madeira, fibras e extratos, entre outros; serviços de suporte, são os que mantêm a perenidade da vida na Terra, tais como a ciclagem de nutrientes, a decomposição de resíduos, a produção, a manutenção ou a renovação da fertilidade do solo, a polinização, a dispersão de sementes, o controle de populações de potenciais pragas e de vetores potenciais de doenças humanas, a proteção contra a radiação solar ultravioleta e a manutenção da biodiversidade e do patrimônio genético; serviços de regulação, são os que concorrem para a manutenção da estabilidade dos processos ecossistêmicos, tais como o sequestro de carbono, a purificação do ar, a moderação de eventos climáticos extremos, a manutenção do equilíbrio do ciclo hidrológico, a minimização de enchentes e secas e o controle dos processos críticos de erosão e de deslizamento de encostas; serviços culturais, são os que constituem benefícios não materiais providos pelos ecossistemas, por meio da recreação, do turismo, da

identidade cultural, de experiências espirituais e estéticas e do desenvolvimento intelectual, entre outros.

Para incentivar os habitantes que possuem terras com vegetação nativa a aplicarem a proteção e conservação desses remanescentes florestais, foi criada a Lei Federal nº14.119, que institui a política de Pagamento por Serviços Ambientais, dessa forma, propõe uma compensação aos proprietários rurais. Assim como o Decreto estadual nº59.260/2013 institui o Programa Estadual de apoio financeiro a ações ambientais, denominado Crédito Ambiental Paulista, segue o mesmo objetivo. Também institui que serviços ambientais são atividades individuais ou coletivas que favorecem a manutenção, a restauração ou a melhoria dos serviços ecossistêmicos e Pagamento por Serviços Ambientais é a transação de natureza voluntária, mediante a qual um pagador de serviços ambientais transfere a um provedor desses serviços recursos financeiros ou outra forma de remuneração, nas condições acertadas, respeitadas as disposições legais e regulamentares pertinentes. Assim, esse incentivo serve como apoio para uma restauração ambiental bem-sucedida.

De acordo com a Lei Federal 12.651/2012, em seu artigo 4º, considera-se Área de Preservação Permanente, em zonas rurais ou urbanas, em seu inciso IV, as áreas no entorno das nascentes e dos olhos d'água perenes, qualquer que seja sua situação topográfica, no raio mínimo de 50 (cinquenta) metros.

Na Lei Federal nº12.727/2012, em seu artigo 61º, que institui que nas Áreas de Preservação Permanente, é autorizada, exclusivamente, a continuidade das atividades agrossilvipastoris, de ecoturismo e de turismo rural em áreas rurais consolidadas até 22 de julho de 2008, enfatizando que em seu § 5, nos casos de áreas rurais consolidadas em Áreas de Preservação Permanente no entorno de nascentes e olhos d'água perenes, será admitida a manutenção de atividades agrossilvipastoris, de ecoturismo ou de turismo rural, sendo obrigatória a recomposição do raio mínimo de 15 (quinze) metros. Neste trabalho, é considerado o princípio da precaução, em função das propriedades rurais da Bacia do Canoas estarem, a sua maioria, com Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), com o Ministério Público Estadual da comarca de Franca.

A realização de práticas conservacionistas promove a restauração e preservação de recursos através do reflorestamento, propiciando uma dinâmica hidro florestal. Esta prática reduz a perda de solo decorrente de processos erosivos e assegura a perenidade das nascentes protegendo o curso d'água dos impactos antrópicos, melhorando assim a qualidade dos recursos hídricos para o abastecimento público, como é o caso da Bacia do Rio Canoas, que abastece Franca.

Dessa forma, utilizando deste material, é proposta uma estratégia de restauração ecológica, proteção e conservação das nascentes da Bacia do Rio Canoas, localizada no município de Franca SP.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo designa-se à Área de Preservação Permanente (APP) localizada nas nascentes da Bacia do Rio Canoas, no município de Franca SP.

A metodologia aplicada se orienta na construção de uma pesquisa qualitativa, por meio de levantamento bibliográfico e análise exploratória de documentos e referências, quantitativa na elaboração de Cartas Geográficas, georreferenciadas, geoprocessadas e fotointerpretadas através de cartas do IBGE na escala 1:50.000, 1970, cartas do IGC, escala 1:10.000, 1993, Imagens do satélite Pleiades 2014, e Google 2021, restituídas em Cartas de Uso e Ocupação do Solo, Carta de Hidrografia e Nascentes Georreferenciada, elaboradas em programa livre (ARCGIS). Segundo Gil (2002), tal opção estimula a abertura de outros projetos que possam incentivar e aprofundar as discussões acerca de estratégia de restauração ecológica, proteção e conservação das nascentes da Bacia Hidrográfica do Rio Canoas. Podendo este método mensurar as nascentes degradadas e as protegidas com vegetação nativa, quantificar as áreas que deverão ser recuperadas através do processo de restauração ecológica.

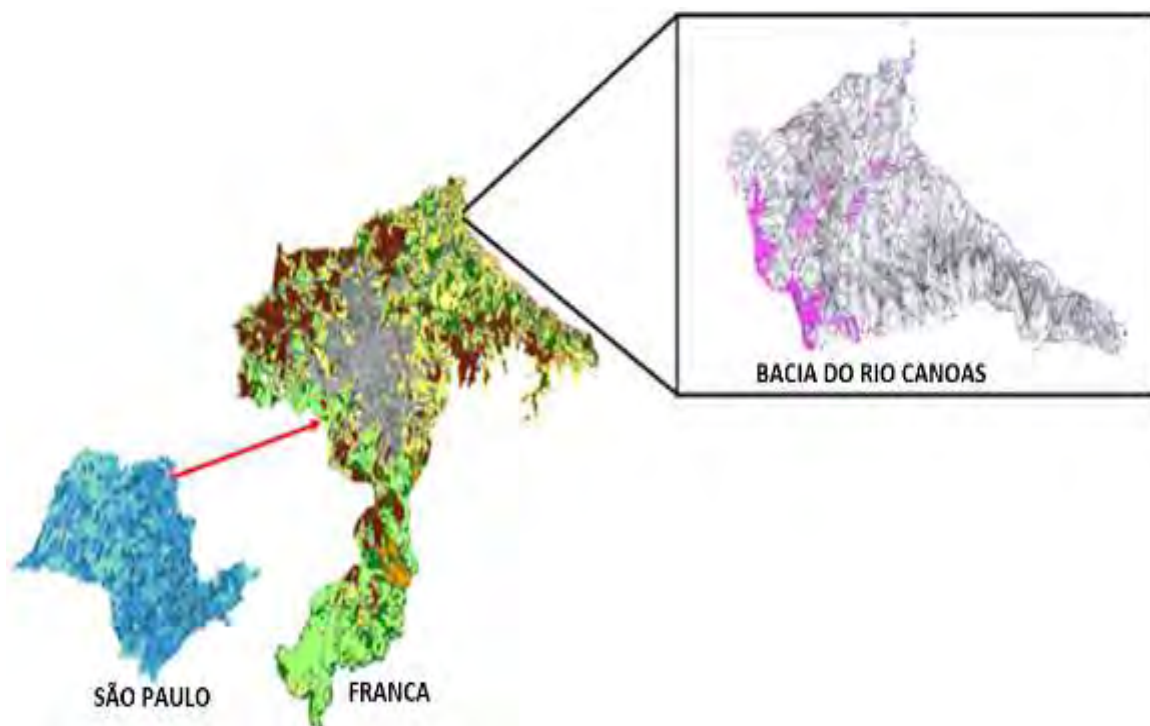
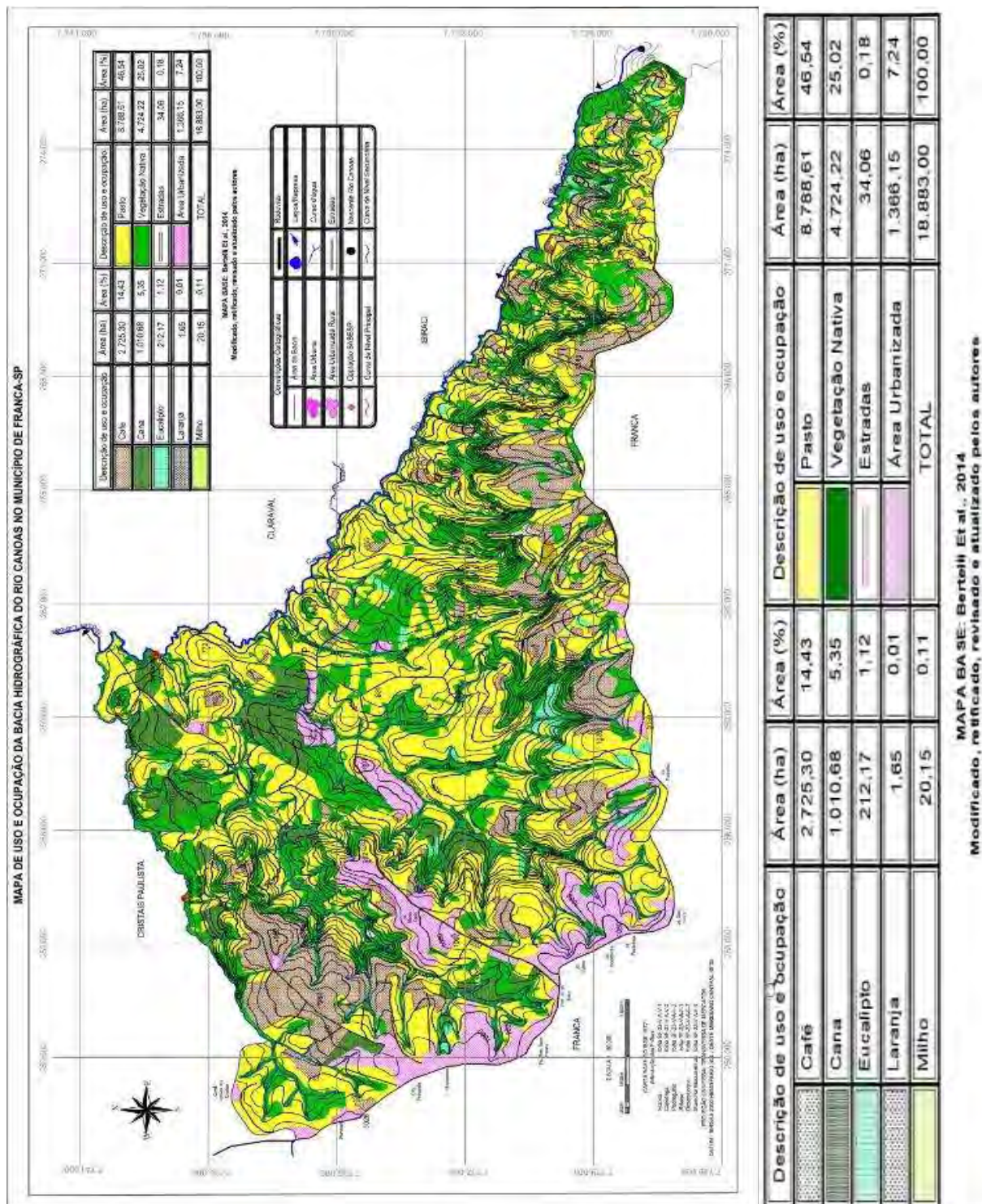


Figura 1: Mapa de São Paulo, destaque do Município de Franca e a Bacia do Rio Canoas dentro do município. **Fonte:** Elaborado pelos autores.

4 ANÁLISES E DISCUSSÕES

Como resultado, essa pesquisa apresentou a confecção do mapa que indica Uso e Ocupação da Bacia Hidrográfica do Rio Canoas no município de Franca – SP. A partir dele, foi observado que a quantidade de Vegetação Nativa (4.724,22 ha), ocupa 25,02%, enquanto o restante da área é ocupada por atividades da agropecuária, agricultura e urbanística sendo: café (2.725,30 ha) com 14,43%; cana (1.010,68 ha) com 5,35%; Eucalipto (212,17 ha) com 1,12%; Laranja (1,65 ha) com 0,01%; Milho (20,15 ha) com 0,11%; Pasto (8.788,61 ha) com 46,54%; Estradas (34,06 ha) com 0,18% e Área Urbanizada (1.366,15 ha), ou seja, 14.159,00 ha são destinados a essas atividades antrópicas. Totalizando isso a área de Vegetação Nativa, o resultado obtido foi a área total da Bacia, 18.883,00 ha.



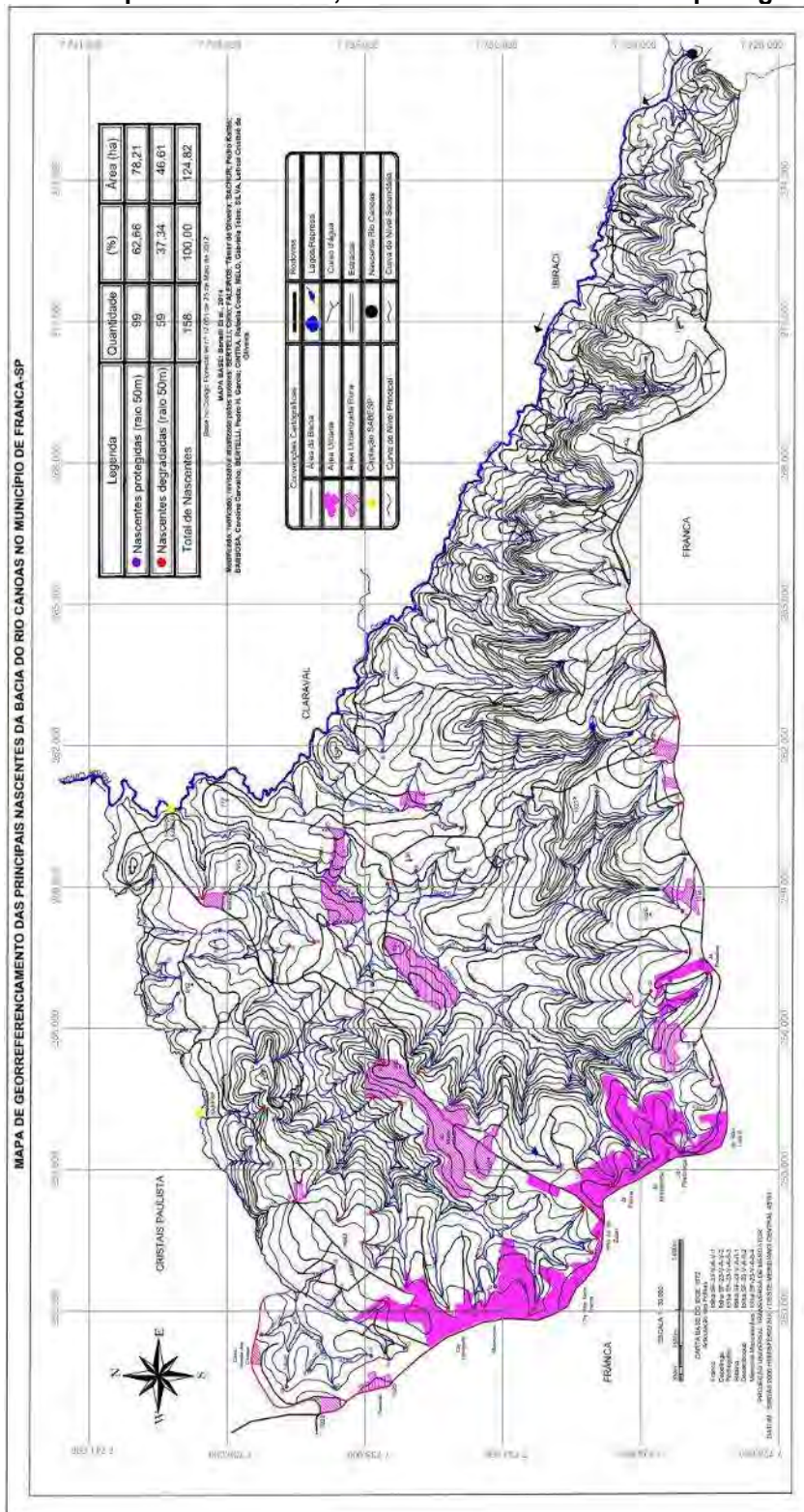
Fonte: Georreferenciado por Bertelli et al. 2014, modificado, retificado e atualizado pelos autores, 2021.

A confecção do Mapa Georreferenciamento das Nascentes da Bacia Hidrográfica do Rio Canoas em Franca – SP, apresentou um georreferenciamento de 158 nascentes da Bacia.

XXII ENCONTRO de PESQUISADORES

INTERDISCIPLINARIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Mapa de Georreferenciamento das principais nascentes da Bacia Hidrográfica do Rio Canoas, no município de Franca SP, diferenciando as nascentes protegidas das degradadas.



Legenda	Quantidade	(%)	Área (ha)
Nascentes protegidas (raio 50m)	99	62,66	78,21
Nascentes degradadas (raio 50m)	59	37,34	46,61
Total de Nascentes	158	100,00	124,82

Base no Código Florestal Lei nº 12.651 de 25 de Maio de 2012

MAPA BASE: Bertelli Et al., 2014

Modificado, retificado e atualizado pelos autores: BARBOSA, Caroline Carvalho; BERTELLI, Célio; FALEIROS, Tâmer de Oliveira; BACHUR, Pedro Kallás; CINTRA, Rafaela Costa; MELO, Gabriela Teles; SILVA, Letícia Cristhine de Oliveira.

Fonte: Mapa base Bertelli et al., 2014. Modificado, retificado e atualizado pelos autores.

XXII ENCONTRO de PESQUISADORES

INTERDISCIPLINARIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Tabela do Mapa de Georreferenciamento das principais nascentes da Bacia Hidrográfica do Rio Canoas, no município de Franca SP, com nascentes degradadas circuladas em vermelho.

Nascente	Coordenada X	Coordenada Y	Tributário	Extensão (km)	Nascente	Coordenada X	Coordenada Y	Tributário	Extensão (km)
1	275.179,2356	7.728.297,4144	trib. 01	0,41	41	262.912,9607	7.733.878,0324	trib. 40	2,13
2	274.591,5187	7.727.638,3969	trib. 02	1,09	42	261.851,0766	7.735.138,8768	trib. 41	1,01
3	275.890,1351	7.727.775,9254	trib. 03	0,49	43	261.618,8120	7.735.431,4445	trib. 42	0,66
4	275.707,6690	7.727.679,8493	trib. 04	1,69	44	261.611,1192	7.733.816,6609	trib. 43	1,08
5	274.721,2607	7.728.861,7406	trib. 05	0,57	45	260.257,9426	7.732.900,8982	trib. 44	0,83
6	273.995,2993	7.728.411,9715	trib. 06	0,72	46	262.441,5233	7.732.459,2001	trib. 45	1,20
7	273.651,1053	7.727.965,5023	trib. 07	1,65	47	262.161,8011	7.731.664,1841	trib. 46	0,69
8	273.186,5092	7.728.400,5147	trib. 08	1,35	48	262.111,7220	7.728.724,3075	trib. 47	0,46
9	272.796,0974	7.728.635,1945	trib. 09	1,28	49	263.079,9224	7.728.752,8405	trib. 48	0,57
10	271.386,6649	7.728.683,2286	trib. 10	0,47	50	262.605,2474	7.728.261,7150	trib. 49	1,89
11	271.916,5545	7.728.442,5067	trib. 11	0,30	51	263.574,8860	7.728.534,8200	trib. 50	0,86
12	271.253,5269	7.727.843,8775	trib. 12	2,36	52	264.387,4257	7.728.776,8277	Córrego da Cachoeirinha	10,45
13	270.694,7335	7.729.753,4988	trib. 13	1,18	53	260.572,4745	7.736.308,8958	trib. 51	0,93
14	270.783,4556	7.730.535,8165	trib. 14	0,50	54	258.785,5925	7.738.521,2610	trib. 52	1,38
15	269.957,4691	7.730.499,5435	trib. 15	0,42	55	258.873,9419	7.738.033,9787	trib. 53	0,72
16	268.856,3080	7.729.792,2693	trib. 16	0,50	56	257.614,6796	7.736.207,5623	trib. 54	1,23
17	269.232,5620	7.729.191,9583	trib. 17	0,41	57	258.082,2598	7.738.148,9333	trib. 55	0,95
18	270.220,9170	7.728.885,8420	trib. 18	0,75	58	257.314,3993	7.738.783,2621	trib. 56	1,61
19	270.275,8884	7.727.809,1284	Riacho da Mata	4,03	59	257.757,6233	7.736.647,8222	trib. 57	0,61
20	268.886,5722	7.730.495,0554	trib. 19	0,87	60	255.290,7605	7.737.363,6726	trib. 58	2,02
21	268.375,5213	7.731.078,7219	trib. 20	0,83	61	256.861,2774	7.735.968,1101	trib. 59	0,84
22	267.950,5450	7.730.426,4424	trib. 21	0,55	62	256.390,7659	7.735.039,2001	trib. 60	0,71
23	267.181,3046	7.730.689,7852	trib. 22	0,40	63	255.268,1115	7.734.596,7787	trib. 61	2,07
24	267.479,2064	7.729.714,0625	trib. 23	2,87	64	255.550,4079	7.735.729,9962	trib. 62	0,60
25	267.195,1005	7.732.082,9629	trib. 24	0,75	65	255.117,6439	7.736.927,7484	trib. 63	0,67
26	266.763,7642	7.731.951,3303	trib. 25	1,06	66	254.519,1237	7.736.976,3145	trib. 64	0,75
27	266.839,3807	7.731.687,1181	trib. 26	0,54	67	254.083,2735	7.736.895,1244	trib. 65	1,31
28	266.752,3203	7.731.175,3258	trib. 27	0,71	68	254.856,8207	7.735.228,0791	trib. 66	1,05
29	266.579,7377	7.729.790,8514	trib. 28	2,71	69	253.798,9559	7.736.224,3284	trib. 67	0,91
30	265.904,4135	7.729.787,0647	trib. 29	0,44	70	254.539,1141	7.734.814,4792	trib. 68	0,85
31	265.419,7301	7.729.461,8607	trib. 30	4,14	71	252.436,6931	7.736.302,6716	trib. 69	1,24
32	265.850,5933	7.732.891,8190	trib. 31	0,66	72	251.719,1656	7.735.579,2149	trib. 70	2,01
33	265.289,0037	7.732.285,7153	trib. 32	0,55	73	254.417,0875	7.734.228,4946	trib. 71	1,07
34	264.839,4643	7.729.260,1781	trib. 33	4,89	74	253.571,5066	7.733.744,5686	trib. 72	0,87
35	264.653,8522	7.733.514,0804	trib. 34	0,53	75	252.107,7752	7.734.819,7355	trib. 73	0,61
36	264.270,6940	7.733.200,1508	trib. 35	0,65	76	251.450,2904	7.734.985,6038	trib. 74	0,46
37	263.122,0018	7.730.375,4232	trib. 36	0,95	77	250.966,6791	7.734.761,6214	trib. 75	0,86
38	263.790,8321	7.730.209,4790	trib. 37	4,98	78	250.553,7479	7.734.098,0137	trib. 76	2,78
39	263.487,6928	7.734.636,9381	trib. 38	0,52	79	253.188,2149	7.733.404,0017	trib. 77	0,55
40	261.904,0906	7.734.609,3686	trib. 39	0,61	80	250.073,0598	7.733.189,9555	trib. 78	2,46

Fonte: Mapa base Bertelli et al., 2014. Modificado, retificado e atualizado pelos autores.

XXII ENCONTRO de PESQUISADORES

INTERDISCIPLINARIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Tabela do Mapa de Georreferenciamento das principais nascentes da Bacia Hidrográfica do Rio Canoas, no município de Franca SP, com nascentes degradadas circuladas em vermelho.

Nascente	Coordenada X	Coordenada Y	Tributário	Extensão (km)	Nascente	Coordenada X	Coordenada Y	Tributário	Extensão (km)
81	252.533,2935	7.731.783,2224	trib. 79	0,99	121	255.565,3738	7.728.584,6986	trib. 116	0,60
82	250.523,4867	7.732.169,1973	trib. 80	0,77	122	256.803,5347	7.728.782,9327	trib. 117	0,86
83	250.124,3136	7.732.600,6916	trib. 81	0,48	123	256.934,7353	7.728.433,7669	trib. 118	0,63
84	250.125,9093	7.732.396,8968	trib. 82	1,85	124	257.154,9617	7.727.547,8060	trib. 119	2,82
85	252.492,1604	7.731.184,6416	trib. 83	1,35	125	253.893,8720	7.728.751,9673	trib. 120	1,20
86	250.956,1692	7.730.696,5277	trib. 84	0,85	126	255.657,7546	7.727.837,3180	trib. 121	0,55
87	250.028,0906	7.731.326,3933	trib. 85	1,39	127	254.917,0769	7.727.454,7464	trib. 122	1,07
88	252.197,0061	7.730.241,8058	trib. 86	0,83	128	254.761,0043	7.727.297,3966	trib. 123	1,16
89	251.547,5707	7.729.947,9948	trib. 87	0,44	129	253.738,7233	7.728.365,8222	trib. 124	0,62
90	251.241,0039	7.730.003,9369	Córrego dos Correias	13,71	130	253.455,8954	7.728.072,0063	trib. 125	0,39
91	259.715,5524	7.735.958,8779	trib. 88	0,47	131	253.946,2084	7.727.331,0768	Córrego Santa Bárbara	9,72
92	259.908,1093	7.735.639,4969	trib. 89	0,78	132	258.208,8379	7.735.795,8705	trib. 126	0,76
93	260.150,7441	7.735.425,5670	trib. 90	1,26	133	257.701,0105	7.735.402,3937	trib. 127	0,63
94	259.076,7782	7.734.508,9789	trib. 91	0,59	134	257.044,1026	7.735.122,2056	trib. 128	0,42
95	259.337,3770	7.733.887,6762	trib. 92	0,57	135	256.925,9337	7.734.828,3736	trib. 129	0,73
96	259.785,4829	7.733.091,9145	trib. 93	1,24	136	256.784,2707	7.733.864,9442	Ribeirão da Onça	8,20
97	259.358,3395	7.732.822,1969	trib. 94	0,61	137	259.449,8555	7.739.615,9572	trib. 130	0,81
98	259.600,6682	7.731.500,2847	trib. 95	0,72	138	257.835,5111	7.739.348,9217	trib. 131	0,75
99	260.881,9527	7.731.429,1680	trib. 96	0,82	139	257.380,7751	7.739.444,9978	trib. 132	0,34
100	260.488,6970	7.730.872,8123	Riocho da Matinha	4,46	140	257.086,4845	7.739.034,7167	trib. 133	0,88
101	258.193,6219	7.732.325,0257	trib. 97	0,57	141	256.742,5010	7.739.072,3135	trib. 134	0,94
102	257.628,4014	7.728.007,7953	trib. 98	3,74	142	255.746,5712	7.738.695,8861	trib. 135	0,75
103	258.278,3154	7.729.724,0951	trib. 99	1,04	143	253.626,2905	7.737.345,2221	trib. 136	0,80
104	258.490,2144	7.728.094,0225	trib. 100	0,64	144	254.309,7175	7.737.203,1847	trib. 137	0,54
105	259.596,6965	7.728.043,8509	trib. 101	2,79	145	253.682,6990	7.737.177,3059	trib. 138	1,59
106	259.570,6144	7.730.723,6541	trib. 102	0,46	146	253.488,2889	7.737.483,1590	trib. 139	0,40
107	261.029,2248	7.729.950,9888	trib. 103	1,18	147	253.130,7791	7.737.197,2679	trib. 140	1,07
108	260.790,8389	7.728.135,8884	trib. 104	1,18	148	252.328,0081	7.736.643,6631	trib. 141	1,05
109	261.665,8336	7.728.528,3820	Ribeirão da Casa Seca	7,42	149	250.934,0453	7.735.705,3737	trib. 142	1,07
110	255.538,7186	7.733.937,8880	trib. 105	1,73	150	250.405,6138	7.735.553,9620	trib. 143	0,49
111	255.077,9840	7.733.849,5085	trib. 106	1,30	151	250.165,3112	7.734.526,8971	trib. 144	0,73
112	256.576,9726	7.729.230,7773	trib. 107	3,26	152	248.989,5304	7.734.479,3839	trib. 145	0,44
113	254.415,3317	7.733.075,0258	trib. 108	0,94	153	249.008,4552	7.734.239,6744	trib. 146	2,58
114	253.981,4183	7.732.520,1282	trib. 109	2,56	154	249.504,0323	7.737.251,2546	trib. 147	1,00
115	253.070,7681	7.730.788,7044	trib. 110	3,08	155	248.398,0211	7.736.707,2617	trib. 148	1,44
116	254.554,5142	7.730.701,2960	trib. 111	0,32	156	248.767,0156	7.736.203,1571	trib. 149	0,56
117	253.011,0702	7.730.389,9481	trib. 112	0,75	157	249.059,2208	7.734.861,2119	trib. 150	0,94
118	252.662,1015	7.729.606,6293	trib. 113	1,52	158	248.384,0891	7.735.563,4465	Córrego Pouso Alto	5,38
119	252.925,8532	7.729.142,4040	trib. 114	0,50					231,49
120	253.215,9850	7.728.716,7247	trib. 115	3,09					

Fonte: Mapa base Bertelli et al., 2014. Modificado, retificado e atualizado pelos autores.

Sabendo disso, os mapas de Georreferenciamento das principais nascentes da Bacia Hidrográfica do Rio Canoas no Município de Franca SP e o Uso e Ocupação da Bacia Hidrográfica do Rio Canoas no Município de Franca SP, possibilitaram o georreferenciamento das nascentes que

necessitam de restauração ecológica e das que não necessitam. Sendo 59 nascentes (46,61 ha) degradadas, representando 37,34%, e 99 nascentes (78,21 ha), representando 62,66%, em um total de 158 nascentes (124,82 ha).

Após a análise dos mapas, cumprindo com a Lei Federal nº12.651/2012, em seu artigo 4º, no inciso IV institui que as áreas no entorno das nascentes e dos olhos d'água perenes, qualquer que seja sua situação topográfica, no raio mínimo de 50 (cinquenta) metros. Sabendo que foram levantadas 158 nascentes (124,82 ha), das quais 99 nascentes (78,21 ha) estão protegidas com cobertura de vegetação nativa, portanto, não necessitam de restauração ecológica, e 59 (46,61 ha) estão degradadas, necessitando de restauração ecológica. Considerando que, no caso do Rio Canoas, todas as áreas rurais consolidadas referentes às nascentes, são dispensadas por apresentarem o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), junto ao Ministério Público Estadual, dessa forma, desconsidera-se a Lei 12.727/ artigo 61º§ 5º que institui a recomposição obrigatório de um raio mínimo de 15 metros no entorno de nascentes e olhos d'água perenes.

Conforme a Resolução SMA 32/2014, é proposto os seguintes métodos de restauração ecológica para as áreas necessárias:

- a) Projetos de restauração ecológica: planejamento, execução e monitoramento da restauração ecológica;
- b) Recomposição: restituição do ecossistema ou comunidade nativa em estado de degradação, ou alteração, podendo ser diferente de sua original;
- c) Condução de Regeneração: técnicas que auxiliam na colonização e desenvolvimento de espécies nativas, podendo ser por meio de coroamento, controle de plantas invasoras, técnicas de nucleação, etc.;

A restauração ecológica proposta por esse trabalho, melhora o fluxo gênico das espécies nativas, pois, de acordo com a Lei Federal nº9.985/2000, os remanescentes florestais servem como corredores ecológicos, favorecendo assim o fluxo gênico e a proteção e conservação dos recursos hídricos.

5 CONCLUSÕES

A proposta de Políticas Públicas, dentro do princípio da precaução, sendo mais restritivas no Uso e Ocupação do Solo, no meio rural e urbano, deve ser eminente.

A partir das análises e leitura dos mapas, é visível a complexidade da degradação em volta das nascentes (37,34%). Sabendo dos riscos e consequências de uma degradação da vegetação nativa tão importante para a manutenção da qualidade do biótico e abiótico local, é proposta uma estratégia de restauração ecológica, acompanhada de uma fiscalização sistemática.

São ao todo 158 nascentes, sendo que 99 protegidas por vegetação nativa, sem necessidade de restauração ecológica e 59 nascentes que precisam ser restauradas por estarem degradadas, sendo uma área de 46,61 ha sem cobertura de vegetação nativa.

As leis, federal e estadual, que instituem o Pagamento por Serviços Ambientais PSA, e também o Poder Público Municipal, devem incentivar os proprietários rurais a auxiliarem na restauração ecológica das áreas degradadas, como também manter os remanescentes de vegetação nativa, proteger e conservar os recursos hídricos, sendo beneficiado pelo Pagamento por Serviços Ambientais, propiciando os serviços ecossistêmicos, dentro do princípio do desenvolvimento sustentável.

REFERÊNCIAS

ALVARENGA, Genaro; BARBOSA, C.C; CINTRA, R.C. **“Educação Ambiental Crítica “conhecer, fazer, viver e ser” na recuperação e conservação da área do Cerrado e Mata Ciliar da UNESP – Campus de Franca - SP.** São Paulo: Franca, 2021.

BERTELLI, C.; FADEL, B. **Evolução socioeconômica na paisagem da bacia hidrográfica do Rio Canoas.** Uni-FACEF, 2015.

BERTELLI, Célio. **Carta de Uso e Ocupação do Solo do Município de Franca – SP**. Franca – SP, 2014.

BRASIL (1997). **Lei Federal Nº 9.433/1997**. Disponível em: <
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9433.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%209.433%2C%20DE%20JANEIRO%20DE%201997.&text=Institui%20a%20Pol%C3%ADtica%20Nacional%20de,o%20inciso%20XIX%20do%20art.&text=1%C2%BA%20da%20Lei%20n%C2%BA%208.001,28%20de%20dezembro%20de%201989.> Acesso em: 04 de set. 2021.

BRASIL (2000). **Lei Federal Nº9.985/2000**. “Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza.”

BRASIL (2012) **Lei Federal Nº 12.651/2012**, “Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa”.

BRASIL (2012). Lei nº12.727/2012. **Altera a Lei nº12.651, de 25 de maio de 2012**.

BRASIL (2021). **Lei Federal Nº 14.119/2021**, “Institui a Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA)”.

COUTINHO, L.M, **Biomass brasileiros**. São Paulo: Oficina de Textos, 2016.

CRESTANA, M.S.M. FILHO, D.V.T, CAMPOS, J.B. Governo do Estado de São Paulo. **Sistemas de Recuperação com Essências Nativas**. São Paulo: Campinas, 1993.

ELMORE, W. & BESCHTA, R.L. “Riparian Areas: Perceptions in Management”. *Rangelands*, 9(6): 260-265. 1987.

EMBRAPA, **Interações ambientais no Cerrado: microbacia piloto de Morrinhos**, Estado de Goiás, Brasil/ editado por Philippe Blancaneaux. – Brasília: Embrapa-SPI; Rio de Janeiro: Embrapa-CNPS, 1998.

FRANCA, SÃO PAULO (1992). **Lei Municipal Nº 4.240/1992**. Disponível em: <
<https://franca.sp.leg.br/pt-br/legislacao/lei-no-4240-de-11-de-dezembro-de-1992>> Acesso em: 04 de set. 2021.

FRANCO, J.M, UZUNIAN, A. **Cerrado brasileiro** – 2. ed. São Paulo: Editora HARBRA, 2010. (Coleção biomas do Brasil)

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. – São Paulo: Atlas, 2002.
IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Panorama da Cidade de Franca-SP**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/franca/panorama>. Acesso em: 03 Set. 2021.

INGA ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA, **Proposta de Projeto de Pesquisa e Desenvolvimento**, UHE's Furnas e Peixoto, Belo horizonte – MG, 2021.

KUHLMANN, M. **Frutos e sementes do Cerrado: espécies atrativas para a fauna: volume 1** / Marcelo Kuhlmann. – 2. Ed. – Brasília: M.K. Peres, 2018. 464 p.
MARONI, B.C. STASI. L.C, MACHADO, S.R. **Plantas medicinais do cerrado de Botucatu – guia ilustrado**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

MARTINS, S.V. **Recuperação de Matas Ciliares/** Sebastião Venâncio Martins; coordenação Editorial Emerson de Assis. – Viçosa, MG: Aprenda Fácil, 1ª ed., 2001.

MARTINS, S.V. **Recuperação de Matas Ciliares/** Sebastião Venâncio Martins – 2. Ed. Ver. E ampl. – Viçosa, MG: cpt, 2007.

PROGRAMA ESTADUAL PARA CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE – PROBIO – SP/
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE – SMA & SOCIEDADE BOTÂNICA DE SÃO
PAULO – SBSP. **Bases para conservação e uso sustentável das áreas de cerrado do estado de
São Paulo**. Pirassununga/SP, p 29 – 31. 1995.

RODRIGUES, R. R., LEITÃO F. H. F. (AZIZ NACIB AB’SABER). **Matas Ciliares: Conservação e
Recuperação**, p.15-25 Fapesp, 2000.

RODRIGUES, R. R., LEITÃO F. H. F. (WALTER DE PAULA LIMA E MARIA JOSÉ BRITO ZAKIA).
Matas Ciliares: Conservação e Recuperação, p. 33-44. Fapesp, 2000.

SÃO PAULO (2013). **Decreto estadual nº59.260, de 5 de Junho de 2013**. Institui o Programa
Estadual de apoio financeiro e ações ambientais, denominado Critério Ambiental Paulista.

SÃO PAULO (2014). **Resolução SMA Nº32, de 3 de Abril de 2014**. “Estabelece as orientações,
diretrizes e critérios sobre restauração ecológica no Estado de São Paulo, e dá providências
correlatas.”

SOUZA, V.C, FLORES, T.B, COLLETTA, G.D, COELHO R.L.G. **Guia de plantas do cerrado**,
produção gráfica Karley Augusto de Moura. Piracicaba, SP: Taxon Brasil Editora e Livraria, 2018.

ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA: DISCUSSÃO DAS ESTRUTURAS ELEMENTARES.

FAMILY HEALTH STRATEGY: DISCUSSION OF ELEMENTARY STRUCTURES.

Área temática: Desenvolvimento Social e Políticas Públicas –
1.3 Psicologia, Saúde e Desenvolvimento

CUNHA, Adriel Júnior Domingues da
Mestrando em Desenvolvimento Regional
pelo Centro Universitário de Franca – Uni-FACEF
Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito de Franca
e-mail: adriel-cunha@hotmail.com

CAVALCANTI-BANDOS, Melissa Franchini Cavalcanti
Docente do Programa de Pós-Graduação em
Desenvolvimento Regional no Uni-FACEF
Mestre e Doutora em Administração pela FEA-USP
e-mail: melissa@facef.br

Resumo

A Estratégia Saúde da Família é a principal política pública voltada para orientação da Atenção Básica à Saúde desde a criação do SUS (Sistema Único de Saúde). Sua criação é parte dos principais processos de redemocratização e legitimação da participação social proporcionado pela Constituição Federal de 1988, e que perdura há mais de 30 anos no Brasil. Desse modo, é objetivo deste estudo é aplicar o modelo de análise de políticas públicas de Di Giovanni (2009), identificando e relacionando as estruturas elementares da Estratégia Saúde da Família desde a sua criação. Trata-se de uma pesquisa exploratória qualitativa realizada exclusivamente a partir de dados secundários coletados em livros, artigos científicos, publicações oficiais, bases de dados estatísticos oficiais, legislações, bem como notas e entrevistas de instituições credenciadas, dispondo, cronologicamente, fatos indicativos da influência das estruturas elementares da política pública analisada. Acredita-se que este estudo pode auxiliar na percepção quanto a significativa relevância das relações das estruturas elementares como formas de incentivo ou constrangimento das políticas públicas.

Palavras-chave: Políticas públicas, Atenção Básica, Estruturas Elementares.

Abstract

The Family Health Strategy is the main public policy aimed at guiding Basic Health Care since the creation of the SUS. Its creation is part of the main processes of redemocratization and legitimization of social participation provided by the Federal Constitution of 1988, and which has lasted for more than 30 years in Brazil. Thus, the objective of this study is to apply Di Giovanni's (2009) public policy analysis model, identifying and relating the elementary structures of the Family Health Strategy since its creation. This is an exploratory qualitative research carried out exclusively from secondary data collected from books, scientific articles, official publications, official statistical databases, legislation, as well as notes and interviews from accredited institutions, providing chronologically facts indicative of the influence of structures elements of the analyzed public policy. It is believed that this study can help in the perception of the significant relevance of the relationships of elementary structures as ways of encouraging or constraining public policies.

Keywords: Public Policies, Primary Care, Elementary Structures.

1 INTRODUÇÃO

A formulação e implementação de uma política pública é um processo que envolve inúmeros fatores, cujo delicado equilíbrio pode determinar a continuidade de sua existência ou não. Quando se pensa em uma política pública de ordem tão complexa como as relativas ao sistema de saúde de uma nação, questionasse: como tem sido sua trajetória? Quais ações permitiram sua continuidade? A que preço?

Desse modo, é objetivo deste estudo aplicar o modelo de análise de políticas públicas de Di Giovanni (2009), identificando e relacionando as estruturas elementares da Estratégia Saúde da Família desde a sua criação.

Com esta pesquisa é possível ter um vislumbre das arenas políticas e os embates ocorridos ao longo do tempo para que o direito à saúde continuasse como foco principal.

Com essa proposta, o artigo encontra-se dividido por esta introdução, seguido por um referencial teórico que aborda os conceitos de políticas públicas e participação social, bem como o modelo de análise de políticas públicas a partir de suas estruturas elementares de Di Giovanni (2009). Após, são apresentados dados históricos referentes à Estratégia Saúde da Família com demonstrações das influências das estruturas elementares. Finaliza-se o artigo com as considerações finais e as referências.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Políticas Públicas

Ao abordar aspectos teóricos relativos às políticas públicas, percebe-se a existência de uma profusão de conceitos, os quais buscam explicá-las à luz de diferentes enfoques.

De modo geral, verifica-se que as análises concentram a conceituação na gestão de recursos públicos com o objetivo de suprir as demandas sociais. Arzabe (apud GONÇALVES, 2006, p.75) aborda a gestão com maior detalhamento da ação governamental, destacando seu papel como garantidora dos direitos e oportunidades aos cidadãos ao dizer que:

[...] políticas públicas podem ser colocadas, sempre sob o ângulo da atividade, como conjuntos de programas de ação governamental estáveis no tempo, racionalmente moldadas, implantadas e avaliadas, dirigidas à realização de direitos e redistribuição de bens e posições que concretizem oportunidades para cada pessoa viver com dignidade e exercer seus direitos, assegurando-lhes recursos e condições para a ação, assim como a liberdade de escolha para fazerem uso desses recursos (ARZABE apud GONÇALVES, 2006, p.75).

Há inegável importância no propósito do Estado para a concretização das políticas públicas, entretanto, Di Giovanni (2009, p.4) apresenta um aspecto fundamental ao ressaltar *“a política pública como uma forma contemporânea de exercício do poder nas sociedades democráticas, resultante de uma complexa interação entre o Estado e a sociedade, entendida aqui num sentido amplo, que inclui as relações sociais travadas também no campo da economia”*. Para este estudo, a abordagem desta complexa interação permeada pelos aspectos econômicos é fundamental para a reflexão quanto à manutenção das estruturas elementares da política pública Estratégia Saúde da Família.

O reconhecimento do papel da sociedade nos processos relativos às políticas públicas fica evidenciado através da ampla existência de instrumentos legais com vistas a garantir a participação social em diferentes níveis, de modo opinativo a decisório, no que concerne a aspectos relativos ao planejamento, gestão e fiscalização da administração pública (AZEVEDO et al, 2020).

Especificamente no que tange à área de saúde, é possível apresentar referências à participação social desde a Constituição Federal de 1988, como o no Art.198 inciso III:

Art. 198. As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes:

III - participação da comunidade (BRASIL, 1988)

Assim como em legislações inerentes à saúde como a Lei nº8.142, de 28 de dezembro de 1990 que dispõem exatamente *“sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de*

Saúde – SUS e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências” (BRASIL, 1990).

Apesar da vitória representada por esses instrumentos legais neste sentido, há estudos como os de Mendes e Marques (2014), Melo et al (2018), bem como manifestações de instituições oficiais como do Conselho Nacional de Saúde – CNS (2019), os quais serão abordados neste estudo, que evidenciam a necessidade de um olhar mais atento quanto a possibilidade de enfraquecimento e distorções do papel social, contribuindo de modo preocupante para a fragilização das estruturas elementares da Estratégia Saúde da Família.

Desta forma, no próximo tópico, será apresentado detalhamento do modelo de análise de políticas públicas através de suas estruturas elementares.

2.2. Modelo de análise por Estruturas Elementares.

Uma abordagem integrada que permite a análise de políticas públicas a partir de uma “visão inclusiva e orgânica de todos os aspectos que compõem esse fenômeno”, é o proposto por Di Giovanni (2009, p.4)

Segundo o autor, esta forma de abordagem corrobora sua visão de políticas públicas como algo mais do que a simples intervenção do Estado para solução de questões sociais problemáticas, uma vez que as características orgânicas desta relação demonstram a irrealidade da percepção do Estado como elemento apartado do contexto. Enfatiza que as interações entre o Estado e a sociedade é o que “*definem as situações sociais consideradas problemáticas, bem como as formas, os conteúdos, os meios, os sentidos e as modalidades de intervenção estatal*” (DI GIOVANNI, 2009, p.5-6), obviamente, partindo do pressuposto da concretização de requisitos mínimos característicos às modernas democracias.

Essa proposta de análise parte da observação da existência de aspectos comuns às políticas públicas, tendo como entendimento de que se trata de “relações estruturadas e recorrentes”, das quais percebem-se seus “elementos primários” que podem ser configurados nas estruturas elementares: formal, material, substantiva e simbólica (DI GIOVANNI, 2009, p.7).

- a. estrutura formal, composta pelos elementos: “teoria”, práticas e resultados;
- b. estrutura substantiva, composta pelos elementos: atores, interesses e regras;
- c. estrutura material, composta pelos elementos; financiamento, suportes, custos; e,
- d. estrutura simbólica, composta pelos elementos: valores, saberes e linguagens (DI GIOVANNI, 2009, p.20).

Há que se ressaltar que esta divisão apresenta características subjetivas verificadas por ele, e que o grau de complexidade do universo das políticas públicas possibilita constantes análises e reclassificações.

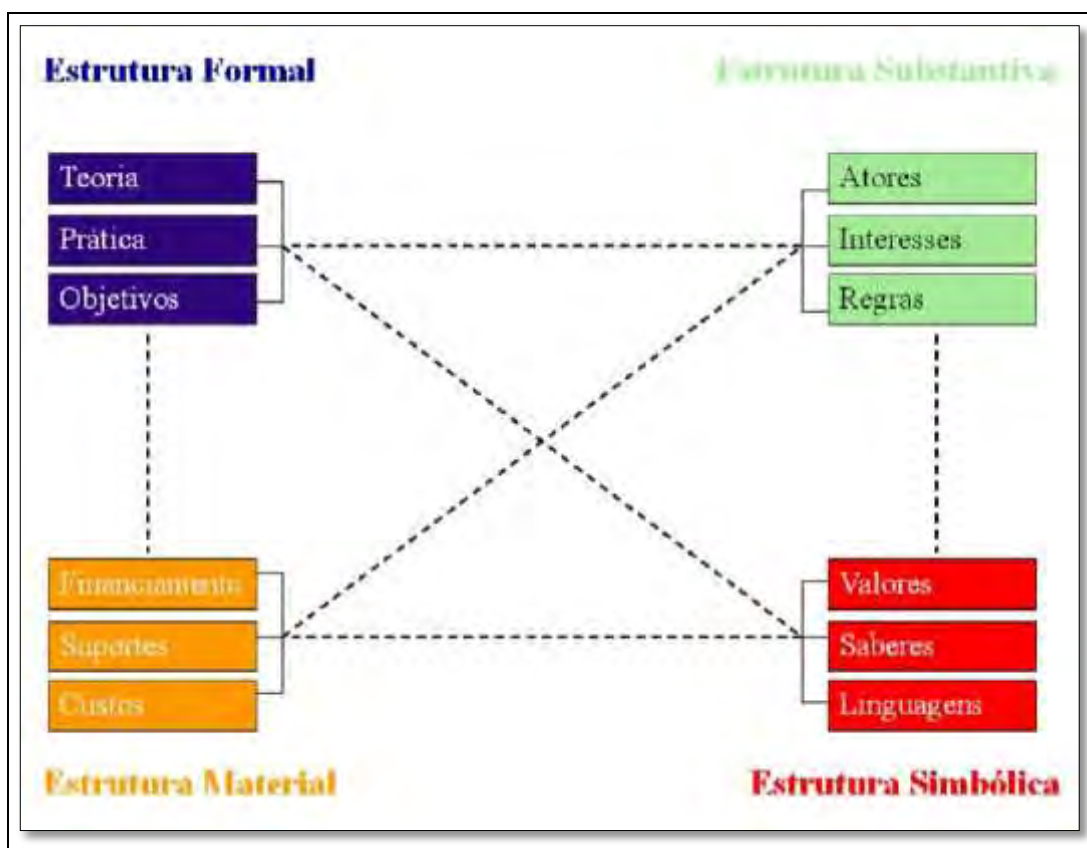
É óbvia que esta perspectiva envolve certa dose de subjetividade. As estruturas elementares resultam, no fundo, de uma combinação entre um “olhar” subjetivo do observador que, em funções de seus próprios valores seleciona os aspectos objetivos da realidade que irá observar, indagando sobre sua coerência, organicidade e a probabilidade de configurarem uma estrutura (DI GIOVANNI, 2009, p.19).

Para esse estudo serão utilizadas as estruturas elementares apresentadas por Di Giovanni (2009), uma vez que se pretende analisar a política pública e não o modelo proposto pelo autor.

Verifica-se assim que esta configuração tem um objetivo maior do que apenas identificar os elementos componentes das políticas públicas. O cerne da proposta de análise é composto pelas relações de mútuas interferências, conforme Figura 1.

[...] mais importante do que identificar os elementos invariantes é estabelecer entre eles uma relação que seja realmente indissolúvel e orgânica, de modo que constituam totalidades estruturadas, discretas, que chamo, no caso, de estruturas elementares. (DI GIOVANNI, 2009, p.19).

Figura 1: Diagrama das Estruturas Elementares.



Fonte: Di Giovanni, 2009, p.21.

A Estrutura Elementar Formal é composta por três elementos primários de origem externa. A teoria que é um conjunto de informações de caráter técnico, político, cultural e ideológico relacionadas à intervenção que se pretende realizar, bem como a situação social problemática em questão. A prática que está relacionada a natureza operacional e instrumental da política pública. E por fim, os resultados que são os objetivos que se pretendem alcançar, ou já concretizados (DI GIOVANNI, 2009).

Di Giovanni (2009) explica que os elementos primários da Estrutura Elementar Substantiva se referem aos aspectos sociais e políticos da política pública.

Os atores são indivíduos, grupos ou instituições ligadas de modo direto ou indireto aos processos inerentes as políticas públicas como formulação, implementação, gestão e fiscalização.

Os interesses compõem o elemento primário relativo aos resultados implícitos ou explícitos almejados pelos atores envolvidos na política pública. Esses interesses podem ser agrupados, por exemplo, conforme a natureza do grupo de atores: interesses econômicos (empresários, corporações etc.); interesses políticos (agentes políticos, tecno-burocratas); e interesses de reprodução social (minorias, grupos étnicos etc.).

Vale ressaltar a probabilidade de conflitos de interesses com o surgimento de superposição e contradição entre eles.

As regras estão relacionadas a normatização e estabelecimento de diretrizes de comportamento para os atores envolvidos. Podem ser representadas pelas leis, normas, padrões, costumes, burocracias etc.

Na Estrutura Elementar Material, Di Giovanni (2009) demonstra que os elementos primários estão relacionados a exequibilidade e sustentação material da política pública, referindo-se, de modo geral, aos aspectos financeiros.

O elemento primário financiamento representa na estrutura mais do que meios de sustentação material. Características como volumes, condições e regras demonstram a importância da política pública nas relações entre o Estado e o mercado.

O elemento custos representam as condições de viabilização financeira, os sistemas de gestão e a capacidade técnica instalada. Esses aspectos são indicativos para a efetividade das regras delimitadas pela estrutura substantiva.

Enfatiza-se que os orçamentos relativos à política pública podem indicar sua viabilização ou constrangimento.

Um elemento primário crucial e por muitas vezes subestimado é o suporte material, o qual pode ser determinado na própria política pública, ou em políticas correlatas. Em linhas gerais, o suporte é um indicativo da complexidade da correlação e coexistência de políticas públicas, tanto no âmbito nacional quanto internacional.

Nesse contexto, a pandemia deflagrou a fragilidade de todo um sistema de políticas públicas nas áreas de saúde, ciência e tecnologia, economia, educação, relações internacionais, segurança, assistência social, cultura; colocando em questão se as políticas públicas existentes estão atendendo às demandas sociais de forma efetiva, ou paliativamente.

Quanto à Estrutura Elementar Simbólica, seus elementos primários representam mais do que a cultura intrínseca à política pública. Revelam os *“graus de particularismo/universalismo e isolamento/integração das arenas políticas, bem como dos níveis de racionalização e tecnificação; tradicionalismos e interferências ideológicas que ocorrem nessas mesmas arenas”* (DI GIOVANNI, 2009, p.29).

Os valores, tanto no sentido das interferências ideológicas quanto relativos à concretização empírica, representam o elemento primário responsável pela orientação da política pública.

Entretanto, a política pública também é orientada por conhecimento racionais desenvolvidos historicamente, os quais representam o elemento denominado saberes.

Já a linguagem utilizada na política pública será o elemento responsável pelos vínculos entre os atores envolvidos (DI GIOVANNI, 2009).

Assim, uma vez abordadas as estruturas elementares das políticas públicas, verificar-se-á no próximo tópico os elementos primários presentes na Estratégia Saúde da Família.

2.3 Estratégia Saúde da Família.

A partir do início do século XX, a comunidade internacional voltou seu interesse para o debate focalizado na Atenção Primária à Saúde (APS). Importante modelo embasado no relatório Dawson de 1922 deu origem ao Serviço Nacional de Saúde da Inglaterra, o qual viria a se tornar referência para sistemas de saúde público no mundo todo.

Os esforços internacionais na formulação de teorias relativas à APS se beneficiaram do cenário político e econômico do final dos anos 1970, *“propondo os cuidados primários em saúde como elemento central para mudanças no setor saúde e na vida social”* (Melo et al, 2018, p.39), o que ficou registrado através da Declaração de Alma Ata, elaborada durante a Conferência Internacional sobre Cuidados Primários de Saúde organizada pela Organização Mundial de Saúde – OMS, em 1978.

No mesmo período, no cenário político brasileiro, importantes passos em direção a redemocratização eram galgados e a participação social no processo é percebida em especial no que se tornou o delineamento do SUS – Sistema Único de Saúde.

A formatação legal do SUS, expressa na Constituição Federal de 1988, originou de uma emenda popular apresentada na Constituinte de 1986, que estabelece a descentralização e a participação social entre as diretrizes desse sistema. Foram definidos também os critérios de financiamento por fundo próprio, com atribuições de acompanhamento e fiscalização por conselhos descentralizados de saúde. Em outras palavras, o que impulsionou a participação foi exatamente uma iniciativa popular, respaldada pela legislação constitucional, o que fortaleceu seu posicionamento frente a quaisquer contestações legais sobre o que viria a ser o formato participativo institucional brasileiro. (AZEVEDO et al, 2020, p.440)

O contexto gerado a partir da criação do SUS reforçou a necessidade de um novo modelo assistencial, o que se concretizou pela adoção dos preceitos da APS. No início dos anos 1990, ocorre a implantação do Programa de Agentes Comunitários de Saúde (Pacs) e do Programa de Saúde da Família (PSF).

O PSF teve significativa importância e expressivo crescimento em *“localidades com os indicadores de saúde mais críticos e em municípios pequenos e de médio porte com oferta*

insuficiente de serviços de saúde, e distantes dos grandes centros urbanos” (MENDES e MARQUES, 2014, p.901).

Posteriormente, em 1996, o PSF ganhou relevância dentro do modelo assistencial e passou a ser reavaliado como estratégia de reordenamento do sistema de saúde municipal, levando a união do PAB e do PSF, o que resultou na Estratégia Saúde da Família (ESF) (MELLO et al, 2018).

Do ponto de vista material, mudanças relativas as formas de financiamento do serviço de saúde contribuíram para o avanço da ESF.

A introdução dos Pisos de Atenção Básica (PAB) fixo e variável na década de 1990, operados por meio de repasse financeiro fundo a fundo, facilitou a implantação da ESF e superou a lógica de financiamento por convênio e produção (procedimentos), tendo caráter relativamente redistributivo e tipo de repasse mais global por meio do PAB Fixo (per capita) e do PAB-Variável (por adesão a componentes da ESF). (MELLO et al, 2018, p.40)

Entretanto, a ampliação para centros urbanos com mais de 100 mil habitantes ocorreu de forma mais lenta, em parte devido a maior oferta de serviços de saúde pré-existentes nesse tipo de localidade. Além disso, é preciso ressaltar que a lógica desta nova fase de implantação visava a reestruturação de um sistema já ativo, ao contrário da lógica assistencial empregada nas áreas críticas inicialmente implantadas (MENDES e MARQUES, 2014, p.901).

Outro desafio enfrentado pela ESF nos grandes centros é a necessidade de *“inverter o completo afastamento da classe média da utilização dessa estratégia, particularmente no tocante à aceitação da visita domiciliar e do reduzido uso dos serviços, com exceção dos medicamentos obtidos para o controle de doenças crônicas”* (GIOVANELLA et al, 2010 e SANTOS et al, 2012 apud MENDES e MARQUES, 2014, p.901-902).

Contudo, as dificuldades relativas ao financiamento da ESF sempre foram e ainda são o obstáculo desta política pública.

Em 2003, no intuito de efetivar a ampliação da ESF no país, o Ministério da Saúde deu início ao Programa de Expansão e Consolidação da Estratégia Saúde da Família (Proesp), celebrando empréstimo com o Banco Interamericano de Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), cujos recursos seriam transferidos fundo a fundo para expansão, qualificação e consolidação da ESF em localidades com mais de 100mil habitantes (MENDES e MARQUES, 2014, p.902)

Todavia, apenas este incremento financeiro não solucionava os desafios da gestão da ESF, bem como do SUS.

Do ponto de vista substancial, o federalismo introduzido pela Constituição de 1988, atrelado a relativa autonomia dos governos subnacionais mantêm políticas públicas como a de saúde, constantemente, no limiar entre a cooperação e o conflito de seus atores. Este cenário, por algum tempo se valeu do debate e da criação de instrumentos legais como forma de manter o foco no objetivo da política pública, o direito pleno a saúde.

No princípio a Lei nº8.080/1990, ao regulamentar as ações e os serviços de saúde no território nacional, determinava que a gestão e financiamento do SUS e por consequência da ESF, sua principal estratégia no âmbito da Atenção Básica (AB), eram de responsabilidade da União, dos Estados e dos Municípios.(BRASIL, 1990)

Entretanto, no decorrer do tempo, outras medidas se tornaram importante para a manutenção da cooperação entre seus atores. Neste contexto, em 2006, surgiu o Pacto pela Saúde:

[...] um conjunto de reformas institucionais do SUS pactuado entre as três esferas de gestão (União, Estados e Municípios) com o objetivo de promover inovações nos processos e instrumentos de gestão, visando alcançar maior eficiência e qualidade das respostas do Sistema Único de Saúde. Ao mesmo tempo, o Pacto pela Saúde redefine as responsabilidades de cada gestor em função das necessidades de saúde da população e na busca da equidade social. (CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE, 2021)

Dentre as reformas publicadas com o Pacto pela Saúde está a primeira edição da Política Nacional de Atenção Básica (PNAB/2006), a qual incorporou *“os atributos da atenção primária à saúde abrangente, reconheceu a Saúde da Família como modelo substitutivo e de reorganização da AB [...] revisou as funções das Unidades Básicas de Saúde (UBS) e reconheceu a existência de diferentes modalidades segundo o modelo de organização predominante – UBS com ou sem ESF”* (MELLO et al, 2018, p.40).

Nesse sentido, a adesão ao Pacto por meio da assinatura de Termo de Compromisso garantiu a continuidade dos esforços pela saúde, o que proporcionou a expansão da ESF nos grandes centros, bem como a implantação e ampliação de Equipes de Saúde Bucal (ESB) e dos Núcleos de Apoio à Saúde da Família (Nasf).

No entanto, antigos e novos desafios como subfinanciamento, falta de modernização e adequação de infraestrutura e equipamentos, dificuldade de contratação de profissionais médicos, desatualização do modelo assistencial, impulsionaram a revisão e nova publicação do PNAB em 2011.

No que concerne ao elemento formal, a constante avaliação da prática e dos resultados da ESF mantiveram a política como estratégia principal, o que se observa no PNAB/2011 pelo incremento do PAB Variável, repasse por adesão aos componentes da ESF; criação do Programa Mais Médico (PMM), que possibilitou a ampliação da rede ESF e sua permanência em áreas vulneráveis; criação de equipes para atendimentos às comunidades específicas como em situação de rua, ribeirinha, fluvial etc.; Requalifica UBS, reformas, construções e modernização de UBS; Programa de Melhoria do Acesso e da Qualidade (PMAQ), incentivo financeiro pelo aumento e melhoria das equipes na AB; e-SUS AB, implantação de prontuário eletrônico gratuito para os municípios (MELLO et al, 2018, p.41).

Como principais impactos da ESF no Brasil, Macinko e Mendonça (2018, p.31-32) destacam:

- Melhor acesso e utilização de serviços de saúde para a população brasileira e para quem mais precisa – pessoas com menor renda, idosos e portadores de doenças;
- Melhores resultados de saúde incluindo reduções importantes na MI e mortalidade adulta para algumas condições de saúde sensíveis à atenção primária;
- Expansão de acesso a tratamentos, como, por exemplo, os odontológicos, e ampliação no controle de algumas doenças infecciosas;
- Melhoria na equidade do acesso aos serviços de saúde e diminuição de desigualdades na saúde dos indivíduos;
- Eficiência no SUS devido à redução de hospitalizações desnecessárias e em outras áreas como melhoria na qualidade das estatísticas vitais e sinergias com programas sociais como o PBF e;
- Expansão extensiva de infraestrutura e conhecimento incluindo uma explosão na pesquisa aplicada sobre serviços e sistemas de saúde no Brasil.

Através de dados disponibilizados pelo Ministério da Saúde (2021) é possível perceber o crescimento da implantação da ESF de 2007 a 2020 (Tabela 1). Ressalta-se que os dados referentes ao total da cobertura da AB é uma somatória de atendimento feitos exclusivamente pela ESF e dos realizados por equipes não integrantes da ESF.

Tabela 1: Evolução ESF no Brasil – 2007/2020.

Período	Nº equipes exclusivas de ESF	Estimativa de população atendida exclusivamente pela ESF	% cobertura ESF (em relação à pop. geral do país)	Estimativa de população atendida pelo somatório AB e ESF	% cobertura total APS (em relação à pop. geral do país)
DEZ/2007	28.195	89.603.694	47,97%	112.701.378	60,34%
DEZ/2008	29.769	93.786.501	50,99%	118.301.732	64,32%
DEZ/2009	30.898	97.518.432	51,43%	123.209.566	64,97%
DEZ/2010	32.243	101.535.110	53,01%	126.788.410	66,20%
DEZ/2011	33.135	104.217.136	54,63%	128.022.652	67,11%
DEZ/2012	33.899	106.797.914	55,51%	131.470.455	68,34%
DEZ/2013	35.567	111.455.312	57,45%	136.927.377	70,58%
DEZ/2014	39.426	122.796.531	61,07%	146.998.730	73,11%
DEZ/2015	40.765	126.755.450	62,50%	149.392.379	73,66%
DEZ/2016	41.061	128.061.894	62,62%	151.603.979	74,14%
DEZ/2017	42.513	131.741.349	63,91%	153.814.323	74,62%
DEZ/2018	43.016	133.316.067	64,19%	154.876.298	74,58%
DEZ/2019	43.755	134.427.430	64,47%	155.875.540	74,76%
DEZ/2020	43.286	133.710.730	63,62%	159.900.453	76,08%

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados do Ministério da Saúde (2021) pelo e-gestor AB.

Apesar dos resultados e constante crescimento da ESF, o financiamento da política pública, como mencionado anteriormente, é grande obstáculo de sua ampliação e mais recentemente tem sido percebido como provável causa de iminente cisão entre seus atores.

Para melhor entendimento do caso é necessário esclarecer alguns pontos no tocante aos repasses da União em relação a saúde.

Em 1990, esses recursos representavam 77,7% do gasto público em saúde no país. Ao longo dos anos essa porcentagem sofreu constante diminuição, chegando a 45,5%, em 2011. (MENDES e MARQUES, 2014).

Antes do Pacto pela Saúde, os repasses federais se dividiam em dois blocos: Atenção Básica (AB) e Média e Alta Complexidade (MAC). No que tange a AB, desde 1990, seu repasse é dividido entre PAB-fixo (per capita) e PAB-variável (por adesão a ESF).

A partir do Pacto e da PNAB/2006, o repasse financeiro passou a ser dividido, inicialmente, em cinco blocos, sendo eles: Atenção Básica; Média e Alta Complexidade; Vigilância em saúde; Assistência farmacêutica; e Gestão do SUS. Posteriormente, foi criado o repasse Investimentos na rede de serviços de saúde. Prevalecendo a subdivisão da AB em PAB-fixo e PAB-variável. (MENDES e MARQUES, 2014).

No tocante ao objeto deste estudo, os repasses atinentes à ESF figuraram durante todo o período de incentivo a sua ampliação e consolidação como fonte de poder para a União na manutenção da política pública. É perceptível que dentro do próprio bloco AB, de um modo geral, há prevalência de correções, estímulos e incentivos a adesão ao PAB-variável.

A introdução de incentivos, a partir de 1998, estimulando os municípios a incorporarem programas que lhes acrescentam receita financeira, significou, sem sombra de dúvida, aumento de poder do governo federal na indução da política nacional de saúde, especialmente no campo da Atenção Básica. Esse aumento de poder da instância federal na determinação da política de saúde, embora tenha como foco as ações e serviços de Atenção Básica e, por isso, seja veículo da transformação do modelo assistencial, não é isento de problemas e contradições (MENDES e MARQUES, 2014, p.908)

Para os gestores municipais, a falta de relevância dada a heterogeneidade das características dos municípios, somada a insuficiência no valor dos repasses federais para atendimentos a todos os blocos, inclusive AB e a própria ESF tem tornado a gestão do sistema de saúde no nível local impraticável. Observou-se que os municípios têm fonte de receita bastante limitada, ou inexistente no caso dos menores. Além disso, a partir da criação da Lei de Responsabilidade Fiscal – Lei Complementar nº101, de 04 de maio de 2000, o peso da ampliação da ESF se tornou ainda pior, uma vez que as contratações de recursos humanos para as equipes passam a compor a folha geral da gestão municipal (MENDES e MARQUES, 2014).

Tendo em vista que este embate se arrasta há vários anos, para Mello et al (2018), a pressão da gestão local começou a ganhar força e corpo a partir da publicação da PNAB/2017.

Em seu estudo, Mello et al (2018) traz uma análise comparativa entre a PNAB/2011 e a PNAB/2017, demonstrando as continuidades, descontinuidades e possíveis agregações na Política Pública de Atenção Básica, na qual está prevista a ESF.

De modo geral, como pontos preocupantes, foram verificadas alterações que contribuem de modo significativo para a diminuição dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS), importante integrante da ESF para a criação de vínculos e acompanhamento junto à comunidade, bem como possível desmanche da ESF.

Chamou atenção o protagonismo dos gestores formais e a desconsideração dos posicionamentos do controle social na tomada de decisão. Considera que há dispositivos da PNAB que induzem, impedem ou condicionam mudanças, e conclui que os propósitos centrais dessa agenda são a diminuição dos ACS e mudança de seu perfil, bem como a priorização da chamada AB tradicional em detrimento da ESF. Ademais, tal mudança, em conjuntura de crise política e econômica do País, com o Ministério da Saúde assumindo uma agenda neoliberal, faz-se inoportuna e oferece condições de desmonte da ESF, além de aprofundar a cisão entre atores da política de saúde. (MELLO et al, 2018, p.38).

Ainda no tocante a desconsideração do controle social, abordado neste estudo como participação social, em 12 de novembro de 2019 a publicação da Portaria nº 2.979 acirrou os ânimos entre os atores desta política pública por instituir novo modelo de financiamento e custeio da Atenção Primária à Saúde no SUS sem a aprovação e consenso da Comissão de Intergestores Tripartite (CIT).

Essa ação fere o disposto o previsto no Art.14-A da Lei nº8.080/1990, que determina como objetivos da CIT:

- I - decidir sobre os aspectos operacionais, financeiros e administrativos da gestão compartilhada do SUS, em conformidade com a definição da política consubstanciada em planos de saúde, aprovados pelos conselhos de saúde;
- II - definir diretrizes, de âmbito nacional, regional e intermunicipal, a respeito da organização das redes de ações e serviços de saúde, principalmente no tocante à sua governança institucional e à integração das ações e serviços dos entes federados;
- III - fixar diretrizes sobre as regiões de saúde, distrito sanitário, integração de territórios, referência e contrarreferência e demais aspectos vinculados à integração das ações e serviços de saúde entre os entes federados (BRASIL, 1990).

O Conselho Nacional de Saúde (2021), em nota emitida em 19 de novembro de 2019, manifestou ainda que *“a mudança fere o preceito constitucional do controle social, a Lei nº 8142/1990, que garante a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e a Lei Complementar nº 141/2012”*, a qual:

Regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993; e dá outras providências (BRASIL, 2012).

Representantes do Conselho Nacional de Secretários de Saúde – CONASS que é o órgão deliberativo dos Estados, e o Conselho Nacional de Secretários Municipais – CONASEMS, que atua na esfera municipal se manifestaram favoravelmente a Portaria nº2.979/2019 em seus sítios oficiais, destacando a importância para a gestão local do novo modelo de financiamento (CONASS, 2021 e CONASEMS, 2021).

O novo modelo, denominado Programa Previne Brasil, é constituído por: I – capitação ponderada; II – pagamento por desempenho; e III – incentivo para ações estratégicas.

O cálculo da captação ponderada baseia-se *“no quantitativo da população cadastrada por eSF e eAP, com atribuição de peso por pessoa, considerando os critérios de vulnerabilidade socioeconômica, perfil demográfico e classificação geográfica.”* (BRASIL, 2019)

Para pagamento por desempenho o financiamento considera *“os resultados de indicadores alcançados pelas equipes credenciadas e cadastradas no SCNES.”* (BRASIL, 2019)

Ambas foram criticadas pela pesquisadora Giovanella (REDE APS, 2021) em matéria da Rede APS de 17 de fevereiro de 2020, em razão da ineficácia e divergências dos sistemas cadastrais vigentes.

Quanto ao incentivo por ações estratégicas, cujo cálculo considera

- I - as especificidades e prioridades em saúde;
- II - os aspectos estruturais das equipes; e
- III - a produção em ações estratégicas em saúde.

Como forma de apoio a Portaria nº 2.979/2019, o CONASS apoiou-se na promessa do governo federal de maior incremento na área da saúde.

O Governo do Brasil vai distribuir R\$ 2 bilhões a mais de recursos a partir do próximo ano para os municípios que melhorarem a saúde dos brasileiros. A estratégia faz parte do Programa Previne Brasil, lançado nesta terça-feira (12), em Brasília (DF), pelo presidente da República, Jair Bolsonaro, e pelo ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta. Com isso, 50 milhões de brasileiros que não eram acompanhados passarão a ser amparados pelos serviços de saúde da Atenção Primária, que cuida dos problemas mais frequentes, como diabetes e hipertensão através de consultas médicas, exames e vacinação (CONASS, 2021)

Porém essa argumentação foi contestada pelo em matéria da Rede APS (2021), quando:

[...] autores elaboram uma crítica detalhada ao documento do MS. Apontam que as transferências federais por capitação, ao invés de acordo ao conjunto da população, rompem com o vínculo com o território, característica crucial de uma APS forte, “prejudicando a ação comunitária, o planejamento territorial e a vigilância em saúde”. Ressaltam, também, que, ao invés do aumento propagado pelo MS de 2 bilhões no orçamento, na verdade se prevê “que o piso federal do SUS totalizará em 2020

perdas acumuladas em R\$ 29,0 bilhões (a preços de 2019)", por causa da implantação da Emenda Constitucional n. 95 desde 2017.

A Emenda Constitucional nº95/2016 instituiu novo regime fiscal inviabilizando os investimentos em áreas como saúde e educação até 2036. Para a saúde, o CNS estimou uma perda superior a R\$400 bilhões durante o período estipulado pela EC. (CNS,2021)

Apesar de todas as críticas e desgaste na arena política, a Portaria permanece em vigor.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo foi realizado por meio de levantamento de dados secundários com o intuito de ampliar o contato com pesquisas a respeito do tema principal. Foram adotadas como fontes de pesquisa, livros, artigos científicos, publicações oficiais, bases de dados estatísticos oficiais, legislações, bem como notas de instituições credenciadas.

Por se tratar de uma pesquisa de caráter exploratório qualitativo busca aproximar o pesquisador do tema abordado, levando a elaboração de hipóteses (VIEIRA, 2002)

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A criação do sistema de saúde brasileiro, bem com a adoção da Atenção Primária à Saúde, posteriormente chamada de Atenção Básica, como principal área de investimento dentro do SUS, demonstra importantes influência das estruturas elementares simbólicas, em especial dos valores e saberes.

Essa percepção é possível a partir da análise do contexto pré-criação do SUS, quando o modelo aplicado em outros países, como o relatório de Dawson, e o esforço da comunidade internacional na Declaração de Alma Ata, apresentam saberes que vão ao encontro dos valores em ascensão no cenário político de redemocratização e participação social nas décadas de 1980 e 1990, no Brasil.

Esses elementos da estrutura simbólica levam ao surgimento de teorias (estrutura formal) e regras (estrutura substantiva), como a Constituição de 1988, Lei nº8.080/1990 de regulação do SUS, Lei nº8.142/1990 que regula o controle social, PNAB/2006, PNAB/2011, LC nº141/2000, as quais tiveram papel constante e dinâmico, ao longo dos anos, como instrumentos capazes de manter o cerne desta política pública em foco e relevância.

Outros dois elementos fundamentais à manutenção da ESF foram a prática e aos resultados, esses elementos da estrutura formal, em constante avaliação, por algum tempo justificaram a existência da ESF. No entanto, toda estrutura pode ter influência positiva e negativa, como no caso da criação da nova regra para o financiamento da AB, a Portaria nº2.979. A partir dela, prática e resultados passam a ter um papel diferente, tornando-se os principais pesos para efetivação dos repasses federais.

O que a princípio parece correto e justo, uma vez que as políticas devem atingir seus resultados, ao analisar o quadro geral e histórico, essa mudança na regra do financiamento apresenta forte tendência a precarização e futuro desmanche da ESF, haja visto que a Estrutura Material da ESF sempre foi seu maior obstáculo, tendo em vista que os repasses federais de insuficientes passaram a escassos e que os municípios não possuem fontes de receitas suficientes e se mantêm refém de regras (LRF) que ainda que não sejam diretamente relacionadas a saúde, interferem de forma contundente. Soma-se as perdas orçamentárias destacadas pela Rede APS (2021).

Esta observação reforça a percepção do constante peso exercido pelos elementos materiais: financiamento, custos e suportes, os quais são recorrentemente utilizados por diferentes atores na tentativa de fazer valer seus interesses, sejam eles direto ou indiretamente ligados a política pública de saúde.

Estes dois elementos da estrutura substantiva, atores e interesses, interagem na arena política em um constante jogo de poder, onde uma decisão equivocada pode lançá-los ao ápice do poder ou a irrelevância na disputa. É o que se observa na relação entre União e municípios, a política de saúde de cunho nacional, que não considera as heterogeneidades dos municípios e que não é financiada integralmente pela União, ainda sustenta do poder do governo federal sobre a gestão municipal, pois ainda que pouco, os recursos federais são essenciais aos municípios que não tem como ampliar suas receitas.

Por fim, o que se percebe em relação ao elemento linguagem da estrutura simbólica, é que além do óbvio tecnicismo e inacessibilidade aos leigos das áreas jurídicas ou mesmo política, a

linguagem escrita e oral tem sido amplamente empregada para disfarçar interesses (lobos) em pele de avanços (cordeiros). São os casos da PNAB/2017 e da promessa do governo federal em repassar R\$2bilhões para a saúde em 2020, destacada pelo CONASS. Quando vistos de forma isolada, retirados do contexto global, assumem papel de avanço, mas ao serem analisado mais a fundo, nota-se as armadilhas da linguagem, evidenciando que o desconhecimento (real ou proposital) da totalidade do contexto podem encerrar uma política pública.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conceito de políticas públicas apresentado por Di Giovanni (2009) apresenta um enfoque que leva a uma percepção mais realista da necessidade da inclusão do Estado como parte do problema. Por vezes, alguns conceitos podem levar a uma errônea sensação de que o Estado exerce apenas o papel de solucionador das demandas sociais, o que é prejudicial ao entendimento das relações intrínsecas à política pública, tendo em vista que o Estado está entre os atores da política pública e detém grande poder sobre as demais estruturas elementares, ao passo que demais atores como, por exemplo, a população, necessitam de vultosa mobilização para serem minimamente ouvidos.

Esse conceito permite que a análise da política por meio de seu modelo de estruturas elementares descortine o jogo das arenas políticas que por vezes inviabiliza ou extermina políticas públicas cruciais ao desenvolvimento.

Ao iniciar a aplicação do modelo de análise alguns elementos como saberes, valores e teoria conduziram o estudo naturalmente a uma imersão histórica, o que foi essencial para a compreensão do papel e das relações de mútua interferência.

Conforme proposto por Di Giovanni (2009), o modelo realmente conduz a uma visão inclusiva e orgânica da política pública.

No que tange a ESF, foi possível perceber a importância desta política pública e que se faz necessário maior aprofundamento no contexto indiretamente relacionado a ela para buscar meios para sua viabilização efetiva ou adequação sem perder a essência.

Ao analisar os estudos de outros pesquisadores fica evidente que o abismo entre os interesses de reprodução social e os interesses econômicos e políticos se aprofunda ano após ano.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, N.L. et al. Por que os conselhos não funcionam? Entraves federativos para a participação popular no Brasil. Dilemas – Revista de Estudos de Conflito e Controle Social. v.13, n. 2, 2020. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/dilemas/article/view/21870>><https://revistas.ufrj.br/index.php/dilemas/article/view/21870>> Acesso em: 02 de out. de 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº2.979, de 12 de novembro de 2019. Brasília: Ministério da Saúde, 2019. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-2.979-de-12-de-novembro-de-2019-227652180>>. Acesso em: 02 de out. de 2021.

BRASIL. Presidência da República. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília: Casa Civil, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 06 de out. de 2020.

BRASIL. Presidência da República. Lei Complementar nº141, de 13 de janeiro de 2012. Brasília: Casa Civil, 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/LEIS/LCP/Lcp141.htm>. Acesso em: 11 de out. de 2021.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº8.080, de 19 de setembro de 1990. Brasília: Casa Civil, 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm>. Acesso em: 06 de out. de 2020.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº8.142, de 28 de dezembro de 1990. Brasília: Casa Civil, 1990. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8142.htm>. Acesso em: 06 de out. de 2020.

CONASEMS. CIT: pactuado novo modelo de financiamento da Atenção Básica. Publicado em 01 de novembro de 2019. Disponível em: <<https://www.conasems.org.br/cit-pactuado-novo-modelo-de-financiamento-da-atencao-basica/>> Acesso em: 11 de out. de 2021.

CONASS. Governo investirá R\$ 2 bilhões para incluir 50 milhões de brasileiros no SUS. Publicado em 13 de novembro de 2019. Disponível em: <www.conass.org.br/governo-investira-r-2-bilhoes-para-incluir-50-milhoes-de-brasileiros-no-sus/> Acesso em: 11 de out. de 2021.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. CNS desaprova publicação de portaria da Atenção Primária sem aval do controle social. Publicado em 19 de novembro de 2019, 15h31. Disponível em:< <http://conselho.saude.gov.br/ultimas-noticias-cns/882-nota-cns-desaprova-publicacao-de-portaria-da-atencao-primaria-sem-aval-do-controle-social>> Acesso em: 11 de out. de 2021.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. Pacto pela Saúde 2006. Disponível em: < <https://conselho.saude.gov.br/webpacto/index.htm>> Acesso em: 11 de out. de 2021.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. Saúde perdeu R\$20 bilhões em 2019 por causa da EC95/2016. Publicado em 28 de fevereiro de 2020, 15h57. Disponível em:< <http://conselho.saude.gov.br/ultimas-noticias-cns/1044-saude-perdeu-r-20-bilhoes-em-2019-por-causa-da-ec-95-2016>> Acesso em: 11 de out. de 2021.

DI GIOVANNI, Geraldo. As estruturas elementares das políticas públicas. NEPP/UNICAMP. Caderno n.82, 2009.

GONÇALVES, Alcindo. Políticas Públicas e Ciência Política. In: BUCCI, Maria Paula Dallari (org). Políticas Públicas Reflexões sobre o conceito. São Paulo: Saraiva, 2006. pp.75-96.

MENDES, A. e MARQUES, R.M. O financiamento da Atenção Básica e da Estratégia Saúde da Família no Sistema Único de Saúde. Saúde Debate. Rio de Janeiro, v.38, n. 103, p. 900-916, OUT-DEZ2014. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/j4f5QkGnpbCw5BRBDYzjSLn/abstract/?lang=pt>> Acesso em: 02 de out. de 2021.

MELLO, E.A. et al. Mudanças na Política Nacional de Atenção Básica: entre retrocessos e desafios. Saúde Debate. Rio de Janeiro, v.42, número especial 1, p. 38-51, SET2018. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/Vs4dLSn6T43b6nPBCFg8F3p/?lang=pt>> Acesso em: 02 de out. de 2021.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. E-GESTOR AB: Cobertura da Atenção Básica. Disponível em: <<https://egestorab.saude.gov.br/paginas/acessoPublico/relatorios/relHistoricoCoberturaAB.xhtml>> Acesso em: 25 de mai. de 2021.

REDE APS. Discussões e posicionamentos sobre a Portaria nº2.979 para o novo financiamento da APS. Publicado em 17 de fevereiro de 2020. Disponível em: < https://redeaps.org.br/2020/02/17/discussoes-e-posicionamentos-sobre-a-portaria-no-2-979-para-o-novo-financiamento-da-aps/#_edn4> Acesso em: 11 de out. de 2021.

VIEIRA, Valter Afonso. As tipologias, variações e características da pesquisa de Marketing. Revista FAE, Curitiba, v.5, n.1, p.61-70, jan/abr.2002.

**ESTRATÉGIA INOVADORA PARA O ACOMPANHAMENTO DE CRIANÇA PRÉ-TERMO:
APLICATIVO UNIVERSO PREMATURO®**

**INNOVATIVE STRATEGY FOR THE FOLLOW-UP OF A PRETERM CHILD: UNIVERSO
PREMATURO® APPLICATION**

Área temática: Psicologia, Saúde e Desenvolvimento

FERREIRA, Lorryne Jasmim

Universidade de Franca/UNIFRAN

Mestranda em Promoção de Saúde pela Universidade de Franca

Bacharel em Fisioterapia pela Universidade de Franca

Pós-graduanda em Fisioterapia Neonatal e Pediátrica pela rede CERTRO

Jasmim_loh@hotmail.com

PEREIRA, Lorena Rodrigues

Universidade de Franca/UNIFRAN

Mestranda em Promoção de Saúde pela Universidade de Franca

Bacharel em Fisioterapia pela Universidade de Patos de Minas

Pós-graduada em Fisioterapia Cardiorrespiratória e UTI pela Universidade de Patos de Minas

lorena.7rp@hotmail.com

BUNHEROTTI, Marisa Afonso de Andrade

Universidade de Franca/UNIFRAN

Pós-doutorado Saúde da Criança e em Medicina Social – USP/Ribeirão Preto

Docente e Pesquisadora do Programa de Mestrado e Doutorado em Promoção de Saúde.

marisa.brunherotti@unifran.edu.br

BORGES, Marilurdes Cruz

Universidade de Franca/UNIFRAN

Doutora em Linguística.

Docente dos programas de Pós-Graduação em Linguística e Promoção de Saúde

marilurdescruz@gmail.com

Resumo

O nascimento de uma criança prematura, nascidas antes das 37 semanas completas de gestação, acarreta cuidados intra hospitalar e domiciliar para garantir o melhor desenvolvimento. Há risco de comprometimento nos marcos motores do desenvolvimento global na infância, os quais podem ser refletidos, durante toda a sua vida adulta, com dificuldade nas conquistas de habilidades motoras, cognitivas, visuais e auditivas, bem como em todo o seu plano biopsicossocial. Por isso, a necessidade de se intervir precocemente e de forma longitudinal, a fim de garantir uma promoção de vida para essas crianças. Por meio do Aplicativo Universo Prematuro® os cuidadores podem utilizar o recurso tecnológico e facilitador que traz informações e tarefas contributivas para o estímulo dos marcos motores da criança após a alta hospitalar. Posteriormente a uma revisão sobre assuntos acerca do tema da prematuridade, é notável a preocupação que esse nascimento gera em todas as pessoas inseridas no episódio. O medo é o principal sentimento vivido pelas mães durante toda a fase de internação nas Unidades de Terapia Intensiva Neonatal (UTIN) e também ao chegar em casa, devido à falta do acompanhamento próximo e às diversas dificuldades no ambiente familiar. É para esse contexto que o aplicativo Universo Prematuro® foi criado, para ser um recurso facilitador na vida dessas mães e/ou responsáveis por essas crianças e contribuir à melhor qualidade de vida. Em busca da promoção da saúde de todos os indivíduos, o Aplicativo promove melhor estímulo para o desenvolvimento da criança e maior conhecimento para as mães.

Palavras-chave: Desenvolvimento infantil, recém-nascido pré-termo, promoção da saúde.

Abstract

The birth of a premature child, born before 37 completed weeks of gestation, entails in-hospital and home care to ensure the best development. There is a risk of compromising the motor milestones of global development in childhood, which can be reflected throughout their adult life, with difficulties in the achievement of motor, cognitive, visual, and auditory skills, as well as in their entire biopsychosocial plan. Therefore, the need to intervene early and longitudinally in order to ensure a life promotion for these children. Through the Universo Prematuro® application, caregivers can use the technological resource and facilitator that brings information and contributory tasks to stimulate the child's motor milestones after hospital discharge. After a review of issues around the theme of prematurity, it is remarkable the concern that this birth generates in all people involved in the episode. Fear is the main feeling experienced by mothers during the entire hospitalization phase at the Neonatal Intensive Care Units (NICU) and also when arriving home, due to the lack of close monitoring and the several difficulties in the family environment. It is for this context that the Universo Prematuro® application was created, to be a facilitating resource in the lives of these mothers and/or guardians of these children and to contribute to a better quality of life. Seeking to promote the health of all individuals, the app promotes better stimulation for the child's development and greater knowledge for mothers.

Keywords: Health promotion, infant development, pre-term newborn.

1 INTRODUÇÃO

A atenção aos problemas acerca da saúde infantil teve seu início, de forma efetiva, a partir da Declaração de Genebra dos Direitos das Crianças, de 1924, quando seus membros se mostraram preocupados com a saúde, a proteção especial, as relações socioemocionais, o bem-estar e o desenvolvimento infantil, assegurando, assim, todos os direitos da criança (ONU, 2017).

No Brasil, o primeiro programa voltado para a proteção à maternidade, à infância e à adolescência foi instituído durante o chamado Estado Novo, no período de 1937 a 1945, com a junção entre o Departamento Nacional de Saúde do Ministério da Educação e Saúde (MES) e a Divisão de Amparo à Maternidade e à Infância (BRASIL, 2011).

Após vários desdobramentos na saúde materno-infantil e transições de diversos líderes, em 1975, foi criado o Programa Nacional de Saúde Materno-Infantil, renomeado posteriormente, em 1976, como Divisão Nacional de Saúde Materno-Infantil (DINSAMI), com objetivo na redução de morbidade e mortalidade da mulher e criança. Em 1990, a DINSAMI foi intitulada novamente como Coordenação de Saúde Materno-Infantil (CORSAMI), seguindo o objetivo de assistência promocional, preventiva, recuperador e reabilitador do grupo em questão, por meio da Portaria nº 2.179, de 1º de novembro, sendo dividida entre Coordenação de Saúde da Mulher e Coordenação de Saúde da Criança e do adolescente (BRASIL, 2011).

A última mudança até o momento ocorreu em 1998, em que as coordenações foram substituídas pelas áreas Técnicas de Saúde da Mulher, Saúde da Criança e Saúde do adolescente e do jovem (BRASIL, 2011). Na Figura 1, vemos a ordem cronológica das atualizações e renomeações dos programas destinados à saúde materno-infantil em território brasileiro.



Fonte: Gestões e gestores de políticas públicas de atenção à saúde da criança: 70 anos de história, 2011.

Vale ressaltar a implementação do programa Rede Cegonha no Sistema Único de Saúde (SUS) pela Portaria nº1.459/GM/MS, de 24 de junho de 2011. Esse programa tematiza quatro componentes: pré-natal, parto e nascimento, puerpério e atenção integral à saúde da criança e sistema logístico (transporte sanitário e regulação) (BRASIL, 2012 & MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2011). Com essa implementação, as gestantes e as crianças obtiveram o suporte e acompanhamento necessário para a evolução saudável da criança durante a gestação e o suporte no pós-parto de forma integral e humanizada ao recém-nascido. Pode-se citar outro programa nessa atenção à saúde como o Método Canguru.

Muito se discute sobre as abordagens necessárias para o desenvolvimento das crianças. Citadas principalmente pela Portaria nº1.130, de 05 de agosto de 2015, onde compete o dever do desenvolvimento saudável das crianças aos familiares, a sociedade e ao governo (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2015). Devido a todas as complicações do nascimento prematuro que são geradas e que podem acarretar agravos permanentes a atenção deve ser redobrada.

Com isso, as diretrizes dos programas evidenciam essa importância, vindo ao encontro dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS), documento firmado em 2015, entre diversos líderes mundiais, dividido em 17 objetivos com o total de 169 metas a serem cumpridas até o ano de 2030 (PEREIRA et al., 2021).

Os ODS abordam uma questão biopsicossocial de forma sustentável, em áreas específicas e complementares entre si. Visando garantir à pessoa a sua dignidade e os meios de realização, tem o planeta como fonte principal de atenção a fim de evitar sua degradação total, busca a prosperidade como forma de assegurar ao indivíduo a liberdade de desfrutar uma vida próspera, a paz em todos os grupos sociais e culturais. Por fim, destaca a parceria global com o objetivo de cumprir todas as metas propostas, o espírito de solidariedade, empatia e humanização (ONU, 2016).

Dentre os 17 ODS, o ODS-3 tem como base assegurar a saúde e o bem-estar em todas as idades. Uma de suas metas é a redução da mortalidade infantil evitável com todos os países, objetivando reduzir a mortalidade neonatal para pelo menos 12 por 1.000 nascidos vivos, visto como prioridade na saúde populacional. Atualmente, essa meta sofreu um retrocesso de 2,82 para 3,32 (PEREIRA et al., 2021; RELATÓRIO LUZ, 2021).

Outra meta abordada nessa ODS, item 3.4, determina reduzir em um terço a mortalidade prematura por doenças não transmissíveis, por meio de prevenção e tratamento, e promover a saúde mental e o bem-estar (ONU, 2016). Ao se pensar nessa meta, vemos que ela resulta da Carta de Ottawa (1986), cujo princípio visava à melhoria da qualidade de vida em todos os setores e grupos (FIGUEIREDO, 2016).

Com o pensamento na conquista das metas dos ODS e na promoção da saúde do grupo materno-infantil, o Aplicativo Universo Prematuro® tem o objetivo de contribuir ao desenvolvimento infantil saudável e à melhora da qualidade de vida familiar, sendo uma fonte de apoio às mães, onde

dúvidas são tiradas e orientações são fornecidas para todos os momentos do desenvolvimento no primeiro ano da criança (UNIVERSO PREMATURO, 2019).

A presente pesquisa tem como objetivo apresentar como o Aplicativo Universo Prematuro® contribui, embasado cientificamente, com as mães no período de pós-alta hospitalar de recém-nascidos pré-termo e no desenvolvimento infantil saudável.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Agravos do desenvolvimento infantil advindos da prematuridade

O nascimento prematuro esteve presente durante toda a existência humana, em algumas culturas, crianças prematuras eram consideradas aberrações e, com isso, eram sacrificadas como narra o filósofo e historiador greco-romano Plutarco (46-126 d.C). Na cidade de Esparta, nos séculos VIII e VI a.C., os bebês passavam por uma avaliação, se fossem classificadas como raquíticas, malformadas e com problemas de saúde, eram lançadas ao lixo como algo insignificante (MARROU, 1975).

Hoje é entendido que o nascimento de crianças prematuras ocorre devido a vários fatores como: idade da mãe inferior a 16 ou superior a 35; diabetes materna; uso de álcool ou substâncias tóxicas; não acompanhamento da gestação devido a fatores sociais ou ambientais; baixo peso materno; infecções; entre outros fatores (CDC, 2015). Isso nos mostra como a evolução trouxe conhecimentos ao redor do contexto da prematuridade, suas classificações, os fatores de riscos associados ao nascimento prematuro, quais as formas de se conduzir e promover a saúde para a crianças nascida pré-termo, o que se leva ao entendimento da prematuridade não como uma aberração e sim como múltiplos fatores que geram essa antecipação do nascimento.

A CID-10 classifica como prematuros ou pré-termos bebês nascidos com a chamada idade gestacional (ID), data essa marcada pela última menstruação e pelos exames de ultrassom, menores que 37 semanas completas (259 dias de gestação), nascidos a termos são aqueles nascimentos que ocorreram de 37 semanas a 42 semanas (260 a 293 dias de gestação) e pós-termo nascidos após 42 semanas completas ou mais (mais de 293 dias) (CID-10, 1997). Quando se observado o peso ao nascimento, observação essa realizada em bebês pré-termo ou não, há três classificações para a melhor avaliação e elaboração de estratégia para o cuidado. São classificados como recém-nascidos de baixo peso entre 1.500 e 2.499 gramas, muito baixo peso 1.000 e 1.499 gramas e extremo baixo peso aqueles que obtiveram menor e 1.000 gramas ao nascimento (RUGOLO, 2005).

Quanto menor for a idade gestacional e menor o peso ao nascimento, maior o risco de morte que se é enfrentado e maiores serão os riscos para comprometimentos no desenvolvimento infantil se não houver as intervenções necessárias.

Ao ocorrer um nascimento prematuro, há uma equipe multidisciplinar a postos para os cuidados, buscando a melhor evolução de todo um sistema da criança. As Unidades de Terapia Intensiva Neonatal (UTIN) são de extrema importância e necessidade para a manutenção da vida desses prematuros, porém os fatores associados a ela como a iluminação intensa no ambiente, ruído excessivo, procedimentos invasivos, afastamento dos pais em relação às crianças, estresse contribui para as alterações fisiológicas sofridas no processo de amadurecimento no primeiro momento após o nascimento (CABRAL, 2015).

As alterações fisiológicas que levam ao atraso no desenvolvimento infantil podem ocorrer por diversas formas, e por diferentes caminhos, como o excesso de estímulo, interferindo na cadeia de evolução, ambiente estressante, estímulos dolorosos e fatores como a genética, condições biológicas, psicológicas e sociais (RODRIGUES 2011). O desenvolvimento incompleto do sistema pulmonar, baixa produção de surfactante, restrição do crescimento intrauterino são fatores que contribuem negativamente para o desenvolvimento de recém-nascidos prematuros em influência do aumento de radicais livres e baixo consumo adequado de oxigênio (BARBOSA et al., 2021).

Uma das interferências no desenvolvimento ocorre devido à imaturação da organização neural, o que gera uma decodificação inadequada dos estímulos sensoriais, sistema tátil, vestibular e proprioceptivo, recebidos durante a internação hospitalar, gerando reações exacerbadas, alteração do sono, choro excessivo, irritabilidade, diminuição da interação social, diminuição da resposta auditiva e, conseqüentemente, interferência no desenvolvimento motor, dificultando, assim, a homeostase do organismo e o amadurecimento adequado dos sistemas (CABRAL, 2015).

Segundo Lamônica e Ribeiro (2021), o comprometimento clínico neurológico pode ocorrer em recém-nascidos pré-termo mesmo quando não reconhecida as lesões cerebrais morfológicas, ou seja, mesmo quando há ausência de lesão, sendo que atrasos e déficits no desenvolvimento infantil podem sim ocorrer com essas crianças.

Mesmo com o grande avanço na redução da mortalidade e morbidades de neonatos pré-termos, propiciando assim uma maior sobrevivência entre eles, o risco no déficit do desenvolvimento global é tema de grandes debates dos multiprofissionais envolvidos. Por se tratar de um processo contínuo, delicado e complexo, os estudos sobre promoções da saúde e estímulos para o melhor desenvolvimento dessa criança é fundamental para a população em geral, já que o desenvolvimento conquistado nos primeiros anos reflete durante toda a vida do indivíduo.

2.2 Estimulação precoce assistida por aplicativo

O Aplicativo Universo Prematuro[®] foi idealizado após 15 anos de experiência pela Professora Doutora Marisa Afonso de Andrade Bunherotti, em Unidade de Tratamento Intensivo Neonatal (UTIN) com o propósito de dar suporte e proteção materna infantil de maneira longitudinal, após a alta hospitalar. Posterior a apresentação do projeto a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), no final de 2018, ele foi contemplado pelo apoio do projeto regular e se iniciou a construção com o auxílio da equipe multidisciplinar dos pós-graduandos de mestrado e doutorado do programa de Promoção da Saúde da Universidade de Franca (UNIFRAN), bolsista CAPES, bolsista técnico FAPESP, apoio do núcleo de design e do núcleo de tecnologia da UNIFRAN.

A aplicação do Aplicativo Universo Prematuro[®] teve o seu início na Santa Casa de Franca, onde foi recrutada, pelos pós-graduandos, as primeiras mães e crianças que tiveram o seu nascimento prematuro. Por ser algo inovador no meio, esperava-se uma recusa das primeiras mães abordadas, porém o que se encontrou foi uma aceitação enorme por esse público, já que o episódio é traumatizante em muitos aspectos para as mães e familiares.

Como mostra o estudo de Lima (2021), o medo é constantemente vivido pelas mães após o período de alta hospitalar

Meu medo maior, eu acho, que é o mais comum, é ela voltar pra casa e piorar em casa e não ter todo o aparato pra ajudar ela de prontidão (Mãe 76); Não é insegurança, acho que é aquele medo, eu já tô com medo até de levar ela pra casa, porque eu penso assim de ter alguma coisa, alguma complicação (Mãe 84) (LIMA et al., 2021).

O Aplicativo Universo Prematuro[®] é munido de diversas fontes de informação, de intervenção e de auxílio no cuidado do bebê e da mãe após alta, contendo uma cartilha com informações sobre saúde, direito e educação ao redor da gestação, aleitamento materno, o cuidado com o desenvolvimento do bebê nos 1000 dias, deveres dos pais, violência doméstica, maus tratos à criança, idade escolar, entre outros temas (UNIVERSO PREMATURO, 2019).

É realizada de forma supervisionada, interdisciplinar e sistemática o acompanhamento do desenvolvimento e crescimento da criança nascida pré-termo, de forma simples, tecnológica e acessível, basta somente a mãe possuir um smartphone com acesso à internet e será possível o acompanhamento das tarefas propostas.

As tarefas inclusas dentro do Aplicativo Universo Prematuro[®] são separadas pelo acompanhamento dos marcos motores das crianças a termo, marcos esses que são sequenciais e progressivos, mesmo que cada criança possuindo a sua particularidade, podendo ocorrer com mínima diferença de tempo, elas estão adquiridas e refinadas durante o desenvolvimento.

Os marcos motores são principalmente o controle da cervical resultante da estabilidade da cabeça, marco esse observado até o primeiro trimestre, seguido pela capacidade de rolar e sentar sem apoio no segundo e terceiro trimestre, e por fim, o engatinhar, ficar em pé com auxílio e evoluir para o andar sem apoio no quarto trimestre, com a observação de que cada criança possui sua individualidade. As aquisições podem ocorrer com uma pequena diferença de uma para a outra (LOPES et al., 2021).

O que acontece no nascimento prematuro é que pode ocorrer o atraso nesse desenvolvimento devido à interrupção da evolução normal nas fases de multiplicação glial, migração

neuronal e organização das estruturas. Essa vulnerabilidade pode acarretar interferências nas estruturas anatômicas e funcionais do recém-nascido pré-termo (LAMÔNICA & RIBEIRO, 2021).

[...] Tais alterações podem causar interferências no neurodesenvolvimento, tornando estes indivíduos sujeitos a problemas cognitivos, linguísticos e motores, com repercussões para toda a vida [...] (LAMÔNICA & RIBEIRO, 2021).

Então, o Aplicativo Universo Prematuro® traz tarefas como forma de estimulação nos diversos campos sensoriais, auditivo, visual, motor, táteis, socioemocional, com linguagem acessível, ilustrações e avaliações ao final de cada trimestre, para o acompanhamento do desenvolvimento infantil (UNIVERSO PREMATURO, 2019).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para realização do presente estudo, foi realizada uma revisão bibliográfica sobre o tema prematuridade, em diferentes bases de dados, com a apresentação do referencial teórico sobre a neurociência da prematuridade e as suas complicações. Depois, há a apresentação do Aplicativo Universo Prematuro® descrevendo sua funcionalidade na assistência às mães e aos responsáveis de recém-nascidos prematuros, como fonte de informação sobre a relação materno-infantil.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Muitos estudos comparativos são realizados com o propósito de observar como a prematuridade pode interferir no desenvolvimento, quais os fatores que contribui para o não favorecimento desse desenvolvimento infantil e a busca constantemente recursos para a promoção da saúde e melhor desenvolvimento dessas crianças pré-termo.

Em um dos estudos de revisão, realizado por Barbosa et al. (2021), tem-se que o atraso motor foi avaliado com o principal atraso observado em recém-nascidos pré-termo, seguido por cognição e linguagem, atraso na coordenação óculo-motriz e por último os classificados como atípicos, segundo o Teste de Desempenho Motor Infantil (TIMP). O aplicativo Universo Prematuro® possui tarefas de fácil aplicabilidade, abordando todas as áreas que são as principais afetadas devido ao nascimento prematuro como mostra os estudos.

Os aspectos socioeconômicos foram classificados como fator importante no desenvolvimento neuromotor infantil, assim como também no risco de prematuridade, quanto maior a renda familiar, menor a prevalência de recém-nascidos prematuros e menor o índice de atraso do desenvolvimento (BARBOSA et al., 2021). Por isso, a necessidade de intervenções acessíveis a qualquer grupo familiar, independente de renda, cultura, etnia, todos têm o direito ao desenvolvimento saudável, já que a saúde deve ser universal.

Muitas são as necessidades das crianças nascidas prematuramente quando estão em domicílio, as dúvidas são frequentes sobre amamentação, se a criança está com bom desenvolvimento, principalmente pelo medo que foi gerado nas mães durante todo o processo até a alta hospitalar, por isso o acompanhamento de profissionais da saúde é de suma importância (RAIMUNDO et al., 2021). Porém, o acompanhamento presencial, devido à pandemia pela COVID-19, ficou impossibilitado devido ao alto risco de contaminação dos bebês, por isso a importância de um acompanhamento de forma remota e, principalmente, de forma assertiva.

Outro fator abordado pelo estudo de Raimundo et al. (2021) foi que o acompanhamento domiciliar é acompanhado de diversas dificuldades como o horário disponível pelos responsáveis da criança, a falta de liberdade que as mães sentem ao terem diversos profissionais em sua residência, o tempo das visitas. O nascimento de uma criança traz uma mudança completa no estilo de vida, o puerpério também é um período muito difícil enfrentado por essas mães, deve-se pensar em abordagens em que a família se sinta confortável e que encaixe bem em toda a rotina já pré-estipulada.

Formiga e Linhares (2011, p. 382) evidenciam a importância do acompanhamento dessas crianças ao dizerem que “em países em desenvolvimento, como o Brasil, o monitoramento de bebês nascidos prematuros até a idade escolar deveria ser uma medida preventiva para detectar problemas

não só em desenvolvimento motor, mas também em outras áreas, como cognitiva, emocional e social.”

Muito se diz sobre o tratamento de forma curativa após o diagnóstico de alguma patologia decorrente do nascimento prematuro, porém, quando se trata de recém-nascido pré-termo, essas alterações não são somente motores, elas podem aparecer no processo de alfabetização, na memória, na linguagem.

[...] o acompanhamento é necessário para as crianças nascidas prematuramente, mesmo para as que apresentem uma aparente normalidade nos primeiros anos de vida, pensando em suas possíveis futuras dificuldades no contexto escolar [...] as dificuldades são observadas mais tardiamente por problemas na evolução e organização do SNC. Esse acompanhamento e avaliação neuropsicológica podem possibilitar uma intervenção mais adequada e com possibilidade de prevenir futuros distúrbios tanto comportamentais como de aprendizagem, memória e linguagem. (HORTA & SOARES, 2020).

A promoção da saúde deve ocorrer independentemente da idade, quanto maior e de maior qualidade for o desenvolvimento dessas crianças que tiveram o seu nascimento de forma prematura, melhor será suas conquistas durante toda a vida, a saúde deve ser acessível e deve acompanhar a modernização dos sistemas, promover a saúde por meio de um aplicativo, onde a individualidade do ser é pensada, é atualizada pelo processo e torna a saúde possível de ser conquistada.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O nascimento de uma criança é sinônimo de felicidade na vida de uma família, porém, quando esse nascimento não ocorre da forma como foi planejado e sonhado, o sentimento de felicidade dá lugar ao de medo, incertezas e inseguranças e a saúde, de uma forma geral, é prejudicada não somente da mãe, como da criança, já que a prematuridade pode interferir negativamente no desenvolvimento saudável da criança. Com isso, o Aplicativo Universo Prematuro® é uma estratégia de proteção ao desenvolvimento infantil com tecnologia em saúde e se torna um recurso para a realização das estimulações necessárias em cada etapa de crescimento e desenvolvimento, uma fonte de informação sobre todo o contexto materno-infantil, amamentação, uma rede de apoio e de estimulação dessas crianças o que é essencial para todas as conquistas de habilidade não só no primeiro ano de vida, mas sim para toda uma vida saudável. A promoção de saúde é algo que deve ser debatido em todos os grupos de todas as idades.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, João de Sousa Pinheiro et al. FATORES QUE PROMOVEM O ATRASO NO DESENVOLVIMENTO NEUROPSICOMOTOR EM PREMATUROS: UMA REVISÃO. **Revista Brasileira Interdisciplinar de Saúde**, 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde (MS). Portaria nº 930, de 10 de maio de 2012. Define as diretrizes e objetivos para a organização da atenção integral e humanizada ao recém-nascido grave ou potencialmente grave e os critérios de classificação e habilitação de leitos de Unidade Neonatal no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). **Diário oficial da União 2012**; 12 maio. Disponível em <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2012/prt0930_10_05_2012.html> Acesso em: 22 set. 2021)

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Área Técnica de Saúde da Criança e Aleitamento Materno. Gestões e gestores de políticas públicas de atenção à saúde da criança: 70 anos de história / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. Área Técnica de Saúde da Criança e Aleitamento Materno. – Brasília: **Ministério da Saúde**, 2011. 80 p. il.

CABRAL, Thais Invencao et al. Desenvolvimento motor e processamento sensorial: um estudo comparativo entre bebês prematuros e nascidos a termo. **Pesquisa em deficiências de desenvolvimento**, v. 36, p. 102-107, 2015.

CDC. Ferramenta de Avaliação de Risco. Atlanta, GA: Departamento de Saúde e Serviços Humanos dos EUA, **CDC**. 2015. Disponível em: <https://www.cdc.gov/ncbddd/birthdefects/prevention.html>. Acesso em: 20 set. 2021.

CID-10. Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde. 10a rev. (v. 1). São Paulo: Universidade de São Paulo, 1997. 1981-1179. Disponível em: <https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/3084/4791>. Acesso em: 21 set. 2021. doi:<https://doi.org/10.14295/idonline.v15i55.3084>.

Figueiredo GLA, et al. Recomendações e intenções das conferências internacionais para se pensar a Promoção da Saúde. In: Figueiredo GLA, Martins CH (orgs). Políticas, tecnologias e práticas em Promoção da Saúde. São Paulo: Hucitec, 2016.

FORMIGA, Cibelle Kayenne Martins Roberto; LINHARES, Maria Beatriz Martins. Curva de desenvolvimento motor de 0 a 12 meses em bebês nascidos prematuros. **Acta Paediatrica**, v. 100, n. 3, pág. 379-384, 2011.

HORTA, Karen Crosara; SOARES, Ângela Mathylde. O desenvolvimento de crianças nascidas pré-termo ou prematuras. **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 8, p. 58467-58475, 2020.

LAMÔNICA, Dionísia Aparecida Cusin; RIBEIRO, Camila da Costa. Prematuridade e o sistema nervoso central. **Teoria, práticas e investigação em intervenção precoce**, p. 9-23, 2021.

LIMA, Sebastião Elan dos Santos et al. Maternidade Prematura: A Experiência de Mães de Neonatos Internados na UTI Neonatal / Premature Maternity: The Experience of Mothers of Neonates Admitted to the Neonatal ICU. **ID on line. Revista de psicologia**, [S.l.], v. 15, n. 55, p. 433-448, maio 2021. ISSN

LOPES, Jéssica de Jesus Dutra et al. Marcos motores nos primeiros anos de vida e o Indicativo de Transtorno do Desenvolvimento da Coordenação. **BIUS-Boletim Informativo Unimotrisaúde em Sociogerontologia**, v. 24, n. 18, p. 1-19, 2021.

MARROU H. História da educação na antiguidade, trad. Mário Leônidas Casanova, São Paulo: **Herder/EPU**, 1975.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretária de Atenção Primária à Saúde. Rede Cegonha, 2011. Disponível em <https://aps.saude.gov.br/ape/cegonha>. Acesso em: 22 set. 2021.

MINISTÉRIO DA SAÚDE (BR). Portaria nº 1.130, de 5 de agosto de 2015. Institui a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança (PNAISC) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Diário Oficial da União, 2015.

ONU. Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Tradução UNIC Rio e revisado pela CGDES, 2016. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/Brasil_Amigo_Pesso_Idosa/Agenda2030.pdf Acesso em: 22 set. 2021

ONU. Organização das Nações Unidas. Convenção sobre os direitos da criança. 2017 Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/convencao-sobre-os-direitos-da-crianca>. Acesso em: 21 set. 2021

PEREIRA, Felipe Zibetti et al. Mortalidade Infantil e sua relação com as políticas públicas em saúde sob o olhar dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Estado de Goiás. **Brazilian Journal of Health Review**, v. 4, n. 1, p. 3331-3348, 2021.

XXII ENCONTRO de PESQUISADORES

INTERDISCIPLINARIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

RAIMUNDO, Adrielly Cristina de Lima et al. Estimulação precoce em crianças prematuras durante visita domiciliar. **Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento**, v. 10, n. 10, pág. e171101018494-e171101018494, 2021.

RELATÓRIO LUZ 2021. Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para Agenda 2030. Disponível em: <https://brasilnaagenda2030.files.wordpress.com/2021/07/por_rl_2021_completo_vs_03_lowres.pdf> Acesso em: 21 set. 2021.

RODRIGUES, Olga Maria Piazzentin Rolim; Bolsoni-Silva Alessandra Turini. Efeitos da prematuridade sobre o desenvolvimento de lactentes. **Revista Brasileira Crescimento e Desenvolvimento Humano**. 21(1): 111-121, 2011.

RUGOLO, Ligia Maria Suppo de Souza. Growth and developmental outcomes of the extremely preterm infant. **J Pediatr** (Rio J), 81 (Suppl 1):S101-10, 2005.

UNIVERSO PREMATURO. (2019). Aplicativo Móvel. A Versão 5.0. Play Store. Disponível em: https://play.google.com/store/apps/details?id=com.universoprematuro.up_prttp_v4&hl=pt&gl=US. Acesso em: 21 set. 2021.

**ESTUDO DAS TERMINOLOGIAS DE TAGS E SUAS SEMELHANÇAS COM
GÊNEROS DE MANGÁ.**

Study of tag terminologies and their similarities to manga genres.

Área temática: 1.6 Outras áreas temáticas

SANTANA, Fernanda Lacerda
Faculdade de Filosofia e Ciências "Júlio de Mesquita Filho" - UNESP
Graduanda do curso Biblioteconomia
Agência Financiadora: CNPq
f.santana@unesp.br

MOURA, Ignez Denise Gomes
Escola de Comunicação e Artes/ ECA-USP
Graduanda do curso Biblioteconomia
ignezgomes@usp.br

SILVA, Amanda Mendes da
Faculdade de Filosofia e Ciências "Júlio de Mesquita Filho" - UNESP
Mestranda em Ciência da Informação
Agência Financiadora: CNPq
amanda.m.silva@unesp.br

Resumo

O artigo se trata de uma pesquisa quali-quantitativa do tipo descritiva exploratória que tem como objetivo observar as relações entre a classificação dos mangás e das fanfics, que por vez são atribuídas tags com base no entendimento pessoal do autor. Após uma breve revisão da trajetória de ambas as mídias através dos anos, foi levantado uma lista dos gêneros de mangás mais consumidos no Brasil e comparado aos resultados de busca dos termos equivalentes nas plataformas *Wattpad* e *Social Spirit*. Ao final, podemos observar que os termos migram de uma mídia para a seguinte, o que resulta no surgimento de novas terminologias que muitas vezes acabam se sobrepondo, concluímos que é necessário que as plataformas identifiquem essas variações e as relacionem como no caso do Social Spirit, para que o usuário obtenha resultados mais completos em suas pesquisas e que facilite o processo de classificação feita pelos autores.

Palavras-chave: Terminologia, *Fanfics*, mangás.

Abstract

This article is a quali-quantitative and exploratory descriptive research that aims to observe the relationships between the classification of manga and fanfics, which are assigned by tags based on the author's personal understanding. After a brief review of the trajectory of both medias over the years, a list of the most consumed manga genres in Brazil was compiled and compared to the search results for equivalent terms on the *Wattpad* and *Social Spirit* platforms. In the end, we can see that the terms migrate from one media to the next, which results in the emergence of new terminologies that often end up overlapping, we conclude that it is necessary for the platforms to identify these variations and link them as in the case of *Social Spirit*, so that the user obtains more complete results in their research and to facilitate the classification process made by the authors.

Keywords: terminology, fanfics, manga.

1 INTRODUÇÃO

Desde que existem ídolos, livros, artistas, o ser humano se imagina ao lado deles. Quem nunca se imaginou dentro do livro favorito? Ou se imaginar conhecendo seu cantor favorito ou ator favorito? Mas só foi em 1970 que as *fanfictions* surgem, sendo como uma ficção de fãs.

Seu surgimento está entrelaçado com a cultura popular ou mais conhecida com a cultura pop. Pois elas surgirão dentro de *fanzines* de *Star Trek* ou Jornadas nas Estrelas. Mas só se tornaram um sucesso e uma forma de expressão em 1990, com o surgimento de *blogs*, *sites* e *fóruns* que eram voltados para este suporte. No Brasil o seu boom foi com o site Miscelânea de Escritores, este site era voltado para *fanfics* do seriado *X - Files* (Arquivos X em tradução no Brasil), mesmo sendo um site voltado para este seriado, eles aceitavam algumas histórias de outros seriados (MURAKAMI, 2016). Atualmente existem mais sites e aplicativos para leitura e divulgação das histórias, alguns destes sites são *Fanfiction.net*, *Nyah! Fanfiction*, *Spirit Fanfictions*, *Quotev* e *Fanfics Brasil* e alguns aplicativos para telefones celulares *Wattpad* e *Feedbooks*.

Dentro destes sites e aplicativos existem um sistema de *tags*, que seria como um sistema de classificação e gêneros das histórias.

Sendo assim, observamos que algumas *tags* são iguais as classificações e gêneros das revistas de mangás no Japão. Assim, questionamos se estas *tags* se utilizam das mesmas terminologias que existem desses gêneros de mangás.

Portanto, o objetivo geral deste trabalho, é delimitar se as terminologias das *tags* das *fanfics* utilizadas nestes sites e aplicativos são as mesmas que os japoneses e leitores de mangás utilizam neste suporte. E o objetivo específico, se as terminologias forem iguais, se elas migraram do suporte de mangás para as *tags* de *fanfics*.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 REFERENCIAL TEÓRICO DOS MANGÁS

De uma forma simplista os mangás são conhecidos como as histórias em Quadrinhos dos japoneses, mas os mangás tem um jeito único de desenhar, de contar suas histórias e também de leitura.

Como supracitado, o termo para quadrinhos japoneses é mangá (漫画), “palavra originada da união dos ideogramas man 漫 (humor, algo que não é sério) e ga 画 (imagem, desenho)” (RAMOS, 2018 p.12).

Para Ingulsrud e Allen (2009), existem duas formas de compreensão dos mangás, na configuração que conhecemos atualmente.

A primeira forma, existe pela evolução artística que se iniciou com os *emakimono* “arte em rolo”, suas ilustrações remontam ao século VIII, que era um estilo comum no Japão do Período Nara (710 a 794) e sendo estendida para os Períodos Heian (794 a 1185) e Kamakura (1185 a 1333) (RAMOS, 2018, p. 19). Suas ilustrações estão dispostas no sentido horizontal em grandes rolos de papel seda, onde estes desenhos remontam aspectos históricos, culturais, religiosos e entre outros.

Após isso surgem as ilustrações humorísticas e caricaturas no Japão, um desses trabalhos mais antigos que ainda existem é o *Chôjûgiga* (em tradução livre, Desenhos engraçados de animais), sendo uma série de ilustrações com animais antropomórficos em situações cômicas, do cotidiano, assim representando os nobres da época, este trabalho foi feito por um sacerdote budista chamado Kabuyu Tôba no século XII.

Além de trazer essas características, o *Chôjûgiga* era distribuído em um rolo de papel com cerca de 10 metros de comprimentos, assim sendo conhecido aqui no ocidente como “rolos de animais”, assim demonstrando o aspecto de ser uma história sequencial.

Figura 1 - Imagem do *Chōjūgiga*, de Kakuyu Toba, mostra sapos e coelhos vivendo como humanos.



Fonte: <https://es.wikipedia.org/wiki/Chōjūgiga>

No que se refere ao desenvolvimento do Japão como nação, a cultura chinesa teve grande participação nesse cenário. Desde a sua religião, com forte aderimento por uma parte significativa da população em relação ao budismo, o seu sistema de escrita, advindo dos ideogramas chineses, a sua organização social e outras valências de destaque que fizeram da China o principal polo cultural influenciador do Japão antigo (LUYTEN, 2005).

Durante muitos anos, o Japão foi evoluindo e se transformando em vários aspectos, como culturais. Um desses foram o modo de escrita e desenhos, assim surgindo as pinturas *ukiyo-e*, os "retratos do mundo flutuante", como são conhecidas essas pinturas e xilogravuras, datam do período Edo, que a princípio remetiam a questões religiosas e de representações sociais e humanas, como principal escopo (RAMOS, 2018), também essas gravuras mostram os aspectos sexuais da época.

No Período Edo, em 1702, com uma influência chinesa, o Sumboko Ooka cria um livro cartunesco, chamado *Toba-ê Sankokushi*, que foi publicado na cidade de Osaka, este cartum acabou se tornando popular e vendeu milhares de exemplares, assim para alguns estudiosos este é o primeiro livro de cartuns produzido no Japão e o mais antigo no mundo (LUYTEN, 2005, p. 84-85).

Figura 2 - Imagem do *Toba-ê Sankokushi*, de Sumboko Ooka, mostra cavaleiros lutando num duelo.



Fonte: <https://www.bakumatsuya.com/shop-description.php?ID=1518728973&La=E>

A origem do termo "mangá" remete ao artista Katsushika Hokusai, que era um artista de *ukiyo-e*, sua obra que deu nome a este suporte foi o *Hokusai Manga* que era construído por livros ilustrados em 15 volumes publicados entre 1814 e 1878.

Figura 3 - Imagem do *Hokusai Manga*, de Katsushika Hokusai, mostra as paisagens do Japão.



Fonte: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Ukiyo-e>

Após muitos anos, os autores dos Japão sofreram muito, até na 2ª Guerra Mundial, o império obrigou os autores a seguirem uma cartilha, e só escreverem histórias para exaltar o espírito nipônico.

Até o surgimento do mangaká Osamu Tezuka, pois com as suas obras os mangás se consolidaram de vez como patrimônio cultural do Japão. As maiores inspirações nas obras de Osamu Tezuka, sem dúvida alguma, ficaram por conta das criações de Walt Disney e das técnicas do cinema alemão e francês. (MUSSARELLI, 2013).

Em 1947, com a obra de Tezuka intitulada “*Shin takarajima*”, demonstra a evolução dos mangás e a sua característica única e assim levando essas características para frente, como podemos ver que ainda existe nos mangás atuais.

Como já mencionado, Tezuka tinha como uma de suas grandes inspirações as obras de Walt Disney. O filme Bambi foi responsável por dar as características de olhos enormes em personagens dos mangás de Tezuka. Para os japoneses o tamanho dos olhos é muito importante nas múltiplas expressões que os autores podem representar e em diversas situações que pretendem enquadrar seus personagens.

Figura 4 - Imagem do *Astroboy*, de Osamu Tezuka, mostra as capas dos volumes dos mangás.



Fonte: <http://lerbd.blogspot.com/2011/02/astro-boy-osamu-tezuka-asa.html>

As obras de Tezuka que mais marcaram sua década e depois as décadas seguintes foram: A Princesa e o Cavaleiro, Astro Boy, Kimba o Leão Branco (sendo a base para o filme Rei Leão) e várias outras.

Além de suas marcantes obras, Tezuka também é fonte de inspiração para aclamados autores contemporâneos. Dentre os quais é imprescindível mencionar o nome de Naoki Urasawa, principalmente com a obra intitulada Pluto, no qual Urasawa faz uma releitura de uma obra renomada de ficção científica de Tezuka, Tetsuwan Atom. No ocidente o mangá ficou conhecido como Astro Boy e foi publicada no Japão, de abril de 1952 a Março de 1968, pela revista *Shonen* da editora *Kobunsha*, compilados em 23 volumes, e conta a estória de um robô que é criado para combater outros robôs que odeiam humanos, em uma sociedade futurística, nos quais androides e humanos convivem mutuamente.

A chegada dos mangás em solo brasileiro, foi por meio da imigração japonesa na primeira metade do século XX, a estratégia era uma ferramenta de preservação da língua e cultura japonesa. A fim de manterem firmes a sua identidade cultural, e o contato com a sua comunidade radcada no Japão, os imigrantes iniciaram uma crescente importação dos produtos originais diretamente do seu país de origem. (RAMOS, 2018).

Mas o primeiro contato da população brasileira com o suporte foi por meio da história Lobo Solitário, obra de Koike Kazuo e Kojima Goseki, em 1988 pela editora Cedibra.

Até que no ano 2000 as editoras JBC e Conrad publicam os mangás: Samurai X de Nobuhiro Watsuki (1970), Dragon Ball de Akira Toriyama (1955) e Cavaleiros do Zodíaco de Masami Kurumada (1953). (RAMOS, 2018). As publicações enfim seguiram o padrão oriental, e então passou-se a “reeducar” o leitor para a nova forma de se ler quadrinho no Brasil.

A Panini, editora italiana, também entrou com um apoio na indústria de mangás no Brasil, principalmente no início dos anos 2000. As séries que eram licenciadas partiam de um notório sucesso que os títulos conseguiram com suas animações em algumas emissoras de TV aberta brasileiras, como Rede Globo, TV Bandeirantes, TV Manchete e também de sinal fechado, como exemplos, Cartoon Network e Locomotion (substituída pelo canal Animax).

Atualmente o mercado de mangás no solo brasileiro está em alta, muitos leitores de Histórias em Quadrinhos americanos migraram sua leitura para este suporte.

2.2 REFERENCIAL TEÓRICO DAS FANFICS

Fanfiction, termo vindo a junção das palavras inglesas *fã* (*fan*) e *ficção* (*fiction*), é um tipo de mídia que a cada ano passa a crescer cada vez mais, principalmente a partir dos anos 90, quando a internet se torna mais acessível ao público, mas antes das mídias sociais caírem no gosto das novas gerações, de acordo com Padrão (2008) fãs produzem histórias com base em suas sagas favoritas a mais de quarenta anos, sendo divulgadas através de *fanzines* baseadas na série Jornada nas Estrelas, novamente o termo surge de uma junção da palavra “fã” com “revistas” (*magazines*).

É possível argumentar também que talvez o conceito de uma *fanfic* tenha vindo antes mesmo do surgimento das *fanzines*, ou do termo “fã”, visto que existiram diversas obras anteriores a febre que se baseiam em livros como a Bíblia como “Paraíso Perdido” (1674) por John Milton ou a série de livros “A Divina Comédia” (1304) por Dante Alighieri.

A primeira plataforma a criar um espaço para tais histórias surgiu em 1998, o Fanfiction.net criado por Xing Li, já possuindo as categorias mangá/anime e quadrinhos dentre suas opções de gênero. É o lugar onde mais de 1,8 milhões de histórias são armazenadas até os dias atuais, apesar da plataforma não possuir tantas publicações em andamento, ainda recebe visitantes que buscam por histórias mais antigas ou relacionadas a *fandoms* que não estão mais em grande atividade. (PADRÃO, 2008)

O Wattpad é uma das plataformas de leitura e auto publicação de histórias mais conhecidas atualmente, o site foi criado pela companhia canadense Wattpad Labs e teve seu lançamento em dezembro de 2006, recebendo um aplicativo para celulares poucos anos após seu lançamento, disponibilizado atualmente em mais de 50 línguas e contando com mais de 100 milhões de downloads e 90 milhões de usuários. O espaço tem atualmente maior foco em publicações originais, ainda que ofereça uma seção própria para as *fanfics*, além de uma categoria em sua competição anual “*Wattys Awards*” que busca premiar 60 histórias e autores pelas suas criações.

O Spirit fanfiction é um projeto mantido por fãs, lançado entre os anos de 2007 e 2008 e permanece até os dias de hoje como um dos sites de auto publicação mais populares no Brasil, apesar de permitir também que seus usuários publiquem em inglês ou espanhol. O projeto também recebeu um aplicativo alguns anos após seu lançamento e possui atualmente mais de 1 milhão de downloads.

Devido ao grande alcance proporcionado pela internet, muitas histórias já tiveram a oportunidade de serem oficialmente publicadas sejam elas organizadas pelos próprios autores em quantias limitadas, a assinaturas com editoras como foi o caso de Os Instrumentos Mortais de Cassandra Clare, que foi inicialmente desenvolvida como uma *fanfic* baseada na série de livros Harry Potter. De acordo com Hellmond (2015) “Como um modelo infra estrutural, as plataformas fornecem uma estrutura tecnológica para que outros possam construir”.

Figura 6 - Aba de fandoms do site AO3



Fonte: <https://archiveofourown.org/>

Ao longo de todos esses anos, as *fanfics* também se espalharam para outras plataformas além dos ambientes citados anteriormente, como em blogs pessoais, Tumblr e no Twitter, mais comumente sinalizados com o termo “AU” (Universo Alternativo) neste último que possui uma narrativa mais voltada para a interação dos personagens dentro das redes sociais, as AU’s se tornaram populares a partir da história de terror “*Outcast*” (Exilado) pelo usuário @flirtaus em 2018.

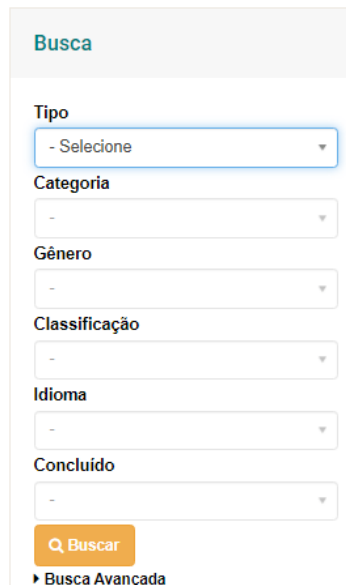
Figura 5 - Tweet original da AU “Outcast”



Fonte: https://aminoapps.com/c/btsarmy/page/blog/what-is-bts-outcast-and-why-is-it-trending-on-twitter/pXwZ_DX1lQuRXQE7Lz3JwYq8DqzkBYd1zWm

Podemos reparar que em todos os sites citados há uma característica comum: a autonomia entregue aos usuários em todos os aspectos de publicação de suas histórias, desde o surgimento da ideia e seus primeiros rascunhos até o julgamento de como o documento deve ser classificado, sites como o Fanfiction.net, Spirit fanfiction e Nyah! Fanfiction que são deliberadamente voltados para a criação de fãs, entendendo a grande variedade de seu público já introduz um grupo de termos que separe os assuntos mais comuns, como bandas/músicos, mangás/animês, seriados, etc; e os gêneros mais utilizados como “*shounen*”, “*shoujo*”, “*yaol*” e “*yuri*” e outros que foram analisados durante esta pesquisa.

Figura 6: Ferramenta de busca do site Social Spirit



Busca

Tipo
- Selecione

Categoria
-

Gênero
-

Classificação
-

Idioma
-

Concluído
-

Q Buscar

Busca Avançada

Fonte: <https://www.spiritfanfiction.com/>

2.3 REFERENCIAL TEÓRICO DA TERMINOLOGIA

A terminologia é um elemento inerente às comunicações especializadas, as quais são associadas à redação de artigos científicos, teses, resenhas, manuais e textos especializados em geral (KRIEGER; FINATTO, 2004). A terminologia é ao mesmo tempo uma área teórica (disciplina/campo de estudo) e aplicada (um conjunto de termos técnico-científicos).

Pavel e Nolet (2008) definem a terminologia como conjunto de palavras técnicas ou termos especializados que pertencem a uma ciência, a uma atividade profissional ou a um grupo social determinado; e também como uma disciplina linguística dedicada ao estudo científico dos conceitos e dos termos usados nas linguagens de especialidade.

A palavra “terminologia” é polissêmica e possui dois sentidos. Lara (2004a) explica que o primeiro sentido refere-se ao conceito teórico e metodológico para descrição, ordenamento e transferência do conhecimento, formação dos termos, estruturação de campos conceituais, uso e administração de terminologias; enquanto o segundo sentido refere-se à terminologia concreta como um conjunto de termos relacionados a uma língua de especialidade.

Para Golub, Tudhope, Zeng e Žumer (2014), o registro terminológico auxilia na sistematização e padronização dos sistemas de organização do conhecimento, além de facilitar o acesso tanto humano quanto por máquina de possibilitar a indicação dos conjuntos de vocabulários disponíveis para utilização em sistemas e serviços de informação.

A terminologia é constituída, segundo Lara (2004a), pelos seguintes elementos: objetivos, conceitos, termos e definições. Basicamente, os conceitos dizem respeito aos objetos representados por termos, que trazem suas definições. Os objetivos tratam sobre a função da terminologia, utilizando os termos para designar um conceito correspondendo em uma linguagem de especialidade, e definindo a organização por meio desses termos.

Para Cabré (1999), os termos também conhecidos como unidades terminológicas, sendo utilizados nos âmbitos de especialidade. Essas unidades devem ser analisadas de modo funcional, formal e semanticamente, descrevendo sua dupla sistematicidade: geral, em relação ao sistema da língua de que formam parte, e específica, em relação à terminologia do âmbito de especialidade em que se usam.

Lara (2004b) sintetiza a definição de termo como uma designação que condiz com um conceito em uma linguagem de especialidade. É um signo linguístico que se distingue da palavra, unidade da língua geral, por ser qualificado no interior do discurso de especialidade. Uma palavra tem propriedades (como em um dicionário), mas tem muitos significados, porque são elementos do léxico da língua. Um termo é uma palavra contextualizada no discurso, um referente de interpretação, o que reduz consideravelmente as ambiguidades da linguagem natural.

É preciso ressaltar também, que outro elemento central da Terminologia é o conceito. Lara (2004a) afirma que o conceito é uma unidade de conhecimento criada por uma combinação única de características. Embora não estejam necessariamente ligados às línguas particulares, os conceitos são geralmente influenciados pelo contexto sociocultural, do que decorre a possibilidade de categorizações diferentes segundo as diversas línguas (INTERNATIONAL STANDARD, 2000).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A natureza da presente pesquisa é quali-quantitativa do tipo descritiva exploratória. Foi realizada uma pesquisa de levantamento de dados na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações sobre mangás e fanfics, para ter uma base para o artigo.

Foram elencados diversos mangás, com a finalidade de entender quais eram os seus gêneros e classificações, feitas pelas editoras que trazem os mesmos para o Brasil. Porém, foi verificado que as editoras só classificam o suporte e não o conteúdo, portanto, foi preciso migrar para os gêneros que as editoras e revistas japonesas dividem no Japão.

Após esta análise preliminar, encontramos 29 gêneros de mangás, porém será considerado aqui os gêneros que mais são consumidos no Brasil.

Quadro 1 - Mangás mais lidos no Brasil e suas traduções.

Gêneros	Tradução
Shounen	Significa menino, mangás destinados ao público masculino na adolescência
Shoujo	Significa menina, mangás destinados ao público feminino na adolescência
Shoujo - Ai	São mangás que tem foco em romance entre mulheres, mas não apela para cenas explícitas
Yaoi	Mangás que trazem histórias de romance entre homens, mas com conflitos mais adultos e cenas mais explícitas.
Yuri	Mesma coisa que o Shoujo - Ai, mas nesse tem conflitos mais adultos e cenas mais explícitas.
Isekai	Pessoas comuns que vão parar em mundos fantásticos são o foco dos animes desse gênero.
Slice Of Life	Demonstrar em detalhes o cotidiano e o estilo de vida de um personagem ou grupo. Tradições, cultura e até hábitos de alimentação ganham destaque em um ponto de vista íntimo.

Fonte: Elaborado pelas autoras (2021).

Utilizamos o site *SocialSpirit*, que é um site voltado para que as escritoras de *fanfictions* possam colocar suas histórias na plataforma para que outros fãs possam ler. E no aplicativo de celular *Wattpad*, que tem o mesmo objetivo que o site *SocialSpirit*.

Assim, analisamos as *tags* que classificam as histórias dentro do aplicativo e do site e deste modo, constatamos que algumas migram dos gêneros de mangás.

Inferimos que as *tags* que tem o mesmo nome dos gêneros do 1 e veríamos a quantidade de histórias que são vinculadas a essas *tags*.

Quadro 2 - Gêneros de mangás e *tags* e seus resultados no site *SocialSpirit*.

Shounen	860
Shoujo	5.066
Shoujo - Ai	485
Yaoi	52.781
Yuri	12.071
Isekai	595
Slice Of Life	905

Fonte: Elaborado pelas autoras (2021).

Quadro 3 - Gêneros de mangás e *tags* e seus resultados no aplicativo *Wattpad*.

Shounen	1.900
Shoujo	3.000
Shoujo - Ai	3.000
Yaoi	44.400
Yuri	16.100
Isekai	969
Slice Of Life	174

Fonte: Elaborado pelas autoras (2021).

Após esses levantamentos de dados, foi revisado se a terminologia e significados das palavras são iguais nos casos dos mangás e *tags*, sendo esta revisão apoiada na teoria comunicativa da terminologia de Maria Teresa Cabré.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após a análise tanto no site *SocialSpirit* e no aplicativo *Wattpad* observamos que alguns casos as terminologias e os significantes são iguais dos gêneros dos mangás.

Portanto, alguns escritores de *fanfics* migram as terminologias dos gêneros para as *tags*, mas estas terminologias às vezes acabam criando novas *tags*.

Como no caso de *Yaoi*, *Yuri* que mesmo tendo *fanfics* ligadas a estas *tags*, elas dão o surgimento de novas como a *Boys Love*.

Mas também vemos que existem *tags* que poderiam ser indexadas dentro das *shounen* ou *shoujo* ou até mesmo no *Isekai* como as *tags* de romances e até de personagens dos gêneros, pois assim ajudaria os usuários a encontrarem as *fanfics*. Porém o site *SocialSpirit* percebeu que existem *tags* parecidas ou com mesmos significados, tanto que no momento que você procura por histórias com romance, já mostra a *tag* romance / *shoujo*, ou se pesquisa com gay, já mostra a *tag* gay / *yaoi* e assim por diante.

Figura 7: Mostra uma *fanfic* e suas tags no site *SocialSpirit*

Sinopse:
- SONSERINA! - O chapéu gritou em euforia, e se fosse possível, todo o salão ficaria ainda mais quieto. Então, Harry Potter, o menino-que-sobreviveu, iria para a mesma casa em que o grande bruxo que lhe causou a sua cicatriz? Que matou os seus pais?

Iniciado em 02/08/2020 19:55
Atualizada 4 horas atrás
Idioma **Português**
Visualizações **10.085**
Favoritos **214**
Comentários **135**
Listas de Leitura **96**
Palavras **24.827**
Concluído **Não**
Categorias **Harry Potter**
Tags **Drarry, Gay, Harry Potter, Hogwarts, Homossexual, Romance Gay, Yaoi**

18 NÃO RECOMENDADO PARA MENORES DE 18 ANOS
Gêneros: **Gay / Yaoi, LGBTQIA+, Romântico / Shoujo**

Fonte: <https://www.spiritfanfiction.com/historia/a-slytherin-romance--drarry-20092729>

Como no caso acima, que demonstra que os gêneros e as tags são iguais e que nem diferencia, portanto se o usuário procurar tanto por romance ou *shoujo*, irá aparecer a mesma *fanfic* pois ela está indexada nas duas tags pois elas têm o mesmo significado.

Figura 8: Mostra as tags que aparecem quando buscamos o termo *shoujo* no aplicativo *Wattpad*.

wattpad W Navegar - Comunidade - 🔍 shoujo Escreve

Filtrar por: anime + comédia + fantasia + mangá + romance + shoujo + shoujo-ai +

Histórias Perfis

3.1K HISTÓRIAS

Fonte: <https://www.wattpad.com/search/shoujo>

Figura 9: Mostra uma *fanfic* e as suas tags no aplicativo *Whattpad*.

yehetisa

Complete

Mooyeon ama duas coisas: a cultura japonesa e Xiao Dejun. Poderia viver todos os dias da sua vida na Loja de Quadrinhos só para ver o rosto do seu amado. Mas há duas coisas que Mooyeon odeia: harém e Yangyang, o irmão mais novo de Xiao Dejun. Nessa história constante de amor e ódio, quem será o protagonista do seu Shoujo?

© Todos os direitos reservados

clichê kpop kun nct romance shortfic shoujo wayv winwin xiaojun yangyang

Fonte: <https://www.wattpad.com/story/214547707-um-shoujo-com-você>

Já no aplicativo *Wattpad* quando você procura *shoujo*, ele encontra só *fanfics* que o autor classificou por *shoujo*, pois a plataforma não percebe que este termo é igual a romance, assim deixando as histórias indexadas em lugares diferentes e dificultando o usuário a encontrar as histórias e até mesmo dificultando a vida dos escritores, pois eles tem que sempre lembrar em classificar em duas tags diferentes no sistema, pois se não pode perder potenciais leitores.

Ademais é interessante como os mangás e seus gêneros estão associados as *fanfics*, pois a grande maioria das histórias pegam personagens existentes e pensam neles em outras situações ou outras sexualidades. Como no caso do mangá *Naruto*, que se pesquisarmos os nomes dos seus personagens nas tags iremos encontrar quantidades gigantescas de histórias.

Portanto podemos ver que sim, as terminologias de gêneros de mangás migraram para as tags das *fanfics*, e que iremos continuar a ver este fenômeno pois os seus escritores são fãs do suporte e se inspiram nele para escrever suas histórias, então enquanto existir mangás e *fanfics* suas terminologias estarão interligadas nas tags.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os mangás surgem anos antes das *fanfics*, tendo suas características resultantes de uma longa evolução artística com artes que inicialmente ilustravam aspectos culturais do Japão com os *emakimono*, a pinturas mais humorísticas vieram mais tarde com o *Chôjûgiga*. A primeira menção do termo surge com *Hokusai Manga* (1814-1878) de Katsushika Hokusai que teve sua publicação em 15 volumes no total. O mangá se tornou um patrimônio histórico do Japão anos depois com a chegada das obras de Ozamu Tezuka, que também servem de inspiração para diversos autores atuais. A publicação de quadrinhos japoneses chega ao Brasil ainda mais tarde pela editora Conrad nos anos 2000. As *fanfictions* surgem na época das fanzines, principalmente relacionada a série *Jornada nas Estrelas*, quando a internet passa a ser mais acessível a partir dos anos 90 as histórias ganham uma nova maneira de serem compartilhadas em maior escala, principalmente após o *Fanfiction.net*, que surge em 1998 e serve de referência para a maioria das plataformas de autopublicação de *fanfics*.

Os gêneros dos mangás são utilizados para a classificação das *fanfics*, principalmente por aquelas que utilizam os quadrinhos japoneses como base para suas histórias, a decisão de atribuir tags similares a mídia consumida acaba por ser inevitável, considerando que o seu público alvo também é familiarizado com os termos japoneses. Entretanto, é possível reparar um problema onde a terminologia se equivale a outras mais tradicionalmente utilizadas no ocidente, por exemplo o *shoujo* que apesar de sua definição apenas indicar que o seu público alvo são adolescentes do gênero feminino, nas classificações de *fanfics* são utilizados para categorizar a história como um romance. Para alguns sites como o *Social Spirit*, a solução foi de unir termos de mesmo significado para que os resultados das pesquisas sugiram todas as histórias de teor romântica, independentemente do termo preferido pelo usuário.

As *fanfictions* e os mangás possuem uma conexão mantida pelos fãs, que através de suas próprias criações fazem com que o mundo de cada obra e seus personagens permaneçam em relevância por um período de tempo muito maior mesmo após a sua conclusão, com isso é inevitável que os *ficwriters* peguem emprestado os termos utilizados originalmente. Através das observações feitas durante a pesquisa podemos concluir que, apesar dos termos estarem sendo utilizados com menos frequência quanto antigamente, é necessário que as plataformas reconheçam os termos e os relacionem com os demais de significado equivalente, para que assim o usuário obtenha resultados mais completos para suas pesquisas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Gladis Maria de Barcellos. A TEORIA COMUNICATIVA DA TERMINOLOGIA E A SUA PRÁTICA. **Alfa**, São Paulo, v. 50, n. 2, p. 85-101, 10 jul. 2006. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/alfa/issue/view/311>. Acesso em: 29 set. 2021.

AZEVEDO, Diego Napoleão Viana. Teorias da terminologia: descrição, prescrição e explicação. **Cadernos de Tradução**, [S.L.], v. 39, n. 3, p. 507-558, 12 set. 2019. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). <http://dx.doi.org/10.5007/2175-7968.2019v39n3p507>. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/traducao/article/view/2175-7968.2019v39n3p507/40867>. Acesso em: 29 set. 2021.

BATISTA NETO, Ary. **Mangás e Animês: a cultura pop japonesa no brasil**. 2017. 56 f. TCC (Graduação) - Curso de História, Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes, São Francisco, 2017.

BARROS, Lidia Almeida. **Curso Básico de Terminologia**. São Paulo: Editora da Universidade de São

Paulo, 2004. 281 p.

BORBA, Diego dos Santos; LAAN, Regina Helena van Der; CHINI, Bernadete Ros. Palavras-chave: convergências e diferenciações entre a linguagem natural e a terminologia. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 17, n. 2, p. 26-36, jun. 2012.

DUTRA, Daniel de Souza. **A MITOLOGIA GREGA NO MANGÁ SAINT SEIYA – CAVALEIROS DO ZODÍACO**. 2014. 73 f. Monografia (Especialização) - Curso de História, Univates, Lajeado, 2014.

FREIXO, Gustavo Montalvão. Plus Ultra: Os heróis e o monopólio da violência em Boku no hero academia. **Cajueiro**, Aracaju, v. 3, n. 1, p. 109-136, abr. 2021.

HELMOND, Anne. The Platformization of the Web: making web data platform ready. *Sage Journals*. Califórnia, p. 69-79. jul. 2015. doi:10.1177/2056305115603080. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/2056305115603080#articleCitationDownloadContainer>. Acesso em: 03 dez. 2020.

ISRAEL, Daniela Carvalhal. **DO MITO AO MANGÁ: o fluxo entre mitologia, história e dragon ball**. 2017. 183 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Processos e Manifestações Culturais, Universidade Feevale, Novo Humbergo, 2017.

JESUS, Samantha Augusta dos Santos de; MOREIRA, Walter. CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS DA TERMINOLOGIA NOS SISTEMAS E PROCESSOS DE ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO. In: ENCONTRO REGIONAL DOS ESTUDANTES DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO, GESTÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO DAS REGIÕES SUDESTE, CENTRO - OESTE E SUL, 5., 2018, Belo Horizonte. **Anais [...]**. Belo Horizonte: UFMG, 2018. p. 1-13.

KELLEY, Caitlin. **BTS Horror Fanfic 'Outcast' Goes Viral on Twitter Thanks to ARMYs**. 2018. Disponível em: <https://www.billboard.com/articles/columns/k-town/8094300/bts-outcast-horror-fanfic-twitter>. Acesso em: 10 out. 2021.

LABS, Wattpad. **Wattpad**. Disponível em: <https://www.wattpad.com/home>. Acesso em: 10 nov. 2020.

LABS, Wattpad. **About Wattpad**. Disponível em: <https://company.wattpad.com/>. Acesso em: 10 nov. 2020.

LABS, Wattpad. **Wattpad: onde as histórias ganham vida**. [2009]. Disponível em: https://play.google.com/store/apps/details?id=wp.wattpad&hl=pt_BR&gl=US. Acesso em: 10 nov. 2020.

LTDA, Spirit Tecnologia. Sobre o Spirit Fanfics e Histórias. Disponível em: <https://www.spiritfanfiction.com/sobre>. Acesso em: 10 nov. 2020.

LTDA, Spirit Tecnologia. Spirit Fanfics e Histórias. [2008?]. Facebook: @Spirit.OficialBR. Disponível em: <https://www.facebook.com/Spirit.OficialBR/about>. Acesso em: 10 nov. 2020.

LTDA, Spirit Tecnologia. Spirit Fanfics e Histórias. São Paulo, set. 2008. Twitter: @SpiritOficial. Disponível em: <https://twitter.com/SpiritOficial>. Acesso em: 10 nov. 2020.

LTDA, Spirit Tecnologia. Spirit Fanfics e Histórias: livros gratuitos. [2008?]. Disponível em: <https://play.google.com/store/apps/details?id=br.com.socialspirit.android&hl=pt-br>. Acesso em: 10 nov. 2020.

MAMEDE, Jéssica Ribeiro; SABBAG, Deise Maria Antonio. **Fanfiction**: um estudo sobre a dialogicidade entre o fã e a classificação. **Anais..** Belo Horizonte: ECI-UFMG, 2016. Disponível em: http://edicic2016.eci.ufmg.br/anais/files/Anais_Edicic_2016.pdf. Acesso em: 01 out. 2021

MURAKAMI, Raquel Yukie. **O ficwriter e o campo da fanfiction**: reflexão sobre uma forma da escrita contemporânea. 2016. 109 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Letras, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8151/tde-10042017-122630/publico/2016_RaquelYukieMurakami_VOrig.pdf. Acesso em: 29 set. 2021.

MUSSARELLI, F. **A análise de quadrinhos japoneses sob a ótica de Bakhtin**: o mangá como material de referência para a cultura japonesa / Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de São Carlos, 2013. 165 f.

NAGADO, Alexandre; MATSUDA, Michel; GOES, Rodrigo de. Mangá: os quadrinhos mais populares do mundo. In: NAGADO, Alexandre; MATSUDA, Michel; GOES, Rodrigo de. **CULTURA POP JAPONESA**: histórias e curiosidades. São Paulo: Independente, 2011. p. 1-203.

LUYTEN, S. B. (Org.). **Cultura pop japonesa**, São Paulo, Hedra, 2005.

PADRÃO, M. (2007). **Leituras resistentes**: fanfiction e internet vs. cultura de massa. *E-Compós*, 10. <https://doi.org/10.30962/ec.199>. Acesso em: 30 set. 2021

RAMOS, A. A. **Aspectos da cultura japonesa representados no herói do mangá One Piece**: análise dos conceitos de hierarquia, yakuza, on e giri. Tese (doutorado) - Faculdade de filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2018.

STEIN, Thaís. **Fanfic ou Fanfiction**. 2020. Disponível em: <https://www.dicionariopopular.com/fanfic/>. Acesso em: 29 set. 2021.

VARGAS, Dóris Fraga; LAAN, Regina Helena van Der. A CONTRIBUIÇÃO DA TERMINOLOGIA NA CONSTRUÇÃO DE LINGUAGENS DOCUMENTÁRIAS COMO OS TESAUROS. **Biblos**: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação, [s. l], v. 25, n. 1, p. 21-34, jun. 2011.

VELASCO, Ariane. **O que são fanfics?**: saiba onde encontrá-las online. Saiba onde encontrá-las online. 2019. Disponível em: <https://canaltech.com.br/entretenimento/o-que-sao-fanfics-saiba-onde-encontra-las-online/>. Acesso em: 29 set. 2021.

**FUNDOS DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO: UMA ANÁLISE À LUZ DA GOVERNANÇA
CORPORATIVA**

REAL ESTATE INVESTMENTS FUNDS: ANALYZE THROUGH AT CORPORATE GOVERNANCE

Desenvolvimento Social e Políticas Públicas: Outras áreas temáticas.

FERREIRA, Jonatas
Universidade Federal do Paraná (UFPR)
Mestrando em Gestão de Organizações, Liderança e Decisões pela UFPR (2019-21), na linha de
Decisões em Finanças e Mercados Financeiros. Possui graduação em Administração, sendo
premiado como melhor aluno pela Universidade Positivo (2016) e bolsa integral pelo ProUni (2013 -
2016); MBA Executivo em Finanças e Mercado de Capitais pela FAE *Business School* (2018), e;
Educação Executiva em *Business in Europe* pela NOVA *School of Business and Economics* -
Lisboa/PO (2018).
jonatas.ferreira@outlook.com.br

ALTHAUS JR, Adalto
Universidade Federal do Paraná (UFPR)
Doutorado em Administração de empresas na área de finanças pela Fundação Getúlio Vargas em
São Paulo, FGV - SP (2017); *Visiting scholar* na Universidade de Houston, *Bauer College of
Business*, Departamento de finanças, no ano de 2016/17; Mestrado em Administração na área de
Contabilidade e Finanças pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2002); Possui graduação
em Administração de empresas pela Fundação de Estudos Sociais do Paraná (1994) e em
Engenharia Elétrica pela Universidade Federal do Paraná (1995) e especialização em Planejamento e
Gerenciamento Estratégico pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (1998).
adalto.althaus@ufpr.br

Resumo

Os Fundos de Investimento Imobiliário (FII) têm ganhado grande relevância entre os investidores nos últimos anos, principalmente pelo benefício fiscal, a distribuição dos rendimentos – muitas das vezes de modo mensal – e a oportunidade de investir no mercado imobiliário com uma baixa disponibilidade de capital. A partir de uma pesquisa descritiva e quantitativa, elabora-se por meio de 79 questões classificadas em 5 categorias: (i) prestação de contas, (ii) mecanismos de monitoramento, (iii) gestão de riscos, (iv) expertise e (v) sistemas de incentivos, um índice de Governança Corporativa com objetivo de descrever cada FII a partir das perspectivas legais e voluntárias. Os FII foram instituídos em 1993 a partir da promulgação da Lei nº 8.668 em 1993 e regulamentado em 1994 por meio das Instruções da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) nº 205 e 206, os quais têm que atender condições, dentre elas: a forma e a frequência dos informativos, além de documentos para divulgação e recursos disponíveis ao quotista para alinhamento de interesse. Conclui-se a partir de uma amostra de 63 FII que há evidências de inconsistências – somente na perspectiva legal foram 350, dentre elas: não observação em relação aos prazos, a forma e a qualidade das informações nos informes periódicos, além da ausência de certificações por parte das gestoras e documentos na CVM.

Palavras-chave: Fundos de Investimento Imobiliário, Teoria da Agência, Governança Corporativa.

Abstract

Real Estate Investments Funds in Brazil have been gaining great relevance among small investors in recent years, mainly due to the tax benefit and the opportunity for monthly earnings through dividends, in addition to offering access to a market that usually demands a greater amount of capital. Through a descriptive and quantity research, it is proposed from 79 questions, sorted into 5 categories: (i) accountability, (ii) monitoring mechanisms, (iii) risk management, (iv) expertise and (v) incentives system, a Corporate Governance Index with the objective of describing each FII from the point of legal and good practice of view. The FII was established in 1993 from the enactment of Law No. 8,668 in 1993 and regulated in 1994 through the Instructions of the Brazilian Securities

Commission (ICVM) No. 205 and 206, which must meet conditions, including form and frequency information, in addition to documents for disclosure and resources available to shareholders for alignment of interests. It was concluded from a sample of 63 FII there are signs of non-compliance – only from a legal perspective were 350 non-compliances, including FII did not meet the deadline, lack of information such as certification from management and administration institution, and documents on the CVM website.

Keywords: Real Estate Investments Trust, Agency Theory, Corporate Governance.

1 INTRODUÇÃO

A perenidade de uma empresa está relacionada à capacidade dela se manter competitiva, por meio de serviços e produtos que não somente, supram uma necessidade e/ou desejo pontual, como também gere benefícios à sociedade. Nesse sentido, é necessário atender requisitos sociais, ambientais e econômicos, além de exigir melhoria constante no nível de transparência e de prestação de contas pelos tomadores de decisão. A Governança Corporativa (GC) tem um papel fundamental e é um tema ainda bastante debatido na literatura teórica-empírica. Os estudos de GC apresentam um enfoque entre a parte que detêm o controle e a outra que detêm a propriedade da empresa, sendo que o último buscará medidas para alinhar os interesses com a primeira, de forma a assegurar o retorno sobre o capital investido (EISENHARDT, 1989; JENSEN; MECKLING, 1976).

O acionista, especialmente o minoritário pode ser considerado menos protegido por pelo menos duas razões: (i) a assimetria informacional existente entre os acionistas e a gestão, e (ii) sua participação menor, o que reduz o poder de interferir na gestão da empresa. Por tanto, o papel da GC deveria primeiramente proteger os interesses do acionista, especialmente o do minoritário (CORREIA; AMARAL; LOUVET, 2011).

O segmento imobiliário muita das vezes é inacessível a diversos investidores, já que é um segmento intensivo em capital. No entanto, investimento em ativos financeiros lastreados no mercado imobiliário pode ser uma alternativa. O aumento de investidores na bolsa de valores com a procura de melhores investimentos para alocação de suas poupanças têm se tornado frequente e expressivo. Nesse contexto, o FII surge como alternativa para esses investidores. Além do aumento no número de emissões de quotas de novos FII, a quantidade de novos investidores também cresceu. De acordo com o boletim mensal da Bolsa de Valores (B3) (2021), em 2009 cerca de 12 mil investidores investiam em FII, mas em 2021, esse número já superou 1.4 milhão, sendo que mais de 75% são investidores Pessoas Físicas.

Com esse crescimento de investidores em FII, especialmente pela sua característica, torna-se importante compreender como esses fundos estão em relação à GC. O nível de GC dependerá de alguns fatores chaves, como: o do contexto da regulamentação, a maturidade e as características do mercado. Com isso, a partir de uma pesquisa descritiva e quantitativa nos FII o presente trabalho têm como objetivo propor um índice de GC para diferenciar cada FII a partir de perspectivas legais e voluntárias.

Na literatura já foram realizados trabalhos para diferenciar empresas por meio da constituição de um Índice de Governança Corporativa (IGC). Nos Estados Unidos (EUA), onde o *Real Estate Investment Trust* (REIT) possui uma característica mais semelhante à de uma empresa, chegou-se à conclusão de que não há qualquer evidência significativa da relação de GC e o retorno do REIT (BAUER; EICHHOLTZ; KOK, 2010). Os achados foram justificados pelo contexto em que operam, com maiores restrições aos gestores (ANGLIN et al., 2013; HARTZELL; KALLBERG; LIU, 2008; HARTZELL; SUN; TITMAN, 2006). No entanto, não é possível inferir qualquer resultado aos FII, já que a forma da constituição e da regulamentação no Brasil é diferente da dos EUA (SHLEIFER; VISHNY, 1997).

O presente trabalho se diferencia não somente pelo mapeamento e a descrição dos FII, mas também na proposição de um índice único e exclusivo de acordo com a realidade regulatória e de mercado brasileira.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Governança Corporativa

A teoria da agência surgiu ainda no século XVIII, com Adam Smith (1776) e ganhou forma e relevância a partir dos trabalhos de Jensen e Meckling (1976), com a proposição da aplicação da teoria em uma empresa, onde há diversas relações contratuais entre os indivíduos, cujos objetivos são conflitantes. A teoria da agência procura resolver dois problemas durante o relacionamento entre o agente e o principal, sendo: (a) alinhamento dos interesses de cada parte, de modo que, possam perseguir os mesmos objetivos, e (b) o risco compartilhado, já que ambos poderão possuir preferências por riscos de modo diferente (EISENHARDT, 1989).

A GC está ancorada na resolução dos conflitos de agências e na separação de propriedade e controle de uma organização (BECHT; BOLTON; ROELL, 2005; JENSEN; MECKLING, 1976). O objetivo central da GC é assegurar aos investidores que a empresa apresente melhores resultados, de modo transparente e com medidas protetivas aos acionistas, especialmente os minoritários (MAQUES, 2007). Para isso, há mecanismos econômicos e legais que fornecem maior transparência e segurança (SHLEIFER; VISHNY, 1997).

O Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) (2020) define que a GC é o sistema no qual as empresas são dirigidas, monitoradas e incentivadas, de modo a alinhar os interesses das partes envolvidas, sendo um meio pelo qual os fornecedores de capital asseguram que terão o retorno de seus investimentos (SHLEIFER; VISHNY, 1997).

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) tornou prioridade a proteção aos pequenos investidores, por meio de regulamentações mais firmes e medidas mais eficazes sob o ponto de vista do acionista, já que possuem (i) menos informações, (ii) podem ser prejudicados pelo favorecimento de determinados grupos (investidores institucionais e gestão) e (iii) a incapacidade de as partes alinharem os interesses (BECHT; BOLTON; ROELL, 2005).

A GC é um assunto de extrema importância para investidores, credores, gestores e demais *stakeholders*, pois fornece um parâmetro para riscos envolvidos e mecanismos para minimização das incertezas, além de ser um meio para balancear os interesses das partes envolvidas. Existe ao menos 3 grandes condicionantes fundamentais em um sistema de decisão relacionada à GC.

QUADRO 1 – CONDIÇÕES FUNDAMENTAIS EM UM SISTEMA DE GC

CONDICIONANTES DA GC	DESCRIÇÃO
Legal	Legislação e regulamentos em vigor como: Lei 6.404/76 (“Lei das S.A’s”), atos normativos da CVM, dentre outros
Disposição autorreguladoras	Disposições do mercado de capitais e das corporações, como as regras de adesão aos níveis mais elevados da bolsa de valores em relação à GC.
Contratos organizacionais	Disposições estatutárias e o acordo de acionistas.

FONTE: Adaptado de Bertucci, Bernardes e Brandão (2006).

A efetividade da GC irá depender do contexto a qual está inserida, o tamanho do investidor e tipo da economia. Com isso, varia-se os dispositivos que previnem e remediam os problemas de agências. A GC irá depender primeiramente, mas não exclusivamente, da legislação do país onde apresenta os dispositivos que visam proteger o investidor e o credor para que não sejam lesados por decisões de outros agentes (SHLEIFER; VISHNY, 1997).

2.2 Fundo de Investimento Imobiliário

Por volta de 1850, no estado de Massachusetts nos EUA começou um movimento de corporações para investir em imóveis por meio de fundos, pois elas eram proibidas por lei de negociar ou possuir imóveis senão para fins produtivos ou operacionais (BRANCO; MONTEIRO, 2003; BAILEY, 1966). Essas corporações começaram a investir a partir de fundos de investimentos que possuíam características semelhantes às das empresas, como: responsabilidade limitada, recursos pulverizados na captação, certificados de propriedades transferíveis, centralização da gestão e longa duração (MORAES; SERRA, 2017). Essas operações não eram tributadas se os rendimentos fossem distribuídos aos investidores, mas essa decisão foi alterada em 1930 pela Suprema Corte, sendo somente em 1960 instituído o REIT com objetivo de explorar e desenvolver o mercado imobiliário a

XXII ENCONTRO de PESQUISADORES

INTERDISCIPLINARIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

partir de incentivos e benefícios tributários, além da reunião de fundos de múltiplos agentes (BRANCO; MONTEIRO, 2003).

De acordo com associação que representa a indústria dos REIT nos EUA, a *National Real Estate Investment Trust* – NAREIT (2020), o REIT é um tipo de empresa que é proprietária, ou opera ou financia o mercado imobiliário, sendo o primeiro meio de investimento de renda variável em ativos financeiros no mercado imobiliário. O REIT fornece a oportunidade de acessar o mercado imobiliário com um menor capital disponível. Essas empresas fornecem um fluxo regular de renda, diversificação e valorização do capital a longo prazo para todos os tipos de investidores (EPRA, 2020).

O REIT é uma alternativa de investimento no mercado imobiliário por meio de ações, o qual possui dois grandes benefícios: (i) benefício fiscal e (ii) a distribuição quase que total dos resultados auferidos no período (ALENCAR; COSENTINO, 2019; AMATO, 2007). Esse benefício fiscal, somente é concedido para empresas que distribuem quase que integralmente seus resultados no período e que sua propriedade seja pulverizada além de ter que auferir a renda (venda ou locação) majoritariamente do mercado imobiliário (BRANCO; MONTEIRO, 2003).

Um passo marcante para o desenvolvimento dos REIT foi a reforma tributária americana de 1986, o “Reform Act 1986” a qual modificou os requisitos para qualificação como REIT, como: obter ao menos 100 acionistas, valor mínimo e a forma a distribuir, mudança nas regras relativas a transações, além de outras alterações (EUA, 1986).

De acordo com NAREIT (2020) o REIT é classificado de quatro maneiras:

- *Equity REIT*: Empresas proprietárias ou que operam um imóvel para geração de renda. Comumente chamado somente de REIT;
- *mREIT (Mortgage REIT)*: Empresas que comprem títulos de dívida com base imobiliária e ganham renda por meio dos juros;
- REIT aberto não listado: Empresa abertas e registradas na *Securities and Exchange Commission* (SEC), mas que não negociam suas ações;
- REIT fechado: são isentos do registro na SEC e das quais as ações não são negociáveis em bolsa.

De acordo com os dados no site NAREIT (2020), 39 países já possuem instrumentos como o REIT. A figura 1, ilustra os países e o ano da criação de um dos instrumentos financeiros semelhantes aos REIT.

FIGURA 1 – PAISES QUE ADOTARAM ADOÇÃO DOS REITS



FONTE: NAREIT (2020).

No Brasil, eles são os FII, constituídos por meio da Lei 8.668/93 e regulamentados pelas ICVM nº 205 e 206 de janeiro de 1994. O primeiro FII foi criado em 1995 (DE CASTRO, 2012), sendo que no final de 2002 se iniciou a listagem em bolsa (BRANCO; MONTEIRO, 2003), o que aumentou a partir de 2005. A inserção de FII no Brasil é influenciada por questões regulatórias e macroeconômicas, sendo fortemente estimulada após a crise do *subprime* (SANFELICI, 2017).

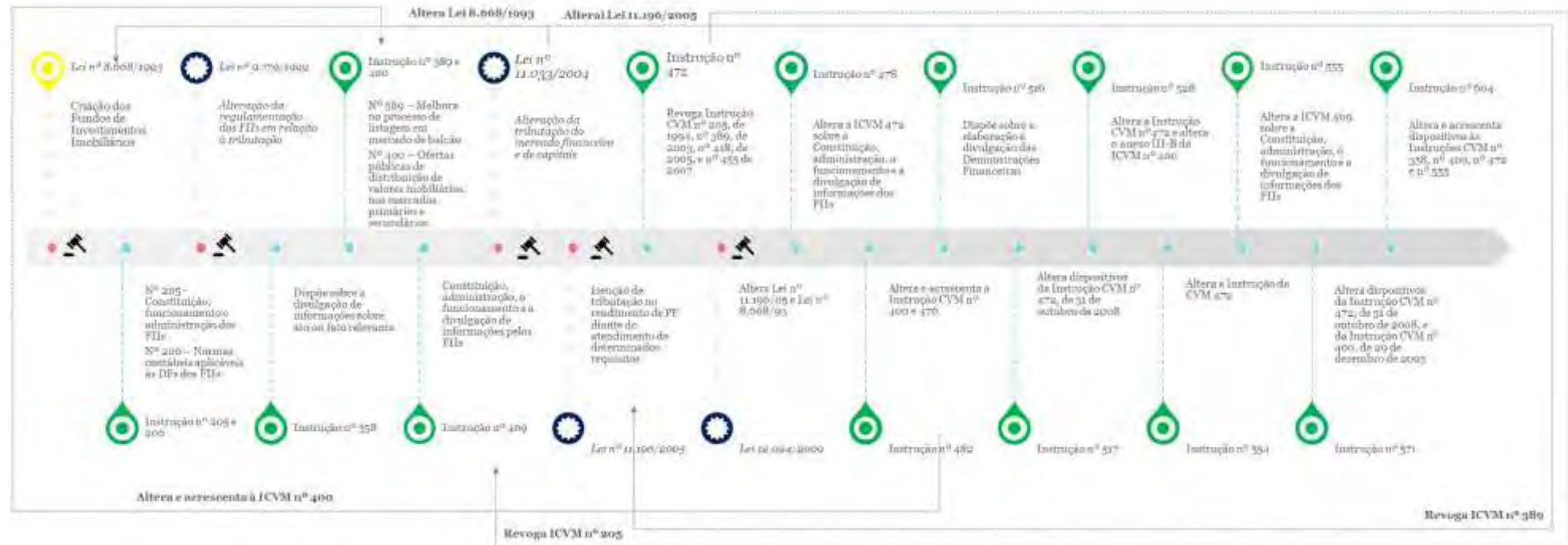
De acordo com Faria (2018) a principal diferença do FII para as demais modalidades de fundos existentes no Brasil é a propriedade fiduciária estabelecida pela Lei 8.668/93 no artigo 6º, onde o “patrimônio do fundo será constituído pelos bens e direitos adquiridos pela instituição administradora em caráter fiduciário”, ou seja, a instituição administradora empresta sua personalidade jurídica ao FII. Uma segunda diferença é o regime de afetação, uma vez que os bens e direitos do FII não se comunicam com os da administradora. O regime de afetação atribui responsabilidade limitada aos quotistas, sendo que nos demais tipos de fundos é ilimitada. Além dessas, existem outras diferenças, como a previsão e a regularidade da distribuição dos rendimentos, o percentual mínimo para distribuição aos quotistas sob o regime de caixa e a isenção do Imposto de Renda (IR) (FERREIRA; GONZALES; SANTOS, 2020).

A figura 2 resume de forma cronológica as Leis e as ICVM que regulam direta ou indiretamente os FII no Brasil desde a sua constituição em 1993.

XXII ENCONTRO de PESQUISADORES

INTERDISCIPLINARIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

FIGURA 2 – LINHA DO TEMPO DA REGULAMENTAÇÃO DOS FII



FONTE: Os autores (2021).

O FII é classificado e separado conforme apresentado no quadro 2:

QUADRO 2 – TIPOS DE FII

Desenvolvimento: Fundos com o objetivo de captar recursos para desenvolver empreendimentos imobiliários. O retorno do FII advém da venda do empreendimento.
Renda: Fundos cuja política de investimento geralmente é a aquisição parcial ou total de empreendimentos imobiliários, prontos ou em atividade com objetivo de gerar renda.
Títulos com Lastro Imobiliário: Fundo cujo objetivo é investir os recursos em títulos imobiliários, tais como: Certificado de Recebível Imobiliário, Letra de Crédito Imobiliária, Letra Hipotecária, Quotas de outros FII, Sociedade de Propósito Específico (SPE) e ações de empresas do setor imobiliário. Esse tipo de FII também comumente conhecido no mercado como “FII de papel”. O retorno desses FII advém da valorização dos títulos imobiliários.

FONTE: Adaptado de Orru Neto (2015).

Investir em FII é uma forma de acesso ao mercado imobiliário por meio de aquisição de quotas com baixo capital disponível, ganhos de escala com a redução de custos de administração, diversificação, gestão profissional, liquidez, isenção fiscal e simplificação a partir da profissionalização do FII, já que taxas, custos e outros tramites não serão de preocupação do quotista (FERREIRA; GONZALES; SANTOS, 2020; BRANCO; MONTEIRO, 2003).

2.3 Governança Corporativa em Fundo de Investimento Imobiliário

A GC foi amplamente explorada em estudos empíricos no mercado acionário, outros tipos de fundos de investimentos e até mesmo no setor público com o trabalho de Silva (2018), o qual investigou o impacto após a promulgação e a implantação da “Lei das Estatais”, a Lei 13.303/16. No entanto, para os fundos imobiliários, existe uma discussão maior internacionalmente sobre avanços no campo empírico dos REIT.

Hartzell, Kallberg e Liu (2008) realizaram um estudo com enfoque na abertura de capital dos REIT, pois seria o melhor momento para determinar e associar GC no estágio inicial do que em um estágio mais maduro da empresa, a qual pode apresentar maior problema de endogeneidade. Os resultados levaram a conclusão de que a GC para REIT parece ser menos relevante, devido a uma regulamentação mais restrita, o que reduz o problema de agência.

Campbell *et al* (2011) analisaram fusões e aquisições de 132 REIT durante 1997 e 2006, e procuraram explorar a relação entre mecanismos externos e internos de GC e seus retornos anormais. Os resultados encontrados conduziram para conclusões semelhantes às de Hartzell, Kallberg e Liu (2008), sendo que os retornos são maiores para REIT que detêm um conselho de administração menor e com *Chief Executive Officer* (CEO) mais experiente, mas com mandato mais curto. Os autores analisaram sob duas perspectivas à GC, sendo: mecanismos internos os quais incluem composição do conselho de administração, a separação de papel do CEO e o do presidente do conselho de administração, além da estrutura de compensação da gestão. Já a perspectiva externa está relacionada à mecanismos estabelecidos por Lei, regulação e por agentes de mercado como a bolsa de valores.

O IGC é uma forma na qual se procura avaliar se uma empresa possui melhores ou piores mecanismos para proteger os interesses dos investidores, o qual tem por objetivo fornecer parâmetros ao investidor para mensurar sobre o cumprimento dos deveres e das obrigações que a empresa possui e deve observar.

Bauer, Eichholtz e Kok (2010) foram os primeiros a propor a criação de um IGC considerando os REIT. Eles testaram mais de 5 mil empresas, e diferenciaram seu índice de outros com a criação de 8 categorias calculadas a partir de um sistema de escore individual por empresa entre 2003 e 2005. Eles concluíram que o REIT em geral parece responder menos a GC, já que operam em um ambiente com maiores restrições, assim como concluíram Hartzell, Sun e Titman (2006), Hartzell, Kallberg e Liu (2008) e Anglin *et al* (2013).

A propriedade dispersa pode ser justificada inicialmente por 3 motivos: (i) a riqueza individual do investidor pode ser pequena, (ii) a diversificação de risco e (iii) a liquidez (BECHT; BOLTON; ROELL, 2005). O trabalho de Jensen e Meckling (1976) não apresentou a aplicação da teoria da agência em uma empresa cuja propriedade esteja pulverizada e o administrador (agente) detenha nenhuma participação no capital próprio. O efeito da regulamentação do REIT torna ainda mais

desafiador sob a ótica da GC, já que visa alinhar os interesses da gestão aos dos múltiplos acionistas coletivos (BECHT; BOLTON; ROELL, 2005).

Algumas pesquisas empíricas concluíram que as estruturas de GC nos FII, como a cobrança da taxa de *performance* a qual é opcional, não influencia na rentabilidade de um FII (TEIXEIRA, 2019); Laudos de avaliação são realizados por empresas terceiras em FII com melhores práticas de GC e a qualidade da informação influencia positivamente o retorno do FII, destacando-se as fortes evidências que o quotista demonstra não conseguir acompanhar todas as informações disponíveis, já que há diferentes fontes de informação e uma ausência de padronização (ALVARENGA, 2014). Ademais, o FII não segue as tendências do mercado internacional (ALENCAR; COSENTINO, 2019); A maioria é monoativo (TEIXEIRA, 2019; AMATO, 2007; BRANCO; MONTEIRO, 2003); São utilizados como *fundings* (TEIXEIRA, 2019; SANFELICI, 2017); A instituição administradora parece demonstrar interesse diferente da dos quotistas (ALENCAR; COSENTINO, 2019), e; Há uma concentração muito grande de FII com propriedades em São Paulo e no Rio de Janeiro (SANFELICI, 2017).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia é enquadrada como uma pesquisa descritiva, quantitativa e indutiva. A construção da metodologia do trabalho passará por duas grandes etapas, sendo:

- A. Realizar a avaliação de cada instrução da CVM aplicável à FII, além de boas práticas ou recomendações da B3 ou da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA) para compor IGC para FII;
- B. Elaborar o IGC por meio de um sistema de escore para cada FII da amostra.

A etapa “A” consiste na análise do FII a partir da perspectiva (i) legal e (ii) voluntária por meio de 74 perguntas binárias, extraídas a partir de dados disponibilizados nos Relatórios de Administração, Pareceres da Auditoria, Site do FII e canais de Relacionamento com o Investidor (RI). A resposta binária seguirá o seguinte critério:

- 1 para informação em conformidade;
- 0 para informação em não conformidade.

Além das 74 perguntas binárias, serão acrescidas mais 5 perguntas relacionadas ao atendimento quanto aos prazos pelo FII a partir de uma média aritmética das entregas nos últimos 12 meses, conforme estabelecido pelas ICVMs.

A etapa “B” consiste na ponderação de cada pergunta na etapa “A” para cada perspectiva (legal e voluntária) e em cada categoria. Desse modo, ao final, cada FII receberá uma nota ponderada que irá de 0 a 1, sendo notas maiores, FII com melhores sistemas de GC.

3.1 Categorias do IGC-Fii

Os trabalhos que estudaram GC (BAUER; EICHHOLTZ; KOK, 2010; DOMINGOS, 2009; KORONTAL, 2016), a construção do IGC passou pela definição de categorias para agrupamento das perguntas nas perspectivas: legal e de boas práticas. Neste trabalho é proposta a criação de 5 categorias: (i) prestação de contas, (ii) mecanismos de monitoramento, (iii) gestão de risco, (iv) expertise e (v) sistema de incentivos. Essas categorias foram analisadas a partir do entendimento do contexto do FII em relação aos dispositivos previstos em Leis e ICVM, além de instituições que promulgam boas práticas, como o IBGC (2021) e a ANBIMA (2021). O quadro 3 demonstra os pesos para cada categoria em cada perspectiva.

QUADRO 3 – PONDERAÇÃO DE PESOS POR CATEGORIA E PERSPECTIVA

Perspectivas / Categorias	Prestação de Contas	Mecanismo de Monitoramento	Sistema de Incentivos	Gestão de Risco	Expertise
Peso no IGC	35%	10%	25%	25%	5%
Legal	15%	45%	0%	25%	50%
Voluntário	85%	55%	100%	75%	50%

FONTE: Os autores (2021).

As justificativas e os meios de investigação de cada grupo são apresentadas no quadro 4.

QUADRO 4 – DESCRIÇÃO DOS GRUPOS DO IGC-FII

Categoria	Descrição	Base
Prestação de Contas	Canais adotados pelos agentes envolvidos, além de frequências e informações disponíveis ao quotistas, como por exemplo: site da instituição administradora, gestora, canais de RI, sistema de <i>mailing</i> , sistema de <i>podcast</i> , sistema de divulgação de resultados por meio de reuniões periódicas, dentre outros.	Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC)
Mecanismos de Monitoramento	Evidências de agentes que atuam sob a forma de monitores da gestão e da administração do FII. Pode-se destacar: o representante dos quotistas, auditoria externa, consultores imobiliários e comitês de investimentos.	Bauer, Eichholtz e Kok (2010)
Gestão de Risco	Mecanismos como a gestão de liquidez para garantir maior flexibilidade ao quotista, de modo a oferecer maior conforto e alternativas para minimizar riscos idiossincráticos.	Shleifer e Vishny (1997)
<i>Expertise</i>	Conhecimento prévio ou adquirido pelo administrador, gestor e os agentes envolvidos no FII sobre o mercado imobiliário, o FII e do mercado financeiro, sob o qual pode fornecer pleno conhecimento e capacidade para condução dos trabalhos.	Bauer, Eichholtz e Kok (2010)
Mecanismos de Incentivos	Mecanismos de incentivos e alinhamentos de interesses como o oferecimento de taxa de <i>performance</i> .	Bauer, Eichholtz e Kok (2010) e Teixeira (2019)

FONTE: Os autores (2021).

A perspectiva legal mencionada anteriormente, é aquela imposta e fiscalizada pelos órgãos competentes como a CVM, a ANBIMA e a B3. Esses agentes têm o papel de monitorar, fiscalizar e garantir o funcionamento dos mercados de capitais, oferecendo parâmetros para os participantes do mercado do que, como e quando deve ser prestado esclarecimentos. Ademais, eles possuem o papel de mediar e manter o equilíbrio entre as partes.

A perspectiva de boas práticas de GC reside além da perspectiva legal, ou seja, práticas realizadas pelos gestores e pelas administradoras de modo voluntário. O objetivo é analisar os meios pelos quais o FII comunica e disponibiliza as informações, além de avaliar qualquer prática que transcenda àquelas impostas pela CVM e por Leis. As boas práticas de GC de acordo com o IBGC (2020) “convertem em princípios básicos em recomendações objetivas, alinhando interesses com a finalidade de preservar e otimizar o valor econômico de longo prazo.”

3.2 Definição da amostra de pesquisa

Considerando o ensaio, adota-se uma amostragem de FII para realizar a proposição de um IGC. Com isso, deve-se procurar alternativas para homogeneizar as informações com objetivo de avaliar as perguntas para todos os FII. Para isso, são adotados 6 filtros na definição da amostra: (i) Somente FII registrado na CVM; (ii) FII listados em bolsa de valores; (iii) Somente FII de “Tijolo”, sendo desconsiderados Fundos de Fundos (FoF) e Fundos de “papel”, os quais investem em títulos financeiros de renda fixa; (iv) Presença igual ou superior a 95% nos últimos 90 pregões; (v) Giro das quotas igual ou superior a 2,5% - critério de volume das negociações em bolsa, e; (vi) FII listado a mais de 1 ano, para que seja possível o levantamento de todas as informações. O tamanho da amostra final, para análise descritiva é de 63 FII, o que representa em 12 de maio de 2021 o equivalente a 12,676% do universo de FII registrados na CVM e 23,077% dos listados em bolsa.

O quadro 5 apresenta o tamanho da amostra detalhadamente a partir da aplicação dos critérios mencionados.

QUADRO 5 – TAMANHO DA AMOSTRA INICIAL

#	Critério	Filtros	Qtd. de FII	Tamanho da amostra
1	Inclusão	FII registrado na CVM em 12/05/2020	497	497
2	Exclusão	FII não listado em bolsa em 12/05/2020	- 224	273
3	Exclusão	FII de "Papel"	- 39	234
	Exclusão	Fundo de Fundo (FOF)	- 21	213
4	Exclusão	Presença inferior a 95% nos últimos 90 pregões da bolsa	-123	90
5	Exclusão	Giro médio das quotas inferior a 2,5%	-27	63
6	Exclusão	FII constituídos a menos de 1 ano	-0	63

FONTE: Os autores (2021).

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Dentre os 63 FII selecionados, nenhum deles apresentam escore acima de 0,75, ou seja, obtiveram no máximo $\frac{3}{4}$ do escore para GC proposto no trabalho. Observa-se como os FII estão em relação aos aspectos legais e voluntários em cada uma das categorias.

QUADRO 6 – ÍNDICE DE GOVERNANÇA CORPORATIVA PARA FII

Ticker	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	Escore	Ticker	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	Escore
ALZR11	0,65	0,22	0,00	0,67	0,60	0,45	GGRC11	0,66	0,17	0,00	0,83	0,60	0,50
BBPO11	0,51	0,11	0,00	0,63	0,60	0,39	RCFA11	0,32	0,06	0,33	0,67	0,60	0,42
BRCO11	0,64	0,22	0,67	0,83	0,60	0,66	HGBS11	0,64	0,11	0,00	0,88	0,70	0,51
BTLG11	0,60	0,17	0,00	0,67	0,10	0,39	HSML11	0,68	0,22	0,67	0,88	0,60	0,68
CBOP11	0,52	0,28	0,00	0,67	0,20	0,38	JSRE11	0,48	0,11	0,33	0,63	0,10	0,42
HGLG11	0,52	0,22	0,00	0,71	0,70	0,44	KNRI11	0,72	0,28	0,00	0,88	0,60	0,54
HGPO11	0,48	0,22	0,00	0,75	0,70	0,44	MALL11	0,67	0,00	0,00	0,79	0,60	0,48
HGRE11	0,49	0,22	0,00	0,75	0,70	0,44	MFII11	0,49	0,22	0,33	0,58	0,60	0,47
HGRU11	0,53	0,22	0,67	0,75	0,70	0,61	NEUW11	0,39	0,28	0,67	0,50	0,60	0,50
FAED11	0,37	0,17	0,00	0,71	0,60	0,38	PATC11	0,78	0,67	0,33	0,88	0,60	0,67
BRCR11	0,63	0,33	0,00	0,75	0,60	0,48	QAGR11	0,76	0,22	0,33	0,83	0,60	0,61
CEOC11	0,46	0,22	0,33	0,46	0,70	0,43	RBDS11	0,60	0,22	0,33	0,75	0,60	0,54
THRA11	0,39	0,28	0,33	0,54	0,70	0,44	RBGS11	0,62	0,28	0,00	0,75	0,60	0,48
EDGA11	0,37	0,22	0,00	0,63	0,60	0,36	RBCO11	0,67	0,11	0,00	0,83	0,60	0,50
HTMX11	0,40	0,17	0,33	0,71	0,60	0,47	SPTW11	0,49	0,00	0,00	0,58	0,60	0,36
JRDM11	0,38	0,17	0,33	0,67	0,60	0,45	TEPP11	0,49	0,17	0,33	0,71	0,60	0,50
ALMI11	0,40	0,17	0,00	0,63	0,60	0,36	XTED11	0,49	0,17	0,00	0,63	0,60	0,39
RECT11	0,64	0,22	0,33	0,75	0,60	0,55	VILG11	0,77	0,17	0,67	0,92	0,60	0,71
VLOL11	0,62	0,22	0,00	0,79	0,60	0,48	VINO11	0,80	0,17	0,67	0,88	0,60	0,71
FIGS11	0,67	0,17	0,00	0,88	0,70	0,52	VISC11	0,80	0,17	0,33	0,88	0,60	0,63
ABCP11	0,53	0,11	0,00	0,71	0,70	0,43	XPCM11	0,53	0,11	0,00	0,71	0,70	0,43
FIIB11	0,49	0,17	0,00	0,54	0,10	0,32	XPIN11	0,66	0,17	0,33	0,88	0,60	0,59
RBRP11	0,73	0,22	0,33	0,79	0,70	0,60	XPLG11	0,66	0,22	0,67	0,88	0,60	0,68
RCRB11	0,56	0,11	0,00	0,71	0,80	0,45	XPML11	0,68	0,22	0,67	0,92	0,60	0,69
RBED11	0,60	0,17	0,00	0,79	0,20	0,43	XPPR11	0,73	0,22	0,67	0,88	0,60	0,70
RBVA11	0,56	0,39	0,00	0,79	0,30	0,45	HRDF11	0,39	0,11	0,00	0,79	0,70	0,41
RNGO11	0,59	0,17	0,33	0,79	0,30	0,52	LGCP11	0,39	0,28	0,00	0,79	0,80	0,44
SDIL11	0,61	0,22	0,00	0,67	0,20	0,40	BNFS11	0,38	0,11	0,00	0,79	0,60	0,40
TGAR11	0,66	0,22	0,33	0,88	0,60	0,60	MBRF11	0,59	0,00	0,00	0,63	0,70	0,41
ONEF11	0,62	0,17	0,00	0,75	0,30	0,43	DMAC11	0,46	0,22	0,00	0,79	0,10	0,39
VTLT11	0,36	0,17	0,00	0,33	0,60	0,27	NEWL11	0,54	0,11	0,67	0,71	0,60	0,58
							RBRD11	0,63	0,11	0,00	0,79	0,60	0,47

(a) Prestação de Contas, (b) Mecanismo de Monitoramento, (c) Sistemas de Incentivos, (d) Gestão de Risco, (e) Expertise

FONTE: Os autores (2021).

XXII ENCONTRO de PESQUISADORES

INTERDISCIPLINARIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Ao analisar os dados no quadro 6, percebe-se que todos os FII da amostra, sem exceção, em algum momento, não atenderam aos aspectos legais, seja referente ao prazo de envio de documentos à CVM, seja em relação à prestação de contas ou na qualidade das informações nos informes periódicos. Ao todo foram identificadas 350 não conformidades dentro de uma amostragem de 1.197 observações, ou seja, 29,24%. Dos 63 FII da amostra, somente 6 no período apresentaram 100% dos informes periódicos (mensal, trimestral e anual) dentro do prazo e em conformidade; 10 possuem gestores que não foram encontradas as certificações de CGA ou CGE conforme é estabelecido no Código da ANBIMA (2021); somente 1 disponibilizou o parecer do consultor de investimento; dos 3 FII que possuem representante de quotistas eleitos, nenhum disponibilizou qualquer documento ou relatório elaborado por eles. Ademais, há FII que descumpriu todos os prazos estabelecidos pelas ICVM referente aos informes periódicos.

FIGURA 3 – INCONSISTÊNCIAS POR FII NA PERSPECTIVA LEGAL

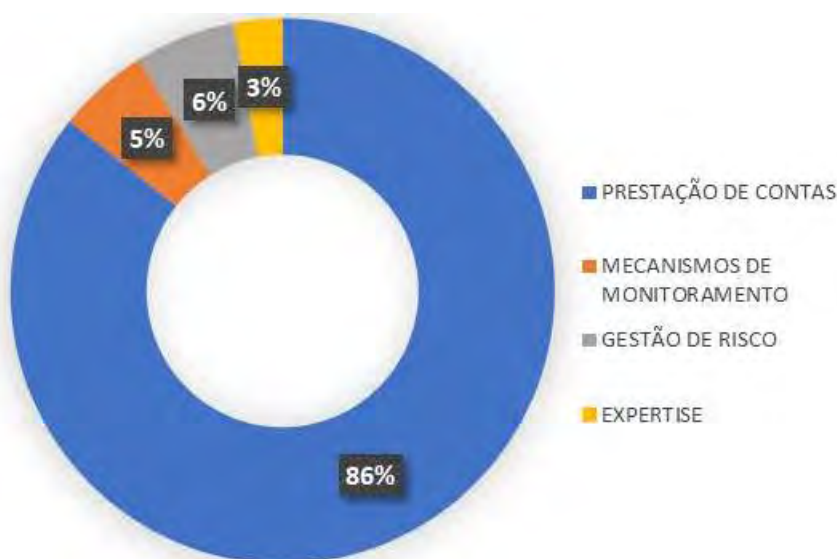


FONTE: Os autores (2021).

A figura 3 apresenta uma análise dos dados na perspectiva legal, apontando a quantidade de inconsistências por FII. Nota-se que todos apresentam alguma não conformidade no período. Destaca-se o KNRI11 com apenas 1 inconsistência, HGRE11 e HGRU11 com 2, e o VILG11 com 3, sendo esses os FII que mais pontuaram nas perspectivas legais, conforme é indicado na figura 3, ou seja, os FII que apresentaram menor número de inconsistências.

Ao realizar uma análise por categoria, espera-se que dentre as inconsistências apresentadas na perspectiva legal, a de “Prestação de Contas”, seja a principal, já que possui a maior número de questões elaboradas. A figura 4 demonstra que mais de 86% das 350 inconsistências vieram dessa categoria, seguidas por 6% na categoria de gestão de risco, 5% em mecanismo de monitoramento e 3% na categoria de expertise. Destaca-se que a única categoria que não é apresentada inconsistência é a de “Sistema de Incentivos”, já que todas as questões elaboradas foram classificadas como boas práticas, ou seja, voluntárias.

FIGURA 4 – NÃO CONFORMIDADES NA PERSPECTIVA LEGAL



FONTE: Os autores (2021).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nota-se que sob à luz da GC há fortes evidências de ausência de melhores práticas, inclusive deixando de atender aspectos legais. Ademais, nenhum FII apresentou conformidade total nos aspectos legais, sendo que a maioria adota práticas voluntárias para se diferenciar e demonstrar melhores mecanismos de transparência. No entanto, nos aspectos voluntários há diversos FII sem a segregação da gestão e da administração do FII, com característica de monousuário e monoativo.

Conclui-se sobre o IGC sua eficácia em demonstrar as diferenças de cada FII sob os aspectos da GC com evidências de melhorias nas 2 perspectivas, considerando que a maioria dos FII se concentram com escores entre o 2º e 3º quartil do IGC, sendo majoritariamente observadas sob categoria de prestação de contas, em relação ao atendimento aos prazos, a qualidade da informação e a transparência.

Como estudos futuros, pode-se avaliar a inclusão de outras perguntas para investigação, como por exemplo: se o FII distribuiu no mínimo 95% do rendimento em regime de caixa no período, além de realizar um estudo em relação o escore com diferentes pesos e uma avaliação se a GC importa para o FII na avaliação do investidor. Esse último, pode ser realizado a partir da construção de um modelo econométrico dos retornos do FII em relação à GC com variáveis de controle. Por fim, pode-se investigar sob o aspecto da teoria da agência se uma propriedade dispersa torna ou não mais desafiador a análise da GC para o FII.

REFERÊNCIAS

- ALENCAR, C. T.; COSENTINO, R. **Fundos de Investimento Imobiliário: Análise do desempenho e comparação com US-REITs, UK-REITs, G-REITs e SIIC.** *Latin American Real Estate Society*, 2019.
- ALVARENGA, L. B. DE M. **Reação em mercado secundário de Fundos de Investimento Imobiliário após anúncios de resultados.** [s.l.] Fundação Getúlio Vargas, 2014.
- ANBIMA. Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas de Fundos de investimento. Disponível em:
<<https://www.anbima.com.br/data/files/49/E6/2A/13/B600A510C81C5B9569A80AC2/Codigo-de-Fundos-01072016.pdf>>. Acesso em: 02, janeiro de 2021.
- AMATO, F. B. **Impacto da Taxa de Juros Reais no Brasil no Valor dos Imóveis para Renda: o caso dos Fundos de Investimento Imobiliário negociados em Bolsa de Valores.** *Latin American Real Estate Society*, 2007.
- ANGLIN, P. et al. **What is the Relationship Between REIT Governance and Earnings Management?** *Journal of Real Estate Finance and Economics*, v. 47, n. 3, p. 538–563, 2013.
- B3. Boletim mensal: Boletim FII – Setembro 2021. Disponível em:
<https://www.b3.com.br/pt_br/produtos-e-servicos/negociacao/renda-variavel/fundos-de-investimentos/fii/boletim-mensal/>. Acesso em: 12, setembro de 2021.
- BAILEY, E. N. **Real Estate Investment Trusts: An Appraisal.** *Financial Analysts Journal*, v. 22, n. 3, p. 107–114, 1966.
- BAUER, R.; EICHHOLTZ, P.; KOK, N. **Corporate governance and performance: The REIT effect.** *Real Estate Economics*, v. 38, n. 1, p. 1–29, 2010.
- BECHT, M.; BOLTON, P.; ROELL, A. **Corporate Governance and Control.** *ECGI Working Paper Series in Finance Corporate*, v. 02/2002, n. August, 2005.
- BERTUCCI, J. L. DE O.; BERNARDES, P.; BRANDÃO, M. M. **Políticas e práticas de governança corporativa em empresas brasileiras de capital aberto.** *Revista de Administração - RAUSP*, v. 41, n. 2, p. 183–196, 2006.
- BRANCO, C. E. C.; MONTEIRO, E. D. M. A. R. **Um Estudo sobre a Indústria de Fundos de Investimentos Imobiliários no Brasil.** *Revista Do Bndes*, v. V. 10, N., p. 261–296, 2003.
- BRASIL. Instrução nº 205, de 14 de janeiro de 1994. Dispõe sobre a constituição, o funcionamento e a administração dos fundos de investimento imobiliário. Disponível em: <http://www.cvm.gov.br/legislacao/instrucoes/inst205.html>. Acesso em: 21 set. 2020.
- BRASIL. Instrução nº 206, de 14 de janeiro de 1994. Dispõe sobre normas contábeis aplicáveis às demonstrações financeiras dos fundos de investimento imobiliário. Disponível em: <http://www.cvm.gov.br/legislacao/instrucoes/inst206.html>. Acesso em: 21 set. 2020.

BRASIL. Lei nº 8.668, de 25 de junho de 1993. Dispõe sobre a constituição e o regime tributário dos Fundos de Investimento Imobiliário e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8668.htm. Acesso em: 21 set. 2020.

CAMPBELL, R. D. et al. **Corporate Governance and Performance in the Market for Corporate Control: The Case of REITs.** *Journal of Real Estate Finance and Economics*, v. 42, n. 4, p. 451–480, 2011.

CONGRESS – H.R. 3838. – Tax Reform Act of 1986 Disponível em: <https://www.congress.gov/bill/99th-congress/house-bill/3838>. Acesso em: 04, outubro de 2020.

CORREIA, L. F.; AMARAL, H. F.; LOUVET, P. **Um índice de avaliação da qualidade da governança corporativa no Brasil.** *Revista Contabilidade & Finanças*, v. 22, n. 55, p. 45–63, 2011.

DE CASTRO, M. A. F. **Co-Integração Na Indústria De Fundos Imobiliários No Brasil.** [s.l.] Universidade Federal do Ceará, 2012.

DOMINGOS, A. L. R. D. **Índice de Governança Corporativa: A variação das empresas brasileiras em função das expectativas de mercado.** [s.l.] Fundação Getúlio Vargas, 2009.

EISENHARDT, K. M. **Agency Theory : An Assessment And Review.** *Academy of Management Journal*, v. 14, n. 1, p. 57–74, 1989.

EUROPEAN PUBLIC REAL ESTATE ASSOCIATION - EPRA. Disponível em: <https://www.epra.com/about-us/about-listed-real-estate/market-basics-characteristics>. Acesso em: 14, junho de 2020.

FERREIRA, A. P.; GONZALES, A.; SANTOS, F. D. A. **Efeitos de eventual término da isenção do Imposto de Renda dentro de Fundos de Investimentos Imobiliários.** *Revista Fatec Zona Sula*, v. 6, n. 3, 2020.

HARTZELL, J. C.; KALLBERG, J. G.; LIU, C. H. **The role of corporate governance in initial public offerings: Evidence from real estate investment trusts** *Journal of Law and Economics*, 2008.

HARTZELL, J. C.; SUN, L.; TITMAN, S. **The effect of corporate governance on investment: Evidence from real estate investment trusts.** *Real Estate Economics*, v. 34, n. 3, p. 343–376, 2006.

IBGC. Código das melhores práticas de governança corporativa. Disponível em: <<https://conhecimento.ibgc.org.br/Paginas/Publicacao.aspx?PubId=21138>>. Acesso em: 04, janeiro de 2021.

IBGC. Princípios que geram valor de longo prazo. Disponível em: <<https://www.ibgc.org.br/conhecimento/governanca-corporativa>>. Acesso em: 04, janeiro de 2021.

JENSEN, M. C.; MECKLING, W. H. **Theory of the Firm: Managerial Behavior, Agency Costs and Ownership Structure.** *Journal of Financial Economics*, v. 3, p. 305–360, 1976.

KORONTAI, J. N. **Governança Corporativa dos Bancos e sua Relação com Indicadores de desempenho e risco.** [s.l.] Universidade Federal Do Paraná, 2016.

MAQUES, M. DA C. DA C. **Aplicação dos Princípios da Governança Corporativa ao Setor Público.** *Revista de Administração Contemporânea*, v. 11, n. 2, p. 11–26, 2007.

MORAES, A. V. DE; SERRA, R. G. **Diversificação dos Fundos de Investimento Imobiliário brasileiros.** *BASE - Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos*, v. 14, n. 1, p. 63–73, 2017.

NATIONAL REAL ESTATE INVESTMENT TRUSTS - NAREIT. Disponível em: <https://www.reit.com/what-reit>. Acesso em: 13, junho de 2020.

NATIONAL REAL ESTATE INVESTMENT TRUSTS - NAREIT. Disponível em: <https://www.reit.com/investing/global-real-estate-investment>. Acesso em: 13, junho de 2020.

ORRU NETO, A. **Fundos De Investimento Imobiliário E Suas Características De Hedge Contra Inflação No Brasil.** [s.l.] Fundação Getúlio Vargas, 2015.

SANFELICI, D. D. M. **La industria financiera y los fondos inmobiliarios en Brasil: lógicas de inversión y dinámicas territoriales.** *Economía Sociedad y Territorio*, v. xvii, p. 367–397, 2017.

SHLEIFER, A.; VISHNY, R. W. **A Survey of Corporate Governance.** *The Journal of Finance*, v. 52, n. 2, p. 737–783, 1997.

SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações: Uma investigação sobre a Natureza e as Causas da Riqueza das Nações.** São Paulo: Madras, 2018.

SILVA, F. D. **Implantação Da Lei Nº 13.303/16 De Governança Corporativa: Um Estudo Do Impacto No Desempenho Das Empresas Estatais.** [s.l.] Fundação Getúlio Vargas, 2018.

TEIXEIRA, O. F. **Fundos Especializados Versus Fundos Diversificados: Análise De Desempenho Dos Fundos De Investimento Imobiliários No Brasil (2011 - 2018).** [s.l.] Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2019.

**GESTÃO DE CONHECIMENTO COMO SUPORTE NA CONSTRUÇÃO DE DIRETRIZES NO
CONTEXTO DAS ORGANIZAÇÕES HOSPITALARES: UMA ANÁLISE PRELIMINAR**

*KNOWLEDGE MANAGEMENT AS A SUPPORT IN THE CONSTRUCTION OF GUIDELINES IN THE
CONTEXT OF HOSPITAL ORGANIZATIONS: A PRELIMINARY ANALYSIS*

Área temática: Gestão Organizacional e Empreendedorismo

CRUZ, Laissa Pezenato
Universidade de Marília (Unimar)
Graduanda em Administração
Bolsista do Programa Institucional de Iniciação Científica (PIIC) da Universidade de Marília
pezenattolaissa@gmail.com

JORGE, Carlos Francisco Bitencourt
Universidade de Marília (Unimar)
Universidade Estadual Paulista (Unesp)
Doutor em Ciência da Informação
bitencourt@gmail.com

CAZANE, Ana Lúvia
Universidade de Marília (Unimar)
Universidade Estadual Paulista (Unesp)
Doutoranda em Ciência da Informação
al.cazane@unesp.br

CARDOSO, Francisca Miquelle Siqueira
Universidade Estadual Paulista (Unesp)
Mestranda em Ciência da Informação
miquellescardoso@gmail.com

Resumo

A Gestão do Conhecimento (GC) se faz cada vez mais presente nas organizações de maneira geral, e esta realidade encontra-se também nas empresas da área da saúde, em conjunto com a inovação que faz parte dessa transformação, aprimorando os processos da gestão organizacional hospitalar, trazendo a criação e compartilhamento de informações, metas e indicadores e contribuindo ao fluxo de informações no trabalho, trazendo melhorias e garantindo qualidade. Assim, o presente trabalho aborda a questão da GC para as organizações do setor hospitalar, explorando os conceitos relacionados à GC no contexto organizacional, sua importância, contribuições e atividades para implantação nas empresas. Por meio de um levantamento bibliográfico, aborda a questão das organizações hospitalares e as características de sua gestão, falando sobre o posicionamento da saúde e hospitais, sua complexidade, comportamento das informações e conhecimentos e componentes da GC nos serviços de saúde. A partir dos resultados da pesquisa bibliográfica, é realizada uma abordagem sobre a interação e importância da GC para a gestão hospitalar, é demonstrado como ela pode ser utilizada de forma estratégica, propondo diretrizes para utilização, aproveitamento, geração, compartilhamento e aplicação dos conhecimentos desenvolvidos. Assim, acredita-se que a pesquisa pode contribuir com o aprimoramento da gestão hospitalar, pois a implantação da GC nas organizações tem influência comprovada, trazendo ganhos e impactando diretamente nos resultados obtidos, sendo as diretrizes propostas o início de um trabalho para a efetiva implantação das atividades de GC nos ambientes hospitalares.

Palavras-chave: Gestão Hospitalar, Gestão do Conhecimento, Aspectos influenciadores na saúde.

Abstract

The Knowledge Management (KM) is increasingly present in organizations in general, and this reality is also found in healthcare companies, together with the innovation that is part of this transformation, improving organizational management processes hospital, bringing the creation and sharing of information, goals and indicators and contributing to the flow of information at work, bringing improvements and ensuring quality. Thus, this paper addresses the issue of KM for organizations in the hospital sector, exploring the concepts related to KM in the organizational context, its importance, contributions and activities for implementation in companies. Through a literature review, it addresses the issue of hospital organizations and the characteristics of their management, talking about the positioning of health and hospitals, their complexity, behavior of information and knowledge and components of KM in health services. From the results of the bibliographic research, an approach is made on the interaction and importance of KM for hospital management, it is demonstrated how it can be used strategically, proposing guidelines for the use, exploitation, generation, sharing and application of the developed knowledge. Thus, it is believed that research can contribute to the improvement of hospital management, as the implementation of KM in organizations has proven influence, bringing gains and directly impacting the results obtained, and the proposed guidelines are the beginning of work for the effective implementation of CG activities in hospital environments.

Keywords: Hospital management; Knowledge management; Influencing aspects of health.

1 INTRODUÇÃO

À medida que as novas tecnologias penetram horizontalmente os mais variados domínios da experiência humana, o fenômeno da informação vem ganhando relevância crescente na sociedade contemporânea (ILHARCO, 2003).

Segundo Wiig (1993), o conhecimento é cada vez mais reconhecido como a base do sucesso de todas as empresas. É o agente que gera visões, o ingrediente que impulsiona o raciocínio das pessoas e a capacidade de levar a um comportamento inteligente. O conhecimento é o fator que cria valor para a organização e é considerado o ativo mais valioso que uma organização possui. Além disso, o conhecimento mais do que nunca fornece a vantagem competitiva, dessa maneira, a gestão do conhecimento é considerada por muitos como crítica para a competitividade e sobrevivência das empresas.

Corroborando com este pensamento, Takeuchi e Nonaka (2008) destacam que em uma economia onde a única certeza é a incerteza, a fonte certa de vantagem competitiva duradoura é o conhecimento. Quando os mercados se transformam, as tecnologias proliferam, os competidores multiplicam-se e os produtos tornam-se obsoletos quase do dia para a noite, as empresas bem-sucedidas são aquelas que criam de modo consistente novos conhecimentos, disseminam-no amplamente pela organização e o incorporam rapidamente em novas tecnologias e produtos.

Dessa maneira, a Gestão do Conhecimento (GC) é um meio de ter uma vantagem competitiva, para promover estratégias na área do conhecimento com diferentes visões e abordagens. A GC é um dos fatores principais nas organizações da área da saúde, sendo uma gestão de um contexto específico, trazendo uma construção no sentido de tomada de decisões, qualidades, inovação e criação e compartilhamento de conhecimento.

As organizações hospitalares possuem um cenário específico, segundo os autores Porter e Teisberg (2009, p.19), as organizações de saúde apresentam uma “combinação de altos custos e qualidade insatisfatória, gerando ansiedade e insatisfação em todos os participantes”, isso acaba afetando todos os setores da área clínica, como médicos, enfermagem, fornecedores, administração e convênios.

Na área da saúde, assim como nas demais áreas da sociedade atual, a tecnologia cada vez mais ocupa um espaço de relevância, facilitando cada vez mais o processo de informações. A compreensão de uma organização hospitalar amplia o uso de práticas gerenciais e convencionais no paradigma industrial, devendo ter cautela para replicar esses modelos no setor da saúde, a implementação do conhecimento é um processo de criação, tomada de decisões, criando perspectiva de valores pessoais. As pesquisas sobre a gestão do conhecimento em saúde têm abordado principalmente três dimensões: a natureza do conhecimento, as ferramentas e iniciativas de gestão do conhecimento e o estudo das barreiras para a adoção de práticas relacionadas à sua gestão (NICOLINI et al., 2008).

No contexto da administração hospitalar, é usado uma abordagem multidisciplinar e integrativa, mostrando e integrando um paralelo entre uma observação idealizada e uma teoria para a gestão do

corpo clínico, assim como as particularidades relacionadas nesse contexto, uma organização apresenta prestações de serviços, realizado por profissionais especializados na área do conhecimento, em um processo dinâmico construído por interação, sendo influenciado por uma capacidade absorviva para a criação de conhecimentos. A capacidade absorviva pode ser conceituada como um fator antecedente e, como tal, uma capacidade dinâmica para incrementar e desenvolver o conhecimento organizacional (VOLBERDA; FOSS; LYLES, 2010).

A maneira como os usuários lidam com a informação, ou seja, a manipulam, afeta diretamente a qualidade do fluxo informacional dentro das organizações. A informação, quando transformada em conhecimento, é um ativo da empresa e se torna um recurso para garantir o crescimento das instituições (BEAL, 2004). Dessa maneira, este artigo possui como objetivo explorar a GC como suporte na construção de diretrizes no contexto das organizações hospitalares.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Gestão do Conhecimento no contexto das Organizações

A Gestão do Conhecimento ganha cada vez mais destaque nas pesquisas e no mercado, seu impacto nas organizações possui caráter estratégico, influenciando diretamente na vantagem competitiva e na eficiência de empresas e cadeias.

Segundo Wiig (1993), o conhecimento interfere diretamente nos ambientes de negócios, sendo cada vez mais reconhecido como a base do sucesso de todas as empresas. O conhecimento é o agente que gera visões, o ingrediente que impulsiona o raciocínio das pessoas. Para o autor, o conhecimento ainda é o fator que cria valor para a organização e é considerado o ativo mais valioso que uma organização possui. Além disso, o conhecimento mais do que nunca fornece a vantagem competitiva, dessa maneira, a gestão do conhecimento é considerada por muitos como essencial para a competitividade e sobrevivência das empresas.

Além disso, de acordo com Choo (2003), o conhecimento estratégico de qualquer organização reside em sua capacidade de gerar conhecimentos duradouros, que são construídos ao longo do tempo. Essa capacidade resulta da qualidade da rede interna de pessoal, habilidades, comunicações, recursos de informação e normas culturais, assim como da qualidade da rede externa de relacionamentos com clientes, fornecedores, distribuidores, fontes de informação e outros associados.

Neste ponto da discussão convém assinalar que apesar dos termos —informação” e —conhecimento” serem, com frequência, usados intercambiavelmente, os autores Nonaka e Takeuchi (2008) destacam que existe uma nítida distinção entre a informação e o conhecimento. Assim, [...] a informação é um meio necessário ou material para extrair e construir o conhecimento. O conhecimento é identificado com a crença produzida (ou sustentada) pela informação (NONAKA; TAKEUCHI, p.44, 2008).

Dessa maneira, a informação é um componente essencial em qualquer organização ou sociedade, uma vez que o desenvolvimento está diretamente relacionado ao conhecimento. Segundo Choo (2003), na visão organizacional, a informação é um componente intrínseco de quase tudo que uma organização faz. Sem uma clara compreensão dos processos organizacionais e humanos pelos quais a informação se transforma em percepção, conhecimento e ação, as empresas não são capazes de perceber a importância de suas fontes e tecnologias de informação.

Desse modo, infere-se que a informação também é um processo que modifica estruturas, que pode ser assimilada e internalizada e é imprescindível para o desenvolvimento das organizações, pois o indivíduo precisa ter consciência acerca do que sabe (MORIN, 1999).

Nonaka e Takeuchi (2008) apontam também que tanto a informação quanto o conhecimento são específicos ao contexto e relacionais por dependerem da situação, sendo criados dinamicamente na interação social entre as pessoas.

Dessa maneira, como empresas geradoras de conhecimento, as organizações podem ser vistas como repositórios de capacidades que resultam do fato de o conhecimento dos indivíduos e grupos da organização ter ganhado forma e coerência por meio de relacionamentos, processos e ferramentas que definem a organização (CHOO, 2003).

A grande complexidade relacionada à gestão do conhecimento, tão importante para as organizações, está no seu tratamento dado por dois componentes diferentes. Choo (2003) evidencia que a construção do conhecimento é conseguida quando se reconhece o relacionamento sinérgico entre o conhecimento tácito e o conhecimento explícito dentro de uma organização para que desse processo resultem novos conhecimentos e novas capacidades organizacionais.

Neste contexto vale ressaltar que o conhecimento tácito é diferente do conhecimento explícito. O conhecimento explícito é formal, fácil de transmitir entre indivíduos e grupos e pode ser usado diretamente pois frequentemente é codificado em documentos, procedimentos, fórmulas matemáticas, regras, especificações. Portanto pode ser compartilhado, acumulado, comunicado e analisado (CHOO, 2003; WIIG, 1993).

Este tipo de conhecimento pode se basear em objetos ou regras. O conhecimento baseia-se no objeto quando é codificado em séries de símbolos (palavras, números, fórmulas) ou em objetos físicos (equipamentos, documentos, modelos). O conhecimento baseado em objetos pode ser encontrado, por exemplo, em especificações de produtos, patentes, código de software, banco de dados de computador, desenhos técnicos, protótipos, fotografias e outros. O conhecimento explícito é baseado em regras quando é codificado em normas, rotinas ou procedimentos operacionais-padrão (CHOO, 2003). Explícito o conhecimento desempenha papéis extremamente importantes dentro das organizações, estando disponível para contato direto (WIIG, 1993).

Por outro lado, o conhecimento tácito é o conhecimento pessoal, difícil de formalizar, compartilhar e comunicar com outras pessoas (WIIG, 1993; CHOO, 2003).

Dessa maneira, Wiig (1993) afirma que muito dele é profundamente automatizado, internalizado, e embutido em nosso inconsciente e é usado sem consciência explícita e compreensão de a pessoa que o possui. O conhecimento pessoal existe em todos os detalhes - é a essência do conhecimento. O autor ainda explica que o conhecimento tácito consiste no que aprendemos tão bem que o rotinizamos como conhecimento automático. Uma vez que somos "muito bons" em o que fazemos, nossas rotinas de trabalho são altamente personalizadas e muitas vezes incluem inovações criativas que nos torna altamente proficientes (WIIG, 1993).

De forma complementar Choo (2003) explica que o conhecimento tácito é constituído do *know-how* subjetivo, dos *insights* e intuições que uma pessoa tem depois de estar imersa numa atividade por um longo período de tempo. Por outro lado, Choo (2003) justifica que embora o conhecimento tácito seja um recurso pessoal, os pesquisadores descobriram que equipes e até mesmo organizações inteiras podem possuir um conhecimento que tem as características de conhecimento tácito, ou seja, que é difícil de documentar, mas está espalhado entre muitos atores que interagem uns com outros e com as dimensões físicas, culturais e sociais de seu serviço e do ambiente organizacional.

Em grupos, o conhecimento tácito existe nas diferentes práticas e relações que emergem do trabalho realizado junto o tempo todo, dessa maneira, o conhecimento de equipe reside nos relacionamentos que aproximam um grupo de indivíduos, a realização coordenada de várias tarefas e o uso de uma variedade de ferramentas. Especificamente, cada membro da equipe possui conhecimento parcial, mas complementar. Portanto, somente trabalhando em conjunto, como um todo, a equipe detém todo o corpo de conhecimentos. Além disso, os membros de equipes de sucesso sabem trabalhar em grupo. Eles têm uma compreensão tácita de como as pessoas do grupo podem trabalhar juntas com os recursos de que dispõem para realizar determinadas tarefas (CHOO, 2003).

Neste contexto, Takeuchi e Nonaka (2008) ressaltam que o conhecimento não é explícito ou tácito. O conhecimento é tanto explícito quanto tácito. O conhecimento é inerentemente paradoxal, pois é formado do que aparenta ser dois opostos.

Os dois tipos de conhecimento são complementares. Enquanto permanece guardado como *know-how* pessoal, o conhecimento tácito tem pouco valor para a organização. Por outro lado, o conhecimento explícito não surge espontaneamente, mas precisa ser cultivado a partir das sementes do conhecimento tácito. As organizações precisam aprender a converter o conhecimento tácito, pessoal, em conhecimento explícito, capaz de promover a inovação e o desenvolvimento de novos produtos (CHOO, 2003).

Concordando com isso, Nonaka e Takeuchi (2008) afirmam que a criação do conhecimento organizacional é uma interação contínua e dinâmica entre o conhecimento tácito e o explícito.

Ambos os conhecimentos são interdependentes. Numa organização, o exercício de uma forma de conhecimento quase sempre requer a presença e utilização da outra forma. Assim, o exercício do conhecimento tácito geralmente faz referências a planos ou projetos, implica o manuseio de ferramentas e equipamentos e envolve conversas com outras pessoas, que corporificam vários níveis de conhecimento explícito (CHOO, 2003). Por outro lado, a aplicação do conhecimento explícito geralmente requer indivíduos capazes de interpretar, elaborar, demonstrar ou comprovar o conhecimento formal em relação a um determinado problema.

Neste contexto vale destacar que para que os conhecimentos possam ser compartilhados e construídos é fundamental realizar a sua gestão, sendo necessário compreender as principais atividades na gestão do conhecimento enquanto processo, em especial no contexto da gestão hospitalar.

Assim, a gestão do conhecimento em seu sentido mais amplo, é uma estrutura conceitual que abrange todas as atividades e perspectivas necessárias para obter uma visão geral, lidar e beneficiar-se dos ativos de conhecimento da organização. Ela identifica e prioriza as áreas de conhecimento que requerem atenção da administração de maneira a conduzir as atividades necessárias para alcançar os resultados desejados (WIIG, 1993).

Valentim (2004, documento eletrônico não paginado) explica que a GC é uma gestão integrada voltada aos fluxos informais da organização, bem como desenvolve ações direcionadas ao compartilhamento e socialização do conhecimento. A autora destaca dez atividades de GC:

- a) Identificar necessidades/demandas de conhecimento;
- b) Mapear e reconhecer fluxos informais (redes);
- c) Desenvolver a cultura organizacional positiva em relação ao compartilhamento/socialização de conhecimento;
- d) Proporcionar a comunicação informacional de forma eficiente, utilizando tecnologias de informação e comunicação;
- e) Criar espaços criativos dentro da organização;
- f) Desenvolver competências e habilidades voltadas ao negócio da organização;
- g) Criar mecanismos de captação e sistematização de conhecimento, gerado por diferentes pessoas da organização;
- h) Desenvolver e implantar sistemas de diferentes naturezas, visando o compartilhamento e uso de conhecimento;
- i) Elaborar e implantar normatizações visando à sistematização do conhecimento gerado internamente;
- j) Retroalimentar o ciclo.

Enquanto recurso organizacional, toda essa GC ocorre no momento em que as organizações de diferentes segmentos e atuações passam a perceber o conhecimento [...] como uma nova mercadoria e uma moeda potencial para explicar a nova teoria econômica e estimular os motores econômicos de muitas nações” (Sutton, 2007, p.287).

No contexto da gestão hospitalar, o processo de GC contribui para o fluxo informacional de trabalho, mostrando melhorias na rotina e garantindo qualidade, gerado no âmbito hospitalar.

A tecnologia anda de mãos dadas com GC, contribuindo na área assistencial, mapeando os fluxos informacionais e que possa identificar falhas e indicar ações de melhoria e atender as devidas necessidades na área hospitalar, fazendo o uso dessas informações com essas estratégias.

As organizações hospitalares têm a missão de assumir responsabilidades sociais com a comunidade, se preocupando com a qualidade de vida, atendendo valores básicos e objetivos da sociedade na qual são inseridas, porém, a área hospitalar em analogia com uma organização empresarial, possui os mesmos desafios relacionados a área administrativa, receitas, despesas, responsabilidades trabalhistas e entre outros problemas que ocorrem em qualquer tipo de organização/empresa.

De modo geral, o objeto social de uma empresa hospitalar é pautado pelos fundadores que tem sobre a especialidade a ser pesquisada. Portanto, a implicação é específica para a prestação de serviços, mostrando os aspectos gerenciais, são classificadas como instituições de caridade, que precisam de estratégias do ambiente econômico atual, e lidar com os aspectos do ambiente interno, implementar GC, como processo, contribui para a informação e o fluxo de trabalho, permitindo melhorias e garantir qualidade, bem como institucionalizar as informações, seja de do modo operacional, tático ou estratégico, facilitando assim, as tomadas de decisões e cuidando do ambiente interno, assume relevância a sua gestão.

A área administrativa, dentro dos hospitais é a área onde todos os recursos estratégicos estão localizados, necessita ser bem estruturada para os demais processos possam fluir pela organização, a tecnologia e os Sistemas de Informações muitas vezes são direcionados ao setor assistencial, não contribuindo a ações administrativas, que apoiam a missão final. As instituições enfrentam um grande desafio no qual diz a respeito ao volume de informações, pois geram valores importante, sendo processos burocráticos e muitas situações é necessário passar por várias áreas da instituição, bem

como o mapeamento dos fluxos informacionais e de trabalho e assim, possa identificar falhas e indicar ações para melhorar as necessidades, fazendo o uso correto das estratégias como processo organizacional.

A GC faz parte cada vez mais das estratégias das organizações hospitalares, o profissional dessa área vem percebendo a importância de valorizar, gerenciar o conhecimento onde se trabalha, onde acaba envolvendo relações humanas e o processo de comunicação, trazendo vantagens sustentáveis, desenvolver soluções com o conjunto de tecnologia de informação é capturar o conhecimento tácito dos profissionais experientes, sendo um dos pontos mais explorados.

Usar GC como forma de recursos para apoio de tomada de decisões está sendo uma das abordagens para a caracterização do estado de ferramentas e técnicas em decisão clínica, com isso recursos organizacionais, tecnológicos exigidos para o desenvolvimento de competências, sendo: atitudes e valores, habilidades, dirigir e controlar GC na organização, fazendo a área hospitalar ter um maior domínio em suas tarefas no dia a dia, pois contará com um fator de conhecimento gerado pela organização.

2.2. Organização Hospitalares na perspectiva de sua Gestão

A OMS – Organização Mundial da Saúde em sua constituição definiu saúde como “[...] um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não apenas a ausência de doenças ou enfermidades.” (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 1946, p.1, tradução nossa), 75 anos depois esta definição continua sendo utilizada e demonstra o caráter complexo e abrangente da saúde para as pessoas e organizações, sejam elas públicas ou privadas.

Nesta perspectiva, Camelo (2019) aborda a abrangência da saúde e o papel dos hospitais, pois a promoção de saúde está além do ser humano individualmente e do aspecto biológico, envolvendo a comunidade que este indivíduo habita e suas questões sociais, econômicas, ambientais, políticas, geográficas, religiosas, entre outras. A evolução da medicina e do tratamento de doenças demonstraram a necessidade de uma visão holística sobre a saúde. As experiências vividas historicamente demonstraram também que, assim como o conhecimento humano evolui, também as doenças e bactérias ganham resistência a medicamentos e tratamentos e por vezes assumem novas configurações. Este conhecimento acumulado demonstrou a necessidade de cuidados com saneamento, prevenção de infecções e epidemias, educação das pessoas, investimentos em pesquisa e desenvolvimento e organização dos serviços médicos desde postos de saúde a hospitais de alta complexidade.

O sistema de saúde brasileiro está organizado em duas esferas, o SUS – Sistema Único de Saúde, previsto na Constituição e regulamentado por uma série de leis complementares, além da saúde suplementar. Teoricamente, o SUS deveria suprir as necessidades básicas de saúde de todos os cidadãos brasileiros e a saúde suplementar oferecer serviços de saúde complementares ao SUS, porém na prática os dois sistemas não possuem vínculos e são interdependentes. Por suas características o segmento da saúde é altamente regulamentado, tendo o Estado uma atuação intervencionista nas esferas federal, estadual e municipal. É importante para os hospitais o conhecimento dos conceitos básicos desta estrutura, para dessa forma ter um planejamento e posicionamento estratégico viável (SALU, 2018).

O hospital, dentro do esquema moderno de funcionamento dos sistemas de saúde, é o centro de referência que recebe pacientes cujos problemas não foram resolvidos em outros setores. A missão principal do hospital é direcionada à recuperação da saúde, utilizando todos os esforços administrativos, técnico-científicos e de pesquisa, sob a responsabilidade de uma equipe adequadamente preparada e selecionada. (MALAGÓN-LONDOÑO, VALVERDE, LONDOÑO, 2018, p.3).

Percebe-se dessa forma a complexidade envolvida na gestão de serviços hospitalares. Nesse cenário, Camelo (2019) destaca alguns aspectos, relacionados no quadro 1:

Quadro 1: Aspectos influenciadores em serviços em saúde

Elemento	Características
Demografia	Relacionado ao estudo da população a partir de dados quantitativos como natalidade, fecundidade, mortalidade, envelhecimento, movimentos migratórios, caracterizando-a em determinado período.
Perfil Epidemiológico	Originalmente voltada ao estudo de epidemias, tem papel importante nos

	serviços hospitalares pois estes colaboram para a redução de mortalidade por doenças infectocontagiosas, assim como tratamento de enfermidades crônico-degenerativas que se mostram crescentes. Volta-se também ao tratamento de doenças consideradas superadas, novas enfermidades, bactérias ultrarresistentes que exigem serviços cada vez mais complexos e especializados.
Recursos Humanos	Engloba todos os profissionais do setor, destacando a importância da multidisciplinaridade e a necessidades de diferentes saberes em uma unidade hospitalar.
Tecnologia	Correspondente à criação, aperfeiçoamento e desenvolvimento de tratamentos, equipamentos e medicamentos, não somente substituindo o antigo como também o aperfeiçoando. Necessário também uma análise sobre o emprego da tecnologia para efetivamente alcançar resultados satisfatórios em detrimento de resultados financeiros ao mercado, para assim manter a acessibilidade destes serviços com o uso de tecnologias de ponta.
Custo	Ponto imprescindível e complexo dentro da gestão hospitalar, pois a saúde tem um alto custo, englobando diversas variáveis: profissionais capacitados, equipamentos, medicamentos, infraestrutura, serviços complementares como alimentação, hotelaria, transporte, entre outros, fazem com que os custos de serviços de saúde estejam acima da média de outros serviços oferecidos no mercado.
Legislação e papel do cidadão	Diz respeito à sua participação e busca pela garantia de direitos, pela atuação não só da sociedade civil, mas também do executivo e judiciário, garantindo diálogo e presença cidadã. Quando esta participação é efetiva, resulta em uma legislação e regulamentação sobre importantes pontos como equilíbrio na interferência do Estado, organização dos sistemas de saúde, oferta de produtos e serviços integrando a economia do país, equilibrando a pressão sobre custos do setor, aumento de preços e reajustes controlados.
Equidade	Garantia de acesso aos serviços hospitalares sem distinções para todas as pessoas que os procurem. Visa também propor diferentes soluções para diferentes necessidades, tendo em vista que nem sempre o organismo humano reage da mesma forma e enfermidades e tratamentos, precisando algumas vezes de cuidados específicos.
Centralização e Regionalização	Aspectos que afetam o cenário nacional, uma vez que unidades hospitalares tendem a se concentrar em centralidades, podendo deixar populações mais distantes sem acesso aos serviços ou com problemas e dificuldades de locomoção. A regionalização faz com que hospitais, principalmente os especializados, sejam atingidos pelo excesso de demanda, nem sempre tendo os recursos e suprimentos necessários para prestar um serviço de qualidade, aumentando assim filas de espera.
Oferta de leitos	Aqui o desafio é equilibrar a oferta com as necessidades das localidades onde os serviços hospitalares estão inseridos, equilibrando tempo de internação e tratamento, modalidade de leitos, além do impacto da centralização e regionalização. Cuidados médicos pautados mais na medicalização e intervenção que no cuidado integrativo também interferem nesta equação.

Fonte: elaborado pelos autores a partir de Camelo (2019).

Dentro do ambiente hospitalar, da admissão do paciente até sua alta, o paciente passa por uma série de processos e etapas, onde os profissionais de saúde ocupam posição estratégica e primordial na condução destas ações. Por isso, a gestão de pessoas tem importância central, fornecendo capacitação e garantindo que os profissionais envolvidos estão utilizando seus conhecimentos e habilidades e ética da melhor forma possível. A disponibilidade de recursos físicos e materiais para a execução dos serviços e procedimentos também configura etapa essencial, que deve ter atenção dos gestores. (MALAGÓN-LONDOÑO, VALVERDE, LONDOÑO, 2018)

Percebe-se que estes são alguns dos aspectos que influenciam a dinâmica e gestão de serviços de saúde, independentemente de serem de origem pública ou privada. A grande quantidade de variáveis que um serviço de saúde influencia e é influenciada mostra a complexidade desse tipo de organização.

Esta complexidade aparece também nos dados, informações e conhecimentos relacionados aos serviços de saúde, resultante do desenvolvimento de diversas atividades e procedimentos de forma sequencial, que transformam dados em informações. É evidente a importância das informações e sua utilidade para a gestão, servindo de ferramenta para alcance dos objetivos da instituição e tomada de decisões. O correto registro destes dados e sua qualidade são fatores imprescindíveis para este processo, pois serão os fundamentos para a obtenção de informações úteis e estratégicas. (MALAGÓN-LONDOÑO, VALVERDE, LONDOÑO, 2018)

No caso dos estabelecimentos de saúde, sobretudo nos hospitais, são produzidos diariamente vários dados de diversos tipos – assistenciais, administrativos, econômicos, entre outros – para diferentes usos: clínicos, gerenciais, acadêmicos (docência e pesquisa) e jurídicos. Em muitos casos, esses dados devem ser combinados para os diversos usos mencionados. Em geral, a partir do primeiro contato dos usuários ou dos pacientes com as instituições hospitalares tem início a geração de dados, cuja quantidade variará de acordo com o fluxo seguido pelos pacientes no processo assistencial nas diferentes unidades de cuidado hospitalar. Em outras palavras, o fluxo dos dados e das informações segue o fluxo dos pacientes, os quais se associam a outro fluxo também de grande relevância: o dos recursos, sobretudo os econômicos. (MALAGÓN-LONDOÑO, VALVERDE, LONDOÑO, 2018, p.319).

Camelo (2019, p.48) evidencia a importância do conhecimento para os hospitais e a gestão hospitalar ao afirmar que:

[...] o entendimento dos hospitais também como organizações do conhecimento revela a complexidade organizacional e as diferenças fundamentais que distinguem as organizações do conhecimento de outras instituições na sociedade que pertencem ao mesmo âmbito de desempenho, no caso, a saúde. O hospital pensado desde a perspectiva de um centro de pesquisa e conhecimento, pautado no capital humano, pode construir um modelo organizacional capaz de proporcionar para toda a equipe médico-profissional um espaço para o avanço e desenvolvimento de práticas cada vez mais voltadas para a satisfação do cliente e para sanar suas necessidades do modo mais eficiente possível.

As organizações do setor da saúde podem aproveitar o fluxo intenso de informações e conhecimentos de forma estratégica em sua gestão, por meio de um processo contínuo de captura e compartilhamento de suas experiências, que ocorrem em toda sua cadeia de valor. Esta premissa pode impulsionar os resultados e proporcionar diferenciação para as entidades de alta complexidade hospitalar. (GONÇALO, BORGES, 2010)

Guptill (2005, tradução nossa) define 5 componentes principais da gestão do conhecimento aplicadas em sistemas de saúde: comunidades de prática, gestão de conteúdo, transferência de conhecimento e capacidades, rastreamento de resultados de desempenho e tecnologia e infraestrutura de apoio. As comunidades de prática consideram as experiências e lições aprendidas durante os processos em conjunto com a colaboração entre pessoas com os mesmos interesses ou problemas em comum. Em gestão de conteúdo é proposta a criação de um repositório ou biblioteca para o registro e centralização das informações e conhecimentos da organização, com o objetivo de facilitar seu acesso e intercâmbio. A transferência de conhecimento na organização tem o objetivo de estimular inovações, melhorar processos operacionais e cuidados com os pacientes, e efetivamente se concretiza quando resulta em mudanças no comportamento das pessoas envolvidas, estando diretamente conectado com o aprendizado e desenvolvimento de habilidades. No rastreamento de resultados de desempenho busca-se acompanhar métricas que demonstrem o alcance dos mesmos, podendo ser indicadores que demonstrem o alcance das metas estabelecidas, métricas relacionadas aos processos de GC e relacionados à satisfação interna e externa. Por fim, a tecnologia e infraestrutura são utilizadas como ferramentas de apoio e facilitadoras da GC, simplificando a colaboração, facilitando o acesso à informação e fornecendo uma base para a publicação e utilização dos conteúdos produzidos pela organização.

Por fim, evidencia-se que a GC possui um vasto campo de aplicação na área da saúde, no entanto, não se trata de uma simples solução, aplicável no curto prazo, mas sim uma estratégia de longo prazo e sustentável, com implicações na cultura dos hospitais, trazendo transparência, colaboração e proatividade e criando um sistema com maior eficiência financeira, redução de erros e mais responsável (GUPTILL, 2005, tradução nossa).

2.3. O Conhecimento e a sua gestão como ferramenta na construção de diretrizes para Organização Hospitalares

A gestão hospitalar consiste no melhor aproveitamento dos recursos dentro de um cenário complexo como é as organizações da saúde. Camelo (2019) aponta aspectos que interferem de maneira substancial na gestão dessas organizações. Essas organizações precisam lidar com a construção de diretrizes capazes de proporcionar um melhor aproveitamento dos recursos e processos internos.

Nesse sentido, o conhecimento passa ser importante recurso, uma vez que ele proporciona importantes *insights* para as organizações que realizam a sua gestão. Reforçando a importância desse recurso, Jorge et al (2021, p. 2150041-5, tradução nossa) menciona que —O conhecimento organizacional ganhou status como um dos principais recursos das organizações—. Os autores ainda mencionam a mutabilidade do conhecimento, afirmando que o conhecimento como recurso

[...] sofre mudanças, e o mesmo conhecimento pode ser usado em diferentes processos. O conhecimento é construído, modificado e utilizado nos ambientes interno e externo, e estes são circundados por componentes que se relacionam e se modificam a todo o tempo, ou seja, movimentos movidos pela complexidade (JORGE et al, p. 2150041-9, tradução nossa).

Essa dinamicidade do conhecimento pode ser vista como estratégico na construção das diretrizes para as organizações hospitalares. Ao relacionarmos as necessidades apresentadas pelos aspectos que interferem a gestão hospitalar mencionada por Camelo (2019), observa-se que o conhecimento, quando bem gerido, pode atuar como componente estratégico que proporciona importantes direcionamentos para a organização, conforme pode ser visto no quadro 2:

Quadro 2: Aspectos influenciadores em serviços em saúde frente o conhecimento e seu uso estratégico

Elemento	Características	Conhecimento e seu uso estratégico
Demografia	Relacionado ao estudo da população a partir de dados quantitativos como natalidade, fecundidade, mortalidade, envelhecimento, movimentos migratórios, caracterizando-a em determinado período.	Transformar as informações em conhecimento que vise a construção de estratégias aderentes as possíveis demandas atuais e futuras da sociedade em que a organização hospitalar está inserida.
Perfil Epidemiológico	Originalmente voltada ao estudo de epidemias, tem papel importante nos serviços hospitalares pois estes colaboram para a redução de mortalidade por doenças infectocontagiosas, assim como tratamento de enfermidades crônico-degenerativas que se mostram crescentes. Volta-se também ao tratamento de doenças consideradas superadas, novas enfermidades, bactérias ultrarresistentes que exigem serviços cada vez mais complexos e especializados.	Transformar as informações de hábitos de higiene e rotina da sociedade em que a organização está inserida em conhecimento estratégico visando a construção de ações preventivas das patologias identificadas. Com isso, a organização hospitalar também pode antever recursos materiais e humanos para o atendimento dessas patologias.

XXII ENCONTRO de PESQUISADORES

INTERDISCIPLINARIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

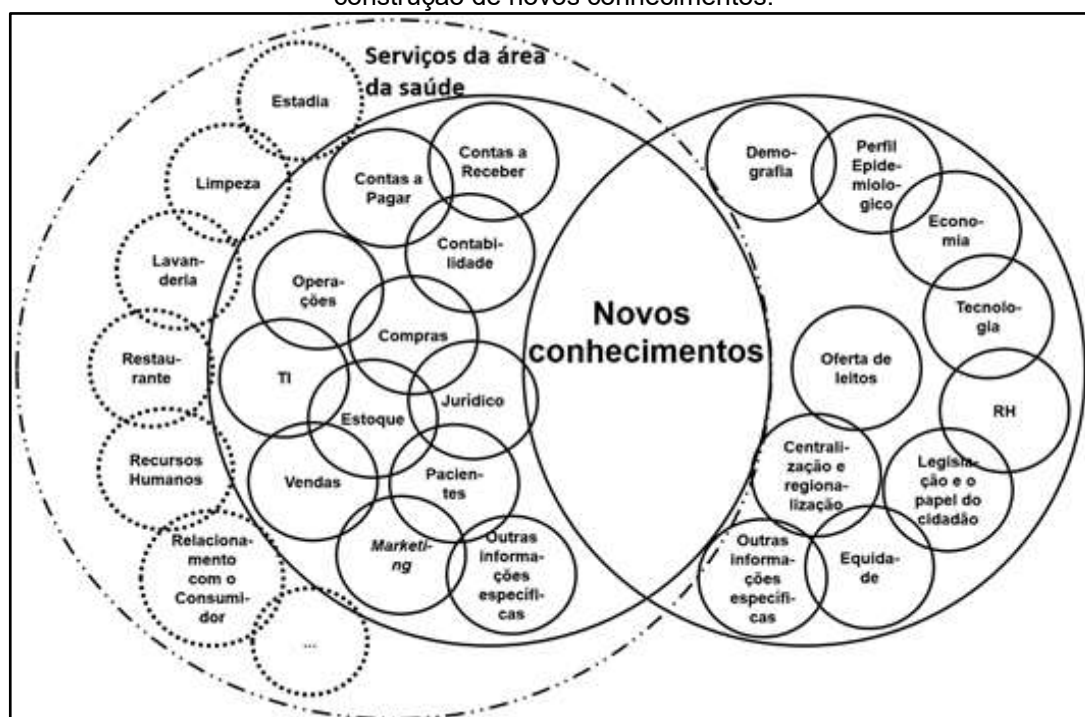
Recursos Humanos	Engloba todos os profissionais do setor, destacando a importância da multidisciplinariedade e a necessidades de diferentes saberes em uma unidade hospitalar.	Em posse dos conhecimentos do perfil demográfico e epidemiológico da sociedade a organização hospitalar passa ser capaz de construir equipes de profissionais de acordo com as demandas geradas, sendo assim assertivo no investimento de recursos humanos.
Tecnologia	Correspondente à criação, aperfeiçoamento e desenvolvimento de tratamentos, equipamentos e medicamentos, não somente substituindo o antigo como também o aperfeiçoando. Necessário também uma análise sobre o emprego da tecnologia para efetivamente alcançar resultados satisfatórios em detrimento de resultados financeiros ao mercado, para assim manter a acessibilidade destes serviços com o uso de tecnologias de ponta.	Ao ter mapeado informações da sociedade e de seus recursos humanos (sendo estes recursos da área da saúde ou não), a organização hospitalar passa ser capaz de construir conhecimentos para tomar decisões alinhando a aquisição (ou não) de tecnologias existentes com as competências de seus recursos humanos.
Custo	Ponto imprescindível e complexo dentro da gestão hospitalar, pois a saúde tem um alto custo, englobando diversas variáveis: profissionais capacitados, equipamentos, medicamentos, infraestrutura, serviços complementares como alimentação, hotelaria, transporte, entre outros, fazem com que os custos de serviços de saúde estejam acima da média de outros serviços oferecidos no mercado.	Informações de custos no contexto das organizações hospitalares geram importantes insumos para construção de conhecimentos visando decisões mais assertivas nos mais variados contextos dessas organizações.
Legislação e papel do cidadão	Diz respeito à sua participação e busca pela garantia de direitos, pela atuação não só da sociedade civil, mas também do executivo e judiciário, garantindo diálogo e presença cidadã. Quando esta participação é efetiva, resulta em uma legislação e regulamentação sobre importantes pontos como equilíbrio na interferência do Estado, organização dos sistemas de saúde, oferta de produtos e serviços integrando a economia do país, equilibrando a pressão sobre custos do setor, aumento de preços e reajustes controlados.	Informações sobre a legislação e o papel do cidadão geram importantes insumos para construção de conhecimentos que auxiliam as organizações hospitalares a tomarem decisões nos mais variados contextos dessas organizações.
Equidade	Garantia de acesso aos serviços hospitalares sem distinções para todas as pessoas que os procurem. Visa também propor diferentes soluções para diferentes necessidades, tendo em vista que nem sempre o organismo humano reage da mesma forma e enfermidades e tratamentos, precisando algumas vezes de cuidados específicos.	O conhecimento sobre a legislação, bem como os seus recursos disponíveis proporcionam a organização gerar equidade aos seus atendidos.

Centralização e Regionalização	Aspectos que afetam o cenário nacional, uma vez que unidades hospitalares tendem a se concentrar em centralidades, podendo deixar populações mais distantes sem acesso aos serviços ou com problemas e dificuldades de locomoção. A regionalização faz com que hospitais, principalmente os especializados, sejam atingidos pelo excesso de demanda, nem sempre tendo os recursos e suprimentos necessários para prestar um serviço de qualidade, aumentando assim filas de espera.	O movimento de centralização e regionalização impacta de maneira importante as organizações hospitalares, dessa maneira, cabe aos gestores construir conhecimentos baseados nas informações sobre demanda e raio de atuação para dotarem de estratégias que visem dar suporte às atividades de sua organização.
Oferta de leitos	Aqui o desafio é equilibrar a oferta com as necessidades das localidades onde os serviços hospitalares estão inseridos, equilibrando tempo de internação e tratamento, modalidade de leitos, além do impacto da centralização e regionalização. Cuidados médicos pautados mais na medicalização e intervenção que no cuidado integrativo também interferem nesta equação.	Informações sobre leitos, aliados aos demais itens, proporcionam interferência direta na construção de conhecimento capaz de integrar as diferentes perspectivas no contexto das organizações hospitalares.

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de Camelo (2019) e Jorge et al (2021).

As organizações hospitalares possuem inúmeras fontes de informações, sendo estas importantes fontes para a construção de conhecimentos que visam gerar estratégias. A figura 1 apresenta uma estrutura básica de uma organização hospitalar:

Figura 1: Organizações da área da saúde, seus serviços e informações e aspectos influenciadores na construção de novos conhecimentos.



Fonte: Desenvolvido pelos autores.

Conforme pode ser observado na figura 1, os serviços na área da saúde são realizados com apoio de outros serviços como estadia, limpeza, lavanderia, restaurante, recursos humanos, relacionamento com o consumidor entre outros, sendo estes serviços geradores de informações o tempo todo. Em paralelo existem os aspectos influenciadores que demandam o uso das informações desses serviços visando a construção de diretrizes para tomada de decisões mais assertivas por parte dessas organizações.

Observa-se que para um melhor uso do conhecimento construído, sugere-se a adoção de um modelo que possibilite a sua gestão enquanto recurso. Nesse sentido, Jorge (2017) apresenta um modelo de com atividades simples para a gestão do conhecimento. Esse modelo apresenta as etapas de Geração do Conhecimento, Compartilhamento do Conhecimento e Aplicação do Conhecimento. A realização das etapas propostas por Jorge (2017) proporciona fundamentos para a construção de importantes estratégias para um melhor uso dos novos conhecimentos gerados.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Realizou-se um levantamento sobre os temas Gestão Hospitalar e Gestão do Conhecimento por meio de pesquisa bibliográfica, tornando assim, a presente pesquisa do tipo exploratória. Gil (2002, p. 44), aponta que, a pesquisa bibliográfica é:

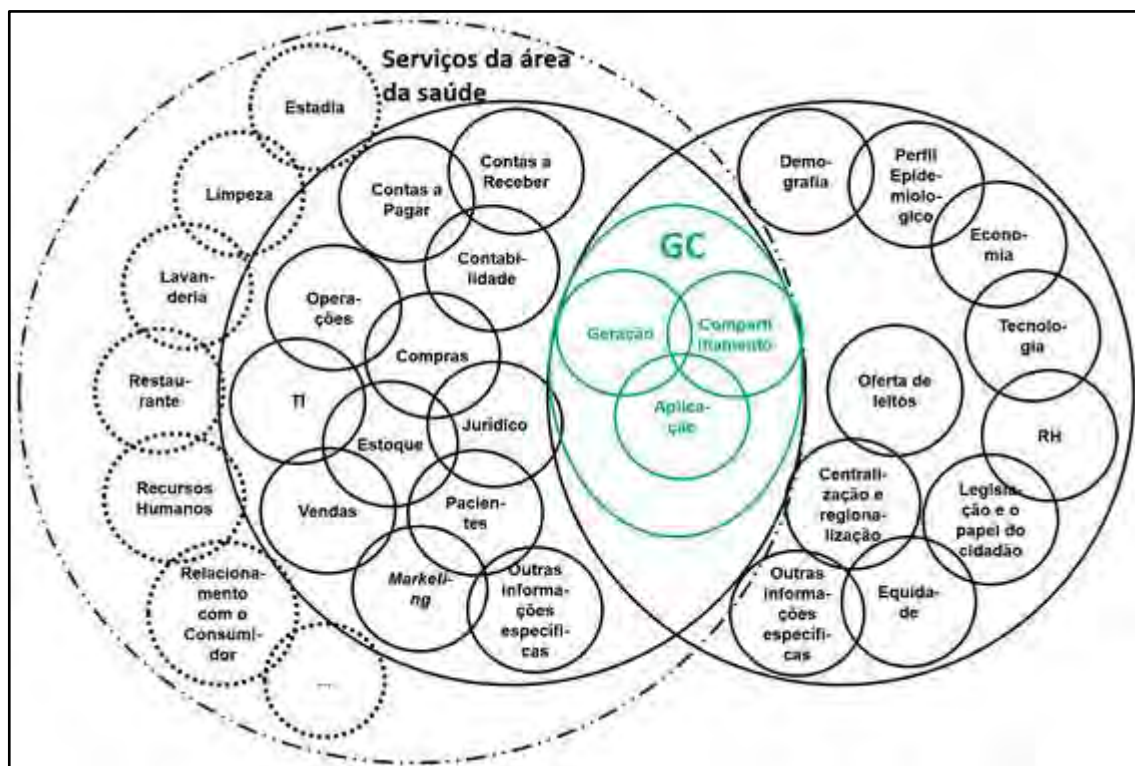
[...] desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho dessa natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas.

O levantamento proporcionou informações sobre os temas citados anteriormente, e posteriormente essas informações foram analisadas e conectadas, e com isso, foi possível construir novas perspectivas na intersecção dos temas. Com isso foi possível construir novas reflexões quanto à importância da gestão do conhecimento enquanto ferramenta na construção de diretrizes para as organizações hospitalares.

4 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

A Gestão do Conhecimento (GC) pode atuar como uma importante ferramenta estratégica para um melhor aproveitamento dos novos conhecimentos gerados ao se considerar os aspectos influenciadores das organizações hospitalares. Dessa maneira, torna-se fundamental a integração das atividades básicas propostas dentro do cenário das organizações hospitalares.

Figura 2: Organizações da área da saúde, seus serviços e informações e aspectos influenciadores e, a geração, compartilhamento e aplicação de novos conhecimentos.



Fonte: Desenvolvido pelos autores.

Ao observarmos a figura 1, é possível identificar as atividades básicas da gestão do conhecimento como diretrizes para um melhor aproveitamento dos conhecimentos construídos. Nesse sentido, recomenda-se os seguintes parâmetros para cada etapa:

Quadro 3: Atividades básicas

Atividades básicas de Gestão do Conhecimento	Diretrizes para as Organizações Hospitalares
Geração de Conhecimento	- Identificar as necessidades de novos conhecimentos no contexto da organização hospitalar; - Identificar informações, dados e pessoas que podem ser fontes desses conhecimentos dentro e fora da organização; - Criar atividades e momentos que permitem combinar as informações, dados e pessoas com o intuito de construir um novo conhecimento; - Tornar o conhecimento construído acessível a todos da organização, nesse sentido, torna-se fundamental registrar o conhecimento construído em suporte reconhecido por todos na organização;
Compartilhamento de Conhecimento	- Encontrar estratégias para que os conhecimentos registrados em suporte reconhecido por todos da organização possa ser compartilhado;
Aplicação de conhecimento	- Criar estratégias para que o conhecimento construído seja aplicado nas diferentes atividades e demandas da organização; após sua aplicação, caso necessário, torna-se importante registrar os resultados de seu uso.

Fonte: Desenvolvido pelos autores.

A presente pesquisa recomenda a implantação das atividades básicas de gestão do conhecimento com o intuito de formalizar as atividades nas organizações hospitalares, e com isso, proporcionar suporte em especial nas tomadas de decisões. Outro ponto que merece atenção consiste na integração de um profissional que atue na construção de estratégias para que as três atividades básicas de GC ocorram de maneira plena independente do contexto de aplicação. Dessa forma, essas organizações passam a ser capazes de construir métodos, ferramentas e estratégias estruturadas que possibilitam um melhor uso do conhecimento construído e com isso proporcionar suporte para mitigar os aspectos influenciadores dessas organizações.

Por fim, se recomenda a construção de novas pesquisas que sejam capazes de trabalhar de maneira aprofundada com outros recursos importantes no contexto do conhecimento, como os dados informação e inteligência nessas organizações. Sugere-se que essas pesquisas sejam aplicadas, e com isso seja possível compreender no campo o comportamento do conhecimento e desses outros recursos. Sendo assim, poderá ser possível a construção de parâmetros práticos voltados para um melhor aproveitamento dos novos conhecimentos, respeitando as suas características enquanto organizações do contexto hospitalar.

REFERÊNCIAS

BEAL, M. F.. Mitochondrial dysfunction and oxidative damage in Alzheimer's and Parkinson's diseases and coenzyme Q 10 as a potential treatment. **Journal of bioenergetics and biomembranes**, v. 36, n. 4, p. 381-386. 2004. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/15377876>. Acesso em 15 out. 2021.

CAMELO, S. H. R. (Org.) **Tópicos Contemporâneos em Gestão Hospitalar**. São Paulo: Pearson, 2019. 157 p.

CHOO, C. W. **A organização do conhecimento**: como as organizações usam a informação para criar significado, construir conhecimento e tomar decisões. São Paulo: Senac, 2003.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GONÇALO, C. R.; BORGES, M. L. Organizações de Saúde Intensivas em Conhecimento: um estudo no contexto de serviços de alta complexidade. **Saúde e Sociedade**, 19(2), p.449-461, jun-2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902010000200020>. Acesso em 18 out. 2021.

ILHARCO, F.. **Filosofia da Informação**: uma introdução à informação como fundação da acção, da comunicação e da decisão. Lisboa: Universidade Católica, 2003.

GUPTILL, J. Knowledge management in health care. **Journal of Health Care Finance**, Nova Iorque, v. 31, n. 3, p. 10-15, 2005. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/16080410/> . Acesso em: 19 out. 2021.

JORGE, C. F. B. et al. Complexity and Knowledge in Organisational Context: Concepts, Approaches, Boundaries and Relations. **Journal of Information & Knowledge Management**, n.4, v.20, 2021a. Disponível em: <https://www.worldscientific.com/doi/pdf/10.1142/S0219649221500416>. Acesso em 05 out. 2021.

JORGE, C. F. B. Análise de fatores críticos na gestão do conhecimento e no processo de inteligência em organizações complexas. 2017. 511f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2017. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/152376>. Acesso em: 15 de jun. 2020.

MALAGÓN-LONDOÑO, G.; LAVERDE, G. P.; LONDOÑO, J. R. **Gestão Hospitalar**: Para uma administração eficaz. 4 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2019. 612 p.

MORIN E. **O método 3: o conhecimento do conhecimento**. Porto Alegre: Sulina, 1999.

NICOLINI, P. et al. Fatores relacionados à prescrição médica de antibióticos em farmácia pública da região Oeste da cidade de São Paulo. **Ciência & Saúde Coletiva [online]**. 2008, v. 13, n. suppl, pp. 689-696. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232008000700018>. Acesso em 15 out. 2021.

NONAKA; I.; TAKEUCHI, H. Teoria da criação do conhecimento organizacional. In: TAKEUCHI, H.; NONAKA, I. **Gestão do conhecimento**. Porto Alegre: Bookman, 2008.

PORTER, M.E; TEISBERG E.O. Repensando a saúde: estratégias para melhorar a qualidade e reduzir os custos. Porto Alegre: Editora Artmed; 2009.

SALU, E. J. **Gestão Comercial Hospitalar**. Série Gestão em Saúde (FGV). Rio de Janeiro: Atheneu, 2018. 207 p.

SUTTON, M.J.D. **Examination of the historical sensemaking processes representing the development of knowledge management programs in universities: Case Studies Associated with an Emergent Discipline**. 2007. 416f. Tese (Doutorado) Philosophy, Faculty of Education, McGill University, Montréal, Québec, Canada. 2007.

TAKEUCHI, H.; NONAKA, I. **Gestão do conhecimento**. Porto Alegre: Bookman, 2008.

VALENTIM, M. L. P. **Gestão da informação e gestão do conhecimento: especificidades e convergências**. Londrina: Infohome, 2004. (Artigo em Web). Disponível em: http://www.ofaj.com.br/colunas_conteudo_print.php?cod=88 . Acesso em: 20 mai. 2021.

VOLBERDA, H.; FOSS, N. J.; LYLES, M. A. PERSPECTIVE—Absorbing the Concept of Absorptive Capacity: How to Realize Its Potential in the Organization Field. **Organization Science** 21(4):931-951. Disponível em: <https://pubsonline.informs.org/doi/abs/10.1287/orsc.1090.0503>. Acesso em 15 out. 2021.

WIIG, K. M. Knowledge Management Foundations: Thinking about Thinking - how People and Organizations Represent, Create, and Use Knowledge. Arlington: Schema Press, 1993.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Constitution of the World Health Organization**. 1946. Disponível em: <https://apps.who.int/gb/bd/PDF/bd47/EN/constitution-en.pdf?ua=1> Acesso em 18 out. 2021.

***GESTÃO DO CONHECIMENTO NA ECONOMIA CIRCULAR E A GERAÇÃO DE INOVAÇÃO
INCLUSIVA***

***KNOWLEDGE MANAGEMENT IN THE CIRCULAR ECONOMY AND THE GENERATION
OF INCLUSIVE INNOVATION***

Desenvolvimento Ambiental/Sustentável

GAZZOLA, Sara Barbosa
Centro Paula Souza
Mestra em Ciência da Informação
sara.barbosa7@etec.sp.gov.br

Resumo

O presente trabalho discute a importância do modelo econômico circular em detrimento do modelo linear que causa impactos negativos para o meio ambiente e para a sociedade. Destaca-se nessa discussão a importância da gestão do conhecimento em viabilizar a transição desses modelos, bem como tornar as ações empresariais mais resilientes e inclusivas. Diante dessa realidade, urge a questão norteadora da pesquisa: qual a inter-relação da economia circular, gestão do conhecimento, inovação inclusiva e os propósitos da Agenda 2030? Essa pesquisa justifica-se pela necessidade de refletir acerca da gestão do conhecimento e a economia linear para gerar inovação inclusiva e contribuir para o alcance dos objetivos e metas da Agenda 2030. O objetivo geral pautou-se em compreender a inter-relação dessas temáticas para alcançar os propósitos da Agenda 2030. Optou-se pela pesquisa bibliográfica de natureza qualitativa para compreensão dos conceitos. Como resultados dessa pesquisa, buscou-se inter-relacionar as temáticas da economia circular, gestão do conhecimento e inovação inclusiva como pressupostos básicos e elementares para o alcance dos propósitos da Agenda 2030. As considerações finais, destacam a necessidade de políticas públicas para o alcance das metas e objetivos da Agenda 2030, pois na atual realidade encontram-se em retrocessos e ameaçadas, e da necessidade das organizações fazerem o uso inteligente da gestão do conhecimento para empreender no modelo econômico circular e gerar inovação inclusiva.

Palavras-chave: Gestão do Conhecimento, Economia Circular, Inovação Inclusiva.

Abstract

This paper discusses the importance of the circular economic model over the linear model that causes negative impacts on the environment and society. This discussion highlights the importance of knowledge management in enabling the transition of these models, as well as making business actions more resilient and inclusive. Given this reality, the research guiding question is urgent: what is the interrelationship of the circular economy, knowledge management, inclusive innovation and the purposes of the 2030 Agenda? This research is justified by the need to reflect on knowledge management and the linear economy to generate inclusive innovation and contribute to achieving the objectives and goals of the 2030 Agenda. The general objective was based on understanding the interrelationship of these themes to achieve the purposes of Agenda 2030. We opted for bibliographic research of a qualitative nature to understand the concepts. As a result of this research, we sought to interrelate the themes of circular economy, knowledge management and inclusive innovation as basic and elementary assumptions for achieving the purposes of the 2030 Agenda. The final considerations highlight the need for public policies to achieve this the goals and objectives of the 2030 Agenda, as in the current reality they are set back and threatened, and the need for organizations to make intelligent use of knowledge management to undertake the circular economic model and generate inclusive innovation.

Keywords: Knowledge Management, Circular Economy, Inclusive Innovation.

1 INTRODUÇÃO

O planeta terra não encontra-se mais em condições de se regenerar devido ao alto nível de consumo e de degradação dos recursos naturais exauridos pelo ser humano (WWF, 2012). Nesse contexto, reflete-se que a economia linear atingiu o máximo de seus limites e precisa ser substituída por uma alternativa que é a economia circular.

A revolução industrial promoveu avanços para a sociedade em relação ao desenvolvimento de novos produtos, serviços e tecnologias e, essas inovações foram se aprimorando com o decorrer dos anos, porém, ressalta-se que a obsolescência programada e o consumismo desenfreado decorrem das práticas da economia linear, que por sua vez extrai os recursos naturais, realiza produção em massa, incentiva o consumo e o descarte incorreto, além de gerar inovação exclusiva para algumas camadas da sociedade.

Já o modelo econômico circular preocupa-se em “fechar o ciclo” e promover a inovação inclusiva, visto que a economia circular vislumbra um crescimento econômico de ciclo contínuo na qual busca a preservação do capital natural, otimizar a produção de recursos e minimizar os riscos sistêmicos (ELLEN MACARTHUR FOUNDATION, 2017).

Nesse contexto, reflete-se que para as organizações migrarem do sistema econômico linear para o modelo econômico circular, a gestão do conhecimento organizacional é primordial para essa transição. Considera-se que as empresas que priorizam a gestão do conhecimento em seus negócios, criam novos saberes que são disseminados por toda organização e dessa forma geram novas tecnologias e soluções (PROBST; RAUB; ROMHARDT, 2007; GONÇALO; BORGES, 2010).

Diante dessa realidade, o presente trabalho tem como questão norteadora: qual a inter-relação da economia circular, gestão do conhecimento, inovação inclusiva e os propósitos da Agenda 2030?

Esse trabalho justifica-se por explicitar a necessidade de se refletir a respeito da atual e real dos propósitos da Agenda 2030 no Brasil, e a necessidade do modelo econômico circular a partir do uso inteligente da gestão do conhecimento na geração da inovação inclusiva.

O objetivo geral pauta-se em compreender as contribuições da gestão do conhecimento para a economia circular e a geração de inovação inclusiva para atingir os propósitos da Agenda 2030. Para tanto, elencou-se como objetivos específicos a definição dos conceitos de economia circular, economia linear, gestão do conhecimento e inovação inclusiva.

Metodologicamente, optou-se pela pesquisa bibliográfica de natureza qualitativa para compreensão dos conceitos.

Como resultados dessa pesquisa, buscou-se inter-relacionar as temáticas da economia circular, gestão do conhecimento e inovação inclusiva como pressupostos básicos e elementares para o alcance dos propósitos da Agenda 2030.

Considera-se, portanto, que no modelo econômico linear os propósitos da Agenda 2030 encontram-se ameaçados pela falta de políticas públicas e pelo fato da gestão do conhecimento organizacional preocupar-se somente com a inovação tradicional, necessitando assim de um modelo circular que promova inovação inclusiva para que possa mudar essa realidade.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 ECONOMIA CIRCULAR

Na década de 70 originou-se a expressão economia circular através de várias linhas de pensamento, porém, essa temática ganhou destaque na década de 90 com a publicação de um estudo desenvolvido por pelo arquiteto americano William McDonough e pelo engenheiro químico alemão Michael Braungart intitulado “*Cradle to cradle*”. A supracitada expressão fez parte do título de um livro-manifesto publicado em 2002 e se tornou a obra mais influente do pensamento ecológico mundial. No Brasil a obra ganhou uma tradução intitulada “*Cradle to Cradle – Criar e reciclar ilimitadamente*”. As ideias “do berço ao berço” criam uma oposição em relação a vida dos produtos que é do “berço ao túmulo” na economia linear (FARIA, 2018; OMETTO; AMARAL; IRITANI, 2018).

O Instituto *Ellen MacArthur Foundation* foi constituído em 2010 e desde então promove estudos sobre a economia circular pelo fato dela ser restaurativa e regenerativa por princípio, e no ano de 2012 publicou um importante documento intitulado “Em direção a uma economia circular”, nos quais esses estudos abriram novas oportunidades de discussões acerca do desenvolvimento e consumo sustentáveis (FARIA, 2018; OMETTO; AMARAL; IRITANI, 2018).

Nesse contexto, cabe ressaltar que as empresas, mesmo que em pequena escala acabam causando danos ao meio ambiente e/ou gerando desigualdades sociais devido aos propósitos da

economia linear. Ademais, considera-se que quando uma empresa realiza algumas ações de sustentabilidade em seu empreendimento, ela ainda continua operando no modelo econômico linear, mas as poucas e pequenas ações se forem potencializadas podem ajudar a empresa a migrar do modelo econômico linear para circular, e tornar os negócios mais sustentáveis, resilientes e inclusivos.

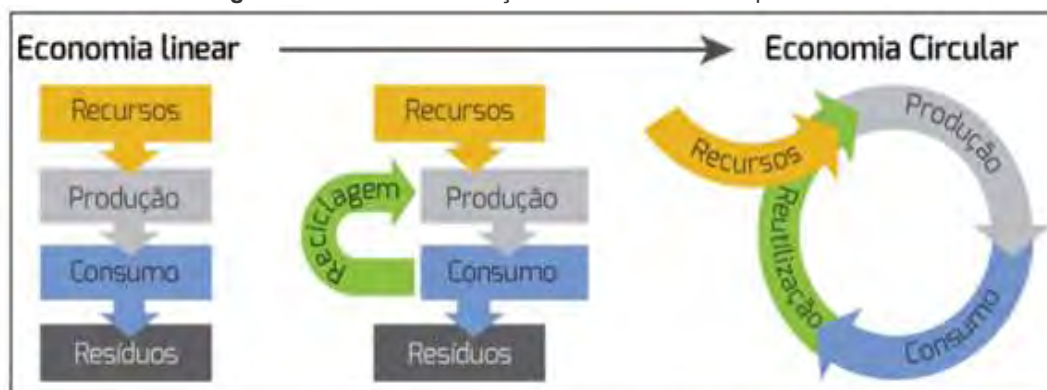
As ideias de “fechar os ciclos” podem ser do próprio ciclo no qual a empresa opera proporcionando a correta destinação dos seus resíduos e colocando-os novamente para serem reaproveitados, ou também em situações nas quais as empresas podem recuperar os descartes de outras organizações e transformá-los em ideias e novas oportunidades de negócios. Em ambas as situações citadas, considera-se que a inovação inclusiva se faz presente por ser fruto das práticas da economia circular.

A *Fundação Ellen MacArthur* (2017) determinou 3 (três) princípios norteadores da EC, quais sejam: (1) Preservar e aprimorar o capital natural, com a restauração e regeneração dos recursos naturais; (2) Maximizar o rendimento de recursos, o que leva, principalmente, à redução dos desperdícios e à circularidade dos recursos; e (3) Estimular a efetividade do sistema, gerando impactos positivos para todas as partes interessadas.

De acordo com o Relatório “The Circularity Gap Report 2021”, a economia circular mundial é de 8,6%, enquanto que no ano de 2019 a marca era de 9% (CIRCLE ECONOMY, 2021), ou seja, há muito a ser feito para mudar o destino da humanidade, caso as formas de produção e consumo não sejam revistas de forma consciente.

Para melhor explicitar as diferenças entre os modelos econômicos estudados nesse trabalho, a Figura 1 apresenta o modelo de transição da economia linear para a economia circular.

Figura 1 - Modelo de transição da economia linear para a circular



Fonte: Portal da Circular Economy Portugal (2019).

Conforme analisado na Figura 1, o modelo econômico linear visa as ações de produzir, consumir e descartar os resíduos, com alguma recuperação dos mesmos por meio da reciclagem, enquanto que no modelo circular, após o consumo os resíduos permanecem o máximo de tempo circulando na cadeia de produção/consumo.

No Brasil, foram identificadas várias oportunidades a serem exploradas pela economia circular a partir de novos modelos de negócios, *design*, recuperação dos materiais, dentre outros. Os setores com maiores potenciais identificados foram eletroeletrônicos, com a recuperação de materiais; construção civil, com a redução de quantidade de resíduos gerados; têxtil, com uso de materiais reutilizados; e plásticos, com grandes oportunidades de redução e recuperação (ELLEN MACARTHUR FOUNDATION, 2017).

De acordo com o Portal da Indústria¹, com base nos dados da Confederação Nacional das Indústrias (CNI, 2018), 76% das empresas brasileiras já praticam alguma iniciativa de economia circular, apesar de desconhcerem o termo. Conforme o Relatório da Confederação Nacional das Indústrias (CNI, 2018) elaborado com base nos estudos promovidos pela *Fundação Ellen MacArthur* (2017), o Brasil tem grande potencial no setor industrial para ser explorado com novos modelos de negócios através da economia circular, com destaque para os setores de eletroeletrônicos, construção civil, têxtil e de plástico.

¹ Disponível em: <http://www.portaldaindustria.com.br/industria-de-a-z/economia-circular/>. Acesso em: 03 ago. 2021.

XXII ENCONTRO de PESQUISADORES

INTERDISCIPLINARIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Considera-se que para as empresas empreenderem no modelo econômico circular há a necessidade intensa da gestão do conhecimento organizacional, pelo fato de que o conhecimento é o insumo primordial para identificar, diagnosticar, analisar, testar, criar, gerar produtos e serviços sustentáveis e também destruir, substituir, abandonar produtos que se tornam rapidamente obsoletos e que consomem os recursos naturais, além da poluição que destrói as vidas terrestres, nas águas e afeta as condições climáticas.

Ressalta-se nessa discussão a necessidade de haver políticas públicas que respaldem a economia circular incentivando as empresas a modificarem o *design* de seus produtos e serviços, visto que os mesmos impactam nas formas de consumo da sociedade. Agrega-se também a essa discussão a questão dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS) da Agenda 2030. Desde 2015 mais de 190 (cento e noventa países) firmaram com a Organização das Nações Unidas (ONU) o cumprimento dos 17 (dezesete) objetivos e das 169 (cento e sessenta e nove) metas. Vários países estão conseguindo cumprir com esse compromisso, mesmo no período da pandemia, mas não é o caso do Brasil. Segundo o Relatório Luz 2021 que analisa o andamento dos ODS no Brasil, as 169 metas encontram-se nas seguintes situações: 95 em “Retrocessos”; 26 “Estagnadas”; 21 “Ameaçadas”; 13 “Insuficientes”; 14 “Sem dados”, ou seja, não houve avanços em nenhuma meta.

A Figura 2 a seguir demonstra os 17 (dezesete) Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis da Agenda 2030 com suas respectivas numerações, nomenclaturas e simbologias conhecidas no mundo todo.

Figura 2 – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030



Fonte: Extraído do Portal Agenda 2030.

Pelo fato da economia linear priorizar o lucro a qualquer custo, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS) da Agenda 2030 são vistos por esse modelo como um “empecilho” para as empresas alcançarem suas metas, porém, a economia circular pode proporcionar para as empresas uma lucratividade sustentável e resiliente, pois promove a redução dos custos de produção, transporte, retrabalhos, desperdícios, dentre outros e ainda promove a inclusão de pessoas, que é o principal lema da Agenda 2030 “não deixar ninguém para trás”.

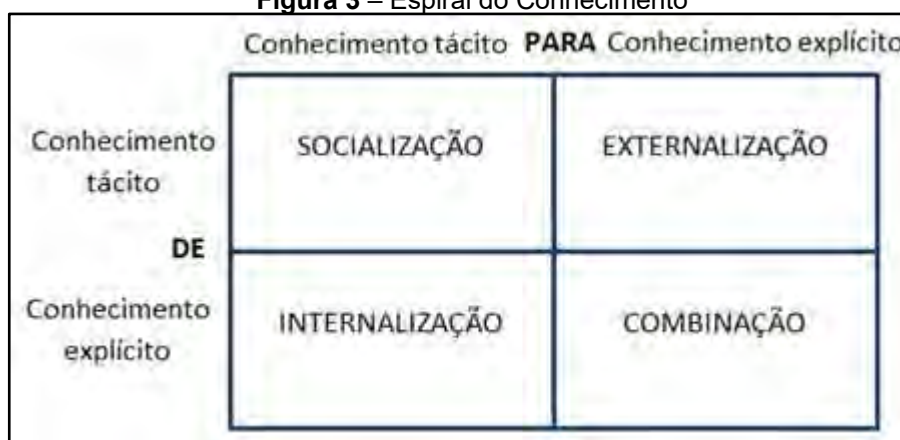
2.2 GESTÃO DO CONHECIMENTO

Davenport e Prusak (2003) definem o conhecimento como um misto de informações, valores, experiências, habilidades e ideias e, que tem origem na mente das pessoas. De acordo com Gonçalves e Borges (2010), as empresas são formadas principalmente por pessoas que carregam consigo valores, experiências, crenças nas quais constituem o capital intelectual e contribuem para a criação do conhecimento organizacional.

Segundo Moraes et al. (2014, p. 91), o conhecimento é “[...] produzido, compartilhado e usado na organização para a inovação [...]”. Essas autoras também destacam que as organizações precisam estimular os comportamentos dos sujeitos para que socializem e compartilhem os saberes e, dessa forma construir novos conhecimentos e assim produzir inovação, pois a socialização/compartilhamento contribui para a “[...] inovação porque estimula as pessoas a criarem e a compartilharem conhecimento [...]” (MORAES et al., 2014, p. 94).

No contexto organizacional, Nonaka e Takeuchi (1997) consideram que o conhecimento aplicado no ambiente de negócios refere-se a capacidade das instituições em criar e disseminar o conhecimento e incorporá-lo aos seus produtos e serviços, sendo que a criação e expansão do conhecimento ocorrem por meio da interação social entre os conhecimentos tácitos e explícitos. De acordo com esses autores, o conhecimento explícito é o conhecimento registrado e documentado formalmente, e que facilita a transmissão de um sujeito para o outro. O conhecimento tácito, por sua vez, é um saber específico e pessoal e, portanto, complexo para ser documentado/registrado. Nas visões desses autores, a criação do conhecimento organizacional dá-se a partir da mobilização dos sujeitos organizacionais em realizar a conversão do conhecimento tácito em explícito, sendo que esse processo foi organizado pelos autores Nonaka e Takeuchi (1997) na chamada espiral do conhecimento, na qual apresenta a criação do conhecimento a partir da dinâmica entre o conhecimento tácito e explícito por meio de quatro quadrantes, conforme apresentado na Figura 3 a seguir.

Figura 3 – Espiral do Conhecimento



Fonte: Extraído Takeuchi e Nonaka (2008, p. 60).

Conforme apresentado na Figura 3, o processo que permite a conversão do conhecimento tácito em conhecimento explícito é denominado pelos quadrantes: Socialização (S), Externalização (E), Combinação (C) e Internalização (I), conhecimento também como modelo SECI. Esses quatro processos são organizados em uma espiral de modo que o conhecimento possa iniciar-se individualmente e no decorrer do processo expandir-se para grupos/departamentos organizacionais.

A Socialização compreende a conversão do conhecimento tácito em conhecimento tácito, sendo que nesse quadrante a interação entre os indivíduos é essencial para haver o compartilhamento de habilidades, valores, ideias, experiências, dentre outros.

Na Externalização procede a conversão do conhecimento tácito em conhecimento explícito. Nesse processo o conhecimento tácito se traduz para ser explicado, categorizado e contextualizado na organização e, pode tornar-se uma possível fonte de inovação para os negócios.

A Combinação compreende a conversão do conhecimento explícito em conhecimento explícito, ou seja, nesse processo a organização identifica os conceitos que foram extraídos e agrupa-os em conjuntos de conhecimento explícito, sendo que essas ações costumam ocorrer a partir do compartilhamento do conhecimento entre os indivíduos tanto formal quanto informalmente.

Na Internalização ocorre a conversão do conhecimento explícito em conhecimento tácito, ou seja, o conhecimento explícito se torna um instrumento de aprendizagem por meio de manuais/orientações e assim volta a ser um entendimento subjetivo/abstrato para cada sujeito organizacional.

Em relação ao gerenciamento do conhecimento nas organizações, Takeuchi e Nonaka (2008) refletem que: “Quanto mais turbulentos os tempos, quanto mais complexo o mundo, mais paradoxos existem. As contradições, as inconsistências, os dilemas e as polaridades abundam nestes dias e nesta época”. Diante dessa realidade, esses autores consideram as empresas chamadas de “dialéticas”, pois não somente enfrentam os paradoxos, mas também “abraçam” os opostos, pois cultivam as contradições em busca de encontrar um “caminho melhor”.

Para tanto, a Gestão do Conhecimento (GC) pode ser considerada como um processo no qual as empresas buscam novas formas de criar e expandir o conhecimento (NONAKA; TAKEUCHI,

1997). A Gestão do conhecimento propõe uma metodologia que gerencia o conhecimento para alcançar a inteligência competitiva (CHARRAPO, 1998). Na visão de Sveiby (1998), a Gestão do Conhecimento é considerada como uma arte e um processo responsável em criar valor a partir dos ativos intangíveis das empresas e que causam impactos positivos nas organizações.

Dessa forma, considera-se que a Gestão do Conhecimento é essencial para transformar as maneiras nas quais as empresas lidam com esses paradoxos e migrar para o modelo econômico circular e, com isso não só “encontrar um melhor caminho”, mas construir um caminho melhor para a humanidade.

Ometto, Amaral e Iritani (2018) consideram que o processo de transição do modelo econômico linear para circular demanda uma transição estratégica, pois produz impactos não somente nas atividades empresariais, mas também na cadeia de valor no contexto em que a empresa atua. Portanto, o modelo circular permite fazer o uso inteligente dos paradoxos e dos opostos existentes na empresa e no mercado e assim pode possibilitar que a empresa repense suas práticas organizacionais para gerar inovação inclusiva e, dessa forma contribuir para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS) da Agenda 2030 nos quesitos da biosfera, sociedade e economia.

2.3 INOVAÇÃO INCLUSIVA

Segundo o manual de OSLO elaborado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, 1997), há 4 (quatro) tipos de inovação, a saber: inovação de produto, inovação de processos, inovação de *marketing* e inovação organizacional. As inovações de produtos e de processos baseiam-se na introdução de produtos ou serviços novos e também de melhorias significativas. A inovação em *marketing* implementa ações de *marketing* com mudanças significativas na concepção de produtos e embalagens e também de posicionamento de mercado e de precificação. A inovação organizacional é a implementação de um novo método organizacional relacionado ao ambiente de negócios (OCDE, 1997).

De acordo com Schumpeter (1997), a inovação é o elemento central das estratégias para a sustentabilidade econômica e que causa impactos na sociedade, ou seja, a inovação está diretamente relacionada ao crescimento econômico do modelo capitalista, modelo esse no qual compreende a inovação tradicional/convencional que promove um processo contínuo de criação, destruição e novamente da criação de algo que impacta o mercado econômico e faz emergir novos produtos e serviços, tornando-se segregadora e exclusiva (PRESSER; SILVA, 2020; PEREIRA, 2021), ou seja, não é para todos, como analisam Presser e Silva (2020, p. 2) a respeito da inovação tradicional que é: “[...] voltada para consumidores de média e alta renda, porque o objetivo é produzir novos bens e serviços que melhore o bem-estar desses consumidores”, portanto, verifica-se a necessidade de haver a inovação inclusiva que possa “não deixar ninguém para trás”.

Conforme Camillo, Silva e Woida (2021), as pesquisas acerca da inclusão social tiveram como precursores os estudiosos Max Weber, Émile Durkheim e Joseph Schumpeter. Os autores supracitados definem a inclusão social como a criação de soluções alternativas e criativas que tenham como finalidade melhorar o bem-estar humano na sociedade e tem como alvo as pessoas excluídas e marginalizadas (CAMILLO; SILVA; WOIDA, 2021).

Nesse contexto, Pereira (2021) corrobora com Camillo, Silva e Woida (2021) ao afirmar que a inclusão social tem como objetivo reduzir as desigualdades sociais e da extrema pobreza em relação às classes sociais menos favorecidas.

Presser e Silva (2020) explicam que a inovação inclusiva se opõe à inovação tradicional e mantém certas características da inovação social por também se preocupar com os grupos marginalizados, porém difere-se da inovação social por propor que essas pessoas excluídas e marginalizadas pela inovação tradicional estejam de algum modo engajadas ativamente no próprio processo de inovação.

Para Johnson e Andersen (2012), a inovação inclusiva é para os pobres e pelos pobres. Foster e Heeks (2013) esclarecem que a inovação inclusiva é o meio pelo qual novos produtos e serviços são desenvolvidos para aqueles que foram excluídos da corrente principal do desenvolvimento econômico. Pelo fato de o modelo econômico linear produzir a inovação tradicional e gerar segregação, o modelo econômico circular é o modelo mais propício para gerar inovação inclusiva.

Destaca-se nessa discussão que as empresas de capital aberto listadas na Bolsa de Valores têm se preocupado em empreender no modelo circular, principalmente pela busca da certificação “Governança Ambiental, Social e Corporativa”, conhecida também pela sigla ESG com a finalidade de

demonstrar ao mercado que possuem consciência coletiva em relação aos fatores sociais e ambientais, sendo que a certificação baseia-se em uma pontuação com métricas específicas dos ativos intangíveis das organizações emitidas por órgãos competentes da ESG que, ao receber esse certificado, torna a empresa atrativa para receber aportes de investimentos (GUERRA FILHO, 2021).

Reflete-se que a economia circular provoca mudanças estruturais, sociais, econômicas e ambientais, e dessa forma, a inovação inclusiva é intrínseca à economia circular. O Brasil ainda está dando os primeiros passos no contexto da economia circular. Em 2010 foi promulgada a Lei nº 12.305 denominada de Política Nacional dos Resíduos Sólidos (PNRS), na qual constitui um conjunto de princípios, instrumentos, diretrizes e metas e ações para a realização da gestão e do gerenciamento de resíduos de forma integrada, na qual essa integração vislumbra a cooperação entre os entes federativos federal, estadual, municipal, iniciativa privada e a sociedade civil.

Os princípios que fundamentam a PNRS são disciplinados pela visão sistêmica na gestão dos resíduos sólidos que leva em consideração as variáveis sociais, culturais, econômicas, tecnológicas e de saúde pública, o desenvolvimento sustentável, a ecoeficiência e também o reconhecimento do resíduo como reutilizável/reciclável e da responsabilidade compartilhada (BRASIL, 2010).

No contexto da Política Nacional dos Resíduos Sólidos (PNRS), a ecoeficiência é fundamentada na compatibilização entre o fornecimento, práticas de precificação competitiva de bens e serviços que satisfaçam as necessidades humanas e proporcionem qualidade de vida, além de reduzir os impactos ambientais. Em termos sociais dessa política, os resíduos sólidos são determinados para serem reutilizáveis/recicláveis como um bem econômico e de valor social, gerador de trabalho e renda e promotor de cidadania (BRASIL, 2010). Para tanto, considera-se que a essência dessa Lei tem fulcro na inovação inclusiva.

Cabe destacar que a logística reversa é uma das atividades principais da economia circular. No artigo 33 da Lei nº 12.305/2010 da Política Nacional dos Resíduos Sólidos (PNRS), há um ciclo reverso obrigatório no Brasil que é de responsabilidade das empresas providenciar o retorno das embalagens dos produtos após o uso pelo consumidor, independente dos serviços de limpeza pública urbana e do manejo dos resíduos sólidos, sendo esses: fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes de agrotóxicos, seus resíduos e embalagens, assim como outros produtos cuja embalagem, após o uso constitua resíduo perigoso; pilhas e baterias; pneus, embalagens de óleos lubrificantes, lâmpadas fluorescentes de vapor de sódio, mercúrio e de luz mista e também produtos eletroeletrônicos e seus componentes.

Considera-se nessa discussão a necessidade de haver mais políticas públicas que referendam as práticas da economia circular no Brasil, e mais fiscalização dos governantes para que sejam amenizados os impactos ambientais e sociais da economia linear, e ainda facilitar o alcance dos objetivos e metas da Agenda 2030. Dessa forma, a gestão do conhecimento permitirá que as empresas possam repensar de uma forma inteligente suas produções, delinear ações que possam influenciar o consumo das pessoas e incentivar o descarte correto desenvolvendo assim uma consciência ambiental, incluir nesse ciclo as pessoas que foram “deixadas para trás” por conta das inovações convencionais, porém envolvê-las de uma forma ativa para que sejam atuantes no trabalho, aumentar a competitividade e lucratividade da empresa, dentre outras benesses da economia circular tendo como o ingrediente para essa mudança a gestão do conhecimento.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia científica adotada para essa pesquisa foi a pesquisa bibliográfica de natureza qualitativa na qual buscou-se por meio da revisão de literatura a compreensão dos principais conceitos envolvidos relacionados a gestão do conhecimento, economia linear, economia circular e inovação inclusiva. De acordo com Gil (2010, p. 30) a pesquisa bibliográfica permite “[...] ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente”.

Henriques e Medeiros (2017) complementam esse raciocínio ao afirmarem que a pesquisa bibliográfica

[...] começa com um levantamento de livros, artigos científicos, dicionários especializados que tratam do tema objeto da pesquisa. A segunda fase dessa etapa é a leitura, que não pode resumir-se a uma leitura rápida tão somente. Trata-se de leitura exaustiva, reconhecendo problemas apresentados, objetivos do autor consultado, conclusões a que chegou. A terceira fase consistiria em anotações, que podem ocorrer de variadas formas, respeitando-se as características individuais do pesquisador [...] (HENRIQUES; MEDEIROS, 2017, p. 149).

Nesse contexto, buscou-se os conteúdos em periódicos digitais como artigos, dissertações e teses nas bases de dados do Google Acadêmico e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações dos últimos cinco anos.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Gestão do Conhecimento é elementar em todo e qualquer negócio, independentemente do ramo de atividade ou porte da empresa. Dessa maneira, o conhecimento organizacional a partir do gerenciamento dos saberes é possível gerar inovação nos negócios.

A inovação por sua vez pode ser classificada em inovação tradicional/convencional, social e inclusiva. No contexto da inovação convencional, considera-se que os produtos e serviços gerados a partir dessa inovação acabam promovendo segregação e exclusão social, ou seja, nem todos têm direitos e acessos aos frutos dessa inovação. Por sua vez, a inovação inclusiva busca incluir as pessoas que foram excluídas do contexto da inovação convencional, principalmente as pessoas marginalizadas e em situação de vulnerabilidade.

Os resultados de tantas inovações tradicionais/convencionais proporcionaram avanços para a humanidade, oriundos da economia linear, porém, ressalta-se o planeta terra e todas as suas espécies já não comportam mais o uso desse modelo, portanto, a economia circular se faz necessária para promover o consumo e descarte conscientes e incluir as pessoas sem discriminação.

Ademais, considera-se que a reunião das temáticas envolvidas nesse trabalho contribui para que os propósitos da Agenda 2030 em relação aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS) e suas respectivas metas possam ser atingidos, conforme elucidado na Figura 4.

Figura 4 – Inter-relação da Gestão do Conhecimento, Economia Circular e Inovação inclusiva



Fonte: Elaborado pela autora.

A Agenda 2030 não trata-se de uma lista de objetivos a ser seguida, mas sim é um compromisso de uma nação com seus cidadãos em recuperar os estragos causados pela humanidade e preservar o meio ambiente e suas espécies para futuras gerações. Reflete-se que no contexto da economia linear, os propósitos da Agenda 2030 encontram barreiras para serem cumpridos, tanto pelos governantes, quanto pelas empresas e também consumidores. Ademais, a economia circular é uma necessidade emergencial para ser implementada como uma nova economia.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde 2015 cerca de duzentas nações firmaram um pacto global para recuperar o planeta e preservar a vida na água e na terra e, conter os avanços das condições climáticas. No Brasil esse compromisso não teve avanços, pelo contrário, houve inúmeros retrocessos e fracassos ambientais e sociais. As pouquíssimas políticas públicas e as fiscalizações escassas/minguadas não contribuem para as melhorias da sociedade civil e nem no âmbito corporativo.

Para chegar em 2030 faltam poucos anos, porém ainda pode-se fazer muito pelo país, por isso, há a necessidade da transição para o modelo econômico circular. Também há a necessidade de

cobrar mais os governantes para editar medidas de políticas públicas de forma que o país possa honrar seu compromisso estabelecido perante a Organização Mundial das Nações Unidas (ONU).

Para tanto, cabe as organizações fazerem o uso da gestão do conhecimento para mediar a transição entre os modelos econômicos, e principalmente gerar inovação inclusiva e não “deixar ninguém para trás”.

REFERÊNCIAS

BRASIL (2010). Lei 12.305, de 2 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 3 ago. 2010.

CAMILLO, E. S.; SILVA, E.; WOIDA, L. M. Bibliotecas como organizações para inovação social. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 17, p. 1-26, 2021.

CHARRAPO, F. Apropiación social del conocimiento en el proceso de construcción de sociedade. *In*: SIMPÓSIO DE GESTÃO DA INOVAÇÃO TECNOLÓGICA, 20., 1998, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: ANPAD, 1998.

CIRCLE ECONOMY. **The circularity gap report 2021**. 2021. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1MP7EhRU-N8n1S3zpqlshNWxqFR2hznd/edit>. Acesso em: 03 ago. 2021.

CIRCULAR ECONOMY PORTUGAL (2019), “A origem da economia circular”. Disponível em: < <https://www.circulareconomy.pt/sobre-economia-circular/> >. Acesso em: 10 out. 2021.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DAS INDÚSTRIAS. **Economia circular**: oportunidades e desafios para a indústria brasileira. Brasília: CNI, 2018.

DAVENPORT, T. H.; PRUSAK, L. **Conhecimento empresarial**: como as organizações gerenciam o seu capital intelectual. 14. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

ELLEN MACARTHUR FOUNDATION. **Uma economia circular no Brasil**: uma abordagem exploratória inicial. 2017. Disponível em: <https://depositorioceds.espm.edu.br/wp-content/uploads/2021/04/UmaEconomiaCircularnoBrasil.pdf>. Acesso em: 31 ago. 2021.

FARIA, A. M. **Economia circular**: reinvenção das formas de negócio. 2018. 43 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Econômicas) – Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de Economia e Relações Internacionais, Uberlândia, 2018.

FOSTER, C.; HEEKS, R. Conceptualising inclusive innovation: modifying systems of innovation frameworks to understand diffusion of new technology to low-income consumers. **The European Journal of Development Research**, v. 25, p. 333-355, 2013.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GONÇALO, C. R.; BORGES, M. L. Gestão do conhecimento organizacional. *In*: BITENCOURT, C. (org.). **Gestão contemporânea de pessoas**: novas práticas, conceitos tradicionais. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010, p. 57-66.

GRUPO DE TRABALHO DA SOCIEDADE CIVIL PARA A AGENDA 2030 DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. **Relatório Luz 2021**. Brasil: ONU, 2021. Disponível em: <https://gtagenda2030.org.br/relatorio-luz/relatorio-luz-2021/>. Acesso em: 03 ago. 2021.

GUERRA FILHO, W. S. A responsabilidade pelo enfrentamento de demandas sociais: a assimilação empresarial do conceito e a nova onda ESG. **Revista Jurídica - UNICURITIBA**, Curitiba, v. 1, n. 63, p. 663-683, 2021.

HENRIQUES, A.; MEDEIROS, J. B. **Metodologia científica na pesquisa jurídica**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

JOHNSON, B.; ANDERSEN, A. D. **Learning, innovation and inclusive development: new perspectives on economic development strategy and development aid**. Aalborg: Aalborg University, 2012.

MORAES et al. Conhecimento e socialização organizacional: processo sociocultural para a inovação na indústria eletro-eletrônica de Garça/SP. In: IBERSID – SISTEMAS DE INFORMACIÓN Y DOCUMENTACIÓN: RETOS Y PERSPECTIVAS, 19., 2014, Zaragoza. **Anais eletrônicos** [...]. Universidad de Zaragoza: Zaragoza, 2014. Disponível em: <https://www.ibersid.eu/ojs/index.php/ibersid/article/download/4157/3788/>. Acesso em: 31 ago. 2021.

NONAKA, I.; TAKEUCHI, H. **Criação de conhecimento na empresa**. Rio de Janeiro: Elsevier Brasil, 1997.

OMETTO, A. R.; AMARAL, W. A.; IRITANI, D. R. **Economia circular: oportunidades e desafios para a indústria brasileira**. Brasília: Confederação Nacional das Indústrias, 2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Transformando nosso mundo: a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável**. Nova Iorque: ONU, 2015. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>. Acesso em: 03 ago. 2021.

ORGANIZAÇÃO PARA COOPERAÇÃO ECONÔMICA E DESENVOLVIMENTO. **Manual de Oslo: diretrizes para coleta e interpretação de dados sobre inovação**. 3. ed. OCDE: França, 1997.

PEREIRA, A. S. N. **Inovação inclusiva e inovação social: em busca de um marco teórico conceitual**. 2021. 64 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Artes e Comunicação, Recife, 2021.

PRESSER, N. H.; SILVA, E. L. Inovação inclusiva como alternativa de desenvolvimento. **NAVUS: Revista de Gestão e Tecnologia**, Santa Catarina, v. 10, n. 1, p. 71-80, 2020.

PROBST, G.; RAUB, S.; ROMHARDT, K. **Gestão do conhecimento: elementos construtivos do sucesso**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

SCHUMPETER, J. A. **Teoria do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1997. (Série Os Economistas).

SVEIBY, K. E. **A nova riqueza das organizações: gerenciando e avaliando os patrimônios do conhecimento**. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

TAKEUCHI, H.; NONAKA, I. **Gestão do conhecimento**. Porto Alegre: Bookman, 2008.

WORLD WIDE FUND FOR NATURE. **Living planet report 2012**. 2012. Disponível em: http://awsassets.panda.org/downloads/lpr_2012_summary_booklet_final.pdf. Acesso em: 03 ago. 2021.

GESTÃO PARTICIPATIVA, PARTICIPAÇÃO POPULAR E AUTONOMIA PESSOAL

PARTICIPATORY MANAGEMENT, COMMUNITY PARTICIPATION AND PERSONAL AUTONOMY

Área temática 1: Outras áreas temáticas.

PEREIRA, Lorena Rodrigues
Universidade de Franca/UNIFRAN
Mestranda em Promoção de Saúde UNIFRAN
Bacharel em Fisioterapia UNIPAM
E-mail: lorena.7rp@hotmail.com

FERREIRA, Lorrayne Jasmim
Universidade de Franca/UNIFRAN
Mestranda em Promoção de Saúde UNIFRAN
Bacharel em Fisioterapia UNIFRAN
E-mail: jasmim_loh@hotmail.com

SILVA, Rangel de Andrade
Universidade de Franca/UNIFRAN
Mestrando em Promoção de Saúde UNIFRAN
Bacharel em Educação Física UNIFRAN
E-mail: rangelandradesilva@yahoo.com.br

BURANELLO, Mariana Colombini
Universidade de Franca/UNIFRAN
Doutoranda em Promoção de Saúde UNIFRAN
Docente do curso de Fisioterapia UNIFRAN
Bacharel em Fisioterapia UNIFRAN
E-mail: marianacolombinib@yahoo.com.br

BERETTA, Regina Célia de Souza
Universidade de Franca/UNIFRAN
Doutora em Serviço Social UNESP
Docente do Programa de Pós-Graduação em
Promoção de Saúde UNIFRAN
E-mail: regina.beretta@unifran.edu.br

CARVALHO, Liziane Marçal da Silva
Universidade de Franca/UNIFRAN
Doutora em Ciências UNIFRAN
Docente do Programa de Pós-Graduação em
Promoção de Saúde UNIFRAN
E-mail: regina.beretta@unifran.edu.br

SANTOS, Raquel Alves dos
Universidade de Franca/UNIFRAN
Doutora em Genética USP
Docente dos Programas de Pós-Graduação em
Ciências e Promoção de Saúde UNIFRAN
E-mail: raquel.santos@unifran.edu.br

Resumo

A sociedade, trabalhadores e gestores da saúde vêm trilhando um longo caminho para que ocorra um processo de controle social e consolidação na democracia participativa. Sendo assim, são inúmeros os desafios na concretização das práticas participativas estruturadas que permitam a

participação dos usuários nas decisões e no planejamento em saúde. Essas práticas necessitam estar centradas em princípios para uma relação intersetorial entre os profissionais de saúde e os usuários, para que assim sejam capazes de pensar criticamente nos processos de tomada de decisões. Nesse sentido, o presente trabalho teve por objetivo realizar um texto conceitual por meio de relatos de experiência acerca das questões de autonomia, participação popular e gestão participativa dentro do contexto de promoção da saúde. Por meio desse texto conceitual foi possível perceber que a promoção da saúde busca incentivar as questões relativas ao direito de voz. Nesse contexto a autonomia, a participação popular e a gestão participativa têm incidido na defesa ao direito à saúde. Os relatos de experiência descritos expõem que a promoção da saúde deve ser discutida na procura de implementação de políticas públicas para o conhecimento de si juntamente com a participação popular e torna-se obrigação dos profissionais da saúde as repercussões desses temas e divulgação para a população. Já que essa temática possibilita a singularização das ações de saúde no território, tornando as intervenções mais eficazes atendendo as reais necessidades da comunidade, possibilitando assim a efetivação do princípio de integralidade no cuidado e acolhimento das demandas no processo de trabalho em saúde.

Palavras-chave: Gestão em saúde, Participação da comunidade, Autonomia pessoal.

Abstract

Society, health workers and managers have been going a long way for the process of social control and consolidation in participatory democracy. Thus, there are a lot of challenges in the implementation of structured participatory practices that allow users to participate in health decisions and planning. These practices need to be centered on principles of intersectorial relations between health professionals and users, making them able to think critically about the process of make decisions. this sense terms, the present work purpose to carry out a contextual text through reports of experience on the issues of personal autonomy, community participation and health management within the context of health promotion. Through this contextual text, it was possible to perceive that health promotion seeks to encourage issues related to the right of voice. Therefore, the experience reports described expose that health promotion should be discussed in the search for the deployment of public policies for the knowledge of oneself together with popular participation and it becomes the requirement of health professionals to have the repercussions of these topics and dissemination to the population. Since these topics enable the singularization of health actions in the territory, making interventions more effective meeting the real needs of the community, thus enabling the realization of the principle of integrality in care and reception of demands in the health work process.

Keywords: Health Management, Community participation, Personal autonomy.

1 INTRODUÇÃO

As discussões sobre a promoção da saúde vêm sendo sustentadas com redefinições das políticas públicas, destacando novos olhares ao contexto de saúde. A Conferência de Ottawa, em 1986, no Canadá destacou marcos ideais em relação a responsabilização múltipla das questões de saúde. A definição de promoção da saúde surge como um “processo de capacitar a comunidade para atuar na melhoria de sua vida e de sua saúde por meio da participação efetiva” (RÉUS *et al.*, 2019).

Desde então, há discussões em diversos espaços sociais sobre a responsabilidade individual quanto à autonomia, participação popular e gestão participativa dentro do contexto de promoção da saúde. A partir disso, a promoção da saúde reconhece os fatores interligados aos contextos sociais, políticos e econômicos (SOUSA *et al.*, 2017).

Assim, existe um conjunto de valores que contribuem na melhoria da qualidade de vida da sociedade, sendo eles: paz, habitação, educação, alimentação, renda, ecossistema saudável, solidariedade, democracia, cidadania, participação e ação conjunta, justiça social e equidade. À vista disso, a construção de um cenário participativo decorre da possibilidade de garantir aos indivíduos o direito de voz nas decisões, seja em qualquer espaço (MASSON *et al.*, 2020).

As intervenções de promoção da saúde buscam incentivar as questões relativas ao direito de voz, reforçando ações comunitárias, com o incentivo de gestões intersetoriais, a superação da fragmentação das políticas públicas e atenção à saúde e interferem na qualidade de vida das pessoas. Nesse contexto a autonomia, a participação popular e a gestão participativa têm incidido na defesa ao direito à saúde (COSTA; LIONÇO, 2006).

Entretanto, a sociedade, trabalhadores e gestores da saúde vêm trilhando um longo caminho para que ocorra um processo de controle social e consolidação na democracia participativa. Sendo assim, são inúmeros os desafios na concretização das práticas participativas estruturadas que permitam a participação dos usuários nas decisões e no planejamento de saúde. Essas práticas necessitam estar centradas em princípios para uma relação intersetorial entre os profissionais de saúde e os usuários, para que assim sejam capazes de pensar criticamente nos processos de tomadas de decisões (RÉUS *et al.*, 2019).

Nesse sentido, o presente trabalho teve por objetivo realizar um texto conceitual por meio de relatos de experiência acerca das questões de autonomia, participação popular e gestão participativa dentro do contexto de promoção da saúde.

2 RESULTADOS E DISCUSSÃO

2.1 Programa Nacional de Promoção da Saúde

Ao redor do mundo na década de 60, debates eram traçados a respeito da determinação econômica e social da saúde, a predominância até então era o controle das enfermidades, e no contexto da época se fazia necessário a superação dessa instrução imposta. Muitos foram os eventos promovidos sob a saúde mundial, vale citar a observação de especialistas promovida pela Organização Mundial da Saúde (OMS) com a liderança de Halfdan Mahler (1973-1974) e o evento canadense que teve como base o relatório Lalonde – „Uma nova Perspectiva da Saúde dos Canadenses” (1974) (BRASIL, 2002).

Com isso muitas foram as estratégias lançadas em busca da promoção da saúde, e chegou-se assim a execução de conferências e elaborações de cartas voltadas para a promoção da saúde mundial, como: Carta de Ottawa (Canadá, 1986), Declaração de Adelaide (Austrália, 1988); Declaração de Sundsvall (Suécia, 1991); Declaração de Bogotá (Colômbia, 1992); Declaração de Jacarta (Indonésia, 1997), Relatório da Conferência do México (2000); Carta de Bangkok (Tailândia, 2005)², Carta de Nairobi (Kenya, 2009)³ e Declaração de Helsinque sobre Saúde em Todas as Políticas (Helsinki, 2013) (DIAS *et al.*, 2018; BRASIL, 2002).

Em território nacional a Constituição Federal de 1988 instaurou o Sistema Único e Saúde (SUS) como forma de acesso universal aos serviços de saúde para população sem distinção, privilégios e preconceitos de qualquer espécie com grande participação social, buscando a saúde na sua totalidade e não somente no caráter curativo e/ou ausência de doenças seguindo a Lei Orgânica da Saúde (Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990) (BRASIL, 2018).

Por mais que o assunto gerasse grandes debates por meio das políticas públicas estabelecidas no país, a promoção da saúde, a implementação de políticas em defesa da vida, a universalização do sistema de saúde, para tornar a saúde um direito social ganhou forças somente com a 8ª Conferência Nacional de Saúde (1986) (BRASIL, 2018).

„Para se operar a política de saúde, incluindo a de promoção da saúde, é necessária a consolidação de práticas voltadas para indivíduos e coletividades, em uma perspectiva de trabalho multidisciplinar, integrado e em redes, de forma que considere as necessidades em saúde da população, em uma ação articulada entre os diversos atores, em um determinado território.” (BRASIL, 2018)

Assim em 2006, pela Portaria MS/GM nº 687 foi estabelecida a Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS) legalizando o comprometimento entre o Estado brasileiro com as ações de promoção da saúde, as suas ampliações e qualificações, nos serviços fornecidos e na gestão do SUS e enquadrada assim na agenda estratégica dos Gestores e nos Planos Nacionais de Saúde subsequentes (BRASIL, 2018).

No ano de 2014, o Ministério da Saúde com o intuito de aumentar a participação, promover discussões acerca das ações em desenvolvimento e assim avaliá-las, promovidas com a colaboração das cinco macrorregiões brasileiras, intencionou a revisão da PNPS, quando se trata de políticas nacionais é importante a singularidade de cada região a diversidade nas expectativas e objetivos de cada localidade, por isso a importância na reformulação da PNPS (DIAS *et al.*, 2018; MALTA *et al.*, 2016).

Muitos são os objetivos, valores, princípios, ações, eixos e competências, porém cabe destacar o seu objetivo principal:

Promover a equidade e a melhoria das condições e dos modos de viver, ampliando a potencialidade da saúde individual e coletiva e reduzindo vulnerabilidades e riscos à saúde decorrentes dos determinantes sociais, econômicos, políticos, culturais e ambientais (BRASIL, 2018).

O programa adota nove princípios para a sua execução: a equidade; participação social; autonomia; empoderamento; intersetorialidade de sujeitos; sustentabilidade; integralidade; territorialidade (BRASIL, 2018). Espera-se que o PNPS atue de forma que as suas ações sejam possibilitadas diante de contextos, que a promoção da saúde siga de forma individualizada nos determinantes da saúde, com contextos sociais e territoriais e o empoderamento do indivíduo frente a sua saúde (DIAS *et al.*, 2018).

2.2 Relatos sobre a autonomia do indivíduo e seu espaço no programa nacional de promoção da saúde

A autonomia tem como definição a identificação de potencialidades e desenvolvimento de capacidades, na qual possibilita escolhas conscientes de sujeitos e comunidades sobre suas ações e trajetórias, principalmente sobre os determinantes de sua saúde. Essas afirmações são encontradas entendidas ou subentendidas desde o documento da Primeira Conferência Internacional de Saúde em 1986, a Carta de Ottawa. Como resultado, esse acontecimento foi precursor para que a promoção da saúde se tornasse área institucional de ações sobre a saúde (BRASIL, 2018; BRASIL, 2002).

As ações previstas na Carta de Ottawa se aplicam na Política Nacional de Promoção da Saúde e em atribuições específicas da gestão. Ora, quando se trata de promoção da saúde, considera-se que a mesma está relacionada com o aumento do domínio dos sujeitos, destarte, identifica-se então, a autonomia como estrutura norteadora das ações de promoção da saúde. Pode-se dizer que a promoção da saúde busca desenvolvimento da autonomia e singularidade dos sujeitos, sendo fundamental nas relações sociais, mentais, econômicas, políticas e na saúde individual e coletiva (BRASIL, 2018; BRASIL, 2002).

A promoção da saúde busca fomentar a autonomia dos indivíduos e é considerada um determinante positivo essencial para a saúde. Ora, a autonomia cerne da proposição de empowerment tanto individual como coletivo e está presente na prática da cidadania do sujeito e o leva a submeter comportamentos individuais e coletivos transformando o campo de sua vivência. Dessa forma, o empowerment está relacionado ao processo de evolução do ser humano e é alcançado por meio de ações transformadoras com a cooperação individual e coletiva (FLEURY-TEIXEIRA *et al.*, 2008; MASSON *et al.*, 2020).

Diante dessas discussões, Pereira, Rech e Morini (2021) realizaram uma pesquisa qualitativa para investigação das contribuições das Práticas Integrativas e Complementares (PIC) para a autonomia dos indivíduos e profissionais. A pesquisa foi realizada em um Centro de Saúde com 18 indivíduos que tinham algum vínculo com as PIC, as informações foram coletadas por meio de entrevistas semiestruturadas para a compreensão das concepções de autonomia em saúde e como as PIC podem contribuir na autonomia.

Primeiramente os autores do estudo citado anteriormente investigaram as concepções acerca da autonomia em saúde, por meio disso, os participantes trouxeram questões que envolvem autonomia como a ampliação da consciência, da capacidade de governar a si mesmo e autonomia como acesso. As afirmações trazidas pelos entrevistados vão de encontro com a ideia de Campos (2012) na qual descreve que a autonomia pode ser compreendida como a habilidade do sujeito em lidar com as dependências, de procederem sobre si mesmos e sobre o lugar em que estão inseridos. Assim, foi relatado por um dos entrevistados:

“[...] acho que autonomia na saúde é a pessoa se apropriar de si mesma no cuidado dela na saúde. Então ela ter consciência de que ela tem o papel, o papel é dela de cuidar de sua saúde [...] então acho que autonomia entra bastante numa questão de responsabilidade consigo mesmo.” (PEREIRA; RECH; MORINI, 2021)

Além disso, foi relatado por outro entrevistado nesse mesmo estudo que a autonomia em saúde requer acesso aos serviços de saúde:

“Então, autonomia do ponto de vista populacional [...] é ter acesso ao sistema de saúde, seja público ou privado, que funcione, que a pessoa consiga trazer suas demandas [...]” (PEREIRA; RECH; MORINI, 2021)

No estudo de Pereira, Rech e Morini (2021) aparecem percepções diferentes em relação aos significados das PIC e à ligação dos termos autonomia e PIC o que demonstra assim pouco conhecimento por parte dos entrevistados, principalmente por PIC ser um termo recente adotado pelo Ministério da saúde, como é descrito por dois deles:

“[...] são aquelas práticas em saúde que são integrais no sentido de não dependerem da medicina convencional para existir [...] que tem seu próprio sistema de diagnose, tem seu próprio sistema de fisiologia, anatomopatologia e tratamento. As medicinas complementares são aquelas que complementam algum aspecto da nossa medicina convencional [...]” (PEREIRA; RECH; MORINI, 2021)

“Por eu estar fazendo acupuntura eu não preciso de remédio na minha vida, assim. Então eu acredito que seja algo relacionado à autonomia. Não depender de tomar remédio pra dormir, que é o que eu estava esperando que fosse acontecer.” (PEREIRA; RECH; MORINI, 2021)

Em suma, a pesquisa demonstrou que os indivíduos entrevistados associam a autonomia em saúde com questões de ganho de conhecimento, independência e a acesso aos serviços de saúde. No que se refere à compressão de PIC os entrevistados relataram ideias distintas e a maioria relatou o não conhecimento pelo conceito de PIC (PEREIRA; RECH; MORINI, 2021).

Já o estudo de Reis *et al.* (2021) expõe as ideias de ações dos profissionais de saúde para a promoção da autonomia feminina durante a assistência ao parto e nascimento. Diante disso, realizou-se uma pesquisa qualitativa com 17 profissionais em um hospital universitário, a coleta das informações fora realizada por meio de entrevista fenomenológica com questões relacionadas ao processo de parturição e autonomia feminina. Em consequência disso, o estudo refere os conhecimentos e as situações biográficas dos profissionais de saúde acerca das ações cotidianas no setor obstétrico do hospital.

Segundo Pires (2011) a autonomia profissional é um requisito para alcançar a satisfação e implica na tomada de decisão clínica independente, ordenada por evidências científicas tanto característico da profissão quanto multiprofissional, necessitando de aprendizagem contínua e aplicação no cuidado. Dessa forma, o estudo de Reis *et al.* (2021) traz relatos da equipe de saúde em relação as suas ações sociais diante a assistência em saúde no setor obstétrico:

“Vamos ajudando elas a adquirem conhecimento, esclarecer dúvidas. Atuamos muito dando as orientações e se fazendo presente. Às vezes, você fica ali, faz uma massagem nas costas, pega na mão para ela saber que tem alguém fazendo a escuta ativa, ouvindo a queixa, ouvindo o choro. Isso ajuda a se sentirem mais seguras.” (REIS *et al.*; 2021)

“A gente estimula a deambular, a ficar na bola, a tomar banho, essas coisas mais relaxantes e mais estimulantes para o parto. Se elas [mulheres] quiserem permanecer deitadas, é uma opção delas. Mas eu sempre gosto de dialogar, fazer a paciente entender.” (REIS *et al.*; 2021)

“Eu oriento primeiro sobre o que vou fazer. Explico qual é o meu trabalho, quais são as nossas possibilidades e pergunto se posso ficar. Se elas autorizam, começo a trabalhar, se não, eu pergunto se mesmo assim elas querem ouvir o que eu tenho para orientar. A partir do momento que ela aceita a minha ajuda, já é a autonomia dela.” (REIS *et al.*; 2021)

No estudo de Reis *et al.* (2021) percebe-se que os profissionais tentam estimular a autonomia das mulheres durante o parto contribuindo para o alcance de um parto bem sucedido. Como desfecho o autor elucidou que há ainda um caminho a ser percorrido para efetivação de ações de promoção da autonomia da mulher e é primordial o fortalecimento de questões relacionadas a boas práticas na atenção ao parto.

O estudo de Masson *et al.* (2020) traz que há possibilidade de assegurar às pessoas o direito à participação nas decisões, desde que haja um ambiente participativo e emancipatório e uma educação crítica e reflexiva, tanto nos espaços formais ou informais de educação. Nesse contexto, as autoras elucidam que a adolescência é entendida como uma fase peculiar do desenvolvimento humano e que necessita de atenção especial, visto as transformações características dessa fase.

Segundo as autoras nesse momento ocorrem as principais mudanças no processo de desenvolvimento humano, sendo um período de aprendizagem e amadurecimento no modo de agir, pensar e desempenhar seu papel na sociedade. Essa adolescência traz consigo os perigos da vulnerabilidade aos agravos a saúde, tanto nos aspectos econômicos e sociais na educação, cultura, trabalho, justiça, entre outros, determinando a necessidade desta atenção específica em sua trajetória, principalmente na proteção integral, enfrentamento das adversidades e fortalecimento individual e coletivo (MASSON *et al.*, 2020).

O empoderamento fortalece esses adolescentes e permite que os mesmos reflitam sobre suas ações e participações individuais e coletivas, tornando-se sujeitos de sua própria história, modificando os determinantes sociais e trilhando caminhos diferentes, promovendo o cuidado e autocuidado por meio de atividades realizadas na escola, nas unidades de saúde, no domicílio, no trabalho, etc.

A educação em saúde torna-se uma ferramenta (estratégia) primordial para a promoção da saúde, pois sensibiliza, conscientiza e estimula as pessoas a interagir com comportamentos conscientes de cuidados, promoção da saúde e prevenção de agravos (MASSON *et al.*, 2020). Os debates, as rodas de conversa, as oficinas e círculos de cultura, utilizados no estudo analisado, compõe esta estratégia, que deve ser organizada sistematicamente, baseando-se sempre na perspectiva participativa e estratégia educativa. Esta educação proporciona às pessoas maior controle sobre suas vidas e poder de decisão e autonomia sobre sua qualidade de vida.

A pesquisa tratou-se de um estudo descritivo, exploratório, com abordagem qualitativa, em que participaram 12 (doze) adolescentes de ambos os sexos, com idades de 15 a 17 anos, do ensino médio de escola pública no interior de SP, que já faziam parte das atividades de educação em saúde desenvolvidas na escola no ano anterior à coleta dos dados e, que, ainda participavam. Estes dados foram obtidos por meio de entrevistas semiestruturadas e observação participante.

Para a análise dos dados utilizou-se a Análise de Conteúdo (Modalidade Temática). Na escola analisada, um grupo de graduandos do curso de Bacharelado e Licenciatura em Enfermagem da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (EERP/USP), vinculadas ao Programa Aprender com Cultura e Extensão da Pró-Reitoria de Cultura e Extensão da USP, desenvolvem semanalmente, para os alunos do ensino médio, atividades educativas, pautadas nos princípios da Promoção da Saúde, com temas vividos pelos alunos, como paz, violência, sexualidade, relações familiares, *bullying*, etc (MASSON *et al.*, 2020).

Pela análise das falas dos adolescentes, as autoras encontraram os seguintes núcleos temáticos: “as atividades de promoção da saúde, os instrumentais e estratégias utilizados” e “o empoderamento”. No primeiro núcleo, ressalta-se que as metodologias utilizadas devem aproximar-se do dia a dia dos adolescentes, com estratégias e assuntos que promovam interesse para suas vidas. A criação de espaços para a aprendizagem e escuta, numa relação dialógica, torna-se fundamental na formação dos adolescentes, considerando-se os conflitos e contradições desta fase da vida” (MASSON *et al.*, 2020).

As autoras destacaram a necessidade de uso de metodologias ativas pelos professores, sempre inovando e mudando as aulas, estreitando os conteúdos curriculares aos anseios dos alunos. No segundo núcleo, considera-se o empoderamento a partir da participação ativa. Pois, o indivíduo é um ser histórico, social e político e o fazer, coletivo nas relações estabelecidas no contexto da própria vida (MASSON *et al.*, 2020).

Por meio dos relatos, percebe-se que os adolescentes se referem à mudança pessoal de valores e a saberes já internalizados, à construção de argumentos, consciência crítica, que as atividades proporcionaram reflexões sobre o pensar e fazer escolhas mais saudáveis, a empatia com o próximo, mas também se referem à maneira como enxergam o mundo. Também refletem nesta

visão de mundo, do todo que está ao seu redor. Essa compreensão remete à conquista da autonomia e do empoderamento:

“Porque ensina a gente a ver, assim, mudar nossa opinião, entendeu? Muitas coisas, mudar a gente. Igual hoje, a gente tava falando sobre machismo, feminismo, tal [...] e isso é bom, porque muda a opinião, muda o jeito de pensar, o modo de ver o mundo.” (MASSON et al., 2020)

Masson et.al. (2020) trazem que a autonomia vem antes do empoderamento e, que este só acontece com o exercício da cidadania. Nos fazem refletir sobre o papel ético dos educadores em sua prática. Que estes proporcionem momentos para reflexão crítica e ressignificação da vida pelos alunos. As autoras evidenciam que várias estratégias de educação em saúde não possibilitam a formação de sujeitos autônomos e críticos, pois se utilizavam de estratégias e atividades ineficazes e que não promoviam o empoderamento. Como a estratégia vertical (“Educação Bancária”), com palestras e ações pontuais, não considerando o aluno como sujeito histórico e social.

Neste contraponto, obtém-se a dialética, com potencialidades e fragilidades das estratégias: a primeira, vertical, sem a participação do aluno; a segunda, horizontal, participativa, inclusiva, reflexiva, baseadas na escuta e demanda dos alunos. As autoras concluíram que a compreensão do trabalho da educação em saúde, possibilita o empoderamento de escolares, tornando-se importante, pois são atividades já desenvolvidas nas escolas. Estas atividades devem contemplar ações que contribuem para a promoção da saúde e ser desenvolvidas dentro do espaço da escola, visando à formação de sujeitos mais críticos e ativos (MASSON et al., 2020).

Muitas são as formas de intervenção para a estimulação da autonomia em busca da promoção da saúde em diversos grupos sociais, intervenções essas que podem agrupar diversos aspectos sensoriais ou apenas um. Dessa forma, é fundamental que o objetivo conquistado seja a capacidade do indivíduo de captar informações e obter o conhecimento de si e de sua saúde no contexto biopsicossocial.

Seguindo o contexto das PIC como promotoras de saúde, o estudo de Galvanese, Barros e D’Oliveira (2017), teve como propósito a análise qualitativa das PIC, seus aspectos positivos e negativos na atenção primária em saúde no SUS, com o apoio de 16 unidades, dentre elas Unidades Básicas de Saúde (UBS), Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF), centro de Convivência e Cooperativa (CECCO), Centro de Saúde Escola (CSE) e o Centro de Testagem e Aconselhamento em Doenças Sexualmente Transmissíveis (CTA/SAE DST/AIDS).

Muitos são os motivos que levam os civis a procura de abordagens terapêuticas, infelizmente na sua maioria a procura ocorre para intervenção curativa e não como forma de promoção da saúde.

“Fui me reconhecendo, percebi quando dava a dor, se um pé fica com o peso que nem o outro pé (...) a colocar o balde mais alto para não doer o joelho”; a outra observa: “Até pra passar pano na casa, a gente tem que ter postura”; e a terceira emenda: “As meninas do laboratório falam: „nossa! Você tem um jeito todo chique e importante de passar o pano” [e demonstra seu „jeito” inclinando-se à frente com o apoio de um joelho flexionado e alinhado com o pé].” (GALVANESE, BARROS & D’OLIVEIRA, 2017)

Há aquelas em que a partir de um determinado costume, hábito adquiridos durante a vida, veem a necessidade de uma forma promover a sua saúde e com isso sua autonomia frente a episódios vivenciados:

“Sou uma pessoa muito agitada, muito, muito. Agora eu consigo, com a meditação, parar, eu consigo recuar. Porque quem é muito agitado e quer resolver de qualquer jeito não resolve da melhor maneira, né? Você tem que esperar o outro querer e decidir também (...) por ser uma pessoa muito agitada, às vezes a gente „atropela” (...) acho que eu consigo, agora, enxergar e analisar. Meditar faz a gente se enxergar como ser humano” (EBM, Meditação, atividade interna, unidade R) (GALVANESE, BARROS & D’OLIVEIRA, 2017)

“A gente fica com a mente diferente. Porque não fica pensando só naqueles problemas que a gente já passou, naqueles que tá passando, então você consegue se desligar de alguns problemas e se voltar um pouco para si, porque às vezes nós nos esquecemos, deixamos de movimentar nosso corpo, de usar nossa mente” (EAC, Lian Gong, igreja, unidade V). (GALVANESE, BARROS & D'OLIVEIRA, 2017)

Apesar das discussões recorrentes sobre a promoção da saúde, muito se procura a autonomia após acontecimentos em que afetam principalmente fatores biológicos do indivíduo, deve-se discutir a implementação de diversas políticas na autonomia do ser de forma promocional da saúde em todo contexto social, biológico, ambiental e psicológico. É fundamental o conhecimento de si e é obrigação dos profissionais de saúde a repercussão do tema e divulgação do conhecimento para a população.

2.3 Gestão Participativa e Participação Popular

A participação popular pode ser considerada um pré-requisito político para se gerar efetivamente a saúde, sendo condição indispensável para a efetividade das políticas públicas. A igualdade no acesso a saúde é motivo de grandes debates quando se trata de políticas públicas, tendo em vista o extenso território nacional. Por isso é necessário o planejamento adequado a busca pela participação popular como principal ferramenta de adaptação e execução das ações para a conquista da ampliação da saúde e a minimização das ocorrências de desigualdades entre grupos regionais (SOUSA *et al.*, 2017).

Como estratégia de promoção da saúde se encontra o Movimento das Cidades Saudáveis com dois objetivos principais a serem alcançados: o desenvolvimento comunitário local e a melhoria da qualidade de vida das pessoas. A luta pela equidade deve ser constante principalmente entre os grupos populacionais menos favorecidos como as mulheres, moradores em situação de rua e periferia e negros. Portanto, dar voz a essas pessoas contribui para o melhor entendimento na implementação de diversas políticas para a promoção da saúde (SOUSA *et al.*, 2017).

O relato de Sousa *et al.* (2017) sobre a utilização do diagnóstico participativo na identificação de problemas de saúde em uma comunidade de Fortaleza (CE) em situação de vulnerabilidade social, traz uma importante reflexão acerca da questão da participação social no enfrentamento das condições de saúde. Os autores utilizaram a técnica de diagnóstico participativo como método para obtenção dos resultados.

O diagnóstico participativo (DP) pode ser definido como um método de escuta para a aquisição e a construção coletiva de dados, sobre determinadas realidades. Envolve atores sociais residentes na comunidade, sendo utilizado para fazer levantamento da realidade local, incluindo a identificação dos principais problemas nas áreas da saúde social, econômica, cultural, ambiental, físico-territorial e político-institucional (CASTRO e ABRAMOVA, 2015). O DP pode ser considerado uma ferramenta para promoção das práticas de empoderamento das condições sociais e de saúde o que possibilita o compartilhamento de soluções envolvendo os direitos e deveres do Estado e da sociedade (SOUSA *et al.*, 2017).

Neste relato, os autores utilizaram o DP em uma comunidade em situação de vulnerabilidade social na cidade de Fortaleza (CE) com o objetivo de conhecer a percepção dos moradores a respeito dos problemas existentes e que interferem na saúde da comunidade em situação de vulnerabilidade social e quais as estratégias utilizadas para resolução dos problemas identificados.

Dois eixos principais foram identificados: a fragilidade intersetorial no manejo dos problemas identificados; e estratégias no enfrentamento de problemas. No eixo da fragilidade intersetorial foram elencados como principais problemas a (in)segurança, iluminação pública, saneamento básico e ocupação (lazer) (SOUSA *et al.*, 2017).

Para as estratégias de enfrentamento, destacaram-se dois aspectos: a mobilização social e apoio das instituições presentes no território. Os autores identificaram que muitas das resoluções dos problemas em comunidades vulneráveis ocorrem por meio das mobilizações sociais e não do poder público, como no caso da resolução de parte do problema de saneamento básico:

“A gente fez uma vaquinha [uma cota entre os moradores para arrecadar dinheiro] ... a gente mandou colocar concreto [na rua], mas também só tem

concreto até a minha casa, e da minha casa para lá já não tem mais, é tudo lama.” (SOUSA, 2017)

Outra estratégia é a de organização social para o bem-estar com ações culturais e relações familiares como a promoção de festas em datas comemorativas, ações voluntárias como tomar conta dos filhos das vizinhas para que as mesmas possam trabalhar, trabalhar na construção de uma igreja para a comunidade, e ações de religiosidade, como a prática de evangelização (rezar o terço) em casa aberta à comunidade (SOUSA *et al.*, 2017).

O apoio das instituições presentes no território também foi destacado como uma solução aos problemas encontrados. Organizações não governamentais, Universidades com atuação no território por meio da oferta de serviços, atividades físicas, e bolsas de estudo possibilitam o acesso a lazer, cultura, educação e serviços de saúde, sendo reconhecidos pelos moradores como importantes meios para a promoção da saúde da comunidade (SOUSA *et al.*, 2017).

Por meio do relato presente no de Sousa *et al.* (2017) é possível observar a importância da participação popular na produção da saúde da comunidade, em especial em comunidades em situação de vulnerabilidade, onde as ações do Estado por vezes não são direcionadas. A força da ação comunitária fica evidente, assim como a necessidade de se empoderar e utilizar os recursos presentes na comunidade como ferramentas de implementação e gestão das ações para promoção da saúde.

Outro relato sobre a participação popular está no relato de Pinto e Silva (2019) que fez um rastreio das ações de promoção da saúde em um bairro em situação de vulnerabilidade social no município de João Pessoa (PB) correlacionando tais ações com os princípios da PNPS.

Os autores relatam existir uma Rede Comunitária que articula ações educacionais e assistenciais na saúde por meio de projetos e eventos. Compõem esta rede organizações governamentais (escolas, unidades básicas de saúde, centro de referência em assistência social) e não governamentais (representantes da sociedade civil e igrejas), sendo destacado o papel do Centro de Desenvolvimento Comunitário de uma fábrica de cimentos do bairro voltado ao financiamento de projetos sociais na comunidade (PINTO; SILVA, 2019).

Através de entrevistas semiestruturadas e da observação das reuniões desta rede comunitária, os pesquisadores identificaram os momentos de implementação, planejamento e avaliação das ações observadas com o tipo de ação e parceiros envolvidos, além da correlação de tais ações com os princípios e diretrizes da PNPS. Os autores identificaram sete ações de promoção da saúde no território estudado, sendo que em quatro delas o campo de ação incluiu o reforço da ação comunitária, como por exemplo o projeto “dia do bem fazer”:

“O Dia do Bem Fazer é uma ação idealizada e financiada pelo Comitê de Desenvolvimento Comunitário da fábrica de cimento. Tem como alvo a população em geral e conta com o apoio da Rede na ativação das instituições do bairro para a mobilização e participação da comunidade nas atividades do projeto, que consistem no trabalho voluntário para operar melhorias estruturais em espaços da comunidade, como escolas, creche, praças, etc.” (PINTO E SILVA, 2019)

Projeto Semana do Bebê, relato de um participante:

“A Semana do Bebê é uma semana toda. A gente tem a abertura e tem a finalização. Aí trabalha com as famílias, tem temáticas que trabalham com os profissionais que estão inseridos na Rede. Trabalha dentro da Creche que é a primeira infância com oficinas de shantala, contação de estória, trabalha com as escolas, com as Organizações não Governamentais porque também têm crianças e adolescentes e as famílias. Engloba todo mundo, nesses espaços, nas escolas, no Centro de Referência em Assistência Social.” (PINTO E SILVA, 2019)

Projeto Feira de Cultura, Educação e Arte:

“A Feira de Cultura, Educação, Saúde e Arte é organizada pela Rede por meio dos aparelhos estatais que atuam na comunidade. Suas ações têm

objeto único, quando direciona para o controle das doenças e agravos. Porém, também se apresentam abrangentes quando fazem conexão com os determinantes, como as atividades de cultura e lazer. Nesse sentido, é possível identificar os valores, felicidade, solidariedade, assim como os princípios de participação, intersetorialidade e territorialidade como parte dessas ações.” (PINTO E SILVA, 2019)

Projeto Feira de Cultura, Educação e Arte, relato de um participante:

“As mães e os pais vêm porque eles querem ver a premiação. A gente faz concurso de redação, concurso de poesia. Então, sempre nesse dia, é o dia que a gente trata de homenagear quem realmente merece essa homenagem. E a gente dá essa liberdade deles escolherem o que eles querem apresentar: música, dança, teatro, o que for. Eles gostam demais.” (PINTO E SILVA, 2019).

Observa-se nestes projetos, que o trabalho em rede comunitária integra os diferentes atores da comunidade, articula ações intersetoriais, recursos, evita duplicidades de ações e potencializam os processos participativos, partilha do poder, protagonismo social, político e de solidariedade. Os autores identificaram os princípios e valores da promoção a saúde de corresponsabilização, participação popular e intersetorialidade nestas ações.

O estudo de Réus *et al.* (2019) tem por objetivo relatar a experiência de gestão participativa em uma estratégia de saúde da família (ESF) desenvolvida por meio de assembleias comunitárias. Os autores descrevem a implantação das assembleias comunitárias no território da ESF, visto que a ESF pode ser considerada um dispositivo para fomento e materialização da participação da comunidade no planejamento e organização das ações em saúde (RÉUS *et al.*, 2019).

A iniciativa partiu da inquietação da equipe atuante na ESF com relação ao distanciamento da comunidade nas decisões em saúde. A primeira assembleia contou com 50 participantes, entre profissionais da equipe de saúde da família, membros no conselho local de saúde e moradores da comunidade. Inicialmente houve uma explicação sobre a atuação a ESF, e prestação de contas com relação aos serviços prestados, recursos utilizados. Em seguida, a comunidade ganhou voz, e pode expressar dificuldades e sugestões:

*“A principal queixa relatada foi em relação à quantidade de vagas no agendamento e à forma de agendar, que até então era somente via telefone, uma vez por semana, conforme determinação da gestão central do município. Os participantes relataram problemas nas linhas telefônicas que eram desconhecidos pela equipe. Ainda, algumas sugestões quanto a serviços de recepção, disposição da agenda e solicitações de novas especialidades foram acolhidas para devidos encaminhamentos, bem como foram firmados pactos de parcerias com autoridades locais a fim de conseguir sanar algumas demandas sociais que influenciam diretamente a saúde.” (RÉUS *et al.*, 2019)*

Pela da assembleia comunitária, mudanças importantes foram realizadas na gestão da ESF do território estudado, sendo determinada sua realização anualmente. Os participantes da assembleia consideraram benéficos os resultados da mesma, pois trouxe aproximação e criação de vínculo entre as partes, e os usuários perceberam-se parte ativa integrante do processo de tomada de decisões com relação à saúde da comunidade e à sua própria saúde. Tal iniciativa serviu como exemplo para as demais ESF do município, sendo replicada e integrada por parte da gestão da saúde do município como ferramenta de participação popular no SUS (RÉUS *et al.*, 2019).

A participação popular por meio das assembleias locais, possibilitam a singularização das ações de saúde no território, segundo a demanda local, tornando as intervenções mais eficazes no sentido de atender as reais necessidades da comunidade possibilitando assim a efetivação do princípio de integralidade no cuidado e acolhimento das demandas no processo de trabalho em saúde.

Com base nos três relatos apresentados com relação à gestão participativa, entende-se que a participação popular não pode estar restrita à participação em formulação de políticas públicas como

nas reuniões de Conselhos e Conferências de Saúde (RÉUS *et al.*, 2019). Para sua concretude é necessário a participação nos diferentes espaços, em especial das ESF pois ali está a voz de quem vivencia o processo real de saúde-doença no território. O diálogo entre gestores, profissionais e usuários é a base para o processo de integralidade no cuidado e promoção da saúde, possibilitando a tomada de decisões efetiva e de responsabilidade compartilhada.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio desse texto conceitual foi possível perceber que a promoção da saúde busca incentivar as questões relativas ao direito de voz, reforçando ações comunitárias. Nesse contexto a autonomia, a participação popular e a gestão participativa têm incidido na defesa ao direito à saúde. Logo, os relatos de experiência descritos expõem que a promoção da saúde deve ser discutida na procura de implementação de políticas públicas para o conhecimento de si juntamente com a participação popular e torna-se obrigação dos profissionais da saúde as repercussões desses temas e divulgação para a população. Já que esses temas possibilitam a singularização das ações de saúde no território, tornando as intervenções mais eficazes atendendo as reais necessidades da comunidade e possibilitando assim a efetivação do princípio de integralidade no cuidado e acolhimento das demandas no processo de trabalho em saúde.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Projeto Promoção da Saúde. **As Cartas da Promoção da Saúde**. Brasília. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde, 2002.

_____. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Promoção da Saúde**. Brasília. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde, 2018.

CAMPOS, Rosana Teresa Onocko; CAMPOS, Gastão Wagner de Sousa. Co-construção de autonomia: o sujeito em questão. In: CAMPOS, Gastão Wagner de Sousa; MINAYO, Maria Cecília de Souza; AKERMAN, Marco; JÚNIOR, Marcos Drumond; CARVALHO, Yara Maria. (org.). **Tratado de Saúde Coletiva**. São Paulo: Hucitec, 2012. cap. 20, p. 669-688.

CASTRO, Mary Garcia; ABRAMOVA, Miriam. Guia do diagnóstico participativo. **Flacso Brasil**. 2015. Disponível em: <<http://flacso.org.br/files/2015/08/Guia-do-Diagnostico-Participativo.pdf>> Acesso em: 22 de setembro de 2021.

COSTA, Ana Maria; LIONÇO, Tatiana. Democracia e Gestão Participativa: uma estratégia para a equidade em saúde? **Revista Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 47-55, 2006.

DIAS, Maria Socorro de Araújo; OLIVEIRA, Irlanda Pontes; SILVA, Lucilane Maria Sales; VASCONCELOS, Maristela Inês Osawa; MACHADO, Maria de Fátima Antero Sousa; FORTE, Franklin Delano Soares; SILVA, Lielma Carla Chagas. Política Nacional de Promoção da Saúde: um estudo de avaliabilidade em uma região de saúde no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, p. 103-114, 2018.

FLEURY-TEIXEIRA, Paulo; VAZ, Fernando Antônio Camargo; CAMPOS, Francisco Carlos Cardoso; ÁLVARES, Juliana; AGUIAR, Raphael Augusto Teixeira; OLIVEIRA, Vinícius de Araújo. Autonomia como categoria central no conceito de promoção de saúde. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 2115-2122, 2008.

GALVANESE, Ana Tereza Costa; BARROS, Nelson Filice; D'OLIVEIRA, Ana Flávia Pires Lucas. Contribuições e desafios das práticas corporais e meditativas à promoção da saúde na rede pública de atenção primária do Município de São Paulo, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 33, n. 12, p. 1-13, 2017.

MALTA, Deborah Carvalho; NETO, Otaliba Libanio Moraes; SILVA, Marta Maria Alves; ROCHA, Dais; CASTRO, Adriana Miranda; REIS, Ademar Arthur Chioro; AKERMAN, Marco. Política Nacional de

Promoção da Saúde (PNPS): capítulos de uma caminhada ainda em construção. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 6, p. 1683-1694, 2016.

MASSON, Livia Neves; SILVA, Marta Angélica Iossi; ANDRADE, Luciane Sá; GONÇALVES, Marlene Fagundes Carvalho; SANTOS, Bruna Domingos. A educação em saúde crítica como ferramenta para o empoderamento de adolescentes escolares frente às suas vulnerabilidades em saúde. **Revista Mineira de Enfermagem**, Belo Horizonte, v. 24, n. 1, p. 1-7, 2020.

PEREIRA, Léo Fernandes; RECH, Cassiano Ricardo; MORINI, Simone. Autonomia e Práticas Integrativas e Complementares: significados e relações para usuários e profissionais da Atenção Primária à Saúde. **Revista Interface**, Botucatu, v. 25, n. 1, p. 1-17, 2021.

PINTO, Maria Benegelania; SILVA, Kênia Lara. Promoção da saúde no território: potências e desafios dos projetos locais. **Escola Anna Nery**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, 2019.

PIRES, Maria Raquel Gomes Maia. Limites e possibilidades do trabalho do enfermeiro na estratégia saúde da família: em busca da autonomia. **Revista Escola de Enfermagem da USP**, São Paulo, v. 45, n. 2, p. 1710-1715, 2011.

REIS, Thamiza Laureany da Rosa; HONNEF, Fernanda; PADOIN, Stela Maris de Mello; ALVES, Valdecyr Herdy; SOUZA, Ívis Emília de Oliveira. Promoção da autonomia feminina durante o processo parturitivo: intencionalidade das ações de profissionais da saúde. **Revista Baiana de Enfermagem**, Bahia, v. 35, n. 1, p. 1-10, 2021.

RÉUS, Daiane Mendes de Assis; FERRAZ, Fabiane; SORATTO, Jacks; PILATTI, Patrícia; SOUZA, Diego Floriano; NASCIMENTO, Elieser Peper. Assembleia comunitária como promoção da gestão participativa em saúde. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v. 72, n. 1, p. 331-335, 2019.

SOUSA, Izautina Vasconcelos; BRASIL, Christina César Praça; SILVA, Raimunda Magalhães; VASCONCELOS, Dayse Paixão; SILVA, Kellyanne Abreu; BEZERRA, Ilana Nogueira; FINAN, Timoty J. Diagnóstico participativo para identificação de problemas de saúde em comunidade em situação de vulnerabilidade social. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 12, p. 3945-3954, 2017.

HOME OFFICE: PESQUISA DE CAMPO SOBRE OS BENEFÍCIOS E OS DESAFIOS

HOME OFFICE: FIELD RESEARCH ON BENEFITS AND CHALLENGES

Dinâmicas Territoriais e Desenvolvimento Regional: Gestão organizacional e Empreendedorismo.

GUARIZO, Elisângela Cristiane Alves
Fatec Dr. Thomaz Novelino - Franca/SP
Tecnólogo em Gestão de Recursos Humanos
elisangela.guarizo@fatec.sp.gov.br

CINTRA, Juliana Aparecida
Fatec Dr. Thomaz Novelino – Franca/SP
Tecnólogo em Gestão de Recursos Humanos
juliana.cintra@fatec.sp.gov.br

ARAÚJO, Érica Aparecida
Fatec Dr. Thomaz Novelino – Franca/SP
Doutora em Engenharia de Produção (USP)
e docente na Fatec Franca/SP
erica.araujo@fatec.sp.gov.br

ARAÚJO, Adriana Cristina
Fatec Dr. Thomaz Novelino – Franca/SP
Mestra em Engenharia de Produção (USP)
e docente na Fatec São Carlos/SP
adriana.araujo5@fatec.sp.gov.br

Resumo

Neste período em que se enfrenta a pandemia da COVID-19, o home office apresenta-se como uma alternativa para a continuidade e a produtividade das organizações e da preservação da saúde de seus colaboradores. O processo de migração da modalidade do trabalho tradicional para o home office depende da maturidade corporativa, tanto do controle das tecnologias e dos meios de comunicação utilizados, como também no amplo conhecimento dos seus processos, fluxos de trabalho e autonomia da equipe. Desta forma, o objetivo do estudo é identificar e destacar quais os principais benefícios e desafios do home office para colaboradores e empresas. Para tanto, utilizou-se como metodologia de pesquisa uma abordagem qualitativa de caráter exploratório, com estratégia de pesquisa embasada na revisão de literatura e pesquisa de campo, com questionário semiestruturado. Participaram da pesquisa 123 respondentes, que permitiram destacar como principais benefícios do home office o aumento da produtividade, melhor qualidade de vida, redução de custos e de rotatividade. Em contrapartida alguns dos desafios apontados foram: estrutura inadequada, perda de foco no trabalho, comunicação ineficiente, além da falta do convívio social e gestão das emoções. O que permitiu concluir que o home office apresenta-se como uma forma de trabalho que possibilita ganhos e agregação de valor para ambos os lados, sendo necessário aparar algumas arestas, realizar o planejamento de infraestrutura e equipamentos, treinamento dos funcionários quanto a gestão de tempo, rotina de trabalho e equilíbrio entre vida profissional e pessoal.

Palavras-chave: estratégia de trabalho, qualidade de vida, trabalho remoto.

Abstract

In this period in which a COVID-19 pandemic is being faced, the home office presents itself as an alternative for the continuity and productivity of associations and the preservation of the health of its employees. The process of migration from the traditional work mode to the home office depends on corporate maturity, both on the control of the technologies and means of communication used, as well as on the broad knowledge of its processes, work flows and team autonomy. Thus, the objective of the study is to identify and highlight the main benefits and challenges of home office for employees and companies. Therefore, a qualitative exploratory approach is used as a research methodology, with a research strategy based on literature review and field research, with a semi-structured questionnaire.

A total of 123 respondents took part in the survey, which highlighted as the main benefits of the home office the increase in productivity, better quality of life, cost reduction and turnover. On the other hand, some of the challenges pointed out were: inadequate structure, loss of focus on work, inefficient communication, in addition to the lack of social interaction and management of emotions. What requires that the home office presents itself as a way of working that enables gains and value addition for both sides, it is necessary to trim some edges, carry out infrastructure and equipment planning, train employees on time management, work routine and work-life balance.

Keywords: work strategy, quality of life, remote work.

1 INTRODUÇÃO

Em um ambiente altamente competitivo e dinâmico é notório o empenho dos empresários e gestores em buscar a manutenção de vantagem competitiva sustentável para as suas organizações, por meio de novas técnicas e estruturas capazes de contribuir com a agilidade e flexibilidade diante das adversidades de um mercado cada vez mais globalizado e dinâmico (MARTINS; HONÓRIO, 2012).

Nesse sentido, para superar os desafios provocados pela pandemia do coronavírus, muitas empresas tiveram que reestruturar suas estratégias de trabalho para permanecerem no seu mercado de atuação, utilizando entre suas diversas ações, a modalidade home office.

O home office não é algo novo em nossa sociedade, visto que surgiu na década de 70 com a crise do petróleo. Essa modalidade de trabalho busca atenuar questões como saúde do funcionário, acidentes e estresse no trânsito, e tornou-se possível devido ao avanço das tecnologias e a competição empresarial em escala mundial (BERNARDINO *et al.*, 2009).

Para Mello (1999), o trabalho remoto quando gerido de forma eficiente proporciona resultados positivos tanto para as organizações como para os funcionários, aproximando-se de um modelo organizacional mais flexível para ambos os lados.

O home office é caracterizado como um modo de flexibilização, cingindo três dimensões, a primeira é a localidade, pois o funcionário pode exercer a sua função de qualquer lugar; a segunda dimensão está na flexibilização do horário de trabalho ou do tempo que o funcionário pode se dedicar à tarefa; e a terceira dimensão correlaciona com o meio de comunicação que pode ser facilitada, uma vez que, os dados e informações podem transitar por meio de e-mails, internet, redes sociais, telefones, entre outros (MELLO, 1999; ROSENFELD; ALVES, 2011).

Limongi-França (1997) acredita que a gestão efetiva do trabalho home office contribui com a qualidade de vida de seus funcionários e com a produtividade das organizações. Para os autores é importante ressaltar que o conceito de qualidade de vida no trabalho se relaciona com o aperfeiçoamento das formas de gestão, bem como, implantação de melhorias e inovações tecnológicas no ambiente de trabalho, proporcionando segurança, saúde e bem-estar ao colaborador.

Neste contexto, o objetivo principal do trabalho é identificar e destacar quais os principais benefícios e desafios do home office para colaboradores e empresas.

O estudo justifica-se pelo fato de existir uma tendência de crescimento desta modalidade de trabalho durante e após a pandemia do coronavírus e, de acordo com Villarinho e Paschoal (2016), a literatura sobre o home office demanda de maior esclarecimento e desenvolvimento de estudos empíricos sobre o tema.

Portanto, pesquisas e estudos sobre o assunto podem contribuir com os gestores para suporte e orientação de seu planejamento estratégico, procedimentos e rotinas necessárias para proporcionar melhor qualidade de vida aos funcionários, maior produtividade e resultados a empresa em um formato ganha-ganha.

Para tanto, o estudo utilizou como metodologia de pesquisa uma abordagem qualitativa de caráter exploratório, com estratégia de pesquisa embasada na revisão de literatura e pesquisa de campo, a ser detalhada na seção 3.

A seguir apresenta-se o referencial teórico, destacando os conceitos de home office, a qualidade de vida e a produtividade no trabalho, os benefícios e os desafios do home office para o profissional e para a empresa. Na sequência, são descritos os procedimentos metodológicos, descrição e análise dos dados, resultados e discussão; e considerações finais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 HOME-OFFICE: CONCEITOS E LEGISLAÇÃO

O home office é considerado como uma forma de trabalho flexível, que surgiu em decorrência das evoluções tecnológicas ao longo dos anos. Consequentemente, essas evoluções tecnológicas permitiram o desenvolvimento e a utilização da Internet, o que contribuiu com o nascimento de uma nova forma de realizar o trabalho, tanto para as organizações como para os trabalhadores (TASCHETTO; FROELICH, 2019).

Melek (2017) reforça que o progresso da Tecnologia da Informação concretizou um novo cenário, no qual as pessoas podem trabalhar fora do escritório ou da organização. Para o autor a transformação da forma de realizar trabalho está vinculada ao progresso da sociedade, que evoluiu da atividade manual para a intelectual.

Nesse sentido, Trope (1999), de modo simples, conceitua o home office como uma forma de levar o trabalho até as pessoas, ao invés das pessoas se deslocarem até o ambiente de trabalho. O Quadro 1 apresenta as definições dos tipos de home office.

Quadro 1: Definições de home office

TIPOS DE HOME OFFICE	DEFINIÇÃO
Funcionário em seu domicílio	Forma mais comum do <i>home office</i> .
Pendular	O funcionário trabalha tanto na empresa como em casa.
Escritório vizinhança	Locais de trabalho oferecidos para vários funcionários de várias empresas que moram próximos.
Trabalho nômade	Geralmente funcionários da área comercial, que não ficam apenas em um local.
Escritórios satélites	Refere-se a escritórios da empresa que são utilizados para tratar de negócios fora da matriz central.

Fonte: Trope (1999)

Percebe-se que os tipos de home office são: funcionário em seus domicílios; pendular; escritório vizinhança; trabalho nômade e escritórios satélite. Sendo assim, é válido destacar que não há unanimidade entre os autores referente à nomenclatura para identificar o home office, que por sua vez, também é denominado, por exemplo, de trabalho à distância, trabalho em casa, trabalho virtual, escritório virtual, trabalho remoto e teletrabalho (BELLINI *et al.*, 2011). Portanto, por se tratar de um conceito em desenvolvimento o presente artigo adota o termo home office para ser utilizado no estudo em questão.

Quanto à legislação que rege o home office destaca-se, a seguir, alguns pontos pertinentes a Lei nº 13.467 de 2017, que foi aprovada para flexibilizar o mercado de trabalho e simplificar as relações entre trabalhadores e empregadores.

A lei supracitada evidencia que o home office pode ser acordado a qualquer momento pela organização, cabendo ao funcionário assinar um termo de responsabilidade comprometendo-se a seguir as instruções fornecidas pelo empregador. Assim como, se incumbindo de precaver quanto a questões de ergonomia e conforto no trabalho domiciliar, a comparecer na empresa para realização de alguma tarefa específica, o que não descaracteriza o trabalho home office.

Vale salientar, que embora tenham suas particularidades, tanto o contrato de trabalho do profissional de home office quanto o do profissional que atua de forma presencial na organização permanecem o mesmo.

Barros e Silva (2010) destacam que o home office é uma modalidade de trabalho escolhida por muitas empresas que buscam reduzir o custo do escritório.

Para Bueno e Salvagni (2016), a evolução e desenvolvimento tanto tecnológico como social permitiram questionar a compreensão do que é trabalho, de como deve ser realizado, como a legislação pode adequar a modalidade home office e como o gestor empresarial deve se posicionar diante desta estrutura e estratégia de mercado para equilibrar a qualidade de vida do funcionário e a produtividade organizacional.

2.2 QUALIDADE DE VIDA E PRODUTIVIDADE NO TRABALHO

Quando voltado para o mercado de trabalho a qualidade de vida é algo fundamental que vem ganhando visibilidade ao longo dos anos, pois afeta diretamente o colaborador e a organização. O termo qualidade de vida no trabalho (QVT) surgiu entre os anos de 1950 e 1960, no entanto, foi na década de 1970 que este conceito ganhou força, pelo professor da Universidade da Califórnia Louis

Davis que relacionou o bem-estar, saúde e desempenho dos colaboradores em suas atividades laborais como fatores que impactam a produtividade organizacional (MACEDO, 2004). O Quadro 2 resalta as características e as concepções evolutivas da qualidade de vida no trabalho (QVT).

Quadro 2: Evolução do conceito da QVT

CONCEPÇÕES EVOLUTIVAS DA QVT	CARACTERÍSTICAS OU VISÃO
QVT com uma variável (1959 a 1972)	Reação do indivíduo ao trabalho. Investiga-se como melhorar a qualidade de vida no trabalho para o indivíduo.
QVT como uma abordagem (1969 a 1974)	O foco era o indivíduo antes do resultado organizacional, mas, ao mesmo tempo, buscava-se trazer melhorias tanto ao funcionário como à empresa.
QVT como um método (1972 a 1975)	Um conjunto de abordagens, métodos e técnicas para melhorar o ambiente de trabalho e tornar o trabalho mais produtivo e mais satisfatório. QVT era vista como sinônimo de grupos autônomos de trabalho, enriquecimento de cargo ou desenho de novas plantas com integração social e técnica.
QVT como um movimento (1975 a 1980)	Declaração ideológica sobre a natureza do trabalho e as relações dos trabalhadores com a organização. Os termos “administração participativa” e “democracia industrial” eram frequentemente ditos como ideais do movimento de QVT.
QVT como tudo (1979 a 1982)	Como panaceia contra a competição estrangeira, problemas de qualidade, baixas taxas de produtividade, problemas de queixas e outros problemas organizacionais.
QVT como nada (futuro)	No caso de alguns projetos de QVT fracassarem não passará de apenas um “modismo” passageiro.

Fonte: Nadler e Lawler (1983, *apud* FERNANDES, 1996, p.42)

Para promover qualidade de vida no trabalho (QVT) é necessário que os gestores tenham uma visão sobre as relações dos colaboradores dentro e fora da empresa, pois o ambiente pessoal e familiar afeta diretamente na QVT. Os colaboradores que relatam uma vida familiar insatisfatória têm no trabalho como o único ou maior meio para alcançar a satisfação de várias de suas necessidades, especialmente, as sociais (RODRIGUES, 1999).

O Quadro 3 aponta os fatores da qualidade de vida do colaborador com o ponto de vista da gestão de pessoas, no qual apontam as características de vivência do indivíduo com o ambiente em que está inserido. O autor Walton *apud* Chiavenato (2008, p. 489) conceitua a existência de oito fatores que influenciam diretamente a qualidade de vida no trabalho, o modelo encontra-se entre os mais importantes pelo envolvimento e integração de aspectos intrínsecos e extrínsecos.

Quadro 3: Modelo relativo aos fatores QVT

FATORES QVT	DIMENSÕES
1 Compensação justa e adequada	Partilha de ganhos de produtividade.
2 Condições de segurança e saúde no trabalho	Jornada de trabalho razoável; ambiente físico seguro e saudável.
3 Utilização e desenvolvimento de capacidades	Autonomia, autocontrole, qualidade múltiplas, informações sobre o processo total de trabalho.
4 Oportunidade de crescimento e segurança	Possibilidade de carreira, crescimento pessoal, avanço salarial, segurança de emprego.
5 Integração social na organização	Ausência de preconceitos, igualdade, mobilidade, relacionamento, senso comunitário.
6 Garantias constitucionais	Direitos de proteção ao trabalhador, liberdade de expressão, tratamento imparcial.
7 O trabalho e o espaço total de vida	Estabilidade horária, tempo para lazer da família.
8 Relevância social da vida no trabalho	Imagem, responsabilidade social e de produtos.

Fonte: Walton (*apud* CHIAVENATO, 2008, p. 489)

Observa-se que os oito fatores destacados por Walton afetam diretamente a qualidade de vida dos funcionários e consequentemente, a produtividade da organização como um todo. Portanto, é importante entender o conceito de produtividade, que de acordo com King, Lima e Costa (2014), além de ser uma unidade de medida de resultado do rendimento do trabalho está relacionada com valores agregados à sustentabilidade, eficiência e bem-estar dos funcionários. Kilimnik e Moraes (2000) ressaltam que as organizações que compreendem a relevância de estabelecer níveis mais

expressivos de Qualidade de Vida no Trabalho (QVT), gerenciando, inclusive o estresse e suas manifestações negativas no ambiente de trabalho conseguem melhor produtividade, excelência em seu produto e aprimoramento da qualidade de um serviço.

2.3 BENEFÍCIOS E DESAFIOS DO HOME OFFICE

Pesquisas apresentam que 74% das empresas que atuam no Brasil, pretendem adotar a modalidade home office como forma de trabalho permanente após a pandemia da COVID-19. O estudo foi realizado pela consultoria Cushman e Wakefield, com 122 executivos de multinacionais. Destes entrevistados, 25,4% declararam experiência totalmente positiva com o trabalho remoto, e 59% salientaram que a modalidade proporciona mais pontos positivos que negativos (FLACH, 2020).

Neste contexto, apresenta-se no Quadro 4, levantamento das vantagens e desvantagens para empregado e empregador do home office.

Quadro 4: Vantagens e desvantagens para empregado e empregador do home office

Autores (Ano)	Vantagens	Desvantagens
Soares (1995) Tremblay (2002)	Flexibilidade de horários; melhoria da produtividade e qualidade do trabalho; poder ficar próximo à família e redução no tempo de deslocamento.	Conflito trabalho e vida familiar; baixo desenvolvimento e motivação; falta treinamento específico; isolamento social; tecnologia falha, mais trabalho.
Pérez, Sanchez e Carnicer (2007)	Autonomia para organizar tarefas; economia de custos e espaço; empregado por conta própria; flexibilidade de horários e nas relações de trabalho; gerenciamento por objetivos; liberdade; melhoria da produtividade e qualidade do trabalho; menor absenteísmo e oportunidade para deficientes.	Custos de equipamentos; dificuldade de desenvolvimento, de motivação e organizacionais; erros de seleção de tarefa; isolamento profissional; mudanças na estrutura organizacional; percepção de perda status e problemas psicológicos.
Freitas (2008)	Concentração; refeições em casa; flexibilidade de horários; maior interação com a família; menos interrupções; privacidade; redução de custos para a empresa e para o empregado; redução no tempo de deslocamento; segurança e silêncio.	Aumento custo de água e luz; dificuldade de controle; distração com atividades domiciliares; falta de infraestrutura; isolamento profissional e social e receio de má avaliação.
Barros e Silva (2010)	Flexibilidade de horários; melhoria da produtividade; menos exposição violência e stress em deslocamentos; redução de custos para a empresa e para o empregado.	Conflito trabalho e vida familiar; falta infraestrutura e supervisão; isolamento profissional e cobrança.
Nohara, Acevedo, Ribeiro <i>et al.</i> (2010)	Autonomia para organizar tarefas; maior interação com a família; melhor qualidade de vida; menos stress em deslocamentos e redução no tempo de deslocamento.	Conflito trabalho e vida familiar; dificuldade controle; falta de reconhecimento colegas de trabalho e de supervisão; isolamento; mais trabalho.
Boscatte (2010)	Melhor qualidade de vida; melhoria da produtividade; menor absenteísmo e redução de custo empregado.	Não citado pelo autor.
Gaspar <i>et al.</i> (2011); Nogueira e Patini (2012)	Autonomia para organizar tarefas; flexibilidade de horários; maior interação familiar; melhor planejamento das atividades; melhor qualidade e produtividade no trabalho; menos stress em deslocamentos e redução de custos do empregado.	Dificuldade de controle e de avaliação de desempenho; falta de infraestrutura e isolamento profissional.
Costa (2013)	Autonomia para organizar tarefas e flexibilidade de horários. Equilíbrio entre trabalho e vida pessoal; flexibilidade de horários; melhor qualidade de vida e redução no tempo de deslocamento.	Conflito trabalho e vida familiar; dificuldade desenvolvimento; falta supervisão; isolamento social; maior cobrança, montar estrutura em casa.
Mello, Santos, Shoiti <i>et al.</i> (2014)	Melhor qualidade de vida; melhoria da produtividade e qualidade do trabalho; oportunidade para pessoas com deficiência e redução de custos para a empresa.	Não citado pelo autor.
Hislop <i>et al.</i> (2015)	Autonomia para organizar tarefas; equilíbrio entre trabalho e vida pessoal e flexibilidade de horários.	Isolamento social.

XXII ENCONTRO de PESQUISADORES

INTERDISCIPLINARIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Quadro 4: Vantagens e desvantagens para empregado e empregador do home office (continuação)

Autores (Ano)	Vantagens	Desvantagens
Eom, Choi, Sung (2016)	Equilíbrio trabalho/vida pessoal; melhor qualidade, produtividade no trabalho; redução poluição/tempo deslocamento.	Isolamento profissional e social e não adequação ao home office.
Villarinho e Paschoal (2016)	Melhor qualidade de vida, produtividade; menos interrupções, estresse e tempo em deslocamentos.	Isolamento social e tecnologia falha.
Aderaldo, Aderaldo e Lima (2017)	Amadurecimento profissional dos jovens.	Precarização e des controle da carga de trabalho.

Fonte: Filardi, Castro e Zanini (2020, pg. 32)

Verifica-se que há pontos positivos e negativos para ambos os lados, tendo a necessidade um planejamento que promova o equilíbrio entre as partes. Na esfera organizacional, há economia de custos e espaços, maior produtividade, qualidade, menos absenteísmo, enquanto que para os funcionários há flexibilização de horários, autonomia para organização das tarefas, menos stress com deslocamento e maior interação com a família. Em contrapartida as empresas passam por dificuldade de comunicação, de controle e de avaliação de desempenho e tecnologia falha. Já para os colaboradores as desvantagens tendem a ser mais conflituosas, tais como equilíbrio da vida familiar e profissional, percepção de perda de status, reconhecimento e problemas psicológicos, falta de infraestrutura, aumento dos custos, dificuldade de planejamento e controle das tarefas.

No Quadro 5 aborda-se um complemento dos benefícios e desafios do home office para o profissional e para a empresa.

Quadro 5: Benefícios do home office para o profissional e para a empresa

AUTORES	BENEFÍCIOS PARA O PROFISSIONAL	DESAFIOS PARA O PROFISSIONAL
M. S. Brik e A. Brik (2013)	Menor exposição ao trânsito; maior autonomia; saúde e menos estresse; motivação, engajamento e produtividade; presença na criação e na educação dos filhos; segurança; economia; ambiente mais agradável para trabalhar.	Distrações e tentações; filhos, amigos, família e pets; isolamento; procrastinação e criação de vício no trabalho; falta de suporte técnico; preconceito; organização; ruídos domésticos.
Filardi e Castro (2017)	Qualidade de vida e qualidade de vida no trabalho; produtividade; flexibilidade de horário; criação de novas formas de trabalho padronizado; conhecimento real da demanda de trabalho; menos exposição à riscos.	Inadaptação ao modelo; perda do vínculo com a organização; falta de comunicação imediata; problemas de infraestrutura tecnológica e de controle; diferenças na relação trabalhador tradicional x home office e volta do funcionário ao trabalho tradicional.
Hau e Todescat (2018)	Qualidade de vida em família; autonomia na organização do tempo livre; evitar estresse com deslocamento; maior concentração; ambiente de trabalho flexível; menos interrupções; aumento da produtividade; flexibilidade na escolha de residência; autonomia no ritmo de trabalho; redução de custo com alimentação, vestuário e deslocamento; retorno mais rápido depois de uma licença médica; ausência de clima de competição entre funcionários.	Visão preconceituosa; afastamento do campo profissional e menor oportunidade de carreira; maior volume de trabalho devido ao aumento de produtividade; dificuldade de caracterizar acidentes de trabalho; isolamento social; falta de legislação específica; dificuldade de concentração; aumento dos custos devido ao trabalho em casa; distração com o ambiente familiar; gerenciamento falho do tempo em virtude da desatenção e da desorganização de horários de trabalho.
AUTORES	BENEFÍCIOS PARA A EMPRESA	DESAFIOS PARA A EMPRESA
Kugelmass (1999)	Produtividade; redução do absenteísmo; serviços ao cliente; moral e satisfação no emprego; relógio biológico; retenção e recrutamento; segurança do empregado; amenização de desastre; benefícios ambientais.	Resistência da administração; interrupções na supervisão; abuso por parte do empregado; coordenação e disponibilidade de trabalhadores; resistência do empregado; isolamento do funcionário; lealdade organizacional; vício em trabalhar; objeções do sindicato; barreiras à promoção; desigualdade.

Quadro 5: Benefícios do home office para o profissional e para a empresa (Continuação)

AUTORES	BENEFÍCIOS PARA A EMPRESA	DESAFIOS PARA A EMPRESA
Rabelo (2000)	Redução de custos com instalações físicas; menos encargos fixos para a empresa relativos à presença de trabalhadores; acréscimo de eficiência produtiva; criação de formas flexíveis de trabalho como trabalho em tempo parcial e trabalho partilhado; evolução tecnológica da empresa devido a utilização sistemática de novas tecnologias da informação e telecomunicação; eliminação de custos e de tempo gasto em deslocamento até o trabalho; aumento de produtividade e realização profissional em virtude da autonomia ganha; menos encargos de transportes públicos; melhorias ambientais com a redução da poluição e do tráfego urbano; maiores oportunidades de trabalho para deficientes físicos, que têm dificuldades de entrar no mercado de trabalho tradicional; aparecimento de novas atividades baseadas na utilização intensiva das novas tecnologias emergentes; aumentos de qualidade de vida pelo avanço tecnológico da comunicação de dados, como o ensino à distância.	Dificuldade de supervisão e de apuração de resultados; aumento dos custos de comunicação; possibilidade de isolamento social e profissional; impactos negativos no ambiente familiar se não houver disciplina no processo e condição adequada de trabalho; necessidade de distinção entre as atividades profissionais e as do lar; perda de sentimento de vínculo com o grupo profissional e com o empregador; possibilidades de impactos negativos na ascensão profissional e na formação adequada; sensação de disponibilidade permanente para o empregador.
M. S. Brik e A. Brik (2013)	Economia; produtividade; atração e retenção de talentos; redução de absenteísmo; expansão geográfica; inclusão; continuidade dos serviços; sustentabilidade.	Medo gerencial; formas de processos de recrutamento e seleção; custo com a implementação; menor „credibilidade“; incompatibilidade tecnológica; dados sigilosos.
Hau e Todescat (2018)	Maior motivação dos funcionários; aumento na produtividade; diminuição do absenteísmo e/ou da rotatividade; redução dos custos com infraestrutura; maior alcance na seleção do home office.	Falta de legislação; vulnerabilidade de dados e recursos; diversidade de contratos de trabalho para administrar; objeções dos sindicatos; aumento de custos/investimentos em curto prazo.

Fonte: Haubrich e Froehlich (2020, pp. 172 - 174)

Analisando todo o contexto, nota-se que apesar de ser uma tendência crescente à modalidade de trabalho home office necessita de mais estudos empíricos e de muitos ajustes, pois mesmo tendo várias vantagens, há dificuldades e pontos críticos que precisam ser pensados e planejados, para que se desenvolva uma rotina e foco na realização do trabalho, estreitando as relações entre os funcionários e a organização de forma que todo o suporte necessário seja mantido e disponibilizado para as equipes em home office.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O estudo utilizou como metodologia de pesquisa uma abordagem qualitativa de caráter exploratório, com estratégia de pesquisa embasada na revisão de literatura e pesquisa de campo. A determinação e seleção da amostra partiu do princípio que o respondente deveria estar trabalhando ou ter trabalhado em algum momento durante o período de pandemia (COVID-19) no formato home office. A técnica de coleta de dados foi um questionário semiestruturado e a análise dos dados baseou-se nos estudos de descrição, quanto aos aspectos qualitativos como perspectivas e opiniões, empregando escalas que permitem a quantificação (MARCONI; LAKATOS, 2003).

A pesquisa foi aplicada de 08 a 14 de março de 2021 de forma remota, utilizando-se do Google Forms. O meio de divulgação da pesquisa foi realizado por meio de WhatsApp nos grupos de salas dos alunos de uma Instituição de Ensino Superior (IES) e solicitado que compartilhassem com colegas que atendessem o requisito da pesquisa.

Durante esse período 123 respondentes participaram da pesquisa, os quais estão caracterizados na Figura 1, quanto:

I) **Alunos da IES:** 83,7% são alunos regulares e 16,3% são respondentes da comunidade

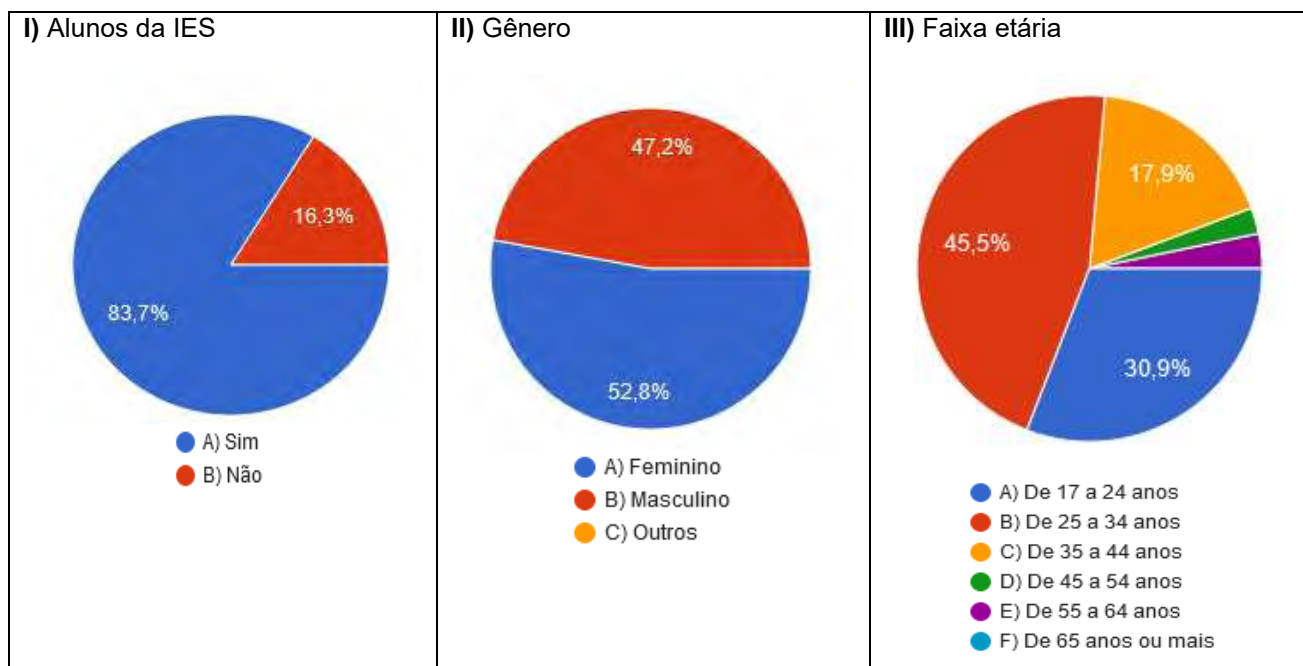
II) **Gênero:** 52,8% dos respondentes são do sexo feminino e 47,2% são do gênero masculino.

II) **Faixa etária:** a maior faixa etária foi entre 25 e 34 anos com 45,5%, seguida das pessoas entre 17 e 24 anos com 30,9%; dos 35 a 44 anos foram 17,9%. Os respondentes entre 55 e 64 anos são 3,3% e por fim entre 45 e 54 anos são 2,4%.

XXII ENCONTRO de PESQUISADORES

INTERDISCIPLINARIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

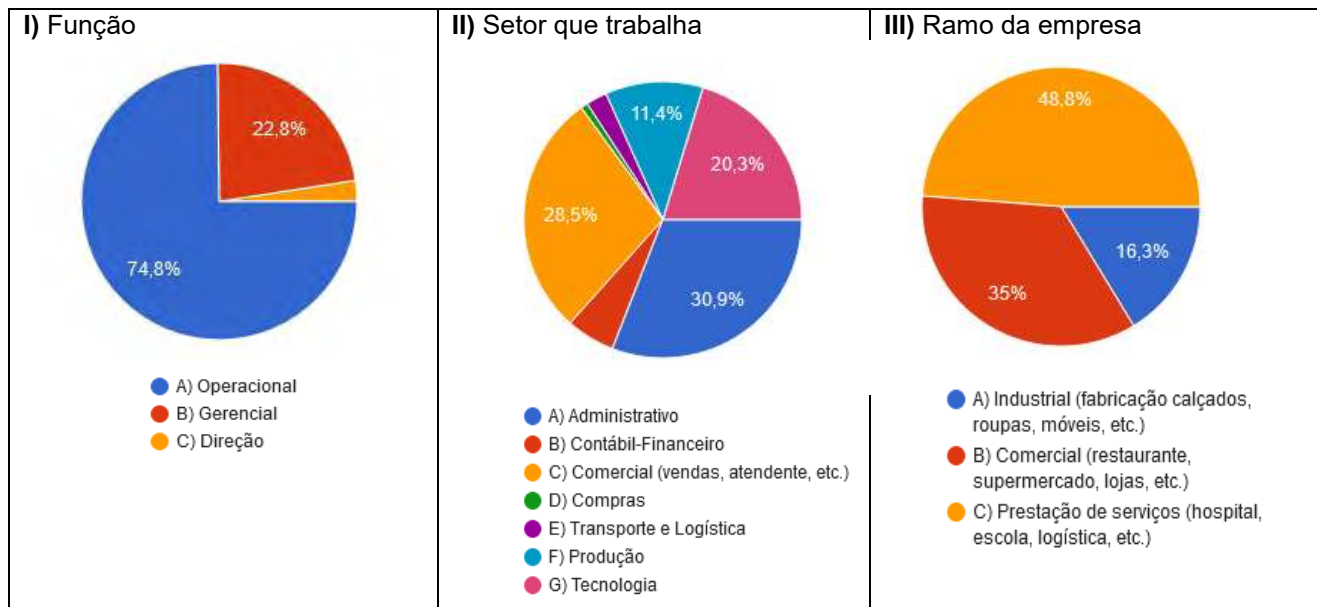
Figura 1: Caracterização dos respondentes



Fonte: Autoras (2021)

Na Figura 2 apresenta-se a caracterização dos respondentes quanto à função que desempenham, setor que trabalham e ramo de atuação da empresa.

Figura 2: Caracterização dos respondentes – função, setor e ramo da empresa



Fonte: Autoras (2021)

Verifica-se que quanto à função que desempenham, 74,8% dos respondentes trabalham na área operacional; 22,8% na área gerencial; e 2,4% atuam em cargo de diretoria na organização. Em relação aos setores que trabalham 30,9% exercem suas funções na área administrativa; 28,5% Comercial (vendas, atendimento etc.); 20,3% na área tecnológica; 11,4% na parte produtiva; 5,7% trabalham no setor contábil-financeiro; 2,4% em transporte e logística; e 0,8% na área de compras.

Quanto ao ramo de atuação das empresas no qual os respondentes trabalham, 16,3% estão inseridos na área industrial, 35% na área comercial e 48,8% na prestação de serviços.

Sabe-se que devido ao período de isolamento social, ocasionada pela COVID-19, a demanda da prestação de serviços aumentou, por exemplo: todas as escolas e faculdades, ou seja, instituições de ensino estão trabalhando de forma remota. Os serviços de delivery e transporte aumentaram para fast-food, farmácias, lojas, entre outras.

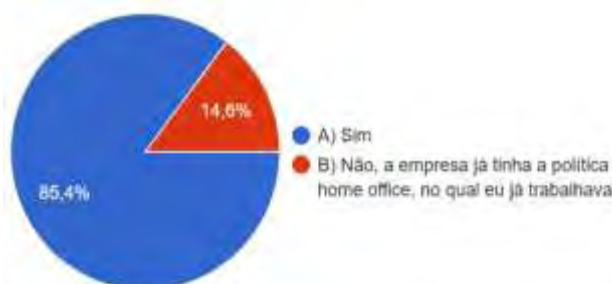
As organizações como a indústria e comércio foram bem afetadas pela paralisação causada pelo coronavírus, algumas tiveram que reduzir seu quadro de funcionários ou até mesmo encerrar suas atividades. As que permaneceram abertas tiveram que se enquadrar em regulamentações rígidas de higiene e distanciamento para dar continuidade ao trabalho.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta seção são abordados os dados e respostas coletadas na pesquisa de campo referente aos benefícios e desafios do home office sob a perspectivas e opiniões dos respondentes, além de questionar se a empresa já adotava tal política de trabalho, se realizou treinamentos de orientação quanto aos procedimentos do trabalho remoto, ferramentas utilizadas, entre outras abordadas ao longo da seção.

Na Figura 3 apresenta que o principal motivo (85,4%), dos respondentes estarem trabalhando home office, foi devido ao período de isolamento social, imposto pela normatização da COVID-19. Os outros 14,6% dos respondentes disseram que já trabalhavam no formato home office, pois é política de trabalho da empresa.

Figura 3: A empresa adotou o trabalho home office devido a pandemia (COVID-19)



Fonte: Autoras (2021)

Acredita-se que após a COVID-19 o formato de trabalho home office deve tornar-se política definitiva de muitas empresas brasileiras, por proporcionar vários benefícios de agregação de valor e melhores desempenhos organizacionais.

A Figura 4 mostra-se quantas vezes na semana o respondente trabalha home office.

Figura 4: Vezes que trabalha home office



Fonte: Autoras (2021)

Observa-se na Figura 4, que as empresas estão buscando adaptar à nova realidade e necessidade imposta no mercado de trabalho, conduzindo de forma híbrida o home office com o presencial, quando possível. Veja que 44,7% dos respondentes estão a trabalhar em casa a semana toda; 22% intercalam a jornada home office, com o trabalho presencial na empresa; 18,7% trabalham em casa de uma a duas vezes na semana; 8,9% trabalham meio período home office todos os dias; e 5,7% de três a quatro vezes na semana.

Como se sabe as empresas foram surpreendidas e tiveram que se adequar rapidamente à nova política de trabalho. Portanto, questionou-se aos respondentes se receberam treinamentos para

orientação quanto aos procedimentos do trabalho home office. Nessa questão o respondente poderia assinalar mais de uma alternativa. Assim, dos 123 respondentes:

- ✓ 43,9% assinalaram que tiveram treinamento referente à orientação ergonômica e disponibilização de equipamentos;
- ✓ 40,7% responderam que a empresa não realizou treinamentos de orientação, quanto aos procedimentos do trabalho home office;
- ✓ 30,1% informaram que receberam programação das atividades e produtividade para serem realizadas durante o dia;
- ✓ 17,1% dos participantes disseram que obtiveram orientação quanto aos procedimentos da legislação trabalhista;
- ✓ 16,3% realizaram o planejamento dos períodos de descanso, atividade física, nutrição e saúde mental;
- ✓ Apenas 5,7% responderam que tiveram orientação quanto a planejamento da economia familiar e adaptação com as novas despesas de internet, água, energia elétrica, etc.
- ✓ E 0,8% assinalaram outros, e descreveram que estavam na empresa em período de estágio e não receberam nenhum treinamento ou orientação sobre o home office.

Após analisar as respostas apresentadas pode-se deduzir que as empresas minimizaram a relevância da capacitação e preparo dos funcionários, para assumir suas tarefas no novo formato de trabalho; ou não tiveram tempo hábil para a formulação e implantação desses treinamentos, que são fundamentais para o melhor desempenho de seus colaboradores, conforme salienta a literatura, minimizando o impacto negativo causado pela mudança brusca de modalidade e ambiente de trabalho.

Para avaliar a percepção dos funcionários quanto ao novo formato de trabalho, questionou-se quais são os principais benefícios que reconhece com o trabalho home office. Nesta questão, o respondente poderia assinalar mais de uma alternativa, além de acrescentar outras vantagens que não estavam listadas. As respostas obtidas foram:

- ✓ 63,4% menor exposição ao trânsito, logo menos cansaço físico;
- ✓ 54,5% maior segurança, economia com despesas de transporte, alimentação e roupas;
- ✓ 43,9% flexibilidade de horário;
- ✓ 43,9% autonomia no ritmo de trabalho;
- ✓ 35,8% qualidade de vida em família;
- ✓ 34,1% ambiente mais agradável e qualidade de vida no trabalho;
- ✓ 28,5% maior produtividade;
- ✓ 22,0% diminuição de interrupções (telefones, bate-papo, reuniões, etc.);
- ✓ 17,9% ausência de clima de competição entre a equipe, logo menos estresse;
- ✓ 10,6% assinalaram flexibilidade na escolha de residência.

Os respondentes não acrescentaram nenhum outro benefício, além dos listados. E as principais vantagens reconhecidas pelos respondentes, considerando-se acima de cinquenta por cento, estão ligadas a questões físicas de menor exposição ao trânsito (63,4%) e financeiras de maior segurança e economia com despesas de transporte, alimentação e roupas (54,5%). O terceiro lugar fica empatado com 43,9%, relacionado a questão de gestão de flexibilidade de horário e ritmo de trabalho. A qualidade de vida em família, do ambiente e do trabalho, apesar de terem sido reconhecidos como relevantes (35,8% e 34,1%, respectivamente), não obtiveram a adesão de 50% dos respondentes.

Sabe-se que, além dos benefícios proporcionados pelo home office, há certas dificuldades a serem enfrentadas pelos funcionários e empresas, como abordado da revisão de literatura. Assim, solicitou-se aos respondentes que assinalassem os desafios que precisam superar para desenvolver o trabalho remoto, além de permitir que acrescentassem outros desafios ou dificuldades que não estavam listados. As respostas foram:

- ✓ 68,3% distrações: televisão, celular, filhos, ruídos domésticos, etc.
- ✓ 43,9% isolamento social: a interação social faz falta, com a equipe de forma a engajar e focar no desempenho;
- ✓ 40,7% falta de comunicação: dificuldade de trocar informações com a equipe de forma rápida;

- ✓ 39,0% dificuldade de concentração e de gerir as emoções (ansiedade, estresse, impaciência, mal humor, etc.);
- ✓ 26,0% problemas de infraestrutura tecnológica e de controle com as despesas;
- ✓ 23,6 maior volume/demanda de trabalho para aumentar a produtividade;
- ✓ 18,7% mais conflito no âmbito familiar e discussões desnecessárias.
- ✓ 17,9% procrastinação e gerenciamento falho do tempo em virtude da desatenção de horários de trabalho.
- ✓ 15,4% precarização e descontrole da carga de trabalho.

Os respondentes não acrescentaram nenhuma outra dificuldade, além das listadas.

Verifica-se que o maior desafio a ser superado com 68,3%, são as distrações do dia a dia como televisão, celular, filhos e ruídos domésticos. Pode-se deduzir que essas distrações se sobressaíram, pelos colaboradores não ter em sua casa uma infraestrutura voltada ao trabalho, por exemplo, um escritório, sendo necessário compartilhar um ambiente comum (sala, varanda e quarto), com outros membros da família. Além de crianças e animais domésticos agirem naturalmente no seu ambiente (lar), como por exemplo: criança chorar, assistir televisão e querer atenção dos pais; cachorro latir; carro sair e entrar na garagem.

Logo, esse é um desafio que exige, por parte do funcionário, maior habilidade de concentração, flexibilidade e paciência na gestão do ambiente, bem como apoio e compreensão da família, para equilibrar e se distanciar de todas essas distrações.

Quanto aos desafios de isolamento social e a falta de interação com a equipe de forma a engajar e focar no desempenho (43,9%); a dificuldade de trocar informações com a equipe de forma rápida (40,7%); problemas de infraestrutura tecnológica e de controle com as despesas (26%), cabe a empresa criar estratégias e utilizar-se das tecnologias disponíveis para proporcionar interação entre a equipe, melhorar a comunicação e oferecer treinamentos online de gestão de tempo, custos e emoções.

Na Figura 5 apresenta as respostas referentes à autoanálise geral do respondente, de como se sente (emoções e sentimentos) trabalhando em home office.

Figura 5: Autoanálise geral do respondente quanto ao home office



Fonte: Autoras (2021)

Observa-se que 38,2% dos respondentes oscilam entre se sentir bem e mal com o trabalho home office, isso pode ser devido a esta modalidade demandar habilidades de organização, disciplina, foco, autonomia, equilíbrio emocional (saber lidar com a solidão e emoções) por ter menos interação com os colegas, além de capacidade de gestão de tempo e tarefas. E como o home office foi adotado de forma abrupta pelas empresas (85,4% - Figura 3) devido a pandemia do COVID-19, os colaboradores não tiveram tempo hábil para desenvolverem e aperfeiçoarem algumas dessas habilidades, e nem as organizações de promover algumas dessas qualificações. A mesma linha de raciocínio vai ao encontro dos respondentes que assinaram que estão péssimos (4,1%) e os que não sabem reconhecer os próprios sentimentos ou os que prevalecem (7,3%).

Em contrapartida verifica-se que 29,3% dos respondentes se sentem muito bem e 21,1% estão bem emocionalmente com o trabalho home office. Sabe-se que 14,6% destes já trabalhavam home office, então não houve alteração no seu ritmo de trabalho. Os outros 35,8%, possivelmente, possuem perfil profissional para esta modalidade de trabalho, bem como reconheceram os benefícios de se adaptarem a nova realidade.

Questionou-se quanto à forma que o gestor imediato entrava em contato, ou seja, o meio de comunicação utilizado pela empresa (e-mail, aplicativos, ferramentas, etc.). Solicitou-se ao respondente para assinar os dois principais meios de comunicação, que foram:

- ✓ 83,7% mensagens pelo WhatsApp;
- ✓ 50,4% as plataformas como Microsoft Teams e Zoom;
- ✓ 42,3% ligação telefônica;
- ✓ 40,7% e-mails; e
- ✓ 8,1% outras formas, como: Skype, Telegram e Trello.

O WhatsApp é o meio de comunicação mais utilizado (83,7%) na modalidade home office, mas isso não é novidade, segundo estatísticas da pesquisa Panorama Mobile Time/Opinion Box, o aplicativo é usado por 95% dos brasileiros, que afirmam abri-lo todos os dias, quando estão na cama, prestes a levantar ou dormir, comendo sozinhos e assistindo televisão (SOUZA, 2020). Logo, as empresas utilizariam dessa facilidade de acesso por parte dos colaboradores, para usá-lo como ferramenta de comunicação e divulgação de informações.

Quanto a quantidade média de vezes por semana, que o superior imediato entra em contato com o colaborador: 70% responderam que são todos os dias, com variações na frequência de mensagens; 13% disseram ser em média, três vezes na semana; 10% assinaram duas vezes na semana para transmitir e acompanhar o desempenho das tarefas; 4% uma vez por semana; e 3% quatro vezes na semana.

Apesar de 70% dos respondentes salientarem que o superior imediato entra em contato todos os dias da semana, com variações na frequência de mensagens encaminhadas ao longo do dia, a terceira dificuldade do trabalho home office, apresentado anteriormente, é a de comunicação (40,7%), destacando a dificuldade de trocar informações com a equipe de forma rápida. Desta forma, pode-se deduzir que o meio de comunicação utilizado proporciona troca rápida de informações, mas deixa a desejar a qualidade, consistência e compreensão da mensagem transmitida e recebida.

Para finalizar a pesquisa, a última questão foi aberta, no qual solicitou para os respondentes descreverem sugestões de melhorias para o desenvolvimento do trabalho home office, foram elencados:

- ✓ Ajuda para custear as despesas da casa com gasto de internet, energia elétrica e outros, já que houve uma redução no custo por parte da empresa e um aumento nas despesas dos colaboradores;
- ✓ Criação de cronogramas detalhado das tarefas a serem realizadas, para alcançar as metas e os resultados desejados;
- ✓ Respeitar o horário da jornada de trabalho, não encaminhar mensagens e tarefas fora do horário;
- ✓ Todos os equipamentos necessários para o desenvolvimento do trabalho home office devem ser custeados pela empresa, bem como a manutenção dos equipamentos tecnológicos (computadores e celulares);
- ✓ Criar um canal de suporte ao colaborador para tirar dúvidas rápidas referente ao desenvolvimento das atividades e atendimento ao cliente, que vão surgindo ao longo do dia;
- ✓ Apresentar feedbacks frequentemente, alinhando todas as informações com a equipe, mantendo um monitoramento diário.
- ✓ Um modelo híbrido, com reuniões presenciais de alinhamento para melhorar a comunicação;
- ✓ Oferecer treinamento ao colaborar para desempenhar o trabalho home office;
- ✓ Criação de normas internas para a modalidade de trabalho home office.

Percebe-se que há pontos a ser melhorados nos procedimentos e processos do trabalho home office, bem como há vários benefícios e pontos críticos a serem superados por ambas as partes (colaboradores e empresas). Como sabe-se essa modalidade foi implementada por muitas empresas de forma emergencial devido a pandemia do COVID-19, logo muitas atividades foram adotadas de forma efêmera para atender uma rápida demanda. Sendo necessário a partir de análises do trabalho remoto, dos prós e contras, desenvolver estratégias para o sucesso e equilíbrio da sua efetivação e agregação de valor no relacionamento ganha a ganha dos envolvidos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo do trabalho de identificar e destacar os principais benefícios e desafios do home office para colaboradores e empresas, foi atingido por meio da revisão de literatura e retorno de 123 questionários semiestruturados respondidos.

Os principais resultados obtidos com a pesquisa apresentaram que o home office desempenhou um papel muito importante para as empresas sobreviverem nesse período de pandemia, bem como foi fundamental para minimizar a taxa de desemprego. Além de corroborar que esta modalidade de trabalho oferece vários benefícios para os colaboradores e empresas (economia de despesas, qualidade de vida, flexibilidade de horários, maior produtividade, etc.), bem como há desafios a serem superados (dificuldade de comunicação com a equipe, distrações do ambiente doméstico, problemas de infraestrutura, etc.), e estratégias a serem desenvolvidas para obter mais eficiência e satisfação por ambas as partes.

Como o home office não era uma realidade para todas as empresas (85,4% - Figura 3), sendo uma consequência da pandemia do COVID-19, pode-se dizer que estão em fase de adaptação e desenvolvimento da cultura organizacional sob o viés dessa modalidade de trabalho, da forma de gerir e lidar com seus colaboradores à distância.

Para estudos futuros sugere-se pesquisa do home office, em primeiro momento, com foco nas empresas, separando-as por ramo de atividades e analisando as áreas: planejamento, execução, monitoramento e controle das atividades remotas; tecnologia da informação e comunicação; infraestrutura, saúde e segurança do trabalho; treinamento e desenvolvimento humano; normas, procedimentos e legislação. Com o intuito de instigar e analisar a evolução e estratégias das organizações para melhoria contínua e efetivação da modalidade. Em segundo momento, replicar a pesquisa sob o enfoque das mesmas áreas, para obter feedback e análise da percepção de melhorias e satisfação dos colaboradores.

REFERÊNCIAS

- BARROS, A. M.; SILVA, J. R. G. (2010) Percepções dos indivíduos sobre as consequências do teletrabalho na configuração home office: estudo de caso na Shell Brasil. **Cadernos EBAPE.BR**, v.8, n. 1, artigo 5, p.71-91.
- BELLINI, C. G. P.; DONAIRE, D.; SANTOS, S. A.; MELLO, A. A. A., GASPAS, M. A. (2011). Teletrabalho no desenvolvimento de sistemas de informação: um estudo sobre o perfil dos teletrabalhadores do conhecimento. **Revista Ciências Administrativas**, v.17, n.3, p.1029-1052.
- BERNARDINO, A. F.; CARNEIRO, J. M.S.; ROGILIO, K. D.; KATO, H. T. (2009). Teletrabalho e gestão de recursos humanos: análise em uma organização de tecnologia da informação. **Anais do Encontro de Administração da Informação**, Recife, PE, Brasil.
- BRASIL. **Lei Nº 13.467, de 13 de julho de 2017**. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13467.htm>. Acesso em 26 de março de 2021.
- BUENO, E. Q.; SALVAGNI, J. (2016). A aprendizagem organizacional e o autodesenvolvimento no âmbito do teletrabalho. **Revista Eletrônica do Mestrado Profissional em Administração da Universidade Potiguar**, v.8, n. 2, p. 110-123.
- CHIAVENATO, I. (2008). **Gestão de pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações**. 3 ed. Rio de Janeiro: Elsevier,
- FERNANDES, E.C. (1996). **Qualidade de vida no trabalho: como medir para melhorar**. 3.ed. Salvador: Casa da Qualidade.
- FILARDI, F; CASTRO, R. M. P.; ZANINI, M. T. F. (2020). Vantagens e desvantagens do teletrabalho na administração pública: análise das experiências do Serpro e da Receita Federal. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 18, n. 1, p.28-46.
- FLACH, N. (2020). **Home office definitivo? Para 74% das empresas no Brasil, a resposta é sim**. Exame: CARREIRA, Mercado imobiliário, Brasil, ed. 2, 29 maio 2020. Disponível em: <

<https://exame.com/carreira/home-office-definitivo-para-74-das-empresas-no-brasil-a-resposta-e-sim/>>. Acesso em: 2 nov. 2020.

HAUBRICH, D. B.; FROEHLICH, C. (2020). Benefícios e desafios do home office em empresas de tecnologia da informação. **Revista Gestão e Conexões**, v. 9, n. 1, p. 167-184.

KILIMNIK, Z. M; MORAES, L. F. R. (2000). O conteúdo significativo do trabalho como fator de qualidade de vida organizacional. **Revista da Angrad**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 64-74.

KING, N. C.O.; LIMA, E. P.; COSTA, S. E. G.(2014). Produtividade sistêmica: conceitos e aplicações. **Production**, v. 24, n. 1, p. 160-176.

LIMONGI-FRANÇA, A.C. (1997). Qualidade de vida no trabalho: conceitos, abordagens, inovações e desafios nas empresas brasileiras. **Revista Brasileira de Medicina Psicossomática**, v. 1, n. 2, p. 79- 83.

MACEDO, K. B. (2004). **Qualidade de vida no trabalho: o olhar da psicologia e da administração**. Goiânia: UCG.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. (2003). **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas.

MARTINS, A. A. V.; HONÓRIO, L. C. (2012). Clima organizacional: uma questão estratégica de desenvolvimento em benefício da produtividade. **Revista Pensar Gestão e Administração**, v.1, n. 2.

MELEK, M. A. (2017). **Trabalhista! O que mudou? Reforma Trabalhista 2017**. Curitiba: Estudo Imediato.

MELLO, A. (1999). **Teletrabalho: o trabalho em qualquer lugar e a qualquer hora**. Rio de Janeiro: Qualitymark.

RODRIGUES, M. V. C. (1999). **Qualidade de vida no trabalho: evolução e análise no nível gerencial**. 5. ed. Petrópolis: Editora Vozes.

ROSENFELD, C. L.; ALVES, D. A. (2011). Autonomia e trabalho informacional. **Revista de Ciências Sociais**, v. 54, n. 1, p. 207-233.

SOUZA, R. (2020). **95% dos brasileiros que usam o WhatsApp abrem o app todos os dias**. Canaltech. Disponível em: <<https://canaltech.com.br/apps/95-porcento-dos-brasileiros-que-usam-o-whatsapp-abrem-o-app-todos-os-dias-171055/>>. Acesso: 04/10/2021.

TASCHETTO, M.; FROEHLICH, C. (2019). **Teletrabalho sob a perspectiva dos profissionais de recursos humanos do Vale do Sinos e Paranhana no Rio Grande do Sul**. Revista de Carreiras e Pessoas, v. 9, n. 3, p. 349-375.

TROPE, A. (1999). **Organização virtual: impactos do teletrabalho nas organizações**. Rio de Janeiro: Qualitymark.

VILLARINHO, K. P. B.;PASCHOAL, T. (2016). Teletrabalho no Serpro: pontos positivos e negativos e relações com desempenho profissional, bem-estar e contexto de trabalho. **Anais do Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração**, Costa do Sauípe, BA, Brasil, 40.

**IMPACTOS DA COVID-19 NO DESEMPENHO DO FRANCHISING BRASILEIRO NOS TRÊS
PRIMEIROS TRIMESTRES DO ANO DE 2020**

**IMPACTS OF COVID-19 ON THE PERFORMANCE OF THE BRAZILIAN FRANCHISING IN THE
FIRST THREE QUARTER OF 2020**

Área 2: Dinâmicas Territoriais e Desenvolvimento Regional: Gestão Organizacional e Empreendedorismo

MENDES, Bianca
Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG)
Mestranda em Administração pelo CEFET-MG e graduada em Gestão Pública pela UFMG
biancadrielly@hotmail.com

ALVES, Thais
Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG)
Mestranda e graduada em Administração pelo CEFET-MG
thaissilvaalves1@gmail.com

ARAUJO, Uajará
Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG)
Possui pós-doutorado em Ciências Sociais Aplicadas pela UFLA, é doutor em Administração pela UFLA, doutor em Engenharia de Produção pela USP, mestre profissional em Administração pela UFBA e graduado em Ciências Econômica pela UFSJ
uajara@cefetmg.br

ASSIS, Lilian
Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG)
Doutora, Mestre e Graduada em Administração pela UFMG
lilian@cefetmg.br

Resumo: Com a eclosão da Covid-19 e seu decorrente isolamento social estimam-se mudanças no cenário do sistema de franquias brasileiro. Este artigo objetivou analisar os impactos da pandemia no desempenho do franchising brasileiro nos três primeiros trimestres de 2020. Para isso, realizou-se uma análise diagnóstica de dados, a partir dos relatórios de desempenho elaborados pela Associação Brasileira de Franquias, com vistas a auxiliar a tomada de decisão relacionada aos novos rumos e tendências do mercado econômico, em especial, as franquias, contribuir com a literatura, uma vez que se trata de um problema atual cujo os desdobramentos ainda são desconhecidos, sobretudo nesse segmento de importância socioeconômica expressiva. Servindo, ainda, como ponto de partida para outras análises. No primeiro trimestre, ainda não havia impactos relevantes, visto que o primeiro caso de Covid-19, no Brasil, foi confirmado apenas no final de fevereiro de 2020. O segundo trimestre, mais especificamente, os meses de abril e maio foram os mais afetados. A partir de junho nota-se uma ligeira melhora no cenário econômico e no mercado de franquias, o que pode ser explicado pela reabertura do comércio e estratégias como vendas online e delivery, porém, ainda bem aquém do previsto. Constatou-se, ainda, que os setores de Alimentação e Serviços foram o mais e o menos afetados, respectivamente. Conclui-se que apesar dos impactos negativos oriundos da pandemia, o mercado de franquias começou a dar sinais de recuperação a partir do terceiro trimestre de 2020, devido a estratégias de *e-commerce*, *delivery* e outros.

Palavras-chave: Franquias, COVID-19, Desempenho econômico

Abstract: With the emergence of Covid-19 and its resulting social isolation, changes are expected in the scenario of the Brazilian franchise system. This article aimed to analyze the impacts of the pandemic on the performance of Brazilian franchising in the first three quarters of 2020. For this, a diagnostic analysis of data was carried out, based on performance reports prepared by the Brazilian

Franchise Association, in order to help decision-making related to new directions and trends in the economic market, especially franchising, contribute to the literature, since this is a current problem whose consequences are still unknown, especially in this segment of significant socioeconomic importance. Serving, also, as a starting point for other analyses. In the first quarter, there were still no relevant impacts, since the first case of Covid-19, in Brazil, was only confirmed at the end of February 2020. The second quarter, more specifically, the months of April and May were the most affected. As of June, there has been a slight improvement in the economic scenario and in the franchise market, which can be explained by the reopening of commerce and strategies such as online sales and delivery, although still well short of expectations. It is also verified that the Food and Services sectors were the most and least affected, respectively. It is concluded that despite the negative impacts arising from the pandemic, the franchise market began to show signs of recovery in the third quarter of 2020, due to e-commerce, delivery and other strategies.

Keywords: Franchises, COVID-19, Economic performance

1. INTRODUÇÃO

Em crescente expansão, o sistema de *franchising* brasileiro tem se tornado cada vez mais interessante para quem deseja abrir seu próprio negócio (ABF, s.d.), e, por isso, esse segmento vem crescendo de forma contínua (ABF, s.d.), chegando a ocupar, em 2019, o quarto maior mercado em número de redes de franquias (ITA, 2019). Nesse mesmo período, o país fechou o ano com 2.918 redes de franquias distribuídas em 160.958 unidades franqueadas, fragmentadas em 11 segmentos – Alimentação; Casa e Construção; Comunicação, Informática e Eletrônicos; Entretenimento e Lazer; Hotelaria e Turismo; Limpeza e Conservação; Moda; Saúde, Beleza e Bem-Estar; Serviços Automotivos; Serviços e Outros Negócios; e Serviços Educacionais – movimentou cerca de R\$186,755 bilhões e gerou 1.358.139 mil vagas de empregos diretos e indiretos (ITA, 2019 e ABF, s.d.). Sendo, então, extremamente importante para a economia nacional, salientam Ortega *et al.* (2016).

Dessa forma, as projeções para 2020 apontavam para um ambiente otimista, com um aumento de cerca de 1% e 6% no número de redes e unidades de franquias, respectivamente, 6% na geração de empregos e 8% no faturamento do setor, além de uma queda na taxa de juros e crescimento de 2% no Produto Interno Bruto (PIB) do país (ABF, s.d.). No entanto, com a eclosão da COVID-19 e seu decorrente isolamento social, estimam-se mudanças e novas tendências, resultando em transformações no mercado provenientes de novas perspectivas, circunstâncias e maneiras de agir. Para Mattei e Heinen (2020) esses impactos serão a longo prazo.

Esse trabalho, então, teve por objetivo analisar os impactos da pandemia da COVID-19 e suas consequentes medidas de isolamento social no desempenho do *franchising* brasileiro nos três primeiros trimestres do ano de 2020, de modo a auxiliar a tomada de decisão relacionada aos novos rumos e tendências do mercado econômico, em especial, o de franquias. Além de contribuir com a literatura, uma vez que se trata de um problema atual cujo os desdobramentos ainda são desconhecidos, sobretudo nesse segmento de importância socioeconômica expressiva. Servindo, ainda, como ponto de partida para outras análises.

Assim, sugere-se a seguinte indagação: Como a COVID-19 e suas consequentes medidas de isolamento social impactaram o mercado de *franchising* brasileiro nos três primeiros trimestres de 2020? Para responder essa questão, realizou-se uma análise diagnóstica de dados referente aos relatórios de desempenho do *franchising* brasileiro, elaborados pela Associação Brasileira de Franquias (ABF) até o momento do desenvolvimento desta pesquisa.

Além desta seção introdutória, o trabalho está organizado da seguinte forma: i) referencial teórico abordando as temáticas relativas ao sistema de franquias e ao desempenho institucional e sua relação com a Covid-19; ii) abordagem metodológica, baseada em análise documental, para um estudo diagnóstico de dados; iii) resultados e discussões e iv) considerações finais.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Franquias

Os primeiros contratos de franquias ocorreram em 1852, em uma fábrica de costuras, nos Estados Unidos. A empresa *Singer Sewing Machine Company* concedeu autorização para o uso da sua marca e revenda de seus produtos a comerciantes independentes (SILVA, 2008). Entretanto, a expansão desse modelo de negócio somente ocorreu a partir de 1920.

No Brasil, apenas 40 anos mais tarde, o conceito de franquia começou a se difundir, através das escolas de idiomas CCAA e *Yazigi* o (SCHWARTZ, 2003). Com a criação da ABF em 1987 que tinha como missão divulgar, defender e promover o desenvolvimento técnico e institucional das franquias (ABF, 2020), muitos aspectos relevantes foram relacionados as franquias (MARICATO, 2017). Entre eles, a necessidade de regulação desse mercado, que se deu em 1994, por meio de uma lei que sofreu recente atualização em 2019 (ABF, 2020).

Entende-se como franquia:

sistema pelo qual um franqueador autoriza por meio de contrato um franqueado a usar marcas e outros objetos de propriedade intelectual, sempre associados ao direito de produção ou distribuição exclusiva ou não exclusiva de produtos ou serviços e também ao direito de uso de métodos e sistemas de implantação e administração de negócio ou sistema operacional desenvolvido ou detido pelo franqueador, mediante remuneração direta ou indireta, sem caracterizar relação de consumo ou vínculo empregatício em relação ao franqueado ou a seus empregados, ainda que durante o período de treinamento (BRASIL, 2019).

Para Foster (1994) esse modelo de negócio é uma alternativa de expansão no mercado com um investimento e dispêndio de capital menor. Segundo Melo *et al.* (2020), ele também minimiza riscos, compartilha competências, possibilita rápida penetração no mercado e maior segurança tanto para franqueado quanto para franqueador. Possuindo como pilares o coletivismo, cooperação e coordenação (RIZZARDO FILHO E DE FIGUEIREDO, 2020).

Destaca-se que franquiar e licenciar um negócio são processos diferentes (LIMA, LUNA E DE SOUSA, 2012). As franquias correlacionam-se à padronização através de sistemas, layouts, relatórios. Enquanto o licenciamento é vantajoso quando se busca explorar, por exemplo, apenas os produtos da marca, não havendo transferência de outros serviços e não ocorrendo cobrança de taxas. O quadro abaixo busca apresentar as diferenças entre esses dois processos:

Quadro 1 – Diferenças entre franqueamento e licenciamento

Franchising	Licenciamento
Relação contratual entre o franqueador e o franqueado, na qual o franqueador oferece uso de uma marca reconhecida, concede o direito de distribuição exclusiva de produtos e serviços e mantém atenção permanente ao negócio do parceiro por meio de transferência de conhecimento de comercialização, operação e gerência.	Autorização concedida para produzir e/ou vender algum bem ou serviço no mercado, atuando com o nome do licenciador. Este, por sua vez, autoriza essa produção sob certas condições de qualidade do produto e serviços, que são previamente aprovados antes de ser lançado no mercado com a sua marca.
Tem procedimentos padronizados, que devem ser seguidos por todos os franqueados.	Apresenta maior flexibilidade para ajustes, o que pode ser decisivo para o sucesso em determinadas atividades.
Métodos administrativos uniformizados.	Autonomia administrativa.
Relação jurídica tem por objetivo a operação do negócio.	Relação jurídica visa proteger a marca e os produtos.
Em geral, ações adotadas são as mesmas para toda a rede.	Ações diferenciadas, liberdade para negociação caso a caso.

(continua)

(conclusão)

Franchising	Licenciamento
Compromisso do franqueador com o padrão e o conceito do negócio.	Compromisso com a exploração de um bem determinado.
As taxas pagas remuneram, além da cessão de uso da marca, a transferência de tecnologia, treinamentos e assistências prestados pelo franqueador.	As taxas pagas se referem apenas à autorização de uso e exploração de bens licenciados.
Nem sempre é possível conciliar os interesses de todos os parceiros.	Maior versatilidade na condução de interesses.
Adaptações no sistema mais lentas e complexas.	Adaptações no sistema mais rápidas e locais.
Regulamentado pela Lei Nº13.966/19 (Lei do <i>Franchising</i>) *	Regulamentado pelo Código de Propriedade Industrial.

Fonte: Extraído de Novo Prado Consultoria Jurídica (2011, *apud* Lima, Luna e De Sousa, 2012).

* atualizado pelos autores

A relação entre franqueador-franqueado, então, se estabelece por meio de um contrato formal, em que instaura o controle das transações e a padronização dos processos organizacionais (KICH *ET AL.*, 2013). Sendo o ganha-ganha desse modelo de negócios que faz com obtenha sucesso e possua grande impacto no cenário econômico brasileiro nos últimos anos (CONTI *et al.*, 2014), uma vez acarreta diversas vantagens tanto para franqueador quanto para franqueado. No quadro abaixo, apresenta-se algumas das vantagens para franqueador e franqueado ao se inserir no sistema de *franchising*:

Quadro 2 - Vantagens para o franqueador e franqueado

Vantagens	
Franqueador	Franqueado
Expansão rápida do negócio	Ganho de know-how
Desenvolvimento de uma rede	Maior chance de sucesso
Ampliação da participação no mercado	Negócio consolidado e conhecido
Aumento da rentabilidade	Retorno sobre o investimento mais rápido
Divulgação da marca	Informações sobre instalação
Vantagem competitiva	Maior crédito
Economia de escala	Pertence a uma rede

Fonte: Extraído de Kich et al. (2013).

Logo, o crescimento exponencial em um curto período de tempo corrobora sua importância (CARVALHO, CALLADO E CALLADO, 2018), ampliando, então, os estudos acadêmicos sobre franquias (KICH *ET AL.*, 2013). Destaca-se aí, as pesquisas referentes a seu desempenho (LAVIERI, CORRÊA E CUNHA, 2015).

2.2 Desempenho institucional

A Avaliação de Desempenho é imprescindível para que as organizações se mantenham competitivas, além de fundamentar suas decisões (WERNKE; LEMBECK, 2004). Segundo Lavieri, Corrêa e Cunha (2015), a importância da medição de desempenho no setor de franquias surge a partir do trade-off do franqueador entre abrir uma nova franquia ou uma filial própria. Essa decisão engloba vários fatores estratégicos e, portanto, torna-se necessário a avaliação de franquias.

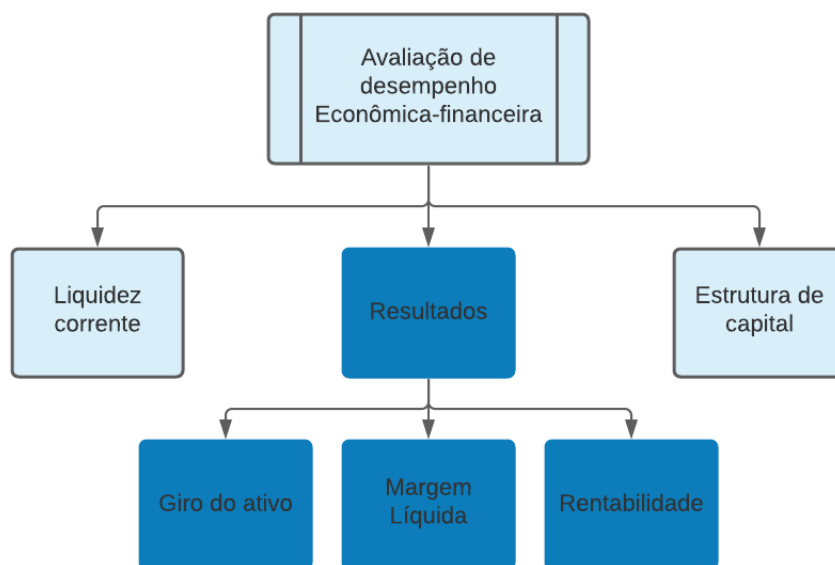
Para Aguiar e Consoni (2017), as franquias devem ter um monitoramento com base nas estratégias do franqueador, para verificar se os objetivos estão convergindo, sendo indispensável a avaliação de seu desempenho. Outra razão para a avaliação de desempenho de franquias é o fato de

que favorece tanto franqueados como franqueadores, pois se consolidado e feito de forma correta, tende a fortalecer e aumentar o valor da marca. Conforme Ortega *et al.* (2016), para o franqueado é interessante visto que aumenta a percepção positiva dos clientes, resultando em aumento de receita e em maior desempenho financeiro da franquia. Já para o franqueador, a percepção de maior retorno de seu investimento e minimização de riscos em relação ao franqueado.

Carneiro *et al.* (2005) afirmam que essa avaliação é complexa e composta de múltiplos elementos, impedindo, assim, o uso de um único padrão em sua mensuração. Segundo os autores, as dimensões e indicadores a serem utilizados devem ser selecionadas pelo pesquisador a partir dos objetivos da pesquisa, recursos, dados e tempo.

Dalbosco e Floriani (2016) afirmam que a maioria das pesquisas utilizam a análise multidimensional de indicadores para a mensuração do desempenho de uma organização. No entanto, Wagner e Ruigrok (2004) salientam que a análise contábil de desempenho é a que mais se destaca. Portanto, esse estudo baseou-se na medida de desempenho econômico-financeiro, com foco nos resultados (conforme sugerido por Bortoluzzi *et al.* (2011) e ilustrado na figura 1), cuja definição correlaciona-se ao bom gerenciamento dos recursos financeiros (i.e. lucratividade, vendas, investimento e riscos) para analisar o impacto do novo coronavírus e suas consequências no mercado de franquias brasileiro (BARNEY, 1996; CARNEIRO *et al.*, 2005; LI, 2007).

Figura 1 - Avaliação de desempenho econômico-financeiro



Fonte: Adaptado de Bortoluzzi et al (2011, p. 210).

O primeiro caso da doença, no Brasil, foi confirmado em 26 de fevereiro de 2020. No entanto, este foi apenas o começo, segundo o Ministério da Saúde, até 30 de novembro de 2020, o Brasil possuía 6.335.878 milhões de casos confirmados e 173.320 mil óbitos. Na tentativa de conter o avanço da pandemia, os governos de todo o mundo implementaram diversas ações restritivas de isolamento social, dentre elas o fechamento do comércio, mantendo aberto somente os essenciais, como supermercados e farmácias.

Segata (2020) afirma que os impactos da pandemia serão ainda por muito tempo. Segundo o autor, no mercado interno brasileiro, os cortes de salários, redução de carga horária e demissões em massa foram comuns, aumentando a pobreza e o desemprego no país. Houve, ainda, fechamento de muitos negócios e empresas que não conseguiram arcar com os custos e despesas estando

fechados por muitos meses, gerando uma crise não somente na saúde, mas também social e financeira.

Segundo Bernardes, Silva e Lima (2020), no Brasil grande parte das empresas de médio e pequeno porte muitas vezes são iniciadas sem um planejamento ou preparo para tomada de decisão por parte dos gestores em caso de crises, baseando-se em experiências anteriores ou intuitivamente e portanto tendem a ser mais afetadas nesses períodos. Na tentativa de se manter no mercado, muitas empresas repensaram seu modelo de negócio e buscaram alternativas de sobreviver, como, por exemplo, a adesão ao comércio *online*.

Apesar do seu crescimento nos últimos anos, o mercado de franquias brasileiro também foi afetado e sofreu mudanças no que tange ao previsto para 2020 em relação ao que realmente ocorreu de fato. Algumas unidades encerraram suas atividades e outras sofreram impacto no seu desempenho institucional e financeiro, objetivo principal de análise deste trabalho.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Com o intuito de investigar como a COVID-19 e suas consequentes medidas de isolamento social impactaram o mercado de *franchising* brasileiro nos três primeiros trimestres do ano de 2020, realizou-se uma análise diagnóstica de dados, a partir de pesquisa documental. Esse artigo caracteriza-se como sendo uma pesquisa de natureza qualitativa de enfoque predominantemente descritivo e analítico.

Foram analisados 12 relatórios de desempenho, reelaborados em concordância com os objetivos da investigação proposta conforme indicado por Gil (2008), referentes aos períodos de 2019 e 2020, elaborados pela ABF e disponíveis em seu site até o momento do desenvolvimento deste estudo. Esses relatórios compreendem distintas amostras corrigidas conforme características da população (i.e. 2.918 redes de franquias em todo o território nacional, e como já mencionado anteriormente, divididas em onze segmentos).

Uma análise descritiva dos dados foi realizada, buscando levantar o panorama resultante do desempenho desse mercado na restrição econômica vivida decorrente da pandemia, investigar se há divergências, aspectos incongruentes, mudanças no decorrer do tempo, bem como apontar soluções encontradas para seu enfrentamento.

A escolha do caso justifica-se pela importância do setor de franquias no mercado econômico brasileiro, demonstrando, ainda, crescimento e desenvolvimento em períodos de crise, bem como soluções inovadoras (KICH ET AL., 2013; CALLADO E CALLADO, 2018; CENTRAL DO FRANQUEADO, 2020).

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

As expectativas de 2020 para os futuros e atuais franqueadores e franqueados brasileiros eram favoráveis e otimistas. No entanto, com a eclosão da COVID-19 a realidade tornou-se desconhecida. Com as primeiras medidas de isolamento adotadas a partir da segunda quinzena de março percebe-se os primeiros impactos no mercado de *franchising*, em especial na esfera do faturamento, onde houve redução de 25% no rendimento das unidades. Ainda nesse mês, houve uma queda na confiança do empresariado e do consumidor. Segundo os relatórios da ABF, comparado a março de 2019, 68% das redes de franquias sofreram uma redução em seu faturamento, sendo 28,1% uma redução acima de 50%, 7,9% mantiveram-se estáveis, e apenas 24,1% obtiveram um aumento em seu faturamento, sendo 4,9% um aumento acima de 50%.

O mês de abril foi o mais afetado, mais de 90% das redes sofreram uma redução em sua receita comparado ao mesmo período do ano anterior, sendo 39,1% uma diminuição acima de 50% e 3,3% uma diminuição de 100% do rendimento. O mês de maio apresenta uma leve desaceleração em relação ao declínio apontado em abril, entretanto, o número de franquias que sofreram uma redução acima de 50% foi maior no referido mês, com cerca de 39,8% comparado a maio de 2019.

A partir de junho é possível verificar uma gradual recuperação no mercado de franquias brasileiro decorrente da reabertura progressiva do comércio em alguns estados e do fortalecimento das práticas de enfrentamento da crise. Caiu para 31,9% o número de franquias que tiveram seu

rendimento reduzido pela metade, porém, 27,3% das franquias apresentaram crescimento em seu faturamento, comparado ao mesmo período no ano anterior. Consta-se que o segundo trimestre de 2020 foi o mais afetado até agora.

Julho traz ainda mais progresso, com uma melhora geral da economia e do setor, onde restabelece-se a confiança empresarial e do consumidor. Apenas 9% das unidades apresentaram uma redução acima de 50% e 43,1% das franquias apresentaram um crescimento de sua receita comparado ao mesmo mês do ano de 2019. Pode-se verificar no gráfico 1 a desaceleração das baixas registradas na variação mensal do faturamento de 2020 vs. 2019:

Gráfico 1- Variação no faturamento mensal 2020 vs. 2019



Extraído de: ABF, s.d.

No que diz respeito à abertura e fechamento de unidades, constata-se que em relação ao mesmo período do ano anterior, houve uma menor abertura no número de unidades de franquias, entretanto o saldo ainda se manteve positivo. Todavia, no segundo trimestre do ano observa-se um notável impacto, o número de lojas fechadas foi superior ao número de lojas abertas, resultando, assim, em um saldo negativo no setor. Verifica-se uma tímida melhora do mercado de *franchising* também em relação à abertura e fechamento de lojas a partir do terceiro trimestre, conforme tabela 1.

Tabela 1 - Abertura e fechamento de lojas 2020

Período	Lojas abertas	Lojas fechadas	Saldo
1º Trimestre/2019	3,7%	1,2%	2,5%
2º Trimestre/2019	4,3%	2,2%	2,1%
3º Trimestre/2019	4,3%	1,4%	2,9%
1º Trimestre/2020	2,4%	1,4%	1%
2º Trimestre/2020	1,2%	4,4%	-3,2%
3º Trimestre/2020	2,9%	2%	0,9%

Fonte: Elaboração própria, com base nos relatórios da ABF.

Salienta-se que a maior parte dos fechamentos foram temporários, mas o número de unidades fechadas definitivamente e repassadas ampliam-se com o passar do tempo, sendo seu ápice o terceiro trimestre do ano, conforme gráfico 2. Os dados referentes à geração de emprego pelo mercado de *franchising* brasileiro (tabela 2) corroboram no primeiro trimestre com a previsão de crescimento. Porém, com o avanço da pandemia, uma gradual diminuição no número de empregados pelo setor foi constatada. No segundo trimestre de 2020, observa-se uma brusca queda no

quantitativo de vagas de emprego pelo ramo de franquias. Comparado ao mesmo período do ano de 2019 e ao trimestre anterior houve uma perda de 94.001 e 107.561 postos de trabalho, respectivamente.

Gráfico 2 - Encerramento, fechamento temporário e repasse de unidades



Fonte: Elaboração própria, com base nos relatórios da ABF.

Até o presente momento não foram divulgados os dados referentes ao número de vagas de emprego do terceiro trimestre de 2020. Espera-se que esse número continue caindo no próximo período uma vez que os dados apontam um maior encerramento de lojas franqueadas.

Tabela 2 - Geração de emprego pelo setor

Período	Empregos em Franquias
1º Trimestre/2019	1.325.844
2º Trimestre/2019	1.348.235
3º Trimestre/2019	1.342.618
4º Trimestre/2019	1.358.139
1º Trimestre/2020	1.361.795
2º Trimestre/2020	1.254.234
3º Trimestre/2020	* missing

Fonte: Elaboração própria, com base nos relatórios da ABF.

O faturamento trimestral de 2019 mostra-se superior aos do ano de 2020, em todo o mercado de franquias e na maioria dos setores, conforme gráfico 3 e 4. Até o momento, o 2º trimestre do ano foi, de fato, o mais afetado e constata-se uma melhora significativa no 3º trimestre. No faturamento total por setor, os mais afetados foram os de Alimentação, Moda e Hotelaria e turismo, enquanto os menos afetados foram serviços e outros negócios, Limpeza e conservação e Comunicação, informática e eletrônicos (gráfico 4).

Gráfico 3 - Faturamento total por trimestre



Fonte: Elaboração própria, com base nos relatórios da ABF.

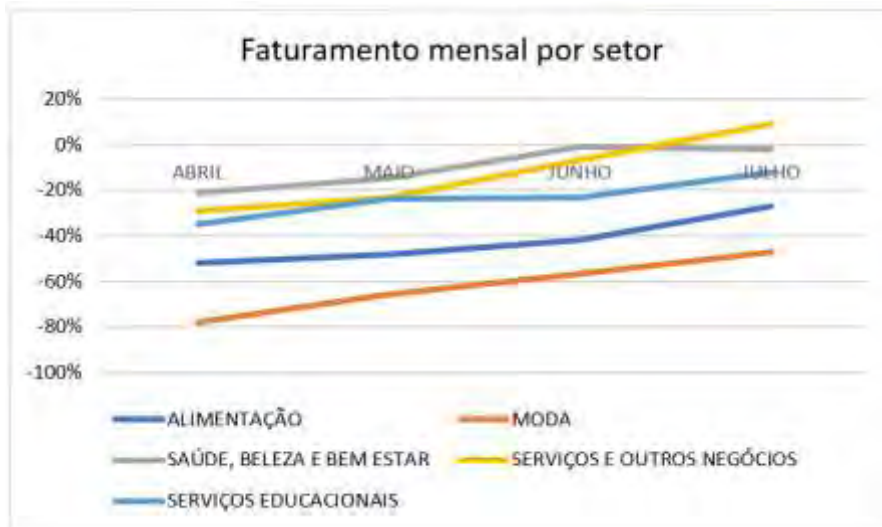
Gráfico 4 - Faturamento por setor



Fonte: Elaboração própria, com base nos relatórios da ABF.

Os setores de Alimentação, Moda, Saúde, beleza e bem estar, Serviços e outros negócios e Serviços educacionais foram analisados mensalmente por atingirem uma base amostral necessária para reporte de dados. Os dados mensais de 2020, que comparados ao mesmo período do ano anterior, apontam uma queda em todos os meses analisados (gráfico 5). As maiores quedas encontram-se no mês de abril, e a partir daí observa-se uma desaceleração dessa queda em todos os setores, sendo o mês de julho o de menor taxa de variação encontrada, com exceção do setor de Saúde, beleza e bem estar, que apresentou a menor taxa em junho com -1%. A área de Serviços e outros negócios teve uma melhora ainda mais significativa passando para uma variação positiva de 9%.

Gráfico 5 - Faturamento por setor



Fonte: Elaboração própria, com base nos relatórios da ABF.

Os planos de expansão das redes também foram afetados com a crise decorrente da pandemia. Até o final do primeiro trimestre do ano, 47,7% das empresas previam manter ou ampliar seus esforços para expansão, 27,7% reduziram esses esforços e 24,6% postergaram a implementação. Em meados do segundo trimestre esse número caiu para 28%, enquanto o número de empresas que reduziram ou paralisaram os esforços para expansão sobe para 40% e 33%, respectivamente.

Conforme demonstrado houve um declínio na trajetória do mercado de *franchising* brasileiro, iniciado na segunda quinzena de março de 2020, devido à pandemia da COVID-19. Desde então, mudanças foram necessárias, estando as transições para os serviços digitais e *delivery*, entre as principais ações implementadas para seu enfrentamento. Dez ações foram apontadas como as principais no enfrentamento da crise desenvolvida, a saber: reuniões *online*, *home office* da franqueadora, *delivery* partindo das unidades, *e-commerce* da franqueadora, venda *online*/telefone com retirada na loja, isenção de *royalties*, demissão de equipe dos franqueados, isenção de fundo de marketing e demissão de equipe da franqueadora. Sendo as reuniões *online*, *home office*, *delivery*, *e-commerce* e vendas *online* com retirada na loja, os procedimentos mais adotados pelas redes para o enfrentamento dessa crise. Ademais, um número significativo de redes salientou que pretende continuar essas práticas após a pandemia.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse artigo objetivou-se, por meio de uma análise diagnóstica de dados, verificar os impactos da pandemia da COVID-19 no desempenho do *franchising* brasileiro nos três primeiros trimestres do ano de 2020. As expectativas para o mercado de franquias brasileiro em 2020 mostravam-se promissoras, esperava-se um crescimento no número de redes e unidades de franquias, no faturamento do setor, e consequentemente no número de vagas de empregos gerados por esse setor no país. As perspectivas apontavam, também, para uma queda na taxa de juros e aumento do PIB brasileiro e as mudanças na lei de franquias garantiriam mais segurança ao modelo de negócio. Todavia, a repercussão do novo coronavírus modificou não só a realidade social, mas também a realidade cultural e econômica.

Para viabilizar este artigo, foi analisado os relatórios de desempenho das franquias brasileiras, elaborados pela ABF e disponíveis em seu site, até o momento da conclusão deste trabalho. Os relatórios utilizados foram dos meses de abril, maio, junho e julho e do 1º, 2º e 3º

trimestres do ano de 2020, bem como o balanço preliminar parcial do desempenho do setor em 2019 e as perspectivas para 2020.

Constatou-se, de fato, uma diminuição do desempenho do *franchising* brasileiro nos três primeiros trimestres de 2020, visto os impactos da pandemia do COVID-19 e de seu consequente isolamento social. No primeiro trimestre de 2020 o mercado de franquias ainda não havia sofrido impactos relevantes, visto que o primeiro caso de COVID-19 no Brasil foi confirmado apenas no final de fevereiro.

Já o segundo trimestre, em especial, os meses de abril e maio foram os mais afetados, reflexo do fechamento das cidades e das medidas de isolamento social. Nesses meses nota-se uma queda brusca no faturamento das franquias, não somente em comparação ao primeiro trimestre de 2020 como também em relação ao ano de 2019, principalmente no setor de alimentação e moda, pois grande parte das operações são em *shoppings* que permaneceram fechados durante o período, e o setor de hotelaria, com a impossibilidade de viajar. Reitera-se, portanto, esses segmentos como os mais afetados. Por outro lado, temos os segmentos de Serviços e outros negócios, Limpeza e conservação, Comunicação, informática e eletrônicos e Saúde, beleza e bem estar que se mantiveram estáveis e positivos.

O terceiro trimestre foi o único que apresentou saldo negativo no que tange ao número de franquias, que diz respeito à diferença entre as lojas abertas e as lojas fechadas no período analisado. Ademais, houve a maior taxa de demissão de empregados do setor em todo o ano. A partir de junho e julho de 2020 observa-se uma ligeira melhora no cenário econômico e no mercado de franquias, consequência da reabertura do comércio, no entanto, este ainda foi bem aquém do previsto ao final de 2019.

Conclui-se que apesar dos impactos negativos trazidos com a pandemia do novo coronavírus, o mercado de franquias começou a dar sinais de recuperação no terceiro trimestre de 2020 no que tange ao faturamento, a diminuição de demissões e ao fechamento de franquias. E, que por meio de estratégias de *home office*, vendas *online* e *delivery* (novo normal), esses impactos estão sendo minimizados.

A principal limitação da pesquisa encontra-se na utilização de uma única base de dados para a análise. Sugere-se, ainda, que futuras pesquisas acrescentem relatórios de outros órgãos, entrevistas com franqueadores e franqueados. Outra possibilidade de trabalho futuro, seria a ampliação do objeto de estudo para além do foco deste ensaio relativo ao mercado de franquias brasileiro.

REFERÊNCIAS

ANNAVARJULA, M.; BELDONA, S. Multinationality–performance relationship: a review and reconceptualization. **International Journal of Organizational Analysis**, v. 8, n. 1, p. 48-67, 2000.

AGUIAR, H. S.; CONSONI, F. Fatores e métricas que influenciam no desempenho de franqueados: uma abordagem com base em franquias brasileiras. **Revista Eletrônica de Estratégia & Negócios**, v. 10, n. 2, p. 201-224, 2017.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE FRANCHISING. ABF. Atuação e Objetivos da ABF, 2020. Disponível em: <<https://www.abf.com.br/a-abf/atuação-e-objetivos-da-abf/>>. Acesso em: nov. 2020.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE FRANCHISING (ABF). Números do Franchising / Desempenho do setor. S.d. Disponível em: <<https://www.abf.com.br/numeros-do-franchising/>>. Acesso em: set. 2021.

BARNEY, J. B. **Gaining and Sustaining Competitive Advantage**, Reading, MA: Addison-Wesley Publishing Company, 1996.

BERNARDES, J. R.; SILVA, B. L. S.; LIMA, T. C. F. Os impactos financeiros da Covid-19 nos negócios. **Revista da FAESF**, v. 4, p. 43-47, 2020.

BORTOLUZZI, S. C.; ENSSLIN, S. R.; LYRIO, M. V. L.; ENSSLIN, L. Avaliação de desempenho econômico-financeiro: uma proposta de integração de indicadores contábeis tradicionais por meio da metodologia multicritério de apoio à decisão construtivista (MCDA-C). **Revista Alcance**, v. 18, n. 2, p. 200-218, 2011.

BRASIL, **Lei nº 13.966**, de 26 de dezembro de 2019. Dispõe sobre o sistema de franquia empresarial e revoga a Lei nº 8.955, de 15 de dezembro de 1994 (Lei de Franquia). Planalto, 2019, Brasília. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13966.htm>. Acesso em: nov. 2020.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Coronavírus**. Brasília, 2020. Disponível em: <<https://www.gov.br/saude/pt-br/Coronavirus>>. Acesso em: nov. 2020.

CARNEIRO, J. M. T.; SILVA, J. F.; ROCHA, A.; HEMAIS, C. A. Mensuração do desempenho organizacional: questões conceituais e metodológicas. In: ENCONTRO DE ESTUDOS EM ESTRATÉGIA, 2, 2005, Rio de Janeiro. **Anais do II 3Es**. Rio de Janeiro: ANPAD, 2005.

CARVALHO, P. L. de; CALLADO, A. L. C.; CALLADO, A. A. C. Relações entre fatores contingenciais e aspectos associados ao desempenho de empresas participantes de franquia. **CONTABILOMETRIA - Brazilian Journal of Quantitative Methods Applied to Accounting**, Monte Carmelo, v. 5, n. 2, p. 108-122, jul.-dez./2018.

CENTRAL DO FRANQUEADO. **Tendências do mercado de franquias para 2020**: o que guiará o setor neste ano? Maio, 2020. Disponível em: <<https://centraldofranqueado.com.br/blog/tendencias-mercado-de-franquias-2020/>>. Acesso em: nov. 2020.

CONTI, A. F.; MURDOCCO, S.; JUNIOR, S. F.; SANTOS, G. Efeito do custo ocupacional em *shopping center*: estudo de caso em franquia de *fast food* no primeiro ano de operação. **Revista de Tecnologia Aplicada (RTA)**, v.3, n.2, p.46-59, 2014.

DALBOSCO, I. B.; FLORIANI, D. E. Grau de internacionalização, competências internacionais, e desempenho organizacional da PME: estudos de caso no sul do Brasil. **REAd. Revista Eletrônica de Administração**, v. 22, n. 2, p. 478-509, 2016.

FOSTER, D.L. **O livro completo de franchising**. Rio de Janeiro: Infobook, 1994.

INTERNATIONAL TRADE ADMINISTRATION (ITA). Services - Education, Franchising, Travel and Tourism. **Brazil - Services - Education, Franchising, Travel and Tourism**. Out. 2019. Disponível em: <<https://www.trade.gov/knowledge-product/brazil-services-education-franchising-travel-and-tourism>>. Acesso em: nov. 2020.

KATSIKEAS, C. S.; LEONIDOU, L. C.; MORGAN, N. A. Firm-level Export Performance Assessment: Review, Evaluation and Development, **Academy of Marketing Science**, v.28, n.4, p.493-511, 2000.

KICH, M.C.; DUTRA, A.; LEÃO, J. A. B.; MARTINS, C.; SARQUIS, A. B. Mapeamento das publicações científicas sobre franquia no período de 2001 a 2011. **Revista da Unifebe**, v.1, n.12, p.19-36, 2013.

LAVIERI, C. A.; CORRÊA, H. L.; CUNHA, J. A. C. Controle e desempenho de franquias: um estudo sobre as atividades de avaliação de desempenho organizacional realizadas por franqueadores. **REGE-Revista de Gestão**, v. 22, n. 3, p. 337-355, 2015.

LI, L. Multinationality and performance. A synthetic review and research agenda, **International Journal of Management Reviews**, v.9, n.2, p.117-139, 2007.

LIMA, A. S. LUNA, R. M.; DE SOUSA, A. R. Evolução do sistema de franquias no Brasil. **Revista Brasileira de Marketing**, v. 11, n. 1, p. 94-112, 2012.

MADSEN, T. K. Managerial Judgment of Export Performance, **Journal of International Marketing**, v.6, n.3, p.82-93, 1998.

MALHOTRA, N. **Pesquisa de marketing**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

MARICATO, Percival. Franquias: bares, restaurantes, lanchonetes, fast-foods e similares. Senac, 2017.

MATITZ, Q. R. S.; BULGACOV, S. O conceito desempenho em estudos organizacionais e estratégia: um modelo de análise multidimensional. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 15, n. 4, p. 580-607, 2011.

MATTEI, L.; HEINEN, V. L. Impactos da crise da Covid-19 no mercado de trabalho brasileiro. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 40, p. 647-668, 2020.

MELO, P. L. R.; DELGADO, R. T.; CORREA, V.S.; BORINI, F. M. Desenvolvimento regional e ambiente institucional: Expansão regional das redes de franquias no Brasil. **RAM. Revista de Administração Mackenzie**, v. 21, 2020.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **International Health Regulations**. Genebra, 2005. Disponível em: <<https://www.who.int/publications/i/item/9789241580496>>. Acesso em: nov. 2020.

ORTEGA, R. P.; MELO, P. L. R.; BOAVENTURA, J. M. G.; MASCENA, K. M. C. Atendimento dos interesses do stakeholder franqueado e sua relação com o desempenho financeiro em redes de franquias. **Revista de Administração da Universidade Federal de Santa Maria**, n. 9, p. 24-38, 2016.

Portal do Franchising. **Franquias 2020**: chegou a sua hora de ter um negócio próprio! Ago/2020. Disponível em: <<https://www.portaldofranchising.com.br/franquias/franquias-2020/>>. Acesso em: nov. 2020.

RIZZARDO FILHO, A.; DE FIGUEIREDO, R. D. H. Franquia empresarial: Sistema e rede. **Revista de Direito da Empresa e dos Negócios**, v. 4, n. 1, 2020.

SCHWARTZ, J. C. **Franquia de A a Z - O que Você Precisa Saber**. 1. ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2003.

SEBRAE. **Manual do Empresário: Franquia**. Vitória: SEBRAE, 2005.

SEGATA, J. Covid-19, biossegurança e antropologia. **Horizontes antropológicos**, v.57, n.2, p.275-313, 2020.

SILVA, D. M. A internacionalização das redes de franquias brasileiras e a necessidade de adaptação do composto de marketing aos novos mercados. In: XXVIII ENANPAD. **Anais...** Curitiba, 2008, p. 1-16.

TONI, D.; MIORANZA, G.; MILAN, G. S.; LARENTIS, F. As dimensões dos modelos mentais dos empreendedores e seus impactos sobre o desempenho organizacional. **REAd. Revista Eletrônica de Administração**, v. 20, n. 3, p. 713-739, 2014.

WAGNER, H.; RUIGROK, W. Internationalization and performance: a meta-analytic review and future research directions. **Proceedings of the Academy of International Business annual meeting**, Stockholm, Sweden, 2004.

MANDATOS E CANDIDATURAS COLETIVAS: Ilusão ou instrumento de representação?

MANDATES AND COLLECTIVE CANDIDACIES: An illusion or instrument of representation?

Área: Desenvolvimento Social e Políticas Públicas
Subárea: Direito, Trabalho e Serviço Social

ROSA, João Pedro Cucolicchio
Centro Universitário Municipal de Franca – Uni-FACEF
Graduado em Direito pela Faculdade de Direito de Franca, especialista em Direito Tributário e Direito Público com ênfase em Gestão pública, Procurador da Câmara Municipal de Taquaritinga-SP.
rosajoaopedroc@gmail.com

BORGES, Donaldo de Assis
Docente do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu, Mestrado em Desenvolvimento Regional, do Centro Universitário Municipal de Franca – Uni-FACEF
Doutor em História pela UNESP
donaldo.borges@gmail.com

Resumo

A Democracia é algo muito caro em países que passaram recentemente por crises democráticas, como períodos ditatoriais, autocracias ou modelos que violam os Direitos Cíveis e Políticos básicos de seus cidadãos. Todavia, com o tempo, movimentos de renovação política são verificados, como soluções a problemas que as alterações sociais provocam. Desta forma, em épocas turbulentas, em que os cidadãos se apresentam em contrariedade à política e até mesmo a própria democracia, é necessário que haja reflexões e consequentemente a construção de ideias em conjunto, para que as nações trilhem sempre caminhos harmônicos e de respeito mútuo. Uma vez verificado o descontentamento do eleitor brasileiro, sua abstenção às urnas nos pleitos municipais de 2020 e a descrença para com seus representantes, buscou-se apresentar uma alternativa que cresce a cada eleição, as candidaturas e os mandatos coletivos. Vê-se uma ausência de empatia entre o povo, tido por sua maioria negra, e os gestores públicos, seja na esfera legislativa, seja na esfera executiva, fazendo surgir, desta forma, a figura de um grupo de pessoas, clamando para ser ouvida e alçada aos postos de poder, outorgando voz e vez aos minoritariamente representados. Assim, abordando temas ligados às possibilidades jurídicas do instituto, da importância aos menos representados e a forma de abordagem do coletivo, o trabalho se desenvolverá mediante pesquisa bibliográfica, documental e também uma entrevista com o “Coletivo Popular Judeti Zilli” do Município de Ribeirão Preto – SP e com Laryssa Galantini, ex-vereadora do mandato coletivo de Alto Paraíso de Goiás - GO

Palavras-chave: Representatividade, Mandatos Coletivos, Democracia.

Abstract

Democracy has always been held in high esteem, especially in countries which have recently gone through democratic crises, such as dictatorial periods, autocracies, or models that violate the basic Civil and Political Rights of their citizens. However, as time goes by, political renewal movements are verified, as solutions to small problems that social changes might provoke. Therefore, in turbulent times, when citizens present themselves in opposition to Politics and even Democracy itself, the pondering of ideas is necessary and consequently, their collective construction so that nations always get on harmoniously and have mutual respect. Once the dissatisfaction of the Brazilian voter, their abstention in the 2020 municipal elections, and the disbelief towards their representatives are validated, an alternative which might grow at each election, the candidatures and the collective mandates was sought. It has been seen, however, a severe lack of empathy among the people, the majority of whom are black, and the public administrators, whether in the legislative or executive

sphere, rising the figure of a group of people claiming to be heard and to be elevated to positions of power, giving voice and turn to the minority represented. Hence, dealing with issues related to the legal possibilities of the institute, the importance of the less represented and the way of approaching the collective, the present work will be developed, through bibliographic and documentary research and also an interview with the “Coletivo Popular Judeti Zilli” from Ribeirão Preto – SP and Laryssa Galantini, former councilor of collective mandate form Alto Paraíso de Goiás – GO.

Keywords: Representativeness, Collective Mandates, Democracy.

1 INTRODUÇÃO

Coworking, Crowdfunding, carsharing e crowssourcing, o que estes termos inovadores, que invadiram as novas formas de negócios, possuem em comum com a Democracia, com o direito ao voto e ao exercício dos mandatos eletivos?

O Mundo passa por mudanças a cada instante e com o Poder Público não é diferente. Os termos supracitados referem-se às novas formas de uso compartilhado das coisas, carros, casas, aprendizados, soluções e financiamentos. Analogamente, vê-se tais ineditismos espalharem-se para ramos impensados.

Paralelamente, tanto a literatura moderna quanto os dados estatísticos apontam para um certo descontentamento do eleitor com seus candidatos.

Segundo o Tribunal Superior Eleitoral, nas eleições municipais de 2016, o Estado de São Paulo registrou uma abstenção de 20,73% no primeiro turno e 23,7% no segundo (TSE, 2021).

Especificamente na cidade de Franca, Estado de São Paulo, no primeiro turno do pleito municipal, 20,61% se abstiveram de exercer seu direito ao voto, enquanto que no segundo turno, o percentual foi de 23,52%, acompanhando a tendência estadual (TSE, 2021).

Quando analisados os números referentes à abstenção eleitoral por faixa etária, no ano de 2016, os dados tornam-se alarmantes. Em Franca, no primeiro turno, em que se vota para Prefeito e Vereadores, os eleitores com 18 anos que não depositaram seus votos foram 22,17%; 19 anos, 24%; 20 anos, 24,23%, 21 a 24, anos 24,32%; 25 a 29, anos 23,32% e dos 30 aos 34 anos, 21,13% (TSE, 2021).

O quadro se agrava quando avaliados os números do segundo turno, em que a média de abstenção nas faixas etárias entre 18 a 34 anos, o eleitor mais jovem, quer dizer, fica próxima dos 25%. Isso sem se considerar os votos brancos e nulos (TSE, 2021).

Já nas eleições locais de 2020, ainda mais quando se leva em conta a situação pandêmica de COVID-19, que assola o Mundo todo, tem-se uma situação bastante preocupante. No Município de Franca, valendo-se do mesmo referencial, a abstenção média do eleitorado jovem, compreendido entre os 18 aos 34 anos, foi de quase 31% no primeiro turno e de 36,64% no segundo turno, segundo o Tribunal Superior Eleitoral (TSE, 2021).

Além dos dados em si, parece bem grave que tantas pessoas tenham deixado de exercer um dos direitos conseguidos a tão caro valor, às custas de sangue, suor e lágrimas, quando da redemocratização do Brasil.

Como narrado, é bastante claro que a crise de saúde pública foi corresponsável por um agravamento da participação popular, mas, o que mais seriam causas de distanciamento do eleitor e do candidato? Representatividade? Desprezo ante os escândalos de corrupção e da judicialização da política?

Diante das eleições municipais de 2020, candidatos que se autodeclararam pretos ou pardos, ocuparão 19 das 96 cidades mais importantes do país (capitais e cidades com mais de 200 mil eleitores, ou seja, que podem ter segundo turno), o que corresponde a 19,79% dos eleitos. Já na média geral, 32,06% dos eleitos são negros, enquanto a sociedade possui 56% da população autodeclarada parda ou preta, segundo IBGE (PODER 360, 2020).

Segundo Silva Junior e Araújo, 2019, desde os primórdios da democracia brasileira, com a Constituição de 1824, apenas homens, livres e alfabetizados que podiam participar das eleições, seja como eleitor, seja como candidato. Assim, mulheres, negros (escravizados ou libertos) estavam excluídos do jogo democrático. Ainda que tenha havido o fim da escravidão em 1888, o reconhecimento do voto feminino em 1932, e a permissão do voto ao iletrado em 1985, na maior parte da história os homens brancos que lideraram os processos eleitorais e, conseqüentemente, a ocupação de cargos eletivos.

Relatam Silva Junior e Araújo, 2019:

A exclusão dos estratos negros e feminino nos espaços da carreira política brasileira, bem como nos cargos de chefia da administração pública e mesmo das empresas da iniciativa privada está diretamente relacionada a obstáculos que foram criados para a manutenção de uma elite política no poder. Campos e Machado (2015, p. 143-144) destacam que as eleições “não garantem igualdade de oportunidades” e nem têm por objetivo “produzir representantes similares aos eleitos”. O que possibilita uma sub-representação de negros e mulheres na esfera política, numa comparação com as proporções desses grupos na sociedade, fenômeno que influencia na qualidade da representatividade dos eleitos, uma vez que parte da população pode não se ver representada nos espaços representativos como os parlamentos.

Em recente pesquisa realizada pelo *Economist Intelligence Unit* (2019), que produziu o Índice de Democracia 2018, extrai-se uma recessão democrática, principalmente nos países ocidentais. Levando-se em conta os fatores analisados, quais sejam, processo eleitoral e pluralismo, participação política, cultura política e funcionamento do governo, apenas na Ásia e África houve crescimento. Já nas demais localidades, houve decréscimo, ou seja, aumentou-se o desprezo pela democracia. América Latina e Caribe (6,43 para 6,24), América do Norte (8,64 para 8,56) e Europa Ocidental (8,61 para 8,35) (CAVALHEIRO et al, 2019).

Quando se fala em democracia, Schumpeter, citado por Melo, 2018, afirma que esta é um método político e não um fim propriamente dito, seria “um arranjo institucional para se chegar a decisões políticas, no qual os indivíduos adquirem o poder de decidir utilizando para isso uma luta competitiva pelo voto do povo”.

E quanto aos jovens? Porque o jovem anda tão distante das decisões políticas de seus Municípios?

As gerações mais novas almejam atuar de maneira mais direta na política, além de ver seus representantes corresponderem exatamente às suas expectativas. Segundo Cavalheiro et al, 2019, citando Subirats, os jovens não aceitam a distinção entre formuladores de políticas e tomadores de decisão, bem como reivindicam um lugar como “coprodutores”.

Ademais, há que se considerar ainda um cenário em que os jovens preferem atuar em meios alternativos de participação política, como através das redes sociais, de grupos restritos a temáticas que lhes chamem a atenção, deixando de lado os meios convencionais de participação políticas, como o sufrágio.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Citando Fung e Wright, Cavalheiro et al, 2019, consta em seu relatório que, ao redor do Mundo vê-se um processo de erosão da vitalidade democrática, citando como afluentes dessa consequência, a abstenção eleitoral e a redução do número de filiados em partidos políticos. Ademais, considera que a democracia representativa se reduziu a uma nova forma de oligarquia, deixando as pessoas comuns de fora da vida pública.

Diversas teses podem ser concebidas considerando o fato acima descrito, como os efeitos decorrentes dos escândalos de corrupção, a perda do poder aquisitivo ante o aumento considerável da inflação, o desemprego em altos níveis, que, naturalmente costumam ser atribuídos às políticas públicas por vezes ineficientes aplicadas pelos gestores, nas mais variadas formas.

De acordo com Melo, 2018, citando Pateman, a participação popular é crucial, desafiando o ideário do “homem democrático”, que é aquele capaz de escolher seus representantes.

Todavia, para o autor, a partir de Schumpeter e os teóricos contemporâneos, não há dúvida quanto a defesa de que essa ideia não se sustenta empiricamente, uma vez que a grande maioria não se coloca politicamente ou não possui interesse em assim proceder, o que ensejaria uma inversão na construção de uma democracia plena, servindo, inclusive, para a perenização de uma autocracia (MELO, 2018)

Nos dizeres de Sepúlveda, 2020, o modelo democrático predominante foi o liberal e representativo, contudo, atualmente, diante dessa denominada crise de representação, no distanciamento cada vez mais evidente entre eleitor e candidato/eleito, as firmes estruturas democráticas estão sendo postas em dúvida.

A assertiva acima posta é provada pelos índices citados quando da introdução, além da perda de confiança nas instituições constitucionalmente previstas e nos Poderes constituídos.

Já para Pereira e Carvalho, 2008, a democracia liberal é a forma de governo mais difundida no mundo, caracterizada por seu formato representativo no sufrágio universal, e cuja autonomia dos representantes está vinculada a um Estado de Direito. Todavia, parte da população mundial não vive

sob os cuidados desta forma de governo, tornando-as, discurso de direitos humanos, e não sujeitos, nos dizeres de Boaventura de Sousa Santos.

Gramsci, citado por Sepúlveda, 2020, leciona que a crise orgânica como contexto em que os representantes perdem espaço, abrem-se lacunas que podem ser preenchidas por “homens providenciais ou carismáticos”, nos dizeres dele, um equilíbrio estático, imaturo, progressista ou conservador. Movimentos estes verificados em diversos países, nas mais variadas formas de governo e de Estado.

Considerando a lição acima, é o que se pode visualizar em diversas sociedades que outorgaram poderes a representantes descompromissados com o regime democrático, que se valem, por exemplo de fórmulas prontas e vazias, de comportamento compatível apenas com uma pequena parte da população, e que, aliado a ausência massiva da outra parte, puderam assumir postos importantes na condução política.

Boaventura de Sousa Santos, bem como os demais defensores da democracia participativa, lecionam que o sentido da democracia foi esvaziado, reduzido a simples modelo de seleção de representantes através do voto, sem uma participação efetiva na sociedade organizada. Estes advogam ainda uma saída através de mecanismos de controle, a exemplo dos orçamentos participativos (PEREIRA e CARVALHO, 2008).

Conforme descrevem Fonseca e Gonçalves, 2018, o Governo até apresenta formas de participação popular, como os conselhos, audiências públicas e afins, com o escopo de dar legitimidade a políticas públicas. Todavia, tais meios não levam em conta as desigualdades sociais e os critérios políticos distintos que cada classe dispõe. Com isso, acaba se tornando formalidade *pro forma*, com poucos avanços que não alcançaram uma evolução significativa.

Evidentemente, considerando as normas jurídicas em vigor no Brasil, até se pode defender a tese de que a participação está prevista em lei, mas a sociedade é que não se interessa. Há que se recordar, todavia, que estas formas de participação são, geralmente, um verdadeiro desconvite. Por exemplo, uma audiência pública para deliberação orçamentária, tema complexo até mesmo para os peritos da área. Não se pode esperar que automaticamente expressiva parcela da comunidade discuta a temática com propriedade. Urge não apenas a normatização, mas a efetiva atuação do Estado para que essa aproximação se efetive.

Segundo relatam Pereira e Carvalho, 2008, citando Avritzer e Costa, a transição de um modelo democrático para outro, pressupõe que as relações políticas saiam do ambiente institucionalizado, uma vez que essa postura acaba ignorando um conjunto de práticas cotidianas, relacionadas a Estado, instituições e sociedade.

Prosseguem os autores:

Dada esta limitação, os principais elementos que encontramos nessas experiências que podem colaborar para a elaboração de um quadro teórico foram: o reconhecimento da importância da participação direta dos cidadãos, a partir de uma articulação entre Estado e sociedade civil, para a criação de espaços decisórios em combinação com mecanismos de democracia liberal representativa; a percepção de que a prática democrática fortalece e valoriza a própria democracia, tendo um caráter pedagógico; a importância de analisarmos também as formas de ação direta, tais como paralisações cívicas, passeatas, ocupações, caminhadas; e, por fim, a existência de um conjunto de reivindicações mais amplo, geralmente vinculado a temas culturais, identitários e de reconhecimento social e político. (p. 52)

Diante disto, as metodologias de participação que não consideram a construção da cidadania não contribuem para a mudança na tomada de decisão nos processos políticos, além de que a proliferação de instâncias de discussão não se traduz no avanço da construção democrática.

Fato é que, por uma razão ou por outra, o modelo representativo democrático e neoliberal, no que tange aos aspectos eleitorais, estão passando por momentos de grande fraqueza.

Mas uma questão que deve ser levada em conta no entendimento da democracia participativa refere-se ao papel dos movimentos sociais que são postos em prática através da diversidade cultural. Tais movimentos têm como escopo principal a majoração da participação das partes minoritariamente representadas na seara política, para tanto, faz-se necessária uma nova definição da cidadania (PEREIRA e CARVALHO, 2008).

Assim, novamente, Melo, 2018, citando Eckstein, escreve que a democracia como método, viabilizada através do sistema eleitoral, torna-se tanto mais viável quanto mais aqueles que a ocupam se aproximem em similitude com as estruturas de autoridade das esferas não governamentais da sociedade.

No caso das mulheres negras, por exemplo, o acesso delas à política institucional responde à necessidade de políticas inclusivas, quebrando-se o monopólio político decisório. Sendo assim, a democratização da sociedade passa, necessariamente pela representatividade, principalmente através de uma forma de renovação político-partidária (SEPÚLVEDA, 2020).

Citando Campos e Machado, Silva Junior e Araújo, 2019 demonstram que hipóteses tendem a dificultar o crescimento político de negros e mulheres, como o capital simbólico, em razão do nível de instrução e origem de classe, os recursos de campanha e o recrutamento de candidaturas.

As eleições de 2018 trouxeram algumas poucas inovações no campo da política representativa, como a eleição de Fabiano Contarato, primeiro Senador gay do país, pelo partido REDE do Espírito Santo, a eleição de Joênia Wapichana, primeira indígena mulher, pelo partido REDE de Roraima, Érica Malunguinho, mulher transexual eleita para o cargo de deputada estadual pelo PSol de São Paulo e dos mandatos coletivos, “Bancada Ativista” na Assembleia de São Paulo e “Juntas” na Assembleia de Pernambuco.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2018), a Câmara dos Deputados Federal possui 513 membros, sendo 125 destes pretos ou pardos, o que equivale a 24,4%. Já quando analisado por gênero, há apenas 13 representantes do gênero feminino que sejam pretas ou pardas.

Quando a análise é feita por Estado, vê-se que os que compõem a Região Norte são os maiores responsáveis por eleger Deputadas (os) federais, pretas (os) ou pardas (os), uma vez que das 65 cadeiras que a Região dispõe, 34 são ocupadas por parlamentares pretos ou pardos, perfazendo um percentual de 52,3% (IBGE, 2018).

Em contrapartida, a Região Sul é a que menos elege representantes não brancos. Dos 77 membros sulistas, apenas 2 são pretos ou pardos, um do Paraná e um de Santa Catarina, o que representa apenas 2,6% (IBGE, 2018).

Em que pese ter havido uma evolução quando comparado com as eleições de 2014, em que apenas 10 mulheres não brancas detinham assento na Câmara dos Deputados e que somente 19,9% dos representantes eram pretos ou pardos, nota-se uma leve evolução, mas bem discreta comparada com a composição étnica brasileira (IBGE, 2018).

Nas eleições municipais de 2020, segundo dados disponibilizados no portal do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), dos 557.406 candidatos (aptos e inaptos), 187.029, ou seja, 33,6% eram do gênero feminino e 370.377, equivalente a 66,4% do gênero masculino.

Já quando visto sob o aspecto da raça/cor, das 187.029 mulheres que ofereceram seus nomes para o pleito eleitoral, praticamente metade (49,52%) são brancas, 10,76% pretas e 37,81% se autodeclararam pardas. O candidato masculino dividiu-se em 47,34% branco, 10,41% preto e 40,37% pardo (TSE, 2020).

Quando são analisadas as estatísticas das pessoas eleitas, vê-se ainda mais discrepância. Das 96 cidades mais importantes (capitais e cidades com possibilidade de segundo turno), apenas 8 chefias do Poder Executivo serão exercidas por mulheres.

Já no Poder Legislativo, 16% das cadeiras dos parlamentos municipais serão ocupadas por mulheres. Percentual ainda baixo quando comparado aos homens vereadores. Mas quando se compara com as eleições anteriores, vê-se uma sutil melhora. No ano de 2016, apenas 13,5% eram do gênero feminino (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2020).

Outro dado animador, apesar de modesto quando visto sob o enfoque geral, é o de eleitas negras. Segundo o portal Nexa, citado pelo portal da Câmara dos Deputados, 6,3% de todos os eleitos para a vereança são mulheres negras, o que perfaz um aumento de 22,84% quando comparado com as eleições municipais anteriores. Municípios como Curitiba (PR), Vitória (ES) e Goiânia (GO), elegeram pela primeira vez na história representantes femininas e negras.

O número de mulheres prefeitas vem aumentando a cada eleição, 2020 teve o maior número de prefeitas eleitas nos últimos 20 anos. 655 mulheres eleitas, o equivalente a 12% do total. 20 anos atrás elas eram 5,75%. Nas câmaras Municipais, das 56489 vagas para vereadores, 9067 foram preenchidas por mulheres, também o maior número em 20 anos (MY NEWS, 2020).

Toda essa alteração no cenário político, iniciado em 2016, que aumentou um pouco em 18, mas que evoluiu consideravelmente em 2020, vai de encontro com o que Djamila Ribeiro classifica como lugar de fala, que é a necessidade de mostrar que certas identidades têm sido historicamente silenciadas e desautorizadas no sentido epistêmico, ao passo que as outras são fortalecidas (SILVA JÚNIOR E ARAÚJO, 2019).

Segundo Faria (2018), a Câmara Municipal de São Paulo, para a legislatura eleita em 2016 foi composta, basicamente de 96% brancos, dos quais, 78% homens e 18% mulheres, 2% homens

negros e 2% mulheres indígenas, não havendo, por exemplo, mulheres negras. Prossegue a autora relatando que um terço da Câmara é de homens com mais de sessenta anos e brancos, o que corresponde a 12% da população segundo o Censo de 2010.

Resta evidente, portanto, que um problema muito grave permeia o cenário político-eleitoral brasileiro, logo, mudanças devem ser postas em prática, logo, apresentando as ideias de Citton, Faria (2018), relata que experimentar é variar uma situação para modular as perspectivas. Ou seja, deslocar o centro daquilo que não está trazendo mais o retorno esperado para algo que se possa tornar compatível, neste caso, a participação democrática maciça.

Nos dizeres de Cavalheiro et al (2019), segundo Pitkin, há duas maneiras de canalizar as vozes dos cidadãos para a representação política. A primeira delas é a representação fiduciária, em que o representante interpreta, com seus próprios mecanismos o que entende ser o interesse geral, modelo hegemônico nas democracias ocidentais. Há ainda a representação delegada, cuja principal característica é a de que o cidadão eleitor exerce controle sobre as decisões do representante, tornando-o um porta voz. Este modelo de representação delegada recebe no Brasil nomes fantasia, como candidaturas ou mandatos coletivos, compartilhados, colaborativos, cidadanistas ou participativos.

Assim, ao se debruçar sobre as inovações que o sistema eleitoral, movidos pelas engrenagens das relações humanas, têm-se o surgimento dos mandatos coletivos.

A manutenção dessa forma supostamente democrática, mas restritiva a poucos representantes, geralmente às elites, soa até mesmo antidemocrático, o que permite refletir acerca da necessidade de que as grandes massas sejam efetivamente representadas, ativa e conscientemente na política partidária (MELO, 2018).

Inclusive, para Sepúlveda (2020), os mandatos coletivos podem representar essa renovação, como um novo instrumento da socialização da política, da mesma maneira que se perfaz uma reação progressista à essa chamada crise de representatividade.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Através de pesquisa bibliográfica em livros, revistas e artigos científicos, acerca da temática da crise democrática que se atravessa, além de pesquisa documental em bancos de dados secundários dos órgãos administrativos e judiciários que procedem às eleições, como Tribunais Eleitorais, e dados extraídos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Vale-se ainda de pesquisa bibliográfica acerca da temática dos mandatos coletivos, em que pese ser um instituto recente na realidade brasileira e não haver uma quantidade exaustiva de conteúdo, mas que se pôde extrair informações valiosas sobre referido assunto.

Entrevistas com duas bancadas coletivas, uma eleita para a legislatura de 2016 na cidade de Alto Paraíso de Goiás, bem como do “Coletivo Popular Judeti Zilli” do Município de Ribeirão Preto – SP, para exercer mandato eletivo na legislatura 2021-2024.

Pôde-se, portanto, através das entrevistas acima realizadas, entender como foi a eleição, como os eleitores receberam essa nova configuração eleitoral, as dificuldades, facilidades, bem como o desempenho do próprio mandato, os percalços enfrentados quando do exercício da função parlamentar e quais os desafios que serão enfrentados daqui para a frente.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Inicialmente, é fundamental que se faça considerações conceituais e introdutórias acerca dos mandatos coletivos.

Cavalheiro et al (2019), conceitua mandatos coletivos:

(...) mecanismos alternativos no processo de formulação de alternativas e de tomada de decisão legislativa. Os mandatos coletivos e compartilhados são uma maneira inovadora de exercício de cargo eletivo em que o representante legislativo se compromete a dividir o poder com um grupo de cidadãos.

O compromisso básico dos representantes é o compartilhamento do poder decisório com um grupo de representados, ao invés de apenas consulta, ou debate, ou enquete com os cidadãos, o mandato vincula-se à vontade do grupo, seja ela auferida via agregação de preferências (votação) ou construção de consenso (deliberação).

Importante trazer à baila que, mandatos coletivos possuem, geralmente, um número reduzido de coparlamentares, bem como possuem uma tendência ideológica, o que, por vezes, impede a entrada de pessoas que não possuem visão semelhante. Já os mandatos compartilhados são preenchidos por mais pessoas, primando pela pluralidade e heterogeneidade. Não têm a pretensão de sintetizar o interesse social, mas também não são tão restritos a ideologias (CAVALHEIRO et al, 2019).

Cavalheiro et al, 2019, destaca algumas iniciativas ao redor do Mundo com o decorrer do tempo, como a criação do *Demoex – direktdemokraterna*, fundado na Suécia por um professor e alunos de uma escola secundária (2002 – 2013); o Partido Pirata, presente em dezenas de países; o *Senator Online – Online Direct Democracy*, na Austrália (2007 – 2019); Movimento Cinco Estrelas na Itália (2009 – dias atuais); ManaBalss – My Voice, na Letônia (2011 – dias atuais); Partido de la Red – DemocracyOS, na Argentina (2012 – dias atuais), dentre outros.

De outro vértice, sob a órbita jurídica, nos dizeres de Dallari (2018), assim como o voto, a candidatura também deve seguir um padrão individualizado. Para o jurista, o eleitor poderá ter por base vários fatores e ideais, seja através de partidos políticos ou de grupos informais, para balizar seu voto, todavia, o direito de votar e ser votado, permanece sempre individual.

Para Dallari (2018), ao se referir a uma notícia do jornal “O Estado de São Paulo (Ed. de 26 de setembro de 2018), mencionando uma decisão do Tribunal Superior Eleitoral, faz uma distinção entre um mandato coletivo, em que há uma obrigatoriedade na forma de decidir, de conduzir a gestão legislativa, com um mero acordo de fato, em que o eleito possui afinidade com determinados costumes de um grupo.

Há que se aguardar como e se o legislador abordará o assunto, assim como os Tribunais Eleitorais enfrentarão a matéria.

Antecipadamente, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), sob a batuta do Ministro Luis Felipe Salomão, decidiu em sede de pedido liminar em Recurso Especial Eleitoral que discutia pedido de candidata a vereadora de município pernambucano de que seu nome na urna fosse procedido do termo “Coletiva Elas”, que “pode incutir na concepção dos votantes que o mandato será exercido, em paridade de armas, por parte do coletivo a qual pertence a candidata”. (TSE, 2020)

Prossegue o Ministro dizendo que a matéria ainda não foi analisada pelo TSE, seja a perspectiva do uso do nome coletivo ou da própria viabilidade de candidatura dessa natureza, e que referida decisão não aborda de maneira profunda sobre tal matéria. (TSE, 2020)

Assim, o que se pode verificar é que, no meio jurídico, ainda pairam incontáveis dúvidas sobre tal situação, devendo-se aguardar o que o futuro reserva sobre essa temática.

Já em âmbito legislativo, tramitam algumas propostas que instituem referida sistemática coletiva. De autoria da deputada federal licenciada Renata Abreu do Podemos de São Paulo, existe uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC 379/17), que possibilita o mandato coletivo para os cargos eletivos do Poder Legislativo em todas as esferas. (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2020)

Há ainda o Projeto de Lei 4475/20 que estabelece regras de registro de candidatura e propaganda eleitoral das candidaturas coletivas, como a questão do nome na urna, visando regulamentar, inclusive a questão ora julgada pelo TSE acima relatado. Por fim, o Projeto de Lei nº. 4724/20 que cria a figura dos coparlamentares. (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2020)

Haja visto que, tanto juridicamente, quanto na seara legislativa, a matéria ainda está pendente de melhores apreciações pelos Poderes competentes, passa-se à análise propriamente dita do coletivo.

Instrumentalizando-se os sujeitos tradicionalmente postos às margens dos processos político-decisórios, os mandatos coletivos tornam-se uma estratégia a serviço dessa reativação, principalmente quanto às mulheres negras. Ou seja, este instrumento pode servir como meio de se superar mecanismos sexistas, racistas e classistas, que vêm desmotivando e descaracterizando os eleitores junto às Câmaras e Assembleias (SEPÚLVEDA, 2020).

Como forma de demonstrar a pluralidade das bandeiras levantadas pelas candidaturas coletivas, Silva Junior e Araújo, 2019 exemplificam o caso da Bancada Ativista, em que seus nove membros possuem frentes distintas, como a presença de mães na política, a causa indígena, agricultura urbana, direitos da população LGBTQIA+, participação popular nos orçamentos públicos, cultura nas periferias, educação humanizada, direito das mulheres, defesa da igualdade racial e ativismo socioambiental.

“Não conseguiríamos ser eleitas se não fosse por uma candidatura coletiva. Agora, o sentimento é de responsabilidade, de honrar as mulheres negras que vieram antes de

mim”, afirma a vereadora eleita em Florianópolis pela Coletiva Bem Viver, Mayne Goes (GIOVANAZ, 2020).

Os mandatos coletivos costumam reunir pessoas que não se veem representadas no sistema político tradicional, composto majoritariamente por homens brancos. Dividir as despesas e somar os esforços de campanha é uma escolha cada vez mais recorrente por aqueles que desejam romper com essa hegemonia (GIOVANAZ, 2020).

Fala semelhante foi proferida na entrevista realizada com o Coletivo Popular Judeti Zilli, chapa coletiva eleita para a legislatura no Município de Ribeirão Preto-SP.

É muito importante ver que nosso coletivo é bastante plural, composto por mulheres negras e pardas e homens brancos. A partir do momento que nosso grupo surge no movimento feminista, que homens podem ser feministas, é fundamental para o diálogo, nos amigos, família, pessoas dos movimentos que atuamos. A partir do momento em que estávamos batendo nas portas, fazendo campanha da importância do MC, muitos disseram que votariam pois somos iguais a eles, não somos diferentes. Vimos então que estávamos no caminho certo, que as pessoas se viam representados, o pobre, o negro, os professores. Essa representação também é importante para mostrar que nós também podemos, que somos capazes de estar no poder. A maioria dos representantes são de classes A e B, nível universitário e pessoas brancas.

É fundamental, portanto, traçar uma linha de raciocínio oriunda de um problema, um fenômeno eleitoral já relatado neste breve estudo, acerca da falha na representatividade, ensejando altos índices de abstenção (que nada mais é do que uma das faces do descrédito e da falta de confiança nos representantes). Todavia, todo esse nexos de causalidade precisa ser quebrado de alguma maneira, e, dentre tantas, principalmente os partidos mais atrelados ao espectro da esquerda, adotaram as plataformas coletivas.

Justifica tal medida o fato de que, como relatado, unindo-se pessoas de campos e áreas distintas, passa-se a compreender aquele feixe de rótulos como um conjunto de virtudes que não são vistas no candidato comum.

Seguindo nesta proposta de ruptura com o modelo democrático tradicional, como meio e não como finalidade como já mencionado, ofertada por Mill, Faria, 2018, exemplifica a Bancada Ativista, em que se insere na política institucional sem se inscrever na lógica partidária do personalismo e da profissionalização da política, sendo, portanto, um coletivo que reivindica a expansão da democracia e a ocupação da política brasileira por ativistas que defendem bandeiras das causas sociais, econômicas, políticas, ambientais e outras, ou seja, reúne diversas lutas sociais.

Nota-se, portanto, que a busca por espaço aliada à pressão, à velocidade demandada para que aqueles que não se viam, passem a se ver, resultou na proposta em debate, como maneira de se potencializar a ascensão dos esquecidos à postos de poder.

Conforme apresenta Silva Junior e Araújo, 2019, todas as candidaturas coletivas eleitas nas eleições de 2018 eram do Partido Socialismo e Liberdade, PSOL e abordaram, necessariamente questões como raça e gênero. Ademais, os quatro mandatos com propostas coletivas são formalmente representados por mulheres negras, o que acaba evidenciando uma distinção do cenário hegemônico político brasileiro. Nesta esteira, todas as propostas se comprometem com políticas voltadas a questões tidas como “minoritárias”.

Tangente às mulheres, as alternativas dos mandatos coletivos tornam-se um instrumento deveras importante, com boa resposta nas urnas, podendo significar uma forma de enfrentamento aos obstáculos que dificultam e até mesmo impedem o acesso delas às posições de poder na seara pública, como o preconceito e o ideário retrógrado quanto ao lugar da mulher na sociedade (SEPÚLVEDA, 2020).

Vê-se, pois, que as inovações eleitorais, neste breve estudo, centralizadas na figura dos mandatos coletivos, passam a exercer uma função que pouco se verifica na realidade das eleições, especificamente municipais.

Pois bem, não havendo fortes laços, não havendo uma tradução fidedigna e proporcional à construção social, buscou-se e, por enquanto, pode-se dizer que se encontrou um peso que possa equilibrar a balança.

Evidentemente que o tema ainda será objeto de muita discussão, e isso se faz importante, dadas as incertezas, jurídicas e políticas acerca dele.

De igual modo, a Folha de São Paulo patrocinou em uma de suas recentes edições, um debate com o pano de fundo dos mandatos coletivos.

De um lado, Marilda Silveira, Doutora em Direito e Professora de Direito Eleitoral do IDP (Instituto Brasiliense de Direito Público), que sustenta que, sem a devida regulamentação, o tema trará insegurança jurídica. Cita alguns pontos que necessitarão de esclarecimento, como o valor do compromisso firmado entre os coparlamentares, caso haja uma cisão, quais as consequências? Caso haja a responsabilização por algum ilícito, todos deverão ser apenados? Seria possível a aplicação do mesmo modelo para eleições majoritárias, como para Prefeito? (FOLHA, 2021).

Em oposição, manifestam as coparlamentares da Bancada Feminista do PSOL da Câmara Municipal de São Paulo, Silvia Ferraro, Paula Nunes, Carolina Lara, Dafne Serra e Natália Chaves, argumentam que os mandatos coletivos representam a união de forças, principalmente quando os signos da mulher, negra, LGBTQIA+ e dos trabalhadores são firmados no entorno de uma única campanha política e, posteriormente, em um único mandato. (FOLHA, 2021).

Elogiosa a intenção do veículo de jornalismo em contrapor as ideias. Todavia, vê-se não a oposição e o debate, mas a ideia de complementaridade entre ambas.

Em outras palavras, pode-se afirmar com algum rigor que os fundamentos que moveram a criação das candidaturas e dos mandatos coletivos possuem como berço os próprios fundamentos democráticos, não apenas como meio, como narrado por Mill, mas, principalmente como fim.

Oras, em se tratando de uma situação em que, novamente, pessoas, geralmente representantes de lutas sociais e classes minoritariamente representadas na política partidária, se unem, juntam suas forças na busca de um lugar para que se possa dar voz àqueles historicamente esquecidos, vê-se que a democracia se renova e se fortalece.

Passo contínuo, não se pode eximir que se criem leis e normas que deem contornos e limites ao que se discute. Deixar que o acaso conduza os caminhos de tão importante e revolucionário instrumento é quase que sentenciá-lo ao fim de forma eminente, visto que, é da própria natureza humana o impasse, que, por vezes, pode significar uma cisão.

Nesse interim, importante a consideração firmada por Faria (2018). Considerando um cenário em que as grandes massas não se sentem representadas, surgem experiências de renovação política, que valorizam, como não poderia deixar de ser, a eleição, mas não só. Valorizam também o passo seguinte. Dessa forma, as reivindicações por participação e espaço são acompanhadas por uma reconstrução epistemológica do que se entende por democracia.

Há ainda um ponto que merece ser destacado, extraído da entrevista com a representante do Mandato Coletivo de Alto Paraíso de Goiás.

Narra a ex-covereadora, Laryssa Galantini, que, no decorrer do tempo, principalmente após as eleições presidenciais de 2018, e a consequente polarização gerada nesta eleição, determinados membros do coletivo, por terem ideologias levemente distintas, foram alvos, inclusive, de movimentos para que fossem expulsos do mandato.

Todavia, segundo a ex-covereadora:

“Houve na época das eleições presidenciais que houve um balanço, do tipo „mas vocês têm pessoas de direita do mandato coletivo?“, pois todos associam os mandatos coletivos à esquerda. Desde que este movimento começou, principalmente dentro do PSol, os partidos de esquerda tem conseguido encampar mais os mandatos coletivos. Então no inconsciente coletivo, há essa questão de que o mandato coletivo é de esquerda. Mas na verdade, ele é um método. Ele pode ser tanto de direita quanto de esquerda. Então isso mexeu um pouco com o nosso eleitorado.

No meu ponto de vista isso foi até saudável, para que as pessoas entendam algumas questões democráticas. Houveram movimentos para retirar membros que eram de direita, gerando aquela discussão dos eleitores. Como poderia tirar alguém, se ele foi devidamente eleito, ainda mais que na Câmara aquela ideologia dele não interfere em nada. Então isso foi muito forte, mas na minha avaliação foi bem positivo e curiosa essa experiência.”

Nota-se, portanto, que, em que pese as candidaturas coletivas terem sido geradas no ventre de partidos mais voltados ao espectro político esquerdista, trata-se de um método de aproximação do eleitor, de ampliação do debate público e também das esferas temáticas a serem trabalhadas pelos coparlamentares.

É essencial extrair que a democracia se constrói também no embate de ideias, na contraposição de visões e de ideologias, sempre dentro do decoro e da cordialidade. Portanto, uma vez que representante exerça papéis mais voltados à esquerda ou à direita, cabe ao eleitor proceder com a cobrança necessária, mas nunca coibir o representante de desempenhar o a sua função constitucionalmente prevista.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sempre notório o ensinamento de José Mujica ex-Presidente do Uruguai, relatado por Danza e Tulbovitz, 2021.

Às vezes se produz um *apartheid* entre a sociedade e os governantes. A forma de viver parece uma besteira, mas não é. Por aí também vem o descrédito dos políticos. As pessoas acham que aqueles que chegam a ser presidentes são sempre iguais, e acaba havendo uma descrença brutal na política. É um problema sério, e por isso trato de combatê-lo. Atenção, eu tenho uma maneira de ser, mas não reprovou ninguém que não viva como eu. Tenho amigos que têm pilhas de dinheiro e aprecio-os muito. Tampouco quero impor minha forma de viver aos outros. Mas a política acaba afastando vocês das pessoas comuns. Votarão ou não votarão em mim, mas a maioria das pessoas das ruas me respeita e gosta de mim. Isso porque não esfrego a Presidência em suas fuças.

O que sempre digo é o seguinte: "Trate de viver como pensa porque senão pensará como vive". (pg. 80-81)

Evidentemente que não se pretende aqui ofertar uma ideia revolucionária de que o povo deve deixar de votar daqueles que não gozam de tal aproximação. Pretende-se sim diagnosticar que esse distanciamento pode ser uma das causas do descontentamento, do desencanto do eleitor com seus candidatos, e, paralelamente, a mola propulsora do surgimento dos novos instrumentos de representação política, a exemplo dos mandatos coletivo.

Propõe-se, desta forma, uma releitura, partindo-se da premissa de que há um descontentamento eleitoral, há um distanciamento daqueles atores que depositam seus votos em determinados líderes, em decorrência de incontáveis fatores que não serão levantados, mas que podem ser verificados diuturnamente nas manchetes de jornais.

Principalmente, e o que mais preocupa, quanto aos jovens, neste trabalho tidos por pessoas de vinte e quatro a trinta e quatro anos, que deixam de fazer valer seu direito ao sufrágio universal.

Tendo isso em conta, inovações são provocadas, e aquela que mais chama a atenção, sendo o objeto de estudo deste artigo, é a das candidaturas e dos mandatos coletivos, que nascem como forma precípua de conjugar em sua essência, signos até então pouco elevados à condição de líderes, como a mulher, o negro e LGBTQIA+.

Este instrumento, ainda carente de uma regulamentação mais rígida, evoluirá e será matéria de muita polêmica, principalmente nesta legislatura que se iniciou em janeiro de 2021 e que vigorará até dezembro de 2024, uma vez que potencializou a postura de liderança destes movimentos.

Certo ainda de que opiniões serão contrapostas e, desde que respeitadas e mantendo o decoro, são sempre válidas. Todavia, essa discussão não pode ficar restrita aos templos dos poderes, deve ser levada à toda a sociedade, para que possa opinar e demonstrar se entende viável a inovação.

Aspectos como, quais os efeitos da avença celebrada entre os membros, para que haja uma fidelidade entre eles, no caso de responsabilização ou até mesmo de cassação do mandato, todos ficam inelegíveis para os próximos pleitos? Ou apenas aquele que encabeçou a chapa?

E quanto ao acordo, ao contrato celebrado entre os co-candidatos, deveria exercer efeitos sobre a justiça eleitoral? Ou seus efeitos seriam estritamente *inter partes*?

Outro ponto que deverá ser debatido e esclarecido. Seriam os mandatos coletivos apenas uma forma de equipar um gabinete com um vínculo mais forte do que a mera nomeação que pode ser feita a qualquer tempo?

Faz-se necessária a oitiva das classes menos valorizadas, pois são justamente essas classes que se uniram e ofertaram a ideia da candidatura coletiva e não podem ser caladas de rompante, por uma decisão judicial ou por uma regulamentação que tende a favorecer a oligarquia política tradicionalmente ocupante das cadeiras de comando.

É sempre de bom tom ressaltar, que vivemos a era do compartilhamento, seja do que for, porque não compartilhar também as decisões havidas nos parlamentos?

Ainda mais se tais compartilhamentos forem molas propulsoras de correções acerca das diferenças sociais que foram perpetradas ao longo dos anos, patrocinando o afastamento das pessoas das decisões políticas, bem como o engrossamento das vendas que as cobriam, ensejando, inclusive, a célebre frase: "Eu não gosto de política".

Tem-se nas candidaturas coletivas um terreno fértil que pode ser explorado e utilizado para o crescimento da representação daqueles, até então, calados pelas oligarquias que rotineiramente estão à frente de seus entes. Porém, como já mencionado, o debate será longo, e para que possa prosperar, os efeitos a serem extraídos devem ser positivos. Alerta-se, contudo, para que a regulamentação da temática não tarde a ser efetivada, sob pena de graves distorções do instrumento coletivo, podendo levar a mais uma descrença do eleitor.

REFERÊNCIAS

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Mulheres representam 16% dos vereadores eleitos no País.** Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/708248-mulheres-representam-16-dos-vereadores-eleitos-no-pais>. Acesso em: 1º de dezembro de 2020.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/706588-propostas-buscam-regulamentar-candidaturas-e-mandatos-coletivos/>>. Acesso em: 30 de novembro de 2020.

DANZA, Andrés; TULBOVITZ, Ernesto. **Uma ovelha negra no poder: confissões e intimidades de Pepe Mujica.** 6. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2021.

FARIA, Flávia. **PARTICIPAÇÃO, RENOVAÇÃO E OCUPAÇÃO: limites da representação e experiências de transformação política na cidade de São Paulo.** Revista Contraponto. Vol. 5, n. 1, pgs. 69 – 83, julho de 2018.

GIOVANAZ, Daniel. **Mandatos coletivos oxigenam casas legislativas e expõem necessidade de regulamentação. Brasil de Fato.** Florianópolis. 22 de novembro de 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/11/22/mandatos-coletivos-oxigenam-casas-legislativas-e-expoem-necessidade-de-regulamentacao>. Acesso em 3 de dezembro de 2020.

MANDATOS COLETIVOS E COMPARTILHADOS: Desafios e Possibilidades para a representação legislativa no século XXI. 2019. RAPS – Rede de Ação Política pela Sustentabilidade. Disponível em: <https://www.raps.org.br/2020/wp-content/uploads/2019/11/mandatos_v5.pdf>. Acesso em 9 de março de 2021.

MELO, George Souza de. **Tensões de uma política democrática contingente: as emergências de novos contratos sociais e políticos.** Peri, revista de filosofia. V. 10, n. 2, pgs. 163-184, 2018.

PEREIRA, Marcus Abílio; CARVALHO, Ernani. **Boaventura de Sousa Santos: por uma nova gramática do político e do social.** Lua Nova, São Paulo, n. 73, p. 45-58, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452008000100002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 3 de dezembro de 2020.

PODER 360. **Maioria da população, negros foram eleitos prefeitos em só 20% das maiores cidades.** Disponível em: <https://www.poder360.com.br/eleicoes/maioria-da-populacao-negros-foram-eleitos-prefeitos-em-so-20-das-maiores-cidades/>. Acesso em: 1º de dezembro de 2020.

PODER 360. **Só 8 mulheres são eleitas prefeitas nas 96 maiores cidades do Brasil.** Disponível em: <https://www.poder360.com.br/eleicoes/so-8-mulheres-sao-eleitas-prefeitas-nas-96-maiores-cidades-do-brasil/>. Acesso em 1º de dezembro de 2020.

SEGUNDA CHAMADA. GREGORIO DUVIVIER|**ELEIÇÕES E MULHERES NA POLÍTICA|BOLSONARO DERROTADO|CHINA NA MIRA|MARADONA.** 1º de dezembro de 2020. Disponível em: <https://podcasts.google.com/feed/aHR0cDovL2ZlZlZWRzLnNvdW5kY2xvdWQuY29tL3VzZXJzL3NvdW5kY2xvdWQ6dXNlcnM6NDM0MzkwMjc3L3NvdW5kcy5yc3M/episode/dGFuOnNvdW5kY2xvdWQsMjAxMDp0cmFja3MvOTM5Mjk4MzY2?ep=14>. Acesso em 3 de dezembro de 2020.

SEPÚLVEDA, Bárbara T. **PARA SE SOCIALIZAR A POLÍTICA: mulheres negras e mandatos coletivos no Brasil.** Disponível em: <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/sesoperspectiva>. Acesso em: 1º de dezembro de 2020.

SILVEIRA, Marilda. **A falta de regras claras compromete a funcionalidade dos mandatos coletivos? SIM.** Folha de São Paulo. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2021/02/a-falta-de-regras-claras-compromete-a-funcionalidade-dos-mandatos-coletivos-sim.shtml>>. Acesso em 18 de março de 2021.

XXII ENCONTRO de PESQUISADORES

INTERDISCIPLINARIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Disponível em:
<https://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-eleitorais>. Acesso em 23 de setembro de 2021.

TSE. **RECURSO ESPECIAL ELEITORAL: RESPE 0600280-86.2020.6.17.0082**. Relator: Ministro Luis Felipe Salomão. Publicação: 10 de novembro de 2020. Disponível em:
<<https://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2020/Novembro/ministro-nega-pedido-de-candidata-ao-cargo-de-vereador-para-registrar-nome-de-urna-de-carater-coletivo>>. Acesso em 30 de novembro de 2020.

**MOVIMENTOS CONCEITUAIS E A PLURALIDADES DE CONCEPÇÕES: PERFIL, MUDANÇA E
EVOLUÇÃO CONCEITUAL**

**CONCEPTUAL MOVEMENTS AND THE PLURALITIES
OF CONCEPTIONS: PROFILE, CHANGE AND CONCEPTUAL EVOLUTION**

Área temática 1: Educação e Desenvolvimento

MAMAN, Daniela de
Docente na Unioeste/Campus de Francisco Beltrão/PR
Doutora em Educação. Grupos de Pesquisa Gecibio e Cosmos
danielademamam@gmail.com

Resumo

Este artigo faz parte da pesquisa desenvolvida no Curso de Doutorado em Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPEL. Tem por objetivo relatar uma experiência empírica em que os saberes docentes sobre ensino de ciências são verificados e analisados através de movimentos conceituais. As informações apresentadas baseiam-se na análise dos registros escritos produzidos pela professora pesquisadora e pelos estudantes futuros - professores de ensino de ciências, em seus diários: de bordo e das concepções pedagógicas. Os discursos narrados nos diários ocorrem a partir de situações de ensino desenvolvidas nas aulas da Disciplina de Ciências Naturais e suas metodologias, no Curso de Pedagogia da Unioeste - Campus de Francisco Beltrão/PR. Os dados levantados indicam a existência de movimentos conceituais, que operam cognitivamente no pensamento dos estudantes promovendo processos de mudança e evoluções conceituais em relação aos saberes docentes sobre conteúdos de ensino de ciências, de maneira contextualizada e consequentemente significativa para os estes.

Palavras-chave: Ensino de ciências, Saberes docentes, Mudança/evolução conceituais.

Abstract

This article is part of the research developed in the Doctoral Course in Education at the Graduate Program in Education at UFPEL. Its objective is to report an empirical experience in which teaching knowledge about science teaching is verified and analyzed through conceptual movements. The information presented is based on the analysis of written records produced by the researcher teacher and by future students - science teaching teachers, in their logbooks: on board and pedagogical concepts. The speeches narrated in the diaries occur from teaching situations developed in the classes of the Discipline of Natural Sciences and their methodologies, in the Pedagogy Course at Unioeste - Campus de Francisco Beltrão/PR. The data collected indicate the existence of conceptual movements, which cognitively operate in the students' thinking, promoting change processes and conceptual evolutions in relation to teachers' knowledge about science teaching contents, in a contextualized and, consequently, significant way for them.

Keywords: Science teaching, Teaching knowledge, Conceptual change/evolution.

1 INTRODUÇÃO

Este estudo é parte da pesquisa desenvolvida na Tese de Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Educação na Universidade Federal de Pelotas-UFPEL/RS, e trata de questões relativas ao movimento conceitual sobre saberes docentes na Disciplina de Ciências Naturais e suas metodologias ministrada no terceiro ano do Curso de graduação em Pedagogia da Unioeste - Campus de Francisco Beltrão/PR. Neste artigo pretende-se verificar se as concepções iniciais (perfil conceitual) que estudantes em formação docente possuem sobre saberes da área de ensino de ciências, e analisar se essas concepções e saberes sofrem alterações conceituais (mudança ou evolução) ao longo do

processo de ensino do qual participam na Disciplina em questão. Estes objetivos tomaram forma e perspectiva a partir da constatação sobre o fato do domínio de informações científicas e tecnológicas constituírem-se como condição de exercício da cidadania e de influência sobre a sociedade atual.

O conhecimento científico-tecnológico, no cotidiano social exige do ser humano, capacidade de análise, de observação, de resolução de problemas práticos e, de senso crítico diante das demandas contemporâneas. Desta forma os saberes de ensino de ciências podem contribuir significativamente para o desenvolvimento das capacidades mencionadas acima. Assim, o contexto escolar, desde a modalidade de ensino da Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental I constituem-se em campos iniciais do contato com o saber científico sistemático, ou seja, ambas as modalidades de ensino se configuram como contato formal inicial dos saberes científicos da maioria da população infantil e, com a responsabilidade de possibilitar a esta população o gosto futuro por estes conhecimentos. A pesquisa trata sobre movimentos conceituais que podem ocorrer no perfil dos estudantes futuros-professores de ensino de ciências para crianças, em relação aos seus saberes docentes e, em como estes saberes são construídos/reorganizados de maneira a qualificar sua atuação profissional.

O ensino e aprendizado dos saberes docentes assemelha-se à concepção do ensinar e aprender ciências no contexto escolar, no sentido de que tal processo é são construídos e proporciona a organização de conceitos segundo a interlocução significativa com o conhecimento já construído e o novo conhecimento, numa relação de significação, produção de sentidos e reflexividade sobre a ampliação dos saberes. Essa concepção está baseada nos princípios construtivistas de aprendizagem e aponta para a necessidade de desenvolver situações de ensino e construção do conhecimento através da interação discursiva, da reflexividade sobre as concepções próprias de um perfil conceitual, que são construídas e/ou ampliadas mediante movimentos conceituais através de discursos narrativos.

Os discursos narrativos dos estudantes futuro-professores, entendidos como interações discursivas, podem revelar novas concepções, novos significados, e gerar indagações sobre o ensino de ciências. Ao pensar em discursos sobre o ensino de ciências, surge o imaginário idealizado pela cultura da descoberta, da experimentação, da arte, da ação do homem sobre a natureza; da possibilidade de conhecimento da vida a partir do desenvolvimento de técnicas apoiadas em tecnologias; da inexplicabilidade de alguns fenômenos a partir do imaginário do conhecimento prático adquirido através da observação; ou, ainda, da ciência que, para além do seu ensino, conduz ao imaginário da destruição, do perigo, do medo, do desconhecido, desvendado a cada nova descoberta por meio da experimentação e do contato com a realidade. Por mais que, ao explicitar sobre o tema ensino de ciências, haja consciência dos sentimentos contraditórios, despertados enquanto seres “aprendentes do mundo”, a ciência está ao redor, direcionando as ações e impondo mais conhecimento para interagir com as demandas contemporâneas.

Já a linguagem escrita, no contexto desta pesquisa, é tida como a ação de contar uma história. Uma história contada por sujeitos distintos, mas que se assemelham em alguns pontos, ou seja, escrevem sobre a construção do conhecimento. É uma história de aprendizagem contada pelos sujeitos da pesquisa através de seus diários *das concepções pedagógicas* - nome atribuído aos diários dos alunos nesta pesquisa, para diferenciar do diário da professora pesquisadora - também é uma história contada pela professora-pesquisadora, através de seu *diário de bordo*. A intenção da primeira contação – feita pelos acadêmicos – está em sua atuação na construção e organização do próprio conhecimento a partir da reflexividade, a partir das teorias estudadas, traçando uma trajetória de diálogo consigo mesmo, com o professor-pesquisador e com os saberes docentes sobre a prática pedagógica do ensino de ciências, constituindo, assim, a própria história de aprendizagem. A intenção da segunda contação – feita pela professora-pesquisadora – é a de verificar, identificar, interpretar e compreender os movimentos conceituais construídos pelos acadêmicos, ao mesmo tempo em que cria um ambiente reflexivo em torno da aprendizagem sobre os saberes docentes sobre ensino de ciências num curso de formação docente. Na sequência a figura I imagens dos dois tipos de diários utilizados na pesquisa:

Figura I – Imagem dos diários produzidos pelos participantes da pesquisa.



Fonte: diário de bordo das concepções pedagógicas e diário de bordo da Professora-pesquisadora (2019, 2020).

Ao direcionar os discursos para o campo da educação e, de forma mais específica, para o contexto da instituição escolar como campo de proposição de construção de saberes ligados à ciência, o interesse nesta investigação ganhará conteúdo e perspectiva por meio da formação inicial de professores no curso de Pedagogia, favorecendo processos qualificados de aprendizagem no ensino de ciências para as crianças. Dessa maneira, o olhar da professora-pesquisadora, neste estudo, detém-se sobre o aprendizado construído pelo acadêmico, futuro-professor, mediante sua participação em disciplina do Curso de Pedagogia, durante o período letivo de 2019 e 2020.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Busca-se também apoio em pesquisas que evidenciaram a perspectiva da mudança conceitual, como de Posner et al. (1982, 1992), que propuseram uma análise dos processos de mudança cognitiva, considerando que é possível distinguir formas de progressão sucessivas que mostram a alteração nos modos de pensamento, organização e construção do conhecimento e, em outros estudos, como os de Mortimer (2000) e Ausubel (1982).

O modelo de mudança conceitual proposto por Posner et. al. (1992) é, neste estudo, utilizado como fundamento teórico no ensino de ciências com estudantes de graduação em Pedagogia, em específico, para verificar processos de mudança e evolução conceitual sobre a organização e construção de conceitos sobre saberes docentes de ensino de ciências. Para Posner et. al. (1992) o modelo de mudança conceitual caracteriza-se como alternativa que permite explicar a organização e construção de conceitos científicos pelos estudantes. Mesmo tendo o modelo de mudança conceitual de Posner et. al. (1992) como fundamento teórico, a ideia, nesta pesquisa, é de que a mudança e evolução conceitual que se busca verificar nas escritas narrativas dos estudantes de Pedagogia, na disciplina em questão, baseia-se na hipótese de que a mudança e evolução conceitual são entendidas como construção conceitual num processo cognitivo em que coexistem perfis iniciais e formulações conceituais.

Estas ideias teóricas sobre mudança e evolução conceitual estão alicerçadas na visão construtivista – a aprendizagem como processo – de que o estudante desempenha papel ativo na construção do conhecimento a partir de suas concepções prévias (PIAGET, 1982). O modelo construtivista em educação chamou atenção dos pesquisadores em educação a partir da década de 1970 e passou a ser adaptada a estudos de alfabetização, estratégias metodológicas, formação docente e formulações curriculares. No ensino de ciências, a ideia de construção, segundo a perspectiva construtivista, deflagrou estudos sobre ideias dos estudantes e como estas ideias sobre os fenômenos promovem a organização e construção do conhecimento científico a partir das ideias espontâneas, prévias ou cotidianas. Neste estudo, também, faço menção aos estudos de Ausubel (1982), em termos de visão construtivista, quando este autor trata dos construtos pessoais. Para este a aprendizagem acontece a partir da interação com significados, da organização da informação, a partir de concepções próprias dos estudantes, na estrutura cognitiva e, desta organização, a elaboração de

noções conceituais. Posner et. al. (1982, 1992) utiliza-se das ideias de Ausubel (1982) para pensar a análise cognitivista no processo de ensino de ciências.

Mortimer (2000) realizou o estudo sobre perfil e mudança conceitual a partir de uma estrutura analítica, segundo as estratégias utilizadas por Scott et. al. (1982), os quais indicam o estudo de mudanças conceituais a partir de dois grupos distintos: conflito cognitivo e consciente com o ponto de vista da ciência. A ideia de investigação de Mortimer (2000) foi em torno do conceito de atomismo como modelo para compreender os estados físicos dos materiais, no sentido de levar o estudante a construir uma nova zona de seu perfil, para além da sensorialista e realista, buscando uma linha de raciocínio intuitivo que superasse a ação de desenhar e imaginar. Mortimer (2000) lançou mão de testes para verificar a evolução de conceitos e, para tanto, utilizou ações básicas denominadas tarefas propostas pelo pesquisador/professor no processo de investigação do perfil conceitual de estudantes do Ensino Médio em uma dada escola sobre o perfil conceitual de atomismo, buscando: 1 - detectar a evolução conceitual em sala de aula; 2 – descrever como ocorre tal evolução através da análise do processo de ensino. A intenção da pesquisa realizada por Mortimer (2000) era identificar nos discursos dos alunos suas novas concepções, seus novos discursos, seus novos significados para os conceitos já assimilados.

Assim, para Posner et. al. (1982), a mudança conceitual ocorre quando há a insatisfação com a concepção existente e o sujeito aprendente se vê frente a uma nova situação de ensino que lhe possibilita a aprendizagem de uma nova concepção. Durante as últimas décadas, os estudos sobre mudança conceitual apresentaram uma alternativa para as investigações sobre o processo de ensino e aprendizagem, no ensino de ciências, com adolescentes e adultos, estudantes de cursos de licenciatura, específicos da área das ciências naturais (química biologia e física). A afirmação por parte dos estudiosos sobre esta temática como, por exemplo, Mortimer (2000), indica para o fato de que as concepções alternativas, prévias ou mesmo errôneas dos acadêmicos, mesmo depois de um processo sistemático de ensino, permanecem.

A explicação para tal fenômeno pode encontrar justificativa na teoria da aprendizagem significativa, de Ausubel (1982), pois são concepções próprias dos acadêmicos aprendidas por estes de forma significativa e, por isso, a mudança conceitual não opera sobre o pensamento. O que ocorre são novos significados incorporados às concepções já existentes sem alterá-las. Desse modo, os acadêmicos podem utilizar as novas concepções em contextos específicos, sem deixar de operar com as já existentes em outros contextos. Também como apoio teórico tivemos a análise do discurso, conforme proposta por Orlandi (2005):

Cada material exige que seu analista, de acordo com a questão que formula, mobilize conceitos que outro analista não mobilizaria, face a suas (outras) questões. Uma análise não é igual a outra porque mobiliza conceitos diferentes e isso tem resultados cruciais na descrição dos materiais. Um mesmo analista, aliás, formulando uma questão diferente, também poderia mobilizar conceitos diversos, fazendo distintos recortes conceituais (p. 25).

O estudo analítico das escritas explicitadas nos discursos narrativos a partir das afirmações de Orlandi (2005), fundamenta-se na ação de, através da prática de leitura, interpretar no sentido de compreender os sentidos e significados produzidos pelos sujeitos. A autora diz que o analista, neste caso, a professora-pesquisadora, precisa construir seu dispositivo analítico de acordo com os fundamentos teóricos e/ou procedimentos em que se baseia o estudo. Para tanto, Orlandi (2005) explica: assim, a construção do corpus e a análise estão intimamente ligadas: decidir o que faz parte do corpus já é decidir acerca de propriedades discursivas (p.61).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para o desenvolvimento deste estudo, foi realizado mapeamento dos perfis conceituais de seis acadêmicos, sujeitos da pesquisa a partir dos seus discursos narrativos, no diário de bordo da professora-pesquisadora e, posteriormente a síntese dos dados relativos a identificação dos perfis, e as possíveis alterações observáveis, nestes a partir dos discursos narrativos, apresentados nos diários das concepções pedagógicas. O número de participantes foi delimitado em virtude da aceitação dos mesmos em terem seus discursos documentados e analisados pela professora-pesquisadora. Deste modo seis foram os sujeitos que tiveram suas escritas analisadas e, seus nomes foram substituídos por nomes fictícios: Adriano, Betania, Carla, Daniela, Elton e Fabiana.

A pesquisa é qualitativa, pois a intenção é de explicitar significados sobre conceitos de tópicos de ensino de ciências a partir do conhecimento pedagógico construído em situações de ensino sistemáticas, elaboradas em forma de narrativas, construídas pelos acadêmicos em seus diários. Ao utilizar a metodologia qualitativa, pressupostos teóricos foram tomados como base para a estruturação deste estudo. Entre eles, destaco os trabalhos de Stake (2011) quando este informa que é necessário ter clareza de que o interesse do pesquisador pelo tema e objeto da pesquisa pode interferir na compreensão do funcionamento das coisas. Segundo o autor, a pesquisa qualitativa pode ser interpretativa, experimental, situacional e personalística e, conforme for conduzida, pode permitir ao público leitor estabelecer suas próprias interpretações, para além das geradas pelo pesquisador; pode, também, permitir a ampliação dos conhecimentos e apresentar múltiplas realidades e, também os pressupostos de Clandinin e Connelly (2011), quando estes se referem ao conceito de experiência como situação, continuidade e interação, ou seja, como os indivíduos ensinam e aprendem. Os autores argumentam que estudar essas experiências possibilitam pensar narrativamente.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise e interpretação, a partir das indicações da análise textual discursiva (MORAES, 2003), possibilitam olhar se os excertos extraídos dos discursos narrativos, construídos pelos acadêmicos, em seus diários das concepções pedagógicas, e evidenciavam, num primeiro momento, seus perfis, possíveis alterações – mudanças, ou mudanças e evoluções – em termos de saberes docentes relativos à sua profissão e aos conteúdos de ensino, próprios da sua área de atuação, o ensino de ciências para crianças.

Para que os acadêmicos produzissem discursos narrativos foram propostas durante as aulas na Disciplina Ciências Naturais e suas metodologias questões-chave que versavam sobre temas estabelecidos no Plano de Ensino da referida Disciplina. O quadro a seguir demonstra os tópicos de conteúdos e as questões-chave propostas:

Quadro I - Demonstrativo de Tópicos de conteúdos e questões-chave.

Conteúdos	Questões-chave
1. Conceito de ciência; 2. Ensino de ciências; 3. Conhecimento científico; 4. Limites para o uso da ciência; 5. Avanços científicos e tecnológicos; ciência neutra ou utilitarista; 6. Formação do professor de ciências; 7. Ciência, tecnologia e sociedade e suas demandas para o ensino de ciências; Implicações curriculares para o ensino de ciências; 8. Teoria significativa da aprendizagem; 9. Mudança conceitual no ensino de ciências como indicativo de aprendizagem; 10. Experimentação e ludicidade como abordagens metodológicas para o ensino de ciências com crianças.	A) Conceito de ciência; ensino de ciências; conhecimento científico; B) Limites para o uso da ciência; avanços científicos e tecnológicos; ciência neutra ou utilitarista; C) Experiência docente; Posicionamentos e anseios em relação à prática do ensino de ciências com crianças; Concepção de ensino de ciências para crianças; D) Alfabetização científica; Aprendizagem significativa; Currículo e ensino de ciências. E) Como transformar o conhecimento cotidiano/informação em saber escolar, em saber científico? Crie através da descrição uma situação de ensino sobre uma conceitualização no ensino de ciências para crianças sob o ponto de vista de pensar a partir do perfil, da mudança e da evolução conceitual. F) A experimentação no ensino de ciências com crianças; G) A ludicidade como estratégia de ensino no ensino de ciências. É possível desenvolver noções ou conceitos de ciências com criança? H) Reflexão sobre as vivências na disciplina.

Fonte: MAMAN (2020).

O encaminhamento metodológico de análise baseou-se em elementos conceituais que tornassem possível verificar o perfil conceitual dos acadêmicos e se este perfil passou por alterações, em termos de mudança, mudança e evolução conceitual. O instrumento diário foi utilizado pela pesquisadora e pelos acadêmicos participantes da disciplina. Apesar de possuírem desenvolvimento e fins diferentes, assemelham-se quanto ao fato de descreverem eventos de natureza cognitiva, pois a utilização dos diários pelos acadêmicos torna possível à pesquisadora acompanhar o seu desenvolvimento conceitual e, aos próprios acadêmicos, possibilita visualizar e compreender sua escrita narrativa em relação à evolução do conhecimento acadêmico-profissional.

Considerando os conceitos teóricos contidos nas teorias que fundamentam a análise, que abrangem as concepções de Aprendizagem Significativa (AUSUBEL, 1982), de Mudança Conceitual (POSNER et al, 1992), 6 transcrições de cada sujeito participante foram consideradas para fins de análise. O critério para esta delimitação foi estabelecido a partir da quantidade de material narrativo ser suficiente, para a investigação em termos de fornecer informações e permitir a tabulação de dados.

Para realizar a análise das narrativas, segui o ideário de Moraes e Galiazzi (2011), que envolvem três ações principais: descrever, interpretar, argumentar. A categoria *Descrição* equivale à escrita narrativa; *Interpretação* corresponde ao olhar do pesquisador em busca de sentidos; *Argumentação* refere a compreensão do sentido produzido pelos sujeitos. Nessa perspectiva, seguindo este ideário, “categorizar é construir estruturas, em que diferentes níveis de categorias se interpretam, no sentido de representar o fenômeno investigado como um todo” (p.89). A categorização, nesta pesquisa, foi entendida como processo e, assim, conforme propõem Moraes e Galiazzi (2011), entendida como “um modo de aprender sobre os fenômenos investigados e a expressão e comunicação das novas compreensões necessitam ser produzidas ao mesmo tempo em que as aprendizagens se concretizam (p.91).

A utilização do diário de bordo, de acordo com Porlán e Martín (1997) e Zabalza (2004), como guia para a investigação possibilitou aos acadêmicos e a professora-pesquisadora desenvolverem situações de linguagem narrativas com dimensões objetivas e subjetivas sobre os seus próprios processos mais significativos de elaboração de conceitos na disciplina.

Sua produção possibilitou olhar sobre a evolução e desenvolvimento profissional dos futuros-professores através dos registros das conexões significativas entre o pensamento e o conhecimento teórico, especialmente quando as concepções prévias foram confrontadas por meio de uma nova informação/conhecimento (modelo de mudança conceitual), que experimentam durante o processo de ensino na disciplina.

A partir dessa indicação para classificar os diários dos acadêmicos e da proposição inicial de entendimento das escritas narrativas produzidas pelos acadêmicos, busquei a orientação teórico-metodológica de Moraes (2003) para realizar a análise das escritas narrativas, com base na análise textual discursiva, que se apoia na análise de conteúdo como conjunto de instrumentos metodológicos que podem ser aplicados a discursos diversificados, conforme proposta por Bardin (1977). A análise textual discursiva permite a reconstrução de elementos de compreensão e de produção de significados e fenômenos investigados. De acordo com Moraes e Galiazzi (2006):

A análise textual discursiva é uma abordagem de análise de dados que transita entre duas formas consagradas de análise na pesquisa qualitativa que são a análise de conteúdo e a análise de discurso. Existem inúmeras abordagens entre estes dois pólos, que se apóiam de um lado na interpretação do significado atribuído pelo autor e de outro nas condições de produção de um determinado texto (p.118)

Moraes (2003) sugere quatro focos/elementos para proceder à Análise Textual Discursiva: desmontagem dos textos (processo de unitarização); estabelecimento de relações (categorização); captando o novo emergente (intensa impregnação nos materiais de análise); processo auto-organizado (emergência de novas compreensões). A Análise Textual Discursiva como metodologia de análise possibilitou a ação de fazer emergir sentidos e também atribuir significados aos discursos narrativos produzidos pelos acadêmicos em seus diários. Os diários, por sua vez, enquanto documentos de análise, possibilitaram o olhar investigativo das perspectivas em análise: identificar o perfil conceitual, a possível alteração deste perfil (mudança), e constatar a evolução conceitual. De acordo com o procedimento de análise textual discursiva, quatro eixos organizacionais para análise foram seguidos, seguindo o movimento de definição das categorias de análise (MORAES e GALIAZZI, 2011). Os seguintes eixos foram propostos: **Eixo 1** – Conhecer os perfis conceituais dos estudantes; **Eixo 2** –

Visualizar o processo de mudança conceitual ocorrido nos perfis conceituais; **Eixo 3** – Compreender o processo de evolução conceitual como produção de significação e sentido a partir dos perfis conceituais e, **Eixo 4** – Interpretar, mediante ação de reflexividade da professora-pesquisadora, o pensamento e a linguagem dos acadêmicos, representados em seus discursos narrativos, percebendo como ocorre o movimento de concepções entre os três níveis conceituais nos discursos narrativos dos acadêmicos.

A análise dos discursos narrativos, neste caso, permitiu a verificação, a identificação, a interpretação e a compreensão das alterações ocorridas nos perfis conceituais e, de acordo com Orlandi (2005), forneceu à pesquisadora a oportunidade de interpretar para compreender os significados atribuídos pelos sujeitos, nos seus discursos, sobre como foram agregando informações às suas estruturas cognitivas e, a partir desta ação, construindo aprendizados sobre os tópicos estudados na disciplina de Fundamentos Teóricos e Metodológicos das Ciências Naturais, na medida em que também desenvolveram um processo de tomada de consciência sobre seu próprio perfil e as mudanças sofridas.

Ao buscar, ao longo de dois anos letivos, trabalhar de forma contextualizada o ensino de ciências e criar condições para a produção escrita dos acadêmicos como meio para o desenvolvimento de competências, procurei também estabelecer reflexões sobre alguns encaminhamentos metodológicos na Disciplina. Conforme Mortimer (2000):

O ensino-aprendizagem de ciências ganha novo enfoque se pensado como uma mudança de perfil conceitual. Primeiramente, seria possível ensinar um conceito num certo nível de seu perfil sem fazer referência a seus níveis menos complexos, desde que eles sejam epistemologicamente e ontologicamente diferentes (p. 142).

O trabalho de buscar estabelecer relações a partir das produções escritas produzidas pelos acadêmicos, futuros-professores, permitiu estabelecer, concomitantemente, reflexões sobre certos elementos que, inicialmente, se mostraram de fundamental importância no processo de escrita durante as aulas, especialmente para o desenvolvimento da aprendizagem sobre os saberes docente sobre ensino de ciências. Algumas reflexões apontam para o surgimento de concepções por parte dos acadêmicos sobre seus entendimentos em relação aos tópicos de conteúdos estudados na disciplina, aliados a perspectivas de experiências como discentes e futuros profissionais do ensino.

Logo após a leitura interpretativa e a busca por elementos de unitarização nas escritas narrativas, surgiu a reflexão sobre os significados evidenciados pelos sujeitos da pesquisa em seus discursos e a identificação/caracterização de seus perfis pela professora-pesquisadora. A partir da caracterização dos perfis conceituais, foi possível entender a caracterização dos discursos como mudança e evolução conceitual. Tal processo pode ser comparado à confecção de um mosaico com pedaços de azulejos coloridos: cada peça (informação contém informações específicas – perfil próprio) que se alarga, quando se pensa em tamanho da forma (ou se relaciona quando se pensa concepções interligadas, mudança na forma, na percepção), formam uma peça (formando um pensamento novo – evolução).

As escritas produzidas na forma de discursos narrativos, ao passarem pelo processo de desmontagem, permitem a visualização de explicações subtendidas por perfis conceituais pré-estabelecidos, aparentemente fechados, em torno de uma explicação aceita. A interpretação das narrativas, à luz das teorias que amparam as categorias de análise, aponta para a perspectiva de que esses perfis inicialmente estabelecidos e aceitos, ou mesmo acomodados, podem passar por processos de questionamentos cognitivos e por mudanças e evoluções conceituais. De acordo com Mortimer (2000), há evolução conceitual pois o perfil conceitual vai mudar e adquirir novos elementos no processo de ensino (p. 147).

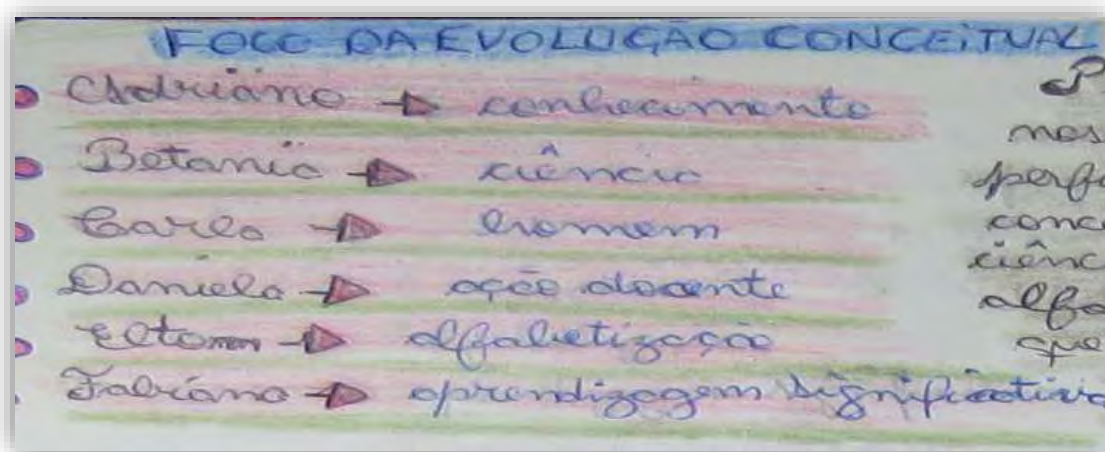
Os perfis conceituais e suas transformações são evidenciados através dos diálogos estabelecidos com a professora-pesquisadora, em seus diários, na forma de discursos narrativos, apresentados nos blocos de questões. Estes discursos mostram, a cada bloco de questões propostas, que os perfis sofrem modificações conceituais, contudo algumas expressões-chave são mantidas. Por exemplo: tanto Adriano como Elton argumentam que é possível ensinar tópicos de conteúdos de ensino de ciências para crianças, ambos mantêm, em seus discursos, afirmações do tipo: “como é difícil ensinar, como é difícil aprender para mudar, para evoluir conceitualmente”. Isso demonstra que apesar de demonstrarem alterações em seus perfis conceituais, no sentido de pensar o ensino de ciências para crianças como saber que propicia a construção de novos saberes e conhecimentos, ainda argumentam que é difícil ensinar e aprender ciências. Para tanto, Posner et. al. (1992)

ressaltam que os acadêmicos podem, em contextos específicos, utilizar as novas concepções, sem deixar de operar com as já existentes.

As relações estabelecidas até o momento encaminham percepções para considerações sobre perfis explicitados pelos acadêmicos, futuros-professores, os quais podem ser suscetíveis a mudanças e a evoluções conceituais, especialmente quando penso em trajetória de formação docente, mediante a introdução e desenvolvimento de tópicos de conteúdos sobre saberes docentes para o ensino de ciências naturais com crianças. Para proceder à identificação dos perfis a partir de excertos extraídos das escritas narrativas de cada questão, parto das ideias de Mortimer (2000), ao sugerir: “Pode-se tentar analisar os episódios de sala de aula de modo a perceber onde um ou outro tipo de discurso predomina, e qual a função de cada um deles para que os alunos desenvolvam seus conceitos” (p. 168). O autor utilizou-se de pré e pós-testes para detectar a evolução conceitual em sala de aula, ou seja, sua análise deteve-se no processo de ensino. Todavia, anterior a tal estratégia metodológica, houve a identificação e explicitação dos perfis conceituais dos estudantes. Assim, é possível apontar, conforme diz Mortimer (2000), que as explicações dos sujeitos participantes envolvem operações cognitivas. A cada discurso narrativo sobre determinada questão, há a elucidação de um perfil já estabelecido, mas este perfil tem que dar conta de responder à nova situação no pensamento do sujeito e, se não dá conta de responder, surge o conflito que por si só já opera uma necessidade de mudança. Em decorrência da análise dos dados, é possível apontar algumas sínteses conclusivas: as descrições narrativas que apresentam os discursos dos sujeitos participantes da pesquisa evidenciam seus perfis conceituais e permitem verificar mudanças e evoluções conceituais a respeito dos tópicos de conteúdos de ensino de ciências desenvolvidos pela professora-pesquisadora. No entanto, sem apontar para mudanças radicais na forma de pensar dos sujeitos envolvidos, pois, ao mesmo tempo, observam-se mudanças em sua forma de pensar sobre um tópico de conteúdo e, por conseguinte, alterações em seus discursos narrativos produzidos como respostas frente a questões propostas em cada bloco de conteúdo programático.

Pois que, somente ao ter significado para o sujeito, o conhecimento pode ser ampliado e reorganizado. Ainda é possível visualizar a presença de expressões próprias do perfil de cada sujeito que se mantém em seus discursos como organizadores prévios que permitiram a ampliação dos seus discursos: Adriano (conhecimento); Betania (ciência); Carla (homem); Daniela (ação docente); Elton (alfabetização) e Fabiana (aprendizagem significativa). Estas expressões apontam para a pluralidade de ideias apresentadas nos discursos narrativos e delineiam perfis conceituais apontando concepções sobre ciência, docência, aprendizagem e alfabetização. Perfis conceituais que perpassam por mudanças conceituais e podem ser caracterizados como evoluções conceituais, quando passam a ser utilizados para o emergir de discursos, novos conceitos, conhecimento. A seguir a figura II mostra a imagem do diário de bordo da professora-pesquisadora que ilustra esta descrição.

Figura II – Imagem de excerto do diário de bordo da professora-pesquisadora.



Fonte: Diário de bordo (2020).

O diferencial nesta discussão é que o campo empírico pesquisado forneceu dados que mostram que estas concepções iniciais mesmo passando por movimentos de mudança e evoluções conceituais podem coexistir de forma harmônica com novas concepções construídas a partir da assimilação de novas informações e serem utilizadas para responder a um mesmo contexto específico e permitirem ainda a ampliação das explicações numa situação futura. Tal afirmação é possível visualizar nos exemplos das concepções 1, 2 e 3, presentes nos discursos narrativos - inferidos ao perfil do sujeito Elton - ao responder as questões A. A concepção 1 indica a explicitação de um perfil constituído de ideias a priori às situações de ensino desenvolvidas na disciplina e caracterizam-se por concepções fundamentadas em ideias arraigadas sobre o papel da ciência. Já na Concepção 2 há a alternância entre as ideias “fortes” sobre o papel da ciência em sociedade e, ao mesmo tempo, aponta a sensibilização em relação ao papel da ciência como ação humana e, portanto, resultado de interesses sociais. Sendo que na Concepção 3, a ciência é vista como conhecimento que permite entender os fenômenos e dar respostas às dúvidas que surgem, evidenciando um caráter racional da ciência, ou seja, a ciência como verdade absoluta. Há uma alternância em relação ao primeiro discurso – concepção 1 e as concepções 2 e 3 – sobre o caráter racional da ciência. Este discurso aparece como suprimido na concepção 2, mas retorna na concepção 3 e agrega ambas as concepções para uma explicação final: A ciência racional. Para ser ensinada necessita de transposição das ideias dos cientistas. O conhecimento ao evoluir passou a produzir tecnologia.

Assim há a alteração de discurso entre as concepções 1, 2 e 3, mas ambas existem na ecologia conceitual do sujeito e, de forma equilibrada, deram conta de elaborar uma concepção harmoniosa, que perpassa pelos movimentos conceituais, sem que a nova concepção entre em conflito com a última manifestada. Ambas as concepções são utilizadas para dar conta da resolução da questão e, ao mesmo tempo, permite inferir que houve alteração de pensamento cognitivo.

Outra observação pertinente em relação a este exemplo é que na medida em que o perfil sofre alteração, esta alteração não pode ser mensurada do ponto de vista de inferir que houve aprendizagem significativa por parte do sujeito, pois mesmo que as concepções explicitadas nos discursos narrativos como conceitos sobre um tema tornem-se mais complexas, ou seja, envolvam informações distintas das explicitadas no perfil inicial, não indicio que no futuro estas concepções se manterão, ou que poderão ser utilizadas como elemento relacional para novas concepções.

XXII ENCONTRO de PESQUISADORES

INTERDISCIPLINARIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Quadro II - Perfis conceituais dos estudantes participantes da pesquisa.

Q u e s t õ e s	Perfis conceituais estabelecidos sobre as questões propostas					
	Adriano	Betania	Carla	Daniela	Elton	Fabiana
A	A ciência, o ensino de ciências e o conhecimento científico vistos como algo imposto e executado pelo homem racionalmente, que evolui.	Diferentes áreas do conhecimento que tratam sobre verdades, as quais elevam o pensamento e tais verdades se modificam.	O homem produz conhecimento, ciência por meio da razão. Através do ensino temos acesso as descobertas científicas.	A Ciência produzida pela humanidade que perpassa pelo conhecimento de senso comum. O professor é o responsável pelo ensino.	A ciência racional. Para ser ensinada necessita da transposição das ideias dos cientistas. O conhecimento ao evoluir passou a produzir tecnologia.	A ciência refutou mito e buscou a razão. Faz parte do processo de ensino e aprendizagem escolar.
B	Ciência e tecnologia utilitarista para produzem artefatos.	A ciência está sujeita as demandas da sociedade.	As descobertas científicas precisam estar vinculadas a ética social e seus avanços estão relacionados ao poderio econômico.	Os avanços tecnológicos produzem artefatos, mas estes podem não ser de utilidade social do ponto de vista ético.	As ações humanas produzem ciência, mas esta produção precisa ter interesse, meios e fins.	O pensamento humano produz conhecimento e este produz efeitos. A produção advém do acaso e de interesses econômicos e sociais.
C	A partir da atuação docente concebe o conhecimento científico como meio para compreensão dos fenômenos.	O ensino de ciências precisa ser aprendido durante a formação profissional para tornar possível o seu ensino com crianças.	A experiência docente aponta para a necessidade de qualificar o ensino de práticas pedagógicas no curso de	Aponta para a formação continuada como condição de qualidade e o aprendizado por descoberta.	A experiência docente aponta para a viabilidade de se trabalhar conceitos de ciências com crianças.	A escola como meio de aquisição de conhecimento científico.

XXII ENCONTRO de PESQUISADORES

INTERDISCIPLINARIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

			formação docente.			
D	A alfabetização em ler e escrever é restrita a decodificação de símbolos, para ultrapassar este limite é preciso ter sentido. O currículo do ensino de ciências é campo estrutural de conceitos.	A alfabetização como processo dinâmico e partido do que é familiar ao aluno e o currículo como base para esta prática.	Alfabetizado significa entender os processos e fatos e ao entender tornar-se significativo. Este processo é propiciado pelo currículo.	Pensar e construir conceitos que tenham sentido. O currículo como determinante do que precisa ser aprendido.	Alfabetizado significa ser capaz de ter conhecimento para interferir e produzir na sociedade.	A alfabetização científica abrange a capacidade de explicação sistemática dos fenômenos.
E	O ensino de ciências envolve conhecimento sistematizado e, pode ensinar através de experiências práticas.	O conhecimento científico é construído a partir de transformações de informações em verdades aceitas, as quais podem sofrer também mudanças em suas concepções.	Conhecimento científico exige a atitude ou capacidade de interpretar fatos e explicá-los.	A história da ciência como caminho para entender como evoluiu o conhecimento científico.	Ter conhecimento significa entender os processos e fenômenos que nos rodeiam e ser capaz de elaborar conceitos que deem conta de responder aos questionamentos suscitados no processo de aprendizado.	O aprendizado de conceitos provoca mudanças no modo de pensar sobre algo. Novos sentidos surgem para um mesmo fenômeno estudado.
F	A ação de planejar uma atividade como ato de documentar as situações de ensino que serão desenvolvidas.	O êxito do trabalho pedagógico apoiado na realização de atividades didáticas experimentais.	Elaborar e implementar atividades experimentais no ensino de ciências.	Entender como se processa a atividade experimental.	A proposta construtivista como fundamento teórico para o planejamento e desenvolvimento de situações de ensino.	Crianças possuem capacidade intelectual para aprenderem conceitos de ensino de ciências.
G	Os conceitos construídos e que apresentam sentido para o sujeito do aprendizado são assimilados.	Ambos os níveis de ensino comportam a elaboração e implementação de práticas de ensino de ciências para crianças.	Outros materiais teóricos podem ser utilizados como referencial teórico no ensino de ciências para crianças.	A literatura infantil como estratégia didático-metodológico.	Aprender o exercício da docência exercendo as suas competências.	A literatura infantil com área que permite o desenvolvimento de tópicos de conteúdos de ensino de ciências.
H	O ensino de ciências é secundário. É necessário ser alfabetizado em ciências para desenvolver os conteúdos com os alunos.	Alfabetização ultrapassa a mecânica do ler e escrever. O aprendizado precisa partir de situações cotidianas.	Ensinar ciências não significa que devemos passar por cima do conhecimento do senso comum.	A ciência e a tecnologia são áreas do conhecimento humano. A técnica do diário de bordo promove a reflexão.	As situações de ensino precisam ser pensadas e planejadas para possibilitarem a construção do conhecimento.	Diferentes posicionamentos sobre os processos de ensino e aprendizagem demandam capacidades de elaborações teóricas diversas. Analogias e processo de ensino caracterizam-se como meios de aprendizado.

Fonte: MAMAN, 2020.

No caso do sujeito Elton, através do exemplo a seguir, é possível identificar a alteração nos excertos inferidos aos discursos narrativos através da concepção – “Ser capaz de elaborar conceitos” (perfil inferido as questões E - respondidas através de discursos narrativos), em comparação aos excertos que contém a concepção – “As ações produzem ciência” (perfil inferido as questões B -

respondidas através de discursos narrativos), e novamente comparadas com a concepção – “Para ser ensinada” (perfil inferido as questões A - respondidas através de discursos narrativos).

Quando inicialmente o sujeito Fabiana afirma em seu discurso narrativo que “A ciência refutou mito e buscou a razão. Faz parte do processo de ensino e aprendizagem escolar” (perfil inferido das questões A - respondidas através de discursos narrativos); após, para responder a outra questão proposta em outra situação de ensino, escreve: “A escola como meio de aquisição de conhecimento científico” (perfil inferido as questões C - respondidas através de discursos narrativos). A seguir seu discurso aponta para o fato de que “a alfabetização científica abrange a capacidade de explicação sistemática dos fenômenos” (perfil inferido as questões D - respondidas através de discursos narrativos). Há o movimento no perfil do sujeito de uma concepção que centra a ciência na razão e no ensino desta perspectiva, no ambiente escolar, para a concepção de ciência como saber escolar, através da aprendizagem do conhecimento científico e, por último, aponta para a necessidade da alfabetização científica como condição para entender ou construir conhecimento científico. Não há evidência de concepções conflitantes nestes discursos; há a coexistência de múltiplas concepções que permitem o estabelecimento de relações entre saberes no perfil de um mesmo sujeito, que podem ser caracterizadas pelos movimentos de mudança e evoluções conceituais. Sendo estes movimentos constituídos em seus fluxos conceituais pela fermentação, flutuação e coexistência de concepções.

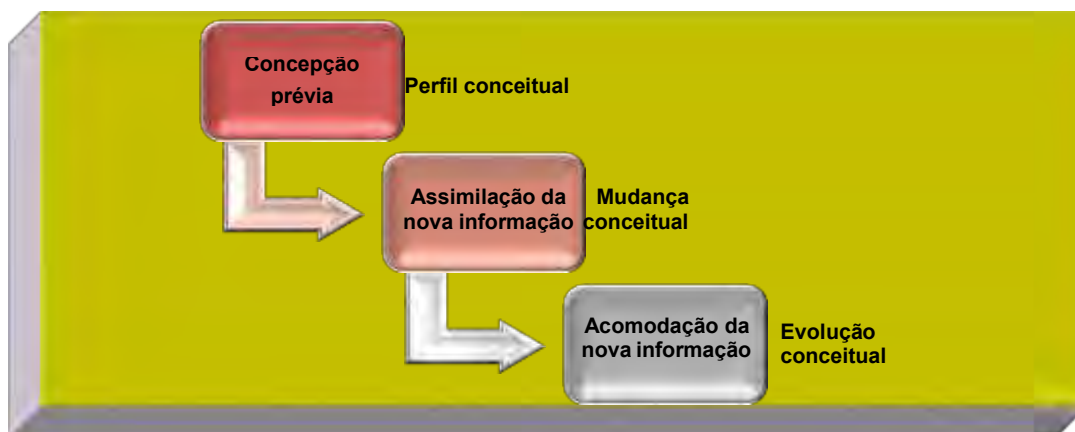
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A constatação que se chega ao olhar os dados analisados é a da linguagem como construção de conceitos no processo de ensino e aprendizagem. Esta concepção foi tornando-se visível na medida em que o processo de produção do próprio diário trouxe à tona toda uma racionalidade do discurso profissional durante o processo de interpretar e compreender os discursos dos acadêmicos, enfim, a linguagem que propiciava a construção de conceitos.

Os dados dos sujeitos da pesquisa demonstraram que, frente a determinadas situações de ensino, abordagens metodológicas tornam possível construir e organizar conceitos de maneira significativa sobre ensino de ciências, mesmo que a formação anterior não tenha colaborado para o aprendizado de certos conceitos em uma dada área. Isso porque a capacidade intelectual humana está em constante busca por informações e desenvolvimento de habilidades; só precisa da oportunidade de conhecer e interagir com os saberes, de trilhar o caminho da própria aprendizagem significativa, do seu desenvolvimento intelectual, para a tomada de consciência do seu próprio perfil conceitual, para que a cada situação de aprendizagem seja capaz de refletir sobre a nova aprendizagem, tendo consciência da mudança e evolução ocorridas em suas concepções iniciais.

Na sequência a figura II mostra esquema sobre o movimento de Mudança e evolução conceitual.

Figura III - Esquema demonstrativo do processo de mudança conceitual, segundo os processos de adaptação, assimilação e acomodação indicados por Posner et al (1992).



Fonte: MAMAN (2020).

A verificação do perfil conceitual, a interpretação da mudança conceitual e a compreensão da evolução conceitual possibilitam o entendimento de que a passagem das concepções dos acadêmicos futuros-professores de ensino de ciências para crianças oscilou por três fases, as quais correspondem à construção de novas ideias a respeito dos tópicos estudados. Segundo, Mortimer (2000), essas podem ser caracterizadas para além de acomodação na estrutura cognitiva, mas, sim, em diferentes formas de pensar. E, nas palavras desta professora-pesquisadora, são formas de pensar que podem ser utilizadas para produzir significação, sentido e discurso sobre os fenômenos.

Ao proceder a leitura e interpretação das produções escritas dos acadêmicos pude vivenciar e envolver-me com o universo da linguagem em ciências, da argumentação, que relaciona dados, estabelece considerações a partir de concepções prévias ou próprias de um perfil inicial, o que remete às proposições de Mortimer (2000), quando aponta para a necessidade de se aumentar a capacidade de argumentação dos alunos através da intervenção do professor, de maneira a estimular, mediar e conduzir discursos para a formação de conceitos. E, segundo os pressupostos de Orlandi (2005), ao citar que a linguagem é a idealização de uma ideologia e o discurso como busca por sentido, entre interlocutores, neste caso, a pesquisadora e os acadêmicos, sobre a produção de significados sobre o ensino de ciências.

A escrita, neste trabalho, foi tomada como um universo específico de expressão humana através da linguagem, o que possibilitou como sistema de representação, mediante a ação de reflexividade, a ampliação de sentidos e significados sobre os saberes docentes relativos à prática pedagógica do ensino de ciências. Houve uma mudança de paradigma – concepções iniciais de um perfil conceitual para concepções ampliadas neste mesmo perfil – que, por sua vez, gera toda uma perspectiva diferente sobre o pensar, traz a dúvida, o questionamento, o re-olhar sobre as próprias concepções, mostrando que é possível mudar uma ideia, modificá-la e ampliá-la.

REFERENCIAS

- AUSUBEL, David. P. **A aprendizagem significativa: a teoria de David Ausubel**. São Paulo: Moraes, 1982.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Editora Edições 70, 1977
- CLANDININ, D. Jean. CONELLY, F. Michael. **Pesquisa narrativa: experiências e história na pesquisa qualitativa**. Tradução: Grupo de Pesquisa Narrativa e Educação de Professores ILEEL/UFU. Uberlândia: EDUFU, 2011.
- DIÁRIO DE BORDO. **Professora Pesquisadora**, 2014-2016.
- DIÁRIO DAS CONCEPÇÕES PEDAGÓGICAS. Sujeitos: **Elton e Fabiana**, 2014-2015.
- MORAES, Roque. GALIAZZI; Maria do Carmo GALIAZZI. **Análise textual discursiva**. 2 ed. rev. Ijuí: Ed. Unijuí, 2011. (Coleção educação em ciências).
- _____. GALIAZZI; Maria do Carmo GALIAZZI. **Análise textual discursiva: processo reconstrutivo de múltiplas faces**. Ciência & Educação, v. 12, n. 1, p. 117-128, 2006.
- MORAES, Roque. **Uma tempestade de luz: a compreensão possibilitada pela análise textual discursiva**. Ciência & Educação, v. 9, n. 2, p. 191-211, 2003.
- MORTIMER, E. F. **Linguagem e formação de conceitos no ensino de Ciências**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2000.
- POSNER, G.J., STRIKE, K.A., HEWSON, P.W. e GERTZOG, W.A. **Learning special relativity: A study of intellectual problems faced by college students**. Paper presented at the 100th Anniversary of the Birth of Albert Einstein, Hofstra University, 1979 citado em POSNER, G.J., STRIKE, K.A., HEWSON, P.W. e GERTZOG, W.A. **Accommodation of a scientific conception: Toward a theory of conceptual change**. Science Education, v.66, n.2, p. 211-227, 1982. POSNER, G.J., STRIKE, K.A., HEWSON, P.W. e GERTZOG, W.A. **Accommodation of a scientific conception: Toward a theory of conceptual change**. Science Education, v.66, n.2, p. 211-227, 1982.
- ORLANDI, Eni. P. **Discurso e Texto: formulação e circulação dos sentidos**. Campinas – SP: Pontes, 2a edição, 2005.
- PIAGET, Jean. **O nascimento da inteligência na criança**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

XXII ENCONTRO de PESQUISADORES

INTERDISCIPLINARIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

PORLÁN, R. e J. MARTÍN (1997). **El diario Del professor:** un recurso para La investigación em la aula. Sevilla: Díada.

STAKE, Robert E. **Pesquisa Qualitativa, estudando como as coisas funcionam.** Porto Alegre: Editora: Penso, 2011.

ZABALZA, Miguel. **Diários de aula:** um instrumento de pesquisa e desenvolvimento profissional. Artmed, 2004.

NAMORO QUALIFICADO E UNIÃO ESTÁVEL: UMA DIFERENCIAÇÃO NECESSÁRIA

QUALIFIED DATING AND COMMON-LAW MARRIAGE: A NECESSARY DIFFERENTIATION

Área temática: Direito, Trabalho e Serviço Social

RODRIGUES, Edwirges Elaine

Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

Doutoranda em Direito Civil, FDUSP; Mestra em Direito, FCHS/UNESP; Especialista em Direito Processual Civil, FCHS/UNESP; Coordenadora do IBDFAM/ Franca/SP; Professora de Direito Civil. edwirges_elaine@yahoo.com.br

ALVARENGA, Maria Amália de Figueiredo Pereira

FCHS/UNESP-Franca

Doutora e mestre em Direito, FCHS/UNESP; professora aposentada da graduação e do Programa de Pós-graduação em Direito, FCHS/UNESP; líder de grupos de pesquisa, CNPq; avaliadora de Cursos pelo MEC.

draamaliaalvarenga@yahoo.com.br

Resumo: Diante das inúmeras transformações enfrentadas pelo Direito das Famílias, ao longo do tempo, a união estável foi reconhecida juridicamente como entidade familiar, bastando para tanto, o preenchimento de seus elementos caracterizadores determinados pelo legislador. Por outro lado, o instituto do namoro qualificado adquiriu novos contornos tornando-se alvo de discussões jurisprudencial e doutrinária, que passaram a ressaltar as diferenças existentes entre a união estável e o chamado namoro qualificado, principalmente, buscando evitar a possível confusão de efeitos jurídicos entre tais institutos. Desse modo, através do método dedutivo, realizou-se uma revisão da bibliografia especializada em Direito das Famílias referente aos institutos da união estável e do namoro qualificado, buscando delinear o principal elemento responsável por diferenciá-los, ou seja, o *animus familiae*, além de apontar os efeitos por eles produzidos e discutir acerca da validade do contrato de namoro.

Palavras-chave: união estável, namoro qualificado, *animus familiae*.

Abstract: In view of the countless transformations faced by Family Law, over time, the common-law marriage was legally recognized as a family entity, it being enough to fill in its characterizing elements determined by the legislator. On the other hand, the institute of qualified dating acquired new contours becoming the target of jurisprudential and doctrinal discussions, which began to emphasize the existing differences between a common-law marriage and the so-called qualified dating, mainly, seeking to avoid the possible confusion of legal effects between such institutes. Thus, through the deductive method, a review of the bibliography specialized in Family Law regarding the institutes of common-law marriage and qualified dating was carried out, seeking to outline the main element responsible for differentiating them, that is, the *animus familiae*, in addition to point out the effects produced by them and discuss the validity of the dating contract.

Keywords: common-law marriage, qualified dating, *animus familiae*.

1 INTRODUÇÃO

Durante a vigência do Código Civil de 1916 até o advento da Constituição Federal de 1988, a família era eminentemente matrimonializada, apenas existindo legal e socialmente quando oriunda do casamento válido e eficaz. Qualquer outro arranjo familiar existente era socialmente marginalizado.

Atualmente, com o respaldo constitucional, o modelo familiar único, constituído pelo casamento, foi substituído por uma pluralidade de novas configurações de convívio, que tem como elemento identificador a afetividade e a valorização da dignidade dos seus membros.

Nesse sentido, a Constituição Federal estabelece que, além das entidades familiares matrimoniais, receberão proteção estatal as famílias constituídas pela união estável e as famílias monoparentais. Entretanto, entende-se que os modelos de famílias explicitados no texto constitucional são meramente exemplificativos, sem oposição para o reconhecimento de novos arranjos familiares.

Estaremos diante de uma entidade familiar, seja ela conjugal ou parental, sempre que se fizer presente a afetividade, que pode ser exteriorizada pela convivência e pelo cuidado entre os membros; pela ostensividade e pela continuidade das relações; e pela intenção de constituir família. Inclusive, esse último requisito subjetivo, ou seja, o *animus familiae*, é responsável pela tênue diferenciação entre uma entidade familiar constituída pela união estável e um relacionamento considerado como namoro qualificado.

Desse modo, através do método dedutivo, realizou-se uma revisão da bibliografia especializada em Direito das Famílias referente aos institutos da união estável e do namoro qualificado, buscando diferenciá-los e apontar os efeitos por eles produzidos.

2 FAMÍLIA CONSTITUÍDA PELA UNIÃO ESTÁVEL

O Código Civil de 1916, com o objetivo de proteger a família constituída pelo matrimônio, ignorou a família de fato. Além disso, até 1977, não existia o divórcio, assim, apenas com a possibilidade do desquite (que não dissolvia o vínculo conjugal) criava-se um impedimento para a constituição de novo casamento. Contudo, tal impedimento não coibiu o surgimento de novas relações afetivas, que eram identificadas com o nome de concubinato.

No tocante aos efeitos patrimoniais decorrentes da dissolução dessas uniões de fato, em que a companheira ficava desamparada, coube à jurisprudência a importante tarefa de impedir as lesões que se tornaram muito recorrentes. Diante disso, o Supremo Tribunal Federal (STF) editou a súmula nº. 380, permitindo a divisão dos bens adquiridos na constância da união: “comprovada a existência de sociedade de fato entre os concubinos, é cabível a sua dissolução judicial com partilha do patrimônio adquirido pelo esforço comum”.

Com o passar do tempo, as uniões extramatrimoniais acabaram por merecer a aceitação da sociedade, levando a Constituição Federal a ampliar o conceito de família, passando outros relacionamentos, além dos constituídos pelo casamento, a merecer a especial proteção do Estado. Desse modo, as uniões de fato foram reconhecidas como entidades familiares, com o nome de união estável.

Conforme os ensinamentos de Carlos Alberto Dabus Maluf e Adriana Caldas do Rego Freitas Dabus Maluf (2016, p. 53), a generalização do fato social fez com que a união estável fosse reconhecida juridicamente como entidade familiar. Diante do artigo 226, §3º, da Constituição Federal, considera-se união estável a entidade familiar estabelecida entre o homem e a mulher, de forma pública, contínua e duradoura, com intenção de constituir família. No mais, o Código Civil também regula tal instituição familiar, abordando a união estável nos artigos 1.723 a 1.727 e em outros dispositivos esparsos.

No mais, a união estável difere-se do concubinato, que se restringe à relação entre pessoas impedidas de constituir casamento. Diante disso, impõe-se, para a caracterização da união estável, tal como disposto no artigo 1.723, §1º, do Código Civil, a observação dos impedimentos previstos no artigo 1.521 da referida lei, além dos deveres recíprocos entre os conviventes, presentes no artigo 1.724 do Código Civil, sendo eles, a lealdade, o respeito, a assistência, e a guarda, o sustento e a educação dos filhos.

Vale destacar que a lei não exige prazo mínimo para a configuração da união estável, devendo ser analisadas as circunstâncias do caso concreto para determinar a sua existência ou não. Assim, como parte da estrutura da união estável, o início da convivência ocorre sem a observação de quaisquer formalidades de celebração, assemelhando-se a um casamento de fato, pois os companheiros vivem como se fossem cônjuges.

Nesse sentido, Paulo Lôbo (2008, p. 152) classifica a união estável como “ato-fato jurídico”, que não depende, para sua constituição, de formalidades ou solenidades, como o casamento, que, por sua vez, é “ato jurídico” formal e complexo. Portanto, mostra-se constituída a união estável, quando preenchidos os requisitos da convivência pública, duradoura e contínua e com intenção de constituir família.

No tocante ao requisito da heterossexualidade, presente no texto constitucional e no texto civilista, tal característica veio a ser desobrigada, conforme o posicionamento do Supremo Tribunal Federal acolhendo as relações homoafetivas como união estável:

ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL (ADPF). PERDA PARCIAL DE OBJETO. RECEBIMENTO, NA PARTE REMANESCENTE, COMO AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. UNIÃO HOMOAFETIVA E SEU RECONHECIMENTO COMO INSTITUTO JURÍDICO. CONVERGÊNCIA DE OBJETOS ENTRE AÇÕES DE NATUREZA ABSTRATA. JULGAMENTO CONJUNTO. [...] PROIBIÇÃO DE DISCRIMINAÇÃO DAS PESSOAS EM RAZÃO DO SEXO, SEJA NO PLANO DA DICOTOMIA HOMEM/MULHER (GÊNERO), SEJA NO PLANO DA ORIENTAÇÃO SEXUAL DE CADA QUAL DELES. A PROIBIÇÃO DO PRECONCEITO COMO CAPÍTULO DO CONSTITUCIONALISMO FRATERNAL. HOMENAGEM AO PLURALISMO COMO VALOR SÓCIO-POLÍTICO-CULTURAL. LIBERDADE PARA DISPOR DA PRÓPRIA SEXUALIDADE, INSERIDA NA CATEGORIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DO INDIVÍDUO, EXPRESSÃO QUE É DA AUTONOMIA DE VONTADE. DIREITO À INTIMIDADE E À VIDA PRIVADA. CLÁUSULA PÉTREA. [...] INTERPRETAÇÃO DO ART. 1.723 DO CÓDIGO CIVIL EM CONFORMIDADE COM A CONSTITUIÇÃO FEDERAL (TÉCNICA DA “INTERPRETAÇÃO CONFORME”). RECONHECIMENTO DA UNIÃO HOMOAFETIVA COMO FAMÍLIA. PROCEDÊNCIA DAS AÇÕES. Ante a possibilidade de interpretação em sentido preconceituoso ou discriminatório do art. 1.723 do Código Civil, não resolúvel à luz dele próprio, faz-se necessária a utilização da técnica de “interpretação conforme à Constituição”. Isso para excluir do dispositivo em causa qualquer significado que impeça o reconhecimento da união contínua, pública e duradoura entre pessoas do mesmo sexo como família. Reconhecimento que é de ser feito segundo as mesmas regras e com as mesmas consequências da união estável heteroafetiva (BRASIL, 2011).

Por fim, vale destacar que, embora a união estável seja reconhecida como entidade familiar no Brasil, inúmeros ordenamentos jurídicos não atribuem efeitos legais a esse instituto, a exemplo dos Estados Unidos, em que, dentre seus cinquenta estados americanos, apenas nove e o Distrito Columbia reconhecem, ainda hoje, a união estável. Os argumentos para a extinção do reconhecimento jurídico a essa modalidade de família referem-se aos resultados por ela produzidos, que são imprevisíveis e frequentemente conturbados (MELO, 2019).

3 NAMORO QUALIFICADO E UNIÃO ESTÁVEL: UMA DIFERENCIAÇÃO

Desde a regulamentação da união estável, surgiram afirmações de que simples namoro poderia acarretar obrigações de ordem patrimonial entre o casal de namorados, tal como ocorre entre os companheiros. Diante de tal situação, a doutrina e a jurisprudência buscaram traçar uma diferenciação entre esses institutos. Contudo, conforme lecionam os professores Carlos Alberto Dabus Maluf e Adriana Caldas do Rego Freitas Dabus Maluf (2016, p. 57), isso nem sempre é fácil, especialmente quando se trata do chamado namoro qualificado.

Diferente da união estável, que tem previsão constitucional no artigo 226, §3º, e vem regulada pelo Código Civil, nos artigos 1.723 a 1.727, o namoro não é conceituado pela lei. Assim sendo, não há requisitos a serem observados para sua formação, a não ser os requisitos morais, impostos pela própria sociedade e pelos costumes.

Desse modo, inicialmente, faz-se necessária a diferenciação entre namoro simples e namoro qualificado. O namoro simples é facilmente diferenciado da união estável, pois não possui um ou mais dos requisitos básicos, podendo ser, por exemplo, um namoro às escondidas, um namoro eventual ou, até mesmo, um relacionamento aberto. Por sua vez, o namoro qualificado apresenta a maioria dos requisitos também presentes na constituição da união estável, ou seja, relacionamento público (no sentido de notoriedade, não podendo ser oculto ou clandestino), contínuo (sem interrupções, sem idas e vindas), e duradouro (prolongado no tempo). Por esse motivo, é tão difícil, na prática, encontrar as diferenças entre a união estável e o namoro qualificado.

É preciso destacar que o namoro, seja ele simples ou qualificado, não é considerado entidade familiar e, por isso, não produz efeitos legais de ordem existencial e patrimonial. Assim, não havendo

direitos e deveres jurídicos, não há que se falar em alimentos, pensão por morte, regime de bens, partilha e direitos sucessórios.

Como mencionado, embora não seja fácil distinguir união estável e namoro, haja vista as semelhanças existentes entre ambos os institutos, o que os diferencia é o objetivo precípua de constituir família (*animus familiae*), presente na união estável e ausente no namoro qualificado. Com esse entendimento, segue julgado do Superior Tribunal de Justiça, cuja relatoria coube à Ministra Nancy Andrih:

Na relação de namoro qualificado, os namorados não assumem a condição de conviventes porque assim não desejam, são livres e desimpedidos, mas não tencionam, naquele momento ou com aquela pessoa, formar uma entidade familiar. Nem por isso vão querer se manter refugiados, já que buscam um no outro a companhia alheia para festas e viagens, acabam até conhecendo um a família do outro, posando para fotografias em festas, pernoitando um na casa do outro com frequência, ou seja, mantêm verdadeira convivência amorosa, porém, sem objetivo de constituir família (BRASIL, 2012).

Dessa feita, para a constituição da união estável, o casal deve manifestar a sua vontade de constituir família, vivendo, nesse sentido, como se casado fosse. Isso significa dizer que deve haver assistência moral e material recíproca irrestrita, esforço conjunto para concretizar sonhos em comum e participação real nos problemas e desejos do outro.

Já no namoro qualificado, embora possa existir um objetivo futuro de constituir família, não há ainda essa comunhão de vidas. Os namorados resguardam suas vidas pessoais, os seus interesses particulares não se confundem no presente e a assistência moral e material recíproca não é totalmente irrestrita.

Nesse sentido, segue julgado do Superior Tribunal de Justiça, em que se discutiu se havia, entre as partes litigantes, uma união estável ou mero namoro qualificado, e, conforme a decisão, seria ou não feita a divisão de um apartamento adquirido apenas em nome do requerido. Reconheceu-se, por unanimidade, que houve, na verdade, um namoro qualificado:

[...] o propósito de constituir família, alçado pela lei de regência como requisito essencial à constituição da união estável [...] não consubstancia mera proclamação, para o futuro, da intenção de constituir uma família. É mais abrangente. Esta deve se afigurar presente durante toda a convivência, a partir do efetivo compartilhamento de vidas, com irrestrito apoio moral e material entre os companheiros [...] (BRASIL, 2015).

No mais, buscando diferenciar os dois institutos, José Fernando Simão (2018) leciona que:

Se há um projeto futuro de constituição de família, estamos diante de namoro. Se há uma família já constituída, com ou sem filhos, ou seja, se ela já existe no presente, há uma união estável. Para que se verifique a existência dessa família no presente, devem ser levados em conta os critérios da reputação e do tratamento, que podem ser demonstrados por todos os meios de prova, como testemunhas e documentos.

Assim, para configuração da intenção de constituir família, deve-se demonstrar a maneira como os companheiros se tratam (*tractatus*), bem como o reconhecimento social de seu estado (*reputatio*). Dessa feita, utilizam-se, para a comprovação da união estável, os clássicos critérios para a configuração da posse de estado de casados (TARTUCE, 2018, p. 1).

4 CONTRATO DE NAMORO

Diante da situação de insegurança acarretada pela dificuldade de distinção entre namoro qualificado e união estável, para evitar riscos e prejuízos que podem advir de uma ação com pedidos de ordem patrimonial, alegando-se a existência de união estável, quando, realmente, só havia namoro, casais de namorados sentiram a necessidade de firmarem contratos para assegurarem a ausência de comprometimento recíproco e a incomunicabilidade do patrimônio presente e futuro.

Trata-se do chamado contrato de namoro, que consiste em uma declaração bilateral em que pessoas maiores, capazes, de boa-fé, com liberdade, sem pressões, coações ou induzimento, confessam que estão envolvidas num relacionamento amoroso, sem nenhuma intenção de constituir

família, e esse namoro, por si só, não tem qualquer efeito de ordem patrimonial, ou conteúdo econômico (VELOSO, 2017, p. 21). No tocante à celebração de tais contratos, não há proibição pela legislação brasileira. Assim, os contratos de namoro poderão ser lavrados, seja de forma pública ou particular.

Contudo, é importante ressaltar que o artigo 1.723 do Código Civil é considerado norma de ordem pública. Desse modo, não é possível que o casal renuncie quaisquer dos requisitos de formação da união estável, mesmo se houver consenso. Isso significa que o contrato de namoro não terá validade para evitar a configuração da união estável, a qual se constituirá com ou sem pacto, desde que os seus requisitos sejam preenchidos (MALUF, MALUF, 2016, p. 62).

Buscando uma solução para os casais que desejam celebrar o contrato de namoro sem correr o risco de que esse seja considerado nulo, João Henrique Catan (2013) sustenta a possibilidade de ser inserida, em tais contratos, uma cláusula de evolução. Assim, haveria a previsão de que, ocorrendo uma evolução, de fato, no relacionamento de namoro, passando a configurar união estável, as partes livremente resolvem adotar determinado regime de bens que entendem ser mais adequado para o futuro.

Dessa maneira, poderá ser confeccionado um contrato híbrido, fixando termo inicial do relacionamento de namoro e prevendo obrigações patrimoniais condicionadas a um evento futuro e incerto de união estável, quando o casal, por maturidade e vontade, automaticamente começar a conviver de forma estável. Tal forma de contratar não veda e nem tenta impedir o reconhecimento da união estável, tendo os companheiros todos os direitos e deveres que emanam dessa entidade familiar consagrada pelo legislador.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mostra-se clara a diferença de tratamento jurídico entre os institutos da união estável e do namoro qualificado, haja vista que a união estabilizada é hábil a ocasionar a formação de uma entidade familiar com variadas consequências jurídicas – regime de bens, alimentos, sucessão, previdência –, enquanto o namoro, em regra, não gerará efeito jurídico algum.

No mais, as normas que regem a união estável são de ordem pública, assim uma vez configurados os requisitos legais – convivência pública, contínua, duradoura e com intenção de constituir família – ter-se-á uma entidade familiar constituída pela união estável, independentemente de vontade das partes.

Nesse sentido, mesmo que haja declaração expressa visando afastar a união estável como, por exemplo, um contrato de namoro, tal declaração não deve preponderar, se verificados, na situação de fato, os requisitos da união estável.

Por fim, conclui-se que a diferenciação entre união estável e o namoro qualificado residirá no *animus familiae*, sendo que, na primeira, o *animus* de constituir família há de ser atual – hoje os conviventes já formam uma família –, enquanto, no segundo, tal *animus* será futuro – o casal de namorados deseja ser uma família no futuro, podendo estar, até mesmo, noivos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial 1.263.015/RN, Relator: Ministra Nancy Andrighi - Terceira Turma. Julgado em 19 jun. 2012. **Diário de Justiça Eletrônico**, Brasília, 26 jun. 2012. Disponível em: https://jurisprudencia.s3.amazonaws.com/STJ/IT/RESP_1263015_RN_1346415832491.pdf?Signature=oosxltZejvQ2GMyf90J9VD%2B%2BZ50%3D&Expires=1593107862&AWSAccessKeyId=AKIARMM D5JEA0765VPOG&response-content-type=application/pdf&x-amz-meta-md5-hash=bdf86dfbaf13ef0bbbdad44a9fb493dd. Acesso em: 20 jun. 2020.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial 1.454.643/RJ, Relator Ministro. Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, Julgado em 3 mar. 2015, **Diário de Justiça Eletrônico**, Brasília, 10 mar. 2015. Disponível em: <https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/178417344/recurso-especial-resp-1454643-rj-2014-0067781-5/relatorio-e-voto-178417366>. Acesso em: 20 jun. 2020.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Ação Direta de Inconstitucionalidade nº. 4277 DF, Relator Min. Ayres Britto, Dj 05/05/2011, Tribunal Pleno, Dje-198 13/10/2011. Disponível em:

<https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=628635>. Acesso em: 19 out. 2021.

CATAN, João Henrique Miranda Soares. **O réquiem dos contratos de namoro e a possibilidade da instituição da cláusula darwiniana**, 2013. Disponível em: <http://www.ibdfam.org.br/artigos/890/O+r%C3%A9quiem+dos+contratos+de+namoro+e+a+possibilidade+da+institui%C3%A7%C3%A3o+da+cl%C3%A1usula+darwiniana>. Acesso em: 8 jun. 2020.

LÔBO, Paulo. **Famílias**. São Paulo: Saraiva, 2008.

MALUF, Carlos Aberto Dabus; MALUF, Adriana Caldas do Rego Freitas Dabus. A união estável e o namoro qualificado: uma diferenciação, **Revista de Direito de Família e das Sucessões**, ano 3, vol. 9, jul./set., 2016. Disponível em: RDFAS – EDIÇÃO 9 – ADFAS :: Associação de Direito de Família e das Sucessões. Acesso em: 21 abr. 2020.

MELO, João Ozorio de. Estados Unidos está perto de acabar com a união estável. **Revista Consultor Jurídico**, 4 ago. 2019. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2019-ago-04/estados-unidos-perto-acabar-uniao-estavel>. Acesso em: 21 jun. 2020.

SIMÃO, José Fernando. Aulas. **Direito das Sucessões**: diálogos. Curso de Pós-graduação em Direito, Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2018.

TARTUCE, Flávio. **União estável e namoro qualificado**, 2018. Disponível em: <http://www.ibdfam.org.br/artigos/1265/Uni%C3%A3o+est%C3%A1vel+e+namoro+qualificado>. Acesso em: 22 abr. 2020.

VELOSO, Zeno. É namoro ou união estável? In: PEREIRA, Rodrigo da Cunha (Coord.); GRISARD FILHO, Waldyr; BURGUER, Marcelo Luiz Francisco (orgs.). **Direito das famílias e sucessões**: concurso de artigos. Belo Horizonte: IBDFAM, 2017.

**O AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE NO EXERCÍCIO DE SUAS ATRIBUIÇÕES:
complexidade e potencialidade do trabalho**

***THE COMMUNITY HEALTH AGENT IN THE EXERCISE OF ITS ATTRIBUTIONS: complexity and
potential of the work***

Área temática: Área 1: Desenvolvimento Regional e Políticas Públicas
1.3 Psicologia, Saúde e Desenvolvimento

LOPES, Ana Paula Ghedini
Uni-Facef
Mestrando do curso de Mestrado em Desenvolvimento Regional
anapaulaghedinilopes@gmail.com.br

SMITH, Marinês Santana Justo
Doutora em Ciência da Informação pela UNESP- Marília-SP
Docente titular no Centro Universitário Municipal de Franca –Uni-FACEF
marjustosmith@gmail.com

Resumo

Em relação à inserção do Agente Comunitário de Saúde (ACS) na equipe Saúde da Família, seu processo de trabalho foi redirecionado e passou a ter como foco as famílias, com prioridade na promoção, proteção e recuperação da saúde, de forma integral, continuada e coordenado do cuidado em saúde. Dentre as competências dos ACS, destaca-se a mediação da informação e a integração entre equipe de saúde e comunidade, além de ações que promovam a saúde e monitoramento e prevenção de agravos a saúde. O objetivo geral do artigo é discutir e refletir o papel do ACS sobre a dimensão de suas atribuições com relação a complexidade e potencialidade do seu processo de trabalho. Diante da complexidade e potencialidade do trabalho, o ACS se depara com várias situações que podem motivar e outras que desmotivam o desenvolvimento das suas atribuições. O fortalecimento das relações interpessoais nas equipes de saúde, rompendo a hierarquia e a organização e valorização do processo de trabalho do ACS, possa contribuir para que esse profissional exerça suas atribuições de maneira mais efetiva.

Palavras-chave: Agente Comunitário de Saúde. Saúde da Família. Atribuições do Agente Comunitário de Saúde

Abstract

Regarding the inclusion of the Community Health Agent (CHA) in the Family Health team, their work process was redirected and started to focus on families, with priority on the promotion, protection and recovery of health, in an integral, continuous and coordination of health care. Among the competences of the ACS, the mediation of information and the integration between the health team and the community stand out, in addition to actions that promote health and monitoring and prevention of health problems. The general objective of the article is to discuss and reflect the role of the ACS on the dimension of their attributions in relation to the complexity and potential of their work process. Given the complexity and potential of the work, the ACS is faced with several situations that can motivate and others that discourage the development of their assignments. The strengthening of interpersonal relationships in the health teams, breaking the hierarchy and organization and valuing the CHA's work process, can help these professionals to perform their duties more effectively.

Keywords: Community Health Agent, Family Health, Community Health Agent Attributions

1 INTRODUÇÃO

A implementação do Programa Nacional de Agentes Comunitário de Saúde (PNACS) em 1992, pelo Ministério da Saúde, visava inicialmente contribuir para a redução da mortalidade materno-infantil, principalmente nas regiões Norte e Nordeste, através da extensão de cobertura dos serviços de saúde para áreas carentes e desassistidas (MARTINS, 2012). Inicialmente, o ACS era responsável pelo desenvolvimento de ações sanitárias consideradas de baixa complexidade, mas de alta resolutividade nos indicadores de saúde (MOROSINI; FONSECA, 2018). A partir de então, após a inserção do Agentes Comunitário de Saúde (ACS) na equipe Saúde da Família, seu processo de trabalho foi redirecionado e passou a ter como foco as famílias, com prioridade na promoção, proteção e recuperação da saúde, de forma integral, continuada e coordenado do cuidado em saúde.

Com a finalidade de organizar e consolidar a organização da Atenção Básica, tendo a Saúde da Família como estratégia prioritária no atendimento integral a população, a Política Nacional da Atenção Básica (PNAB) dispõe os princípios e as diretrizes da Atenção Básica e orienta as atribuições dos profissionais que compõe a equipe de saúde (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2017).

Dentre as competências do ACS, destaca-se a mediação da informação e a integração entre equipe de saúde e comunidade, além de ações que promovam a saúde e monitoramento e prevenção de agravos a saúde (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2017). Ademais, a ACS precisa ter a habilidade em identificar e monitorar situações mais comuns de risco em saúde da população, proceder com orientações em saúde e contribuir com a educação popular em saúde, mobilizando práticas de vida em coletividade que possam fortalecer as interações sociais (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2003).

Desta forma, espera-se que o processo de trabalho do ACS, junto a equipe de saúde e a comunidade, seja baseado na iniciativa e responsabilidade no enfrentamento de situações e acontecimentos próprios do cotidiano profissional, com capacidades para coordenação e resolução de problemas (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2003). Portanto, diante de suas várias funções, o perfil de competências do ACS mostra potencialidades deste trabalhador, podendo ser considerado como um agente transformador.

Sendo assim, o ACS experimenta tanto a dimensão técnica de sua profissão, relacionada ao atendimento aos indivíduos e famílias, na intervenção dos agravos à saúde e a dimensão social, pois seu vínculo com a comunidade, promove a inclusão social e a cidadania (SILVA; DALMASO, 2002). No entanto, o agente de saúde tem experimentado desafios em sua prática cotidiana, principalmente na mediação entre a troca de saberes científicos e saberes populares (FERREIRA, et al, 2009).

O objetivo geral do artigo é analisar e refletir a visão do Agente Comunitário de Saúde sobre a dimensão de suas atribuições com relação a complexidade e potencialidade do seu processo de trabalho. Nesse sentido, torna-se imprescindível o recorte de atuação do ACS, que possibilitará uma melhor percepção do agente de saúde sobre suas funções e assim, facilitar o delineamento de seu campo de atuação.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A dimensão das atribuições e as competências do Agente Comunitário de Saúde

O Agente Comunitário de Saúde integra a equipe da estratégia Saúde da Família (eSF) e, junto com outros profissionais da saúde, trabalham com ações educativas em saúde nos domicílios e coletividades, visando a prevenção de doenças e promoção de saúde. Desta forma, de acordo com as particularidades de suas funções, são considerados como profissionais de interface entre a esfera da saúde e da ação social (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2003).

O conjunto de atribuições do ACS, que devem contemplar questões sociais e política ligadas a promoção da saúde, podem ser resumidas em identificar situações de risco, orientar as famílias e a comunidade e comunicar à equipe as situações de risco. Para Tomaz (2002), há a necessidade ainda de incorporar efetivamente o ACS junto a equipe de saúde a fim de participar nas ações de saúde, tanto nas dimensões técnico-assistencial, assim como político-social. No entanto, acrescenta que,

como as atribuições do ACS são amplas e não têm uma clareza de delimitações, frequentemente, a função do agente é desviada para outras atividades, sobrecarregando-os.

Desta forma, a versão preliminar do Perfil de Competências Profissionais do Agente Comunitário de Saúde, documento foi elaborado pelo grupo de trabalho, composto por consultores técnicos do Departamento de Gestão da Educação na Saúde e pelo Departamento de Atenção Básica, do Ministério da Saúde de 2003, é uma proposta de redirecionamento do processo de trabalho do ACS (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2003). Assim, tendo como base o Decreto no 3189/99, que fixa diretrizes para o exercício profissional deste profissional, esse documento propõe a diversidade de aspectos relacionadas ao exercício profissional do ACS, considerando, no entanto, suas particularidades e especificidades da forma de organização do trabalho.

Assim sendo, as competências esperadas para o perfil profissional do ACS, expõe as capacidades necessárias para a realização de determinada atividade em um determinado contexto técnico-profissional e sócio-cultural. Desta maneira, cada competência para o ACS pode ser relacionada com uma das quatro dimensões da realidade prática de sua profissão: habilidade, conhecimento, atitude e saber interagir com os indivíduos e comunidade (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2003).

O trabalho do ACS pode ser pautado no modelo hegemônico e tradicional do saber profissional e, por outro lado, nas formas criativas de cuidar, de produzir saúde, uma vez que faz parte da mesma realidade sócio-cultural e linguística da comunidade, contribuindo com ações (FERREIRA *et al*, 2009).

De maneira geral, considera-se a dimensão do “saber-ser” do ACS fundamental a todas as suas competências, pois representa a capacidade crítica, de reflexão e mudança em si mesmo, com reflexo nas suas ações. Desta forma, o ACS antes de tudo, deve respeitar valores, culturas, crenças ao propor práticas profissionais, buscando alternativas ativamente diante situações adversas. E, frente a identificação de situações de risco, recorrer à equipe de saúde a fim de organizar ações para a resolução de problemas (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2003).

2.2 As percepções, motivações e desmotivações no processo de trabalho do ACS

Para que o ACS exerça suas funções de maneira eficaz, são necessárias habilidades para manter um relacionamento e comunicação adequadas com a comunidade, além de boa relação interpessoal com os outros membros da equipe. Ademais, precisa ter conhecimento sobre os serviços que a Rede de Atenção Primária dispõe e ser vigilante e atuante na sua área de atuação. Assim, com esses atributos, o ACS terá condições para colaborar com o desenvolvimento de ações que possam trazer melhorias a qualidade da assistência na atenção básica (SPERONI *et al*, 2016).

Portanto, diante da complexidade e potencialidade do trabalho, o ACS se depara com várias situações que podem motivar e outras que desmotivam o desenvolvimento das suas atribuições. O reconhecimento e valorização de suas ações, interfere fortemente em seu trabalho. No entanto, as limitações e dificuldades para resolver os problemas que a comunidade enfrenta, causa frustrações nesses profissionais (SPERONI *et al*, 2016).

Considera-se fatores que facilitam o processo de trabalho do ACS, a facilidade de comunicação com as famílias cadastradas, formação de um vínculo e a valorização profissional do ACS pela comunidade. O ACS por ser um indivíduo da própria comunidade, tem maior compreensão das condições culturais, crenças, comportamentos, dificuldades enfrentadas pela população e com isso, facilita o diálogo e fortalece os vínculos, essenciais na relação de cuidado. Nesse sentido, o processo de trabalho pode ser traduzido por ações de escuta, coleta de informações e conversa frequentes vivenciando o cotidiano das famílias, durante as visitas domiciliares (COSTA *et al*, 2012).

Sendo assim, as experiências e vivências entre o ACS e as famílias são construídas principalmente durante as visitas domiciliares, fortalecendo o vínculo de cuidados e confiança na relação.

Em contrapartida, barreiras no fortalecimento do trabalho em equipe, a dificuldade em organizar trabalhos coletivos na comunidade, a baixa remuneração e a sobrecarga de trabalho, constituem os limites e dificuldades no processo de trabalho do ACS (COSTA et al, 2012).

Ferreira et al (2009), demonstra que entre as dificuldades no processo de trabalho do ACS, a falta de espaço para escuta e diálogo em os componentes da equipe. Isso se deve às relações hierarquizadas e centradas nos profissionais com maior qualificação.

O modo com que os ACS conduzem seu processo de trabalho, também é influenciado de acordo com a organização dos serviços de saúde e com as limitações do próprio modelo assistencial proposto para a estratégia Saúde da Família (eSF) (COSTA et al, 2012).

No estudo de Costa *et al.* (2013) sobre as atribuições do ACS, mostrou que quase a totalidade dos agentes comunitários de saúde pesquisados realiza o cadastro das famílias. Com relação às visitas domiciliares, a maioria dos agentes realiza a visita na totalidade da população cadastrada. Em geral, o número de visita domiciliar semanal por ACS foi de 40 e o tempo destinado as visitas de 120 horas mensais. Os motivos daqueles que visitam somente parte das famílias, colocam como critério de escolha, a condição de risco social familiar. E como dificuldades para executar a função, a disponibilidade de tempo do Agente, o fato de não encontrar a família no horário da visita e a aceitação da família.

Nesse mesmo estudo, a maioria dos Agentes identificam a situação de risco das famílias visitadas e informam à sua equipe de saúde, assim como orientam as famílias quanto a utilização dos serviços de saúde. Ainda dentro de suas atribuições, 86,2% dos Agentes pesquisado, realizam as ações de educação e vigilância em saúde com ênfase na promoção de saúde e prevenção de saúde e 71,8 % realizam a educação e mobilização da comunidade objetivando ações de saneamento e melhoria do meio ambiente (COSTA, *et al.*, 2013).

Para Speroni *et al* (2016), o desvio e função do ACS, como atividades burocráticas e administrativas no âmbito das unidades de saúde que não lhe compete, modifica o modelo assistencial de saúde, diminuindo o tempo destinado ao contato com a comunidade. Desta forma, a figura do ACS fica descaracterizada frente à população adscrita, prejudicando a mediação da informação e as ações em saúde.

Silva e Dalmaso (2002) identificaram nos ACS duas dimensões de atuações, uma estritamente técnica e outra política. Na primeira, relacionado com o atendimento aos indivíduos, intervindo para a prevenção de agravos e monitoramento de grupos ou problemas específicos e na segunda, como agente organizador e transformador da comunidade, firmando como apoiador nos processos de autocuidado dos indivíduos.

Portanto, deve-se incluir, dentre as atribuições, a competência cultural e a orientação comunitária dos ACS, como eixo principal de trabalho, abrangendo desde o reconhecimento das características culturais dos grupos sociais e de suas necessidades no processo-doença, até a capacidade de unir conhecimentos epidemiológicas e clínicas com o propósito de respaldar programas para melhor reconhecimento das demandas da população adscrita (MACIEL *et al.*, 2020). Assim, o ACS tem como função primordial a de integrar a comunidade aos serviços de saúde, atuando como facilitador na comunicação desse processo.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Agente Comunitário de Saúde, é considerado o elemento fundamental dentro da equipe de saúde da estratégia Saúde da Família, uma vez que, dentre suas atribuições, fica responsável pela integração e mediação entre a equipe de saúde e a comunidade. Para isso, necessita ter a competência em identificar situações de risco em saúde e compartilhar com a equipe de saúde, orientar a comunidade e contribuir para a educação em saúde através de ações em saúde.

Portanto, entende-se que o ACS no exercício de sua função, tem encontrado vários desafios no seu processo de trabalho, como a falta de qualificação, baixa remuneração e dificuldades de trabalhar em equipe. Esses fatores limitantes são causa de desmotivação para o trabalho. No entanto, o vínculo com a comunidade e a valorização de suas atribuições são potenciais motivadores da profissão.

Desta forma, espera-se que com o fortalecimento das relações interpessoais nas equipes de saúde, rompendo a hierarquia e organizando e valorizando o processo de trabalho do ACS, possa contribuir para que esse profissional exerça suas atribuições de maneira mais efetiva.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Manual do Agente Comunitário de Saúde. Fundação Nacional de Saúde. Programa Nacional de Agentes Comunitários de Saúde. Brasília, 1991.

BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Atenção Básica. Secretaria de Atenção Básica. Departamento de Atenção Básica. Série E. Legislação em Saúde. Brasília, 2012. Disponível em: <http://189.28.128.100/dab/docs/publicacoes/geral/pnab.pdf>

Acesso em 30 jun. 2021. BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 2.436, de 21 de setembro de 2017. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde. Diário Oficial da União, Brasília-DF, 22 de set. 2017. p.68.

COSTA S.M.; et al. Agente Comunitário de Saúde: elemento nuclear das ações em saúde. Ciência & Saúde Coletiva. V. 18, jun/2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/Hp8zXRHdfcytm6vFb58dRhj/?lang=pt>

CARDOSO A.S; NASCIMENTO M.C. Comunicação no Programa Saúde da Família: o agente de saúde como elo integrador entre equipe e a comunidade. Ciências & Saúde Coletiva, v.15, p. 1509-1520, 2010.

COSTA M. C, et al. Processo de trabalho dos agentes comunitários de saúde: possibilidades e limites. Revista Gaúcha de Enfermagem. V. 33, p. 134-140, 2012.

Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Perfil de competências profissionais do agente comunitário de saúde. Brasília -DF. out/2003.

LEVY F.M.; MATOS P.E.S; TOMITA N.E. Programa de agentes comunitários de saúde: a percepção de usuários e trabalhadores da saúde. Caderno Saúde Pública. Rio de Janeiro-RJ. v.20, p. 197-203, jan-fev 2004.

MACIEL F.B.M.; et al. Agente comunitário de saúde: Reflexões sobre o processo de trabalho em saúde em tempos de pandemia de Covid-19. Ciência & Saúde Coletiva. Rio de Janeiro-RJ. v. 25 (2), p. 4185-4195, 2020. QUEIROZ D.M; SILVA M.R.F; OLIVEIRA, L.C.O. Educação Permanente com Agentes Comunitários de Saúde: potencialidades de uma formação norteadora pelo referencial da Educação Popular e Saúde. Interface Comunicação, Saúde, Educação, Botucatu, v.18, p. 1199-1210, 2014.

SANTOS L.P.G.S; FRACOLLI L.A. O Agente Comunitário de Saúde: possibilidades e limites para a promoção da saúde. Revista Escola de Enfermagem USP. São Paulo-SP. V. 44 (1), p. 76-83, 2010.

SILVA J.A.; DALMASO A.S.W. O agente comunitário de saúde e suas atribuições: os desafios para os processos de formação de recursos humanos em saúde. Interface-Comunicação, Saúde, Educação, v.6, p.75-96, fev, 2002.

SPERONI K.S., et al. Percepções dos agentes comunitários de saúde: contribuições para a gestão em saúde. Revista Cuidarte. v.7, p. 1325-1337, 2016.

A C agente comunitário de saúde não deve ser um “super-herói” interface – Comunicação, Saúde, Educação. v. 6, n. 10, p.75-94, fev/ 2002.

**O CASO BRUMADINHO: ANÁLISE CRÍTICA DOS ASPECTOS PREVIDENCIÁRIOS E
TRABALHISTAS**

THE BRUMADINHO CASE: CRITICAL ANALYSIS OF SOCIAL SECURITY AND LABOR ASPECTS

Área temática: Direito, Trabalho e Serviço Social

PAULA, Ana Cristina Alves de
Unesp (campus de Franca/SP)
Doutoranda em Direito
ana.c.paula@unesp.br

BORGES, Daniel Damásio
Unesp (campus de Franca/SP)
Prof. Dr. Associado de Direito Internacional Público
daniel.damasio@unesp.br

Resumo

Partindo da compreensão geral do sistema jurídico-ambiental e de suas aplicações ao direito do trabalho, este artigo abordará a grande tragédia trabalhista, social e ambiental ocorrida recentemente em Minas Gerais, com os rompimentos das barragens de rejeitos de mineração em Brumadinho, buscando contextualizá-lo como uma problemática que necessita ser compreendida sob o seguinte itinerário metodológico: contextualizar essa tragédia enquanto grande acidente de trabalho, promovendo uma análise crítica dos seus aspectos previdenciários, trabalhistas e ambientais. Serão analisados os detalhes deste caso, considerado um dos mais paradigmáticos entre aqueles julgados pela Justiça do Trabalho em matéria de direito ambiental do trabalho, promovendo uma abordagem cuidadosa dos fatos e da tramitação processual destas ações judiciais que tem como objeto os danos ambientais, sociais e coletivos do referido caso, concluindo pela afirmação dos direitos humanos ao meio ambiente do trabalho seguro e saudável, bem como alerta para a observância das regras tutelares quanto àquele tema. Discorrer-se-á sobre a inefetividade dos princípios que orientam o direito ambiental – com destaque para os princípios da prevenção, da precaução, da melhoria contínua, da informação, da participação e do poluidor-pagador – que contribuem para o desencadeamento dos grandes acidentes de trabalho. Para a realização da pesquisa, foi adotado o método dedutivo como método de abordagem e a técnica de pesquisa bibliográfica como método de procedimento, com base na doutrina e na legislação pertinentes à matéria.

Palavras-chave: caso Brumadinho. meio ambiente de trabalho. acidente de trabalho.

Abstract

Departing from the general understanding of the legal-environmental system and its applications to labor law, this article will address the great labor, social and environmental tragedy that recently occurred in Minas Gerais, with the collapse of mining tailings dams in Brumadinho, seeking to contextualize it as a problem that needs to be understood under the following methodological itinerary: contextualizing this tragedy as a major work accident, promoting a critical analysis of its social security, labor and environmental aspects. The details of this case will be analyzed, considered one of the most paradigmatic among those judged by the Labor Court in matters of environmental labor law, promoting a careful approach to the facts and the procedural processing of these lawsuits that have as their object environmental, social and collectives of that case, concluding with the affirmation of the human right to a safe and healthy work environment, as well as warning for the observance of the tutelary rules regarding that subject. The ineffectiveness of the principles that guide environmental law will be discussed - with emphasis on the principles of prevention, precaution, continuous improvement, information, participation and the polluter pays - that contribute to the triggering of major accidents of work. To carry out the research, the deductive method was adopted as the approach method and the

bibliographic research technique as the procedure method, based on doctrine and legislation relevant to the matter.

Keywords: Brumadinho case. work environment. work accident.

1 INTRODUÇÃO

Concebido como direito humano de natureza social, o trabalho, nas contemporâneas tipologias de produção global, tem sido objeto de especialização crescente e caminhado ao lado do avanço tecnológico, que, por sua vez, manipula substâncias não dominadas pelo conhecimento científico, manuseia maquinário de alta complexidade e insere, no contexto das relações justralhistas, elementos típicos do progresso técnico e seus decorrentes. O resultado prático dessas intersecções entre a prestação do serviço subordinado, o aumento dos riscos ambientais, a desterritorialização das unidades produtivas fabris e a rejeição dos postulados do Direito Tutelar do Trabalho a planos periféricos denota o comprometimento atroz da saúde dos trabalhadores em contato com elementos insalubres e perigosos, além da reverberação dos danos em questões macroambientais e em variadas áreas da vida humana.

Nesse contexto, o valor de um meio ambiente de trabalho equilibrado, direito decorrente da própria lógica do labor em condições dignas, desvela-se um dos pontos de ponderação entre a livre iniciativa e a valorização do trabalho humano, conforme previsão no art. 170, *caput*, da Constituição Federal.

Dito que o direito ao meio ambiente do trabalho ecologicamente equilibrado é um direito difuso, de terceira geração (mas idôneo à tutela de direitos de primeira geração), essencial à sadia qualidade de vida e impositivo ao Poder Público e à coletividade (artigo 225, *caput*, da CF), resta discriminar as suas principais concreções, no dia-a-dia das empresas urbanas e rurais, como direitos líquidos e exequíveis dos trabalhadores.

A identificação do poluidor no meio ambiente do trabalho não oferece qualquer dificuldade: será, em geral, o próprio empregador, que engendra as condições deletérias da atividade econômica ou se omite no dever de arrostá-las, ameaçando, num caso e noutro, a saúde, a segurança e o bem-estar de seus subordinados. Aliás, a própria definição legal já o diz¹: — pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, responsável, direta ou indiretamente, por atividade causadora de degradação ambiental”. Se a degradação do meio ambiente de trabalho é imputável ao empregador, sob algum título, ele é poluidor, seja pessoa física (e. g., comerciante individual ou empregador doméstico) ou jurídica, de direito privado (sociedades anônimas, sociedades por cotas de responsabilidade limitada e empresas em geral, inclusive as empresas públicas e sociedades de economia mista) ou de direito público (o que abarca as autarquias e os entes da Administração Direta — em suma, o empregador público *stricto sensu*). Como poluidor, deve ser instado a cessar a atividade poluidora; mas, além disso, deve indenizar a parte prejudicada — na espécie, os trabalhadores afetados. A dúvida reside, em tema de meio ambiente do trabalho, nos pressupostos jurídicos dessa indenização.

Isso porque o artigo 7º, XXVIII, da CRFB estabelece, como direito dos trabalhadores urbanos e rurais, o —seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador, sem excluir a indenização a que este está obrigado, quando incorrer em dolo ou culpa”. Atualmente, o Seguro contra Acidentes de Trabalho (SAT) corresponde, no plano infraconstitucional, aos diversos benefícios acidentários, entre prestações e serviços, que correm às expensas do Instituto Nacional do Seguro Social, mediante financiamento do Estado e dos empregadores (artigo 22, II, da Lei n. 8.212/91). Consoante publicação do MPT no Observatório Digital de Saúde e Segurança do Trabalho, acidentes de trabalho custaram R\$ 26 bilhões somente em despesas previdenciárias, entre 2012 e 2017. Os recursos foram gastos com o pagamento dos benefícios auxílio por incapacidade temporária, aposentadoria por incapacidade permanente, pensão por morte e auxílio acidente.

Com efeito, poluição (artigo 3º, III, da Lei n. 6.938/81) e riscos ambientais (artigo 22, II, da Lei n. 8.212/91) não se confundem. Os riscos são inerentes a toda e qualquer atividade econômica e, mais além, à maior parte das atividades sociais organizadas da sociedade pós-industrial. São, pois, toleráveis até certo limite (daí, justamente, o sentido ético da norma do artigo 7º, XXIII, da CRFB e dos limites de tolerância da Portaria n° 3.214/78). Além desses limites (que podem ser quantitativos ou qualitativos), o risco incrementado passa a caracterizar poluição no meio ambiente de trabalho.

¹ Artigo 3º, inc. IV, da Lei n° 6.938/81.

É certo que o acidente de trabalho é, via de regra, a concreção dos riscos ambientais do trabalho. Em se tratando de dano ambiental típico, a norma de regência deveria ser aquela do artigo 14, § 1º, da Lei nº 6.938/81, pela qual —o poluidor obrigado, independentemente da existência de culpa, a indenizar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros, afetados por sua atividade—. Tratando-se, então, de interesse metaindividual, legitima-se para a ação o Ministério Público. E, consoante a mesma norma, havendo dano ao meio ambiente ou a terceiro, atrelado à poluição labor-ambiental por alguma sorte de nexo causal (etiológico ou mesmo concausal), o poluidor — em geral, o empregador — é obrigado a repará-lo ou indenizá-lo, independentemente de culpa (responsabilidade civil objetiva). Com efeito, a norma em questão vincula a responsabilidade objetiva à poluição, não ao mero risco ambiental.

Nada obstante, a Constituição Federal aparentemente apartou os danos havidos no meio ambiente do trabalho da regra regente dos danos ambientais na sede infraconstitucional, em indicação aparente de que, no sistema constitucional, o meio ambiente do trabalho não integra a noção de meio ambiente insculpida no capítulo VI do título VIII. Essa percepção, todavia, é apenas superficial. O próprio artigo 200 da Constituição Federal, ao tratar do sistema único de saúde, positiva a figura do meio ambiente do trabalho (inciso VIII), correlacionando-o com a noção geral do capítulo VI.

Não obstante haja vasta previsão, nas searas internacional e doméstica, acerca da tutela do meio ambiente de trabalho, corriqueiramente, noticiam-se casos de acidentes de trabalho, seja em decorrência de negligência no que tange às regras e aos procedimentos de segurança e de saúde, pela desídia dos trabalhadores na observância dos protocolos preventivos ou, ainda, pela ineficiência no exercício do dever de vigilância dos empregadores nessas atividades.

A partir da análise de um *leading case* da Justiça do Trabalho Brasileira que suscita várias questões afeiçoadas ao tema de direitos humanos fundamentais do trabalhador, em singular aqueles que margeiam o direito a um meio ambiente salubre e seguro no desempenho das atividades, discorrer-se-á nas linhas a seguir sobre como os princípios informadores do direito ambiental do trabalho aplicam-se – ou deveriam se aplicar – em casos dessa natureza, e como se há de configurar a responsabilidade civil dos empregadores nos grandes acidentes em tais contextos de degradação do meio ambiente (inclusive o do trabalho, na esteira do que dita o art. 200, VIII, da Constituição Federal).

O caso de Brumadinho é agora considerado o maior acidente de trabalho da história do Brasil, com cerca de 270 pessoas mortas, entre as quais mais de 130 trabalhadores da mineradora Vale S/A, diretos ou indiretos (terceirizados); na comparação internacional, Brumadinho talvez seja o segundo maior desastre industrial do século XXI. Esse número faz da tragédia de Brumadinho o mais mortífero rompimento de barragem do mundo até hoje, superando as 268 mortes causadas pelo acidente em Val di Stava, próximo a Trento, no norte da Itália, em 1985.

Tem o trabalho em curso a finalidade de abordar os principais tópicos referentes aos direitos humanos trabalhistas discutidos judicialmente no caso Brumadinho, adotando uma perspectiva de internacionalização e de transjuridicidade do Direito do Trabalho e do Direito Previdenciário, de modo a reforçar a relevância do resguardo da saúde como bem jurídico inegociável e merecedor de especial tratamento, no campo do Direito Ambiental, Higiene, Medicina e Segurança do Trabalho, como matérias conectadas com os direitos humanos do trabalhador. A problemática situa-se no questionamento da pluridimensionalidade protetiva da saúde e da segurança do trabalhador, vistos como bens jurídicos na relação de emprego, sob o viés da internacionalização do Direito do Trabalho por intermédio da utilização de Convenções da OIT como *ratio decidendi*.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Trata-se de uma abordagem multimetodológica dividida em duas etapas. Na primeira etapa, de natureza exploratória, utilizar-se-á o método dedutivo, ao aplicar conceitos gerais para explicar fatos singulares, por meio de análise doutrinária e literatura especializada, mediante aplicação de técnica de pesquisa bibliográfica, com utilização de referências físicas e eletrônicas.

O exercício metódico da dedução pressupõe a razão como única forma de chegar ao conhecimento verdadeiro, uma vez que é um processo que procura explicar os fatos particulares por referência a princípios ou leis gerais, utilizando-se de uma cadeia de raciocínio descendente ao partir de uma tese para chegar a uma síntese.

No trabalho do jurista, o raciocínio dedutivo ocupa lugar de destaque, consistindo, por exemplo, em invocar a lei, demonstrar os fatos e formular o pedido. A certeza das premissas é

transferida para a conclusão, em virtude do emprego correto das regras lógicas. O método dedutivo permite a adoção de uma teoria de base para analisar o fenômeno escolhido à sua luz.

Importa destacar que a presente proposta não se fundamenta em um único paradigma, perpassando as teorias da Hermenêutica Jurídica de Ronald Dworkin, o qual estabeleceu que, diante de um caso específico, deve o operador do direito ponderar o peso de cada princípio envolvido naquela situação.

Posteriormente, na segunda etapa do estudo, buscar-se-á, por meio do método de estudo de caso, trazer à tona os temas mais notáveis em direitos humanos vinculados ao objeto de estudo.

Segundo Yin, o estudo de caso representa uma investigação empírica e compreende um método abrangente, com a lógica do planejamento, da coleta e da análise de dados. Pode incluir tanto estudos de caso único quanto de múltiplos, assim como abordagens quantitativas e qualitativas de pesquisa. No entendimento de Stake, o estudo de caso caracteriza-se pelo interesse em casos individuais e não pelos métodos de investigação que pode abranger. Chama a atenção para o fato de que "nem tudo pode ser considerado um caso", pois um caso é uma unidade específica, um sistema delimitado cujas partes são integradas".

Na posição de Lüdke e André, o estudo de caso como estratégia de pesquisa é o estudo de um caso, simples e específico ou complexo e abstrato e deve ser sempre bem delimitado. Pode ser semelhante a outros, mas é também distinto, pois tem um interesse próprio, único, particular e representa um potencial na educação. Destacam em seus estudos as características de casos naturalísticos, ricos em dados descritivos, com um plano aberto e flexível que focaliza a realidade de modo complexo e contextualizado.

Tendo em conta as posições dos autores apresentados, o estudo de caso como modalidade de pesquisa é entendido como uma metodologia ou como a escolha de um objeto de estudo definido pelo interesse em casos individuais. Visa à investigação de um caso específico, bem delimitado, contextualizado em tempo e lugar para que se possa realizar uma busca circunstanciada de informações. Os estudos de caso mais comuns são os que têm o foco em uma unidade – um indivíduo (caso único e singular, como o caso clínico) ou múltiplo, nos quais vários estudos são conduzidos simultaneamente: vários indivíduos, várias organizações, por exemplo.

O que torna exemplar um estudo de caso é ser significativo, completo, considerar perspectivas alternativas, apresentar evidências suficientes e ser elaborado de uma maneira atraente. Os objetivos do estudo de caso são testar e gerar hipóteses. A depender desse objetivo mais geral, os casos foram selecionados conforme a sua aptidão para promover uma determinada verificação ou uma determinada elaboração conceitual, vez que, na prática, dialogam entre si e se articulam no que diz respeito aos aspectos trabalhistas, previdenciários e ambientais.

Serão excluídas da análise as repercussões penais do mencionado caso e as ações movidas por moradores das regiões afetadas e trabalhadores sem vínculo empregatício (conforme o art. 3º da CLT) com as empresas envolvidas, não sendo interessante utilizá-los para o presente trabalho. Afinal, embora seja incumbido ao Poder Público, por meio do INSS, conceder e acolher os trabalhadores que sofreram algum tipo de acidente de trabalho, a responsabilidade civil pelos acidentes recai sobre o Empregador. Quando tratamos da figura de acidente de trabalho isolado, o nexo de causalidade deve ser composto pela culpa genérica do empregador, conforme o artigo 7º, XXVIII, da Constituição Federal.

Com ênfase na investigação exploratória e dogmática, será levantada extensa bibliografia sobre o tema, bem como realizar-se-á pesquisa nas fontes primárias de investigação jurídico-dogmática.

A confecção da pesquisa contará com bibliografia especializada, com obras da doutrina nacional e estrangeira, artigos científicos, legislações, bem como jurisprudência nacional e alienígena, e o que mais surgir, se útil e pertinente ao tema desta tese, especialmente as peças que formalizaram a controvérsia judicial e as decisões de primeira e de segunda instância.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Do substantivo infortúnio – que significa infelicidade, desgraça – advém a palavra infortunistica, nome alcinchado ao ramo jurídico e da medicina em que se estudam os acidentes de trabalho, as doenças ocupacionais e suas repercussões. O ideal é que o foco do operador jurídico fosse menos o de reparar o infortúnio e mais o de promover a saúde do trabalhador.

Quando se fala em acidente do trabalho, está-se diante do gênero que abrange acidente-tipo doença ocupacional, acidente por concausa e acidentes por equiparação legal, respectivamente artigos 19, 20 e 21 da Lei 8.213/91. Todas essas espécies de acidente, uma vez tipificadas,

produzem os mesmos efeitos para fins de liberação de benefícios previdenciários, aquisição de estabilidade e até mesmo de crime contra a saúde do trabalhador. Contudo, para fins de indenização civil, deverão estar presentes os três elementos da responsabilidade subjetiva, ou seja, o dano do empregado deve ter como nexos causal (ou concausal) o ato ilícito (culpa) do empregador.

Como —acidente por equiparação” menciona-se aquele ocorrido no local e no horário do trabalho, em consequência de (art. 21, II, da Lei nº 8.213/91): a) ato de agressão, sabotagem ou terrorismo praticado por terceiro ou companheiro de trabalho; b) ofensa física intencional, inclusive de terceiro, por motivo de disputa relacionada ao trabalho; c) ato de imprudência, de negligência ou de imperícia de terceiro ou de companheiro de trabalho; d) ato de pessoa privada do uso da razão; e) desabamento, inundação, incêndio e outros casos fortuitos ou decorrentes de força maior. Outra espécie de infortúnio que se equipara ao acidente do trabalho é a doença proveniente de contaminação acidental do empregado no exercício de sua atividade, *ex vi legis* do art. 21, III, da Lei nº 8.213/91.

A saúde e segurança dos trabalhadores, seu estudo e tratamento jurídico, não raro, são reduzidos a discussões mesquinhas sobre adicionais de insalubridade e periculosidade. Muito além de tal monetização, contudo, a proteção do meio ambiente do trabalho – e, consequentemente, da saúde e segurança dos trabalhadores – envolve abordagens mais amplas e sistêmicas, que promovam a higidez ambiental laboral em todos os âmbitos, e evitem a concreção de todo tipo de risco, seja ele, físico, químico, biológico, ergonômico ou psicossocial.

Conforme definição legal dada pela lei que instituiu a Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 6.938/81), meio ambiente é entendido como —conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas”. Assim, o meio ambiente pode ser compreendido como um sistema de elementos interagentes que circundam e abrigam todas as formas de vida, inclusive a humana, impactando e sendo impactado por elas (que, aliás, são partes integrantes desse sistema). O meio ambiente, portanto, envolve não apenas as dimensões natural, artificial e cultural, mas também a sua dimensão laboral, conforme dispõe o art. 200, VIII, da Constituição Federal, destacando constitucionalmente a dimensão ambiental laboral, nos próprios termos do Tema nº 320 do STF.

As questões de saúde e segurança do trabalho ocuparam espaço cativo no Direito Internacional Público desde a instituição da Organização Internacional do Trabalho, na primeira metade do século XX. Somam-se às dezenas, hoje, as convenções e recomendações da OIT sobre essa matéria que, mais recentemente, passa a merecer tutela no devido contexto científico — o meio ambiente do trabalho. O Brasil já ratificou diversas convenções da OIT sobre saúde, segurança e higiene do trabalho. Entre as mais relevantes para este estudo, destacam-se as Convenções nº 155 (Segurança e saúde dos trabalhadores e o meio ambiente do trabalho), nº 161 (Serviços de saúde no trabalho) e nº 174 (Prevenção de Acidentes Industriais Maiores).

Também o MERCOSUL preocupou-se com a questão do meio ambiente do trabalho em sua Declaração Sociolaboral, adotada com base no Tratado de Assunção de 1991, notadamente nos artigos 17 a 19. O artigo 17 de Declaração dispõe que todo trabalhador tem o direito de exercer suas atividades em um ambiente de trabalho sadio e seguro, que preserve sua saúde física e mental e estimule seu desenvolvimento e desempenho profissional. Os Estados-Partes firmam compromisso para formular, aplicar e atualizar, de forma permanente e em cooperação com as organizações de empregadores e de trabalhadores, políticas e programas em matéria de saúde e segurança dos trabalhadores e do meio ambiente de trabalho, com o escopo de prevenir os acidentes de trabalho e as enfermidades profissionais, promovendo condições ambientais propícias para o desenvolvimento das atividades dos trabalhadores.

O artigo 18 estatui que todo trabalhador tem direito a uma proteção adequada no que se refere às condições e ao ambiente de trabalho, comprometendo-se os Estados-Partes a instituir e manter serviços de inspeção do trabalho, com o propósito de controlar em todo o seu território o cumprimento das disposições normativas que dizem respeito à proteção dos trabalhadores e às condições de segurança e saúde no trabalho.

Finalmente, o artigo 19 estabelece que os trabalhadores do MERCOSUL têm direito à seguridade social, nos níveis e condições previstos nas respectivas legislações nacionais, comprometendo-se os Estados-Partes a garantir uma rede mínima de amparo social que proteja seus habitantes frente à contingência de riscos sociais, enfermidades, velhice, invalidez e morte. Busca-se ainda a coordenação das políticas na área social, de modo a suprimir eventuais discriminações derivadas da origem nacional dos beneficiários.

A preocupação dos organismos internacionais com a proteção ao trabalho e à saúde tem sido substancial no afã de evitar a ocorrência de desastres industriais (originados, em regra, no ambiente de trabalho) e problemas futuros, a exemplo do caso Shell-Basf. Por essa razão, ainda que a República Brasileira tenha participado de diversas Convenções e Conferências relacionadas com o meio ambiente do trabalho, os documentos mais relevantes são as Convenções e Recomendações da OIT, cuja finalidade é a fixação e a manutenção de *standards mínimos* de padrões trabalhistas com relação dialógica com a segurança e a saúde no trabalho (apesar de integrarem o conjunto de normas de direito ambiental aplicáveis ao mundo do trabalho).

Uma aferição feita a partir da observação das discussões lancetadas aponta no sentido da ainda tímida utilização do Direito Convencional da OIT como fonte formal do Direito Judicial do Trabalho. A rica normatização internacional está na agenda do magistrado contemporâneo e revela que o bom direito não pode olvidar os avanços de seu tempo. O caso Shell-Basf, embora tenha sido encerrado sob a forma de conciliação judicial, e os casos Brumadinho e Mariana são paradigmáticos por firmar a defesa de direitos coletivos e difusos no âmbito do ambiente laboral, notadamente o reconhecimento do papel do Ministério Público do Trabalho na tutela de interesses que envolvam a coletividade dos trabalhadores e a fixação da competência material da Justiça do Trabalho.

É verdade que o ordenamento jurídico nacional contempla uma vasta gama de regras constitucionais, ordinárias e regulamentares que reafirmam o direito humano à saúde, ao meio ambiente equilibrado e à hibridização desses na figura do meio ambiente de trabalho equilibrado como suporte de concreção da saúde do trabalhador. Essas disposições são de amplo conhecimento, motivo pelo qual não foram esmiuçadas no presente trabalho.

O direito ambiental do trabalho, ramo simultaneamente afeto ao direito ambiental e ao direito do trabalho, é norteado pelos mesmos princípios jurídicos que orientam a proteção do meio ambiente *lato sensu*. Assim, são princípios fundantes do direito ambiental do trabalho: (i) o princípio da prevenção; (ii) o princípio da precaução; (iii) o princípio da melhoria contínua; (iv) o princípio da informação-participação; e, por fim, (v) o princípio do poluidor-pagador.

Em relação aos efeitos do acidente no campo da responsabilidade civil do agente, não de estar presentes os elementos dano, nexo e culpa ou, nos casos de responsabilidade objetiva, o dano, o nexo e a atividade especial de risco. Sem tais elementos não há como responsabilizar o empregador pelo dano acidentário, *ex vi* do art. 7º, XXVIII, da CF e art. 927, parágrafo único, do Código Civil.

A Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira, criada em 1917 como associação entre capitais privados nacionais e estrangeiros, foi até meados do século XX a única grande usina de aço do país. Situada em Sabará (MG), utilizava o minério do Quadrilátero Ferrífero e carvão vegetal para produzir mais de metade dos lingotes de aço do país.

Mas a grande siderurgia brasileira nasceu a partir de duas empresas estatais: a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), atual Vale, e a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), implantadas por Getúlio Vargas em 1942. A CVRD encarregou-se da extração, transporte ferroviário e naval e comercialização dos minérios do Quadrilátero Ferrífero, antes de expandir suas atividades para outras jazidas do país. A CSN, financiada por empréstimos dos EUA, obedeceu a prioridades estratégicas do governo de Getúlio Vargas, que pretendia utilizá-la como foco de estímulo à industrialização do país e símbolo da soberania nacional.

Na década de 1990, a CVRD e as siderúrgicas estatais foram privatizadas. Com isso, desenvolveram-se estratégias de integração vertical e horizontal dos negócios. A CVRD tornou-se uma das principais acionais da Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST) e adquiriu participações na Açominas (MG) e na CSN. Aproveitando-se de seu controle sobre a E. F. Vitória-Minas, o complexo portuário de Tubarão e o terminal de contêineres de Sepetiba, ela integrou a extração e o transporte de minérios de ferro e manganês e a produção e exportação de aço.

De acordo com Rubens Goyatá Campante (2019, p. 453), o rejeito resultante da extração de minério deve ser descartado com planejamento e cuidado, evitando-se que seja deixado ao longo dos cursos d'água e carregado por eles até os mares e oceanos. A partir do início do século XX, com a dinamização crescente da economia e da atividade industrial, teve início a construção de barragens para armazenar rejeitos.

Uma barragem de rejeito de mineração é construída gradualmente, ao longo de anos. O método mais comum de construção de tais barragens é o chamado —*leamento a montante*—, em que a fundação para novos níveis da estrutura é o próprio rejeito — isso reduz muito ou até dispensa o uso de material e equipamentos pesados de construção, o que torna esse método o mais barato de todos (CAMPANTE, 2019, p. 455).

O citado método está associado à maioria dos desmoronamentos de barragens de rejeitos em todo o mundo. O método mais adequado para Brumadinho e Mariana seria o de alteamento a jusante, mais seguro e previsível, notadamente porque a barragem se ergue sobre solo mais firme: não se empegam rejeitos consolidados para os alteamentos (CARDOZO; PIMENTA; ZINGANO, 2017). Nada obstante, é também o método mais caro e de maiores impactos ambientais durante a construção.

Em 25 de janeiro de 2019, a barragem 1 da Mina Córrego do Feijão (barragem de rejeitos pertencente à mineradora Vale S/A) se rompeu, seguindo-se um curso caudaloso de toneladas de lama que atingiu boa parte da área administrativa da Vale e da comunidade da Vila Ferteco, na cidade mineira de Brumadinho, repetindo a história da vizinha Mariana (MG), que há poucos anos também havia sido inundada por lama.

Consoante Guilherme Guimaraes Feliciano e Olívia de Quintana Figueiredo Pasqualetto (2019, p. 202), houve danos a todo o meio ambiente, seja em seu aspecto natural (já que a vegetação, a fauna e o solo da localidade foram degradados e a lama atingiu o rio Paraopeba), no artificial (com a destruição de moradias, pensões e logradouros) e, em especial, em sua dimensão laboral (com a morte das várias dezenas de trabalhadores da Vale que se encontravam no prédio da mineradora). Cerca de 270 pessoas foram mortas, o que inclui mais de 130 trabalhadores da mineradora Vale S/A, diretos ou indiretos (terceirizados).

O desastre de Brumadinho já pode ser considerado como o maior acidente do trabalho da História do Brasil, como pontuado alhures. As investigações realizadas após o desastre apontam inúmeras irregularidades na barragem rompida, que, aliadas à falta de fiscalização e à falta de manutenção da barragem, resultaram em mortes e em desequilíbrio do meio ambiente, nele considerado o do trabalho.

4.1 Repercussões trabalhistas

O rompimento da barragem Córrego do Feijão, em Brumadinho, assumiu o contorno de um acidente coletivo do trabalho. A atuação do Ministério Público do Trabalho tem se pautado por uma diretriz: coletivizar a demanda, aconselhando reiteradamente os familiares dos trabalhadores mortos a não negociar diretamente com a Vale e permanecerem representados nas ações coletivas que o MPT e os sindicatos ajuizaram contra a empresa.

Para isso, o MPT avaliou ser fundamental a concessão de indenizações emergenciais às famílias, para evitar que passem necessidade financeira e se tornem, assim, vulneráveis aos acenos da Vale por acordos individuais.

A 5ª Vara do Trabalho de Betim, onde tramitam as ações da Procuradoria do Trabalho, atendeu a demanda e determinou o pagamento, pela companhia, dessas indenizações emergenciais. O MPT demandou então, na ação civil pública nº 0010261-67.2019.5.03.0028, indenização por danos morais coletivos, e, para as famílias, indenização por danos materiais e por danos morais, ignorando o artigo da Reforma Trabalhista que tabela, conforme o salário do trabalhador, o pedido de dano moral em até 50 vezes o valor de tal salário, e exigiu, a princípio, 2 milhões de reais de indenização para cada família.

A proposta da Vale (2020), que também ignorou o tabelamento imposto pela Reforma Trabalhista, foi de 300 mil reais para o cônjuge ou companheiro e para cada filho, 150 mil reais para pai e mãe e 75 mil reais por irmão. Posteriormente, o MPT acabou por pedir 5 milhões de reais de dano moral para cada família de até 5 membros e 1 milhão adicional para cada membro familiar.

A mineradora depositou, no dia 2 de agosto de 2019, R\$ 400 milhões em uma conta da Justiça do Trabalho para pagar uma indenização por dano moral coletivo devido ao rompimento da barragem da mina Córrego do Feijão. O acordo prevê que mãe, pai, filhos, cônjuge ou companheiro de vítima do rompimento da barragem de Brumadinho vão receber R\$ 700 mil cada e irmãos de trabalhadores falecidos terão direito a indenização de R\$ 150 mil (VALE, 2020).

Segundo o Observatório Nacional do CNJ (2020),

dos R\$ 700 mil, R\$ 500 mil são referentes a indenização por danos morais e os R\$ 200 mil a título de seguro adicional por acidente de trabalho. No caso dos irmãos, o valor se refere a dano moral. O acordo também prevê indenização por danos materiais, para restaurar a renda mensal das famílias dos trabalhadores falecidos. Para isso, o dependente terá direito a receber uma pensão mensal vitalícia até os 75 anos, que é a expectativa de vida do brasileiro, de acordo com o IBGE. No entanto, o valor mínimo que

os dependentes terão direito é de R\$ 800 mil, mesmo que a renda do trabalhador não somasse esse valor se ele tivesse completado os 75 anos de idade. Os interessados podem solicitar o pagamento antecipado da indenização, em parcela única, desde que aplicado o deságio de 6% ao ano.

O acordo celebrado nessa ACP gerou o ajuizamento, somente na 5ª Vara do Trabalho de Betim/MG, de mais de 490 cumprimentos de sentença para adesão ao acordo e o processamento de sua liquidação e execução.

O valor pago pela VALE a título de dano moral coletivo, após a primeira liberação, foi transferido para processo nº 0010269-27.2020.5.03.0087, onde ocorrerão as demais para auxílio durante a pandemia da COVID-19.

Ademais, os empregados próprios da Vale e terceirizados que estavam trabalhando na mina Córrego do Feijão no dia do desastre e sobreviveram terão direito a estabilidade de três anos no emprego, auxílio-creche no valor de R\$ 920 para filhos com até três anos de idade e auxílio educação de R\$ 998 para filhos com até 25 anos de idade. Eles ainda terão direito a uso vitalício e sem coparticipação para cônjuge e filhos com até 25 anos do plano de saúde que vigorava até a data do rompimento da barragem (CNJ, 2020).

Para pais e mães de falecidos, o acordo contempla atendimento médico, psicológico, psiquiátrico pós-traumático na rede credenciada até a respectiva alta médica.

Em recente decisão, tomada em agosto de 2020 pelo juízo da já mencionada 5ª Vara do Trabalho de Betim, foi fixado que os funcionários da Vale e seus familiares terão até 15 de julho de 2021 para entrarem em contato com o MPTe receberem a indenização relativa ao acordo, ficando a empresa responsável por pagar os valores em até 10 dias úteis sob pena de multa de 50% do valor (CNJ, 2020).

4.2 Repercussões previdenciárias

Os benefícios pagos por acidente de trabalho ao empregado, empregado doméstico, trabalhador avulso e segurado especial, bem como aos dependentes, são os seguintes: pensão por morte por acidente de trabalho; auxílio-acidente por acidente de trabalho; auxílio por incapacidade temporária por acidente de trabalho; e aposentadoria por incapacidade permanente por acidente de trabalho. Os afetados pelo desastre de Brumadinho podem, portanto, receber diversos benefícios laborais por incapacidade e pensão por morte.

A Advocacia-Geral da União (AGU) e a empresa Vale fecharam um acordo por meio do qual a mineradora se comprometeu a ressarcir em R\$ 129,5 milhões o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), em virtude dos benefícios previdenciários pagos pela autarquia às vítimas do rompimento da barragem em Brumadinho (MG), em janeiro de 2019.

De acordo com os incisos I e II do art. 120 da Lei nº 8213/91, a Previdência Social ajuizará ação regressiva contra os responsáveis nos casos de negligência quanto às normas padrão de segurança e higiene do trabalho indicadas para a proteção individual e coletiva e quando houver violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006.

O pagamento das prestações previdenciárias por acidente do trabalho não exclui a responsabilidade civil da empresa ou de outrem, nos termos do art. 121 da Lei nº 8213/91. Ou seja, os acidentes de trabalho e eventos equiparados ocorridos por culpa do empregador em não seguir as normas vigentes sobre proteção do trabalhador gerarão a responsabilidade deste em ressarcir a Previdência Social o valor que for gasto no pagamento dos benefícios acidentários, até que ocorra a sua cessação, devendo ser aferida casuisticamente a ocorrência da culpa, especialmente com a perícia a ser realizada pela pasta trabalhista.

Consoante o Ministério da Economia (2020), o acerto (que contou com o aval do próprio INSS e do mencionado Ministério) evita o ajuizamento de uma ação regressiva acidentária e é a maior conciliação extrajudicial neste tipo de caso da história do INSS. O valor que será pago pela Vale (feito em cota única, por meio da quitação de três Guias de Recolhimento da União já emitidas pelo INSS) e recolhido aos cofres da autarquia federal corresponde ao gasto do INSS com um total de 273 benefícios – entre pensões por morte, aposentadorias por incapacidade permanente, auxílios por incapacidade temporária e auxílios-acidente, entre outros – pagos a funcionários da Vale vítimas do desastre ou a seus dependentes e também aqueles benefícios que a autarquia ainda iria desembolsar.

Segundo o Coordenador-Geral de Cobrança e Recuperação de Créditos da Procuradoria-Geral Federal (PGF), Fábio Munhoz (MINISTÉRIO DA ECONOMIA, 2020), acordos em ações regressivas não apenas evitam a judicialização de demandas, como também são ferramentas de recuperação dos créditos públicos de maneira mais célere e eficiente.

O desastre de Brumadinho já pode ser considerado como o maior acidente do trabalho da História do Brasil, como pontuado alhures. As investigações realizadas após o desastre apontam inúmeras irregularidades na barragem rompida, que, aliadas à falta de fiscalização e à falta de manutenção da barragem, resultaram em mortes e em desequilíbrio do meio ambiente, nele considerado o do trabalho. Malograda a prevenção e a precaução, restará agora identificar os responsáveis, para efeitos de responsabilidade criminal e civil, inclusive na perspectiva da responsabilização patronal ambiental laboral, a fim de dar concretude ao princípio do poluidor-pagador.

As discussões desencadeadas em termos de salubridade, de segurança e de saúde no meio ambiente de trabalho quanto aos processos de Brumadinho serviram para estabelecer, em definitivo, a competência da Justiça do Trabalho para ações calcadas em violações a direitos fundamentais atinentes à tutela da saúde do trabalhador e afirmar o meio ambiente do trabalho como um direito humano de observação objetiva pelo empregador. Com efeito, o diálogo e a intersecção entre as regras do direito ambiental e do direito do trabalho, mais que uma demonstração de unicidade encadeada dos fundamentos do Direito, complementam-se conceitualmente no sentido de conferir a maior amplitude semântica possível ao termo meio ambiente, de modo a abarcar as categorias do ambiente natural, do artificial, do cultural e do trabalho (SILVA, 2000, p.20).²

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das observações iniciais, resta cristalino que o epicentro de afirmação judicial dos direitos humanos, nos casos em estudo, seria um meio ambiente seguro, salubre, adequado e equilibrado.

No desastre ocorrido pelo rompimento de barragem da mineradora Vale S/A, na cidade de Brumadinho (MG), inundada por lama em 25 de janeiro de 2019, houve danos a todo o meio ambiente, seja em seu aspecto natural (já que a vegetação, a fauna e o solo da localidade foram degradados e a lama atingiu o rio Paraopeba), no artificial (com a destruição de moradias, pensões e logradouros) e, em especial, em sua dimensão laboral (com a morte das várias dezenas de trabalhadores da Vale que se encontravam no prédio da mineradora).

Cerca de 270 pessoas foram mortas, o que inclui mais de 130 trabalhadores da mineradora. Deu-se, com efeito, o rompimento da barragem 1 da Mina Córrego do Feijão, seguindo-se um curso caudaloso de toneladas de lama que atingiu boa parte da área administrativa da Vale e da comunidade da Vila Ferteco (em Brumadinho), deixando rastro sem precedentes de destruição ambiental e centenas de mortes.

O caso Brumadinho deve ser considerado um divisor de águas na seara dos Direitos Humanos tratados pela Justiça do Trabalho, como fruto de uma política trabalhista divorciada da mínima noção de respeito ao ser humano.

Constantemente, noticiam-se acidentes de trabalho e ambientais com ecos na saúde de trabalhadores e de terceiros que nenhuma relação jurídica possuem com os poluidores ou os responsáveis pelos sinistros. Nos casos em foco, consumaram-se sérios danos ambientais ou pessoais decorrentes do desequilíbrio ambiental laboral, o que agora atrai o princípio do poluidor-pagador, impondo ao empregador a obrigação *ex delicto* de reparar os danos que sua atividade causou, independentemente de culpa ou dolo. Em outras palavras, se o empregador-poluidor não evita a concreção dos riscos que criou ou incrementou, deve ser responsabilizado objetivamente.

Por derradeiro, aponta-se que, embora timidamente, a defesa do direito humano à saúde do trabalhador ganhou algum espaço pela adoção de uma decisão que recorresse às Convenções da OIT como fonte formal direta no caso em discussão. As normas internacionais, especificamente as notabilizadas pela modelagem da convencionalidade da OIT, contribuem diretamente para o reforço e o robustecimento da efetivação de direitos fundamentais do empregado.

² Nesse sentido, a Lei n. 6.931, de 31 de agosto de 1981, em seu artigo 3º, inciso I, definiu como meio ambiente —conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas”.

De igual modo, também se erige uma baliza pedagógica pelos substanciais valores que enredaram os julgamentos do caso Brumadinho para que fatos e condutas como as das empresas reclamadas não integrem o cotidiano das futuras gerações, resumindo-se apenas a vergonhasas lembranças a servir de exemplo para um transmutar de mentalidade.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Constituição (1988). Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm.
- BRASIL. Código de Processo Civil (2002). *Lei n. 10406, de 10 de janeiro de 2002*. Institui o Código de Processo Civil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406.htm.
- BRASIL. *Norma Regulamentadora n. 1, de 1978*. Disposições gerais. Disponível em: https://enit.trabalho.gov.br/portal/images/Arquivos_SST/SST_NR/NR-01.pdf.
- BRASIL. *Norma Regulamentadora n. 9, de 1978*. Programa de Prevenção de Riscos Ambientais. Disponível em: https://enit.trabalho.gov.br/portal/images/Arquivos_SST/SST_NR/NR-09.pdf.
- BRASIL. *Norma Regulamentadora n. 15, de 1978*. Atividades e operações insalubres. Disponível em: https://enit.trabalho.gov.br/portal/images/Arquivos_SST/SST_NR/NR-15.pdf.
- BRASIL. Código do Processo Civil (1981). *Lei n. 6938, de 31 de agosto de 1981*. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6938.htm.
- CARDOZO, F. A. C.; PIMENTA, M. M.; ZINGANO, A. C. Métodos construtivos de barragens de rejeitos de mineração: uma revisão. *Holos*, Natal, ano 32, v. 8, p. 77-85, 2017. Disponível em: www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/download/5367/pdf.
- CENTRO DE ESTUDOS JUDICIÁRIOS DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL. Enunciado 38. In: I JORNADA DE DIREITO CIVIL, 1., 2002, Brasília. A [...]. Brasília: Conselho da Justiça Federal, 2002. p. 43. Disponível em: <https://www.cjf.jus.br/cjf/CEJ-Coedi/jornadas-cej/Jornada%20de%20Direito%20Civil%201.pdf/view>.
- CHAMBERLAIN, Marise M. Direitos ou interesses metaindividuais e sua classificação.
- CLERC, J. M. Training as an instrument of a strategy for the improvement of working conditions and environment. *International Labour Review*, v. 121, p. 565, 1982.
- DERANI, C. *Direito Ambiental Econômico*. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.
- FELICIANO, G. G. Meio ambiente do trabalho: aspectos gerais e propedêuticos. *Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região*, Campinas, n. 20, p. 160-203, jul./set. 2002.
- FELICIANO, G. G. O meio ambiente do trabalho e a responsabilidade civil patronal: reconhecendo a danosidade sistêmica. *Direito Ambiental do Trabalho*, São Paulo, v. 1, p. 11-25, 2013.
- FELICIANO, G. G.; URIAS, J.; MARANHÃO, N. (coord.). *Direito Ambiental do Trabalho*: apontamentos para uma teoria geral. São Paulo: LTr, 2017.
- FELICIANO, G. G.; PASQUALETO, O. Q. F. Meio ambiente laboral equilibrado: análise do caso Brumadinho. *Veredas do Direito*, Belo Horizonte, v. 16, n. 36, p. 191-216, set/dez. 2019. Disponível em: <http://www.domholder.edu.br/revista/index.php/veredas/article/view/1556>.
- LEITE, Carlos Henrique Bezerra (coordenador). *Direitos Metaindividuais*. São Paulo: LTr, 2004, p.37-52.
- FERNANDES, Fábio. *Meio Ambiente geral e Meio Ambiente do Trabalho: uma visão sistêmica*. São Paulo: LTr, 2009.
- FIGUEIREDO, Guilherme José Purvin de. *Direito ambiental e saúde dos trabalhadores*. São Paulo: Saraiva, 2003.
- GONÇALVES, Edwar Abreu. *Segurança e Saúde no Trabalho*. São Paulo: LTr, 2011.
- INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION – ILO. Disponível em: <www.ilo.org>. Acesso em 24 de maio de 2014.
- _____. *Safety and Health in the use of Chemicals at Work*. Turin: ILO, 2013. Disponível em: http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_protect/---protrav/---safework/documents/publication/wcms_235085.pdf. Acesso em 02 de junho de 2014.
- LAGE, Délber Andrade. *A jurisdicionalização do Direito Internacional*. Belo Horizonte: Del Rey, 2009.
- LUCENA FILHO, Humberto Lima de. Os paraísos normativos e a proteção aos direitos trabalhistas: perspectivas sob a lente da transjuridicidade. In: Conselho Nacional de Pesquisa

- e Pós-Graduação em Direito/Universidade Nove de Julho; Grasielle Augusta Ferreira Nascimento; Mirta Gladys Lorena Manzo de Misailidis; Lucas Gonçalves da Silva. (Org.). *Direito do Trabalho I - Sociedade Global e seus impactos sobre o estudo e a efetividade do Direito na contemporaneidade*. 1ed. Florianópolis/SC: FUNJAB, 2014, v. 1, p. 496-525.
- MACHADO, P. A. L. *Direito Ambiental brasileiro*. 18 ed. São Paulo: Malheiros, 2010.
- MAEDA, F. M. ; FRANCO, R. C. L.. Danos Labor-Ambientais na jurisprudência brasileira: O caso Recanto dos Pássaros (Paulínia). In: Guilherme Guimarães Feliciano; João Urias. (Org.). *Direito ambiental do Trabalho: apontamentos para uma teoria geral*. 1ed. São Paulo: LTr, 2013, v. 1, p. 43-58.
- MARANHÃO, N. Meio ambiente do trabalho: descrição jurídico-conceitual. In: FELICIANO, G. G.; URIAS, J.; MARANHÃO, N. (coord.). *Direito Ambiental do Trabalho: apontamentos para uma teoria geral*. v. 3. São Paulo: LTr, 2017, p. 27-40.
- MELO, Luis Antonio Camargo de. O —êso Shell- a sf" e a atuação do Ministério Público do Trabalho. *Revista de Direito do Trabalho*, São Paulo, v. 39, n. 151, p. 33-47, maio/jun. 2013.
- MELO, Raimundo Simão de. *Direito ambiental do trabalho e a saúde do trabalhador*. 5ed. São Paulo: LTr, 2013.
- MIRANDA, P. *Tratado de Direito Privado*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.
- NORTH, A. Desabamento em Bangladesh revela lado obscuro da indústria de roupas. *BBC Brasil*, 28 abr. 2013. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/celular/noticias/2013/04/130428_bangladesh_tragedia_lado_obscuro.shtml.
- OLIVEIRA, S. G. *Proteção jurídica à saúde do trabalhador*. 2. ed. São Paulo: LTr, 1998.
- ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Declaração de Estocolmo sobre o ambiente humano de 1972*. 1972. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Meio-Ambiente/declaracao-de--estocolmo-sobre-o-ambiente-humano.html>.
- ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Declaração do Rio sobre meio ambiente e desenvolvimento*. 1992. Disponível em: <http://www.onu.org.br/rio20/img/2012/01/rio92.pdf>.
- OIT – ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. *Convenção n. 155, de 3 de junho de 1981*. Segurança e saúde dos trabalhadores. Disponível em: https://www.ilo.org/brasilia/convencoes/WCMS_236163/lang--pt/index.htm.
- OIT – ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. *Convenção n. 161, de 7 de junho de 1985*. Serviços de saúde no trabalho. Disponível em: https://www.ilo.org/dyn/normlex/en/f?p=NORMLEXPUB:12100:0::NO:12100:P12100_INSTRUMENT_ID:312306:NO.
- OIT – ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. *Convenção n. 174, de 2 de junho de 1993*. Prevenção de acidentes industriais maiores. Disponível em: https://www.ilo.org/dyn/normlex/en/f?p=NORMLEXPUB:12100:0::NO:12100:P12100_INSTRUMENT_ID:312319:NO.
- PADILHA, N. S. Meio ambiente do trabalho: um direito fundamental do trabalhador e a superação da monetização do risco. *Revista do Tribunal Superior do Trabalho*, Brasília, DF, v. 79, n. 4, p. 173-182, out./dez. 2013.
- PADILHA, N. S. *Do meio ambiente do trabalho equilibrado*. São Paulo: LTr, 2002.
- PASSARELLI, H. Tipo de barragem usado em MG é inadequado ao clima, diz especialista. *Valor Econômico*, 30 jan. 2019. Disponível em: <https://www.valor.com.br/brasil/6097651/tipo-de-barragem-usado-em-mg-e-inadequado-ao-clima-diz-especialista>.
- PINTO, M. El principio pro homine: criterios de hermeneutica y pautas para la regulaci3n de los derechos humanos. In: *La aplicaci3n de los tratados de derechos humanos por los tribunales locales*. Buenos Aires: Editorial del Puerto, 1997. p. 163-172.
- PRIEUR, M. *Droit de l'environnement*. 4. ed. Paris: Dalloz, 2001.
- REZENDE, June Maria Passos. *CASO SHELL/CYANAMID/BASF: epidemiologia e informa33o para o resgate de uma precaua33o negada*. Campinas, São Paulo. 2005.
- SILVA, José Afonso. *Direito Constitucional Ambiental*. 3.ed. São Paulo: Malheiros, 2000.
- TARGA, Maria Inês Corrêa Cerqueira César. Contaminação do Bairro Recanto dos Pássaros em Paulínea (SP): Caso Shell/Basf. *Revista da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 15ª Região*, v. 4, p. 252-303, 2011.

ROSSI, A. Tragédia em Brumadinho: Vale diz que sirenes não foram acionadas por ‘velocidade’ do deslizamento. *BBC Brasil*, 31 jan. 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-47063312>.

VARELLA, Marcelo D. *Direito Internacional Público*. 4.ed. São Paulo: Saraiva. 2012.
, ANO).

***O DESENVOLVIMENTO REGIONAL E A IMPORTÂNCIA DO COMÉRCIO ELETRÔNICO NA
CIDADE DE FRANCA-SP DURANTE O PERÍODO DA PANDEMIA COVID 19***

***REGIONAL DEVELOPMENT AND THE IMPORTANCE OF ELECTRONIC COMMERCE IN THE CITY
OF FRANCA-SP DURING THE COVID 19 PANDEMIC PERIOD***

Área temática: 2.3 Gestão Organizacional e Empreendedorismo

PEIXOTO, Isabela Granero
Uni-FACEF Centro Universitário Municipal de Franca
Mestrando no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional (UniFACEF)
isabelagraneropeixoto@gmail.com

CARVALHO NETO, Silvio
Uni-FACEF Centro Universitário Municipal de Franca
Doutor em Administração (USP)
silvio@facef.br

Resumo

A pandemia Covid 19 vem comprometendo o mundo todo e levantando questões sobre como enfrentá-la. Para controlá-la, autoridades determinaram, em 2020, o fechamento do comércio, podendo funcionar somente os serviços essenciais, o que fomentou o avanço do comércio eletrônico. Este trabalho apresenta uma proposta de pesquisa sobre as razões pelas quais o comércio eletrônico pode ser visto como uma estratégia de sobrevivência das empresas diante da crise econômica causada pela pandemia do Covid 19 e como fator influenciador para o desenvolvimento regional.

Palavras-chave: E-commerce, Pandemia Covid19, Desenvolvimento Regional.

Abstract

The Covid 19 pandemic is compromising the world and raising questions about how to tackle it. To control it, authorities determined, in 2020, the closure of commerce, allowing only essential services to function, which fostered the advance of electronic commerce. This paper presents a research proposal on the reasons why electronic commerce can be seen as a survival strategy for companies in the face of the economic crisis caused by the Covid 19 pandemic and as an influencing factor for regional development.

Keywords: E-commerce, Covid 19 Pandemic, Regional Development

1 INTRODUÇÃO

Em dezembro de 2019, surgiu o primeiro caso da síndrome respiratória aguda grave (SARSCoV2) denominada Covid 19. O vírus surgiu em Wuhan, na China, logo após, diversos países, inclusive o Brasil, tiveram casos confirmados da doença. Em função da rapidez de propagação do vírus, em 11 de março de 2020, a OMS declarou uma pandemia.

Apesar de o diagnóstico rápido e o isolamento social serem imprescindíveis para controlar a pandemia, todo o mundo, se deparou e permanece enfrentando o problema do desequilíbrio econômico. A crise econômica refere-se a todos os percalços econômicos advindos da mudança comportamental, medo do colapso de saúde e em razão disso, o declínio do comércio.

Diante do caos econômico instaurado neste momento pandêmico, muitos empresários adotaram o e-commerce a fim de sobreviver a crise, e claramente esta estratégia vem auxiliando a economia neste momento de conjunturas tão adversas.

O comércio eletrônico tem sido uma opção muito bem-vista pelas empresas, e igualmente, vem ganhando mais espaço no dia a dia dos consumidores em função de todas as facilidades que oferece.

Neste momento pandêmico que o mundo inteiro vem enfrentando, este tipo de negócio tornou-se ainda mais rentável, não só pelas facilidades que oferece, mas também, em função do período de isolamento, os clientes podem consumir os produtos almejados sem precisar sair de suas casas e a partir disto, as empresas enxergaram este tipo de comércio como uma forma para sobreviver diante da crise.

Diante do que foi apresentado, este trabalho expõe algumas problemáticas, são elas: Como a inovação e a tecnologia auxilia no desenvolvimento regional? Como a pandemia Covid 19 influenciou na utilização da estratégia de vendas do comércio eletrônico pelas empresas da região de Franca-SP? Como o comércio eletrônico pode auxiliar na sobrevivência das empresas diante da crise econômica advinda da Covid 19? Como o e-commerce contribui para o desenvolvimento regional da economia na região de Franca-SP?

Como hipótese, é possível supor que o e-commerce é extremamente importante para contribuir com o desenvolvimento regional principalmente no que tange o setor econômico durante o período da pandemia Covid 19, pois, mesmo com as medidas restritivas e o fechamento das lojas físicas, a maioria das empresas que aderiram ao comércio eletrônico sobreviveram diante da crise.

A fim de confirmar ou não as referidas hipóteses, o estudo tem como objetivo geral: averiguar os efeitos da Covid 19 no emprego da estratégia de vendas online pelas empresas da região de Franca-SP.

Os objetivos específicos que facilitaram na execução do objetivo geral são: 1. Indicar a importância da inovação e da tecnologia para auxiliar no desenvolvimento regional; 2. Apontar quais são os fatores provenientes da Covid 19, e os benefícios que estimularam progresso do comércio eletrônico no Brasil e no mundo; 3. Mostrar os principais motivos que auxiliam na sobrevivência das empresas em meio a um período econômico tão adverso em razão da Pandemia Covid 19; 4. Verificar como as vendas online auxiliam no desenvolvimento regional da economia na região de Franca-SP.

Neste quadro, o estudo é muito importante, de modo que apresenta diversas questões que abordam problemas enfrentados por todo o mundo advindos da pandemia Covid 19, e o e-commerce como fator auxiliador para a sobrevivência das empresas durante este período de conjunturas econômicas tão instáveis.

2 REFERENCIAL TEÓRICO A PANDEMIA DE SARS COV-2 (Covid 19)

Para Duarte (2020), as pandemias são conhecidas como epidemias que se disseminam de forma muito rápida em diversos países e afetam um leque gigantesco de pessoas, e acarretam efeitos de nível micro ao macrosistêmico, exigindo desde sua chegada novos hábitos para a população mundial.

Conforme Croda e Garcia (2020), em 31 de dezembro de 2019, chegou para a Organização Mundial da Saúde (OMS) a notificação de incidência de um surto de pneumonia em Wuhan, província de Hubei, na China. Mais que depressa, identificou-se o agente causador desta doença, seria um novo tipo de coronavírus: Sars-Cov-2.

Segundo Schmidt et. Al. (2020), o primeiro caso do novo coronavírus teve seu marco na China, com o primeiro caso de infecção no começo de dezembro de 2019.

Conforme Croda e Garcia (2020), o surto teve seu início em um mercado de frutos do mar e animais vivos.

Schmidt et. Al. (2020), aponta que a rápida disseminação da doença em nível global, fez com que a OMS a considerasse como uma pandemia.

De acordo com Noronha et Al. (2020), desde o seu início em dezembro de 2019, a Covid-19 tem se espalhando por diversos continentes, tendo sido assim vista como uma pandemia pela Organização Mundial da Saúde.

Conforme Croda e Garcia (2020), a primeira reunião do Comitê de Emergência sobre o surto do novo coronavírus na China, convocada pela Organização Mundial da Saúde (OMS), aconteceu em 23 de janeiro de 2020. Nessa primeira reunião, os membros não chegaram a um consenso de que o caso realmente poderia ser considerado como uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII). Em 30 de janeiro, ocorreu a segunda reunião, nela foi apontado os aumentos dos casos confirmados em diversos países, isto ocasionou na declaração do surto como ESPII. Em fevereiro de 2020, a doença causada pelo novo coronavírus recebeu a denominação Covid-19, em função do tipo de vírus e do ano de início da epidemia: *Coronavírus disease-2019*. Até o fim de fevereiro, havia aproximadamente 80 mil casos confirmados e 2.838 óbitos por Covid-19 só na China e, aproximadamente 6 mil casos confirmados e 86 mortes em outros 53 países. O Brasil teve seu primeiro caso de Covid 19 em 26 de fevereiro de 2020. Os dois primeiros casos confirmados eram de dois homens, residentes na cidade de São Paulo, ambos voltavam de uma viagem a Itália.

Para Leite et al. (2020), em 12 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde, declarou como pandemia a doença causada pelo novo coronavírus (Sars-Cov-2). A pandemia Covid 19 tem mortalidade estimada em cerca de 14 vezes maior que a da influenza. O grande índice de contágio, com cada indivíduo infectando de 2 a 3 pessoas, ocasiona o aumento da epidemia em progressão geométrica.

Conforme Ferguson et.al. (2020), até 3 de abril de 2020, a Covid 19 já apresentava um grande impacto global, sendo vista como a síndrome respiratória viral mais grave, desde a pandemia H1N1 ocorrida em 1918.

Para Leite et al. (2020), no Brasil, onde a transmissão comunitária foi declarada em 20 de março, foram confirmados mais de 147 mil casos, e dentre esses, ocorreram 10 mil mortes por Covid-19 até 9 de maio de 2020.

Em conformidade com o site NCOV2019.LIVE, só no Brasil, o número de casos ultrapassou 5.113.628 e os óbitos chegaram a 150.998 até o dia 13 de outubro de 2020.

Conforme Zoccai, et al, (2020), o crescimento desta letalidade se dá principalmente pelo fato de o vírus ocasionar grande dificuldade respiratória aguda grave, acarretando desta maneira em infecções que podem levar a pneumonia viral.

Segundo Leite et al. (2020), a apresentação da doença é semelhante a uma gripe, com sintomas de febre, tosse, dor de garganta e coriza. Aproximadamente 80% destes pacientes se recuperam sem mais inconvenientes, sendo assim, são classificados como casos leves ou moderados. Os 20% restantes evoluem com dispneia e hipoxemia secundárias, à pneumonia viral extensa, e necessitam de internação para oxigenioterapia, além de outras intervenções. Um quarto desses casos evolui para o estado crítico em função da dificuldade respiratória, coagulação intravascular disseminada, choque circulatório ou até mesmo falência múltipla de órgãos, requerendo cuidados de terapia intensiva. A letalidade nesse último grupo é superior a 40%.

Para Brooks et. al. (2020), a fim de diminuir a transmissão viral e o número de mortes, alguns países têm adotado medidas tais quais: isolamento de casos suspeitos, fechamento de escolas e universidades, distanciamento social de idosos e de outros grupos de risco, bem como a quarentena de toda a população.

No que tange a pandemia Covid 19, apesar de o diagnóstico imediato da doença e a quarentena da população serem imprescindíveis para controlar a pandemia, não só o Brasil como todo o mundo, se veem frente a grandes inconvenientes, entre eles, neste estudo será abordada a fundo a crise econômica advinda das mudanças de hábitos, fechamento do comércio, dentre outros fatores ocorridos em função da Pandemia Covid 19. Diante de todos os percalços ocorridos em função desta pandemia, pode-se notar ainda mais a importância da inovação e das tecnologias para o desenvolvimento regional.

A IMPORTANCIA DA INOVAÇÃO E DAS TECNOLOGIAS PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Para Schumpeter (1982), o desenvolvimento é visto como um fenômeno distinto, completamente estranho ao que pode ser observado no fluxo circular ou na tendência para o equilíbrio. Além disso, vê-se o desenvolvimento também, como uma mudança espontânea e descontínua nos canais do fluxo, perturbação do equilíbrio que se desloca para o estado de equilíbrio já existente.

Oliveira (2016), defende a ideia de que as mudanças tecnológicas e as inovações correspondem as mais importantes fontes de crescimento econômico.

Para Bautzer (2009), a inovação, considerando ainda a necessidade de mudar, vem acompanhando a natureza empresarial.

Scherer e Carlomagno (2009), apontam que a inovação não significa simplesmente uma criação nova, mas uma criação nova que oferece resultados positivos para a organização.

Como marco de mudanças tecnológicas e inovações, pode-se citar a internet que desde que surgiu, vem facilitando a vida de todo ser humano. Como se não bastasse frisar todas as facilidades que a internet disponibiliza, ela permanece em constantes melhoras e inovações.

Para Albertin (2010), a internet surgiu no ano de 1969, criada pela empresa *Advanced Research Projects Agency* (batizado como Arpanet), que faz parte do departamento de defesa americano dos EUA. Na época, tinha como intuito o alcance de estratégias militares e não de interesses sociais. Ou seja, tinha como propósito, servir como uma rede principal de comunicação nos tempos de crises.

Conforme Silva L W (2001), a Arpanet teve seu foco no âmbito acadêmico em 1982. Inicialmente tinha exclusividade de uso para os EUA, mas tempos depois estendeu-se para outros países, como Holanda, Dinamarca e Suécia. Em função desta disponibilidade mais ampla da Arpanet para outros países, passou a ser chamada de internet.

Em conformidade com o artigo "Internet no Brasil" (2018), o surgimento da Internet no Brasil ocorreu em 1988, por meio da união das instituições acadêmicas FAPESP (Fundação de Amparo à pesquisa do Estado de São Paulo), UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro), e LNCC (Laboratório Nacional de Computação Científica). Já a liberação da internet no Brasil para fins comerciais ocorreu a partir do final do ano de 1994, através do projeto da Embratel de utilização da internet discada. Mas no primeiro semestre de 1995, ocorria um processo de melhorias para o acesso à internet, inclusive com relação a otimização o da sua velocidade.

Desde aquela época, a internet permanece em constantes melhorias. Atualmente torna-se indispensável o uso dela, todos os benefícios que ela disponibiliza tornam-se necessários na vida das pessoas.

A IMPORTÂNCIA DO COMERCIO ELETRÔNICO PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL DIANTE DA CRISE ECONÔMICA ADVINDA DA PANDEMIA COVID 19

Diante da visão Shumpeteriana, a tecnologia e a inovação são extremamente importantes para o alcance do desenvolvimento regional.

Com o surgimento da pandemia, a internet teve um papel importantíssimo na economia, visto que, o conceito das vendas online ganhou muita força neste período. Com as imposições de mudanças de hábitos em função da Covid 19, isolamento social e fechamento do comércio físico, empresários se viram obrigados a adotarem o sistema de comércio eletrônico a fim de sobreviverem no mercado diante deste período de conjunturas tão adversas.

Em consenso, entende-se o significado do comércio como compra, troca ou venda de mercadorias, produtos, valores etc.

Para Costa (2009), o progresso da internet forçou uma mudança na economia, pelo qual o conhecimento passa a depender da tecnologia para disseminar-se, especialmente com relação a prática de negócios.

Conforme Guimarães Junior (2007, apud Silva e Marques, 2016, p. 16), o comércio eletrônico, assim como uma loja comum, é um conjunto de atividades na internet, em que existe um vendedor com a finalidade de vender um produto, assim como um comprador que está interessado por este produto e a partir desses interesses dará início a uma negociação comercial. Deste modo,

define-se e-commerce, como um modo de comércio de produtos e serviços, utilizado exclusivamente por meio da internet.

Para Diniz et al. (2011), antigamente as vendas online de produtos eram bastante restritas e apenas pequenos objetos como livros CD's e outros de fácil aquisição. Com o decorrer dos anos, juntamente com a evolução da tecnologia, tornou-se possível a compra de diversos tipos de produtos e serviços de variados preços, desde uma simples caneta até TV's, pacotes de viagens ou automóveis.

De acordo com Amor (2000), o comércio eletrônico é uma inovação quando o assunto é fazer negócios, modificando vários componentes estratégicos, deste modo implica em um conjunto de benefícios em potencial, como por exemplo disponibilidade de tempo ininterrupto para a realização das transações online, ausência ou baixo custo com aluguel, estoque e mão de obra. Contudo, exige muito investimento financeiro e tecnológico com relação a logística, e nota-se que tais investimentos que são indispensáveis em qualquer negócio.

Conforme diz Goberto (2011), dentre todas as vantagens oferecidas pelo e-commerce, as que mais destacam-se são:

Transformar-se em referência: dentro do universo virtual, é mais fácil tornar-se conhecido no mercado, visto que a divulgação neste meio é instantânea e os consumidores estão a todo tempo conectados.

Alta Disponibilidade: com relação a isso, o e-commerce é um recurso extremamente facilitador se comparado com o comércio físico, de modo que se torna possível a aquisição de produtos e serviços a qualquer hora do dia com a comodidade de não precisar sair de casa.

Estoque Funcional: quando o cliente vai a uma loja física, corre o risco de frustrar-se perante a incerteza de disponibilidade do produto, já no comércio eletrônico torna-se possível a realização de vendas de produtos sem estoque, através da produção por demanda.

Redução do Custo Operacional: ao comparar as despesas de uma loja física e uma virtual, percebe-se uma grande diferença, pois dentro do comércio eletrônico é possível eliminar diversos custos, como: aluguel, manutenção de espaço, estoque, salário de funcionários, entre outros.

Conforme Bernardes (2017), o e-commerce tornou-se economicamente lucrativo, pois, além das vantagens que disponibiliza como comodidade, é um ramo que mesmo em tempo de crise vem crescendo continuamente, tanto no número de vendas, quanto ao de consumidores.

Neste sentido, percebe-se a importância do comércio eletrônico diante da crise que se instalou no Brasil em 2020.

Em dezembro de 2019, surgia em Wuhan na província da China, o primeiro caso da síndrome respiratória aguda grave (SARSCoV2) denominada Covid 19. A doença pode desencadear desde um resfriado comum até morte por insuficiência renal ou respiratória.

Após a primeira contaminação o vírus se propagou e inúmeros países tiveram casos confirmados de Covid 19. Perante a rapidez de disseminação do vírus, a OMS declarou em 11 de março de 2020 o início de uma pandemia.

Em outubro de 2021, no Brasil, o número de óbitos por Covid19 chega próximo a 600.000. Para controlar a situação enfrentada, as autoridades decidiram tomar medidas mais drásticas e decretaram o isolamento social a fim de conter a proliferação viral. No entanto, esta medida prejudicou a maioria das empresas do país, aumentou o desemprego, causando uma desenfreada crise econômica no Brasil.

Segundo o site Isto é Dinheiro (2020), as vendas online foram o único caminho encontrado pelas lojas para sobreviverem neste período de quarentena. Além disso, o Brasil registrou um aumento médio de 400% no número de lojas que abriram o comércio eletrônico durante o período de isolamento social.

Conforme a Associação Brasileira de Comércio Eletrônico (ABCOMM, 2021), até o começo das ações para conter o coronavírus no país, no início da segunda quinzena de março a média mensal de aberturas era de 10 mil, após o decreto de quarentena o número saltou para 50 mil no mês. O levantamento indicou que mais de 100 mil lojas aderiram ao sistema de e-commerce e os setores que estão em alta são: moda, alimentos e serviços.

Para ABComm (2021), foi registrado um aumento de 40% no número de vendas online e os seis setores que obtiveram mais crescimento são de: calçados (99,44%), Bebidas (78,90%), eletrodomésticos (49,29%), Autopeças (44,64%), Supermercado (38,92%), Artigos Esportivos (25,75%), moveis e Decoração (23,61%) e Moda (18,38%).

Conforme descrito por Monteiro (2017):

O e-commerce continua apresentando um cenário positivo, principalmente por conta da consolidação do modelo marketplace no país, do aumento no número dos consumidores virtuais e do consumo via mobile (Monteiro. 2017. p. 12).

Para Webshoppers (2018), o e-commerce continua em ascensão, mesmo durante período de crise econômica no país não parou de crescer, considerando-o um ótimo ramo de atividade.

O comércio eletrônico evoluiu muito em razão do avanço da internet e mudança de hábitos das pessoas. Por meio do avanço tecnológico, modificações fazem-se indispensáveis e empresas precisam se adaptar as novidades disponíveis no mercado.

Atualmente, a internet é utilizada como meio de busca, compras, e até mesmo para realizar pesquisas de preços em diversos fornecedores simultaneamente, características estas que são consideradas vantajosas dentro desta modalidade.

Pode-se dizer que o comércio eletrônico pode ser visto como estratégia de vendas, através do seu recorrente crescimento, além de levar em consideração todas as facilidades oferecidas por este recurso como: comodidades, rapidez, flexibilidade nas compras, queda nos custos e aumento de faturamento.

Não só no Brasil, mas no mundo, nota-se que o comércio eletrônico está sendo muito utilizado como estratégia de sobrevivência das empresas, principalmente diante deste momento de instabilidade e de crise econômica recorrentes da pandemia Covid 19.

Em função da adoção do e-commerce, diante das vantagens apontadas nesta pesquisa, a economia está girando, a maioria das empresas sobreviveram ao período mais crítico da crise pandêmica, e continuam produzindo e faturando, mesmo diante de um período tão instável como este.

Neste sentido pode-se dizer que o comércio eletrônico pode sim ser considerado como fator influenciador do desenvolvimento regional, principalmente economicamente falando.

PANORAMA DAS EMPRESAS DE COMERCIO ELETRÔNICO

Pretende-se com o estudo realizar um panorama das pequenas e médias empresas de calçado na cidade de Franca-SP.

Este panorama busca evidenciar a importância do e-commerce para a economia e para o Desenvolvimento Regional, enfatizando a relevância deste tipo de comércio, diante da crise econômica instalada no Brasil em 2020, com a chegada da pandemia Covid 19.

Objetiva-se mostrar o crescimento deste tipo de negócio, citando as empresas que aderiram ao comércio eletrônico, em especial a partir do início da pandemia.

Além das facilidades oferecidas por este tipo de negócio, como a possibilidade de comprar sem sair de casa, os preços dos produtos mais baixos em comparação com as lojas físicas, dentre outros fatores, o estudo anseia apontar, que os motivos que impulsionaram o crescimento deste tipo de comércio foram, a chegada da pandemia e o isolamento social que se fez necessário para conter a proliferação do vírus SARSCoV2.

Diante deste período caótico, lojas físicas foram obrigadas a parar suas atividades por um tempo em função das restrições e do isolamento social.

Para sobreviverem a tal momento adverso, muitos empresários adotaram o comércio eletrônico para não encerrarem suas atividades.

A fim de explicar mais detalhadamente o conteúdo abordado neste panorama, será realizada uma pesquisa de campo na região de Franca-SP.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

No intuito de comprovar e quantificar a contribuição que este tipo de negócio ofereceu para as empresas durante a crise econômica advinda do período pandêmico, a proposta do presente trabalho é realizar uma pesquisa de campo nas pequenas e médias empresas de calçados de Franca-SP que utilizam o sistema do comércio eletrônico.

Pretende-se, também, evidenciar as empresas de Franca-SP que adotaram este tipo de negócio a partir da chegada da pandemia Covid 19 no Brasil.

Planeja-se realizar esta pesquisa com a utilização de dados coletados em institutos como IBGE, ACIF e até mesmo em sindicatos, a fim de melhor detalhar os impactos e contribuições deste

tipo de comércio, no que tange a sobrevivência das pequenas e médias empresas de calçados de Franca-SP diante do atual período pandêmico.

A fim de tornar o estudo mais detalhado e completo, será realizada uma pesquisa qualitativa em empresas de calçados localizadas em Franca-SP, e a estrutura desta pesquisa será composta pela utilização dos resultados advindos das entrevistas estruturadas e semiestruturadas.

A presente pesquisa começou por meio de um estudo bibliográfico sobre os assuntos abordados, utilizando assim materiais disponíveis para o público em geral. Os assuntos abordados nesta revisão teórica foram: Comércio Eletrônico como estratégia de vendas; Pandemia Covid 19 e a evolução do comércio eletrônico; e por fim fez-se um panorama das empresas e do Comércio Eletrônico na região de Franca.

Será efetuada uma pesquisa de campo nas pequenas e médias empresas de calçados de Franca-SP que utilizam o sistema do comércio eletrônico, a fim de mensurar a contribuição que este tipo de negócio ofereceu para as empresas durante a crise econômica instaurada no período pandêmico.

Tendo em seu bojo uma abordagem quali-quantitativa, na pesquisa será realizada coleta de dados em institutos como IBGE, ACIF, e até em sindicatos a fim de quantificar todas as empresas que estão inseridas nesta forma de comércio eletrônico, e os impactos e contribuições deste tipo de comércio para a sobrevivência das pequenas e médias empresas de calçados de Franca-SP durante o período da Pandemia do Covid 19.

Os tipos de pesquisa do trabalho podem ser então definidos quanto aos fins: a pesquisa é descritiva porque visa expor através de um recorte temporal a contribuição do comércio eletrônico durante o período da pandemia Covid 19, terá caráter bibliográfico, pois serão utilizados materiais científicos disponíveis para o público em geral, e será documental pois serão utilizados materiais coletados em pesquisa de campo nas empresas de calçados; e quanto a abordagem de dados, a pesquisa terá caráter qualitativo e quantitativo.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tratando-se de uma pesquisa com uma proposta ainda em andamento, não há resultados parciais a serem observados. Pretende-se com a realização do estudo, apontar os efeitos da Pandemia Covid 19, e a importância da utilização do comércio eletrônico pelas empresas da região de Franca-SP como estratégia de vendas principalmente neste período de conjuntura tão complexa.

A fim de realizar este objetivo, a pesquisa propõe a mostrar quais são os fatores recorrentes da pandemia, e as vantagens que impulsionaram o progresso do e-commerce na região de Franca-SP.

Além disso, o estudo visa identificar os fatores que atuam na sobrevivência das empresas, perante a crise econômica causada pela Covid 19. Por fim, através do estudo objetiva-se analisar os indicadores de como o comércio eletrônico auxilia no desenvolvimento regional de Franca-SP.

Apesar de o diagnóstico rápido e as medidas restritivas serem essenciais no controle da pandemia, o mundo vem enfrentando um grande inconveniente, que é o desequilíbrio econômico.

A crise econômica refere-se a todos os impasses econômicos advindos da mudança comportamental, aversão ao colapso de saúde e em função disso, a queda do comércio.

Com isso, objetiva-se comprovar que em função do caos econômico resultante da pandemia Covid 19, vários empresários adotaram o comércio eletrônico para sobreviver à crise e, neste trabalho, pretende-se apontar como este método vem auxiliando no equilíbrio da economia neste período pandêmico.

REFERÊNCIAS

AMOR, D. A (R) Evolução dos Ebusiness: Vivendo e Trabalhando em um Mundo Interconectado. 1 Ed. São Paulo: MAKRON Books, 2000. 606p.

ABCOMM. Associação Brasileira de Comércio Eletrônico. Abcomm, 2021 Disponível em: <https://abcomm.org/>

BERNARDES, Rafaela. E-commerce Negócio Rentável mesmo em Tempos de Crise Financeira. 2017. Disponível em: <<https://www.aredacao.com.br/noticias/93448/e-commerce-negociorentavelmesmoemtemposdecrisefinanceira>>. Acesso em: 10 jul. 2020.

COSTA, F. L. Comercio Eletrônico: Hábitos do Consumidor na Internet. 2009. Disponível em: http://www.fpl.edu.br/2013/media/pdfs/mestrado/dissertações_2009/dissertação_fabiano_leite_costa_2009.pdf. Acesso em: 07 jul. 2020.

DINIZ, L. L et al. O Comercio Eletrônico como Ferramenta Estratégica de Vendas para Empresas. III Encontro Científico e Simpósio de Educação Unisalesiano, Lins, p. 113, out.2011. Disponível em: <http://www.inisalesiano.edu.br/simposio2011/publica/artigo0093.pdf> Acesso em 08 jul.2020.

GOBERTO, M. As Grandes Vantagens de um Comercio Eletrônico. 2011. Disponível em: <https://e-commerce-news.com.br/artigos/cases/asgrandesvantagensdeumcomercioeletronico/>. Acesso em 8 de julho de 2020.

GUIMARÃES JUNIOR, Djalma Silva Guimarães et al. Efeitos da Pandemia do COVID19 na Transformação digital de pequenos negócios. Revista de Engenharia e Pesquisa aplicada, v.5, n. 4, p. 110, 2020.

ISTO É DINHEIRO Pandemia do Corona vírus faz e-commerce explodir no Brasil. 2020. Disponível em: <https://www.istoedinheiro.com.br/pandemiadocoronavirusfaze-commerce-explodirnobrasil/>

Acesso em: 16 jul. 2020.

MONTEIRO, Keine. WEBSHOPPERS. 2017. Disponível em: <https://www.ebit.com.br/webshoppers>. Acesso em: 9 jul. 2020.

SILVA, Caroline Ribeiro; MARQUES, Emerson. Evolução do Comercio Eletrônico. 2016. 73 p. Monografia (Administração) Fundação Universitária Vida Crista, São Paulo, 2016.

VERGARA, Sylvia Constant. Projetos e Relatórios de Pesquisa emAdministração. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 2000.

WEBSHOPPERS EBit Revista Eletronica Webshoppers. 2018. Disponível em: <<https://www.ebit.com.br/webshoppers>>. Acesso em: 12 jul. 2020.

O EVA REFLETE A MESMA TENDENCIA DO EBITDA?

Um estudo sobre as duas metodologias aplicadas em 5 das maiores companhias do varejo brasileiro com ações na B3

DOES EVA REFLECT THE SAME EDITDA TREND?

A study on the methodologies applied in 5 of the largest Brazilian retail companies with shares in B3

Área temática:2.3. Gestão Organizacional e Empreendedorismo

BRAGANTIN, Leonardo Ferreira

FATEC Jales

Graduando do Curso de Gestão Empresarial

leonardo.bragantin@fatec.sp.gov.br

CARVALHO, Francisco José Pereira de

FATEC Bebedouro

Mestre em Contabilidade e Finanças PUC/SP

francisco.carvalho7@fatec.sp.gov.br

LOPES, Juliano de Jesus

Faculdade Barretos

Mestre em Administração pela Faculdade de Administração de São Paulo

jujlopes06@gmail.com

Resumo

O presente trabalho procurou analisar o desempenho de cinco das maiores empresas varejistas no Brasil e que possuem ações listadas na B3 - Brasil, Bolsa e Balcão no ano de 2020, com base nos conceitos de EBITDA – *Earnings Before Interests Taxes Depreciation and Amortization*, também denominado de LAJIDA – Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciações e Amortizações com o EVA – *Economic Value Added*, ou VEA - Valor Econômico Adicionado. Os resultados do EBITDA são divulgados pelas diretorias das companhias listadas na B3- Brasil, Bolsa e Balcão juntamente com as demonstrações financeiras e apresentadas aos *stackholders* juntamente com outras medidas de desempenho por parte de seus respectivos gestores. Com o EBITDA, os gestores se propõem a demonstrar aos acionistas e ao mercado de uma forma geral, os respectivos resultados operacionais e a geração de caixa por eles proporcionada na condução dessas companhias. Por outro lado, poderá ocorrer a existência de conflitos quando se emprega o EVA – *Economic Value Added*, ou VEA - Valor Econômico Adicionado, cujo objetivo é o de evidenciar se tais administradores conseguiram ou não agregar valor econômico aos seus acionistas, o que pode configurar um conflito de agência. Os resultados obtidos foram muito distintos e em duas das cinco companhias verificou-se a destruição de valor quando foi empregado o EVA em quanto que em todas os resultados publicados foram extremamente positivos quando da utilização do EBITDA. A metodologia aplicada pode ser considerada como descritiva e qualitativa e ainda configurada como estudo de caso.

Palavras-Chave: EBITDA, EVA, Conflito de Agência.

Abstract

This paper sought to analyze the performance of five of the largest retail companies in Brazil that have shares listed on B3 - Brasil, Bolsa and Balcão in 2020, based on the concepts of EBITDA - Earnings Before Interests Taxes Depreciation and Amortization, also called EBITDA – Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization with EVA – Economic Value Added, or VEA – Economic Value Added. The EBITDA results are disclosed by the boards of companies listed on B3-Brasil, Bolsa and Balcão together with the financial statements and presented to the stockholders together with other performance measures by their respective managers. With EBITDA, managers intend to demonstrate to shareholders and the market in general, the respective operating results and the cash generation provided by them in the management of companies. On the other hand, there may be conflicts when using the EVA – Economic Value Added, or VEA – Economic Value Added, whose objective is to show whether such administrators have managed to add economic value to their shareholders or not, which may constitute an agency conflict. The results obtained were very different and in two of the five companies value destruction was verified when EVA was used, whereas in all published results they were extremely positive when using EBITDA. The applied methodology can be considered as descriptive and qualitative and still configured as a case study.

Keywords: EBITDA, EVA, Agency Conflict.

1 INTRODUÇÃO

Um dos principais indicadores utilizados por analistas e profissionais que operam no mercado financeiro, é o chamado EBITDA - *Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*), conhecido por alguns como LAJIDA (Lucros antes de Juros, Impostos, Depreciação e Amortização). É um indicador utilizado em nível global, capaz de apresentar o lucro da organização analisada, antes mesmo de serem descontados os custos com produção, despesas e até mesmo a amortização e depreciação que ocorrem no período.

Por sua vez o outro indicador que é pouco utilizado é o EVA- *Economic Value Added*, capaz de identificar qual é o valor econômico agregado por um investimento em uma companhia através dos respectivos dados contábeis e financeiros divulgados por ela.

Em um momento de expansão do mercado de capitais e com estímulo para a realização de IPO -*Initial Public Offering* (oferta pública inicial), isto é, da abertura de capital para empresas com potencial para tanto, é preciso analisar se o que é publicado pelos comandantes das organizações como no caso do EBITDA, também reflete às expectativas dos acionistas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A fundamentação teórica foi subdividida conforme descrito em 2.1 a 2.5.

2.1 B-3 Brasil, Bolsa e Balcão

Uma das componentes mais importantes do Sistema Financeiro Nacional a B3 – Brasil, Bolsa e Balcão é a Bolsa de Valores oficial brasileira, com sede na cidade de São Paulo. Resultado da fusão das antigas instituições financeiras brasileiras BM&BOVESPA e CETIP, a B3 é quem comanda toda operacionalização das ações que acontecem no mundo dos investimentos no País.

Atualmente a B3 é controlada pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), sendo o órgão fiscalizador que obtém a função de garantir que a Bolsa de Valores opere conforme as normas já estabelecidas. Sendo um mercado totalmente automatizado, onde ocorrem negociações de compras e vendas de títulos de empresas de capital aberto, ou seja, o local onde empresas buscam aumentar o valor de seu capital para futuros investimentos.

Todas as principais empresas de capital aberto do Brasil e que negociam suas ações estão presentes na B3, independentemente do segmento onde atuam.

Diariamente milhares de papéis de ações são comercializados na bolsa de valores brasileira – a B3 – Brasil, Bolsa e Balcão, resultando em um recorde em 2020, com a B3 registrando um

resultado líquido de R\$ 4,2 bilhões de Reais, com um crescimento de 53% em comparação com os resultados obtidos em 2019.

2.2 CVM – Comissão de Valores Mobiliários

A Comissão de Valores Mobiliários, ou CVM, é o Órgão responsável por fiscalizar o Mercado de Capitais, que engloba a Bolsa de Valores, Corretoras de Investimentos e outras Instituições Financeiras autorizadas que atuam no Brasil.

A CVM realiza a análise dos investimentos em Ações, Derivativos, Opções, Commodities, além de cuidar dos Registos e regulamentação dos fundos e clubes de investimentos, dos Mercados futuros e de balcão organizado nas instituições financeiras do Brasil. Uma das principais funções da Comissão de Valores Mobiliários é fiscalizar as Corretoras de Investimentos, bem como a atuação do Agentes Autônomos, assim como todos os intermediários que atuam entre os investidores e os investimentos do Mercado de Capitais.

A instituição também promove e busca maximizar a quantidade de investidores presentes no Mercado de Capitais ou na Bolsa de Valores, sendo considerado um número muito baixo quando é relacionado a população geral do Brasil, não atingindo nem mesmo 2% da população atuando na Bolsa de Valores, um número muito baixo quando é relacionado a quantidade de investidores nos Estados Unidos, onde mais de 50% da população do país investe em ações na Bolsa de Valores.

Uma das principais atividades da CVM é desenvolver uma relação equilibrada entre Investidores, Corretoras e o Mercado como um todo, mediando conflitos e aplicando penalidades quando cabíveis, além de estimular o aprendizado dos investidores, fomentando a educação financeira através de cursos e palestras que visam explicar o mercado, expondo as principais informações sobre funcionamento e riscos do Mercado Financeiro.

2.3 EBTIDA

EBITDA é a sigla em inglês para *Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*, conhecido como LAJIDA (Lucros Antes de Juros, Impostos, Depreciação e Amortização) no Brasil, é um indicador financeiro que demonstra o lucro operacional da empresa antes dos juros, impostos, depreciação e amortização.

O desempenho de uma empresa ao longo do ano é composto por diferentes receitas, que podem ser geradas pelas vendas de seus produtos ou serviços oferecidos, investimentos ou demais fontes, que são subtraídas pelas despesas da organização, que variam de acordo com o seu tamanho, catálogo de produtos ou serviços, impostos e até mesmo por seus gastos internos. Ao final do período é indicado o valor do lucro ou prejuízo que a empresa obteve, mas de acordo com alguns indicadores financeiros, é possível identificar esse resultado com um nível maior de certeza, antes mesmo de realizar todos esses descontos.

O Quadro 1 – EBITDA da Cia Hering em 2017 e 2016, demonstra a respectiva metodologia de cálculo que desconsidera os efeitos das despesas não desembolsáveis como depreciação, amortização e exaustão; as receitas não operacionais como a alienação de ativo imobilizado, por exemplo, os resultados financeiros e os tributos indiretos como o Imposto de Renda da pessoa Jurídica – IRPJ e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL.

Quadro 1 – EBITDA da Cia Hering em 2017 e 2016
(valores em milhares de Reais)

Reconciliação EBITDA - R\$ mil	2017	2016	Var. 2017 / 2016
Lucro Líquido	263.781	199.417	32,3%
(+) IR e CSLL	15.076	(1.817)	N.D
(-) Receita Financeira Líquida	(79.109)	(46.678)	69,5%
(+) Depreciações e Amortizações	61.189	56.647	8,0%
(=) EBITDA	260.937	207.569	25,7%
Margem EBITDA	16,7%	14,1%	2,6 p.p.

Fonte: Cia Hering. Disponível em: <https://ri.ciahering.com.br/informacoes-financeiras/divulgacao-de-resultados/>. Acesso em: 02 out. 2021.

Como é possível notar pelo Quadro 1 – EBITDA da Cia Hering em 2017 e 2016, a Receita financeira líquida de R\$ 79,1 milhões foi deduzida em razão de não se tratar de uma receita oriunda das atividades operacionais; as depreciações e amortizações que estavam embutidas dentro das despesas operacionais entraram somando-se ao saldo em razão de não se constituírem em saídas de caixa; bem como os tributos indiretos que também foram adicionados em razão do conceito do EBITDA ou LAJIDA - Lucro Antes dos Juros, **Impostos**, Depreciações e Amortizações.

A Margem EBITDA de 16,7% em 2017, foi obtida por meio da divisão do valor do EBITDA de R\$ 260.937.000,00 pela Receita Líquida de Vendas de R\$ 1.562.321.000,00 obtida pela Cia. Hering no exercício de 2017.

2.3.1 EBITDA Ajustado

Além dos itens considerados no EBITDA como os tributos, juros, depreciações e amortizações, também são deduzidos das despesas e portanto acrescentados ao EBITDA, no caso o EBITDA Ajustado, os eventos não recorrentes, como por exemplo, os gastos nas autuações fiscais, taxas adicionais ou perdas em ações judiciais.

2.4EVA

O uso do EVA – *Economic Value Added* não tão comum como o EBITDA, todavia, seu conceito já é antigo existindo registros em 1890 por Alfred Marshall com os conceitos de renda ou lucro residual. Todavia, o emprego do EVA de maneira mais sistematizada se deu no início dos anos 1960, através dos consultores Joel Stern e G. Bennett Stewart III, nos Estados Unidos, tendo a empresa de consultoria Stern Stewart & Co, registrado a marca EVA nos anos 1990.

O EVA ou VEA – Valor Econômico Adicionado, segundo Araújo (2005), basicamente é a aplicação efetiva do custo do capital próprio, porém levando em consideração o risco do negócio.

A fórmula para a obtenção do EVA é a seguinte:

➤ $EVA = \text{Lucro operacional líquido após impostos} - (\text{Capital total investido} \times WACC)$.

O WACC- *Weighted Average Cost of Capital* é o custo médio de capital, ou seja, é o custo médio ponderado pelas taxas necessárias à obtenção do capital próprio e para o capital de terceiros.

O custo de capital também poderá ser entendido como o percentual de custo de oportunidade ou da oportunidade abandonada ao se deixar de se realizar outro tipo de investimentos como por exemplo, em títulos de renda fixa, renda variável ou outro tipo de empreendimento, restando a identificação de uma taxa apropriada para a realizados dos cálculos ou ainda uma TMA-Taxa Mínima de Atratividade escolhida pelo investidor.

O Quadro 2 – Exemplo de Cálculo do EVA apresenta de forma simplificada da metodologia de cálculo para a sua obtenção.

Quadro 2 – Exemplo de Cálculo do EVA

Exemplo :		
a	Lucro Líquido Após os Tributos	R\$980.000,00
	Investimento Total de Capital	R\$ 3.500.000,00
b	Custo de Capital = 12% a.a. de R\$ R\$ 3.500.000,00.	(R\$ 420.000,00)
	EVA (a-b)	R\$ 560.000,00

Fonte: Elaborado pelos Autores.

Através do Quadro 2 – Exemplo de Cálculo do EVA é possível notar que além dos R\$ 420.000,00 que o investidor teria obtido como retorno que lhe proporcionasse 12% anuais sobre o capital investido de R\$ 3.500.000,00, a opção de investimento dada no referido quadro, lhe proporcionaria agregar mais R\$ 560.000,00.

Diferentemente do EBITDA, O EVA não desconsidera em seu cálculo as despesas não desembolsáveis como as depreciações, amortizações e exaustões; os tributos diretos e as receitas não operacionais. Seu ponto de partida é o lucro líquido, isto é, todas as outras linhas de receitas e despesas já foram consideradas.

2.5 Varejo

O varejo pode ser definido como a modalidade de venda realizada ao consumidor final, sem intermediações e com as mercadorias vendidas em pequenas quantidades. As vendas podem ser realizadas através de lojas físicas, supermercados, quiosques, feiras, por telefone, por e-mail ou pela *internet*.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Foram selecionadas e posteriormente analisadas as demonstrações financeiras publicados em 2021 de cinco das maiores empresas do comércio varejista brasileiro, a saber: Magazine Luiza, Grupo Via (Ponto Frio, Casas Bahia e Rede Pão de Açúcar), Lojas Renner, Lojas Riachuelo e Lojas Americanas, obtidas através de seus respectivos sites e no próprio site da B3 – Brasil, Bolsa e Balcão.

Adicionalmente foi realizada pesquisa bibliográfica por meio de livros, teses de doutorado, dissertações de mestrado e artigos científicos que tratam do assunto.

A pesquisa se estendeu na obtenção e confirmação de dados e informações, tais como, Receita Líquida de Vendas, Despesas com Depreciação e Amortização, Lucro Líquido após IRPJ e CSLL, Valores e Margens EBITDA das empresas.

Posteriormente foram levantados índices de 2020 como os seguintes:

- IPCA – Índice de Preço ao Consumidor Amplo que é o índice oficial que mede a inflação.
- IMA-Geral–índice criado pela ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais, cuja composição é a de uma carteira de títulos de renda-fixa, constituídos de papéis públicos federais e que acompanham as oscilações de preços de acordo com a variação da inflação.
- Taxa SELIC – Taxa Básica de Juros determinada pelo Banco Central do Brasil.
- CDI – Certificado de Depósito Interbancário – é um título emitido em transações realizadas exclusivamente entre bancos e representa uma taxa cobrada quando um banco realiza empréstimos de curto para outro para a regularização do saldo de caixa de quem tomou o empréstimo.
- Poupança – Rendimento percentual das aplicações em caderneta de poupança.

Assim, o trabalho se constituiu em identificar os valores e índices e realizar os cálculos necessários à obtenção das informações e diagnósticos necessários à elaboração da conclusão

sobre os aspectos semelhantes e contraditórios entre dois índices e a identificação de eventuais conflitos de agência.

Para o cálculo do custo de capital foi utilizado o índice de 5,34% correspondente ao IMA-Geral apurado no ano de 2020 e que correspondeu a variação média dos títulos de renda fixa atrelados aos títulos públicos federais que foram remunerados pela variação da inflação e mais um pequeno ganho adicional, representando um custo de oportunidade de baixo risco como opção alternativa de investimento aos acionistas de cada uma das cinco empresas.

Portanto, o custo de capital para cada uma das cinco empresas selecionadas resultou da aplicação do índice de 5,34% sobre o saldo do Patrimônio Líquido apresentado por cada uma delas em 31/12/2020.

A inflação no período de 2020 medida pelo IPCA foi de 4,52%.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados foram identificados individualmente para cada uma das cinco empresas selecionadas e posteriormente analisadas de forma conjunta conforme demonstrado a seguir.

4.1 Magazine Luiza

O Magazine Luiza emprega mais de 22.000 colaboradores, possuiu mais de 900 lojas físicas distribuídas por 17 estados brasileiros, além de outros canais de vendas com destaque para a sua plataforma digital.

Os resultados apresentados pela empresa em 31/12/2020 foram os seguintes:

- Receita Líquida de Bens e Serviços: R\$ 29.177.100.000,00.
- Despesas com Depreciação e Amortização: R\$ 702.500.000,00
- Patrimônio Líquido: R\$ 7.325.287.000,00
- Lucro Líquido: R\$ 391.709.000,00.

O EBITDA e a Margem EBITDA publicados pelo Magazine Luiza estão descritos no Quadro 3 – EBITDA Calculado pelo Magazine Luiza conforme a seguir.

Quadro 3 – EBITDA Calculado pelo Magazine Luiza

R\$ milhões (exceto quando indicado)	2020	2019	Var(%)	12M20	12M19	Var(%)
Vendas Totais ¹ (incluindo marketplace)	14.932,2	8.980,1	66,1%	45.516,7	27.270,7	66,9%
Receita Bruta	12.463,7	7.868,3	58,4%	36.116,0	24.377,1	48,2%
Receita Líquida	10.065,8	6.385,0	57,6%	29.177,1	19.886,1	46,7%
Lucro Bruto	2.485,6	1.825,4	36,2%	7.520,0	5.554,0	35,4%
Margem Bruta	24,7%	28,6%	-3,9 pp	25,8%	27,9%	-2,1 pp
EBITDA	504,7	499,1	1,1%	1.527,1	1.775,5	-14,0%
Margem EBITDA	5,0%	7,8%	-2,8 pp	5,2%	8,9%	-3,7 pp
Lucro Líquido	232,5	168,0	38,4%	391,7	321,8	21,7%
Margem Líquida	2,2%	2,6%	-0,4 pp	1,3%	4,9%	-3,6 pp
Lucro Bruto - Ajustado	2.485,6	1.825,4	36,2%	7.520,0	5.796,0	29,9%
Margem Bruta - Ajustado	24,7%	28,6%	-3,9 pp	25,8%	29,1%	-3,3 pp
EBITDA - Ajustado	523,8	496,7	5,5%	1.506,0	1.659,7	-9,3%
Margem EBITDA Ajustado	5,2%	7,5%	-2,3 pp	5,2%	8,3%	-3,1 pp
Lucro Líquido - Ajustado	232,1	166,1	39,8%	377,8	304,2	24,2%
Margem Líquida - Ajustado	2,3%	2,6%	-0,3 pp	1,3%	2,5%	-1,2 pp
Crescimento nas Vendas Mesmas Lojas Físicas	10,1%	12,6%	-	-7,4%	7,8%	-
Crescimento nas Vendas Totais Lojas Físicas	15,7%	26,1%	-	0,6%	17,9%	-
Crescimento nas Vendas E-commerce (LP)	119,8%	68,6%	-	77,8%	51,4%	-
Crescimento nas Vendas E-commerce Total	120,7%	67,5%	-	78,7%	50,0%	-
Participação E-commerce Total nas Vendas Totais	65,8%	48,1%	17,8 pp	65,6%	45,2%	20,2 pp
Quantidade de Lojas - Final do Período	1.301	1.112	169 lojas	1.301	1.112	189 lojas
Área de Vendas - Final do Período (M²)	506.089	548.223	2,8%	606.089	648.223	2,8%

Fonte: Magazine Luiza. Disponível em: <https://ri.magazineluiza.com.br/>.

Acesso em: 04 out. 2021.

A obtenção dos valores apresentados pelo Magazine Luiza no exercício findo em 31/12/2020, foi possível a realização dos cálculos do EVA – *Economic Value Added*, conforme demonstrado na Tabela 1 – EVA e Análises Comparativas do Desempenho do Magazine Luiza em 2020 conforme destacado a seguir.

Ano de 2020	Consolidado em 2020 MAGAZINE LUIZA
Receita Líquida de Bens e Serviços	29.177.100
Lucro Líquido	391.709
Depreciação e Amortização	702.500
Patrimônio Líquido	7.325.287
Margem Líquida (Lucro Líquido / Receita Líquida)	1,343%
EBITDA	1.527.100
Margem EBITDA	5,234%
EBITDA Ajustado	1.506.000
Margem EBITDA Ajustada	5,162%
Custo de Capital ou Custo de Oportunidade	
Custo de Capital (custo de oportunidade a taxa de 5,34% a.a. sobre o Patrimônio Líquido) R\$ 7.325.287 x 0,0534 =	391.170
Cálculo do EVA	
A - EVA (com custo de capital de 5,34%)	539
Margem EVA (A)	0,007%
Indicadores	
IPCA (inflação)	4,52%
IMA-GERAL	5,34%
SELIC	2,00%
CDI	2,75%
POUPANÇA	2,11%
Valores Expressos em milhares de Reais.	

Tabela 1 - EVA e Análises Comparativas do Desempenho do Magazine Luiza em 2020

Fonte: Elaborada pelos Autores

A Tabela 1 – EVA e Análises Comparativas do Desempenho do Magazine Luiza em 2020 indica grandes diferenças entre os conceitos de EBITDA e EVA, isto é, com EBITDA e EBITDA Ajustado superiores a R\$ 1,5 bilhão e margens acima de 5%; o EVA apresenta um valor agregado de R\$ 539.000,00, representando uma adição de valor de apenas 0,007% aos acionistas.

Substituindo o índice IMA-Geral pelo IPCA que representa a inflação durante o ano de 2020, o resultado seria o seguinte:

$$\text{EVA} = \text{MR\$ } 391.709 - (\text{MR\$ } 7.325.287 \times 0,0452) = \text{MR\$ } 73.059.$$

Por outro lado, se o custo de capital fosse apenas a inflação, o EVA seria de R\$ 73 milhões com uma margem de 0,25%, inferior a de 5,2% do EBITDA. Lembrando que as margens são calculadas sobre a Receita Líquida de Bens e Serviços.

4.2 Lojas Americanas

As Americanas inauguraram sua primeira loja em 1929 em Niterói, no Rio de Janeiro e atualmente conta com 1.707 lojas em 765 cidades e uma área de vendas de 1,2 milhão de metros quadrados.

Também atua em plataforma digital através da empresa B2W e por meio de marcas como a Submarino, Shoptime e Sou Barato.

Os resultados apresentados pela empresa em 31/12/2020 foram os seguintes:

- Receita Líquida de Bens e Serviços: R\$21.291.400.000,00
- Despesas com Depreciação e Amortização: R\$ 1'.556.900.000,00
- Patrimônio Líquido: R\$ 15.870.600,00
- Lucro Líquido: R\$ 394.008.000,00

O EBITDA e a Margem EBITDA publicados pelas Americanas estão descritos no Quadro 4 – EBITDA Calculado pelas Lojas Americanas.

Quadro 4 – EBITDA Calculado pelas Lojas Americanas

Lojas Americanas S.A.						
Demonstração do Resultado						
(em milhões de reais)						
	Consolidado Trimestres findos em 31 de Dezembro			Consolidado Períodos findos em 31 de Dezembro		
	4T20	4T19	Variação	2020	2019	Variação
Gross Merchandise Volume (GMV)	13.499,7	11.397,8	19,4%	39.673,8	32.387,5	22,5%
Receita Bruta de Vendas e Serviços	8.852,4	7.642,2	15,8%	25.457,5	22.179,7	14,8%
Impostos sobre vendas e serviços	(1.119,4)	(1.181,5)	20,1%	(1.168,1)	(3.517,0)	18,5%
Receita Líquida de Vendas e Serviços	7.433,0	6.460,7	15,0%	21.291,4	18.662,7	14,1%
Custo das mercadorias vendidas e serviços prestados	(4.910,2)	(4.184,0)	17,5%	(14.162,1)	(12.061,6)	17,4%
Lucro Bruto	2.516,8	2.276,7	10,5%	7.129,3	6.601,1	8,0%
Margem Bruta (% RL)	33,9%	35,2%	-1,3 p.p.	33,5%	35,4%	-1,9 p.p.
Despesas Operacionais	(1.716,7)	(1.348,7)	27,5%	(5.386,5)	(4.514,5)	18,9%
Com vendas	(1.222,0)	(893,7)	25,5%	(3.371,0)	(2.042,0)	10,6%
Gerais e administrativas	(159,6)	(76,7)	108,0%	(438,5)	(303,0)	44,7%
Depreciação e amortização	(435,1)	(376,3)	15,6%	(1.556,9)	(1.369,5)	13,7%
Resultado Operacional antes do Resultado Financeiro	800,1	930,0	-14,0%	1.762,8	2.086,6	-15,5%
Resultado Financeiro Líquido	(245,6)	(398,3)	-38,3%	(1.128,2)	(1.525,2)	-26,0%
Outras receitas (despesas) operacionais*	(99,4)	(71,6)	38,8%	(303,3)	(145,8)	106,0%
Participação minoritária	(29,4)	(21,8)	34,8%	55,4	121,1	-54,2%
Imposto de renda e contribuição social	(75,2)	(41,5)	-51,4%	7,7	(51,7)	-175,1%
Resultado Líquido	400,4	398,0	0,6%	394,0	505,5	-22,1%
Margem Líquida (% RL)	5,4%	6,2%	-0,8 p.p.	1,9%	2,7%	-0,8 p.p.
EBITDA Ajustado	1.235,1	1.306,3	-5,5%	3.319,7	3.456,1	-3,9%
Margem EBITDA Ajustada (% RL)	16,6%	20,2%	-3,6 p.p.	15,5%	10,5%	-2,9 p.p.

* Na antiga norma contábil, chamado de "resultado não operacional".

Fonte: Lojas Americanas. Disponível em: <https://ri.lasa.com.br/>. Acesso em: 04 out. 2021.

Através dos valores publicados pelas Lojas Americanas no exercício encerrado em 31/12/2020, foi possível a realização dos cálculos do EVA – *Economic Value Added*, conforme demonstrado na Tabela 2 – EVA e Análises Comparativas do Desempenho das Lojas Americanas em 2020 conforme destacado a seguir.

Ano de 2020	Milhares de Reais
	AMERICANAS
Receita Líquida de Bens e Serviços	21.291.400
Lucro Líquido	394.008
Depreciação e Amortização	1.556.900
Patrimônio Líquido	15.870.600
Margem Líquida (Lucro Líquido / Receita Líquida)	1,851%
EBITDA	3.319.700
Margem EBITDA	15,592%
EBITDA Ajustado	3.319.700
Margem EBITDA Ajustada	15,592%
Custo de Capital ou Custo de Oportunidade	
Custo de Capital (custo de oportunidade a taxa de 5,34% a.a. sobre o Patrimônio Líquido)	847.490
Cálculo do EVA	
A - EVA (com custo de capital de 5,34%)	- 453.482
Margem EVA (A)	-2,130%
Indicadores	
IPCA (inflação)	4,52%
IMA-GERAL	5,34%
SELIC	2,00%
CDI	2,75%
POUPANÇA	2,11%

Tabela 2 – EVA e Análises Comparativas do Desempenho das Lojas Americanas em 2020

Fonte: Elaborada pelos Autores.

A Tabela 2 – EVA e Análises Comparativas do Desempenho das Lojas Americanas em 2020 indica novamente significativas diferenças entre os conceitos de EBITDA e EVA, isto é, com EBITDA e EBITDA Ajustado superiores a R\$ 3,3 bilhões e margens acima de aproximadamente 16%. Por outro lado o EVA apresenta uma “destruição de valor” no montante de R\$ 453,5 milhões e uma “destruição de valor” de 2,1% aos acionistas, segundo a metodologia de cálculo do EVA.

Substituindo o índice IMA-Geral pelo IPCA que representa a inflação durante o ano de 2020, o resultado seria o seguinte:

$$\text{EVA} = \text{MR\$ } 394.008 - (\text{MR\$ } 15.870.600 \times 0,0452) = - \text{MR\$ } 323.343.$$

Por outro lado, se o custo de capital fosse apenas a inflação, o EVA seria negativo em 323,3 milhões e com uma margem negativa de 2,13% em relação a Receita Líquida na Venda de Bens e Serviços.

4.3 Lojas Renner

As Lojas Renner iniciou suas atividades em 1965, no Rio Grande do Sul e foi a primeira corporação brasileira a ter 100% das ações negociadas em bolsa e listada no Novo Mercado que é o mais importante grau nos níveis de governança corporativa da B3.

As Lojas Renner é considerada a maior varejista de moda do Brasil e opera com os seguintes canais - além da própria Renner - Camicado, Youcom, Ashua e também com vendas em sua plataforma digital.

Os resultados apresentados pela empresa em 31/12/2020 foram os seguintes:

- Receita Líquida de Bens e Serviços: R\$ 6.245.372.000,00
- Despesas com Depreciação e Amortização: R\$ 524.154.000,00
- Patrimônio Líquido: R\$ 5.027.343.000,00
- Resultado Líquido:- R\$ 524.154.000,00

O EBITDA e a Margem EBITDA publicados pelas Lojas Renner estão descritos no Quadro 5 – EBITDA Calculado pelas Lojas Renner conforme a seguir.

Quadro 5 – EBITDA Calculado pelas Lojas Renner

Reconciliação do EBITDA ¹ (R\$ Mil)	2020	2019	Vari.
Lucro líquido	1.096,3	1.086,2	0,9%
(+) IR, CSLL	104,5	405,8	-74,2%
(+) Resultado Financeiro, Líquido	(343,9)	184,4	NA
(+) Depreciações e Amortizações (*)	759,6	661,8	14,8%
EBITDA Total	1.616,5	2.338,1	-30,9%
(+) Plano de Opção de Compra de Ações	22,8	21,1	8,3%
(+) Participações Estatutárias	1,4	5,9	-76,7%
(+) Resultado da Baixa e Provisão para Perda em Ativos Fixos	20,5	23,8	-13,6%
EBITDA Total Ajustado - exclui Arrendamentos¹	1.661,2	2.388,8	-30,5%
(-) Depreciação de Arrendamento (IFRS 16) (*)	(335,0)	(300,8)	11,4%
(-) Despesa Financeira de Arrendamento (IFRS 16) (**)	(135,8)	(134,8)	0,7%
EBITDA Total Ajustado - inclui Arrendamentos²	1.190,4	1.953,2	-39,1%
Margem EBITDA Total Ajustada - inclui Arrendamentos ²	17,9%	23,0%	-5,1 p.p.

Fonte: Lojas Renner. Disponível em: <https://lojasrenner.mzweb.com.br/>. Acesso em: 04 out. 2021

Por meio dos valores e índices publicados pelas Lojas Renner em suas demonstrações financeiras alusivas ao exercício fiscal de 2020, foi possível a realização dos cálculos do EVA – *Economic Value Added*, conforme demonstrado na Tabela 3 – EVA e Análises Comparativas do Desempenho das Lojas Renner em 2020 conforme destacado a seguir.

Ano de 2020	Em milhares de Reais RENNER
Receita Líquida de Bens e Serviços	7.537,180
Lucro Líquido	1.096,269
Depreciação e Amortização	759,600
Patrimônio Líquido	5.501,316
Margem Líquida (Lucro Líquido / Receita Líquida)	14,545%
EBITDA	1.953,200
Margem EBITDA	25,914%
EBITDA Ajustado	1.190,400
Margem EBITDA Ajustada	15,794%
Custo de Capital ou Custo de Oportunidade	
Custo de Capital (custo de oportunidade a taxa de 5,34% a.a. sobre o Patrimônio Líquido)	293,770
Cálculo do EVA	
A - EVA (com custo de capital de 5,34%)	802,499
Margem EVA (A)	10,647%
Indicadores	
IPCA (Inflação)	4,52%
IMA-GERAL	5,34%
SELIC	2,00%
CDI	2,75%
POUPANÇA	2,11%

Tabela 3 – EVA e Análises Comparativas do Desempenho das Lojas Renner em 2020
Fonte: Elaborada pelos Autores

Após os cálculos efetuados no presente trabalho, chegou-se ao índice de EVA Ajustado de 15,8% divergindo dos 17,9% apontados pelas Lojas Renner.

A Tabela 3 – EVA e Análises Comparativas do Desempenho das Lojas Renner em 2020 indica menores diferenças entre o EBITDA e EVA, especialmente em razão da excelente lucratividade demonstrada pela Margem Líquida de 15,8%.

A Margem EBITDA foi de 26%; a Margem do EBITDA Ajustado foi de 16% enquanto que a o cálculo da Margem do EVA indicou 11%, gerando o valor agregado aos acionistas das Lojas Renner de R\$ 802,5 milhões.

4.4 Lojas Riachuelo

Empresa pertencente ao Grupo Guararapes criado em 1947 e atualmente conta com mais de 300 lojas e 40 mil colaboradores e também atua em plataforma digital.

Os resultados apresentados pela empresa em 31/12/2020 foram os seguintes:

- Receita Líquida de Bens e Serviços: R\$ 6.245.372.000,00
- Despesas com Depreciação e Amortização: 524.154.000,00
- Patrimônio Líquido: R\$ 5.027.343.000,00
- Lucro Líquido: - R\$ 27.154.000,00

O EBITDA e a Margem EBITDA publicados pelas Lojas Riachuelo estão descritos no Quadro 6 – EBITDA Calculado pelas Lojas Riachuelo.

Quadro 6 – EBITDA Calculado pelas Lojas Riachuelo

Reconciliação do EBITDA (R\$ Mil)	12M20	12M19	Var.(%)
Lucro Líquido	(27.154)	592.651	n.m.
(+) Provisão para IR e CSLL	(173.425)	119.713	n.m.
(+) Resultado Financeiro	169.162	95.179	77,7%
(+) Depreciação e Amortização (Despesa + Custo)	524.154	511.262	2,5%
EBITDA	492.737	1.318.804	-62,6%
(+) Incentivo Fiscal de IR	-	-	n.m.
EBITDA Ajustado*	492.737	1.318.804	-62,6%
Margem EBITDA Ajustada s/ Rec. Líq.	7,9%	16,9%	-9,0 p.p.
Margem EBITDA Ajustada s/ Rec. Líq. Merc.	11,4%	24,5%	-13,1 p.p.

Fonte: Lojas Riachuelo. Disponível em <https://ri.riachuelo.com.br/Download.aspx?Arquivo=Z/JXlt5VtELRVlcV3aiqTQ==>. Acesso em: 04 out. 2021.

O Quadro 6 – EBITDA Calculado pelas Lojas Riachuelo permite notar que em 2020, as Lojas Riachuelo totalizaram um prejuízo superior a R\$ 27 milhões.

Através dos índices e valores publicados pelas Lojas Riachuelo em suas demonstrações financeiras referentes ao ano de 2020, foi possível a realização dos cálculos do EVA – *Economic Value Added*, conforme demonstrado na Tabela 4 – EVA e Análises Comparativas do Desempenho das Lojas Riachuelo em 2020 conforme destacado a seguir.

Ano de 2020	Em milhares de Reais
	RIACHUELO
Receita Líquida de Bens e Serviços	6.245.372
Lucro Líquido	— 27.154
Depreciação e Amortização	524.154
Patrimônio Líquido	5.027.343
Margem Líquida (Lucro Líquido / Receita Líquida)	-0,435%
EBITDA	492.737
Margem EBITDA	7,890%
EBITDA Ajustado	492.737
Margem EBITDA Ajustada	7,890%
Custo de Capital ou Custo de Oportunidade	
Custo de Capital (custo de oportunidade a taxa de 5,34% a.a. sobre o Patrimônio Líquido)	268.460
Cálculo do EVA	
A - EVA (com custo de capital de 5,34%)	— 295.614
Margem EVA (A)	— 4,733%
Indicadores	
IPCA (inflação)	4,52%
IMA-GERAL	5,34%
SELIC	2,00%
CDI	2,75%
POUPANÇA	2,11%

Tabela 4 – EVA e Análises Comparativas do Desempenho das Lojas Riachuelo em 2020
Fonte: Elaborada pelos Autores.

Os cálculos efetuados na presente pesquisa indicaram um EVA negativo de 4,73%, representando uma perda de valor R\$ 295,6 milhões para os acionistas das Lojas Riachuelo. A Margem Líquida negativa de 0,4% já indicava isso.

Por outro lado, o EBITDA mostrou uma margem positiva de 7,9%, isto é, os gestores da companhia informaram uma geração de caixa proveniente das atividades operacionais de, aproximadamente R\$ 493 milhões e sob a perspectiva de retorno aos acionistas a “destruição de valor” foi superior R\$ 295 milhões. Claramente existe o denominado conflito de agência.

4.5 Via

Antiga Via Varejo S.A. é uma empresa brasileira de comércio varejista constituída em 2010, respondendo redes de lojas das bandeiras Ponto Frio e Casa Bahia e da fábrica de móveis Bartira. Também atua com vendas através de *e-commerce*. A empresa está presente em mais de 400 municípios brasileiros, 20 estados e no Distrito Federal, com cerca de 1 mil lojas e aproximadamente 45 mil colaboradores.

Os resultados apresentados pela empresa em 31/12/2020 foram os seguintes:

- e. Receita Líquida de Bens e Serviços: R\$ 28.901.000.000,00
- f. Despesas com Depreciação e Amortização: R\$ 912.000.000,00
- g. Patrimônio Líquido: R\$ 5.979.000.000,00
- h. Lucro Líquido: R\$ 1;804.000.000,00

O EBITDA e a Margem EBITDA publicados pelas Lojas Riachuelo estão descritos no Quadro 7 – EBITDA Calculado pela VIA conforme a seguir.

Quadro 7 – EBITDA Calculado pela VIA

<i>R\$ milhões</i>	2020	2019
EBITDA	2.531	(159)
% Margem EBITDA	8,8%	(0,6%)
Outras (Despesas)/Receitas Operacionais	386	1.235
EBITDA Ajustado	2.917	1.076
% Margem EBITDA Ajustada	10,1%	4,2%
Ajustes Não Recorrentes*	(617)	660
EBITDA Ajustado Operacional	2.300	1.736
Margem EBITDA Ajustada Operacional	8,0%	6,8%

Fonte: VIA. Disponível em : <https://ri.via.com.br/>. Acesso em: 04 out. 2021.

O Quadro 7 – EBITDA Calculado pela VIA S.A. foi de 8,8% mostrando uma geração de caixa de aproximadamente R\$ 2,5 bilhões. O EBITDA Ajustado foi de R\$ 2,9 bilhões com um índice de 10,1% quando comparado a Receita Líquida das Vendas de Bens e Serviços.

Com a utilização dos números e indicadores apresentados pela VIA foi possível calcular o EVA conforme demonstrado na Tabela 5 – EVA e Análises Comparativas do Desempenho da VIA S.A.

Ano de 2020	Em milhares de Reais
	VIA
Receita Líquida de Bens e Serviços	28.901.000
Lucro Líquido	1.804.000
Depreciação e Amortização	912.000
Patrimônio Líquido	5.979.000
Margem Líquida (Lucro Líquido / Receita Líquida)	6,242%
EBITDA	2.531.000
Margem EBITDA	8,757%
EBITDA Ajustado	2.917.000
Margem EBITDA Ajustada	10,093%
Custo de Capital ou Custo de Oportunidade	
Custo de Capital (custo de oportunidade a taxa de 5,34% a.a. sobre o Patrimônio Líquido)	319.279
Cálculo do EVA	
A - EVA (com custo de capital de 5,34%)	1.484.721
Margem EVA (A)	5,137%
Indicadores	
IPCA (Inflação)	4,52%
IMA-GERAL	5,34%
SELIC	2,00%
CDI	2,75%
POUPANÇA	2,11%

Tabela 5 – EVA e Análises Comparativas do Desempenho da VIA S.A.

Fonte: Elaborada pelos Autores.

Com um EVA de quase R\$ 1,5 bilhão e um índice de 5,1% é possível notar que, apesar da diferença com o EBITDA em razão da metodologia de cálculo de cada um, a tendência é a mesma, ou seja, ambos mostram que todos os *stakeholders* deveriam ficar satisfeitos com o desempenho da VIA e em especial os acionistas pelo valor agregado de aproximadamente R\$ 1,5 bilhão.

4.6 Análise Comparativa das Cinco Companhias

A seguir foram reunidos os cálculos das cinco organizações na Tabela 6 – Análises Comparativas das Cinco Companhias para permitir a análise comparativa das mesmas.

Ano de 2020	EMPRESA - VALORES EM MILHARES DE REAIS E CONSOLIDADOS DE CADA GRUPO ECONÔMICO				
	MAGAZINE LUIZA	AMERICANAS	RENNER	RIACHUELO	VIA
Receita Líquida de Bens e Serviços	29.177.100	21.291.400	7.537.180	6.245.372	28.901.000
Lucro Líquido	391.709	394.008	1.096.269	27.154	1.804.000
Depreciação e Amortização	702.500	1.556.900	759.600	524.154	912.000
Patrimônio Líquido	7.325.287	15.870.600	5.501.316	5.027.343	5.979.000
Margem Líquida (Lucro Líquido / Receita Líquida)	1,343%	1,851%	14,545%	-0,435%	6,242%
EBITDA	1.527.100	3.319.700	1.953.200	492.737	2.531.000
Margem EBITDA	5,234%	15,592%	25,914%	7,890%	8,757%
EBITDA Ajustado	1.506.000	3.319.700	1.190.400	492.737	2.917.000
Margem EBITDA Ajustada	5,162%	15,592%	15,794%	7,890%	10,093%
Custo de Capital ou Custo de Oportunidade					
Custo de Capital (custo de oportunidade a taxa de 5,34% a.a. sobre o Patrimônio Líquido)	391.170	847.490	293.770	268.460	319.279
Cálculo do EVA					
A - EVA (com custo de capital de 5,34%)	539	-453.482	802.499	-295.614	1.484.721
Margem EVA (A)	0,002%	-2,130%	10,647%	-5,733%	5,137%
Indicadores					
IPCA (inflação)			4,52%		
IMA-GERAL			5,34%		
SELIC			2,00%		
CDI			2,75%		
POUPANÇA			2,11%		

Tabela 6 – Análises Comparativas das Cinco Companhias
Fonte: Elaborada pelos Autores.

Quando unidos em um só quadro como na Tabela 6 – Análises Comparativas das Cinco Companhias, os cálculos das cinco empresas selecionadas para as análises no presente trabalho evidenciam-se as diferenças e os possíveis conflitos de agência entre as posições das diretorias das empresas por elas demonstradas através do EBITDA favoráveis para todas elas e o EVA destruindo valores aos acionistas como no caso das Lojas Americanas e Riachuelo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os cálculos e as análises realizadas no Capítulo 4, permitem inferir que podem existir conflito de agência quando se emprega o EVA-*Economic Value Added* e o compara com o EBITDA – *Earnings Before Interests, Taxes, Depreciation and Amortization* comumente apresentados nos Relatórios de Administração juntamente com as demonstrações financeiras obrigatórias por parte das empresas de capital aberto, como nos exemplos dados.

Nos relatórios há uma indicação de sucesso nas operações e que são demonstrados nos cálculos do EBITDA e do EBITDA ajustado, mesmo no caso das Lojas Riachuelo em que ocorreu o resultado líquido negativo (prejuízo).

Portanto, sob a ótica do acionista e da rentabilidade à ele oferecida, o melhor instrumento de análise é o EVA-*Economic Value Added*, conforme demonstrou a presente pesquisa e principalmente em um momento em que se estimula a realização de abertura do capital de empresas com potencial para tanto.

REFERÊNCIAS

ANBIMA. Disponível em:

https://www.anbima.com.br/pt_br/informar/precos-e-indices/indices/ima.htm. Acesso em: 20 set. 2021.

ARAÚJO, A. M. P. D., & ASSAF NETO, A. Contabilidade aplicada para a gestão baseada em valor: um exemplo empírico. Facef Pesquisa, 9(1), 59-74. 2006. Disponível em: <https://bdpi.usp.br/item/001542918>. Acesso em: 24 set. 2021.

BRASIL. BANCO CENTRAL DO BRASIL. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/controleinflacao/historicotaxasjuros>. Acesso em: 24 set. 2021.

BRASIL BOLSA BALCÃO - B3 – Brasil Bolsa Balcão. Disponível em: <https://calculadorarendafixa.com.br/#>. Acesso em: 21 set.2021.

CAVALCANTE, F.; MISUMI, J. Y.; RUDGE, L. F.. Mercado de Capitais. 7. ed. Rio de Janeiro, Elsevier: 2009.

CIA HERING. Disponível em: <https://ri.ciahering.com.br/informacoes-financeiras/divulgacao-de-resultados/>. Acesso em: 02 out.2021.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LOJAS AMERICANAS. Disponível em: <https://ri.lasa.com.br/>. Acesso em: 04 out.2021.

LOJAS RENNER. Disponível em: <https://lojasrenner.mzweb.com.br/>. Acesso em: 04 out.2021.

LOJAS RIACHUELO. Disponível em: <https://ri.riachuelo.com.br/Download.aspx?Arquivo=Z/JXlt5VtELRVlcV3aiqTQ==>. Acesso em: 04 out. 2021.

MAGAZINE LUIZA. Disponível em: <https://ri.magazineluiza.com.br/>. Acesso em: 04 out.2021.

NUBANK. Disponível em: <https://blog.nubank.com.br/taxa-SELIC-2021/>. Acesso em: 22 set.2021.

VIA. Disponível em :<https://ri.via.com.br/>. Acesso em: 04 out.2021.

***O PROCESSO DE TOMADA DE DECISÃO NO AMBIENTE RURAL E SEUS FATORES DE
INFLUÊNCIA***

***THE DECISION-MAKING PROCESS IN THE RURAL ENVIRONMENT AND ITS INFLUENCE
FACTORS***

Área temática: 2.3 Gestão Organizacional e Empreendedorismo

SANTOS, Evellyng Munique Zago dos
UNESP, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
FCE - Faculdade de Ciências e Engenharia
Mestranda em Agronegócio e Desenvolvimento
evellyng.zago@unesp.br

MACHADO, João Guilherme de Camargo Ferraz
UNESP, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
FCE - Faculdade de Ciências e Engenharia
Doutor em Engenharia de Produção
jg.machado@unesp.br

BERNARDO, Cristiane Corrêa Hengler
UNESP, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
FCE - Faculdade de Ciências e Engenharia
Doutora em Educação
cristiane.bernardo@unesp.br

Resumo

O processo decisório ocorre na rotina das organizações urbanas e rurais a todo momento, subsidiado por informações, insumos elementares para decisões bem fundamentadas. A administração dos empreendimentos rurais sofre influência das variáveis ambientais, climáticas, políticas, econômicas, assim como das próprias características de produto vivo. Por conta disso, os processos de tomada de decisão no agronegócio são ainda mais complexos quando comparados aos demais tendo em vista o seu volume de variáveis. Assim, levantou-se a seguinte problemática: quais fatores influenciam o processo decisório no ambiente rural? Para responder essa questão de pesquisa, delimitou-se como objetivo geral verificar o estado da arte acerca do processo decisório organizacional no contexto do agronegócio. De modo específico, almejou-se identificar e categorizar as informações que influenciam o processo de tomada de decisão dos produtores rurais. Para tanto, utilizou-se como metodologia de pesquisa a abordagem exploratória qualitativa com revisão de literatura convencional e sistemática, buscando artigos dos últimos 10 anos em cinco bases de dados internacionais. Como resultado, verificou-se que apesar das particularidades do agronegócio, é possível identificar um processo decisório organizacional padrão e que as informações influentes aos processos decisórios podem ser categorizadas em quatro classes: análise de dados integrados, fatores inerentes ao processo, ambiente externo e ambiente interno. Dessa forma, diante da identificação dos condicionantes gerenciais para tomada de decisão rural, os administradores podem identificar mais facilmente que tipo de informação ainda necessitam para melhorar a qualidade de seus subsídios para o processo decisório.

Palavras-chave: agronegócio, informação, processo decisório.

Abstract

The decision-making process takes place in the routine of urban and rural organizations at all times, supported by information, elementary inputs for well-founded decisions. The management of rural enterprises is influenced by environmental, climatic, political and economic variables, as well as by the characteristics of a living product. Because of this, decision-making processes in agribusiness are

even more complex when compared to others, given the volume of variables. Thus, the following issue was raised: which factors influence the decision-making process in the rural environment? To answer this research question, the general objective was to verify the state of the art regarding the organizational decision-making process in the context of agribusiness. Specifically, the aim was to identify and categorize the information that influences the decision-making process of rural producers. Therefore, the exploratory qualitative approach was used as a research methodology with a conventional and systematic literature review, searching for articles from the last 10 years in five international databases. As a result, it was found that despite the particularities of agribusiness, it is possible to identify a standard organizational decision-making process and that the information influencing decision-making processes can be categorized into four classes: integrated data analysis, factors inherent to the process, external environment and environment internal. In this way, given the identification of managerial conditions for rural decision-making, administrators can more easily identify what kind of information they still need to improve the quality of their input for the decision-making process.

Keywords: agribusiness, decision making, information.

1 INTRODUÇÃO

Atualmente, a “era da informação” impacta diretamente a natureza das relações sociais e organizacionais em virtude da profunda transformação tecnológica que vem acontecendo. O elevado consumo, o grande volume de dados digitalizados e a agilidade com que as mudanças acontecem são características da sociedade contemporânea, repercutindo diretamente nas ações empresariais (AL-DABBAGH, 2020).

Choo (2003) ressalta o valor das informações para as organizações, já que elas estão presentes na maior parte das ações da rotina administrativa, sendo traduzidas em percepções, conhecimentos e atitudes pelos processos humanos e empresariais. Dessa forma, segundo Valentim *et al.* (2003), as informações são recursos elementares para as decisões dos negócios, decisivas para o desenvolvimento das organizações e posicionamento competitivo no mercado.

No ambiente rural, as atividades ocorrem em um ambiente complexo e com particularidades que expõem o administrador ao estresse e tensão, demandando cuidados para uma gestão eficiente (TANURE; NABINGER; BECKER, 2013). Os processos decisórios rurais são realizados em um ambiente incerto e dinâmico, com variáveis econômicas, técnicas e políticas, e enfrentam diversos riscos climáticos que tornam o processo ainda mais complexo. Avaliações incompletas ou ineficazes podem desconsiderar fatores cruciais para seus negócios e desencadear indesejáveis consequências. Sendo assim, os produtores rurais precisam apoiar-se em ferramentas qualificadas que possam ajudá-los (TANURE; NABINGER; BECKER, 2013; NEWTON; NETTLE; PRYCE, 2020).

Diante do dinamismo e imprevisibilidade das atividades rurais (agricultura/pecuária), levantou-se o questionamento a respeito das particularidades do processo de tomada de decisão nesse ambiente: Quais fatores influenciam o processo decisório no ambiente rural?

Para responder a essa pergunta, o presente artigo de revisão de literatura buscou como objetivo geral verificar o estado da arte acerca do processo decisório organizacional no contexto do agronegócio. De modo específico, almejou-se identificar e categorizar as informações que influenciam o processo de tomada de decisão dos produtores rurais. Para tanto, realizou-se pesquisa qualitativa exploratória com procedimento metodológico de revisão de literatura convencional somado ao procedimento de revisão sistemática.

Para melhor compreensão, o artigo segmenta-se em seções contendo a seguir a metodologia de pesquisa detalhada, a terceira seção contendo os resultados da revisão de literatura e, conclui-se com as considerações finais na última seção.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A verificação do estado da arte sobre o processo de tomada de decisão organizacional e no contexto rural foram executadas a partir de pesquisas de caráter exploratório com abordagem qualitativa (CRESWELL, 2014). Para tanto, foram realizadas revisões bibliográficas convencionais por meio dos *sites* meta-buscadores e identificadas as obras que pudessem compor os dois tópicos.

Já os condicionantes gerenciais de tomada de decisão rural foram obtidos a da aplicação da metodologia de revisão sistemática de literatura com base no modelo *Roadmap*, proposto por

Conforto, Amaral e Silva (2011). A sistematização dos dados foi realizada pelo *software* Start – *State of the Art through Systematic Review* 3.4, que apoiou o processo de classificação dos documentos.

Foram selecionadas cinco bases de dados para busca dos artigos: *Web of Science*, Scopus, Scielo, *Academic Search Premier* e *Information Science & Technology Abstracts* (ISTA) – as duas últimas pertencentes à EBSCO. Os termos de buscas utilizados foram “processo de tomada de decisão”, “tomada de decisão”, “informação” e “agronegócio” nos idiomas inglês e português. Para o refinamento dos resultados dentro das bases de dados foram utilizados os seguintes filtros: (i) período de tempo de 2011 a 2020; (ii) somente periódicos científicos; (iii) tipos de documentos - apenas artigos; (iv) seleção de documentos nos idiomas português, inglês e espanhol dado o tradicional volume de publicação acadêmica nessas línguas.

Diante do total de 534 documentos selecionados para apreciação, na fase de seleção foram rejeitados 463 documentos, identificados 45 como artigos duplicados e aceitos 26 documentos para a fase seguinte. No momento de leitura do título, resumo e palavras-chave também foi considerado que os trabalhos deveriam tratar ao menos de um dos seguintes critérios para seleção: (i) tomada de decisão e agronegócio; (ii) tomada de decisão e informação.

O segundo ponto de atenção nessa fase foi em relação à temática do artigo consultado, que deveria estar em consonância com o problema de pesquisa em questão, tratando de condições gerenciais ao processo de tomada de decisão rural.

No nível de extração, foram lidas as seções de introdução e conclusão dos trabalhos, sendo rejeitados 13 documentos e 1 documento duplicado, restando 12 artigos aceitos para leitura completa e utilização como fonte de resultado atendimento ao problema de pesquisa.

3 RESULTADOS

3.1 O processo decisório organizacional

Herbert A. Simon, um dos mais conhecidos pesquisadores na área do processo decisório, considera todas as atividades de gestão como tomada de decisão. Para o autor, as decisões podem ser de dois tipos: ocorrências não programadas (eventuais), quando o tomador de decisão se depara com situações que demandam seu senso de intuição, percepção e sua experiência no negócio, sem condição de preparo prévio; ou programadas (cíclicas), quando as situações são esperadas e rotineiras, possibilitando seu planejamento, dado ao tempo disponível (SIMON, 1960).

Somado a essas características, o imediatismo imposto pelas circunstâncias adiciona um grau de dificuldade ao tomador de decisão, dado o restritivo da racionalidade limitada humana. Segundo o autor, os indivíduos são restritos, pois não possuem a capacidade cognitiva necessária para analisar todas as alternativas existentes nos processos de tomada de decisão (SIMON, 1979).

Isso é agravado nos tempos atuais, diante do volume de informações que cercam o tomador de decisão. Adiciona-se o fato de que, com o passar dos anos, potencializou-se a complexidade das decisões diante das inúmeras variáveis, porém, ampliou-se a oferta de ferramentas de apoio aos administradores, subsidiando o processo decisório com informações úteis e precisas (TANURE; NABINGER; BECKER, 2013; NEWTON; NETTLE; PRYCE, 2020; RANJAN; FOROPON, 2021).

Segundo Daly (2016), a capacidade de decisão é mandatória no diferencial entre as empresas bem-sucedidas e aquelas que não se perpetuam, dada sua importância nas atividades de gestão. Neste sentido, ainda que a disponibilidade das TIC tenha facilitado a obtenção desse recurso (informação), seu emprego adequado ainda é um desafio e, para Tanure, Nabinger e Becker (2013), as organizações dependem de mecanismos para selecionar e disponibilizar dados e informações capazes de viabilizar conhecimento e auxiliar a tomada de decisão.

Os processos decisórios desenvolvem-se nas organizações de acordo com o fluxo das atividades e apoiam-se em informações advindas de fontes internas e externas à empresa, incluindo avaliações de outras decisões já tomadas e suas repercussões (MARCHIORI, 2014). Isso reforça a ideia da compreensão do papel da informação na rotina empresarial compreendido como “recurso”, um elemento-chave para o desenvolvimento da organização que atua na resolução dos dilemas atuais e nas análises e decisões futuras (VALENTIM *et al.*, 2003).

Diversos autores discutem o processo decisório em etapas sequenciais que, resumidamente, incluem a definição do problema ou da necessidade, a identificação de critérios ou a busca por alternativas, a escolha ou seleção da alternativa, a implementação da decisão, o monitoramento ou avaliação e a revisão ou *feedback* (SIMON, 1977; OHLMÉR; OLSON; BREHMER, 1998; MELÉ, 2010; LUNENBURG, 2010; MAXIMIANO, 2011; SAMPAIO; LIMA, 2015).

Esses pesquisadores listaram o encadeamento de ações que levam à tomada de decisão com bastante semelhança (Quadro 1) apresentando divergências em nomenclaturas ou número de etapas, sem que isso impossibilite identificar um modelo de processo decisório administrativo genérico.

Quadro 1 - Etapas do processo de tomada de decisão sob a perspectiva de diferentes autores e cenários.

Autor (ano)	Cenário da decisão	Etapas I	Etapas II	Etapas III	Etapas IV	Etapas V	Etapas VI
Simon (1977)	Administração geral	Inteligência ou Investigação do problema	Desenho ou concepção para geração de alternativas	Escolha – seleção da alternativa	Feedback constante		
Ohlmér; Olson; Brehmer (1998)	Administração rural	Identificação da situação	Definição do problema e alternativas	Análise e seleção da melhor alternativa	Implementação da decisão		
Melé (2010)	Administração geral	Definição do problema	Identificação de critérios	Geração de alternativas	Classificação	Solução	
Lunenburg (2010)	Administração escolar	Identificação do problema	Geração de alternativas	Escolha da alternativa	Implementação da decisão	Avaliação da efetividade da decisão	
Maximiano (2011)	Decisão de compra	Necessidade	Busca de informações	Avaliação de alternativas	Compra	Resultados	
Sampaio; Lima (2015)	Administração geral	Inteligência ou investigação	Desenho ou concepção	Escolha	Implantação	Monitoramento	Revisão

Fonte: Adaptado de Simon (1977); Ohlmér; Olson; Brehmer (1998); Melé (2010); Lunenburg (2010); Maximiano (2011); Sampaio; Lima (2015).

O Quadro 1 mostra que, em sua essência, o processo de tomada de decisão está centrado em atender os objetivos da organização com base nos recursos disponíveis e na análise efetuada mesmo em ambientes distintos, como a administração escolar (LUNENBURG, 2010). Na administração rural, o processo decisório inclui atividades essencialmente semelhantes (OHLMÉR; OLSON; BREHMER, 1998).

Simon (1977), Lunenburg (2010) e Sampaio e Lima (2015) incluem a monitoração e readequação da decisão tomada por meio das ações denominadas como avaliação da efetividade, revisão ou *feedback*, acompanhando a resolução e permitindo reformulações de estratégias. Embora os demais autores não ilustrem essas atividades como uma etapa definida, eles sugerem a revisão da decisão após a análise dos resultados, para adequá-la ou tomar decisões auxiliares em busca de maior efetividade.

Melé (2010) relaciona de maneira satisfatória as ações realizadas durante o processo de tomada de decisão organizacionais norteado pelas etapas: (i) definição do problema; (ii) identificação de critérios; (iii) geração de alternativas; (iv) classificação e (v) solução. A partir da escolha tomada, inicia-se a utilização/aplicação, bem como, a verificação se outras ações precisam ser executadas paralelamente, ou se o desfecho atingiu os objetivos esperados e novos processos decisórios podem ser iniciados.

Como fator de influência na tomada de decisão, deve-se considerar ainda os estilos de tomada de decisão dos administradores segundo fundamentos intuitivos, derivados da emoção, ou racionais, derivados da informação. Segundo Abubakar *et al.* (2019), ao deparar-se com uma situação de tomada de decisão, o indivíduo tende a corresponder com um estilo de comportamento característico de duas categorias antagônicas de aquisição e análise de informações denominadas estilo intuitivo e estilo racional. O primeiro, baseado na intuição humana, não deriva da razão, logo, não tem relação direta com fatos ou argumentos concretos, frequentemente associado a sentimentos e emoções determinantes na efetivação da decisão.

Paralelamente, o segundo estilo é caracterizado por decisões conscientes fundamentadas em avaliações críticas de evidências do mundo real, processadas e analisadas pela racionalidade e passíveis de comprovações, tendendo a decisões mais aprimoradas e precisas (ABUBAKAR *et al.*, 2019). Entretanto, Abubakar *et al.* (2019) consideram que os dois estilos de decisão têm seu valor de

acordo com o contexto em que estão inseridos, e que a complementação dos estilos também pode ser conveniente.

Assim como as organizações urbanas, os empreendimentos rurais também são empresas a serem administradas para alcançar lucro e manterem sua competitividade no mercado, esbarrando em suas particularidades – interferências climáticas e as características de produto vivo. Desse modo, a disponibilidade de informação e a gestão que se faz desse patrimônio torna-se determinante para apoiar os processos de tomada de decisão no agronegócio (CAPALBO; ANTLE; SEAVERT, 2017).

3.2 Processo de tomada de decisão no contexto rural

Os processos decisórios rurais são realizados em meio a variáveis econômicas, técnicas e políticas e enfrentam diversos riscos climáticos, além de particularidades locais ou regionais que atingem sua produção e maximizam a complexidade do processo, submetendo-o a situações externas adversas. Assim, os administradores rurais estão sujeitos a lidar com as repercussões de suas decisões que podem durar meses ou até anos, uma vez que avaliações incompletas ou ineficazes podem deixar de considerar fatores cruciais para seus negócios e desencadear consequências indesejáveis (TANURE; NABINGER; BECKER, 2013).

Segundo Scarpelli *et al.* (2021), normalmente, as decisões dos produtores rurais devem considerar todas as variáveis possíveis que influenciem no que produzir, quanto produzir e para quando produzir. A primeira decisão considera quais produtos serão produzidos, incluindo os recursos disponíveis e o retorno desejado, a partir do potencial natural da região (solo, topografia, disponibilidade de água, condições climáticas) e de sua aptidão histórica, dado que a maior parte dos serviços de apoio podem ser relacionados à essa questão.

O produtor rural deve ainda, considerar as condições de mercado, visando o retorno econômico desejado para tomar as decisões como, por exemplo, da escala de produção ou se há uma quantidade mínima exigida pelo comprador (SCARPELLI *et al.*, 2021). Kapoor e Kumar (2015) afirmam que a maioria das decisões agrícolas são relativamente programadas para que não exijam novo tratamento a cada ocorrência, assim como os esforços para obtenção de informações, que são muito particulares, e levam o agricultor a comportar-se de maneira diferente a cada processo decisório, no que diz respeito à busca e necessidade de informação, de acordo com as demandas da situação e das influências do próprio processo.

Huber *et al.* (2018) apontam que os tomadores de decisão no ambiente rural sofrem influência de quatro fatores principais: (i) operação de mais de uma atividade, gerando interdependências econômicas e tecnológicas, bem como, influências de riscos e incertezas derivadas de cada produção; (ii) fatores não agrícolas, uma vez que muitas propriedades rurais possuem como força de trabalho membros de seu núcleo familiar, que podem dividir-se entre o trabalho rural e outras atividades; (iii) tomada de decisão conjunta na família, imprimindo características culturais e emocionais dos membros, processos de sucessão agrícola e saída da zona rural; e (iv) sazonalidade das produções agrícolas, considerando períodos de safras e entressafras, em que as decisões possuem análises de curto e longo prazo.

Dessa maneira, além das características do ramo de atuação, os produtores rurais também precisam lidar com outros fatores que influenciam suas atividades, cujos impasses e interferências de vários integrantes muitas vezes ocorrem no mesmo local em que vive a família. Em razão disso, para aperfeiçoar suas escolhas, é conveniente que o produtor rural utilize estratégias de apoio no processo de análise das alternativas. Nesse sentido, Arens, Plumeyer e Theuvsen (2012) e Kapoor e Kumar (2015) destacam como fundamentais a obtenção de informação, a adequação qualitativa para o processo decisório e a capacidade de transformação dessa informação em conhecimento útil.

Nas últimas décadas, a tomada de decisão agrícola tomou uma proporção ainda maior na gestão rural, movida pelas mudanças tecnológicas no setor, requisitos socioambientais mais rigorosos, e pressão da concorrência comercial (MARTIN-CLOUAIRE, 2017). Dessa maneira, Nantes e Scarpelli (2013) relatam que apesar da heterogeneidade da evolução desse movimento pelo Brasil, muitas propriedades rurais viram-se sujeitas a atenderem as necessidades e exigências qualitativas do mercado consumidor para sobreviverem e, assim, buscaram tornar-se mais modernas e atualizadas para desempenhar suas atividades tal qual uma agroindústria.

Todo o processo decisório depende, ainda, da eficácia do uso do conteúdo informacional, uma vez que as informações fornecidas pelos administradores rurais em suas atividades gerenciais e técnicas devem favorecer toda a cadeia de abastecimento (ARENS; PLUMEYER; THEUVSEN, 2012; KAPOOR; KUMAR, 2015). Nessa direção, Tanure, Nabinger e Becker (2013) reforçam que em situações em que há escassez da informação, a lisura e a agilidade do fluxo de informações,

favorecem a eficiência dos agentes da cadeia produtiva e melhoram a gestão e a oferta de produtos agrícolas de maior qualidade e segurança alimentar e nutricional.

O aproveitamento máximo de informações impacta diretamente a capacidade de os negócios agrícolas desenvolverem-se e permanecerem competitivos no mercado, além de contribuir ao fator de inovação nas empresas rurais, abrindo caminhos a novos processos e técnicas (ARENS; PLUMEYER; THEUVSEN, 2012; NEWTON; NETTLE; PRYCE, 2020). Newton, Nettle e Pryce (2020) reforçam que mesmo subsidiado por informações, o processo decisório rural é tomado de incertezas, dado que muitas vezes as informações necessárias estão disponíveis, mas o custo elevado de aquisição inviabiliza seu uso.

Por isso, articular o uso da tecnologia como ferramenta de informação e de apoio gerencial é um fator essencial na gestão rural em todo o mundo, somado ao uso de sistemas gerenciais para orientar os tomadores de decisão rural, aprimorar seus processos e melhorar o desempenho de suas propriedades (TANURE; NABINGER; BECKER, 2013). Ao utilizar essas tecnologias, agrega-se valor à tomada de decisão, já que o agricultor dispõe de ferramentas que coletam e analisam um grande volume de dados e informações, revolucionando a rotina da tomada de decisão agrícola e oportunizando maior produtividade e lucratividade (NEWTON; NETTLE; PRYCE, 2020).

Recentemente, as tecnologias da chamada „agricultura digital“ colaboram na aferição e monitoração dos recursos produtivos (como solo, plantação, irrigação etc.), resultando em um enorme volume de dados, geralmente, advindos de diferentes fontes, e que exigem processamento e análise em grande escala (RANJAN; FOROPON, 2021). De acordo com os autores, as tecnologias digitais da Indústria 4.0 como a Internet das Coisas (IoT), *Big Data* e tecnologias de computação em nuvem vem causando um aumento de dados disponíveis publicamente por meio de telefones celulares, mídias sociais, *blogs*, *wikis*, mensagens de texto, e-mails e outras comunicações digitais eletrônica (RANJAN; FOROPON, 2021).

Entretanto, para Newton, Nettle e Pryce (2020), existem barreiras para que os produtores reconheçam e usufruam dos benefícios da agricultura digital, como o aporte financeiro para aquisição da tecnologia, habilidades no manuseio dos equipamentos, conhecimento técnico para interpretar os dados, questões culturais e incentivos governamentais no desenvolvimento de inovações agrícolas, entre outras dificuldades. Nesse sentido, Batalha (2021) reforça que as inovações tecnológicas são capazes de potencializar a competitividade dos empreendimentos rurais em relação ao aperfeiçoamento de produtos e processos, gerando vantagem perante seus concorrentes, já que os atributos essenciais da produção agropecuária são muito semelhantes.

Diante do exposto, a boa gestão do empreendimento rural é primordial para apoiar os processos de tomada de decisão e até mesmo construir o conhecimento, recebendo informações, processando e decidindo a forma mais efetiva para que os objetivos organizacionais sejam alcançados (AZNAR; GUIJARRO; MORENO-JIMÉNEZ, 2011; BOURNARIS *et al.*, 2011). Para que as informações sejam usufruídas de modo a promover o desenvolvimento de processos e produtos e a geração de inovações, faz-se necessário identificar e categorizar as informações que influenciam o processo de tomada de decisão dos produtores rurais.

3.3. Condicionantes de tomada de decisão gerencial no agronegócio

A tarefa de escolher e decidir nem sempre é simples para o pequeno empresário urbano e o mesmo é verificado com o pequeno produtor rural, pois, na maioria das vezes, ele executa as funções de administrador, de investidor e de executor ao mesmo tempo. No ambiente rural, essa atenção do produtor direcionada à produção animal ou à lavoura concomitantemente com o gerenciamento das atividades de caráter administrativo, devem ser realizadas e analisadas detalhadamente para fornecer informações precisas sobre o desempenho do empreendimento agropecuário e apoiar o processo de tomada de decisão (OLIVEIRA *et al.*, 2018).

Entretanto, de acordo com Bournaris *et al.* (2011), atividades como compra de insumos e equipamentos, composição do preço de venda, apuração de custos e lucros da produção muitas vezes são decididas a partir da experiência anterior dos agricultores, não sendo difícil que eles encontrem barreiras em ocasiões que as decisões ultrapassam seu conhecimento acumulado, diante de cenários de incertezas e mudanças.

Dada a complexidade do ambiente da administração rural, determinados fatores influenciam diretamente na tomada de decisão gerencial, estabelecendo condições para que o processo decisório ocorra de maneira satisfatória e a atividade agropecuária apresente bom desempenho. Ao identificar e categorizar os principais tipos de informação que configuram condicionantes gerenciais, contribui-se à gestão das variáveis e à melhoria da assertividade das decisões rurais.

Na literatura recente, diversos pesquisadores tratam dos condicionantes gerenciais para tomada de decisão, referenciando ferramentas de apoio tecnológico - entre eles Aznar, Guijarro e Moreno-Jiménez (2011); Bournaris *et al.* (2011); Freitas *et al.* (2017); Rodríguez-Lemus; Valencia-Pérez e Peña-Aguilar (2018); Chisadza *et al.* (2020) e Newton, Nettle e Pryce (2020). Por outro lado, Arens, Plumeyer e Theuvsen (2012); Tanure, Nabinger e Becker (2013); Dal Molin *et al.* (2015); Oliveira *et al.* (2018) e Merrill *et al.* (2019) abordam características e fatores informacionais como principais determinantes à influência no processo decisório.

As fontes de informações pertinentes às decisões rurais são oriundas da própria atividade ou de experiências/informações adquiridas. Uma análise desses autores supracitados a partir de uma revisão sistemática de literatura (RSL) possibilitou a sistematização dos tipos de informações que influenciam o processo de tomada de decisão dos produtores rurais, identificando quatro tipos de informação:

- (i) análise de dados integrados, que engloba informações do próprio negócio sendo consideradas de forma integrativa para que as alternativas geradas avaliem diversos aspectos da atividade agrícola (AZNAR; GUIJARRO; MORENO-JIMÉNEZ, 2011; BOURNARIS *et al.*, 2011; TANURE; NABINGER; BECKER, 2013; ROSE *et al.*, 2016; NEWTON; NETTLE; PRYCE, 2020);
- (ii) fatores inerentes ao processo, que reúnem aspectos e características intrínsecos, cuja centralidade das informações é verificada em fatores como a troca, uso e frequência de acesso a informações (ARENS; PLUMEYER; THEUVSEN, 2012) e benefícios decorrentes do uso de telefonia móvel (FREITAS *et al.*, 2017);
- (iii) ambiente externo, que considera as informações que interferem no contexto do negócio rural, como previsões meteorológicas, políticas públicas ou questões econômicas (RODRÍGUEZ-LEMUS; VALENCIA-PÉREZ; PEÑA-AGUILAR, 2018; MERRILL *et al.*, 2019; CHISADZA *et al.*, 2020); e
- (iv) ambiente interno, que remete às informações do próprio negócio que precisam ser organizadas e geridas para que possa subsidiar a tomada de decisão rural, avaliando custos e finanças (DAL MOLIN *et al.*, 2015; OLIVEIRA *et al.*, 2018).

Os estudos que combinam tecnologia à gestão agrícola e pecuária para análise das informações de maneira ágil e eficiente são frequentes. Segundo Arens, Plumeyer e Theuvsen (2012), o apoio da tecnologia tem resultado em ferramentas muito úteis aos produtores rurais, aliados à sua experiência e conhecimento na atividade. Apesar dos sistemas baseados em TI serem importantes para a comunicação nas cadeias produtivas do agronegócio e na tomada de decisão do produtor rural, esses autores reiteram que sua implementação no campo deve ser acompanhada de medidas incrementais que abordem os determinantes do uso informacional. Isso se deve ao fato de que ainda existem muitas barreiras para a implementação dessas tecnologias, como as habilidades dos produtores com o sistema, a conexão com a internet e o investimento financeiro.

As pesquisas de Fountas *et al.* (2006) e Newton, Nettle e Pryce (2020) permitem compreender a evolução da influência da informação na tomada de decisão rural. Fountas *et al.* (2006), considerando o contexto dos produtores rurais que utilizavam práticas de Agricultura de Precisão (AP), identificou 21 fatores de análise influentes no processo decisório, destacando como condição crítica a ausência de sistemas informatizados para apoiar na avaliação dos dados disponíveis e gerar informações mais apropriadas à tomada de decisão.

Já Newton, Nettle e Pryce (2020) destacam a transformação digital (TD) ocorrida no mundo e também na agricultura, que proporciona recursos tecnológicos para subsidiar os processos decisórios com maior nível de acurácia, como o processamento de metadados da tecnologia de *Big Data*, inteligência artificial, IoT e armazenagem de dados em nuvem. Entretanto, boa parte dos agricultores ainda não usufruem de todas essas tecnologias por diversos motivos e estão sujeitos à diferentes variáveis informacionais em seus processos decisórios.

Dal Molin *et al.* (2015) e Oliveira *et al.* (2018) complementam a discussão defendendo que a gestão da informação (GI) combinada à contabilidade de custos e à gestão financeira demonstram-se importantes para apoiar o processo de tomada de decisão rural, atingir lucro e ter ciência do nível de rentabilidade do negócio. A interdisciplinaridade dos estudos também é citada em Chisadza *et al.*

(2020), para melhor orientar as tomadas de decisões agrícolas com a integração de ciências sociais e análises climáticas.

Centrando-se no tomador de decisão, Arens, Plumeyer e Theuvsen (2012) consideram alguns fatores de influência relativos à troca, uso e frequência de acesso a informações, como: (i) habilidade e conhecimento; (ii) motivação intrínseca; (iii) motivação extrínseca; (iv) gravidade de um problema; (v) uso intenso da fonte de informação; (vi) experiência pessoal; (vii) qualidade da informação; (viii) desenvolvimento da gestão das propriedades e (ix) características sociodemográficas. Desse modo, observa-se que mesmo dispondo de recursos tecnológicos, a tomada de decisão rural também sofre grande influência do modo como o produtor rural age diante da situação, demonstrando a complexidade do processo.

O Quadro 2 sintetiza os tipos de informações localizados na literatura que influenciam o processo de tomada de decisão dos produtores rurais.

Quadro 2 – Tipos de informação que influenciam a tomada de decisão rural.

Categoria de informação	Autores	Tipo de informação influente no processo decisório
Análise de dados integrados	Aznar, Guijarro e Moreno-Jiménez (2011)	Avaliação multicritério - qualitativa e quantitativa
Análise de dados integrados	Bournaris <i>et al.</i> (2011)	Relatórios de sistemas integrados de gestão agrícola
Fatores inerentes ao processo	Arens <i>et al.</i> (2012)	Fatores referentes à troca, uso e frequência de acesso a informações
Análise de dados integrados	Tanure, Nabinger e Becker (2013)	Sistemas de produção agrícola (pasto, lavoura, colheita, etc.)
Ambiente interno	Dal Molin <i>et al.</i> (2015)	Gestão de custos e gestão financeira
Análise de dados integrados	Rose <i>et al.</i> (2016)	Registros em ferramentas diversas
Fatores inerentes ao processo	Freitas <i>et al.</i> (2017)	Agilidade e acesso decorrentes do uso de telefonia móvel
Ambiente interno	Oliveira <i>et al.</i> (2018)	Contabilidade de custos de produção
Ambiente externo	Rodríguez-Lemus, Valencia-Pérez e Peña-Aguilar (2018)	TIC e portais de informação (meteorologia, preços, safras)
Ambiente externo	Merrill <i>et al.</i> (2019)	Prejuízos, experiências e informações de outros produtores rurais
Ambiente externo	Chisadza <i>et al.</i> (2020)	Previsão meteorológica refinada
Análise de dados integrados	Newton, Nettle e Pryce (2020)	Análises mais detalhadas derivadas de aplicativos de <i>Big Data</i>

Fonte: elaborado pela autora.

A organização dos condicionantes gerenciais em quatro categorias (análise de dados integrados, fatores inerentes ao processo, ambiente externo e ambiente interno) facilita a compreensão da forma como as informações influenciam a tomada de decisão do produtor rural. Ao fazer um compilado dessas informações, o tomador de decisão rural tem maior poder de escolha dentre as alternativas disponíveis e necessárias para a sua atividade, podendo ser favorável para modificar o comportamento/relação do agricultor com a informação.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de tomada de decisão pode ocorrer em diversos contextos, mas sempre exige competências de gestão para identificar a melhor alternativa disponível. Melé (2010) descreve de maneira genérica as etapas do processo decisório, que inicia na definição do problema e “finaliza” na solução da questão, podendo ser aplicado ao agronegócio, inclusive.

A pesquisa sobre o estado da arte apontou que as informações interessantes aos empreendimentos rurais estão cada vez mais disponíveis na atual era digital, porém, ainda persistem problemas como levantamento de custos, compreensão de dados administrativos e/ou articulação dessas informações. Com o desenvolvimento da tecnologia, os sistemas de gestão integrados vieram

colaborar com tais interpretações, oferecendo uma gama de informações e colaborando à tomada de decisão. Entretanto, para seu funcionamento adequado exige-se usuários com aptidão e conhecimento para manusear as ferramentas de coleta e análise, além de uma mudança cultural em termos da importância e uso das tecnologias.

As informações úteis para os empreendimentos rurais estão disponíveis com maior frequência e quantidade atualmente. Porém, isso não é garantia de uso e aplicação por parte dos produtores em virtude de problemas que ainda persistem, como os custos de adoção e implementação das ferramentas tecnológicas, disponibilidade de infraestrutura de telecomunicações no meio rural, e a compreensão e/ou articulação dos dados administrativos.

Por fim, verifica-se que as informações influentes à tomada de decisão no campo categorizadas em análise de dados integrados, fatores inerentes ao processo, ambiente externo e ambiente interno, refletem o complexo ambiente do agronegócio e suas particularidades. Ao fazer um compilado das espécies de informação disponíveis, o tomador de decisão rural pode identificar de maneira mais eficaz quais suas necessidades e fazer escolhas mais acertadas.

Referências

- AL-DABBAGH, Z. The role of decision-maker in crisis management: a qualitative study using grounded theory (COVID-19 pandemic crisis as a model). **Journal of Public Affairs**, v. 20, n. 4, p. 1-11, 2020. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1002/pa.2186>. Acesso em: 12 jul. 2020.
- ABUBAKAR, A. M.; ELREHAIL, H.; ALATAILAT, M. A.; ELÇI, A. Knowledge management, decision-making style and organizational performance. **JIK**, v. 4, n. 2, p. 104-114, 2019. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S2444569X17300562>. Acesso em: 19 jun. 2021.
- ARENS, L.; PLUMEYER, C. H.; THEUVSEN, L. Determinants of the use of information: An empirical study of german pig farmers. **IFAMA**, v. 15, n. 1, P. 51-72, 2012. Disponível em: <https://econpapers.repec.org/article/agsifaamr/120858.htm>. Acesso em: 28 abr. 2021.
- AZNAR, J.; GUIJARRO, F.; MORENO-JIMÉNEZ, J.M. Mixed valuation methods: A combined AHP-GP procedure for individual and group multicriteria agricultural valuation. **Annals of Operations Research**, v. 190, n. 1, p. 221-238, 2011. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s10479-009-0527-2>. Acesso em: 13 jun. 2021.
- BATALHA, M. O. Gestão e economia dos sistemas agroindustriais. In: BATALHA, M. O. **Gestão Agroindustrial**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2021. cap. 1, p. 1-48.
- BOURNARIS, T.; MANO, B.; VLACHOPOULOU, M.; MANTHOU, V. Agromanager, a web application for farm management. **IJBIS**, v. 8, n. 4, 2011. Disponível em: <https://ideas.repec.org/a/ids/ijbis/v8y2011i4p440-455.html>. Acesso em: 13 jun. 2021.
- CAPALBO, S. M.; ANTLE, J. M.; SEAVERT, C. Next generation data systems and knowledge products to support agricultural producers and science-based policy decision making. **Agricultural Systems**, v. 155, p. 191-199, 2017. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0308521X16306898>. Acesso em: 02 set. 2021.
- CHISADZA, B.; MUSHUNJE, A.; NHUNDU, K.; PHIRI, E. E. Opportunities and challenges for seasonal climate forecasts to more effectively assist smallholder farming decisions. **S. Afr. j. sci.**, v. 116, n. 1-2, p. 1-5, jan./fev. 2020. Disponível em: http://www.scielo.org.za/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0038-23532020000100019. Acesso em: 13 jun. 2021.
- CHOO, C. W. **A organização do conhecimento**: como as organizações usam a informação para criar significado, construir conhecimento e tomar decisões. São Paulo: Senac Editora, 2003. 425 p.

CONFORTO, E. C.; AMARAL, D. C.; SILVA, S. L. Roteiro para revisão bibliográfica sistemática: aplicação no desenvolvimento de produtos e gerenciamento de projetos. In: 8º CONGRESSO BRASILEIRO DE GESTÃO DE DESENVOLVIMENTO DE PRODUTO, 8., 2011, Brasil. **Anais [...]** Porto Alegre, 2011. p. 1-12. Disponível em: researchgate.net/profile/Edivandro-Conforto/publication/267380020_Roteiro_para_Revisao_Bibliografica_Sistematica_Aplicacao_no_Desenvolvimento_de_Produtos_e_Gerenciamento_de_Projetos/links/585c18ef08aebf17d386967e/Roteiro-para-Revisao-Bibliografica-Sistematica-Aplicacao-no-Desenvolvimento-de-Produtos-e-Gerenciamento-de-Projetos.pdf. Acesso em: 02 set. 2021.

CRESWELL, J. H. **Investigação qualitativa e projeto de pesquisa**: escolhendo entre cinco abordagens. 3. ed. Porto Alegre: Penso, 2014.

DAL MOLIN, M.A.M.; WATANABE, M.; YAMAGUCHI, C.K.; JENOVEVA-NETO, R. Análise dos custos como proposta de gerenciamento na produção de arroz irrigado em uma propriedade de agricultura familiar. **Custos e @gronegocio on line**, v. 11, n. 3 – jul/set. – 2015. Disponível em: <http://www.custoseagronegocioonline.com.br/numero3v11/13%20arroz.pdf>. Acesso em: 01 out. 2021.

DALY, M. Decision support: a matter of information supply and demand. **Journal of Decision Systems**, v. 25, n. S1, p. 216-227, 2016. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/12460125.2016.1187423>. Acesso em: 25 maio 2021.

DAVENPORT, T.; PRUSAK, L. **Ecologia da informação**: por que só a tecnologia não basta para o sucesso na era da informação. São Paulo: Futura, 1998. 316p.

FREITAS, H. M. R.; SANTOS, L. G.; BEHR, A.; MARTENS, C. P. Tecnologias móveis para apoiar profissionais do agronegócio. **Sistemas & Gestão**, v. 12, n. 3, p. 341-352, 2017. Disponível em: <https://www.revistasg.uff.br/sg/article/view/1101>. Acesso em: 13 jun. 2021.

FOUNTAS, S.; WULFSOHN, D.; BLACKMORE, B. S.; JACOBSEN, H. L.; PEDERSEN, S. M. A model of decision-making and information flows for information-intensive agriculture. **Agricultural Systems**, v. 87, n. 2, p. 192-210, 2006. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0308521X05000259>. Acesso em: 13 jun. 2021.

HUBER, R.; BAKKER, M.; BALMANN, A.; BERGER, T.; BITHELL, M.; BROWN, C.; GRÊT-REGAMEY, A.; XIONG, H.; LE, Q. B.; MACK, G.; MEYFROIDT, P.; MILLINGTON, J.; MÜLLER, B.; POLHILL, J.G.; ZHANLI, S.; SEIDL, R.; TROOST, C.; FINGER, R. Representation of decision-making in European agricultural agent-based models. **Agricultural Systems**, v. 167, p.143-160, nov. 2018. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0308521X17309228>. Acesso em: 21 jun. 2021.

KAPOOR, S.; KUMAR, N. Use and contribution of information sources in buying process of agri-inputs by farmers in India. **Journal of Agricultural & Food Information**, v. 16, n. 2, p. 134-150, abr., 2015. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/10496505.2015.1004070>. Acesso em: 20 maio 2021.

LUNENBURG, F. C. The decision making process. **National Forum of Educational Administration and Supervision Journal**, v. 27, n. 4, p. 1-12, 2010.

MARCHIORI, P. Z. Gestão da informação: fundamentos, componentes e desafios contemporâneos. In: **Gestão da informação e do conhecimento**: práticas e reflexões. SOUTO, L. F. (org). 1 ed. Rio de Janeiro: Interciência, 2014. cap. 2. p. 27-44.

MARTIN-CLOUAIRE, R. Modelling operational decision-making in agriculture. **Agricultural Sciences**, v. 8, p.527-544, jul., 2017. Disponível em: <https://hal.archives-ouvertes.fr/hal-01607977/document>. Acesso em: 21 jun. 2021.

MAXIMIANO, A. C. A. **Administração para empreendedores**: fundamentos da criação e gestão de novos negócios. 2 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011.

MELÉ, D. Practical wisdom in managerial decision making. **Journal of Management Development**, v. 29, n. 7/8, p. 637-645, 2010. Disponível em: <https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/02621711011059068/full/html>. Acesso em: 13 jun. 2021.

MERRILL, S.; KOLIBA, C.; MOEGENBURG, S.; ZIA, A.; PARKER, J.; SELNOW, T.; WILTSHIRE, S.; BUCINI, G. AND DANEHY, C.; SMITH, J. Decision-making in livestock biosecurity practices amidst environmental and social uncertainty: Evidence from an experimental game. **Plos One**. v. 14, n. 4, abr., 2019. Disponível em: <https://journals.plos.org/plosone/article?id=10.1371/journal.pone.0214500>. Acesso em: 13 jun. 2021.

NANTES, J. F. D.; SCARPELLI, M. Elementos de gestão na produção rural. In: **Gestão Agroindustrial** - GEPAI: Grupo de Estudos e Pesquisas Agroindustriais. BATALHA, M. O. (Coord.), v. 1, ed. 3. São Paulo: Atlas, 2013. cap. 10, p. 629-664.

NEWTON, J. E.; NETTLE, R.; PRYCE, J. E. Farming smarter with big data: Insights from the case of Australia's national dairy herd milk recording scheme. **Agricultural Systems**. v. 181, maio 2020. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0308521X19309758>. Acesso em: 05 jun. 2021.

OHLMÉR, B.; OLSON, K.; BREHMER, B. Understanding farmers' decision making processes and improving managerial assistance. **Agricultural Economics**, v. 18, n. 3, p. 273-290, mai., 1998. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.1574-0862.1998.tb00505.x>. Acesso em: 13 jun. 2021.

OLIVEIRA, N. C.; BAQUETÁ, A. C. C.; NEUMANN, M.; RIBEIRO, R. R. M.; MATTIELLO, K. Aplicação do custeio variável ao processo de tomada de decisão na produção agrícola: o caso da Fazenda Surinan. **Custos e Agronegócio On-line**. v. 14, n. 3, p. 37-60, jul./set., 2018. Disponível em: <https://www.cabdirect.org/cabdirect/abstract/20183376424>. Acesso em: 25 jun. 2021.

RANJAN, J.; FOROPON, C. Big Data Analytics in Building the Competitive Intelligence of Organizations. **IJIM**, v. 56, fev., 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.ijinfomgt.2020.102231>. Acesso em: 05 jul. 2021.

RODRÍGUEZ-LEMUS, C.; VALENCIA-PÉREZ, L. R.; PEÑA-AGUILAR, J. M. Aplicación de las TI's a la cadena de valor agrícola para productores de agricultura protegida. **Revista Tecnología En Marcha**. v. 31, n. 1, jan./mar. 2018. Disponível em: https://revistas.tec.ac.cr/index.php/tec_marcha/article/view/3507. Acesso em: 13 jun. 2021.

ROSE, D. C.; SUTHERLAND, W. J.; PARKER, C.; LOBLEY, M.; WINTER, M.; MORRIS, C.; TWINING, C.; FFOULKES, C.; AMANO, T.; DICKS, L. V. Decision support tools for agriculture: Towards effective design and delivery. **Agricultural Systems**. v. 149, 2016. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0308521X16305418>. Acesso em: 14 jun. 2021.

SAMPAIO, A. L. M.; LIMA, E. M. O processo decisório no agronegócio: estudo de caso na sojicultura. **RIGC**, v. 13, n. 25, jan./jul. 2015. Disponível em: observatorio-iberoamericano.org/RIGC/n_25/anderson_mota_emanuel_lima.pdf. Acesso em: 03 set. 2021.

SCARPELLI, M.; GODINHO FILHO, M.; LAGE JÚNIOR, M.; CAMPANINI, L. Planejamento e controle da produção agroindustrial. In: BATALHA, M. O. (coord.). **Gestão Agroindustrial**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2021. p. 203-248.

SIMON, H. A. **Comportamento administrativo**: estudo dos processos decisórios nas organizações administrativas. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 3 ed. 1979. 278p.

SIMON, H. A. **The new science of management decision**. Englewoods Cliffs, NJ: Prentice-Hall, Inc. 1977.

SIMON, H. A. **The new science of management decision**. New York: Harper & Row, Publishers, 1960.

TANURE, S.; NABINGER, C. BECKER, J. L. Bioeconomic model of decision support system for farm management. PartI: Systemic conceptual modeling. **Agricultural Systems**, v. 115, p. 104-116, fev., 2013.

VALENTIM, M. L. P.; LENZI, L. A. F.; CERVANTES, B. M. N.; CARVALHO, E. L.; GARCIA, H. D.; CATARINO, M. E.; TOMAÉL, M. I. O processo de inteligência competitiva em organizações. **DataGramZero**, v. 4, n. 3, 2003. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/5453>. Acesso em: 17 jul. 2021.

***O RACISMO ESTRUTURAL COMO OBSTÁCULO AO DESENVOLVIMENTO BRASILEIRO:
REFLEXOS NA EDUCAÇÃO, NA PESQUISA E NA SOCIEDADE DEMOCRÁTICA***

*STRUCTURAL RACISM AS NA OBSTACLE TO BRAZILIAN DEVELOPMENT: REFLECTIONS ON
EDUCATION, RESEARCH AND DEMOCRATIC SOCIETY*

Área temática 1. Desenvolvimento Social e Políticas Públicas
Subárea 1.5. Educação e Desenvolvimento

SQUILANTE, Débora Luz
Mestranda no Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional
Centro Universitário Municipal de Franca – Uni - FACEF
deb.squilante@gmail.com

RIBEIRO, Daniela de Figueiredo
Docente no Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional
Centro Universitário Municipal de Franca – Uni - FACEF
danifiribeiro@yahoo.com.br

Resumo

O racismo e as violências decorrentes ocorrem mesmo em sociedades democráticas por razões históricas, sociais, culturais e políticas. No Brasil, o racismo é estrutural, influenciando negativamente as dinâmicas institucionais. Esse artigo tem como objetivo identificar e discutir os prejuízos no desenvolvimento brasileiro devido ao racismo nas áreas de educação, pesquisa e nas ações democráticas. Afirma-se que mais da metade da população brasileira é negra, portanto, há uma parcela significativa da população com privações de liberdade, sendo necessário trazer essa temática para os estudos do desenvolvimento, em especial na perspectiva do Desenvolvimento como Liberdade. Para tal, utilizou-se a revisão de literatura, através das palavras “racismo e educação brasileira” no google acadêmico, sendo selecionados artigos empíricos interessados em compreender como o racismo ocorre na vida dos sujeitos negros nas áreas de educação básica, educação superior e atividade de pesquisa. Os resultados indicaram que a violência racial está presente diariamente nestas três áreas, causando prejuízos emocionais, sociais e econômicos na trajetória de vida de pessoas negras. Conclui-se que um projeto nacional que mantenha as questões étnico raciais como latentes, não será capaz de promover a condição de agente das pessoas, e consequentemente, manterá desigualdades sociais profundas.

Palavras-chave: Racismo Estrutural, Desenvolvimento como Liberdade, Educação.

Abstract

Racism and the resulting violence occur even in democratic societies for historical, social, cultural and political reasons. In Brazil, racism is structural, negatively influencing institutional dynamics. This article aims to identify and discuss the damage to Brazilian development due to racism in the areas of education, research and democratic actions. It is said that more than half of the Brazilian population is black, therefore, there is a significant portion of the population with deprivation of freedom, and it is necessary to bring this theme to development studies, especially in the perspective of Development as Freedom. For this, a literature review was used, through the words "racism and Brazilian education" in academic google, empirical articles interested in understanding how racism occurs in the lives of black subjects in the areas of basic education, higher education and activity were selected. of research. The results indicated that racial violence is present daily in these three areas, causing emotional, social and economic losses in the life trajectory of black people. It is concluded that a national project that maintains ethnic and racial issues as latent will not be able to promote the condition of people's agents, and consequently, will maintain deep social inequalities

Keywords: Structural racism, Development as freedom, Education.

1 INTRODUÇÃO

A escritora de romances Chimamanda (2019) proferiu uma palestra em 2009, e em seguida, realizou adaptações da mesma com o intuito de publicar o livro “O perigo de uma história única”, o que aconteceu em 2019. Nessa obra, a autora relatou que passou a sua infância desenhando e escrevendo histórias em torno dos temas “pessoas brancas”, “maças”, “cerveja de gengibre” e “neve”, no entanto, essas referências não pertenciam ao cotidiano da Nigéria, já que em seu território as pessoas negras comiam manga com frequência, não passavam por períodos de neve e não tinham acesso a cerveja de gengibre. A maior parte dos materiais acessados por Chimamanda no percurso de sua infância tratava sobre a vida e os problemas dos estrangeiros, e como consequência, a autora reproduzia estes cenários sem saber que pessoas iguais a ela poderiam existir na literatura. E assim como há aspectos eurocêntricos impostos a culturas não-eurocênticas, há uma história única da África inventada pela literatura ocidental. Nesta história única, o continente é visto, no imaginário coletivo mundial, como um lugar negativo, de diferenças, de escuridão, com animais maravilhosos e paisagens lindas, mas com pessoas que fazem guerras sem sentido, morrendo de pobreza e de doenças, incapazes de mudar sua realidade, e, portanto, esperando os heróis brancos para serem salvas. Existem várias razões para confirmarmos que existe perigo ao recontar uma história única, como os estereótipos que são, via de regra, incompletos, além do roubo da dignidade humana, pois a “versão única” enfatiza as diferenças e não os aspectos humanos, os quais uniriam toda a humanidade, através da percepção das semelhanças.

Esse trabalho se originou a partir da inspiração diante a história de vida da Chimamanda, pois ela gerou reflexões acerca da ausência de referenciais africanos e afro-brasileiros no território brasileiro e como essa lacuna tem se tornado um empecilho para um desenvolvimento nacional que seja democrático, pedagógico e especialmente humano. Na primeira parte deste trabalho, apresenta-se o referencial teórico que estreita a relação entre desenvolvimento, educação, racismo e democracia. Na segunda parte, expõe-se estudos sobre os campos da educação e da pesquisa, fomentando discussões em relação ao racismo estrutural. Dessa forma, o objetivo central deste trabalho é reconhecer o perigo da história única contada aos brasileiros, negando o racismo enquanto fenômeno socialmente estruturado e reproduzido cotidianamente.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Santos et. al (2012) esclarece que a palavra Desenvolvimento e suas diversas compreensões dependem de construções sociais, culturais e políticas e com isso, historicamente, forças dominantes valorizaram ou desprezaram significados em prol de uma racionalidade utilitária e benéfica para grupos sociais específicos. O autor reflete como as palavras exercem funções essenciais na imaginação de um coletivo social e que através desta mobilização linguística e simbólica, a palavra Desenvolvimento tem impulsionado pessoas, governos, nações e infinidades de recursos monetários ou não monetários, com a finalidade de ampliar ou melhorar o desenvolvimento da nação. Inicialmente, esse conceito surgiu na biologia e foi empregado como um processo de evolução dos seres vivos para alcançar estágios superiores, ou seja, com melhores potencialidades genéticas. Nas últimas décadas do século XVII, com a influência do darwinismo social, o conceito biológico de desenvolvimento foi transferido para a vida em sociedade, e com isso, surgiram os discursos em torno das concepções de progresso, expansão e crescimento. Adiciona-se que essas concepções e ações consequentes, foram consideradas características de sociedades ocidentais, as quais foram adjetivadas como “superiores”, ganhando o status de “desenvolvidas”. É nesse cenário que ações são justificadas e implantadas, independente das consequências para os povos das nações, já que haveria como finalidade maior pôr em movimento processos de mudanças para a “evolução”. Em seguida, com status de objeto de pesquisa científica, o conceito de desenvolvimento passou a fazer parte do arcabouço teórico e metodológico da Economia do Desenvolvimento na década de 1940, e nesse cenário, o desenvolvimento é descrito como uma sociedade industrial, urbana, detentora de riqueza, e esta última, acontece exclusivamente por meio do acúmulo de renda monetária. O crescimento econômico foi associado a garantia do bem-estar da população, sendo a sua riqueza quantificada pelo seu produto anual per capita. Afirma-se que a concepção de desenvolvimento foi configurada, neste período histórico, para ser uma força motriz que tenderia a conduzir sociedades atrasadas para o avanço, alcançando níveis mais superiores. Para tal, é necessário o financiamento da industrialização dos países centrais, os quais exploram os denominados países não desenvolvidos e periféricos através da imposição da exploração.

Contudo, no decorrer da história da sociedade, ficou visível a diferença entre crescer e distribuir, já que a ideia de que em algum momento todas as sociedades teriam o mesmo nível de progresso material, social e cultural dos pioneiros capitalistas não se mostrou verdadeira, especialmente pela percepção da distância entre “países ricos” e “países pobres” no que se refere a qualidade de vida e ao próprio “desenvolvimento da nação”. Assim, os estudos da Economia tradicional do desenvolvimento não foram suficientes para explicar as contradições do capitalismo, especialmente no que tange a falácia de que o desenvolvimento, enquanto crescimento econômico, significava distribuição de bens. Mesmo assim, no decorrer das décadas de 1980 e 1990 expande-se o modelo de desenvolvimento neoliberal, embasado no ajuste fiscal e na crença de que para se alcançar desenvolvimento era necessário empregar maior autonomia no mercado e consequente retirada do Estado. Esse modelo também não foi capaz de se aproximar das expectativas do bem-estar social, e por isso, as discussões sobre desenvolvimento voltaram-se para desenvolvimento humano e sustentabilidade ambiental (SANTOS, ET AL, 2012). Nessa direção, Silva, Nelson e Silva (2018), as per as perspectivas contemporâneas de desenvolvimento não atribuem menor valor ao crescimento de recursos e de tecnologia, mas demonstram que estas concretizações deveriam ser alinhadas aos programas de políticas sociais, permitindo a realização de vários objetivos de desenvolvimento e direitos humanos. Nesse contexto, as concepções de Amartya Sen, economista indiano, estão alinhadas a inovações teórico-metodológicas que buscam incorporar variáveis qualitativas nas análises econômicas.

De acordo com as exposições de Sen (2010), na obra Desenvolvimento como Liberdade, a orientação de um desenvolvimento verdadeiro se vincula a liberdade como central para esse processo, considerando duas razões principais. A primeira razão é avaliatória, ocorrendo por meio da verificação do aumento das liberdades das pessoas e a segunda razão é a da eficácia, sinalizando que a realização do desenvolvimento depende inteiramente da livre condição de agente destas pessoas. Partindo deste fundamento, afirma-se que a condição de agente livre e sustentável é o motor do desenvolvimento, já que aquilo que as pessoas conseguem positivamente realizar é influenciado por oportunidades econômicas, sociais e políticas, além de condições que habilitem as pessoas, como boa saúde, educação básica, incentivo e aperfeiçoamento de iniciativas. Adiciona-se que mediante a liberdade para participar da escolha social e da tomada de decisões públicas, as pessoas, na condição de agentes livres, influenciarão os dispositivos institucionais que lhes proporcionou oportunidades, e estas inter-relações contribuem para o desenvolvimento, incluindo o econômico. Portanto, para o autor, as liberdades substantivas – como participação política ou acesso à educação e saúde – são componentes constitutivos do desenvolvimento e a sua relevância não teria como obrigação contribuir indiretamente com o crescimento econômico ou industrial, apesar de ser um fato que essas liberdades e direitos acabam por contribuir, eficazmente, para estes progressos. Novamente, faz-se necessário investigar a persistência de privações entre segmentos sociais que estão sem possibilidade de serem beneficiados nas relações de mercado, apesar da liberdade de participar do intercâmbio econômico ser fundamental na vida social. Declara-se, ainda, que inversamente, as privações poderão ocorrer em razão de processos insuficientes ou de oportunidades inadequadas que as pessoas têm para realizar o que gostariam, e é a partir desta concepção de desenvolvimento, que neste trabalho, afirma-se que o racismo estrutural têm sido um impeditivo para promoção da condição de agente da população negra brasileira.

Especificamente no Brasil, Silvio Almeida (2020), ressalta que os projetos nacionais de desenvolvimento estiveram intrinsecamente ligados ao racismo estrutural. O crescimento econômico, a industrialização e o aumento de produção sem distribuição de renda exigiu a supressão da democracia, da cidadania e a ocultação de conflitos sociais, incluindo os raciais, e nesse cenário, o Brasil expressou sua modernização conservadora. Assim, contrapondo-se a ideia de que o racismo é reflexo de estruturas de dominação arcaicas, que podem ser superadas com a modernização, pontua-se que a própria modernização é racista, pois foi fruto de processos desiguais de distribuição de renda e bem-estar para a população, com maior privação para a população negra. Nesse sentido, as discussões sobre questões raciais são essenciais para o combate ao racismo e para a promoção de uma educação democrática e inclusiva. Na análise de Devulsky (2021), o Estado brasileiro ainda preserva uma concepção de guerra contra seus próprios cidadãos, já que mantém a empreitada colonial de embranquecimento da população por meio da destruição ou abandono de vidas negras, fazendo com que 56% da população – quantidade média de negros no Brasil – sejam alvo preferencial das tragédias humanas, além de serem considerados fora do padrão de normalidade e de beleza do seu próprio país. Esses dados não causam estranheza em uma sociedade que naturalizou as imagens coletivas sociais que colocam o branco diretamente associado ao sucesso,

enquanto o negro associa-se a pobreza e ao fracasso. Dito isso, infere-se que a construção identitária do negro neste país é uma criação supremacista branca, distinguindo visualmente o outro através de traços que o remetem a africanidade, e é por isso que através das relações sociais raciais, determina-se que quanto mais escuro o tom da pele, menores as chances de inclusão social, e por outro lado, quanto mais claro o tom da pele, viabiliza-se mais oportunidades reais. Esse fenômeno é chamado de colorismo, e no Brasil, segundo a autora, é utilizado como forma de conservar a gradação entre negros claros e escuros como instrumento para mantê-los distintamente apartados, impedindo uma organização social que derrube a ordem eurocêntrica vigente. Portanto, para a mudança de direção, um caminho importante seria que o espaço público fosse equitativamente dividido entre diferentes etnias e raças, responsabilizando todos pelo tempo de fala e gerenciamento de cada grupo, valorizando a diversidade existente nos cargos de liderança e gerência. Acrescenta-se que melhorar as condições socioeconômicas da população dentro da lógica capitalista, em que há necessidade de exploração para a acumulação, não será o suficiente para a emancipação racial, pois a forma-valor e a forma-sujeito necessitam perpetuar o colorismo e o racismo para justificar suas contradições, como trabalhar muito e continuar, permanentemente, em condição de vulnerabilidade social e indignidade humana.

A violência racial ocorre mesmo em sociedades democráticas, já que a democracia não pode, isoladamente, oportunizar mudanças de mentalidade. Para Sen (2010), as instituições ditas democráticas não são dispositivos mecânicos, pois o seu uso se vincula a oportunidades de articulação e participação disponíveis, sendo especialmente importante o papel desempenhado por grupos opositores e pela força da discussão pública. E em uma sociedade racializada, como a brasileira, há justamente valorizações diferentes de acordo com quem fala, tornando difícil o acesso de pessoas negras aos centros de poder, como citado anteriormente.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Foram selecionados artigos empíricos sobre “racismo e educação brasileira”, sendo selecionado 1 trabalho sobre racismo na educação básica, 1 trabalho sobre racismo na transição entre educação básica e ensino superior e 1 trabalho sobre racismo e pesquisa. Todos os artigos estão disponíveis online e gratuitamente por meio do google acadêmico.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em uma pesquisa realizada em 2010, Cirqueira ressaltou que dentro das escolas brasileiras encontramos, constantemente, o discurso da igualdade entre os indivíduos. No entanto, no dia a dia escolar, se faz presente relações marcadas pelo gênero, raça, sexualidade e etnia, e estas relações se apresentam como diferenças qualificadas e hierarquizadas, tendo como resultado grupos estereotipados como inferiores. Especificamente sobre o racismo, o autor declara que este envolve uma série de relações que não são percebidas por muitas pessoas, notadamente as brancas. Em contrapartida, aqueles que sofrem o percebem cotidianamente, principalmente por meio de impedimentos e frustrações constantes. A partir dessa constatação, o autor realizou uma análise qualitativa das trajetórias socioespaciais de estudantes negras até alcançarem o acesso à universidade. A investigação ocorreu por meio de 11 entrevistas com alunas que já estavam cursando a graduação na Universidade Federal de Goiás. A escola e a universidade foram elegidas para esse estudo por se constituírem espaços historicamente negados à população negra, assim como são locais atuantes na reprodução da violência racial. No ensino básico, as estudantes definiram a escola como um lugar hostil e com a presença marcante do racismo, que ora as insultava diretamente, ora através das “brincadeiras”, mas com o aspecto comum de associar pessoas negras ao pejorativo. Nesse contexto, os anos escolares foram permeados por terror, medo, sofrimento, desânimo e hostilidade, e como mecanismo de defesa, buscavam a invisibilidade, por exemplo, evitando o contato com o professor na sala de aula. Como resultado, a investigação de Cirqueira (2010) demonstrou que o racismo sofrido na educação básica influenciou na trajetória de vida das alunas de diferentes formas, como a opção do curso, da Universidade, a idade em que fariam o processo seletivo e, conseqüentemente, quando entrariam na universidade. Esses aspectos geralmente são vivenciados por alunos com maior vulnerabilidade econômica, mas são mais experimentados de forma mais complexa em alunas negras, já que apesar do aumento de mulheres nas universidades desde 2000, o número de negras universitárias ainda é ínfimo, já que as mulheres negras são vítimas de um acúmulo de violências, e com isso, o medo e a baixa autoestima interferem mais diretamente em seus projetos de vida. Nessa pesquisa, os sujeitos participantes, em sua maioria, optaram pelo curso da área de humanas por considerarem mais realistas diante das possibilidades a que se

colocam – e a que lhe impuseram socialmente – já que geralmente, são carreiras menos valorizadas no mercado de trabalho, portanto, há menor concorrência no exame vestibular. Com esses dados, o autor conclui que a incapacidade intelectual é um estigma que persegue as meninas negras antes mesmo de realizarem escolhas relacionadas ao início da vida adulta, como cursar uma graduação.

No Brasil, a cultura negra tem sido impostamente fixada em dois extremos, subalternidade ou exotismo. Com esses estigmas violentos, os negros e negras brasileiros são situados em um lugar desigual ante os demais grupos étnico-raciais e culturais, negando que são também construtores de brasilidade. Assim, a educação básica, ao adentrar a realidade brasileira, há de se reconhecer que a população é majoritariamente negra e que a participação dos negros africanos e dos negros afro-descentes enriqueceu e ainda enrique os diferentes campos do saber, como a história, geografia, artes e a literatura. Nesse contexto de aceitação e reconhecimento da diversidade, os diferentes grupos étnico-raciais serão incluídos e valorizados, além de ser possível dismantlar o mito da igualdade racial, tendo em vista que os conflitos não serão mais naturalizados ou negados, mas haverá a oferta de campos de negociação e de conciliação entre múltiplas vozes, apontando, finalmente, para uma diretriz educacional com pluralidades de visões de mundo e ações democráticas (SECAD, 2006). Ressalta-se que os estudos das relações étnico-raciais não pertencem apenas a Educação Básica, mas devem ser obrigatoriamente trabalhados no Ensino Superior, como aponta o Plano Nacional de implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, publicado em 2013. No documento, afirma-se que as instituições de ensino superior devem elaborar uma pedagogia antirracista e antidiscriminatória, construindo estratégias educacionais orientadas pelo princípio da igualdade básica da pessoa humana como sujeito de direitos, bem como se posicionar formalmente contra todas formas de discriminação. Para tal, ações também são necessárias como adotar a política de cotas raciais e outras ações afirmativas para o ingresso de estudantes negros, negras e indígenas nesta modalidade de ensino (MEC; SECAD, 2013).

O estudo de Almeida e Sanchez (2017) objetivou investigar e compreender os obstáculos do processo de implementação da Lei 10.639/2003 através de experiências empíricas e da literatura. Nos resultados, observaram que as dificuldades de implementação se relacionam a três aspectos principais, sendo eles, as formações de profissionais educadores, à disponibilidade ou a divulgação de recursos para o processo de ensino e a intolerância religiosa, presente no sistema de ensino brasileiro. Sobre as formações continuadas, elas estão presentes, mas não há um direcionamento para o controle e a abrangência dessas formas de disseminação de saberes, assim como não há o acompanhamento das ações práticas recorrentes dos cursos realizados. Dessa forma, os aspectos que garantiriam a expansão dessas formações estão empobrecidos, como o compartilhamento do saber e a socialização dos conteúdos apreendidos. Em relação ao material didático, os autores encontraram 7 Políticas Públicas responsáveis pela produção e pela distribuição de recursos para os alunos e professores, entre elas, o Projeto “A cor da cultura” com ações culturais e ferramentas audiovisuais, o Programa Nacional do Livro Didático, que considera a Lei 10.639/2003 como uma das exigências técnicas para escolha dos livros e o “Programa Nacional Biblioteca da Escola”, responsável pela aquisição nas unidades de ensino de livros temáticos. No entanto, os pesquisadores esclareceram que apesar da existência de material adequado dentro das escolas ser positiva, ela precisa ser contextualizada com outros aspectos da Lei, capacitando ao alunado a integração dos conhecimentos pertinentes. De maneira geral, a pesquisa realiza levantamentos importantes para a literatura científica, indicando que apesar da oferta de formação e da produção e disponibilização de materiais didáticos, os professores e o gestores de unidades e sistema de ensino, ainda demonstram resistência à Lei e a falta de interesse por ela. Os autores concluíram que o maior obstáculo na execução desta Lei é que o sistema educacional brasileiro possui bases ideológicas racistas.

Para Gomes (2013), a escola tem se estruturado, por questões históricas, sociais, culturais e políticas, como um espaço de repercussão e reprodução do racismo, apresentando significativa dificuldade em tratar a diversidade étnico-racial brasileira de forma igualitária e digna, por vezes ignorando a diversidade de saberes e patrimônios culturais produzidos no país. No entanto, o autor esclarece que o baixo interesse por questões étnico-raciais observado nas escolas brasileiros não diz respeito exclusivamente ao racismo, a discriminação, ao preconceito e ao mito da democracia racial. Relaciona-se, adicionalmente, ao modo como os educadores lidam, de maneira geral, com indagações de ordem política e pedagógica, por exemplo, a atuação frente a formas autoritárias de gestão, desestímulo à carreira, a própria condição de trabalho docente e as formações continuadas, bem como visões políticas conservadoras estruturantes do sistema de ensino. Para o economista brasileiro Celso Furtado (2002), a ausência de reflexão sobre a cultura brasileira e a dificuldade em

discutir problemas atuais e abordar perspectivas futuras de acordo com a nossa identidade cultural, é a consequência da acomodação de valores não originários da nossa história, o que reduziu os povos ao papel passivo de consumidores de bens culturais criados por outros povos, os quais não valorizam as forças criativas deste país, impondo valores americanos ou eurocêntricos, sendo a consequência final, a marginalização de uma grande parcela da população em benefício dos grupos hegemônicos.

Pessanha (2019), realizou um estudo para compreender e aprofundar o conceito de epistemicídio, originalmente usado pelo Sociólogo Boaventura de Sousa Santos no ano de 1994. Para o autor, epistemicídio pode ser definido como uma estratégia de proteção do grupo hegemônico, com a finalidade de controlar a produção e a legitimação do conhecimento, e nesse contrato, há um processo de exclusão sob o critério racial, favorecendo os pertencentes da raça branca. Revela-se que a filosofia ocidental contribuiu com a fundamental ontológica do racismo epistêmico, tendo em vista os interesses de uma política que objetivava a expansão da colonização e do capitalismo, utilizando uma tríade que envolvesse as áreas do conhecimento e da cultura, sendo elas, a teologia, a filosofia e a ciência. Nesse contexto, evidencia-se a influência de Immanuel Kant, importante filósofo da era moderna, o qual enxergava o negro como um ser que não possuía nada além do que seu próprio corpo para contribuir com a formação da sociedade, atribuindo ao branco europeu o detentor da racionalidade. Com essa concepção, outros povos não-europeus, dependeriam dos europeus para serem civilizados e emancipados. Assim, de um lado, há brancos esclarecidos, devido a sua superioridade biológica, e de outro, povos estrangeiros, como os povos do continente africano e os indígenas da América, identificados como preguiçosos e covardes, portanto, naturalmente inferiores. O autor afirma que o racismo não se originou a partir da modernidade, mas que algumas ideias específicas de propagação do racismo surgiram com o desenvolvimento capitalista, já que a partir desse sistema, ocorreu a transcendência de implicações em torno da pele para uma dominação política, dentro da qual, determina-se o lugar de subalternização. Na íntima relação entre colonialismo e capitalismo, as explorações de corpos africanos produziram riquezas na Europa e no Novo Mundo, resultado em uma acumulação de lucro jamais alcançada antes na comercialização de seres humanos, como escravos. O colonialismo subjugou o negro e naturalizou o seu estado de não-humanidade, enquanto o capitalismo usou a escravidão como meio de produção econômica, e na integração destas filosofias, há o convencimento da supremacia branca e da necessidade em elevar o desenvolvimento humano, intelectual e moral do negro através do uso sistemático da violência. E na imposição de transformar o outro em objeto/coisa, como ferramenta geradora de lucro, ocorre o assassinato do pensamento, e dessa forma, aqueles relegados a condição de não-humanos, também compartilham da condição de despossuídos de racionalidade. Nesse cenário, a memória também é apagada, anulando os conhecimentos produzidos no continente africano e impedindo as possibilidades de ascensão social e econômica. No presente, isso se repete continuamente através da negação ao acesso educacional e, ao mesmo tempo, a negação do futuro. Além disso, submete-se todo o contingente populacional negro à uma cultura e estética impostas pela branquitude, determinando, repetidamente, o valor negativo referenciais da cultura e do conhecimento negro.

De maneira geral, inúmeras ações foram realizadas para apagar a memória do povo africano desde o sequestro de seus corpos e a vinda ao Brasil, em seguida, no Brasil Império foram proibidos de terem acesso à educação, visto que a legislação permitia que apenas os cidadãos estudassem, e os escravos não eram considerados nem seres humanos, menos ainda cidadãos. Na continuidade dessa linha histórica, o Novo Mundo já não permitia a escravidão, e o Brasil, após ser o último país a assinar a abolição, abandonou a população negra a própria sorte, excluindo-os do processo de industrialização e reforçando a não interrupção de sua condição de subalterno. E no contexto atual, o epistemicídio ganhou novas formas, mas perpetua-se por meio da desvalorização dos intelectuais negros e da exclusão da própria história dos africanos e dos afro-brasileiros, pois na educação formal se perpetua a ideia de apresentar apenas a história da escravidão, reproduzindo ainda hoje, a subalternidade da população negra e a ausência de sua história e de racionalidade. Nota-se, que historicamente, mais do que destruir materialmente a produção do conhecimento de povos que não fossem europeus, o sistema colonialista investiu em estratégias que impedissem a ascensão intelectual dos povos explorados e discriminados. Destaca-se, ainda, a negação da prática espiritual africana, impondo-lhes o cristianismo, e a obrigatoriedade de assimilar o idioma do colonizador, perdendo o idioma dos antepassados e seus nomes próprios, aderindo forçosamente novos nomes ocidentais. Nas palavras de Pessanha (2019, p.189)

*“No espaço acadêmico é nítido a
ausência de pensadores negros,
tanto nas referências bibliográficas*

como no corpo docente. É evidente o quanto que a escravidão é responsável por essa lacuna, pois enquanto era a base do sistema de produção econômica durante os séculos XV à XIX, o sistema jurídico de todo o mundo colonizado produziu leis que impediam o acesso do negro à educação”.

Nessa direção, recorre-se a artista, escritora e psicóloga Grada Kilomba (2018), que pontua que no mundo conceitual branco as imagens da negritude não são nada realistas, pois na ordem colonial, os brancos aparecem como heróis e os negros como inimigos, portanto, perigosos. Nessa lógica, a academia também não é um espaço de produção de conhecimentos neutros, opostamente, é um espaço branco onde o privilégio de fala tem sido negado para pessoas negras, portanto, reprodutor de violências. Os discursos teóricos, até então desenvolvidos, representam o pensamento eurocêntrico, considerado como único conhecimento válido, contribuindo para a manutenção da sociedade racializada. A autora revela que os discursos de pesquisadores negros são postos a margem, geralmente com justificativas de que não são objetivos, imparciais ou universais, sendo que essas classificações são recursos utilizados para manter posições hierárquicas e a preservação da supremacia branca. Assim, nota-se que vozes que não se originam de perspectivas coloniais, mascaradas como universais, não são vistas como ciência credível, fomentando estratégias que determinam quem tem direito de falar e quem terá a sua voz negada. No Brasil, a universidade não é apenas um espaço de formação técnica e científica para o trabalho, mas um lugar de privilégio e prestígio social, o que significa, no imaginário social que é um lugar feito para brancos, e isso explica o motivo pelo qual muitas pessoas se puseram contrárias as políticas de cotas, mesmo reconhecendo que o problema do racismo e da desigualdade seja educacional (ALMEIDA, 2020).

Na contação de uma única história sobre o Brasil, revelou-se o mito da democracia racial, e com isso, os materiais didáticos brasileiros apresentam uma identidade brasileira mestiça enquanto categoria social sem conflitos, hierarquias e diferenças, e como consequência, desqualifica-se ou silencia-se questões étnico-raciais, como a desigualdade educacional, econômica, social e cultural – entre outras – da população negra brasileira (ABREU e MATTOS, 2008). No dever de mudanças no desenvolvimento do país, algumas ações e reflexões são urgentes, e por isso, cita-se Amartya Sen e a importância dos seus estudos sobre Desenvolvimento como Liberdade. Para o autor (2010), os membros da sociedade que estão diretamente envolvidos em problemáticas sociais – como aqui, a população negra marginalizada – devem ter a oportunidade de participar das decisões que lhe afetam, alteram ou mantêm a sua realidade atual, mas para que isso ocorra de forma efetiva, as pessoas precisam adquirir conhecimento e grau de instrução básicos, sendo estes aspectos, constituidores de liberdade participativa. No cenário em que uma parte da população é limitada ou excluída de um sistema educacional de qualidade, deve-se atentar, como pontua o autor, aos conflitos reais que ocorre entre as liberdades participativas e os interesses de grupos específicos, seja dirigentes políticos ou autoridades religiosas. Para o autor, outro aspecto de relevância são os Direitos Humanos, que se tornaram uma parte importante dos estudos sobre desenvolvimento, e com isso, há de se questionar como estão caminhando os entrelaçamentos entre desenvolvimento e direitos humanos na comparação entre famílias brancas e negras. As liberdades básicas e as formulações associadas a direitos são favoráveis ao desenvolvimento devido à importância intrínseca da liberdade, ao seu papel consequencial de fornecer incentivos políticos para a segurança econômica e ao seu papel construtivo na geração de valores e prioridades. Para este entrelaçamento entre direitos humanos, desenvolvimento e enfrentamento de uma sociedade estruturalmente racista, propõe o aumento na liberdade da condição de agente, que significa que as pessoas teriam um acréscimo na capacidade de promover objetivos que se tem razão em valorizar. E é na concretização destes objetivos, que ocorre a realização da condição de agente, já que essa condição se relaciona com os valores que as pessoas têm razão para buscar, estando ou não conectados ao seu próprio bem-estar. Portanto, é fundamental que os ordenamentos sociais – como o sistema de ensino: desde a educação básica ao ensino superior – sejam capacitados a oferecer a igualdade de liberdade para as pessoas e que a ética da igualdade considere adequadamente as diversidades generalizadas, as quais são constatadas nas variações individuais e intergrupais. Nas palavras do autor supracitado:

“...As pessoas têm de ser vistas como ativamente envolvidas – dada a oportunidade – na conformação de seu próprio destino, e não apenas como beneficiárias passivas dos frutos de engenhosos programas de desenvolvimento” (2010, p.77).

Com essa exposição, evidencia-se a íntima – mas pouco refletida – relação entre desenvolvimento e sistema de ensino. Na realidade do dia a dia, as escolas são continuamente atravessadas por questões sociais, históricas e políticas, e por isso, podem se tornar geradoras e reprodutoras de privações, quando por exemplo, bloqueiam outros modos de funcionamento institucional ou subjetivo que não se assemelhem ao desenvolvimento econômico e social vigente. Para Rocha (2008), a intervenção coletiva no contexto escolar exige pensar criticamente as práticas e seus efeitos de exclusão, não permitindo o adoecimento coletivo em prol de prescrições normativas, e isso significa, a urgência em interromper uma cultura escolar naturalizada e – grifo nosso – eurocêntrica e racista.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante os estudos apresentados neste artigo, evidencia-se que o racismo brasileiro apresenta características específicas que estão relacionadas a violenta história de exploração dos povos nativos e da colonização e escravidão de povos africanos. O passado brasileiro não é apenas uma consequência de eventos isolados que refletem nos tempos atuais, inversamente, o passado é reencenado diariamente, não como reflexo, mas com intenção de coexistir, mesmo com legislações e discursos contrários às suas ações, já que o racismo e as privações consequentes continuam sendo as forças estruturantes dos privilégios sociais de determinados grupos. O sistema capitalista vigente nasceu e cresceu dependente das relações raciais desiguais, e para que não ocorressem questionamentos, utilizou as subjetividades humanas para a sua reprodução, e por isso, há processos como o mito da democracia racial, que não são desmontados facilmente, assim como, naturalizou-se a presença majoritária de brancos em lugares como academias, lideranças políticas e aos grupos de poder como um todo, enquanto a população negra foi destinada ao subemprego, a fome, a miséria, a morte por doenças evitáveis e ao encarceramento em massa. A educação antirracista e a participação política equitativa são as estratégias observadas como eficientes neste trabalho. Conclui-se que um projeto nacional que mantenha as questões étnico raciais como latentes, não será capaz de promover a condição de agente das pessoas, e consequentemente, manterá desigualdades sociais profundas, além de não ser capaz de lidar com situações como desastres naturais ou outras calamidades que atinjam grandes massas populacionais.

REFERÊNCIAS

- ABREU, M; MATTOS, H. Em torno das “Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-africana e africana: uma conversa de historiadores. **Revista estudos históricos**, Rio de Janeiro, vol. 21, nº 41, p.5-20, 2008.
- ALMEIDA, S, L. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Editora Jandaíra, 2020.
- CHIMAMANDA, N. A. **O perigo de uma história única**. Editora Companhia das Letras, 2019.
- CIRQUEIRA, A, M. A MÍSTICA DO RACISMO: NARRATIVAS DE ESTUDANTES NEGRAS/OS UNIVERSITÁRIOS SOBRE RACISMO NA EDUCAÇÃO FORMAL. **Revista Eletrônica de Graduação e de Pós-Graduação em Educação Universidade Federal de Jataí**, vº 6, n.2. Disponível: < <https://www.revistas.ufg.br/rir/article/view/32863>>. Acesso: 20 de ago de 2021.
- DEVULSKY, A. **Colorismo**. Editora Jandaíra, coleção feminismos plurais, 2021.

PESSANHA, E. A. M. DO EPISTEMICÍDIO: AS ESTRATÉGIAS DE MATAR O CONHECIMENTO NEGRO AFRICANO E AFRODIASPÓRICO. **Revista Problemata: Revista Internacional de Filosofia**, v.10, nº2, edição especial, 2019. Disponível em: <<https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/problemata/article/view/49136>>. Acesso: 24 de ago. 2021.

ROCHA, M. L. Inclusão ou exclusão? Produção de subjetividade nas práticas de formação. **Psicologia em Estudo**, Maringá, vol. 13, n.3, p. 477-484, jul./set. 2008.

SANTOS, Et. al. Desenvolvimento: Um conceito Multidimensional. **DRd – Desenvolvimento Regional em debate**. Ano 2, n. 1, jul. 2012.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. Editora Companhia das Letras, 2010.

SILVA, A.V; NELSON, A. V. M; SILVA, M. A. R. Do Desenvolvimento Como Crescimento Econômico ao Desenvolvimento Como Liberdade: A evolução de um conceito. **Desenvolvimento em Questão**, Editora Unijuí, ano 16, nº 42, jan/mar 2018.

**OS SISTEMAS DE ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: UMA
ANÁLISE A PARTIR DA ABORDAGEM SOCIOCULTURAL**

*KNOWLEDGE ORGANIZATION SYSTEMS IN INFORMATION SCIENCE: AN ANALYSIS FROM THE
SOCIO-CULTURAL APPROACH*

Área temática 1: Desenvolvimento Social e Políticas Públicas

VERONEZ JÚNIOR, Wilson Roberto
Universidade Estadual Paulista - UNESP/Marília
Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação - PPGCI
Doutorando em Ciência da Informação
wilson.veronez@unesp.br

SANTOS JÚNIOR, Edmilson Alves dos
Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ
Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação - PPGCI
Doutorando em Ciência da Informação
edmilson.junior@unesp.br

Resumo

Os Sistemas de Organização do Conhecimento são considerados instrumentos que representam o conhecimento nas Unidades de Informação (Arquivos, Bibliotecas, Centros de Informação/Documentação e Museus), no entanto, em comunidades vulneráveis e que são esquecidas pelo poder público, os sujeitos informacionais não têm acesso a informação, portanto, o conhecimento não é socializado. Nesse sentido, este trabalho de caráter teórico procura analisar os sistemas de organização do conhecimento no contexto do paradigma social, tendo como foco a abordagem sociocultural no campo da Ciência da Informação. Como metodologia, será utilizada a pesquisa bibliográfica, a fim de realizarmos um levantamento bibliográfico dos materiais que já foram utilizados na elaboração de trabalhos relacionados à Sistemas de Organização do Conhecimento, Paradigma Social e Abordagem Sociocultural. Como resultados, conclui-se que a vinculação entre os sistemas de organização do conhecimento no contexto do paradigma social é algo incipiente e que requer mais estudos, tanto em seu aspecto teórico, metodológico e aplicado, tendo em vista que estamos lidando com uma diversidade multicultural de usuários, levando em consideração que eles têm demandas específicas de acesso à informação e ao conhecimento. Em um trabalho futuro, pretende-se investigar e propor a aplicabilidade dos Sistemas em bibliotecas públicas e comunitárias, a partir de uma Abordagem Cognitiva e Sociocultural sob a Análise de Domínio de Birger Hjørland partindo da Epistemologia Social de Jesse Shera e Margaret Egan.

Palavras-chave: Sistemas de Organização do conhecimento, Paradigma social, Ciência da Informação.

Abstract

Knowledge Organization Systems are considered instruments that represent knowledge in Information Units (Archives, Libraries, Information/Documentation Centers and Museums), however, in vulnerable communities that are forgotten by the government, informational subjects do not have access to information, therefore, knowledge is not socialized. In this sense, this theoretical work seeks to analyze knowledge organization systems in the context of the social paradigm, focusing on the sociocultural approach in the field of Information Science. As a methodology, bibliographic research will be used in order to carry out a bibliographic survey of materials that have already been used in the development of works related to Knowledge Organization Systems, Social Paradigm and Sociocultural Approach. As a result, it is concluded that the link between knowledge organization systems in the context of the social paradigm is incipient and requires further studies, both in its theoretical,

methodological and applied aspects, considering that we are dealing with a multicultural diversity of users, taking into account that they have specific demands for access to information and knowledge. In a future work, it is intended to investigate and propose the applicability of the Systems in public and community libraries, from a Cognitive and Sociocultural Approach under the Domain Analysis of Birger Hjørland starting from the Social Epistemology of Jesse Shera and Margaret Egan.

Key-words: Knowledge Organization Systems, Social Paradigm, Information Science

1 INTRODUÇÃO

O artigo apresenta uma análise teórica sobre os Sistemas de Organização do Conhecimento (SOCs) no contexto do paradigma social da Ciência da Informação. O foco principal é entender a utilização desses sistemas a partir de uma abordagem sociocultural e analisar como é realizado o acesso e a recuperação da informação e do conhecimento: tesouros, vocabulários controlados, bases de dados, catálogos manuais e automatizados, índices, entre outros.

Sob aspectos metodológicos, utilizou-se de bases de dados para a realização de revisão bibliográfica em periódicos especializados sobre assuntos do campo da Ciência da Informação, entre esses, tendo como foco central os assuntos sobre, Sistemas de Organização do Conhecimento, Paradigma Social e Abordagem Sociocultural, os quais objetivamos enfatizar nesta pesquisa, a fim de se obter uma consistente fundamentação teórica sobre o assunto para alcançarmos os resultados almejados.

O problema de pesquisa pode ser resumido nas seguintes questões: em que medida ou em quais circunstâncias os sujeitos informacionais que estão inseridos no paradigma social encontram limitações (físicas, psicológicas, financeiras, preconceitos, etc) para ter acesso aos SOCs? O que as bibliotecas podem propor em termos de diretrizes e políticas para incluir esses sujeitos informacionais?

O objetivo geral é apresentar um estudo teórico acerca dos sistemas de organização do conhecimento no paradigma social levando em consideração a abordagem sociocultural e demonstrar como esses sujeitos informacionais acessam, representam, organizam e recuperam a informação através dos instrumentos de busca.

No que tange aos objetivos específicos, a pesquisa procura:

- Recuperar materiais em bases de dados e periódicos especializados assuntos sobre a Ciência da Informação e Sistemas de Organização do Conhecimento;
- Analisar e examinar o estado da arte acerca dos trabalhos desenvolvidos sobre “Sistemas de Organização do Conhecimento”, “Paradigma Social” e “Abordagem Sociocultural”;
- Definir os conceitos de classificação bibliográfica, indexação, tesouros, ontologias e taxonomias;
- Analisar a produção científica em âmbito nacional e internacional sobre “Sistemas de Organização do Conhecimento”, “Paradigma Social” e “Abordagem Sociocultural” a fim de avaliar a sua dimensão teórica e metodológica,
- Apresentar diretrizes e propor estudos futuros para o campo da Ciência da Informação.

2 SISTEMAS DE ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO

Nesta seção, serão apresentados os sistemas e instrumentos de representação e organização do conhecimento, sendo eles: a classificação bibliográfica, indexação, tesouros, ontologias e taxonomias.

Os Sistemas de Organização do Conhecimento (SOCs), podem ser definidos como sistemas abstratos que dão sentido aos termos, definições, relações e atributos aos conceitos (CARLAN; MEDEIROS, 2011, p. 54). Nessa perspectiva, podemos entender que os SOCs são sistemas estruturados que visam a sistematização do conhecimento, e que também procuram viabilizar o acesso e a recuperação da informação e do conhecimento. Para Zeng e Mai Chan (2004, p. 377), os sistemas de organização do conhecimento é um termo que se refere às ferramentas que apresentam a interpretação organizada das estruturas e sistematização do conhecimento, visando facilitar o acesso e a recuperação da informação.

Carlan e Medeiros (2011), explicam que os SOCs cumprem a função de padronização dos

termos, cujo objetivo é a orientação que facilita a indexação da maneira mais correta para o usuário acessar e recuperar a informação futura.

Nessa perspectiva, podemos entender que os SOC's,

São instrumentos que fazem a tradução dos conteúdos dos documentos originais e completos, para um esquema estruturado sistematicamente, que representa esse conteúdo, com a finalidade principal de organizar a informação e o conhecimento e, consequentemente, facilitar a recuperação das informações contidas nos documentos (CARLAN; MEDEIROS, 2011, p. 55).

Os SOC's como um termo genérico utilizado para se referir a uma ampla variedade de itens, que consiste em assunto, títulos, tesouros, esquemas de classificação, ontologias, tesouros, classificação, dicionários, entre outros aspectos voltados para a representação e a organização da informação e do conhecimento (MAZZOCCHI, 2018). Essa instrumentalização e sistematização contribui no acesso e na recuperação da informação pelos usuários nos mais variados sistemas. Com relação ao conhecimento que deveria ser organizado ou seguir uma ordem previamente estabelecida, Mazzocchi (2018), entende que qualquer tipo de conhecimento, cultura ou suas representações deveriam seguir algum tipo de ordem e que tenha algum tipo de relação com aquela sociedade.

Eles podem ser interpretados como aqueles sistemas em que a proposta principal é construção de modelos do mundo abstrato, e representando os conceitos em um determinado domínio (CARLAN, 2010). Para Moraes (2017), entende-se que os SOC's são instrumentos que possibilitam a elaboração de modelos advindos do mundo abstrato e a sua projeção para um sistema que tem a finalidade de criar uma interface para que o usuário possa ter o amplo acesso sobre aquele determinado objeto informacional.

A classificação é algo inerente ao ser humano, tendo em vista que ele tem a preocupação em classificar e organizar o conhecimento desde a antiguidade, para fins de registro da história, a classificação pode ser entendida como uma atividade social, em que esse ato é realizado de maneira inconsciente. Ela pode ser analisada a partir de um processo que envolve determinadas fases, pode ser compreendida a partir de algo relacionado a necessidade do ser humano em classificar determinados objetos: cores, objetos, roupas, animais, palavras, assuntos, temas (AQUINO; CARLAN; MEDEIROS, 2009, p. 197).

Para Cunha e Cavalcanti (2008, p. 84), a classificação é o "agrupamento real, ou ideal, daquilo que é semelhante e a separação do que é diferente". Em geral, a classificação é o ato da divisão, em várias classes, de um conjunto de objetos". Para Carlan e Medeiros (2011), a classificação está ligada à formação metódica e sistemática onde são estabelecidos os critérios para a divisão.

Com relação à classificação,

Burke reconhece a existência de várias maneiras de classificar o conhecimento, ao longo da história da humanidade, sendo as distinções mais comuns: conhecimento teórico x prático; conhecimento público x privado; conhecimento legítimo x proibido; conhecimento alto x baixo; conhecimento liberal x útil; conhecimento especializado x geral; conhecimento dos livros x "das coisas"; conhecimento quantitativo x qualitativo (ARAÚJO, 2006, p. 121).

Segundo Araújo (2006), Burke identifica alguns exemplos de classificação, neste caso, a classificação do conhecimento como uma forma de estabelecer semelhanças e diferenças, bem como demonstrar as diversas categorias de conhecimentos que estão embutidos dentro dessas semelhanças e diferenças.

As classificações bibliográficas são utilizadas na representação dos atributos de documentos a partir da atribuição de um código que represente o seu conteúdo principal (AZEVEDO, 2013, p. 15). O principal objetivo da classificação bibliográfica é propiciar a localização de documentos e agrupar no interior de um acervo, por consequência, os usuários deverão ser o foco principal destes acervos. Segundo Azevedo (2013), é comum tratarmos da classificação em seu aspecto de atributo a um determinado objeto informacional, como um livro, documento, peça de museu, esses objetos são classificados por um número, onde o mesmo possa ser localizado e acessado pelo sujeito informacional.

Para Schiessl e Shintaku (2012, p. 58), a classificação assume quatro acepções: 1) colocar em determinada classe; 2) determinar a classe a qual pertence uma entidade; 3) definir classes e 4)

alcançar determinado nível. Desse modo, ela pode ser analisada a partir de quatro etapas devidamente estabelecidas, pois se não houver um princípio de classificação, haverá uma desordem na unidade de informação, e se houver essa desordem, os objetos informacionais não serão recuperados.

Segundo Schiessl e Shintaku (2012, p. 59), a classificação está relacionada diretamente com a organização do conhecimento, isto é, o modo de organizar, categorizar determinada área do conhecimento, no que define a amplitude do objeto de estudo. É importante destacar que essa proximidade com a organização do conhecimento permite que a classificação possa extrair elementos indispensáveis para a sua consolidação como uma importante ferramenta prática e metodológica no campo da Ciência da Informação, visto que a classificação não é adotada somente nos processos biblioteconômicos, ela também se faz presente na Arquivologia (forma funcional e estrutural).

Ainda neste contexto,

O processo de classificação bibliográfica, não se restringe na determinação do local que uma obra vai ocupar nas estantes de uma biblioteca, mas também a sua localização na grande área do conhecimento, auxiliando também na recuperação da informação, visto que os usuários podem encontrar outras obras relacionadas no acervo (AZEVEDO, 2013, p. 16).

Esse processo não se resume simplesmente a ordenação do material bibliográfico nos acervos, mas sim, como ele será localizado, recuperado e acessado pelo sujeito informacional.

De um ponto de vista filosófico,

Podemos dizer que, no seguimento da terminologia aristotélica, uma classificação organiza o conhecimento em categorias ou grupos, de acordo com determinados critérios. As classificações baseiam-se essencialmente na presença ou ausência de determinada propriedade, ou na diferença específica, conceito que deriva de Aristóteles e que se refere a uma propriedade incompatível com todas as outras propriedades situadas no mesmo nível de classificação (SANTOS, 2010, p. 14).

A classificação em seus primórdios possuía um caráter filosófico, porém, ao longo do tempo e devido às demandas da sociedade e das instituições, ela acabou formando um modelo cada vez mais científico (SCHIESSL; SHINTAKU, 2012, p. 60). Araújo (2006), diz que a classificação encontra a sua primeira formulação de uma teoria a partir da lógica aristotélica, ela diz respeito à divisão dicotômica dos objetos em gênero e espécie.

Segundo Hjørland (2010, p. 38), “a classificação é a estrutura dos conceitos (classes) principalmente sobre um tipo de relações semânticas: a relação genérica, que é um tipo de relação hierárquica”. Para Hjørland (2012), a classificação, juntamente com a indexação, descrição de documentos e os metadados de atribuição, formam a base da organização do conhecimento, tanto no sentido de atividade, tal como uma subárea da Ciência da Informação, que tem como objetivo o aprimoramento e a sistematização do conhecimento. O autor entende que a classificação é um processo interdependente que tem por função a definição de classes, determinação dos relacionamentos entre classes (hierárquicas), fazendo um sistema de classificação e atribuir elementos a uma classe em um determinado sistema de classificação.

A respeito da indexação, Azevedo (2013, p. 18), menciona que ela tem o seu surgimento, “a partir do século XX, a indexação tomou um novo rumo quando a recuperação da informação começou a ser praticada em meio eletrônico, também chamada de indexação automática”. A indexação surgiu como uma forma de demonstrar que os termos mais importantes deveriam ser representados para que os sujeitos informacionais pudessem ter acesso ao conhecimento.

Na definição de Cunha e Cavalcanti (2008, p. 193), a indexação pode ser considerada a “representação do conteúdo temático de um documento por meio dos elementos de uma linguagem documentária ou de termos extraídos do próprio documento (palavras-chave, frases-chave)”. Para Cunha e Cavalcanti (2008), a indexação é considerada um método de organização dos dados, permitindo a recuperação da informação contida em um suporte com acesso direto ao conteúdo informacional.

A indexação ocupa um lugar de destaque na intermediação entre a necessidade do usuário e a recuperação de informações relevantes. Portanto, além de possuir uma coleção que contemple as necessidades de seus usuários, qualquer unidade de informação precisa desenvolver mecanismos

satisfatórios para a recuperação do conteúdo dos documentos de seu usuário (AZEVEDO, 2013, p. 19).

Azevedo (2013, p. 19) explica que a indexação consiste em descrever com palavras o conteúdo temático de determinado documento, permitindo que usuários de unidades e serviços de informação consigam encontrá-lo facilmente. Esse processo, geralmente é desenvolvido com maior frequência em locais específicos, como bibliotecas especializadas, universitárias, públicas, porém, esse processo nem sempre é elaborado em bibliotecas comunitárias, pois os próprios agentes é que elaboram as políticas de indexação, catalogação, entre outros que são importantes na representação e no acesso à informação e conhecimento.

Para que a indexação tenha qualidade e eficiência, Azevedo (2013) lembra que é importante que o indexador conheça a comunidade que utilizará os documentos levando as principais necessidades dos usuários e as suas características de uso das ferramentas de recuperação de informação.

O termo tesouro, por sua vez, deriva do latim e do grego *thesaurus* que significava tesouro. Com o tempo passou a usar-se para designar o vocabulário de filologia, designadamente os dicionários especializados de uma determinada área de conhecimento. O primeiro emprego desta palavra data de 1531. Um tesouro constitui um sistema de indexação para representação conceptual, um vocabulário controlado, instrumento de organização, representação e recuperação do conhecimento (SANTOS, 2010, p. 18).

Os tesouros são instrumentos frequentemente utilizados na representação e na organização do conhecimento, para Hjørland (2010), o elemento básico de um tesouro pode ser considerado os conceitos, que são entendidos como termos que representam o sinônimo que tem sido visto de forma sem ambiguidade de palavras com diferentes significados. São organizados alfabeticamente, às vezes, também sistematicamente, com a subestrutura representando as relações entre conceitos (relações semânticas).

Segundo Cunha e Cavalcanti (2008, p. 362), o tesouro é um “vocabulário controlado e dinâmico de descritores relacionados semântica e genericamente, que cobrem de forma extensiva um ramo específico de conhecimento”. Segundo Cunha e Cavalcanti (2008, p. 362), o tesouro é considerado uma ferramenta de terminologia que tem por função a tradução de uma linguagem artificial, isto é, a linguagem documentária e a linguagem de indexação.

No âmbito da Documentação, podemos entender os tesouros como um instrumento de controle terminológico que apresenta eficácia na organização do conhecimento, e conseqüentemente uma importante ferramenta no que tange ao tratamento e a recuperação da informação (CARLAN; MEDEIROS, 2011, p. 56). Os tesouros são tratados como dispositivos para a organização e sistematização do conhecimento, tendo como objetivo final tratar e recuperar a informação registrada em seu suporte, seja ele em seu aspecto físico, digital ou híbrido.

Carlan e Medeiros (2011), explicam que “uma ontologia define os termos usados para descrever e representar uma área do conhecimento”. Além disso, as ontologias podem ser utilizadas por pessoas, bancos de dados, sob técnicas e aplicações de raciocínio indutivo (CARLAN; MEDEIROS, 2011, p. 57). Segundo Zeng (2008, p.162), são considerados “modelos conceituais específicos que representam relacionamentos complexos entre objetos, incluindo as regras e axiomas em que estão faltando redes semânticas”.

Santos (2010, p. 20), a ontologia é, antes de tudo, um recurso artificial, criado para organizar e recuperar o conhecimento em ambientes de inteligência artificial, restrita a um domínio do saber. Segundo Roqueta (2011, p. 132), “as ontologias são desenhos de estruturas funcionais, que contém entidades ou elementos que se relacionam entre si, para levar a cabo determinados propósitos ou para cumprir certos objetivos, em meio eletrônico”.

Em sua essência filosófica,

a utilização primeira do termo ontologia deriva da Metafísica e de um dos tratados de Lógica de Aristóteles intitulado Categorias, obedecendo a um plano essencialmente didático de iniciação filosófica. A importância deste tratado, explicado mais tarde por Porfírio em Eisagoge (Séc.III A.D.), só é comparável, na religião, à importância da Bíblia. Trata-se de um tratado não dogmático, mas irrefutável, sobre o estudo da existência (SANTOS, 2010, p. 22).

Santos (2010, p. 22), diz que a “ontologia enquanto disciplina, é o estudo do ser pelo ser (Aristóteles, Meta. 1031a) e tem sido uma parte importante da metafísica desde os tempos mais antigos”. Segundo Cunha e Cavalcanti (2008, p. 268), a ontologia é a “visão do domínio da hierarquia, a similaridade dos seus relacionamentos e as interações entre os conceitos”. Além disso, quanto aos

objetivos das ontologias, elas podem ser classificadas: a) representação do conhecimento, b) gerais ou comuns, c) metaontologias e por último, de domínio.

Santos (2010, p. 16), compreende que uma taxonomia é um processo de classificação. Tradicionalmente ligada à biologia e a lógica, a palavra taxonomia tem a sua raiz etimológica no grego (*táxis* - ordenação; *nomos* - lei, norma, regra) e era considerada como a ciência para a classificação de organismos vivos. Das taxonomias científicas, a mais conhecida é a Taxonomia de Lineu.

Dada a natureza multidisciplinar das taxonomias, quase tudo pode ser classificado de acordo com algum esquema taxonômico. Pensa-se que a mente humana organiza naturalmente o conhecimento do mundo nesses sistemas (SANTOS, 2010, p. 17). Segundo Aquino, Carlan e Medeiros (2009), as taxonomias são estruturas classificatórias para organizar as informações de uma determinada instituição, num dado contexto.

Santos (2010, p. 17), entende que a primeira imagem à qual normalmente associamos o conceito de „classificação taxonômica”, se assim o podemos designar, é a de uma árvore. As árvores naturais são compostas por folhas, ligadas entre si por diversos ramos. As folhas são os elos da „árvore taxonômica”, representando as categorias com níveis superiores e inferiores de generalidade, e os ramos que ligam os nós representariam as relações de inclusão de categoria mais baixa numa mais alta. Insistir na estrutura em árvore é insistir, na realidade, de que a partir de qualquer nó na árvore existe pelo menos um ramo que sobe.

Segundo Carlan e Medeiros (2011), “às taxonomias não são documentos estáticos, pelo contrário, adaptam-se às influências do conteúdo e conhecimento dos trabalhadores que as utilizam”. Nesse sentido, de acordo com as autoras supracitadas, a ideia de taxonomia está relacionada ao dinamismo do documento, isto é, o seu caráter não é ser estático, pois a todo o momento, o documento está cumprindo uma função para o qual ele foi constituído.

Esta seção teve como objetivo apresentar os principais Sistemas de Organização do Conhecimento utilizados em Unidades de Informação.

3 PARADIGMA SOCIAL NO CAMPO DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

A presente seção tem por propósito analisar o paradigma social no campo da Ciência da Informação (CI), tendo como base Capurro (2003), e também o foco está centrado na abordagem sociocultural. Sendo que também, esse modelo tem fundamentos de importância na CI, além de Rafael Capurro, podemos citar Jesse Hauk Shera com a Epistemologia Social, Bernd Frohmann com a Informação e Documentação, e também, Birger Hjørland, importante pesquisador da Organização do Conhecimento e Análise de Domínio (MARCIAL et al, 2007).

Sobre Shera, Araújo (2010, p. 26), entende que o paradigma social vai de encontro com as propostas da epistemologia social, isto é, trabalha com o conhecimento em seu sentido prático e social. No entanto, o nosso objetivo não é aprofundarmos a discussão na epistemologia social, embora ambas tenham relações em comum.

Segundo Japiassu e Marcondes (1989, p. 266), o paradigma é um modelo ou um exemplo, que foi analisado por Thomas Kuhn no processo de formação e revolução das teorias científicas, a fim de proporcionar modelos advindos de tradição coerente da pesquisa científica. De acordo com Ostermann (1996, p. 185), para Kuhn, a ciência segue o seguinte modelo de evolução: uma sequência de procedimentos metodológicos de estágios de ciência normal, nos quais a comunidade de investigadores/cientistas adere a um paradigma, interrompidos por revoluções científicas (ciência extraordinária). Manocchi (2006, p. 31), compreende que, o paradigma é “uma adjetivação possível seria que os paradigmas são dinâmicos, ou seja, eles se estendem tanto quanto se desenvolve a ciência a que se referem e esta depende deles para desenvolver-se”.

Cunha e Cavalcanti (2008, p. 275), destaca que o paradigma é um “conjunto de unidades suscetíveis de aparecerem num mesmo contexto, sendo, portanto, comutáveis e mutuamente exclusivas”.

No paradigma social, segundo Tanus (2014), a informação migra do usuário para um ponto de vista de construção social, o usuário se torna responsável por sua construção e interpretação, isto é, o usuário tem autonomia de produzir, interpretar e socializar a informação para um determinado grupo seja este usuário pertencente a ele ou não. A interação se dá atrelada a contextos e diversos ambientes (culturais, políticos, econômicos e sociais).

Neste modelo,

é possível verificarmos que o usuário tem certa autonomia para produzir, organizar e obter acesso a informação que será utilizada por um determinado grupo, e fazendo

com que essa informação possa se transformar em conhecimento, e que ele seja socializado para uma comunidade, a fim de satisfazer a necessidade informacional daquele determinado grupo. Além do mais, enfatiza-se que o paradigma social compreende o lugar em que o sujeito está inserido e direciona a Ciência da Informação para uma abordagem mais voltada para o significado da informação, bem como nas relações sociais, culturais e discursivas (TOBIAS; CORRÊA, 2019, p. 563).

O Paradigma Social enfoca a recuperação dos elementos subjetivos dos usuários para a definição do desenho dos sistemas de recuperação, considerando sua visão de mundo. Assim, a Ciência da Informação volta-se para um enfoque interpretativo, centrado no significado e no contexto social do usuário e do próprio sistema de recuperação da informação (ALMEIDA et. al, 2007, p. 22). Para Araújo (2012), a recuperação da informação tem o seu enfoque na necessidade do usuário, isto é, o sujeito informacional é o ator principal deste processo, é preciso levar em consideração a cultura da comunidade, seus aspectos sociais, filosóficos, sociológicos, linguísticos e antropológicos, isso contribuirá para que o profissional da informação possa auxiliar na elaboração dos SOC's em comunidades que são esquecidas pelo Estado.

No âmbito da Ciência da Informação,

Uma consequência prática desse paradigma é o abandono da busca de uma linguagem ideal para representar o conhecimento ou de um algoritmo ideal para modelar a recuperação da informação a que aspiram o paradigma físico e o cognitivo, visto que todo sistema de informação está destinado a sustentar a produção, coleta, organização, interpretação, armazenamento, recuperação, disseminação, transformação e uso de conhecimentos e deveria ser concebido no marco de um grupo social concreto e para áreas determinadas (RENAULT; CABRAL, 2007, p. 11).

Com base na reflexão de Dal'Evedove (2014, p. 57), podemos pensar a informação no paradigma social como um fenômeno de valor social, apresentando um caráter voltado para as manifestações culturais, linguísticas, sociológicas, antropológicas, e políticas, em razão de compreendermos a informação como uma ocorrência que contribui na compreensão do indivíduo enquanto um ser dotado de autonomia para produzir e interagir com a informação por ele produzida, ou por uma determinada comunidade, nessa perspectiva, entende-se que a Ciência da Informação necessita de bases sociológicas para a compreensão de seu objeto de estudo, isto é, a informação registrada, materializada e socializada para um acesso futuro.

Segundo Orom (2000) e Nascimento (2006), é preciso entender o contexto histórico e social no campo da Ciência da Informação, visto que o objeto de pesquisa está sujeito às mudanças históricas, podendo ser afetado pelas inúmeras perspectivas de progresso social.

Ressaltamos que os paradigmas (físico, cognitivo e social) não devem ser tomados como modelos excludentes entre si, na realidade, para Manocchi (2006, p. 33), ele subsiste até que outro venha a resolver o problema do paradigma vigente, precisamos lembrar que eles se complementam, ou seja, os estudos de usuários perpassam todos esses períodos, cada qual com a sua especificidade, pois devemos levar em consideração que os paradigmas foram implementados em diferentes contextos, nesse sentido, o paradigma social é aquele que mais se aproxima dos estudos socioculturais.

No contexto da abordagem sociocultural, Tanus (2014, p. 155), explica que os usuários passaram por inúmeras transformações no decorrer de sua formação, a princípio, pela abordagem no sentido tradicional ou positivista, que estava centrada no comportamento informacional. Para Ribas e Moura (2006, p. 130), "a abordagem sociocultural enfatiza que a atividade humana é mediada e nela tem sido investigado o desenvolvimento humano dentro das práticas culturais dos grupos, que supõem o uso de diferentes formas de mediação". Logo, o sujeito possui um protagonismo com relação à produção do conhecimento, e a identidade cultural de uma comunidade deve ser levada em consideração na elaboração dos SOC's.

Tanus (2014) declara que a abordagem sociocultural comumente pode ser associada a uma abordagem crítica dos estudos de usuários, pois ao longo da história, essa proximidade tinha relação com o materialismo histórico dos sociólogos Karl Marx e Friedrich Engels, tendo como aspecto fundamental o ambiente histórico e a coletividade dos seres humanos.

Para Ribas e Moura (2006, p. 130), a abordagem sociocultural defende que a atividade

humana é mediada, e que o desenvolvimento humano é analisado dentro das práticas culturais das comunidades/grupos. O ato de mediar é de extrema importância na disseminação do conhecimento entre um determinado grupo.

Nascimento (2006) e Dal'Evedove e Fujita (2013, p. 33), indicam que “a compreensão da informação no contexto da orientação social vale-se dos processos socioculturais envolvidos, uma vez que o valor informativo está inserido em um domínio específico”. Dessa maneira, está relacionada a um domínio, sendo que, o domínio tem a sua base estrutural e conceitual na análise de domínio é uma abordagem de Hjørland, e que têm influência da teoria da atividade de Vygotsky e Leontiev.

A abordagem sociocultural pode ser aplicada aos processos que envolvem os estudos culturais e sociais de uma determinada comunidade, principalmente aos estudos de usuários, segundo suas preferências, comportamentos, hábitos, costumes e modelos mentais adquiridos ao longo da vida,

Sendo também com esse olhar que a abordagem sociocultural dos estudos de usuários irá trabalhar, de que a vida social é fruto de um produto e processo das condições sociais determinadas pelos contextos culturais em que cada sujeito desenvolve e desempenha seu papel, estabelecendo relações com o outro frente à dinâmica da sociedade (TANUS, 2014, p. 157).

Tanus (2014), lembra que na abordagem sociocultural, a ideia de informação é vista como uma construção social, que envolve a coletividade e o valor relevante da informação, sob influências de aspectos históricos e socioculturais. Nascimento (2006), diz que podemos compreender que a informação deve ser desenvolvida como um problema social, concebido como um fato da ordem cultural e da humanidade. Em seu sentido mais estrito, a informação também é entendida como o fator preponderante para a geração do conhecimento.

Em virtude da importância atribuída ao coletivo e a visão de que os usuários não são sujeitos nulos, determinados pelas características sócio-demográficas, nem estão inseridos em mundos isolados, mas em mundos construídos socialmente (ARAÚJO, 2010). Logo, entende-se que o coletivo é um fator importante para que os usuários não sejam tratados como sujeitos isolados de seu contexto social de produção do conhecimento.

Os pesquisadores que trabalham com a abordagem sociocultural se valem de inúmeras contribuições teóricas como base para os estudos de usuários, principalmente, aqueles que são provenientes das Ciências Sociais e Humanas (TANUS, 2014).

Com relação à interdisciplinaridade, Dal'Evedove (2014, p. 65), lembra que principalmente na década de 1990, a abordagem sociocultural foi relacionada a inúmeras áreas do conhecimento, como a Antropologia, Sociologia, Psicologia e a Educação. Ainda por esse ângulo, a abordagem sociocultural provém de uma interdisciplinaridade com diversas áreas do conhecimento principalmente das ciências humanas e sociais, como a antropologia, sociologia, psicologia e a educação, essas áreas contribuíram para o seu desenvolvimento teórico e metodológico (RIBAS; MOURA, 2006).

Em síntese, entendemos que a abordagem sociocultural possui aportes de outras áreas do conhecimento, isso contribui na compreensão de um determinado grupo social, e faz com que as unidades de informação possam prestar melhores serviços a esses grupos, e que precisam de uma atenção maior para o acesso à informação e ao conhecimento. Pois para os grupos excluídos, a informação e o conhecimento são sinônimos de representatividade e poder de decisão, de mudar uma sociedade, e também, de desenvolvimento científico, tecnológico, cultural, econômico e social.

4 OS SISTEMAS DE ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO NO PARADIGMA SOCIAL: uma análise teórica a partir da abordagem sociocultural

Nesta seção, a análise será sobre os SOC's, cujo objetivo principal é analisar como se dá a vinculação teórica no paradigma social, e por sua vez, como esses conceitos são estudados a partir de uma abordagem sociocultural, levando em consideração como uma comunidade mais carente tem a necessidade de acesso e uso da informação para o seu desenvolvimento e ascensão social.

O foco está na discussão de compreender como os SOC's são elaborados e acessados em comunidades que estão inseridas no paradigma social a partir de uma abordagem sociocultural. Os SOC's são em sua maioria utilizados em bibliotecas universitárias, especializadas, públicas, e é

importante destacarmos que em uma comunidade mais vulnerável socialmente, as bibliotecas em sua maioria adotam instrumentos específicos para a representação e organização do conhecimento.

Nesse sentido, Rabello (2013), destaca o papel do sujeito como protagonista na produção do conhecimento em sua comunidade, pois esse sujeito não é apenas aquele que faz uso da informação, mas aquele que além de produzir, se apropria e dissemina informação, independentemente de seu contexto social e o seu uso, a fim de dar legitimidade ao seu grupo, visto que a informação potencializa o desenvolvido do sujeito perante a sociedade, demonstrando o seu papel na tomada de decisão e no rumo da política social, econômica, cultural.

Bembem, Oliveira e Santos (2015, p. 190), apontam que os sujeitos de uma comunidade não são apenas usuários passivos de informação, são indivíduos ativos na construção do conhecimento. A atuação dos próprios sujeitos no contexto do paradigma social, e com base em uma abordagem sociocultural está conectada com a autonomia cultural, social e linguística daquele grupo. Por mais que determinados SOC's não representem esses usuários no sistema, é importante que eles possam estabelecer políticas e regras de representação, organização, acesso e uso da informação e do conhecimento. Isto é, por pertencerem àquela cultura, nada mais justo que eles adotem esquemas de representação, organização e de acesso aquele determinado conhecimento.

Em uma comunidade dotada de aspectos multiculturais, as demandas por sua vez são delimitadas conforme a capacidade de interpretação e representação da realidade, segundo as suas crenças, costumes, signos e símbolos culturais. Por sua vez, os sistemas de organização do conhecimento apresentam uma realidade muito distante desses usuários, isso faz com que essas comunidades não tenham a oportunidade de ter acesso ao conhecimento produzido pelas bibliotecas, uma vez que, a implementação dos SOC's presume de maneira geral a destinação de recursos financeiros advindos do poder público e privado.

Com relação aos SOC's, é preciso entender que a utilização desses sistemas ainda é restrito a determinados grupos sociais, ou seja, a incipiência na implementação desses SOC's para esses grupos tende a excluí-los cada vez mais do acesso à informação, e consequentemente ao processo democrático de dar voz e legitimidade a ações promovidas por eles.

É importante que esses grupos por meio de profissionais ou ações em instituições privadas ou públicas possam ter conhecimento sobre o assunto e sobre os sistemas, uma vez que, os mesmos "os representam", a partir do momento que são indexados, classificados, selecionados e nomeados por esses. Não adianta somente falar sobre algo, mas sobretudo, é necessário falar para todos.

Nesse sentido, que possamos participar de ações que nos ouçam e nos representem de fato o que somos e não o que acham que podemos ser. Representar e classificar é categorizar sujeitos, por vezes, inserindo ou segregando a grupos, essas, são práticas que estão atreladas a interesses que podem impactar no desenvolvimento cultural e educacional na sociedade, considerando que informação e cultura são uma das poucas esperanças de ainda termos para nossa dignidade e bem-estar social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, a proposta foi analisar os SOC's em seu aspecto teórico, e, além disso, propor discussão no contexto do paradigma social, tendo como foco central a abordagem sociocultural no campo da Ciência da Informação. Foi possível analisarmos que determinadas comunidades são excluídas do processo de elaboração dos SOC's, e que também, muitas vezes, esses usuários são excluídos pela sociedade e pelo poder público, não dispõe de capacidade para terem acesso à informação produzida pelas unidades de informação. Por outro lado, esses sujeitos a partir de uma abordagem sociocultural têm tido protagonismo em relação à produção e à disseminação da informação e do conhecimento, ou seja, eles não estão restritos apenas ao gerenciamento e uso da informação, agora são produtores.

Isso se deve ao fato do modelo vigente subsidiar essa capacidade e autonomia do usuário em produzir e socializar a informação e o conhecimento para os seus pares, essa ação seria bem mais difícil se dependesse dos paradigmas anteriores, considerando-se que esses grupos sempre atuaram de maneira prática e criativa no sentido de elaborarem as suas próprias políticas de elaboração e acesso aos sistemas de organização do conhecimento.

Analisou-se que essas comunidades têm um certo protagonismo, mas que ainda não é o suficiente, devido à exclusão que esses usuários vêm sofrendo ao longo do tempo. Uma solução que

poderia contribuir para que eles possam ser visto pelo poder público, consiste na mudança de olhar governamental para essas comunidades, em que deveriam ser elaboradas políticas públicas para esses usuários terem mais acesso, no entanto, isso está ficando cada vez mais difícil, por inúmeros motivos, o principal deles é a ascensão de governos e regimes fascistas e neofascistas em nossa sociedade, principalmente na América Latina, onde estão concentrados inúmeros países que dependem de ajuda governamental para se desenvolverem em seus mais variados aspectos.

Em um trabalho futuro, pretende-se investigar e propor a aplicabilidade dos SOC's em bibliotecas públicas e comunitárias, a partir de uma Abordagem Cognitiva e Sociocultural sob a Análise de Domínio de Birger Hjørland partindo da Epistemologia Social de Jesse Shera e Margaret Egan.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, D. P. dos R. de *et al.* Paradigmas contemporâneos da Ciência da Informação: a recuperação da informação como ponto focal. **Revista Eletrônica Informação e Cognição**, v. 6, n. 1, 2007.

AQUINO, I. J; CARLAN, E; MEDEIROS, M. B. B. Princípios classificatórios para a construção de taxonomias. **Ponto de Acesso**, Salvador, v. 3, n. 3, p. 196-215, dez. 2009.

ARAÚJO, C. A. Á. Fundamentos teóricos da classificação. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, v. 11, n. 22, p. 117-140, 2006.

ARAÚJO, C. A. Á. Estudos de usuários conforme o paradigma social da ciência da informação: desafios teóricos e práticos de pesquisa. **Informação & Informação**, Londrina, v. 15, n. 2, p. 23-29, jul./dez. 2010.

ARAÚJO, C. A. Á. Paradigma social nos estudos de usuários da informação: abordagem interacionista. **Inf. & Soc.:Est.**, João Pessoa, v.22, n.1, p. 145-159, jan./abr. 2012.

AZEVEDO, M. D. F. S. D. **Organização do conhecimento: um estudo bibliométrico**. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) - Bacharelado em Biblioteconomia. Universidade Federal do Rio Grande - FURG, 2013.

BEMBEM, A. H. C.; OLIVEIRA, H. P. C.; SANTOS, P. L. V. A. C. O paradigma social e o tempo do conhecimento interativo: perspectivas e desafios para a arquitetura da informação pervasiva. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 20, n. 4, p. 181-196, out./dez. 2015.

CARLAN, E. **Sistemas de Organização do Conhecimento: uma reflexão no contexto da Ciência da Informação**. 195 f. Dissertação (mestrado em Ciência da Informação) - Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Ciência da informação e Documentação - FACE, Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

CARLAN, E; MEDEIROS, M. B. B. Sistemas de Organização do Conhecimento na visão da Ciência da Informação. **RICI: R.Ibero-amer. Ci. Inf.**, ISSN 1983-5213, Brasília, v. 4, n. 2, p. 53-73, ago./dez.2011.

CUNHA, M. B. da; CAVALCANTI, C. R. de O. **Dicionário de biblioteconomia e arquivologia**. Briquet de Lemos, 2008.

DAL'EVEDOVE, P. R. **O tratamento temático da informação em abordagem sociocultural: diretrizes para definição de política de indexação em bibliotecas universitárias**. 266 f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2014.

DAL'EVEDOVE, P. R; FUJITA, M. S. L. Estudo sociocultural da comunidade discursiva do tratamento temático da informação em bibliotecas universitárias. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, v. 18, n. 36, p. 23-50, 2013.

HJØRLAND, B. The foundation of the concept of relevance. **Journal of the American Society for Information Science and Technology**, v. 61, n. 2, p. 217-237, 2010.

HJØRLAND, B. Is classification necessary after Google?. **Journal of Documentation**, v. 68, n. 3, p. 299-317, 2012.

JAPIASSÚ, H; MARCONDES, D. Dicionário Básico de Filosofia. **Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor**, 1989.

MANOCCHI, L. F. **Paradigmas em Kuhn: contexto, imagem e ação**. 86 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Pontifícia Universidade Católica – Programa de Pós-Graduação em Filosofia, São Paulo. 2006.

MARCIAL, E. C; RAMOS, H. de S. C; SHINTAKU, M; RODRIGUES, R. C.; VASCONCELOS, W. Epistemologia da Ciência da Informação: a presença do paradigma social de Capurro na literatura. **VIII ENANCIB - Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação**, Salvador, Bahia, Brasil. 2007.

MAZZOCCHI, F. Knowledge organization system (KOS): an introductory critical account. **KNOWLEDGE ORGANIZATION**, v. 45, n. 1, p. 54-78, 2018.

MORAES, I. S. de. **Os conceitos de sistemas de organização do conhecimento e linguagens documentárias: análise de domínio nos PPGCs–UNESP e UFMG**. 117 f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2017.

NASCIMENTO, D. M. A abordagem sócio-cultural da informação. **Inf. & Soc.:Est.**, João Pessoa, v.16, n.2, p.25-35, jul./dez. 2006.

ØROM, A. Information Science, historical changes and social aspects: a Nordic outlook. **Journal of Documentation**, v.56, n.1, p.12-26, Jan.2000.

OSTERMANN, F. A epistemologia de Kuhn. **Caderno catarinense de ensino de física. Florianópolis. Vol. 13, n. 3 (dez. 1996), p. 184-196**, 1996.

RABELLO, R. Leituras sobre usuário e uso de informação na Ciência da Informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, 18, n. 4, Dezembro 2013. 152-184.

RENAULT, L. V; CABRAL, A. M. R. Paradigmas e modelos em Ciência da Informação. **VIII ENANCIB - Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação**, Salvador, Bahia, Brasil. 2007.

RIBAS, A. F. P; MOURA, M. L. S. de. Abordagem sociocultural: algumas vertentes e autores. **Psicologia em estudo**, v. 11, n. 1, p. 129-138, 2006.

ROQUETA, M. B. Sistemas de Organização do Conhecimento: uma tipologia atualizada. **Inf. Inf., Londrina**, v. 16 n. 3, p. 122 – 139, jan./ jun. 2011.

SCHIESSL, M; SHINTAKU, M. Sistemas de organização do conhecimento. **Organização da informação e do conhecimento: conceitos, subsídios interdisciplinares e aplicações**. São Paulo: B4 Editores, p. 49-118, 2012.

SMITH, B. Ontology. In: **The furniture of the world**. Brill Rodopi, 2012. p. 47-68.

TANUS, G. F. D. S. C. Enlace entre os estudos de usuários e os paradigmas da ciência da informação: de usuário a sujeitos pós-modernos. **RBBB. Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, 10, n. 2, Outubro 2014. 144-173.

TOBIAS, M. S; CORRÊA, E. C. D. O paradigma social da Ciência da Informação: o fenômeno da pós-verdade e as fake news nas mídias sociais. **Revista ACB**, v. 24, n. 3, p. 560-579, 2019.

ZENG, M. L; MAI CHAN, L. Trends and issues in establishing interoperability among knowledge organization systems. **Journal of the American Society for information science and technology**, v. 55, n. 5, p. 377-395, 2004

ZENG, M. L. Knowledge organization systems (KOS). **KNOWLEDGE ORGANIZATION**, v. 35, n. 2-3, p. 160-182, 2008.

**PERCEPÇÕES DE EDUCADORES E PROFISSIONAIS DA CONTABILIDADE SOBRE OS
CONTEÚDOS DO ENSINO EM CONTABILIDADE FORENSE**

**PERCEPTIONS OF ACCOUNTING EDUCATORS AND PROFESSIONALS ON THE CONTENTS OF
TEACHING IN FORENSIC ACCOUNTING**

Área temática: Educação e Desenvolvimento.

AMARAL, Leonardo Barbosa

Universidade Federal de Minas Gerais

Doutorando em Controladoria e Contabilidade (UFMG), Mestre em Controladoria e Contabilidade (UFMG), Especialista em Auditoria e Gestão de Riscos Corporativos (UNA) e Bacharel em Ciências Contábeis (UNA). Possui certificação em *Forensic Accounting and Fraud Examination* pela *West Virginia University* (EUA).
leonardoamaral@ufmg.br

GONÇALVES, Márcio Augusto

Universidade Federal de Minas Gerais

Possui graduação em Engenharia Civil (1982), especialista em Análise de Sistemas pelo ICEx/UFMG (1986), mestrado em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais (1993) e PhD em Administração - Aston University (2002).
marciouk@yahoo.com

CUNHA, Jacqueline Veneroso Alves da

Universidade Federal de Minas Gerais

Graduação em Ciências Contábeis (1995), pelo Unicentro Newton Paiva (BH/MG), Mestrado (2002) e Doutorado (2007) em Ciências Contábeis, pela Universidade de São Paulo (SP/SP).
jvacbr@yahoo.com.br

Resumo

Este estudo relata as percepções de profissionais e de acadêmicos sobre o ensino da Contabilidade Forense, mais especificamente, procura identificar os conteúdos que devem ser abordados para que sejam desenvolvidos conhecimentos e habilidades inerentes à Contabilidade Forense, utilizando-se da técnica *Delphi*. Para tal propósito, foi formada uma comissão de 25 especialistas brasileiros, com formação heterogênea, representativa dos campos acadêmico e profissional. Com base em levantamentos na literatura, inicialmente, 34 conteúdos foram apresentados à comissão, sendo um desses excluído após a primeira rodada. Além disso, os especialistas acrescentaram 14 novos conteúdos e vários comentários foram feitos ao longo do processo. Para que se atingisse o consenso, foram necessárias três rodadas. Os resultados do estudo revelam que não só houve diferenças no *ranking* dos conteúdos, mas também algumas diferenças estatisticamente significativas nas percepções entre os dois grupos. Os praticantes tendem a classificar em posições mais altas os conteúdos relacionados à fraude do que os acadêmicos, talvez motivados por suas experiências profissionais. Este estudo avança na literatura sobre o ensino da Contabilidade Forense e seus resultados fornecem uma visão útil sobre esse recorrente tema de pesquisa.

Palavras-chave: Contabilidade Forense, Currículo Acadêmico, Ensino.

Abstract

This study reports the perceptions of professionals and academics on the teaching of Forensic Accounting, more specifically, it seeks to identify the contents that should be addressed in order to develop knowledge and skills inherent to Forensic Accounting, using the Delphi technique. For this purpose, a committee of 25 Brazilian specialists was formed, with heterogeneous backgrounds, representative of the academic and professional fields. Based on literature surveys, 34 contents were initially presented to the committee, one of which was excluded after the first round. In addition, the

experts added 14 new contents and several comments were made throughout the process. In order to reach consensus, three rounds were required. The results of the study reveal that there were not only differences in the ranking of the contents, but also some statistically significant differences in perceptions between the two groups. Practitioners tended to rank fraud-related content higher than academics, perhaps motivated by their professional experiences. This study advances the literature on the teaching of Forensic Accounting and its results provide useful insight into this recurring research topic.

Keywords: Forensic Accounting, Academic Curriculum, Teaching.

1 INTRODUÇÃO

A atividade de contador forense existe há quase 200 anos. A referência mais antiga foi encontrada em 1824 em uma circular de publicidade de um contador em Glasgow, na Escócia. Árbitros, juízes e conselheiros usavam contadores forenses para investigar atividades fraudulentas. O interesse pela Contabilidade Forense se espalhou pelos Estados Unidos e Inglaterra no início do século XX. Uma das primeiras instituições a usar os serviços de tais contadores investigativos foi o *Internal Revenue Service* (IRS), um serviço de receita do Governo Federal dos Estados Unidos. Durante a Segunda Guerra Mundial, o *Federal Bureau of Investigation* (FBI), unidade de polícia do Departamento de Justiça dos Estados Unidos, decidiu usar contadores forenses e empregou quase 500 desses agentes (RAMASWAMY, 2007; NUNN *et al.*, 2006).

Segundo Singleton e Singleton (2010), a Contabilidade Forense é uma das profissões mais antigas e remonta aos egípcios. Os “olhos e ouvidos” do faraó era uma pessoa que basicamente servia como um contador forense, atento aos inventários de grãos, ouro e outros bens. A pessoa tinha que ser confiável, responsável e capaz de lidar com uma posição de influência.

Nos dias atuais, os escândalos financeiros ocorridos tiveram grande notoriedade. Por exemplo, as fraudes ocorridas nas empresas Tyco (2000), Enron (2001), WorldCom (2001), Adelphia (2002) e Xerox (2002), nos Estados Unidos. No Brasil, as fraudes ocorridas nas empresas Petrobras, Odebrecht e diversas outras do setor de construção civil, culminaram na Operação Lava Jato (2014), conduzida pela Polícia Federal (PF), que é a maior investigação de corrupção e lavagem de dinheiro que o Brasil já teve.

Silva (2012) esclarece que, a partir dos escândalos financeiros da Enron e WorldCom, teve início uma grave crise de confiança no conjunto de sistemas de controle dessas empresas, em que milhares de pessoas depositaram seus recursos. Segundo o autor, essa perda de credibilidade no ambiente corporativo provocou o fortalecimento da Contabilidade Forense, que consiste na integração das habilidades contábeis, investigativas e de auditoria. É vista como uma área de especialização para contadores e outros profissionais em áreas afins, como direito, criminologia, sociologia, psicologia, inteligência, informática e outras ciências forenses (KRANACHER *et al.*, 2008). A Contabilidade Forense é pouco explorada no Brasil, sendo que a maior parte da produção científica sobre o tema é oriunda de literatura estrangeira (IMONIANA; AQUINO, 2017). Segundo Ribeiro (2009), o papel da Contabilidade Forense pode ser confundido com o da Auditoria e da Perícia Contábil. Por outro lado, Ramaswamy (2007) argumenta que a Auditoria assumiu a posição de que não é atribuição do auditor externo detectar fraudes, sendo que o objetivo da Auditoria é aumentar o grau de confiança nas demonstrações contábeis por parte dos usuários. Isso é alcançado mediante a expressão de uma opinião sobre as demonstrações contábeis (ISA 200, 2009).

Enquanto a Perícia Contábil ocupa-se em atestar a veracidade de informações perante um julgador (IMONIANA; AQUINO, 2017), a Contabilidade Forense tem como foco principal a prevenção, detecção e investigação de fraudes e de corrupção. Cabe ressaltar que, conforme Crain *et al.* (2015), um contador forense pode atuar em diversas subespecialidades. Nesse aspecto, Silva (2012) esclarece que esse profissional, como funcionário de seguradoras, bancos, forças policiais, agências governamentais e outras organizações.

Considerando os aspectos apresentados e a restrição da responsabilidade da Auditoria e da Perícia Contábil pela detecção de fraudes, torna-se necessária a sensibilização para medidas de prevenção, detecção e investigação de fraudes e de corrupção, a fim de abordar com eficácia esse problema crescente na sociedade.

Consequentemente, a demanda por profissionais com maior conscientização sobre fraudes e Contabilidade Forense cresceu. Como parte dessa demanda, torna-se imprescindível que as partes

interessadas compreendam os conhecimentos e as habilidades necessárias, para que esses profissionais possam desenvolver as atividades da Contabilidade Forense (KRANACHER *et al.*, 2008).

Diante disso, alguns pesquisadores já se propuseram a investigar e encontrar currículos adequados para futuros contadores forenses, tais como Crumbley *et al.* (2004), West Virginia University (2007), Rezaee *et al.* (2014), Crumbley *et al.* (2015), Ramadhan (2015) e Bhavani e Mehta (2018). No entanto, o campo da Contabilidade Forense deve ser entendido como um campo social e, portanto, seu contexto muda de acordo com o país e sua cultura, por estarem em diferentes estágios de desenvolvimento da Contabilidade Forense. Para Huang e Ihlás (2017), a maior parte da pesquisa em Contabilidade Forense é conduzida nos Estados Unidos. Assim, as universidades de outros países não apresentam uma base teórica específica para a formulação de currículos de Contabilidade Forense.

A proposta deste estudo é responder à seguinte questão: Quais conteúdos programáticos devem ser abordados para que sejam desenvolvidos conhecimentos e habilidades inerentes à Contabilidade Forense, nas percepções de acadêmicos e de profissionais da contabilidade?

Portanto, o objetivo deste estudo é comparar e contrastar os pontos de vista de acadêmicos e de profissionais que atuam na área de Contabilidade Forense, sobre os conteúdos programáticos que devem ser abordados para que sejam desenvolvidos conhecimentos e habilidades inerentes à Contabilidade Forense.

A importância de pesquisas sobre o ensino da Contabilidade Forense pode ser justificada por Kranacher *et al.* (2008). Segundo eles, há uma demanda crescente de contadores na área de serviços de consultoria forense e judicial para calcular estimativas de perdas (danos), localizar ativos escondidos em situações de divórcio ou calcular avaliações de negócios. Como resultado dessas tendências, os indivíduos que procuram entrar no campo especializado de fraude e Contabilidade Forense, bem como os empregadores que contratam esses profissionais, acabam por instar as instituições educacionais a aumentar a cobertura da fraude e da Contabilidade Forense em seus programas acadêmicos. Nesse sentido, as instituições acadêmicas são confrontadas com uma série de questões relativas à natureza, à extensão e ao formato de um currículo relevante e abrangente.

Portanto, este estudo tem a intenção de atender às necessidades das (i) comunidades acadêmicas; (ii) profissionais e (iii) da própria sociedade. Dessa forma, pretende-se: auxiliar educadores no desenvolvimento de conteúdos e programas adequados, considerando a fraude em suas multiformas; melhor compreender os conhecimentos e habilidades exigidos aos que querem entrar neste campo profissional e contribuir para o desenvolvimento social, tendo em vista que a fraude e a corrupção produzem graves consequências financeiras e patrimoniais, comprometendo a imagem e a continuidade dos negócios, podendo levar a organização à falência ou mesmo ao encerramento de suas atividades (Silva, 2012). Além disso, esses atos desviam recursos destinados a serviços essenciais, principalmente cuidados de saúde, educação, acesso à água potável, ao saneamento e à habitação.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta seção, são apresentados estudos que servem de referência à pesquisa. Discute-se mais detalhadamente sobre a Contabilidade Forense, para então se aprofundar no conjunto de conteúdos que delineiam o ensino da Contabilidade Forense.

2.1 Definição de Contabilidade Forense

O termo *Forensic Accounting* vem originalmente do idioma inglês. A palavra forense (*forensic* em inglês) é um termo coletivo para áreas de trabalho científico e técnico em que os atos criminosos são sistematicamente investigados. Forense indica ser derivado do latim *forum*, que significa foro (praça pública). Na Roma antiga, os julgamentos, as investigações, os veredictos e o sistema penal eram publicamente mantidos em grande parte na praça pública. A palavra *accounting* significa contabilidade. A Contabilidade Forense é, portanto, uma subárea da ciência forense que lida com atos criminosos no campo da contabilidade, no sentido mais amplo de crimes econômicos (HLAVICA; KLAPPROTH; HÜLSBERG, 2017).

Segundo Özkul e Pamukçu (2012, p. 29), forense significa “pertencer ao tribunal”, “ser aceito como padrão em casos legais”. Os autores esclarecem que a Contabilidade Forense integra os campos de contabilidade, auditoria e habilidades de investigação. Nesse sentido, ela busca

reconstituir fatos econômicos e financeiros, por intermédio de evidências na contabilidade e nos seus ambientes auxiliares, para a apuração de atos fraudulentos ou litigiosos. Por possuir conhecimentos específicos, ela pode atuar tanto de forma detectiva quanto preventiva, mitigando a ocorrência de tais atos (Silva, 2011).

Crain *et al.* (2015) explicam as diferenças existentes entre a Contabilidade Forense e a Contabilidade Tradicional. Segundo eles, a Contabilidade Tradicional envolve registrar, classificar, analisar e reportar dados e informações financeiras. A ênfase está na conversão de dados financeiros brutos em informações úteis para os tomadores de decisão, usando uma estrutura de relatório financeiro. A informação útil é tipicamente apresentada aos tomadores de decisão na forma de demonstrações financeiras. Em resumo, o produto do trabalho do contador tradicional é uma ou mais demonstrações financeiras. Por outro lado, o produto típico do trabalho dos contadores forenses tende a ser muito diferente daqueles produzidos por contadores tradicionais. O escopo de cada projeto da Contabilidade Forense é único e o produto do trabalho flui do escopo do projeto em particular. Tais produtos de trabalho geralmente consistem em um relatório escrito ou oral de descobertas, recomendações ou ambos. Quando testemunham perante um juiz, os contadores forenses normalmente expressam suas descobertas como opiniões de especialistas.

O que se percebe é que a Contabilidade Forense está fundamentada na integração das habilidades contábeis, investigativas e de auditoria, com ênfase na prevenção, na detecção e na investigação de fraudes e de corrupção. Além disso, os profissionais especializados nessa área podem atuar em uma série de subespecialidades relacionadas a questões econômicas ou financeiras.

2.2 Conteúdos do Ensino em Contabilidade Forense

Desde que o ensino da Contabilidade Forense começou a se desenvolver em todo o mundo, as universidades inevitavelmente procuraram implementá-la em seus currículos. Diante disso, alguns estudiosos se propuseram a investigar e encontrar currículos adequados para futuros contadores forenses. No entanto, deve-se considerar que o ensino da Contabilidade Forense não é o mesmo em todo o mundo, seu conteúdo pode mudar significativamente de acordo com as circunstâncias e percepções de cada país.

A ideia de uma estrutura de conteúdos para compor um currículo de Contabilidade Forense usada neste estudo, baseia-se nas pesquisas de Crumbley *et al.* (2004), West Virginia University (2007), Ramamoorti (2008), Rezaee *et al.* (2014), Crain *et al.* (2015), Crumbley *et al.* (2015), Ramadhan (2015) e Bhavani e Mehta (2018). A maioria desses conteúdos é derivado de programas de cursos de Contabilidade Forense oferecidos por universidades renomadas, localizadas principalmente nos Estados Unidos, que atualmente ocupam uma posição de liderança mundial no campo da Contabilidade Forense.

2.3 Estudos Anteriores

Rezaee e Burton (1997) realizaram um estudo que teve como um dos principais objetivos comparar e contrastar os pontos de vista de acadêmicos e de profissionais examinadores de fraude sobre a direção futura e o papel da educação em Contabilidade Forense. Participaram deste estudo 777 acadêmicos em todo os Estados Unidos, além de aproximadamente 500 profissionais praticantes selecionados aleatoriamente a partir do diretório de membros da *Association of Certified Fraud Examiners* (ACFE). Os entrevistados esperam que a demanda e o interesse pela educação e pela prática em Contabilidade Forense continuem. Em relação à oferta do curso de Contabilidade Forense, os autores concluíram que os pontos de vista entre os praticantes e acadêmicos divergiam, pois no ponto de vista dos profissionais praticantes, os cursos deveriam ser oferecidos em separado (62,9%), ao contrário dos acadêmicos, para os quais (68,3%) deveriam ser integrados os conteúdos da Contabilidade Forense aos cursos de contabilidade e auditoria existentes. Tratando-se dos conteúdos a serem abordados em um curso de Contabilidade Forense, os que foram classificados como mais importantes, tanto por acadêmicos quanto por profissionais, foram: “Fundamentos da Fraude”, “Fraude Financeira e a Responsabilidade dos Contabilistas”, “Avaliação do Controle Interno e Amostragem Estatística”, “Red Flags” e “Tipos de Fraude”. Entretanto, houve diferenças estatisticamente significativas nas respostas entre os acadêmicos e os profissionais, em 18 dos 26 conteúdos apresentados. As diferenças mais robustas nos *rankings* entre eles foram nos seguintes tópicos: “Habilidades de Entrevista Profissional e Aspectos Legais das Entrevistas” e “Padrões

Profissionais em Contabilidade Forense”. Ao contrário dos acadêmicos, os profissionais parecem ter mais interesse nesses dois tópicos.

Com o passar dos anos, novos estudos foram surgindo e as divergências com relação aos conteúdos, a serem abordados, foram diminuindo. O trabalho de Daniels, Ellis e Gupta (2013), que vai nessa direção, investiga a percepção de 500 educadores contábeis e 500 profissionais de contabilidade, nos Estados Unidos, sobre a importância relativa aos tópicos de fraude e conteúdos forenses, para inclusão no currículo de contabilidade. Os resultados mostraram que existe um consenso, entre ambos os grupos, sobre a importância em relação à aceitabilidade do conteúdo “Controle Interno” em um curso de Contabilidade Forense, tendo sido este o conteúdo melhor avaliado tanto pelos educadores quanto pelos profissionais. Entretanto, o estudo identificou diferenças significativas em nove dos 21 conteúdos apresentados, que conforme os autores, poderiam ser atribuíveis às experiências profissionais de cada grupo.

DiGabriele (2008) investigou se existem divergências entre as percepções de profissionais, acadêmicos e usuários de serviços da Contabilidade Forense, nos Estados Unidos, sobre as habilidades relevantes de um contador forense. Segundo o autor, as demandas crescentes nos ambientes regulatórios, legais e de negócios, devem estimular os programas de contabilidade a enfatizar e adotar a Contabilidade Forense. Os resultados indicam que os profissionais e os acadêmicos concordam que o “Pensamento Crítico”, a “Resolução de Problemas não Estruturados”, a “Flexibilidade Investigativa”, a “Proficiência Analítica” e o “Conhecimento Jurídico” são habilidades importantes dos contadores forenses. Os usuários de serviços da Contabilidade Forense classificaram a “Análise Dedutiva” como menos importante do que os acadêmicos, no entanto, ambos os grupos concordaram com os profissionais, que consideraram a “Análise Dedutiva” como uma habilidade importante. Os grupos não divergiram quanto às habilidades “Comunicação Oral”, “Comunicação Escrita”, ou “Compostura”. O autor acrescenta que esses resultados mostram que algumas habilidades são relevantes e importantes para o ensino da Contabilidade Forense e que os educadores podem usar essas habilidades como um guia para direcionar o currículo acadêmico com o objetivo de alcançar resultados adequados.

A partir do referencial teórico desenvolvido pelo exame da literatura sobre o ensino da Contabilidade Forense, a pesquisa é direcionada para uma etapa que demonstra o método utilizado para que os resultados da investigação à comissão de especialistas, por meio da técnica *Delphi*, pudessem ser alcançados.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O propósito deste tópico é compreender e sistematizar a forma como este estudo foi delineado. Segundo Marconi e Lakatos (2017), o método científico é o conjunto das atividades sistemáticas e racionais, que permite alcançar o objetivo de produzir conhecimentos válidos e verdadeiros, traçando o caminho a ser seguido.

Neste aspecto, este capítulo será subdividido em caracterização da pesquisa, a técnica *Delphi*, aplicação da técnica *Delphi* para a identificação dos conteúdos que devem ser abordados em um curso de Contabilidade Forense e, por fim, as estatísticas de confiabilidade e de consistência interna.

3.1 Caracterização da pesquisa

Este estudo é classificado como quantitativo-descritivo, pois se pretende identificar e mensurar em grau de importância quais conteúdos são necessários para o ensino da Contabilidade Forense. Esclarecem Marconi e Lakatos (2017) que estudos quantitativo-descritivos são caracterizados pela precisão e controle estatísticos e se fundamentam em investigações de pesquisa empírica cuja principal finalidade é o delineamento ou a análise das características de fatos ou fenômenos, a avaliação de programas ou o isolamento de variáveis principais.

São utilizadas duas estratégias nesta pesquisa. Em primeiro lugar, foi realizado um estudo bibliográfico sobre o tema em questão, para saber em que estado se encontra o problema para o qual se procura uma resposta. Em seguida, foi realizado um levantamento (*survey*) para captar a percepção de especialistas brasileiros no que se refere aos conteúdos do ensino em Contabilidade Forense, sob o enfoque dos desenvolvimentos teóricos verificados na literatura.

3.2 A técnica *Delphi*

O método *Delphi* consiste na aplicação sucessiva de questionários a um painel de especialistas ao longo de várias rodadas. Um dos principais objetivos do método seria o de permitir uma prospecção de tendências futuras sobre o objeto pesquisado. Neste contexto, entre os intervalos de aplicação dos questionários, são feitas análises estatísticas das respostas, com objetivo de reestruturar novos questionários que serão submetidos novamente a comissão de especialistas (KAYO; SECURATO, 1997).

Segundo Vianna (1989), a técnica *Delphi* busca a obtenção do consenso de especialistas, com base em respostas anônimas a questionários e feedback controlado. Esta é, portanto, uma forma estruturada de obter a opinião de especialistas. Kayo e Securato (1997) reforçam que a utilização de especialistas é justificada nos estudos por se tratar de pessoas formadoras de opinião, com declarações confiáveis e respeitadas.

3.3 Aplicação da técnica *Delphi* para identificação dos conteúdos que devem ser abordados em um curso de Contabilidade Forense

A aplicação da técnica *Delphi* foi desenvolvida em três rodadas consecutivas não presenciais, as quais foram processadas a partir de 21/10/2018, data de envio do link do primeiro questionário, a 08/01/2019, quando foi recebida a última resposta da terceira rodada, totalizando 79 dias. Neste estudo, foram convidados 36 especialistas (25 aceitaram o convite) e 23 completaram todas as rodadas (64% dos convidados).

O questionário interativo está estruturado com base na literatura. Inicialmente, foram apresentados 34 conteúdos para que os especialistas escolhessem quais deles são necessários para o ensino da Contabilidade Forense. Esses itens foram selecionados a partir dos estudos de Crumbley *et al.* (2004), West Virginia University (2007), Ramamoorti (2008), Rezaee *et al.* (2014), Crain *et al.* (2015), Crumbley *et al.* (2015), Ramadhan (2015) e Bhavani e Mehta (2018).

Uma vez redigido, o questionário precisa passar por testes antes de sua utilização definitiva, escolhendo-se uma pequena amostra de 3 a 10 colaboradores (MARTINS; THEÓPHILO, 2009). Foram selecionados quatro indivíduos aos quais se aplicou o questionário-base (pré-teste) antes do início da primeira e da segunda rodada. O grupo é composto por dois professores do curso de Ciências Contábeis, com titulações de mestrado (um doutorando), e dois profissionais da área contábil, com titulações em auditoria e perícia contábil. Após a análise dos dados do pré-teste, verificou-se que as questões foram achadas pertinentes ao objeto da pesquisa e não foi necessária a edição (alteração, exclusão ou inclusão) de itens do questionário.

A amostra está composta por especialistas em fraudes nos campos da educação e da prática no Brasil. A escolha desses profissionais foi de forma não probabilística, por acessibilidade. Caracteriza-se, portanto, por amostra de conveniência. Para Anderson, Sweeney e Williams (2009, p. 264), na amostragem por conveniência, “elementos são incluídos na amostra sem probabilidades previamente especificadas ou conhecidas de eles serem selecionados”.

Na primeira rodada, foi apresentada aos especialistas uma lista com 34 conteúdos definidos com base na literatura. Foi solicitado a eles que expressassem sua concordância ou discordância em relação aos itens apresentados e, caso julgasse necessário, poderiam inserir comentários aos conteúdos listados. Além disso, os especialistas poderiam fazer sugestões de outros conteúdos que, conforme suas próprias experiências e seus conhecimentos, também são importantes para o ensino da Contabilidade Forense. Esses novos conteúdos foram analisados, sumarizados e acrescentados à lista da 2ª rodada.

Para a realização da segunda rodada da técnica *Delphi*, após a verificação do percentual de aceitabilidade de cada conteúdo pelo grupo de especialistas, foi possível separá-los em dois grupos, de acordo com o percentual de aceitação: (1) conteúdos com baixa aceitabilidade e (2) conteúdos com média e alta aceitabilidade. Foram considerados conteúdos com baixa aceitabilidade e excluídos da 2ª rodada aqueles que tiveram a concordância de menos da metade dos membros do comitê de especialistas. Aqueles conteúdos caracterizados pela média e alta aceitabilidade (concordância de pelo menos 50% dos membros da comissão) foram selecionados para apresentação aos especialistas na 2ª rodada, com seus percentuais de aceitação. Além disso, foram acrescentados os conteúdos sugeridos pelo grupo. Em seguida, foi solicitado ao comitê de especialistas que atribuisse uma nota de 1 (um) a 5 (cinco) a cada um dos conteúdos apresentados, segundo o grau de importância que ele representa para o ensino da Contabilidade Forense. Sendo assim, a nota 1

representa o menor nível de concordância com o item apresentado e a nota 5 o maior nível de concordância. Os resultados da 2ª rodada, com o escore atingido pelos conteúdos, bem como a média, a mediana e o coeficiente de variação foram apresentados aos especialistas na terceira rodada.

Na terceira rodada, também realizada por meio de um questionário eletrônico, foram apresentados os resultados estatísticos da 2ª rodada e perguntado aos participantes se eles gostariam de reavaliar a nota atribuída na etapa anterior, em virtude do escore, da média, da mediana e do coeficiente de variação das notas atribuídas pela comissão, ou se manteriam a nota atribuída anteriormente. Ou seja, a 3ª rodada de questões serviu como confirmação ou alteração da nota atribuída pelo especialista na 2ª rodada, em face dos resultados apresentados. Caso não fosse alcançado o consenso com a terceira rodada, o mesmo procedimento seria realizado em uma quarta rodada, ou até que o consenso fosse atingido.

Conforme demonstrado por Cunha (2007), Miranda *et al.* (2014) e Nadone (2017), mostra-se produtivo o uso do coeficiente de variação (CV) como critério para estabelecer o momento em que o consenso entre os especialistas foi alcançado. Sendo assim, se o coeficiente de variação for menor que 15%, tem-se uma baixa dispersão das notas, se $15\% < CV < 30\%$, há uma média dispersão, e caso o coeficiente de variação seja maior ou igual a 30%, tem-se uma elevada dispersão (MARTINS; THEÓPHILO, 2009). Neste estudo, os níveis pretendidos de estabilidade nas respostas correspondem ao coeficiente de variação menor que 30% para a maioria das variáveis (Miranda *et al.*, 2014). Adicionalmente, para terminar a consulta e obter um consenso entre os especialistas, utilizou-se a seguinte regra de decisão: pelo menos metade dos conteúdos que haviam alcançado a estabilidade ($CV < 30\%$) deveriam possuir coeficiente de variação menor que 15%. Dessa maneira, o consenso foi alcançado na terceira rodada, em que 100% dos conteúdos apresentam o coeficiente de variação menor que 30%, dos quais 53% possuem $CV < 15\%$.

A classificação final dos conteúdos, em grau de importância, foi dada pelo escore que representa o somatório das notas atribuídas pela comissão de especialistas. Além disso, os resultados foram testados quanto às diferenças de respostas entre os acadêmicos (professores e pesquisadores) e os praticantes (profissionais que atuam no ambiente empresarial).

A verificação de existência de diferenças estatisticamente significativas entre as variáveis estudadas passa pela aplicação de um teste estatístico capaz de determinar a existência de dissimilaridades entre os elementos analisados. O exame da existência de diferenças significativas entre dois grupos está ligado à identificação da existência de normalidade das variáveis estudadas. Entre os diversos testes de normalidade constantes na literatura, pode-se citar o teste de Jarque-Bera, que utiliza como parâmetros os coeficientes de curtose e assimetria para determinar se uma dada variável pode ser modelada pela distribuição normal. A hipótese nula do teste considera a existência de normalidade dos dados analisados (JUDGE *et al.*, 1982).

O teste t de *Student* possui como pressuposto base, para a sua correta utilização, a existência de normalidade dos dados. Caso contrário, faz-se necessária a aplicação de um teste não paramétrico tal como o teste de Mann-Whitney ou U de Mann-Whitney, que se fundamenta na verificação de existência de dissimilaridades entre os valores medianos das variáveis estudadas. A hipótese nula de ambos os testes de captação de existência de diferenças significativas considera a igualdade dos valores médios/medianos (Mann-Whitney) dos elementos em análise (SIEGEL; CASTELLAN, 2006).

A determinação da existência de associação entre as variáveis amostradas pode ser feita por meio do teste Qui-quadrado (χ^2), que realiza uma comparação das proporções observadas dos eventos, buscando avaliar a existência de diferenças estatisticamente significativas. A similaridade entre as variáveis é detectada a partir das frequências observadas nos grupos em análise. A hipótese nula desse teste estabelece a inexistência de associação entre os elementos analisados, ou seja, pressupõe a independência entre eles. O teste Qui-quadrado não depende de parâmetros populacionais tais como média e variância, sendo, portanto, um teste não paramétrico (SIEGEL; CASTELLAN, 2006).

Todos os procedimentos para essa pesquisa estão compilados no protocolo de pesquisa, que foi encaminhado ao Comitê de Ética em Pesquisa da UFMG¹. Após parecer favorável, foram aplicados na amostra em análise. Em seguida, foi disponibilizado, para cada participante da pesquisa, uma via do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

¹ CAAE: 01908518.8.0000.5149

3.4 Estatísticas de confiabilidade e de consistência interna

O coeficiente alfa de Cronbach é uma medida de confiabilidade frequentemente utilizada. A confiabilidade é o grau em que um conjunto de indicadores de uma variável latente (construto) é consistente em suas mensurações. Apesar de não existir um valor mínimo definido, um limite inferior que geralmente é aceito para o alfa de Cronbach é de 0,70, mas em pesquisas exploratórias esse valor pode diminuir para 0,60 (HAIR *et al.*, 2009). Assim, os valores encontrados para o alfa de Cronbach nas etapas de aplicação da técnica *Delphi* foram de 0,80, indicando um alto grau de consistência interna sobre os itens.

Após a descrição detalhada dos procedimentos realizados, o próximo capítulo apresenta os resultados e as análises obtidas a partir dos dados coletados.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados do estudo foram subdivididos em tópicos, sendo primeiramente abordados os principais atributos dos membros da comissão de especialistas, para em seguida aprofundar nas análises dos resultados. Uma vez coletados os dados, eles foram organizados em planilhas eletrônicas com o auxílio do Microsoft Excel® e as análises foram realizadas com o auxílio dos softwares IBM SPSS®, versão 20, e o Stata® versão 14.0.

4.1 Principais atributos dos membros da comissão de especialistas

Conforme recomendado pela literatura, a diversidade de entidades a que pertencem os profissionais é alta. Em termos de formação, a maioria dos membros possui formação em Ciências Contábeis, 12 possuem mestrado e seis possuem doutorado, nas áreas de Administração, Ciências Contábeis, Direito e Economia.

Foi realizada uma análise de conteúdo nos currículos dos profissionais que atuam no ambiente empresarial em atividades ligadas diretamente à Contabilidade Forense. Os resultados demonstram que a maioria desses profissionais atua em *Big Four*, as quatro maiores empresas contábeis especializadas em auditoria e consultoria do mundo. Além desses profissionais, participaram deste estudo professores e pesquisadores de instituições públicas e particulares e profissionais com atuação em diversos órgãos públicos, como a Controladoria Geral do Estado da Paraíba, a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, o Ministério Público da União, a Polícia Federal, a Receita Federal e o Tribunal de Justiça da Paraíba.

É importante destacar que a comissão contempla especialistas com atuação profissional ou acadêmica em áreas que integram a Contabilidade Forense, a saber: contabilidade, auditoria e investigação. Além disso, muitos deles atuam no amplo espectro de atividades que constituem a Contabilidade Forense, como por exemplo, a prevenção, a detecção e a investigação de fraudes entre outras. Essa escolha foi feita considerando-se os objetivos da pesquisa. Entende-se que esses atributos sejam importantes para que os especialistas possam refletir de forma embasada sobre os conteúdos do ensino em Contabilidade Forense.

4.2 Primeira rodada da técnica *Delphi*

Na primeira rodada, foi apresentada ao grupo de especialistas, por meio de um questionário eletrônico, uma lista contendo 34 conteúdos do ensino em Contabilidade Forense, oriundos da literatura internacional. Em seguida, foi solicitado a eles que expressassem sua concordância ou discordância em relação aos conteúdos apresentados. O conteúdo "Sociologia" foi o único com baixa aceitação (48%), por não atingir a concordância de pelo menos 50% dos membros da comissão, estabelecido como limite de corte e, portanto, foi excluído da segunda rodada. Adicionalmente, alguns participantes fizeram comentários aos conteúdos apresentados.

Foi requisitado aos especialistas que sugerissem outros conteúdos, necessários ao ensino da Contabilidade Forense, segundo suas próprias experiências e conhecimentos. São eles: Prevenção à Lavagem de Dinheiro; Técnicas de Gestão de Sigilos; Estudo de Casos de Lavagem de Capitais e outras Fraudes; Língua Inglesa; Contabilidade de Custos, Orçamentos, Inflação e seus efeitos nas Demonstrações Financeiras; Planejamento e Gestão de Trabalhos de Investigação; Gerenciamento de Riscos Corporativos; Técnicas de Análise de Dados; Perícia Judicial Contábil; Estudo da Lógica; Procedimentos de Diligência de Integridade (*Background Check*); Investigação em Multijurisdições

Nacionais e Internacionais; Órgãos Reguladores e Entidades de Investigação e Teste de Rastreamento de Transações (*Walkthrough*).

4.3 Segunda rodada da técnica *Delphi*

Uma nova lista, contendo 47 conteúdos, composta pelos 33 conteúdos da primeira rodada e os 14 novos conteúdos sugeridos pelos especialistas, foi apresentada à comissão, na segunda rodada. Em seguida, foi solicitado ao comitê de especialistas que atribuisse uma nota de 1 (um) a 5 (cinco) a cada um dos conteúdos apresentados, segundo o grau de importância que aquele conteúdo representar para o ensino da Contabilidade Forense. Sendo assim, a nota 1 representa o menor nível de concordância com o item apresentado e a nota 5 o maior nível de concordância.

Com base nos resultados da segunda rodada, verificou-se que os critérios para terminar a consulta aos especialistas não foram alcançados, sendo necessário prosseguir para a terceira rodada de aplicação.

4.4 Terceira rodada da técnica *Delphi*

Na terceira rodada, também realizada por meio de um questionário eletrônico, foram apresentados os resultados da 2ª rodada e perguntado aos participantes se eles gostariam de reavaliar a nota atribuída na rodada anterior, em virtude do escore, da média, da mediana e do coeficiente de variação das notas atribuídas pela comissão ou se manteriam as notas atribuídas anteriormente. Ou seja, a 3ª rodada de questões serviu como confirmação ou alteração das notas atribuídas pelo especialista na 2ª rodada, em face dos resultados agregados apresentados a cada componente do comitê. Os conteúdos com alta concordância (coeficiente de variação < 15%), alcançados na rodada anterior, foram excluídos nesta etapa.

Dois membros da comissão mantiveram suas notas atribuídas anteriormente e 21 realizaram alguma alteração em direção a convergência dos resultados a eles apresentados, permitindo, assim, ao final das três rodadas de aplicação da técnica *Delphi*, classificar os conteúdos do ensino em Contabilidade Forense, conforme avaliação da comissão de especialistas.

Ao final da terceira rodada, verificou-se que as respostas alcançaram a estabilidade recomendada pela literatura (CV < 30%), conforme Miranda *et al.* (2014). Além disso, 53% dos 47 conteúdos apresentados possuem CV < 15%, conforme estabelecido como regra de decisão para terminar a consulta aos especialistas. Assim, foram encerradas as rodadas da técnica *Delphi*.

Os resultados foram testados quanto às diferenças de respostas entre os acadêmicos e os praticantes utilizando o teste Qui-quadrado (χ^2). O teste de Mann-Whitney foi utilizado para verificação de existência de dissimilaridades entre os valores medianos das variáveis estudadas. Os conteúdos são apresentados na Tabela 1 de acordo com suas classificações em ordem decrescente do valor do escore total atribuído pelos acadêmicos.

XXII ENCONTRO de PESQUISADORES

INTERDISCIPLINARIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Tabela 1: Comparação de acadêmicos versus praticantes sobre o conteúdo curricular

Acadêmicos ⁽¹⁾						Praticantes ⁽²⁾				
Rank	Escore	Média	Desvio Padrão	Conteúdos do Currículo	Teste Qui-quadrado	Teste de Mann-Witney	Rank	Escore	Média	Desvio Padrão
1º	59	5	0,29	Sistemas de Controles Internos	0,6286	1,592	5º	51	5	0,50
2º	58	5	0,39	Prevenção, Detecção e Investigação de Fraudes	0.2444	-0,527	2º	54	5	0,30
2º	58	5	0,39	Estudo de Casos de Lavagem de Capitais e outras Fraudes	0.6366	0,602	4º	52	5	0,47
2º	58	5	0,39	Teste de Rastreamento de Transações (Walkthrough)	0.5432	0,187	4º	52	5	0,65
3º	57	5	0,62	Técnicas de Investigação (suborno e corrupção)	0.5432	0.000	3º	53	5	0,40
3º	57	5	0,62	Prevenção à Lavagem de Dinheiro	5.1944	0,555	5º	51	5	0,67
3º	57	5	0,45	Análise das Demonstrações Financeiras	0.4365	0,689	6º	50	5	0,69
3º	57	5	0,45	Técnicas de Localização de Ativos Ocultos	3.3175	0,689	6º	50	5	0,69
4º	56	5	0,49	Segurança e Privacidade	1.6369	-0,309	4º	52	5	0,47
5º	55	5	0,51	Tipos de Fraude	0.0204	-1,196	3º	53	5	0,40
5º	55	5	0,67	Compliance	0.4125	-1,413	2º	54	5	0,30
5º	55	5	0,79	Manipulação de Resultados e Problemas na Contabilidade	0.9167	-0,555	3º	53	5	0,40
6º	54	5	0,80	Definição de Fraude	-	-2.051**	1º	55	5	0,00
6º	54	5	0,67	Triângulo da Fraude	0.7566	-1.263	3º	53	5	0,40
6º	54	5	0,52	Papel dos Auditores, Profissionais de Fraude e Contadores Forenses	0.9167	0.000	7º	49	4	0,69
6º	54	5	0,67	Auditoria	3.7540	0.958	10º	46	4	0,87
6º	54	5	0,52	Contabilidade e Finanças	4.0857	1.270	10º	46	4	0,60
7º	53	4	0,79	Comunicação Empresarial (oral e escrita)	0.7566	-1.332	3º	53	5	0,40
7º	53	4	0,67	Sistemas de Informação	5.9583*	1.186	10º	46	4	0,40
8º	52	4	0,78	Ética e Código de Conduta Corporativo	1.1183	-0.551	6º	50	5	0,52
8º	52	4	0,65	Planejamento e Gestão de Trabalhos de	14.7431***	-0.513	7º	49	4	0,69

XXII ENCONTRO de PESQUISADORES

INTERDISCIPLINARIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Acadêmicos ⁽¹⁾							Praticantes ⁽²⁾			
Rank	Escore	Média	Desvio Padrão	Conteúdos do Currículo	Teste Qui-quadrado	Teste de Mann-Witney	Rank	Escore	Média	Desvio Padrão
				Investigação						
8º	52	4	0,78	Perícia Judicial Contábil	3.1167	0.337	9º	47	4	0,65
8º	52	4	0,65	Procedimentos Analíticos de Revisão	8.1400	0.135	10º	46	4	0,98
9º	50	4	0,72	Competências em Informática	2.4444	-1.351	6º	50	5	0,69
9º	50	4	0,39	Definição de Contabilidade Forense	6.5185**	0.228	11º	45	4	0,70
10º	49	4	0,51	Técnicas de Análise de Dados	17.4167 ***	-1.928*	6º	50	5	0,69
10º	49	4	0,67	Técnicas de Gestão de Sigilos	6.5185**	-0.343	10º	46	4	0,40
11º	48	4	0,43	Gerenciamento de Riscos Corporativos	2.4444	-1.612	8º	48	4	0,67
11º	48	4	0,74	Métodos Quantitativos	4.8889	-0.202	12º	44	4	0,89
12º	47	4	1,00	Psicologia	1.2528	-1.595	6º	50	5	0,52
12º	47	4	1,00	Técnicas de Entrevistas	1.2528	-1.595	6º	50	5	0,52
12º	47	4	0,51	Red Flags	6.6000	-1.770*	8º	48	4	0,67
12º	47	4	0,51	Procedimentos de Diligência de Integridade (Background Check)	3.8500	-1.770*	8º	48	4	0,67
12º	47	4	0,51	Resolução de Alegações de Má Conduta	3.6667	-0.692	11º	45	4	0,70
12º	47	4	1,00	Órgãos Reguladores e Entidades de Investigação	3.8958	-0.357	11º	45	4	0,83
12º	47	4	0,79	Avaliações de Negócios	1.7875	0.297	13º	42	4	0,75
12º	47	4	0,90	Carreiras e Aspectos Profissionais da Contabilidade Forense	7.5167	0.099	13º	42	4	1,08
12º	47	4	0,90	Tributação	4.3542	1.118	15º	38	3	0,69
13º	46	4	0,72	Governança Corporativa	1.9250	-1.485	9º	47	4	0,65
13º	46	4	0,58	Técnicas de Consultoria Forense e Litigiosa	11.5238**	-1.101	11º	45	4	0,54
13º	46	4	0,58	Direito e Sistema Jurídico	8.2500	-0.141	13º	42	4	0,87
13º	46	4	0,94	Criminologia	3.0556	0.432	14º	41	4	0,65
13º	46	4	1,11	Contabilidade de Custos, Orçamentos, Inflação e seus efeitos nas Demonstrações Financeiras	3.8576	0.603	14º	41	4	0,47

XXII ENCONTRO de PESQUISADORES

INTERDISCIPLINARIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Acadêmicos ⁽¹⁾							Praticantes ⁽²⁾			
Rank	Escore	Média	Desvio Padrão	Conteúdos do Currículo	Teste Qui-quadrado	Teste de Mann-Witney	Rank	Escore	Média	Desvio Padrão
14º	45	4	0,87	Investigação em Multijurisdições Nacionais e Internacionais	6.1111	-0.941	11º	45	4	0,70
14º	45	4	0,75	Estudo da Lógica	4.1067	-0.793	12º	44	4	0,77
14º	45	4	1,06	Língua Inglesa	6.6489	-0.260	13º	42	4	1,17
15º	40	3	0,98	Gerenciamento de Resultados	4.4000	-0.265	16º	36	3	0,90

(1) N=12 / (2) N=11 / As significâncias estatísticas dos testes são representadas por meio da seguinte simbologia: *10%; **5%; ***1%.

Fonte: Resultados da pesquisa (2021).

A comparação das respostas dos acadêmicos e dos praticantes revela que não só houve diferenças no *ranking* dos conteúdos, mas também diferenças estatisticamente significativas em 7 dos 47 conteúdos, por meio do teste Qui-quadrado (χ^2).

Os resultados apresentados na Tabela 1 indicam que os conteúdos “Sistemas de Controles Internos” e “Definição de Fraude” foram classificados, em primeiro lugar, por acadêmicos e praticantes, respectivamente. A principal diferença entre os dois grupos envolveu os conteúdos “Psicologia” e “Técnicas de Entrevistas”, que foram classificados em sexto lugar pelos praticantes e em décimo segundo pelos acadêmicos. Essa visão dos praticantes de que as técnicas de entrevistas são essenciais para a Contabilidade Forense é consistente com as experiências de Buckhoff e Hansen (2002) e de Kramer *et al.* (2017), de que aqueles que têm as habilidades para conduzir entrevistas de forma eficaz terão mais sucesso no campo da Contabilidade Forense.

Os praticantes tendem a classificar em posições mais altas os conteúdos relacionados à fraude do que os acadêmicos. Por exemplo, “Definição de Fraude” foi classificado em primeiro lugar pelos praticantes, mas os acadêmicos classificaram este conteúdo em sexto lugar. O tipo de trabalho realizado pelos acadêmicos e pelos praticantes pode afetar a percepção da importância relativa aos conteúdos forenses (Daniels *et al.*, 2013).

Existem diferenças estatisticamente significativas entre os pontos de vista dos grupos sobre a importância dos seguintes conteúdos: (a) Definição de Fraude; (b) Sistemas de Informação; (c) Planejamento e Gestão de Trabalhos de Investigação; (d) Definição de Contabilidade Forense; (e) Técnicas de Análise de Dados; (f) Técnicas de Gestão de Sigilos e (g) Técnicas de Consultoria Forense e Litigiosa. Os praticantes consideram os tópicos “(a)”, “(c)”, “(e)” e “(g)” como mais importantes do que os acadêmicos. Enfatizando este achado, os comentários dos praticantes seguem:

os tópicos listados se fazem necessário para uma investigação forense eficaz e de qualidade, mas em cada trabalho o foco deve ser direcionado de acordo com o segmento da entidade que está sendo investigada e a proposta do porquê o contador forense foi contratado (Resultados da pesquisa, 2021).

Segundo Kramer *et al.* (2017), os casos de fraude têm crescido e a detecção tem ficado mais difícil devido as mudanças nas tecnologias. Nesse contexto, é importante uma maior conscientização sobre esses desafios. Nesse aspecto, os conteúdos “Sistemas de Informação” e “Técnicas de Análise de Dados” são de extrema importância, considerando esse ambiente de mudanças tecnológicas. Em relação ao teste de Mann-Whitney, diferenças estatisticamente significativas foram evidenciadas entre os valores medianos atribuídos pelos dois grupos aos conteúdos: “Definição de Fraude”, “Técnicas de Análise de Dados”, “Red Flags” e “Procedimentos de Diligência de Integridade (*Background Check*)”. É importante notar que o teste Qui-quadrado (χ^2) não conseguiu detectar pontos de similaridades em relação ao conteúdo “Definição de Fraude”, adicionalmente, sob outra perspectiva, o teste de Mann-Whitney identificou diferenças significativas.

Os praticantes demonstraram mais interesse do que os acadêmicos na cobertura do exame de fraudes, incluindo conteúdos, como: “Definição de Fraude”, “Red Flags”, “Triângulo da Fraude” e “Tipos de Fraude”. Esses resultados contradizem os estudos de Crumbley *et al.* (2004), em que os acadêmicos demonstraram mais interesse do que os praticantes na cobertura do exame de fraudes, incluindo tópicos, como: “Tipos de Fraude”, “Red Flags” entre outros.

Embora os acadêmicos considerassem importantes alguns conteúdos, relacionados ao exame de fraudes, eles deram mais importância, do que os praticantes, a conteúdos, como: “Sistemas de Controles Internos”, “Teste de Rastreamento de Transações (*Walkthrough*)”, “Análise das Demonstrações Financeiras”, “Papel dos Auditores, Profissionais de Fraude e Contadores Forenses”, “Auditoria” e “Contabilidade e Finanças”.

Além dos conteúdos relacionados ao exame de fraudes, os praticantes se interessaram mais que os acadêmicos por conteúdos, como: “Compliance”, “Manipulação de Resultados e Problemas na Contabilidade”, “Comunicação Empresarial (oral e escrita)”, “Ética e Código de Conduta Corporativo”, “Competências em Informática”, “Técnicas de Análise de Dados”, “Psicologia” e “Técnicas de Entrevistas”.

Os resultados revelam que, embora os *rankings* relativos aos conteúdos do ensino em Contabilidade Forense variem entre acadêmicos e praticantes, existe um consenso geral quanto à relevância desses conteúdos na Contabilidade Forense. As respostas médias dos acadêmicos em 46 dos 47 conteúdos listados são iguais ou maiores a quatro, sugerindo um alto grau de importância e relevância da cobertura desses conteúdos em um curso de Contabilidade Forense. Os praticantes, por outro lado, atribuíram um alto grau de importância para 45 dos 47 conteúdos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ensino da Contabilidade Forense é pouco estudado no Brasil, sendo que a produção científica sobre o tema é predominantemente oriunda de literatura estrangeira. A Contabilidade Forense envolve a aplicação de habilidades especiais, como procedimentos de auditoria, informática, entrevista, pesquisa, investigações. Envolve também o conhecimento de contabilidade, finanças, certas áreas da legislação, métodos quantitativos entre outros.

Esses conhecimentos, combinados com essas habilidades, permitem aos contadores forenses analisar, interpretar, resumir e apresentar fatos, decorrentes de uma investigação, que evidencie questões complexas relacionadas com as finanças e os negócios. Portanto, na formação dos contadores forenses é necessário a abordagem de diferentes conteúdos, para que sejam desenvolvidos os conhecimentos e as habilidades inerentes à Contabilidade Forense.

A esse respeito, este estudo buscou, utilizando-se a técnica Delphi, identificar quais são os conteúdos, que na percepção de profissionais e de acadêmicos brasileiros, são necessários ao ensino da Contabilidade Forense.

Em geral, pode-se perceber que os praticantes tendem a classificar em posições mais altas os conteúdos relacionados à fraude do que os acadêmicos. Essa diferença pode ser devido ao fato de que os praticantes, por trabalharem em campo, sem dúvida, executam casos de fraudes, mais frequentemente do que os acadêmicos, afetando assim sua percepção.

Como o campo acadêmico da Contabilidade Forense é relativamente novo, os resultados deste estudo fornecem uma visão útil sobre esse recorrente tema de pesquisa. Isso pode ser especialmente prático para qualquer pessoa que nunca tenha ouvido falar sobre a Contabilidade Forense. Além disso, do ponto de vista dos contratadores, este estudo pode servir como um recurso para formular requisitos mais adequados para seleção de seus futuros profissionais. Da mesma forma, do ponto de vista dos estudantes, esta pesquisa pode apoiar a escolha por um curso de Contabilidade Forense, uma vez que foram destacados os conhecimentos e as habilidades necessárias ao contador forense e o ambiente para atuação desse profissional no mercado de trabalho. Por fim, do ponto de vista das universidades, essas descobertas poderiam ser igualmente úteis para futuras criações de cursos de Contabilidade Forense, já que os resultados sugerem os conteúdos programáticos que devem ser abordados para que sejam desenvolvidos conhecimentos e habilidades inerentes ao curso, na percepção de especialistas brasileiros.

REFERÊNCIAS

- ANDERSON, D. R.; SWEENEY, D. J.; WILLIAMS, T. A. **Estatística aplicada à Administração e Economia**. Tradução: Santos, J. C. B. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2009.
- BHAVANI, M. G.; MEHTA, A. Forensic Accounting Education in the UAE. **Accounting and Finance Research**, v. 7, n. 1, p. 214, 2018.
- BUCKHOFF, T. A.; HANSEN, J. Interviewing as a „forensic-type“ procedure. **Journal of Forensic Accounting**, v. 3, n. 1, p. 1-15, 2002.
- CRAIN, M. A.; HOPWOOD, W. S.; PACINI, C.; YOUNG, G. R. **Essentials of forensic accounting**. John Wiley & Sons, 2015.
- CRUMBLEY, D. L.; HEITGER, L. E.; SMITH, G. S. **Forensic and investigative accounting**. 7. ed. Chicago, IL: Wolters Kluwer, 2015.
- CRUMBLEY, D. L.; REZAEI, Z.; ELMORE, R. C. Forensic Accounting Education: A survey of academicians and practitioners. **Journal of Forensic Accounting**, v. 11, n. 2, p. 181-202, 2004.
- CUNHA, J. V. A. **Doutores em ciências contábeis da FEA/USP: análise sob a óptica da teoria do capital humano**. 2007. Tese (Doutorado em Controladoria e Contabilidade). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
- DANIELS, B. W.; ELLIS, Y.; GUPTA, R. D. Accounting educators and practitioners 'perspectives on fraud and forensic topics in the accounting curriculum. **Journal of Legal, Ethical and Regulatory Issues**, 16(2), 93, 2013.
- DIGABRIELE, J. A. An empirical investigation of the relevant skills of forensic accountants. **Journal of Education for Business**, 83(6), 331-338, 2008.
- HAIR, J. F.; BLACK, W. C.; BABIN, B. J.; ANDERSON, R. E.; TATHAM, R. L. **Análise multivariada de dados**. Porto Alegre: Bookman, 2009.
- HLAVICA, C.; KLAPPROTH, U.; HÜLSBERG, F. **Tax Fraud & Forensic Accounting**. Wiesbaden, HE: Springer Fachmedien, 2017.
- HUANG, W.; IHLAS, M. **Forensic Accounting Education-A study of curriculums in consideration of employer expectations**. 2017. Dissertação (Mestrado em Negócios e Economia). Lund University School of Economics and Management, Department of Business Administration, Lund, 2017.
- IMONIANA, J. O.; AQUINO, A. A. Contabilidade Forense e Perícia Contábil: um estudo fenomenográfico. **Revista Organizações em Contexto**, v. 13, n. 26, p. 101-126, 2017.

INTERNATIONAL STANDARD ON AUDITING 200. **Overall Objectives of the Independent Auditor and the Conduct of an Audit in Accordance With International Standards on Auditing.** Effective for audits of financial statements for periods beginning on or after Dec., 15, 2009.

Judge, G. G., Hill, R. C., Griffiths, W. E., Lutkepohl, H., & Lee, T. C. (1982). *Introduction to the Theory and Practice of Econometrics*. New York: Wiley and Sons.

KAYO, E. K.; SECURATO, J. R. **Método Delphi: fundamentos, críticas e vieses.** *Cadernos de Pesquisa em Administração*, São Paulo, v. 1, n. 4, p. 51-61, 1997.

KRAMER, B.; SEDA, M.; BOBASHEV, G. Current opinions on forensic accounting education. *Accounting Research Journal*, v. 30, n. 3, p. 249-264, 2017.

KRANACHER, M-J.; MORRIS, B. W.; PEARSON, T. A.; RILEY, R. A., JR. A model curriculum for education in fraud and forensic accounting. *Issues in Accounting Education*, v. 23, n. 4, p. 505-519, 2008.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. V. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MARTINS, G. A.; THEÓPHILO, C. R. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MIRANDA, G. J.; CASA NOVA, S. P. DE C.; CORNACCHIONE JUNIOR, E. B. UMA APLICAÇÃO DA TÉCNICA DELPHI NO MAPEAMENTO DAS DIMENSÕES DAS QUALIFICAÇÕES DOCENTES NA ÁREA CONTÁBIL. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC)*, v. 8, n. 2, 21 maio 2014.

NADONE, C. L. (2017). **Competências Necessárias para o Contador Forense no Brasil: Percepção de Especialistas em Fraudes**. 2017. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade). Faculdade de Ciências Econômicas. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

NUNN, L.; MCGUIRE, B. L.; WHITCOMB, C.; JOST, E. Forensic accountants: financial investigators. *Journal of Business & Economic Research*, v. 4, n. 2, p. 1-6, 2006.

ÖZKUL F.U.; PAMUKÇU A. **Fraud Detection and Forensic Accounting**. In: Çaliyurt K., Idowu S. (eds) *Emerging Fraud*. Springer, Berlin, Heidelberg, 2012.

RAMADHAN, S. Certified Accountants' Perceptions of Forensic Accounting Education: The Case of Bahrain. *International Journal of Finance and Accounting*, v. 4, n. 2, p. 109-118, 2015.

RAMAMOORTI, S. The psychology and sociology of fraud: Integrating the behavioral sciences component into fraud and forensic accounting curricula. *Issues in Accounting Education*, v. 23, n. 4, p. 521-533, 2008.

RAMASWAMY, V. New Frontiers: Training Forensic Accountants within the Accounting Program. *Journal of College Teaching & Learning*, v. 4, n. 9, p. 31-38, 2007.

Rezaee, Z.; Burton, E. J. Forensic accounting education: insights from academicians and certified fraud examiner practitioners. *Managerial Auditing Journal*, 12(9), 479-489, 1997.

REZAEI, Z.; HA, M.; LO, D. China Needs Forensic Accounting Education. *Open Journal of Social Sciences*, v. 2, n. 5, p. 59, 2014.

RIBEIRO, A. A. D. **Contabilidade forense e lavagem de capitais: um estudo da percepção da relevância da contabilidade forense nas investigações de organizações criminosas**. 2009.

Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis). Departamento de Ciências Contábeis. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.

SIEGEL S.; CASTELLAN JR, N. J. **Estatística não paramétrica para ciências do comportamento** (2a ed.). Porto Alegre: Artmed, 2006.

SILVA, L. M. D. **Contabilidade Forense: princípios e fundamentos**. São Paulo: Atlas, 2012.

SILVA, R. M. D. **Contabilidade Forense no Brasil: uma proposição de metodologia**. 2011. Dissertação (Mestrado em Controladoria Empresarial). Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2011.

SINGLETON, T. W.; SINGLETON, A. J. **Fraud auditing and forensic accounting** (4a ed.). John Wiley & Sons, 2010.

VIANNA, N. W. H. **Subjetividade no processo de previsão**. 1989. Tese de Doutorado. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1989.

WEST VIRGINIA UNIVERSITY. **Education and training in fraud and forensic accounting: A guide for educational institutions, stakeholder organizations, faculty, and students**. 2007. Disponível em: <https://www.ncjrs.gov/pdffiles1/nij/grants/217589.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2021.

***POLÍTICAS DE GESTÃO DE PESSOAS: UM ESTUDO DE CASO EM UMA
EMPRESA FAMILIAR DA REGIÃO NOROESTE PAULISTA***

*PEOPLE MANAGEMENT POLICIES: A CASE STUDY IN A FAMILY COMPANY IN THE NORTH-WEST
REGION OF PAULISTA - SP*

Área temática: Gestão de Pessoas.

MACHADO, Gabriele Gonçalves
Centro Universitário de Santa Fé do Sul-UNIFUNECS
Graduando em Administração - UNIFUNECS
gabi.machado870@gmail.com

SANTOS, Vania Domingues dos
Centro Universitário de Santa Fé do Sul-UNIFUNECS
Graduando em Administração – UNIFUNECS
Vania.t@hotmail.com

ANDRADE, Erica Fernanda Pereira de
Centro Universitário de Santa Fé do Sul-UNIFUNECS
Mestre em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente
ericafernanda.edu@hotmail.com

Resumo

As políticas de gestão de pessoas é um conjunto de práticas e ações que criam expectativas e responsabilidades entre empresa e colaboradores. Sua implantação costuma criar um elo de confiança com funcionários em relação às decisões e direção que a empresa tomará. As principais políticas e práticas de gestão de pessoas incluem: recrutamento, seleção, treinamento, desenvolvimento, avaliação de desempenho, recompensas, gestão de carreiras e qualidade de vida no trabalho. No entanto, empresas familiares de pequeno porte possuem algumas dificuldades nesse processo de implantação. O objetivo desse estudo é apresentar a importância da implantação e manutenção das políticas e práticas de gestão de pessoas nas empresas familiares de pequeno porte. Foi realizada uma revisão bibliográfica seguida de um estudo de caso cujo método foi o exploratório, e os instrumentos de coleta de dados foram questionários e uma entrevista. Nos resultados, observa-se que o recrutamento, seleção, envolvimento, reconhecimento, remuneração e recompensas apontam alto índice de satisfação, diferentemente da avaliação de desempenho, treinamento, desenvolvimento e planos de carreira que precisam de melhorias. Concluiu-se que o maior desafio encontrado nas empresas familiares de pequeno porte, diante das políticas de gestão de pessoas, é conscientizar o administrador de que é possível gerir pessoas por meio da implantação de processos e obter resultados. Na empresa objeto de estudo, o gestor já possui essa consciência e apresenta-se empenhado em fazer a diferença na gestão de seus colaboradores, entretanto ainda necessita de melhorias, em especial, aos processos de avaliação de desempenho, treinamento, desenvolvimento e planos de crescimento funcional.

Palavras-chaves: Empresas Familiares. Políticas e Práticas. Gestão de pessoas.

Abstract

People management policies are a set of practices and actions that create expectations and responsibilities between the company and its employees. Its implementation usually creates a bond of trust with employees regarding the decisions and direction the company will take. The main people management policies and practices include: recruitment, selection, training, development, performance evaluation, rewards, career management and quality of life at work. However, small family businesses have some difficulties in this implementation process. Thus, the objective of this study is to present the

importance of implementing and maintaining people management policies and practices in small family businesses. Therefore, a literature review was carried out followed by a case study whose method was the exploratory and the data collection instruments were questionnaires and an interview. In the results, it is observed that recruitment, selection, involvement, recognition, remuneration and rewards indicate a high

level of satisfaction, unlike performance evaluation, training, development and career plans that need improvement. It was concluded that the biggest challenge found in small family businesses, given the people management policies, is to make the administrator aware that it is possible to manage people through the implementation of processes and obtain results. In the company under study, the manager already has this awareness and is committed to making a difference in the management of its employees; however, it still needs improvements, in particular regarding the processes of performance evaluation, training, development and plans for functional growth.

Keywords: Family Businesses; Policies and Practices; People Management.

1 INTRODUÇÃO

A administração de recursos humanos vem passando por grandes transformações motivadas pelo crescimento das organizações e da necessidade de desenvolver pessoas engajadas e fortemente motivadas no ambiente de trabalho. Está deixando de ser um engessado departamento de pessoal para uma área de transformação organizacional, o que vem ajudando as empresas a lidar com os problemas rotineiros que envolvem todo processo de gestão estratégica no ambiente interno da organização.

A gestão de pessoas trata da aplicação e do desenvolvimento dos recursos humanos nas organizações visando à valorização do colaborador perante o mercado e, de forma sistêmica, auxilia a empresa a obter resultados satisfatórios com relação a seus objetivos e metas, apoiando-se fortemente nos valores da organização e de sua equipe.

Dessa forma, as empresas são vistas como arquiteturas sociais, uma vez que o ser humano, dotado de capacidade intelectual, é a base dentro de qualquer organização para alcançar a rentabilidade. Por outro lado, os profissionais precisam das organizações a fim de poder conquistar seus objetivos pessoais, de forma sinérgica: um contribui diretamente para o crescimento do outro. Os colaboradores são o principal ativo de uma organização e veículos diferenciadores de qualquer negócio; logo, devem gerir de forma eficiente e eficaz como todos os demais recursos.

Para que a empresa tenha mão de obra qualificada e que obtenha bons resultados, precisa investir em processos e práticas de gestão de pessoas, as chamadas políticas de gestão, como: recrutamento, seleção, treinamento, desenvolvimento, avaliação de desempenho, remuneração/recompensas, gestão de carreiras e qualidade de vida no trabalho. No entanto, grande parte das organizações ainda pensa nesse investimento como um custo, em especial as organizações familiares de pequeno porte.

Pelo exposto, o objetivo geral deste estudo é apresentar a importância da implantação e manutenção da política de gestão de pessoas nas empresas familiares. E ainda possui como objetivos específicos: identificar as dificuldades na manutenção e implantação das políticas de gestão de pessoas nas empresas familiares de pequeno porte; exibir os resultados que as políticas de gestão de pessoas oferecem às organizações; apresentar as características da empresa familiar estudada nos processos e práticas de gestão.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A evolução das pessoas e as organizações do século XXI

Para Oliveira *et al.* (2018), entender a evolução do comportamento das pessoas na organização é essencial para a compreensão do momento atual. Antigamente as organizações e pessoas que precisavam de trabalhadores procuravam pelos que tinham melhores condições físicas, já que se utilizava somente a força física para concluir os trabalhos pesados que fossem oferecidos sem se importar se era homem, mulher ou até mesmo criança. Assim, as pessoas eram contratadas pela sua capacidade de produção e vale lembrar que estes não recebiam nada por isso, porque até o ano de 1988 o trabalho era escravo. “Antes da década de 1930 era muito comum a presença de crianças trabalhadoras nas fábricas. Elas eram escolhidas, principalmente, para fazer manutenção e limpeza das máquinas, pois o acesso aos cantinhos e buracos era facilitado devido as suas estaturas e tamanhos

menores" (OLIVEIRA *et al.*, 2018, p.11).

Segundo Ferreira e Delgado (2003), 72% dos trabalhadores eram compostos por pessoas do sexo feminino, a maioria era adolescente ou até mais jovem: três em cada quatro mulheres trabalhadoras tinham até 22 anos. O relatório apontou que, entre homens e mulheres, aproximadamente 56% eram solteiros, 26% eram casados e os demais trabalhadores que ocupavam a parcela de 18% eram viúvos ou não se obteve dado sobre o estado civil. Na época, não era oferecida escola pública, sendo assim, cerca da metade dos trabalhadores, tanto homens como mulheres, sabiam apenas ler e escrever (50,9%); e 37,3% dos trabalhadores eram analfabetos.

No Brasil, em 1943, Getúlio Vargas, com a Consolidação das Leis Trabalhistas, formalizou inúmeras regras que deram direitos aos trabalhadores, ofereceu condições mais humanas de trabalho e

remuneração pelos serviços prestados. Contudo, aconteceram muitas mudanças nas organizações, pois, desse período em diante, já existia o departamento de pessoal. A partir de 1950, as pessoas já eram vistas como um dos recursos da empresa, por isso passaram a ser conhecidas como Recursos Humanos, como se verifica até nos dias atuais (OLIVEIRA, *et al.*, 2018).

Em 1990, as empresas adotaram o termo Gestão de Pessoas, que se refere à necessidade de uma gestão profissional diante das empresas existentes em busca de resultados, metas e lucratividade (OLIVEIRA, *et al.*, 2018).

No início do século XX, Henri Fayol escreveu que todos os gestores desempenhavam cinco funções: planejar, organizar, comandar, coordenar e controlar. Hoje essa função dos gestores passou a ser somente quatro: planejamento, organização, direção e controle (ROBBINS, 2012). De acordo com Robbins, Judge e Sobral (2012), as organizações existem para alcançar objetivos, definir metas e tarefas, favorecer motivação e monitorar as atividades a serem executadas.

De acordo com Robbins (2012), século XXI é conhecido como a era do conhecimento, que passou a valorizar o capital intelectual dentro da organização tendo o saber como o capital mais valioso, visto que quanto mais cabeças pensantes e criativas a organização tiver, mais chances ela terá de se destacar nesta nova era e no mercado. Assim, ocorrem diversas mudanças e, com elas, o surgimento de novas oportunidades e necessidades do profissional. Neste século, o trabalhador vem conquistando ainda mais seu espaço no mercado, inclusive as mulheres, já que as organizações também estão em constantes transformações.

Para Marras (2011), os principais responsáveis pelas primeiras mudanças foram as grandes organizações que, como forma de conseguir motivá-las, patrocinavam estudos e pesquisas na área acadêmica.

Nos dias atuais, conta-se com um tipo gestão diferenciada, que estimula a criatividade e preza pelo planejamento, pensa à frente, considerando o que o mercado espera da organização, e o que a organização pode fazer para se destacar. As organizações passaram a pensar mais no colaborador, em maneiras de fazê-lo sentir-se à vontade na organização. Acredita-se que, quando o colaborador se sente bem na empresa em que ele trabalha, passa a produzir mais, com satisfação e vontade de fazer mais, fazer a diferença. Em pleno século XXI, essa discussão é cada vez mais conveniente, afinal o capital humano que constitui as empresas é prioritário.

Diante desse cenário, existem muitas empresas oferecendo os mesmos produtos, assim as pessoas têm a opção de escolher qual o melhor produto, qual o melhor preço e o que realmente as interessa. Portanto, a gestão de pessoas é parte imprescindível para qualquer organização que deseja se manter no mercado competitivo, afinal, sem pessoas não há desenvolvimento e nem empresas.

O mercado procura profissionais criativos, bem informados e capacitados para exercer as tarefas que a organização exige. Por isso as empresas precisam que seus colaboradores tenham flexibilidade, atitudes e ideias para planejar a melhor maneira de alcançar seus objetivos.

É importante ressaltar o comportamento organizacional, imprescindível para que uma empresa alcance o sucesso, visto que ele estuda sobre indivíduos, grupos e estrutura na organização com aplicação do conhecimento obtido para que as tarefas executadas propiciem resultado eficaz.

Segundo Robbins, Judge e Sobral (2012), o comportamento organizacional estuda sobre o que as pessoas fazem nas organizações, e de que forma é afetado o desempenho organizacional, pois é fato que as organizações que possuem políticas de gestão de pessoas alcancem resultados cada vez mais satisfatórios.

As políticas de gestão de pessoas, que tem o colaborador como o ativo mais importante dentro da organização, são o conjunto de práticas e ações que criam expectativas entre empresa e colaborador, uma vez que oferece visão mais humana. O gestor recebe o colaborador, seleciona, prepara-o para se alinhar às metas da empresa e o motiva a crescer com ela. Essas políticas têm como

objetivo atrair, desenvolver e manter profissionais qualificados, garantindo a motivação e a qualidade de vida no trabalho.

Dentre as políticas de gestão de pessoas, Marras (2011) destaca:

- ✓ Treinamento e desenvolvimento: as empresas devem oferecer treinamento e conhecimento contínuos para os colaboradores e oportunidades de crescimento dentro da organização, estimulando e motivando cada um a contribuir com os objetivos da empresa.

- ✓ Comunicação clara: dar oportunidade de o colaborador expressar suas ideias e passar a ele a situação da organização perante o mercado, como metas a serem cumpridas.

- ✓ Atrair e manter profissionais qualificados: quanto menor for a rotatividade dentro da organização, menor será o custo com seleção e treinamento de novos colaboradores.

- ✓ Desenvolver a qualidade de vida no trabalho: se o colaborador se perceber como parte da organização, ele se sentirá motivado a cumprir suas tarefas, pois sabe que será bem recompensado e reconhecido pela empresa.

As pessoas são motivadas por razões diferentes: dinheiro, poder, status, reconhecimento. Então, a função da política de gestão de pessoas é cuidar do capital humano da organização, motivando-os para manter alinhadas as metas pessoais e organizacionais.

Quando a organização expõe sua política de gestão de pessoas, a relação empresa e colaborador torna-se transparente, já que o trabalhador sabe o que deve fazer e o que a empresa oferece e esta, por sua vez, tende a ganhar com o uso de uma boa gestão. Esse bom uso da gestão de pessoas impacta em diversas áreas na empresa que, segundo Marras (2011), refere-se a algumas políticas positivas:

- ✓ Política de recrutamento e seleção: impacta diretamente na contratação, com um padrão a ser seguido, desde a descrição da vaga, seleção, aplicação de testes e uma boa entrevista. Com isso, há chances de encontrar o perfil que melhor se encaixe dentro da atividade proposta, o que diminui considerável o índice de rotatividade.

- ✓ Política de treinamento de colaboradores: a empresa que dá oportunidade de crescimento e conhecimento ao seu colaborador está sempre um passo à frente, pois terá uma equipe que se sente valorizada, motivada e sempre disposta a encarar os desafios e adversidades junto com a empresa. Assim, o colaborador veste a camisa e se sente parte de tudo aquilo, porque ele não é mais visto como uma máquina para executar funções e sim como um capital intelectual, sendo um dos mais valorizados pela organização, além de que uma equipe bem treinada e bem preparada está menos disposta a cometer erros e trabalha com criatividade para encarar e solucionar os problemas.

- ✓ Política de cargos e salários: essa política atrai e retém colaboradores que desejam crescer e ser reconhecidos dentro da organização, visto que ela oferece oportunidade de planos de carreira, ou seja, oportunidade de crescimento, porque o profissional sabe exatamente o que precisa fazer para chegar onde tanto almeja, e sabe que todo o seu esforço será recompensado.

- ✓ Política de benefícios: são os benefícios corporativos oferecidos ao colaborador, podendo ser convênio médico e odontológico, vale transporte, vale refeição, seguro de vida, participação nos lucros, entre outros. Os benefícios a serem oferecidos dependem do perfil da empresa e do colaborador. Muitos se apegam a estes benefícios antes de aceitar uma oferta de trabalho, o que acaba se tornando um diferencial, porque a empresa que dispõe de melhores benefícios acaba sendo vista como uma empresa melhor, que mais tem a oferecer ao colaborador.

Além das políticas de gestão citadas acima, existem diversas outras que são adotadas conforme o perfil da empresa e do colaborador.

Sabe-se que empresas de grande porte, com Administração de Recursos Humanos consolidados possuem maiores facilidades em organizar, delegar e estruturar suas políticas. Entretanto as empresas familiares apresentam dificuldades em estabelecer esses processos e, muitas vezes, não têm sequer condições de manter um profissional especializado da área.

Exemplo disso são as empresas familiares, criadas a partir de um sonho de empreender ou oportunidade de se recolocar no mercado de trabalho, por isso são o próprio chefe. Geralmente as empresas começam de maneira informal, com toda a família envolta ao negócio e sem nenhum preparo. Em alguns casos a ideia do negócio dá tão certo que é necessário profissionalizar. Desse modo, quem detém todo o poder sobre a empresa é o próprio criador que, com a necessidade de profissionalização, precisa descentralizar e delegar funções, passando a dividir as tarefas entre os familiares ou colaboradores que nela atuam.

Estudos do Sebrae (2019) comprovam que a maioria das empresas existentes no Brasil é de origem familiar, já que as pessoas preferem trabalhar com familiares acreditando que fica mais fácil ter a colaboração de pessoas conhecidas ao lidar com a gestão, regras e alcançar objetivos. O que acontece,

muitas vezes, é o contrário disso, porque na realidade as empresas possuem muitos conflitos, principalmente no processo de liderar.

Um negócio familiar consiste na relação entre dois sistemas, a família e os negócios, com vários colaboradores da mesma família atuando em departamentos diferentes, sendo eles administração aos colaboradores e acionistas (SEBRAE, 2019).

Peter Drucker (2007) afirma que a empresa sendo familiar ou não precisa ver a gestão em um processo que envolva a capacidade de planejar, organizar, dirigir e controlar quee são utilizados em todos os setores da empresa.

O surgimento desse tipo de empresa se deu principalmente a partir das capitâneas hereditárias, que eram transmitidas por herança, como ocorria com a monarquia (SILVA *et al.* 2019, p. 14).

Conforme Lethbridge (1997), podemos encontrar três tipos de empresas familiares: a tradicional, híbrida e com influência familiar, como se observa a seguir:

- Empresa familiar tradicional: são empresas de capital fechado onde trabalham apenas membros da família. Não possuem clareza financeira e normalmente misturam o patrimônio empresarial com o pessoal.

Empresa familiar híbrida: é um tipo de empresa de capital aberto, onde são vendidas ações pela bolsa de valores, porém a maior parte das ações está em poder da família que também é responsável pelo controle da empresa. O financeiro mantém a transparência das operações e a gestão costuma ser feita por profissionais da área.

Empresa com influência familiar: a empresa é de capital aberto e a família detém uma quantidade de ações inferior a 50%, ainda assim é considerada uma empresa familiar, pois a família possui parcela significativa da empresa podendo ter influência direta ou indireta nas decisões.

Segundo Sebrae (2019), negócios familiares sempre apresentam pontos forte e fracos que estão previstos a enfrentar.

Pontos fracos:

- ✓ Dificuldade em separar dentro da empresa a parte emocional/intuitivo e racional, tendendo mais aos interesses pessoais.
- ✓ A postura de autoritarismo do fundador com atitudes de paternalismo que acabam sendo usadas como forma de manipulação.
- ✓ Grande resistência à mudança. Não quer sair da zona de conforto.
- ✓ Laços afetivos extremamente fortes, influenciando comportamentos, relacionamentos e decisões da empresa.
- ✓ Expectativa de alta fidelidade dos empregados. Isso pode gerar um comportamento de submissão, sufocando a criatividade.

Pontos fortes:

- ✓ Comando único e centralizado, permitindo reações rápidas em situações de emergência.
- ✓ Estrutura administrativa pequena.
- ✓ Financiamentos e outros investimentos podem ser obtidos da poupança feita pela família, assim evitando juros.
- ✓ Equipe determinada e dedicada.
- ✓ Importantes relações na região com a comunidade e comerciantes, porque oferece maior credibilidade.

Os conflitos familiares sempre acontecerão, dentro ou fora da organização. O problema é que muitos não sabem separar o trabalho da vida pessoal e geram problemas para os negócios, mas não se pode generalizar, já que cada empresa possui seu estilo que está muito pautado nos valores da família desenvolvedora do negócio, em especial, na gestão de pessoas.

Nas empresas familiares, a participação da família influencia muito nas decisões da Gestão de Pessoas, pois o Administrador da empresa costuma ser o próprio criador do negócio, partindo do princípio de que a empresa foi criada com o intuito de realizar um sonho e passa a crescer de forma desordenada, necessitando se profissionalizar cada vez mais. Na área de Recursos Humanos, passa a ser necessário aderir ao processo de descentralização de poder a fim de evitar atritos entre família e colaboradores. Isso está ligado à forma como a empresa deve passar a ser conduzida e a forma como devem ser as tomadas de decisões, que antes eram todas tomadas conforme o gosto do patrão. Todavia, são mudanças necessárias para a profissionalização do setor.

Em empresas familiares ou de pequeno porte não é de costume ter um departamento voltado à gestão de pessoas, já que quem cuida da contratação, financeiro, marketing e procura por fornecedores é sempre o proprietário do negócio. Desse modo, como em empresas de pequeno porte não costumam

ter funções tão rotineiras como treinamento de pessoas, contratação e demissão, isso acaba sendo deixado de lado porque, muitas vezes, não dispõe de caixa para um investimento no setor, o que acaba gerando alta rotatividade e baixo poder de atrair talentos para a empresa.

Quando o gestor vê que existe a necessidade de cuidar das pessoas e de seus interesses dentro da organização, ele dá um passo à frente, diminui a sua taxa turnover e, consequentemente, economiza com isso.

3 MATERIAL E MÉTODOS

Inicialmente foi realizada uma pesquisa bibliográfica em livros e artigos e periódicos sobre o tema e, na sequência, uma empresa familiar de pequeno porte da região foi escolhida para aplicação e desenvolvimento de um estudo de caso. A empresa atua no ramo de acessórios para pesca e náutica e foi criada em 2012 quando o gestor, ao ficar desempregado, decidiu empreender nesse ramo por já ter experiência com diferentes produtos fabricados com o mesmo material. No início de suas atividades, não tinha capital suficiente para contratar funcionário e alugar um espaço, por isso começou sozinho no fundo de sua casa. Com o aumento das vendas, resolveu alugar um espaço e contratar pessoas para ajudar. Iniciou com apenas um funcionário, e hoje, após dez anos no mercado de trabalho, conta com a mão de obra de dez colaboradores.

O método utilizado na pesquisa foi exploratório e os instrumentos de coleta de dados foram dois: um questionário estruturado quali-quantitativo aplicado aos colaboradores e uma entrevista aplicada ao proprietário da empresa.

Para realização da pesquisa, foi realizado contato direto com o proprietário que, após avaliação dos instrumentos de pesquisa, autorizou sua aplicação, solicitando apenas que seu nome e do estabelecimento fosse mantido em anonimato. O proprietário fez a opção de distribuir os questionários e também realizar sua coleta.

O critério de inclusão foi ser colaborador efetivo devidamente registrado de empresa familiar de pequeno porte. Automaticamente tornou como critério de exclusão a não participação de qualquer colaborador que não faz parte desse grupo.

Com a finalização da pesquisa, obteve-se a metade dos questionários distribuídos, uma amostragem de 50%. Os dados obtidos foram tabulados e apresentados em forma de tabela (questionário) e transcrição (entrevista) para melhor apreciação dos dados e análise dos resultados.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4 1 Entrevista com o proprietário

O proprietário da empresa nasceu no ano de 1981, é do sexo masculino, possui ensino médio completo e seu nível de renda é entre 2 a 5 salários mínimos.

A empresa possui 10 funcionários contratados, sendo um terceirado que está na empresa há nove anos. O respondente é o fundador da empresa, indústria e comércio atacadista, e ocupa atualmente o cargo de diretor.

Ele aponta que o mais importante para um gestor familiar de uma empresa de pequeno porte é o trabalho em equipe. Para o proprietário e então diretor, as principais dificuldades ou limitações percebidas na gestão das pessoas é o comprometimento delas ao serem contratadas, por outro lado ressalta possuir bom relacionamento com os colaboradores que compõem sua equipe.

Ele afirma realizar testes nos processos seletivos e procura estimular colaboradores, buscando harmonizar valores, interesses, expectativas e competências da pessoa com características e demandas para cargo que oferece a fim de criar vínculo afetivo com seus colaboradores, o que contribui para seu bem-estar, em termos de reconhecimento, relacionamento, participação e comunicação.

O proprietário relata não realizar processos de treinamento e desenvolvimentos para prover os colaboradores na aquisição sistemática de competências e estimular a contínua aprendizagem e produção de conhecimento. Quando questionado sobre a oferta de benefícios e condições de trabalho, assegura que: "Seguimos todas as normas de segurança, trabalhando junto com máquinas de última geração".

Ele avalia o desempenho e as competências dos colaboradores para subsidiar decisões sobre promoções, planejamento de carreira e desenvolvimento como "bom" e diz oferecer incentivos de recompensa por desempenho de participações.

Ao questionar qual seria sua sugestão ou conselho aos demais gestores de empresas familiares de pequeno porte, ele declara: “Empenho, responsabilidade e compromisso com o cliente acima de tudo. Respeito com os colaboradores para que haja um ambiente de trabalho harmonioso e muita fé em Deus!”

4.2 Questionários com os colaboradores

Todos os respondentes são do sexo feminino, idade média entre 30 e 40 anos com renda entre dois (2) a cinco (5) salários mínimos. Quanto ao grau de instrução, 25% têm o ensino fundamental, 25% possuem o ensino médio incompleto e 50%, o ensino médio completo. Sobre o tempo de atuação na empresa, 25% atuam há menos de um (1) ano, e os outros 75%, entre um (1) a três (3) anos.

Na sequência, são apresentados os resultados obtidos nos questionários aplicados aos colaboradores referentes às políticas de gestão de pessoas. Vale destacar que a amostragem é de 50%.

Tabela 1- Recrutamento e Seleção

AS QUESTÕES DA PESQUISA A SEGUIR DEVERÃO SER RESPONDIDAS DE ACORDO COM A SUA OPINIÃO SOBRE CADA ASSUNTO APRESENTADO.	IM	ÃO
RECRUTAMENTO E SELEÇÃO		
Os processos de recrutamento (externo e interno) de candidatos a ocuparem vagas na organização onde eu trabalho são amplamente divulgados.	00%	
Os processos seletivos da organização onde eu trabalho são disputados, atraindo pessoas competentes.	5%	5%
Os testes de seleção da organização onde eu trabalho são conduzidos por pessoas capacitadas e imparciais.	00%	
A organização onde eu trabalho utiliza-se de vários instrumentos de seleção (por exemplo: entrevistas, provas, etc.).	5%	5%
A organização onde eu trabalho divulga aos candidatos informações a respeito das etapas e critérios do processo seletivo.	5%	5%
A organização onde eu trabalho comunica aos candidatos seu desempenho ao final do processo seletivo.	0%	0%
MÉDIA TOTAL DA AVALIAÇÃO		

Fonte: Do próprio autor, 2021.

Quanto ao recrutamento e seleção, as respostas ficaram assim:

Na empresa, os processos de recrutamento tanto externo quanto interno são amplamente divulgados, como mostra a resposta de 100% dos respondentes.

Para 75% dos entrevistados, o processo seletivo da empresa é atraente e disputado, entretanto, para 25%, o processo não é disputado e nem atraente. A condução dos testes da empresa é feita por pessoas capacitadas e imparciais, corroborando com a resposta de 100%.

Para 75%, são usados instrumentos de seleção variados, mas, para 25%, não. Sobre a divulgação aos candidatos de informações sobre etapas e critérios do processo seletivo, 75% afirmaram que não há essa divulgação, enquanto que 25% disseram o contrário.

Com relação ao desempenho do candidato ao findar o processo seletivo, houve empate nas respostas, sendo que 50% declararam que há o feedback aos candidatos e outros 50% relataram que não há esse retorno.

XXII ENCONTRO de PESQUISADORES

INTERDISCIPLINARIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Tabela II- Envolvimento

ENVOLVIMENTO		
A organização onde eu trabalho acompanha a adaptação dos seus colaboradores aos seus cargos. A organização onde eu trabalho se preocupa com meu bem-estar.	0%	0%
A organização onde eu trabalho me trata com respeito e atenção.	00%	
A organização onde eu trabalho procura conhecer minhas necessidades e expectativas profissionais.	5%	5%
A organização onde eu trabalho estimula a minha participação nas tomadas de decisão e resolução de problemas.	5%	5%
A organização onde eu trabalho incentiva a integração de seus colaboradores (por exemplo: confraternizações, eventos sociais e esportivos, etc.).	5%	5%
A organização onde eu trabalho reconhece o trabalho que faço e os resultados que apresento (por exemplo: elogios, matérias em jornais internos, etc.).	00%	
Na organização onde eu trabalho, os colaboradores e suas chefias desfrutam da troca constante de informações para o bom desempenho das funções.	00%	
Na organização onde eu trabalho, há um clima de compreensão e confiança dos chefes em relação aos seus colaboradores.	00%	
Na organização onde eu trabalho, há um clima de confiança e cooperação entre os colegas de trabalho.	5%	5%
A organização onde eu trabalho privilegia a autonomia na realização das tarefas e tomadas de decisões.	0%	0%
Na organização onde eu trabalho, há coerência entre discurso e prática gerenciais.	00%	
MÉDIA TOTAL DA AVALIAÇÃO		

Fonte: Do próprio autor, 2021.

No que se refere ao item envolvimento, as respostas ficaram distribuídas da seguinte forma:

Quanto ao acompanhamento na adaptação dos colaboradores e a preocupação com o bem-estar houve empate: 50% afirmaram que existe sim esse acompanhamento e preocupação, enquanto 50% disseram não existir.

Nos fatores respeito e atenção, todos foram unânimes em responder que isso existe na empresa, o que confirma a resposta de 100% para tal quesito. Quanto ao conhecimento das expectativas e necessidades da profissão, 75% declararam que ocorre na empresa, enquanto 25% responderam negativamente a esta assertiva.

Sobre estimular a tomada de decisão e resolução de problemas, 75% reconheceram que isto ocorre na empresa, enquanto 25%, não.

A respeito da integração dos colaboradores, 75% responderam que há sim integração, e outros 25% foram contrários. Já sobre o reconhecimento do trabalho, houve unanimidade nas respostas: 100% consideram que há reconhecimento.

Acerca da troca contínua de informações entre chefia e colaboradores, todos confirmaram que isso acontece, pois as respostas foram 100%. Também sobre clima de compreensão e confiança dos chefes com colaboradores, a resposta é de 100%.

Já sobre confiança e cooperação entre os colaboradores, 75% acreditam que existe, enquanto 25%, não.

No que tange a autonomia para realizar tarefas e tomar decisões, houve empate de 50% nas respostas.

Quanto à coerência do discurso e à prática gerencial, houve 100% de concordância que isto ocorre na empresa.

Tabela III- Treinamento e Desenvolvimento

TREINAMENTO E DESENVOLVIMENTO		
A organização onde eu trabalho me ajuda a desenvolver as competências necessárias à boa realização das minhas funções (por exemplo: treinamentos, participação em congressos, etc.).	00%	
A organização onde eu trabalho investe em meu desenvolvimento e educação, propiciando meu crescimento pessoal e profissional de forma ampla (por exemplo: patrocínio total ou parcial de graduações, pós-graduações, cursos de línguas, etc.).		00%
Eu consigo aplicar no meu trabalho os conhecimentos e comportamentos aprendidos nos treinamentos/eventos que participo.	5%	5%
A organização onde eu trabalho estimula a aprendizagem e a produção de conhecimento.	5%	5%
Na organização onde eu trabalho, as necessidades de treinamento são levantadas periodicamente.		00%
Na organização onde eu trabalho, os treinamentos são avaliados pelos participantes.		00%
MÉDIA TOTAL DA AVALIAÇÃO		

Fonte: Do próprio autor, 2021.

Quanto ao aspecto de treinamento e desenvolvimento, as respostas foram:

Sobre o desenvolvimento das competências para a realização das funções, 100% responderam que a empresa propicia isso. Sobre o investimento em desenvolvimento e educação, 100% afirmaram que a empresa apresenta esta política.

Acerca da aplicação no trabalho dos conhecimentos adquiridos em eventos e treinamentos dos quais participa, 75% disseram que faz essa aplicação, enquanto outros 25% não aplicam o que foi aprendido.

A respeito da estimulação do aprendizado e produção do conhecimento, 75% relataram que há estímulos da empresa, enquanto outros 25% mostraram que não existe.

Em relação ao levantamento periódico sobre a necessidade de treinamento, 100% declararam que a empresa faz este levantamento. Na empresa a avaliação dos treinamentos é realizada pelos participantes, confirmando a resposta de 100% dada a este quesito.

Tabela IV- Condições de Trabalho

CONDIÇÕES DE TRABALHO		
A organização onde eu trabalho preocupa-se com minha saúde e qualidade de vida.	00%	
A organização onde eu trabalho me oferece benefícios básicos (por exemplo: plano de saúde, auxílio transporte, auxílio alimentação, etc.).	5%	5%
A organização onde eu trabalho me oferece benefícios complementares (por exemplo: convênios com academias, clubes e outros estabelecimentos, espaços de convivência/descanso, etc.).		00%
Na organização onde eu trabalho, existem ações e programas de prevenção de acidentes e enfrentamento de incidentes.	5%	5%
A organização onde eu trabalho preocupa-se com a segurança de seus colaboradores, controlando o acesso de pessoas estranhas na empresa.		00%
As instalações e as condições físicas (iluminação, ventilação, ruído e temperatura) do local onde eu trabalho são ergonômicas (adequadas e confortáveis).	0%	0%
MÉDIA TOTAL DA AVALIAÇÃO		

Fonte: Do próprio autor, 2021.

Sobre as condições de trabalho, as respostas dadas foram:

Para os funcionários, a empresa tem preocupação de 100% com a saúde e qualidade de vida de seus colaboradores.

Sobre a concessão de benefícios por parte da empresa, 75% disseram que há benefícios, enquanto 25%, não. Quanto aos benefícios complementares, 100% responderam positivamente.

XXII ENCONTRO de PESQUISADORES

INTERDISCIPLINARIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Programas de prevenção de acidentes e enfrentamento de incidentes não existem para 25 % dos que responderam ao questionário, enquanto 75% concluíram o contrário.

Sobre o acesso de pessoas estranhas, a empresa apresenta controle de 100% sobre esse quesito. Quanto à ergonomia do local de trabalho, houve empate: 50% asseguraram que há ergonomia, enquanto a outra metade diz que não há.

Tabela V – Avaliação de desempenho e competências

AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO E COMPETÊNCIAS		
A organização onde eu trabalho realiza avaliações de desempenho e competência periodicamente.	5%	5%
Na organização onde eu trabalho, a avaliação de desempenho e competências subsidia as decisões sobre promoções e aumento de salário.	5%	5%
Na organização onde eu trabalho, a avaliação de desempenho e competências subsidia a elaboração de um plano de desenvolvimento dos colaboradores.	5%	5%
Na organização onde eu trabalho, os critérios e os resultados da avaliação de desempenho e competências são discutidos com os colaboradores.	5%	5%
Na organização onde eu trabalho, os critérios e os resultados da avaliação de desempenho e competências são divulgados para os colaboradores.	5	5%
MÉDIA TOTAL DA AVALIAÇÃO		

Fonte: Do próprio autor, 2021.

Quanto à avaliação de desempenho e competências:

A realização de avaliação de desempenho e competência periodicamente existe somente para 25% dos entrevistados, enquanto 75% disseram que não.

Acerca do subsídio da tomada de decisões sobre promoção e aumento de salário baseado na avaliação de desempenho, 75% afirmaram que existe, enquanto 25%, não.

Sobre a avaliação de desempenho ser um subsídio para o desenvolvimento de um plano de colaboradores, 25% asseguram positivamente, já 75% declararam que a avaliação de desempenho não é usada com essa finalidade. Sobre a discussão dos resultados da avaliação de desempenho com os colaboradores, 25% narraram que existe essa discussão, e outros 75%, não.

No que se refere à divulgação dos resultados da avaliação para os colaboradores, 25% responderam que são, e outros 75%, não.

Tabela V- Remuneração a Recompensas

REMUNERAÇÃO E RECOMPENSAS		
A organização onde eu trabalho me oferece remuneração compatível com as oferecidas no mercado (público ou privado) para a minha função.	5%	5%
A organização onde eu trabalho me oferece remuneração compatível com as minhas competências e formação/escolaridade.	5%	5%
Na organização onde eu trabalho, recebo incentivos (por exemplo: promoções, comissões, bônus, prêmios, gratificações, etc.).	00%	
Na definição de seu sistema de recompensas, a organização onde eu trabalho considera as expectativas e sugestões de seus colaboradores.	5%	5%
Na organização onde eu trabalho, minha remuneração é influenciada pelos meus resultados.	00%	
MÉDIA TOTAL DA AVALIAÇÃO		

Fonte: Do próprio autor, 2021.

Já o aspecto da remuneração e recompensas ficou da seguinte forma:

Sobre a empresa oferecer remuneração compatível com as que são oferecidas pelo mercado, 75% relataram positivamente, enquanto 25% discordaram dessa opinião.

Quanto à remuneração ser compatível com a escolaridade ou formação do colaborador, 25% acreditam que sim, já 75% disseram que este tipo de remuneração é inexistente. Referente ao recebimento de incentivos, 100% responderam que a empresa fornece incentivos.

Sobre a empresa considerar as expectativas e sugestões dos seus colaboradores, 25%

disseram sim, e 75%, não. Quanto à influência da remuneração estar ligada aos resultados dos colaboradores, todos concordam que isso acontece na empresa, corroborando com a resposta de 100% nessa assertiva.

4.2 Discussão dos resultados

Os processos de recrutamento (externo e interno) de candidatos são amplamente divulgados e atraem pessoas competentes.

A organização utiliza-se de vários instrumentos de seleção como entrevistas e provas conduzidas por pessoas capacitadas e imparciais, porém não divulga aos candidatos informações a respeito dos resultados das etapas e critérios do processo seletivo.

A organização acompanha a adaptação dos seus colaboradores aos seus cargos oferecendo respeito e atenção, pois se preocupam com o bem-estar deles. Por isso procuram conhecer as necessidades e expectativas profissionais a fim de estimular a participação dessas pessoas nas tomadas de decisão e resolução de problemas.

Existe um processo de integração entre os colaboradores e também reconhecimentos por meio de elogios. Observa-se que os colaboradores e suas chefias desfrutam da troca constante de informações com clima de compreensão e confiança dos chefes, o que permite a coerência entre discurso e as práticas gerenciais realizadas.

A organização ajuda a desenvolver as competências necessárias à boa realização das funções, porque oferece bolsas ou treinamentos mais elaborados, mas não proporciona cursos.

Segundo os dados obtidos, existe preocupação com a saúde e qualidade de vida dos colaboradores, mas os benefícios oferecidos são básicos. Benefícios complementares não são oferecidos.

Não existem ações e programas de prevenção de acidentes e enfrentamento de incidentes nem controles de acesso de pessoas estranhas ao estabelecimento. As instalações e as condições físicas (iluminação, ventilação, ruído e temperatura) do local não são consideradas ergonômicas (adequadas e confortáveis) por metade dos entrevistados.

As avaliações de desempenho e competência não são realizadas periodicamente, o que impede a criação de um plano de desenvolvimento. Apesar disso, a maioria dos entrevistados afirma que a avaliação feita por meio da observação que ocorre na empresa subsidia as decisões sobre promoções e aumento de salário, porém não há apresentação dos critérios que são avaliados.

A organização oferece remuneração compatível com as oferecidas no mercado (público ou privado) para as funções exercidas, porém não compatível com a formação do colaborador.

A remuneração é influenciada pelos resultados e são oferecidos incentivos, todavia sem considerar as expectativas e sugestões de seus colaboradores.

É notável, pela pesquisa, que a empresa, acerca do conhecimento e dos critérios, utiliza algumas práticas e políticas de gestão, no entanto, quando o assunto é avaliação de desempenho, plano de cargos e salários, treinamento e desenvolvimento, surgem muitas limitações. Presume-se que isso ocorra porque estas práticas são mais caras desde o processo de implantação até a manutenção. As informações concedidas pelo diretor e também proprietário são confirmadas pelos resultados da pesquisa aplicada aos colaboradores e é possível perceber que existe um excelente relacionamento entre ele e seus funcionários.

5 CONCLUSÃO

As organizações têm passado por grandes transformações e, para entender essas mudanças de comportamento pessoal dentro das empresas, é preciso que os gestores estejam atentos e determinados, independentemente do tamanho da empresa.

A formalização de algumas regras, em especial da legislação trabalhista, forçou empresários e gestores a fazerem adaptações e a criarem sistemas mais humanizados de gestão por meio da valorização dos funcionários, implantação de políticas de gestão de pessoas e favorecimento do relacionamento organizacional.

Nas pesquisas realizadas para este estudo, verificou-se que as pequenas organizações familiares surgiram há muitos anos, desde as capitâneas hereditárias que acontecia por heranças. Muitos ingressam nesse ramo pelo sonho de empreender ou até mesmo pela oportunidade de ser o próprio chefe do negócio com a ajuda da família.

Constatou-se, ainda, que a maioria das empresas existentes no Brasil é de origem familiar. De

um lado, isso gera confiança, mas, por outro, há grande dificuldade em saber administrar um negócio que envolve a família, o que evidencia a necessidade de estabelecer uma boa gestão.

Diante do crescimento da empresa, é preciso que o profissional decentralize as funções, estabeleça cargos, melhore os processos de comunicação e sinta a necessidade do cuidado com as pessoas e os interesses na organização.

Assim, a descentralização do poder é uma mudança fundamental para melhorar a comunicação entre colaboradores e gestores, além disso, está ligada à maneira como a empresa é e deve ser conduzida.

Quando o gestor percebe que cuidar das pessoas e dos interesses da organização é indispensável, ele dá um passo à frente, visto que passa a reter e atrair talentos, criando um clima de contribuição e satisfação mútua.

Contudo, nota-se que o maior desafio encontrado nas empresas familiares de pequeno porte diante das políticas de gestão de pessoas é levar o administrador à consciência de que é possível gerir pessoas por meio da implantação de processos e obter resultados. Na empresa objeto de estudo, o gestor já possui essa consciência, pois está empenhado em fazer a diferença na gestão de seus colaboradores; no entanto, ainda necessita de melhorias, em especial, com relação aos processos de avaliação de desempenho, treinamento, desenvolvimento e planos de crescimento funcional.

REFERÊNCIAS

BEEFPOINT. 5 principais motivos de conflitos em empresas familiares. 2018. Disponível em: <https://www.beefpoint.com.br/5-principais-motivos-de-conflitos-em-empresas-familiares/>. Acesso em: 06 abr 2021.

DRUKER, P.F. O gerente eficaz em ação: uma agenda para fazer as coisas certas acontecerem. Rio de Janeiro, RJ: LTC; 2007.

FERREIRA, J.; DELGADO, L.A. N.(orgs). O Brasil republicano: civilização brasileira. Rio de Janeiro, 2003. Disponível em: <http://escolasp.org.br/sistema/ck/files/publicacoes/formacao-sindical-1.pdf>. Acesso em 03 março 2021.

MARRAS, J.P. Administração de recursos humanos: do operacional ao estratégico. 14.ed. São Paulo: Saraiva; 2012.

OLIVEIRA, L. Y. *et al.* Gestão de pessoas. Porto Alegre, 2018. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595023901/>. Acesso em: 05 abr. 2021.

ROBBINS, S. P.; JUDGE, T. A.; SOBRAL, F. Comportamento organizacional: teoria e prática no contexto brasileiro. 14.ed. São Paulo: Prentice Hall; 2012.

SEBRAE. Negócios familiares. 2019. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/as-caracteristica,48e89e665b182410VgnVCM100000b272010aRCRD>. Acesso em: 30 mar. 2021.

VANESSA, F.S. *et al.* Gestão de empresa familiar. Porto Alegre, 2019. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788533500563/>. Acesso em: 06 abr. 2021.

POLÍTICAS PÚBLICAS E A QUALIDADE DE VIDA DO IDOSO

Gabriel Afonso Mei Alves de Oliveira
Mestrando em Desenvolvimento Regional
Centro Universitário Municipal de Franca – Uni-FACEF

Melissa Franchini Cavalcanti Bandos
Docente no Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional
Centro Universitário Municipal de Franca – Uni-FACEF

José Alfredo Pádua Guerra
Docente no Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional
Centro Universitário Municipal de Franca – Uni-FACEF

Resumo

Segundo dados da Organização das Nações Unidas (ONU), a expectativa de vida mundial subiu cinco anos entre os anos 2000 e 2015, é o crescimento mais rápido desde 1960. O envelhecimento populacional demanda políticas públicas específicas que mitiguem os problemas humanitários trazendo, no seu sentido mais amplo, segurança para a população idosa; bem como atenuem os problemas de desenvolvimento causando pela nova realidade demográfica. Foi com essa preocupação que a Assembleia Geral das Nações Unidas decidiu, em sua resolução 33/52, de 14 de dezembro de 1978, convocar em 1982, a Assembleia Mundial Sobre o Envelhecimento. Tal Assembleia traçou as diretrizes iniciais para as políticas relativas ao envelhecimento da população global. Busca-se, nesse artigo, analisar os primeiros passos do Brasil em direção a uma política nacional sobre o envelhecimento. Considerando-se o caráter federativo do Brasil e a importância dos agentes federais, estaduais e municipais nesse contexto, busca-se conhecer como as políticas públicas começaram a ser implementadas por Brasília, pelo Estado de São Paulo e pela cidade de Franca (SP).

Palavras-chave: Idoso, Políticas Públicas, Franca (SP)

Abstract

According to data from the United Nations (UN), world life expectancy rose five years between 2000 and 2015, it is the fastest growth since 1960. Population aging demands specific public policies that mitigate humanitarian problems, bringing, in its broadest sense, security for the elderly population; as well as alleviate the development problems caused by the new demographic reality. It was with this concern that the United Nations General Assembly decided, in its resolution 33/52, of December 14, 1978, to convene in 1982 the World Assembly on Aging. This Assembly outlined the initial guidelines for policies relating to the aging of the global population. This article seeks to analyze Brazil's first steps towards a national policy on aging. Considering the federative character of Brazil and the importance of federal, state and municipal agents in this context, we seek to know how public policies began to be implemented in Brasília, the State of São Paulo and the city of Franca (SP).

Keywords: Elderly, Public Policies, Franca (SP)

1 Introdução

O objetivo desse artigo é realizar um estudo do Plano de Ação Internacional de Viena Sobre o Envelhecimento da população (1982) da Organização das Nações Unidas (ONU), do Plano de Ação Internacional de Madri Sobre o Envelhecimento de 2002 (ONU) buscando identificar em qual

abrangência esses planos embasaram a criação da Política Nacional de Idoso no Brasil, desde o âmbito Federal até o municipal.

Os planos de ação internacionais serão apresentados no sentido de demarcar cronologicamente quando se iniciou o debate internacional sobre a necessidade de políticas públicas para lidar com o crescente aumento da expectativa de vida. Ao mesmo tempo buscaremos registrar as primeiras leis brasileiras após o posicionamento da Assembleia Geral das Nações Unidas sobre o tema.

A ONU será vista como norteador mundial. Seu primeiro ato foi o de 1978, quando propôs a realização de uma Assembleia Geral sobre o Envelhecimento a acontecer no ano de 1982, na cidade de Viena.

Serão abordadas as resoluções internacionais pertinentes ao tema e, em seguida, a legislação brasileira surgida logo após tais resoluções para nos concentrarmos, posteriormente, na situação da pessoa idosa na cidade de Franca (SP). Para tanto, se faz necessário compreender como e quando os entes da República Federativa do Brasil nos seus três níveis, deram os primeiros passos nas políticas públicas voltadas para a questão do envelhecimento da população, seja a Nacional, a do Estado de São Paulo a do Município de Franca (SP).

Nessa pesquisa será utilizado, o método qualitativo, a partir da análise da legislação brasileira e dos planos de ação internacional sobre o envelhecimento (ONU).

2 Resoluções e legislação relativas ao idoso e as políticas públicas adotadas em prol de ações afirmativas

2.1 A ONU e a questão do envelhecimento da população mundial

No ano de 1982, aconteceu a Primeira Assembleia Mundial sobre o Envelhecimento, realizada em Viena. Em 1978 e posteriormente, em 1980, a Assembleia das Nações Unidas decidiu através das resoluções 33/52 (1978) e 35/129 (1980) que o aumento demográfico mundial de pessoas com mais de 60 anos precisava ser objeto de preocupação dos países membros, seja por envolver questões humanitárias, seja por impactar a economia mundial.

Essa Assembleia sobre o Envelhecimento culminou na aprovação do Plano de Ação Internacional de Viena Sobre o Envelhecimento (1982), que trazia nas recomendações para execução, na resolução 86, dedicada aos governos, a seguinte redação:

O êxito desse plano de ação dependerá em grande parte da ação empreendida pelos governos para criar condições e amplas possibilidades para a plena participação dos cidadãos, particularmente dos idosos. Com tal propósito, solicita-se aos governos que dediquem maior atenção à questão do envelhecimento e que utilizem plenamente o apoio prestado pelas organizações governamentais e não governamentais, incluindo organizações de aposentados e pessoas idosas (ONU, 1982).

O Plano de Ação Internacional de Viena Sobre o Envelhecimento afirmava ainda no prólogo que

O Plano Internacional deverá ser considerado parte integrante das principais estratégias e programas internacionais, regionais e nacionais formulados em resposta a importantes problemas e necessidades de caráter mundial. Suas metas principais são fortalecer a capacidade dos países para abordar de maneira efetiva o envelhecimento de sua população e atender às preocupações e necessidades especiais das pessoas de mais idade, e fomentar uma resposta internacional adequada aos problemas do envelhecimento com medidas para o estabelecimento da nova ordem econômica internacional e o aumento das atividades internacionais de

XXII ENCONTRO de PESQUISADORES

INTERDISCIPLINARIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

cooperação técnica, em particular entre os próprios países em desenvolvimento (ONU, 1982).

A partir dessas metas, foram propostos objetivos concretos, como o fomento da compreensão internacional e nacional das consequências econômicas, sociais e culturais que o envelhecimento da população tem no processo de desenvolvimento, bem como das questões humanitárias.

Paralelamente, objetiva-se propor e estimular políticas e programas orientados à ação e destinados a garantir segurança social e econômica às pessoas de idade, assim também como o desenvolvimento do ensino, da capacitação e pesquisa que proporcionem um maior conhecimento sobre o envelhecimento da população e o impacto desse fator sobre as sociedades e vidas humanas.

Foi, portanto, nas duas últimas décadas do século XX, que a aceleração do envelhecimento da população global disparou o alerta para as sérias consequências desse processo sobre a humanidade.

No Plano de Ação Internacional de Viena, apresentavam-se os dados, cálculos e projeções demográficas da ONU, no tocante ao envelhecimento da população mundial, de 1950 até 2025.

DADOS CONSOLIDADOS E PROJEÇÃO DEMOGRÁFICA MUNDIAL DE PESSOAS COM 60 ANOS OU MAIS DE 1950 a 2025 (em milhões)	
ANO	POPULAÇÃO COM 60 ANOS OU MAIS
1950	200
1975	350
2000	590 (Projeção)
2025	1000,1

Fonte: Elaborado pelos autores a partir do Plano Internacional de Viena Sobre o Envelhecimento (1982)

De acordo com Plano de Viena, projetava-se que até 2025 a população mundial atingiria a marca de 8,1 bilhões e que a população com 60 anos ou mais atingiria 1,1 bilhão.

Segundo o portal *WorldO'meter*, a estimativa da população mundial indica 7,8 bilhões de habitantes. Desses, 11% são idosos 60 anos ou mais. Pela primeira vez, em 2018, a população com mais de 65 anos foi maior do que a população com menos de 5 anos de idade.

Esses dados corroboram aqueles estimados pelo Plano de Ação Internacional de Viena Sobre o Envelhecimento (1982).

Decorridos 20 anos da I Assembleia Internacional do Envelhecimento, realizou-se a II Assembleia Internacional do Envelhecimento, de 8 a 12 de abril de 2002, em Madri, que elaborou um novo Plano de Ação Internacional sobre o Envelhecimento, aprovado em 2002 e continua, desde então, norteando as políticas públicas brasileiras para a pessoa idosa.

Essa Assembleia foi pensada para acontecer a cada 20 anos. Assim, a III Assembleia Internacional do Envelhecimento deveria acontecer em 2022, mas em função da pandemia provocada pelo Coronavírus, ainda não está definida.

Após essas iniciativas e resoluções da ONU, foi-se tendo, no mundo todo, uma tomada de consciência para a necessidade de políticas públicas voltadas para o ser humano de idade avançada, da pessoa idosa no contexto da sociedade, e da necessidade de defender os seus direitos. Essa também foi a realidade brasileira.

Consideramos que há um longo caminho a ser trilhado desde as resoluções e Planos da ONU. Inicialmente os Legisladores fazem as leis visualizando as necessidades futuras do seu país, conforme diretrizes e argumentos pensados e traçados nos organismos internacionais e nas convenções internacionais de pensadores do ser humano, do seu comportamento, da evolução da raça humana, fincados na observação de erros e acertos cometidos pelas ações dos homens, mas por estes ainda não compreendidos. Promulgada a lei, as instituições vão agindo no sentido de fazer cumpri-la.

O alerta para a reflexão do desenvolvimento da raça humana no planeta, vem de um dos maiores organismos internacionais e lança luz sobre o futuro dos povos e de como os países devem agir, assegurando melhor convivência futura.

Todos os dias, em muitos locais do mundo, a ONU exerce um papel importante na gestão do dia-a-dia de todas as pessoas, promovendo o desenvolvimento e o respeito pelos Direitos Humanos (DH), sem distinção de raça, sexo, língua ou religião. Todos os dias, mesmo sem uma atuação visível, a ONU promove o respeito pelos nossos Direitos, protege o nosso habitat, assegura a nossa sobrevivência, potenciando a construção de um mundo sustentado num desenvolvimento que tenha em conta aspectos económicos, sociais e ambientais (INÊS COUTINHO, 2007, p. 181)

2.2 População Idosa - Legislação Brasileira e as políticas públicas no nível Federal

Foi partir dessas ações contínuas da ONU que o Brasil, como todos os demais países membros, empreendeu o esforço para alcançar objetivos próprios, no tocante à pessoa idosa e criar ou adequar sua legislação e adotar políticas públicas governamentais ou institucionais para cumprir as expectativas lançadas. No caso da República Federativa do Brasil, o esforço foi iniciado em Brasília pelos poderes Executivo e Legislativo, daí convergiu para os Estados até chegar aos Municípios e seus conselhos.

No exercício de seu dever constitucional, o Poder Judiciário atua através do Ministério Público, de modo a garantir que a Lei seja cumprida e o cidadão atendido em suas demandas.

A despeito da existência de leis anteriores a 1994 que tratavam de temas associados ao idoso brasileiro, foi a partir da Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994, sancionada pelo presidente Itamar Franco, que se dispõe, no Brasil, sobre a política nacional do idoso.

No Capítulo I da referida Lei tem-se, no artigo 1º o esclarecimento de sua finalidade:

Art. 1º A política nacional do idoso tem por objetivo assegurar os direitos sociais do idoso, criando condições para promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade.

Observa-se ainda, no início da redação da Lei Federal nº 8.842/1994, como ela se alinha ao preâmbulo do Plano de Ação Internacional de Viena Sobre o Envelhecimento, encaminhando a política nacional brasileira do idoso e afirmando a necessidade de uma participação efetiva de toda a sociedade.

Ocorre que o envelhecimento é inerente à vida. O Plano de Ação Internacional de Viena Sobre o Envelhecimento traz uma reflexão quase filosófica sobre o assunto nos itens 23 e 24:

A espécie humana se caracteriza por uma longa infância e uma prolongada velhice. Ao longo da história isto tem permitido às pessoas de idade educar aos mais jovens e lhes transmitir valores; esta função garantiu a sobrevivência e o progresso do homem. A presença dos idosos no lar, na vizinhança e em todas as formas de vida social serve ainda de lição insubstituível para a humanidade. Não só através da sua vida, mas também na hora de sua morte, o idoso dá-nos uma lição. Através da dor dos sobreviventes, estes chegam a compreender que os mortos seguem

formando parte da comunidade humana, com os resultados de seu trabalho, as obras e instituições que deixaram atrás de si, e a lembrança de suas palavras e atos. Isto pode estimular-nos a considerar com maior serenidade nossa própria morte e nos fazer mais plenamente conscientes de nossas responsabilidades para com as gerações futuras.

Uma vida mais longa proporciona aos seres humanos a oportunidade de examinar retrospectivamente suas vidas, corrigir alguns de seus enganos, aproximar-se mais da verdade e obter uma compreensão diferente do sentido e do valor de suas ações. Possivelmente seja esta a maior contribuição das pessoas de idade à comunidade humana. Especialmente nesta época, depois de mudanças sem precedentes que afetaram o gênero humano durante sua vida, a reinterpretação de seu passado por parte dos idosos deverá ajudar todos nós a conseguir uma necessária reorientação da história.

Sejam pelos problemas humanitários, seja pelo viés econômico que o envelhecimento da população traz em si, foi extremamente importante que o Brasil deliberasse enfrentar essa questão de maneira efetiva, a partir de uma legislação sólida.

A SEÇÃO I, Dos Princípios, assim dispõe:

Art. 3º A política nacional do idoso reger-se-á pelos seguintes princípios:

I - a família, a sociedade e o estado têm o dever de assegurar ao idoso todos os direitos da cidadania, garantindo sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade, bem-estar e o direito à vida;

II - o processo de envelhecimento diz respeito à sociedade em geral, devendo ser objeto de conhecimento e informação para todos;

III - o idoso não deve sofrer discriminação de qualquer natureza;

IV - o idoso deve ser o principal agente e o destinatário das transformações a serem efetivadas através desta política;

V - as diferenças econômicas, sociais, regionais e, particularmente, as contradições entre o meio rural e o urbano do Brasil deverão ser observadas pelos poderes públicos e pela sociedade em geral, na aplicação desta lei. (BRASIL, 1994, Art. 3º)

Veja-se a grande relevância do inciso I quando delega a proteção humanitária ao idoso a três agentes essenciais: família, sociedade e estado.

Ao mesmo tempo, como envolve toda a população brasileira na reflexão sobre o envelhecimento natural da espécie humana e de como é importante a conscientização coletiva.

A importante menção, no inciso V, das diferenças regionais e das contradições entre campo e cidade que trazem em si a necessidade de diferentes ações para que se garanta a devida proteção a todos os idosos que residem no Brasil.

Já na SEÇÃO II, Das Diretrizes, no artigo 4º, legisla-se sobre uma ampla gama de fatores essenciais para que o enorme desafio de que a letra da Lei alcance o seu objetivo (BRASIL, 1994):

a) a viabilização de formas alternativas de participação, ocupação e convívio do idoso;

b) a participação de idosos em organizações representativas, tais quais os conselhos do idoso;

c) a priorização do atendimento do idoso pela família em detrimento daquele oferecido por institucionais;

d) a descentralização político-administrativa, que agiliza o processo de atendimento aos idosos;

e) a preocupação com capacitação e formação de mão de obra especializada: geriatras, gerontólogos, cuidadores e outros profissionais da área;

f) apoio a estudos e pesquisas sobre as questões relativas ao envelhecimento.
No CAPÍTULO III, Da Organização e Gestão, fica claro como a Lei prevê a interação entre os entes federativos:

Art. 5º Competirá ao órgão ministerial responsável pela assistência e promoção social a coordenação geral da política nacional do idoso, com a participação dos conselhos nacionais, estaduais, do Distrito Federal e municipais do idoso. (BRASIL, 1994)

Ou ainda legisla sobre os conselhos e suas prerrogativas:

Art. 6º Os conselhos nacional, estaduais, do Distrito Federal e municipais do idoso serão órgãos permanentes, paritários e deliberativos, compostos por igual número de representantes dos órgãos e entidades públicas e de organizações representativas da sociedade civil ligadas à área. (BRASIL, 1994)

Art. 7º Compete aos Conselhos de que trata o art. 6º desta Lei a supervisão, o acompanhamento, a fiscalização e a avaliação da política nacional do idoso, no âmbito das respectivas instâncias político-administrativas. (Redação dada pelo Lei nº 10.741, de 2003) (BRASIL, 1994)

O segundo passo essencial para as políticas públicas relativas ao idoso foi a Lei nº 10.741 de 1º de outubro de 2003 sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso.

Muito associado às políticas humanitárias, como por exemplo a proteção à vida, a liberdade e respeito, o direito à alimentação no tocante ao provimento de alimentos aos idosos carentes, atividades educacionais, culturais, esportivas e de lazer, a inserção e manutenção dos idosos no mercado de trabalho, direito à previdência sócia, direito à assistência social, direito à moradia, à locomoção gratuita voltada às pessoas com mais de 65 anos e, principalmente, o cuidado da saúde via SUS.

Além disso, o Estatuto do Idoso é um instrumento de fiscalização e garantia de manutenção dos direitos garantidos pela legislação.

2.3 Legislação Estadual voltada para o idoso no Estado de São Paulo.

A Lei nº 12.548, de 27 de fevereiro de 2007, sancionada pelo governador José Serra, foi importante pois ela consolida 31 leis anteriores relativas ao idoso e alinha a legislação paulista com a legislação federal, principalmente com as leis federais tratadas anteriormente.

Na prática, observa-se a construção do arcabouço legal para que o Estado de São Paulo implemente a legislação vigente no país no âmbito da jurisdição estadual.

2.4 Legislação municipal e políticas públicas voltadas para o idoso na cidade de Franca

Assim como os Estados foram se alinhando à legislação Federal, o mesmo, foi se dando com os municípios.

No Município de Franca (SP), foram sancionadas as seguintes leis:

Legislação	Teor
Lei Municipal Nº 8.492, DE 26 DE JANEIRO DE 2017. PL 8/2017	Art.4º - O Conselho Municipal da Pessoa Idosa de Franca - COMUPI tem como finalidade participar, propor e aprovar a formulação das políticas públicas municipais referentes às questões relacionadas à população de 60 anos ou mais, assegurando seus direitos sociais.
Lei Municipal Nº 5.916, DE 14 DE ABRIL DE 2003. PL 49/2003	Trata da defesa do idoso pelos agentes sociais, devendo estes encaminhar os casos ao Conselho do Idoso Cria também o Sistema Municipal de Informações sobre a Violência contra o Idoso,
Lei Municipal Nº 7.538, DE 31 DE MAIO DE 2011. PL 16/2011	Institui a Campanha Permanente de Orientação sobre a importância do vínculo familiar na vida do idoso institucionalizado, no Município de Franca, e dá outras providências

Fonte: Elaborado pelos autores

Além da legislação que norteia os serviços municipais, há instituições locais que oferecem projetos específicos para a população idosa de Franca (SP).

O jornal GCN, de 27 de setembro de 2007, trazia uma matéria em comemoração ao Dia Nacional do Idoso, cuja manchete era “3ª idade ativa”. Assim informava o artigo:

Neste 27 de setembro, comemora-se o Dia Nacional do Idoso. Franca festeja a data numa fase de mudanças. Os programas voltados para pessoas mais velhas ainda são insuficientes e precisam ser expandidos, mas demonstram uma evolução significativa nos 20 últimos anos. Diferente de décadas atrás, hoje, os idosos são contemplados com atividades em áreas diversas: saúde, social, educativa, cultural, esportiva e informativa. As atividades são variadas e vão do atendimento médico a cursos de artesanato, natação e atividades para incentivar a memória. Na cidade, 30.721 pessoas têm mais de 60 anos. A maioria, 56%, é mulher. Os dados, de 2006, são do Seade (Sistema Estadual de Análise de Dados). [...]

Há cerca de 20, 30 anos, basicamente o Sesi (Serviço Social da Indústria) e o CCI (Centro de Convivência do Idoso) ofereciam atendimento aos idosos. Com o passar dos anos, novos segmentos têm voltado seus olhares a essa parcela da população. Os projetos são desenvolvidos por escolas, paróquias, instituições espíritas, UBSs (Unidades Básicas de Saúde), asilos, ONGs, clubes, Unesp-Unati (Universidade da Terceira Idade), Unifran (Universidade de Franca), Iamspe (Instituto de Assistência Médica do Servidor Público Estadual), Comuti (Conselho Municipal da Terceira Idade) e outros. O rol de atividades é variado. [...]

Em 2007, o Sesi oferecia] cursos de artesanato, cinema, exposições, saraus, poesia, teatro, jogos, gincanas, hidroginástica, vôlei, natação, oficina para incentivar a memória, campanhas de doação de alimentos e agasalhos e palestras. [...]

Percebe-se que os reflexos da legislação federal já se faziam sentir em 2007, no município de Franca (SP), principalmente no que se refere à participação da sociedade e suas instituições.

3 Considerações Finais

Apesar do trabalho desenvolvido pela ONU, apesar da legislação nacional de proteção ao idoso nossa sociedade ainda vive com medo da velhice.

Muitos são os fatores que corroboram isso, dentre eles podemos citar desde a inobservância da legislação, até a demora existente entre a promulgação da lei e a sua assimilação pela sociedade.

Se, por exemplo, o idoso desejar trabalhar nossa legislação lhe garante esse direito. Como isso é viável se temos um grande índice de desemprego no país? Outra questão é que estamos avançando, porém na velocidade da transformação cultural, cujo ritmo é bem mais lento que o desejado pois as demandas são eminentes em face às projeções demográficas.

Segundo matéria do jornal O Valor Econômico (2021):

A população brasileira será em 2100 menor que 180 milhões de pessoas, bem abaixo dos 213,3 milhões de pessoas estimadas para a população brasileira em 2021 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e também dos 194,9 milhões do Censo Demográfico de 2010. Esta é a realidade prevista em todos os três cenários projetados em estudo do prevista em todos os três cenários projetados em estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) para o crescimento da população até 2100, considerando diferentes tendências para fecundidade e mortalidade.

O estudo também aponta para um envelhecimento etário “inevitável” e já esperado da população, independentemente do cenário considerado. A parcela dos brasileiros com 65 anos ou mais, que era de 9,8% em 2020, deve ficar entre 29,4% e 40,3%, de acordo com cada cenário. O cenário mais preocupante é o chamado de “choque populacional”, em que a parcela da população acima dos 65 anos ultrapassa um terço da população e atinge 40,3%, colocando um peso maior na situação da Previdência.

Assim sendo, a implementação de políticas públicas pertinentes ao tema é vital uma vez que o envelhecimento da população é um fenômeno mundial e a espécie humana precisa se adequar à nova realidade.

Referências

3ª idade ativa. **GCN**, Franca, 27/09/2007, Disponível em: <<https://gcn.net.br/noticias/21670/franca/2007/09/3-Ordif-idade-ativa-21670>>. Acesso em: 16 out de 2021.

BRASIL, **LEI Nº 10.741, DE 1º DE OUTUBRO DE 2003**. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Brasília: Casa Civil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.741.htm>. Acesso em: 13 out. 2021.

BRASIL, **LEI Nº 8.842, DE 4 DE JANEIRO DE 1994**. Dispõe sobre a política nacional do idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências. Brasília: Casa Civil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8842.htm#>. Acesso em: 07 out. 2021.

CARLOS, Sergio Antonio. **Plano de Ação Internacional de Viena Sobre o Envelhecimento**. Laboratório de Políticas Públicas UFRGS. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/e-psico/publicas/humanizacao/prologo.html>>. Acesso em: 14 out. 2021.

CARLOS, Sergio Antonio. **Resolução 33/52**. Laboratório de Políticas Públicas UFRGS. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/e-psico/publicas/humanizacao/index.htm#>>. Acesso em: 14 out. 2021.

CARNEIRO, Lucianne. **Brasil deve ter menos que 180 milhões de pessoas em 2100.** Jornal O Valor Econômico Rio de Janeiro, 13/10/2021, Disponível em: <<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2021/10/13/pais-deve-ter-menos-que-180-milhoes-em-2100.ghtml>>. Acesso em: 18 out. 2021

FRANCA, **Lei Municipal Nº 5.916 de 14 de abril de 2003.** Dispõe sobre notificação dos casos de violência contra os idosos no Município de Franca, e dá outras providências. Franca: Câmara Municipal. Disponível em: <<https://franca.sp.leg.br/pt-br/legislacao/lei-no-5916-de-14-de-abril-de-2003>>. Acesso em: 12 out. 2021.

FRANCA, **Lei Municipal Nº 7.538 de 31 de maio de 2011.** Institui a Campanha Permanente de Orientação sobre a importância do vínculo familiar na vida do idoso institucionalizado, no Município de Franca, e dá outras providências. Franca: Câmara Municipal. Disponível em: <<https://franca.sp.leg.br/pt-br/legislacao/lei-no-7538-de-31-de-maio-de-2011>>. Acesso em: 12 out. 2021.

FRANCA, **Lei Municipal Nº 8.492 de 26 de janeiro de 2017.** Dá nova redação à Lei nº 5.249 de 25 de outubro de 1999 que criou o Conselho Municipal da Terceira Idade de Franca - COMUTI, modificada pelas Leis de nº 6.293 de 24 de novembro de 2004 e nº 7514 de 11 de março de 2011, e dá outras providências. Franca: Câmara Municipal. Disponível em: <<https://franca.sp.leg.br/pt-br/legislacao/lei-no-8492-de-26-de-janeiro-de-2017>>. Acesso em: 12 out. 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Plano de ação internacional contra o envelhecimento, 2002.** Tradução de Arlene Santos. — Brasília : Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2003. Disponível em: <http://www.observatorionacionaldoidoso.fiocruz.br/biblioteca/_manual/5.pdf>. Acesso em: 05 out. 2021.

POPULAÇÃO MUNDIAL. **Portal WorldO'meter.** 2021. Disponível em: <[SÃO PAULO, **LEI Nº 12.548, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2007.** Consolida a legislação relativa ao idoso. São Paulo: Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/norma/?id=70618>>. Acesso em: 13 out. 2021.](https://www.worldometers.info/br/#:~:text=)

**POLÍTICAS PÚBLICAS SOCIAIS E A COPARTICIPAÇÃO DO TERCEIRO SETOR: PARA ALÉM
DA FILANTROPIA**

PUBLIC SOCIAL POLICIES AND THIRD SECTOR CO-PARTICIPATION: BEYOND PHILANTHROPY

Área temática: Desenvolvimento Social e Políticas Públicas

CINTRA, Liane Ney Machado

Mestranda no Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional
Centro Universitário Municipal de Franca – Uni - FACEF
lianecintra@hotmail.com

GUERRA, José Alfredo de Pádua

Docente no Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional
Centro Universitário Municipal de Franca – Uni - FACEF
josealfredopaduaguerra@gmail.com

RIBEIRO, Daniela de Figueiredo

Docente no Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional
Centro Universitário Municipal de Franca – Uni - FACEF
danifiribeiro@yahoo.com.br

Resumo

Este artigo relata a coparticipação das Organizações Não Governamentais (ONGs) na política de proteção social como modo de se organizar da sociedade civil, sob a ótica capitalista. Apresenta dados peculiares das demandas sociais e parcerias realizadas entre o poder público e o Terceiro setor da cidade de Franca, a fim de, comunicar e tornar comum esta relação que busca saídas para facilitar o acesso aos direitos humanos. Para alcançar o objetivo realizou-se uma pesquisa de natureza exploratória, inicialmente bibliográfica e documental em livros, sítios eletrônicos, dados públicos junto a órgãos oficiais e planos de trabalho que abordam o tema. Mediante tais informações, busca-se contribuir para um melhor entendimento acerca da influência da participação colaborativa do cidadão no sistema político, representado pelo Terceiro Setor e propor uma análise crítica que possa subsidiar melhorias e inovações no enfrentamento as violações de direitos e violências que deve ir além da filantropia e das práticas moralistas.

Palavras-chave: *Políticas públicas sociais, coparticipação, terceiro setor.*

Abstract

This article reports the co-participation of Non-Governmental Organizations (NGOs) in social protection policy as a way of organizing civil society from a capitalist perspective. It presents peculiar data on social demands and partnerships between the government and the third sector of the city of Franca, in order to communicate and make common this relationship that seeks ways to facilitate access to human rights. To achieve the objective, an exploratory research was carried out, initially bibliographical and documentary in books, electronic sites, public data with official bodies and work plans that address the theme. Through this information, we seek to contribute to a better understanding of the influence of collaborative citizen participation in the political system, represented by the Third Sector, and propose a critical analysis that can support improvements and innovations in confronting violations of rights and violence that should go beyond philanthropy and of the moralistic practices.

Keywords: Social public policies, co-participation, third sector.

1 INTRODUÇÃO

O conceito de Terceiro Setor enraíza-se na sociedade brasileira, alcançando protagonismo em diversos campos da economia e formando vínculos culturais com os cidadãos. A ausência ou a presença excessiva do Estado requer mais e mais a participação das organizações da sociedade civil sem fins lucrativos, cujo propósito de interesse é o bem comum. Onde se façam presentes, essas entidades costumam trazer inovação, independentes de alguns vícios e práticas que muito têm impedindo o desenvolvimento brasileiro.

O fato dos órgãos governamentais (primeiro setor) não atender as aspirações da sociedade, deixa uma lacuna para a formação de parcerias entre governo e empresas privadas com o propósito de assumir e implementar ações sociais nas mais diversas áreas. Elas podem ser formadas por organizações sem fins lucrativos e não estatais, com finalidade pública(COSAC, 2009).

Atualmente, o terceiro setor vem se mostrando mais significativo no Brasil. Estimativas revelam nesse sentido que, 12 milhões de pessoas estão envolvidas de alguma forma em uma iniciativa filantrópica. Ou seja, são cada vez mais gestores, voluntários interessados em ajudar. Ainda assim, os desafios do terceiro setor ainda persistem(OBSERVATÓRIO DO TERCEIRO SETOR,2021)

Portanto, além de compreender as necessidades do terceiro setor, é recomendado que sejam feitos esforços a fim de aprofundar e implementar novas estratégias de gestão de forma integrativa, que oriente e conscientize a sociedade com a intenção de ampliar as frentes de trabalho e de obter recursos voltados para o desenvolvimento local.

A partir da literatura atual são levantados os conceitos de ONGs de forma breve bem como as polêmicas relacionadas a sua atuação e a sua relação com o Estado e a Sociedade. Num segundo momento apresenta-se características peculiares da cidade, parcerias estabelecidas pela política de ação social, como forma de enfrentamento das desigualdades sociais e violação de direitos.

Pretende-se contribuir para a discussão da relação do Terceiro Setor e das Políticas Públicas Sociais, tendo em vista que a união de esforços públicos e das Organização da Sociedade civil são molas propulsoras de desenvolvimento, que devem ir além da filantropia e de ideologias radicais.

Para Cosac,(2006) as variáveis dos processos pelas quais as Organizações Não Governamentais (ONGs) passaram, reforçam a importância da atuação do agente social no Terceiro setor, devido ao avanço da democracia, a ampliação da cidadania e a emergência da atuação pública não estatal. Ele destaca que o esforço coletivo, pode não ser necessariamente organizado em torno do bem comum e da justiça social, conforme o próprio nome Organização da Sociedade Civil, sugere.“

Nesta direção Saraiva, (2006) problematiza a discussão pensando o Terceiro Setor, Estado e cidadania como um espaço de (re) construção política. Destaca a importância de discutir temas como: altruísmos, ideologias, sistema de organização capital sob a alegação de que tais provocações devem despertar reflexões que devem ir além do senso comum.

Brasil Ribeiro (2006) denota que a responsabilidade social está relacionada a abordagem critica indivíduo (cidadania, ética, filantropia, comunicação, marketing). Enquanto no Brasil a responsabilidade social está ligada ao moralismo, nos Estados Unidos, ela está relacionada ao compromisso de um cidadão com o outro.

Contudo Naves,(2003) aponta o Terceiro Setor como novas possibilidades para exercício da cidadania e enfatiza a importância do cidadão se relacionar com o Estado. Assim ,Cosac, (2006) afirma que as organizações de interesse público frente a dimensão social da sociedade devem priorizar o engajamento humano na construção de uma sociedade mais justa e solidária.

Consequentemente, conforme dito anteriormente, as lacunas deixadas pelo Estado na gestão dos problemas públicos, abrem espaço para parcerias entre Terceiro Setor e Sociedade, portanto, o bem comum é um propósito que deve ser perseguido, tendo em vista as necessidades humanas.

As parcerias realizadas entre o Terceiro Setor e o Governo Municipal de Franca, revelam a importância da coparticipação das Organizações Não Governamentais(ONGs) que se comprometem em oferecer atendimento à população. A efetividade dessas redes são desafios cotidianos para a organização das ações da política do município que ambicionam o rompimento da visão assistencialista da política pública(PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE FRANCA,2018)

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 TERCEIRO SETOR

A sociedade é composta por três setores, o poder público diz respeito ao Primeiro Setor, o Segundo Setor é constituído pela iniciativa privada, ao passo que o Terceiro Setor conta com as instituições de caráter público, porém mantidas pela iniciativa privada.

Com o avanço da democracia, um grande número de organizações privadas, voluntárias, sem fins lucrativos passou a unir esforços em favor de valores como o bem comum e justiça social.(COSAC, 2009).

Para Pimenta,(2006) é preciso avaliar o potencial contra- hegemônico do Terceiro Setor, a começar pelas possibilidades da ação política formada pelos atores dessas instituições, terminando no tema da cidadania.

Por esse motivo, a cidadania em sua concepção contemporânea, associada à democracia ainda que sujeita a uma autoridade política participa na formação desta autoridade, o terceiro setor, por conseguinte substitui o modelo político baseado em autoritarismo(AMARAL,2009).

A literatura aponta que vários autores concordam quando se diz que as organizações, não importando sua natureza, tamanho, pessoal, ramo de atividade, valores etc.; têm apenas um objetivo, o de atender as pessoas, através da união de esforços. As organizações da sociedade civil são de grande relevância para o país, uma vez que contribuem para mitigar as questões que afetam as diversas áreas da vida das sociedades. De um modo geral, essas entidades almejam melhorar a qualidade de vida das sociedades, proteger o meio ambiente ou mesmo garantir que direitos sejam garantidos e preservados. Sensibilizam um grande número de pessoas, além de recursos financeiros de dimensão expressiva.

Em, 2014, foi aprovada a Lei nº 13.019/2014, conhecida como o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC), que define e regula no âmbito jurídico as parcerias entre a Administração Pública e as Organizações da Sociedade Civil (nome formal atribuído às organizações privadas prestadoras de serviço público), para trabalhar em cooperação mútua em busca de interesse público e recíproco(BRASIL,2014).

Essa reformulação da gestão pública no país ficou conhecida como Reforma Gerencial. Buscava-se implementar o gerencialismo, o qual visava tornar a administração pública mais eficiente. Uma das medidas tomadas nesse sentido foi a descentralização de diversos serviços de interesse coletivo executados diretamente pelo Estado, processo denominado de publicização.

A saber as nomenclaturas utilizadas para representar as entidades do Terceiro Setor passaram por um processo histórico e sofreu influências do Estado, da Igreja e da Sociedade. As Organizações Não governamentais(ONGs) são conhecidas popularmente, são comumente lembradas também de organizações não lucrativas, organizações de caridade, organizações voluntárias, organizações de assistência, dentre outras.

Essas organizações ao trabalhar em parceria com a Administração Pública, buscam destinar e utilizar os recursos públicos de modo mais eficiente, trazendo assim inovações e transformando práticas já existentes. As Organizações da Sociedade Civil(OSCs) ficam responsáveis pela execução das atividades, enquanto o Poder Público pode se concentrar em exercer o controle e a avaliação dessas ações(OBSERVATÓRIO DO TERCEIRO SETOR,2020).

As atividades desenvolvidas pelas Organizações da Sociedade Civil (OSCs)são bastante diversas como, por exemplo, ações nos âmbitos da educação, saúde, cultura, meio ambiente, assistência social, defesa de direitos e outros mais.

A Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs),pode agir de forma direta em planos e programas da Administração Pública, como de maneira indireta, providenciando serviços para outras organizações ou órgão público com atuação nas áreas determinadas em lei. Esse vínculo é instituído por meio de termos de parceria.

De acordo com os dados do ano de, 2016 do IPEA (2018), existiam cerca de 820 mil organizações da sociedade civil no Brasil. Grande parte delas situam-se na região Sudeste do país, com 40% das OSCs; o Nordeste recebe 25%, o Sul 19% e as regiões Centro-Oeste e Norte abrangem 8% cada.

No que se refere à natureza jurídica, 86% são associações privadas, 12% organizações religiosas, 2% fundações privadas e 0,1% organizações sociais. Entre as áreas de atuação, são mencionadas : saúde, educação, assistência social, defesa de direitos e interesses, cultura, religião, associações patronais e profissionais, dentre outras. No Brasil, a maior parte das Organizações da Sociedade Civil (OSCs) atuam com a defesa de direitos e interesses ou têm intuito religioso, representando cerca de 66% das organizações.(INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA,2016).

Embora, o Estado seja o responsável por cumprir o seu papel social juridicamente, ao admitir a participação da sociedade civil organizada ele deixa de ser o único executor e assume também o papel de regulador desta prestação de serviço, aumentando assim a problemática do ponto de vista da administração(SARAIVA, 2006).

Para Pimenta e Correia,(2006) é importante ressaltar que diante da complexidade do Terceiro Setor, o suporte do Estado como mentor e inspirador das práticas ainda é incipiente, pois, a falta de estrutura institucional afeta o processo de gestão bem como os seus resultados.

Diante desse contexto, existem algumas polêmicas que merecem atenção por não ser respondidas apropriadamente, como: a profissionalização das organizações não-governamentais(ONGs) e sua relação com o sistema capitalista, o altruísmo dos atores do Terceiro Setor, a privatização das funções públicas, o controle das ações do Estado e das ONGs, sob a visão da legislação e da sociedade, os posicionamentos contrários dos militantes sobre a lógica do assistencialismo e por fim, a mídia e a construção de modelos que incluem a responsabilidade social empresarial e o voluntariado(SARAIVA 2006).

Para Pimenta,(2006)as organizações não governamentais contribuem para a docilização da sociedade civil, pois, não se vê atos que visam pressionar o Estado a cumprir o seu papel e este acaba privatizando a sua função pública como tem se validado a partir de 1990.

A visão altruísta compreendida sobre a lógica do “bom” ou “mal” coloca o altruísmo em cheque, pois, sob o ponto de vista humano, se aquele que coopera é tido como “bom” o que não engaja no Terceiro Setor é visto como “mal”, infrator? Esta discussão traz em sua essência várias crenças arraigadas na Idade Média focadas na visão moral do ser humano que de alguma maneira tende a não ser apropriado para a efetividade das ações sociais (SARAIVA,2006).

Uma outra polêmica ocorre em relação a cidadania ativa, quando os cidadãos assumem a responsabilidade para com a comunidade no que se refere aos interesses comuns, acesso e exercício de direitos e controle social sobre a gestão da coisa pública, ele desconfigura a distinção entre Estado e Sociedade civil por assumir uma função ou poder público, ainda que parcialmente. Alerta também para o fato de que a ideia de participação direta da sociedade civil no poder implicaria em uma soberania popular (SARAIVA,2006).

Saraiva,(2006) esclarece que, o fato de haver uma associação entre a sociedade civil e o Estado, não quer dizer que os cidadãos são “governo”: eles o elegem e desejam ser servido por ele. Uma vez que eles participam das ações governamentais é adequado que tenham informação e oportunidades de se posicionarem efetivamente nas políticas públicas.

Além disso, destaca que os desafios aumentam no tocante a crença de ausência total de interesses pessoais por parte dos atores sociais militantes do Terceiro Setor, para alguns teóricos da administração definem a organização como um sistema cooperativo racional é complicado acreditar toda ação exprime apenas altruísmo e boa vontade , por várias razões as pessoas são movidas por interesses pessoais ainda que de forma direta ou indireta(SARAIVA,2006).

Diante desse contexto, na perspectiva capitalista, é possível que os serviços prestados à comunidade podem estar sendo encarados apenas como uma moeda de troca, para os voluntários conquistarem engajamentos nas empresas do setor privado, pois, atualmente, testes de seleção vêm usados pelas empresas para verificar a prática do voluntariado entre os candidatos, com o intuito de selecionar empregados que seriam mais indispensáveis para o negócio, tendo em vista a sua participação na sociedade como diferencial humano(SARAIVA,2006).

Inclusive, uma outra provocação levantada é sobre as parcerias de empresas privadas com o Terceiro setor, realizadas com o intuito apenas de obter “selo de

credibilidade” para tornar-se mais competitiva no mercado. Num cenário capitalista todos têm um preço, até mesmo o Terceiro Setor(SARAIVA,2006).

Saraiva, (2006) denota que a cidadania é tida como um “ processo histórico de conquista do povo, que de forma progressiva adquire meios de tornar-se sujeito histórico consciente e organizado, autônoma para realizar seus próprios projetos.

Nesse interim, as situações- problemas persistem na sociedade, certamente os desafios da colaboração se fazem presentes e o Terceiro setor representa uma das possibilidades de enfrentamento social, conforme mostram as tentativas do governo Municipal de Franca ao efetivar parcerias.

2.2 PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE FRANCA E A COPARTIPAÇÃO DO TERCEIRO SETOR.

O município de Franca está localizado no interior do Estado de São Paulo, e calcula-se em 2020, uma população de 355.901mil habitantes, de acordo com os dados do IBGE, acessado em 19/10/20, possui taxa de urbanização de 98,24% e a proporção de população idosa é de 14,72% .

No Sistema Único de Assistência Social(SUAS), esta organização política ocorre a partir da instituição das unidades estatais – Centro Referência de Assistência Social(CRAS),Centro de Referência Especializado de Assistência Social(CREAS) e Centro de e Referência Especializado para População em Situação de Rua(Centro POP) e dos conselhos de políticas públicas. A atuação da população é eixo estruturante da Gestão do SUAS, o que pleiteia uma metodologia que propicie a participação cidadã de forma autônoma e qualificada, estimulando a expressão de opiniões, contribuindo para a percepção do seu potencial para construção conjunta de mudanças na realidade social(PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE FRANCA, 2018)

A Rede Socioassistencial compõe o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), é constituída por serviços, programas, projetos e benefícios prestados diretamente a população, que são ofertados diretamente pelo poder público ou pela rede privada, por meio de organizações sem fins lucrativos atendendo os níveis de complexidade estabelecidos na Proteção Social Básica e Especial.

Os serviços de Proteção e Atendimento à Famílias e indivíduos(PAIF) e Proteção e Atendimento Especializado à Famílias e Indivíduos (PAEFI) sem situação de direitos, e violência são ofertados exclusivamente pelo poder público, bem como o Serviço de Acolhimento Institucional “Família Acolhedora”. Os restantes Serviços Socioassistenciais do município, em sua maioria são executados pela rede privada, que deve seguir as diretrizes da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), atender aos preceitos da proteção social .

As entidades de Assistência Social integram o SUAS como prestadoras complementares de serviços socioassistenciais e como co-gestoras através dos conselhos de assistência social e co-responsáveis na luta pela garantia dos direitos sociais dos usuários. Tal concordância recai sobre a necessidade de articular e integrar ações e recursos, tanto na relação intra como interinstitucional, e setorial de direitos.

O Conselho Municipal de Assistência Social de Franca , por meio da Resolução nº 03/2015, definiu parâmetros e procedimentos para a inscrição de Entidades ou Organizações de Assistência Social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, em consonância com a resolução do CNAS, nº 14 de 15 de maio de 2014, e com a deliberação do CONSEAS/SP, nº 26 de 09 de setembro de 2014.

O alargamento da visão para o território, o comprometimento com o atendimento à população, a qualificação do trabalho por meio da formação permanente e a consolidação da rede são desafios cotidianos para a organização das ações da política nos diferentes espaços do município, visam provocar o rompimento da visão assistencialista da política pública.

No momento atual, são 42 Serviços socioassistenciais que dispõem do Termo de Colaboração com o município, totalizando 20 organizações sociais executoras. Existem no município 21 organizações sociais inscritas no Conselho Municipal de Assistência Social(CMAS)das quais 06 não são cofinanciadas, 01 programa e 1 organização de assessoramento.

Figura 1: Serviços Cofinanciados pela Política de Assistência Social no Município.

XXII ENCONTRO de PESQUISADORES

INTERDISCIPLINARIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

SERVIÇO	MODALIDADE	ENTIDADE	METAS
SERVIÇO ACOGLIMENTO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES	Aberto Institucional	Instituição Espírita Legitimadas do Bem	20
	Casa Lar	Instituto José Edison Paula Marques – (JEPAM)	72
SERVIÇO DE ACOGLIMENTO INSTITUCIONAL	Abrigo Institucional para Idosos – ILPI	Lar de Idosos Euripedes Baranatto	40
		Depo. de Promoção Vincentina – Lar São Vicente de Paula	40
		FEJ – Lar de Orla – COLETIVO 1, 2 e 3	170
		Instituição Espírita Nossas Lar – Lar Dona Leonor	50
	Abrigo para Mulheres em situação de violência	Casa São Camilo da Leste (de janeiro a junho/20) ADEFI (idosos em julho/20)	5
	Casa de Passagem para População em Situação de Rua	Associação PROREAVI	48/dia
	Abrigo para População em Situação de Rua	Pastoral do Menor e Família	48/dia
	Residência Inclusiva – Jovens e adultos – PCD	FEJ – Unidade 1 e 2	22
PSE PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, IDOSAS E FAMILIAS	Centro Dia – PCD	APAE	37/dia
	Centro Dia – PCD	Sociedade de Instrução e Trabalho para Cegos	30
	Centro Dia para Pessoas idosas	Liga de Assistência e Educação Popular Unidade I – região oeste Unidade II – regiões norte/centro	60
	Centro Dia para Pessoas idosas	Casa São Camilo	38
	Centro Dia para Pessoas idosas	Fundação Judas Iscariotes – Ignes Mendonça	30
SERVIÇO PROTEÇÃO ESPECIAL – LA e PSC	Medidas Socioeducativas para Adolescentes	Escola de Aprendizagem e Cidadania de Franca – ESAC	80
SERVIÇO DE	Crianças e Adolescentes	Pastoral do Menor e Família coletivos: Aeroporto II e III (2 coletivos) São Sebastião, Palmeiras, Zelinda, Jardim Lucas, Jardim Paulistano	400
	Crianças e Adolescentes	Fundação Judas Iscariotes – coletivo	50

CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS		Paulistano	
	Crianças e Adolescentes	Escola de Aprendizagem e Cidadania Franca ESAC – Centro	50
	Crianças e Adolescentes	Centro Espírita Sebastiana Barbosa – City Petrópolis	50
	Crianças e Adolescentes	Obras Assistenciais Dr. Alonso Y Alonso – Col. Vila Gasuen	50
SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS	Adultos e Idosos	Templo Espírita Vicente de Paulo – Avelina	50
	Adultos e Idosos	Lions Franca Sobral – coletivo norte	50
	Adultos e Idosos	Fundação Judas Iscariotes – coletivos leste e centro	100
PSB NO DOMICÍLIO – PCD E IDOSOS	Domicílio do usuário	ADEFI – Col. I (Norte/Oeste) e Col. II (Centro/Sul/ Leste)	140
PSE PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, IDOSAS E SEUS FAMILIARES	Domicílio do usuário	São Camilo	70
	Unidade Referenciada	APAE (17 coletivos)	340
	Unidade Referenciada	Caminhar (04 coletivos)	80

Fonte: SEDAS – Setor de Monitoramento e Avaliação (03/11/2020)

XXII ENCONTRO de PESQUISADORES

INTERDISCIPLINARIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

O Sistema Único de Assistência social(SUAS)se fundamenta na Redesocioassistencial . Ela é elaborada, regulamentada e formalizada a partir da atuação dos gestores da política social, trabalhadores(as) e população usuária que assumem o compromisso coletivo pelo bem comum. Franca, por ser um município de grande porte, deve ter uma rede socioassistencial com todos os serviços considerados necessários ao atendimento da população de acordo com os níveis de complexidade estabelecidos na Proteção Social Básica e Especial.

No campo de atuação da Política Social Básica(PSB), as ações destinam- se à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, ausência de renda, privações, acesso precário ou nulo aos serviços e fragilização de vínculos afetivos relacionais e de pertencimento. Seu objetivo é a prevenção de situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e o fortalecimento de vínculos familiares

Antes do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), esta oferta ocorria de forma fragmentada e espontânea. As definições formuladas pela Política Nacional de Assistência Social(PNAS), asseguram a democratização do acesso e colocam a Assistência Social no patamar de política de direitos.

O diálogo entre a política e a realidade perturba o sistema social. Por meio de intervenções o indivíduo se apodera, constrói e mobiliza saberes, objetivando ampliar sua visão de mundo, sua participação nos processos decisórios, sua promoção do bem comum, numa perspectiva de direitos e deveres, reforçando assim a cidadania. A organização política de uma sociedade é constituída por um conjunto de instituições, através das quais se mantêm a ordem, o bem -estar, a integridade do grupo, sua defesa e proteção.

A ausência de fomento à participação política, deixam os espaços de debate restritos às camadas da população que já possuem interesses e compreendem o valor da vida política cidadã.

De acordo com, uma pesquisa realizada dentre as organizações existentes na cidade em primeiro lugar, aparece as pastorais religiosas, seguidas das associações de moradores, de pais e mestres, escola da família e os conselhos locais de controle social das políticas públicas nesta ordem.

Figura 2: Organizações existentes, na cidade de Franca .

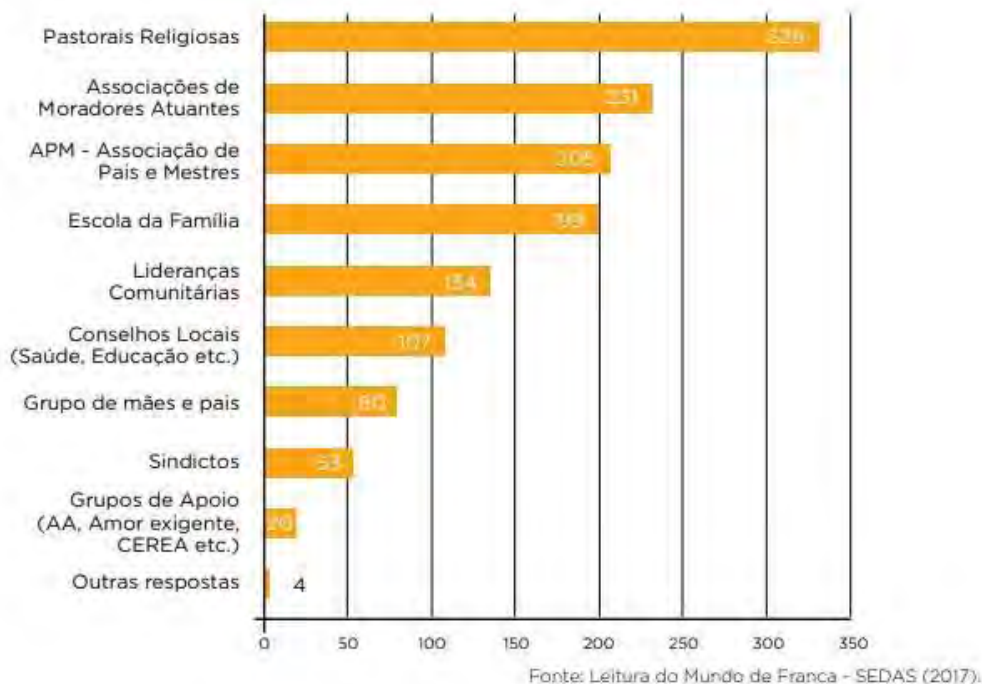
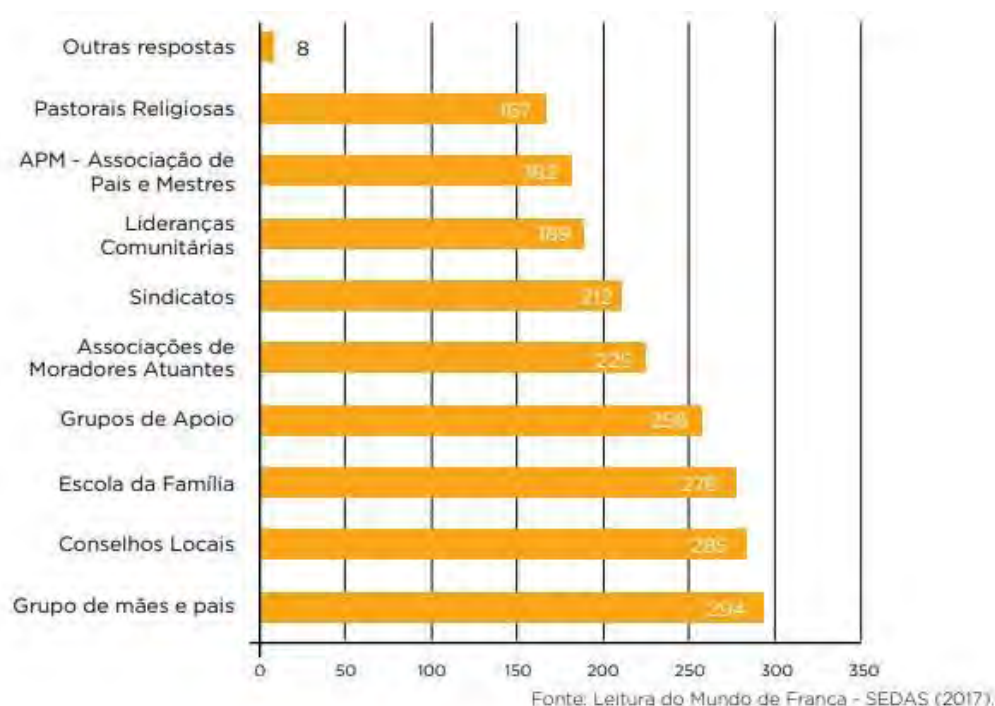


Figura 3: Organizações que precisam ser criadas, na cidade de Franca



Os desafios dos espaços políticos de participação são muitos e podem-se destacar alguns deles: significado que atribuímos aos espaços de representação cidadã; construção de posições políticas nesses espaços; interlocução dos representantes desses espaços com o conjunto dos segmentos representados; como os espaços dialogam sistematicamente com o conjunto da sociedade; como a sociedade alimenta esses espaços; qual a base de dados que existem nesses espaços, para a formulação de políticas públicas?

Em resposta a estas inquietações, se faz importante formular estratégias na gestão e controle social do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), bem como na atuação profissional de suas trabalhadoras(es).

O município de Franca conta com cinco Unidades Estatais de Proteção Social Básica, os Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), situados nas regiões Norte, Sul, Leste, Oeste e Centro. No nível de Proteção Social Especial de Média Complexidade, existem três unidades: dois Centros de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS), além de uma unidade Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP)

Cabe destacar que em todas as regiões há grandes demandas de usuários que procuram pelos programas de transferência de renda. O CREAS constitui-se em locus de referência nos territórios, para a oferta de trabalho social especializado no SUAS a famílias e indivíduos em situação de risco pessoal ou social por violação de direitos.

A região Norte trata-se da região mais populosa da cidade, se dispõe de: 1 CRAS, 1 CREAS, no entanto, mediante relato da população atendida, é possível afirmar que tal rede é insuficiente para atender toda a demanda necessária, apesar de contar com uma ampla rede de apoio e 4 centros comunitários, o que podemos atribuir como potencialidade do território, uma vez que tal rede contribui significativamente com o atendimento às necessidades emergenciais e pontuais da população por meio de suas pastorais, doações (alimentos, roupas, remédios) e oferta de alguns cursos. Este território é marcado por: consideráveis índices de violência, presença do tráfico e uso de substâncias psicoativas, o que é agravado por outros fatores como: conflitos familiares, negligência contra crianças e pessoas idosas, alto índice de evasão escolar entre os adolescentes, de gravidez na adolescência, de membros familiares reclusos e elevadas taxas de desemprego. A média mensal de atendimentos em geral é de 650 pessoas.

A região Sul, apresenta diversidade socioeconômica, todavia a unidade está mais próxima às áreas que apresentam maior índice de vulnerabilidades e riscos sociais, dados apontam para

a concentração de situações de trabalho infantil no território. Composto a rede de apoio, há 6 Centros Comunitários. Esta região é marcada por casos de violência doméstica e tráfico de drogas, situações que configuram as relações sociais e culturais da população.

Observa-se vínculos comunitários entre os moradores e a presença de muitas referências positivas, que possuem iniciativa e promovem encontros, festas para desenvolver habilidades e superação nos outros moradores.

A região Leste, possui um território com grande extensão geográfica conta com uma unidade (CRAS) e 4 Centros Comunitários como rede de apoio.

Entre as principais vulnerabilidades e riscos sociais estão: famílias monoparentais femininas com filhos dependentes, renda insuficiente e vivência de insegurança alimentar; alto índice de tráfico e uso de drogas; inserção informal e esporádica no mercado de trabalho; elevado índice de assassinatos, criminalidade e violência, com destaque para situações de violência doméstica contra a mulher e casos de feminicídios; crescente número de evasão escolar e dependência química na adolescência.

Observa-se, a partir dos relatos da população, que os serviços públicos são insuficientes em relação aos equipamentos e equipes reduzidas, tanto nos serviços da Assistência Social, Saúde, Educação, como na Cultura e Lazer, Habitação e Trabalho e Renda.

A região Oeste dispõe de 1 CRAS, na rede de apoio são contabilizados 9 Centros Comunitários/Associação de Moradores. As demandas oriundas do Conselho Tutelar e da rede socioassistencial, território marcado pelo tráfico e uso de substâncias psicoativas; conflitos familiares e comunitários baseados em violência; insuficiência de cobertura de Políticas Públicas de Educação, Saúde e Segurança; ausência de atividades para adolescentes de 12 a 17 anos; inserção informal ou não inserção no mercado de trabalho; altos índices de evasão escolar de adolescentes e jovens.

A região Centro é economicamente privilegiada nos bairros mais centrais. A classe social predominante é mista, na rede de apoio são contabilizados 2 Centros Comunitários, destacam-se um número significativo de serviços da Secretaria de Educação. Entre as famílias atendidas pelo CRAS Centro, a grande maioria é chefiada por mulheres.

Percebe-se também que existe grande número de população idosa, assim como famílias tendo as avós como cuidadoras de netos e/ou como forma de trabalho informal cuidando de outras crianças. Outra preocupação é com o público adolescente; demandas de gravidez na adolescência, evasão escolar e uso dependência química, tem sido mais frequente.

Conforme a sua incidência, a maior violação atendida no CREAS Centro refere-se à negligência (30%), seguida da violência física (16%), violência doméstica contra a mulher (13%), violência sexual (12%). As maiores demandas de violações da Unidade do CREAS Moema também se referem à negligência (25%), seguida de isolamento/sobrecarga (16%), violência física (12%) e violência sexual (10%).

Dentre as violações, a negligência ainda traduz a maior demanda de atendimento dos CREAS desde o início do seu registro, conforme o aumento dos segmentos atendidos e o referenciamento dos serviços. Assim, situações como sobrecarga do cuidador e isolamento social passaram a compor o levantamento dos dados.

A negligência vincula-se ao forte aspecto socioeconômico, estando associada à situação de pobreza das famílias e também a outras expressões da questão social, como o crescente número de situações de dependência química nas famílias, especialmente do crack, acarretando situações de desproteção dos integrantes mais vulneráveis, como as crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiências.

O motivo mais frequente para o afastamento de crianças e adolescentes de suas famílias de origem é a dependência química dos genitores e ambos os CREAS, há a predominância do segmento criança/adolescente nos atendimentos. O CREAS Centro atende de maneira majoritária mulheres e pessoas idosas. Já o CREAS Moema, a região de maior demanda para acompanhamento costuma ser a Norte.

O Centro Pop oferta atendimento para a população em situação de rua e representa um espaço de referência para o convívio grupal, social e para o desenvolvimento das relações de afetividade e respeito mútuo.

Considerada uma tarefa complexa, devido os reflexos das graves vulnerabilidades/ riscos a que essa população está exposta cotidianamente. Em relação aos direitos e cidadania, promove o acesso à documentação civil, oferece atendimento psicossocial, realiza oficinas reflexivas e também esportivas, lazer, artísticas, de saúde, de incentivo ao trabalho e renda. Ações estas que favorecem

sua organização individual e coletiva no sentido da superação das condições precárias em que se apresentam.

Em relação ao perfil dos mesmos: 85% são do sexo masculino e 15% feminino. Há uma grande quantidade de usuários de crack, os quais demandam um atendimento específico da política pública de saúde. Entre a população idosa usuária do serviço, predomina o uso do álcool.

Assim, o processo de 17 (anos de implantação das Unidades Estatais no município de Franca, a realidade aponta para aprimoramento dos espaços físicos, bem como melhoria na estrutura dos equipamentos, principalmente computadores.

Um dos princípios do SUAS é a intersetorialidade, o que supõe constante diálogo, planejamento conjunto entre as políticas setoriais de forma que as ações sejam complementares. Requer decisão política, envolvimento e comprometimento de todos os envolvidos. Supõe a implementação de programas e serviços integrados e a superação da fragmentação da atenção pública às necessidades sociais da população. Compreende a junção de diferentes políticas sociais em torno de objetivos comuns e deve ser princípio orientador da construção das redes municipais.

A Secretaria de Ação Social de Franca tem construído diretrizes para o trabalho articulado e intersetorial, com uma agenda permanente com as demais políticas setoriais: saúde, educação, habitação e outras, além de apreender as demandas dos Conselhos Municipais que complementam o seu fazer cotidiano.

A administração territorial tem sido executada pelos Centro de Referência de Assistência Social(CRAS) por meio dos encontros sistemáticos e ações realizadas em suas áreas de abrangência, o que tem ampliado a compreensão da política pública, seus limites e possibilidades.

O planejamento dos encontros também tem a organização do trabalho e a construção das ações de forma articulada e integrada. A discussão intersetorial na Assistência Social é fundante por três motivos: o primeiro, pela possibilidade de construir com os sujeitos, nos territórios, estratégias de enfrentamento de múltiplas expressões da questão social, o segundo, porque pode potencializar diferentes diálogos com outras políticas sociais sobre a realidade do território, para promover acesso aos direitos por parte da população atendida e o terceiro motivo é que a Assistência Social pode e deve consolidar uma rede de proteção social, com a presença permanente da população, assegurando a intersecção político-cultural de instituições, forças e sujeitos.

Essa articulação entre as políticas sociais é determinante para a garantia de um padrão de qualidade na oferta dos serviços, programas, projetos e benefícios para a população, que não se reduz à situação de extrema pobreza, mas diz respeito também ao acesso a bens públicos com igualdade e dignidade.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia utilizada é de cunho teórico e bibliográfico, de natureza exploratória, buscou-se autores contemporâneos em livros que analisam a influência das organizações da sociedade civil na coparticipação da gestão pública, dados em sites, além de informações colhidas junto à órgãos públicos que abordam o tema relacionado à cidade de Franca. Com objetivo proporcionar maior proximidade com o problema, oferecer a ampliação de olhares. Pode-se dizer que esta pesquisa têm como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de novas possibilidades de construção coletiva de estratégias de gestão.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O desenvolvimento do terceiro setor pode ser visto como mola propulsora para a sociedade, já que se tornou uma grande força econômica, principalmente em relação ao crescimento do emprego de mão-de-obra, formação de voluntariado e geração de renda mediante a oferta de bens e serviços(COSAC,2009)

Outro ponto interessante que é reforçado pelo terceiro setor é o incentivo à organização da sociedade, pois cada indivíduo consegue defender seus próprios interesses e, assim, os interesses de toda a comunidade podem avançar(PIMENTA E CORREA,2006)

A atuação do terceiro setor propicia uma sociedade civil ativa e participativa, que busca o interesse público e proporciona melhores serviços à comunidade. Além disso, a

sociedade civil como resultado se torna mais engajada e interessada na participação das decisões do Estado (NAVES,2003).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensar projetos sociais, coletivamente e criativamente é imprescindível para uma gestão eficaz, a nova visão da gestão pública trouxe de alguma forma a integração dos serviços, com o intuito de proporcionar mais equidade social .

Assim se faz importante a formação de novas parcerias, para a pratica da inovação e conquista da credibilidade da sociedade. Além de compreender as carências do terceiro setor, é imprescindível que sejam estudadas e implementadas novas estratégias de gestão de forma integrativa, onde se direcione esforços para orientação e conscientização da participação da sociedade, com o intuito de proporcionar a ampliação das frentes de trabalho e de recursos voltados para o desenvolvimento local.

Outro fato relevante é o fortalecimento da comunicação entre a esfera pública e privada, a fim de, fornecer informação transparente de gestão e fomentar a pratica da cidadania ativa.

Se de fato, o objetivo das políticas públicas e das ações sociais do Terceiro Setor são o bem comum e a justiça social, é inadequado pensar em uma gestão que não tenha como foco o bem estar do cidadão norteada pela ética solidária e não pelo moralismo.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Elvécio Ribeiro. Responsabilidade social – uma abordagem crítica. In: PIMENTA, Solange Maria; SARAIVA, Luis Alex Silva; CORRÊA, Maria Laetitia (orgs.). Terceiro Setor: dilemas e polêmicas. 1ª ed. Editora Saraiva. 2006. p. 245-262.

COSAC, Claudia M.D; AMARAL, Roberto Galassi. O terceiro setor e desenvolvimento sustentável. Serviço Social & Realidade, Franca, v. 18, n. 2, p. 81-106, 2009.

LEGISLAÇÃO BRASIL. Lei nº 13.019/2014, conhecida como o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC).

FRANCA, Prefeitura Municipal de. Secretaria da Ação Social. Dados sobre o Plano Municipal de Ação Social. Disponível em:
https://www.franca.sp.gov.br/index.php?option=com_phocadownload&view=category&id=2003&Itemid=1552 acesso em 20 out.2021.

FEDERAL, GOVERNO, INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, Disponível em:
https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=37299 Acesso em 21 Out .2021.

PINSKY, Carla B.; PINSKY, Jaime , História da cidadania, In NAVES, Rubens, Novas Possibilidades para a cidadania. 6ª ed. Editora Contexto. 2003. P.563-583.

OBSERVATÓRIO TERCEIRO SETOR, O terceiro setor em números. Disponível em:
<https://observatorio3setor.org.br/noticias/o-terceiro-setor-em-numeros/021>.Acesso 21 Out. 2021.

SARAIVA, Luis Alex Silva; Terceiro Setor, Estado e Cidadania: (re)construção de um espaço político? In: PIMENTA, Solange Maria; SARAIVA, Luis Alex Silva; CORRÊA, Maria Laetitia (Orgs). Terceiro Setor: dilemas e polêmicas. 1ª ed. Editora Saraiva. 2006. p. 01-17.

SARAIVA, Luis Alex Silva; Além do senso comum sobre o Terceiro Setor: uma provocação. In: PIMENTA, Solange Maria; SARAIVA, Luis Alex Silva; CORRÊA, Maria Laetitia (Orgs). Terceiro Setor: dilemas e polêmicas. 1ª ed. Editora Saraiva. 2006. p. 19-40.

PROJETOS SOCIAIS ESPORTIVOS: DISCUSSÃO DOS IMPACTOS SOCIAIS PROVOCADOS EM SEUS PARTICIPANTES

SOCIAL SPORTS PROJECTS: DISCUSSION OF THE SOCIAL IMPACTS CAUSED ON ITS PARTICIPANTS

Dinâmicas Territoriais e Desenvolvimento Regional: Educação e Saúde

GARCIA FILHO, Hédio Rubens
Centro Universitário Municipal de Franca – Uni-FACEF
Mestrando em Desenvolvimento Regional
helinhorg@hotmail.com

PIRES, Daniel Facciolo
Centro Universitário Municipal de Franca – Uni-FACEF
Doutor em Física Médica
daniel@facef.br

Resumo

O objetivo deste trabalho é apresentar os resultados iniciais da identificação e da análise dos impactos do desenvolvimento social provocado como consequência da aplicação de projetos sociais de basquete na cidade de Franca-SP sob o prisma dos participantes. Como procedimentos metodológicos, pode-se caracterizá-lo em duas fases: a primeira, de caráter teórico, exploratório e de revisão de literatura, pesquisando sobre temas relacionados ao objetivo proposto, e a segunda, de caráter observacional, uma pesquisa de campo, com foco exploratório e explicativo de 3 projetos sociais esportivos de basquete em andamento na cidade de Franca-SP. Para esta fase, executa-se pesquisa quantitativa e qualitativa com aplicação de questionários junto aos participantes atletas e seus familiares, técnicos e gestores. Parte-se da hipótese de que projetos sociais esportivos promovem o desenvolvimento econômico, humano e a integração social por meio do esporte e da educação, podendo realizar transformação social e superar desigualdades sociais. Os resultados da pesquisa podem melhor nortear os gestores na criação e execução dos projetos sociais esportivos, assim como autores de políticas públicas podem utilizá-los para aperfeiçoar os incentivos fiscais às empresas e pessoas que investem no social.

Palavras-chave: desenvolvimento social, liberdade, projetos sociais.

Abstract

The objective of this work is to identify and analyze the impacts of social development caused as a consequence of the application of social basketball projects in the city of Franca-SP from the perspective of the participants. As methodological procedures, it can be characterized in two phases: the first, theoretical, exploratory and literature review, researching on topics related to the proposed objective, and the second, observational, a field research, with exploratory and explanatory focus of 3 basketball sports social projects in progress in the city of Franca-SP. For this phase, perform quantitative and qualitative research with application of questionnaires with participating athletes and their families, coaches and managers. It starts from the hypothesis that sporting social projects promote economic and human development and social integration through sport and education, which can bring about social transformation and overcome social inequalities. The survey results can better guide managers in the creation and execution of social sports projects, as well as public policy authors can use them to improve tax incentives for companies and people who invest in social.

Keywords: social development, freedom, social projects.

1 INTRODUÇÃO

O conceito de desenvolvimento pode ser discutido a partir da dimensão de alargamento das capacidades humanas como preconizado por Amartya Sen. Ainda, pode ser interpretado através dos fundamentos de expansão das possibilidades, como afirmado por Celso Furtado. Estas ideias de desenvolvimento estão aproximadas e relacionadas visto que alargamento não ocorre se não forem asseguradas as devidas condições objetivas para a sua realização (Souza, Ramalho, et al., 2014).

A liberdade é um dos fatores mais importantes na vida de qualquer pessoa. Dentro desse contexto, o desenvolvimento regional pode ser considerado como um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam. Mas as liberdades dependem de outros determinantes, das disposições sociais e econômicas, os serviços de educação e saúde. Para um desenvolvimento mais amplo é importante que se tirem importantes formas de privação de liberdade como a pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas, negligência dos serviços públicos entre outras. Com oportunidades sociais adequadas, as pessoas podem moldar de forma digna seu próprio destino e ajudar uns aos outros. Importante notarmos também, que a perspectiva baseada na liberdade, apresenta uma semelhança genérica com a preocupação comum com a “qualidade de vida” que foca em como as pessoas vivem e as escolhas que elas têm e não apenas nos recursos financeiros que elas dispõem (Sen, 2000).

Os projetos sociais, que são trabalhos desenvolvidos sem fins lucrativos e que buscam trazer para uma comunidade ou grupo de indivíduos, o desenvolvimento econômico, social e cultural ou e podem representar uma forma de expansão de liberdade dentro do contexto do esporte. São realizados por entidades não privadas, mas que também não tem um caráter público, ou seja, não são geridas pelo Estado, cuja regulamentação obedece a Lei No. 13.204, de 14 de dezembro de 2015.

Este trabalho busca responder ao seguinte problema de pesquisa: os projetos sociais esportivos, mais especificamente aqueles relacionados à modalidade de basquete, promovem o desenvolvimento regional preconizado por Amartya Sen e Celso Furtado em (Souza, Ramalho, et al., 2014)?

Não dispomos, até o momento, de muitos estudos acerca destes projetos sociais esportivos, especialmente aqueles que discutem o desenvolvimento regional provocados aos participantes, tarefa aliás extremamente complexa e que motiva a investigação por parte dos pesquisadores da área de desenvolvimento regional.

O objetivo deste trabalho é apresentar os resultados iniciais da identificação e da análise dos impactos do desenvolvimento regional provocado como consequência da aplicação dos projetos sociais de basquete na cidade de Franca-SP sob o prisma dos participantes.

Como objetivos específicos, pode-se elencar os seguintes:

- Identificar os projetos sociais de basquete que já ocorreram e que estão acontecendo em Franca-SP
- Entender o funcionamento dos projetos, assim como a realidade dos alunos e familiares
- Discutir o desenvolvimento econômico, social e humano provocado pelos projetos sociais esportivos

Os resultados da pesquisa podem melhor nortear os gestores na criação e execução dos projetos sociais esportivos, assim como autores de políticas públicas podem utilizá-los para aperfeiçoar e incrementar os incentivos fiscais às empresas e pessoas que investem no social.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A partir da década de 90 inúmeros projetos sociais espalharam-se pelo território nacional. Atualmente temos incontáveis projetos existentes Brasil, patrocinados por instituições governamentais, empresas privadas, organizações não-governamentais (ONGs) ou organizações da sociedade civil (OS-CIPs) voltados a atender crianças e jovens, em situação de vulnerabilidade social. (Lan-dim, 2002).

A urbanização e a sociedade pós-industrial fizeram com que as crianças perdessem espaços de lazer nas ruas nas quais eram praticadas brincadeiras com mais atividade física, com o consequente aumento de horas de lazer na internet, videogames e televisão. Outro fator que

contribuiu para uma piora do quadro foi aumento da violência nas ruas e veículos automotores nas cidades contribuindo para rotina inadequada de atividade física (Faria; Brolo et al, 2010).

Os projetos sociais voltados para os jovens das comunidades menos favorecidas têm sido implementados a fim de afastar os meninos do mundo do crime, envolvendo-os com práticas saudáveis e livrando os mesmos da violência. A ideia é ocupá-los com atividades educativas, esportivas, culturais e de formação para o trabalho. Acredita-se que o ócio possa ser ocupado pelo crime. (Gonçalves, 2003).

Inúmeros alcances são apontados por projetos voltados a prática de exercícios físicos. Está relacionado à prevenção de doenças como osteoporose, afecções musculares e câncer, além de reduzir chances de distúrbios de sono e doenças mentais como a depressão e ansiedade. A má atividade física está relacionada a maior prevalência de doença crônica degenerativa. Estudos apontam três vantagens de crianças fisicamente ativas: crianças mais saudáveis, os efeitos são transferidos a vida adulta e há manutenção do hábito na vida adulta, sendo assim, se tornam adultos fisicamente ativos, evitando custos com doenças. Dentre outros benefícios estão o aumento da autoestima, suporte na prevenção do tabagismo, da drogadição e do alcoolismo. (Alves e Sampaio, 2007).

Além dos benefícios para saúde física os projetos sociais relativos aos esportes são, em muitos casos, eleitos como formas de atração das crianças e jovens, com atividades corporais que podem ser muito interessantes para eles e, ao mesmo tempo, propiciar o controle do tempo livre e veicular regras de convivência, etiqueta e éticas, numa autêntica missão civilizatória (Abad, 2003).

De acordo com Viana (2011):

O reconhecimento do esporte como canal de socialização positiva ou inclusão social, é revelado pelo crescente número de projetos esportivos destinados aos jovens das classes populares, financiados por instituições governamentais e privadas. Os programas frequentemente classificam as crianças e os jovens, que passam parte significativa do dia na rua ou que nela moram, como estando em situação de "risco". Essa vulnerabilidade potencializa as chances do fracasso escolar, da evasão, da droga, do sexo sem prevenção, da carreira na delinquência, dos acidentes, dentre diversas outras situações maléficas para os indivíduos.

Ainda, Cortes Neto (2015), afirma que:

Os estudos apontam a inclusão social, as mudanças positivas de comportamento, o preenchimento do "tempo livre", o aumento do desempenho escolar, a aprendizagem das modalidades esportivas e o aperfeiçoamento do desempenho motor como os principais benefícios dos projetos sociais esportivos. O esporte passou a ser concebido como um excelente meio para se propor saídas para os problemas sociais que afetam cotidianamente, principalmente, crianças e jovens.

Também, Cortes Neto volta a confirmar:

A "inclusão social" ocupa os primeiros lugares nos benefícios aos participantes e é enunciada junto com a "socialização". O significado da "socialização" não fica claro e pode tanto ser abordado na direção de valores como disciplina, respeito, responsabilidade, perseverança e conduta ética, quanto de valores emancipadores, como senso crítico. Ou, interpretação alternativa, velhos e novos valores se misturam nos supostos benefícios da prática esportiva e, mais ainda, eles não são vistos nem como contraditórios.

Tendo ainda o intuito de promover espaços de proteção social e vivências diferentes e inclusivas. Os programas sociais esportivos contribuem para promoção da democratização, envolvendo a busca de liberdade e a igualdade perante a Lei e são capazes de minimizar desigualdades e manter o bem-estar social por serem um canal de socialização e inclusão (Grando; Madrid, 2017).

Mesmo com todos os dados, não se percebe nos agentes políticos a cultura de observarem as pesquisas e as claras evidências científicas sobre o quanto esses projetos sociais impactam a vida não só dos alunos, mas também a vida daqueles que o cercam. Esses estudos são fundamentais para que possamos comprovar os inúmeros benefícios de se investir em políticas públicas na área dos esportes (Viana-Meireles et al., 2020).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este trabalho caracteriza-se em sua primeira fase por ser teórico, exploratório e de revisão de literatura em livros, artigos e revistas contendo os temas relacionados ao objetivo proposto, como desenvolvimento regional, desenvolvimento econômico, humano e social, projetos sociais esportivos, inclusão social, desigualdade e integração social.

Em uma segunda fase, este trabalho tem caráter observacional, uma pesquisa de campo, com foco exploratório e explicativo com os projetos sociais esportivos de basquete em andamento na cidade de Franca-SP. Em especial, fazer uma pesquisa quantitativa e qualitativa com aplicação de questionários com participantes atletas e seus familiares, técnicos e gestores de 3 projetos:

- a) Projeto Basquete.com do instituto ASPA (Associação de Pais e Amigos do Basquete de Franca)
- b) Projeto Ídolo Social do instituto Anderson Varejão
- c) Projeto Assistência para a Vida do instituto Fausto Giannecchini

Espera-se que ao executar estas duas fases, os objetivos sejam atingidos e o problema de pesquisa respondido. Apresentar de forma objetiva os resultados pretendidos e/ou obtidos até o momento

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A revisão teórica, conceitual, bibliográfica e exploratória de desenvolvimento e projetos sociais está sendo finalizada, visto que o trabalho está em andamento. Muito foi aprendido sobre como discutir o desenvolvimento social provocado pelos projetos sociais aos seus participantes, apesar da escassez destes trabalhos na literatura.

Particularmente, o trabalho de Cortes Neto (Cortes Neto, et. el. 2015) e colaboradores trazem um importante resultado sobre os principais benefícios dos projetos sociais esportivos, citando: a inclusão social, as mudanças positivas de comportamento, o preenchimento do “tempo livre”, o aumento do desempenho escolar, a aprendizagem das modalidades esportivas e o aperfeiçoamento do desempenho motor. Estes resultados serão considerados neste trabalho para nortear a criação de questionário para aplicação aos participantes dos projetos sociais em estudo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho está em fase final de construção de questionário, bem como obtenção de autorização para aplicação dele nos projetos sociais. Em seguida, serão enviados e submetidos ao Conselho de Ética e Pesquisa do Uni-FACEF. Após aprovação, serão aplicados aos participantes: gestores, professores, alunos e pais para interpretação e discussão dos resultados. Enquanto isto, dar-se-á andamento e finalização da revisão teórica.

REFERÊNCIAS

- ABAD, Miguel. Crítica política das políticas da juventude. In Freitas, M. V. e Papa, Fernanda (orgs.), Políticas públicas : Juventude em Pau-ta. São Paulo: Cortez, 2003.
- ALVES, J. G. B. e SAMPAIO, M. C. Prevenção de doenças do adulto na infância e na adoles-cência. Editora Medbook. Instituto Materno Infantil, Profº. Fernando Figueira, p.151-159, 2007.
- Cortês Neto, E.D.; Dantas, M.M.C; Maia, E.M.C. Benefícios dos projetos sociais esportivos em crianças e adolescentes. Saude e Transforma-ção Social. Florianópolis, v.6, n.3, p.109.-117, 2015.
- FARIA, M. C. M., BROLO, A. R. L et al. Atividade motoras cotidianas e suas influências no desenvolvimento de pré-escolares. Revista Movimento, Porto Alegre, v. 16, n. 1, p; 113-130, jan./mar. 2010
- GONÇALVES, Maria Alice Rezende. A Vila Olímpica da Verde-e-Rosa. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

XXII ENCONTRO de PESQUISADORES

INTERDISCIPLINARIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

GRANDO, D.; MADRID, S. C. D. O. Programa segundo tempo, programa mais educação e o incentivo ao esporte: um legado para as políticas públicas de esporte e lazer. Caderno de Educação Física e Esporte, Marechal Cândido Rondon, v. 15, n. 2, p. 37-48, 2017.

LANDIM, Leilah. Múltiplas identidades das ONGs. In Haddad, Sérgio (org.), ONGs e Universidades. Desafios para a cooperação na América Latina. São Paulo: Abong, Peirópolis, 2002.

SEN, Amartya Kumar. Desenvolvimento como liberdade. Trad. Laura Teixeira Motta. São Paulo. Cia das Letras: 2000.

SOUZA, D. M. D; RAMALHO, A. M. C; MOTA, L. A. O desenvolvimento como alargamento das capacidades humanas: aproximações entre Amartya Sen e Celso Furtado. Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional. 2 (2). p. 47-58. 2014.

VIANA-MEIRELES, L., SALDANHA, D., ME-NESCAL, D., OLIVEIRA, R., & GONZALEZ, R. Projetos esportivos sociais para adolescentes no Brasil: impactos, implicações e barreiras. Caderno de Educação Física e Esporte, v. 18, n.1, p. 77-82, 2020

Vianna JA, Lovisolo HR. A inclusão social através do esporte: a percepção dos educadores. Revista Brasileira de Educação Física e Esporte 2011; 25(2): 285-96.

PUBLIC LIBRARIES PRACTICES: A CROSS CULTURAL STUDY

BIBLIOTECAS PÚBLICAS E SUAS PRÁTICAS: UM ESTUDO TRANSCULTURAL

Desenvolvimento Social e Políticas Públicas: Desenvolvimento Regional e Local.

BOSSALLER, Jenny
Ph.D, Association Professor
School of Information Science & Learning Technology
University of Missouri, USA
bossallerj@missouri.edu

SILVA, Rafaela Carolina da
Ph.D Candidate and M.sC at Sao Paulo State University UNESP (Marilia campus) in the Information
Science Postgraduate Program (PPGCI)
FAPESP scholarship
Brazil
rafaela.c.silva@unesp.br

ATISO, Kodjo
University Librarian
Cape Coast Technical University
Ghana
eltiso@yahoo.com

Abstract

This study describes interviews with rural and urban public librarians from three continents. The interviews sought to bring a greater understanding of current practices, limitations, and efforts to expand access to electronic materials through libraries, focusing on the local context. Basing questions on previous literature, we sought insight from practitioners on their libraries' missions, staff, information and communication technology, and infrastructure. We found that the urban libraries in all three countries represented in this study continue to provide and expand online services. Some rural libraries have also made progress, but some still lack technologies altogether or have significant barriers in making progress. We also found that formal education for librarianship and continuing education provide knowledge and leverage to drive Information and Communication Technologies adoption and use, but that larger libraries and systems, through the power of collective action, have more power to drive technologies' development.

Keywords: Cross cultural study, Information and Communication Technology, public libraries' infrastructure.

Resumo

Este estudo descreve entrevistas com bibliotecários de bibliotecas públicas urbanas e rurais de três continentes. As entrevistas buscaram um entendimento das práticas bibliotecárias atuais, das limitações e dos esforços necessários para se expandir o acesso institucional a materiais eletrônicos. Buscou-se compreender a visão dos bibliotecários sobre a missão da biblioteca pública, distribuição de funcionários, uso das Tecnologias de Informação e Comunicação, bem como aspectos de infraestrutura de bibliotecas. Descobriu-se que as bibliotecas urbanas, em todos os três países representados neste estudo, estão fornecendo e expandindo seus serviços online. Algumas bibliotecas rurais também progrediram nesse sentido, mas, grande parte delas ainda carecem de tecnologias ou têm barreiras significativas para progredir. Além disso, a educação formal para a Biblioteconomia e a educação continuada fornecem conhecimento e alavancagem para impulsionar a adoção e o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação em bibliotecas públicas. Todavia, é a ação coletiva entre as bibliotecas e a sociedade que potencializa o uso das tecnologias nessas localidades.

Palavras-chave: Estudo transcultural, Tecnologias de Informação e Comunicação, infraestrutura de bibliotecas públicas.

1 INTRODUCTION

This paper describes interviews with twelve librarians on three continents. The research sought to bring a greater understanding of changes in public libraries in terms information and communication technology (ICT) and related technology. The interviews covered a variety of topics drawn from the literature, including the public libraries' missions, staff and staff training, technologies, and infrastructure. Online technologies, including the internet, ebooks, and online services are assumed to be ubiquitous in librarianship in many parts of the world, but online services are still nonexistent or scarce in some remote or rural areas in some parts of the world. Librarians in rural areas in all three countries described conditions in their area that stymied technological growth, including high poverty rates and poor or nonexistent infrastructure. Expanding ICT to the rural public libraries will depend on extensive cooperation with urban libraries.

2 LITERATURE REVIEW

This literature review focuses on librarianship and technology, cooperation, and staff as driving forces in advancing technology. We take an historical approach to libraries and ICT to illustrate the trajectory of development.

2.1 ICT IN PUBLIC LIBRARIES

The inevitable progression towards all-digital libraries has never come to fruition, though many libraries have highly developed digital branches (KING, 2009; 2012). The description of the public library that lies somewhere in the middle of the continuum, as a space where print and digital sources co-exist, is still the norm and is expected to remain so (BARCLAY, 2017).

Information technologies constantly change; thus, successful integration of technologies is a moving target. Furthermore, there are many areas around the globe that are excluded from digital transformation due to availability, infrastructure, cost, and language. Some areas remain completely isolated from not only digital resources, but also basic infrastructure. How do librarians in those areas conceptualize the public library? Are they left out? ICT inevitably changes on how resources are allocated; online subscriptions increase the reach of the public library, but they are ultimately more expensive than physical collections. Jaeger, Gorham, Bertot, and Sarin (2014) pointed out that, in the U.S. context, expectations for public libraries have increased due to development of online services such as e-government and online job applications, and at the same time because of developing mobile and other emerging technologies. Garmer (2014, p. 4) explained: "public libraries must be reinvented for a networked world...what is needed is a new level of interdependence that communities and libraries must embrace together".

IFLA's Trend Report, produced annually since 2013 in "consultation with experts and stakeholders from a range of disciplines" (IFLA, 2013), provides library professionals around the world with key talking points to explain their work libraries' possibilities to supporters and decision-makers. The latest report (2019) focuses on advocacy and collaboration in a time of reevaluating investments in public infrastructure; holistic services for lifelong learning; and collaboration through ICT to scale up services. Voices in the trend report come from library leaders around the globe, and technology is a focus. Do these reports indicate that the library faith *is* faith in technology? If so, where does that leave libraries in areas without infrastructure to support it?

Real, Bertot, and Jaeger (2014) point out that digital inclusion in rural libraries is thwarted by many factors, including inadequate funding, technological infrastructure and funding, and a small, underpaid, and lack of educational requirements for staff. Strover *et al.* (2020, p. 244) explain, "In essence, the information setting in rural areas of both developed and developing countries presents challenges and creates new visions of places for the people who live there".

Due to the COVID-19, many public libraries moved programs and services online, offering virtual book clubs, expanding virtual reference services, communicating with residents about the pandemic, and expanding e-book and other online services (IFLA, 2020; AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION, 2020). The pandemic also highlighted digital divides across the globe (OECD, 2020).

2.2 PUBLIC LIBRARIES AND COOPERATION

Cooperation enables public libraries to extend services through formal and informal borrowing agreements, consortia, and networks (HORTON; PRONOVITZ, 2015). Cooperation is both facilitated by and an enabler of ICT; libraries that share their integrated library systems give their patrons access to larger collections, and collaboration also strengthens digitization projects (DEMPSEY, 2018; PREUSS, 2016). Librarians learn about how to expand services through formal and information educational experiences and through participation in professional associations (REAL; ROSE, 2017). To note is that cooperation requires infrastructure, which might be facilitated by advanced technologies, or it might simply operate on sharing knowledge so that they can expand their collections and services. Thus, this study also sought to find out about public librarians' experiences with cooperation and consortia and continuing educational opportunities that facilitate sharing.

2.3 OVERVIEW: CONTEXT OF THE THREE COUNTRIES

The three countries were chosen through the professional network of the authors. The goal was to capture first-hand accounts of public librarians working in widely varying contexts in order to illustrate a vast range of ICT adoption within and between the three countries. A brief overview of each country's population and ICT as related to library services follows in Table 1.

Table 1: Country's population and ICT to library services.

	Adult Literacy Rate*	Mobile internet Speed**	Broadband internet speed**	Fixed Broadband Subscriptions**	Mobile phone ownership***
Brazil	93%	28.95	74.42	13.7	113
Ghana	77%	14.63	45.34	.2	127
United States	99%	63.24	170.88	33.85	122

Source: CIA World Factbook and other sources.

*Our World in Data, 2011

**Mbps, average, Speedtest Global Index, November 2020

***Per 100 people, Our World in Data, 2017

Our World in Data, 2020. US Data is from 2003; Brazil and Ghana are 2015.

2.3.1 BRAZIL

Brazil is a technologically advanced nation with one of the largest mobile networks in Latin America. There are four major mobile phone companies offering voice and data services (CIA WORLD FACTBOOK, 2020). One report (KEMP, 2020) demonstrates that Brazil is well-connected, with 150.4 million internet users; internet penetration score stood at 71%, and mobile connections were equivalent to 97% of the total population. Information Science education in Brazil began in 1970 at the Brazilian Institute of Information in Science and Technology (IBICT). Today there are 42 postgraduate programs in Information Science (COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR, 2021). Public, special, and university librarians in urban areas all employ professional (degreed) librarians.

Brazil has a structured system for supporting public libraries, the *Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas* (SNBP). In 2015, the agency reported that Brazil had 6057 public libraries. Brazil's 2015 population was 204,450,649, providing 1 public library for every 34,500 people. The country's main library association, the Brazilian Federation of Associations of Librarians, Information Scientists and Institutions (FEBAB, 2019) produced a *Manifesto in Defense of Public Libraries*, which concluded that the country does not have enough libraries to support the reading and information needs of the population, and that many governmental programs for libraries have closed. Such findings are driving innovation in the structure and administration of Brazil's public libraries. Many public librarians are adapting and supporting a variety of technologies by creating and digitizing materials, promoting access to more electronic publications, helping users access the information they need on the internet, and providing virtual reference services. They are both responsive to their

communities' information needs using a variety of formats and creating new digital experiences for users.

2.3.2 GHANA

The Ghana Library Authority (GhLA) was established in 1950, and according to the GhLA (2020). The GhLA has invested in creating a number of technologies in a drive to increase usage; they recently created an app for users to locate their nearest public library branch and to search the catalog. The Authority's goal is to provide internet access in all branches; the ten regional libraries have computer rooms that are primarily used for training purposes. The GhLA has also created a digital library collection, which is accessible through the GhLA App.

Ghana's public librarians have been challenged in working with telecommunications companies. Ghana's ICT policy has resulted in a patchwork of services. Ghanaians' use of technology varies widely, according to geography, profession, culture, and level of education. The country has a competitive internet market, and some areas have a fiber infrastructure. There are mobile towers throughout the country and most people access the internet via mobile phones (CIA WORLD FACTBOOK, 2020). In most libraries, users must bring their own modem (locally called an "internet in a box") which is topped up as needed in order to access online resources. Data is very expensive in relation to income.

Public librarians in Ghana are considered academics, and professional positions require a Master's Degree in Library Science. The University of Ghana offers professional degrees in Library and Archival Administration. The GhLA's new agenda, which includes eLearning, automation, and professional development, has attracted more qualified personnel recently. However, smaller and rural libraries do not have professional librarians on staff.

2.3.3 UNITED STATES

There are over 119,000 (estimated) libraries in the U.S., including over 16,000 public library buildings (ALA, 2019). The American Library Association (ALA) has over 57,000 members. Each state also has a library association, and there are many professional organizations dedicated to various aspects of library services and technologies. There are currently 53 ALA-accredited library science programs in the U.S., and many other regionally accredited schools for library education. Librarianship itself, therefore, is a well-established profession. However, there is no national mandate for library service or for libraries to employ professionally trained librarians, though individual states or cities can establish requirements for managerial positions.

Much of the U.S. is well served by wired broadband services. However, rural areas still have little access to broadband. As Strover *et al.* (2020, p. 244) report, in 2016, 36% of rural residents and 4% of urban residents in the U.S. lacked Federal Communications Commission (FCC)-recommended standard speed. People living in rural areas have limited internet. This has become especially apparent in 2020, as many people have turned to telemedicine and online education during the pandemic, with rural users being highly disadvantaged (CENTERS FOR DISEASE CONTROL AND PREVENTION, 2020).

Researchers have found that many people rely on public libraries for technology (BERTOT; GORHAM; JAEGER; TAYLOR, 2012), but limited funding is problematic. Because public libraries are funded locally, rural libraries are at a distinct disadvantage, as sparse population and higher poverty rates in rural areas yield less funding for many public services. Many rural libraries do not require professional staff (REAL; BERTOT; JAEGER, 2014).

3 METHOD

This research was conducted using semi-structured interviews with public librarians in urban and rural libraries in Brazil, Ghana, and the U.S., during October and November 2020. Participants were identified through personal connections or by referral. The vignettes presented by the participants are not intended to be representative of the country, but instead to provide snapshots of library services in various contexts within the three countries. The interviews included questions about the physical libraries, users, technology, staff education, and the infrastructure that supports the library. All participants signed or gave verbal consent to participate in the research.

In Brazil, interviews were conducted via Google Meet, in Portuguese. The interview questions were distributed prior to the interview. The interviews were fully transcribed and translated into English after the interview. In Ghana, interviews were conducted in local Ghanaian languages: Twi, spoken by at least half of the population, Ewe, spoken by about 25 percent of the population, or a mixture of the

local language and English. Some questions were not asked, as one rural facility has no basic technologies (e.g., electricity). As the languages are difficult to translate into English, only salient parts of the interview were translated. Interviews in the U.S. were conducted and recorded using Zoom. The interview questions were distributed to the participants prior to the interviews, and were transcribed immediately after the interview.

Findings are presented according to general characteristics of the libraries; acquisitions and funding; technology; staff and staff education; and barriers and challenges to services. Table 2 summarizes general characteristics of the libraries (funding, location) and who they serve.

Table 2: Summary of Findings.

Country	Public Library and General characteristics								
<i>Brazil:</i> All libraries are from a Southeast state. B-1 is a voluntary project with no budget. B-2 and B-3 are government organizations. B-4 is an independent library.	<table border="1"> <tr> <td data-bbox="638 660 758 772">B-1</td><td data-bbox="758 660 1396 772">Rural, in a village of about 1000 people; dedicated to children's services; about 50 users. Volunteer-run; no budget.</td></tr> <tr> <td data-bbox="638 772 758 929">B-2</td><td data-bbox="758 772 1396 929">Urban; 20% homeless, higher education students, university students, and liberal professional population; an average of 980 users per day. Government organization.</td></tr> <tr> <td data-bbox="638 929 758 1052">B-3</td><td data-bbox="758 929 1396 1052">Urban; teenagers, seniors, and children population; an average of 100 users per day. Government organization.</td></tr> <tr> <td data-bbox="638 1052 758 1198">B-4</td><td data-bbox="758 1052 1396 1198">Rural, independent library in a village of about 600; children, teenagers, adults, and elderly users, but most heavily used by the school-age population; about 150-200 users each month.</td></tr> </table>	B-1	Rural, in a village of about 1000 people; dedicated to children's services; about 50 users. Volunteer-run; no budget.	B-2	Urban; 20% homeless, higher education students, university students, and liberal professional population; an average of 980 users per day. Government organization.	B-3	Urban; teenagers, seniors, and children population; an average of 100 users per day. Government organization.	B-4	Rural, independent library in a village of about 600; children, teenagers, adults, and elderly users, but most heavily used by the school-age population; about 150-200 users each month.
B-1	Rural, in a village of about 1000 people; dedicated to children's services; about 50 users. Volunteer-run; no budget.								
B-2	Urban; 20% homeless, higher education students, university students, and liberal professional population; an average of 980 users per day. Government organization.								
B-3	Urban; teenagers, seniors, and children population; an average of 100 users per day. Government organization.								
B-4	Rural, independent library in a village of about 600; children, teenagers, adults, and elderly users, but most heavily used by the school-age population; about 150-200 users each month.								
<i>Ghana:</i> The GhLA controls most library functions of libraries in cities. Librarians are encouraged to raise their own funds as well, called internally generated funds (IGF) and some receive sponsorships from wealthy individuals.	<table border="1"> <tr> <td data-bbox="638 1243 758 1355">G-1:</td><td data-bbox="758 1243 1396 1355">Rural; created by the community but now under the GLA. Serve about 100 school children per day, but also adult sections.</td></tr> <tr> <td data-bbox="638 1355 758 1422">G-2</td><td data-bbox="758 1355 1396 1422">Rural; serves peasant farmers, petty traders.</td></tr> <tr> <td data-bbox="638 1422 758 1512">G-3</td><td data-bbox="758 1422 1396 1512">Urban; the regional library which serves the general public and surrounding communities.</td></tr> <tr> <td data-bbox="638 1512 758 1590">G-4</td><td data-bbox="758 1512 1396 1590">Urban; regional library serving the regional municipality and surrounding areas</td></tr> </table>	G-1:	Rural; created by the community but now under the GLA. Serve about 100 school children per day, but also adult sections.	G-2	Rural; serves peasant farmers, petty traders.	G-3	Urban; the regional library which serves the general public and surrounding communities.	G-4	Urban; regional library serving the regional municipality and surrounding areas
G-1:	Rural; created by the community but now under the GLA. Serve about 100 school children per day, but also adult sections.								
G-2	Rural; serves peasant farmers, petty traders.								
G-3	Urban; the regional library which serves the general public and surrounding communities.								
G-4	Urban; regional library serving the regional municipality and surrounding areas								
<i>United States:</i> Participants were from 2 states in the Midwest. All are funded by local property taxes. US-1 and US-4 are independently funded through a dedicated tax levy, while 2 and 3 are administratively located under the city.	<table border="1"> <tr> <td data-bbox="638 1624 758 1713">US-1</td><td data-bbox="758 1624 1396 1713">Rural; low diversity, with mostly older, white, and poor population.</td></tr> <tr> <td data-bbox="638 1713 758 1803">US-2</td><td data-bbox="758 1713 1396 1803">Suburban and Rural; 12% Hispanic, elderly, growing homeschool, school-age population.</td></tr> <tr> <td data-bbox="638 1803 758 1960">US-3</td><td data-bbox="758 1803 1396 1960">Urban (300,000 people); has several higher education institutions; also, the city was a refugee resettlement center, providing language/cultural diversity.</td></tr> <tr> <td data-bbox="638 1960 758 2027">US-4</td><td data-bbox="758 1960 1396 2027">Urban/Rural System; highly diverse in terms of language and age, but rural areas tend to have less</td></tr> </table>	US-1	Rural; low diversity, with mostly older, white, and poor population.	US-2	Suburban and Rural; 12% Hispanic, elderly, growing homeschool, school-age population.	US-3	Urban (300,000 people); has several higher education institutions; also, the city was a refugee resettlement center, providing language/cultural diversity.	US-4	Urban/Rural System; highly diverse in terms of language and age, but rural areas tend to have less
US-1	Rural; low diversity, with mostly older, white, and poor population.								
US-2	Suburban and Rural; 12% Hispanic, elderly, growing homeschool, school-age population.								
US-3	Urban (300,000 people); has several higher education institutions; also, the city was a refugee resettlement center, providing language/cultural diversity.								
US-4	Urban/Rural System; highly diverse in terms of language and age, but rural areas tend to have less								

		cultural diversity.
--	--	---------------------

Source: Authors (2021).

3.1 LIMITATIONS

First and foremost, these interviews are not intended to be representative of a country or even a region. They are cases chosen by the researchers in their respective countries to illustrate the varied landscape of librarianship, especially in regards to technology. Second, cultural and linguistic issues are apparent in both the way that the questions were asked and in the findings. Thus, the findings are not parallel, but instead reflect local realities.

4 FINDINGS

4.1 BRAZIL

Interviews with Brazilian librarians revealed the contrasting populations in urban and rural areas as well as the limited or nonexistent possibilities for online services in the remote, rural areas of the country. They also revealed the passion that all of the interview participants hold for engaging their communities through reading, cultural programming, and other events. To illustrate the rural/urban contrast, B-2 (an urban public library) is a member of the Sao Paulo State System of Public Libraries (SisEB), which provides financial support and a resource-sharing platform for 740 public libraries. Rural public libraries, on the other hand, work outside of the library system; the Arca des Lettres Project (represented by B-1) works in several Brazilian states as a mobile library of print books that serves rural areas. The rural public libraries in this study were completely offline.

The physical spaces of the libraries offer few comparisons, but the interview participants all stressed the importance of lectures, workshops, and collaborative experiences. For instance, B-4 is described by the participant as a large library-museum and lecture space, or an “interactive environment” that was founded and funded by a local benefactor to expand cultural opportunities in this remote, rural area. Likewise, B-2 explained that “in 2017 the revival of our library took place, and the concept of living libraries brought us the development of new activities, such as storytelling, workshops, and speeches.” People who work with the mobile library, too, emphasized not only books, but also collective reading and encouraging literacy through fun.

Funding, material and acquisitions. The two rural public libraries (B-1 and B-4) rely heavily or entirely on donations. These libraries began as community initiatives but have since become governmental units. The governmental association did provide the libraries with more resources, but they still lag far behind the urban libraries. Funding is an issue for all of the libraries. B-2 explained that their city does not have a budget for the library, but that they order what they need through the Secretariat of Culture. They are developing a collection policy, and currently determine needs by “a suggestion box...We also make a search about the most popular books in Brazil and try to bring it to the library.”

All of the public libraries concentrate their efforts on their physical collections. By law, the urban libraries are mandated to purchase new books on a regular basis. Only one of the libraries (B-2) has begun to develop a pilot online collection. This new initiative consists of 1300 free books, and they are testing its popularity before they shift any funds to digital acquisitions. B-2 explained that the problem lies in the libraries’ relationship with publishers: “Brazil does not have a business model for e-books. The offer of digital material for public libraries in Brazil only occurred recently, about two years ago. Before, public libraries tried to buy eBooks, but they could not, because the publishing companies were afraid about the impact of that in their sales.” However, their financial situation, like other cultural institutions in the country, has deteriorated since 2015.

Staffing. All of the interview participants in Brazil had higher education experience, but only one (B-2) was a librarian. B-1 has no physical space for the library and is staffed entirely by volunteers. B-2 has 50 staff members, with five professional librarians on staff, including in circulation, children’s services, administration, and technical processing. B-3 employs specialized staff in IT, service, collections, social services, and cultural programming, explaining: “We are in favor of the interdisciplinarity of academic training...we focus on Humanities academics, [including] philosophers, historians, sociologists, librarians, social scientists, etc” to prepare the cultural programs for the library. B-4’s coordinator is currently enrolled in a library education program. There are many opportunities for

continuing education for Brazilian librarians. The SisEB libraries require continuing education for staff, using remote learning and day-long professional development workshops.

Technology and infrastructure. The rural public libraries do not have any online technologies, but all SisEB public libraries use a shared ILS. B-2 has 100 public access computers, which anyone can use for up to 2 hours per day. The library records and makes the cultural events that they host available online, but they do not digitize local content. They do not loan out computers, but they do have a smartphone program for the elderly. B-2 explained that technology allows them to diversify services and activities needed to meet the needs of the public, with “reading as their main axis.”

Barriers and challenges. The Brazilian public library system does not have in place dedicated funds for digital materials and ebooks. The urban public librarians identified this as a barrier to service. However, the two rural public libraries in this study face a more serious challenge: they have almost no funding at all beyond donations. B-4 reported that “we have a public library, because all Brazilian municipalities must have a public library, but it does not work.” They use mobile library services to take books to rural children, and the mobile staff brings creative programming to interest children in reading. B-1 explained that “the current government left the project undone. The idea of the library is of the previous government, which valued rural social inclusion in its projects. But, even so, as it is a voluntary project, the money allocated was only for the development of the project, not for its continuity. I had the idea to expand these libraries to other places, but, for now, unfortunately, I have no support for that...For the current government, the project no longer exists, what exists are the people who want to continue it.” Until the project has dedicated funds, it will be up to volunteers to run the program.

4.2 GHANA

Ghana’s public libraries are administered by the Ghana Library Authority (GhLA). The GhLA controls most library functions of libraries in cities. Librarians are encouraged to raise their own funds as well, called internally generated funds (IGF) and some receive sponsorships from wealthy individuals. Urban public libraries have more human and technological resources than rural public libraries, and also have library vans serving deprived communities. All of the public libraries in this study are members of the GhLA, which states that Ghana’s libraries are “entering a new phase of rebirth after years of stagnation with a view to achieving growth, diversifying delivery channels, radical redesign of library services, business model & service delivery optimization, organizational restructure and leadership transformation” (GhLA 2020). The interviews conducted for this study confirm that public libraries are undergoing a change to centralized control and support. For instance, G-1 was created by the community as a resource that was funded by donations, but later entered the GhLA. This small rural public library is not yet well resourced, but as Ghanaian public libraries build their app, library users in such rural areas will be able to access the holdings of all Ghanaian public libraries as the Library Association helps rural libraries, such as this one, build its collection. The interviews found evidence of change and progress.

Materials and acquisitions. All of the libraries have the ability to make some decisions about the books to add to their collection, even if that means which donations to add or what to deaccession. Urban public libraries have G-1’s collection composed almost entirely of older books that were donated, but report that “the head office has promised to bring in current books soon.” G-3, likewise, says that decisions about materials are mostly taken in the regional office or the head office in Accra. Information on the ground leading to some of these decisions however come from both users and staff of the rural libraries.

Resource sharing. The interviews found that Ghanaian public libraries in urban areas have begun providing online services, including a collection of eBooks, audio and video services, but the service is minimal and few users have learned to use the system. Users must register and be given permission to access the online materials, and the service is only available in selected cities (not rural areas) throughout the country. Additionally, the GhLA has created a shared library catalog. The app is functioning but is not yet widely used; some users have reported usability problems. The urban interview participants claim it will soon be usable. People who wish to use the digital service are required to register for it and be given permission to access any online materials.

Staffing. While Ghana requires a degree in librarianship for professional positions, academic positions are more attractive to professionals because university libraries are better funded. Until recently, some public libraries (especially in rural areas) remain staffed by people who learn on the job. G-1 is a regional library, which employs about 35 people on average. Five staff members have a professional degree, and the rest are paraprofessionals. The library requires employees to participate

in regular in-service training. G-2 employs high school graduates who learned on the job. G-3 is a rural public library which has three staff members with associate degrees. They also take part in regular training programs. G-4 is a regional public library with staff of 30. They have about three professional librarians, and much of the staff is presently in library school.

Technological infrastructure. There was little acknowledgement of ICT or technology during the interviews, as the libraries have minimal technology. G-1 has no computers in the library; they have no electricity, and water has to be transported from nearby reservoirs. G-2 does have electricity, and they have one computer for office use. Patrons can come in to use their phone as a hotspot or bring their modem; they do not offer wi-fi for public use. G-3 has 20 computers in a computer center for the public, and computers in the offices. The participant explained, though: "There is no question... [the library] is print-based. Now this is a big town, and it is even worse in the remote areas. The remote areas don't even have internet access at all...". However, COVID has caused the GhLA to rethink its digital book offerings: "The GhLA has plans but I don't know how far they work. For instance, during COVID-19, the authority introduced a program called the National Digital Challenge," especially for children.

Barriers and challenges. Participants cited various barriers in providing public library services, especially online services, with funding as the main barrier. G-3 explained, "Our finances are not good, we have to wait and get something from the head office, so we are compelled to seek sponsorship and the responses from folks here are not encouraging. They tell you this is a government program so we should turn to them. The idea of sponsorship is yet to catch up with us in this country. Given that it is a rural area with just peasant farming as their main job, it is very difficult to convince them to help the library. Even registration for the kids is an issue, they are not ready to pay a simple once off library fee of "two cedis (GHC 2.00) [i.e. thirty cents]. This is difficult for some to pay so we were compelled to reduce to one cedi... They are used to free things... It's difficult." There is also a barrier presented to users regarding internet access, even in urban areas, as users must bring their own modem. The librarian at G-1 said, "I can say we don't have internet access because our users who should benefit don't have access."

4.3 UNITED STATES

All of the librarians interviewed for this study were directors of public libraries funded by local taxes, which is the norm in the U.S. The most notable finding was that the size of the public library makes a difference in how the libraries acquire their collection and the technologies that they can employ. All of the public libraries work with consortia to obtain resources, but the two urban public libraries are ineligible to participate in some consortia because they are too big; smaller public libraries obtain online resources through collective agreements coordinated either by vendors or through their State Library. The larger systems are able to leverage lower prices with vendors on their own because of their size.

Materials and acquisitions. The libraries all spend between 8 and 10.5% of their budget on physical materials, but the rural areas spend between 3 - 5% of their budget on online resources, while the urban/mixed libraries spend more, between 6.5 - 10% on online resources. All of the interview participants use patron-driven acquisitions (PDA) to some degree, meaning that their patrons submit requests for purchase that are approved in the library. The largest public library has a 100% floating collection, meaning that items are purchased centrally, but can end up at any branch when requested. This means that patrons at even small, rural branches have access to a vast collection. Furthermore, patron requests give acquisitions librarians insight into ideas for programs that might be beneficial to people across their community. The librarian at US-4 explained: "we've also discovered that it [PDA] sort of refreshes the collection naturally and you get to find some unusual topics on certain shelves, and we've begun to discover certain community needs that you never would have thought about." For instance, through PDA they discovered a need for, and offered a popular program about, transgender people in a rural branch, which was unexpected. The same large system has established reciprocal borrowing agreements with three neighboring counties, including electronic resource sharing, vastly expanding their collection.

Staff. The larger public libraries employ more professional staff and provide more structured opportunities for Continuing Education (CE). US-1, located in a rural area, employs two full-time and six part-time workers, none of whom have an MLS. The participant explained that most of the employees have at least one other job; she explained: "People [with an MLS] can't afford to live here. They have to go somewhere they can afford to pay off those debts." All of the other libraries employ a mix of professional librarians and paraprofessionals, with MLIS-holding librarians holding managerial

positions. While all of the libraries support continuing education, the smallest, rural public library said that the people who work there have little time for it because of their other jobs. US-2 has 18 FT positions available, but only 14 are currently filled; three are managerial positions, which require an MLIS. US-3 is a large, urban system. Like US-2, all managerial staff are required to have an MLIS. US-4, likewise, is a sprawling system with 804 staff members, but only a portion of those are full-time, professional positions. US-2, 3, and 4 actively encourage staff to be in associations. The two urban public libraries have active, regular staff training and send staff to library association meetings.

Technological infrastructure. Technological investment varies between the four libraries. Internet services are not evenly available; the most rural public library (US-1) has internet service in the library, which is supported by funding dedicated to rural internet services, but most people who live in its area lack any service at home; if it is available at all it is prohibitively expensive. US-2, on the other hand, is administratively located under the city's infrastructure, and the library is charged for a portion of the city's internet fees. The librarian reported that it is very affordable because of the administrative setup, but that many library users do not actually use the internet. US-3's city recently developed public-private partnership that installed fiber to every building in the city, which is free for households with students who qualify for free or reduced lunch. This has also brought fast, reliable, and inexpensive internet service for the library. US-4, which serves both urban and rural areas, has areas with almost no internet service and others with less expensive, fast, and reliable service. The librarian explained that "in some ways we are able to force infrastructure buildout because of what we demand. And that is where we have had a big impact on Telco's – in some ways we are just big enough that we just say, this is what we are doing, and we force them to react." The library was able to use its vast size and political clout to influence telecommunication companies' decisions about where to place fiber.

All participants report helping patrons use their own devices, but their services varied. US-1 explained there is still a chasm in rural America exacerbated by availability of internet services (the infrastructure) and low digital literacy; their population "(1) doesn't have the devices and (2) don't have money and (3) don't have access to affordable high-speed internet." US-3, which has the ubiquitous fiber, has a 1:1 technology program in the school system, so all students automatically connect to the wi-fi. The Federally-funded CARES Act provided support to businesses and public institutions during the COVID-19 crisis. Many libraries obtained grants. Both US-2 and 4 received funding for hotspots from the CARES funding, but US-4 explained: "my IT manager is sweating bullets because we don't know how we are going to afford it next year. And I'm like –well, we will worry about that next year, because right now we are in a crisis. But...I don't know that it's sustainable at all."

Barriers and challenges. There were a number of challenges that librarians experienced regarding technological implementations in the U.S. The idea of online services is, essentially, de facto in the U.S., as expressed by one participant: "Is there even a question about libraries supporting digital access today?" However, there were a number of problems with digital access that they brought up. US-1 explained that digital access must be driven by "a genuine, concentrated effort from funders, from the government, and it will take millions of dollars to reach out into these rural areas and make this possible, or it will have to take local efforts like in the 1930's like when electrification came to rural areas. They have to think of this as a utility." Similarly, the librarian at US-2 stated, "I think that the biggest barrier is just the lack of technology understanding by the public. Databases go unused, which makes me cry." Furthermore, even when they try to produce online programs, they are "missing some people because of the digital divide. A lot of my storytime families don't have internet at home or don't go to Facebook to know how to get the information to get online. A lot of them want to limit their children's screen time, so they really want us to come back Face-to-face."

Financial barriers set by online publishers and providers are also a problem for libraries in the U.S. The librarian at US-3 explained that "Online materials are much more expensive, frankly, you know, book by book, whether that's downloadable audiobooks or ebooks." Furthermore, "the business model that (company x) uses, we pay each time someone uses a title, and people love (company x) because it means that they don't have to wait for a title, but it is a real challenge to budget for that." Not all public libraries in this study are able to afford such services, but working with other libraries as a consortium does help the libraries afford the products.

5 DISCUSSIONS

The interviews all demonstrated the creativity and ingenuity of public librarians in meeting the needs of their community, regardless of available resources. The market is also an important determinant in availability and direction of services. For instance, U.S. libraries obviously have more

access to ebooks and audiobooks due to the robust English-language market. Brazilian librarians are embarking on a new ebook project in Portuguese which is currently free, but which will need financial support in the long run. Ghanaian libraries, under the GLA, are creating an ebook program as well.

While all three countries have difficulties in reaching rural readers through technology, they all serve rural readers using mobile libraries. The GhLA has established a Mobile Library Project, which serves both urban and rural underprivileged areas; Brazil has Arca das Letras Project (described above), and the U.S. has bookmobiles in areas that are not served by public libraries. Technological infrastructure, governmental decision-making and investment, education for librarians, language, and culture all influence online library services.

The participants described how they are able to make do with what they have. However, a lack of infrastructure to support consortial agreements and sharing does create barriers. Two U.S. librarians mentioned a “dig once” approach as an efficient way to install fiber: dig once to expand infrastructure and install fiber at the same time. This requires investment and coordination among all stakeholders as decisions are made. This might be helpful advice that Brazilian and Ghanaian librarians could suggest to decision-makers as they seek to extend internet services to rural areas as well, using the library as a starting point for internet access.

The most common barrier cited across the interviews was a lack of funding. Connected to this is that participants indicated that fluctuating political values and investments exacerbate service barriers. IFLA’s Trends reports recommend a strong professional lobbying presence, or at least good communication about public libraries’ value and the infrastructure needs, might improve their prospects. Interview participants in Ghana and the U.S. brought up COVID-19 in relation to funding and infrastructure development. As patrons were forced to stay at home, public librarians found ways to connect with them.

Ghanaian librarians indicated that through the GhLA they are making progress towards more online library services, and even the rural libraries should eventually be served as they become more intertwined with the GhLA. While they do not offer wi-fi or internet to users, they do have technology training in all regional public libraries. The Brazilian urban public librarians focused more on physical materials and cultural events, but they have technology, including internet and wi-fi in the libraries. Libraries in the U.S. did focus heavily on technological issues and investment, while realizing that many users want to use the physical spaces of the library. The U.S. public libraries have more funding and a stronger infrastructure than the other two countries, but the interviews showed that they still face many barriers to digital access and digital inclusion due to a lack of ubiquitous broadband.

6 CONCLUSIONS AND RECOMMENDATIONS

Library education, either through the MLIS (or equivalent) or continuing education, is valuable for advancing services and cooperation between public libraries. Cooperation, facilitated by IT (professional cataloging, shared catalogs, etc.) and also connecting to other professionals, increases the level of services that libraries can provide. Education and professionalism provide a basis for mutual understanding and shared values. Professional involvement drives collective action. Working together allows librarians to solve problems, form coalitions, and also to persuade service providers to meet their needs. Rural public libraries are rarely run by professional librarians. Creating more attractive employment opportunities for new librarians in rural areas might improve library services to rural residents.

In conclusion, this study found different that public libraries and communities benefit from collective action, but that rural areas are often isolated. Rural areas are often described as deprived; greater access to technology in professionally educated librarians would expand opportunities for residents to engage in reading and cultural opportunities. As with services in urban areas, though, collections and services must be linguistically and culturally appropriate. Engaging residents in conversation to assess community needs, partnering with publishers, and governmental investment in technology are all needed to expand services in all three countries.

REFERÊNCIAS

AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION. **Number of Libraries in the United States**. 2019. Disponível em: <https://libguides ala.org/numberoflibraries>. Acesso em: 17 abr. 2020.

_____. **Public Libraries respond to COVID-19: survey of response & activities**. 2020. Disponível em: <https://www ala.org/pla/issues/covid-19/surveyoverview>. Acesso em: 19 abr. 2020.

BARCLAY, D. A. Space and the social worth of public libraries. **Public Library Quarterly**, v. 36, n. 4, p. 267-273, 2017.

BERTOT, J. C.; GORHAM, U.; JAEGER, P. T.; TAYLOR, N. G. Public libraries and the Internet 2012: Key findings, recent trends, and future challenges. **Public Library Quarterly**, v. 31, n. 4, p. 303-325, 2012.

BRAZILIAN FEDERATION OF ASSOCIATIONS OF LIBRARIANS, INFORMATION SCIENTISTS AND INSTITUTIONS. **Manifesto em defesa das bibliotecas públicas no Brasil**. 2019. Disponível em: <https://www.acbasc.org.br/2019/11/11/manifesto-em-defesa-das-bibliotecas-publicas-no-brasil-2019/>. Acesso em: 21 abr. 2020.

CENTERS FOR DISEASE CONTROL AND PREVENTION. **Rural Communities**. 2020. Disponível em: <https://www.cdc.gov/coronavirus/2019-ncov/need-extra-precautions/other-at-risk-populations/rural-communities.html>. Acesso em: 06 jan. 2021.

CIA WORLD FACTBOOK. **Explore countries**. 2020. Disponível em: <https://www.cia.gov/the-world-factbook/>. Acesso em: 05 jan. 2021.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. **Sobre as áreas de avaliação**. 2021. Disponível em: <https://uab.capes.gov.br/avaliacao/sobre-as-areas-de-avaliacao>. Acesso em: 05 abr. 2021.

DEMPSEY, L. Library Collaboration is Hard; Effective Collaboration is Harder. **Collaborative Librarianship**, v. 10, n. 4, p. 227-233, 2018.

GARMER, A. K. **Rising to the challenge**: re-envisioning public libraries. Washington: Aspen Institute Dialogue on Public Libraries, 2014.

GHANA LIBRARY AUTHORITY. **Home**. 2020. Disponível em: <https://library.gov.gh/#/web-home/web-home>. Acesso em: 16 jul. 2020.

HORTON, V.; PRONOVITZ, G. **Library consortia**: models for collaboration and sustainability. Chicago: American Library Association Editions, 2015.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS. **Information mining and privacy in IFLA trend report**. 2013. Disponível em: <https://www.ifla.org/node/7944>. Acesso em: 13 dez. 2020.

_____. **IFLA trend Report 2019**. 2019. Disponível em: <https://trends.ifla.org/update-2019>. Acesso em: 10 nov. 2020.

_____. **COVID-19 and the global library field**. 2020. Disponível em: <https://www.ifla.org/covid-19-and-libraries#services>. Acesso em: 10 nov. 2020.

JAEGER, P. T.; GORHAM, U.; BERTOT, J.; SARIN, L. C. **Public libraries, public policies, and political processes**: serving and transforming communities in times of economic and political constraint. Lanham: Rowman & Littlefield, 2014.

KEMP, S. **Digital 2020: Brazil**. 2020. Disponível em: <https://datareportal.com/reports/digital-2020-brazil>. Acesso em: 07 ago. 2021.

KING, D. L. What Is a Digital Branch, Anyway. **Library Technology Reports**, v.15, n. 6, p. 5-9, 2009.

_____. How we operate the digital branch. **Library Technology Reports**, v. 48, n. 6, p. 16-18, 2012.

NATIONAL SYSTEM OF PUBLIC LIBRARIES. **Informações das bibliotecas públicas**. 2015. Disponível em: <http://snbp.cultura.gov.br/bibliotecaspublicas/>. Acesso em: 07 ago. 2020.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. **Strengthening online learning when schools are closed**: The role of families and teachers in supporting students during the COVID-19 crisis. 2020. Disponível em: <http://www.oecd.org/coronavirus/policy-responses/strengthening-online-learning-when-schools-are-closed-the-role-of-families-and-teachers-in-supporting-students-during-the-covid-19-crisis-c4ecba6c/>. Acesso em: 13 set. 2020.

OUR WORLD IN DATA. **Literacy**. 2020. Disponível em: <https://ourworldindata.org/literacy>. Acesso em: 13 ago. 2020.

PREUSS, U. Sustainable digitalization of cultural heritage: report on initiatives and projects in Brandenburg, Germany. **Sustainability**, v. 8, n. 891, p. 2-15, 2016.

REAL, B.; BERTOT, J. C.; JAEGER, P. T. Rural public libraries and digital inclusion: issues and challenges. **Information Technology and Libraries**, v. 33, n. 1, p. 6-24, 2014.

REAL, B.; ROSE, R. N. Rural public libraries in America: continuing and impending challenges. **Advances in Librarianship**, v. 43, p. 37-59, 2017.

SPEEDTEST GLOBAL INDEX. **Global speeds November 2020**. 2020. Disponível em: <https://www.speedtest.net/global-index>. Acesso em: 10 nov. 2020.

STROVER, S.; WHITACRE, B.; RHINESMITH, C.; SCHRUBBE, A. The digital inclusion role of rural libraries: social inequalities through space and place. **Media, Culture & Society**, v. 42, n. 2, p. 242–259, 2020.

**QUAL É O MOMENTO CERTO PARA REALIZAÇÃO DA ABERTURA DO CAPITAL DA
EMPRESA?**

WHEN IS THE RIGHT TIME FOR OPENING OF THE COMPANY'S CAPITAL?

Área temática: 2.3. Gestão Organizacional e Empreendedorismo

SILVA, Karen Magrini
Faculdade Barretos
Graduanda em Ciências Contábeis
Karen.m_silva@hotmail.com

CARVALHO, Francisco José Pereira de
Faculdade Barretos
Mestre em Contabilidade e Finanças
francisco.carvalho@funibarretos.com.br

GUMIERI, Leandro
Faculdade Barretos
Mestre em Engenharia de Produção
leandrogumieri@gmail.com

LOPES, Juliano de Jesus
Faculdade Barretos
Mestre em Administração
Jujlopes06@gmail.com

Resumo

A presente pesquisa buscou identificar dentro do atual cenário empresarial brasileiro e no mercado de capitais a situação dos processos de abertura de capital, também conhecidos como IPOs - *Initial Public Offering*. (oferta pública inicial) e se existe um momento considerado certo ou adequado para a sua realização, bem como se a empresa está preparada para realizá-lo. Adicionalmente, buscou-se verificar como os fundos de investimento participam desse processo indo desde a busca de uma empresa com potencial de crescimento e como poderão participar do processo de gestão para melhorar o desempenho destas empresas investidas e ainda como se dá o processo de preparação para realização do IPO e a retirada desses fundos após a realização de seus lucros. O trabalho identificou casos de sucesso como o da varejista Quero Quero e exemplos de desvalorização como o da Moura Dubeux que atua no setor imobiliário. Ainda foi constatado o crescimento do processo de IPOs em 2020 com 28 companhias abrindo o seu capital na B3-Brasil, Bolsa de Valores e Balcão com a emissão de R\$ 44 bilhões em títulos. De janeiro a setembro de 2021, já existia um volume de R\$ 64 bilhões em novas ações circulando através de novos processos de abertura de capital que resultarão em um novo recorde na bolsa brasileira.

Palavras-chave: Abertura de Capital, Mercado de Capitais, *Private Equity*

Abstract

The present research sought to identify, within the current Brazilian business scenario and in the capital market, the situation of IPOs, also known as IPOs - *Initial Public Offering*. (initial public offering) and whether there is a moment considered right or suitable for its realization; as well as if the company is prepared to do it. Additionally, we sought to verify how investment funds participate in this process, ranging from the search for a company with growth potential and how they can participate in the management process to improve the performance of these investee companies and also how the

preparation process for realization of the IPO and the withdrawal of these funds after the realization of its profits. The work identified successful cases such as the retailer Quero Quero and examples of devaluation such as Moura Dubeux, which operates in the real estate sector. The growth of the IPO process in 2020 was also noted, with 28 companies going public at B3-Brasil, Bolsa and Balcão with the issuance of R\$44 billion in bonds. From January to September 2021, there is already a volume of R\$64 billion in new shares circulating through new IPO processes that will result in a new record on the Brazilian stock exchange.

Keywords: IPO, Capital Market, Private Equity

1 INTRODUÇÃO

A sigla IPO tem como significado Oferta Pública Inicial, ou em inglês *Initial Public Offering*. Como o próprio nome diz, um IPO trata-se de quando a empresa vende ações para o público pela primeira vez, o que a torna então uma companhia de capital aberto.

Para se manter no mercado as empresas estão sempre em busca de crescimento e novos investimentos, para isso elas necessitam de arrecadar capital para que possam investir. Estas empresas têm como opções recorrer aos bancos através de empréstimos e recorrer ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), mas também podem iniciar um IPO e ofertar suas ações na bolsa de valores para captar recursos e expandir os negócios - o que é um dos principais motivos para abertura de capital de uma empresa - desta forma, é possível que o empresário encontre não somente um único sócio ou investidor, mas sim milhares. Assim, quando as empresas fazem o IPO, elas conseguem aporte para financiar suas operações.

As ofertas públicas iniciais podem ser uma oportunidade para investidores de longo prazo e para os que estão interessados em obter ganhos rápidos, porém este processo assim como muitos outros possuem suas vantagens e desvantagens.

À luz de finanças corporativas poucos eventos na vida de uma companhia são tão grandes em magnitude e consequências como o IPO. Nesta situação, como já citado, as empresas vão ao mercado levantar recursos, vendendo ações a diversos investidores em uma negociação pública. Vendendo ações para vários investidores que são totalmente diversificados, pode-se fazer com que o custo de capital para a companhia seja mais baixo. Porém, este oferecimento de ações tem custos associados como comissões e taxas, preparação inicial de informações a serem disponibilizadas, contratação de bancos para desenharem o lançamento das mesmas, contratação de advogados para acompanhar e aconselhar no processo, entre outros. E ainda há o maior custo a ser incorrido que pode ser o chamado '*underpricing*' que é comumente entendido como a diferença entre o preço de fechamento ou abertura de determinado ativo em seu primeiro dia de negociação e o preço de sua oferta inicial, expressa como percentual do preço da oferta e que pode ser tão maior quanto menos conhecida é a empresa. (CAMPOS, 2008, p.12).

Realizar um IPO, não é algo que se possa fazer do „dia para noite”, deve-se cumprir uma série de exigências, sendo uma das principais que a empresa esteja juridicamente constituída como uma S/A (sociedade anônima), onde seu capital é dividido por ações. Outras dessas exigências são definidas através de algumas etapas em que a empresa deve seguir como: Planejamento; *Roadshow*; Registro e listagem; Prospecto; Período de reserva e *bookbuilding* e a estréia na bolsa de valores.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O Referencial Teórico foi desenvolvido com a finalidade de dar o suporte teórico nas fontes de capitais financeiros para o desenvolvimento de empresas e estabelecer o que se conhece atualmente como “Investidor Anjo”, “Venture Capital” e “*Private Equity*” e que, de algum forma (em especial em casos de sucesso), se retiram das empresas investidas, resgatando - e com lucro - o capital aplicado e partindo para outras empresas. Tais retiradas são realizadas imediatamente após os processos de abertura do capital, conhecido como IPI - *Initial Public Offering*.

O presente Referencial Teórico também tentou buscar trazer a diferenciação entre os conceitos de Investimento Anjo, *Private Equity* e *Venture Capital*.

2.1 Decisões da Captação de Investimentos de Terceiros

A captação de recursos financeiros representa um conjunto de estratégias que tem por objetivo levantar capital para financiar as operações de uma empresa, incluindo situações de reestruturação e/ou crescimento, de forma estratégica.

A decisão de um empresário ao buscar a captação de capital de terceiros deve ser acompanhada de um planejamento detalhado e minucioso.

2.2 Conceitos de Investidor Anjo

Segundo a Anjos do Brasil (Anjos, 2021), o Investidor Anjo pode ser definido como sendo:

“O Investimento Anjo é o investimento efetuado por pessoas físicas com capital próprio em empresas nascentes com alto potencial de crescimento (as *startups*) apresentando as seguintes características:

a. É efetuado por profissionais (empresários, executivos e profissionais liberais) experientes, que agregam valor para o empreendedor com seus conhecimentos, experiência e rede de relacionamentos além dos recursos financeiros, por isto é conhecido como *smart-money*.

b. Tem normalmente uma participação minoritária no negócio. Não tem posição executiva na empresa, mas apoiam o empreendedor atuando como um mentor ou conselheiro.

c. O Investimento com recursos de terceiros é chamado de “gestão de recursos”. É efetivado por fundos de investimento e similares, sendo uma modalidade importante e complementar a de Investimento Anjo, normalmente aplicado em aportes subsequentes.

d. O Investidor Anjo usualmente é um empresário, empreendedor ou executivo que já trilhou uma carreira de sucesso, acumulando recursos suficientes para alocar uma parte (em geral entre 5% a 10% do seu patrimônio) para investir em novas empresas, bem como aplicar sua experiência apoiando a empresa. Diferentemente que muitos imaginam, o Investidor Anjo normalmente não é detentor de grandes fortunas.

e. Importante observar que o investimento anjo não é uma atividade filantrópica. O Investidor Anjo tem como objetivo aplicar em negócios com alto potencial de retorno, que consequentemente terão um grande impacto positivo para a sociedade através da geração de oportunidades de trabalho e de renda. O termo “anjo” é utilizado pelo fato de não ser um investidor exclusivamente financeiro que fornece apenas o capital necessário para o negócio, mas por apoiar ao empreendedor, aplicando seus conhecimentos, experiência e rede de relacionamento para orientá-lo e aumentar suas chances de sucesso.

O investimento anjo em uma empresa é normalmente feito por um grupo de 5 a 30 investidores, tanto para diluição de riscos como para o compartilhamento da dedicação, sendo definido 1 ou 2 como investidores-líderes para cada negócio, para agilizar o processo de investimento. O investimento total por empresa é em média entre R\$ 200 mil a R\$ 1 milhão, podendo chegar até R\$ 1,5 milhão.”

Vale ressaltar que em 1/6/2021 foi publicada a Lei Complementar nº 182, que instituiu o marco legal das *startups* e do empreendedorismo inovador, bem como alterou algumas normas de Direito Societário, a exemplo da Lei Federal nº 6.404/1976 (Lei das S.A.) e a Lei Complementar nº 123/2006 (Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte).

Essa nova norma jurídica foi bastante aguardada pelos setores da Nova Economia, segmento ligado à forte inovação tecnológica observada nos últimos anos e que merecia ser contemplado com um formato regulatório adequado.

Conforme disposição do art. 2º, II, da Lei Complementar 182/2021, as *startups* se submetem a um ambiente regulatório experimental (denominado *sandbox* regulatório), que consiste em um “conjunto de condições especiais simplificadas para que as pessoas jurídicas participantes possam receber autorização temporária dos órgãos ou das entidades com competência de regulamentação setorial para desenvolver modelos de negócios inovadores e testar técnicas e tecnologias experimentais”, o que ocorre mediante o cumprimento de critérios e de limites previamente estabelecidos pelo órgão ou entidade *reguladora* e *por meio de* procedimento facilitado.

É bem interessante essa arquitetura jurídica pautada por um modelo regulatório experimental e simplificado, mais coerente com esse segmento e econômico, dotado de grande agilidade e sempre em transformação. Isso fica bem retratado no art. 4º da Lei Complementar nº 182/2021:

“Art. 4º São enquadradas como *startups* as organizações empresariais ou societárias, nascentes ou em operação recente, cuja atuação caracteriza-se pela inovação aplicada a modelo de negócios ou a produtos ou serviços ofertados.”

Neste artigo nos debruçaremos especificamente sobre a figura do *investidor-anjo*, procurando demonstrar que esse novo instituto jurídico não corresponde, em regra, à figura do empregador conforme art. 2º da Lei Complementar nº 182/2021:

“Art. 2º Para os efeitos desta Lei Complementar considera-se:

I – Investidor-anjo: investidor que não é considerado sócio nem tem qualquer direito a gerência ou a voto na administração da empresa, não responde por qualquer obrigação da empresa e é remunerado por seus aportes;”

O investidor-anjo, pessoa física ou jurídica, não integra a empresa de inovação, e não possui nenhuma prerrogativa de direção empresarial, muito menos de poder diretivo (art. 2º, *caput*, da CLT).

Trata-se de uma nova figura jurídica, adequada aos novos setores da economia que se valem da nova revolução industrial e tecnológica, que realiza um aporte financeiro em uma empresa que visualiza promessa (uma *startup*), em troca de uma participação nos lucros em momento posterior, sem que isso configure, necessariamente, uma estrutura societária.

2.3 Anjos do Brasil

Trata-se de uma organização sem fins lucrativos fundada em 2011 por Cássio Spina que, depois de completar o ciclo do empreendedor (*startup*, crescimento, aquisições e fusões, aporte de investimentos e venda), passou a apoiar *startups* na fase de crescimento.

Desde então, vem sendo feito um trabalho consistente com apoio de conselheiros, parceiros e um time de colaboradores dispostos a fazer acontecer.

A Anjos do Brasil é mantida por voluntários, patrocinadores, apoiadores, cursos, eventos e outras atividades contribuem para manutenção da organização.

No Quadro 1 – Imagem do site da Anjos do Brasil é possível notar a atividade da mencionada organização.

Quadro 1 – Imagem do Site Anjos do Brasil



Fonte: Anjos do Brasil. Disponível em:
<https://www.anjosdobrasil.net/>. Acesso em 02 set. 2021.

Portanto, a Anjos do Brasil pode ser considerada como uma alternativa para a busca de captação de recursos para uma empresa, desde que ela consiga comprovar a sua viabilidade de crescimento.

2.4 Endeavor Brasil

A Endeavor atua como aceleradora de crescimento de empresas e foi idealizada faz vinte anos pelos renomados empresários Beto Sicupira, Jorge Paulo Lemann e Marília Rocca, que tinham uma visão em comum que era a de oferecer uma resposta para acelerar o crescimento do Brasil através de seus empreendedores. Tais empresários são referências por construírem os maiores negócios do mundo.

No Quadro 2 – Imagem do Site da Endeavor Brasil é possível notar a atividade da mencionada organização.

Quadro 2 – Imagem do Site da Endeavor



Fonte: Endeavor Brasil. Disponível em: https://capital.endeavor.org.br/investimento-anjo/?_ga=2.117514633.166512158.1630600604-660750416.1630600604&_gac=1.88093417.1630602371.Cj0KCQjw7MGJBhD-ARIsAMZ0eevRbnPad014Z26dMRira5fQEScvJM9ytOWjy8ojs9ppzLEOKiVhWVUaAhHyEALw_wcB. Acesso em: 02 set. 2021

Através de consulta ao site da Endeavor Brasil é possível identificar várias formas de atendimento e capacitação de empresários, tanto no que diz respeito a atuação como Investidor Anjo para “Startups” como em processos de *Private Equity* e *Venture Capital* destinados para empresas um pouco mais desenvolvidas.

2.5 Venture Capital

O *Venture Capital*, também chamado de capital de risco, consiste na forma de investimento direcionada à empresas de pequeno e médio portes e que demonstrem potencial de crescimento. A proposta desse tipo de investimento é a de colaborar com o desenvolvimento dessas empresas, inclusive com a influencia nos respectivos processos decisórios e gestão, de uma forma geral, contribuindo para agregar valor às empresas e preparando-as para a abertura de capital.

O *Venture Capital* é preponderantemente empregado em *startups* como modelo de negócio escalável e se diferencia do investimento anjo que investem no estágio inicial.

2.6 Private Equity

No *Private Equity* os investimentos são destinados para empresas de médio porte que tenham boa capacidade de crescimento e, em grande parte das vezes, antecedem o ingresso dessas empresas na B-3 – Brasil, Bolsa e Balcão abrindo seus respectivos capitais e negociando suas ações.

De uma maneira geral, trata-se de uma forma de investimento surgida nos Estados Unidos nos anos 80 quando uma empresa que administra investimentos adquire parte de determinada companhia, tornando-se sua sócia e tendo como meta desenvolvê-la e aumentar seu valor e lucrando ao vender sua parte no negócio, após valorizá-lo.

O *Private Equity* efetivamente participa da gestão do empreendimento, participação ativa na gestão e administração da empresa para buscar a melhoria de seus resultados. Em muitas oportunidades, o investimento realizado é sucedido pela realização de IPO.

2.7 Diferença entre Private Equity e Venture Capital

No *Venture Capital* os investimentos, em geral, se destinam às *startups*, ou seja, para empresas que estão iniciando suas operações, embora com elevado potencial de crescimento, mas que ainda necessitam “amadurecer” suas atividades.

Por outro lado, o *Private Equity* se refere a uma maneira de investimento em empresas de porte médio e com elevado potencial de crescimento e com considerável volume de vendas e com consolidado mercado.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente trabalho se constituiu por pesquisa bibliográfica sobre o tema através da prospecção, seleção e leitura de livros, artigos acadêmicos, dissertações de mestrado e teses de doutorado que pudessem contribuir para o presente arcabouço teórico e a discussão sobre os resultados obtidos. Posteriormente foram pesquisados os mais e recentes e conhecidos casos em que empresas brasileiras abriram o capital e tiveram suas ações listadas na Bolsa de Valores e em especial, as circunstâncias em que esses processos ocorreram.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados foram divididos em subseções para melhor entendimento do tema pesquisado.

4.1. Empresas que realizaram IPO em 2020

No decorrer do ano de 2020 foram realizados 28 IPOs (*Initial Public Offering*) no Brasil, ou seja, 28 empresas abriram seu capital e se tornaram sociedades por ações com a captação de R\$ 43.925.413.832,00 (quase R\$ 44 bilhões), conforme descrito na Tabela 1 – Realizações de IPOs em 2020.

XXII ENCONTRO de PESQUISADORES

INTERDISCIPLINARIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Empresa	Atividade	Data da Abertura	Preço da Ação	Total
MITRE REALTY	Imobiliário	03/02/2020	R\$ 19,30	1.052.727.262
LOCAWEB	Software e Serviços	04/02/2020	R\$ 17,25	1.325.144.983
MOURA DUBEUX	Imobiliário	11/02/2020	R\$ 19,00	1.104.867.005
PRINER	Serviços Diversificados	13/02/2020	R\$ 10,00	199.999.990
ESTAPAR	Serviços Diversificados	13/05/2020	R\$ 10,50	300.300.000
AURA 360	Minerais Metálicos	02/07/2020	R\$ 820,00	862.493.220
AMBIPAR	Água	09/07/2020	R\$ 24,75	1.082.400.017
GRUPO SOMA	Calçados	29/07/2020	R\$ 9,90	1.822.499.989
D1000VFARMA	Produtos Farmacêuticos	06/08/2020	R\$ 17,00	400.115.485
QUERO-QUERO	Varejo	06/08/2020	R\$ 12,65	2.231.766.282
LAVVI	Imobiliária	31/08/2020	R\$ 9,50	1.027.064.000
PAGUE MENOS	Produtos Farmacêuticos	31/08/2020	R\$ 8,50	858.963.097
PETZ	Varejo	09/11/2020	R\$ 13,75	3.030.612.228
PLANO E PLANO	Construção Civil	15/09/2020	R\$ 9,40	633.421.820
MELNICK	Varejo	24/09/2020	R\$ 8,50	647.824.950
HIDROVIAS	Transportes	23/09/2020	R\$ 7,56	3.019.664.869
CURY S/A	Construção Civil	17/09/2020	R\$ 9,35	977.499.995
BOA VISTA	Serviços Financeiros	28/09/2020	R\$ 12,20	2.169.742.074
SEQUOIA LOG	Serviços Diversificados	05/10/2020	R\$ 12,40	905.857.857
GRUPO MATEUS	Alimentação	08/10/2020	R\$ 8,97	4.161.650.902
TRACK FIELD	Higiene Pessoal	22/10/2020	R\$ 9,25	492.216.550
MELIUS	Software e Serviços	03/11/2020	R\$ 10,00	629.395.630
ENJOEI	Software e Serviços	05/11/2020	R\$ 10,25	986.717.511
AERIS	Máquinas e Equipamentos	09/11/2020	R\$ 5,55	1.129.211.492
3R PETROLEUM	Combustíveis	09/11/2020	R\$ 21,00	690.000.003
ALPHAVILLE	Diversificados	09/12/2020	R\$ 29,50	305.992.585
REDE D'OR	Serviços Hospitalares	09/12/2020	R\$ 57,92	11.390.814.037
NEOGRID	Software e Serviços	15/12/2020	R\$ 4,50	486.450.000
			Total	43.925.413.832

Tabela 1 – Realizações de IPOs em 2020.

Fonte: Adaptado de B3-Brasil, Bolsa e Balcão. Disponível em:

https://www.b3.com.br/pt_br/produtos-e-servicos/solucoes-para-emissores/ofertas-publicas/estatisticas/. Acesso em: 07 out. 2021.

A Tabela 1 – Realizações de IPOs em 2020 demonstra que estas 28 empresas de segmentos variados decidiram pela abertura de capital e captaram quase R\$ 44 bilhões nas ofertas de suas ações para se expandirem, melhorarem o flego financeiro ou liberarem a saída dos investidores iniciais tidos como os *Private Equity*.

4.2 Exemplo de empresa que realizou IPO em 2020: Rede Quero Quero

Um exemplo de empresa que abriu seu capital em 2020 para a saída de investidor foi a rede varejista de materiais para construção civil e eletrodomésticos a Quero Quero que foi adquirida em setembro de 2008, por uma gestora de fundos de *private equity*, a norte-americana *Advent International* que possui escritório no Brasil.

Estima-se que a negociação envolvendo a compra da Rede foi de aproximadamente US\$ 300 milhões. O IPO foi realizado em agosto de 2020, isto é, 12 anos depois e a *Advent International* deixou a mencionada Rede levando cerca de R\$ 1,66 bilhão e em 06/08/2020, o dólar estava cotado a R\$ 5,343, isto é, o mencionado fundo recebeu em sua saída US\$310;686.880,03.

Por meio da Tabela 2 – Entrada e Saída da *Advent International* na Quero Quero, é possível notar as variações ocorridas e a rentabilidade obtida pela investidora.

	Data da Transação	Cotação do Dólar	Valor da Transação em Reais – R\$	Valor da Transação em Dólares - US\$
Compra da Empresa	set/08	1,799	539.700.000,00	300.000.000,00
Resgate após o IPO	ago/20	5,343	1.660.000.000,00	310.686.880,03
Ganho			1.120.300.000,00	10.686.880,03
Variação Percentual			208%	4%
Variação do IPCA			89,44%	

Tabela 2 – Entrada e Saída da *Advent International* na Quero Quero

Fonte: Elaborada pelos Autores. O cálculo da variação do IPCA foi realizado através do uso da Calculadora do IBGE. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/inflacao.php>. Acesso em: 07 out. 2021.

Através de cálculos realizados na Tabela 2 – Entrada e Saída da *Advent International* na Quero Quero, é possível notar que a variação de 197% na cotação do dólar influenciou significativamente no ganho da *Advent International* quando se utiliza a mencionada moeda. Por outro lado, quando os cálculos são efetuados exclusivamente em Reais, a variação foi de 208% enquanto que a oscilação da inflação foi de 89,44%.

A análise dos ganhos da referida investidora poderia ser aprimorada com a obtenção dos valores constantes nas demonstrações financeiras da Quero Quero durante os 12 anos em que foi administrada pela *Advent International*. Todavia, como se tratava de uma empresa por quotas de responsabilidade limitada (Ltda) não foi possível aprofundar as análises quanto a geração de lucros e caixa.

De toda forma, o investimento realizado pela *Advent International* pode ser considerado de pleno êxito por seu ganho nominal de R\$ 1.120.300.000,00 além dos possíveis caixas gerados pela Quero Quero durante os 12 anos em que o referido fundo exerceu o controle.

O exemplo da Quero Quero pode ser considerado como um caso de sucesso na abertura do seu capital, ou seja, a *Advent International* escolheu o momento certo para o investimento, tendo em vista que as ações haviam se valorizado em 97,55% desde o lançamento das ações até o dia 21/08/2021.

4.3 Empresas que fizeram IPO em 2020 que mais valorizaram

Após a obtenção das informações sobre a abertura de capital em 2020 por parte das 28 empresas brasileiras, verificou-se que em 5 destas empresas ocorreram significativas valorizações, conforme mostra a Tabela 3 – Maiores Valorizações de Empresas com IPOs em 2020.

Código	Nome	Segmento	Retorno desde início até 21 de junho de 2021
LWSA3	Locaweb	Software e Serviços	548,71%
CASH3	Meliuz	Software e Serviços	352,71%
RRRP3	3r Petroleum	Combustíveis	132,67%
SEQL3	Sequoia Log	Serviços diversificados	116,13%
LJQQ3	Quero-Quero	Varejo	97,55%

Tabela 3 – Maiores Valorizações de Empresas com IPOs em 2020

Fonte: O Estado de São Paulo. Disponível em:

<https://investidor.estadao.com.br/mercado/empresas-ipo-2020>. Acesso em: 07 out. 2021.

A Tabela 3 – Maiores Valorizações de Empresas com IPOs em 2020 mostra que as maiores valorizações ocorreram em segmentos voltados aos segmentos de petróleo, logística e de tecnologia da informação, indicando que as respectivas aberturas ocorreram de forma oportuna, aproveitando o momento de crescimento dos respectivos setores.

4.4 Empresas que fizeram IPO em 2020 que mais se desvalorizaram

Se de um lado, empresas aproveitaram o momento correto para abertura de capital e para captarem recursos para continuarem a se desenvolverem, existem exemplos que, exceto pela necessidade de captação imediata de recursos para os seus caixas, o momento pode não ter sido o melhor para a realização de IPO, conforme demonstra a Tabela 4 – Maiores Desvalorizações de Empresas com IPOs em 2020.

Código	Nome	Segmento	Retorno desde início até 21 de junho de 2021
MELK3	Melnick	Construção Civil	-22,39%
PLPL3	Planoepiano	Construção Civil	-26,68%
MTRE3	Mitre Realty	Construção Civil	-35,44%
DMVF3	D1000vfarma	Produtos Farmacêuticos	-42,53%
MDNE3	Moura Dubeux	Imobiliário	-44,89%

Tabela 4 – Maiores Desvalorizações de Empresas com IPOs em 2020
Fonte: O Estado de São Paulo/Economatica. Disponível em:
<https://einvestidor.estadao.com.br/mercado/empresas-ipo-2020>. Acesso em: 07 out. 2021.

A Tabela 4 – Maiores Desvalorizações de Empresas com IPOs em 2020 coincidentemente lista companhias atuantes nos segmentos da construção civil e imobiliário, provavelmente em razão do momento econômico em que passamos no início de 2020 principalmente aliados à insegurança trazida pela pandemia da Covid 19 e que inicialmente desfavorecem tais setores.

4.5 As tendências dos IPOs no Brasil

Examinando-se a evolução dos IPOs realizados desde o ano de 2004 até o mês de setembro de 2021, é possível notar que existe uma grande oscilação das mesmas, indicando que não há uma um crescimento constante, pelo contrário, existem grandes retrações como pode ser notado entre os anos de 2014 e 2016, conforme é demonstrado na Tabela 5 – Evolução dos IPOs no Brasil.

VOLUME TOTAL (R\$)	
ANO	IPO
2004	4.487.065.024
2005	5.447.335.660
2006	15.373.613.634
2007	55.648.186.085
2008	7.494.941.362
2009	23.831.458.391
2010	11.193.373.738
2011	7.175.095.457
2012	3.932.950.736
2013	17.293.349.990
2014	417.980.763
2015	602.800.014
2016	674.197.600
2017	20.760.529.289
2018	6.823.344.095
2019	9.836.302.565
2020	43.925.413.832
2021	64.169.364.658

Tabela 5 – Evolução dos IPOs no Brasil
Fonte: Adaptado de B3-Brasil, Bolsa e Balcão. Disponível em:
https://www.b3.com.br/pt_br/produtos-e-servicos/solucoes-para-emissores/ofertas-publicas/estatisticas/. Acesso em: 07 out. 2021.

A Tabela 5 – Evolução dos IPOs no Brasil indica a tendência de crescimento dos processos de abertura de capital, onde o valor movimentado será o maior na B3-Brasil, Bolsa e Balcão em 2021, representando o crescimento do mercado de capitais e uma maior oferta de opções aos investidores que buscam aplicações em renda variável.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS E PROPOSTA PARA UM NOVO TRABALHO

O resultado da pesquisa mostrou que existe uma tendência de crescimento do volume de IPOs em 2021 e com a quebra de recorde na B3-Brasil, Bolsa de Valores e Balcão, superando o ano de 2020 e nominalmente (sem considerar a inflação) o de 2007, indicando o crescimento do mercado de capitais e o oferecimento de novas possibilidades de investimentos em papéis de renda variável, bastando o cuidado e atenção por parte dos investidores.

A abertura do capital também proporciona a possibilidade para as companhias se desenvolverem e se expandirem.

Todavia, o momento da realização de IPO deve ser extremamente planejado para que o sucesso seja alcançado como exemplificado no caso da Quero Quero e nos outros apresentados na Tabela 3 – Maiores Valorizações de Empresas com IPOs em 2020.

Em sentido contrário, a Tabela 4 – Maiores Desvalorizações de Empresas com IPOs em 2020 exemplifica casos em que o momento não foi adequado para a realização da abertura de capital, especialmente em razão do momento da economia ser desfavorável para os segmentos imobiliários e de construção civil. Nos casos, ainda existe a possibilidade das 5 empresas colocadas no exemplo somente terem realizado o IPO em razão da necessidade de captarem recursos e “desafogarem” o caixa. Assim, fica a proposta para a realização de uma pesquisa complementar que possa avaliar os fatores que influenciaram negativamente nos casos listados na Tabela 4 – Maiores Desvalorizações de Empresas com IPOs em 2020.

REFERÊNCIAS

ANJOS DO BRASIL. Disponível em: <https://www.anjosdobrasil.net/>. Acesso em: 02 set. 2021.

B3-BRASIL, BOLSA e BALCÃO. Disponível em: https://www.b3.com.br/pt_br/produtos-e-servicos/solucoes-para-emissores/ofertas-publicas/estatisticas/. Acesso em: 07 out. 2021.

CAMPOS, Vera Lucia De Assis. Porque uma empresa faz IPO?(2008). Dissertação (Mestrado em Finanças e Economia Empresarial) – Fundação Getúlio Vargas EPGE, Rio de Janeiro, 2008.

DANA, Samy. O que é IPO? Saiba como é a estreia das empresas na Bolsa. Disponível em: <https://investnews.com.br/investflix/acoes/o-que-e-ipo-saiba-como-e-a-estreia-das-empresas-na-bolsa/>. Acesso em: 2 abr 2021.

ENDEAVOR BRASIL. Disponível em: https://capital.endeavor.org.br/investimento-anjo/?_ga=2.117514633.166512158.1630600604-660750416.1630600604&_gac=1.88093417.1630602371.Cj0KCQjw7MGJBhD-ARIsAMZ0eevRbnPad014Z26dMRira5fQEScvJM9ytOWjy8ojs9ppzLEOKiVhWVUaAhHyEALw_wcB. Acesso em: 02 set. 2021.

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

IBGE. Disponível em, <https://www.ibge.gov.br/explica/inflacao.php>. Acesso em: 07 out. 2021.

O ESTADO DE SÃO PAULO. Disponível em: <https://investidor.estadao.com.br/mercado/empresas-ipo-2020>. Acesso em: 07 out. 2021.

***RECUSA VACINAL, UMA DISCUSSÃO IMPORTANTE EM TEMPOS DE PANDEMIA:
CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS DA HESITAÇÃO VACINAL***

***VACCINE REFUSAL, AN IMPORTANT DISCUSSION IN TIMES OF PANDEMICS:
CAUSES AND CONSEQUENCES OF VACCINE HESITATION***

Desenvolvimento social e políticas públicas: Psicologia, Saúde e Desenvolvimento.

MACHADO, Tatiane Ferreira Souza
Uni-Facef – Centro Universitário Municipal de Franca
Mestranda em Desenvolvimento Regional
Médica intensivista pediátrica e neonatologista
tatyfeso@hotmail.com

LOPES-GAZZAFI, Livia Maria
Uni-Facef – Centro Universitário Municipal de Franca
Doutora em Ciências da Saúde
liviamlopes@gmail.com

Resumo

A hesitação vacinal é um fenômeno que acontece desde a aplicação das primeiras vacinas criadas no mundo, mas há um movimento crescente na recusa vacinal principalmente vindo de grupos antivacinas europeus e norte-americanos, que se dissemina em vários países, inclusive no Brasil, com ascensão desde o início desta década, refletindo em quedas nas taxas de cobertura vacinais e consequente surgimento de doenças que já estavam eliminadas ou controladas. Desde março de 2020 o mundo vive a pandemia da Covid-19 e a busca por uma vacina eficaz contra o SARS-CoV-2 começou de forma jamais vista antes, com o envolvimento de grupos e laboratórios de pesquisas em vários países no mundo, resultando em vacinas prontas para aplicação na população em tempo recorde. Após análise e aprovação de tais vacinas, mesmo diante de uma pandemia, nos deparamos com pessoas que se recusam a receber a vacina, sendo este fato também evidenciado no Brasil. O objetivo dessa pesquisa será discutir sobre o fenômeno da hesitação vacinal com a suas causas e consequências. A pesquisa se justifica porque a discussão do tema leva à reflexão de uma atitude que prega o respeito à liberdade individual, mas que afeta o coletivo de toda uma sociedade. Foi realizado um estudo exploratório bibliográfico de revisão na literatura acerca do tema e como resultado ficou evidente como este fenômeno deve ser combatido para um bem maior, com garantia para a saúde pública, sobressaindo sobre crenças e valores individuais de origem política e sociocultural.

Palavras-chave: Recusa vacinal, cobertura vacinal, Covid-19.

Abstract

Vaccine hesitation is a phenomenon that has occurred since the application of the first vaccines created in the world, but there is a growing movement in vaccine refusal, mainly coming from European and North American anti-vaccine groups, which spreads in several countries, including Brazil, with a rise since the beginning of this decade, reflecting in decreases in vaccine coverage rates and the consequent emergence of diseases that were already eliminated or controlled. Since March 2020 the world has been experiencing the Covid-19 pandemic and the search for an effective vaccine against SARS-CoV-2 began in a way never seen before, with the involvement of research groups and laboratories in several countries around the world, resulting in vaccines ready for application in the population in record time. After analyzing and approving such vaccines, even in the face of a pandemic, we are faced with people who refuse to receive the vaccine, and this fact is also evident in Brazil. The objective of this research will be to discuss the phenomenon of vaccine hesitation with its causes and consequences. The research is justified because the discussion of the theme leads to the reflection of an attitude that preaches respect for individual freedom, but that affects the collective of an entire society. An exploratory bibliographic review of the literature on the subject was carried out

and as a result it became evident how this phenomenon must be fought for a greater good, with a guarantee for public health, standing out on individual beliefs and values of political and sociocultural origin.

Keywords: Vaccine refusal, vaccination coverage, Covid-19.

1 INTRODUÇÃO

A vacinação é uma ação em saúde pública com inegável êxito, sendo responsável por aumentar diretamente a expectativa de vida e ter um efetivo resultado na taxa de mortalidade infantil, devido a prevenção do adoecimento por patógenos capazes de provocar a morte ou deixar graves sequelas (LEVI, 2013). O Programa Nacional de Imunização (PNI) brasileiro é reconhecido em todo o mundo devido sua eficácia em manter altas taxas de coberturas vacinais com bom controle de doenças imunopreveníveis e até eliminação de várias delas, mesmo sendo o Brasil um país populoso e de grandes dimensões geográficas. O PNI consta com uma variada gama de imunobiológicos e não há distinção no público vacinado, leva a vacina em todas as regiões do país, mesmo os locais mais remotos (BRASIL, 2003).

Todo esse sucesso da vacinação brasileira, assim como em outros países que atingiram boas taxas de coberturas vacinais, é ameaçado por movimentos antivacinas que ocorrem desde os surgimentos das primeiras vacinas, mas são crescentes principalmente nessa última década e apresentam atualmente uma maior velocidade de difusão de informações por meio da internet (SUCCI, 2018). A hesitação vacinal é definida como o atraso na aceitação ou a recusa em aceitar a vacina, mesmo estando disponível pelo serviço de saúde (MACDONALD; SAGE, 2015). Vários fatores estão envolvidos na hesitação vacinal, como a falta de confiança nos imunobiológicos, o desconhecimento da gravidade das doenças, o medo de reações adversas, bem como a disseminação de informações equivocadas acerca da imunização, levando ao aumento de pessoas pertencentes ao grupo hesitante (SUCCI, 2018). No Brasil já há reflexo da hesitação vacinal nas taxas de cobertura da vacinação infantil, mostrando um declínio desde 2016, com preocupação de aumento na mortalidade infantil (SATO, 2018).

Em dezembro de 2019 foram identificados casos de pneumonia por um novo Coronavírus – SARS-CoV-2- em Wuhan na província de Hubei na China. Em 11 de março de 2020 foi declarado estado de pandemia devido a Covid 19 pela Organização Mundial de Saúde (OMS) (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2020). Para tentar conter a disseminação do vírus e os casos da Covid 19, foram orientadas pela própria OMS medidas de isolamento social e a partir deste fato vários países tomaram medidas restritivas na circulação das pessoas com a adoção inclusive de *Lockdown* em algumas localidades. No Brasil, essa restrição na circulação de pessoas não foi uniforme, variando o grau de maior ou menor isolamento social entre os estados e municípios, conforme o controle ou avanço da doença, e o respeito à essas medidas também não foi uniforme. Desde o início da pandemia houve um grande desejo, pela maior parte das pessoas, pelo surgimento de uma vacina capaz de controlar a disseminação da doença. Esforços mundiais foram feitos em busca dessa vacina. Ainda assim, na vivência de uma mazela que assolou todo o planeta, com profundas e tristes consequências para toda uma sociedade, há a ocorrência da hesitação vacinal quanto à vacinação contra a Covid-19 (COUTO; BARBIERI; MATOS, 2021).

Há uma necessidade de o poder público traçar estratégias para combater a hesitação vacinal, que é um problema global, através de esclarecimentos à população sobre as vacinas e sua importância. Além de um controle sobre *fake news* que reforçam a ação de grupos hesitantes. Ou então, nem mesmo uma pandemia com as proporções da Covid-19 será capaz de alterar a consciência da importância da vacinação (HARRISON; WU, 2020).

Diante do exposto sobre a importância da vacinação e a existência desse comportamento de recusa vacinal que ameaça o seu sucesso, o objeto desta pesquisa foi levantar reflexões sobre a hesitação vacinal, que pode estar presente mesmo durante a vivência de uma pandemia como a COVID-19.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O fenômeno da hesitação vacinal não é algo recente no mundo, sendo o evento mais importante no Brasil, a “Revolta da Vacina” que ocorreu em 1904 no Rio de Janeiro, devido a obrigatoriedade da vacinação de Varíola (LEVI, 2013). Esses movimentos antivacinas vieram tomando maiores proporções principalmente nas últimas décadas, causando preocupação em todo o mundo. A OMS reconhecendo esse problema, que atinge as taxas de coberturas vacinais e coloca em risco o retorno de doenças eliminadas ou aumento de casos de doenças controladas, criou em 2012 um grupo especial dentro do SAGE (*Strategic Advisory Group of Experts*) on Immunization para tratar sobre as questões relacionadas à hesitação vacinal, o SAGE-WG (*SAGE Working Group on Vaccine Hesitancy*) (MACDONALD; SAGE, 2015).

Fatores determinantes do comportamento hesitante foram categorizados pela OMS como os 3Cs: Confiança, Complacência e Conveniência. Sendo a Confiança relacionado à hesitação devido credibilidade nos serviços de saúde (locais de saúde e profissionais envolvidos na vacinação), na eficácia e segurança das vacinas e na política determinante da vacinação. A Complacência origina da percepção baixa sobre o risco de adoecer pela enfermidade que a vacina protege, esse fator é muito influenciado pelo sucesso dos próprios programas de imunização que conseguiram o controle e eliminação de várias doenças, acarretando no desconhecimento de seus riscos por gerações que não as viveram justamente devido ao sucesso da vacinação. E a Conveniência é um fator relacionado à disponibilidade física em ir vacinar, acessibilidade geográfica à vacina, acessibilidade financeira ou disposição em pagar, quando for o caso, e entendimento quanto à vacina, inclusive num contexto sociocultural (MACDONALD; SAGE, 2015).

A hesitação vacinal varia desde a recusa, ou o atraso na aceitação, a uma vacina, a algumas vacinas ou a todas as vacinas. Com base nos fatores determinantes conclui-se que as causas em recusar uma vacina são múltiplas, sendo um misto de questões socioculturais, políticas e pessoais, como dúvidas sobre a necessidade das vacinas, preocupações com eventos adversos e a segurança dos imunobiológicos, a dúvida sobre a exposição excessiva do sistema imunológico do indivíduo, desconfiança sobre as reais intenções das indústrias farmacêuticas produtoras das vacinas e do sistema político de saúde, experiências negativas com aplicação prévia de algum imunobiológico, além de questões filosóficas e religiosas (SUCCI, 2018).

Um importante colaborador de movimentos antivacinas é a internet, através das mídias sociais e aplicativos de mensagens que, apesar da sua utilidade para a divulgação de conceitos científicos e promoção da saúde, propagam informações de forma extremamente rápidas e são utilizadas para alimentar e difundir falsos conceitos e distorções sobre a vacinação, o que assusta leigos e reforça a hesitação vacinal (MASSARANI *et al*, 2021; ARIF *et al*, 2018). Em 1998, foi publicado no *The Lancet* um relato entre a associação de autismo e a vacina tríplice viral (MMR), esse artigo foi amplamente disseminado no meio científico e não-científico, e serviu como argumento para a recusa na vacinação específica envolvida, inclusive com a não recomendação da vacina tríplice viral por alguns médicos. Foi um estudo extremamente criticado e foi realizado vários estudos posteriores que não confirmaram a associação descrita, sendo inclusive motivo de retratação do periódico britânico em 2010 (WAKEFIELD *et al*, 1998; EGGERTSON, 2010). Mesmo com todas as comprovações dessa não associação entre o autismo e a vacina tríplice viral, este estudo ainda é usado como motivo de recusa, não só para a vacina tríplice viral, como também para outras vacinas (LAGO, 2018). A plataforma digital para mobilizações sociais Avaaz, juntamente com a Sociedade Brasileira de Imunizações (SBIIm) realizou, em 2019, um estudo que avalia o impacto das *fake news* nas imunizações e suas principais conclusões foram que: quase 70% dos entrevistados acreditaram em falsas informações sobre vacinas, quase 60% não se vacinou ou deixou de vacinar uma criança de sua responsabilidade por acreditar em uma informação considerada incorreta pela OMS e quase 50% dos entrevistados utilizaram as redes sociais e aplicativos como fontes de informações sobre as vacinas (AVAAZ; SBIIm, 2019). Este tipo de estudo aponta a influência de informações disseminadas na internet, principalmente em redes sociais e aplicativos, em nossa vida atual.

Em um trabalho sobre as mídias sociais e a hesitação vacinal na era Covid-19 e doenças globalizadas, Puri *et al* (2020) demonstram que conteúdo sem origem científica comprovada ou com falsas informações, disseminam de forma extremamente rápida, inclusive com contas não humanas (robôs). E há a formação de grupos pró e antivacinas em todas as plataformas, de origem políticas-ideológicas, com utilização de *hashtags* na dissipação de todo um conteúdo que não sofre checagem de autoria ou qualquer verificação do cunho científico, sendo que as informações negativas, dos grupos antivacinas ou sobre a Covid-19, são as de maior alcance, com mais acessos.

A vacinação de Covid pode ter seus índices de cobertura vacinal atingidos pela hesitação vacinal. Em uma pesquisa *on-line* feita na França com uma amostra representativa de pessoas acima de 18 anos, realizada no fim de março de 2020, quando estavam vivenciando *lockdown* em vários locais e a saturação de leitos hospitalares, demonstrou que 26% dos respondentes não se vacinariam se houvesse uma vacina disponível contra o SARS-CoV2. Esse estudo sugeriu também uma relação entre os hesitantes e sua opção política, mostrando a influência da politização nessa decisão vacinal, a recusa foi predominante nos eleitores de candidatos de extrema direita e os de extrema esquerda, assim como também entre os que abstiveram de votar no primeiro turno da eleição presidencial francesa de 2017 (THE COCONEL GROUP, 2020).

Em uma pesquisa realizada com 428 pais de crianças internadas em um hospital municipal na Turquia, demonstrou entre os entrevistados, quase 12% de hesitação vacinal prévia à algum imunobiológico do programa de imunização local. Um dos fatores que influencia na recusa vacinal é que o medo da vacina é superior ao medo do adoecimento, visto que devido ao sucesso da própria vacinação, várias gerações desconhecem os riscos das doenças pela redução de casos ou eliminação de várias delas. No caso da Covid-19, este estudo apontou que o medo em relação ao adoecimento, devido à alta morbimortalidade da Covid-19 é um fator que contribui numa maior aceitação quanto à vacinação contra o SARS-CoV2, mas houve uma preferência em receber vacinas nacionais contra a Covid-19. Cerca de 66% estavam hesitantes em receber vacinas estrangeiras, enquanto aproximadamente 37% estavam hesitantes em receber vacinas nacionais contra Covid-19, tanto neles próprios, como nos filhos (YIGIT, OZKAYA-PARLAKAY, SENEL, 2021).

Um estudo português realizado de forma on-line de setembro de 2020 a janeiro de 2021, para identificar fatores associados à hesitação vacinal contra a Covid-19 demonstrou que 56% dos entrevistados atrasariam a aceitação em relação à vacina e 9% recusariam a vacinação. Apesar das limitações do estudo, foram identificados fatores como baixa confiança nas vacinas, baixa confiança nas ações governamentais nos serviços de saúde durante a pandemia e informações contraditórias sobre a vacinação dentre os motivos da hesitação vacinal, o que corrobora a questão que uma confiança maior na gestão política influencia numa melhor cobertura vacinal, mostrando a necessidade de governos e autoridades de saúde melhorarem a comunicação acerca do tema (SOARES *et al*, 2021). Estudos realizados em diferentes épocas no decorrer da pandemia podem ter respostas diferentes quanto à hesitação vacinal contra a Covid-19, devido a influência da pandemia na vida dos entrevistados, assim como seu nível de confiança acerca das vacinas já desenvolvidas ou em desenvolvimento.

No Brasil, foi realizado no Maranhão, um estudo transversal em outubro de 2020, sobre a prevalência e os fatores associados à hesitação vacinal contra a Covid-19, caso houvesse uma vacina disponível. Em seus resultados houve uma hesitação vacinal de 17,5%, sendo estatisticamente maior, e significativa, essa hesitação no sexo feminino, em idosos e nos seguidores da religião evangélica. Esses fatores individuais e contextuais da hesitação vacinal não são os mesmos em todos os países que realizaram este tipo de estudo e pode ocorrer devido à exposição maior de determinados grupos às informações falsas sobre a vacinação (OLIVEIRA *et al*, 2021).

Entre os desafios para uma exitosa campanha de vacinação contra Covid-19 no Brasil, Domingues (2021) refere que além dos desafios quanto à aquisição das vacinas, conservação e toda a logística de aplicação dos imunobiológicos em grupos prioritários de forma escalonada, concomitantes com outras vacinas do PNI, está a estratégia de comunicação para combate às *fake news* que constam nas redes sociais e a ação de grupos antivacinas, para assim garantir uma adesão da população à vacinação. A falta de um incentivo à vacinação, por parte do governo federal, com campanhas publicitárias que esclareçam a segurança e importância das vacinas, é um fator agravante e contribuinte para a hesitação vacinal contra Covid-19 no Brasil (SOUTO & KABAD, 2020).

Assim comenta Couto, Barbieri e Matos (2021, p.9):

O que está em debate é não só o juízo de valor sobre os benefícios ou não das vacinas, ou das medidas de enfrentamento da Covid-19, mas também o reconhecimento de que as ações de saúde pública são estruturadas na tensão entre autonomia e normatizações implementadas por instituições, órgãos e pelo Estado; e que as percepções de risco, as escolhas e incorporações das medidas de saúde na vida privada das pessoas, extrapolam a dimensão individual e refletem valores e crenças que são constituídos no entrecruzamento das dimensões política, econômica e sociocultural.

Os esforços envolvendo a descoberta de vacinas eficazes contra a Covid-19 em todo o mundo é algo sem precedentes, com envolvimento de laboratórios e universidades, pertencentes aos

setores privados e públicos. Os dados são constantemente atualizados pela OMS quanto ao desenvolvimento, fases de pesquisa e aprovação de vacinas das mais variadas tecnologias. É importante respeitar os estudos de segurança para o bem de todo o mundo. Comunicação clara por parte de órgãos de saúde de todos os países devem ser valorizados para aumentar a aceitação da população quanto à vacinação, para atingir boas taxas de cobertura vacinal e a imunidade de rebanho. Um insucesso com a vacinação contra a Covid-19 seria algo muito ruim para a saúde pública, porque pode atingir intensificando a hesitação em relação às outras vacinas contra várias patologias em todo o mundo (LIMA; ALMEIDA; KFOURI, 2021).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Trata-se de uma pesquisa exploratória bibliográfica de revisão narrativa na literatura. Segundo Marconi e Lakatos (2017, p. 200): “[...] a pesquisa bibliográfica não é mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre certo assunto, visto que propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras”.

Foi realizada uma busca na base de dados do Pubmed e nas bibliotecas virtuais – Scielo, Portal de periódicos da CAPES e no Google Scholar. A estratégia de busca foi realizada em XX etapas, a saber:

1ª etapa - Inicialmente foram utilizadas as palavras-chaves, em inglês e português, “recusa vacinal” e “cobertura vacinal” para esclarecimento sobre o tema, foi limitada a busca para artigos disponíveis na íntegra que foram publicados nos últimos 10 anos (após 2011).

2ª etapa – Utilizou-se também publicações do Ministério da Saúde e Organização Mundial de Saúde sobre o tema, independente do ano de publicação.

3ª etapa - Foi realizada nova busca para a relação do tema com a pandemia, sendo então utilizada as palavras-chaves “Covid-19” e “recusa vacinal”, nesse caso foram selecionados apenas os artigos que estavam disponíveis na íntegra.

Após a realização da busca bibliográfica, foi realizado a leitura de vários resumos dos artigos e verificada a mesma ideia central dentre as conclusões dos mesmos, selecionado então alguns artigos que apareceram em maior número de citações e estavam mais direcionados para o objetivo da pesquisa, e que respondesse à pergunta norteadora: “A hesitação vacinal está presente durante a pandemia da Covid-19?”

Posteriormente, foi realizada a leitura completa dos artigos selecionados para a construção desse estudo.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram selecionados 21 trabalhos científicos para responder o objetivo da presente pesquisa.

A OMS incluiu, em 2019, a hesitação vacinal como uma das 10 ameaças à saúde global (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2019), o que ratifica a importância de governos e autoridades de saúde em todo o mundo a se preocuparem com esse fenômeno que vem aumentando ao longo dos anos.

Com base na defesa do benefício das vacinas, defende Levi (2013, p.59): “A utilidade das vacinas na proteção da saúde da população deve ser enfatizada, pois esse é um campo que não permite acomodação, sob pena de retrocessos inaceitáveis nessa área que seguramente representa o maior presente que a medicina já ofereceu à humanidade”.

A internet e a mídias sociais são grandes disseminadoras de falsas ideias sobre as imunizações e fortalecem grupos antivacinas. Embora ainda seja um campo em evolução, as intervenções na mídia social são cruciais para garantir a aceitação de novas vacinas e fornecer informações precisas aos usuários. Os meios eletrônicos devem ser utilizados de forma positiva com ideias pró-vacina, realizando estratégias potenciais que incluem o desenvolvimento de campanhas de saúde pública feitas sob medida para as plataformas e seus usuários, empregar linguagem emotiva e imagens comuns para a mídia social. Além de defender o aumento da moderação e da checagem das postagens por parte das próprias empresas de mídia social para tornar os padrões de conteúdos mais rígidos (PURI, *et al* 2020).

Os estudos realizados sobre o tema mostraram a hesitação vacinal mesmo durante a vivência de uma pandemia. E levanta a questão se será obtida uma boa cobertura vacinal, capaz de induzir a

uma imunidade de rebanho e o controle na morbimortalidade da doença. A aceitação de medidas preventivas de propagação da infecção pelo SARS-CoV2 como uso de máscara, lavagem das mãos, utilização de álcool-gel e o respeito às restrições de distanciamento social, assim como a adesão à vacinação, fazem parte da relação entre indivíduo-sociedade (COUTO; BARBIERI; MATOS, 2021). O respeito à liberdade individual, com a autonomia do indivíduo em não se vacinar fere um coletivo, com consequências na saúde pública. Ao discutir sobre a hesitação vacinal Cardin e Nery (2019) conclui que: “A escolha pela adesão à vacinação não é apenas o cumprimento de uma regra legal, econômica e epidemiológica, mas também um respeito a princípios morais, tais como o da solidariedade, da responsabilidade e da justiça social”. No entanto, a obrigatoriedade na vacinação contra a Covid-19, assim como no caso de outras vacinas, deve ser instituída com cautela, pois não resolve a hesitação vacinal e pode inclusive favorecê-la, a partir do momento que pode estimular o sentimento reacionário e de raiva, do poder do Estado sobre a autonomia individual, devendo ser reservada para condições epidemiológicas mais críticas (VERGER; DUBÉ, 2020).

A hesitação vacinal tem sua origem em diversos fatores relacionados a contextos sociais, culturais e políticos desempenham um papel crucial na decisão quanto à aceitação e recusa da vacina (ULLAH, *et al* 2021). A pandemia Covid-19 pode levar a consequências variáveis em maior ou menor grau de acometimento na vida das pessoas, incluindo a saúde, os aspectos psíquicos, econômicos e nas relações sociais. Esse grau de acometimento influencia diretamente na hesitação vacinal, o que culmina na maior ou menor confiança do indivíduo em relação à atuação do governo diante da pandemia, acarretando na aceitação, ou não, na vacinação contra a infecção pelo Sars-Cov2 (VERGER; DUBE 2020).

Assim numa preocupação em relação à hesitação vacinal contra o SARS-CoV2, Ullah *et al* (2021) sugere: “[...] é necessária uma campanha em massa para aumentar o conhecimento público e a conscientização do Covid-19 para reduzir as recusas da vacina contra a Covid-19 e, em última instância, aumentar a cobertura da vacina.”

Conforme considerou Sato (2020): “A pandemia da Covid-19 relembrou a importância da vacinação ao mostrar o quão rápido uma doença pode se espalhar e causar danos irreparáveis na sociedade sem essa defesa.” Portanto, entender os fatores associados a hesitação vacinal e controlar o seu crescimento é fundamental para a manutenção do sucesso de uma eficaz medida de saúde pública como as imunizações, inclusive para o controle de uma pandemia tão devastadora como a Covid-19.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho apresentou a discussão acerca da hesitação vacinal e suas consequências para atingir boa cobertura vacinal capaz de controlar uma pandemia como a Covid-19, e mostrar a relevância desse fenômeno que vem aumentando anualmente, colocando em risco o controle de outras doenças que já estão eliminadas justamente pelo sucesso dos programas de imunização.

A influência das informações disseminadas nos meios eletrônicos, principalmente nas redes sociais e aplicativos, tem acentuada influência em nossa sociedade atual. É importante as instituições públicas do executivo, legislativo e judiciário, agirem no combate das *fake news* e utilizarem as plataformas digitais para divulgação de informações científicas, com linguagem de fácil entendimento para as pessoas, tornando esse meio como um multiplicador de informações úteis para toda a população com um benefício para a saúde pública.

Esta revisão narrativa não teve a pretensão de esgotar a discussão acerca do objeto de estudo, e sim espera-se que ela contribua com a produção científica sobre o tema, além de estimular a produção de novas pesquisas e reflexões sobre a hesitação vacinal e a pandemia da Covid-19.

REFERÊNCIAS

AVAAZ; SBIm- SOCIEDADE BRASILEIRA DE IMUNIZAÇÕES. **As fake News estão nos deixando doentes?** Avaaz. São Paulo, nov 2019. Disponível em: < <https://sbim.org.br/images/files/po-avaaz-relatorio-antivacina.pdf> > Acesso em 10/set/2021.

ARIF, Nadia; *et al.* **Fake News or weak Science?** Visibility and characterization of antivaccine webpages returned by Google in different languages and countries. *Front. Immunol.* 9 (1215) Jun 2018. Disponível em: < <https://doi.org/10.3389/fimmu.2018.01215> > Acesso em 18/set/2021.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Programa Nacional de Imunizações: 30 anos.** Série C. Projetos e Programas e Relatórios. Brasília: Secretaria de Vigilância em Saúde, 2003.

CARDIN, Valéria Silva Galdino; NERY, Laís Moraes Gil. **Hesitação vacinal: direito constitucional à autonomia individual ou um atentado à proteção coletiva?** *Prisma Jur.* São Paulo, v. 18, n. 2, p. 224-240, jul./dez. 2019. Disponível em: < <https://doi.org/10.5585/PrismaJ.v18n2.14482> > Acesso em 10/set/2021.

COUTO, Maria Thereza; BARBIERI, Carolina Luisa Alves; MATOS, Camila Carvalho de Souza Amorim. **Considerações sobre o impacto da Covid-19 na relação indivíduo-sociedade:** da hesitação vacinal ao clamor por uma vacina. *Saúde Soc.* São Paulo, v.30, n 1, 2021. Disponível em: < <https://doi.org/10.1590/S0104-12902021200450> > Acesso em 18/set/2021.

DOMINGUES, Carla Magda Allan Santos. **Desafios para a realização da campanha de vacinação contra Covid-19 no Brasil.** *Cad. Saúde Pública.* Rio de Janeiro, 37(1):e00344620, 2021. Disponível em: < <https://doi.org/10.1590/0102-311x00344620> > Acesso em 08/set/2021.

EGGERTSON, Laura. **Lancet retracts 12-year-old article linking autism to MMR vaccines.** *CMAJ.* v.182, n.4, E199-E200, 09 mar. 2010. Disponível em: < <https://doi.org/10.1503/cmaj.109-3179> > Acesso em 20/set/2021.

HARRISON, Emily A.; WU, Julia W. **Vaccine confidence in the time of COVID-19.** *European Journal of Epidemiology* 35; 325 – 330, 2020. Disponível em: < <https://doi.org/10.1007/s10654-020-00634-3> >. Acesso em 20/set/2021.

LAGO, Eleonor G. **Hesitação/recusa vacinal: um assunto em pauta – Editorial (Vaccine hesitancy/refusal: a current issue – Editorial).** *Sci Med.* V. 28 n.4. 2018. Disponível em: < <https://doi.org/10.15448/1980-6108.2018.4.32808> > Acesso em 15/set/2021.

LEVI, Guido Carlos. **Recusa de vacinas: causas e consequências / Guido Carlos Levi.** – São Paulo: Segmento Farma, 2013.

LIMA, Eduardo Jorge da Fonseca; ALMEIDA, Amália Mapurunga; KFOURI, Renato de Ávila. **Vacinas para Covid-19 – o estado da arte.** *Rev. Bras. Saúde Matern. Infant.* Recife, 21 (Supl.1): S21-S27, Fev. 2021. Disponível em: < <https://doi.org/10.1590/1806-9304202100S100002> > Acesso em 30/set/2021.

MACDONALD, Noni E.; SAGE Working Group on Vaccine Hesitancy. **Vaccine hesitancy: Definition, scope and determinants.** *Vaccine*, 2015. 33 (34): 4161-64. Disponível em: < <https://doi.org/10.1016/j.vaccine.2015.04.036> >. Acesso em 15/set/21.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica.** São Paulo: Atlas, 2017.

MASSARANI, Luisa; *et al.* **Narrativas sobre vacinação em tempos de fake news: uma análise de conteúdo em redes sociais.** *Saúde Soc.* São Paulo, v.30, n. 2, 2021. Disponível em: < <https://doi.org/10.1590/S0104-12902021200317> > Acesso em 15/set/2021.

OLIVEIRA, Bruno Luciano Carneiro Alves de; *et al.* **Prevalência e fatores associados à hesitação vacinal contra a Covid-19 no Maranhão, Brasil.** Rev. Saúde Pública. 2021; 55:12. Disponível em: < <https://doi.org/10.11606/s1518-8787.2021055003417> > Acesso em 10/set/2021.

PURI, Neha; *et al.* **Social media and vaccine hesitancy: new updates for the era of Covid-19 and globalized infectious diseases.** Human Vaccines & immunotherapeutics, v. 16, n 11, p 2586-2593, 2020. Disponível em: < <https://doi.org/10.1080/21645515.2020.1780846> > Acesso em 10/set/2021.

SATO, Ana Paula Sayuri. **Qual a importância da hesitação vacinal na queda das coberturas vacinais no Brasil?** Revista Saúde Pública, 2018. 52:96. Disponível em: < <https://doi.org/10.11606/S1518-8787.2018052001199> > Acesso em 15/set/2021.

_____. **Pandemia e coberturas vacinais: desafios para o retorno às escolas.** Revista de Saúde Pública, 2020. 54: 115. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/rsp/a/FkQQsNnvMMBkxP5Frj5KGgD/?lang=pt> > Acesso em 15/set/2021.

SOARES, Patrícia; *et al.* **Factores associated with Covid-19 vaccine hesitancy.** Vaccines, 9 (3) 300, 2021. Disponível em: < <https://doi.org/10.3390/vaccines9030300> > Acesso em 30/set/2021.

SOUTO, Ester Paiva; KABAD, Juliana. **Hesitação vacinal e os desafios para enfrentamento da pandemia de Covid-19 em idosos no Brasil.** Rev.Bras. Geriatr. Gerontol 23 (5):e210032, 2020. Disponível em: < <https://doi.org/10.1590/1981-22562020023.210032> > Acesso em 08/set/2021.

SUCCI, R.C. **Vaccine refusal-what we need to Know.** J. Pediatria: Rio de Janeiro, 2018; 94: 574-81. Disponível em: < <https://doi.org/10.1016/j.jpmed.2018.01.008> > Acesso em 08/set/2021.

THE COCONEL GROUP. **A future vaccination campaign against Covid-19 at risk of vaccine hesitancy and politicisation.** Lancet Infect Dis, v. 20, n. 7, p 769-770, Jul. 2020. Epub: 20 mai 2020. Disponível em: < [https://doi.org/10.1016/S1473-3099\(20\)30426-6](https://doi.org/10.1016/S1473-3099(20)30426-6) > Acesso em 10/set/2021.

ULLAH, I. *et al.* **Myths and conspiracy theories on vaccines and Covid-19: Potential effect on global vaccine refusals.** Vacunas, 22 (2):93-97, 2021. Disponível em: < <https://doi.org/10.1016/j.vacune.2021.01.009> > Acesso em 30/set/2021.

VERGER, Pierre; DUBÉ, Eve. **Restoring confidence in vaccines in the Covid-19 era.** Expert Review of Vaccines, 19:11,991-993, 2020. Disponível em: < <https://doi.org/10.1080/14760584.2020.1825945> > Acesso em 15/set/2021.

WAKEFIELD, A.J. *et al.* **Ileal-lymphoid-nodular hyperplasia, non-specific colitis, and pervasive developmental disorder in children.** Lancet, 351 (9103): 637-41, 28 fev. 1998. Disponível em < [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(97\)11096-0](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(97)11096-0) > Acesso em 10/set/2021.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Then threats to global health in 2019.** WHO, 2019. Disponível em: < <https://www.who.int/news-room/spotlight/ten-threats-to-global-health-in-2019> > Acesso em 30/set/2021.

_____. **Archived: Who Timeline – Covid-19.** Geneva: WHO, 2020. Disponível em: < <https://www.who.int/news/item/27-04-2020-who-timeline---covid-19> >. Acesso em: 04/jun/2021

YIGIT, Metin; OZKAYA-PARLAKAY, Aslinur; SENEL, Emrah. **Evaluation of Covid-19 Vaccine refusal in parentes.** Pediatr Infect Dis J, v. 40, n.4, e134-e136, Abr 2021. Disponível em: < <https://doi.org/10.1097/INF.0000000000003042> > Acesso em 10/set/2021.

**REFLEXÕES SOBRE SOCIOLOGIA DIGITAL: PERSPECTIVAS PARA ANALISAR O
TELETRABALHO**

REFLECTIONS ON DIGITAL SOCIOLOGY: PERSPECTIVES TO ANALYZE TELEWORK

Área 1: 1.4 Direito, Trabalho e Serviço Social.

VELOSO, Braian Garrito
Universidade Federal de São Carlos - UFSCar

Resumo

As transformações que decorrem da presença e da expansão das tecnologias digitais na sociedade têm demandado reflexões teóricas e epistemológicas. Dentre as mudanças sociais, cita-se aquelas atinentes ao mundo do trabalho. À guisa de exemplo, a pandemia ocasionada pela COVID-19 fez com que muitos empregadores adotassem regimes laborais mais flexíveis, permeados por recursos tecnológicos. Expandem-se, assim, a modalidade de teletrabalho, em que, por via de regra, empresa e funcionários se encontram separados fisicamente, mas conectados por meio de tecnologias digitais. Partindo dessas considerações, este artigo tem como objetivo discutir a sociologia digital enquanto área que emerge no contexto dos estudos sociológicos. De forma mais específica, o texto propõe uma intersecção para com a sociologia do trabalho, buscando compreender as possíveis contribuições para a análise do assim chamado teletrabalho que, como mencionado, tem se expandido durante o período pandêmico. Com a análise proposta, entende-se que as discussões da sociologia digital podem contribuir de modo significativo para a compreensão do domínio das subjetividades e das novas dinâmicas que perfazem o trabalho coetâneo marcado, por um lado, pelo uso de tecnologias digitais e, por outro lado, pela flexibilidade.

Palavras-chave: Sociologia digital, sociologia do trabalho, teletrabalho.

Abstract

The transformations that result from the presence and expansion of digital technologies in society have demanded theoretical and epistemological reflections. Among the social changes, those related to the world of work are mentioned. As an example, the pandemic caused by COVID-19 caused many employers to adopt more flexible work regimes, permeated by technological resources. Thus, the telework modality expands, in which, as a rule, the company and employees are physically separated, but connected through digital technologies. Based on these considerations, this article aims to discuss digital sociology as an area that emerges in the context of sociological studies. More specifically, the text proposes an intersection with the sociology of work, seeking to understand the possible contributions to the analysis of the so-called telework that, as mentioned, has expanded during the pandemic period. With the proposed analysis, it is understood that the discussions of digital sociology can significantly contribute to the understanding of the domain of subjectivities and the new dynamics that make up the contemporary work marked, on the one hand, by the use of digital technologies and, on the other, side, for flexibility.

Keywords: Digital sociology, sociology of work, telework.

1 INTRODUÇÃO

Em face dos céleres avanços das tecnologias e das consequentes implicações para a sociedade contemporânea, discute-se, há alguns anos, sobre a constituição de um novo subcampo dentro dos estudos sociológicos. Trata-se da sociologia digital, preocupada, dentre outras coisas, com as novas tendências que se perfilam a partir da presença cada vez mais constante dos recursos tecnológicos nas relações humanas. É certo que as redes sociais, o ciberespaço, os recursos da telemática, as imbricações entre virtual e presencial etc. trazem transformações substanciais no bojo da sociedade. Mais do que simples aparatos técnicos que potencializam algumas capacidades

humanas, as tecnologias reconfiguram e ressignificam as práticas que perpassam os mais distintos âmbitos, como a educação, o trabalho, a ciência, dentre outros.

Dito isso, o objetivo principal deste trabalho é discutir a sociologia digital enquanto área que emerge no contexto dos estudos sociológicos. Ademais, pretende-se demonstrar sua pertinência para a compreensão de fenômenos sociais contemporâneos que dependem de recursos tecnológicos, como é o caso das relações de trabalho e, com maior ênfase, de teletrabalho. Portanto, buscar-se-á não apenas retomar as bases que definem a sociologia digital e alguns dos seus principais interesses, como também demonstrar sua pertinência para a abordagem de estudos sobre o trabalho na sociedade contemporânea. Com a discussão aqui empreendida, pretende-se desvelar quais são as possibilidades desse subcampo das pesquisas sociológicas, relacionando-o aos estudos sobre o teletrabalho.

Em se tratando de estrutura, o texto começa como a apresentação de definições conceituais acerca da sociologia digital. Em seguida, apresenta-se novas tendências do trabalho na contemporaneidade, relacionando-as com o advento das tecnologias que marcam a sociedade contemporânea. Posteriormente, parte-se para uma articulação entre a sociologia digital e a temática do teletrabalho ao passo que se discute as relações com as mudanças provocadas pela pandemia de COVID-19. Por fim, encontram-se as considerações finais que arrematam a discussão e salientam a importância da disciplina de sociologia digital para a formação científica e sociológica.

2 SOCIOLOGIA DIGITAL

Com vistas a constituir os alicerces que nos servirão de esteio às proposições atinentes aos estudos sobre o trabalho na contemporaneidade, iniciamos com uma definição mais precisa daquele subcampo da sociologia. De acordo com Nascimento (2016), os computadores, hodiernamente, fazem parte da vida em sociedade nos mais diferentes contextos, indo desde a grande indústria até os consultórios médicos, os carros modernos, o bolso dos adolescentes etc. Isso significa que grande parte dos processos sociais passam a depender e, de certa forma, a se relacionar ao funcionamento desses dispositivos tecnológicos. Para Lévy (1999), a assim chamada cibercultura indica o surgimento de um novo universal que se difere de outras formas culturais anteriores, construindo-se sobre a indeterminação de um sentido global qualquer. Os espaços virtuais, gerados pelas possibilidades tecnológicas e, mais precisamente, pelos computadores, trazem implicações substanciais para a vida em sociedade. Eles não apenas potencializam práticas de outrora, mas engendram novas formas de relacionamento, comunicação, apreensão do mundo material, aquisição do conhecimento, dentre outros. “Obviamente que tais transformações sociais impactaram o modo como fazemos ciência, reverberando, também, na disciplina de sociologia” (NASCIMENTO, 2016, p. 218).

Nesse sentido, o processo de trabalho do sociólogo se depara com uma profusão de possibilidades e recursos que se diferem, em muitos aspectos, daqueles disponíveis há algumas décadas. Mas não apenas as mudanças no aparato técnico e nos instrumentos de coleta e análise devem ser observadas. As novas configurações da sociedade e, num sentido amplo, do capitalismo, geram novas e importantes fontes de dados. Nas redes sociais e nos espaços virtuais, a todo momento os usuários produzem informações que são armazenadas pelas grandes empresas de tecnologias. Informações estas que compõem o *big data*, conjuntos de dados frequentemente utilizados para fins publicitários, mas que não esgotam suas possibilidades nessas áreas de compra e venda de anúncios altamente direcionados ao usuário final. A bem da verdade, o incessante fluxo de produção e consumo na internet traz novas configurações ao capitalismo à medida que abre possibilidades e lacunas que precisam ser exploradas pelos estudos sociológicos no intuito de compreender, sobretudo de modo crítico, as relações sociais coetâneas.

É nesse contexto que a sociologia digital surge como subcampo voltado a perscrutar não apenas a sociedade marcada pelos recursos e possibilidades tecnológicas, como também interessado e atento às novas ferramentas, metodologias e instrumentos que incidem sobre o fazer sociológico. Nas palavras de Nascimento (2016), o termo aparece pela primeira vez na literatura acadêmica inglesa em 2009, num artigo do professor do *Smith College*, Jonathan Wynn. Assim sendo, afirma-se que:

Nesse novo contexto, a sociologia digital está interessada no modo como os indivíduos passam a ser produtores incessantes de dados digitais. Ao passar em ambientes sociais monitorados por câmeras, ao ativar o GPS do seu smartphone e fornecer sua localização georreferenciada, ao fazer *login*

em seu *email*, ao frequentar websites, ao clicar em “*likes*” de redes sociais e ao fazer buscas no Google, a todo momento fornecemos algum tipo de informação às empresas que regulam todas essas redes e aparelhos (NASCIMENTO, 2016, p. 223).

Não apenas como consumidores, mas, especialmente, como produtores, os usuários que navegam e usam os mais variados espaços sociais contribuem para a construção de novos contextos marcados pela reciprocidade. A miríade de dados gerados por essas interações digitalmente estruturadas levanta problemáticas fundamentais para a sociologia na contemporaneidade. É por isso que, como Nascimento (2016) sugere, a sociologia digital busca um meio-termo entre a demonização da internet como instrumento de “hipervigilância” e a sua “tecnolatria” imponderada. De um lado, pesquisas sociológicas já evidenciam as perversidades que subjazem ao uso e à adoção de tecnologias que, dentre outras coisas, servem ao capital como instrumento de dominação e exploração; por outro, não se pode negar as implicações profundas que os recursos tecnológicos trazem para as relações sociais, mormente ao tratarmos de uma disciplina que tem, como objeto, a sociedade. Aliás, como já dissemos, a sociologia digital também se preocupa com aspectos metodológicos. Os instrumentos, técnicas, ferramentas, possibilidades, fontes de dados etc. que surgem ou se modificam mediante a presença das tecnologias passam a ser considerados como imprescindíveis para o fazer sociológico atento às especificidades da contemporaneidade. Consoante Lupton (2019, p. 139):

[...] O que é particularmente notável sobre a sociologia digital, na medida em que ela tem surgido como subdisciplina, é que seu foco não é apenas nas novas tecnologias que têm se desenvolvido desde a virada desse século, mas também no desenvolvimento de uma abordagem teórica e crítica distinta. A sociologia digital tem implicações muito mais amplas que simplesmente o estudo de tecnologias digitais, levantando questões sobre a prática da sociologia em si mesma.

Pois bem, ao estabelecermos as definições necessárias às proposições que serão feitas mais à frente, buscamos ressaltar a importância da sociologia digital como subcampo que se debruça sobre a sociedade contemporânea, indo desde as preocupações metodológicas e circunscritas pelo fazer científico até a preocupação direcionada às relações sociais medidas pelas tecnologias. Com base nessa perspectiva, partimos, a seguir, para uma discussão com ênfase numa dentre as temáticas que podem ser analisadas sob os olhares da sociologia digital. Estamos nos referindo ao trabalho, como objeto de estudo da sociologia, preocupando-nos com as mudanças e as características que delineiam as atividades laborais a partir do advento e da expansão das tecnologias digitais. Que implicações essa sociedade marcada pelo uso de recursos tecnológicos traz para o trabalho? De que maneira a sociologia digital contribui para as pesquisas que abordam essa temática? Estas são algumas das questões que perpassam a nossa discussão subsequente.

3 NOVAS TENDÊNCIAS DO TRABALHO NA CONTEMPORANEIDADE: TRANSFORMAÇÕES RELACIONADAS ÀS TECNOLOGIAS DIGITAIS

Ao mesmo tempo que as tecnologias se desenvolvem, várias são as áreas que se transformam, quer incorporando recursos tecnológicos, quer ressignificando práticas e costumes que passam a ser concebidos a partir de um modo de produção capitalista mais flexível. No entendimento de Harvey (1994), o período de 1965 a 1973 escancarou a incapacidade dos modelos fordista e keynesiano de conter as contradições intrínsecas ao capitalismo. Nesse cenário de oscilações e incertezas, novas experiências referentes à organização da indústria e da vida social e política começam a tomar forma. Harvey (1994) argumenta que esse novo regime de acumulação define-se pela passagem de um período mais rígido, pautado em certa estabilidade e num sistema produtivo centrado na geração de estoques e intensa divisão das funções para outro mais flexível, ajustado às demandas e, dentre outras coisas, flexível quanto ao emprego da força de trabalho. O autor define, então:

A acumulação flexível, como vou chamá-la, é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apoia na flexibilidade dos processos

de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado “setor de serviços”, bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas (HARVEY, 1994, p. 140).

Essas transformações no capitalismo visam à superação das crises e à reconfiguração do modelo baseado na produção em massa. Nesse sentido, as tecnologias digitais contribuem para as transições e para o surgimento de novas configurações do processo produtivo, tornando-o flexível e apoiado noutras formas de relação entre capital e trabalho. Concomitantemente a isso, tem-se o crescimento do setor de serviços. Em meio às transformações no capitalismo, observa-se impactos significativos também na cultura, contribuindo para o surgimento de novas ideologias. Cita-se, pois, a economia de compartilhamento que surge como tendência cimentada numa ideologia sustentável e supostamente em oposição ao consumo desregrado. Para Rifkin (2016), o automóvel pode ser usado como exemplo significativo dessa mudança de uma sociedade centrada no “ter” para outra que gravita em torno do “compartilhar”. No entendimento dessa autora, à medida que as redes de compartilhamento de veículos aumentam, o número de pessoas que possui automóvel próprio diminui. A Uber, ao menos do Brasil, é uma das empresas mais expressivas nesse setor, cujos usuários seriam supostamente fornecedores de serviços, de um lado, e clientes, de outro, cabendo à plataforma tão somente unir esses dois polos. Rifkin (2016) discute que a economia de compartilhamento surge apoiada num discurso sustentável, mas que, ao se desenvolver, desvela grandes empresas que lucram e monopolizam o setor. Ao fim e ao cabo, a ideologia do *compartilhar* se transfigura no que podemos chamar também de capitalismo de plataforma.

É notável como a sociologia e, mais especificamente, a sociologia digital, ao se debruçarem sobre essas novas tendências capitalistas, desconstróem discursos otimistas e desvelam as perversidades que permeiam as novas relações de trabalho. Na economia de compartilhamento, que tem como notável expoente as empresas que oferecem serviços de carona, percebe-se que o discurso ideológico, quando descortinado, revela relações de trabalho flexíveis e obnubiladas pelo ideário do empreendedorismo. De acordo com Lima e Bridi (2019), a nova economia digital transforma todos os alentos, relações sociais, gestos e subjetividades em potencial para obtenção de lucro. Na *uberização*, termo que remete ao modelo em que a Uber é uma das principais expoentes, o trabalhador é uma espécie de empreendedor de si mesmo, subordinando-se e vinculando-se ao aplicativo que une prestadores de serviços e consumidores (LIMA; BRIDI, 2019). Por detrás dessa conexão feita entre os usuários, tem-se um conjunto de diretrizes que balizam o labor, isto é, regras explícitas como taxa mínima de serviço, características do veículo, carga horária diária permitida etc. Há, também, uma porcentagem do valor auferido pelo trabalhador que é retida pela empresa responsável pela plataforma.

Como ideário construído pelo capital no sentido de justificar e impulsionar as mudanças mais substanciais que começam a se proliferar a partir da década de 1970, a economia de compartilhamento pode ser citada apenas como um dos exemplos. Vários outros postos de trabalho, dependentes das tecnologias digitais, também acabam cingidos por ideologias que advogam novas tendências caras ao regime de acumulação flexível, como engajamento, amor à profissão, rejeição à estabilidade, dentre outros. Nesse contexto, podemos citar a *Ideologia do Vale do Silício*. Esta, para Schradie (2017), não é uma simples orientação política de esquerda ou de direita, mas uma articulação mais ampla, conectando Estado, economia e sociedade neoliberais. Sadin (2018) nos mostra que a partir da década de 1960, no movimento da contracultura com proeminência nos Estados Unidos, prega-se, dentre outras coisas, a desburocratização do Estado, a oposição à tecnocracia e a subversão da ordem que contribuem para o surgimento do computador pessoal em meados de 1970 e início de 1980. Baseada na ideia de colocar as máquinas a serviço dos seres humanos – e não o contrário –, a ideologia *hacker*, alavancada pela contracultura, propala a liberdade de acesso à informação e às tecnologias. Dentro desse contexto de efervescência social, surgem os grandes mitos da tecnologia digital, como Steve Jobs e Bill Gates que, em suas garagens e guiados

por ideais em certo sentido subversivos, tornam-se bilionários e principais nomes da computação e, de forma geral, da tecnologia na contemporaneidade.

A concentração de empresas da área numa mesma região estadunidense faz com que a Califórnia seja tida como o Vale do Silício – sendo o silício um componente importante dos microcomputadores, daí o sentido figurado do termo. No entanto, o surgimento dos grandes gênios da computação que revolucionam a tecnologia contribui para a construção ideológica que serve como um dos alicerces do capitalismo flexível. A Ideologia do Vale do Silício perpassa, então, diferentes áreas atreladas aos recursos tecnológicos. O amor à profissão, a instabilidade como regra geral, o apego a uma causa que irá revolucionar a sociedade, dentre outros predicados começam a guiar a atuação de muitos trabalhadores da era digital. Mas na realidade, como demonstra Pires (2021), muitos desses profissionais estão sujeitos a jornadas de trabalho extenuantes, sem garantias sociais, apoiados em ideais muito distantes e incertos, dentre outras coisas que submetem o labor às tendências e especificidades que regem o modelo de acumulação flexível.

Pois bem, o advento da internet e dos computadores pessoais traz consigo uma série de discursos otimistas que defendem a subversão da ordem, a economia de compartilhamento, a tecnologia a serviço dos seres humanos, o capitalismo sustentável etc. Porém, como a própria sociologia digital descortina, se existem ganhos expressivos na transição de um modelo rígido para outro mais flexível, baseado no uso de tecnologias digitais, esses mesmos ganhos ficam, sobretudo, sob posse de grandes empresas. O trabalhador é quem passa a arcar com a maior parte dos ônus dessa flexibilidade, sujeitando-se a regimes de trabalho precários, sem direitos sociais, com redução dos ganhos, sem vínculo empregatício, dentre outros tantos problemas. E, como dissemos, a ideologia construída pelo discurso otimista do capitalismo é fundamental não apenas para a sujeição, mas para a adequação dos trabalhadores às novas tendências. Na medida em que o labor se torna mais flexível, muitas vezes digital e, além disso, sem fiscalização rígida quanto ao espaço e ao tempo, é imprescindível introjetar valores na subjetividade com vistas a assegurar o autocontrole e a autogestão. O “empreendedor” contemporâneo, em postos de trabalho imateriais, em ocupações de plataforma ou no setor de serviços, deve garantir os ideais de produtividade que regem o modo de produção capitalista. Todavia, uma vez que o capital imputa aos trabalhadores grande parte das responsabilidades pelo próprio trabalho, a construção de uma subjetividade alinhada ao ideário contemporâneo é fundamental.

Posto isso, seguimos a uma aproximação das discussões até aqui construídas no sentido de demonstrar como a sociologia digital é importante no estudo das novas relações de trabalho. Partindo-se de temática importante em tempos de pandemia e labor remoto, buscar-se-á evidenciar quais são os elementos que subjazem àquelas atividades laborais exercidas a distância, geralmente de casa, em que empregador e empregados se separam no tempo e no espaço, mas mantêm-se conectados por meio de tecnologias telemáticas. A nossa proposta é evidenciar como o controle da subjetividade é imprescindível para as empresas nesse contexto de trabalho cujos indivíduos não se encontram sob a fiscalização rígida como geralmente acontece nas atividades presenciais. Concomitantemente a isso, buscaremos corroborar a pertinência da sociologia digital enquanto subcampo que não apenas se debruça sobre as especificidades que perfilam a sociedade contemporânea, mas que também se atenta a ferramentas e recursos metodológicos que propiciam uma análise pormenorizada dessa realidade social na era de um regime de acumulação flexível.

4 TELETRABALHO E CONTROLE DA SUBJETIVIDADE: OLHARES A PARTIR DA SOCIOLOGIA DIGITAL

A pandemia ocasionada pela COVID-19 trouxe implicações diversas para a sociedade. Afetando vários campos, as medidas de distanciamento e isolamento social preconizadas pelo órgão máximo de saúde no mundo evidenciaram e intensificaram processos que já estavam em curso há algumas décadas. No mundo do trabalho, aqueles postos mais dependentes das tecnologias digitais, especialmente no labor intelectual, passaram inteiramente para o regime de teletrabalho – ou *home office*. Atuando de suas casas, mas conectados à empresa por meio da internet, os trabalhadores passaram a lidar com regimes de trabalho sobejamente flexíveis. O controle espacial e, por vezes, até temporal cede a outras formas de fiscalização. Tem-se, como invólucro desse cenário, discursos sedutores, que enxergam a flexibilidade como a grande tendência do trabalho, ou mesmo como benefício que mais favorece os próprios trabalhadores. Todavia, há que se considerar que a atuação em regime de teletrabalho não implica menor intensidade, nem tampouco altera o interesse maior do capital quanto à exploração da força de trabalho. Atuando de suas casas, os profissionais lidam com outros tipos de fiscalização que asseguram a produtividade.

Para além do controle exercido mediante as tecnologias – controle de acesso e permanência em determinados ambientes virtuais, por exemplo –, as empresas recorrem a outra forma de dominação que já se mostra como tendência em muitos postos de trabalho desde as transformações advindas do regime de acumulação flexível. Estamos nos referindo ao controle da subjetividade, como forma de responsabilizar o próprio profissional pela qualidade e quantidade do seu labor. Como dissemos, a flexibilização no que tange ao tempo e ao espaço, por via de regra, não significa menor controle, nem tampouco alivia os trabalhadores das pressões geradas a partir da exigência de produtividade. Pelo contrário, a atuação em casa, além de imputar aos profissionais parte importante das responsabilidades e dos gastos voltados à infraestrutura e instrumentos de trabalho, também dificulta a separação dos tempos de produção e reprodução. Se no modelo fordista a fábrica era, talvez, a nítida representação do espaço produtivo, no teletrabalho, especialmente devido à ubiquidade, o tempo e o espaço de labor se tornam virtuais e, assim sendo, acompanham os trabalhadores em seu cotidiano.

Tal como salientam Oliveira e Mill (2020), as possibilidades típicas de uma sociedade ubíqua modificam a noção de local e horário para o trabalho. Por praxe, são os próprios profissionais os responsáveis por determinar a intensidade de suas atividades. Isso acaba por exigir grande disciplina e organização. Percebe-se, portanto, que a flexibilidade, nesse contexto, está fortemente relacionada à transferência, para os trabalhadores, de responsabilidades que, até então, eram incumbência da empresa. Mais do que estender as jornadas laborais para além da delimitação mais nítida de outrora, o teletrabalho, lançando mão da tecnologia móvel, modifica as relações estabelecidas entre funcionários e empresa. Os profissionais não apenas levam as suas atividades consigo, como também são procurados a todo momento pelo trabalho.

Não sendo capaz de controlar e organizar os próprios horários e locais de trabalho, o trabalhador virtual permanece à disposição do trabalho constantemente, como se observa, facilmente, na sociedade marcada pelo digital, pela ânsia de muitas pessoas costumeiramente portarem dispositivos móveis (como smartphones), permanecendo constantemente conectadas à internet e disponíveis ao trabalho. Dessa forma, o trabalho está consigo sempre que o trabalhador virtual acessar os seus dispositivos móveis de telecomunicação. Vale destacar que esta é uma noção de trabalho móvel ou teletrabalho, que se tornou ainda mais perversa na perspectiva da ubiquidade. Em outras palavras, pela noção de mobilidade é o trabalhador que carrega consigo o trabalho, em dispositivos móveis ou pela Internet (como faria um docente ao levar trabalhos para corrigir em casa, mesmo em papel); mas a noção de ubiquidade indica outro nível de relação entre atividades e trabalhador: o trabalho procura pelo realizador da atividade; seus dispositivos móveis não param de tocar, acusando mais e mais trabalho (OLIVEIRA; MILL, 2020 p. 50).

Em razão das intrincadas especificidades que circunscrevem o teletrabalho, recorreremos à sociologia digital, pois ela nos possibilita novas ferramentas, abordagens, metodologias etc. que se direcionam a esse e outros problemas de pesquisa presentes na contemporaneidade. Dadas as relações que os trabalhadores estabelecem com a empresa e entre eles mesmos, a preocupação com tecnologias e ambientes virtuais como fontes de dados é fundamental na análise pormenorizada desse que seria um objeto de pesquisa. No entendimento de Deslandes e Coutinho (2020), o pesquisador é desafiado a compreender, nesses espaços digitais, os diferentes fluxos e trânsitos, além das variações interacionais que constituem cada ambiência *online*. Isso significa que o trabalho de campo, nesse contexto, diz mais respeito a fluxos do que a lugares propriamente ditos. Na percepção de Kozinets (2014, p. 41), “as comunidades *online* são fenômenos abundantes, e suas normas e rituais são moldadas pelas práticas da cibercultura e dos grupos culturais gerais que as utilizam”. Sob essa ótica, a etnografia, compreendida nesses espaços virtuais, pode ser concebida como netnografia. À investigação sociológica, torna-se relevante, portanto, observar os fluxos, as interações, os movimentos, as percepções, dentre outras coisas que compõem a atividade digital daqueles usuários que se utilizam da tecnologia não apenas a trabalho, mas para se relacionar.

Partindo da premissa de que o teletrabalho leva os trabalhadores a dependerem mais fortemente das interações digitais, uma vez que suas relações de labor dependem em grande medida da tecnologia, esses instrumentos, métodos, teorias, dentre outros podem auxiliar sobremaneira no

processo investigativo. Os ambientes de trabalho desses sujeitos não são mais as instalações físicas da empresa, mas suas próprias casas ou, em tempos de ubiquidade, quaisquer lugares com acesso à internet. Logo, os espaços virtuais se tornam grandes geradores de dados, pois é neles que os indivíduos produzem, se relacionam e interagem com o empregador. Aliás, numa sociedade marcada pelo digital, em que as fronteiras entre tempo de produção e reprodução se diluem, os próprios ambientes virtuais se tornam ambíguos. Porque, de um lado, marcam os lugares legítimos de exercício do labor, ao passo que, por meio de alguns cliques ou pequenas interações entre humano-máquina é possível sair de um planilha, por exemplo, para uma rede social, misturando-se, a um só tempo e num só espaço, o lazer e o trabalho. Como apreender essas dinâmicas complexas que delineiam esse labor contemporâneo? De que maneira podemos observar novos espaços de coleta de dados? Quais ferramentas e técnicas possibilitam-nos empreender pesquisas mais alinhadas aos fluxos e às dinâmicas da contemporaneidade? Certamente, a sociologia digital, muito embora não solucionem todas as dúvidas, auxilia-nos nessa empreitada. Afinal, de acordo com Miskolci (2016, p. 277):

Vivemos a consolidação de transformações tecnológicas e sociais articuladas e que não podem mais ser compreendidas em separado, assim como suas consequências econômicas e políticas. Alguns compreendem a sociologia digital como uma área emergente da disciplina com objeto próprio de investigação, outros – mais preocupados com aspectos metodológicos – podem defini-la como a possibilidade de dar conta da intensidade de relações sociais mediatizadas pelas tecnologias (*big data*) e há também quem reconheça nela o potencial para criação de um conjunto teórico e conceitual articulado e transversal que virá a modificar a disciplina como um todo. Qualquer que seja a definição de sociologia digital, refletir sobre seu potencial é um exercício necessário para compreender nosso passado recente e, sobretudo, nosso presente.

Acredita-se que a sociologia digital auxilia-nos a observar as especificidades que perpassam a sociedade contemporânea. Haja vista as complexas interações entre trabalhadores e empresas, permeadas por tecnologias e espaços virtuais, torna-se importante recorrer a novas possibilidades de coleta e apreciação dos dados. A netnografia, a triangulação metodológica, as ferramentas digitais de análise, dentre outras opções ampliam as possibilidades do sociólogo que analisa essas temáticas típicas de uma contemporaneidade marcada pela internet, pelo computador pessoal e pelo uso de dispositivos móveis. Nessa ótica, a sociologia digital pode ser entendida, reiterando Miskolci (2016), como área emergente capaz de dar conta da intensidade das relações sociais mediatizadas pelas tecnologias. É a partir dessa compreensão que podemos, à guisa de exemplo, articular esse subcampo da sociologia com os estudos que versam sobre o teletrabalho.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste texto não foi esgotar a temática atinente à sociologia digital. Em verdade, buscou-se articular as discussões dessa área com os estudos sobre o teletrabalho. Quer dizer que foram apresentados conceitos que abordam a sociologia digital e a sua pertinência para estudar a sociedade coetânea, marcada pelas relações sociais mediadas por recursos tecnológicos diversos. Seja como área emergente da disciplina, seja como discussão mais preocupada com a metodologia, é certo que esse subcampo dos estudos sociológicos, embora recente, tem ganhado cada vez mais espaço em face da expansão e do desenvolvimento das tecnologias que incidem sobre as relações sociais.

Desse modo, considera-se que, sobretudo devido às experiências vivenciadas em meio à pandemia, muitas implicações para a sociedade tendem a demandar olhares sociológicos atentos. No caso do trabalho, aqueles postos mais dependentes dos recursos tecnológicos e que puderam ser migrados para o regime de *home office* ou, então, teletrabalho, certamente incluem um conjunto complexo de fatores passíveis de análise pela sociologia. Alicerçados em características que imprimem flexibilidade às atividades laborais, esses postos de trabalho abarcam, dentre outros elementos, uma maior preocupação com o controle da subjetividade. Dadas as especificidades do teletrabalho, afirmamos que a sociologia digital traz discussões importantes para analisá-lo. Esse é o principal argumento que, nestas páginas, foi apresentado.

REFERÊNCIAS

- DESLANDES, Suely; COUTINHO, Tiago. Pesquisa social em ambientes digitais em tempos de COVID-19: notas teórico-metodológicas. **Caderno de Saúde Pública**, 36(11), p.1-11 2020.
- HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo, Loyola, 1994.
- KOZINETTS, Robert. V. **Netnografia: e alizando pesquisa etnográfica online**. Porto Alegre: Penso, 2014. 203p.
- LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.
- LIMA, Jacob Carlos; BRIDI, Maria Aparecida. Trabalho digital e emprego: a reforma trabalhista e o aprofundamento da precariedade. **Caderno CRH [online]**, v. 32, n. 86, p. 325-342. 2019. Acesso em: 12 jul. 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.9771/ccrh.v32i86.30561>>.
- LUPTON, Deborah. Sociologia digital: para além do digital, rumo ao sociológico. **Prelúdios**, Salvador, v. 8, n. 8 p. 137-145, jul./dez. 2019.
- MISKOLCI, Richard. Sociologia Digital: notas sobre pesquisa na era da conectividade. Contemporânea, **Revista de Sociologia da UFSCar**, v. 6, n. 2 p. 275-297, jul.–dez. 2016.
- NASCIMENTO, Leonardo Fernandes. A Sociologia Digital: um desafio para o século XXI. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 18, n. 41, p. 216-241, jan./abr. 2016.
- OLIVEIRA, Ricardo Nascimento de; MILL, Daniel. TELETRABALHO DOCENTE, CULTURA DIGITAL E AS TRANSFORMAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRABALHISTA. **Trabalho & Educação, [S. l.]**, v. 29, n. 2, p. 47–60, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/21854>. Acesso em: 12 jul. 2021.
- PIRES, Aline Suelen. As novas configurações espaciais do empreendedorismo tecnológico e as experiências de trabalho no polo de tecnologia de São Carlos-sp. **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo, v. 36, n. 106, 2021. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092021000200507&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 09 abr. 2021.
- RIFKIN, Jeremy. **Sociedade com custo marginal zero. A internet das coisas, os bens comuns colaborativos e a eclipse do capitalismo**. São Paulo, M. Books, 2016.
- SADIN, Éric. **La silicolonización del mundo: la irresistible expansión del liberalismo digital**. Buenos Aires: Caja Negra, 2018.
- SCHRADIE, Jen. Ideologia do Vale do Silício e desigualdades de classe: um imposto virtual em relação à política digital. **Parágrafo**, v.5(1), p.85-99, jan/jun. 2017.
- KOZINETTS, Robert V. **Netnografia: e alizando pesquisa etnográfica online**. Porto Alegre: Penso, 2014.

**RELAÇÃO PANDEMIA, ENSINO SUPERIOR, DESENVOLVIMENTO E
QUALIDADE DE VIDA: revisão da literatura**

*RELATIONSHIP PANDEMICS, HIGHER EDUCATION, DEVELOPMENT AND
QUALITY OF LIFE: literature review*

Área temática: Dinâmicas Territoriais e Desenvolvimento Regional: Educação e Saúde

RAMICELI, Daniela
Uni-FACEF
Mestranda
dramiceli2012@hotmail.com

PIRES, Daniel F.
Uni-FACEF
Professor, Doutor e Orientador do mestrado
dfpires@gmail.com

Resumo

No final de 2019, surgiu uma doença viral, que se manifestava com gravidade, acometendo vias aéreas superiores. Devido a seu alto nível de contágio e a grande morbimortalidade, além das medidas restritivas para coibir a disseminação da doença, houve uma transformação drástica nos métodos de ensino. Os docentes tiveram que se adequar à nova modalidade simultaneamente aos acontecimentos. As Instituições de Ensino Superior (IES) têm como um dos seus importantes eixos os docentes que tem o papel de transmitir informações, e também de formadores sociais. As IES impulsionam o desenvolvimento, visto que agem como concentradoras de pesquisas e inovação, elevam o potencial empreendedor regional, melhoram a qualidade de vida da população, incrementam a capacidade de competir no mercado, tanto a nível nacional como internacional. As IES são pilares do desenvolvimento da cidadania e democracia. Como o ser humano é um ser biopsicossocial, essas modificações que aconteceram causaram mudanças em toda população. Esse artigo objetiva uma revisão bibliográfica, a partir de pesquisa em bibliotecas e sites das instituições de ensino superior, periódicos nacionais e internacionais, livros que abordam o tema e que possam trazer importantes contribuições para discussão. Os procedimentos metodológicos, são, portanto, o exploratório, qualitativo e de pesquisa bibliográfica. Uma das visões que projetou a intenção do estudo foi a convicção que a educação de nível superior influencia diretamente o processo de desenvolvimento econômico, cultural e social dos países e, principalmente, das regiões.

Palavras-chave: Covid-19. Impactos biopsicossociais. Professores universitários.

Abstract

At the end of 2019, a viral disease appeared, which manifested itself with seriousness, affecting the upper airways. Due to its high level of contagion and high morbidity and mortality, in addition to restrictive measures to curb the spread of the disease, there was a drastic change in teaching methods. Teachers had to adapt to the new modality simultaneously with the events. Higher Education Institutions (HEIs) have as one of their important pillars the teachers who have the role of transmitting information, and also of social trainers. HEIs drive development, as they act as hubs of

XXII ENCONTRO de PESQUISADORES

INTERDISCIPLINARIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

research and innovation, raise the regional entrepreneurial potential, improve the population's quality of life, and increase the capacity to compete in the market, both nationally and internationally. HEIs are pillars for the development of citizenship and democracy. As the human being is a biopsychosocial being, these changes that happened caused changes in the entire population. This article aims at a bibliographical review, based on research in libraries and websites of higher education institutions, national and international journals, books that address the topic and that can bring important contributions to the discussion. The methodological procedures are, therefore, exploratory, qualitative and bibliographic research. One of the visions that projected the intention of the study was the conviction that higher education directly influences the process of economic, cultural and social development in countries and, above all, in regions.

Keywords: Covid-19. Biopsychosocial impacts. University professors.

1 Introdução

No final de 2019, teve origem, em uma província da China, uma síndrome gripal, com evolução para pneumonia e com grande incidência de desfechos desfavoráveis. Sua etiologia foi rapidamente determinada como viral, o vírus causador da doença, que ficou conhecido como Sars-Cov-2 ou popularmente Covid-19. Essa doença por ter alta taxa de propagação, logo se disseminou para vários países, sendo considerada uma pandemia.

Em virtude, da sua capacidade alta de contágio e morbimortalidade, foram implementadas medidas de restrição como vigilância, detecção, isolamento de pessoas infectadas e quarentena de pessoas expostas, no Brasil foi determinado o uso de máscaras, suspensão das atividades não essenciais, ou sua mudança para o modo remoto. Mas essas medidas, foram tomadas em caráter provisório, se acreditava que seria um curto período de tempo, que na verdade se estendeu por mais de 1 ano.

No Brasil, uma grande maioria das IESs (Instituições de Ensino Superior) que tiveram suspensão das aulas presenciais, optaram por aulas na forma remota. A decisão por essa opção foi tomada para limitar os prejuízos pedagógicos e não oferecer riscos à saúde pública, garantindo a manutenção de uma educação em nível superior de qualidade e segura. Mas essa modalidade de ensino criada foi implementada de modo frenético, simultaneamente aos acontecimentos, não havendo tempo hábil para que os docentes se preparassem com essa realidade. O Ensino Emergencial Remoto (EER) difere do Ensino a Distância (EAD), pois são aulas síncronas, isto é, há a presença do docente e dos discentes no horário correspondente a aula, só que na forma virtual. Difere também do tradicional, onde os docentes e discentes estariam no mesmo local, aula presencial.

Devemos ressaltar o papel das IESs, que além de transmitir conhecimentos técnicos das diversas áreas do saber, tem o potencial de formar cidadãos, exercendo uma função de responsabilidade social. As IES também melhoram a qualidade de vida dos moradores do seu entorno, pois viabiliza novos investimentos, pesquisas, postos de trabalho e arrecadação federal de recursos. Tem a atribuição de capacitar os indivíduos para modificar a sociedade e o meio em que vivem, promovendo com isso o desenvolvimento regional. O potencial de desenvolvimento econômico e regional de um país é diretamente influenciado pela capacidade de empreender, quando voltada a inovação e pesquisa. Sempre nos valendo dos princípios do Desenvolvimento Humano e Sustentável. Notabilizando que para que o desenvolvimento aconteça é necessário retirar as causas de privação de liberdade, por exemplo: pobreza e tirania, escassez de oportunidades econômicas, degradação social constante, negligência de serviços públicos e presença de Estados repressivos.

Para efetivarmos o potencial de desenvolver proporcionado pelas IESs, os docentes necessitam ter qualidade de vida, pois há um deslocamento para a sua atividade laboral, das suas vivências adquiridas durante a vida, que interferem nas suas atitudes, expectativas e modos de comportamento concomitantes e no sentido contrário também. No momento em que falamos de qualidade de vida, contamos com critérios que se definem como de percepção objetiva como alimentação, acesso à água potável, habitação, trabalho, saúde e lazer; e concepção; e subjetiva como acontecimentos que interferem no estilo de vida relacionados com a realidade familiar, ambiental e social, por exemplo: podemos citar a sensação de bem-estar pessoal, controle da

XXII ENCONTRO de PESQUISADORES

INTERDISCIPLINARIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

ansiedade, a alimentação equilibrada, a atividade física de forma habitual, a prevenção com a saúde e o cultivo de relacionamentos interpessoais também.

Esse artigo objetiva uma revisão bibliográfica, a partir de pesquisa em bibliotecas e sites das instituições de ensino superior, periódicos nacionais e internacionais, livros que abordam o tema e que possam trazer importantes contribuições para discussão. Tentando estabelecer uma relação entre os temas: Covid-19, IESs, Desenvolvimento e qualidade de vida.

Os procedimentos metodológicos são exploratório, qualitativo e pesquisa bibliográfica.

Uma das visões que projetou a intenção do estudo foi a convicção que a educação de nível superior influencia diretamente o processo de desenvolvimento econômico, cultural e social dos países e, principalmente, das regiões estando diretamente relacionada ao corpo docente e esses como seres humanos sofrem influências das adversidades tanto pessoais como globais.

2 Covid-19 e as medidas de contenção da disseminação

Continuadamente as doenças infecto-contagiosas tem interesse na história da humanidade, no Egito, impérios grego e romanos há relatos que sugerem grandes epidemias. Na Índia, por volta de 500 AC há informações que sugerem uma epidemia por cólera. Depois houve vários episódios que sugerem doenças infecciosas, mas naquele momento a qualidade de vida e higiene eram muito insatisfatórias. Havia uma enorme aglomeração de pessoas nos povoados, quase nenhuma infraestrutura de higiene, além de estarem sujeitos a fome, guerras e alterações climáticas, o que favorecia a disseminação de doenças transmissíveis. Mas nessa época as doenças eram muito associadas a uma forma de castigo divino. Em 1899, Portugal instituiu medidas restritivas, como isolamento, quarentena e banhos obrigatórios, mesmo antes disso várias doenças tiveram sua transmissão conjecturadas a falta de higiene e cuidados físicos apropriados. E isso é uma situação frequente, na humanidade, tanto que em 2018 houve uma pandemia de H1N1. (SANTOS, 2021).

No final de 2019, na China, verificou-se o surgimento de casos de infecções respiratório inferior extremamente graves, com etiologia desconhecida, que rapidamente alastraram para todo o mundo, logo, identificado o causador da doença um vírus, que ficou conhecido como Sars-Cov-2 ou correntemente Covid-19. Prontamente, no dia 30 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) a considerou uma Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional – ESPII (ou Public Health Emergency of International Conatcern - PHEIC), devido a sua capacidade alta de propagação; e suas consequências tanto para o momento da sua descoberta, devido a sua alta morbimortalidade quanto para o futuro, já que por ser uma patologia desconhecida gera muita insegurança. (MARQUES; SILVEIRA; PIMENTA, 2020).

Nesse contexto, foram adotadas algumas ações como as medidas tradicionais e rigorosas a nível de saúde pública, como observação, identificação, isolamento de pessoas contaminadas e quarentena de pessoas contactantes. Com o propósito de diminuir a propagação da infecção do Sars-Cov-2, os agentes políticos foram afrontados a tomar decisões para reduzir suas consequências, dada a impossibilidade da sua erradicação. Essas decisões foram convertidas em políticas públicas sendo implantadas de modo frenético, em conjunto com as ações sociais e econômicas.

Foi anunciada dia 3 de fevereiro de 2020, no Brasil, a declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional causada por infecção humana pelo Sars-Cov-2 ou popularmente Covid-19; notificada pelo Ministério da Saúde, através Portaria nº 188. Esta regulamentação foi fundamentada para facilitar com que medidas administrativas, julgadas urgentes, fossem implantadas visando um planejamento de medidas de enfrentamento a pandemia com maior eficiência, mesmo que nesse momento não nenhum caso confirmado houvesse sido registrado. Porém, logo que houve o registro do primeiro caso, a transmissão da doença seguiu um crescimento colossal, impelindo que as entidades responsáveis impusessem medidas mais austeras para tentar diminuir o contágio (OLIVEIRA; LUCAS; IQUIAPAZA, 2020).

Com o conhecimento prévio que temos a respeito de infecções virais, o início da vacinação decisivo para limitação da transmissão da doença e suas possíveis consequências tanto humanas como econômicas. No momento em que se iniciava essa corrida pela descoberta de

XXII ENCONTRO de PESQUISADORES

INTERDISCIPLINARIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

vacinas eficazes, usando tecnologias já conhecidas e até então nunca exploradas, de maneira frenética, pois quanto mais rápido se conter a disseminação da doença menores os danos. Nessa fase a OMS determinou medidas restritivas como distanciamento social ampliado, uso de máscaras e outros equipamentos de proteção individual e higienização contínua das mãos, ações com intensos reflexos na circulação de pessoas e mercadorias, no sistema produtivo e nas práticas de consumo. (CASTRO, 2021).

3 Impacto nas IESS

O cenário do ensino superior foi dramaticamente impactado com a implementação de medidas de restrição, para se reprimir a disseminação e contágio do COVID-19. O Ministério da Educação cancelou as aulas na forma presencial (KHATIB, 2020), de forma impensável e repentina, não permitido a criação e transição para planos de intervenção alternativos, a transição ocorreu de maneira simultânea aos acontecimentos. Ademais, as atividades presenciais não regressaram no momento esperado, inicialmente as projeções apontavam para uma duração das medidas de contingência de 2 a 3 meses, e na realidade se estenderam por mais que o dobro do tempo (KHATIB, 2020).

Para cumprir o ano letivo e manter as atividades escolares, as aulas, antes presenciais se converteram em virtuais, foram executadas por meio das videoconferências. A forma de ensino por videoconferências permitiu que tanto alunos como docentes conectados, compartilhem esses conteúdos audiovisuais de forma síncrona, possibilitando a transmissão de conteúdos do programa presencial e também proporcionado o desenvolvimento de novas competências. Permitindo a interação entre os alunos com o docente, também entre os próprios alunos. (KHATIB, 2020).

O objetivo dessas medidas foi de restringir os danos pedagógicos e os riscos à saúde pública, garantindo a manutenção de uma educação em nível superior de qualidade e segura. As instituições de ensino superior (IES) de todo o mundo tiveram que se adaptar a essa nova realidade. A Itália criou um projeto em que empresas ofereceram gratuitamente serviços à população durante o período de quarentena o que inclui cursos e aulas virtuais; já na Alemanha as escolas foram fechadas e houveram mudanças no calendário acadêmico das instituições; no Reino Unido e Austrália escolas permaneceram abertas somente para filhos de trabalhadores em setores considerados essenciais e para crianças em situação de vulnerabilidade (GUSSO et al, 2020).

No Brasil, em 2009 devido a pandemia do H1N1, já havia um parecer do Conselho Nacional de Educação (CNE) (GUSSO et al, 2020), que cerca de um mês de declarada a pandemia, permitiu que fosse criado o Comitê Operativo de Emergência do Ministério da Educação (COE-MEC), que determinou portarias e medidas provisórias as quais outorgavam a transição de aulas presenciais por aulas por meios digitais – que utilizem meios e tecnologias de informação e comunicação, com exceção estágios, práticas de laboratório e, os cursos de Medicina, os internatos. Em virtude dessas mudanças, a forma de ensino foi transformada drasticamente e foram criadas novas adversidades como: a falta de aporte psicológico a professores; o ensino remoto estava muito aquém a nova demanda, devido ao seu pouco uso antes da pandemia; os professores do dia para noite se viram obrigados a se reinventar e adquirir novos conhecimentos, por causa das novas ferramentas pedagógicas, causando uma sobrecarga de trabalho; os discentes, que antes da pandemia eram motivados ao estudo pelas aulas práticas em contextos reais, se sentiram desestimulados; alguns desses discentes tinham acesso limitado ou inexistente às tecnologias para o uso de tecnologias virtuais (GUSSO et al, 2020).

Na atualidade, a categoria em que as atividades podem acontecer de forma síncrona, quando o professor e o estudante estão ao mesmo tempo em aula, e/ou assíncrona, quando ambos realizam suas atividades educacionais em horários diferentes, chamada Educação a Distância (EAD) já era uma realidade antes da pandemia, podendo existir tanto na forma exclusivamente on-line, como na forma híbrida. Nessa forma de ensino, houve tempo hábil para o planejamento e o uso de estratégias de gerenciamento específicas, que incluem uma estrutura que forneça a seus usuários informação adequada e em tempo oportuno; suporte técnico aos professores e estudantes, auxílio especializado e em tempo adequado; os recursos pedagógicos foram devidamente preparados; além de suporte pedagógico aos estudantes e suporte técnico aos professores. Na modalidade EAD, esse

XXII ENCONTRO de PESQUISADORES

INTERDISCIPLINARIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

preparo pedagógico e dos docentes são realizados com sistemas de gestão e participação ativa de equipe multiprofissional (GUSSO et al, 2020).

O novo modelo de ensino criado após o início da pandemia do COVID-19, criado num momento de contingência, em caráter de urgência, adotado pelas IES, foi chamado de Ensino Remoto Emergencial. Potencialmente, houve prejuízo do aprendizado, por causa das adaptações urgentes às ferramentas online, sem planejamento prévio com relação às vivências reais dos alunos e professores, para exemplificar, no caso dos discentes o não acesso à internet, o não possuir computador; no caso dos docentes uma capacitação inadequada para se instituir uma forma de ensino de qualidade; os conteúdos pedagógicos insuficientes; tudo isso aliado à implementação dessa nova habilidade de modo frenético (GUSSO et al, 2020). Podendo repercutir como desempenho acadêmico dos estudantes insuficiente, levando a um aumento nas reprovações e consequentemente acréscimo da incidência de evasão do Ensino Superior; além do esgotamento e estresse dos professores, que estiveram sobrecarregados pelas antigas atividades associadas aos desafios de lidar com a tecnologia a fim de promover o ensino (GUSSO et al, 2020) (SOUZA et al, 2021).

Em uma parcela das IESs, antes da pandemia, era adotado a Metodologia Ativa, como forma de ensino, onde se estimula o discente a obter ferramentas e embasamento teórico para seu próprio conhecimento. Com isso gera no próprio aluno uma visão crítico-reflexiva, com participação ativa do seu processo de ensino, essa modalidade proporciona o desenvolvimento de muitas atividades que, no ensino tradicional, nem sequer haviam sido pensadas, levando a uma aprendizagem significativa, valorizando colaboração e autonomia. Com o uso de novas tecnologias, provocadas pela pandemia e a Metodologia ativa, houve a criação de inúmeras oportunidades de relações entre as pessoas, que não necessariamente teriam que estar no mesmo local para sua realização (PIFFERO et al, 2020).

Essa mudança de método de ensino, e a implementação de forma súbita, sem um período de transição, para adaptação a essa nova realidade pode trazer consequências, tanto a nível pessoal, para alunos, professores e funcionários das IES.

4 IESs e desenvolvimento

As IESs têm o objetivo de propagar conhecimento, ensinar e habilitar pessoas, o desenvolvimento de pesquisas e novos conhecimentos, favorecendo debates entre vários setores da economia, visando melhorar a qualidade de produção regional, com isso melhorar a qualidade de vida da população. Atuam como geradoras de novas indústrias e empresas. A sociedade atual está baseada em conhecimentos avançados e esses têm suas aplicações práticas, portanto participando do processo de inovação como pesquisa. Essa estrutura, que tem por objetivo estreitar as interações universidade-indústria-governo através do desenvolvimento socioeconômico respaldado pelo conhecimento gerando inovação e empreendedorismo, dá-se a denominação de Hélice Tríplice, ela fornece uma metodologia para examinar fragilidades e potencialidades locais e corrigir as falhas existentes nas relações entre universidades, indústrias e governos, objetivando elaboração de estratégias de ação que se traduzam em desfechos bem-sucedidos. (ETZKOWITZ; ZHOU, 2017).

Com o reconhecimento do papel das IESs como capazes de potencializar o desenvolvimento, essas receberão mais fomentos que serão revertidos em qualidade de vida da comunidade do entorno. Incrementando a renda da comunidade, pois acrescerá o valor aos serviços e produtos regionais. As IESs proporcionam novos interesses de capital internacional, criando novas oportunidades de negócios. Favorecem a capacitação de pessoas e geração de empregos que exijam maior qualificação, impedindo que a mão de obra qualificada se evada para locais já desenvolvidos. Contribuem para o aumento do retorno social de recursos da União para o desenvolvimento regional, além de atrair investidores particulares, aumentando a capacidade regional de competitividade econômica (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2018).

Como listado na lei Sinaes de 2004 (MORETTO; FIOREZE, 2019), a IES tem o compromisso de ponderar sobre o seu compromisso com a aprendizagem e se os profissionais que estão formando são capazes de fazer considerações e elaborar consciência crítica, além competências para desenvolver alternativas à situação global e fazer enfrentamentos às

XXII ENCONTRO de PESQUISADORES

INTERDISCIPLINARIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

arbitrariedades econômicas e sociais. No desenvolvimento da cidadania e democracia, as IESs têm importante participação. As democracias contemporâneas necessitam da educação para sua formação, em razão de que a formação no ensino superior capacita os indivíduos para modificar a sociedade e o meio em que vivem. (MORETTO; FIOREZE, 2019).

As IESs influenciam diretamente o processo de desenvolvimento econômico, cultural e social dos países e, principalmente, das regiões (ROLIM; SERRA, 2009).

As IESs dinamizam o espaço urbano, exercem centralidade sobre o espaço regional e aprofundam as interações espaciais e territoriais. Nos locais onde se instalam IESs, há uma reestruturação socioespacial. Formando complexas redes, técnicas e espaciais, tanto a nível de espaço urbano, como naquelas que extrapolam aos seus limites, a considerar, principalmente, a regional e a nacional, no que se refere ao alcance espacial. Há o desenvolvimento do empreendedorismo (GOMES, 2019).

O empreendedorismo voltado para a inovação tem a capacidade de gerar empregos, crescimento econômico, tem efeito positivo no desenvolvimento humano (BALLESTA; ROSALES; TORRES, 2020).

O termo desenvolvimento é indissociável de desenvolvimento humano e de Desenvolvimento Humano e Sustentável. A associação das discussões a respeito da sustentabilidade ambiental e socioeconômica no processo de desenvolvimento tem sido ponto comum de interesse de estudos em matéria de desenvolvimento. O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) favoreceu perspectiva contemporânea ao processo de desenvolvimento, inovando na forma de agrupar as necessidades ambientais e sociais às ambições desenvolvimentistas da comunidade internacional (VELASCO JÚNIOR; NEVES, 2019).

A inserção de novas tecnologias a produção como biotecnologia, genética, robótica informática, telecomunicações, objetivando assegurar a lucratividade do sistema capitalista, favoreceu um aumento da produtividade e dos lucros e por outro lado a diminuição do trabalho humano, modificando os sistemas de produção, circulação e consumo, com isso, interferindo diretamente no meio ambiente e saúde física e mental dos seres humanos. Levando a um crescimento das desigualdades entre as classes sociais, impactadas diretamente pelas adversidades naturais e científicas que atingiram o meio ambiente e a humanidade, como exemplo temos as epidemias; as pandemias; os desastres naturais, muitas vezes provocados pelo próprio ser humano, com suas ações imponderadas que destroem os ecossistemas e impactam o desenvolvimento humano (ROSAR, 2020).

O desenvolvimento é composto pela produção, o trabalho, a técnica, mas também a eficiência do contexto social da produção; a gratificação que repercute na capacidade de realização das necessidades elementares da população, as liberdades individuais e coletivas; a realização propósitos utilizando os recursos disponíveis; para tanto devemos ter uma política de desenvolvimento. O desenvolvimento possibilita respostas diferentes a projetos que visam a modificação da coletividade humana (MOURÃO; VERIANO, 2011).

Quando avaliamos o contexto macrorregional, o desenvolvimento proporciona a capacidade de competir a nível global, pois gera novos investimentos e com isso mais desenvolvimento e melhor remuneração da população, impactando diretamente no desenvolvimento regional e conseqüentemente a nível nacional. As IES são elementos cruciais para esse desenvolvimento, pois investe na engrenagem essencial para esse processo, o ser humano. Sempre que nos referimos a desenvolvimento, fazemos um paralelo com inovação que é um recurso indispensável para o sucesso. Para que isso seja uma possibilidade real é necessário um ambiente educacional que favoreça o desenvolvimento voltado para a inovação (CARIO, Sílvia A. F.; LEMOS, Daniela C.; BITTENCOURT, 2016).

5 Desenvolvimento e qualidade de vida

O tema desenvolvimento regional não deve ser mensurado somente por fatores econômicos e o potencial de produção de valores de uma região, mas abrange o potencial da região obter crescimento econômico, acompanhado da melhoria na qualidade de vida, demonstrada por meio de indicadores de bem-estar econômico e social. Como melhoria na qualidade de vida devemos

XXII ENCONTRO de PESQUISADORES

INTERDISCIPLINARIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

considerar fatores ambientais, culturais, sociais, humanos e econômicos, com isso melhorando as formas de produção, em todos os seus aspectos, tanto humano, social e sustentável, impulsionará o desenvolvimento regional. Haverá uma valorização das relações sociais, estratégias de otimização da produção e planejamento de ações, que consequentemente levam a transformações ambientais, sociais e econômicas (AGUIAR et al, 2020).

O desenvolvimento é marcado pelo crescimento das liberdades das pessoas, sendo que as causas de privação de liberdade, por exemplo: pobreza e tirania, escassez de oportunidades econômicas, degradação social constante, negligência de serviços públicos e presença de Estados repressivos. Estando, portanto, dependente do crescimento do PNB (produto nacional bruto), aumento das rendas pessoais, industrialização, avanço tecnológico e modernização social, além das estruturas sociais disponíveis, como serviços de educação e saúde, bem como os direitos civis, como a participação em atividades públicas. O desenvolvimento ocorre com o aumento da liberdade das pessoas e da livre condição de agente das pessoas. Somente se eliminarmos a condição de privação das liberdades mais básicas a sobrevivência, de uma parcela da população que vive nessas condições, favoreceremos o aumento do crescimento econômico e progresso econômico de forma ampla (SEN, 2010).

Os estudos e pesquisas sobre Qualidade de Vida no Trabalho, se iniciaram nos anos 1970, influenciando os cenários internacionais, com a pretensão de legalizar o direito à proteção do trabalho, principalmente os tópicos relacionados a melhoria qualitativa das condições sociolaborais dos trabalhadores. Os trabalhadores demonstram na sua atividade laboral, suas vivências adquiridas durante a vida, que interferem nas suas atitudes, expectativas e modos de comportamento concomitantes. Com a mundialização da economia e do comércio internacional, proporcionado pelos intercâmbios virtuais, e progressos científicos e técnicos, exigiram altos índices de produtividade e eficiência, para se manterem competitivos, impactando a qualidade de vida dos trabalhadores (CAMAÇARO, 2010).

Qualidade de vida no trabalho é impactada pelos riscos psicossociais como os fatos que os favorecerem e até chegam a desencadear estresse, enfermidade física e mental nos trabalhadores. Os riscos psicossociais são bastante difíceis de se determinar e mensurar, cada cenário de trabalho deve ser avaliado e individualizado de acordo com suas particularidades e diversidades. No Brasil, os transtornos mentais são causa importante de afastamento das atividades laborais, onerando consideravelmente a Previdência. As Normas Regulamentares (NR) 32 e 33, que norteiam as considerações sobre os riscos físicos e psicossociais na avaliação de saúde dos trabalhadores, tem por objetivo minimizar os danos laborais (PEREIRA et al, 2020).

Para avaliarmos qualidade de vida no trabalho, devemos pesquisar sobre qualidade de vida. A definição de qualidade de vida compreende conhecimento em áreas de diversas disciplinas e também do contexto em que o indivíduo está inserido, é um conceito em construção. Podendo ser considerado critérios que expressam a concepção objetiva como alimentação, acesso à água potável, habitação, trabalho, saúde e lazer; e concepção. Já como critérios que exprimem a concepção subjetiva são: acontecimentos que interferem no estilo de vida relacionados com a realidade familiar, ambiental e social, por exemplo: podemos citar a sensação de bem-estar pessoal, controle da ansiedade, a alimentação equilibrada, a atividade física de forma habitual, a prevenção com a saúde e o cultivo de relacionamentos interpessoais também (ALMEIDA; GUTIERREZ; MARQUES, 2012).

De acordo com a Organização Mundial da Saúde, qualidade de vida é “a percepção do indivíduo de sua inserção na vida, no contexto da cultura e sistemas de valores nos quais ele vive e em relação aos seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações”. Mas em conformidade com o objetivo do estudo os conceitos podem diferir, portanto não existe um consenso sobre sua definição. É relacionada a percepção do indivíduo sobre si mesmo, mas sofre influência da cultura em que está inserido, valores morais e éticos, bem como suas propostas de vida e suas realizações, além do bem estar físico. Alguns estudos consideram marcadores de qualidade de vida: a escolaridade, ausência dos sintomas das doenças, condições de moradia unicamente como indicadores de qualidade de vida sem investigar o impacto disso para as pessoas envolvidas, não devemos ignorar a subjetividade individual (PEREIRA; TEIXEIRA; SANTOS, 2012).

Está relacionada a percepção do indivíduo sobre sua posição na vida, no contexto da cultura e sistema de valores nos quais ele vive e em relação aos seus objetivos, expectativas,

XXII ENCONTRO de PESQUISADORES

INTERDISCIPLINARIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

padrões e preocupações (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 1995). Foram desenvolvidos vários instrumentos para mensurar a qualidade de vida, divididos em esferas: físicas, avaliando dor, fadiga, capacidades e limitações; psicológicas, avaliando percepções da imagem corporal e saúde, distúrbios do humor e ansiedade, além da autovalorização; relacionamentos sociais, como interpessoais, familiares e apoio social; grau de independência, como AVDs (atividades de vida diária) ;e consciência sobre o bem estar físico, emocional, mental e de vivacidade (RÔLA; SILVA; NICOLA, 2018).

A OMS criou um Grupo de Qualidade de Vida (Grupo WHOQOL) (FLECK et al, 1999), com o objetivo de desenvolver instrumentos capazes de avaliar qualidade de vida abrangente, que pudesse ser adotado em diversas culturas. Foi criado um instrumento com 100 questões, divididas nos domínios e facetas do Quadro 1 a seguir.

Quadro1 – Domínios e facetas do WHOQOL

Domínio I – domínio físico
1. dor e desconforto
2. energia e fadiga
3. sono e repouso
Domínio II – domínio psicológico
4. sentimentos positivos
5. pensar, aprender, memória e concentração
6. auto-estima
7. imagem corporal e aparência
8. sentimentos negativos
Domínio III - nível de independência
9. mobilidade
10. atividades da vida cotidiana
11. dependência de medicação ou de tratamentos
12. capacidade de trabalho
Domínio IV - relações sociais
13. relações pessoais
14. suporte (apoio) social
15. atividade sexual
Domínio V - meio ambiente
16. segurança física e proteção
17. ambiente no lar
18. recursos financeiros
19. cuidados de saúde e sociais: disponibilidade e qualidade
20. oportunidades de adquirir novas informações e habilidades
21. participação em, e oportunidades de recreação/lazer
22. ambiente físico: (poluição/ruído/trânsito/clima)
23. transporte
Domínio VI - aspectos espirituais/religião/ crenças pessoais
24. espiritualidade/religiosidade/crenças pessoais

Fonte: FLECK et al, 1999.

Mas houve a necessidade de criação de um instrumento mais curto e de mais rápida aplicação WHOQOL- bref, cujos domínios e facetas são apresentados no Quadro 2, a seguir.

XXII ENCONTRO de PESQUISADORES

INTERDISCIPLINARIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Quadro 2 – Domínios e facetas do WHOQOL

Domínio I – domínio físico

1. dor e desconforto
2. energia e fadiga
3. sono e repouso
10. atividades da vida cotidiana
11. dependência de medicação ou de tratamentos
12. capacidade de trabalho

Domínio II – domínio psicológico

4. sentimentos positivos
5. pensar, aprender, memória e concentração
6. auto-estima
7. imagem corporal e aparência
8. sentimentos negativos
24. espiritualidade/religiosidade/crenças pessoais

Domínio III - relações sociais

13. relações pessoais
14. suporte (apoio) social
15. atividade sexual

Domínio IV - meio ambiente

16. segurança física e proteção
17. ambiente no lar
18. recursos financeiros
19. cuidados de saúde e sociais: disponibilidade e qualidade
20. oportunidades de adquirir novas informações e habilidades
21. participação em, e oportunidades de recreação/lazer
22. ambiente físico: (poluição/ruído/trânsito/clima)
23. transporte

Fonte: FLECK et al, 2000.

O instrumento foi avaliado em pacientes (FLECK et al, 2000) de especialidades variadas, ambulatoriais e internados, verificando-se que as características psicométricas foram satisfatórias em relação a consistência interna, validade dos discriminantes e de critério, e fidedignidade teste-reteste (FLECK et al, 2000).

Apesar de ser um instrumento muito extenso, foram criadas outras ferramentas utilizadas para avaliar a qualidade de vida relacionada à saúde (QVRS). Como Short-Form Health Survey de 36 itens (SF-36) e sua versão mais curta, o SF-12. SF12 mesmo sendo internacionalmente reconhecido e amplamente utilizado na avaliação da QVRS em inquéritos populacionais, em alguns estudos não foram identificadas nenhuma característica na sua performance psicométrica do SF-12v2, no público brasileiro. A seguir está o SF32.

XXII ENCONTRO de PESQUISADORES

INTERDISCIPLINARIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Quadro 3 - SF32

1 Em geral, você diria que sua saúde é:

1	2	3	4	5
Excelente	Muito Boa	Boa	Ruim	Muito Ruim

2 Os seguintes itens são sobre atividades que você poderia fazer atualmente durante um dia comum. Devido à sua saúde, você tem dificuldade para fazer essas atividades? Neste caso, quanto?

ATIVIDADES	Sim. Dificulta muito.	Sim. Dificulta um pouco.	Não. Não dificulta de modo algum.
a. Atividades moderadas, tais como mover uma mesa, passar aspirador de pó, jogar bola, varrer a casa.	1	2	3
b. Subir vários lances de escada.	1	2	3

3 Durante as últimas 4 semanas, quanto do tempo você teve algum dos seguintes problemas com seu trabalho ou com alguma atividade diária regular, como consequência de sua saúde física?

	Todo o tempo	A maior parte do tempo	Alguma parte do tempo	Uma pequena parte do tempo	Nenhuma parte do tempo
a. Realizou menos tarefas do que você gostaria?	1	2	3	4	5
b. Esteve limitado no seu tipo de trabalho ou outras atividades?	1	2	3	4	5

4 Durante as últimas 4 semanas, quanto do tempo você teve algum dos seguintes problemas com seu trabalho ou outra atividade regular diária, como consequência de algum problema emocional (por exemplo, sentir-se deprimido ou ansioso)?

	Todo o tempo	A maior parte do tempo	Alguma parte do tempo	Uma pequena parte do tempo	Nenhuma parte do tempo
Realizou menos tarefas do que você gostaria?	1	2	3	4	5
Não trabalhou ou não fez qualquer das atividades com tanto cuidado como geralmente faz?	1	2	3	4	5

5 Durante as últimas 4 semanas, quanto a dor interferiu com seu trabalho normal (incluindo tanto o trabalho, fora de casa e dentro de casa)?

De maneira alguma	Um pouco	Moderadamente	Bastante	Extremamente
1	2	3	4	5

6 Estas questões são sobre como você se sente e como tudo tem acontecido com você durante as últimas 4 semanas. Para cada questão, por favor, dê uma resposta que mais se aproxime da maneira como você se sente. Em relação às últimas 4 semanas:

	Todo o tempo	A maior parte do tempo	Alguma parte do tempo	Uma pequena parte do tempo	Nenhuma parte do tempo
a. Quanto tempo você tem se sentido calmo ou tranquilo?	1	2	3	4	5
b. Quanto tempo você tem se sentido com muita energia?	1	2	3	4	5
c. Quanto tempo você tem se sentido desanimado e	1	2	3	4	5

XXII ENCONTRO de PESQUISADORES

INTERDISCIPLINARIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

	Todo o tempo	A maior parte do tempo	Alguma parte do tempo	Uma pequena parte do tempo	Nenhuma parte do tempo
abatido?					
7 Durante as últimas 4 semanas, quanto do seu tempo a sua saúde física ou problemas emocionais interferiram com suas atividades sociais (como visitar amigos, parentes, etc.)?					
	Todo o tempo	A maior parte do tempo	Alguma parte do tempo	Uma pequena parte do tempo	Nenhuma parte do tempo
	1	2	3	4	5

Fonte: DAMÁSIO; ANDRADE; KOLLER, 2015.

Mas tanto SF12 como SF36 são usados para avaliar qualidade de vida relacionada a saúde (NORONHA et al, 2016) (CICONELLI et al, 1999).

Portanto, para avaliação de qualidade de vida, há necessidade de se determinar o contexto em que está sendo realizada a pesquisa, para se optar pelo método que mais se relaciona ao objetivo proposto.

6 Considerações finais

A educação de nível superior influencia diretamente o processo de desenvolvimento econômico, cultural e social dos países e, principalmente, das regiões. Portanto está diretamente relacionada ao desenvolvimento e principalmente ao desenvolvimento regional.

O corpo docente das IESs é um dos alicerces para a educação de nível superior. Sendo indivíduos suscetíveis a influências de vicissitudes externas tanto pessoal, profissional e ambiental. Na ocorrência da pandemia, foram impactados e podendo causar repercussões nas suas funções laborais.

A revisão de literatura mostrou que existem instrumentos de avaliação de qualidade de vida já validados por pesquisadores da área, e que podem ser aplicados aos docentes de ensino superior para identificar de que forma e como estes foram influenciados pela pandemia.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Mariane Rodrigues Volz de; KOCOUREK, Sheila; OLIVEIRA, Jairo Luz de; RODRIGUES, Adriano Correia. Desenvolvimento Regional e a Contribuição Universitária: uma análise das publicações nacionais e internacionais de 2008 a 2016. *Interações*, vol.21, n.2, Campo Grande abr./jun., 2020, Epub July 06, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-70122020000200305&lang=pt. Acesso em: 09 mar. 2021.
- ALMEIDA, Marcos Antonio Bettine de; GUTIERREZ, Gustavo Luis; MARQUES, Renato. *Qualidade de vida: definição, conceitos e interfaces com outras áreas, de pesquisa: prefácio do professor Luiz Gonzaga Godoi Trigo*. São Paulo: Escola de Artes, Ciências e Humanidades. EACH/USP, 2012. 142 p. Disponível em: http://each.uspnet.usp.br/edicoes-each/qualidade_vida.pdf. Acesso em: 09 mar. 2021.
- BALLESTA, José Antonio Camacho; ROSALES, Bladimir José de la Hoz; TORRES, Ignacio Tamayo. Empreendedorismo e Desenvolvimento Humano: uma análise internacional. *Revista Brasileira de Gestão de Negócios*. São Paulo, v.22, n.4, p.781-798, out./dez. 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/rbgn/v22n4/pt_1983-0807-rbgn-22-04-781.pdf. Acesso em: 08 mar. 2021.

XXII ENCONTRO de PESQUISADORES

INTERDISCIPLINARIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

CAMAÇARO, Pedro Rafael. Abordagem conceitual da qualidade de vida no trabalho. *Contributions to the Social Sciences*, março de 2010. Disponível em: <https://bit.ly/2AOITw2>. Acesso em: 09 mar. 2021.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Instituições de ensino superior e o desenvolvimento regional: potencialidades e desafios/ relator Vitor Lippi; consultores legislativos Renato Gilioli. et al.; Renato Gilioli (coordenador).* – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2018. (Série estudos estratégicos; n. 9 PDF. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/altosestudios/pdf/instituicoes_ensino_superior_desenvolvimento%20-1.pdf. Acesso em: 08 mar. 2021.

CARIO, Silvio A. F; LEMOS, Daniela C; BITTENCOURT, Pablo F. Sistema Regional de Inovação e Desenvolvimento. *Blucher Engineering Proceedings*. vol. 3 n. 4, dezembro 2016. 1º Encontro da Nacional de Economia Industrial e Inovação. Disponível em: <https://www.proceedings.blucher.com.br/article-details/25348>. Acesso em: 09 mar. 2021.

CASTRO, Rosana. Necropolítica e a corrida tecnológica: notas sobre ensaios clínicos com vacinas contra o coronavírus no Brasil. *Horiz. Antropol.* Porto Alegre, ano 27, n. 59, p. 71-90, jan./abr. 2021.

CICONELLI, Rozana Mesquita; FERRAZ, Marcos Bosi; SANTOS, Wilton; MEINÃO, Ivone; QUARESMA, Marina Rodrigues. Tradução para a língua portuguesa e validação do questionário genérico de avaliação de qualidade de vida SF-36 (Brasil SF-36). *Revista brasileira de reumatologia*. Vol. 39, n.3, p.143-50, maio-jun. 1999. Disponível em: https://www.ufjf.br/renato_nunes/files/2014/03/Valida%C3%A7%C3%A3o-do-Question%C3%A1rio-de-qualidade-de-Vida-SF-36.pdf. Acesso em: 09 mar. 2021.

DAMÁSIO, Bruno Figueiredo; ANDRADE, Thiago Francisco; KOLLER, Sílvia Helena. *Psychometric Properties of the Brazilian 12-Item Short-Form Health Survey Version 2 (SF-12v2)*. *Paidéia*. vol.25, n.60, Ribeirão Preto, Jan./Apr., 2015. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-863X2015000100029&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 09 mar. 2021.

ETZKOWITZ, Henry; ZHOU, Chunyan. Hélice Tríplice: inovação e empreendedorismo universidade-indústria-governo. *Estudos avançados*. Vol. 31, n. 90. São Paulo, mai./ago., 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142017000200023&lang=pt. Acesso em: 08 mar. 2021.

FLECK, Marcelo Pio de Almeida; LEAL, Ondina Fachel; LOUZADA, Sérgio; XAVIER, Marta; CHACHAMOVICH, Eduardo; VIEIRA, Guilherme; SANTOS, Lyssandra dos; PINZON, Vanessa. Desenvolvimento da versão em português do instrumento de avaliação de qualidade de vida da OMS (WHOQOL-100). *Revista Brasileira de Psiquiatria*. Vol. 21, n.1, São Paulo Jan./mar., 1999. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-44461999000100006. Acesso em: 09 mar. 2021.

_____. O instrumento de avaliação de qualidade de vida da Organização Mundial da Saúde (WHOQOL-100): características e perspectivas. *Ciência e saúde coletiva*. vol.5, n.1, p. 33-38, 2000. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232000000100004&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 09 mar. 2021.

_____. Aplicação da versão em português do instrumento abreviado de avaliação da qualidade de vida "WHOQOL-bref". *Revista de Saúde Pública*. vol.34, n.2, São Paulo, abr. 2000. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89102000000200012. Acesso em: 09 mar. 2021.

GOMES, Mariana Cristina da Silva. UNIVER (CIDADE) S: *O estudo da relação das instituições de ensino superior com a cidade de Presidente Prudente/SP*. Presidente Prudente, 2019, 148 p.

XXII ENCONTRO de PESQUISADORES

INTERDISCIPLINARIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, Orientador: Márcio José Catelan. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/181369>. Acesso em: 08 mar. 2021.

GUSSO, Hélder Lima; ARCHER, Aline Battisti; LUIZ, Fernanda Bordignon; SAHÃO, Fernanda Torres; LUCA, Gabriel Gomes de; HENKLAIN, Marcelo Henrique Oliveira; PANOSSO, Mariana Gomide; KIENEN, Nádia; BELTRAMELO, Otávio; GONÇALVES, Valquiria Maria. Ensino Superior em Tempos de Pandemia: diretrizes à gestão universitária. *Educação Social*, Campinas, v. 41, e238957, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/es/v41/1678-4626-es-41-e238957.pdf>. Acesso em: 08 mar. 2021.

KHATIB, Ahmed Sameer El. *Videoconferencing Classes: A solution to the social distance caused by COVID-19 or a big problem?* Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado. *Scientific Electronic Library Online*, 2020. Disponível em: <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/787/1207>. Acesso em: 08 mar. 2021.

MARQUES, Rita de Cassia; SILVEIRA, Anny Jackeline Torres; PIMENTA, Denise Nacif. A Pandemia de Covid-19: interseções e desafios para a história da saúde e do tempo presente. *FIOCRUZ*, 2020. Coleção História Do Tempo Presente, Vol. III. Disponível em: https://portal.fiocruz.br/sites/portal.fiocruz.br/files/documentos/a-pandemia-de-covid-19_intersecoes-e-desafios-para-a-historia-da-saude-e-do-tempo-presente.pdf. Acesso em: 08 mar. 2021.

MORETTO, Clenir Maria; FIOREZE, Cristina. Responsabilidade Social e Perspectiva Democrática: refletindo a partir do enquadramento teórico do desenvolvimento humano. *Avaliação*, Campinas, 2019, vol.24, n.1, p.108-126. Epub. abr. 25, 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-40772019000100108&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 08 mar. 2021.

MOURÃO, Rafael Pacheco; VERIANO, Carlos Evangelista. O pensamento de Celso Furtado e a construção de um projeto nacional. *Cadernos de História*, Belo Horizonte, v.12, n. 16, p. 86-109, 1º sem. 2011. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/cadernoshistoria/article/view/P.2237-8871.2011v12n16p86>. Acesso em: 08 mar. 2021.

NORONHA, Daniele Durães; MARTINS, Andréa Maria Eleutério de Barros Lima; DIAS, Diego dos Santos; SILVEIRA, Marise Fagundes; PAULA, Alfredo Maurício Batista de; HAIKAL, Desirée Sant Ana. Qualidade de vida relacionada à saúde entre adultos e fatores associados: um estudo de base populacional. *Ciência e saúde coletiva*, vol.21, n.2, p.463-474, 2016. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232016000200463&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 09 mar. 2021.

OLIVEIRA, Adriana Cristina de; LUCAS, Thabata Coaglio; IQUIAPAZA; Robert Aldo. O que a pandemia da Covid-19 tem nos ensinado sobre adoção de medidas de precaução? *Texto e Contexto Enfermagem*, 2020. Vol. 29. Florianópolis, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-265X-TCE-2020-0106>. Acesso em: 08 mar. 2021.

PEREIRA, Ana Carolina Lemos; SOUZA, Heloisa Aparecida; LUCCA; Sergio Roberto de; IGUTI, Aparecida Mari. Fatores de Riscos Psicossociais no Trabalho: limitações para uma abordagem integral da saúde mental relacionada ao trabalho. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, Vol. 45, n. 18, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbso/v45/2317-6369-rbso-45-e18.pdf>. Acesso em: 09 mar. 2021.

PEREIRA, Érico Felden; TEIXEIRA, Clarissa Stefani; SANTOS, Anderlei dos. Qualidade de vida: abordagens, conceitos e avaliação. *Revista brasileira de Educação Física e Esporte*, São Paulo, v.26,

XXII ENCONTRO de PESQUISADORES

INTERDISCIPLINARIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

n.2, p.241-50, abr./jun. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbefe/v26n2/07.pdf>. Acesso em: 09 mar. 2021.

PIFFERO, Eliane de Lourdes Fontana; COELHO, Caroline Pugliero; SOARES, Renata Godinho; ROEHR, Rafael. Metodologias Ativas e o Ensino Remoto de Biologia: uso de recursos online para aulas síncronas e assíncronas. *Research, Society and Development*, v. 9, n. 10, 2020. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/download/8465/7374>. Acesso em: 08 mar. 2021.

RÔLA, Camilla Virginia Siqueira; SILVA, Susanne Pinheiro Costa e; NICOLA, Patrícia Avello. Instrumentos de avaliação da Qualidade de Vida de pessoas jovens e idosas: um estudo de Revisão Sistemática. *Revista Multidisciplinar e de Psicologia*. Vol. 12, n. 42, p.111-120, 2018. Disponível em: <https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/1300/1892>. Acesso em: 09 mar. 2021.

ROLIM, Cássio; SERRA, Maurício. Instituições de Ensino Superior e Desenvolvimento Regional: o caso da região norte do Paraná. *Revista de Economia*, v. 35, n. 3 (ano 33), p. 87-102, set./dez. 2009. Editora UFPR. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/economia/article/view/16710>. Acesso em: 08 mar. 2021.

ROSAR, Maria de Fatima Felix. O Reduccionismo da Perspectiva de Desenvolvimento Humano Como Efeito da Liquefação das Necessidades Humanas no Mercado Capitalista. *Revista Trabalho Necessário*, 18(35), p. 61-78, 2020. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/40492>. Acesso em: 08 mar. 2021.

SANTOS, Vanessa Prado dos. O desafio da pandemia da COVID-19: o que podemos aprender com a história? *J Vasc. Bras.* 2021; 20:e20200209. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/jvb/a/nVYtC3TRh5BNrpmzXHFCTZw/?lang=pt>. Acesso em: 18 out. 2021.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. Tradução: Laura Teixeira Motta; revisão técnica Ricardo Doninelli Mendes. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SOUZA, Katia Reis de; SANTOS, Gideon Borges dos; RODRIGUES, Andréa Maria dos Santos; FELIX, Eliana Guimarães; GOMES, Luciana; ROCHA, Guilhermina Luiza da; CONCEIÇÃO, Rosilene do Carmo Macedo; ROCHA, Fábio Silva da; PEIXOTO, Rosaldo Bezerra. Trabalho remoto, saúde docente e greve virtual em cenário de pandemia. *Trabalho, Educação e Saúde*, v. 19, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/tes/v19/0102-6909-tes-19-e00309141.pdf>. Acesso em: 08 mar. 2021.

VELASCO JÚNIOR, Paulo Afonso; NEVES, Tomás Loïck Tadeu Tavares Ferreira. O Desenvolvimento Humano e Sustentável na Ótica do PNUD: desafios para a prática do ideal. *Revista Conjuntura Austral*. Porto Alegre, v.10, n.49, p.96-112, jan./mar. 2019. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/332361657_O_desenvolvimento_humano_e_sustentavel_na_otica_do_PNUD_desafios_para_a_pratica_do_ideal. Acesso em: 08 mar. 2021.

**RELACIONAMENTO HOMOAFETIVO, CIDADANIA, IGUALDADE, DESENVOLVIMENTO HUMANO
E SOCIAL**

**HOMOAFFECTIVE RELATIONSHIP, CITIZENSHIP, EQUALITY, HUMAN AND SOCIAL
DEVELOPMENT**

Desenvolvimento Social e Políticas Públicas: Direito, Trabalho e Serviço Social

MOREIRA, Fernando Mazzotta
UNI-FACEF (Centro Universitário Municipal de Franca)
Mestrando em Desenvolvimento Regional pela UNI-FACEF
mazzotta@gmail.com

BORGES, Donaldo de Assis
Docente do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, Mestrado em Desenvolvimento Regional, do
Centro Universitário Municipal de Franca – Uni-FACEF
donaldo.borges@gmail.com

Resumo

O presente estudo visa organizar e descrever informações originadas de produções acadêmico-científicas acerca de relacionamentos homoafetivos, sua origem e evolução, cidadania e dignidade humana e, ainda, desenvolvimento humano e social. O respeito a diversidade sexual, a qualidade de cidadão, o pertencimento, o respeito à dignidade e suas interações com o desenvolvimento humano e social são fatores atinentes ao respeito e preservação da dignidade humana, justificando-se seu estudo, razão pela qual é imprescindível resguardar a proteção e o respeito a orientação sexual. O tratamento desigual que suprime a liberdade sexual, afronta princípios fundamentais do Estado Constitucional brasileiro. O respeito aos direitos da homoafetividade são fundamentais e necessitam ser assegurados, posto que são abarcados pelos princípios da dignidade da pessoa humana, da liberdade e da igualdade. A sociedade atual, muitas vezes, não se demonstra apta a lidar com as diferenças e acaba por abafar e até mesmo suprimir os direitos de seus concidadãos. Casais e pares formados por pessoas do mesmo sexo se deparam em muitas ocasiões, com condutas preconceituosas e superar estas atitudes, passando a respeitar as diferenças demonstram avanços em termos de desenvolvimento social. O presente estudo tem, ainda, por objetivo fornecer subsídios para uma pesquisa ulterior que pretende verificar as condições reais de vida de pessoas unidas por laços de afetividade, diante da problemática acerca de sua exclusão social. Ao final, conclui-se sobre a importância do respeito às diferenças e garantias de cidadania, preservando a dignidade humana.

Palavras-chave: Homoafetividade, Cidadania, Desenvolvimento.

Abstract

This study aims to organize and describe information originating from academic-scientific productions about homo-affective relationships, their origin and evolution, citizenship and human dignity, and also human and social development. Respect for sexual diversity, quality as citizen, belonging, respect for dignity and its interactions with human and social development are factors related to respect and preservation of human dignity, justifying their study, which is why it is essential protection and respect for sexual orientation. The unequal treatment that suppresses sexual freedom violates fundamental principles of the Brazilian Constitutional State. Respect for homo-affective rights are fundamental and need to be ensured, as they are encompassed by the principles of human dignity, freedom and equality. The current society, many times, is not able to deal with differences and ends up stifling and even suppressing the rights of its fellow citizens. Couples and peers formed by people of the same

sex are faced on many occasions with prejudiced behavior and overcoming these attitudes, starting to respect differences demonstrate advances in terms of social development. The present study also aims to provide subsidies for further research that intends to verify the real life conditions of people united by bonds of affection, in view of the problem surrounding their social exclusion. At end, it concludes on the importance of respecting differences and guarantees of citizenship, preserving human dignity.

Keywords: Homo-affectivity, Citizenship, Development.

1 INTRODUÇÃO

As discussões polêmicas que envolvem o tema, decorrem, sobretudo, de crenças e pensamentos preconceituosos que são incapazes de conceber o respeito às diferenças. O direito à cidadania transcende questões que atendam unicamente os direitos da maioria, o denominado senso comum. Evidentemente, existe a necessidade de respeitar-se a opinião divergente, o pensamento e principalmente o sentimento alheio.

O ordenamento jurídico brasileiro preceitua o respeito às diferenças, tem o intuito de proteger minorias, garantindo-se a proporcionalidade de representação.

É sabido que culturalmente, sobretudo por pensamentos conservadores, que existe um modelo padrão de família, denominada família nuclear. Contudo, diante de transformações sócio-culturais, novos modelos de família estão surgindo, e estas enfrentam dificuldades na garantia de direitos, tendo em vista que as políticas sociais são focalizadas e, ainda têm como público alvo o modelo vigente da família tradicional.

Observa-se que houve, sem sombra de dúvidas, uma evolução no contexto histórico social, marcando o surgimento de novos direitos, sobretudo relativos a homoafetividade.

A questão é de uma gigantesca complexidade, pois está intimamente ligada aos princípios da dignidade humana, da liberdade e da igualdade de direitos, trazendo avanços culturais e sociais significativos, que não passam despercebidos.

Estes avanços sócio-culturais transcendem o mundo meramente jurídico, traduzindo-se em inegável avanço no campo do desenvolvimento social, apoiando-se no princípio da dignidade humana, posto que se trata de um marco na luta por direitos de liberdade e também de igualdade.

Aos poderes estatais faz-se necessária a atualização e adequação, concomitantes à evolução social, e, por tal fato, as famílias contemporâneas também devem estar protegidas pelas políticas públicas implantadas neste território.

Haveria enorme discrepância ao se assegurar políticas públicas apenas à entidade familiar nuclear – denominado modelo tradicional de família, haja vista ser utópica a adoção, consideração e proteção pública de apenas um único seguimento isolado, posto ser inegável o surgimento de novas configurações familiares.

Faz-se, portanto, primordial compreender quais são as demandas e a dinâmica social vividas por estas famílias contemporâneas, sendo premente a necessidade do Estado programar estratégias de atendimento a essas novas instituições.

Os direitos que estão sendo conquistados por homossexuais decorrem da luta por uma sociedade mais justa e igualitária, ainda que haja muita resistência advinda do preconceito.

A liberdade sexual é um direito, também, alicerçado na Declaração Universal dos Direitos Humanos e que tem como seu objetivo dar as pessoas a garantia de não perecerem nas mãos de governos totalitários e arbitrários.

Quanto a metodologia científica empregada, no tocante aos objetivos, classifica-se como pesquisa descritiva, com procedimentos de coleta de informações, partindo-se de bibliografia selecionada acerca da temática, visando consolidar conhecimentos, além de fontes documentais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico da presente pesquisa foi estruturado em três tópicos, a saber: RELACIONAMENTO HOMOAfetivo - Origem e Evolução; CIDADANIA E DIGNIDADE HUMANA; DESENVOLVIMENTO SOCIAL E RESPEITO A LIBERDADE SEXUAL.

2.1 RELACIONAMENTO HOMOAfetivo - Origem e Evolução

As relações afetivas e sexuais entre pessoas do mesmo sexo remonta a própria história da humanidade. Desde o início da história humana existiam relações entre pessoas do mesmo sexo.

No tocante a origem da homossexualidade, existem diversas correntes que sustentam que esta seria definida por uma conjugação de fatores genéticos, biológicos, psicológicos e sociais (fatores biopsicossociais).

Poderia apontar-se como uma crítica a estas correntes é que não mencionam, efetivamente, quais seriam os fatores.

Segundo Vecchiatti, há influência da genética na formação da sexualidade, tendo em vista que há maior incidência de homossexuais entre gêmeos univitelinos do que entre irmãos, sendo esses gêmeos bivitelinos ou não gêmeos (2008, p. 79).

Ainda, segundo o autor, no aspecto cultural e social, se a definição sexual dependesse apenas de fatores externos, certamente não teríamos homossexuais, posto que a sociedade atual majoritariamente impõe a heterossexualidade como norma, apontando essa como a correta e aceitável. (VECCHIATTI, 2008, p. 101-102).

Vecchiatti, ainda aponta:

Com efeito, nenhuma pessoa escolhe ser homo, hétero ou bissexual: as pessoas simplesmente se descobrem de uma forma ou de outra. Não há “escolha”, mesmo porque, se opção houvesse, certamente as pessoas optariam pela orientação sexual mais fácil de ser vivida, qual seja aquela que não sofre com o preconceito social: a heterossexual. Em suma: sexualidade não se escolhe, se descobre. (2008, p. 106).

Ainda que não se tenha conhecimento da origem da homossexualidade, seja ela genética, biológica ou social, o fato é que não se trata de uma simples opção, haja vista que, não há quem faça escolha pela orientação sexual que levaria a um fator de discriminação. Ademais, a busca pela origem da homossexualidade nada mais seria que um inconformismo ou preconceito, pois ninguém se preocupa em investigar a origem da heterossexualidade.

Do ponto de vista das relações humanas a homossexualidade pode ser tanto masculina como feminina.

Historicamente a homossexualidade masculina era conhecida como sodomia ou uranismo. Sodomia vem de Sodoma (cidade bíblica da planície do Rio Jordão, nas proximidades do mar morto). Em decorrência dos pecados cometidos por seus habitantes, especialmente a pederastia, surgiu o termo sodomita (ARBENS, 1987, p.419).

Com relação à homossexualidade feminina, esta era chamado de safismo, derivado do nome da poetisa grega Sapho, nascida em Lesbos (ilha do Mar Egeu), nome que deu origem a palavra lésbica ou ao termo lesbianismo, em razão da suposta vida irregular da poetisa (ARBENS, 1987, p.419).

Em algumas sociedades, a homossexualidade fazia parte dos próprios costumes locais. Podem-se destacar dentre as sociedades que aceitavam a homossexualidade, principalmente a masculino, os romanos, os egípcios, os gregos e os assírios. Contudo, as relações homoaletivas tomaram maior proporção entre os gregos, posto que intimamente relacionada à carreira militar (acreditavam que o esperma transmitiria o heroísmo e a nobreza dos grandes guerreiros) e, também, religiosa, atribuindo, ainda à homossexualidade fatores como a intelectualidade, ética comportamental e estética corporal. Considerado, ainda, por alguns, na mais nobre que o relacionamento heterossexual (DIAS, 2009, p.25-26).

Na Grécia, era comum que se formassem casais constituídos por um homem adulto e um adolescente, normalmente com a anuência dos próprios pais do menor. Contudo, ao adulto era

vedado aproveitar-se do corpo do amante como um objeto sexual, existia o dever de contribuir em sua formação cultural e moral.

A relação homossexual não contrariava a vida familiar. Havia a ideia de sexualidade e satisfação sexual. Assim o homem poderia ter desejos sexuais ou afetivos tanto por outro homem como por uma mulher. As relações bissexuais faziam parte do contexto social e a heterossexualidade era reservada à procriação, muitas vezes concebida de modo inferior. (DIAS, 2009, p. 35).

Com o passar dos anos, em grande parte, em decorrência de questões religiosas a sociedade passou a não mais aceitar a homossexualidade, tomando-a de maneira abominável.

No meio religioso acredita-se que se Deus quisesse a existência de apenas seres de um único sexo, assim o teria feito.

Historicamente, por influência predominantemente religiosa, muitos líderes e chefes de Estado, atribuem a homossexualidade como causa de muitas doenças, como, por exemplo nos anos de 1348 a 1350, em que atribuíram a Peste Negra como resultado de condutas sexuais imorais (VECCHIATTI, 2008, p.52).

De acordo com Foucault (1988), na era moderna, a partir do desenvolvimento do capitalismo, passou-se a reprimir a sexualidade, utilizando-se de uma série de instrumentos (psicologia, psiquiatria, pedagogia, direito e religiões cristãs), banindo-se a sexualidade das vidas privadas.

Ainda segundo Foucault, (1988, p.9-10):

A sexualidade é, então, cuidadosamente encerrada. Muda-se para dentro de casa. A família conjugal a confisca. E absorve-a, inteiramente, na seriedade da função de reproduzir. Em torno do sexo, se cala. O casal, legítimo e procriador, dita a lei. Impõe-se como modelo, faz-se reinar a norma, detém a verdade, guarda o direito de falar, reservando-se o princípio do segredo. No espaço social, como no coração de cada moradia, um único lugar de sexualidade reconhecida, mas utilitário e fecundo: o quarto dos pais. Ao que sobra só resta encobrir-se; o decoro das atitudes esconde os corpos, a decência das palavras limpa os discursos. E se o estéril insiste, e se mostra demasiadamente, vira anormal: receberá este status e deverá pagar as sanções.

Recentemente, nos anos 80, a proliferação de contágio por HIV foi novamente atribuído aos homossexuais, em razão de suas condutas tidas por imorais, que culminaram em grandes movimentos em defesa de minorias sexuais, na época em que surgiu os denominados movimentos LGBT.

Estes movimentos sexuais pela luta de direitos, resultaram na busca por aceitação, também no Brasil, em que passou-se a empregar os vocábulos homossexualidade e homoafetividade, inseridos no contexto acadêmico e social.

Diante da evolução social, a empatia e o desenvolvimento humano permitiu uma maior aceitação, ainda em que persista o grande preconceito.

De acordo com Maria Berenice Dias:

Não é crime nem pecado, não é uma doença nem um vício. Também não é um mal contagioso, nada justificando a dificuldade que as pessoas têm de conviver com lésbicas, gays, bissexuais, travestis e intersexuais, identificados pela sigla LGBTI. É simplesmente, nada mais, nada menos, outra forma de viver, diferente do padrão majoritário. Mas nem tudo o que é diferente merece ser discriminado. Muito menos ser alvo de exclusão social. A origem da homossexualidade não se conhece. Aliás, nem interessa, pois, quando se buscam causas, parece que se está atrás de um remédio, de um tratamento para encontrar cura para algum mal. (2016, p.270).

O próprio termo homoafetividade foi por ela cunhado (DIAS, 2008, p. 77), com a finalidade de evitar uma conotação pejorativa relativa às relações afetivas entre pessoas do mesmo sexo, estabelecendo que as uniões entre pares iguais são alicerçadas na afetividade.

O neologismo passou a ser adotado não só por juristas, mas, também, foi reproduzido em várias outras áreas, passando a fazer parte, inclusive, de dicionários.

A partir deste novo substantivo foi possível estabelecer um nome mais adequado a fim de definir as relações estabelecidas por pessoas do mesmo sexo.

2.2 CIDADANIA E DIGNIDADE HUMANA

Cidadania do grego *civitas*, referia-se aos moradores da cidade-estado. Neste contexto, ser cidadão refere-se ao morador que faz parte da organização política e social local e, que é participante das suas decisões.

Na Roma Antiga, o termo cidadania era comumente utilizado para indicar os direitos que uma pessoa poderia ter ou exercer

A consolidação do termo cidadania, contudo, surgiu a partir da Revolução Francesa e da Independência dos Estados Unidos da América, com o surgimento de um novo Estado em contraposição às Monarquias Absolutistas da época.

A evolução do termo cidadania, contudo, muitas vezes é apresentado de uma forma vaga e imprecisa.

Alguns o identificam com a aquisição ou perda de sua nacionalidade, para outros, no entanto, estaria relacionado aos direitos políticos, como o de votar e ser votado.

Na Constituição brasileira cidadania, relaciona-se à nacionalidade e aos direitos políticos.

Para a Ciência Política e Teoria Geral do Estado, o termo está conectado ao povo como integrante estatal.

Assim juridicamente, o termo cidadania não apresenta um estatuto próprio posto relacionar-se, intrinsecamente, a três elementos (nacionalidade, direitos políticos e povo), seria, desta forma, algo não totalmente definido.

Pode-se considerar que a cidadania está relacionada ao direito de participar como sujeito ativo dos atos sociais e participação no compartilhamento dos benefícios do desenvolvimento histórico, na participação da riqueza gerada socialmente, no respeito aos valores consagrados à dignidade humana, com igualdade e liberdade, independentemente de classe social, condição de gênero, etnia, características físicas, etc.

Cidadania também remete à participação, fazer parte dos rumos da nação.

O Estado demora em reconhecer direitos e só o faz diante da pressão popular, de seus cidadãos e cidadãs.

A cidadania, portanto, está relacionada a um determinado ordenamento jurídico, sendo específica dos membros de um Estado, de uma Nação, em que sua constituição delimita direitos e deveres.

A ideia de cidadania está vinculada a decisões políticas, não necessariamente interligada a valores individuais ou universais, entretanto, não pode ser utilizada para justificar a violações de direitos humanos fundamentais.

Desta forma, cidadania está intimamente ligada aos Direitos Humanos.

Na acepção de Marshall tem-se que a cidadania seria a capacidade atribuída a um sujeito de ter determinados direitos políticos, sociais e civis, e, desta forma, poder exercê-los no interior de um Estado-Nação.

Cidadania seria definida por seu território, nas dimensões do Estado nacional e, o cidadão seria o indivíduo que tem um vínculo jurídico com o Estado, portador de direitos e deveres fixados por determinada estrutura legal (constituição, leis, decretos, etc.). Cidadão, por sua vez, é o indivíduo vinculado a um Estado-Nação, com direitos e obrigações em um específico nível de igualdade (MARSHALL, 1967, apud COSTA e IANNI, 2018),

Ainda, segundo Marshall, cidadania estaria centrada nos acontecimentos britânicos de sua época. Definiu a cidadania moderna como “[...] um status concedido àqueles que são membros integrais de uma comunidade. Todos aqueles que possuem o status são iguais com respeito aos direitos” (MARSHALL, 1967, apud COSTA e IANNI, 2018).

Neste sentido, cidadania estaria intimamente ligada ao ideal de igualdade entre os denominados cidadãos.

E, a partir deste contexto, a evolução histórica da cidadania entrelaça-se com a evolução dos direitos humanos. Direitos sociais, políticos e civis sempre evoluem com a evolução da própria humanidade.

Devemos sempre, não apenas, garantir aos cidadãos direitos relacionados à possibilidade de sobrevivência atrelada unicamente à questão física, mas, sobretudo, garantir uma vida digna.

XXII ENCONTRO de PESQUISADORES

INTERDISCIPLINARIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Passados mais de setenta anos do surgimento da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), atualmente, poder-se-ia considerar que estamos em um período de uma internacionalização ou globalização dos direitos universalmente consagrados.

Existe uma constante evolução na identidade de propósitos do Direito Nacional e do Direito Internacional, no que concerne à proteção dos direitos humanos, que decorreu e, ainda decorre de incessantes lutas históricas, após a instrumentalização de inúmeros tratados construídos e referendados com este propósito.

Trata-se de lento e gradual processo universalização desses direitos. Direitos esses que após grande salto evolutivo de um enorme processo, transcendeu interesses exclusivos dos Estados, a fim de resguardar interesses da humanidade.

Esta nova roupagem de preservação e garantia de direitos tem a pretensão de afastar, de forma efusiva, o ultrapassado conceito de soberania estatal, que atribuía apenas aos Estados a condição de sujeitos de direito internacional, capazes de proteger e resguardar direitos fundamentais de todos os cidadãos.

Os seres humanos tornaram-se sujeitos de direito internacional, protegidos por mecanismos processuais, para garantir sua proteção globalmente.

Curiosamente, estes mecanismos de proteção surgiram apenas após as atrocidades cometidas na Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Após essas atrocidades, exigiu-se uma resposta das nações mundiais.

Neste tocante, a dignidade humana deve compreender vários aspectos da vida, necessário faz-se, além do dever de abstenção de condutas violadoras, o dever de ação, com o intuito de conquistar a efetividade da proteção.

Desta forma, ao observarmos o artigo primeiro da Declaração Universal dos Direitos Humanos, denota-se a busca por uma igualdade de direitos, atribuindo liberdade e igualdade a todos, sem qualquer distinção.

O intuito desta declaração é impedir que algum grupo de pessoas se julgue superior a outros grupos, evitando-se os males que ocorreram, na segunda guerra mundial, em que nazistas se julgavam superiores ao povo judeu, aos negros, ciganos e outras minorias.

Decorre disso, a função protetora da dignidade, como limite à atuação do Estado e dos grandes grupos sociais, protegendo, desta forma, direitos fundamentais.

Segundo Arndt (2012, p. 395):

[...] havia outra implicação que os autores da Declaração apenas aprenderam pela metade. A Declaração dos Direitos Humanos destinava-se também a ser uma proteção muito necessária numa era em que indivíduos já não estavam a salvo nos Estados em que haviam nascido, nem – embora cristãos – seguros de sua igualdade perante Deus. Em outras palavras, na nova sociedade secularizada e emancipada, os homens não estavam certos daqueles direitos sociais e humanos que, até então, independiam da ordem política, garantidos não só pelo sistema de valores, sociais, espirituais e religiosos. Assim, durante o século XIX, o consenso da opinião era de que os direitos humanos tinham de ser invocados sempre que um indivíduo precisava de proteção contra a nova soberania do Estado e a nova arbitrariedade da sociedade.

Desta forma, pode-se concluir que já a partir do pós-guerra, haveria uma grande necessidade de se invocar a proteção dos Direitos Humanos sempre que alguma minoria sofria uma violação do Estado ou da sociedade.

A esta função de “proteção pela dignidade”, seria um princípio norteador para restrição dos direitos fundamentais. (Ingo Sarlet, 2010, p. 135).

A função protetora existe para resguardar o núcleo essencial de determinado direito fundamental que, em determinados casos, deve sofrer algum tipo de restrição. A dignidade humana é o limite para o considerado núcleo intangível do direito fundamental.

Ainda sobre a necessária proteção da dignidade humana, discorre Flávia Piovesan (2018, p.31/32):

Os sistemas global e regional não são dicotômicos, mas complementares. Inspirados pelos valores e princípios da Declaração Universal, compõem o universo instrumental de proteção dos direitos humanos no plano internacional. Em face desse complexo universo de

XXII ENCONTRO de PESQUISADORES

INTERDISCIPLINARIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

instrumentos internacionais, cabe ao indivíduo que sofre violação de direito a escolha do aparato mais favorável, tendo em vista que, eventualmente, direitos idênticos são tutelados por dois ou mais instrumentos de alcance global ou regional, ou ainda, de alcance geral ou especial. Nesta ótica, os diversos sistemas de proteção de direitos humanos interagem em benefício dos indivíduos protegidos.

Denota-se a ampla e irrestrita proteção decorrente dos princípios advindos da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

A dignidade da pessoa humana é um dos princípios da Constituição brasileira e, evidentemente, é um princípio norteador do Direito Civil.

Ainda sobre a ampla necessidade de observância destes princípios norteadores da dignidade humana, destaca-se a visão de Amartya Sen (2001, p. 137): “Nem os bens primários, nem os recursos, definidos de modo abrangente, podem representar a capacidade que uma pessoa realmente desfruta.”

Desenvolver as capacidades humanas é condição para validar o senso de justiça nas sociedades democráticas.

As capacidades elementares dos seres humanos, denominadas liberdades substantivas, na busca por efetiva justiça social podem ser entendidas, dentre outras como participação política e liberdade de expressão, dentro da qual insere-se a liberdade sexual.

Muito mais do que o acesso à bens, a participação social, o respeito a livre escolha dos cidadãos, respeitando-se sua identidade, com efetivo respeito aos direitos humanos, depende do aprimoramento da democracia, garantindo-se as liberdades individuais, inclusive a liberdade sexual.

Como bem observando na obra de Amartya Sen, a concepção de desenvolvimento confere importância fundamental a liberdade individual como fator indispensável para a conquista da condição de agente aos indivíduos.

Liberdade, portanto, é fator determinante para o desenvolvimento do indivíduo e o respeito a dignidade humana é o princípio que norteia este processo.

Dignidade humana e desenvolvimento social devem estar sempre conectados e relacionados. E, assim preceitua Amartya Sen:

Os fins e os meios do desenvolvimento exigem que a perspectiva da liberdade seja colocada no centro do palco. Nessa perspectiva, as pessoas têm de ser vistas como ativamente envolvidas – dada a oportunidade – na conformação de seu próprio destino, e não apenas como beneficiárias passivas dos frutos de engenhosos programas de desenvolvimento. O Estado e a sociedade têm papéis amplos no fortalecimento e na proteção das capacidades humanas. São papéis de sustentação, e não de entrega sob encomenda (SEN, 2010, p. 77).

O desenvolvimento social e real, vai além do desenvolvimento econômico e, permite aos indivíduos o exercício de suas capacidades e potencialidades desta forma, a liberdade sexual é uma garantia resguardada pela dignidade humana.

2.3 DESENVOLVIMENTO SOCIAL E RESPEITO A LIBERDADE SEXUAL

Desenvolvimento, pode ser definido como toda ação ou efeito atinente ao processo de crescimento, evolução de um objeto, indivíduo ou situação em uma determinada condição.

O ato ou efeito de desenvolver-se resulta na ação de estar apto para o próximo passo, direção, indicação ou etapa superior a que se encontra da fase atual.

O desenvolvimento humano, na visão de Amartya Sen, remonta ao pensamento clássico, no pensamento Aristotélico, segundo o qual a plenitude do florescimento das capacidades humanas é o sentido e fim de todo desenvolvimento.

Neste sentido, desenvolvimento humano é uma ideia que segue em paralelo ao desenvolvimento econômico, em que pese o fato do primeiro ser um conceito mais amplo, posto considerar aspectos relativos à economia, além da qualidade de vida, bem-estar individual e social, além é claro da felicidade, inspirado nos ideais da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Desta forma, segundo Sen (2010, p. 10):

A expansão da liberdade é vista, por essa abordagem, como o principal fim e o principal meio do desenvolvimento. O desenvolvimento consiste na eliminação de privações de liberdade que

XXII ENCONTRO de PESQUISADORES

INTERDISCIPLINARIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

limitam as escolhas e as oportunidades das pessoas de exercer ponderadamente sua condição de agente. A eliminação de privações de liberdade substanciais, argumenta-se aqui, é *constitutiva* do desenvolvimento. [...] Os encadeamentos entre diferentes formas de liberdade são empíricos e causais, e não constitutivos e compositivos. [...] liberdades econômicas e políticas se reforçam mutuamente, em vez de serem contrárias umas às outras (como às vezes se pensa).

Desta forma, observa-se que a liberdade de escolhas e opinião é o fator principal para que efetivamente ocorra o desenvolvimento humano e social.

A melhora na condição de vida das pessoas, decorre do desenvolvimento humano, seja pelo acréscimo de bens com os quais podem satisfazer suas necessidades básicas, seja pelo respeito aos direitos humanos, por meio das opções/escolhas que estas pessoas têm de ser e/ou fazer o que deseja ser ou fazer.

Assim, o desenvolvimento humano pode ser conceituado como uma forma de medir a qualidade da vida humana, no local em que se vive, sendo uma maneira para se classificar um país ou região.

Ainda, neste sentido, desenvolvimento humano seria a forma de se adquirir capacidade de participar efetivamente na construção de uma sociedade, materialmente ou de uma forma imaterial (espiritual, afetiva, emocional, etc.).

Nesta senda, o desenvolvimento social seria uma expansão do entendimento das dimensões do desenvolvimento, ampliando o entendimento estrito relacionado ao crescimento econômico, incorporando outras acepções da dignidade humana, como o bem-estar social, abarcando os direitos sociais.

Garante-se, desta maneira, proteção social aos cidadãos, apoia-se o indivíduo, famílias e toda uma coletividade no enfrentamento de suas dificuldades, seja por meio de serviços, benefícios, programas e projetos.

O Desenvolvimento Social somente pode ser alcançado em sua plenitude, quando respeitadas as liberdades dos indivíduos, dentre elas, a liberdade sexual, que é, inclusive, um direito alicerçado na Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Os direitos das pessoas que vivem uma relação homoafetiva, que decorre de sua orientação sexual, somente podem ser vividos com plenitude se houver respeito.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Trata-se de pesquisa descritiva e bibliográfica que visa reunir conhecimentos acerca da evolução histórica das relações homoafetivos, da condição de cidadão e do desenvolvimento humano e social. Este estudo tem caráter preparatório para ulterior pesquisa que analisará as condições reais de vida de pessoas unidas por laços de afetividade, que decorre da constante evolução social.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O artigo demonstra a evolução histórica das relações homoafetivas, as barreiras impostas pela sociedade, em observância aos modelos tradicionais, desrespeitando os direitos de cidadania, o que demonstra a importância da atuação da sociedade para dirimir estas diferenças, sob a ótica da dignidade humana, superando crenças e preconceitos, em uma perspectiva de desenvolvimento social.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Historicamente, a homossexualidade era vista e até aceita com relativa normalidade, entretanto, com o passar dos anos e, sobretudo por influência das religiões cristãs, passou a ser reprimida, tratada como pecado, admitindo-se apenas a heterossexualidade como a única relação possível, tida como normal.

Em uma rápida retrospectiva, foi possível observar que a homossexualidade passou de um rito de iniciação para jovens na Grécia antiga, a uma prática sexual aceita no Império Romano.

XXII ENCONTRO de PESQUISADORES

INTERDISCIPLINARIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Atualmente, persistem grandes dificuldades na identificação das causas da homossexualidade, sendo insuficientes e frustradas as tentativas de explicar a sua origem de forma adequada, de maneira, ainda, tímida, os relacionamentos homoafetivos estão adquirindo cada vez mais visibilidade.

Diante disso, veio à tona uma realidade que, como se observou, sempre existiu. E, tratando-se de inegável realidade, não é mais possível rejeitá-la.

Desta forma, as relações homoafetivas tornaram-se fatos sociais presentes na realidade, necessitando serem observadas como direitos sociais.

As condutas sociais devem adequar-se a realidade, com respeito à cidadania, observando-se às necessidades das pessoas, independentemente de sua orientação sexual.

Os tempos atuais devem adequar-se à realidade, observando-se que não deve ser estabelecido um único e exclusivo padrão familiar.

Assegurar os direitos e obrigações às pessoas que vivenciam a realidade de relacionar-se com pessoas do mesmo sexo, é uma necessidade.

O desenvolvimento social expande-se além das fronteiras unicamente econômicas, devendo respeitar as liberdades individuais, entre as quais se encontra a liberdade sexual, garantindo-se assim, um desenvolvimento humano digno, com respeito a diversidade, em observância aos direitos de todos e não única e exclusivamente de uma denominada maioria, mas, também, respeitando-se as minorias que são deixadas à margem da sociedade, garantindo-se a estas seus direitos na cidadania.

A fim de que as pessoas sejam efetivamente livres, existe a necessidade de proporcionar condições para o exercício de suas liberdades.

O respeito à condição de cidadão inclui, necessariamente, o respeito a livre escolha de relacionamento.

O desenvolvimento social, a partir de ações e medidas complexas permite o desenvolvimento das capacidades humanas, sejam elas individuais ou coletivas, capazes de proporcionar melhores condições de vida em sociedade.

Conquistas de direitos da homoafetividade no campo social, garantem a estas pessoas a preservação de sua dignidade, garantindo-se o respeito inerente a condição de cidadãos, assegurando-se a liberdade e igualdade.

Reafirma-se, com isso, que a proteção social deve ser entendida como política que produz resultado para o desenvolvimento social, bem como para a ampliação das liberdades humanas e de suas capacidades.

REFERÊNCIAS

ARBENS, Guilherme Oswaldo. **Medicina legal e antropologia forense**. São Paulo: Atheneu, 1987.

ARENDT, Hannah. **Origens do Totalitarismo**. Tradução Roberto Raposo. – 1ª ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 07 de set. 2020.

COSTA, M.I.S.; IANNI, A.M.Z. **O conceito de cidadania**. In: Individualização, cidadania e inclusão na sociedade contemporânea: uma análise teórica [online]. São Bernardo do Campo, SP: Editora UFABC, 2018, pp. 43-73. ISBN: 978-85-68576-95-3. Disponível em:
<<https://doi.org/10.7476/9788568576953.0003>>. Acesso em 05 de set. 2021.

DIAS, Maria Berenice. **Direito à Diferença**. Revista Jurídica Areópago da Faculdade Unifaimi, Ano I (2008), Edição nº 3. Disponível

XXII ENCONTRO de PESQUISADORES

INTERDISCIPLINARIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

em: <<http://www.faimi.edu.br/v8/RevistaJuridica/Edicao3/Homoafetividade%20e%20o%20direito%20à%20diferença%20-%20berenice.pdf>>. Acesso em 07 de set. 2020.

_____. **União homoafetiva - O preconceito e a justiça**. Porto Alegre: Revista dos Tribunais, 2009.

_____. **Manual de Direito das Famílias**, 11ª. edição, revista, atualizada e ampliada, São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.

FOUCALT, Michel. **História da sexualidade: A vontade de saber**, tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J.A. Guilhon Albuquerque, Rio de Janeiro, Edições Graal, 1988.

PIOVESAN, Flávia. **Temas de Direitos Humanos**. – 11ª ed. – São Paulo: Saraiva, 2018.

SARLET, Ingo Wolfgang. **Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988**. 8. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2010.

SEN, Amartya. **A Desigualdade reexaminada**. Tradução de Ricardo Donielli Mendes. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. **Desenvolvimento como Liberdade**. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

VECCHIATTI, Paulo Roberto Iotti. **Manual da Homoafetividade**. Da possibilidade jurídica do casamento civil, da união estável e da adoção por casais homoafetivo. São Paulo: Método, 2008.

**RELATO DE EXPERIÊNCIA: ADEQUAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DOS PROJETOS DO
GRUPO PET BIBLIOTECONOMIA DURANTE A PANDEMIA**

**EXPERIENCE REPORT: ADEQUACY OF THE DEVELOPMENT OF THE PROJECTS OF THE PET
LIBRARIANSHIP GROUP DURING THE PANDEMIC**

Desenvolvimento Social e Políticas Públicas: Educação e Desenvolvimento.

FERREIRA, Fernanda de Souza
Universidade Estadual Paulista (UNESP)
Graduanda em Biblioteconomia e bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET) de
Biblioteconomia
fs.ferreira@unesp.br

MARTINS, Rúbia
Universidade Estadual Paulista (UNESP)
Docente do Departamento de Ciência da Informação (DCI) e tutora do Programa de Educação
Tutorial (PET) de Biblioteconomia
rubia.martins@unesp.br

SANTANA, Fernanda Lacerda
Universidade Estadual Paulista (UNESP)
Graduanda em Biblioteconomia
f.santana@unesp.br

GIONBELLI, Gabriela Folador
Universidade Estadual Paulista (UNESP)
Graduanda em Biblioteconomia e bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET) de
Biblioteconomia
g.gionbelli@unesp.br

COSTA, Larissa Santos da
Universidade Estadual Paulista (UNESP)
Graduanda em Biblioteconomia e bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET) de
Biblioteconomia
larissa.s.costa@unesp.br

DIAS, Samira Pessoa
Universidade Estadual Paulista (UNESP)
Graduanda em Biblioteconomia e bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET) de
Biblioteconomia
samira.p.dias@unesp.br

CASEMIRO, Silviane Ismênia Camargo
Universidade Estadual Paulista (UNESP)
Graduanda em Biblioteconomia e bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET) de
Biblioteconomia
silviane.casemiro@unesp.br

Resumo

O Programa de Educação Tutorial (PET) tem como principal objetivo complementar a formação global e acadêmica do aluno de graduação com o desenvolvimento de atividades condizentes com a tríade universitária, ensino, pesquisa e extensão. O grupo PET Biblioteconomia, introduzido na Universidade Estadual Paulista "Júlio Mesquita Filho" (UNESP), Campus Marília,

desenvolve anualmente dezenove projetos. Objetiva-se a partir do relato de experiência, apresentar as adaptações no desenvolvimento das atividades realizadas pelo grupo, devido ao isolamento social provocado pela pandemia do vírus Covid-19, para tanto é analisado os projetos: III Encontro de Vivência Profissional, PET Cultural e pesquisas individuais. Apoiando-se na pesquisa bibliográfica e documental, além da realização do estudo de caso. O trabalho justifica-se em explicar que os projetos do PET não foram interrompidos com a pandemia do vírus Covid-19 e se tornaram muito mais essenciais para que a comunidade discente do Campus Marília se tornasse mais próximas dos alunos durante as atividades remotas. A relevância do trabalho é expor as adequações realizadas para o desenvolvimento dos projetos descritos no planejamento de 2020, considerando o cenário pandêmico. Observa-se por fim uma grande mudança no desenvolvimento das atividades que eram previstas que ocorressem no formato presencial, mas com o isolamento social como medida de contenção da propagação do coronavírus foram transferidas e adaptadas para o modelo virtual através de lives nas plataformas do Google Meet e o YouTube.

Palavras-chave: PET Biblioteconomia, relato de experiência, pandemia COVID-19.

Abstract

The Tutorial Education Program (PET) has as its main objective to complement the global and academic formation of the undergraduate student with the development of activities consistent with the university triad, teaching, research and extension. The PET Librarianship group, introduced in the Universidade Estadual Paulista "Júlio Mesquita Filho" (UNESP), Marília Campus, develops nineteen projects annually. The objective of this experience report is to present the adaptations in the development of activities performed by the group, due to the social isolation caused by the pandemic of the Covid-19 virus, for such, the following projects are analyzed: III Meeting of Professional Experience, PET Cultural and individual research. It is based on bibliographic and documentary research, besides the case study. The work is justified in explaining that the PET projects were not interrupted with the Covid-19 virus pandemic and became much more essential for the student community of the Marília Campus to become closer to the students during the remote activities. The relevance of this work is to expose the adjustments made for the development of the projects described in the 2020 planning, considering the pandemic scenario. Finally, a major change is observed in the development of activities that were planned to occur in the face-to-face format, but with the social isolation as a measure to contain the spread of the coronavirus were transferred and adapted to the virtual model through lives on Google Meet and YouTube platforms.

Keywords: PET Librarianship, experience report, COVID-19 pandemic.

1. INTRODUÇÃO

O Programa de Educação Tutorial (PET) foi criado em 1979 e coordenado até 1999, pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Posteriormente o programa foi transferido para a Secretária de Educação Superior (SISU) do Ministério da Educação (MEC) sob gestão do Departamento de Modernização e Programas da Educação Superior (DEPEM). O programa PET foi regulamentado pela lei 11.180/2005 e pelas Portarias nº 3.385/2005, nº 1.632/2006 e nº 1.046/2007, essas asseguram seu funcionamento, suas normas e avaliações do grupo. (MINISTÉRIO ..., 2006).

Segundo o Ministério da Educação (2006), os grupos PET possuem como objetivo principal promover a formação global e acadêmica de qualidade do aluno de graduação a partir do desenvolvimento de atividades condizentes com a tríade, ensino, pesquisa e extensão.

"Na UNESP os grupos PET estão subordinados à Pró-Reitoria de Graduação, que assumiu, desde fevereiro de 1993, o papel de orientadora das atividades programadas e mediadora entre as Unidades Universitárias e o MEC" (UNESP...2013). A Universidade Estadual Paulista "Júlio Mesquita Filho" (UNESP), é a Instituição de Ensino Superior (IES) responsável por dar suporte administrativo aos grupos PET. Sendo que o grupo PET Biblioteconomia se encontra na Faculdade de Filosofia e Ciência, desta universidade, no Campus de Marília.

Em 2020, o grupo PET Biblioteconomia planejou e desenvolveu um total de 19 projetos.

Entretanto, nos primeiros meses de 2020, o mundo se deparou com o isolamento social imposto por inúmeros países, incluindo o Brasil, como alternativa para controlar da vírus Covid-19.

Diante desse cenário, o grupo teve que se reorganizar para que as atividades programadas fossem executadas. Dessa forma, objetiva-se expor, a partir do presente relato de experiência as adaptações das atividades realizadas pelo grupo PET Biblioteconomia ao longo do ano de 2020, uma vez que, no período pré-pandêmico as atividades se davam de modo presencial no interior do campus e também na comunidade mariliense. Para tanto foram selecionados para análise três projetos que contemplam cada um uma das áreas que contemplam a tríade sobre a qual o programa PET constrói. Os projetos destacados no artigo são: III Encontro de Vivência Profissional, XIII PET Cultural e Pesquisas Individuais.

O presente trabalho fundamenta-se na pesquisa bibliográfica. “Sua intenção é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto” (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 200). Esse método é utilizado com o propósito de contextualizar o programa PET, sua importância, função, e o papel da tríade ensino, pesquisa e extensão no interior da universidade. Além disso, realizou-se a pesquisa documental, baseada na análise do relatório anual do grupo PET Biblioteconomia, disponibilizado no sistema Sigpet, Sistema de Gestão do Programa de Educação Tutorial, e enviado ao CLAA, Comitê Local de Acompanhamento e Avaliação, Pró-reitoria de Graduação da Unesp, bem como, ao Conselho de Curso de Biblioteconomia da FFC, Unesp, Marília.

O presente trabalho também se caracteriza como um estudo de caso. Yin (2001, p.32) afirma que esse método, “é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de um contexto da vida real, quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos”. O estudo de caso aqui verificado se dá a partir do relato de experiência do desenvolvimento das atividades do grupo docente no período pandêmico do ano de 2020, a qual será realizado uma análise para verificar as adequações realizadas no desenvolvimento dos projetos.

2. FILOSOFIA/TRÍADE/PET BIBLIOTECONOMIA

O Programa de Educação Tutorial (PET) é composto por vários grupos tutoriais de aprendizagem que possui um tutor “que visa estimular a aprendizagem ativa dos seus membros, através de vivência, reflexões e discussões, num clima de informalidade e cooperação.” (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2006, p. 6) e discentes de cursos de qualquer área do conhecimento que recebem uma bolsa mensal apoiada pelo programa, que busca

[...] propiciar aos alunos, sob orientação de um professor tutor, condições para a realização de atividades extracurriculares, que complementam a sua formação acadêmica, procurando atender mais plenamente as necessidades do próprio curso de graduação e/ou ampliar e aprofundar os objetivos e os conteúdos programáticos que integram sua grade curricular. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2006, p. 4)

São atividades que visam preparar o aluno para lidar com experiências no âmbito profissional, acadêmico e humano, estimulando-os a trabalhar em grupo, desenvolver pensamento crítico, programa de pós-graduação e a “[...] responsabilidade de contribuir para sua melhor qualificação como pessoa humana e como membro da sociedade.” (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2006, p. 5). Os benefícios do PET não se restringem somente aos seus membros, mas também para todos os alunos do curso, pois suas atividades englobam toda a comunidade acadêmica e local.

A tríade universitária — ensino, pesquisa e extensão — é a base na qual o programa PET se fundamenta. A legislação brasileira determina “indissociabilidade” na tríade com igual importância no processo de aprendizagem em cada uma das áreas. Define-se aqui como ensino uma,

[...] maneira de transmitir conhecimento resultando em um aprendizado ao ensinado, essa transmissão do saber no ensino superior é contemplado de maneira enérgica onde o conhecimento é fundamentado atravessando etapas como produção, reprodução, sistematização e organização [...]. Nessa linha de pensamento é notável que o aluno não é somente o espectador, mas também o atuante. (SILVA e MENDOZA, 2020, p.124)

Dessa forma o próprio professor tutor precisa ser aberto a novos aprendizados, se atualizando continuamente a novos métodos e tecnologias para tutoriar o grupo de forma que todos possam ser contemplados.

Na graduação a pesquisa é destacada em trabalhos de conclusão de curso que começam a serem desenvolvidas em disciplinas de Metodologia Científica onde o enfoque é "elaboração da produção científica ou trabalho científico através de métodos e técnicas [...] originando um resultado de cunho científico". (SILVA e MENDOZA, 2020, p. 128) A pesquisa também é desenvolvida em iniciação científica que os discentes fazem durante a graduação com um professor orientador e, em alguns casos,

[...] com custos subsidiados por órgãos financiadores de pesquisa, como o CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico), agência do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) destinada ao fomento da pesquisa científica e tecnológica e a formação de recursos humanos para a pesquisa no país. (SOARES; FARIAS; FARIAS, 2010, p. 15)

A extensão universitária é um dos pilares que mais aproxima o aluno da vida profissional, já que todas as experiências se assemelham às que encontrarão no dia a dia em seu trabalho. Esse último pilar tem seu primeiro registro em 1931, pelo Decreto Lei nº 19.851 "[...] a extensão cabe: divulgar as atividades técnicas e científicas da universidade através de cursos e conferências." Nos anos de 60, segundo Albrecht e Bastos (2020) a extensão universitária passa do papel de divulgadora do conhecimento científico para um papel mais pró-ativo, com o foco em atividades que possibilitam a transformação social. Entretanto a partir do golpe de 64 — que instituiu o Regime Militar até 1985 — que a extensão universitária perde a sua autonomia rompendo "[...] com a concepção da extensão como espaço de diálogo com a comunidade, restringindo as ações das IES.", de acordo com Albrecht e Bastos (2020, p. apud CARBONARI; PEREIRA, 2007, p. 23-24). Foi assim uma política de alienação que apenas se modificou a partir da Constituição Federal de 1988 determinou-se que "as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão".

Mesquita Filho (apud SOARES; FARIAS; FARIAS, 2010) destacou dezenove conceitos de extensão divididos em cinco categorias: extensão como curso (qualquer curso desenvolvido dentro da universidade, que não os cursos de graduação); a extensão como prestação de serviços (caracterizada como prestação de serviços sociais, sem vínculos com o ensino e a pesquisa para alguns autores, já para outros, esse tipo de extensão é considerada um instrumento de apoio a mudanças sociais); a extensão como complemento (nessa categoria a extensão não é autônoma, não existe por si só, mas sim como complemento do ensino e da pesquisa que seriam atividades fundamentais da universidade); a extensão como "remédio" (destinada a suprir as falhas do ensino regular); e a extensão como instrumento político-social (instrumento do Estado para manter a ordem vigente).

O PET Biblioteconomia da Faculdade de Filosofia e Ciências da UNESP Campus de Marília desenvolve atividades coincidentes com os três pilares já citados. As principais qualidades do grupo são aprimorar o senso de justiça e obrigação entre os membros, que dividem todas as tarefas do planejamento anual, assim como responsabilidade, colaboração, envolvimento em questões políticas, econômicas e sociais; trabalhos de pesquisas individuais e coletivas e maior participação na comunidade dentro e fora da Academia.

3. ADEQUAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DOS PROJETOS DO GRUPO PET BIBLIOTECONOMIA DIANTE DO CENÁRIO PANDÊMICO

O planejamento das atividades previstas pelo grupo PET Biblioteconomia da Faculdade de Filosofia e Ciências, da UNESP, Campus de Marília-SP para o ano de 2020, dispunha de um total de 19 projetos que vislumbram a tríade universitária. O desenvolvimento dos projetos se daria intra e extramuros da Faculdade Filosofia e Ciências, Campus de Marília-SP, haja vista que os projetos são de pesquisa, ensino e extensão.

Contudo, no dia 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou a pandemia do coronavírus, denominado de Sars-Cov-2, devido ao aumento do número de casos espalhados pelo mundo. Segundo Tedros Ghebreyesus (GRUPO ABRIL, 2020), diretor-geral da OMS, fora da China houve um aumento de 13 vezes, em duas semanas, do número de infectados pelo COVID-19 e a quantidade de países afetados triplicou. Nesse sentido, o Ministério de Saúde do Brasil, a partir da Portaria Nº 365, de 11 de março de 2020 (BRASIL, 2020), "Declara Emergência em

Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), em decorrência da Infecção Humana pelo novo coronavírus (2019-nCoV),”

O isolamento social foi uma medida adotada para o combate à disseminação da COVID-19. A Agência Brasil (2020) noticiou “O Decreto 64.881, de 22 de março, assinado pelo governador João Doria, define que „medida de quarentena no Estado de São Paulo, consiste em restrição de atividades de maneira a evitar a possível contaminação ou propagação do coronavírus”. Dessa forma, com a quarentena em vigor, as atividades de comércio, shoppings, eventos, atividades culturais, escolas e universidades foram suspensas. Foram mantidas em funcionamento as atividades consideradas essenciais, como, supermercados, farmácias, padarias, clínicas, postos e serviços de logística.

Dessa forma, a interação social e aglomerações deveriam ser evitadas, ainda que, fossem seguidas as orientações da OMS para a prevenção, que deu-se o uso de máscaras, higienização das mãos com álcool em gel e etc, uma vez que não suspendem a possibilidade de infecção. Ademais, o grupo PET Biblioteconomia da FFC, UNESP, de Campus de Marília-SP para seguir com suas atividades, ou seja, continuar a promover eventos para a comunidade universitária e externa, teve que se adaptar. Nesse sentido, os projetos deveriam ser desenvolvidos respeitando o decreto governamental.

Os eventos oferecidos dispõem do intuito de agregar para busca e novos aprendizados por parte da comunidade interna da FFC, UNESP, do Campus de Marília-SP e externa, de maneira que, ressalta Nunes e Silva (2011, p.123) que trata como, “um processo educativo, cultural e científico que viabiliza a relação entre universidade e sociedade, a universidade pública enquanto um espaço de criação e recriação de conhecimento [...]”. Assim, as atividades passaram a ser desenvolvidas no formato virtual, utilizando as plataformas do Google Meet e YouTube, mantendo a oferta para o público interno da FFC, UNESP, do Campus de Marília-SP e o público externo. A divulgação ocorreu por meio das redes sociais do PET Biblioteconomia e através dos canais de comunicação online. Além disso, as reuniões administrativas do grupo que ocorriam presencialmente na sala do PET na UNESP, Campus Marília-SP, passaram a ser realizadas às segundas-feiras por videochamadas pela plataforma Google Meet.

À vista disso, foram desenvolvidos os 19 projetos, conforme previstos no planejamento do ano de 2020 do grupo, indicados no relatório anual das atividades realizadas, detalhando as adaptações para o formato remoto, em virtude do cenário pandêmico. Desse modo, para esse relato de experiência foram elencados três projetos para serem descritos, sendo eles, III Encontro de Vivência Profissional, XIII PET Cultural e Pesquisas Individuais, subseqüentemente será apresentado como se concedeu o desenvolvimento no ano de 2020, dos três projetos citados que abrangem ensino, pesquisa e extensão.

3.1 III ENCONTRO DE VIVÊNCIA PROFISSIONAL

O primeiro projeto que iremos descrever será o “III Encontro de Vivência Profissional”, foi realizado no ano de 2020 pelo grupo PET Biblioteconomia em conjunto com os Conselhos de Cursos de Biblioteconomia e Arquivologia da Universidade Estadual Paulista (UNESP), da Faculdade de Filosofia e Ciências (FFC), de campus Marília/SP.

Este projeto tem como objetivo a parte de ensino, por meio de debates e discussões a respeito do mercado profissional, realizados por aluno(s) egresso(s) dos cursos de Biblioteconomia e Arquivologia, fomentando, dessa forma, a permanência dos(as) atuais alunos(as) da graduação de referidos cursos e visando à redução da evasão escolar.

No ano de 2020, este projeto teve que ser adaptado, pois com a pandemia da COVID - 19 e respeitando o decreto regional, o projeto que antes seria realizado de forma presencial, teve que ser adaptado para o ambiente virtual.

Este foi o primeiro projeto adaptado pelo grupo para o ambiente digital, assim sendo, pois normalmente ele é apresentado no início do primeiro semestre letivo, portanto o grupo optou que este projeto fosse o primeiro projeto desenvolvido para que o mesmo fosse realizado nesta data mesmo no ambiente online.

A plataforma que seria utilizada pelo grupo foi definida por meio de reuniões administrativas, onde foram abordadas várias plataformas de reuniões online como Zoom, Google Meet e entre outras, mas após uma discussão de prós e contras de cada uma, o grupo optou pela plataforma Google Meet, pois a mesma era uma plataforma de simples acesso e que todos os estudantes já estão familiarizados, pois é por meio dela que as aulas são ministradas.

XXII ENCONTRO de PESQUISADORES

INTERDISCIPLINARIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Após a definição da plataforma, o grupo foi pensado em datas para realização do projeto, assim o grupo pensou nas datas de 23 e 24 de junho de 2020 se utilizando da plataforma Google Meet. No dia 23 de junho, sendo voltado para o curso de Biblioteconomia e o 24 de junho para o curso de Arquivologia.

No dia 23 de junho de 2020 das 18h às 20h, neste primeiro dia de evento sendo voltado para o curso de Biblioteconomia, foi mediado pela tutora Rúbia Martins, a pedido do grupo PET Biblioteconomia, e ministrado pelos(as) seguintes alunos(as) egressos(as) do curso de Biblioteconomia (Faculdade de Filosofia e Ciências, Unesp, Marília/SP): Tarciso Vieira, bibliotecário da Biblioteca Municipal Professor Tobias Rodrigues, Tupã- SP e Yasmin Avelar Nicolosi, bibliotecária escolar, Escola Pestalozzi unidade I, Franca-SP.

Durante a palestra as(os) componentes da banca explanaram a respeito de suas respectivas experiências profissionais e o mercado de trabalho para o profissional bibliotecário. A ministrante abordou aspectos relativos à: pandemia e mercado de trabalho, sendo assim, Nicolosi relatou a importância de se reinventar na função de bibliotecário(a), e elaborar estratégias a respeito de novo tipo de abordagem com alunos e empréstimos de livros; mercado de trabalho para recém formados(as); a experiência é muito importante para o(a) bibliotecário(a), nesse sentido a ministrante disse para os participantes fazerem bom uso das oportunidades; importância do CRB (Conselho Regional de Biblioteconomia).

Além disso, o bibliotecário também analisou a importância da realização do estágio durante a graduação, como forma de aprendizado para a atuação do(a) futuro(a) bibliotecário(a) no mercado de trabalho. Nesse sentido, Vieira versou sobre os seguintes aspectos: importância do(a) bibliotecário(a) para a sociedade; possibilidade de desenvolvimento de projetos no interior das bibliotecas públicas (fomento à cultura, difusão cultural e atuação da biblioteca para a comunidade); importância do desenvolvimento de projetos no interior da biblioteca como forma de atração de novos(as) leitores(as); desafios na atuação como bibliotecário no atual local de trabalho (tais como, problema nos processos de sistematização da biblioteca, criação de políticas para o local, expansão da biblioteca para parcerias públicas e privadas, aumento do acervo para que não dependesse apenas de doações, etc.).

No dia 24 de junho de 2020 das 17h às 20h15, neste segundo dia de evento sendo voltado para o curso de Arquivologia, foi mediado pela tutora Rúbia Martins e ministrado pelos(as) seguintes alunos(as) egressos(as) do curso de Arquivologia (Faculdade de Filosofia e Ciências, Unesp, Marília/SP): Lorena Rocha, arquivista e empresária (ArqTech); Maria Fernanda Freitas, coordenadora de documentação da Fundação Energia e Saneamento e arquivista autônoma; e Fernando Pita, consultor em Gestão Documental.

A partir da explicação sobre as dificuldades de atuação no mercado de trabalho, encontradas logo após a graduação. Perfil profissional do arquivista exigido em diferentes empresas; luta pelo reconhecimento do trabalho do profissional arquivista; arquivos privados e arquivos públicos; a importância do trabalho arquivista no que se refere à documentação histórica; necessidade e importância do profissional arquivista sempre estar atualizado; etc.

Sobre ser empresária arquivista, Rocha abordou os seguintes aspectos: luta diária para o reconhecimento do profissional arquivista e da importância de seu trabalho; experiência de atuação em vários tipos de arquivo; relacionamento com clientes; etc. A respeito dos projetos e locais de atuação de sua empresa, a arquivista destacou: empresa de reciclagem Vegui; seminário localizado na cidade de Botucatu/SP, no qual realiza o trabalho de restauração de obra; Santa Casa de Misericórdia da cidade de Pompeia/SP (prontuários do paciente e digitalização de documentação. Ao final, Lorena Rocha explanou sobre a importância do(a) profissional arquivista para a sociedade e do curso de graduação da Unesp, Faculdade de Filosofia e Ciências, campus de Marília/SP.

Freitas dividiu com o público presente todo o seu trajeto profissional e abordou os seguintes aspectos: experiência em diversos setores administrativos; especialização em arquivos de cultura; luta pelo reconhecimento do(a) profissional e do fazer arquivístico; arquivos em companhia de dança; importância do(a) profissional arquivista estabelecer comunicação com todos os trabalhadores da empresa na qual atua, para que estes reconheçam o profissional arquivista enquanto tal e identifiquem o seu fazer arquivístico, como fator primordial para a empresa; atuação na FAB (Força Aérea Brasileira), onde trabalhou com o SIGAD (Sistema Integrado de Gestão de Atendimento) e desenvolveu linguagens de comunicação com técnicos e usuários específicos do local de atuação; importância de abrir uma MEI (Microempreendedor Individual); prestação de serviços para Itaú cultural e Unibanco; atualmente atua como coordenadora de documentação da Fundação Energia e Saneamento de São Paulo, onde trabalha com diversos tipos de usuários e com as três áreas da

Ciência da Informação, museologia, biblioteconomia e arquivologia. Ao final agradeceu a oportunidade de participação no evento e parabenizou o grupo PET Biblioteconomia pela atividade.

Os presentes na palestra participaram ativamente com perguntas, enviadas através do chat da sala do Google Meet, sobre os seguintes temas: adaptação do fazer arquivístico durante a pandemia de Covid-19; concursos públicos; importância do fazer arquivístico; dificuldades encontradas no mercado de trabalho para os(as) recém formados; aplicação das teorias aprendidas na sala de aula no cotidiano do fazer arquivístico; dentre outros aspectos. Sendo assim, os dois dias do evento foram muito produtivos, com a ativa participação do público que fez grande número de perguntas aos palestrantes. O evento demonstrou a necessidade de apresentações junto aos graduandos de Biblioteconomia e Arquivologia, a respeito da importância da atuação dessas duas áreas junto à sociedade. Sendo que esta atuação, por vezes se apresentará com grandes obstáculos, no entanto, a experiência profissional faz com que tais obstáculos sejam superados a partir de boa formação acadêmica, capacitação profissional, trabalho em grupo, resiliência, responsabilidade e respeito do fazer Arquivístico e Bibliotecário perante a própria sociedade.

E para o grupo PET Biblioteconomia, o projeto III Encontro de Vivência Profissional foi um desafio a ser desenvolvido, mas foi enfrentado e vencido, e assim ajudando a serem desenvolvidos os outros projetos do grupo no ano de 2020 e 2021.

3.2 PET CULTURAL

Neste item será relatado o desenvolvimento do projeto PET Cultural que é um projeto de extensão que tem como propósito fazer com que os(as) alunos(as) dos cursos oferecidos pela Faculdade de Filosofia e Ciências, tanto da graduação quanto da pós-graduação e da comunidade mariliense, participem de atividades de lazer e cultura, incentivando a exibição de práticas artísticas e culturais da comunidade acadêmica e local.

Ao procurar envolver as pessoas em atividades culturais, o projeto convida ministrantes que estejam comprometidos com a temática de cada atividade para que estes as exponham aos participantes, seja por meio teórico, em que há apresentação oral de certos fatores do tema, ou prático, que convida os integrantes a realizarem alguma atividade em que participam ativamente. Desde 2008, o projeto é realizado anualmente de forma presencial, porém, devido ao cenário pandêmico de 2020 acima descrito, todas as atividades foram adaptadas para que se adequassem às restrições governamentais e o PET Cultural passou a ser oferecido de modo virtual.

O PET Cultural contou, no ano de 2020, com sua 13ª edição em que todas as atividades foram desenvolvidas à distância por plataformas de videoconferência (*Google Meet*) e *live streaming* (*YouTube*) contabilizando 8 atividades entre minicursos, oficinas e *workshops* nos dias 14 a 17 de setembro: dia 14) “Oficina de Massas Frescas Artesanais” e “*Winestudy Basic*”; dia 15) “LIBRAS e o Atendimento a(o) Surdo(a) na Biblioteca” e “O Universo da Cervejada: da cevada ao copo”; dia 16) “Minicurso Origem das Histórias em Quadrinhos” e “PET RI Apresenta: imigrantes e refugiados e a atuação do NAIR”; dia 17) “Oficina de Escrita Criativa” e “O que é Auriculoterapia”. O grupo havia concebido todo o evento PET Cultural a partir da plataforma *Google Meet*, no entanto, a partir de ataque de *haters*, já na primeira oficina o grupo teve que reelaborar toda a concepção da utilização da plataforma para usar a plataforma *YouTube* e passou a utilizá-la nas transmissões do XIII PET Cultural, bem como para todas as futuras transmissões dos eventos do grupo PET Biblioteconomia que se seguiram no ano de 2020. Abaixo vejamos quais foram as atividades oferecidas em cada um dos dias.

O dia 14 contou com duas oficinas. Das 14h às 15h, a primeira oficina ofertada pelo grupo PET foi a “Oficina de Massas Frescas Artesanais” pela plataforma *Google Meet* em que as ministrantes Nicole Harada Abonizio, gastrônoma, e a petiana Nashila Fernanda Soares apresentaram a produção de massas artesanais, como: linguine, ravióli, massa de lasanha, etc., a partir de somente seis ovos e 500 g de farinha. Durante a oficina, um *hater* que havia entrado na chamada começou a desferir frases ofensivas direcionadas aos ministrantes e à universidade pública. O grupo PET Biblioteconomia logo o removeu da reunião e as ministrantes deram continuidade à oficina que contou com a participação de 25 pessoas, além do grupo PET Biblioteconomia, que perguntaram sobre: tipo de farinha utilizada; massa de pizza; massa integral; etc.

No intervalo entre as duas oficinas, o grupo optou por criar um canal na plataforma *YouTube* para realizar a próxima transmissão, pois este possui um recurso que pode impedir que comentários com palavras hostis sejam expostos no chat evitando que outros ataques ocorressem. Realizada a mudança de plataforma e reenvio do convite com a alteração, a segunda oficina intitulada “*Winestudy*

Basic (“Estudo Básico de Vinho”, tradução nossa) aconteceu das 15h15 às 17h, ministrada por Yuri C. Rafael, sommelier, e mediada pela tutora Rúbia Martins a pedido do grupo PET Biblioteconomia. Após a tutora explicar a razão da mudança, o ministrante abordou a temática com tópicos como: tipos de uva, influência do solo no cultivo das uvas, clima, tempo de consumo do vinho, etc. A oficina contou com 20 participantes e, ao final, alguns perguntaram sobre: vinhos de qualidade com preços acessíveis; escolha de bons vinhos apesar de não ser conhecedor; taxa de aumento no consumo durante a pandemia; etc.

No dia 15 de setembro, outras duas oficinas ocorreram. Entre as 14h e 17h, foi oferecida a oficina “LIBRAS e o Atendimento a(o) Surdo(a) na Biblioteca” ministrada por Cássia Palópolo, graduanda surda do curso de Biblioteconomia Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); Mairla Costa, bibliotecária graduada pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) e doutoranda em Estudos da Tradução no Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); e Mirella Araújo, graduada em Letras-Libras pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e professora de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) na rede estadual de ensino de Minas Gerais. A oficina foi mediada pela petiana Fernanda de Souza Ferreira e foi realizada através da plataforma *YouTube* no canal do grupo PET Biblioteconomia. As três ministrantes apresentaram slides para discorrerem sobre suas respectivas temáticas: LIBRAS e Identidade Surda; Serviços Prestados a Acadêmicos Surdos; e sinais e gramática em LIBRAS. Os participantes da oficina, que contabilizaram 28 pessoas além do grupo PET Biblioteconomia, elogiaram as temáticas abordadas e questionaram acerca de: forma de estímulo na aprendizagem de LIBRAS; visibilidade da comunidade surda; inclusão de pessoas surdas; etc.

Em seguida, das 19h às 20h30, foi ofertada a oficina “O Universo da Cerveja: da cevada ao copo” com a ministração dos cervejeiros Eduardo Rodrigo da Silva Dyna e Paulo Henrique Medina Dyna e mediação pela petiana Carla Conforto de Oliveira. O evento foi realizado através do canal do grupo PET Biblioteconomia na plataforma *YouTube*, onde os ministrantes versaram, por meio de slides, sobre: a composição da cerveja e sua mosturação; equipamentos necessários para a fabricação de cerveja; tempo de produção; processo de moagem do malte; lavagem dos grãos; fervura; adição de lúpulo; resfriamento; fermentação; inoculação; dry hopping; e maturação; estilos de cervejas que existem no mundo; e algumas curiosidades. A oficina teve 20 participantes e, ao final, alguns deles elogiaram a apresentação e realizaram perguntas acerca de: produção; cuidados no preparo para evitar acidentes; cervejas de qualidade presentes no Brasil; etc.

No dia seguinte, dia 16, foram oferecidas mais duas oficinas. A primeira, realizada das 14h às 15h, intitulada “Minicurso Origem das Histórias em Quadrinhos”, foi ministrada pela petiana Fernanda Lacerda Santana do PET Biblioteconomia através da plataforma *YouTube*. A petiana desenvolve pesquisa sobre a catalogação de HQs (histórias em quadrinhos) em Bibliotecas e, por meio de slides, dissertou a respeito de: o que são HQs; origem das histórias em quadrinhos; início da Marvel Comics; Era de Prata e suas personagens; Era de Bronze (no Brasil e fora dele); Era Moderna; etc. Os participantes, que contabilizaram 27 pessoas, pareceram bastante animados com o tema, pois fizeram perguntas sobre: diferentes tipos de HQs; importância da HQ no Brasil; formas de abordagem do tema na área da Biblioteconomia e da Ciência da Informação; etc.

Das 15h30 às 17h, ocorreu a segunda oficina “PET RI Apresenta: imigrantes e refugiados e a atuação do NAIR” que contou com a participação do PET Relações Internacionais da Faculdade de Filosofia e Ciências, Unesp, campus de Marília/SP. A ministração foi realizada pelo tutor do grupo José Geraldo Alberto Bertocini Poker e os(as) petianos(as) Elaine Cardoso, João Victor Soares, Julia Mori e Lívia Roberta, enquanto que a mediação foi feita pela petiana do PET Biblioteconomia Fernanda Lacerda Santana pelo canal deste grupo. Com a apresentação de slides, os ministrantes trataram de assuntos como: NAIR, Núcleo de Assessoria a Imigrantes e Refugiados; conceitos de migração e refúgio; direitos humanos; ACNUR, Agência da ONU para Refugiados; apoio aos imigrantes no Brasil; imigrantes e refugiados em Marília; etc. Em seguida, os ministrantes responderam às perguntas dos participantes sobre: impacto da atuação do NAIR na sociedade mariliense; e políticas públicas marilienses voltadas para o acolhimento do migrante. A oficina contou com 15 presentes.

No dia 17 de setembro pretendia-se realizar as últimas duas oficinas do projeto, porém a “Oficina de Escrita Criativa”, que ocorreria das 15h às 17h, foi cancelada. Ela seria ministrada por Thaís Rabelo e João Astaque, membros do grupo PET de Ciências Sociais, da Faculdade de Filosofia e Ciências, Unesp, campus de Marília/SP, entretanto os ministrantes se recusaram a utilizar a plataforma *YouTube*, apesar de terem sido avisados no dia 14 de setembro sobre a mudança de plataforma em função do ataque de *haters*. Diante disso, o grupo PET Biblioteconomia comunicou

novamente os ministrantes que, em virtude dos acontecimentos na primeira oficina, utilizar a plataforma *Google Meet* acarretaria em outros possíveis ataques, mas o grupo PET Ciências Sociais exigiu que a apresentação fosse realizada por esta plataforma. Em consequência disso, o grupo PET Biblioteconomia desculpou-se e cancelou a oficina, pois não poderia colocar as pessoas que participariam em uma situação de humilhação e constrangimento.

A última oficina da 13ª edição do PET Cultural de 2020 foi a oficina “O que é Auriculoterapia” que ocorreu, das 19h às 21h, através da plataforma *YouTube* no canal do grupo PET Biblioteconomia e foi ministrada por Simone Ariani Félix, biomédica e acupunturista, e mediada pela petiana Carla Conforto de Oliveira. Com a utilização de slides, a ministrante discorreu sobre: conceito e função de Auriculoterapia; origem histórica; início da auriculoterapia no Brasil; Escola Chinesa da Doutora Huang Li Chun; indicações e contraindicações para a terapia auricular; auriculoterapia a partir da utilização de sementes; agulhas semipermanentes na auriculoterapia; e visão da Medicina Chinesa sobre a Covid-19. Os presentes somaram 15 pessoas e algumas participaram com perguntas sobre: utilização da auriculoterapia contra o estresse; requisitos para realização do curso de auriculoterapia; emagrecimento e auriculoterapia; enxaqueca, bruxismo e auriculoterapia; etc.

Diante do relato exposto é possível perceber que a pandemia trouxe dificuldades relacionadas às atividades da 13ª edição do projeto PET Cultural, em 2020, no que diz respeito ao formato de transmissão, participantes mal intencionados, e cancelamento de atividade, contudo o grupo PET Biblioteconomia demonstrou perspicácia e habilidade ao aprender a lidar com as adversidades que surgiram no decorrer do evento e trouxeram temáticas que proporcionaram: a integração cultural e artística entre os participantes; a consciência cidadã em relação à tolerância, sustentabilidade e minorias; o estímulo à criatividade e à concentração; a importância da gastronomia cultural; dentre outras.

3.3 PESQUISAS INDIVIDUAIS

O terceiro projeto a ser descrito neste relato de experiência é o projeto “Pesquisas Individuais”, desenvolvido pelo grupo PET Biblioteconomia da Universidade Estadual Paulista (UNESP), da Faculdade de Filosofia e Ciências (FFC), de Marília/SP. O projeto tem como objetivo incentivar o desenvolvimento de pesquisa e proporcionar ao aluno(a) petiano(a) o domínio da elaboração de pré- projetos e projetos de pesquisas individuais, mediante a escolha de temática de seu interesse enquanto pesquisador.

Como já relatado, os projetos desenvolvidos no ano de 2020 pelo grupo PET de Biblioteconomia sofreram adaptações para serem realizados de modo *online* devido à pandemia de coronavírus, inclusive o projeto “Pesquisas Individuais”.

O projeto “Pesquisas Individuais” é desenvolvido durante todo o ano pelo grupo PET Biblioteconomia e é constituído da seguinte forma: a) Nos primeiros meses do ano, os petianos escolhem suas temáticas e a tutora realiza o acompanhamento das pesquisas; b) Apresentação de pesquisas individuais no “Seminário de Pesquisas Individuais” realizado pelo grupo. Nessa etapa, os(as) petianos(as) devem enviar seus resumos com regras similares às do CIC - Congresso de Iniciação científica realizado pela Unesp (tempo e formato de apresentação, envio prévio do resumo, respectivos slides de apresentação para o e-mail do grupo e banca avaliadora); e c) Participação no Congresso de Iniciação Científica (CIC) realizado pela Unesp. Além disso, os alunos(as) petianos(as) são encorajados a participarem de outros eventos de apresentação de trabalhos.

A respeito do “Seminário de pesquisas individuais” realizado pelo grupo, no ano de 2020 o seminário contou com sua 4ª edição. Anterior ao ano de 2020, o seminário de pesquisas individuais ocorria presencialmente em uma sala disponibilizada exclusivamente ao grupo para a apresentação dos projetos e discussão dos mesmos, além de um *coffee break* entre os integrantes do PET Biblioteconomia. A partir de 2020, o projeto passou a ser realizado de forma online, através da plataforma *Google Meet*, com a exposição dos projetos e posterior discussão.

Deste modo, o “IV Seminário de Pesquisas Individuais” ocorreu nos dias 31 de agosto e 01 de setembro de 2020, das 14h30 às 18h e contou com a participação de todos os membros do grupo PET Biblioteconomia, bem como de uma banca avaliadora dos trabalhos apresentados pelos(as) petianos(as) discentes composta pelas professoras Daniela Pereira dos Reis e Rosângela Formentini Caldas (departamento de Ciência da Informação, Faculdade de Filosofia e Ciências, Unesp, Marília, SP), além da professora tutora do grupo PET Biblioteconomia Rúbia Martins.

Durante a realização do seminário, os(as) petianos(as) apresentaram suas respectivas pesquisas à banca avaliadora e aos demais discentes do grupo presentes. Os trabalhos

apresentados pelos(as) petianos no “IV Seminário de Pesquisas Individuais” foram: 1) Carla Conforto de Oliveira: “Informação, Desinformação e Fake News: Uma análise conceitual”. (orientador Carlos Cândido de Almeida); 2) Fernanda de Souza Ferreira: “Perspectivas de inclusão de leitores surdos na biblioteca universitária da Faculdade de Filosofia e Ciências, UNESP, Campus I Marília”. (orientadora Rúbia Martins); 3) Fernanda Lacerda Santana: “História em Quadrinhos: Uma nova Classificação” (orientador Walter Moreira); 4) Flávio Manoel da Silva: “A biblioteca escolar como suporte didático a ensino e incentivo à leitura (orientadora Rúbia Martins)”; 5) Júlia dos Santos Alvares Nogueira: “Patrimônio Cultural Imaterial: Um levantamento de produções científicas na base de dados BRAPCI nos anos de 2010 à 2020” (orientadora Rúbia Martins); 6) Matheus Lima Alves Pereira: “Composição de macrotesauro sobre a temática LGBTQIA+” (orientador Walter Moreira); 7) Mirella Fernanda Leite Gil: “Análise da estrutura curricular do curso de Biblioteconomia da Universidade Estadual Paulista, Júlio Mesquita Filho, UNESP, campus de Marília-SP.” (orientadora Rúbia Martins); 8) Nashila Fernanda Soares: “Serviço de referência virtual síncrono nos ambientes informacionais digitais do sistema EMBRAPA de bibliotecas” (orientadora Jacquelin Teresa Camperos Reyes); 9) Nicolle Yule Lara Humberto de Lourdes: “A importância do profissional da informação na construção da cidadania: um olhar no processo de efetivação do direito à informação” (orientadora Rúbia Martins); 10) Samira Pessoa Dias: “O projeto Biblioteca Viva na Biblioteca Municipal de Marília „João Mesquita Valença”: avanços e retrocessos” (Orientador Rúbia Martins); 11) Sofia Curuci Pegoraro: “Análise das linguagens de marcação na recuperação de informação nas diversas áreas do conhecimento” (orientador Edberto Ferneda); 12) Túlio César Martos: “Comportamento de busca da informação sobre Covid-19 por idosos” (orientadora Helen de Castro Silva Casarin).

Em relação ao CIC 2020, todos os petianos(as) discentes submeteram seus resumos referentes às pesquisas individuais no congresso. Em 2020, o Congresso de Iniciação Científica realizado pela Unesp contou com sua 32ª edição e foi realizado nos dias 20, 21 e 22 de outubro outubro (1ª fase) e 24 e 25 de novembro (2ª fase) de 2020, de modo online. Todos(as) os(as) petianos(as) tiveram seus trabalhos aprovados e apresentados na 1ª fase do XXXII Congresso de Iniciação Científica da Unesp (CIC Unesp), sendo que a petiana Carla Conforto de Oliveira, com sua pesquisa “Informação, Desinformação e Fake News: uma análise conceitual” e o petiano Túlio César Martos, da pesquisa “Comportamento de busca da informação sobre Covid-19 por idosos” foram aprovados para a 2ª fase do CIC Unesp. Os títulos das pesquisas, os orientadores e os resumos de todos os petianos foram os mesmos apresentados no “IV Seminário de Pesquisas Individuais” do grupo PET Biblioteconomia.

Por fim, como já dito anteriormente, os petianos são incentivados a apresentarem pesquisas em outros congressos. Desta forma, além da apresentação das pesquisas individuais no “IV Seminário de Pesquisas Individuais” e no Congresso de Iniciação Científica, alguns petianos(as) apresentaram pesquisas em outros congressos, como a petiana Fernanda Lacerda Santana que realizou uma apresentação de trabalho no “XXI Encontro de Pesquisadores - Desafios em Desenvolvimento Regional da Uni - FACEF”, realizado entre os dias 05 e 06 de novembro de 2020. O título do trabalho foi: “As histórias em quadrinhos na perspectiva da ciência da informação: uma análise preliminar”, das autoras Fernanda Lacerda Santana, Amanda Mendes Silva, Samantha Augusta dos Santos de Jesus e Fernanda Carolina Pegoraro Novaes. Juntamente houve a publicação no e-book ANAIS do “XXI Encontro de Pesquisadores: Desafios em Desenvolvimento Regional”. Além disso, a petiana Nashila Fernanda Soares apresentou e publicou no VII E-CoDAF, realizado em 06 de novembro de 2020. O título do trabalho foi: “Serviço de referência virtual síncrono nos ambientes informacionais digitais do sistema Embrapa de Bibliotecas”, da autora Nashila Fernanda Soares, com orientação da professora Jacquelin Teresa Camperos-Reyes, do Departamento de Ciência da Informação da Faculdade de Filosofia e Ciências, da Unesp de Marília. Também, o petiano Túlio César Martos realizou apresentação de trabalho no V Colóquio Internacional “A Medicina na Era da Informação”, realizado entre os dias 13 e 17 de setembro de 2020, com o título do trabalho: “Saúde, informação e pandemia: comportamento de busca da informação sobre covid-19 por idosos”, do autor Túlio César Martos, com orientação da professora Helen de Castro Silva Casarin, do Departamento de Ciência da Informação da Faculdade de Filosofia e Ciências, da Unesp de Marília.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do que foi exposto acima, verificamos que o Programa de Educação Tutorial (PET) de Biblioteconomia tem como objetivo promover a formação acadêmica, profissional e humana dos alunos. O relato de experiência se dá a partir da descrição de três projetos desenvolvidos durante o período pandêmico de 2020 e da adaptação do grupo em relação a estes. Nesse sentido, notamos que os projetos são importantes tanto para os discentes do curso de Biblioteconomia, como para a comunidade acadêmica e comunidade mariliense de forma geral. Uma vez que o grupo desenvolve projetos com base na tríade pesquisa, ensino e extensão que complementam a formação do aluno com atividades extraclasse não presentes na estrutura curricular do curso de Biblioteconomia, além de integrarem universidades e cidadãos da cidade de Marília.

Por meio de debates com profissionais atuantes como bibliotecário e arquivista, o projeto "III Encontro de Vivência Profissional" apresenta uma visão do mercado de trabalho para os alunos de graduação dos cursos Biblioteconomia e Arquivologia, permitindo que os discentes ampliem suas visões de atuação das profissões, além de contribuir para o combate à evasão escolar. Além disso, o "XIII PET Cultural" possibilitou acesso à cultura e lazer de forma gratuita, incentivando a produção de massas, de vinho, de cerveja, o aprendizado de LIBRAS, além de apresentar o desenvolvimento das histórias em quadrinhos, proporcionar uma reflexão a respeito de imigrantes e refugiados e discutir a história e as funções da auriculoterapia. Para mais, o projeto "Pesquisas Individuais" se mostra importante na medida em que desenvolve o lado pesquisador dos(as) petianos(as) discentes, incentiva a participação e apresentação de pesquisas em diversos congressos, em especial o CIC da Unesp, e oferece o domínio na elaboração de pré-projetos e projetos de pesquisas individuais. Verificamos ainda que cada um dos projetos relatados respeita a tríade ensino, pesquisa e extensão do Programa de Educação Tutorial (PET), cada um com sua especificidade: o "III Encontro de Vivência Profissional" se relaciona ao pilar do ensino, o "XIII PET Cultural" com a extensão e as "Pesquisas Individuais" com a pesquisa.

Mesmo durante a pandemia, o grupo se reorganizou e aprendeu a utilizar ferramentas online para realizar as mesmas atividades realizadas no ensino presencial. Isto mostra a competência do grupo em se adaptar e se renovar sempre. Do mesmo modo mostra como o grupo PET Biblioteconomia tem um grande impacto dentro da formação dos alunos inseridos no grupo pois por meio das atividades desenvolvidas, aprendem vários aspectos do fazer bibliotecário fora do ambiente da sala, como a organização de eventos, pensar no público alvo no momento da criação dos eventos e entre outros aspectos culturais.

Também há um impacto para os alunos que participam das atividades do grupo como ouvintes, pois por meio destas atividades conseguem aprender coisas diferentes. Ouvindo um bibliotecário formado e sua trajetória profissional, o ouvinte vê como é o mundo do mercado de trabalho e cria as suas expectativas para enfrentar o mesmo, e também para a comunidade mariliense, pois com os eventos do PET Biblioteconomia existe uma forma demonstrar a realidade da universidade pública e como ela pode ajudar a comunidade em volta, com oficinas sobre massas artesanais até uma palestra sobre cervejas artesanais. Portanto, a comunidade entra no ambiente universitário para aprender algo e vê como pode ser acolhida e também acolher os universitários.

Portanto vemos como o grupo conseguiu alcançar seus objetivos durante a pandemia de COVID-19, mas também conseguiu continuar a marcar a vida dos universitários com a sua presença e com as suas atividades, desde eventos para a comunidade geral até eventos voltados para o grupo, pois por meio deles continuou a aprendizagem e desenvolvimento pessoal dos integrantes, e de mesmo modo o grupo fazendo as atividades demonstravam para os universitários integrantes do grupo que os mesmos não estavam sozinhos durante o período da pandemia.

REFERÊNCIAS

ALBRECHT, E.; BASTOS, A. S. A. M. Extensão e sociedade: diálogos necessários. Revista Em Extensão, v. 19, n. 1, p. 54-71, 5 jun. 2020. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/revextensao/article/view/53428>. Acesso em: 30 set. 2021.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil (1988). Constituição. Brasília: Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, 1988. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 19 de setembro de 2021.

BRASIL. Decreto-lei nº 19.851, de 11 de abril de 1931. Dispõe que o ensino superior no Brasil obedecerá, de preferência, ao sistema universitário, podendo ainda ser ministrado em institutos isolados, e que a organização técnica e administrativa das universidades é instituída no presente Decreto, regendo-se os institutos isolados pelos respectivos regulamentos, observados os dispositivos do seguinte Estatuto das Universidades Brasileiras. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/d19851.htm. Acesso em: 30 set. 2021.

GRUPO ABRIL. **OMS decreta pandemia do novo coronavírus**. [S. l.], 11 mar. 2020. Veja Saúde: Medicina Disponível em: <https://saude.abril.com.br/medicina/oms-decreta-pandemia-do-novo-coronavirus-saiba-o-que-isso-significa/>. Acesso em: 18 set. 2021.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. Fundamentos de metodologia científica. 5.ed. São Paulo, SP: Atlas, 2003.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Programa de educação tutorial PET: Manual de Orientações Básicas**, 2006. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=338-manualorientabasicas&category_slug=pet-programa-de-educacao-tutorial&Itemid=30192. Acesso em: 15 set. 2021.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Portaria nº 365, de 11 de março de 2020. Dispõe sobre a regulamentação e operacionalização do disposto na Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que estabelece as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19). **Diário Oficial da União**, Brasília, 12 mar. 2020. Seção 1, p. 185.

NUNES, Ana Lucia de Paula Ferreira; SILVA, Maria Batista da Cruz. A extensão universitária no ensino superior e a sociedade. **Mal-Estar e Sociedade**. Barbacena, ano IV, n. 7, p. 119-133, 2011. Disponível em: <https://revista.uemg.br/index.php/gtic-malestar/article/view/60/89>. Acesso em: 19 set. 2021.

SILVA, Miriam Ferreira da; MENDOZA, Cynthia Carolina González. A importância do ensino, pesquisa e extensão na formação do aluno do Ensino Superior. *Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento*, [S.L.], p. 119-133, 22 jun. 2020. *Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento*. <http://dx.doi.org/10.32749/nucleodoconhecimento.com.br/educacao/pesquisa-e-extensao>. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/pesquisa-e-extensao>. Acesso em: 18 set. 2021.

SOARES, Leandro Rafael; FARIAS, Milene Cristina Moreira; FARIAS, Michelle Moreira. Ensino, Pesquisa e Extensão: Histórico, abordagens, conceitos e considerações. Em *Extensão*, Uberlândia, v. 1, n. 9, p.11-18, jul. 2010. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/revextensao/article/view/20564>. Acesso em: 19 de julho 2017.

UNESP MARÍLIA. **Histórico do PET**. Marília. 2013. Disponível em: <https://www.marilia.unesp.br/#!/graduacao/pet--biblioteconomia/principal/historico/>. Acesso em: 22 set.2021

VALENTE, Jonas. **Covid-19: veja como cada estado determina o distanciamento social**. Brasília, 01 abr. 2020. Agência Brasil. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2020-04/covid-19-veja-como-cada-estado-determina-o-distanciamento-social>. Acesso em: 18 set 2021.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001. Disponível em: <https://www.academia.edu/6937026/Estudo-de-Caso-Planejamento-e-Metodos-Robert-k-Yin>.> Acesso em: 05 out 2021.

***SANEAMENTO RURAL NA PROTEÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS NO
BRASIL***

***RURAL SANITATION IN THE PROTECTION AND CONSERVATION OF WATER RESOURCES IN
BRAZIL***

Área 1: Desenvolvimento Ambiental/Sustentável

BERTELLI, Célio
UNESP Franca
Prof.ºDr.º em Geociência e Meio Ambiente
celio.bertelli@unesp.br

BERTELLI, Pedro Henrique Garcia
FAFRAM
Pós (lato sensu) em Geoprocessamento e Georreferenciamento
pedrogarciabertelli@hotmail.com

BOLZAN, Victor Hugo Bernardes Ortiz
Uni-FACEF
Eng.º Civil
victor_hugobernardes@hotmail.com

BACHUR, Pedro Kallás
UNIFRAN
Graduando em Engenharia Agrônômica
bachurp@hotmail.com

CINTRA, Douglas Barbosa
UNIFRAN
Graduando em Engenharia Ambiental
dougcintraa@gmail.com

SILVA, Letícia Cristhiê de Oliveira
Uni-FACEF
Graduanda em Engenharia Civil
leticiaacristhie@hotmail.com

BARBOSA, Caroline Carvalho
UNIFRAN
Graduanda em Ciências Biológicas
carolcarvalhobarbosa@yahoo.com.br

Resumo

O objetivo deste trabalho é demonstrar alternativas de saneamento do esgotamento doméstico rural, através da Fossa Séptica Biodigestora, modelo EMBRAPA. Promovendo a proteção e conservação dos recursos hídricos, do solo e do meio ambiente, e assim, evitando a proliferação de doenças por veiculação hídrica, proporcionando uma melhora na saúde pública no Brasil. A metodologia aplicada nesta pesquisa é de natureza qualitativa, exploratória, por meio de levantamento bibliográfico e análise de documentos e referências. De acordo com Gil (2002), tal opção estimula a abertura de outros projetos que incentivam e aprofundam discussões acerca do saneamento básico no Brasil e os métodos de tratamento de esgoto rural. Resultando, dessa forma, na evidência da necessidade de uma melhora no saneamento rural, a partir da implantação de

Fossas Sépticas Biodigestoras, enfatizando a praticidade do modelo EMBRAPA, o baixo custo de sua instalação e manutenção, e a função exitosa de tratamento de esgoto doméstico em propriedades rurais que, além de econômico, fornece um biofertilizante rico em nutrientes para diferentes usos em culturas, melhorando o crescimento e a nutrição das plantas, evitando a aplicação em plantações em que os alimentos são consumidos de forma crua, assim como também pode ser utilizado como fonte de renda aos proprietários, através da sua comercialização.

Palavras-chave: esgoto doméstico, biodigestor, saúde pública.

Abstract

The objective of this work is to demonstrate sanitation alternatives for rural domestic sewage, through the Biodigestor Septic Tank, EMBRAPA model. Promoting the protection and conservation of water resources, the soil and the environment, and thus preventing the spread of waterborne diseases, providing an improvement in public health in Brazil. The methodology applied in this research is qualitative, exploratory, through a bibliographic survey and analysis of documents and references. According to Gil (2002), this option encourages the opening of other projects that encourage and deepen discussions about basic sanitation in Brazil and rural sewage treatment methods. Resulting, therefore, in the evidence of the need for an improvement in rural sanitation, from the implementation of Biodigestor Septic Tanks, emphasizing the practicality of the EMBRAPA model, the low cost of its installation and maintenance, and the successful function of treating domestic sewage on rural properties that, in addition to being economical, provides a nutrient-rich biofertilizer for different uses in crops, improving plant growth and nutrition, avoiding application in plantations where food is consumed raw, as well as can be used as a source of income for the owners, through its commercialization.

Keywords: domestic sewage, biodigester, public health.

1 INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é demonstrar alternativas de saneamento doméstico rural, através da Fossa Séptica Biodigestora, modelo EMBRAPA. Promovendo assim uma melhora na saúde pública e na qualidade dos recursos hídricos.

A problemática ambiental relacionada ao saneamento do esgoto doméstico no Brasil é urgente. Em 2011, dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontaram que apenas 24% da população das áreas rurais tem esgotamento sanitário. Assim, esse cenário aponta diversos problemas como doenças pela falta de saneamento, contaminação do lençol freático, aumento de animais e insetos vetores e degradação do meio ambiente. Dessa forma, é necessário demonstrar os métodos de tratamento de esgoto para a área rural, visto que essa é uma área negligenciada pelas políticas públicas de saneamento.

A metodologia aplicada nesta pesquisa é de natureza qualitativa, por meio de levantamento bibliográfico e análise de documentos e referências a respeito do saneamento básico no Brasil e os métodos de tratamento de esgoto rural.

Como alternativa para o tratamento eficaz, que demonstra melhor eficiência, considerando o econômico e o social, é apresentado o biodigestor. O biodigestor consiste em um método de tratamento de esgoto a partir da biodigestão aeróbica e anaeróbica. Entretanto, classifica-se em métodos utilizados para os dejetos animais e/ou humanos, sendo necessárias grandes quantidades para a produção de biogás, portanto pouco aconselhado para esgotamento doméstico, e os específicos para esgotamento doméstico, tratando os dejetos humanos.

A Fossa Séptica Biodigestora é um biodigestor voltado ao tratamento de esgoto doméstico, portanto fortemente aconselhado, visto também que possui baixo custo para sua instalação e excelência na diminuição de poluentes, agentes patogênicos e vetores de doenças para animais e o homem. A fossa biodigestora modelo EMBRAPA, a um custo acessível, consegue tratar o efluente e ainda garante um excelente biofertilizante, que pode ser usado em plantas e árvores, cultivadas e como também condicionador do solo, melhorando suas propriedades física, química e biológica,

sendo assim essa melhoria de qualidade ambiental proporciona um ambiente adequado e seguro para os residentes da zona rural.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

De acordo com Tucci (2012), existem diferentes fases do saneamento, relacionadas a diferentes períodos do desenvolvimento da sociedade. Porém, pode se diferenciar as fases de forma mais significativa quando analisadas pelos indicadores sociais de cada país (sendo o país desenvolvido, em desenvolvimento ou subdesenvolvido), sem considerar o tempo. Uma das fases descritas pelo autor é a pré-higienista, onde se coleta a água sem tratamento, da fonte de maior proximidade, e o esgoto é lançado sem nenhum tipo de tratamento, disposto em fossas negras, diretamente no solo ou em corpos hídricos. Pode ser considerada a fase com maior índice de doenças, epidemias de veiculação hídrica, mortalidade e inundações, por não possuir nenhum tipo de tratamento

A água do esgotamento doméstico faz parte do ciclo hidrológico, pois ele é devolvido ao meio ambiente. Pois, pode ser classificado em: esgoto antes do tratamento, quando é chamado de esgoto bruto, e depois do tratamento, quando passa a ser chamado de esgoto tratado, sendo que só o esgoto tratado pode ser devolvido ao ambiente. Dependendo das situações, também pode ser identificado o esgoto por “águas residuais” ou “efluentes”. O processo de tratamento de esgoto é uma das partes mais importantes na ação de saneamento básico, tanto na área urbana como na área rural. As medidas de saneamento básico são fundamentais para a saúde da população e do meio ambiente, por promoverem de eficiente e adequada o tratamento sanitário (OTENIO; LOPES, 2011).

O Brasil, no século XIX, foi marcado por projetos e pela instalação dos sistemas de abastecimento de água encanada e, em alguns casos, por sistemas de esgotamento sanitário ainda em fase inicial. Contudo, assim como parte do histórico sanitário mundial, epidemias de febre amarela, varíola, peste bubônica, dentre outras doenças que poderiam não ter acontecido se tivessem sido prevenidas, marcam o cenário nacional e mundial (PITERMAN; GRECO, 2005). Fica evidente, diante desse resumo histórico do saneamento mundial, que saúde e qualidade de vida sempre foram afetadas, tanto para o lado positivo ou para o lado negativo, por investimentos ou falta deles, desenvolvimento de tecnologias e manutenção de sistemas de saneamento básico ao redor do mundo (LIMA; HOPPEN, 2020).

De acordo com a Lei Federal 11.445/2007, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico, em seu artigo 3º, determina que Saneamento Básico é o conjunto de serviços públicos, infraestruturas e instalações operacionais de: abastecimento de água potável; esgotamento sanitário; limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos e drenagem e manejo de águas pluviais urbanas. Diante disso, é perceptível que o saneamento básico abrange além de água potável. A Constituição Federal Brasileira de 1988 afirma, em seu artigo 6º, que o saneamento básico é um direito fundamental. A Organização Mundial da Saúde (OMS) 2004, tem por definição de saneamento como o conjunto de ações socioeconômicas que cujo objetivo é alcançar níveis de qualidade ambiental, por meio de abastecimento de água potável, coleta e disposição sanitária adequada dos resíduos sólidos, líquidos e gasosos, promoção da disciplina sanitária de uso adequado do solo, drenagem urbana, controle de doenças transmissíveis e todos os demais serviços e obras especializadas, com o intuito de proteger e melhorar as condições e qualidade de vida da população urbana e rural.

Os Direitos Humanos à Água e ao Esgotamento Sanitário, aprovado em 2010 pela Assembleia Geral das Nações Unidas e Conselho de Direitos Humanos, declara os seguintes princípios normativos: disponibilidade, compreende o abastecimento de água contínuo e em quantidade suficiente para o atendimento de demandas domiciliares, além do número suficiente de instalações sanitárias, e que seja assegurada a destinação adequada dos dejetos, em condições de higiene; acessibilidade física, que pressupõe infraestruturas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário localizadas dentro ou nas imediações dos domicílios e de outros locais onde os indivíduos passam grandes períodos de tempo, que sejam construídas considerando-se as pessoas que possuem limitações ou incapacidades específicas e que o acesso às instalações garanta sua segurança física; acessibilidade econômica, para que o custo dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário não interfira na garantia de outros serviços essenciais à sobrevivência e à dignidade humana; aceitabilidade social e cultural, que denota

soluções tecnológicas e práticas de higiene, em estreita ligação com os padrões culturais e sociais das populações para as quais se destinam, sob o risco de, do contrário, não serem utilizadas ou incorporadas aos costumes; qualidade ou segurança, tanto no que diz respeito à água isenta de microrganismos, parasitas e substâncias que ameaçam a saúde humana, quanto às instalações sanitárias higiênicas, isentas de vetores e que permitam a lavagem das mãos.

Conforme dados disponibilizados em 2017 pela Agência Nacional de Água (ANA) e pelo então Ministério das Cidades (atual Ministério do Desenvolvimento Regional), o Atlas Esgotos: Despoluição de Bacias Hidrográficas aponta que 38,6% dos esgotos que o país produz não são coletados e também não possuem tratamento adequado. É o mesmo que acontece nos esgotos que correm a céu aberto. Outros 18,8% dos esgotos são coletados, mas são lançados de forma incorreta em corpos d'água sem nenhum tipo de tratamento. Já os 42,6% restaram são coletados e tratados de forma correta antes de retornarem aos mananciais, cursos d'água, rios que é o cenário ideal para o tratamento do esgoto. Diariamente são produzidos algo em torno de 9.098 toneladas de carga orgânica no País, sendo que 5.516 toneladas chegam aos rios e reservatórios mesmo após ter recebido o tratamento adequado dos esgotos. Para que o Brasil consiga atender todo o serviço de esgotamento sanitário do país, com base no horizonte de planejamento de 2035, o Atlas Esgoto revela que é necessário investimento na ordem de R\$ 149,5 bilhões, sendo que R\$ 101,9 bilhões precisam ser aplicados em coleta de esgotos, e o valor de R\$ 47,6 bilhões devem ser empregados no tratamento do esgotamento (ANA, 2017).

Avalia-se que por volta de 10% da carga global de doenças seja devida à uma má qualidade da água e a deficiências na disposição da matéria excretada e na higiene (PRÜS-USTIN et al., 2008). Estima-se que cerca de 90% dos episódios anuais de diarreia em todo mundo são atribuídos a deficiências e a falta do tratamento do esgotamento sanitário e na provisão de água potável de qualidade adequada; desses índices, tem-se 1,5 milhões de mortes em crianças com menos de cinco anos. A prevenção pode reduzir esses números em 94 % nos casos de diarreia (BITTENCOURT, 2014). No Brasil, dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2011) demonstraram que apenas 24% da população que reside nas áreas rurais tem tratamento de esgotamento sanitário adequado, tornando muito frequentes doenças transmitidas pela água contaminada, como verminoses, diarreia, cólera, hepatite A, e outras. As doenças transmitidas pelo contato com fezes, especialmente a diarreia, representam mais de 80% das doenças relacionadas ao saneamento ambiental inadequado. Existem outras doenças que são transmitidas por inseto vetores como dengue, febre amarela, leishmanioses, filariose linfática, malária, doença de Chagas, esquistossomose, leptospirose, febre tifoide, disenteria bacilar, amebíase entre outras. Nesse mesmo ano, 396.048 pessoas foram internadas por diarreia e os gastos do governo com internações, por causa da doença, foram de R\$ 140 milhões. Os custos com a prevenção dessas doenças são sempre menores do que os que se tem com a cura e, ainda, há o risco de morte por causa delas. As tecnologias que foram desenvolvidas para o Saneamento Básico Rural da Embrapa são soluções simples para o tratamento de água e esgoto no campo, e foram criadas para atender propriedades rurais que ainda não possuem saneamento básico adequado. O objetivo principal é reduzir a ocorrência de doenças, auxiliar na preservação do meio ambiente e aumentar a qualidade de vida dessa população. A falta de saneamento básico na zona rural é um problema que ainda afeta quase 80% da população do campo e traz sérios riscos à saúde.

Os meios existentes de tratamento e/ou disposição desses efluentes em meio rural são: a fossa negra ou fossa rudimentar, que direciona o esgoto para um “buraco” aberto na terra, contamina o meio ambiente, uma vez que os dejetos humanos podem chegar ao lençol freático e aos rios que abastecem as cidades, causando a propagação de doenças (Silva, 2014); a fossa séptica (ligada ou não à rede de esgoto); Jardim Filtrante, trata a “água cinza” (água de lavanderia, cozinha, banho); e o biodigestor, trata-se de uma câmara fechada onde a biomassa é fermentada anaerobicamente. O meio de disposição mais utilizado é a fossa negra (48% da população rural do Brasil), que, junto de outros métodos e com a não coleta/tratamento, corresponde ao percentual da população rural não atendida com coleta adequada de esgoto (COSTA; GUILHOTO, 2014).

A fossa negra, conhecida também como fossa rudimentar, consiste em buracos que são abertos na terra, para receber o esgoto doméstico gerado pela casa, não segue nenhuma recomendação de segurança, não possui nenhum tipo de revestimento interno, fazendo que o esgoto tenha contato com o solo, dessa forma causa a contaminação do solo e das águas subterrâneas, essa contaminação pode chegar até o lençol freático, promovendo a proliferação de doenças com todo o contato do efluente sem nenhum tipo de tratamento (MORAES, et al., 2013).

A fossa séptica é composta por um tanque impermeável onde os esgotos são depositados sem tratamento e permanecem por algumas horas antes de serem lançados no solo ou em uma rede de coleta. Assim, os sólidos se sedimentam no fundo da estrutura e a gordura fica retida. Mesmo sendo eficiente em tratamento primário, no geral sua eficiência é baixa e limitada, tendo o potencial de contaminar o solo e a água, gerar odores e aspecto desagradável, seu efluente não é reciclável (BRK AMBIENTAL, 2020).

O Jardim Filtrante é um pequeno lago com pedras, areia e plantas aquáticas onde o esgoto é tratado. Contribui com a sustentabilidade do meio ambiente e complementa o uso da Fossa Séptica Biodigestora. Possui baixo custo de aquisição e simples manutenção, o líquido tratado pode ser utilizado para limpeza de máquinas e alguns locais. É utilizado para tratar o esgoto proveniente de pias, tanques e chuveiros, os quais são encontrados produtos de limpeza como sabão, detergente, restos de alimentos e gorduras, conhecido como “água cinza” (EMBRAPA, 2015).

A seguir uma ilustração do esquema do Jardim Filtrante:

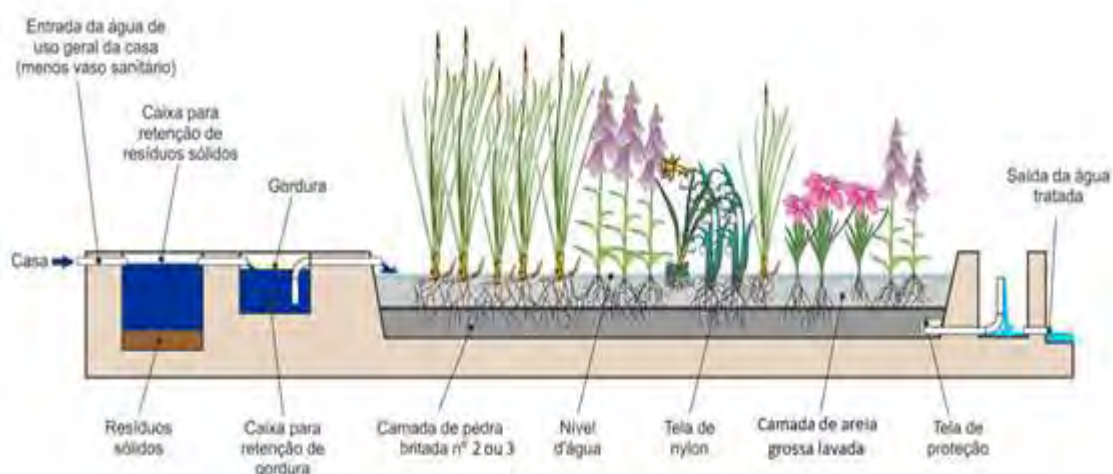


Figura 1. Representação esquemática de um Jardim Filtrante (arte: Valentim Monzane). **Fonte:** EMBRAPA, 2015.

Podem ser encontrados vários modelos de biodigestor, sendo os mais conhecidos o indiano, o chinês, o biodigestor de batelada, o biodigestor de fluxo tubular e o modelo da Fossa Séptica biodigestora EMBRAPA.

Quanto a estrutura básica do modelo de biodigestor indiano, a cúpula vai subindo em torno de uma guia de metal, à medida que o biogás é produzido. Esta cúpula funciona como um verdadeiro gasômetro, já que, pelo seu próprio peso, acaba imprimindo uma certa compressão ao gás estocado. Para aumentar esta compressão pode ser fixado de pesos especiais na cúpula de metal. Através desse sistema simples, aplica-se maior pressão quando se tiver necessidade de aumentar a velocidade de saída do biogás (JÚNIOR, et al., 2006).

A seguir uma ilustração do esquema do Biodigestor modelo Indiano:

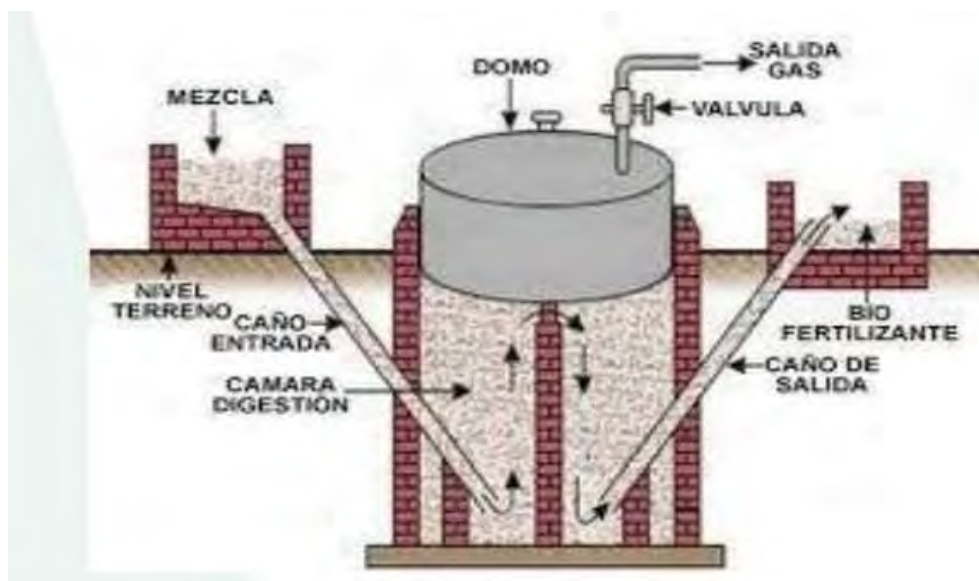


Figura 2. Modelo indiano de biodigestor. **Fonte:** Educapoint, 2018.

No modelo chinês a cúpula é fixa, ao invés de ser móvel, pode ser feita de alvenaria, aparelhada por uma espécie de válvula, sendo que é composta por uma tampa e sofre pressão por possuir um depósito de água. Como característica deste modelo é necessário que se esgote o gás de forma mais frequente, para evitar que o biogás seja desperdiçado (JÚNIOR, et al., 2006). O biodigestor chinês possui um custo de fabricação menor, mas não é muito utilizado devido a sua técnica de construção que se exige um pouco mais (GASPAR, 2003).

A seguir uma ilustração do esquema do Biodigestor modelo Chinês:

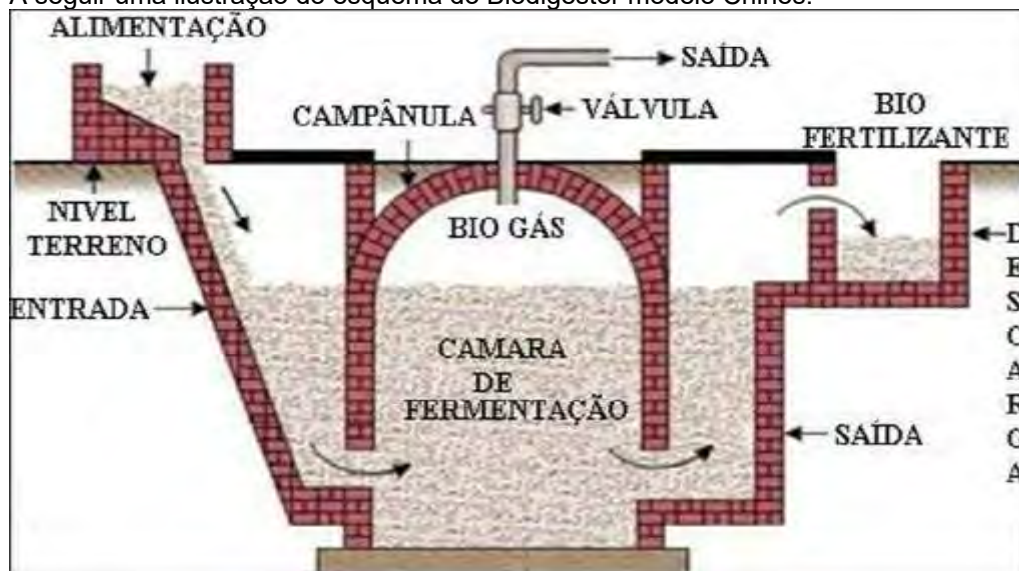


Figura 3. Biodigestor modelo chinês. **Fonte:** LUSTROSA; MEDEIROS, 2014.

"Biodigestor de batelada é um modelo simples, próprio para produções pequenas de biogás. Trata-se de um tanque que pode ser de alvenaria, metal ou fibra de vidro, o qual é carregado, fechado e, depois de 15 a 20 dias de fermentação, começa a produzir biogás. A produção continua durante 20 dias ou mais. Quando cessa a fermentação, o biodigestor de batelada é aberto, descarregado, limpo e carregado de novo, reiniciando o processo. Este sistema é composto apenas pela câmara de digestão cilíndrica, que é feita de alvenaria, e pelo gasômetro móvel, com formato cilíndrico e cobertura abaulada, construído de material metálico. Trata-se de um tipo de biodigestor mais simples de ser construído, pois dispensa as caixas de carga e de descarga e, por isso, não necessita dos tubos de carga e de descarga (Lucas Júnior; Souza; Lopes, 2006)."

A seguir uma ilustração do esquema do biodigestor modelo de batelada.

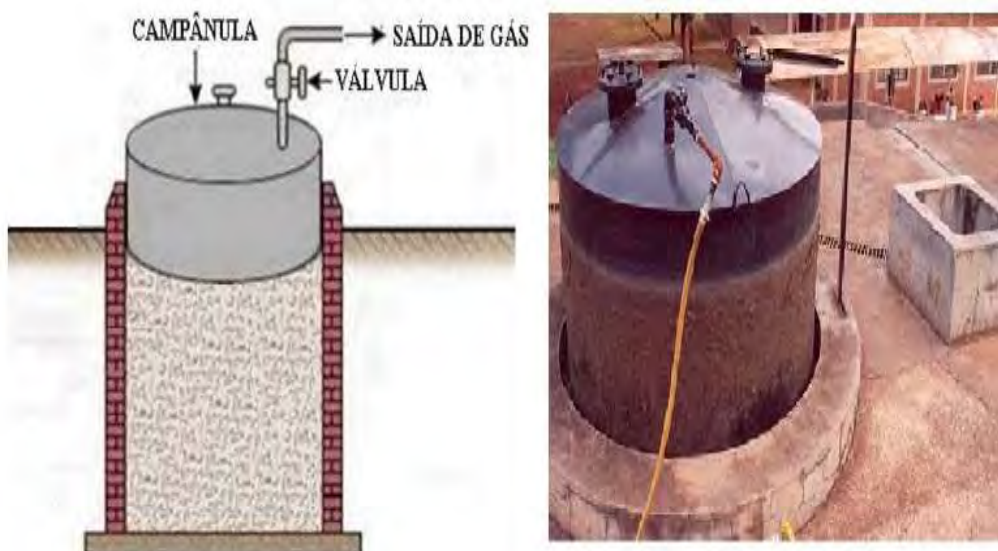


Figura 4. Biodigestor de batelada. **Fonte:** Marcucci, 2018.

“Biodigestor de fluxo tubular trata-se de um biodigestor de construção simplificada, do tipo horizontal com câmara de biodigestão escavado no solo e com gasômetro do tipo inflável feito de material plástico. Sua construção é feita abrindo-se duas valas no solo, uma ao lado da outra. O fundo dessas valas deverá ser revestido por uma manta plástica, deixando-se, de cada lado, uma abertura que servirá de caixa de carga e de descarga. O gasômetro será obtido, colocando-se outra manta plástica, na parte superior do biodigestor tubular. As laterais dessa manta deverão ser presas ao solo em canaletas preenchidas com água, com ripas de madeira, ou tripas de plástico cheias de areia. Este modelo de biodigestor, embora apresente a vantagem de ser de fácil construção, por outro lado, possui menor durabilidade e é mais susceptível à ocorrência de escapamento do gás, caso a lona de plástico seja perfurada (JÚNIOR, et al., 2006).”

A seguir uma ilustração do biodigestor modelo tubular:

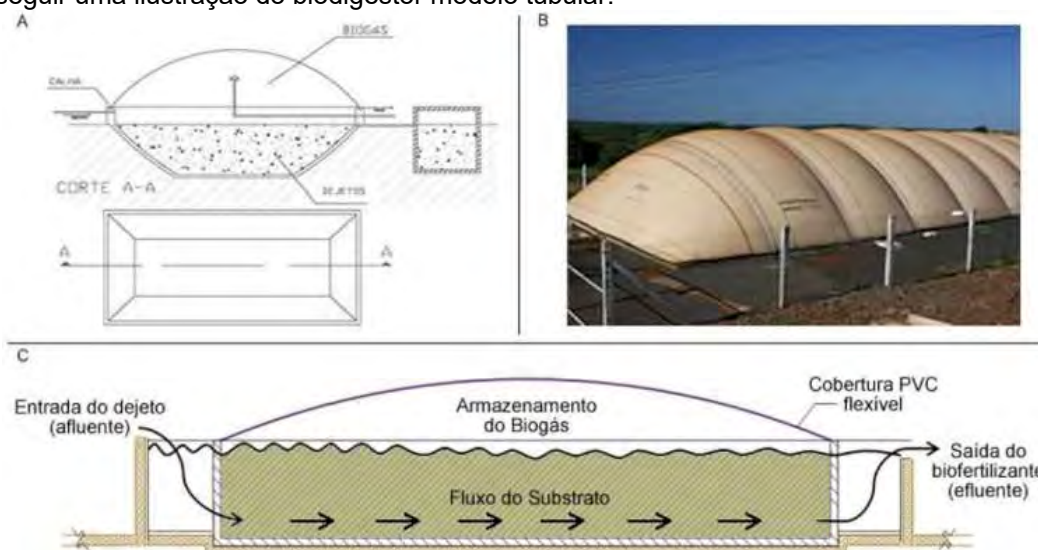


Figura 4. Biodigestor de fluxo tubular. **Fonte:** Energia e Biogás, 2020.

A Fossa Séptica Biodigestora modelo EMBRAPA foi desenvolvida pelo médico-veterinário Antônio Pereira de Novaes, seguindo os modelos dos biodigestores asiáticos e das câmaras de

fermentação de ruminantes. Assim como no estômago multicavitário do animal, a tecnologia também é composta de vários tanques de fermentação, onde os dejetos humanos passam pelo tratamento anaeróbio.

A biodigestão anaeróbia é um processo natural em que os microrganismos, na ausência de ar, utilizam matéria orgânica biodegradável para gerar energia para suas atividades e fonte de matéria-prima para sua reprodução. Seus principais produtos são o dióxido de carbono e o gás metano, além de substâncias orgânicas solúveis ou sólidas estabilizadas. As principais funções desse processo são reduzir sólidos e organismos patogênicos e estabilizar substâncias instáveis contidas nas águas residuais, reduzindo significativamente a poluição da água (SILVA, 2014).

Existem diversos modelos de Fossa Séptica Biodigestora, entre eles: o Biodigestor FORTLEV e o LuxtelBiodigestor, a Fossa Séptica Biodigestora EMBRAPA.

O Biodigestor FORTLEV é um sistema compacto de tratamento de esgoto com grande eficiência. Fornece o tratamento de esgoto de uma família de até 15 pessoas, possuindo o suporte de 1.500 litros por dia. É impermeável, portanto, não permite o contato do efluente com o solo. Remove até 80% de poluentes. Não ocupa grande espaço na instalação. Não necessita de caminhão limpa-fossa. É composto por reator, filtro anaeróbio e Sistema de cloração, dessa forma, combate os microrganismos nocivos à saúde. Entretanto, o efluente gerado ao final do tratamento, não pode ser utilizado como fertilizante, sendo proposto para isso apenas o lodo que se forma, mas este precisa passar por um processo de secagem e tratamento com cal, ainda assim, não pode ser utilizado em culturas com fins alimentícios (SITE FORTLEV, 2021)

“A Fossa Séptica Biodigestora do modelo proposto pela EMBRAPA, é um biorreator, composto de três caixas d'água de fibra de vidro, ou fibrocimento de 1000 litros cada, quando pretende atender uma família de 5 pessoas, podendo assim aumentar o número de caixas em casos de famílias maiores, seu material para implantação pode ser encontrado em comércios locais. As duas primeiras caixas são como tanques de fermentação, onde ocorrerá o processo de descontaminação. A terceira caixa de 1000 litros tem como objetivo a coleta do efluente tratado. Esse sistema trata apenas o esgoto do vaso sanitário (águas negras), pois contem grande quantidade de coliformes termotolerantes e alta demanda bioquímica de oxigênio (DBO). O esgoto gerado por lavanderia, cozinha, banho não tem o mesmo potencial patogênico das águas negras, como também os resíduos como sabão e detergente são antibióticos e inibem o processo de biodigestão. Ele pode ser descartado depois de filtrado, se o curso d'água tiver uma grande vazão. O descarte em curso d'água só poderá ocorrer se não houver alternativa (uso no solo como fertilizante ou uso de valas de infiltração) e com autorização do órgão ambiental (SILVA, 2014).”

Os indicadores de qualidade de águas, como os coliformes totais/fecais, são expressos em densidade. Para análises microbiológicas do efluente, retira-se mensalmente amostras na 3ª caixa, em uma dessas análises, em um estudo onde foi realizada a análise laboratorial onde obteve-se como resultado que o número de coliformes totais foi de 1100/100 mL, em todas as análises (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, 2002). Entretanto, quanto aos coliformes fecais, a análise apresentou 3/100 mL nos dois primeiros meses e ausente dos meses seguintes. Dessa forma, é possível observar que o sistema da Fossa Séptica Biodigestora é eficiente na eliminação de agentes patogênicos que poderiam contaminar as águas subterrâneas e superficiais.

A seguir uma ilustração da Fossa Biodigestora modelo EMBRAPA:

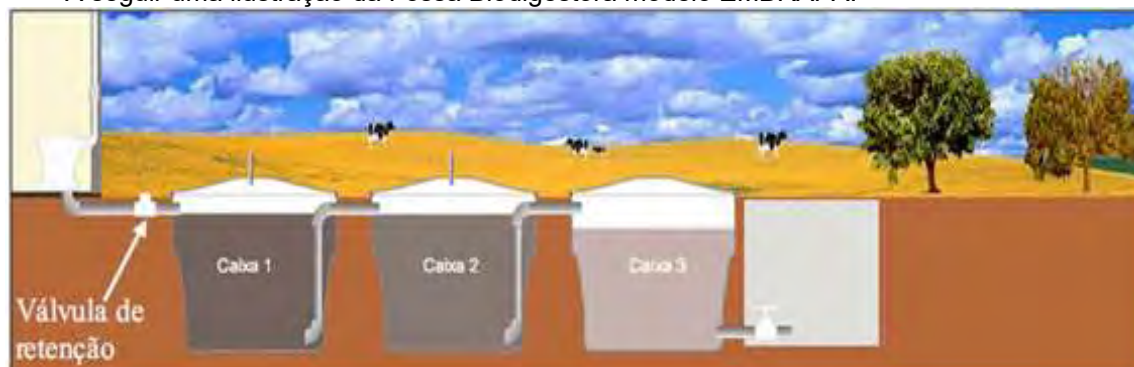


Figura 1. Esquema do sistema de fossa séptica biodigestor. **Fonte:** EMBRAPA.

Esse sistema é inoculado mensalmente em esterco bovino fresco, rico em bactérias anaeróbicas celulolíticas, hemicelulolíticas, hidrolíticas, entre outros, que aumentam a eficiência da Fossa Séptica Biodigestora na remoção de sólidos, como materiais fibrosos e proteicos. O efluente de esgoto tratado (EET) pela Fossa Séptica Biodigestora precisa passar por um processo chamado depuração. Sendo o solo conhecido por esta capacidade, uma forma de dispor o EET no solo é como fonte de adubação controlada, sua composição química melhora a fertilidade do solo, seu efeito é comumente comparado com o efeito de adubação química inorgânica como a NPK (Nitrogênio + Fósforo + Potássio), entretanto, deve ser aplicado diretamente no solo e não em alimentos que estejam em contato direto com ele e que são consumidos crus como, por exemplo, hortaliças (EMBRAPA, 2018). O uso deste biofertilizante deve estar de acordo com o aquilo que é melhor para a cultura, não excedendo o limite do que as plantações aceitam (SILVA, 2014). Esse sistema foi criado para diminuir a incidência da transmissão de doenças infecciosas causadas pelos microrganismos encontrados nos dejetos humanos que contaminam o subsolo e o lençol freático (águas subterrâneas), poluindo assim os recursos hídricos. Como vantagem encontra-se a simplicidade e facilidade de instalação, a utilização de materiais de baixo custo, a simplicidade e facilidade de manutenção.

A seguir uma foto da disposição do modelo de Fossa Biodigestora EMBRAPA:



Foto 1. Sistema de fossa séptica devidamente montado e cercado. **Fonte:** EMBRAPA, 2017.

A Fossa Séptica Biodigestora EMBRAPA, está presente em mais de 11.500 residências rurais em todas as regiões brasileiras, é estimado que seu benefício se estenda para mais de 57 mil pessoas. O Ministério das Cidades editou em 22 de março de 2017 a Portaria nº268/2017 que incluiu a Fossa Séptica Biodigestora como referência no Programa Nacional de Habilitação Rural (PNHR), que integra o Programa Minha Casa, Minha Vida.

Embora todos os modelos de biodigestor realizem suas atividades de forma eficiente, gera fertilizantes naturais e biogás, os modelos indiano, chinês, de batelada e tubular são mais utilizados por pequenos ou grandes produtores rurais, pois estes aproveitam do esterco dos animais criados em sua propriedade, também podem ser utilizados para esgotamento doméstico. Entretanto, sua instalação não se deve a esse uso, sendo aconselhado apenas para casos em que a propriedade já tenha maior produção de resíduos, como ocorre quando é proprietária de animais. Já o modelo de Fossa Séptica EMBRAPA e o Jardim Filtrante são para uso doméstico em áreas rurais, tratando dos dejetos humanos e produzindo um fertilizante a partir disso.

Como afirma Souza (2007), além de pretender a redução de enfermidade por diarreia e da contaminação de recursos hídricos, o tratamento do esgotamento doméstico contribui para que ocorram mudanças na vida dos cidadãos que vivem no meio rural e do meio em que vive. Porém, a principal preocupação não deve estar voltada propriamente para a implantação de soluções

tecnológicas para o tratamento do saneamento básico em especial o esgotamento doméstico, mas, sim, no seu funcionamento de forma plena, duradoura e acessível a toda a população que reside na zona rural, agregando estratégias de educação, participação e controle social e, portanto, de empoderamento dessa população.

Este trabalho busca reconhecer a importância da utilização da Fossa Séptica Biodigestora para o Saneamento rural, como método de proteção e conservação dos recursos hídricos, melhorando assim a saúde humana.

3 METODOLOGIA

A metodologia aplicada se orienta na construção de uma pesquisa qualitativa, por meio de levantamento bibliográfico e análise de documentos e referências. Gil (2002), afirma que tal opção estimula a abertura de outros projetos que incentivam e aprofundam discussões acerca do assunto.

4 ANÁLISES E DISCUSSÕES

No Brasil, 30,6% do esgoto não é coletado e 18,8% é coletado, mas lançado livremente em corpos d'água. Isso demonstra uma grande porcentagem de poluição, gerando diversas doenças contaminantes, através dos corpos hídricos. Estima-se que 10% das doenças no mundo sejam causadas pela má qualidade da água. Algumas das doenças causadas por essa falta de saneamento originaram grandes pandemias ao longo da história. Estudos apontam que apenas 24% da população da zona rural possui esgotamento sanitário adequado, sendo que, o restante, 76% desse grupo estão mais suscetíveis às doenças de veiculação hídrica. Portanto, se faz necessária a implantação de novos instrumentos de tratamento de esgoto, que sejam viáveis aos habitantes da zona rural.

Existem diversas formas de tratamento de esgoto sendo elas: Fossa negra, fossa séptica, Jardim Filtrante e biodigestor. A Fossa negra é desaconselhada em qualquer situação, pois tem contato direto com solo, o poluindo e também o lençol freático e águas superficiais. A Fossa Séptica trata dos dejetos, gera lodo que pode ser utilizado como fertilizante de culturas não comestíveis após processos, mas seu efluente não pode ser utilizado como fertilizante, sendo dispensado em um sumidouro ou em vala de infiltração. O Jardim Filtrante é limitado ao tratamento de "águas cinzas", portanto não é utilizado para tratamento de dejetos. Os biodigestores conhecidos são o indiano, o chinês, o tubular, o de batelada e a Fossa Séptica Biodigestora. Todos possuem o princípio de tratamento de dejetos por meio da biodigestão aeróbica e anaeróbica. Os modelos de biodigestor indiano, chinês, batelada e tubular são mais comumente utilizados para tratamento de dejetos animais em grandes propriedades, como também, podem ser utilizados para tratar o esgoto doméstico, mas não apenas ele, sendo inviáveis pelo custo de sua implantação para pequenas propriedades. Têm como produto um fertilizante natural e o biogás, que pode ser utilizado para diversos fins, como geração de energia. Portanto, o biodigestor que demonstra mais qualidades para o uso doméstico em zonas rurais, é a Fossa Séptica Biodigestora, que possui diversos modelos diferentes, entre eles o Biodigestor FORTLEV e a Fossa Séptica Biodigestora EMBRAPA.

O biodigestor FORTLEV promove um tratamento de até 80% de eficiência contra poluentes, entretanto, diferente da Fossa Séptica Biodigestora EMBRAPA, seu efluente não pode ser utilizado como fertilizante, apenas o lodo gerado após tratamento pode ser aplicado em culturas não comestíveis.

Nessa pesquisa, é observado a melhor eficiência e menor custo de implantação e manutenção da Fossa Séptica Biodigestora EMBRAPA que, além de tratar o esgoto doméstico conhecido como "águas negras", o transforma em fertilizante natural, que deve ser aplicado diretamente no solo, longe de hortaliças, legumes e frutas rasteiras que normalmente são consumidos crus, assim como seguir os conselhos quanto a quantidade que se deve utilizar nas culturas. Observa-se que sua utilização é de maior interesse econômico dos pequenos proprietários rurais, pois, além de não poluir o solo e os cursos d'água, fornece um fertilizante de boa qualidade sem nenhum custo e, em casos que o proprietário produz mais do que consome, pode optar por vender o excedente do biofertilizante e gerar uma fonte de renda para sua família.

A Fossa Séptica Biodigestora EMBRAPA, promove, além de benefícios econômicos aos proprietários rurais, uma melhora na saúde dos residentes rurais e melhoria da qualidade ambiental, visto que sua implantação não degrada e sim contribui para a proteção e conservação do solo, com

suas características de melhoria das propriedades física, química e biológicas do solo, propiciando assim, uma produtividade nas plantas cultivadas, também promove a proteção e conservação das águas superficiais e subterrâneas, evitando assim, as doenças por veiculação hídrica e diminuindo a proliferação dos vetores de doenças.

5 CONCLUSÕES

Considerando a decadência do saneamento rural no Brasil, onde foram apresentados números alarmantes quanto as doenças causadas devido à falta de infraestrutura necessária para um bom tratamento de esgoto. Considerando, também, a importância da integridade dos recursos hídricos para o abastecimento de áreas rurais e urbanas e a conservação do meio ambiente que os cerca. Sabe-se que a necessidade de melhoria é urgente, e o método simples, entretanto exitoso, de tratamento de esgoto pela Fossa Séptica Biodigestora EMBRAPA, é aconselhado. Dessa forma, esta pesquisa demonstra a importância do Saneamento rural para os residentes e para a proteção e conservação dos recursos hídricos em geral, apresentando como forma de melhoria, a implantação de Fossas Sépticas Biodigestoras EMBRAPA, que oferecem baixos custos de implantação e, ainda assim, demonstram um bom tratamento de esgoto para “águas negras” em meio rural, com eficiência de 80% de redução de agentes patogênicos e podendo ser utilizado na agricultura como condicionador de solo e adubo orgânico na produção agrícola.

Investir em saneamento básico é investir na saúde pública também, pois a cada real gasto em saneamento se economiza quatro reais no setor da saúde (BRASIL, 2004). Portanto, precisamos priorizar as políticas públicas referentes aos programas de saneamento rural.

6 REFERÊNCIAS

ANA – AGÊNCIA NACIONAL DAS ÁGUAS. Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental. **Atlas Esgotos: Despoluição de Bacias Hidrográficas**, 2017.

BITTENCOURT, CLÁUDIA. **Tratamento de água e efluentes: fundamentos de saneamento ambiental e gestão de recursos hídricos** / Cláudia Bittencourt, Maria Aparecida Silva de Paula. – 1. ed. – São Paulo – Érica, 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Manual de saneamento**. Brasília: Ed F.N. FUNASA, 2004.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Manual de saneamento**. Brasília: Ed F.N. FUNASA, 2019.

BRK AMBIENTAL. **Fossa séptica: saiba como funciona seus impactos no meio ambiente**, 2020. Disponível em: <https://blog.brkambiental.com.br/fossa-septica/>. Acesso em: 15 de out. 2021.

COSTA, C.C, GUILHOTO, J.J.M. **Saneamento rural no Brasil: impacto da fossa séptica biodigestora**, 2014.

EMBRAPA. **Saneamento básico rural**. Disponível em: <https://www.embrapa.br/tema-saneamento-basico-rural/sobre-o-tema>. Acesso em: 15 de out. 2021.

FORTLEV. **Biodigestor 1.500L de esgoto por dia**. Disponível em: <https://www.fortlev.com.br/produtos/meio-ambiente/biodigestor-1500l-esgoto-dia/>. Acesso em: 10 de out. 2021.

GASPAR, Rita Maria Bedran Leme. **Utilização de Biodigestores em Pequenas e Médias Propriedades Rurais, com Ênfase na Agregação de Valor: Um Estudo de Caso na Região de Toledo-PR**. 2003. 119 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção e Sistemas, Departamento de Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003. Disponível em: <<https://core.ac.uk/download/pdf/30366655.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2021.

IBGE EDUCA. **População rural e urbana**, 2011. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18313-populacao-rural-e-urbana.html>. Acesso em 15 de out. 2021.

JÚNIOR, J.L.; SOUZA, C.F.; LOPES, J.D.S.– **Construção e Operação de Biodigestores** – Viçosa-MG, CPT, 2006.

LIMA, B.A; HOPPEN, M.I - **Saneamento ambiental e sustentabilidade local** - Curitiba: Contentus, 2020.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. **Portaria nº 268, de 22 de março de 2017**. Diário Oficial da União. Publicado em: 24 de março de 2017, edição 58, seção 1, Página 115.

MORAES, V.R, CARNEIRO JR., J.J, VALENTINI, C.M.A, FARIA, R.A.P.G. **Caracterização dos modelos de esgotamento sanitário na comunidade de São Gonçalo Beira Rio, Cuiabá, MT**. 2013.

NOVAES A.P.; SIMÕES M.L.; NETO, L.M.; CRUVINEL, P.E.; SANTANA, Aleudo; NOVOTNY, E.H.; SANTIAGO, Gilberto; NOGUEIRA, A.R.A., Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Utilização de uma Fossa Séptica Biodigestora para Melhoria do Saneamento Rural e Desenvolvimento da Agricultura Orgânica**. São Carlos – SP, 2002.

OTENIO, M.H.; LOPES, J.D.S.– **Curso tratamento de água e esgoto na propriedade rural** – Viçosa-MG, CPT, 2011.

PITERMAN, A.; GRECO, R. M. **A água seus caminhos e descaminhos entre os povos**. Revista Aps, v. 8, n.2, p. 151-164, 2005.

Programa Nacional de Saneamento Rural / Ministério da Saúde, Fundação Nacional de Saúde. – Brasília, Funasa, 2019.

PRÜSS-ÜSTÜN, A.; BOS, R.; GORE, F.; BATRAM, J. **Safer water, better health: costs, benefits and**

SILVA, W. T. L.; MARMO, C. R.; LEONEL, L. F. **Memorial descritivo: Montagem e operação da fossa séptica biodigestora**. Embrapa Instrumentação, São Carlos – SP, 2017.

SILVA, W.T.L. **Saneamento básico rural**.– Brasília, DF: EMBRAPA, 2014.

SOUZA, C. M. N. **Relação Saneamento-Saúde-Ambiente: os discursos preventivistas e da promoção da saúde**. Saúde Soc., v.16, n.3, p.125-137, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sciarttext&pid=S0104-12902007000300012>. Acesso em: 10 de out. 2021.

sustainability of intervention to protect and promote health. World Health Organization, Geneva, 2008. Disponível em: <http://whqlibdoc.who.int/publications/2008/9789241596435_eng.pdf>. Acesso em: 10 de out. 2021.

TUCCI, C.E. M. **Gestão da drenagem urbana**. Brasília, DF: Cepal, 2012.

**SAÚDE PÚBLICA - O Problema: A MORTE MATERNA;
O Ator: O COMITÊ DE MORTALIDADE MATERNA;
O Documento: A DECLARAÇÃO DE ÓBITO.**

*PUBLIC HEALTH - The problem: MATERNAL MORTALITY;
The actor: MATERNAL MORTALITY COMMITTEE;
The document: DEATH CERTIFICATE.*

Desenvolvimento Social e Políticas Públicas: Psicologia, Saúde e Desenvolvimento

RODRIGUES, Ana Lúcia de Castro
Médica Ginecologista, Docente do curso de Graduação em Medicina, Discente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional do Uni-FACEF
analucar@uol.com.br

COMPARINI, Camila Trevisan Carvalho
Enfermeira, Discente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional do Uni-FACEF
Camilatrevizan.ead@gmail.com

LOPES-GAZAFFI, Livia Maria
Enfermeira, Docente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional do Uni-FACEF
liviamalopes@gmail.com

Resumo

A mortalidade materna é um problema de saúde pública. O Comitê de Mortalidade Materna analisa e investiga os óbitos tendo como ponto de partida a Declaração de Óbito, que é também fonte de dados para o Sistema de Informação sobre Mortalidade, a partir do qual se define o perfil epidemiológico de uma população, a elaboração de políticas públicas voltadas para a saúde da mulher. Reconhecida a relevância da Declaração de Óbito, da total responsabilidade do médico por todas as informações, e de seus aspectos sociais, éticos, jurídicos e epidemiológicos, a expectativa seria de completo e correto preenchimento. O presente estudo analisou a completude e qualidade do preenchimento desse documento, por meio de estudo descritivo exploratório com abordagem quantitativa, tendo como fonte de dados secundária as 13 declarações de óbito materno identificadas no período de 2018 a 2020, pelo Comitê de Mortalidade Materna de Franca-SP. Os resultados encontrados não confirmaram a hipótese, permitiram identificar a incompletude e má qualidade de informações, não compatíveis com a importância do documento. Considerando o parâmetro completude, de 130 campos analisados, 35 não foram preenchidos, na proporção de 26,92%. A qualidade, analisada por 65 variáveis, revelou inadequações em 38 delas, correspondendo a 58,46%. Diante deste cenário, os resultados dessa pesquisa permitem concluir pela necessidade de sensibilizar e capacitar os médicos para o preenchimento das declarações de óbitos, e assim melhorar a qualidade das informações sobre a mortalidade, para aprimoramento e confiabilidade dos dados e efetividade das políticas públicas, visando em última instância a redução dos índices de mortalidade materna.

Palavras-chave: Morte Materna. Declaração de óbito. Comitê de Mortalidade Materna.

Abstract

Maternal mortality is a public health problem. The Maternal Mortality Committee analyzes and investigates deaths based on the Death Certificate, which is also a data source for the Mortality Information System. The System is also used for defining the epidemiological profile of a population and for elaborating women's health public policies. There is no question about the relevance of the Death Certificate for the health system, or about the physician's full responsibility for all information registered, including its social, ethical, legal and epidemiological aspects. For this reason, all Death Certificates are expected to be registered completely and correctly. The present study analyzes the

comprehensiveness and quality of information registered on this document, through an exploratory descriptive study with a quantitative approach. The secondary data source is composed by the 13 maternal Death Certificates identified from 2018 to 2020, by the municipal Maternal Mortality Committee of Franca, a city in the state of São Paulo, in Brazil. The results found did not confirm the hypothesis, since it was possible to identify that Death Certificates have incomplete and poor-quality information, which are not compatible with the relevance of the document for public health policies. Considering the completeness parameter, 35 out of 130 analyzed fields were not properly filled, representing 26.92%. As for the quality of information parameter, 38 out of 65 variables analyzed revealed inadequacies, corresponding to 58.46%. The results of this research lead to the conclusion that there is a need to sensitize and train physicians for properly registering information on Death Certificates, to guarantee the quality of information on mortality as well as to improve the public data reliability, both fundamental for structuring more effective public policies and services, ultimately aiming at reducing rates of maternal mortality.

Keywords: Maternal Mortality, Death Certificate, Maternal Mortality Committee.

1 INTRODUÇÃO

A morte materna é considerada uma violação dos direitos humanos da mulher e um problema de saúde pública de interesse mundial, com ocorrência significativamente maior em países em desenvolvimento, sendo considerada evitável em 92% dos casos, pela Organização Mundial de Saúde (OMS) e por isso, teve sua redução pactuada pelo Brasil, dentro dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, para 2030. Várias são as políticas públicas que permeiam a assistência à saúde da mulher no Brasil, buscando uma atenção integral. O atendimento integral à saúde da mulher compreende um planejamento reprodutivo adequado, que consiste em orientar e disponibilizar métodos contraceptivos efetivos, seguros, aceitos pela própria paciente, de fácil acesso e uso; que reduzam o número de gestações não planejadas, principalmente na adolescência e que viabilizem intervalos interpartais adequados, que permitam o período de amamentação não menor que um ano, dando à mulher o direito e oportunidade de ter o número de filhos que desejar e puder alimentar, vestir, educar, oferecer oportunidades de crescimento saudável (BRASIL, 2011).

De acordo com o Manual dos Comitês de Prevenção do Óbito Materno, Infantil e Fetal do Ministério da Saúde (MS) do Brasil, publicado em 2009, o Comitê de Vigilância ao Óbito Materno é organismo de natureza interinstitucional, multiprofissional e confidencial que visa identificar os óbitos maternos e apontar medidas de intervenção para a sua redução na região de abrangência. Trata-se de um importante instrumento de acompanhamento e avaliação permanente das políticas de assistência à saúde da mulher, atuação técnico-científica, sigilosa, não coercitiva ou punitiva, com função eminentemente educativa. Tem como objetivo geral, avaliar as circunstâncias de ocorrência dos óbitos materno, infantil e fetais e propor medidas para a melhoria da qualidade da assistência à saúde para sua redução e consequentemente subsidiar as políticas públicas e ações de intervenção (BRASIL, 2009).

A Declaração de Óbito (DO) é documento de indiscutível relevância, sendo sempre o ponto de partida para as investigações dos óbitos em comitês de mortalidade; tem implicações jurídicas, porque é base para decisões em processos cíveis, criminais, trabalhistas e de seguridade; é fonte de dados para sistemas de informações oficiais e fornece dados epidemiológicos para definições de políticas públicas, com grande impacto no desenvolvimento regional. O preenchimento da DO é ato médico, consta na Código de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina (CFM), estando o profissional

a epidemiológica

de abrangência

de fornecer informações sobre mortalidade para todas as instâncias

a sociedade. Os índices calculados refletem a realidade e a qualidade do atendimento em saúde prestado à população, permitem as análises de desempenho de cada unidade da federação. É importante considerar também a importância jurídica da DO, uma vez que os dados nela registrados podem interferir nas decisões de indenizações trabalhistas, seguros de vida, processos cíveis e criminais (LAURENTI et al., 2000).

As políticas públicas são fundamentais para as democracias modernas, e são estabelecidas e influenciadas por um grupo de atores considerados na literatura das ciências políticas como

indivíduos, grupos ou organizações, que desempenham algum papel na arena política (SECCHI, 2014). A mortalidade materna é um enorme problema público, reflete a qualidade do atendimento prestado à uma população e representa significativo índice de desenvolvimento humano, por isso está incluído nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, como meta a ser cumprida por ter sido pactuada pelo Brasil junto à ONU (BRASIL, 2009).

A saúde é um direito fundamental da dignidade humana, sendo, portanto, direito de todos e um dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e o acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação (BRASIL, 2000).

Considerando a relevância da DO, são necessários estudos que possam contribuir para o aprimoramento de seu preenchimento e revelar a consistência sobre mortalidade

Sendo as informações da população bem como para planejamento e gestão de políticas e ações torna-se imprescindível que sejam fidedignas e acessíveis (MENDONÇA; DRUMOND; CARDOSO, 2010).

Os resultados de outras pesquisas identificaram como principais problemas relacionados ao preenchimento da DO o desconhecimento médico acerca da importância do correto preenchimento de todos os campos do formulário, o desconhecimento e a pouca utilização dos materiais de instrução fornecidos aos médicos pelos órgãos e instituições responsáveis, o desconhecimento sobre a importância do detalhamento e a adequação da cadeia de eventos patológicos no campo das possíveis causas de morte e ainda o tempo transcorrido entre eles (MENDONÇA; DRUMOND; CARDOSO, 2010).

Diante desta problemática, uma das autoras deste trabalho possui um papel fundamental no fortalecimento do monitoramento e olhar crítico para as ocorrências de mortalidade materna e infantil no município de Franca. Em 1997, como médica servidora pública, instituiu e coordena até o presente ano (2021) o Comitê de Mortalidade Materna e Infantil de Franca (CMMIF). O processo de investigação dos óbitos ocorridos no período citado, a coloca em contato direto com os documentos relacionados, sendo a DO o primeiro a ser analisado e o de maior importância. Portanto, o objetivo geral desta pesquisa é analisar as Declarações de Óbito referentes aos casos de Morte Materna, no município de Franca - SP, nos anos de 2018, 2019 e 2020, considerando a completude e qualidade das informações, sua relevância como ponto de partida para a análise dos óbitos, e para definir os critérios de evitabilidade. A partir desta análise a presente pesquisa permitirá identificar e discutir as causas e as consequências do preenchimento inadequado ou incompleto da DO, a importância do fornecimento de dados corretos para fins estatísticos, epidemiológicos e de planejamento e implementação de políticas públicas, que levem à redução dos índices de mortalidade materna, assim como propor medidas de intervenção.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 – Morte Materna: um problema mundial, uma violação de direitos humanos

A definida como a morte de uma mulher durante a gestação, parto dias após (puerpério), independentemente da duração (inclui abortamento) ou da localização da gravidez (podendo ser ectópica) qualquer fator relacionado ou agravado pela gravidez ou por medidas tomadas em relação a ela. Não sendo por fatores acidentais ou incidentais. As mortes obstétricas diretas respondem por mais de dois terços dos casos e as principais causas são: hipertensão arterial, hemorragias, infecções puerperais, e aborto. As mortes obstétricas indiretas são aquelas resultantes de doenças preexistentes ou que se desenvolveram durante a gestação, não provocadas, mas agravadas pelos efeitos fisiológicos da gravidez, mais frequentemente relacionadas às doenças do aparelho cardiovascular. Já a étricas diretas ou indiretas, que ocorre num período superior a 42 dias e inferior a um ano após o fim da gravidez. considerada “eclarada” quando as informações registradas na DO permitem classificar o óbito como materno, com o preenchimento do campo 37 e informações corretas e completas no campo 40, onde são registradas as causas da morte. E aquela “Não Declarada” só é identificada após investigação do Comitê de Mortalidade Materna (BRASIL, 2009).

considerada grave violação dos direitos humanos das mulheres, por ser uma tragédia evitável em 92% dos casos e porque 85% dos casos ocorrem nos países em desenvolvimento, denotando a baixa qualidade da atenção obstétrica e ao planejamento familiar

oferecidos às mulheres em idade fértil. No Brasil, o real monitoramento da mortalidade materna é dificultado por subinformação das causas dos óbitos, pelo preenchimento incorreto da DO, o que ocorre pelo desconhecimento dos médicos quanto ao correto preenchimento da DO relevância desse documento como fonte de dados de saúde. O - ão do registro do óbito em cartório, pela existência de cemitér desinformação da população ância da DO como instrumento de cidadania (BRASIL, 2009).

2.2- O Comitê de Mortalidade Materna como ator em Política Pública

O Manual dos Comitês de Prevenção do Óbito Materno do MS do Brasil, publicado em 2009, define o Comitê de Vigilância ao Óbito Materno como um organismo de natureza interinstitucional, multiprofissional e confidencial que visa identificar e analisar os óbitos maternos, sendo, portanto, importante instrumento de acompanhamento e avaliação permanente das políticas de assistência à saúde da mulher, atuação técnico-científica, sigilosa, não coercitiva ou punitiva, com função eminentemente educativa. Tem como objetivo geral, avaliar as circunstâncias de ocorrência dos óbitos maternos, identificar os fatores modificáveis que favoreceram o óbito, alertar e propor soluções para evitar a ocorrência de outros casos nas mesmas condições, através de classificação de critérios de evitabilidade, e apontar medidas de intervenção para a redução na região de abrangência e para a melhoria da qualidade da assistência à saúde (BRASIL, 2009).

Para o processo de investigação, a principal fonte de dados é a DO, complementada por entrevista domiciliar com familiar, além do levantamento de dados dos serviços de saúde, como prontuários de Unidades Básicas de Saúde (UBS), dos serviços de urgência, de ambulatório de especialidades, prontuários hospitalares, laudos de necropsia/anatomopatológico, entre outros (BRASIL, 2009).

O Comitê de Mortalidade Materna pode ser considerado um ator em Política Pública, conforme a definição de Secchi. Política Pública não governamental, multicêntrica, e não estatista, uma vez que dele participam representantes da sociedade civil, de hospitais públicos e privados, da secretaria municipal de saúde, de agentes comunitários de saúde, de universidades, do conselho regional de medicina, médicos obstetras e pediatras, da vigilância epidemiológica, dos conselhos municipais de saúde, e da criança e adolescente. O comitê, regulamentado por Portaria do MS, participa como ator das diversas fases do ciclo de políticas públicas, porque identifica os problemas assistenciais; avalia a implementação e condução das políticas públicas já existentes, como a Rede Cegonha e Hospital Amigo da Criança, de cuja prática depende a redução dos índices de mortalidade materna; propõe soluções através de ações educativas voltadas para os profissionais de saúde, com apresentação e discussão dos dados estatísticos (SECCHI, 2014).

2.3 – Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM): vigilância epidemiológica nacional, de acesso público

O SIM, instrumento oficial do MS para informação da DO em todo território nacional,

fornecer informações sobre mortalidade para todas as instâncias do sistema de saúde, sendo desenvolvido e implantado no Brasil em 1975, após criação de um modelo único de DO, definição de fluxos dos documentos e periodicidade para computação de dados. Os dados coletados pelas secretarias municipais de saúde, são processados, revistos, corrigidos e depois consolidados em base de dados estaduais pelas secretarias estaduais de saúde, de onde são remetidos à Coordenação Geral de Análise de Informações em Saúde (CGAIS), que os consolida, constituindo uma base de dados de abrangência nacional, de acesso público, obtida no Anuário de Estatísticas de Mortalidade ou pelo site da Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) (BRASIL, 2001a).

A Portaria Ministerial nº 1.119, de 5 de junho de 2008, que regulamenta a vigilância de óbitos maternos é instrumento importante e considera que a agilidade na informação e o início oportuno da investigação são fatores fundamentais para o sucesso da ação. Esta vigilância, independentemente do local de ocorrência, deve ser realizada por profissionais de saúde, designados pelas autoridades de vigilância em saúde das esferas federal, estadual, municipal e do Distrito Federal (BRASIL, 2008).

As instruções para o preenchimento correto da DO constam em Manuais do MS, FUNASA e do Conselho Federal e Regionais de Medicina. As causas de morte, foram definidas, em 1967, na 20ª “ esões que ou produziram a morte, ou contribuíram para ela, e as circunstâncias do acidente ou violência que “

doença ou lesão que iniciou a cadeia de acontecimentos
ê

” B RASIL, 2001b).

2.4 – A Declaração de Óbito: relevância ética, jurídica, epidemiológica e social

O Registro Civil de nascimentos e óbitos é obrigatório pela legislação brasileira. No caso das mortes, exige-se que o registro seja feito à vista da DO que deve esclarecer se trata de morte por causa natural ou violenta, atendendo à finalidade jurídica do documento. Outro objetivo da DO que se refere aos aspectos quantitativos e qualitativos da mortalidade, incluindo as causas dos óbitos, importantes para o conhecimento e o estabelecimento do perfil epidemiológico da população e de ações governamentais relativas à sua prevenção, identificação de prioridades e elaboração de políticas públicas. Os indicadores de saúde facilitam a análise dessas informações, mas sua qualidade vai depender da precisão dos sistemas de informação existentes que, por sua vez, calçada na forma pela qual os dados são produzidos, coletados e trabalhados. A vigilância epidemiológica em saúde depende da tríade: informação, decisão, saúde. O médico é, em última análise, o produtor da informação no caso da mortalidade, e a DO considerada parte da assistência médica, estando o ato médico vinculado às normas estabelecidas pelo Código de Ética Médica (CREMESP, 2015).

As recomendações para o preenchimento correto e completo da DO serão abordadas na sessão Resultados e Discussões, com a análise dos achados dessa pesquisa.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Trata-se de um estudo descritivo exploratório com abordagem quantitativa, tendo como fonte de dados secundários as 13 declarações de óbito materno identificadas no período de 2018 a 2020, pelo CMMIF.

Adotou-se como instrumento de coleta de dados a versão atual da DO que é composta por 57 campos, sendo os numerados de 48 a 52 destinados ao preenchimento pelo IML, quando se trata de óbito por causas externas; e os de 52 a 57 de uso do cartório de registros civis.

Para avaliar a completude da informação, o critério utilizado foi o item estar preenchido ou em branco. Considerando os 47 campos iniciais da DO, foram selecionados 10, de importância para o cumprimento das finalidades e utilidades da DO, somando 130 campos a serem preenchidos: cartão SUS (3), Raça/cor (11), Situação conjugal (12), Escolaridade (13), Ocupação habitual (14), Óbito de mulheres em idade fértil (37), recebeu assistência médica (38), Diagnóstico confirmado por necropsia (39), quem atesta o óbito (43), Identificação do médico (41 a 47). Esclarece-se que os números entre parênteses representam os itens numerados na DO.

Quanto a avaliação da qualidade do preenchimento se deu no campo 40, que se refere às causas da morte, parte I e II, e consta de 5 tópicos, categorizados de acordo com respostas afirmativas ou negativas às perguntas, somando 65 variáveis: A letra estava legível? Consta a causa básica do óbito? Existe coerência entre a sequência de eventos que levaram ao óbito? Foram excluídos termos não recomendados para o preenchimento desse campo? Foi declarado corretamente o tempo aproximado entre a doença e a morte? Essa análise foi realizada por uma médica expert em avaliação da qualidade do preenchimento das Dos.

Os dados foram analisados por aplicação de técnicas de análise descritivas.

A presente pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Centro Universitário Municipal de Franca (Uni-FACEF) sob número CAAE: 48514221.4.0000.5384.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Análise da Completude e Análise da Qualidade

Foram analisadas 13 declarações de óbito reconhecidas como óbito materno por terem ocorrido na gravidez, parto ou puerpério (até 42 dias) e se configuraram como objeto de análise do comitê de mortalidade materna. Em relação ao ano de ocorrência, 5 casos ocorreram em 2018, 3 casos em 2019 e 5 casos em 2020.

agrupamentos de campos em comum. Os Blocos I- Identificação (campos 1 a 14), II- Residência (campos 15 a 19) e III- Ocorrência (campos 20 a 26), em geral, são preenchidos por funcionário administrativo da instituição de saúde onde aconteceu o óbito, o que pode ser constatado por terem

sido realizados por digitação em quatro DOs; tendo 11 DOs sido preenchidas manualmente, com letra cursiva, diferente daquela do médico ao preencher o campo 40, das causas da morte. Só se identificou a mesma letra para todos os campos em duas das 13 DOs. Em geral, a tarefa de completar os três blocos iniciais é delegada para funcionários administrativos, o que não é recomendado pela atual legislação, que define como competência do médico todas as informações do documento. Portanto, o médico se responsabiliza pelo documento, na sua totalidade, e sob nenhuma hipótese deve assinar uma DO em branco ou preencher os quesitos relativos à causa antes que a identificação esteja devidamente registrada no documento (CREMERS, 2018). O “responsabilidade ética e jurídica pelo preenchimento e pela assinatura da DO, assim como pelas informações registradas em todos” B L 6

As informações dos blocos I, II e III têm grande relevância para a análise de dados epidemiológicos, como idade, raça/cor, situação conjugal, escolaridade, ocupação habitual, local de residência e de ocorrência do óbito, para se reconhecer os fatores causais, os predisponentes, os facilitadores, os agravantes de determinadas patologias. A recomendação é que o preenchimento se dê com base em documento oficial de identificação do falecido e não a transcrição de dados do prontuário, que podem ter sido fornecidos por alguém sem a posse dos documentos e movido por forte emoção, quando da internação ou admissão do falecido no serviço de saúde.

As variáveis do bloco I, que foram preenchidas por funcionários administrativos apresentaram os seguintes preenchimentos: Cartão SUS 1 (8%), Raça/Cor 12 (92%), situação conjugal 13 (100%), escolaridade 10 (83%) e ocupação habitual 8 (62%), conforme tabela 1.

As variáveis do bloco II, que foram preenchidas por médicos apresentaram os seguintes preenchimentos: óbito de mulher em idade fértil 9 (69%), recebeu assistência médica 9 (75%), diagnóstico confirmado por necropsia 7 (54%), quem atesta o óbito 13 (100%) e identificação do médico 13 (100%), conforme tabela 1.

Tabela 1. Distribuição das variáveis da Declaração de óbito segundo o preenchimento e qualidade das informações, 2018 a 2020, Franca – SP.

Quem preenche	Variáveis	Sim		Não	
		n°	%	n°	%
Itens preenchidos por funcionários administrativos	Cartão SUS (V3)	1	8	12	92
	Raça/cor (11)	12	92	1	8
	Situação conjugal (12)	13	100	0	0
	Escolaridade (13)	10	83	3	17
	Ocupação habitual (14)	8	62	5	38
Itens preenchidos por médicos	Óbito de mulheres em idade fértil (37)	9	69	4	31
	Recebeu assistência médica (38)	9	75	4	25
	Diagnóstico confirmado por necropsia (39)	7	54	6	46
	Quem atesta o óbito (43)	13	100	0	0
	Identificação do médico (41 e 47)	13	100	0	0
Qualidade do preenchimento	Letra legível	12	92	1	8
	Consta a causa básica	3	23	10	77
	Coerência	1	8	12	92
	Evitou termos técnicos	11	85	2	15
	Tempo de evolução	0	0	13	100

Fonte: Elaborada pelas autoras, 2021.

Considerando as 13 DOs referentes às mortes maternas de 2018 a 2020 e as 10 variáveis analisadas do bloco I e II, identificamos 35 campos não preenchidos, 26,92% do total de 130. Quando particularizamos os itens de identificação, constatamos que 32,30% (21 dos 65) campos não foram preenchidos, destacando-se o item Cartão SUS como responsável por doze desses e ocupação habitual por 5. O Cartão SUS, hoje chamado de Cartão Nacional de Saúde (CNS) é o documento de

identificação do usuário do SUS, que contém informações como dados pessoais, contatos e documentos, e está inserido nos sistemas informatizados de saúde, o que possibilita a criação do histórico de atendimento de cada cidadão no SUS. Portanto, o sistema do CNS identifica o indivíduo para garantir a cidadania, coordena informações para humanizar o atendimento e padroniza os procedimentos para democratizar o uso do recurso público (BRASIL, 2001b).

“ Ó ” campo 37 é de preenchimento obrigatório para todos os casos de óbitos de mulheres em idade fértil, considerado no Brasil, de 10 a 49 anos. Define-se como morte materna, aquela que ocorre nos períodos de gravidez, parto e puerpério, excluídas as de causas externas, incidentais ou acidentais. Aquelas que acontecem de 43 dias a 1 ano após o parto são denominadas morte materna tardia. A informação correta desse campo, confirma se tratar de morte materna, define o caso para discussão e avaliação do comitê de mortalidade materna. O não preenchimento obriga a investigação do caso, através de entrevista em visita domiciliar, prontuários hospitalares, ambulatoriais e de pronto atendimentos. Diante da importância dessa informação, não se justifica o não preenchimento desse campo em quatro DOs, sendo um caso assinalado como não tendo acontecido nesse período e a investigação confirmou se tratar de óbito materno após abortamento, situação que define inclusão.

“ ê ” campo 38, é de indiscutível importância porque define se houve assistência médica durante a doença que ocasionou a morte, o que pode refletir a qualidade da atenção à saúde da mulher, a organização da assistência, assim como a disponibilidade de leitos hospitalares de enfermagem e Unidade de Terapia Intensiva (UTI), previstos em pactuações da Rede Cegonha, como parte das Redes de Assistência à Saúde (RAS) do MS do Brasil (BRASIL, 2011). O campo 38 não foi assinalado em três DOs, e declarado ignorado no caso em que a paciente estava internada em hospital e, portanto, recebendo assistência médica durante a doença que ocasionou a morte.

“ ” campo 39, que interroga se o diagnóstico foi confirmado por necropsia não foi respondido em seis DOs. Vale esclarecer que em casos de preenchimento pelo IML, é obrigatória a realização da necropsia e nesse grupo de 13 DOs, três foram assinadas pelo IML. Em casos de preenchimento pelo médico que assistiu o falecido ou SVO, sendo conhecida a causa básica da morte, não seria necessária a realização de necropsia, mas o campo deveria ter sido preenchido como não realizada.

As variáveis dos campos 37, 38 e 39, somam 25, e dessas, 14 (56%) não foram preenchidas, mesmo tendo grande importância na avaliação da qualidade da assistência e na identificação da morte materna.

“ ” campo 43, define se o óbito foi atestado pelo médico assistente, aquele responsável pela internação para tratamento clínico ou cirúrgico da paciente; ou se por médico substituto, que na ausência do assistente e por conhecer ou ter participado da assistência, como auxiliar da cirurgia ou intensivista ou emergencialista está habilitado para preencher e se responsabilizar pelas informações. O médico legista, responde pelo Instituto Médico Legal (IML) para casos de morte por causas externas, violentas, acidentais ou suspeitas, mediante Boletim de Ocorrência (BO) policial, situação em que a realização da necropsia se impõe. O Serviço de Verificação de Óbito (SVO) tem por finalidade a determinação da realidade da morte e a sua causa, desde que natural, não externa; para os casos de óbitos ocorridos sem assistência médica, em domicílio; ou com assistência médica, mas a doença está mal definida. Nas 13 DOs analisadas, o campo 43 foi preenchido, sendo sete por médico assistente, três pelo IML e três pelo SVO.

“ ” campos 41 a 47, permite a identificação do médico responsável pelas informações da DO, através do nome completo, número do Conselho Regional de Medicina (CRM), município e unidade da federação, meio de contato (telefone, e-mail), data do atestado e assinatura. Esses dados permitem também a sua localização pelos órgãos competentes em caso de necessidade, para esclarecimentos quanto à real causa básica da morte, sempre que o que foi informado não possibilitar esse conhecimento. Nas 13 DOs do presente estudo constatamos 100% de preenchimento desse bloco.

A avaliação da qualidade das informações foi realizada no campo 40, que trata das causas da morte, e fornece informações essenciais para a construção do perfil epidemiológico da população, reconhecendo a relevância dos dados para o entendimento do codificador da Vigilância Epidemiológica Municipal (VEM) na sua tarefa de transferir as informações para a base de dados do SIM e para o cartório de registro civil para a emissão da Certidão de Óbito. Contém a Parte I que deve ser preenchida na primeira linha com a doença ou estado mórbido que causou diretamente a morte; e nas linhas subseq

pato ê
produziram a lesão fatal (CREMESP, 2015). É importante verificar que, abaixo das linhas **a**, **b** e **c** encontram-se “ ”
cadeia de causas, e deve ser anotado apenas um diagnóstico por linha. Na parte II, deve ser registrada qualquer doença ou lesão que, a juízo médico, tenha influído desfavoravelmente, contribuindo assim para a morte, não estando relacionada com o estado patológico que conduziu diretamente ao óbito. As causas registradas nesta parte são denominadas causas contribuintes (CREMESP, 2015). Os dados fornecidos pelo médico que preenche a DO, devem ser confiáveis e comparáveis, e receberão um código segundo o CID, por técnicos do setor de processamento de dados, os codificadores (CREMERS, 2018).

Quanto a qualidade do preenchimento: a letra legível estava presente em 12 (92%), a descrição da causa básica estava ausente em 10 (77%), a coerência (sequência de eventos que levaram a morte) estava incorreto em 12 (82%), evitar termos técnicos estava presente em 11 (85%) e o tempo de evolução 0 (0%), conforme tabela 1. Dos cinco itens utilizados constatou-se que em 58,46% (38 de 65) das oportunidades de respostas as informações não seguiam as recomendações dos manuais. Em relação aos termos técnicos em duas das 13 DOs se identificou a utilização de termos não recomendados, como Parada cardiorrespiratória, Gestaçãoinicial. Segundo o manual do MS (2009) deve-se evitar diagnósticos imprecisos que não esclarecem a causa básica da morte, como parada cardíaca, parada respiratória ou parada cardiorrespiratória, que são sintomas e modos de morrer, e não causas básicas de óbito. De acordo com França (2019), a qualidade das estatísticas sobre causas de morte pode ser questionada, uma vez que são registrados no SIM anualmente cerca de 400 mil óbitos com causas classificadas como códigos garbage (CG), termo usado para causas que não seriam as básicas do óbito ou seriam pouco específicas, sendo, portanto, pouco úteis para se pensar a prevenção. A autora cita a septicemia e insuficiência cardíaca, usadas com frequência e que podem advir de diferentes patologias, sendo classificadas no mais alto nível de gravidade para CG, considerando o potencial impacto na orientação de políticas públicas para prevenir mortes prematuras.

O item “Tempo aproximado entre o início da doença e a morte” deve sempre ser preenchido, porque contribui para estabelecer a correta sequência de causas que o paciente possa ter apresentado. Se o tempo relativo ao início da doença for desconhecido, citar o intervalo referente ao momento em que o diagnóstico foi feito; o que nem sempre é possível, como nos casos de doenças crônicas ou degenerativas, quando se recomenda anotar “Ignorado” (CREMERS, 2018). No presente trabalho, o tempo aproximado entre o início da doença e a morte não foi declarado em nenhuma das 13 DOs, o que permite inferir que o significado desse item não deve ser de conhecimento dos médicos que assinam as DOs.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os manuais de orientação para o preenchimento correto e completo das DOs, elaborados pelo MS e pelo Conselho Federal de Medicina e disponíveis como material impresso e digital, deixam claro a relevância da DO como documento, em seus aspectos epidemiológico, social, ético e jurídico, assim como a responsabilidade do médico pelas informações declaradas. A DO é documento utilizado para se definir o perfil epidemiológico de uma população, em determinado tempo e local, serve de base para o banco de dados que define a assistência prestada à população e é parâmetro para a elaboração de políticas públicas de saúde, pactuações e metas para melhoria dos índices mortalidade materna. Diante dessas constatações, a expectativa seria de completo e correto preenchimento das DOs. O presente estudo não confirmou essa hipótese e permitiu identificar a incompletude e qualidade insatisfatória de informações, não compatíveis com a importância do documento.

Sugere-se investimento na capacitação do profissional médico, tanto na formação universitária como em cursos de atualização profissional para médicos que já estão atuando. Os resultados dessa pesquisa permitem refletir sobre a necessidade de se ampliar o número de DOs avaliadas para conferir valor estatístico e acrescentar a investigação acerca da capacitação do médico para essa tarefa, as dificuldades encontradas para a sua execução no dia a dia de trabalho e o seu entendimento da enorme responsabilidade sobre as informações.

Sugere-se então, que mais estudos sejam realizados buscando responder a esses questionamentos e contribuir para a qualidade das informações sobre a mortalidade, para aprimoramento e confiabilidade dos dados e efetividade das políticas públicas, visando em última instância a redução dos índices de mortalidade por causas evitáveis.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. **A Declaração de óbito**: Documento necessário e importante. 3ª edição, 2009.

_____. Ministério da Saúde. Fundação Nacional de Saúde. **Manual de Instruções para o Preenchimento da Declaração de Óbito**. Brasília-DF, 2001a.

_____. Ministério da Saúde. Fundação Nacional de Saúde. **Manual de Procedimentos do Sistema de Informações sobre Mortalidade**, Brasília, 2001b.

_____. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. **Portaria nº 1.119, de 5 de junho de 2008: Regulamenta a Vigilância de Óbitos Maternos**, Brasília, 2008.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Análise de Situação de Saúde. **Guia de Vigilância Epidemiológica do Óbito Materno**. Brasília-DF, 2009. p. 1. (Série A. Normas e Manuais Técnicos).

_____. **Rede Cegonha**. Portaria no 2.351, de 5 de outubro de 2011.

CREMERS. **Manual de Atestado de Óbito**. 2ª edição, Porto Alegre, 2018. CREMESP. **O Atestado de óbito**: aspectos médicos, estatísticos, éticos e jurídicos. Rui Laurenti, Maria Helena P de Melo Jorge, 2015.

DI GIOVANNI, Mírian. **Rede Cegonha: da concepção à implantação**.
B - DF 2013.

DIAS, Reinaldo; MATOS, Fernanda. **Políticas Públicas – Princípio, Propósitos e Processos**. São Paulo: Atlas, 2017.

FRANÇA, E.B. Códigos Gabarge declarados como causa de morte nas estatísticas de saúde. **Rev. bras. epidemiol.** 22 (suppl 3). 2019.

L L B L B
Ó ,

MENDONÇA, F. M.; DRUMOND, E.; CARDOSO, A. M. P.
Ó **R. bras. Est. Pop.**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 2, p. 285-295,
jul./dez. 2010.

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas. Conceitos, Esquema de análise, Casos Práticos**. São Paulo: Cengage, 2014.

**SEGURANÇA NO TRABALHO: OS ENTRAVES NA IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO EM UMA
EMPRESA DA REGIÃO NOROESTE PAULISTA-SP**

*OCCUPATIONAL SAFETY: OBSTACLES IN IMPLEMENTATION AND MAINTENANCE IN A
COMPANY IN THE NORTH-WEST REGION OF PAULISTA-SP*

Área temática: Gestão de Pessoas.

ROMERO, Rafael da Silva
Centro Universitário de Santa Fé do Sul-UNIFUNEC
Graduando em Administração - UNIFUNEC
rfsr66@gmail.com

ANDRADE, Erica Fernanda Pereira de
Centro Universitário de Santa Fé do Sul-UNIFUNEC
Mestre em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente
ericafernanda.edu@hotmail.com

Resumo

As organizações precisam proteger seus colaboradores, garantindo-lhes segurança física, mental e social. Para isso, é imprescindível a criação de normas e cuidados que assegurem o conforto e a saúde do trabalhador, eliminando ou reduzindo sistematicamente os riscos de acidentes no ambiente organizacional. O objetivo deste estudo é apresentar os entraves na implantação e manutenção de um programa de segurança no trabalho em uma organização da região Noroeste Paulista. Para tanto, foi direcionada uma revisão bibliográfica e um estudo de caso cujo método foi exploratório e o instrumento de coleta de dados uma entrevista qualitativa aplicada ao gestor de pessoas e ao técnico de segurança. Os dados obtidos foram transcritos para melhor apreciação dos resultados. A implantação do programa de segurança foi realizada por um especialista em segurança do trabalho e o processo de manutenção e conscientização ficou sob a responsabilidade da gestora de pessoas. Ambos apontam limitações diferentes: o especialista cita dificuldade de conscientização da administração pelo custo, a gestora destaca dificuldades na conscientização dos colaboradores com as normas; resumindo, entraves na implantação da cultura de segurança em nível estratégico e operacional. Entretanto, mesmo com as dificuldades, ambos apontam considerável diminuição no índice de acidentes e gravidade deles. Concluindo-se com este estudo que, para implantação de um programa eficiente de segurança ocupacional, faz-se necessária a valorização dos aspectos técnicos, financeiros e comportamentais, em especial, na conscientização dos gestores e colaboradores para a criação de uma cultura de segurança no trabalho.

Palavras-chaves: Entraves, Cultura de Segurança, Segurança do Trabalho.

Abstract

Organizations need to protect their employees, guaranteeing them physical, mental and social safety. For this, it is essential to create rules and care that ensure the comfort and health of the worker, systematically eliminating or reducing the risk of accidents in the organizational environment. The objective of this study is to present the obstacles in the implementation and maintenance of a work safety program in an organization in the Northwest region of São Paulo. For that, a bibliographical review and a case study were directed, whose method was exploratory and the data collection instrument was a qualitative interview applied to the

personnel manager and the security technician. The data obtained were transcribed for a better appreciation of the results. The implementation of the safety program was carried out by a specialist in occupational safety and the maintenance and awareness process was under the responsibility of the personnel manager. Both point out different limitations: the specialist cites difficulty in raising awareness of the cost of the administration, the manager highlights difficulties in making employees aware of the rules; in short, obstacles to the implementation of a safety culture at a strategic and operational level. However, despite the difficulties, both point to a considerable decrease in the rate of accidents and their severity. This study concludes that, in order to implement an efficient occupational safety program, it is necessary to value the technical, financial and behavioral aspects, in particular, in the awareness of managers and employees for the creation of a safety culture in the Work.

Keywords: Barriers, Safety Culture, Work Safety

1 INTRODUÇÃO

Historicamente, o trabalho humano sempre esteve exposto a constantes riscos de acidentes. Ao longo do tempo, o desenvolvimento socioeconômico possibilitou ao homem avaliar, compreender e medir as consequências de tais riscos, buscando catalisar elementos de sua realidade para as ações de risco. No início do século XVII, os acidentes de trabalho com mineiros eram constantes e estavam relacionados a diversos fatores. Da Revolução Industrial aos dias atuais, as alterações na incidência dos acidentes foram extremamente significativas, transformando a tipologia do ambiente laboral.

Nesse contexto, tornou-se preponderante a criação de normas e cuidados para assegurar o bem-estar e a saúde do trabalhador, de forma a eliminar e/ou reduzir sistematicamente os riscos de acidentes na estrutura organizacional do trabalho.

Diante desta realidade, muitos dos estudos realizados têm demonstrado que a maioria dos acidentes é evitado, quando a empresa implanta e desenvolve programas de Gestão da Segurança e Saúde no Trabalho (SST), levando aos seus colaboradores educação e treinamento sobre o uso de EPIs, bem como a distribuição destes equipamentos em todas as atividades laborais.

Existem diversas definições para Segurança no Trabalho, muito embora se identifiquem objetivos semelhantes entre estas. Neste sentido, inicialmente, vale ressaltar que a segurança no trabalho está relacionada a “um conjunto de medidas administrativas, legais, técnicas, médicas e educacionais”, de caráter multidisciplinar que é utilizado na prevenção de acidentes e doenças ocupacionais (DINIZ JÚNIOR, 2002, p. 19).

Para Vieira (2005), a segurança no trabalho envolve um conjunto de medidas baseadas em normas técnicas, auxiliada por medidas médicas e psicológicas e direcionadas à prevenção de acidentes no exercício profissional. Estas medidas têm por objetivo a educação dos trabalhadores, no ambiente de trabalho, mostrando-lhes as técnicas para evitar acidentes, bem como eliminar as condições de insegurança.

Na avaliação de alguns autores como Priori (2007), a segurança no trabalho pode ser obtida com baixo custo, trabalho de equipe, simplicidade e, principalmente, o envolvimento e a participação dos colaboradores. Pois, a soma destes fatores pode resultar em produtividade para a empresa e satisfação para os funcionários.

Ao se fazer um retrospecto pela história do desenvolvimento humano, verifica-se que o trabalho sempre existiu, mas os fatos históricos que desencadearam a preocupação com a segurança no trabalho surgiram muito depois.

Assim, o objetivo principal deste estudo é apresentar os entraves na implantação e manutenção de um programa de segurança no trabalho em uma organização da região Noroeste Paulista - SP. E os objetivos específicos são: identificar o grau de integração no processo de implantação e manutenção em um programa de segurança no trabalho entre diferentes áreas de gestão; identificar os entraves na empresa, objeto de estudo, em nível de conscientização dos colaboradores e descrever importância da implantação de uma cultura e programa de segurança no trabalho para empresas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Gestão da segurança e saúde do trabalho

Segundo Araújo (2006), prejuízos, ofensas, malefícios à propriedade, por ventura motivados pelas ações, produtos e serviços de uma instituição, estabelecem problemas que acarretam prejuízos em muitas formas, bem como demandas de critério civil pelo fato de o objeto ou serviço proporcionar riscos aos trabalhadores, um vasto índice de ausência e afastamento no trabalho por motivo de acidentes.

As organizações precisam estar livres de riscos e de danos aos seus funcionários no trabalho, certificando a segurança física, mental, e social dos colaboradores e partes interessadas. Para diminuir ou extinguir tamanhos prejuízos, inúmeras empresas desenvolvem e apresentam processos de gestão direcionados para a segurança e saúde trabalhista.

Ainda segundo Araújo (2006), os controles praticados são capazes de distinguir e qualificar os motivos associados aos acidentes e incidentes. Especialmente, a verificação e a análise dos incidentes, já que oferecem dados que, se corretamente tratados por meio de um olhar sistêmico, fornecem subsídios relevantes para prevenção de possíveis acidentes.

Acidentes, incidentes estabelecem, constantemente, em que devem ser monitorados de modo preventivo mediante a programação, planejamento e avaliação do funcionamento dos recursos de controles executados. Estes acontecimentos estão, frequentemente, associados a diversas causas, e não somente a um motivo específico. Estudos simples e rápidos levam à conclusão de que a razão atual habita nos aspectos individuais, ou em alguma espécie de problema técnico, porém, a maior parte desses acontecimentos é resultante de erros na gestão responsável pela segurança e saúde trabalhista utilizada nessas condições.

Todo acidente constitui um prejuízo considerável, uma vez que as despesas diretas e indiretas implicadas são custeadas pela instituição e, por consequência, atingem todos os elementos relacionados. O comprometimento com despesas deve ser notório pelos empresários, de maneira que estes compreendam os meios dissipados para cada acidente que aconteça, atuando como um grande argumento para incentivar investimentos que diminuam ou eliminem o acontecido. Destaca-se que o gasto total da não-segurança para as organizações, trabalhadores, famílias, sociedade e governo é de árdua avaliação.

No que se refere aos custos resultantes da falta de prudência estão ligados aos recursos terapêuticos da relutância dos acidentes e às propositivas intervenções corretivas. Logo, as despesas com a segurança estão associadas com todo o tempo e os meios usados na organização da prevenção de acidentes e nas vistorias implementadas nos locais de trabalho.

Os métodos de gestão da Segurança e Saúde ocupacional no Trabalho são a soma de resoluções da empresa, exercendo no decorrer das políticas institucionais, programas, mecanismos e práticas de negócio da empresa para ajudá-la a estar em compatibilidade com as condições legais e demais partes ligadas, direcionando suas atividades com princípios morais e consciência social. Os componentes deste processo de gestão não são inertes e podem se adaptar aos desvios que ocorram relativos as suas finalidades e intuítos, visando à melhoria constante.

Segundo Tavares Jr. (2001), ainda que a gestão da saúde e da segurança do trabalho não esteja como regulamento internacional, como é o caso da ISO 9000, para qualidade, e da ISO 14000, para a gestão ambiental, os profissionais do setor creem que o problema da saúde e segurança terá a mesma trajetória, conceituando a sequência de regimentos britânicos BS 8800 para processos de gestão de segurança e saúde.

De acordo com o BSI (1996), em 1996 foi originada a norma BS 8800 que tem como finalidade ser um instrumento originado para os gestores, empregados e responsáveis implicados com a Segurança do Trabalho e outras especificidades terem a sua estruturação, uma “bússola” para acompanhar e direcionar suas ações.

Esta diretriz foi concebida com o intuito de propiciar uma linguagem usual para os métodos de gestão de segurança e saúde, ajudando as instituições a comporem uma base coletiva para tratar e gerenciar problemas de risco, higiene no trabalho, conduta e atitudes seguras relativas ao meio onde se desempenha alguma atividade.

Fato é que na chamada abordagem ou norma tradicional (Cattino, 2002; Llory, 1999; Dwyer, 2000), o acidente é visto como responsabilidade do trabalhador, episódio simples, consequência do azar ou do acaso, fatalidade, evento negativo ou de decisões conscientes dos responsáveis. Sob a importância desse paradigma, há a divisão como ato inseguro ou seguro. A preocupação é reconhecer e punir os culpados pelo ocorrido para que não cometam novamente o referido ato.

Um dos grandes problemas da abordagem convencional a respeito dos acidentes de trabalho é a sua consideração em relação à exposição do indivíduo somente a perigos reais e visíveis que ocasionam males ao corpo Garrigou (2007) como os acidentes com cortes, quedas, torções nos pés, pancadas na cabeça etc.

São desconsideradas as ameaças não visíveis como o ônus gerado pelo processo de informações, exagero de responsabilidade, cadência intensa de trabalho, meios de supervisão, remuneração indevida dentre outras. Na realidade, de inúmeras organizações de nosso país tem suplantado essa abordagem que opta por culpar o acidentado. Em diversas situações, o colaborador acidentado morre, e a instituição, sem ter a quem culpar, não adota critérios para precaver novas ocorrências de acidentes.

O motivo dos acidentes está associado ao conjunto de saberes e aptidões que cada um tem para fazer uma tarefa. Sua carência ou deficiência dificulta o comportamento e predeterminar a circunstância de acidentes. O motivo mecânico tem relação com as falhas materiais verdadeiras no âmbito de trabalho que expõem os trabalhadores a acidentes.

Considerando que a segurança do trabalho deve estar atrelada à rotina da empresa, caminhando junto com o processo produtivo, tem-se que ela deve estar inserida no sistema de gestão dessa organização. Dessa forma, todo o processo interno acontecerá em sintonia entre as partes. A segurança no trabalho deve ser fundamentada em um sistema de gestão, que se considerando as particularidades de cada situação, deve ser estruturado para atender as metas a partir das diretrizes estabelecidas pela firma.

O assunto sistema de gestão virou tema obrigatório em quase todos os encontros profissionais. Por toda parte, existem profissionais falando sobre isso, alguns com conhecimento de causa, outros apenas repetindo coisas que ouviram e muitos o fazendo sem qualquer análise mais detalhada. Existe a necessidade de que aqueles que têm ligação direta com as questões de segurança e saúde em nosso país e, portanto, conhecem a distância entre a realidade e o proposto, detenham-se numa análise mais profunda quanto ao assunto. Pode-se estar diante de um momento e oportunidade que leve a um futuro melhor, mas ao mesmo tempo, corre-se o risco de legar a prevenção ao vazio das pilhas das adequações, conformidades e documentos - fáceis de produzir - mas que na prática em nada melhoram a vida dos trabalhadores. A pergunta chave, para este momento da história de nossa área é saber até que ponto nossa cultura é capaz de suportar as questões de segurança e saúde a partir dos modelos propostos" (PALASIO, 2003).

Que os sistemas de gestão são necessários e devem existir é uma verdade. Que os sistemas de gestão feitos por pacotes são interessantes nem sempre. E entre uma coisa e outra se tem os problemas da falta de conhecimento dos especialistas dentro das empresas". "Muitos deles abriram um livro para estudar há mais de dez anos e quando vez por outra vão a algum evento ficam encantados com os milagres e maravilhas que algumas pessoas oferecem em lindas apresentações (PALASIO, 2003).

É mais necessário ampliar a visão de sistema do que ensinar este ou aquele tipo de sistema, com fundamento neste ou naquele princípio ou modelo. De acordo com Palasio (2003), sistema é a ordenação de partes e elementos de tal forma a ser possível gerenciá-lo, permitindo obter resultados.

A administração das atividades exercidas em uma organização será mais eficaz, quando estiver fundamentada em uma política bem definida de segurança e saúde no trabalho, estando em conformidade com as obrigações legais e com os princípios essenciais de combate aos infortúnios de trabalho (CAMPOS, 2007).

Diante disso, Zocchio (2001) ainda afirma que algumas empresas mantêm a segurança do trabalho simplesmente por força de lei, sendo apenas uma atividade simbólica dentro da organização e, em consequência disso, destaca-se o despreparo e a falta de percepção por parte dos dirigentes.

Destaca-se também que a prevenção de infortúnios no ambiente de trabalho não é apenas uma obrigação legal da empresa e, sim, uma tarefa de valor administrativo e financeiro que visa a benefícios econômicos à empresa, aos empregados e à sociedade como um todo (ZOCCHIO, 2001).

Oliveira e Minicucci (2001) corroboram, o homem é um dos principais causadores de acidentes, confirmado também pelos autores nos estudos das empresas brasileiras, nos quais classificou-se que 32,2% dos acidentes causados são pelo homem, por falta de atenção, autoconfiança e demais fatores psicossociais.

De acordo com Fundacentro (2005), fatores de risco ou perigo são suscetíveis a causar danos ou lesões à saúde das pessoas. Sendo assim, todo trabalho apresenta um grau de risco, em algumas situações maiores em outras menores.

Para Zocchio (2001), a política de prevenção deve fazer parte do conjunto de princípios de uma empresa, pois trata-se de assunto importante no que diz respeito às atividades relacionadas à segurança e saúde dos trabalhadores, fatores de qualidade de vida e produtividade da empresa.

Portanto, cabem à alta direção da empresa, conforme salienta Zocchio (2001. p. 53), algumas responsabilidades como: „definir a política a ser aplicada a atividade prevencionista, disponibilizar o texto da política a ser cumprida por todos os empregados e setores da empresa para assinar; e cobrar pelo cumprimento da política”.

Gerenciar uma atividade tão importante como a segurança no trabalho sem a base de uma política que defina os rumos desejados pela empresa e os objetivos que deseja alcançar torna-se uma tarefa difícil. Quanto melhor aplicadas as medidas de segurança do trabalho, maior a probabilidade de êxito na prevenção de acidentes e, assim, consequentemente, êxito na obtenção dos objetivos da organização.

3 MATERIAL E MÉTODOS

Na elaboração deste estudo foi realizada uma pesquisa bibliográfica sobre o tema em livros, artigos e periódicos. Na sequência, uma empresa frigorífica, que atua na área de pescado da região Noroeste Paulista – SP, foi escolhida para a realização de uma pesquisa, essa escolha justifica-se pelo fato de a empresa, recentemente, ter implantado um programa de segurança no trabalho e, hoje, atender a todas as exigências da legislação e do mercado com relação à segurança no trabalho.

Para condução da pesquisa, optou-se pelo desenvolvimento do estudo de caso, cujo método teve caráter exploratório e o instrumento de coleta de dados foi uma entrevista realizada com o técnico de segurança e com a gestora de pessoas, que são os responsáveis pelo processo de implantação e manutenção das estratégias de segurança no trabalho na organização.

A empresa objeto de estudo possui mais de 100 colaboradores, dos quais dois foram integrados ao programa de segurança no trabalho. Ao final deste estudo, os dados obtidos foram analisados e apresentados para possibilitar um melhor entendimento e formulação das considerações finais sobre o caso.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 Resultados

O objeto de pesquisa, como citado anteriormente, é um frigorífico que atua na área de pescado localizado na região Noroeste Paulista e possui mais de 100 colaboradores. A empresa é um sonho do proprietário que, há seis anos, começou um empreendimento, montando, primeiramente, em sua propriedade na beira rio uma piscicultura pequena que teve boa adesão e evolução no mercado. Como consequência, para dar finalidade aos pescados obtidos montou um pequeno frigorífico abatendo em média 3 (três) toneladas peixe/dia. Hoje, a piscicultura cresceu consideravelmente e abate em média 15(quinze) toneladas de pescado dia. Com o crescimento, aumento do número de colaboradores e necessidade de cumprir a legislação, a empresa optou pela implantação de um programa de segurança no trabalho. Para sua realização designou 2 (dois) de seus colaboradores que, de forma ativa, participaram da implantação e efetuam o acompanhamento do programa. Para melhor entendimento do papel desses colaboradores nesse processo, seguem abaixo na íntegra os dados obtidos na entrevista realizada.

É importante ressaltar que as entrevistas apresentadas a seguir foram transcritas integralmente para melhor apreciação.

4.1.2 Entrevista I

O primeiro entrevistado é o técnico de segurança, tem 45 anos, é do sexo masculino, atua na empresa há cerca de três anos e tem uma renda estipulada entre dois e cinco salários-mínimos. Possui nível técnico e, atualmente, cursa o 5º ano de Engenharia Agrônoma. Por questões éticas não será revelada sua identificação, ou seja, o entrevistado será mantido no anonimato.

Ao ser questionado sobre quais foram as maiores dificuldades na implantação do programa de segurança no trabalho realizado na organização, ele afirmou que: “As maiores dificuldades são de ordem administrativas, tais como: resistência a mudanças de hábitos, como parar processo produtivo para realizar um treinamento e os custos que muitas vezes gera na necessidade de investimentos”.

Quando questionado sobre o que levou a organização a implantar um programa de segurança no trabalho, ele afirmou que: “A empresa procura estar sempre adequada as Normas do Ministério do Trabalho e claro na prevenção de acidentes do trabalho”. Comentou também que já

existiam processos implantados de Segurança do Trabalho, ocorrendo apenas algumas alterações na elaboração de documentos e procedimentos de melhoras na aquisição de alguns EPIs.

Os objetivos propostos foram alcançados em partes, já que será preciso melhorar alguns aspectos de prevenção, principalmente na questão de treinamentos. A legislação vigente é atestada na empresa, porém existem algumas pendências a serem realizadas. Logo, tem-se o entendimento dos riscos na organização, foram implantadas sugestões de melhorias em alguns equipamentos e, quando não foi possível implantar medidas administrativas, será recomendado o uso do EPI adequado para eliminação ou para atenuação do risco.

A implantação do Programa de Prevenção a Riscos Ambientais é feita por uma empresa terceirizada, tendo o apoio da Direção da Empresa, juntamente com o técnico de segurança responsável para que a prevenção esteja sempre ao alcance dos colaboradores; esse ponto é crucial na instituição.

A orientação do técnico é nortear a empresa sobre os procedimentos a serem observados no programa; cabe à gerência autorizar ou não a implantação dos procedimentos. Os colaboradores utilizam com frequência os EPIs, ocorrendo que seus líderes de setor são responsáveis, a todo momento, por fiscalizar o emprego dos equipamentos de segurança. O departamento pessoal possui total conhecimento sobre quais EPIs são necessários para cada função; ele é ciente e possui o controle dessa entrega de EPI. Mesmo com todo o investimento realizado, a empresa possui ações trabalhistas relativas à falta de segurança. Já que é um equipamento de uso diário, mas muitos colaboradores ainda resistem a essa necessidade são notificados pelo técnico de segurança, a empresa ao pensar em fazer todo esse investimento na compra dos EPIs ofereceu treinamento para que os colaboradores tornassem o uso como rotina diária destes EPIs.

A maior dificuldade enfrentada com relação ao uso dos EPIs é compreendida por uma questão cultural, esse problema ocorre na maioria das empresas, por isso é reforçada a importância da frequência de treinamentos para a conscientização dos colaboradores. A principal barreira que a empresa encontrou na implantação do sistema de controle de acidentes e uso de EPI, durante a implantação, foi financeira, mas ainda entendo que o maior problema é por parte dos colaboradores, não podemos generalizar, são problemas pontuais.

Após a implantação do sistema de controle de utilização do EPI, a diretoria percebeu, de forma veemente, uma certa melhora no rendimento dos colaboradores, os equipamentos, principalmente, para quem manipula faca e material cortante passa confiança ao colaborador, então acaba melhorando sim o desempenho, ocorrendo mudanças significativas no comportamento dos colaboradores, mas no geral o funcionário se sente mais protegidos, sempre procuram pela substituição dos equipamentos, quando necessário fazer a troca, sem precisar cobrá-los, isso já é um ponto positivo.

Sobre os programas que influenciaram no absenteísmo e na rotatividade do trabalho não foi especificado pelo entrevistado, não mostrando conhecimento se existe um controle associado aos programas de segurança em relação ao absenteísmo e na rotatividade do trabalho.

A respeito de algum tipo de acidente ou fiscalização do trabalho na organização, foram constatados acidentes mais graves no passado, atualmente são vistos alguns incidentes ou acidentes com menores gravidades, como pequenos cortes, porém, alguns métodos estão sendo ajustados para que isso não ocorra mais. Já sobre a fiscalização, não foi constatada visita nesse período, nenhuma do MTE.

As sugestões dadas a outras organizações que desejam constituir um programa de saúde e a segurança no trabalho são que as empresas realmente fizessem a implantação dos Programas de Segurança do Trabalho de forma efetiva, na grande maioria, os programas conseguem bons resultados quando levados a sério, não adianta fazer programas para apenas atender à Legislação, é importante desenvolver as ações previstas.

4.1.3 Entrevista II

O segundo entrevistado tem um posicionamento mais teórico, pois não faz parte do setor de segurança do trabalho, suas respostas são mais de caráter de supervisão.

Ela tem 39 anos, é do sexo feminino, atua na empresa há cerca de 6 anos e tem uma renda estipulada entre cinco e dez salários-mínimos, possui nível superior. Por questões éticas não será revelada sua identificação, ou seja, a entrevistada será mantida no anonimato. Fizemos um levantamento de informações que permitiram o desenvolvimento de estudos acadêmicos, envolvendo os assuntos como: Implantação, Segurança no Trabalho, cultura de segurança no trabalho e EPIs.

Foram avaliados que as maiores dificuldades na implantação do programa de segurança no trabalho realizado na empresa foi a adaptação dos colaboradores com o uso do EPI, fazendo com que essa organização implantasse um programa de segurança no trabalho. Devido à quantidade de funcionários nos foi obrigatório a implementação com profissional de segurança, sendo realizada por meio de empresa terceirizada com um profissional capacitado para orientar nossos colaboradores sobre a importância dos EPIs.

Os objetivos da organização ao implantar um sistema direcionado de segurança no trabalho foram: Minimizar acidentes e doenças relacionadas às atividades profissionais; Suprimir as condições de trabalho que apresentam insegurança ao colaborador; Conscientizar o profissional acerca da importância da prevenção de acidentes de trabalho, bem como suas consequências; Seguir a legislação vigente e os requisitos legais que a compõem; Propor melhores condições de trabalho, tanto física quanto psíquica e Qualificar as condições do ambiente de trabalho. Todos esses objetivos já foram alcançados.

Já a respeito da legislação de saúde e segurança, em conformidade com as exigências legais do ministério do Trabalho, são feitos diariamente para que todos estes objetivos sejam alcançados, visto que os riscos que a organização apresenta, notificando seus colaboradores sobre os programas elaborados pelo profissional terceirizado que informa esses riscos e que devemos fazer para evitá-los.

A organização, antes da implantação do programa, não obedecia ao sistema de segurança legislativo, eram feitos trabalhos esporádicos para evitar acidentes e o uso devido dos EPIs. Depois de sua instalação com a empresa terceirizada e os profissionais capacitados, os colaboradores utilizam com que frequência os equipamentos de proteção individual. Existe uma fiscalização rígida de prevenção. Os colaboradores utilizam diariamente os equipamentos de proteção individual, temos um pessoal da qualidade que inspeciona isso todos os dias, se ele não estiver utilizando o mesmo é advertido.

O Departamento de Pessoal da empresa tem o total controle do fornecimento, troca, vencimento dos EPIs. Ele possui total conhecimento sobre quais EPIs são necessários para cada função, tendo o total controle e fichas de EPI. Esta instituição não tem nenhuma ação trabalhista registrada, até o momento, por falta de segurança, pois não há esse tipo de problema aqui, todos utilizam os equipamentos sem questionar.

Após a implantação do sistema de controle de utilização dos EPIs, a diretoria percebeu de forma positiva que houve melhoras significativas no rendimento dos colaboradores, ocorrendo mudanças de comportamento, após a implantação dos programas, influenciando no absenteísmo e na rotatividade do trabalho.

Em questão dos acidentes já ocorreram cortes por falta de uso do EPI e outros não relevantes devido ao colaborador exercer sua função de modo indevido. Já a respeito de fiscalização na empresa sobre o ministério do trabalho para vistoria e informação não foi constatada nenhuma visita até o momento.

As sugestões dadas a outras organizações que desejam constituir um programa de saúde e a segurança no trabalho, aos empresários que ainda acreditam que investir em Segurança do Trabalho é um gasto desnecessário, vale a dica de que, sim, ela reflete no bolso do trabalhador, mas também, e principalmente, no do empregador. Mas quais são os gastos evitados por uma empresa que aposta neste investimento? Para citar apenas alguns: gastos com transporte do funcionário acidentado, com afastamentos causados por doenças ocupacionais, com contratação de mão de obra temporária ou permanente para ocupar o lugar deixado pelo trabalhador acidentado, com prejuízos materiais e com indenizações e com ações na justiça trabalhista civil, entre outros.

4.2 Discussão dos resultados

A pesquisa apresenta a visão de dois setores com atuação em áreas distintas, e essa escolha foi intencional para agregar uma visão técnica e outra de manutenção. De acordo com as informações obtidas, o técnico pauta que seu entrave no processo de implantação do programa de segurança no trabalho se deu com setor administrativo e inclusive afirma: “As maiores dificuldades são de ordem administrativas, tais como: resistência a mudanças de hábitos, como parar processo produtivo para realizar um treinamento e os custos que, muitas vezes, geram a necessidade de investimentos”.

Já o setor de manutenção, que nessa empresa tem como responsável a gestora de pessoas, aponta que a maior dificuldade é a conscientização do uso dos EPIs e respeito as normas

implantadas. Ela também destaca que o programa custa caro, mas que o resultado é satisfatório em duas esferas: diminuição considerável nos acidentes de trabalho e cumprimento da legislação.

Os entrevistados apontam que após a implantação houve considerável diminuição dos acidentes e do grau de gravidade deles, em especial no setor operacional.

Através de uma observação empírica é possível considerar que esse olhar diferente sobre a implantação acontece pelo fato de o técnico realizar visitas regulares à empresa objeto de estudo apenas para realização de ajustes, observação e medição dos resultados.

Em contrapartida, a gestora de pessoas tem convivência cotidiana com todos os setores e percebe no dia a dia a dificuldade da conscientização e, acima de tudo, da criação de uma cultura de segurança no trabalho.

Segundo Gil (2009), quando numa pesquisa são obtidas informações de diferentes fontes, duas delas mostram convergência, o pesquisador percebe que os resultados podem ser corroborados. Se, porém, as informações se mostrarem totalmente divergentes, o pesquisador certamente se decidirá pela rejeição da explicação ou pela necessidade de informações adicionais.

Neste estudo, o agrupar de fontes com diferentes características de informação, convergiram em diferentes aspectos de grande relevância para a pesquisa, sendo enriquecedoras as contribuições dos diferentes estilos de gestão.

5 CONCLUSÃO

A pesquisa aqui apresentada mostra ser uma contribuição para o conceito, estimativa e estudo da cultura de segurança do trabalho e suas funções nas empresas entrevistadas. A revisão de literatura e o estudo de caso realizado demonstram a importância da implantação e manutenção dos programas de segurança no trabalho nas empresas. E essa seriedade não está ligada apenas à necessidade do cumprimento da legislação vigente, mas ao aspecto da segurança e preservação da vida do colaborador.

Um dos princípios da gestão de segurança do trabalho está pautado na gerência do risco, ferramenta necessária para aprimorar as condições no meio de trabalho e amortizar acidentes e enfermidades ocupacionais.

Deste modo, o conhecimento da segurança do trabalho e suas funções é uma qualidade efetiva para adotar as medidas indispensáveis para o acontecimento deste sistema. Esta análise partiu de uma demanda universal, a respeito da necessidade do técnico de segurança do trabalho, suas responsabilidades e providências tomadas para que os colaboradores possam ter um ambiente com índices não preocupante de acidentes na empresa.

Concluindo-se com este estudo que, para implantação de um programa eficiente de segurança ocupacional, faz-se necessária a valorização dos aspectos técnicos, financeiros e comportamentais, em especial, na conscientização dos gestores e colaboradores para criação de uma cultura de segurança no trabalho.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, R. P. **Avaliação da sustentabilidade organizacional de uma empresa do setor petrolífero**: ferramenta para tomada de decisão. 2009. 206f. Dissertação (Mestre em Ciência e Tecnologia Ambiental) - Universidade do Vale do Itajaí, UNIVALI, Itajaí, 2006. Disponível em: https://hugepdf.com/queue/universidade-do-vale-do-itaja_pdf?queue_id=-1. Acesso em: 08 out. 2021

BENITE, A. G. **Sistema de gestão da segurança e saúde no trabalho para empresas construtoras**. 2004. 236f. Dissertação (Mestre em Engenharia) - Escola Politécnica da Universidade Estadual de São Paulo, USP, São Paulo, 2004. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/3/3146/tde-27102004-101542/publico/AndersonBenite.pdf>. Acesso em: 08 out. 2021

BRITISH STANDART INSTITUTION. **Guide to occupation health and safety management systems –BS 8800**. Londres, 1996. Disponível em: https://www.academia.edu/12804542/Occupational_health_and_safety_management_systems_Guide. Acesso em: 30 ago. 2021

CAMPOS, A.A.M. **CIPA - Comissão interna de prevenção de acidentes**: uma nova abordagem. São Paulo: Senac São Paulo, 2007.

CATTINO, M. **Da Chernobyl a Linate Incidenti tecnologia o errori organizzative?** Roma: 2002.

DINIZ JÚNIOR, J.A. **Segurança do trabalho em obras de construção civil**: uma abordagem na cidade de Santa Rosa – RS. 2002. 85f. Trabalho de conclusão de Curso (Graduação em Engenharia Civil). UNIJUÍ - Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Ijuí, RS, dezembro de 2002. Disponível em: http://www.projetos.unijui.edu.br/petegc/wp-content/uploads/tccs/tcc-titulos/2002/Seguranca_do_Trabalho_em_Obras_de_Construcao_Civil_Santa_Rosa.pdf. Acesso em: 30 ago. 2021

DWYER, T. **Um estudo sobre gestão de segurança e saúde no trabalho**: uma visão multidimensional de um país em desenvolvimento. In: FRICK, K., et al. *Gestão sistemática de segurança e saúde ocupacional*. Amsterdã: Pergamon, 2000.

FUNDACENTRO. **Diretrizes sobre sistemas de gestão da segurança e saúde no trabalho**. São Paulo: Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do trabalho, 2005.

GARRIGOU, A. **Contribuições da ergonomia à prevenção dos riscos profissionais**. In: FALZON, P. *Ergonomia*. São Paulo: Editora Blucher, 2007.

GIL, A. C. **Estudos de caso**. São Paulo: Atlas, 2009. 148p.

LAPA, R. P. **Segurança integrada à gestão do negócio**. Brasil mining site, Belo Horizonte, fev. 2001.

LLORY, M. **Acidentes industriais**: o custo do silêncio. Rio de Janeiro: MultiMais Editorial, 1999.

OLIVEIRA, C.L.; MINICUCCI, A. **Prática da qualidade da segurança no trabalho**. São Paulo: LTr, 2001.

PALASIO, C. **Sistema de gestão – assunto da moda**. Faculdade de Engenharia, Juiz de Fora- MG. 2003. Disponível em: Acesso em: 10 de julho de 2021.

PRIORI, L. **Ações para a melhoria da satisfação do trabalhador em canteiros de obra**. 2007. 181 p. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil), Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil, Universidade Católica de Pernambuco, Recife, 2007. Disponível em: <http://tede2.unicap.br:8080/handle/tede/75>. Acesso em: 30 jul. 2021

TAVARES JUNIOR, J. M. **Metodologia para avaliação do sistema integrado de gestão**: ambiental, da qualidade e da saúde e segurança. 2001. 218f. Tese (Doutorado em Engenharia da Produção) - Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis, 2001. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/80163/182894.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 30 jul. 2021

VIEIRA, S. I. **Manual de saúde e segurança do trabalho**: segurança, higiene e medicina do trabalho. SP: LTR, 2005.

ZOCCHIO, Á. **Segurança e Saúde no Trabalho**: como entender e cumprir as obrigações pertinentes. São Paulo: Ltr, 2001.

**SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS: ESPAÇO
INTERDISCIPLINAR E DE SOCIALIZAÇÃO**

*RELATIONSHIP SERVICE AND STRENGTHENING OF LINKS: INTERDISCIPLINARY SPACE AND
SOCIALIZATION*

Desenvolvimento Social e Políticas Públicas: Direito, Trabalho e Serviço Social

MALTA, Angélica de Oliveira Machado
Graduação em Serviço Social pela UNESP, 2008; graduação em Pedagogia pela UFSJ, 2016;
Especialista em Políticas Públicas e socioeducação pela UnB, 2019; Psicopedagogia pela
Metropolitana, 2020; Mestranda pela UNIFACEF, conclusão em 2022.
angelsa266@hotmail.com

OLIVEIRA, Paulo de Tarso.
Docente do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional/ Uni-FACEF - Franca-SP.
ptarsoliveira@gmail.com

Resumo

Este trabalho destinou-se a apresentar o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, da Política de Assistência Social, como um facilitador do processo de desenvolvimento humano das crianças e adolescentes e como a atuação interdisciplinar, na implementação dessa política pública pode contribuir para ampliação da proteção social. Essa proteção busca prevenir situações de risco e vulnerabilidade social, fortalecer a função protetiva da família e garantir o acesso aos direitos sociais, portanto assegurar igualdade de condições. O intuito dessa política pública é garantir a participação das crianças e adolescentes na vida familiar e comunitária permitindo que eles se enxerguem como protagonistas de suas histórias de vida e que se sintam parte efetiva da vida comunitária, não tendo somente a possibilidade de se locomover nos espaços públicos, mas sendo verdadeiramente integrados. É dever do poder público e da sociedade incentivar a liberdade e a igualdade de oportunidades, através de políticas públicas que atenuem as desvantagens por meio da promoção das capacidades básicas individuais e não somente da satisfação das necessidades básicas de sobrevivência.

Palavras-chave: Política pública, interdisciplinaridade, desenvolvimento humano.

Abstract

This work was intended to present the Service of Coexistence and Strengthening of Bonds, of the Social Assistance Policy, as a facilitator of the process of human development of children and adolescents and how the interdisciplinary action in the implementation of this public policy can contribute to the expansion of social protection. This protection seeks to prevent situations of risk and social vulnerability, strengthen the protective function of the family and guarantee access to social rights, thus ensuring equality of conditions. The aim of this public policy is to guarantee the participation of children and adolescents in family and community life, allowing them to see themselves as protagonists in their life stories and to feel that they are an effective part of community life, not only having the possibility to move around in spaces public, but being truly integrated. It is the duty of public authorities and society to encourage freedom and equal opportunities, through public policies that mitigate disadvantages through the promotion of individual basic capacities and not only the satisfaction of basic survival needs.

Keywords: Public Policy, Interdisciplinarity, Human Development.

1 INTRODUÇÃO

A Política de Assistência Social brasileira está inserida na Seguridade Social e, juntamente com a Saúde e a Previdência social, busca garantir os mínimos sociais para todos os cidadãos.

O artigo primeiro da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) diz que:

A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas. (BRASIL, 1993)

A lei preconiza que a assistência tem por objetivo a proteção social buscando o acesso a bens, serviços e direitos sociais que garantam a vida e as condições mínimas de sobrevivência para pessoas e famílias que se encontram em situação de risco ou vulnerabilidade social.

A proteção social é entendida como um conjunto de ações governamentais ou da sociedade em geral para proteger e amparar seus membros. “As sociedades edificam suas formas de proteção social de acordo com suas especificidades e com a maneira como se entrelaçam as relações entre Estado, sociedade e mercado”. (CRONEMBERGER; TEIXEIRA, 2015, p.133).

Cada regime governamental busca estabelecer estratégias para proteção e preservação dos seus membros, porém, o conceito de cidadania, de acesso aos direitos sociais e às relações econômicas e de poder são muito divergentes.

Por volta do século XIX as ações de proteção social começaram a ser implantadas, mas foi principalmente no período pós-guerras mundiais, que os países precisaram promover os direitos sociais e reorganizar para que a economia pudesse se reestruturar. Surgiu o conceito de *Welfare State* que é o Estado de Bem-estar social, onde muitas ações e propostas foram implantadas para que os cidadãos pudessem ter as garantias mínimas de sobrevivência (CRONEMBERGER; TEIXEIRA, 2015).

No Brasil, sempre houve ações de amparo aos pobres, mas elas ficavam a cargo de associações de caridade e igrejas, o Estado não tinha atuação direta no âmbito da proteção social.

A seguridade social teve início com a criação das caixas de aposentadoria e fundos de pensão dos ferroviários, proposta por Eloy Chaves, em 1923. Depois disso foram criados novos fundos de pensões para outros grupos de trabalhadores e a intervenção estatal teve sua ampliação.

No âmbito da assistência também tivemos várias ações com a LBA (Legião Brasileira de Assistência), a FUNABEM (Fundação do Bem-estar do Menor), entre outros. Mas, somente em 1988, com a Constituição Federal, conhecida como a “Constituição Cidadã”, é que a assistência social foi elevada ao status de política pública. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2005).

Art. 194. A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social. (...)

Art. 203. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:

I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;

II - o amparo às crianças e adolescentes carentes;

III - a promoção da integração ao mercado de trabalho;

IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;

V - a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei. (BRASIL, 1988).

Depois da Constituição algumas ações foram realizadas no âmbito da assistência social, como a criação de programas de enfrentamento à pobreza e combate à fome. A assistência se consolidou após a criação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), proposto na IV

Conferência de Assistência Social, no ano de 2004. Assim, a assistência social tem princípios e diretrizes para a atuação em âmbito nacional, padronizando o atendimento e garantindo o acesso da população aos bens, serviços e direitos sociais. (CRONEMBERGER; TEIXEIRA, 2015).

A Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) traz a divisão de atendimento em dois tipos de proteção para garantir o atendimento direcionado para as diferentes necessidades apresentadas pelos cidadãos. A assistência está dividida em proteção social básica e proteção social de média e alta complexidade.

Proteção Social Básica: de que fazem parte os CRAS e as entidades que atendem Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças, adolescentes e idosos; e a Proteção Social Especial de Média e Alta complexidade: de que fazem parte os CREAS (Centro de Referência Especializados da Assistência Social), Centro Pop (Centros de Referência para População de rua), instituições de passagem (abrigo provisórios), instituições de proteção aos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, as instituições de longa permanência para crianças, idosos e pessoas com deficiência, entre outros. (BRASIL, 2009).

Na Proteção básica busca-se prevenir situações de risco e vulnerabilidade social, garantir e fortalecer a função protetiva da família, o acesso aos direitos sociais e aos serviços públicos. Já a proteção especial está para garantir a integridade individual e familiar e proteger aqueles que já tiveram seus direitos violados, reconstruir os vínculos familiares e sociais e garantir o acesso a serviços de proteção e cuidados prolongados.

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCVF) é desenvolvido nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e/ou entidades socioassistenciais e tem por objetivo prevenir a ruptura dos vínculos familiares e comunitários, através das aquisições sociais e materiais, potencializando o protagonismo e a autonomia dos usuários e suas famílias e promovendo o acesso aos direitos sociais, aos bens e serviços públicos. (BRASIL, 2004).

A Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, resolução nº 109, do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) é o documento que normatiza e instrumentaliza a execução dos Serviços de Convivência estabelecendo os critérios e as aquisições dos usuários.

Serviço realizado em grupos, organizado a partir de percursos, de modo a garantir aquisições progressivas aos seus usuários, de acordo com o ciclo de vida, a fim de complementar o trabalho social com as famílias e prevenir a ocorrência de situações de risco social. Forma de intervenção social planejada que cria situações desafiadoras, estimula e orienta os usuários na construção e reconstrução de suas histórias e vivências individuais e coletivas, na família e no território. Organiza-se de modo a ampliar trocas culturais e de vivências, desenvolver sentimento de pertença e identidade, fortalecer vínculos familiares e incentivar a socialização e a convivência comunitária. (BRASIL, 2009, p. 09).

Constituem usuários das ações do CRAS as famílias territorialmente referenciadas, em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, do precário ou nulo acesso aos serviços públicos, da fragilização de vínculos de pertencimento e sociabilidade e/ou qualquer outra situação de vulnerabilidade e risco social.

As ações do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCVF) para crianças, adolescentes e idosos devem estar em consonância com as ações do Serviço de Proteção e Atenção Integral à Família (PAIF) porque o trabalho tem como base a matricialidade sociofamiliar, reconhecendo que a família é o primeiro espaço de socialização e que é lá onde se deve ocorrer a proteção integral de seus membros. (BRASIL, 2004, p. 40).

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A proteção social deve ser entendida como uma série de ações proposta pelo poder público, com a participação ou não da sociedade, que buscam atender as necessidades dos cidadãos, em especial, aqueles que passam por privações e/ou apresentam alguma característica que os diferenciem dos demais, necessitando de adequações para que possam acessar seus direitos fundamentais. Nas palavras de Isa Guará, a proteção social é entendida como:

Um conjunto de processos, recursos, estratégias e ações mais ou menos formais, oferecido aos indivíduos ou grupos nas diversas circunstâncias e eventos naturais ou emergenciais da vida social e pessoal. Um patamar fundamental de proteção social de cidadania se dá com a garantia legal e normativa e o asseguramento das condições básicas de sobrevivência e saúde. A proteção social deve favorecer ainda o acesso a recursos que promovem o desenvolvimento humano e a convivência social. (GUARÁ, 2010, p.46).

Para tanto é necessário que exista uma rede intersetorial articulada, visando a resolutividade das demandas apresentadas pelos cidadãos e buscando facilitar o acesso as políticas públicas e aos direitos sociais. A interdisciplinariedade, através da presença de diferentes profissionais e diferentes setores, contribui para a articulação e eficácia do atendimento aos cidadãos.

A Constituição Federal de 1988 traz no seu artigo quinto que deve existir igualdade entre todos e a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à segurança e à propriedade. (BRASIL, 1988).

Legalmente todos são dotados dos mesmos direitos sociais, mas, a atual conjuntura, com os avanços da globalização e do liberalismo, tem mostrado um período de grande desigualdade social.

É preciso ter liberdade e acesso aos direitos sociais, que são princípios fundamentais para o desenvolvimento humano, segundo Sen (2010). É preciso ter um conjunto capacitário para que a pessoa possa se promover. Não é somente mérito pessoal, esforço ou dedicação, mas uma gama de ações que levam ao pleno desenvolvimento do ser humano.

A liberdade não é apenas a base da avaliação de êxito ou fracasso, mas também um determinante principal da iniciativa individual e eficácia social. Ter mais liberdade melhora o potencial das pessoas para cuidar de si mesmas e para influenciar o mundo, questões centrais para o processo de desenvolvimento. (SEN, 2010, p.33)

Portanto, é necessário que o Estado atue de forma a elevar os cidadãos e possibilitar que eles possam fazer suas escolhas de vida pautadas em suas habilidades e interesses e não somente nas condições que lhes são “impostas” pelas privações sociais como a pobreza, falta de acesso às políticas públicas, alimentação, educação, saúde, saneamento básico, entre outros. (SEN, 2010).

Tendo a liberdade como pressuposto para uma vida digna e com possibilidade de escolhas, pensar na Proteção Social é fundamental para garantir às famílias, em situação de risco e vulnerabilidade, a possibilidade de superar as limitações e privações que restringem suas potencialidades, garantindo o pleno desenvolvimento do ser humano, através da equidade e justiça social.

De acordo com a Política Nacional de Assistência Social (PNAS):

São considerados serviços de proteção básica de assistência social aqueles que potencializam a família como unidade de referência, fortalecendo seus vínculos internos e externos de solidariedade, através do protagonismo de seus membros e da oferta de um conjunto de serviços locais que visam a convivência, a socialização e o acolhimento em famílias cujos vínculos familiar e comunitário não foram rompidos, bem como a promoção da integração ao mercado de trabalho (BRASIL, 2004, p.36).

Os serviços socioassistenciais buscam promover o desenvolvimento humano através da garantia dos mínimos sociais e do protagonismo dos cidadãos e suas famílias, através de estratégias e ações que estimulam a troca de experiências, de saberes e as habilidades de cada um.

As crianças e adolescentes são um público prioritário nesses serviços, que buscam respeitar o momento de vida e as especificidades de cada faixa etária.

A Constituição Federal de 1988 apresenta os direitos inerentes à criança e ao adolescente e fala sobre os responsáveis pela proteção integral dessa parcela da população que é mais vulnerável e necessita de cuidados particularizados. O art. 227 diz que:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL, 1988).

É dever da sociedade como um todo promover o bem-estar e prevenir situações de risco e violência contra as crianças e adolescentes, que são cidadãos em formação que precisam ter seus direitos assegurados.

Outras legislações mais específicas da temática, como o Estatuto da Criança e do Adolescente, abordam como deve ser esse cuidado e proteção e quais as responsabilidades, obrigações e direitos referentes a essa população.

Ainda temos legislações específicas, nas diferentes políticas públicas que garantem a prioridade de atendimento das crianças e adolescentes, na saúde, educação e assistência social.

Os Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos permitem que as crianças e adolescentes, possam acessar os espaços públicos, partilhar suas experiências de vida e saberes, interagir com seus pares e se sentirem parte integrante da vida comunitária. Além de desenvolverem suas habilidades pessoais e ter acesso a atividades coletivas que respeitem seu estado de vida, garantindo um aprendizado significativo, que amplia seu universo informacional.

A interdisciplinaridade está bastante presente na Política de Assistência Social, que compreende que a presença de diferentes profissionais contribuiu para a efetividade das ações. A Norma Operacional Básica de Recursos Humanos (NOB-RH SUAS), que é a resolução nº 01, de 25 de janeiro de 2007, do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, estabelece as equipes de referência para atuação nos diferentes equipamentos que compõe o Sistema Único de Assistência Social.

Equipes de referência são aquelas constituídas por servidores efetivos responsáveis pela organização e oferta de serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e especial, levando-se em consideração o número de famílias e indivíduos referenciados, o tipo de atendimento e as aquisições que devem ser garantidas aos usuários. (BRASIL, 2007, p.14)

A resolução também traz a composição das equipes de acordo com a capacidade de cada equipamento, da Proteção Básica e da Proteção Especial. Para CRAS com até duas mil e quinhentas famílias referenciadas a equipe deve ser composta por dois técnicos com nível médio e dois técnicos com nível superior (assistente social e psicólogo); para equipamentos com três mil e quinhentas famílias são três técnicos com nível médio e três técnicos com nível superior (dois assistentes sociais e um psicólogo); para CRAS com cinco mil famílias referenciadas são quatro técnicos com nível médio e quatro técnicos com nível superior (dois assistentes sociais, um psicólogo e um profissional que compõe o SUAS). Cada unidade também deve ter um coordenador de nível superior. (BRASIL, 2007).

Para os Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos também podem ter educadores sociais a facilitadores de oficina de acordo com a quantidade de usuários e os objetivos propostos para cada grupo.

A Tipificação dos Serviços Socioassistenciais traz a descrição dos serviços de convivência e apresenta a importância deles na qualidade de vida dos usuários.

Serviço realizado em grupos, organizado a partir de percursos, de modo a garantir aquisições progressivas aos seus usuários, de acordo com o seu ciclo de vida, a fim de complementar o trabalho social com famílias e prevenir a ocorrência de situações de risco social. Forma de intervenção social planejada que cria situações desafiadoras, estimula e orienta os usuários na construção e reconstrução de suas histórias e vivências individuais e coletivas, na família e no território. Organiza-se de modo a ampliar trocas culturais e de vivências, desenvolver o sentimento de pertença e de identidade, fortalecer vínculos familiares e incentivar a

socialização e a convivência comunitária. Possui caráter preventivo e proativo, pautado na defesa e afirmação dos direitos e no desenvolvimento de capacidades e potencialidades, com vistas ao alcance de alternativas emancipatórias para o enfrentamento da vulnerabilidade social. (BRASIL, 2014, p.16)

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos tem por finalidade promover a autonomia e o desenvolvimento humano dos usuários dessa política pública que são em sua maioria pessoas e famílias em situação de risco e/ou vulnerabilidade.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este trabalho destinou-se a apresentar o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, da Política de Assistência Social, como um facilitador do processo de desenvolvimento humano das crianças e adolescentes e apresentar como a interdisciplinariedade nessa política pública pode contribuir para ampliação da proteção social.

Para seu desenvolvimento utilizamos estratégias de investigação como levantamento e análise bibliográfica e documental.

Utilizamos referenciais teóricos como FERREIRA (2011), SEN (2010), SANTOS (2003), PASTOR (1998), IAMAMOTO (2005), SECCI (2006), entre outros que discutem o desenvolvimento humano, a interdisciplinariedade e a política de Assistência Social.

Os documentos analisados são próprios da Política de Assistência Social e dão as diretrizes para o trabalho e norteiam a atuação das equipes. São eles: Lei Orgânica da Assistência Social (1993), Política Nacional de Assistência Social (2005), Norma Operacional Básica de Recursos Humanos – NOBRH/SUAS (2007), Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS (2009), Orientações Técnicas sobre o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Crianças e Adolescentes de 6 a 15 anos: prioridade para crianças e adolescentes integrantes do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (2010), Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (2014), Perguntas Frequentes: Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV (2017).

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A proteção dos momentos de fragilidade da vida, que são as fases da infância, adolescência, período gestacional e velhice deve ser prioridade para as políticas públicas, para garantir o acesso aos bens, serviços e direitos inerentes a essa parcela da população, que demanda mais atenção e cuidados. (BRASIL, 1988).

Para garantir o direito das crianças e adolescentes brasileiros foi instituído o Estatuto da Criança e do Adolescente, lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que fala sobre a proteção e os cuidados com os mesmos. Além do ECA, muitas legislações específicas nas áreas da educação, saúde, esporte, cultura, assistência social, entre outras que garantem a atenção integral e o atendimento prioritário desse público.

Cada ente federativo tem o compromisso de criar seus planos de ação e estratégias de atendimento à criança e ao adolescente, vislumbrando a conjuntura atual e o planejamento das ações que devem ser realizadas para garantir a efetividade do atendimento e permitir que eles possam ter acesso aos seus direitos sociais, buscando oportunizar melhores condições de vida para eles e suas famílias.

Para compreendermos os desafios que envolvem atender as demandas das crianças e adolescentes, precisamos pensar não somente no coletivo, mas no ser humano como um ser único, com suas diversas facetas, necessidades e habilidades. Pensar que estão em uma fase de desenvolvimento e descobertas e que precisam ser orientados e estimulados para que atinjam todo o seu potencial.

Pastor fala sobre essa compreensão do ser humano em suas múltiplas dimensões.

Na sua individualidade singular, o ser social constitui uma totalidade onde estão presentes as dimensões da subjetividade e da objetividade de maneira indissolúvel e em relação inequívoca com outras totalidades. Ao mesmo tempo que é um ser singular, é um ser de relações em processo de desenvolvimento. Sua atuação no mundo e seu desenvolvimento são determinados pelas condições sócio históricas, culturais e econômicas. Numa relação dialética, também este ser contribui e determina essas condições quando intervém coletivamente, isto é, com outros homens. (PASTOR, 1998, p. 43).

É preciso compreender que o ser humano se constitui em um ser único, completo em si mesmo, mas que só tem significado, na sua existência, se ele interagir com seus pares. A integração social nos impulsiona a expandir nossos horizontes pessoais e nos faz atingir todo o nosso potencial.

Dentro dessa lógica, um dos principais direitos que deve ser assegurado é o direito de se participar dos espaços coletivos e se sentir membro efetivo da sociedade.

Esse direito de reconhecimento e pertença devem ser preservados, pois são os valores que guiam as pessoas na satisfação de suas necessidades e gera sentimento de igualdade. Todos têm o direito de se movimentar livremente nos espaços coletivos independentemente das condições físicas, financeiras, culturais, entre outras. (NUSSBAUM, 2000).

Os direitos sociais fundamentam-se, historicamente, no princípio da igualdade. Contudo, direitos sociais também associam-se ao princípio da liberdade, pois, podem ser entendidos a partir de uma ação libertadora, no sentido de que as pessoas possuem necessidades que devem ser satisfeitas. O Estado deve ser responsabilizando pelas políticas públicas que materializam esses direitos, por meio de estratégias redistributivas da riqueza e de superação de impedimentos que levam à desigualdade e impossibilitam que a liberdade seja concretizada: há reivindicações e reconhecimentos, que justificam as obrigações derivadas dele. Portanto, os direitos sociais devem ser entendidos como uma responsabilidade pública apoiada na satisfação das necessidades das pessoas, sem as quais não há igualdade, liberdade, vida digna, autorrespeito ou pleno exercício de suas capacidades. (PIRES, 2013, p.18-19)

Os princípios de igualdade e de liberdade precisam de destaque nas políticas públicas de atendimento das crianças e adolescentes, que são tão diferentes entre si, mas tão iguais na condição de cidadão em formação e membros da sociedade. Garantir o acesso e o direito de participar dos espaços públicos, com segurança e respeito, permite que eles possam ser parte integrante da sociedade e possam ampliar seu universo cultural e informacional.

Boaventura de Souza Santos chama de hermenêutica diatópica a concepção de direitos humanos baseada numa constelação de ideias distintas de dignidade humana, que necessita de um diálogo intercultural para se observar as incompletudes de cada cultura para criar formas híbridas de dignidade mais ricas e compartilhadas. “As pessoas e os grupos sociais têm o direito a ser iguais quando a diferença os inferioriza, e o direito a ser diferentes quando a igualdade os descaracteriza”. (SANTOS, 2003, p. 56)

Garantir o direito de expressar seus gostos e habilidades, seu universo cultural e sua bagagem de aprendizados e saberes permite que as crianças e adolescentes possam se deslocar nos espaços coletivos não somente como espectadores, mas como membros ativos dessa sociedade que é multipla e dinâmica.

É um desafio permitir que todos possam ser respeitados e valorizados em suas diferenças, ainda mais quando existem barreiras a serem superadas como o preconceito, violência, a falta de acesso as políticas públicas, a falta de adaptação para acolher as pessoas com deficiência, as diferenças culturais, entre outros.

Como é possível, ao mesmo tempo, exigir que seja reconhecida a diferença, tal como ela se constitui através da história, e exigir que os „outros” nos olhem como iguais e reconheçam em nós os mesmos direitos de que são titulares? Como compatibilizar a reivindicação de uma diferença enquanto

coletivo e, ao mesmo tempo, combater as relações de desigualdade e de opressão que se constituíram acompanhado dessa diferença? (SANTOS, NUNES, 2003, p. 25)

São realmente desafios que devem ser enfrentados no dia a dia, de maneira macro, através do planejamento e execução das políticas públicas, mas também nos territórios, onde a vida e as relações sociais realmente acontecem.

Devemos buscar, através de ações políticas e da sociedade em geral, incentivar a liberdade e a igualdade de oportunidades, para todos, nos apoiando em políticas públicas que atenuem as desvantagens por meio da promoção das capacidades básicas individuais e não somente da satisfação das necessidades básicas para a sobrevivência.

Nesse viés, a Política de Assistência Social, através da Proteção Social Básica, tem nos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) e nos Serviços de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) espaços para o desenvolvimento das potencialidades pessoais e para o fortalecimento do núcleo familiar e das relações sociais, criando condições para a superação das vulnerabilidades e trocas efetivas entre as pessoas.

O trabalho interdisciplinar nesses espaços tem por objetivo garantir os direitos sociais dos usuários dessa política pública em suas múltiplas dimensões.

O enfoque interdisciplinar é adotado como processo de trabalho no âmbito do SUAS, a partir da compreensão de que o principal objeto de ação da política de assistência social - as vulnerabilidades e riscos sociais - não são fatos homogêneos e simples, mas complexos e multifacetados, que exigem respostas diversificadas alcançadas por meio de ações contextualizadas e para as quais concorrem contribuições construídas coletivamente e não apenas por intermédio do envolvimento individualizado de técnicos com diferentes formações (BRASIL, 2014, p.64)

Como o foco é a promoção do indivíduo e o rompimento com as situações de vulnerabilidade e risco social é necessário buscar, prioritariamente as famílias que tem maiores barreiras e dificuldades para acessarem as políticas públicas.

Segundo a Resolução CIT nº 01/2013 e a Resolução CNAS nº 01/2013, considera-se público prioritário para o atendimento no SCFV crianças e/ou adolescentes e/ou pessoas idosas nas seguintes situações: pessoas em situação de isolamento; trabalho infantil; vivência de violência e/ou negligência; fora da escola ou com defasagem escolar superior a dois anos; em situação de acolhimento; em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto; egressos de medidas socioeducativas; situação de abuso e/ou exploração sexual; com medidas de proteção do ECA; crianças e adolescentes em situação de rua; vulnerabilidade que diz respeito às pessoas com deficiência. (BRASIL, 2017, p. 35).

O trabalho é realizado em grupos, com até trinta usuários, divididos por faixa etária. São abordadas nas ações socioeducativas as temáticas transversais como violência; preconceito; direitos sociais; valorização da vida; cultura de paz; cuidados com o meio ambiente; indivíduo, família e sociedade; entre outros. Além disso, podem ser desenvolvidas atividades lúdicas, recreativas e desportivas, com o objetivo de socializar e promover as potencialidades das crianças e adolescentes. (BRASIL, 2017).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensar em desenvolvimento social e humano, nada mais é do que falar em garantias e liberdades. Garantia, por parte do Estado e da sociedade de que os direitos, que são inerentes aos seres humanos, devem ser assegurados para todos e liberdade de fazer suas próprias escolhas e traçar seu caminho, pautado em suas habilidades e interesses e não somente nas condições

impostas pelo seu entorno, como falta de acesso aos direitos, bens e serviços públicos. (SEM; KLIKSBERG, 2010).

Para as pessoas que vivenciam situações de vulnerabilidade e risco social, em especial, as crianças e adolescentes, que estão num processo de desenvolvimento, essa garantia de acesso aos direitos sociais e aos serviços públicos, é também uma garantia de liberdade e evolução. A participação na vida comunitária é de extrema importância, pois, é na convivência com as diferenças que crescemos enquanto seres humanos e podemos formar elos que promovam o desenvolvimento da sociedade como um todo.

São necessárias políticas públicas eficientes para garantir a proteção social e a equidade e justiça para todos, em especial, para aqueles que têm limitações por causa das desigualdades sociais.

Isa Guará fala da importância da proteção social nos territórios e que a sociedade também precisa ser estimulada a participar dessa luta.

Proteção social com base no território precisará fortalecer as redes e animar novas redes locais que vitalizem o esforço de cooperação criando outros canais de solidariedade e de engajamento cívico. Estrategicamente, para obter a adesão da comunidade, é necessário divulgar informações que produzam segurança e confiança nos participantes. (GUARÁ, 2010, p.54)

Enfim, toda a população deve estar unida para garantir a proteção integral, daqueles que demandam atenção e cuidados por estarem em um momento de desenvolvimento, o que os tornam vulneráveis e demandam mais cuidados e atenção, para que cresçam e possam fazer boas escolhas de vida, pautadas em suas habilidades pessoais e seus interesses.

Muito temos avançado na proteção e garantia dos direitos, mas ainda é necessário efetivar a legislação vigente e fazer um trabalho de conscientização da população em relação ao nosso dever para com as crianças e adolescentes. Não é responsabilidade só do Estado, mas de todo o coletivo. Para que todos possam ter um futuro digno e feliz, fazendo suas próprias escolhas e desfrutando de todos os demais direitos inerentes ao ser humano.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, E. **Serviços socioassistenciais: o reordenamento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos na Proteção Social Básica do SUAS**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2015.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Congresso Nacional, 1988.

_____. **Lei Orgânica da Assistência Social**, nº 8.742. Brasília: Congresso Nacional, 1993.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social e Norma Operacional Básica** – NOB/Suas. Brasília, 2005.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Norma Operacional Básica de Recursos Humanos – NOBRH/SUAS**. Brasília, 2007.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS**. Brasília, 2009.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Orientações Técnicas sobre o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Crianças e Adolescentes de 6 a 15 anos: prioridade para crianças e adolescentes integrantes do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil**. Brasília, 2010.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Brasília: MDS, 2014.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Perguntas Frequentes. Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV**. Brasília: MDS, 2017.

CONSELHO NACIONAL DE ASSISTENCIA SOCIAL. **Resolução nº 1**, de 21 de fevereiro de 2013. Diário Oficial da União. Brasília, 26 fev. 2013.

CRONEMBERGER, I. H. G. M.; TEIXEIRA, S. M. O sistema de proteção social brasileiro, política de assistência social e a atenção à família. **Pensando famílias**. vol.19, n. 2 Porto Alegre, dez. 2015

FERREIRA, S. S. **NOB-RH Anotada e Comentada**. Brasília, DF: MDS. 2011.

GUARÁ, I. M. F. Proteção integral em redes sociais. In: Redes de proteção. São Paulo: Associação Fazendo História: NECA - Associação dos Pesquisadores de Núcleos de Estudos e Pesquisas sobre a Criança e o Adolescente, 2010. (Coleção Abrigos em Movimento)

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO R. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico metodológico. 17 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

NUSSBAUM, M. **Women and human development: the capabilities approach**. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

PASTOR, M. Individualidade e totalidade como elementos para a reflexão no Serviço Social. **Serviço Social em revista**: jul/dez, v.1, nº1, 1998.

PIRES, F. L. **Mobilidade e direitos sociais**: uma questão de justiça na cidade. 2013, 155p. Tese (Doutorado em Política Social) Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

SANTOS, B. S. **Reconhecer para libertar**: Os caminhos do cosmopolitismo multicultural. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003.

_____; NUNES, J. A. Introdução: para ampliar o cânone do reconhecimento, da diferença e da igualdade. **IN: Reconhecer para libertar, os caminhos do cosmopolitismo multicultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. P. 25-68.

SECCHI, L. **Análise de políticas públicas**: diagnóstico de problemas e recomendação de soluções. São Paulo: Cengage Learning. 2016. pp.05-29

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução de Laura Teixeira Mota. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

_____. **Desigualdade Reexaminada**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____; KLIKSBERG, B. **As pessoas em primeiro lugar**: a ética do desenvolvimento e os problemas do mundo globalizado. Tradução Bernardo Ajzenberg, Carlos Eduardo Lins da Silva. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

**TELEMEDICINA E DESENVOLVIMENTO REGIONAL: PROPOSTA DE PESQUISA SOBRE OS
IMPACTOS DA TELEMEDICINA NO ATENDIMENTO DE PACIENTES**

*TELEMEDICINE AND REGIONAL DEVELOPMENT: A RESEARCH PROPOSAL ON THE IMPACTS
OF TELEMEDICINE ON PATIENT CARE*

Área temática: Educação e Saúde.

PIMENTA, Adriano Faleiros
Uni-FACEF - Centro Universitário Municipal de Franca
Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (Uni-FACEF)
adrianofpimenta@uol.com.br

CARVALHO NETO, Silvio
Uni-FACEF - Centro Universitário Municipal de Franca
Doutor em Administração (USP)
silvio@facef.br

Resumo

A Telemedicina é a prática de cuidar de pacientes à distância, de forma que o mesmo não necessite do comparecimento presencial ao consultório médico. A pandemia do novo coronavírus aumentou a aplicação da Telemedicina durante o período de isolamento social. O presente artigo apresenta uma proposta de pesquisa sobre os impactos da Telemedicina no atendimento de pacientes em um sistema de saúde suplementar. O objetivo geral da pesquisa é descrever as dificuldades na implantação do atendimento de Telemedicina e verificar a sua taxa de efetividade em uma operadora de saúde suplementar. O presente artigo apresenta a fase inicial exploratória da pesquisa, com a apresentação do referencial teórico obtido até o momento, de uma proposta inicial de pesquisa de campo e dos resultados pretendidos.

Palavras-chave: Telemedicina, Desenvolvimento Regional, Sistema Público de Saúde.

Abstract

Telemedicine is the practice of taking distance care, so they do not need to be present in person at the doctor's office. The new coronavirus pandemic increased the application of Telemedicine during the period of social isolation. This article presents a research proposal on the impacts of Telemedicine on patient care in a supplementary health system. The general objective of the research is to describe the difficulties in implementing Telemedicine care and verifying its effectiveness rate in a supplementary health care provider. This article presents the initial exploratory phase of the research, with the presentation of the theoretical framework obtained so far, an initial proposal for field research and the intended results.

Keywords: Telemedicine, Regional Development, Public Health System.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo apresenta uma proposta de pesquisa sobre os impactos da Telemedicina no atendimento de pacientes em um sistema de saúde suplementar. A ideia é que o estudo no sistema suplementar possa dar subsídios para a viabilidade de implantação no sistema público de saúde. Toda a formação do corpus do estudo tem como base o questionamento se a Telemedicina realmente apresenta uma ferramenta eficaz frente aos atendimentos dos pacientes, principalmente

durante a pandemia. Outra questão que surge com a pesquisa é se a Telemedicina promove outras práticas de saúde, no contexto suplementar, e viabiliza o desenvolvimento social na região.

Deste modo, o objetivo geral da presente proposta de pesquisa é descrever as dificuldades na implantação do atendimento de Telemedicina e verificar a sua taxa de efetividade em uma operadora de saúde suplementar, como modelo para implantação no sistema público de saúde. Os objetivos específicos da pesquisa são: analisar se as vantagens e as dificuldades do atendimento médico pela Telemedicina na visão da equipe médica, dos pacientes e da gestão hospitalar; avaliar as dificuldades de expansão do atendimento ao serviço público de saúde e observar a viabilidade da continuidade do serviço pós pandemia.

Este artigo apresenta o referencial teórico obtido até o momento, em uma fase inicial exploratória da pesquisa, a proposta inicial de pesquisa de campo, que ainda está em elaboração, e algumas considerações parciais e resultados pretendidos.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A alfabetização em informática e tecnologia continua sendo uma das grandes barreiras ao se pensar na aplicação da tecnologia da informação e comunicação (TIC), em especial a Telemedicina, na área da saúde. Também há obstáculos adicionais que incluem a resistência do paciente em mudar a forma como interage com os profissionais de saúde, barreiras linguísticas, a percepção do paciente de que a Telemedicina é impessoal e não confiável e a percepção do paciente de sobrecarga de informação durante os encontros.

A Telemedicina ainda tem alguns desafios extras, como fornecer o acompanhamento adequado para doenças médicas crônicas e malignidades que ajude a prevenir a evolução dessas condições, além disso, garantir a equidade para todos os pacientes que buscam acesso aos serviços de saúde, incluindo aqueles de menor nível socioeconômico.

Essas barreiras devem ser discutidas e abordadas, para garantir a equidade em saúde para todos os pacientes que procuram atendimento. Portanto, compreender esses desafios pode ajudar os gestores da saúde a evitar repressão e, em vez disso, deixar a Telemedicina fazer exatamente para o que foi criada: prestar cuidados de forma mais conveniente, sem prejudicar a qualidade que os pacientes esperam para obter um atendimento plano e que servirá de modelo para uso contínuo após o término da pandemia.

A Associação Brasileira de Planos de Saúde (ABRAMGE), em recente levantamento realizado em 2021 mostrou que foram feitas 361 mil consultas por Telemedicina em abril deste ano contra 315 mil em março – justamente o auge da segunda onda do novo coronavírus. Desde abril do ano passado, já foram realizados mais de 2,8 milhões de consultas por videoconferência. Na pesquisa a ABRAMGE levou em conta as operadoras de planos de saúde associadas que, juntas, atendem 9 milhões de beneficiários em todo o Brasil. O número, no entanto, pode ser ainda maior. De acordo com a agência, o número de beneficiários de planos de saúde seria de aproximadamente 47 milhões de pessoas (VENTURA, 2021).

Isso é parte de um futuro promissor, tanto no setor público quanto no privado, refletindo a transformação digital em andamento no mundo, neste sentido e buscando cada vez mais a melhoria no atendimento aos pacientes, a Agência Nacional de Saúde (ANS) emitiu a Norma Técnica 6/2020, que obriga as operadoras de planos de saúde a cobrir os atendimentos feitos à distância. De acordo com a ANS, não são necessárias alterações contratuais para que os planos ofereçam Telemedicina.

Contudo, apenas 25% da população têm plano de saúde privado, o que causa um congestionamento no Sistema Único de Saúde (SUS), que já sofre com má gestão e falta de investimentos (SBRISIA, 2021). Por isso, apesar de a Telemedicina não substituir uma consulta tradicional, é um método que vem sendo muito bem-aceito porque soluciona alguns dos problemas que o Brasil enfrenta em relação à saúde pública, como superlotação em hospitais e longas filas de espera por atendimento.

A Telemedicina permitirá uma melhor adequação da medicina baseada em valor e, no setor público, e talvez seja o estímulo necessário de mudança cultural que se deve fomentar, buscando mudar a visão do paciente em relação ao seu cuidado, mudando o paradigma de tratar doenças para a promoção da saúde.

A Telemedicina é a prática de cuidar de pacientes à distância, de forma que o mesmo não necessite do comparecimento presencial ao consultório médico, podendo ter sua consulta realizada através de aplicativos e plataformas de Telemedicina devidamente cadastradas e legalizadas.

Também conhecida como telessaúde, e-saúde e saúde online, pode ser usada para descrever o processo em que a informação é compartilhada entre lugares distantes, com fins de diagnóstico e decisões sobre o gerenciamento clínico dos pacientes.

A Telemedicina fornece aos pacientes acesso a serviços de saúde de alta qualidade, através da comunicação avançada e tecnologia da informação, com comodidade aos pacientes ao permitir que tenham acesso ao atendimento médico em suas residências, através de dispositivos digitais. É uma forma eficaz de aliviar o congestionamento de hospitais e melhorar a utilização de recursos médicos.

Os avanços tecnológicos no setor da saúde têm proporcionado muito progresso. O crescimento da informática como espaço de produção do conhecimento vinculado a saúde deve-se, em grande parte, aos avanços das tecnologias de computação e comunicação, à crescente convicção de que o conhecimento em saúde e as informações sobre os pacientes não podem mais ser controladas, registradas e analisadas por métodos tradicionais, e isto é devido à certeza de que os processos de acesso ao conhecimento e tomada de decisão desempenham papel central na saúde moderna.

A principal expectativa da Organização Mundial de Saúde (OMS) sobre a informática em saúde é que, a partir dela, pode-se obter a ampliação e melhoria do acesso aos serviços para a maior parte da população mundial. Nessa perspectiva, a OMS recomenda a utilização de recursos de Telemedicina como um instrumento político e estratégico para o planejamento e execução de ações em saúde.

Atualmente a Telemedicina no Brasil constitui-se em uma rede que interliga instituições formadoras, serviços de saúde e gestores da saúde, num processo de trabalho cooperativo e online. Isso permite agir de forma colaborativa, agilizando a identificação de problemas e soluções e reduzindo custos.

No Brasil, a Telemedicina segue as orientações da resolução n. 2.227/2018 do Conselho Federal de Medicina (CFM), que define e disciplina a Telemedicina como forma de prestação de serviços médicos mediados por tecnologias e estabelece parâmetros éticos e legais para a realização de consultas online, telediagnósticos, tele cirurgias etc. Entretanto, a entidade anunciou que pretende apresentar uma nova regulamentação, onde objetiva atualizar a Resolução CFM n. 1.642/2002, em que estão definidos os parâmetros dessa modalidade de atendimento médico.

Em que pese a insegurança jurídica que paira sobre a utilização da Telemedicina no contexto brasileiro, a necessidade fática, por algumas vezes, impõe a sua aplicação. Exemplo disso, o governo brasileiro, de forma emergencial por conta da pandemia, sancionou a Lei n. 13.989/20, que regula e autoriza a utilização da Telemedicina no período em que durar a pandemia ocasionada pelo coronavírus (SARS-CoV-2).

De acordo com a lei, serão válidas as receitas médicas apresentadas virtualmente, desde que contenham assinatura digital do profissional, dispensando-se a apresentação física da mesma. Contudo, o médico deverá informar ao paciente todas as limitações inerentes ao uso da Telemedicina, tendo em vista a impossibilidade de realização de exame físico durante a consulta. Além disso, a prestação de serviço de Telemedicina seguirá os padrões normativos e éticos comuns ao atendimento presencial, inclusive em relação à contraprestação financeira pelo serviço prestado, não cabendo ao poder público custear ou pagar por tais atividades quando não for exclusivamente serviço prestado ao SUS.

Com os pacientes obrigados a permanecer em casa, por questões médicas não urgentes, muitos grupos de médicos e hospitais desenvolveram rapidamente uma infraestrutura adicional que não estava presente antes do surto. Para facilitar a implementação bem-sucedida de programas de Telemedicina, dois componentes principais foram necessários: implementar a infraestrutura de tecnologia, ajustando os fluxos de trabalho clínico e treinamento para o provedor de cuidados de saúde e também para o paciente com o objetivo de permitir que o atendimento fosse efetivamente prestado remotamente e, educar e equipar os pacientes com as ferramentas necessárias para interagir com seus provedores. Apesar dos desafios no treinamento e na implementação da Telemedicina, o atendimento remoto oferece a um centro de saúde e a seus pacientes múltiplos benefícios potenciais.

A Telemedicina, embora não seja uma inovação, tornou-se o principal mecanismo de atendimento aos pacientes durante a pandemia Covid-19. Diante disso e mediante as dificuldades de atendimento médico neste período, devido às medidas de isolamento e distanciamento social, o que prejudicou o atendimento presencial aos pacientes, a Telemedicina surgiu com forte opção neste

cenário como forma de reduzir a desassistência médica e auxiliar os pacientes neste momento crítico, por tal questão, se justifica a motivação para este estudo.

A conveniência proporcionada por esta modalidade de baixo custo facilita a intercomunicação entre médicos e pacientes, oferecendo uma alternativa para a promoção de serviços médicos, principalmente os especializados, em comunidades distantes com o objetivo de melhorar a qualidade de vida da população. Assim, ganha-se na melhoria da assistência especializada ao paciente, bem como na ampliação do mapa de atuação do médico.

Entretanto, o atendimento médico à distância ainda enfrenta obstáculos para sua plena aplicação. Por ser ainda uma atividade relativamente emergente, nem tanto relacionada à questão temporal, mas sim pelo fato de enfrentar desafios de ordem técnica, legal, ética, regulatória, cultural, entre outros, restringe o seu processo de difusão global.

Neste sentido, a Telemedicina apresenta alguns desafios, o que dificulta sua implementação para expandir o acesso a saúde e reduzir custos. A atividade é regulada no Código de Ética Médica, no artigo 37, que prevê, que a Telemedicina não poderá romper com a relação médico-paciente presencial e humanizada e nem com o exame direto. Ressalta-se que embora seja um novo método de praticar a medicina, é preciso lembrar que esse e o atendimento presencial são apenas complementares e todos os cuidados e protocolos devem ser mantidos.

A implementação de Telemedicina pode ser um processo estimulante para médicos e pacientes. No entanto, a ideia de mudar as práticas tradicionais para se conformar com uma solução baseada em tecnologia nova e aprimorada pode ser opressora para os envolvidos, pois haverá, naturalmente, algumas barreiras ao longo do caminho.

Para atender aos objetivos propostos, o trabalho se dividirá em três capítulos: No capítulo 1º, serão abordados o tema da saúde como direito fundamental e regulação do exercício da medicina e a relação médico-paciente, na perspectiva de Barcellos (2002), Silva (2014), Maeyama e Calvo (2018), dentre outros.

No capítulo 2º, objeto do estudo, a Telemedicina – suas origens, implicações regulatórias e legais e implementação no processo de pandemia do Covid-19, considerando como sustentação teórica e acadêmica as normas técnicas da ANS e CFM, a Lei n. 13.989/2020, que autoriza o uso da Telemedicina até durar a pandemia, além de autores nacionais e internacionais que pesquisaram a questão da Covid-19, como por exemplo, Jin et al. (2020), Wang et al. (2019), Vidal-Alaball et al. (2020), entre outros.

No capítulo 3º, será apresentado o resultado da pesquisa que realizada com pacientes, médicos e gestores da Operadora de Saúde Suplementar da cidade de Franca-SP, no primeiro ano da implantação da Telemedicina. No último capítulo, serão apontadas as considerações finais, em que será retomado o problema de pesquisa e os objetivos, a fim de sintetizar as respostas que se pode apresentar sobre a investigação.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa utilizará a abordagem qualitativa e quantitativa de natureza básica, a partir dos depoimentos dos sujeitos investigados, o que ocorrerá através da aplicação de questionário com questões semiestruturadas, número de pacientes atendidos mensalmente, taxa de pacientes que deixaram de procurar o pronto atendimento e taxa de situações clínicas resolvidas com a Telemedicina. A amostra será constituída pelos pacientes que foram atendidos durante o primeiro ano de instalação do serviço de Telemedicina em Operadora de Saúde Suplementar, da cidade de Franca-SP, além dos médicos e gestores hospitalares. Os dados analisados serão oriundos do banco de dados do referido hospital, sendo que os entrevistados deverão obrigatoriamente assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Na construção e ampliação do conhecimento sobre o objeto enfocado, será aplicado o método exploratório, descritivo, transversal e aberto que proporcionam visão geral sobre determinado fato, explorando o objeto de estudo proposto, por meio de referências bibliográficas, pesquisa documental, a fim de conferir sustentação ao eixo teórico e iniciar o processo de apropriação do conhecimento em sua essência.

Dada a complexidade do objeto de pesquisa e sua característica interdisciplinar, o estudo exploratório consistirá em consultas bibliográficas e investigação teórica nas bases de dados internacionais como Medline, Lilacs, PubMed e Paho e nacionais, como Periódicos Capes, Scielo e

Biblioteca Virtual em Saúde sobre o assunto Telemedicina, pandemia, desafios e legislações específicas sobre o tema.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por esta pesquisa estar ainda em fase de desenvolvimento e projeto, ainda não existem resultados parciais. Pretende-se atingir os resultados de verificação da efetividade do atendimento, e obter as dificuldades de implantação da Telemedicina.

A pandemia de Covid-19, ou novo Coronavírus, vem produzindo repercussões não apenas de ordem médica e epidemiológica em escala global, mas também consequências sociais, econômicas, políticas, culturais e históricas sem precedentes na história recente das epidemias. Contudo, há o reconhecimento de que a saída da crise instalada após a pandemia irá depender fortemente da capacidade de produção de conhecimento e de novas tecnologias.

Diante disso, o estudo proposto tem como intuito contribuir, para que a Telemedicina seja regulamentada em lei e que os provedores de saúde e médicos possam-se dedicar atenção aos serviços de Telemedicina, como forma de reduzir os custos no sistema de saúde, além de alcançar a satisfação e aprovação dos pacientes, mantendo uma boa relação médico – paciente.

REFERÊNCIAS

BARCELLOS, Ana Paula de. **A eficácia jurídica dos princípios constitucionais**. Renovar: Rio de Janeiro, 2002.

BRASIL. **Lei n. 13.989, de 15 de abril de 2020**. Dispõe sobre o uso da Telemedicina durante a crise causada pelo coronavírus (SARS-CoV-2). Disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-13.989-de-15-de-abril-de-2020-273220173>> Acesso em: 18 jun. 2021.

JIN, M. X.; KIM, S. Y.; MILLER, L. J. et al. **Telemedicine**: current impact on the future. *Cureus*, v. 12, n. 8, p. e9891, 2020. Disponível em: <<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC7502422/>> Acesso em: 22 set. 2021.

MAEYAMA, Marcos Aurélio; CALVO Maria Cristina Marino. A integração do telessaúde nas centrais de regulação: a teleconsultoria como mediadora entre a atenção básica e a atenção especializada. **Revista Brasileira de Educação Médica**, v. 2, n. 42, p. 63-72, 2018.

SBRISIA, H. Telemedicina pode resolver 95% dos problemas de saúde e ganha espaço com 5G. **Tecmundo**, 17 maio 2021. Disponível em: <<https://www.tecmundo.com.br/5g-no-brasil/217398-Telemedicina-conceito-soluciona-95-problemas-saude.htm>> Acesso em: 13 jul. 2021.

SILVA, Angélica Baptista. **Telessaúde no Brasil**: conceitos e aplicações. Rio de Janeiro: [s.n.], 2014.

VENTURA, I. Telemedicina: quase 3 milhões de consultas foram feitas em um ano, segundo a Abrange. **Consumidor Moderno**, 9 jun. 2021. Disponível em: <<https://www.consumidormoderno.com.br/2021/06/09/Telemedicina-milhoes-consumidores-abrange/>> Acesso em: 12 jul. 2021.

VIDAL-ALABALL, J.; ACOSTA-ROJAC, R.; HERNÁNDEZ, N. P. et al. Telemedicine in the face of the COVID-19 pandemic. **Atención Primaria**, v. 52, n. 6, p. 418-22, 2020.

WANG, X.; ZHANG, Z.; ZHAO, J. et al. Impact of telemedicine on healthcare service system considering patients' choice. **Discrete Dynamics in Nature and Society**, 2019. Disponível em: <<https://downloads.hindawi.com/journals/ddns/2019/7642176.pdf>> Acesso em: 22 set. 2021.

**TESTE DE FREQUÊNCIA DE MICRONÚCLEOS EM RECÉM-NASCIDOS PREMATUROS:
REVISÃO BIBLIOGRÁFICA**

MICRONUCELUS FREQUENCY TEST IN INFANT PREMATURE: BIBLIOGRAPHIC REVIEW

Área temática: Psicologia, Saúde e Desenvolvimento

PEREIRA, Lorena Rodrigues
Universidade de Franca/UNIFRAN
Mestranda em Promoção de Saúde pela Universidade de Franca
Bacharel em Fisioterapia pela Universidade de Patos de Minas
Pós-graduada em Fisioterapia Cardiorrespiratória e UTI pela Universidade de Patos de Minas
E-mail: lorena.7rp@hotmail.com

FERREIRA, Lorrayne Jasmim
Universidade de Franca/UNIFRAN
Mestranda em Promoção de Saúde pela Universidade de Franca
Bacharel em Fisioterapia pela Universidade de Franca
Pós-graduanda em Fisioterapia Neonatal e Pediátrica pela rede CERTRO
E-mail: jasmim_loh@hotmail.com

SANTOS, Raquel Alves dos
Universidade de Franca/UNIFRAN
Doutora em Genética
Docente dos programas de Pós-Graduação em
Ciências e Promoção de Saúde
E-mail: raquel.santos@unifran.edu.br

Resumo

Há a importância de estudos que elucidem as possíveis alterações celulares de recém-nascidos prematuros com doenças neonatais, em uso diário de medicamentos ou oxigenoterapia. Por esse motivo, esse estudo teve por finalidade realizar uma revisão bibliográfica acerca da genotoxicidade em recém-nascidos prematuros por meio do teste de frequência de micronúcleos. Trata-se de uma revisão bibliográfica realizada a partir de uma análise documental e revisão da literatura científica. Os recém-nascidos prematuros estão propensos ao estresse oxidativo e consequentemente aos danos celulares devidos à imaturidade do sistema antioxidante, resultante da pequena idade gestacional. Dessa forma, o biomonitoramento celular torna-se importante para prognosticar possíveis doenças neonatais e até mesmo alterações celulares sensoriais e neurológicas. Outrossim, foi constatado que fatores demográficos, biológicos, genéticos e ambientais aumentam a probabilidade de um nascimento prematuro e influência na frequência de micronúcleos tanto materna quanto da criança. Concluindo, outras pesquisas em relação à frequência de danos celulares em recém-nascidos prematuros são necessárias para que os profissionais de saúde tenham subsídios para o fortalecimento e planejamento na preparação do cuidado neonatal intensivo, principalmente nas questões de prevenção de estresse oxidativo. Por conseguinte, a inserção de ações de promoção de saúde nas práticas de cuidado em busca da redução de mortalidade e morbidade neonatal tornam-se imprescindíveis.

Palavras-chave: Estresse oxidativo, Recém-nascido prematuro, Teste para Micronúcleos.

Abstract

There is a importance of studies that elucidate the possible cellular alterations of infant premature with neonatal diseases, in daily use of medications or oxygen therapy. For this reason, this study aimed to perform a bibliographic review about genotoxic effects in infant premature through the micronucleus assay. This is a bibliographic review based on documentary analysis and review of the

scientific literature. Infant premature are likely to oxidative stress and consequently cellular damage due to immaturity of the antioxidant system, because of small gestational age. Thus, cellular biomonitoring is important to predict possible neonatal diseases and even sensorial and neurological cellular changes. Moreover, it was found that demographic, biological, genetic and environmental factors increase the probability of premature birth and influence the frequency of micronucleus both in moms and child. In conclusion, more studies approaching cellular damage in premature infants are needed to support health professionals to develop subsidies for empowerment and planning the preparation of intensive neonatal care, especially in the prevention of oxidative stress. Therefore, the insertion of health promotion actions in care practices aiming the reduction of neonatal mortality and morbidity are of fundamental importance.

Keywords: Oxidative stress, Infant premature, Micronucleus tests.

1 INTRODUÇÃO

O parto prematuro é definido pela Organização Mundial de Saúde como o nascimento antes das 37 semanas de gestação, com subcategorias, incluindo parto prematuro extremo (≤ 28 semanas de gestação). A prematuridade é um dos principais motivos de morbidades neonatais, complicações médicas e sequelas neurodesenvolvimentais as quais ocorrem em cerca de 12% das gestações em todo o mundo. Com isso, o nascimento prematuro é um grande problema de saúde pública em termos de mortalidade neonatal e morbidade a longo prazo (BARFIELD, 2018; FONSECA; DAMIÃO; MOREIRA, 2020).

Em todo o mundo, a sobrevida de recém-nascidos prematuros varia conforme a viabilidade e recursos obstétricos e neonatais disponíveis. À vista disso, percebe-se que a sobrevida melhorou drasticamente nos países desenvolvidos e essa melhoria está relacionada com diversos fatores, incluindo melhoria da assistência obstétrica e pré-natal, aprimoramento dos serviços de saúde e serviços no cuidado de recém nascidos de alto risco. A prematuridade afeta uma variedade de sistemas envolvendo déficits motores neurosensoriais, cognitivos e comportamentais (BARFIELD, 2018).

Médicos e pesquisadores desempenham um papel primordial na busca por conhecimento na identificação dos fatores de risco e intervenções que possam levar a mulher a ter um parto prematuro. Embora fatores demográficos, biológicos, genéticos e ambientais tenham sido comprovados por aumentar a probabilidade de nascimento prematuro, as causas subjacentes desses permanecem evasivas. Logo, a prevenção e enfrentamento do parto prematuro são essenciais na abordagem da morbimortalidade neonatal, principalmente em locais sem recursos (JIANG *et al.*, 2018).

Em consequência da imaturidade dos órgãos e sistemas, o recém-nascido pode apresentar complicações patológicas devido à dificuldade de adaptação à vida extrauterina aumentando o risco de mortalidade e morbidade neonatal. Essas doenças podem surgir como problemas respiratórios, cardiovasculares, neurológicos, nutricionais, infecciosos e metabólicos. Os cuidados e a segurança do recém-nascido são assegurados pela equipe multidisciplinar e pelos ambientes altamente especializados nas Unidades de Terapia Intensiva Neonatal (PROCIANOY; GUINSBURG, 2005; NOTARO *et al.*, 2019).

Devido às diversas complicações patológicas, estudos na área de genotoxicidade tornam-se importantes para análise das alterações no desenvolvimento celular e no metabolismo oxidativo de recém-nascidos prematuros. Já que o nascimento ocasiona um estresse oxidativo fisiológico devido a troca do ambiente intrauterino com menor teor de oxigênio e baixa presença de radicais livres para o extrauterino, com maior teor de oxigênio, resultando em maior estresse oxidativo em razão de um desequilíbrio no sistema antioxidante (ROBLES; PALOMINO; ROBLES, 2001).

Sabe-se que algumas doenças neonatais podem elevar os eritrócitos micronucleados, causando danos no DNA. Além disso, o uso diário de medicamentos e oxigenoterapia pode aumentar os níveis de radicais livres e consequentemente ocasionar em alterações celulares em nível genômico. Nesse sentido, a genotoxicidade pode ser estudada por meio de biomarcadores de efeito biológico, como por exemplo, o teste de micronúcleos (MN). O teste de MN está sendo cada vez mais utilizado pela sua acessibilidade e eficiência no monitoramento de danos no ácido desoxirribonucleico (DNA) devido exposições ambientais e/ou doenças (HOLLAND *et al.*, 2011; PANICO *et al.*, 2020).

Sendo assim, diante do exposto, justifica-se a importância de estudos que elucidem as possíveis alterações celulares de recém-nascidos prematuros com doenças neonatais, em uso diário de medicamentos e/ou oxigenoterapia. Por esse motivo, esse estudo teve por finalidade realizar uma

revisão bibliográfica acerca da frequência de MN em recém-nascidos prematuros. Por meio dos resultados, deseja-se que os profissionais de saúde tenham subsídios para o fortalecimento e planejamento na preparação do cuidado neonatal intensivo, inserindo ações de promoção de saúde nas práticas de cuidado em busca da redução de mortalidade e morbidade neonatal.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Trata-se de uma revisão bibliográfica realizada a partir de uma análise documental e revisão da literatura científica. A hipótese norteadora que delimitou o presente estudo foi: quais os principais estudos acerca da genotoxicidade em recém-nascidos prematuros por meio do teste de frequência de MN?

Dessa forma, com o intuito de ampliar a compreensão do tema estudado, foi realizada buscas nas bases de dados Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) e *PubMed*, sendo as estratégias de busca utilizadas compostas pelos descritores controlados indexados no DeCS/MeSH associados ao operador booleano: “estresse oxidativo/oxidative stress AND recém-nascido prematuro/infant premature”, “dano ao DNA/DNA damage AND recém-nascido prematuro/infant premature” e “testes para micronúcleos/micronucleus tests AND recém-nascido prematuro/infant premature”.

Para a seleção dos artigos na revisão da literatura foram delimitados os critérios de inclusão, sendo esses: estudos com texto completo disponível, nos idiomas português, inglês e espanhol, que faziam relação entre recém-nascidos prematuros e teste de frequência de MN. Já os critérios de exclusão foram: estudos repetidos que não incluíssem o objeto de pesquisa.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Organização Mundial de Saúde revela que a prematuridade é a principal causa de morte no primeiro mês de vida, devido há altas taxas de complicações neonatais. Conforme isso, a prematuridade constitui um problema de saúde pública que afeta todo o mundo, principalmente os países em desenvolvimento. A prematuridade está associada a diversos motivos, tais como: malformação fetal, pré-eclâmpsia, ruptura prematura das membranas, prematuridade anterior, infecções maternas, gestação gemelar, idade materna, cérvix uterino incontinente, posicionamento da placenta, pré-natal malfeito, tabagismo, ansiedade, diabetes mellitus, peso gestacional, corrimento vaginal, assim como outros problemas gestacionais (DONMEZ *et al.*, 2021).

Segundo Oliveira, Gama e Silva (2010), o baixo peso e a prematuridade são colocados como determinantes de óbito fetal e neonatal. Além disso, os autores esclarecem que a gravidez na adolescência representa uma causa direta em óbitos pós-neonatais, por estar associado a início tardio e baixo número de consultas pré-natal, além da baixa escolaridade e também desproporção céfalo-pélvica. Como resultado, os autores descrevem a importância de políticas públicas voltadas para adolescentes na melhoria da qualidade vida e atenção pré e pós natal.

Existe uma relação da prematuridade com déficits de perímetro cefálico, comprimento, peso e crescimento, que podem persistir até a idade adulta. Ademais, esses déficits podem estar associados às alterações do neurodesenvolvimento da criança até a fase adulta. O reconhecimento das principais causas de ocorrência de nascimento prematuro por parte dos profissionais da área da saúde é de suma importância para permitir uma identificação rápida e eficiente desse em mulheres de alto risco (FONSECA; DAMIÃO; MOREIRA, 2020).

As causas mais comuns nas quais apareceram nos estudos científicos é a ruptura prematura das membranas (sendo a causa de dois terços de partos prematuros), pré-eclâmpsia e gestações gemelares. Pode-se classificar a prematuridade em duas categorias: espontânea, quando o nascimento é espontâneo devido ao rompimento das membranas ou eletiva, quando ocorre por determinação médica decorrente de complicações maternas ou fetais (FONSECA; DAMIÃO; MOREIRA, 2020).

A prematuridade eleva o risco de adaptação à vida extrauterina devido principalmente à imaturidade anátomo-fisiológica. Em consequência dessa imaturidade, o recém-nascido pode apresentar variadas complicações após o nascimento, e associado a isso muitas vezes têm-se o recém-nascido de baixo peso, acentuando ainda mais os riscos de morbidade e mortalidade neonatal. A morbidade está diretamente relacionada às complicações respiratórias, infecciosas ou neurológicas (BARFIELD, 2018; DONMEZ *et al.*, 2021).

Neste contexto, há um aumento da prevalência de complicações patológica tanto maternas quanto fetais que se relacionam principalmente com a prematuridade: baixo índice de APGAR, anemias, alterações placentárias, infecção urinária, entre outros. Essas alterações podem refletir diretamente nas condições do recém-nascido e da mãe no puerpério, elevando os índices de morte materna, fetal e neonatal (PROCIANOY; GUINSBURG, 2005; NOTARO *et al.*, 2019).

O nascimento prematuro está associado a 75% de mortalidade neonatal e constitui a causa mais frequente de morbidade neonatal. Entretanto, com o passar dos anos, os avanços científicos e tecnológicos têm aumentado a sobrevivência dos recém-nascidos prematuros. Assim, a maioria dos prematuros são admitidos na prática de rotina e permanecem nas Unidades de Terapia Intensiva Neonatal por um longo prazo a fim de tomar precauções necessárias e/ou evitar complicações indesejadas (BARFIELD, 2018; DONMEZ *et al.*, 2021).

Nesses locais, apesar do cuidado extremo oferecido, essas crianças estão propensas às complicações oriundas da prematuridade ou devido aos procedimentos e manipulações às quais são submetidas. Dentre estas complicações, tem-se as mais existentes durante o processo de hospitalização que são: enterocolite necrozante, hemorragia intraventricular, doença da membrana hialina, displasia broncopulmonar, alterações na velocidade de crescimento e retinopatia da prematuridade (ROBLES; PALOMINO; ROBLES, 2001).

Relacionado com essas complicações do ambiente extrauterino, tem-se o pensamento que os recém-nascidos estão sujeitos à transição do ambiente interno para o ambiente externo. Consequentemente, haverá injúrias ocasionadas principalmente pelo estresse oxidativo, já que a saída de um ambiente pobre em oxigênio para um ambiente rico em oxigênio tem grande vulnerabilidade da ocorrência de doenças e alterações celulares (GOMES; SAUNDERS; ACCIOLY, 2005).

Diante desse contexto, poderá ocorrer um dano celular ocasionado pelo aumento de radicais livres e em consequência um estresse oxidativo. Os radicais livres são moléculas que apresentam elétrons não pareados, capazes de reagir com biomoléculas, como lipídeos, proteínas, carboidratos e o DNA. Consideram-se radicais livres o ânion superóxido, lipoperoxila e hidroxila, e quando em excesso, podem estar associados com o processo de lesões celulares entre as quais as no DNA, que são consideradas lesões genotóxicas (SILVA; FERRARI, 2011; HELKIMI; LAPOINTEE; WEN, 2011).

Os testes de MN são considerados biomarcadores valiosos para efeitos genotóxicos precoces. A investigação da frequência de MN pode ser analisada em vários órgãos, fluidos corporais ou tecidos, sendo facilmente observados em eritrócitos, linfócitos e células epiteliais. No momento é difícil definir o significado biológico da frequência de MN em recém-nascidos. Entretanto, o teste de frequência de MN em recém-nascidos está sendo cada vez mais usado como método de escolha para avaliação de genotoxicidade por ser de fácil acessibilidade e melhor eficiência como parâmetro toxicogenético (PANICO *et al.*, 2020; CEPPI *et al.*, 2010).

O estudo de Negi *et al.* (2011) avaliou o estresse oxidativo em 55 recém-nascidos prematuros com idade gestacional < 37 semanas e 24 recém-nascidos com idade gestacional > 37 semanas. Como resultado, observaram níveis altos de estresse oxidativo e danos ao DNA nos prematuros quando comparado ao grupo a termo. Robles, Palomino e Robles (2001) descrevem em sua pesquisa que os recém-nascidos prematuros são mais propensos às condições de estresse oxidativo, uma vez que os sistemas antioxidantes estão satisfatórios somente ao fim da gestação, ou seja, após as 37 semanas completas.

Os autores citados anteriormente realizaram um estudo envolvendo recém-nascidos prematuros e a termo (gestação de 37 a 40 semanas) desde o nascimento para a análise do estado de oxidação. Dessa forma, foi constatado que os biomarcadores de estresse oxidativo ficaram elevados em todos os recém-nascidos e que o sistema de defesa antioxidante era menor nos recém-nascidos prematuros. Por fim, foi possível verificar que houve maior nível de estresse oxidativo conforme a diminuição da idade gestacional. Uma das hipóteses da quantidade aumentada das células alteradas nos prematuros está relacionado com o uso de medicamentos e oxigenoterapia, os quais estão relacionados à prematuridade (ROBLES; PALOMINO; ROBLES, 2001).

Segundo Ortiz *et al.* (2000) a prematuridade está diretamente relacionada com a formação de estresse oxidativo e consequentemente elevação de alterações celulares. Segundo Holland *et al.* (2011) por meio do teste de MN é possível prever se o recém-nascido terá possíveis problemas futuros de saúde. O recém-nascidos prematuros necessitam de avaliação variada, dado que são considerados de risco para o desenvolvimento de doenças infectocontagiosas, alterações auditivas, alterações celulares sensoriais, alterações celulares neurológicas, nas quais podem refletir desfavoravelmente no processo de desenvolvimento cognitivo e na aquisição da fala.

Além disso, os danos celulares podem comprometer o sistema antioxidante predispondo essa população a doenças como displasia broncopulmonar, hemorragia intracraniana, hipertensão arterial, asfixia perinatal, retinopatia, enterite necrosante, entre várias outras. Friel *et al.* (1993) destacaram que os recém-nascidos prematuros podem apresentar maior quantidade de micronúcleos em razão do estresse oxidativo acarretado pela imaturidade do sistema antioxidante, resultante da pequena idade gestacional desses recém-nascidos.

No trabalho de Loock *et al.* (2011) foi estudada a influência do tipo de parto nas células sanguíneas do cordão umbilical de recém-nascidos, chegando à conclusão que a exposição a fatores genotóxicos são refletidas ao recém-nascido por serem transplacentárias, podendo induzir danos ao DNA de recém-nascidos. Logo, tendo em vista que a gestante pode estar exposta a inúmeros fatores externos que contribuem para dano ao DNA.

Na pesquisa de Huen *et al.* (2006) foi analisado os níveis médios de MN em linfócitos e células esfoliadas da mucosa oral de crianças de 4 a 15 anos e em suas respectivas mães. Como resultado foi observado um aumento de 30% na frequência de MN em ambos os tipos de células nas mães em comparação com as crianças. Atualmente as células esfoliadas da mucosa oral estão sendo utilizadas para identificação de MN por serem alvo dos efeitos das exposições genotóxicas em humanos, principalmente por ser uma técnica minimamente invasiva (PANICO *et al.*, 2020; CEPPI *et al.*, 2010).

Além disso, o teste de frequência de MN não causa estresse, podendo ser realizada tranquilamente em recém-nascidos. No estudo de Lope *et al.* (2010), envolvendo recém-nascidos e seus pais, o número médio de MN em células binucleadas foi maior nos pais que nos bebês, sendo encontrada significativa correlação positiva entre os recém-nascidos e seus pais. Já na pesquisa de Levario-Carrillo *et al.* (2005) foram analisados os MN em linfócitos de sangue umbilical e como resultado descobriram uma frequência elevada de MN em recém nascidos de mulheres que apresentavam gravidez de alto risco.

O teste de frequência de MN tem sido utilizado para estudar danos ao genoma em crianças devido a exposições ambientais rurais ou urbanas, entre outros. Fatores potencialmente genotóxicos incluem fumaças de cigarro, nanopartículas transportadas pelo ar, contaminantes alimentares, emissão de gases poluentes e radiações ionizante. O estudo de Valverde *et al.* (1997) analisou os efeitos da poluição do ar em crianças de várias idades, e como resultado foi observado que as crianças de idade menor apresentaram maior frequência de MN. Essa observação é importante ao analisar a sensibilidade potencial das crianças às exposições ambientais.

A emissão de gases poluentes em diferentes partes do mundo está associada ao aumento da frequência de MN em crianças expostas, com aumento de 30% devido a fumaça de cigarro no interior de suas casas. No estudo de Pedersen *et al.* (2006) crianças de 0 a 13 anos foram expostas a formaldeído, poeira, solventes, nitrato e ozônio, os autores observaram que os MN foram significativamente maiores nas células esfoliadas da mucosa oral de crianças de 4-13 do que nas crianças de 0 a 3 anos. Essas observações na frequência de MN mais alta nas crianças mais velhas, pode estar associada aos reflexos de mudanças relacionadas à idade ou devido maior tempo em exposição aos agentes poluentes.

Além de todos esses fatos descritos anteriormente tem-se que os fatores externos, como alimentação materna inadequada pode influenciar na saúde do recém-nascido, entretanto pouco se sabe sobre as consequências nos níveis de dados no DNA. Segundo Tzanetakou, Mikhailidis e Perrea (2011) o baixo peso durante a gravidez pode facilitar o desenvolvimento de intolerância à lactose, resistência à insulina, além de aumentar o risco de outras doenças, tanto na gestante quanto ao feto.

Ademais, na situação de baixo peso gestacional haverá resistência na passagem de nutrientes para o feto, podendo comprometer o peso ao nascer, aumentando os riscos de mortalidade neonatal. Segundo Alvarado-Hernandez *et al.* (2013) o aumento da frequência de MN em recém-nascidos pode estar associado à dieta, exposição ambiental e estilo de vida da mãe durante o período gestacional.

Esses resultados e essas discussões ressaltam a importância de estudos de genotoxicidade por meio do teste de frequência de MN em recém-nascidos prematuros, principalmente pela escassez de materiais científicos de alta qualidade envolvendo esse assunto. Logo, esses resultados salientam que o teste de frequência de MN é adequado e de extrema relevância para análise das condições celulares em recém-nascidos prematuros, principalmente por ser seguro, indolor e de aplicação rápida.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dessa revisão bibliográfica foi possível concluir que os recém-nascidos estão propensos ao estresse oxidativo e consequentemente à danos celulares devido à imaturidade do sistema antioxidante, resultante da pequena idade gestacional. Dessa forma, o biomonitoramento celular torna-se importante para prognosticar possíveis doenças neonatais e até mesmo alterações celulares sensoriais e neurológicas. Outrossim, foi constatado que fatores demográficos, biológicos, genéticos e ambientais aumentam a probabilidade de um nascimento prematuro e influência na frequência de MN tanto materna quanto da criança.

Concluindo, outras pesquisas em relação à frequência de danos celulares em recém-nascidos prematuros são necessárias para que os profissionais de saúde tenham subsídios para o fortalecimento e planejamento na preparação do cuidado neonatal intensivo, principalmente nas questões de prevenção de estresse oxidativo neonatal. Por conseguinte, a inserção de ações de promoção de saúde nas práticas de cuidado em busca da redução de mortalidade e morbidade neonatal tornam-se imprescindíveis.

REFERÊNCIAS

- ALVARADO-HERNANDEZ, Diana Lorena; MONTERO-MONTOYA, Regina; SERRANO-GARCÍA, Luis; ARELLANO-AGUILAR, Omar; JASSO-PINEDA, Yolanda; YÁÑEZ-ESTRADA, Leticia. Assessment of exposure to organochlorine pesticides and levels of DNA damage in mother-infant pairs of an agrarian community. **Environmental and Molecular Mutagenesis**, United States, v. 54, n. 2, p. 99–111, mar. 2013.
- BARFIELD, Wanda D. Public Health Implications of Very Preterm Birth. **Clinics in Perinatology**, United States, v. 45, n. 3, p. 565–577, 2018.
- CEPPI, Marcello; BIASOTTI, Barbara; FENECH, Michael; BONASSI, Stefano. Human population studies with the exfoliated buccal micronucleus assay: statistical and epidemiological issues. **Mutation Research and Reviews in Mutation Research**, United States, v. 705, n. 1, p. 11-19, 2010.
- DONMEZ, Hanife Guler; CELIK, Hasan Tolga; KAYKI, Gozdem; YIGIT, Sule; YURDAKOK, Murat; CAKAR, Ayse Nur; BEKSAC, Mehmet Sinan. Impact of preterm birth on the cellular characteristics of neonatal buccal cells. **Cytopathology**, France, v. 32, n. 1, p. 660–670, 2021.
- FONSECA, Eduardo B.; DAMIÃO, Rievani; MOREIRA, Daniela Aires. Preterm birth prevention. **Best Practice & Research Clinical Obstetrics & Gynaecology**, United States, v. 69, n. 1, p. 40-49, 2020.
- GOMES, Mirian Martins; SAUNDERS, Cláudia; ACCIOLY, Elizabeth. Papel da vitamina A na prevenção do estresse oxidativo em recém-nascidos. **Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil**, Recife, v. 5, n. 3, p. 275-282, 2005.
- HELKIMI, Siegfried, LAPOINTEE, Jérôme; WEN, Yang. Taking a “good” look at free radicals in the aging process. **Trends in Cell Biology**, United States, v. 21, n. 10, p. 569–576, 2011.
- HOLLAND, Nina; FUCIC, Alexandra; MERLO, Domenico Franco; SRAM, Radim; KIRSCH-VOLDERS, Micheline. Micronuclei in neonates and children: effects of environmental, genetic, demographic and disease variables. **Mutagenesis**, Oxford, v. 26, n. 1, p. 51–56, 2011.
- HUEN, Karen; GUNN, Laura; DURAMAD, Paurene; JENG, Michael; SCALF, Russell; HOLLAND, Nina. Application of a geographic information system to explore associations between air pollution and micronucleus frequencies in African american children and adults. **Environmental and Molecular Mutagenesis**, United States, v. 47, n. 1, p. 236–246, 2006.
- JIANG, Min; MISHU, Miskatul Mustafa; LU, Dan; YIN, Xianghua. A case control study of risk factors and neonatal outcomes of preterm birth. **Taiwanese Journal of Obstetrics and Gynecology**, China, v. 57, n. 6, p. 814-818, 2018.

LEVARIO-CARRILLO, M.; SORDO, M.; ROCHA, F.; GONZALEZ-HORTA, C.; AMATO, D.; OSTROSKY-WEGMAN, P. Micronucleus frequency in human umbilical cord lymphocytes. **Genetic Toxicology and Environmental Mutagenesis**, United States, v. 586, n. 1, p. 68–75, 2005.

LOOCK, Kim Vande; FTHENOU, Eleni; DECORDER, Ilse; CHALKIADAKI, Georgia; KERAMAROU, Maria; PLAS, Gina; ROELANTS, Mathieu; KLEINJANS, Jos; CHATZI, Leda; MERLO, Franco; KOGEVINAS, Manolis; KIRSCH-VOLDERS, Micheline. Maternal and gestational factors and micronucleus frequencies in umbilical blood: the newgeneris reha cohort in crete. **Environmental health perspectives**, United States, v. 119, n. 10, p. 1460–5, 2011.

LOPE, Virginia; POLLÁN, Marina; FERNÁNDEZ, Mario; LEÓN, América; GONZÁLEZ, Maria José; SANZ, Juan Carlos; IRISO, Andrés; PÉREZ-GÓMEZ, Beatriz; GIL, Elisa; PÉREZ-MEIXEIRA, Ana María; PAZ, Concha; CISNEROS, Margot; SANTOS, Amparo; ASENSIO, Angel; ASTRAY, Jenaro; MARTÍNEZ, Mercedes; GARCÍA, José Frutos; LÓPEZ-ABENTE, Gonzalo; GARCÍA-SAGREDO, José Miguel; ARAGONÉS, Nuria. Cytogenetic status in newborns and their parents in Madrid: the BioMadrid study. **Environmental and Molecular Mutagenesis**, United States, v. 51, n. 4, p. 267-277, 2010.

NEGI, Reena; PANDE, Deepti; KUMAR, Ashok; BASU, Sriparna. In-vivo oxidative dna damage, protein oxidation and lipid peroxidation as a biomarker of oxidative stress in preterm low birth weight infants. **Journal of Medical Sciences**, Paquistão, v. 11, n. 2, p. 77-83, 2011.

NOTARO, Karine Antunes Marques; CORRÊA, Allana dos Reis; TOMAZONI, Andréia; ROCHA, Patrícia Kuerten; MANZO, Bruna Figueiredo. Cultura de segurança da equipe multiprofissional em Unidades de Terapia Intensiva Neonatal de hospitais públicos. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, São Paulo, v. 27, n. 1, p. 1-9, 2019.

OLIVEIRA, Elaine Fernandes Viellas; GAMA, Silvana Granado Nogueira; SILVA, Cosme Marcelo Furtado Passos. Gravidez na adolescência e outros fatores de risco para mortalidade fetal e infantil no Município do Rio de Janeiro, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 3, p. 567-78, 2010.

ORTIZ, Genaro Gabriel; REITER, Russel J.; ZUNIGA-GONZÁLEZ, Guillermo; MELCHIORRI, Daniela; SEWERYNEK, Ewa; PABLOS, Marta I.; OH, Chang S.; GARCÍA, Joaquin J.; BITZER-QUINTERO, Oscar K. Genotoxicity of paraquat: micronuclei induced in bone marrow and peripheral blood are inhibited by melatonina. **Mutation Research**, United States, v. 464, n. 1, p. 239–245, 2000.

PANICO, Alessandra; GRASSI, Tiziana; BAGORDO, Francesco; IDOLO, Adele; SERIO, Francesca; TUMOLO, Maria Rosalina; GIORGI, Mattia; GUIDO, Marcello; TUTINO, Maria; DONNO, Antonella. Micronucleus Frequency in Exfoliated Buccal Cells of Children Living in an Industrialized Area of Apulia (Italy). **International Journal of Environmental Research and Public Health**, Londres, v. 17, n. 4, p. 1-18, 2020.

PEDERSEN, Marie; VINZENTS, Peter; PETERSEN, Joergen Holm; KLEINJANS, C. S. Jos; PLAS, Gina; KIRSCH-VOLDERS, Micheline; DOSTÁL, Miroslav; RÖSSNER, Pavel; BESKID, Olena; SRAM, Radim J.; MERLO, Domenico Franco; KNUDSEN, Lisbeth Ehlert. Cytogenetic effects in children and mothers exposed to air pollution assessed by the frequency of micronuclei and fluorescence in situ hybridization (FISH): a family pilot study in the Czech Republic. **Genetic Toxicology and Environmental Mutagenesis**, United States, v. 608, n. 2, p. 112–120.

PROCIANOY, Renato S.; GUINSBURG, Ruth. Avanços no manejo do recém-nascido prematuro extremo. **Jornal de Pediatria**, Rio de Janeiro, v. 81, n. 1, p.1-2, 2005.

ROBLES, Rafael; PALOMINO, Narcisa; ROBLES, A. Oxidative stress in the neonate. **Early Human Development**, United States, v. 65, n. 2, p. 75-81, 2001

XXII ENCONTRO de PESQUISADORES

INTERDISCIPLINARIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

SILVA, Wallison Junio Martins; FERRARI, Carlos Kusano Bucalan. Metabolismo Mitocondrial, Radicais Livres e Envelhecimento. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 3, p. 441-45, 2011.

TZANETAKOU, Irene P.; MIKHAILIDIS, Dimitri P.; PERREA, Despina N. Nutrition during pregnancy and the effect of carbohydrates on the offspring's metabolic profile: in search of the "perfect maternal diet". **Open Cardiovascular Medicine Journal**, United States, v. 5, p. 103–9, 2011.

VALVERDE, Mahara; LOPEZ, Maria del Carmen; LOPEZ, Irma; SANCHEZ, Ivonne; FORTOUL, Teresa Imeld; OSTROSKY-WEGMAN, Patricia; Rojas, Emilio. DNA damage in leukocytes and buccal and nasal epithelial cells of individuals exposed to air pollution in Mexico City. **Environmental and Molecular Mutagenesis**, v. 30, n.2, p. 147–152, 1997.

**UMA ANÁLISE DAS PERCEPÇÕES SOBRE A DEPENDÊNCIA QUÍMICA EM UMA AMOSTRA DE
PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO SUPERIOR DA CIDADE DE FRANCA/SP**

*An analysis of perceptions about drug addiction in a sample of higher education professionals in the
city of Franca/SP*

Desenvolvimento Social e Políticas Públicas

LOURENÇO, José Víctor Dias
Uni-FACEF
Mestrando PPGDR
josevictordias@yahoo.com.br

Resumo

A dependência de drogas se caracteriza pela expressão de comportamentos diversos, como a perda do controle sobre seu uso decorrente da intensa motivação por sua busca e uso contínuo, a despeito de seus efeitos claramente prejudiciais sobre todos os aspectos da vida do indivíduo. A abstinência, por sua vez, produz sintomas físicos e emocionais, relacionados ao desenvolvimento de aprendizagem associativa que se intensifica pela utilização crônica da substância, um tipo de aprendizagem que vai acompanhar o indivíduo ao longo da vida, razão pela qual se torna difícil conceber a noção de ex-usuário, ou ex-dependente, o que também estrutura o conceito de dependência enquanto desordem, ou doença. Estas conceptualizações, apesar das mais variadas críticas, têm grande implicação na visão social e política da dependência química, porque colocam limite à criminalização e punição do dependente, o que é importante na medida em que a percepção social, e de profissionais de saúde, da dependência de drogas tem sido frequentemente negativa. A hipótese de que o uso de álcool e outras drogas é um comportamento estigmatizado pelos profissionais de saúde nos permite indagar como a dependência química, e por consequência o dependente, se apresenta os olhos daqueles que os formam, no presente caso os professores da educação superior. Portanto, o presente projeto tem como meta analisar, em uma amostra de profissionais da educação superior da cidade de Franca/SP, a percepção desses profissionais sobre o fenômeno da dependência de álcool e outras drogas.

Palavras-chave: Dependência química, Estigma, Educação

Abstract

Drug addiction is characterized by the expression of different behaviors, such as the loss of control over its use due to the intense motivation for its search and continuous use, despite its clearly harmful effects on all aspects of the individual's life. Abstinence, in turn, produces physical and emotional symptoms, related to the development of associative learning that is intensified by the chronic use of the substance, a type of learning that will accompany the individual throughout life, which is why it is difficult to conceive the notion of ex-user, or ex-dependent, which also structures the concept of dependence as a disorder or disease. These conceptualizations, despite the most varied criticisms, have great implications for the social and political view of chemical dependency, because they limit the criminalization and punishment of the addict, which is important insofar as the social and health professionals' perception of drug addiction has often been negative. The hypothesis that the use of alcohol and other drugs is a behavior stigmatized by health professionals allows us to ask how chemical dependency, and consequently the addict, is presented in the eyes of those who train them, in this case the higher education teachers. Therefore, this project aims to analyze, in a sample of higher education professionals from the city of Franca/SP, the perception of these professionals about the phenomenon of alcohol and other drug addiction.

Keywords: Drug addiction, Stigma, Education

1 INTRODUÇÃO

A utilização de drogas com padrão de abuso na sociedade brasileira se assemelha aquilo que se observa em outros países, com aproximadamente 35 milhões de pessoas em todo o mundo sofrendo de algum tipo de transtorno por uso de substâncias e requerendo tratamento (ONU, 2019). Apesar dos termos dependência química, drogadição, e abuso de substâncias serem utilizados de forma intercambiável, eles se referem a fenômenos diferentes. No contexto deste trabalho, utilizaremos qualquer deles para nos referirmos a uma doença crônica, a qual subjazem profundas alterações neurobiológicas, associadas a fatores genéticos, psicossociais e ambientais, que influenciam tanto seu desenvolvimento quanto sua manifestação (NIDA, 2018). Esta doença, caracterizada pela expressão de comportamentos diversos, tem como base a perda do controle sobre o uso da droga, decorrente da intensa motivação por sua busca e uso contínuo; a despeito de seus efeitos claramente prejudiciais sobre todos os aspectos da vida do indivíduo (pessoal, familiar, social, e de trabalho); além do aparecimento de uma síndrome de abstinência quando da interrupção de seu uso (Koob, 1992, 1998; Adinoff, 2004; Volkow et al., 2016).

Drogas de abuso alteram emoções e induzem motivações. No entanto, apesar do distanciamento conceitual, é bastante difícil, ou sequer possível, dissociar emoção de motivação. Emoções são, grosso modo, —sentimentos— intrinsecamente associados com respostas fisiológicas que se desenvolvem na interação entre organismo e seu contexto. Motivações, por outro lado, são estados persistentes que induzem o indivíduo a produzir uma atividade organizada (Koob, 2015). Em qualquer dos casos, ambas são variáveis intimamente relacionadas, às quais subjazem áreas neurais específicas que as modulam. Portanto, emoções geram motivações (ou *drives*), e motivações se realizam na forma de comportamentos. No campo da dependência química, drogas produzem sensações (ou alteram emoções). As sensações geradas, que se apresentam na forma de prazer intenso ou alívio resultante da remoção de desconforto (físico ou emocional), geram motivações para sua busca e consumo que resultam no aumento na frequência de seu uso (comportamento de ingestão da substância) sempre que situações de desconforto similares se apresentem no contexto existencial do indivíduo (Koob, 1993, 2015; Koob and Le Moal, 1997; Chartoff and Carlezon, 2014; Aguirre et al., 2015; Piper, 2015). A ausência da droga (abstinência) no corpo de um usuário crônico produz sintomas físicos e emocionais. Agregado a isto está todo um processo de aprendizagem associativa que se intensifica pela utilização crônica da substância, e é justamente este tipo de aprendizagem que vai acompanhar o indivíduo ao longo da vida; razão pela qual se torna inconcebível a noção de ex-usuário, ou ex-dependente, e que também estrutura o conceito de dependência enquanto desordem (Heather, 2017) ou, para outros autores, doença (Volkow et al., 2016). Estas conceptualizações, apesar das mais variadas críticas (Hammer et al., 2013; Levy, 2013), têm grande implicação na visão social e política da dependência química, porque colocam limite à criminalização e punição do dependente.

Ao longo do tempo, a percepção (e perspectiva) histórica do abuso de drogas junto a sociedade tem sido frequentemente negativa. Neste contexto, ainda que o início do uso de drogas seja geralmente voluntário, uma das concepções distorcidas sobre essa realidade é que seu abuso também o seja. Em contraposição, o aumento da dependência de medicamentos orientados para terapêutica da dor gera indivíduos que estão se tornando cada vez mais dependentes de medicamentos prescritos por profissionais médicos (Weaver et al., 1999; Webster, 2012; McHugh et al., 2015). É tentador pensar que os profissionais de saúde, mais especialmente a comunidade médica, estejam imunes ao preconceito e ao estigma. De fato, em sua grande maioria, eles são altamente educados e bem treinados, o que nos leva a supor que eles dispensam o mesmo tipo justo e igualitário de tratamento na medida em que estão interessados em doenças e seu tratamento estando, portanto, aí, focada sua atenção. No entanto, quando se trata das desordens relacionadas ao uso e abuso de substâncias, o comportamento desses profissionais com relação este tipo de indivíduo é francamente desfavorável; considerando que as atitudes estigmatizantes podem apresentar um impacto grandemente adverso no tratamento (Schulze, 2007; Ronzani et al., 2009; Avery, J. et al., 2013; Avery et al., 2016). De fato, algumas evidências sugerem que as atitudes dos profissionais de saúde em relação aos indivíduos diagnosticados com transtornos por uso de substâncias podem ser piores do que suas atitudes em relação a indivíduos com outros diagnósticos de transtornos mentais. Além disso, essas atitudes tendem a piorar com o tempo a medida em que suas carreiras progridem (Avery et al., 2017). Via de regra, estas percepções negativas estão invariavelmente ligadas aos problemas sociais relacionados ao uso e abuso de drogas, e estas, por

sua vez, inerentemente acopladas aos adjetivos pejorativos muitas vezes utilizados para descrever o dependente químico. Dito de outra forma, o dano financeiro imposto pelo uso e abuso de drogas nos diversos segmentos sociais apresenta a capacidade de, por si só, orientar a formação de opinião pública, e mesmo especializada, em torno de sua problemática, na medida em que este se apresenta mais como um problema social vinculado a criminalização e aplicação da lei que um problema de saúde que requer prevenção e tratamento (McLellan et al., 2000). Felizmente, o crescimento das pesquisas científicas relacionadas ao melhor entendimento das causas e efeitos relacionados ao abuso de substâncias — aí incluídas a neurociência, a psicologia, e a sociologia —, traça agora um novo curso que orienta a percepção da dependência de drogas no contexto da doença e não como resultado de uma escolha voluntária de autodestruição (Leshner, 1997; Volkow et al., 2016), embora existam dissonâncias (Branch, 2011; Levy, 2013).

Não obstante as discrepâncias teóricas que envolvem a ingestão aguda e crônica de drogas, por certo admitir que seu consumo resulta de certa fragilidade moral ou tendência autodestrutiva apenas reforça o comportamento discriminatório comum presente em todas as esferas da sociedade, que se impõem como sérios obstáculos ao acolhimento e tratamento do dependente químico, assim como de portadores de outras doenças (van Boekel et al., 2013; Nyblade et al., 2019). De fato, existem amplas evidências de que aqueles que apresentam transtorno do uso de substâncias muitas vezes têm sentimentos de vergonha que impedem a busca de tratamento. Portanto, é essencial que a sociedade em geral entenda que atitudes negativas, crenças e linguagem inadequada podem ser barreiras que inibem a busca de serviços de saúde por aqueles que necessitam. Em um estudo prévio, Ronzani et al. (2009), demonstraram que indivíduos dependentes químicos sofrem uma grande taxa de rejeição por parte de profissionais de saúde da rede de Atenção Primária de cidades de algumas cidades do sudeste do Brasil. A hipótese de que o uso de álcool e outras drogas é um comportamento estigmatizado pelos profissionais de saúde nos permite indagar como a dependência química, e por consequência o dependente, se apresenta os olhos daqueles que os formam, no presente caso os profissionais da educação superior. Este conhecimento se torna importante no sentido de fomentar o conhecimento e desenvolver estratégias para mudar as atitudes dos profissionais de saúde, a fim de proporcionar uma maior qualidade de atendimento (e entendimento) à esses pacientes.

Cumprir notar que, ao longo de décadas, e apesar de ser um estado mestiço no que diz respeito à sua construção racial, os professores brasileiros são ainda educados segundo a ordem homogeneizadora de uma cultura eurocêntrica, que tende a desvalorizar tudo aquilo que não se adequa a cultura europeia e, portanto, branca. Aqueles dissonantes desse estereótipo eram vistos como inferiores, feios, bizarros ou exóticos. Daí vai se erigir, dentre outras coisas, uma falsa noção de normalidade, e moralidade, que vai nos validar o exercício do nosso (pré)conceito que se revela em alguns atributos como o racismo, a misoginia, e o machismo, dentre outros (Trindade, 1999). Dessa forma, ao estigmatizar e a invisibilizar nossa realidade temos como resultado a exclusão, o desprezo, e o sofrimento. No campo da saúde, mais particularmente no enfrentamento ao uso e abuso de substâncias urge, portanto, a necessidade de se formar educadores conscientes, qualificados, dedicados, e informados, que saibam lidar com grupos sociais que possam vir a serem excluídos, isolados e ignorados pela sociedade como um todo, de forma a modificar o ambiente educacional, visando torná-lo mais democrático, justo, e menos opressor e excludente.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O fenômeno da estigmatização relacionada à saúde descreve um processo sociocultural no qual os grupos sociais são desvalorizados, rejeitados e excluídos com base em uma condição de saúde socialmente desacreditada (Weiss et al, 2006), podendo este ser pode ser entendido a partir das diferentes formas de sua manifestação nos níveis do eu, do social, e do estrutural (Corrigan et al, 2005). Portanto, o materialismo histórico-dialético será utilizado como pano de fundo para nossos propósitos, uma vez que assumimos que a estigmatização surge no contexto da hierarquização de classes, se espelha na sua relação com a ideologia burguesa, assim como em sua posição dentro do modelo do capital; principalmente considerando transversalidades relacionadas à sua historicidade, construção e, contradições, que se expressam em processos de violência social, incluindo danos morais, emocionais e físicos, e a negação do acesso do sujeito adoecido aos seus direitos constitucionais. De fato, segundo o materialismo histórico, é imprescindível adotar uma perspectiva

teórico-política, incluindo a compreensão dos fenômenos sociais, dentre eles o processo saúde-doença. Isso significa estabelecer como polo fundante as relações sociais de produção e suas determinações no adoecimento e sofrimento psíquico dos sujeitos (Laurell, 1982). Além disso, vale ressaltar que, para fortalecer o controle sobre a limpeza e a gentrificação do ambiente — considerando a visão do materialismo histórico, ancorada na interconexão entre riqueza e pobreza (Marx, 1887) — as nações industrializadas aumentaram a penalização da pobreza, penalização esta, hoje, sustentada principalmente pelas diretrizes sociais e econômicas do modelo neoliberal (Garland, 2001).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo se enquadra dentro de uma perspectiva de pesquisa qualitativa exploratória a ser realizado na região metropolitana de Franca-SP. Os dados serão coletados no período de setembro de 2021 a janeiro de 2022, por intermédio de entrevista semiestruturada e aplicação de questionários, com a seguinte pergunta norteadora: Qual a percepção dos profissionais de educação superior no que diz respeito aos fatores subjacentes à expressão do uso, abuso e dependência de drogas? Participarão da pesquisa professores de diversas áreas e disciplinas pertencentes ao quadro da rede de ensino superior da cidade de Franca/SP. Após a concordância de participação, a reunião para aplicação do questionário será agendada considerando-se horário e data de preferência do participante. Será utilizada como ferramenta de análise a proposta de interpretação qualitativa de dados de acordo com três fases, a saber: ordenação, classificação e análise final dos dados (Minayo, 2004). Este projeto de pesquisa será submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa Humana do Centro Universitário Municipal de Franca – Uni-FACEF a fim de salvaguardar os preceitos éticos do estudo; em consonância à Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde. Portanto, o sigilo e o anonimato da identidade dos participantes estarão assegurados.

Instrumentos

Serão utilizados como instrumentos quatro questionários, administrados isoladamente durante o horário de trabalho, de forma a intervir o mínimo possível na rotina dos participantes. Os instrumentos são apresentados a seguir:

Questionário sobre características dos profissionais – Sociodemográfico

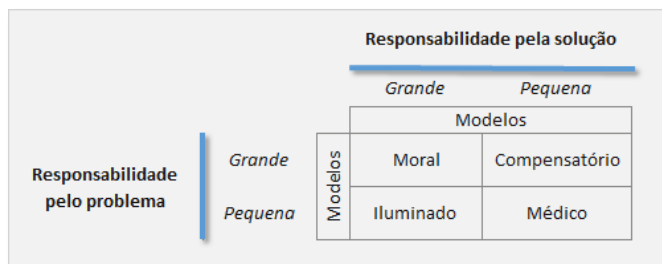
Objetiva caracterizar os participantes da pesquisa a partir de informações sociodemográficas, como idade, escolaridade, gênero, estado civil, área de formação e atuação e tempo de trabalho como docente, e se o profissional em questão convive, pessoal ou profissionalmente, com usuário(s) de drogas.

Escala de julgamento considerando o alcoolismo

Esta escala, desenvolvida inicialmente por Babor et al. (1986), utiliza cinco declarações estereotipadas sobre o alcoolismo e alcoólatras às quais os participantes fornecem respostas do tipo Likert, variando de (discordo fortemente) a 7 (concordo fortemente) (ver Ronzani et al., 2009).

Questionário sobre problemas de saúde

Composto unicamente por duas questões, o questionário avalia a responsabilidade do indivíduo pelo aparecimento e resolução de problemas de saúde, a partir da visão dos entrevistados, utilizando uma escala de um a cinco (Brickman et al., 1982; Kloss & Lisman, 2003; Ronzani et al., 2009). As respostas fornecidas pelos profissionais serão registradas dentro de um espectro de baixa ou alta responsabilidade (Kloss & Lisman, 2003), conforme demonstrado na figura abaixo.



* Modelo de Brickman (1982), baseado na atribuição de responsabilidade individual pelo aparecimento e solução do problema.

Modelo moral: o próprio indivíduo é responsável pelo aparecimento e pela solução de determinado problema de saúde. O alcoolismo é visto como mau hábito, sendo sua causa atribuída a uma fraqueza moral, e sua não solução, à falta de força de vontade.

Modelo médico: o indivíduo é minimamente responsável pela causa e solução do problema, porque o alcoolismo tem uma etiologia biológica. O alcoolismo é visto como um problema irreversível e sem cura. O tratamento para o problema seria possível por meio do acompanhamento de um profissional ou programa que o auxiliasse na busca da abstinência.

Modelo compensatório: o indivíduo é minimamente responsável pela causa ou surgimento do problema, entretanto, é responsável por resolver seu problema desenvolvendo novas habilidades de enfrentamento ou adquirindo melhor sistema de suporte social.

Modelo iluminado: o indivíduo é responsável por causar seu problema, porque ele foi levado pelo impulso de beber e perder o controle. Entretanto, o alcoolista tem um controle mínimo pela resolução de seu problema. Sendo assim, o tratamento necessita que o alcoolista admita a fraqueza perante a bebida e submeta o seu controle a uma força maior que ilumine seus passos. Essa força poderia ser a comunidade ou outros alcoolistas que estão se recuperando.

Escala de tolerância social

Escala e vinhetas serão utilizadas da forma como desenvolvidas originalmente pelo grupo de pesquisa de Telmo da Mota Ronzani (Amato et al., 2008; Silveira et al., 2010). Estas objetivam, avaliar o quanto os profissionais de saúde aprovam ou não, em outras pessoas, comportamentos relacionados ao hábito de fumar, beber, jogar, utilizar drogas ilícitas, ou praticar atividades sexuais de risco. Os respondentes classificarão estes comportamentos numa escala do tipo Likert de cinco pontos variando de “desaprovo totalmente” até “aprovo totalmente”. A partir dos resultados, as médias de respostas da escala para cada comportamento serão hierarquicamente organizadas de forma a tornar possível destacar os comportamentos mais aceitos ou reprovados pelos profissionais avaliados.

Devido ao período pandêmico, e em conformidade com as boas práticas de saúde, os quatro questionários (autoaplicáveis) serão fornecidos a cada participante (Anexos 1 a 4), posteriormente a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Ambos serão preenchidos em sala isolada, com um indivíduo por vez assentado em cadeira e mesa devidamente higienizadas, sendo o uso de máscara obrigatório. Um frasco de álcool (70%) estará sempre disponível aos

participantes. Estes serão orientados a fazer a assepsia das mãos imediatamente antes depois de finalizada a tarefa.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O projeto ainda está em análise pelo Comitê de Ética em Pesquisa, portanto não há resultados parciais para serem apresentados.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Consideramos que essa análise será importante para avaliarmos a visão que os profissionais da educação superior têm sobre os dependentes químicos e, a partir desses dados, possamos criar políticas de conscientização e formação a respeito dessa condição.

REFERÊNCIAS

- Adinoff B (2004) Neurobiologic Processes in Drug Reward and Addiction. *Harv Rev Psychiatry* 12:305–320.
- Aguirre CG, Madrid J, Leventhal AM (2015) Tobacco withdrawal symptoms mediate motivation to reinstate smoking during abstinence. *J Abnorm Psychol* 124:623–634.
- Amato TC, Silveira PS, Oliveira JS, Ronzani TM (2008) Beliefs and behaviors about alcohol use prevention practices among patients of primary health care. *Estudos e Pesquisas em Psicologia – UERJ-RJ* 8(3):744-758.
- Avery J, Dixon L, Adler D, Oslin D, Hackman A, First M, Goldman B, Koh S, Nossel I, Siris S (2013) Psychiatrists' Attitudes Toward Individuals With Substance Use Disorders and Serious Mental Illness. *Journal of Dual Diagnosis* 9:322–326.
- Avery J, Han BH, Zerbo E, Wu G, Mauer E, Avery J, Ross S, Penzner JB (2017) Changes in psychiatry residents' attitudes towards individuals with substance use disorders over the course of residency training. *Am J Addict* 26:75–79.
- Avery J, Zerbo E, Ross S (2016) Improving Psychiatrists' Attitudes Towards Individuals with Psychotic Disorders and Co-Occurring Substance Use Disorders. *Acad Psychiatry* 40:520–522.
- Babor TF, Hesselbrock M, Radouco-Thomas S, Feguer L, Ferrant JP, Choquette K (1986) Concepts of alcoholism among American, French-Canadian, and French alcoholics. *Annals of the New York Academy of Sciences*, 472, 99–109.
- Branch MN (2011) Drug addiction. Is it a disease or is it based on choice? A review of Gene Heyman's *Addiction: A disorder of choice*. *J Exp Anal Behav* 95:263–267.
- Brickman P, Rabinowitz VC, Karuza Jr J, Coates D, Cohn C, Kidder L (1982) Models of helping and coping. *Am Psychol* 34(4):368-384.
- Chartoff EH, Carlezon WA (2014) Drug withdrawal conceptualized as a stressor. *Behav Pharmacol* 25:473–492.
- Corrigan P, Kerr A, Knudsen L (2005) The stigma of mental illness: explanatory models and methods for change. *Appl Prev Psychol* 11:179–90.
- Fox TP, Oliver G, Ellis SM (2013) The Destructive Capacity of Drug Abuse: An Overview Exploring the Harmful Potential of Drug Abuse Both to the Individual and to Society. *ISRN Addiction*, Article ID 450348.
- Garland D. *The Culture of Control: Crime and Social Order in Contemporary Society*. 2001, Oxford: Oxford University Press.
- Hammer R, Dingel M, Ostergren J, Partridge B, McCormick J, Koenig BA (2013) Addiction: Current Criticism of the Brain Disease Paradigm. *AJOB Neurosci* 4:27–32.

- Heather N (2017) Q: Is Addiction a Brain Disease or a Moral Failing? A: Neither. *Neuroethics* 10:115–124.
- Kloss JD, Lisman SA (2003) Clinician Attributions and Disease Model Perspectives of Mentally Ill, Chemically Addicted Patients: A Preliminary Investigation. *Subs Use & Misuse* 38:2097-2107.
- Koob GF (1992) Drugs of abuse: anatomy, pharmacology and function of reward pathways. *Trends Pharmacol Sci* 13:177–184.
- Koob GF (1998) Drug abuse and alcoholism. Overview. *Adv Pharmacol* 42:969–977.
- Koob GF (2015) The dark side of emotion: the addiction perspective. *Eur J Pharmacol* 753:73–87.
- Koob GF, Le Moal M (1997) Drug abuse: hedonic homeostatic dysregulation. *Science* 278:52–58.
- Koob GF, Markou, A, Weiss, F, Schulteis, G (1993) Opponent process and drug dependence: Neurobiological mechanisms. *Seminars in Neuroscience* 5:351–358.
- Laurell AC (1982) A saúde-doença como processo social. *Revista Latinoamericana de Salud. México*, 2, 7-25.
- Leshner AI (1997) Addiction is a brain disease, and it matters. *Science* 278:45–47.
- Levy N (2013) Addiction is Not a Brain Disease (and it Matters). *Front Psychiatry* 4:24.
- Marx, K. *Capital*. 1887. NY: International Publishers.
- McHugh RK, Nielsen S, Weiss RD (2015) Prescription Drug Abuse: From Epidemiology to Public Policy. *J Subst Abuse Treat* 48:1–7.
- McLellan AT, Lewis DC, O'Brien CP, Kleber HD (2000) Drug Dependence, a Chronic Medical Illness Implications for Treatment, Insurance, and Outcomes Evaluation. *JAMA* 284:1689–1695.
- Minayo MCS. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 8ª ed. São Paulo: Hucitec; 2004.
- National Institute of Drug Abuse - NIDA. Media Guide, 2 Jul. 2018. Disponível em: <https://www.drugabuse.gov/publications/media-guide>. Acesso em: 10 out. 2019.
- Nyblade L, Stockton MA, Giger K, Bond V, Ekstrand ML, Lean RM, Mitchell EMH, Nelson LRE, Sapag JC, Siraprasiri T, Turan J, Wouters E (2019) Stigma in health facilities: why it matters and how we can change it. *BMC Medicine* 17:25.
- Palm J (2006). *Moral concerns – Treatment staff and user perspectives on alcohol and drug problems*. Doctor's degree thesis, University of Stockholm, Stockholm.
- Piper ME (2015) Withdrawal: Expanding a Key Addiction Construct. *Nicotine Tob Res* 17:1405–1415.
- Ronzani TM, Higgins-Biddle J, Furtado EF (2009) Stigmatization of alcohol and other drug users by primary care providers in Southeast Brazil. *Soc Sci Med* 69:1080–1084.
- Schulze B (2007) Stigma and mental health professionals: a review of the evidence on an intricate relationship. *Int Rev Psychiatry* 19:137–155.
- Silveira PS, Bastos RR, Ronzani TM (2010) Estigmatização do uso de álcool e outras drogas entre profissionais de saúde de Juiz de Fora. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora- UFJF.
- Trindade AL. *Multiculturalismo: mil e uma faces da escola*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 1999.

United Nations - ONU. World Drug Report, 2019. Disponível em: https://wdr.unodc.org/wdr2019/prelaunch/WDR19_Booklet_1_EXECUTIVE_SUMMARY.pdf. Acesso em 10 out. 2019.

van Boekel LC, Brouwers EPM, van Weeghel J, Garretsen HFL (2013) Stigma among health professionals towards patients with substance use disorders and its consequences for healthcare delivery: systematic review. *Drug Alcohol Depend* 131:23–35.

Volkow ND, Koob GF, McLellan AT (2016) Neurobiologic Advances from the Brain Disease Model of Addiction. *New England Journal of Medicine* 374:363–371.

Weaver MF, Jarvis MA, Schnoll SH (1999) Role of the primary care physician in problems of substance abuse. *Arch Intern Med* 159:913–924.

Webster PC (2012) Medically induced opioid addiction reaching alarming levels. *CMAJ* 184:285–286.

Weiss MG, Ramakrishna J, Somma D (2006) Health-related stigma: rethinking concepts and interventions. *Psychol Health Med* 11(3):277-87.

UMA ANÁLISE DO ARTIGO “CANÇÃO DO EXÍLIO”, DE ANTÔNIO PRATA: OS ESTUDOS DO DISCURSO PARA A COMPREENSÃO DA IDENTIDADE BRASILEIRA E DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL

AN ANALYSIS OF THE ARTICLE “CANÇÃO DO EXÍLIO”, OF ANTÔNIO PRATA: THE DISCOURSE STUDIES TO COMPREHEND THE BRAZILIAN IDENTITY AND SOCIAL DEVELOPMENT

Desenvolvimento social e políticas públicas: outras áreas temáticas.

CAMPOS-TOSCANO, Ana Lúcia Furquim
Uni-FACEF
Doutora em Linguística e Língua Portuguesa
anafurquim@yahoo.com

Resumo

A concepção discursiva proposta pelo Círculo de Mikhail Bakhtin evidencia a relação entre língua e vida, da palavra que sempre vai em direção ao outro para a constituição de identidades e construção de sentidos. Nessa ambiência, reitera-se a concepção de que a vida é dialógica por natureza, tendo em vista que, onde há interação, há atitudes responsivas ativas, num fluxo contínuo de ideologias e posições axiológicas. É a partir dessa perspectiva que propomos, neste trabalho, analisar o artigo “Canção do exílio”, de Antônio Prata, publicado no jornal *Folha de São Paulo*, com o objetivo de compreender os diálogos e, por extensão, os valores sociais e ideologias, não somente com as canções do exílio, em especial, de Gonçalves Dias e de Tom Jobim, mas principalmente as referências a pessoas, entidades, acontecimentos etc. Como referencial teórico-metodológico, utilizamos os estudos e reflexões do Círculo de Mikhail Bakhtin sobre gêneros do discurso, estilo, dialogismo e ideologia, configurando, desse modo, em uma pesquisa qualitativa. Entendemos que essa análise contribui para o entendimento de aspectos importantes para a construção da identidade brasileira, pois se enunciam valores ideológicos e axiológicos que revelam as lembranças do passado, o contexto presente e o desejo de um futuro mais promissor, questões que revelam uma preocupação com o bem-estar social e, conseqüentemente, com o desenvolvimento de nosso país.

Palavras-chave: Diálogo, ideologia, desenvolvimento.

The discursive conception proposed by the Bakhtin Circle highlights the relation between language and life, of the word that always goes in the direction of the other to the identities' constitution and creation of meanings. On this ambience, the conception that life is dialogical by nature is reiterated, given that where there is interaction there is also responsive attitudes, in a continual flow of ideologies and axiological positions. It is from this perspective that we propose, in this work, to analyse the article —“Canção do exílio”, of Antônio Prata, published in the newspaper *Folha de São Paulo*, to comprehend the dialogues and, by extension, the social values and ideologies, not only in the songs of exile, specially the ones of Gonçalves Dias and Tom Jobim, but mainly the references to people, entities, events, etc. As the theoretical methodological scope, we use the studies and reflections of the Bakhtin Circle about speech genres, style, dialogism and ideology, what make this a qualitative research. We understand that this analysis contributes to the understanding of important aspects to the Brazilian's identity construction, because the ideological and axiological values that are enunciated show the memories of the past, the present context and the wish of a better future, questions that also show worry with the social well-being and therefore the development of our country.

Keywords: Dialogue, ideology, development.

1 INTRODUÇÃO

O poema “Canção do Exílio”, de Gonçalves Dias, escrito em 1843, no período do Romantismo brasileiro, numa visão idealizada da pátria e com um lirismo carregado de saudosismo e ufanismo, exalta a natureza do Brasil. É um dos poemas mais conhecidos, principalmente pelos constantes diálogos que revelam concordâncias, aproximações, mas também confrontos e posições diversas.

De um exílio físico, longe da pátria, vivido por Gonçalves Dias, a “Canção do Exílio”, de Prata, publicado no jornal *Folha de São Paulo*, expõe um distanciamento dentro do próprio país, enunciando valores múltiplos como as diversidades cultural, étnico-racial e sexual. É a idealização de uma nação livre de preconceitos e com mais empatia e aceitação do outro.

Os períodos curtos, os parágrafos separados por temas e, em alguns casos, compostos por palavras que denotam personalidades, siglas e acontecimentos importantes no contexto atual contribuem para o estilo diferenciado, porém não menos poético, pois são reveladas cenas que configuram um olhar sensível sobre a realidade.

Nessa ambiência, os valores sociais, ideológicos e axiológicos surgem num discurso que reitera seu saudosismo, mas nem por isso, elimina suas esperanças, pois ao citar Tom Jobim —“Vou voltar, sei que ainda vou voltar”, demonstra otimismo em retornar à pátria de antes, com música, arte, natureza, liberdade, humor etc.

O objetivo desta pesquisa, portanto, é analisar pela perspectiva dos estudos do Círculo de Bakhtin, o artigo “Canção do Exílio”, de Antônio Prata, a fim de compreender os diálogos e, por extensão, os valores sociais e ideologias, não somente com as canções do exílio, em especial, de Gonçalves Dias e de Tom Jobim, mas principalmente as referências a pessoas, entidades, acontecimentos etc.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

As palavras, inseridas nos discursos, abandonam sua propriedade neutra da língua e passam a compor enunciados concretos que, numa relação entre vida e língua, carregam ideologias, valores axiológicos, enfim, não somente refletem como também refratam a realidade.

No enunciado concreto, toda interpretação é ativa, está indissoluvelmente fundida com a resposta do outro, ou seja, o falante procura sempre orientar sua palavra no horizonte do ouvinte. Nessa relação dialógica ocorre uma interação de diferentes pontos de vista, contextos, estilos e tons emotivo-valorativos.

Como afirma Volóchinov (2019, p.143), no ensaio que discute sobre a análise sociológica na teoria da arte:

O estilo é o homem¹, mas podemos falar que o estilo é, pelo menos, dois homens, mais precisamente, o homem e seu grupo social na pessoa do seu representante autorizado, ou seja, o ouvinte que é um participante constante do discurso interior e exterior do homem.

Nesse contexto, qualquer ato de consciência é um ato de comunicação, em que o outro e suas avaliações contribuem para a construção discursiva. Assim, as escolhas linguísticas não são realizadas somente pelo escopo de quem enuncia, visto que todo enunciado reflete a influência do destinatário e de sua presumida resposta (BAKHTIN, 2000). As objeções, preferências, o grau de informação do destinatário, as posições sociais, ideológicas e axiológicas, tudo isso condiciona o estilo de um enunciado, ou seja, de um gênero do discurso.

Para além do estilo do gênero, há o estilo individual que pode refletir a individualidade do enunciator e, por meio do tom emotivo-valorativo revela sua expressividade, determinada pelas escolhas dos recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais do enunciado.

Referente ao gênero, evidencia-se que alguns são propícios a um estilo individual, como os artístico-literários, por exemplo. Já os gêneros que atendem esferas oficiais exigem uma forma mais

¹ Referência ao escritor e naturalista Georges-Louis Leclerc (1707-1788), Conde de Buffon.

padronizada, como os documentos, notas de serviços, ou ainda, no campo da comunicação cotidiana, as felicitações, os cumprimentos etc.

Ainda é preciso reiterar que o estilo está intrinsecamente ligado ao conteúdo temático e à estrutura composicional e, como já mencionamos, depende da maneira como o enunciador percebe seu destinatário a fim de que este responda ativamente ao enunciado. Por essa concepção, os traços estilísticos encontrados nos enunciados verbais devem ser analisados pelos aspectos extralinguísticos, pois o enunciador veicula discursos por meio de enunciados concretos que, inseridos num dado contexto sócio-histórico e marcados pela dialogicidade, expõem posicionamentos, retomam o passado, possibilitam enunciados futuros.

Em relação ao enunciado verbal, as palavras, de acordo com Bakhtin (2000), existem de acordo com três aspectos: a palavra neutra da língua que ainda é uma virtualidade; a palavra do outro e a palavra minha, empregada em um determinado contexto, com expressividade e com um intuito discursivo. Neste último caso, a palavra acaba por expressar um juízo de valor de um sujeito individual, está impregnada de vida, pulsante de ideologias.

O enunciado vivo, que surgiu de modo consciente num determinado momento histórico em um meio social determinado, não pode deixar de tocar milhares de linhas dialógicas vivas envoltas pela consciência socioideológica no entorno de um dado objeto da enunciação, não pode deixar de ser participante ativo do diálogo social. É disto que ele surge, desse diálogo, como sua continuidade, como uma réplica e não como se com ele se relacionasse à parte (BAKHTIN, 2015, p. 49).

O sujeito, inserido num dado contexto sócio-histórico, é participante dessa rede dialógica, num fluxo contínuo de comunicação, em que os discursos são retomados com novos sentidos, novos valores sociais, enfim, a cada enunciação o discurso está em contato com o outro, numa interação viva e tensa. Como afirma Bakhtin (2000), o enunciador não é um Adão mítico que pronunciou pela primeira vez um determinado discurso, pelo contrário, a cada discurso há a presença de tonalidades dialógicas que revelam expressividade, sentidos, posições sociais que vivem em constante interação com o discurso do outro.

Como cada palavra exala um contexto, todo discurso é marcado por intenções e por tensões que refletem e refratam o mundo, ou melhor, por meio dos signos apontamos para uma realidade externa, mas o fazemos de maneira refratada, como compreensão decorrente da História e das experiências das práxis humanas. Como afirma Volóchinov (2017, p. 91):

Qualquer produto ideológico é não apenas uma parte da realidade natural e social – seja ele um corpo físico, um instrumento de produção ou um produto de consumo – mas também, ao contrário desses fenômenos, reflete e refrata outra realidade que se encontra fora de seus limites. Tudo que é ideológico possui uma significação: ele representa e substitui algo encontrado fora dele, ou seja, ele é um signo.

Qualquer enunciado expressa um posicionamento social avaliativo, pois a ideologia é de natureza semiótica que, por sua vez, significa nas interações sociais. A cada época, as diversas esferas de atividades humanas compreendem o mundo por meio de diferentes ideologias e axiologias, num processo de refração, em que os signos não são meros decalques do mundo, mas sim, revelam várias verdades construídas na dinâmica da história e no confronto de valorações sociais, pois a avaliação está intrinsecamente relacionada com a formação de sentido, com o tema, como afirma Volóchinov (2017, p. 238) sobre tema e significação, —um sentido novo se revela em um antigo e com a ajuda dele, mas com o objetivo de entrar em oposição a ele e o reconstruir”.

Nesse intenso processo dialógico, os enunciados, ao mesmo tempo que respondem a outros enunciados, promovem outras reações-respostas como concordâncias, discordâncias, complementações, críticas, ironias etc.

Nesse sentido, só é possível compreender todo o universo cultural como um grande diálogo, visto que um enunciado é prenhe de resposta, espera sempre que os outros assumam uma posição social e axiológica, inclusive num confronto entre as forças centrípetas, conservadoras e centralizadoras, que buscam impor uma verdade, a oficial, tentando monologizar os discursos e

finalizar o diálogo, e as forças centrífugas, descentralizadoras, como os enunciados que promovem o riso, a paródia, a polêmica, a ironia, a crítica etc .

Cada campo ideológico, de acordo com Volóchinov (2017) tem uma maneira de se orientar em relação à realidade, refratando-a de acordo com sua posição social. Ao enunciar, o sujeito posiciona-se ante a outras posições avaliativas, reiterando, desse modo, que o diálogo é um espaço de tensão entre outros enunciados, independentemente de aceitação ou confronto.

Afinal, vida e língua estão amalgamadas, construindo sentidos, apresentando diferenças, constituindo identidades, revelando ideologias e axiologias.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste artigo, pautamo-nos em uma análise discursiva dialógica a partir dos estudos do Círculo de Mikhail Bakhtin, formado por intelectuais russos na primeira metade do século XX, como o próprio Bakhtin, o linguista Valentin Volóchinov e o teórico literário Pavel Medvedev, entre outros.

Essa metodologia dá condições para compreender a linguagem como um contínuo processo de interação mediado pelo diálogo que, nessa perspectiva, não se trata do diálogo face a face, mas da relação com outros enunciados, sempre modulados pelos sujeitos da comunicação, pelo contexto sócio-histórico e pelas ideologias e axiologias que são veiculadas, revelando projetos de dizer e compreensões diversas sobre a realidade.

Para a análise do artigo de Prata – “Canção do Exílio” – essa concepção de linguagem e, por conseguinte, de enunciado, constitui um método adequado para o entendimento dos reflexos e refrações presentes, assim como as relações de embate entre as forças centrípetas e centrífugas que evocam uma arena de valores sociais vivos, como afirma Volóchinov (2017), revelando diferentes ideologias e olhares sobre o mundo, em especial, sobre o desenvolvimento social e identidade de nosso país.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A —Canção de Exílio” em análise trata-se de um artigo publicado na seção Opinião do jornal *Folha de São Paulo*, em 04 de setembro deste ano. Em função disso, como gênero discursivo, consideramos um artigo de opinião e, embora, aparentemente, não apresente um texto argumentativo como nos moldes tradicionais, há veiculação de valores ideológicos e axiológicos que configuram um posicionamento social.

Sua estrutura composicional aliada a um estilo que expõe uma escolha linguística diferenciada constitui um enunciado com forte carga poética, mas que exige do leitor alguns conhecimentos de mundo para a compreensão dos sentidos construídos. Vejamos o primeiro parágrafo do texto:

Chuva no mar. Gota grossa na nuca debaixo do chapéu de sol. Cheiro de Sundown e farelo de polvilho no fundo da mochila. Preta, preta, pretinha. Vai, malandra. Vai-Vai. Treze de Maio. Joaquim Nabuco, Manuel Bandeira, Chico Science e Nação Zumbi. Manamauê, auêia, auê. Minha terra tem primores,/ Que tais não encontro eu cá;/ Em cismar —sozinho, à noite—/ Mais prazer encontro eu lá (PRATA, 2021, online).

Construído sem verbo, o primeiro enunciado —“Chuva no mar” reflete uma realidade do mundo, mas, principalmente, refrata essa mesma realidade. Enquanto chuva pode figurativizar tanto fecundidade quanto tormenta, o mar é um

símbolo da dinâmica da vida. Tudo sai do mar e tudo retorna a ele: lugar dos nascimentos, das transformações e dos renascimentos. Águas em movimento, o mar simboliza um estado transitório entre as possibilidades ainda informes as realidades configuradas, uma situação de ambivalência, que é a incerteza, de dúvida, de indecisão, e que pode se concluir bem ou mal. Vem daí que o mar é a imagem da vida e a imagem da morte (FONTE???)

Desse modo, de início, o enunciador dá pistas ao leitor de que há um movimento ambivalente entre fecundidade e tormenta, entre vida e morte tangenciado pela incerteza e pela dúvida do atual contexto sócio-histórico-cultural. Os dois enunciados posteriores que compõem o cenário da praia evidenciam a trivialidade de um dia de praia. Em seguida, são listados trechos de música — “Prata, pretinha”, dos Novos Baianos, a escola de samba paulistana Vai-Vai, treze de maio que é a data da assinatura da Lei Áurea, quando se extinguiu a escravidão no Brasil, além de personalidades que representam a luta pela liberdade e/ou contra o preconceito racial e, por fim, um trecho da “Canção do Exílio”, de Gonçalves Dias. Além de expor a ideia de exílio, há uma ressignificação do sentido primeiro, pois sabemos que o poema de Gonçalves Dias exalta a nação num sentimento ufanista que não vislumbra os problemas do Brasil, ao contrário de Prata que provoca o leitor, exibindo sua posição ideológica e as saudades de viver exilado no próprio país.

Nesse entrecruzar de enunciados variados, forma-se um todo discursivo constituindo a estrutura composicional do artigo com um estilo que evidencia escolhas diversas: orações aos moldes tradicionais com verbos e sujeitos, sentenças sem verbos, enumeração de nomes de personalidades, de siglas de entidades brasileiras e de acontecimentos, e uma lista de músicas, escolas de samba, de cultura e arte. Essas escolhas linguísticas revelam uma expressividade essencialmente emotiva, pois os fios dialógicos acabam tecendo um discurso saudosista e com valorações axiológicas e ideológicas intensas e marcadamente centrífugas em relação aos discursos oficiais contemporâneos.

As diversidades étnica, cultural e etária também são temas desse artigo como podemos verificar em “Senhorinhas fazendo hidroginástica no SESC. A moça da bilheteria com dreads roxos. As meninas com joelheira de vôlei quase atropelam o japonês do violoncelo” (PRATA, 2021, online). Senhoras e jovens, negros e japoneses são apresentados para reiterar nossa mistura étnica, enfim a população brasileira em toda sua heterogeneidade e miscigenação.

A referência a temas genuinamente brasileiros como futebol (“O futebol poesia dos brasileiros”) e samba (“Sive Estácio, Salgueiro e Mangueira”) se misturam com nomes de artistas, escritores, ativistas e cientistas, mantendo, inclusive, um diálogo contínuo com o avesso desses discursos, reiterando o embate entre posições sociais diversas e não somente refletindo a realidade, mas, principalmente, refratando-a, num posicionamento ante a vida e aos discursos a que se opõe.

As personalidades citadas também enunciam uma arena de lutas ideológicas, pois nomes como Chico Mendes, Marielle, Dorothy Stang – mortos por suas lutas em prol da natureza ou do bem social – ou ainda da escritora Clarice Lispector, do cantor e compositor Caetano Veloso, do chargista Laerte e de todos Antropofagistas – Tarsila, Oswald e Mário de Andrade – vão tecendo os fios dialógicos que contestam as forças centrípetas, centralizadoras e, portanto, monológicas.

Esse confronto vai, aos poucos, tornando-se mais evidenciado, como podemos verificar a seguir: “O pra e não o para. O —já” e não o —in, senhor”. A pororoca e não as margens plácidas. O erudito, sim, o experimental, sim, o popular, sim, o axé, sim, o pagode, sim, o funk, sim, o sertanejo, sim, Hermeto Pascoal, sim - coragem grande é poder dizer sim” (PRATA, 2021, online). Ao privilegiar o “sim”, o enunciador contrapõe-se à negação da tradição em não aceitar o experimentalismo, o popular, seja na linguagem ou nas artes, por meio de uma expressão emotivo-valorativa de luta entre as forças centrífugas, dialógicas e abertas ao novo, ao movimento, contra as forças centrípetas, autoritárias e monologizadoras.

Na sequência, esse embate toma contornos mais acentuados por meio de escolhas linguísticas que denotam adversidade ou concessão, como podemos verificar a seguir: “—Qua mole em pedra dura. Trinca. Trepadeira. Drible. Contratempo. O que brota apesar de. O que cresce muito embora. O que se enxerga a contrapelo. Tudo o que já foi motivo pra cadeia por vadiagem ou subversão. Tudo o que já foi construção e não é ruína”. Enuncia-se, desse modo, que há caminhos para dissensões, com confrontos de valorações sociais, numa tentativa de subversão ao discurso oficial que tenta calar as vozes oponentes. Enumeram-se imagens que figurativizam a construção intelectual, artística e literária do passado – USP, Diretas Já², Movimento Armorial³, Refavela⁴, etc – revelando esperança por meio da resistência às dificuldades do contexto atual.

² Movimento político de cunho popular, ocorrido entre 1983 e 1984, que teve como objetivo a retomada das eleições diretas ao cargo de presidente da República no Brasil, após 29 anos de Ditadura Militar.

³ Movimento em que se propõe a criação de uma arte erudita a partir de elementos populares do Nordeste brasileiro. O escritor Ariano Suassuna é um de seus idealizadores e fundadores.

Ao finalizar o artigo com um trecho da música —*Canção do Exílio*”, de Tom Jobim, a expectativa por dias melhores dá o tom otimista de que vale a pena acreditar que o enunciador vai voltar, quando anunciar o dia e se esquecer das noites que não queria, embora já não haja palmeiras nem flores para colher. O sentimento de viver distante em sua própria terra dará lugar ao retorno de uma pátria multicultural, que aceita o diferente e respeita todo tipo de diversidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao concebermos o discurso como essencialmente dialógico, numa constante retomada de outros enunciados, o poema de Gonçalves Dias — *Canção do Exílio*”, ressignificado em diversos momentos históricos de nosso país, no artigo de Antônio Prata, é utilizado para veicular ideologias que combatem discursos centralizadores e conservadores.

A partir de um estilo diferenciado, com um tom emotivo-valorativo que revela sua tristeza ante a sensação de ser estrangeiro em sua própria terra, no desenvolvimento de seu texto vai revelando as saudades que sente de personalidades, entidades, manifestações artísticas e culturais.

Como sabemos, pela perspectiva do Círculo de Mikhail Bakhtin, a compreensão dos enunciados só é possível como um grande diálogo, em que um responde ao outro com aproximações e distanciamentos, num confronto das forças centrípetas e centrífugas, expondo seu direito e seu avesso.

Assim, se de um lado temos um discurso de oposição, que busca o diálogo com as mais diversas vozes e diversidades culturais, étnicas e etárias, de outro, temos um discurso monológico e preconceituoso. Como numa arena de lutas ideológicas, Prata vai, aos poucos, enumerando tudo que representa sua consciência social formada por diferentes fios dialógicos, refletindo, mas, principalmente, refratando a realidade que o cerca.

Por meio desse tom saudosista, apresenta sua posição social ante o país em que vive e, embora seja um gênero discursivo constituído por uma estrutura composicional em prosa, há um forte apelo poético, não somente por citar trechos do poema de Gonçalves Dias e da canção de Tom Jobim, mas também pela expressividade estilística, e pela tessitura discursiva formada por múltiplos fios dialógicos.

Nessa ambiência, o exílio é evocado como a dificuldade de aceitação do atual contexto histórico, nem por isso sem esperança de o anúncio de um novo dia, que respeita as diversidades, luta por uma sociedade mais humana e justa, reiterando, assim, discursos antes enunciados como de Tom Jobim, como também os contesta aqueles que não expõem os problemas brasileiros, expressos num tom ufanista, como o poema de Gonçalves Dias.

Se, no início do artigo, figurativiza a chuva no mar prenunciando momento de tormenta, a expectativa de dias melhores é enunciada ao final, pois, dialogando com as outras duas canções do exílio, clama —*“Não permita Deus que eu morra/ sem que eu volte para lá”*. Enfim, no entrecruzar entre suas lembranças do passado, o momento presente e o otimismo de um futuro melhor, revela-se a compreensão da identidade brasileira múltipla, em constante movimento, opondo-se a discursos centrípetos e centralizadores.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, Mikhail. Os gêneros do discurso. In: _____. *Estética da criação verbal*. Tradução de Maria Ermantina Galvão G. Pereira. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000. p. 277-326.

_____. *Teoria do romance I: a estilística*. Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo: 34, 2015.

BRAIT, Beth. Estilo. In: _____. (Org.). *Bakhtin: conceitos-chave*. São Paulo: Contexto, 2005. p. 79-102.

FARACO, Carlos Alberto. Linguagem & diálogo: as ideias linguísticas do círculo de Bakhtin. São Paulo: Parábola, 2009. (Lingua[gem], 33)

⁴ Refavela é um álbum de Gilberto Gil, lançado em 1977, cujo objetivo foi revisitar suas raízes africanas.

PRATA, Antônio. Canção do exílio. Disponível em:
<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/antonioprata/2021/09/cancao-do-exilio.shtml?origin=folha>.
Acesso em 20 set. 2021.

VOLÓCHINOV, Valentin. A palavra na vida e a palavra na poesia: para uma poética sociológica (1926). In: _____. *A palavra na vida e a palavra na poesia*: ensaios, artigos, resenhas e poemas. Organização, tradução, ensaio introdutório e notas Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo. São Paulo: 34, 2019. p.109-146.

_____. *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*. Tradução, notas e glossário de Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo. São Paulo: 34, 2017.

VISIBILIDADE DOS ARQUIVOS E DO ARQUIVISTA: ALGUMAS REFLEXÕES NECESSÁRIAS

Visibility of archives and archivist: some necessary reflections

Área temática: Educação e Desenvolvimento

DAVANZO, Luciana
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
Doutora em Ciência da Informação
luciana.davanzo@gmail.com

Resumo

Os documentos são peças comuns a todo o tipo de empresa, independentemente da área de atuação e, porte. As rotinas administrativas das empresas são subsidiadas pela documentação, por essa razão, em um primeiro momento atendem à demandas específicas das próprias empresas e, depois podem ser usados para a história, memória e a pesquisa. Diante das possibilidades do uso dos documentos, é necessário investir na gestão de tais conjuntos documentais, com vistas a oferecer um tratamento informacional adequado. Diante desse cenário, como problemática subjacente a esta pesquisa, estabelece: como a falta de visibilidade da Arquivologia e do arquivista impactam nos processos de recrutamento das empresas? O objetivo geral norteador da pesquisa é analisar como a atuação do arquivista, através de suas habilidades, podem contribuir com a gestão dos arquivos. Como procedimentos metodológicos utilizou-se bases de dados da área de Ciência da Informação: Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI) e a Base de Dados do Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB). Como resultados da pesquisa verificou-se a necessidade de maior conhecimento da área pela sociedade, ainda que existam leis específicas para a área e, para o arquivista, é necessário investir em estratégias para que a área alcance maior visibilidade, pois, mesmo após 30 anos de publicação da Lei dos Arquivos, muitos arquivos ainda carecem de tratamento informacional adequado. Espera-se que esta pesquisa traga para a comunidade acadêmica e, profissional reflexões que contribuam para a melhor visibilidade da área.

Palavras-chave: Arquivologia, Arquivista, Atuação profissional.

Abstract:

Documents are common parts to all types of companies, regardless of their area of activity and size. The administrative routines of companies are supported by documentation, for this reason, at first they meet the specific demands of the companies themselves and, later, they can be used for history, memory and research. Given the possibilities of using documents, it is necessary to invest in the management of such document sets, with a view to offering an adequate informational treatment. Given this scenario, as an underlying issue of this research, it establishes: how does the lack of visibility of Archivology and the archivist impact the recruitment processes of companies? The general objective of the research is to analyze how the role of the archivist, through their skills, can contribute to the management of archives. As methodological procedures, databases in the Information Science area were used: Database on Information Science (BRAPCI) and the Database of the National Meeting of Research in Information Science (ENANCIB). As a result of the research, there was a need for greater knowledge of the area by society, even though there are specific laws for the area and, for the archivist, it is necessary to invest in strategies so that the area achieves greater visibility, as even after 30 years publication of the Archives Law, many archives still lack adequate informational treatment. It is hoped that this research brings to the academic and professional community reflections that contribute to better visibility in the area.

Keywords: Archivist, Archivist, Professional performance.

1 INTRODUÇÃO

As empresas, sejam públicas ou privadas, são a cada dia mais impactadas com o volume de documentos que são produzidos e recebidos em detrimento de suas funções e atividades. Os documentos são gerados a partir de demandas administrativas, assim como são requisitados para atender a algum tipo de solicitação.

Os volumes documentais acumulados pelas empresas podem ser visualizados a partir de duas perspectivas: os documentos analógicos e, os documentos digitais, afinal, não há como negligenciar que as tecnologias de digitais afetaram os arquivos: produção, acesso, comunicação, uso e compartilhamento da informação.

Para oferecer tratamento adequado aos documentos, independentemente do tipo de suporte, recorre-se ao profissional arquivista por possuir embasamento teórico e metodológico necessário para o planejamento da gestão dos documentos, que será o responsável por subsidiar todo o tratamento documental na Arquivologia.

Embora seja compreensível a necessidade das empresas investirem em profissionais aptos para atuarem nos arquivos, nota-se que a Arquivologia e, o arquivista ainda possuem pouca visibilidade, isto é, ainda não são muito conhecidos pela sociedade de um modo geral, tal fato pode ser observado quando existe a comparação entre Arquivologia e Biblioteconomia, tomando-as, em muitas situações, como sinônimas. Tanus *et all.* (2012, p.162) mencionam que isso ocorre porque ambas áreas “tratam de questões suscitadas pelos documentos”, mas a diferença reside na diferença entre os tipos de documentos (CURRAS, 1982).

Talvez, devido ao pouco [re]conhecimento do arquivista ainda seja muito comum a atuação de profissionais advindos de outras áreas do conhecimento científico atuando nos arquivos. Essa realidade também pode estar vinculada aos poucos cursos de Arquivologia que são oferecidos pelas Universidades.

Mesmo com a Lei 8.159 de 8 de janeiro de 1991, conhecida como Lei dos Arquivos e, mais recentemente a Lei 12.527 de 18 de novembro de 2011- Lei de Acesso a Informação (LAI) a área ainda precisa de estratégias que permitam maior visibilidade e, também maior valorização. Tal fato pode ser constatado a partir de pesquisa realizada por Almeida *et all.* (2019) quando as autoras relatam que, principalmente no que tange a inserção do arquivista no mercado de trabalho de privado, tal inserção ocorre de maneira lenta.

Para ressignificar aquilo que as empresas denominam de arquivo é necessário investir em um tratamento adequado da documentação, através de princípios, metodologias e, técnicas e, por esse motivo, como problemática subjacente a esta pesquisa, estabelece: qual a importância da legislação referente à gestão de documentos nos arquivos empresariais? O objetivo geral norteador da pesquisa é analisar como a atuação do arquivista, através de suas habilidades, pode contribuir com a gestão dos arquivos.

Para cumprir com o objetivo da pesquisa, como procedimentos metodológicos utilizou-se bases de dados da área de Ciência da Informação: Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI) e a Base de Dados do Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB) por serem bases sólidas da área de Ciência da Informação, onde a Arquivologia está englobada. Como resultados da pesquisa verificou-se que existe a necessidade de maior conhecimento da área pela sociedade, ainda que existam leis específicas para a área e, para o arquivista, é necessário investir em estratégias para que a área alcance maior visibilidade, pois, mesmo após 30 anos de publicação da Lei dos Arquivos, muitos arquivos, sejam públicos ou privados, ainda carecem de tratamento informacional adequado. Espera-se que esta pesquisa traga para a comunidade acadêmica e, profissional reflexões que contribuam para a melhor visibilidade da área e, consequentemente que colabore para a inserção do arquivista no mercado de trabalho.

2 ARQUIVOLOGIA

O tratamento informacional na Arquivologia é realizado a partir da teoria do ciclo vital dos documentos. Esta teoria é fundamental para que se estabeleça a aplicação da gestão de documentos, que abrange desde a produção dos documentos até a sua destinação final (guarda permanente ou eliminação).

O ciclo vital dos documentos responsabiliza-se por abarcar os documentos em três períodos: a) arquivo corrente, b) arquivo intermediário e, c) arquivo permanente. Os documentos de arquivo são

classificados de acordo com tais períodos, dessa forma, compreende-se que, os documentos que estão na fase corrente precisam estar mais próximos aos departamentos que os produziram, uma vez que, seu uso pode ser frequente, pois, podem ser solicitados para o atendimento à algum tipo de demanda.

Já em relação aos arquivos intermediários, os documentos que estão nesse período não possuem um uso frequente pelos departamentos, mas ainda assim podem, em algum momento, ser requeridos e, por isso, precisam estar armazenados em um espaço que seja próximo ao produtor da documentação.

E, por fim, os arquivos permanentes são os responsáveis por armazenar aquela documentação que não é passível de eliminação, pois, possuem um viés histórico, podendo ser utilizados para fins de pesquisa e, também de memória.

Os documentos armazenados nos arquivos correntes, ao serem destinados para os arquivos intermediários, tal ação denomina-se transferência e, os documentos que serão transferidos dos arquivos intermediários para os permanentes, denomina-se de recolhimento.

Assim, os documentos, na Arquivologia possuem dois valores: primário e secundário. O valor primário corresponde aos documentos que estão nos arquivos correntes e intermediários. Tais documentos possuem valor administrativo, jurídico, fiscal e legal e, os documentos de valor secundário são aqueles que foram recolhidos aos arquivos permanentes e, que por isso, possuem valor histórico, científico e cultural.

A Arquivologia continua em constante desenvolvimento, onde é possível observar os impactos que a área sofreu, principalmente devido as tecnologias digitais que mudaram as maneiras de produzir, acessar, comunicar, recuperar e compartilhar a informação, seja está analógica ou digital.

É possível notar a trajetória e, também desenvolvimento da Arquivologia a partir de um estudo histórico em relação aos períodos que a área passa, ou seja, Arquivologia clássica, moderna e, pós-moderna. Enquanto que nos períodos clássicos e modernos a área se preocupa com o acúmulo dos documentos analógicos, impulsionados principalmente pelos períodos das guerras mundiais, a arquivologia pós-moderna carrega sobre si um novo desafio: oferecer tratamento informacional adequado para aqueles documentos que são produzidos exclusivamente no suporte digital ou que estão migrando para este novo suporte, a partir da transformação digital.

Os impactos das tecnologias digitais podem ser melhor compreendidos a partir de Miranda (2011, p. 9) onde o autor considera que,

A produção crescente de documentos digitais e os novos mecanismos de armazenamento contribuíram para que a própria concepção de arquivo, como instituição, também ganhasse uma nova dimensão, deixando de ser limitado a um espaço físico, todavia associado também aos recursos tecnológicos por meio dos quais os usuários buscam informações; o enfoque do trabalho arquivístico ultrapassou os limites da custódia física dos documentos para o controle e os mecanismos de acesso à informação.

Os arquivos, além de sofrerem impactos no que tange ao suporte dos documentos, sofre também outras modificações: se em um primeiro momento a Arquivologia é compreendida como uma ciência auxiliar de outras áreas como a História, esse contexto sofre alteração a partir do desenvolvimento dos princípios da área, que possibilitaram a sua transformação enquanto área do conhecimento científico autônomo.

A transformação da Arquivologia, ocasiona mudanças também no arquivista, que de simples custodiador dos documentos passa a ter uma atuação mais ativa, estando a frente dos arquivos, contribuindo desde a fase do planejamento documental até o acesso aos documentos, afinal, é necessário “que se deixe de visualizar documentos como objetos físicos estáticos, e para então entendê-los como conceitos dinâmicos virtuais” (COOK, 2012, p. 4).

Os arquivos sempre fizeram parte da sociedade, da vida do homem, por esta razão, recorre-se a Indolfo (2007, p. 29), pois,

O documento ou, ainda, a informação registrada, sempre foi o instrumento de base do registro das ações de todas as administrações, ao longo de sua produção e utilização, pelas mais diversas sociedades e civilizações, épocas e regimes. Entretanto, basta reconhecer que os documentos

serviram e servem tanto para a comprovação dos direitos e para o exercício do poder, como para o registro da memória.

A Arquivologia é, portanto, a área que oferece tratamento específico para os arquivos e, sua notoriedade pode ser sentida quando refletimos sua atuação em relação a memória, para a pesquisa e, como não poderia deixar de ser mencionado, para as empresas, principalmente as privadas, pois, são constantemente demandadas por vários órgãos, tais como: ministério do trabalho, receita federal, dentre outros, devido a necessidade de comprovação de algum ato administrativo.

Nesse sentido é importante mencionar que, não foram apenas os documentos que sofreram mudanças, o papel do arquivo, enquanto parte de um departamento também sofreu alterações, pois, se na Arquivologia clássica e moderna, o arquivo era apenas o lugar que armazenava os documentos, sem exercer influência dentro das empresas, atualmente o cenário tem se modificado, o arquivo passa a caminhar de forma que se transforme em um braço da administração, que dê suporte para as demandas da empresa e, que responsabiliza-se em armazenar os documentos de forma planejada, criteriosa, a partir da implantação da gestão de documentos.

Para que haja transformações nos arquivos é necessário investir em mão de obra adequada e qualificada, isto é, é necessário que os arquivos sejam planejados, implantados e organizados a partir da atuação do arquivista- tal profissional foi abordado no capítulo 3 desta pesquisa.

3 ARQUIVISTA

O arquivista é um profissional que ainda não possui muita visibilidade na sociedade. Essa realidade pode refletir ainda o baixo número de profissionais bacharéis em Arquivologia, já que no Brasil temos apenas 16 cursos de graduação ofertados por Universidades públicas e, 1 curso ofertado em Universidade particular a Uniasselvi. Além da graduação, em São Paulo (Capital) existe a oferta do curso de técnico em arquivo, na Escola Técnica Estadual (ETEC), oferecido no Parque da Juventude.

Ao contrário do grande espaço de atuação do arquivista, que ocorre em empresas públicas e privadas, ainda faltam profissionais que possam dar conta das demandas e oportunidades do mercado de trabalho. Além disso, os profissionais que são formados precisam também dar conta de um outro nicho: a formação de professores que possam dar continuidade ao ensino, a pesquisa e a extensão.

Embora muitos ainda desconheçam a profissão do arquivista, a regulamentação da profissão ocorreu através da Lei nº 6546 de 4 de julho de 1978. Esta lei dispõe sobre a regulamentação das profissões de arquivista e de técnico de arquivo, e dá outras providências.

A lei define as funções e atividades que são desenvolvidas tanto pelo arquivista quanto pelo técnico em arquivo. A discriminação das atribuições desses dois profissionais segue discriminado no Quadro 1- Atribuições do Arquivista e do Técnico em Arquivo.

Quadro 1- Atribuições do Arquivista e do Técnico em Arquivo

Arquivista	Técnico em Arquivo
Planejamento, organização e direção de serviços de Arquivo	Recebimento, registro e distribuição dos documentos, bem como controle de sua movimentação.
Planejamento, orientação e acompanhamento do processo documental e informativo	Classificação, arranjo, descrição e execução de demais tarefas necessárias à guarda e conservação dos documentos, assim como prestação de informações relativas aos mesmos
Planejamento, orientação e direção das atividades de identificação das espécies documentais e participação no planejamento de novos documentos e controle de multicópias;	Preparação de documentos de arquivos para microfilmagem e conservação e utilização do microfilme
Planejamento, organização e direção de serviços ou centro de documentação e informação constituídos de acervos arquivísticos e mistos	Preparação de documentos de arquivo para processamento eletrônico de dados

XXII ENCONTRO de PESQUISADORES

INTERDISCIPLINARIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Planejamento, organização e direção de serviços de microfilmagem aplicada aos arquivos;	-
Orientação do planejamento da automação aplicada aos arquivos	-
Orientação quanto à classificação, arranjo e descrição de documentos	-
Orientação da avaliação e seleção de documentos, para fins de preservação	-
Promoção de medidas necessárias à conservação de documentos	-
Elaboração de pareceres e trabalhos de complexidade sobre assuntos arquivísticos	-
Assessoramento aos trabalhos de pesquisa científica ou técnico-administrativa	-
Desenvolvimento de estudos sobre documentos culturalmente importantes	-

Fonte: Elaborado pela autora (2021)

Ao analisar as atribuições do arquivista e do técnico em arquivo, é possível observar que o arquivista possui como responsabilidade as etapas de análise e planejamento, funções que estão ligadas aos aspectos de gestão, seja de gestão documental como de gestão de pessoas e, no que compete ao trabalho dos técnicos de arquivo são atividades mais operacionais, técnicas.

Dessa maneira, entende-se que a graduação em Arquivologia que é ofertada em quatro anos de graduação, forma um profissional com base que subsidia o profissional a desenvolver habilidades que abrangem desde a execução de atividades mais operacionais, até a atividades de gestão, sendo, por isso, um curso que possibilita aos alunos uma visão mais ampla da sua possibilidade de atuação; enquanto que o curso técnico, por ser concluído em apenas dois anos, possibilita aos alunos uma visão mais técnica, ou seja, mais voltada para a prática, o que é comum nos cursos técnicos, independentemente da área de formação.

Sobre as competências do arquivista, Davanzo *et al.* (2021, p.169) relatam que,

Evidenciar as competências que esse profissional possui é importante visto que falta reconhecimento da profissão pelo mercado de trabalho, dessa maneira, divulgando este profissional e suas competências os espaços nas organizações privadas se abrem, haja vista, que essas vagas são, geralmente, ocupadas por profissionais sem formação específica, ou de diversas áreas.

A falta de conhecimento sobre o arquivista ocasiona um problema em relação a inserção desse profissional no mercado de trabalho. Em muitas situações os recrutadores não tem o conhecimento de que para exercer a profissão exista a necessidade de formação em curso específico ou 5 anos de atuação ininterruptos ou 10 anos intercalados.

Dessa forma, é muito comum que as vagas para trabalhar nos arquivos tenha apenas como requisito mandatório ensino médio completo, o que também favorece para que a média salarial desse profissional seja abusiva. Tal situação poderia ter resultados melhores a partir da implantação de um Sindicato, para respaldar as possibilidades de emprego da área, porém, no que tange ao Estado de São Paulo, ainda não existe um Sindicato para a categoria de profissionais.

Para que os arquivos recebam tratamento informacional adequado, faz-se necessário que as empresas, ao selecionar profissionais para atuação nos arquivos, realizem o recrutamento de forma adequada e, que as empresas conheçam as atividades e funções que tal profissional irá desempenhar, para que dessa maneira, o arquivista não se transforme em um assistente administrativo e, que execute outras atividades que não são inerentes ao cargo. Com vistas a verificar as vagas de trabalho ofertadas para os arquivista, recorreu-se a base de dados da plataforma da CATHO, uma vez que, se responsabiliza por ofertar várias oportunidades de trabalho.

A pesquisa foi realizada no período de 17/09/2021 até 17/10/2021, onde foram localizadas 14 oportunidades de trabalho para o arquivista. Como recorte da pesquisa, as vagas foram verificadas apenas no estado de São Paulo, onde é ofertado o curso de Arquivologia em instituição de ensino superior e público- Universidade Estadual Paulista (Marília- interior de São Paulo), curso técnico oferecido pela ETEC Parque da Juventude (São Paulo- Capital) e, na Universidade Particular Uniasselvi. Os resultados encontrados para melhor compreensão foram organizados no quadro 2- Pesquisa na base de dados da Catho- Arquivista.

Quadro 2- Pesquisa na base de dados da Catho- Arquivista.

Cargo: Arquivista	Informações adicionais
Número de vagas	14
Formação	3 vagas (ensino médio) 1 vaga (superior completo) 13 vagas não informaram a formação exigida
Salário	6 empresas disponibilizaram o salário: 1.000 – 2.000 reais/mensais 8 empresas não informaram o valor do salário
Experiência	3 empresas pedem experiência na área 1 empresa pede experiência na área de logística 10 não informaram se é necessário experiência

Elaborado pela autora (2021)

O quadro 2 demonstra inexpressivas oportunidades em relação ao mercado de trabalho, no Estado de São Paulo mas, também aponta que as empresas não possuem conhecimento em relação a formação do arquivista. Na pesquisa realizada apenas uma empresa exige formação superior, porém, não relata se a formação é específica em Arquivologia ou qualquer outra formação com nível superior pode se candidatar a vaga. Dessa forma, o requisito experiência profissional também é prejudicado, afinal, se não há conhecimento sobre a formação do arquivista, a experiência solicitada pelas empresas podem ser variadas ou ainda, podem requerer experiências que não se enquadram nas atividades do arquivista, conforme ocorre com uma empresa que solicita experiência no ramo de logística.

E, em relação ao salário oferecido (\$ 1.000,00 a \$ 2.000,00 reais), como não foram informadas as exigências para a candidatura a vaga, não é possível saber se o salário oferecido é para um profissional recém formado ou um profissional com carreira sólida. Por esta razão, aponta-se que, apenas com maior conhecimento da Arquivologia e do arquivista é que poderemos ter informações mais consistentes em relação as oportunidades ofertadas no mercado de trabalho, já que, em relação a atuação do arquivista no rol público, a inserção é realizada a partir de concurso público, onde o salário varia de estado para estado e, também de acordo com o órgão: estadual, municipal e/ou federal.

A base de dados da CATHO indexa alguns termos que também podem remeter ao cargo de arquivista: analista de cadastro, analista de documentação, assistente de arquivo, assistente de documentação, auxiliar de arquivo, codificador de dados, supervisor de arquivo, técnico de arquivo e técnico em documentação. Diante de tais informações observa-se que, os salários e as atividades que o profissional de arquivo irá desempenhar pode sofrer variação, pois, um arquivista (com formação superior completa em Arquivologia) não deve (ou deveria) ter o mesmo salário de um técnico de arquivo, pois, conforme observado no Quadro 1, existem distinções entre as atividades desenvolvidas.

Entretanto, acredita-se que a Arquivologia pode ter um cenário mais favorável a partir de maior divulgação e esclarecimentos acerca da Lei de Arquivos, que é responsável por oferecer subsídio para a área. Por esta razão, o próximo tópico apresenta algumas considerações acerca desta lei que demonstra a responsabilidade das empresas em relação ao seu conjunto documental.

4 REFLEXÕES ACERCA DA LEI 8.159 DE 8 DE JANEIRO DE 1991- LEI DE ARQUIVOS

O ano de 2021 traz um importante marco para a Arquivologia e, para os arquivistas, pois, comemora-se 30 anos da publicação de Lei 8.159, responsável pela política nacional de arquivos públicos e privados no Brasil.

A Lei de arquivos demonstra um grande avanço para a Arquivologia, pois, a partir de sua publicação, nota-se preocupação em relação a gestão dos documentos. Jardim (2013) menciona que a Lei de arquivos é uma ferramenta muito significativa, pois, a partir dela houve a regulamentação em relação ao acesso aos documentos. Outros avanços que ocorreram a partir da Lei de arquivos:

- a) O início da ruptura com o modelo de arquivo histórico, atrelado a uma perspectiva patrimonialista, que caracterizava a maior parte das instituições arquivísticas brasileiras;
- b) A definição da autoridade arquivística dos arquivos públicos brasileiros como gestores do ciclo vital de documentos arquivísticos, 21 desde a sua produção à destinação final, nas diversas esferas da administração pública;
- c) A introdução da gestão de documentos como instrumento de racionalidade e transparência da administração pública sob a ação político-normativa das instituições arquivísticas públicas. (JARDIM, 2013, 385).

A Lei de arquivos, tem, portanto, um importante papel ao regulamentar, tanto nos arquivos públicos, quanto nos arquivos privados, a gestão de documentos, onde é possível estabelecer melhores formas de tratamento aos documentos, desde a sua produção, até a sua destinação final (guarda permanente ou eliminação). Dessa forma, a Lei de arquivos é um importante contributo para normalizar a política nacional de arquivos no Brasil.

Bernandes (2014a, p.16) reflete que a Lei 8159, “reafirmou princípios importantes quanto ao dever do Estado em promover a gestão dos documentos públicos bem como o acesso às informações”.

No que tange a caracterização da gestão de documentos, a Lei de arquivo considera que “[...] o conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à sua produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento em fase corrente e intermediária, visando a sua eliminação ou recolhimento para guarda permanente”. (Lei 8.159, ART 3, 1991).

A Lei de arquivos é responsável por abarcar: a) Os documentos dos arquivos públicos e privados; b) Organizar a administração de instituições arquivísticas públicas e, c) Garantir o acesso e o sigilo aos documentos públicos. E, por este motivo, a Lei de arquivo abrange no seu Capítulo I – Disposições Gerais; o Capítulo II – Arquivos Públicos; o Capítulo III – Arquivos Privados; o Capítulo IV – Organização e Administração de Instituições Arquivísticas Públicas e, o Capítulo V – Do acesso e do sigilo dos documentos públicos; e Disposições Finais.

A criação de uma lei que verse sobre a gestão dos documentos é uma ferramenta de grande valor para a Arquivologia, pois, é um importante braço para a administração pública e, privada no Brasil, pois, ela abrange todos os arquivos, desde as esferas municipais, estaduais e federal.

Além de garantir a gestão de documentos, o que permite um melhor acesso aos documentos, a Lei de arquivos destaca a responsabilidade penal sobre o indivíduo que causar dano aos documentos de arquivo. O descarte indiscriminado de documentos de arquivos pode prejudicar não apenas os atos administrativos mas, também a memória das empresas. Por essa razão, a gestão de documentos assume caráter peculiar na Arquivologia, pois, a partir dela serão estabelecidas todas as etapas de planejamento de trabalhos nos arquivos, afinal, é fundamental estabelecer métodos, técnicas e procedimentos que orientem a organização, preservação, acesso e uso dos documentos.

Outro elemento fundamental que forjou-se a partir da Lei de arquivos, é a criação do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ). O CONARQ vincula-se ao Arquivo Nacional do Ministério da Justiça e Segurança Pública, cujo objetivo de trabalho é definir a política nacional de arquivos públicos e privados, como órgão central de um Sistema Nacional de Arquivos.

O CONARQ exerce orientação normativa em relação à gestão documental e à proteção especial aos documentos de arquivo. Sua regulamentação ocorreu por meio do Decreto nº 4.073, regulamentado em 3 de janeiro de 2002.

Em relação a competência do CONARQ elenca-se: a) Estabelecer diretrizes para o funcionamento do Sistema Nacional de Arquivos (SINAR); b) Promover o inter-relacionamento de arquivos públicos e privados; c) Propor ao Ministério de Estado da Justiça normas legais necessárias ao aperfeiçoamento e à implementação de arquivos; d) Zelar pelo cumprimento dos dispositivos constitucionais e legais que norteiam o funcionamento e o acesso aos arquivos; e) Estimular programas de gestão e de preservação de documentos públicos; f) Subsidiar a elaboração de planos nacionais de desenvolvimento; g) Estimular a implantação de sistemas de arquivos nas três esferas e, por fim, h) Estimular a integração e modernização dos arquivos públicos e privados, entre outros.

Um importante braço de atuação do CONARQ são as Câmaras técnicas, responsáveis por identificar, discutir e propor soluções para as políticas relacionadas aos documentos de arquivo. As Câmaras técnicas são divididas em:

- a) Captação de recursos
Criada a partir da Portaria nº19/1996: visa promover a capacitação de pessoal, além de elaborar e/ou analisar planos de capacitação de recursos humanos e incentivar a formação de pessoal técnico especializado;
- b) Câmara Técnica de Documentos Audiovisuais, Iconográficos, Sonoros e Musicais
Criada a partir da Portaria nº90/2010: objetiva realizar estudos, estabelecer normas e/ou procedimentos relacionados à terminologia, à organização, ao tratamento técnico, à guarda, à preservação, ao acesso e à utilização de documentos audiovisuais, iconográficos e sonoros;
- c) Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos
Esta Câmara defini e apresenta ao CONARQ tratamento adequado no que tange aos documentos digitais;
- d) Câmara Técnica de Normalização da Descrição Arquivística
Instituída pela Portaria nº56, no ano de 2001, tem como objetivo elaborar normas nacionais de descrição em consonância com as normas internacionais, através divulgação de informações, de levantamento de dados e da promoção de debates, de modo a estimular a participação da comunidade arquivística;
- e) Câmara Técnica de Paleografia e Diplomática
O enfoque de trabalho desta Câmara está relacionado ao desenvolvimento de ferramentas cujo objetivo é contribuir com a preservação dos arquivos, sejam estes públicos ou privados.

Diante do exposto sobre as ações que cada Câmara técnica desenvolve, é possível observar suas relevâncias em relação as suas áreas de atuação. Destaca-se também a notoriedade do CONARQ para a Arquivologia, ao colaborar com melhores práticas no tratamento dos documentos de arquivo. O CONARQ é, um órgão que contribui, dentre outras coisas, com a elaboração de publicações técnicas que são fundamentais para o constante desenvolvimento teórico e aplicado da Arquivologia.

Contudo, nota-se que, mesmo após 30 anos da sua publicação, muitas instituições ainda carecem de melhorias em relação a gestão de seus documentos e, por isso, ainda se faz necessário a existência de debates em torno da Lei de arquivos e, que tais discussões ampliem a disseminação da área para que as empresas tenham conhecimento necessário para recrutar de maneira correta os profissionais que atuarão nos arquivos. Mesmo com uma importante estruturação através de Leis e, de órgãos que respaldam o trabalho do arquivista, a Arquivologia ainda precisa “sair” dos muros acadêmicos e, ser reconhecida pela sociedade.

O ambiente acadêmico é um importante espaço para tais debates e discussões, por esse motivo, os eventos (conferências, seminários, encontros, workshops) são fundamentais para as áreas. As reflexões realizadas nos ambientes acadêmicos, que geralmente contam com alunos (graduação, pós graduação), pesquisadores, docentes e, profissionais que atuam com a prática, são fundamentais para o desenvolvimento da área e, sua atualização, como também são necessários para a divulgação da área, que ao contar com apenas 16 cursos de graduação em Arquivologia em instituições públicas e, 1 curso em instituição privada e, 1 curso técnico, ainda requer um maior conhecimento por parte da sociedade, pois, em muitas situações é comum que haja confusão em relação a formação e atuação do arquivista, que por algumas vezes, é confundido com a área de Biblioteconomia.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os documentos analógicos e digitais estão presentes em muitas empresas e, tais documentos são os responsáveis por respaldar os atos administrativos, assim como podem se tornar importantes fontes para a história, memória e, pesquisa. Entretanto, pode se observar que a Arquivologia passa por dois momentos distintos: a) ainda temos arquivos contemplando documentos analógicos que precisam da intervenção do arquivista e, b) a produção dos documentos digitais contribuem para que a Arquivologia re[signifique] sua parte teórica e metodológica afim de se verificar como tais documentos precisam ser tratados.

Desse modo, ainda que a Arquivologia tenha legislação específica que abarca os arquivos públicos e privados, nota-se que, principalmente nas empresas privadas a inserção do arquivista se mostra tímida, tal como demonstra o quadro 2.

Não estamos aqui negando a fundamental importância das legislações arquivísticas, mas reflete-se que, mesmo após 30 anos da publicação da Lei dos Arquivos ainda há muito o que ser feito, afinal, concorda-se com Jardim (2006, p.10) que “uma legislação adequadamente concebida pode ser um poderoso instrumento a favor da gestão, uso e preservação dos arquivos”.

Ao considerar a legislação um poderoso instrumento, não se pode negligenciar a notoriedade da Lei nº 6546 de 4 de julho de 1978 que versa sobre a profissão do arquivista, assim como do técnico de arquivo. Entende-se que, a partir de uma maior divulgação desta lei, as empresas podem ter subsídios para estabelecer o perfil da vaga de arquivista, assim o recrutamento do arquivista poderia ser mais assertivo e, com isso, as ofertas de emprego seriam mais atrativas para este profissional, afinal, “o desconhecimento das características do perfil profissional faz com que os contratantes solicitem profissionais com as mais variadas formações, na maioria das vezes sem relação com a formação arquivística em nível de graduação” (ALMEIDA; DAVANZO; VITORIANO, 2018).

A partir do recrutamento assertivo do arquivista, as empresas poderão transformar seus arquivos, pois, apenas com a aplicação da gestão de documentos é que será possível ressignificar os arquivos, tornando-os espaços adequados, que deem resultados positivos em relação as demandas que são recebidas.

Mas, para que exista essa transformação, faz-se necessário a contratação de profissionais com formação adequada, conforme argumentos apresentado no capítulo 3 desta pesquisa.

Portanto, espera-se com o desenvolvimento desta pesquisa contribuir para que outras pesquisas sejam estabelecidas a partir das necessidades aqui apresentadas: maior visibilidade da Arquivologia e do arquivista.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. F. I. de; DAVANZO, L; VITORIANO, M. C. de C. P. DESAFIOS DA ARQUIVOLOGIA: formação profissional e inserção no mercado de trabalho no interior no estado de são paulo. In: VIII SECIN SEMINÁRIO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 8, 2019, Londrina. Anais [...]. Londrina: 2019. p. 93-107. Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/cinf/index.php/secin2019/secin2019/paper/viewFile/586/369>. Acesso em: 5 out. 2021.

ALMEIDA, M.F.I.; DAVANZO, L.; VITORIANO, M.C.C.P. O mercado de trabalho para os arquivistas: uma análise das vagas de emprego no setor privado. In: CARVALHO NETO, S; SMITH, M.S.J.; OLIVEIRA, P.T. (org). Anais do XIX Encontro de Pesquisadores: Pesquisa Científica e Desenvolvimento. Franca: Uni-FACEF, 2018, p. 1231-1241. Disponível em: eventos.unifacef.com.br/encpesq/2018/files/ENCPESQ_E-BOOK_ANAIS.pdf. Acesso em: 01 out 2021.

BERNARDES, Ieda Pimenta. Política pública de arquivos e gestão documental do Estado de São Paulo. 2. ed. São Paulo: Arquivo Público do Estado, 2014a.

BRASIL. Lei nº 8.159, de 11 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, n. 08, 11 jan. 1991. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Leis/L8159.htm. Acesso em: 8 de set. 2021.

COOK, T. Arquivologia e pós-modernismo: novas formulações para velhos conceitos. Informação arquivística, v. 1, n. 1, jul./dez., p. 123-148, 2012. Disponível em: <http://www.aaerj.org.br/ojs/index.php/informacaoarquivistica/article/view/9>. Acesso em 03 out. 2021.

CURRÁS, E. Las ciencias de la documentación: bibliotecología, archivología, documentación e información. Barcelona: Mitre, 1982.

DAVANZO, L; NASCIMENTO, N M do; ALMEIDA, M. F. I de. Competências do arquivista para a efetividade da gestão de documentos nas organizações. Informação@Profissões, Londrina, p. 163-182, 25 abr. 2021. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/infoprof/article/view/43475>. Acesso em: 20 set. 2021.

INDOLFO, A. C. Gestão de documentos: uma renovação epistemológica no universo da arquivologia. Arquivística.net, v. 3, n. 2, 2007. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/50444>. Acesso em: 30 set. 2021.

JARDIM, J. M. A implantação da lei de acesso à informação pública e a gestão da informação arquivística governamental. Liinc em revista, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, 2013.

JARDIM, J. M. Políticas públicas arquivísticas: princípios, atores e processos. Arquivo & Administração, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 5-16, 2006.

MIRANDA, M. E. Historiadores, arquivistas e arquivos. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26., 2011, São Paulo. Anais [...]. São Paulo: ANPUH, 2011. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1307020581_ARQUIVO_MarciaEckertMirandaAnpuh2011.pdf. Acesso em: 15 set. 2021.

TANUS, G. F. de S.C; RENAULT, L. V; ARAÚJO, C. A. Á. O conceito de documento na Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia. Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 158-174, fev. 2013. ISSN 1980-6949. Disponível em: <<https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/220>>. Acesso em: 17 out. 2021.

Lista de autores

- AFONSO, Raffaella Dayane, 128
ALMEIDA, Amanda Figueiredo Santos de, 370
ALMEIDA, Maria Fabiana Izidio de, 351
ALTHAUS JUNIOR, Adalto Acir, 458
ALVARENGA, Maria Amália de Figueiredo Pereira, 563
ALVES, Thais Silva, 524
AMARAL, Leonardo Barbosa, 642
ANDRADE, Erica Fernanda Pereira de, 338, 658, 791
ANDRADE, Leonardo Henrique Cardoso de, 298
ARAÚJO, Adriana Cristina de, 510
ARAÚJO, Érica Aparecida, 510
ARAUJO, Uajará Pessoa, 524
ASSIS, Lilian Bambirra de, 524
ATISO, Kodjo, 695
BACHUR, Pedro Kallás, 770
BARBOSA, Caroline Carvalho, 110, 410, 770
BARBOSA, Guilherme Dalbon, 188
BERETTA, Regina Célia de Souza, 498
BERNARDO, Cristiane Hengler Corrêa, 610
BERTELLI, Célio, 410, 770
BERTELLI, Marcia Garcia, 110
BERTELLI, Pedro Henrique Garcia, 770
BETTARELLO, Luciana Fadul Domingues, 74
BOLZAN, Victor Hugo Bernardes Ortiz, 770
BORGES, Ana Paula Oliveira, 203
BORGES, Daniel Damásio, 82, 575
BORGES, Donaldo de Assis, 180, 378, 537, 748
BORGES, Marilurdes Cruz, 436
BORGES, Paulo César Corrêa, 188
BOSSALLER, Jenny S., 695
BRAGA FILHO, Hélio, 298
BRAGANTIN, Leonardo Ferreira, 595
BRITO, Jean Fernandes, 128, 138
BRUNHEROTTI, Marisa Afonso Andrade, 370, 436
BULGO, Danilo Cândido, 203
BURANELLO, Mariana Colombini, 498
CÂMARA, Naiá Sadi, 74
CAMOSSI, Gustavo, 26, 138
CANAVEZ, Luciana Lopes, 223, 321
CANELA, Kelly Cristina, 223, 314
CARDOSO, Francisca Miquelle Siqueira, 43, 473
CARLOS, Samuel de Jesus, 234
CARVALHO NETO, Silvio, 7, 587, 810
CARVALHO, Francisco José Pereira de, 234, 246, 595, 707
CARVALHO, Nádia de Castro, 234
CASEMIRO, Silvine Ismenia Camargo, 758
CAVALCANTI-BANDOS, Melissa Franchini, 14, 180, 288, 424
CAZANE, Ana Livia, 43, 473
CHAGAS, Ander Diego Teodoro, 338
CINTRA JUNIOR, Welton de Araujo, 36
CINTRA, Douglas Barbosa, 770
CINTRA, Juliana Aparecida, 510
CINTRA, Liane Ney Machado, 679
CINTRA, Núbia de Souza, 176
CINTRA, Rafaela Costa, 410
COMPARINI, Camila Trevisan Carvalho, 782
COMPARINI, João Baptista, 36
COSTA, Larissa Santos da, 758
COSTA, Thais Machado, 274
COTAIT, Rodrigo Bottino, 351
CREMONINI, Adriana, 267
CRUZ, Laissa Pezenato, 473
CUNHA, Adriel Junior Domingues da, 424
CUNHA, Jacqueline Veneroso Alves da, 642
DAMANDO, Vanessa Andrade, 203
DAMIAN, Ieda Pelógia Martins, 120
DAVANZO, Luciana, 838
DIAS, Samira Pessoa, 149, 758
ENGLER., Helen Barbosa Raiz, 298
FADEL, Barbara, 14
FALEIROS, Tâmer de Oliveira, 110, 410
FERREIRA, Fernanda de Souza, 758
FERREIRA, Jonatas Augusto, 458
FERREIRA, Lorryne Jasmim, 436, 498, 815
FOLLONE, Renata Aparecida, 94
FONSECA, Genaro Alvarenga, 410
GALVÃO, Julia Caçorla, 55
GARCIA FILHO, Hélio Rubens, 690
GAZZOLA, Sara Barbosa, 488
GIONBELLI, Gabriela Folador, 758
GONÇALVES, Márcio Augusto, 642
GUARIZO, Elisângela Cristiane Alves, 510
GUERRA, José Alfredo de Pádua, 670, 679
GUMIERI, Leandro, 707
HERINGER, Flavio Eduardo, 94
HERINGER, Helimara Moreira Lamounier, 94
IVAN, Maria Eloísa de Souza, 55
JESUS, Vinicius Araujo Brito de, 321
JORGE, Carlos Francisco Bitencourt, 43, 473
LAURENTI, Maria Clara Silva, 321
LAVRATTI, Iara Milreu, 401
LEAL, Andreia Cristina de Britto, 388
LEITE, Flávia Piva Almeida, 188
LIMA, Márcio Antonio Martins de, 259
LOPES, Ana Paula Ghedini, 569
LOPES, Juliano de Jesus, 234, 246, 595, 707
LOPES, Livia Maria, 718, 782
LOURENÇO, José Víctor Dias, 823

- LUCCAS, Taciana Maria Lemes de, 120
MACHADO NETO, Alfredo José, 36, 160, 388
MACHADO, Gabriele Gonçalves, 658
MACHADO, João Guilherme de Camargo Ferraz, 610
MACHADO, Tatiane Ferreira Souza, 718
MAIA, Izadora Barboza, 321
MALTA, Angélica de Oliveira Machado, 800
MAMAN, Daniela de, 549
MARÇAL, Liziane, 498
MARTINS, Rúbia, 149, 758
MATIAS, Márcio, 128
MELO, Gabriela Teles, 410
MENDES, Bianca Drielly, 524
MENDES, Daniella Salvador Trigueiro, 223
MENEZES, Daniel Francisco Nagao, 361
MOREIRA, Fernando Mazzotta, 748
MOTTA, Maiara, 314
MOURA, Ignez Denise Gomes, 445
NERI, Lorena Aparecida Teixeira, 203
OLIVEIRA, Gabriel Afonso Mei Alves de, 670
OLIVEIRA, Paulo de Tarso, 800
OLIVEIRA, Sheila Fernandes Pimenta e, 65, 274, 288
PACHECO, Kill Anderson, 213
PAIVA, Felipe Magno Gonçalves, 94
PAULA, Ana Cristina Alves de, 82, 575
PAULA, Rafael Afonso de, 7
PEIXOTO, Isabela Granero, 587
PEREIRA, Lorena Rodrigues, 436, 498, 815
PIMENTA, Adriano Faleiros, 810
PIRES, Amanda Ramos, 43
PIRES, Daniel Facciolo, 213, 690, 734
POUSA, Jonatan, 298
RAMICELI, Daniela, 734
RIBEIRO, Caique Augusto Ferreira, 246
RIBEIRO, Daniela de Figueiredo, 267, 622, 679
ROCHA, Cineia, 26
RODAS, Cecilio Merlotti, 26
RODRIGUES, Amanda, 203
RODRIGUES, Ana Lucia de Castro, 782
RODRIGUES, Edwirges Elaine, 563
ROMERO, Rafael da Silva, 791
ROSA, João Pedro Cucolicchio, 537
SANTANA, Fernanda Lacerda, 445, 758
SANTOS JÚNIOR, Edmilson Alves dos, 401, 631
SANTOS, Dayvid Souza, 361
SANTOS, Evelyng Munique Zago dos, 610
SANTOS, Iani Fassa dos, 169
SANTOS, Isadora Beatriz Magalhães, 223
SANTOS, Kate Caroline Rocha dos, 203
SANTOS, Raquel Alves dos, 498, 815
SATURI, Evandro Morales, 234
SERAFIM, Patricia Amanda, 169
SILVA, Amanda Mendes da, 445
SILVA, Beatriz Guimarães, 203
SILVA, Carlos Eduardo de Menezes Borges, 110
SILVA, Elton Carlos Cardoso da, 351
SILVA, Juliano Aparecido da, 7
SILVA, Karen Magrini, 707
SILVA, Letícia Cristhiê de Oliveira, 770
SILVA, Lilian Guimarães, 203
SILVA, Livia Maria Lopes e, 176
SILVA, Rafaela Carolina da, 695
SILVA, Rangel de Andrade, 498
SILVEIRA, Rafael de Melo, 160
SMITH, Marinês Santana Justo, 14, 259, 569
SQUILANTE, Débora Luz, 267, 622
TEIXEIRA, Vanessa Corsetti Gonçalves, 321
TOLINI, Bárbara, 321
TOSCANO, Ana Lúcia Furquim Campos, 831
URSINI, Driely Turi, 378
VELOSO, Braian Garrito, 332, 726
VERONEZ JÚNIOR, Wilson Roberto, 401, 631
VIANNA, Camila Viegas, 65
VIANNA, Felipe Soave Viegas, 14
VIEIRA, Fabricio Barcelos, 180
VIEIRA, Mariana Oliveira Sarreta, 288
VIGNOLI, Richele Grence, 149

© 2021

Uni-FACEF - Centro Universitário Municipal de Franca

Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação

